



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1213

Sexta-feira - 10 de Junho de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Ilhota	593	Pomerode	800
Alto Bela Vista	5	Imarui	595	Porto União	801
Anchieta	6	Imbituba	635	Pouso Redondo	808
Antônio Carlos	16	Indaial	638	Presidente Castello Branco	809
Arabutã	17	Iomerê	641	Presidente Nereu	810
Arroio Trinta	18	Ipumirim	649	Princesa	813
Ascurra	23	Itá	651	Rio das Antas	853
Aurora	26	Itaiópolis	652	Rio dos Cedros	861
Balneário Piçarras	27	Itapema	653	Rio do Sul	854
Barra Bonita	28	Itapiranga	654	Salto Veloso	863
Barra Velha	38	Itapoá	655	Santa Rosa do Sul	864
Benedito Novo	40	Ituporanga	657	Santa Terezinha do Progresso	865
Biguaçu	42	Jacinto Machado	658	Santiago do Sul	867
Blumenau	48	Jaraguá do Sul	660	São Bento do Sul	871
Bom Jesus do Oeste	49	Joaçaba	695	São Carlos	872
Bom Retiro	50	José Boiteux	700	São Domingos	873
Braço do Trombudo	56	Lages	701	São João do Oeste	876
Brusque	110	Laguna	702	São João do Sul	877
Caçador	112	Lajeado Grande	705	São José	887
Camboriú	118	Lauro Muller	707	São José do Cedro	895
Campo Alegre	119	Lebon Regis	710	São Lourenço do Oeste	896
Campo Erê	126	Lindóia do Sul	711	São Miguel do Oeste	900
Campos Novos	130	Lontras	712	São Pedro de Alcântara	901
Canelinha	131	Luzerna	713	Schroeder	902
Canoinhas	132	Macieira	717	Seara	948
Capinzal	147	Mafra	718	Serra Alta	951
Chapadão do Lageado	150	Maravilha	720	Sombrio	959
Chapecó	151	Massaranduba	722	Tigrinhos	960
Cocal do Sul	540	Meleiro	725	Timbé do Sul	961
Concórdia	543	Modelo	726	Timbó	964
Cordilheira Alta	549	Mondaí	727	Três Barras	969
Correia Pinto	550	Monte Carlo	728	Treze Tilias	971
Corupá	551	Navegantes	732	Trombudo Central	972
Curitibanos	552	Nova Trento	738	Tunápolis	975
Dionísio Cerqueira	554	Orleans	739	Urussanga	979
Doutor Pedrinho	555	Otacílio Costa	740	Vargem Bonita	980
Forquilha	556	Ouro	741	Vidal Ramos	981
Fraiburgo	560	Palhoça	748	Vitor Meireles	983
Garopaba	574	Palmitos	771	Xanxerê	984
Garuva	576	Papanduva	772	Xavantina	986
Gaspar	577	Paraíso	774	Xaxim	988
Governador Celso Ramos	578	Passos Maia	775	Zortéa	990
Grão Pará	579	Paulo Lopes	778		
Guaraciaba	582	Penha	780		
Guaramirim	583	Peritiba	797		
Guarujá do Sul	585	Petrolândia	798		
Herval d'Oeste	586	Pinheiro Preto	799		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

Edição Nº 2013

Sexta-feira - 10 de Junho de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Consórcios

AGIR	991
ARIS	991
CIGA	992
CIMCATARINA.....	1004

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 71/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 81/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 71/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇO DE COLOCAÇÃO DE MEIO EM CONCRETO.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 23 de junho de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 07 de junho de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 72/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 82/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 72/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DA PÁ CARREGADEIRA FIATALLIS FR 10.

TIPO :Menor preço por lote.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 23 de junho de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 07 de junho de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 73/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 83/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 73/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

TIPO :Menor preço por item.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 24 de junho de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 07 de junho de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS 02/2016

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 84/2016

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 02/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÕES ASFALTICA DO TRECHO DA RUA ANGELO LUIZ ZANCHETT DO MUNICIPIO DE ABDON BATISTA DE ACORDO COM PROPOSTA DE TRANSFERENCIA Nº 17970, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVO, CRONOGRAMAS FISICO-FINANCEIRO E ORÇAMENTOS QUE INTEGRAM O EDITAL.

TIPO :Menor preço.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 27 de junho de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 08 de junho de 2016.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2205 DE 08 DE JUNHO DE 2016

APROVA LOTEAMENTO DENOMIDADO "LOTEAMENTO ORLANDINA ZANETIN", E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do Art. 75 da Lei Complementar 050, de 12 de junho de 2012 que "Lei Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo";

DECRETA:

Art. 1º. Fica Aprovado o Loteamento Orlandina Zanetin, de propriedade da Empresa H2O Imóveis LTDA, pessoa jurídica sob n.º 18.869.956/0001-90, no terreno urbano com área de 11.936,30 m², localizado nas Zonas Mista Diversificada (ZMD) e Interesse Residencial 2 (ZIR2), situado á Rua do Comércio, centro, nesta cidade, objeto da matrícula n. 23.792, livro 2" CZ" do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia:

Art. 2º. O Loteamento com área de 11.936,30 m² está distribuído de: Área Pública 638,45 m²; Área Verde 558,64 m²; Área de Circulação 2.009,46 m², Áreas de Lotes 4.394,01 m², Área Remanescente em APP 3.955,73 m² e Área Remanescente fora APP 380,01 m².

Art. 3º. O Loteamento será dividido em 2 (duas) Quadras, sendo: "N1" e "N2"; perfazendo um total de 12 (doze) lotes.

Art. 4º. Os Projetos, Memoriais e ART, referente a este Loteamento estão de acordo com as diretrizes do Município.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 08 de Junho de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva
Responsável pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO Nº. 101/2016, de 09 de junho de 2016

DECRETO Nº. 101/2016, de 09 de junho de 2016

<p>Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e contém outras providências.</p>	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.263, de 09 de junho de 2016 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TITULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade: 07.01.15.451.0575.1.099 - Pavimentação Asfáltica da Rua Olímpio Dal Magro – Programa 2016.006046 – 30ª ADR - D.C., na Modalidade de despesa sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com o Programa 2016.005630, tem como finalidade de Pavimentação Asfáltica da Rua Olímpio Dal Magro, através da 30ª ADR - Agencia de Desenvolvimento Regional – Dionísio Cerqueira.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica Aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.451.0575.1.099 - Pavimentação Asfáltica da Ru Olímpio Dal Magro, Programa 2016.006046 – 30ª ADR - D.C.

(...) 4.4.90.00.00.00.00.00.0756 -Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Total R\$ 100.000,00

Paragrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0756 (00.01.0756) Pavimentação Asfáltica na Rua Olímpio Dal Magro- Programa 2016.006046- 30ª ADR - D.C, em conformidade com o disposto deste.

Art. 3º Para Atendimento da Cobertura do Credito do Credito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) concernente ao Provável Excesso de Arrecadação

no Exercício Financeiro de 2016, em conformidade com o Programa 2016.006046, através da 30ª ADR - Agencia de Desenvolvimento Regional – Dionísio Cerqueira, na fonte de Recursos a Fonte de Recursos Recursos 0756 (00.01.0756) Pavimentação Asfáltica na Rua Olímpio Dal Magro- Programa 2016.006046- 30ª ADR - D.C, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o dispositivo no art. 43, § 1º, II da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.217, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas no presente Decreto.

Art.6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), Em 09 de junho de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.
Em 09 de junho de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

DECRETO Nº. 102/2016, de 09 de junho de 2016

DECRETO Nº. 102/2016, de 09 de junho de 2016

<p>Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e contém outras providências.</p>	
---	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.264, de 09 de junho de 2016 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TITULO I

CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade: 07.01.15.451.0575.1.097 - Pavimentação da Rua Laguna e parte da Rua Rui Barbosa – Programa 2016.005630 – 30ª ADR - D.C., na Modalidade de despesa sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com o Programa 2016.005630, tem como finalidade de Pavimentação Pedras Irregulares da Rua Laguna e parte da Rua Rui Barbosa, através da 30ª ADR - Agencia de Desenvolvimento Regional – Dionísio Cerqueira.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.451.0575.1.097 - Pavimentação da Rua Laguna e parte da Rua Rui Barbosa – Programa 2016.005630 – 30ª ADR - D.C
(...) 4.4.90.00.00.00.00.00.0755 -Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Total R\$ 50.000,00

Paragrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0755 (00.01.0755) Pavimentação da Rua Laguna e parte da Rua Rui Barbosa – Programa 2016.005630 – 30ª ADR - D.C, em conformidade com o disposto deste.

Art. 3º Para Atendimento da Cobertura do Credito do Credito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) concernente ao Provável Excesso de Arrecadação no Exercício Financeiro de 2016, em conformidade com o Programa 2016.005630, através da 30ª ADR - Agencia de Desenvolvimento Regional – Dionísio Cerqueira, na fonte de Recursos a Fonte de Recursos 0755 (00.01.0755) Pavimentação da Rua Laguna e parte da Rua Rui Barbosa – Programa 2016.005630 – 30ª ADR - D.C, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o dispositivo no art. 43, § 1º, II da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.217, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas no presente Decreto.

Art.6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), Em 09 de junho de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.
Em 09 de junho de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

DECRETO Nº. 098/2016, de 09 de junho de 2016

DECRETO Nº. 098/2016, de 09 de junho de 2016

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e contém outras providências.	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.260, de 09 de junho de 2016 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade: 07.02.26.782.0021.2084 – Recuperação das Estradas Vicinais – 30ª SDR - Programa 2016.005882 e Proposta 017765, na Modalidade de despesa sob o código nº. 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com o Programa 2016.005882 e Proposta 017765, Recuperação Estradas Vicinais – 30ª SDR – Dionísio Cerqueira, tem como finalidade de Recuperação das estradas vicinais do interior do Município.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica Aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

02 – OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

26.782.0021.2084 – Recuperação das Estradas Vicinais – 30ª ADR – Programa 2016.005882 e Proposta 017765
(...) 3.3.90.00.00.00.00.00.0159 -Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
Total R\$ 80.000,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0159 (00.01.0159) Outras Transferências de Convenio Estado/30º SDR

– Manutenção Estradas, em conformidade com o disposto deste.

Art. 3º Para atendimento da Abertura do Credito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), concernente ao Provável Modalidade de despesa sob o código nº. 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com o Programa 2016.005882 e Proposta 017765, Recuperação Estradas Vicinais –30ª SDR – Dionisio Cerqueira, na fonte de Recursos a Fonte de Recursos 0159 (00.01.0159) Outras Transferências de Convenio Estado/30º SDR – Fundo Social - Manutenção Estradas, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o dispositivo no art. 43, § 1º, II da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.217, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁ

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas no presente Decreto.

Art.6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), Em 09 de junho de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei. Em 09 de junho de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

DECRETO Nº. 099/2016, de 09 de junho de 2016

DECRETO Nº. 099/2016, de 09 de junho de 2016

<p>Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e contém outras providências.</p>	
---	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.261, de 09 de junho de 2016 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade: 05.08.27.813.0225.1.101 - Obras e Instalação de Revitalização da Praça Orestes Gheller -Progr.2016.006048-30ª ADR-DC, na Modalidade de despesa sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com o Programa 2016.006048, tem como finalidade de Revitalização e Modernização da Praça Municipal Orestes Gheller, através da 30ª ADR - Agencia de Desenvolvimento Regional – Dionísio Cerqueira.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica Aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
08 – ESPORTE E LAZER

27.813.0225.1.101 - Obras e Instalação de Revitalização da Praça Orestes Gheller -Progr.2016.006048-30ª ADR-DC

(...) 4.4.90.00.00.00.00.0758 -Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Total R\$ 50.000,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0758(00.01.0758) Transferência Convênio Estado – Programa de Revitalização e Modernização Praça Orestes Gheller, em conformidade com o disposto deste.

Art. 3º Para Atendimento da Cobertura do Crédito do Crédito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) concernente ao Provável Excesso de Arrecadação no Exercício Financeiro de 2016, em conformidade com o Programa 2016.006048, através da 30ª ADR - Agencia de Desenvolvimento Regional – Dionísio Cerqueira, na fonte de Recursos a Fonte de Recursos 0758 (00.01.0758) Transferência Convenio Estado – Programa de Revitalização e Modernização Praça Orestes Gheller, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o dispositivo no art. 43, § 1º, II da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.217, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas no presente Decreto.

Art.6º Est Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), Em 09 de junho de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei. Em 09 de junho de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

DECRETO Nº. 100/2016, de 09 de junho de 2016

DECRETO Nº. 100/2016, de 09 de junho de 2016

<p>Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) e contém outras providências.</p>	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.262, de 09 de junho de 2016 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade : 07.02.26.782.0534.1.100 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente, Escavadeira Hidráulica – Programa 2016.006070 - 30ª ADR - D.C., na Modalidade de despesa sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com o Programa 2016.006070, tem como finalidade de Aquisição de Escavadeira Hidráulica, através da 30ª ADR - Agencia de Desenvolvimento Regional – Dionísio Cerqueira.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

02 – OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

26.782.0534.1.100 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente, Escavadeira Hidráulica – Programa 2016.006070 - 30ª ADR - D.C.

(...) 4.4.90.00.00.00.00.00.0757 -Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 (...) 4.4.90.00.00.00.00.00.0991 -Aplicações Diretas R\$ 159.800,00
 (...) 4.4.90.00.00.00.00.00.0091 -Aplicações Diretas R\$ 6.100,00
 (...) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas R\$ 14.100,00
 Total R\$ 380.000,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0757 (00.01.0757) Transferência de Convênios com o Estado – Programa de Aquisição de Equipamentos - Escavadeira Hidráulica, na Fonte de Recursos 0991 (00.03.0991) Alienação de Bens – Superavit

Financeiros e na fonte 0091 () 00.01.0091) Alienação de Bens, em conformidade com o disposto deste.

Art. 3º Para Atendimento da Parcial do Crédito do Crédito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) concernente ao Provável Excesso de Arrecadação no Exercício Financeiro de 2016, em conformidade com o Programa 2016.006070, tem como finalidade de Aquisição de Escavadeira Hidráulica, através da 30ª ADR - Agencia de Desenvolvimento Regional – Dionísio Cerqueira, na fonte de Recursos a Fonte de Recursos 0757(00.01.0757). Bem como a importância de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais) concernente ao Excesso de Arrecadação no Exercício Financeiro de 2016, concernente a nova fonte receitaria sob código 4.1.3.2.5.01.99.18 – Remuneração Receita Depósitos Bancários Receita Vinculada - Alienações, Banco do Brasil S/A, Conta Corrente nº. 8.341-0, na Fonte de Recursos 0091(00.01.0091) Alienação de Bens, em conformidade com o disposto no art. 9º, da Lei Municipal nº Lei Orçamentária nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, Lei Federal nº. 4.320/64 art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, e demais dispositivos constitucionais e legais em vigência.

Art. 4º Para Atendimento da Parcial do Crédito permitido neste Decreto, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a utilizada a importância de até R\$ 159.800,00 (cento e cinquenta e nove mil e oitocentos reais), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2015, relativamente a Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 8.341-0, na Rubrica nº 4.2.2.15.00 – Alienação de Bens - Recurso sob nº. 991 (00.03.0091), em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

Art.5º Para a Complementação do Crédito permitido neste Decreto, fica igualmente autorizado a utilizar de recursos próprios como contrapartida, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a redução das seguintes dotações orçamentárias:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

02 – OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

26.782.0021.2.041 – Administração Geral dos Bens e Serviços Departamento de Obras e Serviços Rodoviários
 (111) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas R\$ 14.100,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.217, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas no presente Decreto.

Art.6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), Em 09 de junho de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
 Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 09 de junho de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

DECRETO Nº. 097/2016, de 25 de maio de 2016

DECRETO Nº. 097/2016, de 25 de maio de 2016

Altera o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.222, de 10 de dezembro de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :
TÍTULO I

CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

04 - SECRETARIA DA FAZENDA

01 – FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

04.0129.0030.2.010 - Administração dos Geral dos Bens e Serviços Finanças, Tributação e Fiscalização

(20) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
..... R\$ 40.000,00

10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.0122.0021.2.200 – Adm. Geral dos Bens e Serv. Secr. Assist. Social

(02) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Total R\$ 45.000,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

04 - SECRETARIA DA FAZENDA

01 – FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

04.0129.0030.2.010 - Administração dos Geral dos Bens e Serviços Finanças, Tributação e Fiscalização

(19) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
..... R\$ 40.000,00

10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.0122.0021.2.200 – Adm. Geral dos Bens e Serv. Secr. Assist. Social

(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Total R\$ 45.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216 de 20 de dezembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
25 de maio de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato
foi registrado e publicado nesta
mesma data e na forma da Lei.
Anchieta – (SC), 25/05/2016.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF N 028_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 028/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de uma Máquina Escavadeira Hidráulica nova de acordo com o Programa de Transferência nº 2016006070, que celebram entre si o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 22/06/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 10 de junho de 2016.

Ari Prestes de Oliveira - Prefeito Municipal

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF N 029_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 029/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de Combustível (óleo diesel) para ser utilizado na recuperação de estradas vicinais de acordo com o programa de transferência nº 2016005882, que celebram entre si o Município

de Anchieta e o Estado de Santa Catarina por meio da Agencia de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 10:00 horas do dia 22/06/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira. Anchieta, 10 de junho de 2016.

Ari Prestes de Oliveira - Prefeito Municipal

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF N 030_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 030/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, para Aquisição de Parque Infantil novo em “madeira plástica”, para revitalização e modernização da Praça Municipal Orestes Gheller, conforme programa de transferência 2016006048, que celebram entre si o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina por meio da Agencia de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 22/06/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 10 de junho de 2016.

Ari Prestes de Oliveira - Prefeito Municipal

LEI Nº. 2.260/2016

LEI Nº. 2.260/2016

<p>Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e contém outras providências.</p>	
---	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TITULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, Orçamento Geral do Município de

Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade: 07.02.26.782.0021.2084 – Recuperação das Estradas Vicinais – 30ª SDR - Programa 2016.005882 e Proposta 017765, na Modalidade de despesa sob o código nº. 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com o Programa 2016.005882 e Proposta 017765, Recuperação Estradas Vicinais –30ª SDR – Dionísio Cerqueira, tem como finalidade de Recuperação das estradas vicinais do interior do Município.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

02 – OBRAS E SERVIÇOS RODOVIARIOS

26.782.0021.2084 – Recuperação das Estradas Vicinais – 30ª ADR – Programa 2016.005882 e Proposta 017765

(...) 3.3.90.00.00.00.00.0159 -Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Total R\$ 80.000,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0159

(00.01.0159) Outras Transferências de Convenio Estado/30º SDR – Manutenção Estradas, em conformidade com o disposto deste.

Art. 3º Para atendimento da Abertura do Credito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), concernente ao Provável Modalidade de despesa sob o código nº. 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com o Programa 2016.005882 e Proposta 017765, Recuperação Estradas Vicinais –30ª SDR – Dionísio Cerqueira, na fonte de Recursos a Fonte de Recursos 0159 (00.01.0159) Outras Transferências de Convenio Estado/30º SDR – Fundo Social - Manutenção Estradas, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o dispositivo no art. 43, § 1º, II da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.217, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art.6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), Em 09 de junho de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma

da Lei.
Em 09 de junho de 2016.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

LEI Nº. 2.261/2016

LEI Nº. 2.261/2016

<p>Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e contém outras providências.</p>	
---	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade: 05.08.27.813.0225.1.101 - Obras e Instalação de Revitalização da Praça Orestes Gheller -Progr.2016.006048-30ª ADR-DC, na Modalidade de despesa sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com o Programa 2016.006048, tem como finalidade de Revitalização e Modernização da Praça Municipal Orestes Gheller, através da 30ª ADR - Agencia de Desenvolvimento Regional – Dionísio Cerqueira.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

08 – ESPORTE E LAZER

27.813.0225.1.101 - Obras e Instalação de Revitalização da Praça Orestes Gheller -Progr.2016.006048-30ª ADR-DC

(...) 4.4.90.00.00.00.00.00.0758 -Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Total R\$ 50.000,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0758 (00.01.0758) Transferência Convenio Estado – Programa de Revitalização e Modernização Praça Orestes Gheller, em conformidade com o disposto deste.

Art. 3º Para Atendimento da Cobertura do Credito do Credito de

que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) concernente ao Provável Excesso de Arrecadação no Exercício Financeiro de 2016, em conformidade com o Programa 2016.006048, através da 30ª ADR - Agencia de Desenvolvimento Regional – Dionísio Cerqueira, na fonte de Recursos a Fonte de Recursos 0758 (00.01.0758) Transferência Convenio Estado – Programa de Revitalização e Modernização Praça Orestes Gheller, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o dispositivo no art. 43, § 1º, II da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.217, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art.6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), Em 09 de junho de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 09 de junho de 2016.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

LEI Nº. 2.262/2016

LEI Nº. 2.262/2016

<p>Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) e contém outras providências.</p>	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade : 07.02.26.782.0534.1.100 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente, Escavadeira Hidráulica – Programa 2016.006070 - 30ª ADR - D.C., na Modalidade de despesa sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com o Programa 2016.006070, tem como finalidade de Aquisição de Escavadeira Hidráulica, através da 30ª ADR - Agência de Desenvolvimento Regional – Dionísio Cerqueira.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
02 – OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
26.782.0534.1.100 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente, Escavadeira Hidráulica – Programa 2016.006070 - 30ª ADR - D.C.
(...) 4.4.90.00.00.00.00.00.0757 -Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
(...) 4.4.90.00.00.00.00.00.0991 -Aplicações Diretas R\$ 159.800,00
(...) 4.4.90.00.00.00.00.00.0091 -Aplicações Diretas R\$ 6.100,00
(...) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas R\$ 14.100,00
Total R\$ 380.000,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0757 (00.01.0757) Transferência de Convênios com o Estado – Programa de Aquisição de Equipamentos - Escavadeira Hidráulica, na Fonte de Recursos 0991 (00.03.0991) Alienação de Bens – Superavit Financeiros e na fonte 0091 () 00.01.0091) Alienação de Bens, em conformidade com o disposto deste.

Art. 3º Para Atendimento da Parcial do Credito do Credito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) concernente ao Provável Excesso de Arrecadação no Exercício Financeiro de 2016, em conformidade com o Programa 2016.006070, tem como finalidade de Aquisição de Escavadeira Hidráulica, através da 30ª ADR - Agência de Desenvolvimento Regional – Dionísio Cerqueira, na fonte de Recursos a Fonte de Recursos 0757(00.01.0757). Bem como a importância de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais) concernente ao Excesso de Arrecadação no Exercício Financeiro de 2016, concernente a nova fonte receitaria sob código 4.1.3.2.5.01.99.18 – Remuneração Receita Depósitos Bancários Receita Vinculada - Alienações, Banco do Brasil S/A, Conta Corrente nº. 8.341-0, na Fonte de Recursos 0091(00.01.0091) Alienação de Bens, em conformidade com o disposto no art. 9º, da Lei Municipal nº Lei Orçamentária nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, Lei Federal nº. 4.320/64 art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, e demais dispositivos constitucionais e legais em vigência.

Art. 4º Para Atendimento da Parcial do Crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a utilizada a importância de até R\$ 159.800,00 (cento e cinquenta e nove mil e oitocentos reais), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2015, relativamente a Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 8.341-0, na Rubrica nº 4.2.2.15.00 – Alienação de Bens - Recurso sob nº. 991 (00.03.0091), em conformidade com o disposto no art. 43,

§1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

Art.5º Para a Complementação do Crédito permitido nesta Lei, fica igualmente, autorizado a utilizar de recursos próprios como contrapartida, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a redução das seguintes dotações orçamentárias:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
02 – OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
26.782.0021.2.041 – Administração Geral dos Bens e Serviços Departamento de Obras e Serviços Rodoviários
(111) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas R\$ 14.100,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.217, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art.6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), Em 09 de junho de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 09 de junho de 2016.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

LEI Nº. 2.263/2016 LEI Nº. 2.263/2016

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e contém outras providências.	
---	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade: 07.01.15.451.0575.1.099 - Pavimentação Asfáltica da Rua Olímpio Dal Magro – Programa 2016.006046 – 30ª ADR - D.C., na Modalidade de despesa sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com o Programa 2016.005630, tem como finalidade de Pavimentação Asfáltica da Rua Olímpio Dal Magro, através da 30ª ADR - Agencia de Desenvolvimento Regional – Dionísio Cerqueira.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS
15.451.0575.1.099 - Pavimentação Asfáltica da Ru Olímpio Dal Magro,
Programa 2016.006046 – 30ª ADR - D.C.
(...) 4.4.90.00.00.00.00.00.0756 -Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Total R\$ 100.000,00

Paragrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0756 (00.01.0756) Pavimentação Asfáltica na Rua Olímpio Dal Magro- Programa 2016.006046- 30ª ADR - D.C, em conformidade com o disposto deste.

Art. 3º Para Atendimento da Cobertura do Credito do Credito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) concernente ao Provável Excesso de Arrecadação no Exercício Financeiro de 2016, em conformidade com o Programa 2016.006046, através da 30ª ADR - Agencia de Desenvolvimento Regional – Dionísio Cerqueira, na fonte de Recursos a Fonte de Recursos Recursos 0756 (00.01.0756) Pavimentação Asfáltica na Rua Olímpio Dal Magro- Programa 2016.006046- 30ª ADR - D.C, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o dispositivo no art. 43, § 1º, II da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.217, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art.6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), Em 09 de junho de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.
Em 09 de junho de 2016.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

LEI Nº. 2.264/2016 LEI Nº. 2.264/2016

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e contém outras providências.	
--	--

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade: 07.01.15.451.0575.1.097 - Pavimentação da Rua Laguna e parte da Rua Rui Barbosa – Programa 2016.005630 – 30ª ADR - D.C., na Modalidade de despesa sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com o Programa 2016.005630, tem como finalidade de Pavimentação Pedras Irregulares da Rua Laguna e parte da Rua Rui Barbosa, através da 30ª ADR - Agencia de Desenvolvimento Regional – Dionísio Cerqueira.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS
15.451.0575.1.097 - Pavimentação da Rua Laguna e parte da Rua Rui Barbosa
– Programa 2016.005630 – 30ª ADR - D.C
(...) 4.4.90.00.00.00.00.00.0755 -Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Total R\$ 50.000,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0755 (00.01.0755) Pavimentação da Rua Laguna e parte da Rua Rui Barbosa – Programa 2016.005630 – 30ª ADR - D.C, em conformidade com o disposto deste.

Art. 3º Para Atendimento da Cobertura do Credito do Credito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) concernente ao Provável Excesso de Arrecadação no Exercício Financeiro de 2016, em conformidade com o Programa 2016.005630, através da 30ª ADR - Agencia de Desenvolvimento Regional – Dionísio Cerqueira, na fonte de Recursos a Fonte de Recursos 0755 (00.01.0755) Pavimentação da Rua Laguna e parte da Rua Rui Barbosa – Programa 2016.005630 – 30ª ADR - D.C, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o dispositivo no art. 43, § 1º, II da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.217, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art.6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), Em 09 de junho de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 09 de junho de 2016.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

LEI Nº2.259/2016.

LEI Nº2.259/2016.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ANCHIETA A RECEBER EM DOAÇÃO VEÍCULO DOADO PELO MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos:

a) 01 veículo Citroen/Aircross M Feel, placas QID 0923, ano 2016 modelo 2017 chassi 935SUNFN1HB506541;

§ 1º. O veículo descrito no caput deste artigo, alínea "a" fica destinado a integrar à Frota do Município de Anchieta/SC.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o registro do bem, descrito no art. 1º desta Lei, para o patrimônio do Município.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), Em 09 de junho de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 09 de junho de 2016.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Antônio Carlos

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 161/2015 EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 161/2015; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Conpesa Construção Pesada Ltda.; Objeto: o presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na "contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, com fornecimento de material e mão de obra especializada para a execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Leopoldo Freiberg, na localidade Louro, Município De Antônio Carlos/SC, com extensão de 770,00 metros, de acordo com convênio firmado entre o Governo Federal e o Município de Antônio Carlos, compreendidos pelos: trecho 01 (km 2+630 ao pf=3+040) com extensão de 410,00 metros, contrato de repasse nº 803132/2014 e trecho 02 (km 2+270 ao pf=2+630) com extensão de 360,00 metros, contrato de repasse nº 803126/2014", conforme Processo de Licitação nº 072/2015, Concorrência Pública nº 01/2015. Prorrogação de Prazo: 60 (sessenta) dias; Novo vencimento: 10 de agosto de 2016.

Antônio Carlos, 10 de junho de 2016.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

PORTARIA N 224/2016

PORTARIA Nº 224/2016
Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora EDNEIA PAULI BESEN, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, a partir de 04 de julho de 2016, relativo ao período aquisitivo de 02/03/2015 a 01/03/2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 09 de junho de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 10 de junho de 2016.

PORTARIA N 225/2016

PORTARIA Nº 225/2016
Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor VALDENIR PETRI, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA DE AMBULÂNCIA, a partir de 04 de julho de 2016, relativo ao período aquisitivo de 08/03/2014 a 07/03/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 09 de junho de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 10 de junho de 2016.

Arabutã

PREFEITURA

ATA 002 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 37/2016

ATA 002

Processo Licitatório nº. 037/2016 – Convite nº 004/2016

Objeto: O presente Convite visa à escolha da melhor proposta para o seguinte objeto: Contratação da execução de forma indireta, empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução da reforma e ampliação do Centro de Convivência dos Idosos, em conformidade com as demais características constantes nos anexos que integram o presente edital.

A Comissão Permanente de Licitações, ao constatar que o prazo legal para interposição de recurso administrativo, relativa à etapa da habilitação encerrou sem manifestação dos licitantes, entendeu que se encontra satisfeita as condições para que se viabilize a abertura das propostas comerciais, que ocorrerá no dia 14 de junho, às 08h30.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitações.

Arabutã, 10 de junho de 2016.

Presidente da Comissão de Licitações - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Presidente da Comissão de Licitações Suplente: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

Membros: DULCI DRIEMEIER

FELIPE PATZLAFF

DELSI DRIEMEIER

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0033/2016 - COOPERATIVA DE ARTESÕES DE ARROIO TRINTA

CONTRATO Nº 0033/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0026/2016, CHAMADA PÚBLICA 0001/2016, AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, 26, centro, inscrito no C.N.P.J. sob nº 82.826.462.0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro, sn Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa, COOPERATIVA DE ARTESÕES DE ARROIO TRINTA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Otília B. Zardo, 110, no bairro Centro, na cidade de Arroio Trinta, inscrita no CNPJ sob o nº 07.591.970/0001-58, neste ato representada pela Senhora IRIA ROMANA GIACOMIN DE BORTOLI, Brasileira, casada, agricultora, residente e domiciliada na Rua Francisco Nava, Centro Município de Arroio Trinta Portadora do CPF sob nº 916.076.559-34 e CI sob nº 2.970.082 doravante denominada CONTRATADA, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0026/2016, Chamada Pública Nº 0001/2016, doravante denominado o processo, ajustam e contratam o fornecimento dos produtos abaixo descritos, que se regerá pelo disposto neste contrato, na resolução 38 de 16/07/2009 e Leis 11.947/2009, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – O presente Contrato tem como objeto AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para merenda Escolar dos alunos da rede Básica Pública. Tudo conforme processo Licitatório, itens, quantidades, qualidade, valores unitários e totais, QUE A SEGUIR TRANSCREVEMOS:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	23969 - Agnoline. Feito com massa caseira para sopa, com recheio de frango. Embalagem 500g Coopertrinta	KG	70	21,50	1.505,00
2	23970 - Alface Crespa ou Lisa. Características: de primeira qualidade, folhas firmes, não poderá estar murcha, íntegra, adequadas para o consumo, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionadas em embalagem de polietileno atóxico. Coopertrinta	KG	60	5,89	353,40
3	23971 - Batata doce. Lavada, de 1ª qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, não apresentarem rachaduras ou cortes na casca, livre de enfermidades, isenta de partes pútridas. Com tamanho uniforme, devendo ser graúdas. Coopertrinta	KG	40	4,70	188,00
4	23972 - Batata salsa. Lavada, de 1ª qualidade, estarem suficientemente desenvolvidas, sem lesões de origem física ou mecânica, não apresentarem rachaduras ou cortes na casca, livre de enfermidades, isenta de partes pútridas. Com tamanho uniforme, devendo ser de tamanho médio. Coopertrinta	KG	40	8,73	349,20
5	23973 - Beterraba. Características: de primeira qualidade, firme, tenra, razoavelmente macia, de cor vermelho-vivo e com pele lisa. Coopertrinta	KG	80	5,03	402,40
6	23974 - Bolacha caseira de fubá. Bolacha com boa aparência de massa leve e aerada. Serão rejeitados biscoitos mal assadas, queimados, amassadas, achatados e "embatados" aspecto de massa pesada e de características organolépticas anormais. Os mesmos deverão estar livres de sujidades ou quaisquer outros tipos de contaminantes como fungos e bolores. Embalagem de 1 kg em polietileno contendo: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Coopertrinta	KG	65	15,06	978,90

7	23975 - Brócolis Fresco. Características: boa qualidade, cor verde-escura, isenta de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos. Embalados em sacos plásticos de polietileno transparente. Coopertrinta	KG	50	6,70	335,00
8	23976 - Cebola Branca. Características: íntegras e de primeira qualidade. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Coopertrinta	KG	80	5,23	418,40
9	23977 - Chicória. Características: de primeira qualidade, folhas firmes, não poderá estar murcha, íntegra, adequada para o consumo, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverá estar danificada por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionadas em embalagem de polietileno atóxico. Coopertrinta	KG	50	5,42	271,00
10	23978 - Chuchu. Características: verde, tenro, firme, sem manchas na casca e no interior. Coopertrinta	KG	40	3,60	144,00
11	23979 - Couve manteiga. Características: de primeira qualidade, folhas firmes, não poderá estar murcha, íntegra, adequada para o consumo, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverá estar danificada por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionadas em embalagem de polietileno atóxico. Coopertrinta	KG	15	5,36	80,40
12	23980 - Couve Flor. Características: boa qualidade, fresco, de primeira. Tendo tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Isento de aroma e sabor estranhos, sem rachaduras, corte, manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar a sua qualidade. Acondicionados em sacos plásticos. Coopertrinta	KG	50	6,76	338,00
13	23981 - Cuca com Farofa. A cuca não deve estar embatumada, seca ou queimada. Deve ser fresca, doce, leve, com coloração clara e uniforme e conter bastante farofa na cobertura. Coopertrinta	KG	55	8,96	492,80
14	23982 - Espinafre. Características: de primeira qualidade, folhas firmes, não poderá estar murcho, íntegro, adequado para o consumo, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverá estar danificado por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxico. Coopertrinta	KG	7	5,72	40,04
15	23983 - Feijão Carioca. Características técnicas: feijão da última safra. Não poderá apresentar grãos disformes e ou torrados, impurezas (grãos partidos e pedras), bolor, mofo, caruncho, rendimento inadequado. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em embalagens de polietileno transparente, contendo 1 kg. Prazo de validade: mínimo de 5 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Coopertrinta	KG	30	5,91	177,30

16	23984 - Feijão Preto. Características técnicas: feijão da última safra. Não poderá apresentar grãos disformes e ou torrados, impurezas (grãos partidos e pedras), bolor, mofo, caruncho, rendimento inadequado. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em embalagens de polietileno transparente, contendo 1 kg. Prazo de validade: mínimo de 5 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Coopertrinta	KG	70	5,34	373,80
17	23985 - Geleia de frutas. Sabores: uva, maçã, pêra, pêssego contendo polpa de fruta, consistência gelatinosa, em vidro de aproximadamente 600 gramas. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais, prazo de validade mínimo de 10 meses a contar da data da entrega. Coopertrinta	Un	45	12,86	578,70
18	23986 - Laranja. Características: fruto de tamanho médio, íntegros e de primeira qualidade, fresco, limpo, coloração alaranjada uniforme, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Odor agradável e sabor doce. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Coopertrinta	KG	300	3,15	945,00
19	23987 - Limão. Fruta in natura, íntegros, fresco, aroma, cor e sabor próprios. Grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Coopertrinta	KG	10	3,97	39,70
20	23988 - Macarrão Caseiro. Elaborado de forma artesanal no formato grosso furado tipo rigatone. Deve apresentar cor e cheiro próprios Congelado a -12°C ou menos. Embalagem de 500g em polietileno contendo: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Prazo de validade: mínimo de 2 meses. Coopertrinta	KG	40	7,97	318,80
21	23989 - Mandioca Descascada e Picada. Características: mandioca in natura, de primeira qualidade, descascada, picada, limpa, congelada e embalada em embalagem de polietileno, contendo 1 kg e as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Coopertrinta	KG	40	6,50	260,00
22	23990 - Mel de abelha. Natural, puro, sem conservantes e aditivos, em embalagem na forma de sachê contendo 8g cada, rotulado com data de validade e informações nutricionais. Coopertrinta	KG	30	32,80	984,00
23	23991 - Milho Para Pipoca. Características: grupo duro, classe amarelo, tipo 1. Embalagem: pacotes de plástico atóxico, contendo 1 kg do produto. Livre de sujidades e contaminantes, insetos e fungos. Rótulo com dados de indicação do fabricante, produto, peso, data de fabricação e validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Registro no órgão competente. Coopertrinta	KG	60	4,77	286,20
24	23992 - Moranga Cabotia. Características: de primeira qualidade, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescas, terem atingido o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. A polpa deve estar intacta e firme. Coopertrinta	KG	50	3,42	171,00

25	23993 - Pêssego. Fruta in natura, íntegros, fresco, aroma, cor e sabor próprios. Grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Coopertrinta	KG	400	3,98	1.592,00
26	23994 - Poncã. Fruta in natura, íntegros, fresco, aroma, cor e sabor próprios. Grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Coopertrinta	KG	400	4,38	1.752,00
27	23995 - Repolho Branco. Hortaliça de tamanho grande, com características íntegras e de primeira qualidade. Fresco, limpo, coloração uniforme, aroma, cor e sabor típicos da espécie. Isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Coopertrinta	KG	60	2,54	152,40
28	23996 - Tortéi de Abóbora. Massa composta de farinha de trigo, ovos e sal, com recheio de abóbora cabotiã cozida, queijo parmesão, farinha de rosca, noz-moscada e canela. No formato de pastel pequeno. Coopertrinta	KG	50	14,90	745,00
Total					14.272,44

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA

2.1 – O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, durante os meses de maio a dezembro de 2016, conforme Cronograma de locais e quantidades a ser fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, diretamente nas Escolas deste Município, Escola PROJAF e PROFABI, ou até que durar a quantidade licitada.

2.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas correrão por conta da CONTRATADA

2.3 – Fornecer produtos de acordo com as especificações e em bom estado de conservação.

2.4 – Após entrega dos gêneros alimentícios, deverá ser encaminhado a Secretaria de Educação planilha de distribuição assinada pelo responsável da unidade escolar e respectiva nota fiscal. No ato da entrega destes documentos deverá ser assinado o termo de Recebimento de Entrega pelo representante da Entidade Executora e do Grupo Formal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO

3.1 – O recebimento dos gêneros alimentícios será efetuado pelo responsável da Unidade Escolar sendo que após o recebimento o mesmo deverá assinar a planilha de distribuição.

3.2 – Caso algum produto apresente qualquer discrepância referente a qualidade ou exigência desta chamada, será solicitado pelo representante da Unidade Executora para que o CONTRATADO proceda as correções ou substituições que se fizerem necessárias dentro de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR TOTAL E DO PAGAMENTO

4.1 – Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Processo Licitatório e Autorização de Fornecimento, a CONTRATADA receberá o valor total de R\$14.272,44(QUATORZE MIL DUZENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS).

Obs : A entrega deverá ser feita durante os meses de junho a dezembro de 2016, de acordo com o cronograma pré- estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, ou até que durar a quantidade licitada.

4.2 – O pagamento será através de cheque nominal ou ordem bancária, conforme a entrega os produtos, mediante a apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, de acordo com o calendário de pagamentos da Secretaria Municipal de Finanças.

CLÁUSULA QUINTA – LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA

5.1 – O limite individual de venda do Agricultor familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por DAP ano Civil conforme legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar não podendo em hipótese alguma ultrapassar este valor.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes da aquisição dos gêneros alimentícios, objetos da presente chamada correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016 com recursos repassados do FNDE/ PNAE.

CLÁUSULA SÉTIMA – INFORMAÇÕES AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO;

7.1 – OS CONTRATADOS FORNECEDORES deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes da proposta de preços de Gêneros Alimentícios, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA OITAVA – CÓPIA DAS NOTAS FISCAIS

8.1 – O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 5(cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

10.1 – O presente contrato terá vigência a partir de 07 de maio de 2016 a 31 de dezembro de 2016, ou até a conclusão da entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 – Aplicam-se a execução desta chamada a resolução CD/FNDE Nº 038/2009, pela lei 11.947/2009 e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

13.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de Videira, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Arroio Trinta – SC, 05 de maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

COOPERATIVA DE ARTESÕES DE ARROIO TRINTA

IRIA ROMANA GIACOMIN DE BORTOLI

CPF nº 916.076.559-34

CONTRATADA

Testemunhas:

TARCÍSIO LIDANI

CPF: 613.139.809-78

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI

CPF: 000.077.349-21

SANTO POSSATO

ADVOGADO OAB/SC 19.045

CONTRATO Nº 0033/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0026/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 0001/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR - AGRICULTURA FAMILIAR - PARA ALUNOS EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE, ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

EMPRESA CONTRATADA: COOPERTRINTA DE ARTESÕES

VALOR: R\$14.272,44

Ascurra

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO N. 9/2016 FMS

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO 9-2016 FMS

Aos 9 dias do mês de junho do ano de 2016, às 9 horas, no Departamento de Compras, localizado no Prédio da Prefeitura Municipal de Ascurra, o Município de Ascurra, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão – Registro de Preços nº 09/2016 FMS, na Ata de julgamento de preços, homologada em 9/6/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa participante, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando o REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONSTANTES DAS TABELAS CMED/ANVISA E/OU ABC FARMA DE A á Z, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES USUÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

1.2. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item 01 – MEDICAMENTOS ETICOS – ATÉ R\$ 40.000,000 - DESCONTO MÍNIMO DE 15%.

1º. Colocado – Empresa JAQUE FARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA.

Item 02 – MEDICAMENTOS GENERICOS E SIMILARES - ATÉ R\$ 40.000,000 - DESCONTO MÍNIMO DE 25%.

1º. Colocado – Empresa JAQUE FARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA.

1.3 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

1.6 A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente

comprovada a vantagem e com anuência do fornecedor.

1.7 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº09/2016 FMS e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 9/6/2017.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Entrega parcelada de 9 de junho de 2016 a 9 de junho de 2017. A entrega será diretamente ao beneficiário/paciente no ponto comercial da Proponente e não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação do medicamento.

4.1.1 Se a entrega dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.2 O objeto desta Licitação, após efetuada sua solicitação, deverá ser entregue nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais determinados pela Secretaria responsável, em dias úteis no horário de expediente.

4.1.3 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal/fatura correspondente as quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Prefeitura Municipal de Ascurra (Secretaria responsável) para conferência e assinatura pelo responsável.

4.2 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.3 Se a substituição dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.4 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.5 A inexecução total ou parcial das obrigações da empresa enseja a aplicação das penalidades previstas na Ata de Registro de Preços ou Contrato, inclusive multa no valor de até 20% do Contrato firmado entre as partes.

4.6 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

4.7 No caso de acréscimo contratual em até 25%(vinte e cinco por cento) do quantitativo total estimado de cada item, fica o fornecedor obrigado a aceitar o acréscimo.

4.8 Os valores unitários previstos em contrato por escrito firmado pelas partes poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou por outro que venha a substituí-lo.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a

entrega, contados a partir do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura datada e assinada por responsável da Secretaria; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

5.2 As despesas decorrentes de aquisição dos objetos desta licitação correrão à conta dos recursos especificados no orçamento do Município e nos demais órgãos e entidades usuárias, existentes nas dotações na data dos respectivos empenhos.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
5	SECRETARIA DE SAUDE
1	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10	SAUDE
301	ATENCAO BASICA
70	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3390320200	MEDICAMENTOS
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE
5	SECRETARIA DE SAUDE
1	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10	SAUDE
301	ATENCAO BASICA
70	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
2025	MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS
3390320200	MEDICAMENTOS
13810	FARMÁCIA BÁSICA - FEDERAL
5	SECRETARIA DE SAUDE
1	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10	SAUDE
301	ATENCAO BASICA
70	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
2025	MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS
3390320200	MEDICAMENTOS
16704	FARMÁCIA BÁSICA - ESTADUAL

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou à terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas

expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa:
- Multa:

1- O atraso injustificado no fornecimento de mercadoria, ou com a justificativa não aceita pela autoridade superior, sujeitará o proponente vencedor multa de mora, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) por dia de atraso.

2- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento);

3- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de descumprimento do Contrato, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

4- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ascurra pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

5- Declaração de inidoneidade.

8.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apelo.

8.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A fornecedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2 Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Ascurra, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Ascurra, 9 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE ASCURRA
MOACIR POLIDORO
CONTRATANTE

JAQUE FARMA FARMACIA E DROGA-
RIA LTDA
JAQUELINE CRISTIANO CUSTÓDIO
CCONTRATADA

Testemunhas:

Aurora

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 03/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial - 4/2016
Processo Administrativo: 03/2016

A comissão de Licitação da Prefeitura de Aurora, nomeada pelo (a) Decreto 003/2016, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 28 de junho de 2016, às 09:00:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 283 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 4/2016, na modalidade de Pregão Presencial. Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93. Finalidade: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR PARA O FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AURORA.

Aurora - SC,09 de junho de 2016
VILMAR ZANDONAI
Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL 04/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial - 04/2016
Processo Administrativo: 05/2016

A comissão de Licitação da Prefeitura de Aurora, nomeada pelo (a) Decreto 003/2016, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 29 de junho de 2016, às 09:00:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 283 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 04/2016, na modalidade de Pregão Presencial. Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93. Finalidade: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS PARA PACIENTES ACAMADOS DO MUNICÍPIO DE AURORA.

Aurora - SC,09 de junho de 2016
VILMAR ZANDONAI
Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL 13/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão - 09/2016
Processo Administrativo: 13/2016

A comissão de Licitação da Prefeitura de Aurora, nomeada pelo(a) Decreto 003/2016, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 23 de junho de 2016, às 09:00:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 302 - KM 283 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 9/2016,

na modalidade de Pregão. Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93. Finalidade: Roçadeira Hidráulica Articulada, modelo RHA acoplada a trator agrícola de pneus, conforme edital e seus anexos.

Aurora - SC,09 de junho de 2016
ROQUE ALAIR RAMOS
Presidente

TOMADA DE PREÇOS 01/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços - 1/2016
Processo Administrativo: 14/2016

A comissão de Licitação da Prefeitura de Aurora, nomeada pelo (a) Decreto 003/2016, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 27 de junho de 2016, às 09:00:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 283 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 1/2016, na modalidade de Tomada de Preços. Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93. Finalidade: Construção de cobertura do pátio da escola municipal Ana Galvan. Conforme edital de licitação e seus anexos.

Aurora - SC,09 de junho de 2016
VILMAR ZANDONAI
Prefeito

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PREGÃO 10/2016 - PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2016 - PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016 - PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para Aquisição de material de construção e material elétrico, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Empresas Participantes Habilitadas:

MATERIAL DE CONSTRUCAO BARRASUL LTDA EPP Total do Fornecedor: R\$111.183,80

AGUAVOLT COMERCIO E DIST DE MAT DE CONSTRUCAO LTDA Total do Fornecedor:R\$5.835,90

COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME Total do Fornecedor: R\$2.881,34

DINAMICS MATERIAIS ELETRICOS LTDA – ME Total do Fornecedor: R\$10.005,15

Balneário Piçarras(SC), 1º de junho de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

Barra Bonita**PREFEITURA****DISPENSA LICITAÇÃO 36/2016**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE SEGURO DE AUTOMÓVEIS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO ONIBUS DETER PARA PAS/ONIBUS PLACA MGV2954.

FORNECEDOR: GAMBATTO ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Endereço: Rua Barão do Rio Branco,1873, centro, São Miguel do Oeste/SC.

CPF: 01.977.238/0001-34

Valor Contratado: R\$ 2.138,82 (dois mil cento e trinta e oito reais com oitenta e dois centavos).

RAZÃO DA ESCOLHA DO LOCAL E FORNECEDOR

O fornecedor escolhido deu-se em razão de ter o melhor imóvel para ser locado, o qual orçou em R\$ 2.138,82 (dois mil cento e trinta e oito reais com oitenta e dois centavos)

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O preço está dentro da realidade sendo o praticado no mercado regional.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

EDITAL CONVITE Nº35/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

<61>

EDITAL DE LICITACAO No. 35/2016

Convite para Obras e Serviços de Engenharia

A Prefeitura Municipal de BARRA BONITA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados que se acha aberto Edital Licitação, que se realizara nos termos do presente e no que preceituará a Lei Federal No. 8.666 de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Federal No. 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Convite para Obras e Serviços de Engenharia

TIPO DA COMPARAÇÃO: menor preço global.

1 - DO OBJETO

O presente Edital tem por objetivo receber propostas para:

Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para construção do Salão Comunitário da Linha Três Irmão, conforme projeto de engenharia anexo.

Itens:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Descr.Det.
1.00000	1,00	Un.	Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para construção do Salão Comunitário da Linha Três Irmão, conforme projeto de engenharia anexo.	
Vlr Máx.Unit: 52.036,28				
Cotação Máx.: 52.036,28				

2. - DA DOTACAO ORÇAMENTARIA:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição

3-DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº1)

3.1. A empresa CONVIDADA a participar da presente licitação deverá apresentar os seguintes documentos:

CERTIDÃO NEGATIVA INSS.

CERTIDÃO NEGATIVA FGTS.

CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL.

PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA (CNPJ).

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO TRABALHISTA.

ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA (ESTATUTO, CONTRATO SOCIAL OU ALTERAÇÕES VIGENTES, DECLARAÇÃO DE FIRMA INDIVIDUAL, OU, AINDA, DO DOCUMENTO DE ELEIÇÃO DE SEUS ADMINISTRADORES), DEVIDAMENTE REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL OU NO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS.

COMPROVANTE DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CREA).

3.2. A pessoa física CONVIDADA a participar da presente licitação deverá apresentar os seguintes documentos:

CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO TRABALHISTA.

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas.

R.G. - Carteira de Identidade.

COMPROVANTE DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CREA).

3.3. TODOS OS PARTICIPANTES da presente licitação deverão apresentar as seguintes declarações:

DECLARAÇÃO:

1 - QUE OS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O EDITAL FORAM COLOCADOS À DISPOSIÇÃO E TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES, CONDIÇÕES LOCAIS E GRAU DE DIFICULDADE DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS, DANDO CONCORDÂNCIA A TODAS AS CONDIÇÕES DESTA LICITAÇÃO, SEM RESTRIÇÕES DE QUALQUER NATUREZA E DE QUE, VENCEDOR DESTA LICITAÇÃO, FORNECERÁ OS MATERIAIS OBJETO DESTA LICITAÇÃO, PELO PREÇO PROPOSTO E DE ACORDO COM AS NORMAS DESTA CERTAME LICITATÓRIO;

2 - NÃO SE ENCONTRA DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR OU CONTRATAR COM ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E DO DISTRITO FEDERAL;

3 - DECLARA QUE NÃO EXISTE EM SEU QUADRO DE EMPREGADOS, SERVIDORES PÚBLICOS EXERCENDO FUNÇÕES DE GERÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO OU TOMADA DE DECISÃO;

3.2. - Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01(uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE N. 01

DA: (EMPRESA)

À: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

Setor de Compras

PROCESSO N. 35/2016 - LICITAÇÃO N. 35/2016

ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

3.3. - Toda a Documentação exigida para a Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

4. - DA PROPOSTA (ENVELOPE N. 02)

4.1. - A proposta deverá ser apresentada por item em papel A4, podendo ser: datilografada, por impressão em sistema eletrônico de Processamento de Dados ou manuscrita. Datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, preferencialmente em 02(duas) vias, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE N. 02

DA: (EMPRESA)

À: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

Setor de Compras

PROCESSO N. 35/2016 - LICITAÇÃO N. 35/2016

ENVELOPE "PROPOSTA"

4.2. - A proposta deverá ser feita de acordo com o tipo desta licitação, indicando os valores unitário e total conforme os itens deste edital.

5. - DA VALIDADE

5.1. - O prazo de validade da proposta deverá ser no mínimo de 60 dias, contados do dia da entrega do envelope contendo a mesma.

5.2. - Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.

6. - DO PREÇO

6.1. - Deverá ser cotado em moeda corrente nacional.

6.2. - No preço cotado deverão estar inclusos todos os impostos, fretes, embalagens e demais encargos, devendo ser discriminado numericamente e preferencialmente por extenso.

6.3. - Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros. Ocorrendo discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

6.4. - Transcorrido a fase de habilitação, a proposta entregue é irretratável e irrenunciável.

6.5. - Após conhecido o Resultado da Licitação, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA emitirá à proponente vencedora, a Autorização de Fornecimento, que será enviada via Fac-Símile ou retirada pela empresa em até 03 (três) dias úteis após sua convocação, permitindo a prorrogação por igual período na forma do parágrafo 1º do art. 64 da Lei 8.666/93.

7. - DAS AMOSTRAS E PROSPECTOS

7.1. - A Comissão Permanente de Licitação, quando julgar necessário, solicitará amostra e/ou prospectos a fim de obter maiores esclarecimentos sobre o Objeto Ofertado, o que deverá ser providenciado dentro dos 03(três) dias úteis, após o recebimento da solicitação.

8. - DA ENTREGA E/OU CONTRATO

8.1. - No prazo de até 05 (cinco) DIAS a contar do recebimento da convocação, o Proponente deverá contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA o Objeto Licitado.

8.2. - A entrega do Objeto Licitado deverá ser efetivada conforme solicitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, após a data do recebimento da Autorização de Fornecimento, no Setor de Compras - PREF. M. DE BARRA BONITA.

8.3. - O Contrato após sua vigência poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes, com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis N. 8.666/93 e 8.883/94.

9. - DO REAJUSTE

Será adotado o seguinte critério de reajustamento: SEM REAJUSTE.

10. - DO PAGAMENTO

10.1. - A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA se compromete a efetuar o pagamento conforme as "Condições de Pagamento" constantes no final deste Edital.

11. - DO JULGAMENTO

11.1. - Serão consideradas vencedoras da presente licitação as empresas que tiverem cumprido as exigências deste edital, conforme prescreve o art. 45, parágrafo 1º da Lei 8.666/93 e apresentar menor preço/por itens.

11.2. - A Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, solicitar informações complementares, para efeito de julgamento das propostas, caso a Proponente não atender com clareza o solicitado em Edital, conforme determina o art. 43, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93.

11.3. - Serão desconsiderados os itens cotados que contiverem emendas, rasuras ou borrões, salvo quando a empresa fizer acompanhar errata, preferencialmente em 02 (duas) vias, em papel timbrado e devidamente assinada pela proponente ou seu representante legal.

11.4. - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do Edital;

11.5. - No caso de empate de duas ou mais propostas, far-se-á sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, observado o disposto no parágrafo 2º, do art. 3º, da Lei 8.666/93.

12. - DOS RECURSOS

12.1. - Caberá junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, recurso, com efeito suspensivo, no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de:

12.1.1. - Habilitação ou Inabilitação do Licitante;

12.1.2. - Do Julgamento das Propostas;

13. - DAS PENALIDADES

13.1. - A recusa da encomenda dentro do prazo de validade das propostas, a não entrega do Objeto Licitado, a entrega fora das especificações pré determinadas, implicam nas sanções previstas no item 13.3, além do fornecedor arcar com todas as despesas provenientes da devolução dos materiais.

13.2. - Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora, mediante atualização dos preços pelo índice previsto no item 9 deste edital.

13.3. - Decorridos 30 (trinta) dias de atraso na entrega do Objeto da presente Licitação, poderá a PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA cancelar a Nota de Compra, sujeitando-se a proponente ao pagamento de multa prevista no item 13.4.1 deste edital, sem ônus da ação cabível para o ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

13.4. - Ressalvados os casos de força maior, ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas, a critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA as seguintes penalidades à proponente, no caso de inadimplência contratual:

13.4.1. - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto licitado com atraso, até o limite de 6% (seis por cento);

13.4.2. - Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, a PREFEITURA MUN. DE BARRA BONITA, poderá aplicar a multa em dobro da forma do item 13.4.1;

13.4.3. - Advertência;

13.4.4. - Suspensão do direito de licitar junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA;

13.4.5. - Declaração de inidoneidade, de lavra do Prefeito Municipal de BARRA BONITA, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.

13.5. - O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nos itens 13.4.1 e 13.4.2. será contado em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente licitação.

13.6. - Nenhum pagamento será processado à Proponente penalizada, sem que antes esta tenha pagou ou lhe seja relevada a multa imposta.

14. - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. - A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA reserva-se o direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, mediante razões de conveniência administrativa e do interesse público, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.

14.2. - No caso de não haver expediente para a data fixada para a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos e/ou proposta, realizar-se-á no mesmo horário do primeiro dia útil após a data anteriormente marcada.

14.3. - OBS.: Não desclassificatória: Deverá constar na proposta o n. da agência e conta, persistindo a ausência, apontar outras referências, obedecidas as exigências acima.

14.4. - A presente licitação é regida pelas disposições da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

14.5. - Maiores informações poderão ser obtidas na PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA na Av. Buenos Aires, Nº.600 de Segunda à Sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone (049) 3649-0004.

O PRESENTE PROCESSO DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO PODERÁ SER RECINDIDO, EM RAZÃO DA CONVOCAÇÃO DO CONCURSADO APROVADO.

=====Ultimo prazo para entrega das propostas:

Data.: 17/06/2016 - Hora.: 8:30

Local: PREFEITURA DE BARRA BONITA AV.BUENOS AIRES,600 DEPART. DE COMPRAS/LICITACAO

A entrega das propostas fora do prazo acima estabelecido, excluirá, quem o fizer, do presente edital.

=====Abertura das propostas:

Data.: 17/06/2016 - Hora.: 8:30

Local: PREFEITURA DE BARRA BONITA AV.BUENOS AIRES,600 DEPART. DE COMPRAS/LICITACAO

=====Condições de Pagamento:

Será efetuado de forma parcelada conforme liberação do Governo do Estado.

=====

Prazo Entrega Material/Serviços

Data.: 31/12/2016

Local: PREFEITURA DE BARRA BONITA AV.BUENOS AIRES,600 DEPART. DE COMPRAS/LICITACAO

Validade da Proposta: 31/12/2016

=====

BARRA BONITA, 9 de JUNHO de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Ordenador da Despesa

ANEXO I

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 35/2016 Convite para Obras e Serviços de Engenharia

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA E A FIRMA (contratada), NOS TERMOS DA LEI N.º 8666 DE 21/06/1993, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE EXECUCAO INDIRETA - EMPREITADA PELO PREÇO GLOBAL.

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA , Estado de Santa Catarina, com endereço Av. Buenos Aires,Nº.600 - BARRA BONITA-SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.612.527/0001-30, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. DARCI JOÃO FRIZON, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a Empresa xxx, com sede na(o) _____, inscrita no CNPJ sob o n.º xxx neste ato representada por seu representante legal, Senhor _____, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório n.º 35/2016, CONVITE PARA OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA n.º 32/2013, homologado em __/__/____, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n.º 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, às propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para construção do Salão Comunitário da Linha Três Irmão, conforme projeto de engenharia anexo.

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor, de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, CONVITE, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 O Objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime: DIRETA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o preço proposto que é de R\$ _____.(valor extenso).

4.2 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução do Objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

4.3 O pagamento será efetivado na Tesouraria da Secretaria de Finanças da CONTRATANTE ou Ordem Bancária.

CLAUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

5.1 O custo apresentado caracterizando o preço unitário e global para a Execução dos serviços e/ou aquisição de materiais ou fornecimento será reajustado de acordo com o seguinte critério: SEM REAJUSTE.

CLAUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1 O prazo de execução / fornecimento do material é de ____ dias e, terá vigência de ____/____/____ à ____/____/____, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, desde que seja acordado entre as partes com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis n.º 8666/93 e 8883/94.

6.2 O início deve se dar em 05 (cinco) dias a partir da assinatura deste instrumento.

6.3 Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

6.4 Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

6.5 Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

CLAUSULA SETIMA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento Fiscal Vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição

CLAUSULA OITAVA - DA ACEITACAO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

8.1-O material somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente da CONTRATANTE.

8.2-No caso de não aceitação do material pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deves providenciar, sem ônus para a CONTRATANTE, a substituição dos materiais no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação recebida.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1-Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

9.1.1 Unilateralmente pela CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8666/93;

9.1.2. Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) Quando necessária a modificação do regime de execução de serviço, bem como, do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução do serviço.

9.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei N.º 8666/93.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS MULTAS

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá conforme a gravidade da falta a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei Nº 8.666/93.

10.1.1-Multa de 0,3%(três décimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor total do Objeto licitado com atraso, até o limite de 6% (seis por cento);

10.1.2-Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA poderá aplicar a multa em dobro na forma do item 10.1.1.;

10.1.3 Advertência por escrito;

10.1.4 Suspensão do direito de licitar, junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA;

10.1.5 Declaração de idoneidade, de lavra do Prefeito Municipal, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurar os motivos da punição.

10.2 O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nos itens 10.1.1. e 10.1.2. será contado em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

10.3 Nenhum pagamento será processado a Proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - Rescisão unilateral deste Contrato pela CONTRATANTE.

11.1.1 - A CONTRATANTE poderá unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar à CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias:

- a) O não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) O desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da autorizada designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- d) razões de interesse do serviço público.

11.1.2 - A CONTRATANTE terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

- a) o atraso injustificado no início dos serviços;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a sessão ou transferência, total ou parcial, bem como, a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

11.1.3 - No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da CONTRATADA, serão observadas as seguintes condições:

- a) a CONTRATADA não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) a CONTRATADA terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela CONTRATANTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados à CONTRATANTE;
- c) em qualquer caso, a CONTRATANTE reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas, ou da forma que julgar mais conveniente;
- d) caso a CONTRATANTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.2-Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

11.2.1-O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

- a) a supressão, por parte da CONTRATANTE, de obras, serviços ou fornecimento, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, em seu artigo 79 da Lei Nº 8.666/93;
- b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 30(trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- d) a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

11.2.2 - Nestes casos, a CONTRATANTE, deverá pagar a CONTRATADA os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA-NOVAÇÃO

12.1 A não utilização por parte da CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos a disposição da CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO SEGURO

13.1 A CONTRATADA é responsável pelos seguros do material até o local de destino definido pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

BARRA BONITA, ____ de ____ de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON
PREFEITO MUNICIPAL

REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA

ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BARRA BONITA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

1. ESPECIFICAÇÕES / MODELO DA PROPOSTA / VALOR DA PROPOSTA

Processo de Licitação Nº 35/2016

Licitação/Modalidade Nº Convite para Obras e Serviços de Engenharia - 35/2016

Razão Social: _____.

CNPJ/MF: _____.

Endereço: _____.

Telefone/Fax: _____.

E-mail: _____.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	UN.	MARCA	VALOR UNITÁRIO PRO- POSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOS- TO R\$
1						
2						
VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$						

Valor total da proposta: R\$ _____. (escrito por extenso).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais despesas e outras quaisquer que incidam sobre a proposta.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

Local e Data: _____.

Prazo de validade da proposta: _____.

Prazo de entrega dos itens: _____.

Nome/Assinatura do Proponente

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ N _____ sediada na Rua _____, n _____, bairro, _____, Município _____, CEP _____, por seu representante legal abaixo assinado, em

cumprimento ao solicitado no Edital de Licitação/Modalidade Nº Convite para Obras e Serviços de Engenharia - 35/2016, DECLARA:

Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, fornecera os materiais objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório;

Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

Declara que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão;

Declara inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2o, da Lei 8.666/93;

Declara que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

Local e data

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

CNPJ da empresa

PORTARIA N.º168, DE 08 DE JUNHO DE 2016. "ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

PORTARIA N.º168, de 08 de junho de 2016.

"Altera Carga Horária de servidor e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 038/2011, de 01 de dezembro de 2011, Resolve;

Art. 1º - Fica alterada a carga horária do servidor, Fabio Moacir Martinelli, matrícula nº1112. 6-04 ocupante do Cargo de Professor de Educação Física, Anexo II, Grupo I, nível III, do Quadro de Pessoal do Magistério, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 20 horas semanais para 30 horas semanais, em substituição a servidora Andreia E. D. Catto, que se encontra em licença para tratamento de saúde, pelo período em que mesma permanecer afastada, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.5º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 08 de junho de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

PORTARIA N.º169, DE 09 DE JUNHO DE 2016. DISPÕE SOBRE APLICAÇÃO DE PENALIDADE DO PROCESSO DE SINDICÂNCIA 007/2015 E DA OUTRA PROVIDENCIAS

PORTARIA N.º169, de 09 de junho de 2016.

Dispõe sobre aplicação de penalidade do processo de sindicância 007/2015 e da outra providencias

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO o processo de sindicância instaurado pela portaria 336/2015 de 14 de outubro de 2015;

CONSIDERANDO que no processo de sindicância percebe-se que fora garantida a ampla defesa e o contraditório a servidora indiciada;

CONSIDERANDO o exercício das atribuições e funções que são inerentes ao cargo de Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO o julgamento final datado de 20.05.2016, no qual resultou demonstrado, detalhadamente, todos os motivos e fundamentos que levaram o chefe do poder executivo a tomar tal decisão;

CONSIDERANDO os princípios constitucionalmente estipulados, que norteia a administração publica em todas as suas esfera de atuação;

CONSIDERANDO o que mais os altos constam;

Resolve;

Art. 1º Aplicar a penalidade de ADVERTENCIA esculpida no Art. 145, inciso IV. e inciso XIV da Lei Complementar 037/2011, a servidora Eliane dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 08 de junho de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

Servidor Responsável

Barra Velha

PREFEITURA

1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 074/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA

Licitação: Proc. Administrativo 091/2015 - TP 006/2015

Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA ESTRUTURA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, incluindo fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global

Valor do Contrato: R\$: 313.869,13 (trezentos e treze mil oitocentos e sessenta e nove reais e treze centavos)

Data da assinatura: 03/06/2016

Data do vencimento: 03/11/2016

Barra Velha, 03 de junho de 2016

LUIZ BUNKI OTSUKA –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

17º Luciane Fatima Borges Padilha (conforme Protocolo nº 5827/2016)

18º Ana Liliam Rocha Da Silva (conforme Protocolo nº 5814/2016)

19º Andreia Klauberg (conforme Protocolo nº 5800/2016)

Nível Alfabetizado

Agente da Dengue

7º Judith Jovanowichs Ramos (conforme Protocolo nº 5794/2016)

8º Andreia Ferreira Lourenco (conforme Protocolo nº 5799/2016)

2. DA SOLICITAÇÃO PARA RECLASSIFICAÇÃO, CONFORME ITEM Nº 15.7 DO EDITAL Nº 003/2015.

2.1 COMPARECERAM para solicitar a reclassificação para o último lugar dos classificados, conforme 2ª Convocação, os seguintes candidatos:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

Nível Médio Técnico

Técnico em Higiene Dental

5º Maria Goreti Marcos Deschamps

4. DO NÃO COMPAREIMENTO para manifestar interesse na vaga, conforme 2ª Convocação do Concurso Público Edital 003/2015, os seguintes candidatos:

4.1 NÃO COMPARECERAM para manifestar interesse na vaga, conforme 2ª Convocação, os seguintes candidatos:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

Nível Superior

Médico da Família

4º Monise Costanzi

5º Debora Ramos Marcinichen

Médico Psiquiatra

1º Marcelo Hugo Resende Cavalcanti

Assistente Social

1º Marcia Pawlowytsch

Nível Médio Técnico

Técnico de Enfermagem da Família

20º Elvira Rosa De Jesus Almeida

Nível Alfabetizado

Agente da Dengue

6º Joao Valdemiro Hein

4.2 Os candidatos inseridos no item 4.1 do presente Edital perderam automaticamente o direito a investidura, conforme item 15.6 e 15.8, do Edital de Concurso nº 003/2015.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 A Administração Municipal, se reserva ao direito de exigir documentos complementares aos já apresentados, a reentrega destes ou a renovação quando vencidos, mesmo que apresentados, conforme Edital de convocação, e item 15.6 do Edital do Concurso Público 003/2015.

6º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público Edital 003/2015 – Secretaria Municipal da Saúde, e pela Secretaria de Administração e Finanças, conforme 2ª Convocação através do Edital nº 005/2016, e itens 15.6, 15.7, do Edital nº. 003/2015, o seguinte:

1. DA MANIFESTAÇÃO EM INTERESSE NA VAGA, CONFORME ÍTEM 15.6 DO EDITAL 003/2015, PARA APRESENTAÇÃO DA COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS E EXAMES MÉDICOS

1.1 COMPARECERAM para manifestar interesse na vaga e solicitar até 30 (trinta) dias para a comprovação de requisitos e exames médicos, conforme 2ª Convocação do Concurso Público Edital 003/2015, os seguintes candidatos:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

Nível Superior

Cirurgião Dentista da Família

6º Lauro Taques Neto (conforme Protocolo nº 5835/2016)

Enfermeiro da Família

9º Renata Cristina Santos De Oliveira (conforme Protocolo nº 5809/2016)

10º Simone Damasio Ramos (conforme Protocolo nº 5805/2016)

11º Marilza Strada (conforme Protocolo nº 5791/2016)

12º Maria Zilar Scarmagnani (conforme Protocolo nº 5864/2016)

Professor de Educação Física

1º Ana Katarina Oliveira Amaral (conforme Protocolo nº 5795/2016)

2º Júlio Cesar Krucoski Antunes (conforme Protocolo nº 5793/2016)

Nível Médio Técnico

Técnico de Enfermagem da Família

5.2 Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 003/2015, que normatiza o Concurso Público/Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Barra Velha/SC.

5.3 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim.

5.4 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 06 de junho de 2.016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR

Secretário Municipal de Administração
e Finanças

AD 002/002/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: CELSO FRANCISCO SCHIMITT ME

Licitação: Proc. Administrativo 072/2015 - TP 005/2015

Objeto: Pavimentação das Ruas Walter Becker e Antenor Joaquim Goes, incluindo fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 09/06/2016

Data do vencimento: 10/11/2016

Barra Velha, 09 de junho de 2016

CELSO FRANCISCO SCHIMITT –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

Benedito Novo**PREFEITURA****ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 42/2016****ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO**

DATA: 09/06/2016 - HORÁRIO DE INÍCIO: 09:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2016

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 42/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA CONserto DO MOTOR, TORQUE, COMANDO E CHASSIS DA MAQUINA TRATOR ESTEIRA KOMATSU D41A - REPETIÇÃO TOTAL PP 38/2016 DESERTO.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 42/2016, com a presença do Pregoeiro JOÃO ULLER e da Equipe de Apoio SERGIO DARIO PASQUALI e MAURICIO STEFFEN, nomeados pela Portaria nº 003/2016. Compareceu ao certame, protocolando os envelopes necessários à realização do certame no setor de protocolo até o horário estipulado a empresa MECFAR MECANICA AUTOMOTIVA LTDA ME. A empresa participante apresentou seu credenciamento em conformidade com o exigido no item 3.4 do Edital, credenciando seu representante legal ALISEU FARIA, portador da carteira de identidade nº 1.841.562-8, conforme documentos juntados aos autos. Foi analisada a Declaração de Habilitação apresentada pela empresa e concluiu-se que a mesma cumpre a exigência do item 3.5 do Edital. A licitante apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderá fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem rubricados. Em seguida procedeu-se a abertura do envelope identificado como de Proposta de Preço, sendo a proposta nele contida disponibilizada aos presentes para ser conferida e rubricada. Ato contínuo, foi analisada a proposta pelo pregoeiro e inseridos os preços apresentados no sistema. Após a análise da proposta, relativamente as imposições do Edital, a mesma foi considerada classificada, ficando a ordem de classificação inicial, conforme anexo desta Ata. Ato contínuo abriu-se a fase dos lances e de negociação direta com a licitante, o qual transcorreu conforme relatório de lances em anexo. Encerrada a fase dos lances e de negociação direta o Pregoeiro procedeu a abertura do envelope identificado como de Habilitação da licitante participante. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. Tendo em vista que a licitante MECFAR MECANICA AUTOMOTIVA LTDA ME apresentou documentos relativos a Regularidade Fiscal e Trabalhista com restrições, não atendendo plenamente com os requisitos de habilitação exigidos no Edital, porém, se tratando de Microempresa fará uso dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2016, podendo regularizar sua situação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, portanto, até dia 16 de junho de 2016. Diante disso, fica suspenso o julgamento da habilitação até que seja sanada esta situação. O pregoeiro questiona quanto à intenção de interpor recurso contra algum ato do procedimento licitatório praticado durante a sessão, contra o Pregoeiro e/ou contra a Comissão de Licitação. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. O Pregoeiro solicitou a licitante que apresente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a Proposta de Preços readequada de acordo com o valor global alcançado pela mesma no certame. Em seguida lavrou-se a presente Ata que foi achada conforme. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Benedito Novo, 09/06/2016, às 09h59m.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOAO ULLER Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	SERGIO DARIO PASQUALI Equipe de Apoio
-------------------------	-------------------------------------	--

LICITANTE PRESENTE:

ALISEU FARIA

ANEXO DA ATA DA SESSÃO
Pregão Presencial nº 000042/2016**Proposta inicial apresentada:**

Item: 00001 AQUISICAO DE PECAS E SERVICOS DE MAO DE OBRA

Fornecedor	Proposta
MECFAR MECANICA AUTOMOTIVA LTDA ME	44.635,70

Lances efetuados:

Itens	Participantes	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	MECFAR MECANICA AUTOMOTIVA LTDA ME	44.635,70	43.500,00

Vencedor:

Itens	Vencedor	Marca	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total
00001	MECFAR MECANICA AUTOMOTIVA LTDA ME		1,00	43.500,00	43.500,00
Total do Fornecedor: 43.500,00					
Total de Itens: 43.500,00					

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 47/2016

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2016 - SRP

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL CONFORME REGULAMENTAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.672 DE 14 DE MAIO DE 2012 E DECRETO MUNICIPAL Nº 36 DE 15 DE MAIO DE 2012. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 9:00h do dia 23 de junho de 2016. ABERTURA: às 9:05h do dia 23 de junho de 2016. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br. Benedito Novo (SC), 10 de junho de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 002/2016

HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

O Senhor Jean Michel Grundmann, Prefeito de Benedito Novo, no uso de suas atribuições legais, torna público conforme segue:

1. Ficam HOMOLOGADAS as inscrições constantes do Anexo I deste ato.

Benedito Novo, 09 de junho de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito

ANEXO I**INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS****Auxiliar de Desenvolvimento de Educação Infantil – Ensino Médio**

Seq	Nº Insc	Candidato	Data Nasc	Situação
1	17	Alessandra Petri	27/10/1983	Homologada
2	14	Angela Borchardt	23/07/1990	Homologada
3	19	Cristiane Winter Klein	06/01/1984	Homologada
4	20	Gesiele Samantha dos Santos	10/05/1992	Homologada
5	13	Janaina Goes Carvalho	25/04/1984	Homologada
6	10	Marcia Martins Metzger	01/12/1974	Homologada
7	12	Matheus Schmidt	09/03/1995	Homologada
8	15	Noeli Scheffer Castilho	31/12/1966	Homologada
9	09	Rosana Maria Moretto Girardi	01/01/1974	Homologada
10	06	Rosangela Wolter	20/12/1979	Homologada
11	04	Silvana Regina Vargas Erdmann	16/08/1986	Homologada
12	16	Simone Araujo dos Santos	10/02/1974	Homologada
13	05	Tainara Alexandra Klitzke	13/11/1995	Homologada
14	11	Talita Faustino	14/03/1991	Homologada
15	08	Tatiana Cristina Kloehn	15/08/1983	Homologada
16	02	Wanessa Giovanna Boettger Frainer	19/02/1979	Homologada

Servente – Ensino Fundamental

Seq	Nº Insc	Candidato	Data Nasc	Situação
1	07	Aline Eliza Itner	04/04/1990	Homologada
2	01	Roberto Carlos Tilch	20/04/1973	Homologada
3	03	Valdinei Fiamoncini	19/02/1976	Homologada

Técnico em Saúde Bucal - ESF – Ensino Médio

Seq	Nº Insc	Candidato	Data Nasc	Situação
1	18	Ana Paula Rita Amaral	11/07/1977	Homologada



Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 084/2016

DECRETO Nº 084 /2016 DE: 08 DE JUNHO DE 2016.

Autoriza a quebra da ordem cronológica de vencimento de faturas para pagamento de credores que menciona.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com artigo 98, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

Considerando, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) nº 8666/93, cada Unidade de Administração, nos pagamentos de suas obrigações deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando, que a remuneração dos professores contratados para atuar no Centro de Ensino Profissionalizante, constitui, a rigor, verba de caráter alimentar, por isso com graves consequências à sua sobrevivência e de sua família com repercussão na sua dignidade;

Considerando, que eventuais atrasos nos pagamentos de obrigações dessa natureza podem levar os prestadores de serviços não só cobrar encargos moratórios, mas também à suspensão dos serviços, com sérios transtornos aos alunos e ao andamento dos cursos profissionalizantes;

Considerando, tratar-se de despesas mensais e de pequena monta, portanto, de pouco impacto na ordem cronológica de pagamento das faturas;

Considerando, que a redução do fluxo de caixa levou a um atraso superior a 90 dias no pagamento das obrigações assumidas pelo Município;

Considerando, que a Prefeitura vive um processo de corte de despesas para restabelecer a normalidade nos pagamentos;

Considerando, restar presente relevantes razões de interesse público e a manifestação favorável da Procuradoria Geral do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Secretario Municipal de Fazenda, através da Gerência Financeira, autorizado a quebrar a ordem cronológica de vencimento das faturas para pagar os professores do Centro de Ensino Profissionalizante: Josiane Campos Raulino da Silva, CPF 022.033.849-30 e Sílvia Sônia Machado, CPF 416.648.769-87, relativamente aos meses em atraso até a presente data.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 08 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 085/2016

DECRETO Nº 085 /2016 DE: 09 DE JUNHO DE 2016.

Autoriza a quebra da ordem cronológica de vencimento de faturas para pagamento de obrigações relativas ao fornecimento de merenda escolar.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com artigo 98, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

Considerando, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) nº 8666/93, cada Unidade de Administração, nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando, a dificuldade de caixa, decorrente da queda da arrecadação em razão do cenário político e econômico que vive o Brasil e também da dificuldade de reduzir ou suspender serviços considerados essenciais;

Considerando, que a redução do fluxo de caixa levou ao atraso no pagamento das obrigações assumidas;

Considerando, que a Prefeitura vive um processo de corte de despesas para restabelecer a normalidade nos pagamentos;

Considerando, que o fornecimento dos alimentos é essencial para confecção da merenda escolar;

Considerando, que o contratado, cooperativa de agricultores familiares formalizaram suas dificuldades de manter o fornecimento com esse atraso no pagamento;

Considerando, que o fornecimento de merenda escolar não pode ser interrompido, sob pena de prejudicar tão importante programa;

Considerando, que a agricultura familiar é um programa importante no processo de geração de emprego e renda;

Considerando, que essas famílias dependem dos recursos da venda de seus produtos para sobrevivência e para investir no plantio de novos produtos;

Considerando, restar comprovado relevantes razões de interesse público;

Considerando, a manifestação favorável da Procuradoria Geral do Município de Biguaçu,

DECRETA:

Art. 1º Fica a Secretaria Municipal de Fazenda, através do serviço de tesouraria, autorizada a efetuar o pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de merenda escolar pela COOPERATIVA SABOR DA TERRA – COSAT, CNPJ 24.198.511/0001-28, quebrando assim, a ordem cronológica de vencimento das faturas, nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) 8666/93.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 09 de junho de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 1568/2016

PORTARIA Nº 1568/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IVONETE JURACI MARTINS DE CAMPOS, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5031/2016 em anexo no período de 02/06/2016 a 14/06/2016.

Biguaçu, 09 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1569/2016

PORTARIA Nº 1569/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCIA PATRICIA PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5030/2016 em anexo no período de 03/06/2016 a 11/06/2016.

Biguaçu, 09 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1570/2016

PORTARIA Nº 1570/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DENISIA RIBEIRO DA SILVA GOULARTE, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 11/05/2016 a 21/06/2016.

Biguaçu, 09 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1571/2016

PORTARIA Nº 1571/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LEONELA CECILIA DE SOUZA DOS SANTOS, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4969/2016 em anexo, no período de 16/05/2016 a 20/05/2016.

Biguaçu, 09 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1572/2016

PORTARIA Nº 1572/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARINA DE SOUZA, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4945/2016 em anexo, no período de 01/06/2016 a 15/06/2016.

Biguaçu, 09 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1573/2016

PORTARIA Nº 1573/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SANDRA REGINA JUPA DALPRA, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4857/2016 em anexo, no período de 17/05/2016 a 31/05/2016.

Biguaçu, 09 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1574/2016

PORTARIA Nº 1574/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DARSONI INACIO GONÇALVES, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4591/2016 em anexo, no período de 11/05/2016 a 13/05/2016 e de 18/05/2016 a 20/05/2016.

Biguaçu, 09 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1575/2016

PORTARIA Nº 1575/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), OLIVIA ALMEIDA DOS SANTOS, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4591/2016 em anexo, no período de 05/05/2016 a 06/05/2016.

Biguaçu, 09 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1576/2016

PORTARIA Nº 1576/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), PRISCILA VARGAS, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4825/2016 em anexo, no período de 20/05/2016 a 02/06/2016.

Biguaçu, 09 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1577/2016

PORTARIA nº 1577 de 09 de junho de 2016

Concede licença para atividade política, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença política ao(a) servidor(a) Evania Soares de Souza, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7172-2, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

Art. 2º O período de concessão da licença política é de 02/07/2016 a 02/10/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 02/07/2016.

Biguaçu, 09 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1578/2016

PORTARIA nº 1578 de 09 de junho de 2016

Concede licença para atividade política, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença política ao(a) servidor(a) Paulo Roberto Binhoti detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Motorista Geral, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte, inscrito(a) na matrícula funcional nº 888-1, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

Art. 2º O período de concessão da licença política é de 02/07/2016 a 02/10/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 02/07/2016.

Biguaçu, 09 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1579/2016

PORTARIA nº 1579 de 09 de junho de 2016

Concede licença para atividade política, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença política ao(a) servidor(a) Marcelo Delanlho

detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Motorista IV, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, inscrito(a) na matrícula funcional nº 9620-1, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

Art. 2º O período de concessão da licença política é de 02/07/2016 a 02/10/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 02/07/2016.

Biguaçu, 09 de junho de 2016.
THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1580/2016

PORTARIA nº 1580 de 09 de junho de 2016
Concede licença para atividade política, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença política ao(a) servidor(a) Cátia da Silva Zimmermann detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Monitor de Transporte Escolar, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, inscrito(a) na matrícula funcional nº 9770-2, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

Art. 2º O período de concessão da licença política é de 02/07/2016 a 02/10/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 02/07/2016.

Biguaçu, 09 de junho de 2016.
THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1581/2016

PORTARIA nº 1581 de 09 de junho de 2016
Concede licença para atividade política, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença política ao(a) servidor(a) Salete Orlandina Cardoso detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Atendente da Criança e do Adolescente, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, inscrito(a) na matrícula funcional nº 8034-3, nos termos do art. 123, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

Art. 2º O período de concessão da licença política é de 02/07/2016 a 02/10/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 02/07/2016.

Biguaçu, 09 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PP 87-2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 87/2016 PMB
OBJETO: Aquisição de Asfalto frio para uso nos trabalhos de recuperação e manutenção de pavimentação
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 23 junho, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 23 junho, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 9 de junho de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2016 - FMS**

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Gabriel Arthur Loeff, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 1170/2016), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE objetivando a AQUISIÇÃO DE FILMES DE RX PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 10/06/2016, às 13h59min do dia 23/06/2016;

Início da Sessão de Licitação: às 14h00min do dia 23/06/2016, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (23/06/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (23/06/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 10/06/2016.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 09 de junho de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Gabriel Arthur Loeff
Secretário de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2016 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Gabriel Arthur Loeff, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 1170/2016), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE CABOS PARA APARELHO DE ELETROTHERAPIA E PAPEL PARA APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 10/06/2016, às 13h59min do dia 24/06/2016;

Início da Sessão de Licitação: às 14h00min do dia 24/06/2016, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (24/06/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (24/06/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 10/06/2016.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas

através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 09 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Gabriel Arthur Loeff
Secretário de Saúde

Blumenau

CÂMARA MUNICIPAL

REPUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO MD Nº 2493

RESOLUÇÃO MD Nº 2493

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE VEREADORES EM VISITA TÉCNICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação dos Vereadores Fábio Allan Fiedler, Robinsom Fernando Soares e Jefferson Forest em visita técnica à Empresa Piracicabana, em São Paulo (SP), nos dias 2 e 3 de maio de 2016.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de transporte aéreo de ida e volta e de duas diárias "A" e uma diária "B", conforme tabela própria, para cada um dos Vereadores participantes.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, os Vereadores deverão apresentar ao Plenário, um relatório sobre a sua participação na visita técnica.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 28 DE ABRIL DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

DECRETO 880

DECRETO LEGISLATIVO Nº 880

CRIA A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO OLÍMPICO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º É criada a Comenda Municipal do Mérito Olímpico.

Art. 2º A Comenda Municipal do Mérito Olímpico será conferida às pessoas que se destacaram com participação em modalidades esportivas nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Art. 3º As Comendas – em número máximo de 15 (quinze) - uma indicação por Vereador – serão entregues a cada 4 (quatro) anos, no mês de agosto, em alusão às Olimpíadas do Rio de Janeiro, sendo as primeiras em 2016 - em sessão solene na Câmara Municipal de Blumenau.

Parágrafo único. Em caso de impossibilidade de realização na

Câmara Municipal de Blumenau, a homenagem será realizada em local adequado, de preferência em um prédio de propriedade ou posse do Município, após a aprovação da maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 4º A Comenda consistirá numa medalha de latão, redonda, tendo gravados:

I - na face principal:

a) em tonalidade dourada, em posição acima, a expressão CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU;

b) em posição ao centro, em relevo, uma tocha estilizada, circundada pela expressão COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO OLÍMPICO;

c) em posição abaixo, o ano da concessão; e

II - no reverso, em tonalidade prateada, em posição ao centro, em relevo, o brasão do município de Blumenau, circundado pela expressão COMPETINDO PELO BRASIL.

Parágrafo único. Ao homenageado, no ato da entrega da Comenda será concedido um Diploma de Mérito alusivo à distinção.

Art. 5º As indicações para a Comenda serão feitas até o dia 30 de junho, pelos Vereadores à Comissão Especial de Títulos Honoríficos, que as avaliará, em sigilo e, até o dia 15 de julho, as recomendará ou não, através de parecer encaminhado à Mesa Diretora.

§ 1º As indicações recomendadas pela maioria absoluta dos membros da Comissão serão objeto de Projeto de Decreto Legislativo - de iniciativa da Mesa Diretora, contendo as nomeações dos homenageados para a Comenda - a ser deliberado pelo Plenário.

§ 2º A indicação rejeitada pela Comissão será arquivada e poderá ser objeto de nova indicação, na nomeação seguinte, se for requerida pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 6º As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de verbas próprias, a serem consignadas no orçamento do exercício financeiro anual da Câmara Municipal.

Art. 7º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 07 DE JUNHO DE 2016.

Mário Hildebrandt Marcos da Rosa

Presidente Vice-Presidente

Célio Dias

1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky

2º Secretário

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 092/2016 DE 09 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 092/2016, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:**Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidores Municipais conforme relação:**

Nome	Período Concessão	Matrícula	Dias Férias
Julio Antonio Sandmann	13/06/16 a 27/06/16	600-9	15
Silvio Cesar Ceccon	13/06/16 a 12/07/16	349-2	30
Ismael Antonio Hahn	16/06/16 a 15/07/16	266-6	30

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 09 de Junho de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

2312.16 - LEI INCLUI NO CALENDÁRIO DE EVENTOS

LEI Nº. 2312/16 DE 08.06.2016

INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO, O AGOSTO DOURADO, MÊS DE REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído no Calendário Oficial do Município de Bom Retiro, o Mês de Reflexão sobre a Importância do Aleitamento Materno, a ser celebrado anualmente no mês de agosto, denominado oficialmente como "Agosto Dourado".

Art. 2º A instituição do "Agosto Dourado" tem como objetivos:

I - Promover palestras, conversas, seminários, workshops, campanhas e mobilizações que difundam a importância do aleitamento materno;

II - Estabelecer um comitê municipal de coordenação da amamentação;

III - Contribuir para aumentar os índices de aleitamento materno no Município;

IV - Promover medidas de âmbito municipal, que visem esclarecer, orientar e ensinar sobre a importância do aleitamento materno;

V - Estimular atividades de promoção, proteção e apoio à amamentação, em sintonia com os programas de atenção integral à saúde da mulher, da criança e ao adolescente.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal regulamentará as medidas para garantir a concreta execução destas atividades.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Bom Retiro em 08 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

43.16 - COMISSÃO PERMANENTE AVALIAÇÃO DESEMPENHO E ESTÁGIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO N º 43/16 de 07.06.2016.

Nomeia Novos Membros da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho dos Servidores Públicos Efetivos e em Estágio Probatório.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos e parágrafo 4º do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 19, de 04.06.98 e demais legislação vigentes:

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a nova Comissão Permanente de Avaliação

de Desempenho dos Servidores Públicos Efetivos e em Estágio Probatório para Progressão Funcional, formada por 03 membros efetivos e 01 representante de cada Secretaria, sob a Presidência do primeiro e secretaria da segunda, preparar, executar e julgar a Avaliação de Desempenho dos Servidores Públicos Efetivos e em Estágio Probatório da Prefeitura Municipal de Bom Retiro – SC sendo:

Secretaria de Administração e Fazenda:

Efetivos: Ericleia Faustino da Mota

Verlani Possenti

Marilu de Almeida Silva

Representante: Olávio Rovaris

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Efetivos: Olávio Rovaris

Andreia Cristina Oliveira Deucher

Joelma Menegaz

Representante: Marilene dos Santos Neckel

Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Efetivos: Olávio Rovaris

Dionicio Vidal dos Santos

Ivan Adir Andrade

Representante: Alçoni Marinho

Secretaria Municipal do Bem Estar Social

Efetivos: Olávio Rovaris

José Artur Rovaris

Marcia Denize Schiestl Grudtner

Representante: Fernanda B. O. Nunes

Secretaria Municipal de Saúde

Efetivos: Olávio Rovaris

Maria Margarete da Silva Gorges

Ana Paula Cabral

Representante: Hiede Maria Carbonera

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Efetivos: Olávio Rovaris

Perla de Oliveira dos Santos

Antonio Marcos de Brida

Representante: João Batista da Silva

Art. 2º. A Comissão ora constituída seguirá as normas dos Decretos nº 23/04 de 15 de Junho de 2004, que Regulamenta o Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional Aplicado em Estágio Probatório aos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Bom Retiro – SC e o Decreto n.º 24/04 de 15 de Junho de 2004, que Regulamenta Avaliação de Desempenho do Servidor em Progressão Funcional, e as disposições legais em vigor, tomadas as providências necessárias a sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 49/15 de 21 de julho de 2015.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, (SC), em 07 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na data supra.

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. De Adm. e Fazenda

44.16 DEC. SUPL. SUPERÁVIT.PMBR.PORTAL

Decreto N.º 44/16 de 08 de junho de 2016.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.(CANCELAMENTOS DE RESTOS À PAGAR)

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, II da Lei n.º 2299 de 15 de dezembro de 2015;
DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

08.01 – SECR. MUN. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
04.122.0051.2039 - MANUTENÇÃO DA SECR. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL
4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 03.34 - Recursos Transf.Conv.União/Outros(775921/2012-Portal Turístico)...R\$ 4.494,37
Sub Total
..... R\$ 4.494,37

Total Geral da SuplementaçãoR\$ 4.494,37

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior da respectiva fonte de recurso apurado pelo cancelamento do Resto à Pagar nº 376/2015 no valor de R\$ 4.494,37 que ora adiciona-se ao saldo apurado do superávit do exercício anterior da respectiva fonte.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 08 de junho de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

45.16 - APROVA DESM. LOTE LUNALVA O. F. ALTHOFF

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 45/16 de 08.06.16

Aprova desmembramento de área urbana para instalação de lote urbano

O Prefeito de Bom Retiro no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o art. 95, VIII, da Lei Orgânica Municipal:

Resolve:

Art. 1º - Fica aprovado, conforme Requerimento nº 220/2016, o

"Desmembramento" do imóvel de propriedade de JAIRO ALTHOFF, CPF nº 182.275.709-68 e esposa LUNALVA OLIVEIRA FIGUEIREDO ALTHOFF, CPF nº 625.335.769-72, Inscrição Imobiliária nº 01.01.176.1060.001, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 3.224, desta comarca de Bom Retiro, de uma área total de 15.000,00m²; desta área total será desmembrada uma área de 750,00m², ficando uma área remanescente de 14.250,00m².

Art. 2º - Aprova-se também o "Amembramento" da área de 750,00m², desmembrada, citada acima, que não tem frente para a Avenida 24 de Outubro, mas será anexada ao imóvel extremante, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 1.246, desta comarca de Bom Retiro, com uma área total de 2.094,00m², ficando este imóvel com uma área total de 2.844,00m². Os imóveis ficam situados ao lado par da Avenida 24 de Outubro, Bom Retiro, Santa Catarina.

Art. 3º - As medidas e confrontações estão descritas e caracterizadas no memorial descritivo, A.R.T, e mapas em anexo, visados por este órgão. O levantamento topográfico foi efetuado pelo técnico em agrimensura, Jonas Dato Cordeiro.

Art. 4º O imóvel possui a Infraestrutura exigida pela legislação vigente como água, energia elétrica, iluminação pública, canalização que recolhe a água pluvial e o esgoto das residências.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 08 de junho de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado
Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

46.16 - DEC.SUPLEMENTAÇÃO EXCESSO.ESC. BARBAQUÁ

Decreto N.º 46/15 de 09 de junho de 2016.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro , Exercício Financeiro de 2015, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2299 de 15 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

04.01 – SECR. MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.0018.1001 - CONSTR. REFORMA E AMPLIAÇÃO UND. ESC. ENS. FUND.
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL
4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.32 - Recursos Transf.Conv.Educação/União
..... R\$ 59.960,85
Total
..... R\$ 59.960,85

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso os recursos repassados pelo FNDE- PLANO DE AÇÃO ARTICULADA – TRANSFERÊNCIA DIRETA – INFRAESTRUTURA ESCOLAR – FUND. CONSTRUÇÃO ESCOLA NA LOCALIDADE DE BARBAQUÁ, fonte de Recurso 01.32 - Transferência de Convênio –Educação/União, receita: 24.71.02.05 – TRANSF. CONV.

EDUC.CONSTR.ESC.BARBAQUÁ – com objetivo de construção de uma escola de Ensino Fundamental na localidade de Barbaquá no município de Bom Retiro – SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 09 de junho de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

565.06.16 - P. EXON. PATRICIA K. C. APNO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 565/16 de 06.06.16

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder Exoneração a servidora Patrícia Kelly Cordeiro Apno, do Cargo de Servente – Padrão I - Nível – 1, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 340/16 de 30.03.2016, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a contar do dia 06 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Prefeito Municipal Sec. Mun. Adm. Fazenda

566.06.16 - P. EXON. WAGNER WESTPHAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 566/16 de 06.06.16

Exonera Servidor a Pedido

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder Exoneração ao servidor Wagner Westphal, do Cargo de Médico – Padrão I - Nível – 11, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeado através da Portaria n.º 390/16 de 06.04.2016, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – Equipe Saúde da Família – ESF – Interior, e cancela a Gratificação mensal concedida para atendimento de urgência e emergência, correspondente a 50% (cinquenta por cento), a contar do dia 06 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Prefeito Municipal Sec. Mun. Adm. Fazenda

567.06.16 - P. DES.AUX.ATEND. CON. DENT. FABIANA ROSSI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 567/16 de 07.06.16

Designa Atendente de Consultório Dentário Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, e pela Lei Federal 11.350 de 05.10.2006 que Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Fabiana Rossi, para exercer o cargo de Atendente de Consultório Dentário - Nível – 01, 40 horas semanais, em virtude de sua classificação em 1º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 06/2015, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro – SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – Equipe Saúde Bucal, a contar do dia 07 de junho de 2016 com validade enquanto durar o programa do Governo Federal, respeitado o disposto na Lei Federal 11.350 de 05.10.2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Prefeito Municipal Sec. Mun. Adm. Fazenda

568.06.16 - P. FÉRIAS JONAS I. PEREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 568/16 de 07.06.16

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) ao funcionário Jonas Inocêncio Pereira, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, para gozá-las a contar do dia 07 de junho com término no dia 06 de julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

569.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE FABIANA A. NETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 569/16 de 07.06.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 12 (doze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar dia 06 de junho com término no dia 17 de junho de 2016, a funcionária Fabiana Andrieza Neto, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

570.06.16 - P. DES. MÉDICO WAGNER WESTPHAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 570/16 de 07.06.16

Designa Médico Contratado em Caráter Temporário e Concede Gratificação para Atendimento de Urgência e Emergência

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso VIII da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Wagner Westphal, para exercer o cargo de Médico - Nível – 11, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro – SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, em virtude de sua Classificação em 1º lugar no Processo Seletivo nº 01/2016, e concede uma Gratificação mensal para atendimento de urgência e emergência, correspondente a 50% (cinquenta por cento), com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – Equipe Saúde da Família – ESF – Interior, a contar do dia 06 de abril de 2016, com validade enquanto durar o programa do Governo Federal, respeitado o disposto na Lei Federal 11.350 de 05.10.2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

571.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE SILVANA C. ALANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 571/16 de 08.06.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde de nos dias 08, 09 e 10 de junho de 2016, a funcionária Silvana Cristina Alano, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

572.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA L. H. OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 572/16 de 08.06.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 06 e 07 de junho de 2016, a funcionária Maria Lunilva Henckmaier de Oliveira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula e Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

573.06.16 - P. FÉRIAS VANDERLI A. SANGALETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 573/16 de 08.06.16

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) ao funcionário Vanderliir Antoninho Sangaletti, ocupante do cargo de Motorista - Padrão 1 – Nível 4, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar do dia 08 de junho com término no dia 07 de julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

574.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE SEBASTIÃO J. RODRIGUES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 574/16 de 08.06.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 31 de maio com término no dia 02 de junho de 2016, ao funcionário Sebastião João Rodrigues, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

575.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ERONETE AP. S. SOUZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 575/16 de 08.06.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas

atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 07 de junho de 2016, a funcionária a funcionária Eronete Aparecida da Silva de Souza ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

576.06.16 - P. LIC. PREMIO LEOVANDIO LORENZI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 576/16 de 09.06.16

Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 045/16 de 31.05.16, e despacho em 09.06.16, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de junho, julho e agosto, correspondente ao quinquênio 2009 (Dois Mil e Nove) a 2014 (Dois Mil e Quatorze); ao funcionário Leovandio Lorenzi ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

577.06.16 - P. LIC. PREMIO VITORINO L. ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 577/16 de 09.06.16

Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 049/16 de 07.06.16, e despacho em 09.06.16, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de junho, julho e agosto, correspondente ao quinquênio 2011 (Dois Mil e Onze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis); ao funcionário Vitorino Lídio da Rosa ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

578.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARILU DE ALMEIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 578/16 de 09.06.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 08 de junho de 2016, a funcionária Marilu de Almeida, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão 1 – Nível 6, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

58.16 L C PLANO DIRETOR

LEI COMPLEMENTAR Nº 58/16 de 08.06.16

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 07/04, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2004.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º - O Art. 33 da Lei Complementar nº 07/04, passa a ter a seguinte redação:

Art. 33. Para terrenos de esquina, o afastamento especificado no Quadro I – Uso e Regimes Urbanísticos, deverá ser observado em apenas uma das testadas do lote.

Art. 2º - Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei Complementar n. 07/04 de 17 de dezembro de 2004.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Retiro/SC, 08 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MINUTA DISPENSA LICITAÇÃO 01/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2016 PROCESSO N. 22/2016

Após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos e com base no Parecer Jurídico exarado dentro da legislação pertinente, no uso das atribuições legais a mim conferidas e com fulcro no art. 24 inciso V da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO a dispensa de licitação em favor da empresa: ELETRO SILVA SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ 15.795.764/0001-98, tendo como objeto a Aquisição de Material Elétrico destinado à manutenção da rede de Iluminação Pública do Município de Bom Retiro. Valor Total: R\$ 12.956,50 (doze mil novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos). Dê-se ciência desta decisão aos interessados, providencie-se a celebração do necessário contrato e publique-se o presente ato na imprensa oficial, conforme estabelecido no art. 26 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, para fins de eficácia da RATIFICAÇÃO aqui proferida.

Bom Retiro, 10 de junho de 2016.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 19/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO 29/2016

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 19/2016

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 09h00min do dia 27.06.2016, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para Contratação de serviço de perfuração e desmonte de rochas com emprego de explosivos civis na cascalheira (s) municipal (is), com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme anexo I do Edital, atendendo também a proposta SIGEF nº 17595/2016, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 09 de junho de 2016. Romildo Teske - Prefeito Municipal

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 20 2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO 30/2016

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 20/2016

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 14h00min do dia 27.06.2016, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de uma pá-carregadeira para prestação de serviços às propriedades rurais do município de Braço do Trombudo, objetivando a execução de ações relativas ao Programa FUNDO SOCIAL, conforme Proposta no SIGEF nº 17669/2016, objetivando a execução de ações relativas ao Programa do Fundo Social, conforme Convênio a ser celebrado entre o Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Agência de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul e o Município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 09 de junho de 2016.

Romildo Teske - Prefeito Municipal

LISTA OFICIAL DOS INSCRITOS NO CONCURSO PÚBLICO 001/2016

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

LISTA DE CANDIDATOS INSCRITOS PARA O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, considerando o disposto no Edital do concurso público nº 001/2016, no artigo 37 da Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de Braço do Trombudo, torna público:

Art.1º Ficam deferidas as inscrições relacionadas no anexo único deste edital para os cargos do concurso público nº 001/2016.

Art. 2º Este edital e seus anexos encontram-se afixados no mural da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, e serão publicados no Diário Oficial dos Municípios no site www.bracodotrombudo.sc.gov.br e também estão disponíveis no site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Art. 5º Os candidatos com a inscrição deferida ficam convocados a comparecer para a realização das provas no dia 12 de Junho de 2016, às 8 horas e 30 minutos, na Escola de Educação Básica Adolfo Böving, situada na Rua Leopoldo Joenck, nº 82, Centro, Braço do Trombudo/SC.

Obs.: para os candidatos aos cargos de Agente Comunitário de Saúde, Pedagogo, Professor de Educação Física e Técnico de Enfermagem a prova será na Escola Nucleada Km 20 na Rua Bruno Plaster, 225, Braço do Trombudo - SC.

Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, 09 de Junho de 2016.

ROMILDO TESKE

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Ficam DEFERIDAS, após verificação de regularidade, as inscrições dos seguintes candidatos aos cargos do certame aberto através do Edital do Concurso Público nº 001/2016 de 09 de Junho de 2016.

SEQ	ID	RG	NOME COMPLETO	CARGO
01	202	32241437	Marcos Vicente Pedrosa Cavalcanti	Fiscal de tributos
02	204	6005230	Diego Dela Justina	Fiscal de tributos
03	208	4457630	Caroline Streese	Fiscal de tributos

04	216	1678523	Nilson Jose Conti	Fiscal de tributos
05	218	41397827	Alesson De Moraes	Fiscal de tributos
06	219	5888087	Rodrigo Velter	Fiscal de tributos
07	224	4168970	Alcioneide Daboite	Fiscal de tributos
08	226	41928245	Luciano Anzillero	Fiscal de tributos
09	229	4573399	Leticia Raimundo De Andrade	Fiscal de tributos
10	236	3480022	Cleonice Aparecida Rosa	Fiscal de tributos
11	244	5379659	Carlos Eduardo Erckmann	Fiscal de tributos
12	247	6292774	Simone Filandiani	Fiscal de tributos
13	248	96767900	Giovany Antonelli	Fiscal de tributos
14	249	5232957	Janini De Souza	Fiscal de tributos
15	253	4203046	Luciana Soares	Fiscal de tributos
16	255	4457687	Marciana Pawlowski Ristow	Fiscal de tributos
17	256	1145863	Jean Deon Schvinder Da Silva Ribeiro	Fiscal de tributos
18	258	45297690	Marcos Dias	Fiscal de tributos
19	260	5923516	Larissa Maiane Radüntz	Fiscal de tributos
20	286	96225342	Juliane Meline Saldanha Muniz Stafin	Fiscal de tributos
21	291	4744530	Tiago Weigel	Fiscal de tributos
22	294	4431272	André Luis Gehrke	Fiscal de tributos
23	298	13943499	Nilza Luiz	Fiscal de tributos
24	301	4311285	Bruna Venturi	Fiscal de tributos
25	304	6808371	Ana Paula Alves	Fiscal de tributos
26	313	4690738	Valdonir Marcos Borges	Fiscal de tributos
27	333	4834064	Tainara Schmidt	Fiscal de tributos
28	334	3693947	Michel Luis Da Costa	Fiscal de tributos
29	337	4486887	Caroline Gabriela Rosseti	Fiscal de tributos
30	339	5465295	João Fernando Mateus De Sousa	Fiscal de tributos
31	342	4725956	Renato Momm	Fiscal de tributos
32	348	5869469	Gustavo Da Silva	Fiscal de tributos
33	351	4690314	Patricia Knaul Baade	Fiscal de tributos
34	352	4833318	Jenifer Emanuele De Abreu	Fiscal de tributos
35	354	4934443	Emerson De Figueredo	Fiscal de tributos
36	368	6292826	Michelly Cristine Rosa	Fiscal de tributos
37	369	4706271	Jakeline Stetter	Fiscal de tributos
38	373	4924781	Felipe Lins Ferreira	Fiscal de tributos
39	376	6230139	Camila Varela Buttner	Fiscal de tributos
40	381	4390761	Crisleine Weber	Fiscal de tributos
41	383	3280055	Ederaldo Luis Pereira	Fiscal de tributos
42	392	4234881	Gisely Picoli	Fiscal de tributos
43	393	3367358	Luciana Cipriani Kostetzer	Fiscal de tributos
44	422	5307433	Gelvazio Camargo	Fiscal de tributos
45	424	45077853	Myriam Jackeline Libel	Fiscal de tributos
46	426	3836387	Marilei Medeiros Domingues De Souza	Fiscal de tributos
47	428	33784590	Allan Cesar Kuester	Fiscal de tributos
48	429	298411	Maykon Lisboa De Castro	Fiscal de tributos
49	432	5467235	Tamira Cristina Pauli	Fiscal de tributos
50	433	5923871	Douglas Patel	Fiscal de tributos
51	434	2682405	Ana Lucia De Camargo	Fiscal de tributos
52	435	6267389	Joao Pedro Costa De Borba	Fiscal de tributos
53	440	4719472	Cristian Franc Wessner	Fiscal de tributos

54	442	7470286	Giovani Carneiro Da Silva Santana	Fiscal de tributos
55	109	4834496	Larissa Scharf	Fiscal de tributos
56	104	5087550	Matheus Sommerfeld	Fiscal de tributos
57	103	4691907	Deise Cristina Becker	Fiscal de tributos
58	102	3352438	Rodrigo Fronza	Fiscal de tributos
59	96	6665823	Valdirene Dos Santos	Fiscal de tributos
60	94	4690001	Tatiana Andressa Vicente	Fiscal de tributos
61	93	5880320	Sirlene Hoffmann De Souza	Fiscal de tributos
62	91	4935965	Janelize Antunes Rodrigues Will	Fiscal de tributos
63	90	5012771	Natalia Luiza Ramos	Fiscal de tributos
64	89	4001556	Marlene Da Silva	Fiscal de tributos
65	86	4431379	Hipolito Sarda De Souza	Fiscal de tributos
66	84	4166449	Oziel Da Silva	Fiscal de tributos
67	83	3403617	Tatiane Da Silva	Fiscal de tributos
68	81	5071055	Jussinara Mariane Waterkemper	Fiscal de tributos
69	80	5071054	Jussara Daiane Waterkemper	Fiscal de tributos
70	77	4642830	Gustavo Davi Larsen Kurth	Fiscal de tributos
71	75	4171144	Scharlene Vanessa Machado	Fiscal de tributos
72	72	5088022	Lucas Augusto Martins	Fiscal de tributos
73	68	4642838	Yasmin Aline Roedel	Fiscal de tributos
74	66	5379659	Carlos Eduardo Erckmann	Fiscal de tributos
75	62	7323233	Cassiano Barcelos	Fiscal de tributos
76	61	2912243	Joel Marcos Erbs	Fiscal de tributos
77	60	7394798	Vanuza De Oliveira Biancardi	Fiscal de tributos
78	58	1725287	Luiz Dinizete Mafra	Fiscal de tributos
79	57	4394391	Alan Ramos	Fiscal de tributos
80	54	3905870	Daiane Alfien	Fiscal de tributos
81	53	4934669	Tayla Luana Becker Alves De Andrade	Fiscal de tributos
82	51	6292794	Fabiana Muller	Fiscal de tributos
83	49	4485258	Valdirene Heiden	Fiscal de tributos
84	48	4834120	Lucas Zoboli	Fiscal de tributos
85	45	4485448	Katia Karina Holler	Fiscal de tributos
86	42	5120148	Daniela Kormann	Fiscal de tributos
87	41	5888377	Josemeri De Fatima Cordeiro	Fiscal de tributos
88	40	5548775	Michele Gutz	Fiscal de tributos
89	39	6788172	Elnatã Petterson De Liz	Fiscal de tributos
90	36	3394130	Elisabeth Baade Larsen	Fiscal de tributos
91	35	4462597	Janaina Medeiros Dos Santos	Fiscal de tributos
92	32	5853455	Adriano Becker	Fiscal de tributos
93	29	5654773	Eliana Heinz	Fiscal de tributos
94	26	37325370	Eliciana Eliza Eble	Fiscal de tributos
95	25	5844319	Geruza Nunes	Fiscal de tributos
96	22	6033616	Odair Correa Ladewig	Fiscal de tributos
97	16	4565190	Josiane Eyng Lischeski	Fiscal de tributos
98	15	4374488	Aline Fernanda Chiqueleiro	Fiscal de tributos
99	11	4745539	Cristiane Valente Fuch	Fiscal de tributos
100	7	3547404	Alenir Franz	Fiscal de tributos
101	6	3459928	Diogo De Oliveira Brod	Fiscal de tributos
102	4	4496768	Amanda Cristina Hoeltgebaun	Fiscal de tributos
103	118	5465295	João Fernando Mateus de Souza	Fiscal de Tributos

104	117	3835066	Marlize Larsen Floriano	Fiscal de Tributos
105	115	4834064	Tainara Schmidt	Fiscal de Tributos
106	114	6276776	Lucas Renan Butzke	Fiscal de Tributos
107	232	4374385	Rodrigo Constantino	Agente comunitário de saúde
108	273	5307917	Bruna Fernanda Amorim Wanzuitta	Agente comunitário de saúde
109	358	21799164	Marizete Beschold do Nascimento	Agente comunitário de saúde
110	367	6292826	Michelly Cristine Rosa	Agente comunitário de saúde
111	380	4529151	Joici Jaqueline Heidrich	Agente comunitário de saúde
112	401	4706203	Mirian Kranz	Agente comunitário de saúde
113	423	4719114	Matheus Kjellim Garzo	Agente comunitário de saúde
114	441	3533458	Josely Eger Grahl	Agente comunitário de saúde
115	108	6058648	Cassandra Juliana Valente Farias	Agente comunitário de saúde
116	107	5880132	Karine Juliane Valente Farias	Agente comunitário de saúde
117	97	5880157	Jainne De Lurdes De Oliveira	Agente comunitário de saúde
118	74	55298869	Karine Vilhalva De Liz	Agente comunitário de saúde
119	50	4691787	Patricia Franscisoni Walzburger	Agente comunitário de saúde
120	43	2918411	Rolando Heinz	Agente comunitário de saúde
121	37	4510582	Joelma Antunes Dos Santos	Agente comunitário de saúde
122	34	5720200	Jayne Grahl	Agente comunitário de saúde
123	28	6032540	Lenice Thom	Agente comunitário de saúde
124	27	3273079	Rosangela Schmoeller	Agente comunitário de saúde
125	21	3579096	Rosenilda De Fatima Narcizo Sutil	Agente comunitário de saúde
126	18	5368780	Laisa Natali Sculze	Agente comunitário de saúde
127	14	4365716	Cristiane Danker	Agente comunitário de saúde
128	13	4690326	Sidneia Rodrigues Cordeiro	Agente comunitário de saúde
129	10	3273904	Carin Heinz	Agente comunitário de saúde
130	3	3502947	Silvana Gonsalves Dos Santos Coelho	Agente comunitário de saúde
131	113	6338293	Larissa Morgana Jandt	Agente comunitário de saúde
132	263	4203687	Dirlei De Fátima Cordeiro	Pedagogo
133	269	4719578	Maiara Cristina Weiss	Pedagogo
134	305	3298410	Marta Cenci	Pedagogo
135	329	43908128	Cynthia Kammers Bosio	Pedagogo
136	430	5088509	Elizete Pereira	Pedagogo
137	436	4431935	Lais De Souza	Pedagogo
138	443	3458118	Ingrid Carolina Hubes De Oliveira Neves	Pedagogo
139	446	3993241	Cassiane Schmidt Payerl	Pedagogo
140	110	4118209	Mara Santos De Souza Pereira	Pedagogo
141	101	4745540	Cislaine Carla Valente Fuck	Pedagogo
142	99	4457417	Regiane Da Silva Neumann	Pedagogo
143	95	4001764	Cleide Malva Ceola	Pedagogo
144	92	3374475	Gilciara Correa Goulart Cruz	Pedagogo
145	82	33943044	Rosana Baade Leonhardt	Pedagogo
146	78	520900972	Solange Velwock De França	Pedagogo
147	69	2915176	Maisa Adriana Carvalho França	Pedagogo
148	64	5279051	Silvana Jordina Goedert De Souza	Pedagogo
149	63	4394200	Dayana Arndt	Pedagogo
150	59	2259416	Liceia Lima Silverio	Pedagogo
151	52	2912063	Soraia Schmidt	Pedagogo
152	47	2707252	Luciana Pinto Farias De Almeida	Pedagogo
153	30	4203779	Ariana Floriano	Pedagogo

154	20	5011328	Lais Hubner	Pedagogo
155	76	4001551	Juliana Meurer	Professor de educação física
156	17	22903431	Nixon Augusto Gomes	Professor de educação física
157	38	5338099	Jose Luiz Ronchi Da Rosa	Professor de educação física
158	19	5987144	Regiane Carolina Valente De Liz	Professor de educação física
159	55	1085417895	Bruna Jocasta Da Silva	Professor de educação física
160	245	44554320	Celita moreira	Professor de educação física
161	279	5060682	Leila cristina fink Marques	Professor de educação física
162	317	42908128	Cynthia Kammers Bosio	Professor de educação física
163	386	44554320	Celita Moreira	Professor de educação física
164	387	3591205	Fagner Amauri da Silva Viana	Professor de educação física
165	389	3996241	Leonardo STahl	Professor de educação física
166	425	4834243	Edeurio Loterio	Professor de educação física
167	105	4934949	Erica Elen Baasch	Técnico em enfermagem
168	70	26232197	Angela Burato Seide	Técnico em enfermagem
169	46	5797361	Edson Fernande Witter	Técnico em enfermagem
170	12	2621218	Angelina Pereira Medeiros Dos Santos	Técnico em enfermagem
171	8	49323938	Simone Klaumann	Técnico em enfermagem
172	5	4481259	Veronica De Fatima Alves Dos Santos	Técnico em enfermagem
173	2	14377462	Waldivino Mendes Dos Santos	Técnico em enfermagem
174	271	4833423	Mayara Juliana De Souza	Técnico em enfermagem
175	300	4093059	Fernanda Souza	Técnico em enfermagem
176	363	4233237	Elisângela Borba	Técnico em enfermagem
177	385	3674759	Elisiane Felipe Tomiosso	Técnico em enfermagem
178	398	43062849	Loir Constante Da Silva	Técnico em enfermagem
179	427	536880	Samara Pereira Da Costa	Técnico em enfermagem
180	23	5613197	Tamara Camargo	Professor de história
181	88	4431510	Gislaine Draprinchinski Rech	Professor de história
182	85	2129285	Marcio Roberto Da Silva	Professor de história
183	56	18979947	Guiomar Lins De Oliveira Ferreira	Professor de história
184	200	41543181	Stephanie Cristina Bohme Suchara	Professor de História
185	330	123496841	Arthur Luiz Peixer	Professor de História
186	347	4403623	Stefanie Schreiber	Professor de História
187	431	4056982	Paula Schmitz	Professor de História
188	444	5888648	Tainá Alice Bombilio	Professor de História
189	445	394819172	Jose Antonio Teofilo Cairus	Professor de História
190	207	2492398	Vanderlei Peters	Auxiliar de serviços gerais
191	79	6338142	Alex Sandro Dos Santos	Auxiliar de serviços gerais
192	73	1355028	Paulo Roberto Schmauch	Auxiliar de serviços gerais
193	44	5368564	Cristiano Dos Santos	Auxiliar de serviços gerais
194	31	2333376	Jalmir Dos Santos	Auxiliar de serviços gerais
195	24	7248163	Jeferson Moreira	Auxiliar de serviços gerais
196	1	4861924	Dione Francisco Saturnino	Auxiliar de serviços gerais
197	116	48021182	Estanislau Schmidt	Auxiliar de serviços gerais
198	240	161539464	Carlos Alberto Gonzaga Tristão	Professor de ciências
199	335	37172352	Cintia Jardim Da Silva	Professor de ciências
200	361	5456720	Joice Fernanda Kuerten	Professor de ciências
201	98	4154956	Jaisson Miguel Gonsalves	Professor de ciências
202	33	4642588	Lucimava Wiessner	Professor de ciências
203	71	4744086	Leonardo Mauricio Pisetta Gorges	Professor de ciências

204	111	4071974	Monique Brandes da Silveira	Professor de Ciências
205	87	2911337	Ricardo Voltolino	Professor inglês
206	67	2624824	Vera Neuber Da Silva	Professor inglês
207	65	5654853	Janelize Oliveira Pereira Da Silva	Professor inglês
208	439	83431490	Ana Flavia Bedin	Professor de português
209	100	4690577	Kelli Masselai	Professor de português
210	106	40564762	Cleiton Francisco Pedro	Pedreiro/carpinteiro
211	9	201848	Luiz Preis	Pedreiro/carpinteiro
212	112	5844211	Sergio Luiz Marian	Pedreiro/Carpinteiro
213	309	2673365	Daniel Adriano Braga	Professor de ensino religioso

Braço do Trombudo, 09 de Junho de 2016.

Clober Schneider

Presidente

Comissão Municipal Coordenadora do Processo

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº10/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 1/48

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
1	ABAIXADOR DE LINGUA C/100 (88)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	THEOTO	0	2,4700	1		
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (8824)	THEOTO	0	2,4800	2		
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	ESTILO	0	2,9600	3		
2	Água destilizada (destilada) 5 lt. (4270)	GL	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CAYTHEC	0	4,6500	1		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP-LTD (6011)	Catithec	0	5,3600	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Catithec-Dental	0	5,4100	3		
3	Água destilada para diluir medicamentos IM/IV. Ampola c/5ml. Com registro na Anvisa. (4272)	AMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	ISOFARMA	0	0,1900	1		
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	ISOFARMA	0	0,2000	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Isofarma	0	0,2100	3		
4	Água destilada para diluir medicamentos IM/IV. Ampola c/10ml. Com registro na Anvisa. (4273)	AMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	FARMACE	0	0,1600	1		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Samtec	0	0,1700	2		
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	EQUIPLEX	0	0,1900	3		
5	Água oxigenada. 1 lt. (4274)	LT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP-LTD (6011)	Rioquímica	0	2,7200	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 2/48

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Agulha desc. 13x4,5 26G ½, parede fina bisel trifacetado. Cx c/100. (4275)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	2,9200	2
			LITORALM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	VIC PHARMA	0	3,4800	3
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	4,9600	1
7	Agulha desc. 20x5,5 24G 3/4, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bisel trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (4276)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	4,9700	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	5,1900	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	5,0000	1
8	Agulha desc. 25x8 21G 1, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bisel trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100 (3072)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	5,1000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	5,7000	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	4,9500	1
9	Agulha desc. 25x8 21G 1, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bisel trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (3073)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	4,9700	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	5,2000	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	4,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 3/48

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Agulha desc. 30x7 22G1 1/4, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bisel trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (4279)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	4,9700	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	5,2000	3
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	DESCARPAC+	0	5,1000	1
11	Agulha desc. 30x8 21G1 1/4, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bisel trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (4280)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	5,1500	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	5,7000	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	5,0500	1
12	Agulha desc. 40x12 18G1 1/2, parede fina bisel trifacetado. Cx c/100. (4281)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	5,1100	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	5,7000	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	5,6500	1
13	Álcool 70%. 1 lt. (4282)	LT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	5,6800	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	5,7000	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MEGAQUIMIC	0	3,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 4/48

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LITORALM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	TUPI	0	3,7200	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Da Ilha	0	3,8600	3
14	Alcool glicerinado 70%, 1lt (4283)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	6,2900	1
15	Alcool iodado 1lt (1736)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	8,0500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vic Pharma	0	8,6700	2
16	Alcool 92 %, 1lt (3079)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Da Ilha	0	4,1900	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Flops	0	4,8000	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	RICIE	0	6,0000	3
17	Alcool em Gel Anti-séptico frasco entre 800 a 1.000ml. Acompanha válvula pump, utiliza alcool neutro, bidestilado, isento de contaminantes, Produto biodegradavel, elaborado como complemento na higienização de mãos, Gel a base de alcoois que evaporam sem deixar odores residuais, e com largo espectro de ação. (17016)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Chirord Sudeste	0	7,8500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Chirord	0	9,3300	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	RICIE	0	9,4000	3
18	Algodão hidrófilo 500g. (3081)	UND	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	EURO MED	0	7,2500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 5/48

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	NATHALYA	0	7.3000	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	FAROL	0	7.6000	3
19	Algodão hidrófilo em bolas. Pct c/100gramas, (4288)	PCT	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SSPLUS	0	2.0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MeIhomed	0	2.0300	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	NATHALYA	0	2.5200	3
20	Almofola transparente bloco reto 100ml (3083)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	J.PROLAB	0	1,2000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	J.PROLAB	0	1.3500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	J Prolab	0	1.5200	3
21	Atadura Crepom 6cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado, 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056, (4230)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CREIMER	0	0,2000	1
			LITORALM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	ANDREONI	0	0,2100	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MB TEXTIL	0	0,2100	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MB TEXTIL	0	0,2200	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 6/48

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	Atadura Crepom 10cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado, 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056. (4291)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CREMER	0	0,3200	1
			LITORAL COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	ANDREONI	0	0,3400	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MB TEXTIL	0	0,3500	3
23	Atadura Crepom 12cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado, 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056. (4292)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CREMER	0	0,3700	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MB TEXTIL	0	0,4200	2
24	Atadura Crepom 15cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado, 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056. (4293)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CREMER	0	0,4500	1
			LITORAL COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	ANDREONI	0	0,4700	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MB TEXTIL	0	0,5200	3
25	Atadura Crepom 20cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado, 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056. (4294)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CREMER	0	0,6100	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MB TEXTIL	0	0,7000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 7/48

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	Avental descartável com manga longa confeccionado em TNT, branco aberto nas costas com tiras para amarrar na cintura e no pescoço. Com elástico nos punhos. Pacote c/10, (3089)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CLEAN	0	9,8000	1
27	Bolsa coletora de urina - sistema fechado 2 litros (Descartável e estéril. Possui conector universal com ajuste para sondas vesicais, com tampa protetora atóxica, apirrogênica e descartável. Válvula anti-refluxo, alta de sustentação, pinça contra fluxo, tira para transporte, tubo de esvaziamento. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico e em blister de filme plástico termolamável. Esterilizada em óxido de etileno). (17017)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medgauze	0	11,5000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SKY	0	11,5300	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	2,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	2,2100	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	2,3300	3
28	Bolsa de Urostomia 38mm. Transparente cx c/10 unidades.Bolsa para Urostomia com Válvula Anti-Reflexo e parte integrante do sistema de duas peças. Este sistema consiste de dois itens básicos separados: a placa protetora e a bolsa coletora removível. O Sistema de duas peças oferece a flexibilidade de colocação da bolsa coletora sem necessidade de remover a placa protetora da pele. Bolsa com Válvula Anti-Reflexo é composta de acetato de vinilítileno (EVA), doreto de polimilideno (PVDCl), polietileno, acetato de vinila e acrílate de metil etileno. (17018)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SAFTI	0	12,0000	1
29	Cateter intravenoso periférico. Agulha siliconizada, com biseal trifacelado, polietileno, acetato de vinila e acrílate de metil etileno. Cântula em fluorotetrapropileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebites, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 18G. Com registro na ANVISA. (17019)	UND	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	0,6400	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	COLOPLAST	0	15,9000	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SOLIDOR	0	0,6500	2

Página: 8/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	Cateter intravenoso periférico, Agulha siliconizada, com bisel trifacetado, Cânula em fluorossileno-propileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebites, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 20G. Com registro na ANVISA (4299)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	0,7000	3
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	0,6100	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SOLIDOR	0	0,6200	2
31	Cateter intravenoso periférico, Agulha siliconizada, com bisel trifacetado, Cânula em fluorossileno-propileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebites, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 22G. Com registro na ANVISA (4300)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	0,7000	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SOLIDOR	0	0,5900	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	0,6300	2
32	Cateter intravenoso periférico, Agulha siliconizada, com bisel trifacetado, Cânula em fluorossileno-propileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebites, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 24G. Com registro na ANVISA (4301)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	0,7000	3
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	0,6800	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SOLIDOR	0	0,6900	2
33	Cateter intravenoso periférico, Agulha siliconizada, com bisel trifacetado, Cânula em fluorossileno-propileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebites, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 26G. Com registro na ANVISA (4302)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	0,7000	3
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	0,6800	1
34	Cateter intravenoso periférico, Agulha siliconizada, com bisel trifacetado, Cânula em fluorossileno-propileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebites, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 28G. Com registro na ANVISA (4303)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	0,7000	3
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	0,6800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 9/48

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
33	Catgut simples, fio de sutura absorvível c/agulha 2-0 3/8 30mm-75cm cx c/24, (3092)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Technofio	0	72,9600	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	ACE	0	76,7000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Shalon	0	84,5800	3
34	Catgut simples, fio de sutura absorvível c/agulha 4-0 3/8 30mm-75cm cx c/24, (3093)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Technofio	0	72,9600	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	ACE	0	76,7000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Shalon	0	84,5800	3
35	Catgut cromado 2-0, fio de sutura absorvível 75 cm c/agulha 3,0 cm cx c/24, (1816)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Technofio	0	72,9600	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	ACE	0	76,7000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Shalon	0	84,5800	3
36	Catgut cromado 4-0, fio de sutura absorvível 75 cm c/agulha 3,0 cm cx c/24 unid. (1817)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Technofio	0	72,9600	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	ACE	0	76,7000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Shalon	0	84,5800	3
37	Cinto de segurança tipo aranha para prancha imobilizadora de remoção -adulto- (cinto aranha com fitas de nylon altamente resistente, presilhas em velcro, cintas móveis com regulagem de comprimento, cores individuais para facilitar a imobilização de vítimas. Desenho padronizado para aplicação em pranchas de imobilização). (4306)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Fibra Resgate	0	35,1700	1

Página: 10/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Fibra	0	49,1100	2
			ALANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ROMED	0	52,0000	3
38	Clorexidina, Solução de digliconato, 2% degemante. Embalagem de 1 litro. (4307)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Rioquímica	0	9,1000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Rioquímica	0	9,6700	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	RIOQUIMICA	0	12,0000	3
39	Clorexidina, Solução de digliconato, solução aquosa 0,2%. Embalagem de 1 litro. (4308)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Rioquímica	0	7,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	9,6700	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	RIOQUIMICA	0	13,0000	3
40	Clorexidina, Solução de digliconato, solução ALCOÓLICA Embalagem de 1 litro. (4309)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Rioquímica	0	6,9800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	7,3100	2
41	Cloridrato de lidocaína 2% sem vaso (frasco 20ml). (4311)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	2,9900	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	HYPOFARMA	0	3,1700	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	HYPOFARMA	0	4,2800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 11/48

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	Cloridrato de lidocaina 2% sem vaso 20ml (1738)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	2,9800	1
43	Cloridrato de lidocaina 2% gel.Tubo de 30 gramas. (17020)	UND	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	HYPERMARC	0	1,4300	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	1,4900	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PHARLAB	0	1,5700	3
44	Colar cervical regulável, ADULTO. (Possua regulagem de altura com 4 níveis de ajuste. Confeccionado em material injetado (polietileno de alta densidade) e EVA com apoio mentonian). (4313)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ROMED	0	34,0000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MARINAR	0	38,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	46,0000	3
45	Colar cervical regulável, INFANTIL. (Possua regulagem de altura com 4 níveis de ajuste. Confeccionado em material injetado (polietileno de alta densidade) e EVA com apoio mentonian). (4314)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ROMED	0	34,0000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MARINAR	0	38,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	46,0000	3
46	Coleira para material perfuro-cortante em material resistente a perfurações, impermeável, com sistema de abertura e fechamento prático e seguro ao manuseio, em formato quadrado, com capacidade e 7 lt. (4315)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	EMBALAIRE	0	1,6500	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	EMBALAIRE	0	2,2900	2

Página: 12/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Embalãire	0	2,3100	3
47	Compressa cirurgica para campo operatório não estéril, 04 camadas com cadaço 45x50 cm, por 050 unidades. (1618)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MDA	0	37,0000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CREMER	0	38,0000	2
			LITORALM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	MEDPLUS	0	48,0000	3
48	Compressa de gase 7,5x7,5, 13 fios, pacote 500 unidades, peso mínimo 465 a 475 gramas, conforme normas da ABNT NBR 13843, com dados do fabricante e nº de registro na Anvisa (1613)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	POLAR FIX	0	9,0000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	GAZETEX	0	10,9800	2
			LITORALM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	ANDREONI	0	12,7500	3
49	Compressa de gase 10x10, 13 fios, pacote 500 unidades, peso mínimo 980 a 1.010 gramas, conforme normas da ABNT NBR 13843, com dados do fabricante e nº de registro na Anvisa (1737)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MEDIHOUSE	0	18,0000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	HOSPITEX	0	20,9900	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	HOSPITEX	0	26,9000	3
50	Curativo redondo para punção steeper. Cx com 500 unidades. (3107)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Olex	0	10,1500	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	CIEX	0	10,7200	2

Página: 13/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	CIEX	0	11,0500	3
51	Curativo retangular para curativos pequenos. Filme plástico, adesivo acrílico, fibras naturais, fibras sintéticas e polietileno. Cx c/ 50 (4320)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	HIGIETOPP	0	3,0200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Oral	0	3,7900	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	HIGGIE	0	4,9000	3
52	Dreno penrose nº 2 com gaze estéril, embalado individualmente e reembalado em embalagem com 12 unidades. (4321)	PCT	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MADEITEX	0	20,0500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cirurgica Brasi	0	25,7000	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	MADEITEX	0	26,3000	3
53	Elétrodo adulto descartável em espuma hipoalergênica. Pacote com 30und. (4322)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITALCOR	0	7,8400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitor	0	9,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solitor	0	9,3600	3
54	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade, 70mmx230mm. Cx c/ 100 unidades. (3110)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL PACK	0	9,7000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	VEDAMAX	0	13,9500	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	VEDAMAX	0	14,9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 14/48

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
55	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade 90mmx260mm. Cx c/ 100 unidades (3111)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL PACK	0	12,2900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Harbo	0	14,0000	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	GILMED SUL	0	16,2500	3
56	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade 150mmx250mm. Cx c/ 100 unidades (3112)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Harbo	0	23,0000	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	HOSPFLEX	0	26,1600	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	VEDAMAX	0	29,2000	3
57	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade, 230mmx300mm. Cx c/ 100 unidades (3113)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	VEDAMAX	0	49,9000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	VEDAMAX	0	53,9000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	VEDAMAX	0	59,0600	3
58	Envelope para esterilização, auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade, 230mmx350mm. Cx c/ 100 unidades (4327)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	VEDAMAX	0	55,0000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	VEDAMAX	0	55,9000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Zematt	0	61,0000	3

Página: 15/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
59	Equipo macrogotas para infusão de soluções parenterais, com injetor lateral, em pvc transparente, estéril, de 1,35 m, com câmara de golejamento, transparente, maleável, com tubo de pvc tendo em sua extensão pinça rolete e injetor lateral de látex autocicatrizante, conector de plástico com tampa protetora, a data de fabricação e a data de validade deverão vir impressas na embalagem do material. Com registro na ANVISA/MS e RDC nº 59, (3116)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,8000	1
60	Equipo para nutrição enteral c/ 1,5m. NBR 14041/1998. (4329)	UND	LITORALM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	DESCARPAC+	0	1,0500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	TKI	0	1,0800	3
		UND	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	RM DESC	0	0,9500	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	BIOSANI	0	0,9900	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	DESCARPAC+	0	1,0400	3
61	Escova para coleta de preventivo. Pct com 100 unidades. (4330)	PCT	LITORALM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	KOLPLAST	0	15,0000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VAGISPEC	0	15,7000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Kolplast	0	15,9800	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	ABSORVE	0	16,5000	4
62	Esparadrapo impermeável branco 10cm x 4,5m c/capa. Esparadrapo de tecido 100% algodão com tratamento acrílico, adesivo branco à base de borracha natural e resina (4331)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MISSNER	0	4,1000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Oral	0	4,1400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 16/48

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MISSNER ADF	0	4,5200	3
63	Espátula de Ayres p/coleita de preventivo. Pct c/100. (3120)	PCT	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ESTILO	0	4,3000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CRALPLAST	0	4,8000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Thecto	0	4,8700	3
64	Especulo vaginal descartável Tam P. (4333)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CRALPLAST	0	0,5900	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	CRAL	0	0,6700	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Oral	0	0,7000	3
65	Especulo vaginal descartável tam.M (1741)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CRALPLAST	0	0,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Oral	0	0,7400	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	CRAL	0	0,7500	3
66	Fio de sutura 4-0 comprimento do fio 45cm, agulha de 1/2 com corte reverso e 16mm de espessura, polilactida. Incolor/trancada absorvível (sutura sintética, absorvível, estátil, composta de copolímero obtido a partir de glicólida e lactida, revestida com polilactida 370 e esterarato de cálcio, incolor, construída por trançamento, esterilizados por óxido de etileno). Cx c/12 unidades. (4335)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	23,0000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROCARE	0	23,9000	2

Página: 17/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	Fio de sutura 4-0, c/agulha 3cm cx c/ 24 envelopes (nylon). (3124)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROCARE	0	22,9900	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	23,0000	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	25,3500	3
68	Fio de sutura 2-0, c/agulha 3cm cx c/ 24 envelopes (nylon). (3125)	CX	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	22,9900	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	23,0000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROCARE	0	23,9000	3
69	Fio agulhado de Nylon-monofilamento preto, Fio USP 2/0 45cm - agulha 20mm 3/8. cx com 24 envelopes. Com registro na ANVISA. (4338)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	23,0000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROCARE	0	23,9000	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	25,3500	3
70	Fio agulhado de Nylon-monofilamento preto, Fio USP 2/0 45cm - agulha 25mm 3/8. cx com 24 envelopes. Com registro na ANVISA. (4339)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	23,0000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROCARE	0	23,9000	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	25,3500	3
71	Fio agulhado de Nylon-monofilamento preto, Fio USP 3/0 45cm - agulha 20mm 3/8. cx com 24 envelopes. Com registro na ANVISA. (4340)	CX	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	22,9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 18/48

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	23.0000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROCARE	0	23.9000	3
72	Fio agulhado de Nylon-monofilamento preto, Fio USP 4/0 45cm - agulha 30mm 3/8, cx com 24 envelopes. Com registro na ANVISA (17021)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	23.0000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROCARE	0	23.9000	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	25.3500	3
73	Fio agulhado de Nylon-monofilamento preto, Fio USP 5/0 45cm - agulha 20mm 3/8, cx com 24 envelopes. Com registro na ANVISA, (4342)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROCARE	0	22.9800	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	22.9900	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	23.0000	3
74	Fita para autoclave, em papel crepado, com listras impressas com tinta especial, na cor branca, que em contato com a temperatura empregada na esterilização muda de cor, tornando-se pretas 19mmx30mt. (4343)	UND	LITORALIM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	MASTER	0	2.4000	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	CIEX	0	2.5200	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Poli Tape	0	2.6500	3
75	Fita micropore 1,2cm x 10,0 mts, com capa, Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscosse, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipoalergênico, utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. Cor Branca (4344)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Oral	0	0,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 19/48

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	Fita micropore 2,5cm x 10,0 mts, com capa. Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscosse, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipocelulósico, utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. Cor BEGE (4346)	UND	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	CRAL	0	1,0400	2
			LITORALM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	MISSNER	0	1,0500	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MISSNER	0	1,7200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Oral	0	1,7900	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MISSNER	0	1,9500	3
77	Fita micropore 2,5cm x 10,0 mts, com capa. Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscosse, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipocelulósico, utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. Cor Branca (4346)	UND	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MISSNER	0	1,5400	1
			LITORALM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	MISSNER	0	1,5500	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MISSNER	0	1,6400	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Oral	0	1,7900	4

Página: 20/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
78	Fralda geriátrica tamanho P, pot com 11 fraldas, cintura tam 40 até 80 cm, peso 20 até 40 Kg, camada de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; Barreiras mais altas proporcionando muito mais segurança contra vazamentos. laterais; Novo design com núcleo de formato anatômico proporcionando maior conforto; Cobertura interior de não tecido, que oferece maior conforto, com Aloe Vera, tornando a cobertura macia ao toque na pele; Camada externa toque suave dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança e conforto; Indicador de umidade para maior praticidade: as duas listras tornam-se azuis sinalizando a hora de trocar o produto; Controlador de odor com extrato natural. Os componentes são atóxicos e pré-testado. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (Dry Gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação. (17022)	PCT	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MASTERFRAL	0	7,8800	1		
79	Fralda geriátrica tamanho M, pot com 10 fraldas, cintura tam 70 até 120 cm, peso 40 até 70 Kg, camada de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; Barreiras mais altas proporcionando muito mais segurança contra vazamentos. laterais; Novo design com núcleo de formato anatômico proporcionando maior conforto; Cobertura interior de não tecido, que oferece maior conforto, com Aloe Vera, tornando a cobertura macia ao toque na pele; Camada externa toque suave dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança e conforto; Indicador de umidade para maior praticidade: as duas listras tornam-se azuis sinalizando a hora de trocar o produto; Controlador de odor com extrato natural. Os componentes são atóxicos e pré-testado. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (Dry Gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação. (17023)	PCT	LITORALIM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	DESCARPAC	0	8,3400	1		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MASTER	0	8,3500	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biofral	0	11,5000	2		

Página: 21/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

80	Fralda geriátrica tamanho G, pct com 08 fraldas, cintura tam 80 até 150 cm, peso 70 até 90 Kg, camada de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; Barreiras mais altas proporcionando muito mais segurança contra vazamentos laterais; Novo design com núcleo de formato anatômico proporcionando maior conforto; Cobertura interior de não tecido, que oferece maior conforto, com Aloe Vera, tornando a cobertura macia ao toque na pele; Camada externa toque suave dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança e conforto; Indicador de umidade para maior praticidade: as duas listras tomam-se azuis sinalizando a hora de trocar o produto; Controlador de odor com extrato natural. Os componentes são atóxicos e pré-testado. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (Dry Gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação. (17024)	PCT	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MASTER	0	8,8900	1
----	---	-----	-----------------------------------	--------	---	--------	---

METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biofral	0	11,5000	2
---	---------	---	---------	---

81	Fralda geriátrica tamanho EG, pct com 07 fraldas, cintura tam 110 até 165 cm, peso acima de 90 Kg, camada de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; Barreiras mais altas proporcionando muito mais segurança contra vazamentos laterais; Novo design com núcleo de formato anatômico proporcionando maior conforto; Cobertura interior de não tecido, que oferece maior conforto, com Aloe Vera, tornando a cobertura macia ao toque na pele; Camada externa toque suave dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança e conforto; Indicador de umidade para maior praticidade: as duas listras tomam-se azuis sinalizando a hora de trocar o produto; Controlador de odor com extrato natural. Os componentes são atóxicos e pré-testado. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (Dry Gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação. (17025)	PCT	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MASTER	0	8,6300	1
----	---	-----	-----------------------------------	--------	---	--------	---

METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biofral	0	11,5000	2
---	---------	---	---------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 22/48

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
82	Fralda Infantil Tam P - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (2891)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MEDIHOUSE	0	0,8000	1
83	Fralda Infantil Tam M - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (2892)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MEDIHOUSE	0	0,8000	1
84	Fralda Infantil Tam G - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (2893)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MEDIHOUSE	0	0,8000	1

Página: 23/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	Fralda Infantil Tam EG - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empedolamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e pilotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (2894)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MEDIHOUSE	0	0,8000	1
86	Frasco de alimentação enteral 300mL (3137)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biobase	0	0,6600	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	BIODASE	0	0,7300	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	EMBRAMED	0	0,7500	3
87	Frasco de alimentação enteral 500mL (3138)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	EMBRAMED	0	0,7900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biobase	0	0,9100	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	BIODASE	0	1,0200	3
88	Gaze hidrófila tipo queijo (gaze hidrófila tipo queijo em rolo 91cmX91cm, 13 fios, peso mínimo 1450g), com dados do fabricante e nº de registro na ANVISA. (4357)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CLEAN	0	19,0000	1
			LITORALM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	ANDREONI	0	33,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	America	0	40,5800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 24/48

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
88	Gel condutor para ultrassom. Gel viscoso translúcido, inodoro, isento de sal, álcool e pH neutro. Apresenta alta condutividade e aspecto não gorduroso sendo facilmente renovado. Polímero carboximínico, água desmineralizada e conservantes. Frasco de 100gms (4358)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	GELYTECH	0	1,3000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SUPRAGEL	0	1,3300	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	CAITHEC	0	1,4300	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Caithec	0	1,4700	4
90	Hastes flexíveis antígeme com ponta de algodão. Cx c/75 unidades (2850)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	COTTON	0	0,8500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Higie Top	0	0,8700	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Higie Topp	0	0,9200	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	HIGIETOPP	0	0,9300	4
91	Imobilizador de cabeça impermeável. (Confeccionado em espuma de poliuretano expandida, emborrachada. Possui dois cintos imobilizadores reguláveis para testa e queixo do paciente a imobilizar. Preso em velcro que veste a tabua (prancha) de resgate em qualquer largura, base fixada na prancha 40x25cm., laterais fixada na base 25x16x0,9cm Orifício auricular para verificar sangramento, 80mm. Lavável.) (4360)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	121,7500	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	CONFORTELL	0	162,3000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	RESGATE	0	186,0000	3
92	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 11 Cx c/100. (4361)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIVE	0	15,6000	1

Página: 25/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ADVANTIVE	0	15,9000	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	16,0000	3
93	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 12 cx c/100. (3144)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIVE	0	15,6000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ADVANTIVE	0	15,9000	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	16,0000	3
94	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 15 cx c/100. (3145)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ADVANTIVE	0	16,0000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIVE	0	16,0200	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	17,5000	3
95	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 21 cx c/100. (3146)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	ADVANTIVE	0	15,1000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ADVANTIVE	0	15,9900	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	17,5000	3
96	Lençol descartável com elástico 2,00mx90cm. Pct c/10 unidades. (3147)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CLEAN	0	7,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medgauze	0	8,8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 26/48

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MEDGAUZE	0	8,9700	3
97	Lençol descartável sem elástico 2,00mx90cm. Pct c/10 unidades. (3148)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CLEAN	0	5,1000	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MEGAUZE	0	6,3900	2
			LITORALM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	CLEAN	0	7,5000	3
98	Luva cirúrgica estéril Tam. 6.5. (4367)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,7000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MAXITEX	0	0,8500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	0,8800	3
99	Luva cirúrgica estéril Tam. 7.0. (4368)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,7000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MAXITEX	0	0,8500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	0,8800	3
100	Luva cirúrgica estéril Tam. 7.5. (4369)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,7000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MAXITEX	0	0,8500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	0,8800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 27/48

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
101	Luva cirúrgica estéril Tam. 8.0.. (4370)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,7000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MAXITEX	0	0,8500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	0,8800	3
102	Luva cirúrgica estéril Tam. 8.5.. (4371)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Maxitex	0	0,7000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MAXITEX	0	0,8500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxitex	0	0,8800	3
103	Luva ginecológica estéril pct c/ 100 (1621)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Adlin	0	5,8500	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	PLAST	0	5,8800	2
			LITORALM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	LUPLAST	0	7,5000	3
104	Luva para procedimento tipo látex tamanho PP cx/100 und. (2647)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	NUGARD	0	13,8800	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MEDIX	0	13,9000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NUGARD	0	16,8000	3
105	Luva para procedimento tipo látex tamanho P cx/100 und. (2648)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	NUGARD	0	13,8800	1

Página: 28/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
106	Luva para procedimento tipo látex tamanho M cx/100 und. (2645)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MEDIX	0	13,9000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NUGARD	0	16,8000	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	NUGARD	0	13,8900	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MEDIX	0	13,9000	2
107	Luva para procedimento tipo látex tamanho G cx/100 und. (2646)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NUGARD	0	16,8000	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	NUGARD	0	13,8900	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MEDIX	0	13,9000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NUGARD	0	16,8000	3
108	Mascara de reanimação boca a boca. (Mascara de ressuscitação de parada cardiopulmonar (rcp) contém uma válvula unidirecional para evitar qualquer contato entre o paciente e o socorrista na boca, nariz e rosto. Cúpula transparente, e alça Elástica para cabeça incorporada, conexão padrão 22mm. Com estajo para guardar. (3153)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MARINAR	0	10,9300	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	TAYLOR	0	16,3000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MD	0	19,0500	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teoprint	0	18,9400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 29/48

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
110	Papel crepado 30x30cm. Cx c/500 unidades. (3160)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	POLAR	0	45,0000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	POLAR FIX	0	46,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hospiflex	0	47,3500	3
111	Papel crepado 40x40cm. Cx c/500 unidades. (4380)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	POLAR FIX	0	76,0000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	POLAR	0	76,5000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hospiflex	0	77,9000	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	HOSPFLEX	0	80,1000	4
112	Papel crepado 60x60cm. Cx c/500 unidades.. (4381)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Hospiflex	0	135,8000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	POLAR FIX	0	170,0000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	POLAR	0	178,0000	3
113	Lençol de papel hospitalar. BRANCO 70cm x 50mts. Extra luxo - 100% de fibra de celulose virgem. (4382)	RL	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CLEAN	0	5,4000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Granell	0	7,0300	2
			LITORALM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	CLEAN	0	7,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 30/48

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
114	Lençol de papel hospitalar. BRANCO 50cm x 50mts. (4383)	RL	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CLEAN	0	4,2000	1
			LITORALM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	CLEAN	0	4,5000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Granell	0	5,4100	3
115	Pinça anatômica dissecação com semilha normal 14cm (1760)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ABC	0	8,3500	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	ABC	0	8,5000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	9,4700	3
116	Pinça Kocher hemostática 14cm.. (4385)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ABC	0	23,0000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	ABC	0	26,2000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	28,4100	3
117	Pinça Kelly reta 14cm.. (4386)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	ABC	0	19,4000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ABC	0	19,5000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	21,6500	3

Página: 31/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
118	Povidine PVPI - Tintura Iodopoliviona 1000 ml: produto a base de polivinil piridônica iodo (PVPI) em solução hidroalcolica, contendo 1% de iodo ativo, um complexo estável e ativo que libera iodo progressivamente. E ativo contra todas as formas de bactérias não esporuladas, fungos e vírus. E indicado como antisséptico para pele (uso tópico), na demarcação do campo operatório e preparação pré-operatória. Com Registro na Anvisa. (4387)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	12,4000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	RIOQUIMICA	0	12,5000	2
			LITORALIM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	RIOQUIMICA	0	15,7500	3
119	Pote para lamina de preventivo de plástico com três divisões. (3167)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	J.PROLAB	0	0,2900	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	J.PROLAB	0	0,3000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ADLIN	0	0,3600	3
120	Protetor ocular infantil. Cor bege, cx c/12 (2851)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Oral	0	4,0800	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	CRAL	0	10,4000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	OFTAM	0	11,8000	3
121	Protetor ocular adulto. Cor bege, cx c/12 (2852)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Oral	0	4,0800	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	CRAL	0	9,7500	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	OFTAM	0	11,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2015

Página: 32/48

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
122	Dispositivo para infusão intravenosa N° 19g. com registro na Anvisa (17026)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,1400	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	0,1600	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,1700	3
123	Dispositivo para infusão intravenosa N° 21g. com registro na Anvisa (17027)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,1500	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	0,1600	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,1700	3
124	Dispositivo para infusão intravenosa N° 23g. com registro na Anvisa (17028)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,1500	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	0,1600	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,1700	3
125	Dispositivo para infusão intravenosa N° 25g. com registro na Anvisa (17029)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	0,1500	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	0,1600	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	0,1700	3

Página: 33/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
126	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 30L. Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo é de tipo estreita, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), (4395)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	NEKPLAST	0	0,1400	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NEKPLAST	0	0,1500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Jurema	0	0,1600	3
127	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 100L. Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo é de tipo estreita, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), (4396)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	NEKPLAST	0	0,2800	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NEKPLAST	0	0,3200	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Jurema	0	0,4100	3
128	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 50L. Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo é de tipo estreita, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), (4397)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	NEKPLAST	0	0,1900	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NEKPLAST	0	0,2100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Jurema	0	0,2200	3

Página: 34/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
129	Sabonete líquido anti-séptico. 1 lt. (4398)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cosmoderma	0	6,6300	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Rioquímica	0	7,2200	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	RICIE	0	11,6500	3
130	Seringa 1ml c/agulha 13x4.5 descartavel. Com registro na Anvisa. (3178)	UND	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	DESCARPAC+	0	0,1400	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	DESCARPAC+	0	0,1400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,1600	3
131	Seringa descartável 3ml, sem agulha bico luer lock. Com Registro na Anvisa. (4400)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,1000	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	SR	0	0,1100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,1100	3
			LITORALM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	DESCARPAC+	0	0,1100	4
132	Seringa descartável 3ml, sem agulha bico slip. Com Registro na Anvisa. (4401)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,0800	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,0900	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	SR	0	0,1100	3
			LITORALM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	DESCARPAC+	0	0,1100	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 35/48

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	Seringa descartável 5ml, sem agulha bico luer lock, Com Registro na Anvisa. (4402)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,1200	5
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,1000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,1100	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	SR	0	0,1200	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,1400	4
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	0,1400	5
134	Seringa descartável 5ml, sem agulha bico slip, Com Registro na Anvisa. (4403)	UND	LITORALIM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	DESCARPAC	0	0,1400	6
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,1100	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,1200	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	SR	0	0,1300	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,1400	4
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCARE	0	0,1400	5
			LITORALIM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	DESCARPAC	0	0,1400	6

Página: 36/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
135	Seringa descartável 10ml, sem agulha bico luer lock. Com Registro na Anvisa. (4404)	UND	STAR MED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,2100	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PRO CARE	0	0,2200	2
			ALTER MED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,2400	3
			LITORALIM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	DESCARPAC	0	0,2400	4
136	Seringa descartável 10ml, sem agulha bico slip. Com Registro na Anvisa. (4405)	UND	STAR MED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,2100	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PRO CARE	0	0,2200	2
			ALTER MED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,2400	3
			LITORALIM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	DESCARPAC	0	0,2400	4
137	Seringa descartável 20ml, sem agulha bico luer lock. Com Registro na Anvisa. (4406)	UND	STAR MED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,3100	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PRO CARE	0	0,3500	2
			METROMED-COM DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SR	0	0,3800	3
			ALTER MED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,3800	4
138	Seringa descartável 20ml, sem agulha bico slip. . Com Registro na Anvisa. (4407)	UND	STAR MED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	SR	0	0,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 37/48

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Brago do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
139	Seringa descartável 60ml, sem agulha bico cateter. Com Registro na Anvisa. (4408)	UND	ALTERNED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,3400	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PROCAPRE	0	0,3500	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	1,6500	1
			ALTERNED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	1,6700	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	LABORIMPOR	0	1,9800	3
140	Solução Fisiológica de Cloreto de Sódio 0,9%, bico, conta-gotas. Frasco de 100ml. (4409)	UND	ALTERNED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Famax-Amara	0	0,8000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Famax	0	0,8400	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	FARMAX	0	0,9000	3
141	Solução Fisiológica de Cloreto de Sódio 0,9%, bico conta-gotas. Frasco de 250ml. (4410)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Famax	0	0,9300	1
			ALTERNED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Famax-Amara	0	0,9500	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	FARMAX	0	1,0000	3
142	Solução glicofisiológica 5%+0,9%. (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 500ml. (4411)	UND	ALTERNED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Basa	0	2,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 38/48

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LITORALM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	BASA	0	2,6100	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	HALEX ISTAR	0	2,6200	3
143	Solução isotônica de cloreto de sódio 0,9% (Solução intravenosa em sistema fechado, acondicionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA), 100ml (3186)	UND	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	FARMACE	0	1,9400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Basa	0	2,1200	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	BASA	0	2,2200	3
144	Solução isotônica de cloreto de sódio 0,9% (Solução intravenosa em sistema fechado, acondicionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA), 250ml (3187)	UND	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	HALEX ISTAR	0	2,0600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Basa	0	2,3900	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	BASA	0	2,5800	3
145	Solução isotônica de cloreto de sódio 0,9% (Solução intravenosa em sistema fechado, acondicionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA), 500ml (3188)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Basa	0	2,5500	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	HALEX ISTAR	0	2,5600	2
			LITORALM COM DE PROD MED EIRELLI ME (6825)	BASA	0	2,9400	3
146	Solução a base de glutaraldeído 2%-esterilizante químico e desinfetante hospitalar para artigos críticos. (28 dias), 1 litro (4415)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Chord Sudest	0	10,8200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 39/48

Número do Registro de Preços: 10/2015			Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
147	Sonda de aspiração traqueal n 06. Com registro na Anvisa (4416)		METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Cinord	0	11,6000	2
		UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,3900	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	BIOSANI	0	0,4000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,4200	3
148	Sonda de aspiração traqueal n 08. Com registro na Anvisa (4417)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,3900	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	BIOSANI	0	0,4000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,4500	3
149	Sonda de Foley com balão duas vias nº 18. Estéril, com registro na Anvisa (4418)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	STARMED	0	2,3000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	2,3500	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SOLIDOR	0	2,6000	3
150	Sonda de Foley com balão duas vias nº 20. Estéril, com registro na Anvisa (4419)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	STARMED	0	2,3000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	2,3500	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SOLIDOR	0	2,6000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 40/48

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
151	Sonda de Foley com balão duas vias nº 22. Estéril, com registro na Anvisa (4420)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	STARMED	0	2,3000
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	2,3500
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	SOLIDOR	0	2,6000
152	Sonda uretral de alívio nº 12.. (4421)	UND	METROMED-COMIDE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,3900
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	BIOSANI	0	0,4000
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,4200
153	Sonda uretral de alívio nº 8.. (4422)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	BIOSANI	0	0,3900
			METROMED-COMIDE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,4000
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,4100
154	Tala fácil em papelão. Tamanho P (30x10). Pacote com 10 talas. (4423)	PCT	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SERMEDICAL	0	5,5000
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	5,6800
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MARINAR	0	6,0000
155	Tala fácil em papelão. Tamanho M (45x10). Pacote com 10 talas. (4424)	PCT	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SERMEDICAL	0	7,9000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 41/48

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
156	Tala fácil em papelão. Tamanho G (60x10). Pacote com 10 talas. (4425)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MARIMAR	0	9,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	9,3100	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SERMEDICAL	0	10,9000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MARIMAR	0	11,0000	2
157	Tala fácil em papelão. Tamanho GG (80x10). Pacote com 10 talas. (4426)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	11,6200	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	15,5000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	CONFORTELL	0	16,0000	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MARIMAR	0	18,0000	3
158	Termômetro Clínico - escala interna, leitura direta. Escala: 35 42; 0,1°C Enchimento: Mercúrio (Hg) (4427)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PREMIUM	0	4,5000	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	ACCUMED	0	5,3300	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Accumed	0	5,4900	3
159	Termômetro Digital Clínico. Desliga automaticamente, emite sinal sonoro ao término da medição. (4428)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	STAR	0	5,8600	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	PREMIUM	0	6,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 42/48

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
160	Tesoura Iris curva 10cm delicada., (4429)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	ABC	0	14,0000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ABC	0	14,8000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	15,4900	3
161	Tesoura Iris reta 10cm delicada., (4430)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	ABC	0	14,0000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ABC	0	14,8000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	15,5600	3
162	Tiras reagentes para teste de glicemia capilar, com método de aspiração. Cx c/50 unidades. Com 5 aparelhos em comodato. (4431)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	On Call Plus	0	25,5000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Acon	0	25,9000	2
163	Tubo Endotraqueal com manguito nº 5,5. Estéril, com registro na Anvisa (4432)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	2,8600	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,4500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidk	0	3,8400	3
164	Tubo Endotraqueal com manguito nº 6,5. Estéril, com registro na Anvisa (4433)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	2,8600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 43/48

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
165	Tubo Endotraqueal com manguito nº 7,5. Estéril, com registro na Anvisa (4434)		ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,4500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	3,8400	3
		UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	2,8600	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,4500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	3,8400	3
166	Tubo Endotraqueal com manguito nº 8,5. Estéril, com registro na Anvisa (4435)	UND	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES (6824)	VITAL GOLD	0	2,8600	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	3,4500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	3,8400	3
167	Vaselina líquida. 1 lt. (4436)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	13,8600	1
		UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	BIOSANI	0	0,3500	1
168	Sonda Uretral de Alívio nº 14. (4438)		METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,4200	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,4700	3

Página: 44/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 07/12/2015 Válido até: 07/12/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
169	Sonda nasogástrica longa Nº 20 pcd com 10 und. Dispositivo para introdução em órgãos corporais para drenagem de fluidos (secreções ou excreções) para drenagem gástrica e introdução de solução e medicação no trato gástrico; estéril, atóxico, apirrogênico; descartável (uso único). Tubo de PVC atóxico flexível com modelo de furação específica e conector com tampa. (17030)	UND	METROMED-COMDE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,9000	1
170	Sonda de aspiração traqueal Nº18-Dispositivo para introdução em órgãos corporais para administração de oxigênio ou ar comprimido. Espessura da sonda 6,5 mm traqueal para aspiração de secreções da árvore traqueobrônquica; estéril, atóxico, apirrogênico; Descartável compostas de tubo de PVC atóxico flexível com modelo de furação específica e conector com tampa. (17031)	UND	METROMED-COMDE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,5200	1
171	Lidocaina Spray 10% 50 ml (17032)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,5500	2
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	BIOSANI	0	0,6000	3
171	Lidocaina Spray 10% 50 ml (17032)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	29,7600	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	HIPOLABOR	0	60,0000	2
172	Espuma de Poliuretano Traqueostomia 10 x10 cm (17033)	UND	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CURATEC	0	18,9000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lnfarma-Curaz	0	31,7900	2
173	Equipo 2 vias polifix multivias com clamp pcd com 20 und. Dispositivo multiplicador de acesso venoso, luer fêmea de 2 vias, com clamp de fechamento rápido nas vias. Extensão dupla em PVC cristal. Clamp em cores diferentes, conector Luer. Fêmea com tampa rosqueável conexão Luer para dispositivo de acesso venoso com Registro da Anvisa. Estéril-Esterilizado a Oxido de Etileno, fabricado em PVC flexível, tubo de 18 cm, conector tipo luer slip universal, pinça rolete e contra-fluxo, câmara gotejadora flexível, atóxico e apirrogênico, descartável e de uso único. (17034)	UND	METROMED-COMDE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vital Gold	0	11,4000	1

Página: 45/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
174	Catéter nasal oxigênio tipo óculos, embalado individualmente em embalagem plástica, esterilizado por radiação gama. Pacote com 20 unidades. (17035)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	11,4900	2
175	Fita micropore 5cm x 10,0 mts, com capa. Fita Cirúrgica Microporese confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hiperalérgico. Utilizada para fixação de curativos, ponto talso, proteção de cortes, etc. Cor Branca. (17036)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MISSNER	0	1,8900	1
176	Indicador biológico para monitorar ciclos de esterilização a vapor. Tempo de resposta 24 horas, Geobacillus stearothermophilus, caixa com 10 unidades, fabricação conforme ISO 11138-1. (17037)	CX	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	MISSNER	0	2,9900	2
177	Inubadora para indicador biológico- aparelho destinado à importante função de incubação dos indicadores biológicos autocorridos destinados a monitorar os ciclos de esterilização em autoclave a vapor. Prático, leve e de fácil manuseio. Circuito de eletrônica que mantém a temperatura entre 55° a 60°C. Alerta a partir do led, caso a temperatura saia da faixa de 55° a 60°C. Capacidade para 7 indicadores biológicos. Suporte dos indicadores biológicos confeccionado em alumínio, que além de não enferrujar, dissipa melhor a temperatura por toda sua área. (17038)	UND	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MISSNER	0	3,0600	3
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	CLEAN UP	0	55,0000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	CLEAN	0	59,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Clean-up	0	78,5000	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	CLEAN	0	214,0000	1
			PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	Stemax Plus	0	215,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2015

Página: 46/48

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Alt	0	218,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2015

Página: 47/48

Número do Registro de Preços: 10/2015							Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016	
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.										
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
						OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	CRISTOFOLI	0	225,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 07/12/2015		Válido até: 07/12/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015

PROCESSO Nº 19/2015

- (6011) - METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD
- (6039) - ALTERMED MAT.ME: HOSPITALAR LTDA
- (6072) - ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME
- (6136) - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
- (6156) - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD
- (6352) - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
- (6559) - LA DALLA PORTA JUNIOR
- (6824) - STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES
- (6825) - LITORALM COM DE PROD MED EIRELLI ME

Braço do Trombudo, 7 de Dezembro de 2015.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 10.934, 07 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 10.934, 07 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia Secretária da Educação do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Gleusa Luci Fischer para ocupar o cargo de Agente Político, Símbolo AP, como Secretária de Educação do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de junho de 2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.935, 07 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 10.935, 07 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia Diretora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Kelly Cristina Medeiros Souza Bergler para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-III, como Diretora-Geral, lotada na Secretaria de Educação do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de junho de 2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 29, DE 8 DE JUNHO DE 2016 - LEGISLATIVO

Portaria Nº 29, de 8 de junho de 2016.

Nomeia Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear no Cargo de Provimento em Comissão de Assessoria da Mesa Diretora no Quadro dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, o Senhor Ronei Zancanaro, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 3.191.324 e CPF nº 021.285.739-80, a contar de 9 de junho de 2016, com todas as vantagens e obrigações inerentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 08 de junho de 2016.

Roberto Pedro Prudêncio Neto

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba

Diretor Geral

PORTARIA Nº 30, DE 9 DE JUNHO DE 2016 - LEGISLATIVO

Portaria Nº 30, de 9 de junho de 2016.

Nomeia Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, no cargo em Comissão de Assessor de Comunicação da Presidência do Quadro Único dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, o Senhor Ataildo Martinenghi, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 4208564, CPF nº 007.150.519-97, a contar de 09 de junho de 2016, com todas as vantagens e obrigações inerentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 09 de junho de 2016.

Roberto Pedro Prudêncio Neto

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba

Diretor Geral

**PORTARIA Nº 31, DE 9 DE JUNHO DE 2016 -
LEGISLATIVO**

Portaria Nº 31, de 9 de junho de 2016.

Nomeia Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, no Cargo Comissionado de Diretor do Departamento Jurídico e Legislativo – CC.DJL, do Quadro dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, criado pela Lei 3689/13, o Senhor Sergio Bernardo Junior, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 3.696.032 e CPF nº 981.415.709-00, a contar de 09 de junho de 2016, com todas as vantagens e obrigações inerentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 09 de junho de 2016.

Roberto Pedro Prudêncio Neto
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC
Rogério Gamba
Diretor Geral

Caçador

PREFEITURA

ERRATA PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 53 - 2016 – PREGÃO PRESENCIAL – 31 - 2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

ERRATA PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 53 - 2016 – Pregão Presencial – 31 - 2016 – PREFEITURA; TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, FUNILARIA E PINTURA, ELETRICIDADE, BOMBAS E BICOS E ESTOFARIA E TAPEÇARIA, PARA VEÍCULOS DAS SECRETARIAS, FUNDAÇÕES E DEMAIS AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: 20/06/2016 às 14h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES: 20/06/2016 às 14h10min. Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone,

ALTERA O ITEM 4.2 - Para habilitação na presente Licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Prefeitura Municipal de Caçador/SC, dentro do prazo de validade, sendo que as negativas vencidas no Certificado deverão ser apresentadas em anexo ao mesmo; Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal - Anexo VII;
- b) Declaração contendo a descrição de suas instalações, do aparelhamento e do pessoal disponível para a realização do objeto deste Edital, referente a todos os lotes, devendo dispor, caso seja vencedor, obrigatoriamente, de no mínimo,
 - 1) Instalações (espaço) fechado com seguro vigente, para acomodação dos veículos que estiverem em manutenção;
 - 2) Equipamentos para serviços com injeção eletrônica, aparelho para a limpeza e regulagem de bicos injetores, equipamento próprio para a análise e leitura das partes elétricas e eletrônicas dos veículos;
 - 3) Aparelho para alinhamento, geometria e balanceamento;
 - 4) Equipamento de regulagem e gabaritação de freio.

ALTERA O ANEXO II

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014

PROPOSTA DE PREÇOS

1. OBJETO DA PROPOSTA:

LOTE	Valor Máximo a ser atribuído para o custo da Mão de Obra/Hora	Valor estimado a ser contratado (Mão de Obra + Peças)	Percentual mínimo de desconto para as peças	% de desconto oferecido sobre o valor máximo para custo de mão de obra por hora trabalhada	Percentual de desconto oferecido sobre as peças
01	65,00	30.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
02	65,00	42.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
03	65,00	10.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
04	65,00	7.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
05	80,00	60.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
06	80,00	90.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
07	80,00	50.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
08	80,00	80.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
09	35,00	2.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
10	80,00	2.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
11	190,00	10.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
12	190,00	60.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
13	190,00	50.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
14	65,00	30.000,00	5%		
15	65,00	20.000,00	5%		
16	65,00	15.000,00	5%		
17	65,00	15.000,00	5%		
18	65,00	50.000,00	5%		
19	65,00	30.000,00	5%		
20	65,00	8.000,00	5%		
21	65,00	8.000,00	5%		
22	65,00	10.000,00	5%		
23	65,00	6.000,00	5%		
24	65,00	10.000,00	5%		
25	65,00	30.000,00	5%		
26	80,00	50.000,00	5%		

27	65,00	30.000,00	5%		
28	65,00	60.000,00	5%		
29	190,00	30.000,00	5%		
30	65,00	35.000,00	5%		
31	65,00	10.000,00	5%		
32	65,00	10.000,00	5%		
33	35,00	30.000,00	5%		
34	35,00	5.000,00	5%		
35	65,00	80.000,00	5%		
36	80,00	740.000,00	5%		
37	80,00	175.000,00	5%		
38	80,00	20.000,00	5%		
39	65,00	40.000,00	5%		
40	65,00	15.000,00	5%		
41	80,00	1.000,00	5%		
42	80,00	20.000,00	5%		
43	190,00	900.000,00	5%		
44	190,00	200.000,00	5%		
45	190,00	200.000,00	5%		
46	190,00	200.000,00	5%		
47	150,00	10.000,00	5%		
48	190,00	100.000,00	5%		
49	190,00	80.000,00	5%		
50	190,00	100.000,00	5%		
51	190,00	120.000,00	5%		
52	190,00	70.000,00	5%		
53	190,00	50.000,00	5%		
54	65,00	40.000,00	5%		
55	65,00	40.000,00	5%		
56	65,00	45.000,00	5%		
57	65,00	40.000,00	5%		
58	80,00	15.000,00	5%		
59	80,00	10.000,00	5%		
60	80,00	10.000,00	5%		
61	80,00	10.000,00	5%		
62	80,00	20.000,00	5%		
63	65,00	10.000,00	5%		
64	65,00	10.000,00	5%		
65	80,00	10.000,00	5%		
66	80,00	5.000,00	5%		
67	65,00	30.000,00	5%		
68	65,00	130.000,00	5%		
69	65,00	120.000,00	5%		
70	65,00	140.000,00	5%		
71	80,00	50.000,00	5%		
72	80,00	50.000,00	5%		
73	80,00	50.000,00	5%		
74	65,00	8.000,00	5%		
75	65,00	8.000,00	5%		
76	65,00	8.000,00	5%		
77	65,00	8.000,00	5%		
78	65,00	16.000,00	5%		
79	65,00	8.000,00	5%		
80	65,00	8.000,00	5%		
81	65,00	8.000,00	5%		
82	65,00	30.000,00	5%		
83	65,00	50.000,00	5%		
84	65,00	18.000,00	5%		
85	65,00	20.000,00	5%		
86	65,00	15.000,00	5%		
87	80,00	8.000,00	5%		
88	65,00	10.000,00	5%		
89	65,00	30.000,00	5%		
90	65,00	10.000,00	5%		

91	65,00	40.000,00	5%		
92	65,00	30.000,00	5%		
93	80,00	60.000,00	5%		
94	65,00	10.000,00	5%		
95	80,00	20.000,00	5%		
96	80,00	30.000,00	5%		

CORRETO

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL N° 31/2016

PROPOSTA DE PREÇOS

• OBJETO DA PROPOSTA:

LOTE	Valor Máximo a ser atribuído para o custo da Mão de Obra/Hora	Valor estimado a ser contratado (Mão de Obra + Peças)	Percentual mínimo de desconto para as peças	% de desconto oferecido sobre o valor máximo para custo de mão de obra por hora trabalhada	Percentual de desconto oferecido sobre as peças
01	R\$ 85,00	30.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
02	R\$ 85,00	52.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
03	R\$ 85,00	14.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
04	R\$ 85,00	10.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
05	R\$ 85,00	15.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
06	R\$ 100,00	40.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
07	R\$ 100,00	90.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
08	R\$ 100,00	135.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
09	R\$ 100,00	100.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
10	R\$ 50,00	2.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
11	R\$ 200,00	10.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
12	R\$ 200,00	60.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
13	R\$ 200,00	50.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
14	R\$ 85,00	10.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
15	R\$ 85,00	40.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
16	R\$ 85,00	8.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
17	R\$ 85,00	12.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
18	R\$ 85,00	10.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
19	R\$ 85,00	15.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
20	R\$ 85,00	50.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
21	R\$ 85,00	12.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
22	R\$ 85,00	7.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
23	R\$ 85,00	8.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
24	R\$ 85,00	8.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
25	R\$ 85,00	8.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
26	R\$ 85,00	10.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
27	R\$ 85,00	30.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
28	R\$ 85,00	10.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
29	R\$ 85,00	10.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
30	R\$ 85,00	10.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
31	R\$ 200,00	30.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
32	R\$ 200,00	35.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
33	R\$ 85,00	60.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
34	R\$ 100,00	160.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
35	R\$ 200,00	100.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
36	R\$ 200,00	80.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
37	R\$ 200,00	100.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
38	R\$ 200,00	50.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
39	R\$ 85,00	10.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
40	R\$ 85,00	27.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
41	R\$ 50,00	30.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
42	R\$ 50,00	5.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
43	R\$ 100,00	15.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
44	R\$ 85,00	10.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
45	R\$ 85,00	45.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
46	R\$ 100,00	540.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
47	R\$ 100,00	880.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
48	R\$ 85,00	30.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =

49	R\$ 85,00	7.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
50	R\$ 50,00	1.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
51	R\$ 100,00	45.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
52	R\$ 100,00	60.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
53	R\$ 200,00	700.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
54	R\$ 200,00	80.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
55	R\$ 200,00	80.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
56	R\$ 200,00	100.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
57	R\$ 200,00	100.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
58	R\$ 200,00	100.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
59	R\$ 200,00	90.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
60	R\$ 200,00	240.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
61	R\$ 200,00	50.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
62	R\$ 200,00	50.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
63	R\$ 200,00	30.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
64	R\$ 85,00	60.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
65	R\$ 85,00	85.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
66	R\$ 85,00	80.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
67	R\$ 85,00	65.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
68	R\$ 100,00	15.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
69	R\$ 100,00	10.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
70	R\$ 100,00	15.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
71	R\$ 100,00	15.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
72	R\$ 100,00	20.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
73	R\$ 85,00	15.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
74	R\$ 50,00	10.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
75	R\$ 50,00	5.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
76	R\$ 85,00	30.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
77	R\$ 85,00	30.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
78	R\$ 85,00	100.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
79	R\$ 100,00	80.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
80	R\$ 85,00	140.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
81	R\$ 100,00	180.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
82	R\$ 85,00	180.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
83	R\$ 100,00	50.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
84	R\$ 100,00	50.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
85	R\$ 100,00	70.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
86	R\$ 50,00	35.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
87	R\$ 85,00	8.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
88	R\$ 85,00	10.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
89	R\$ 85,00	8.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
90	R\$ 85,00	30.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
91	R\$ 85,00	8.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
92	R\$ 85,00	8.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
93	R\$ 85,00	8.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
94	R\$ 85,00	50.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
95	R\$ 85,00	45.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
96	R\$ 85,00	20.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
97	R\$ 85,00	30.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
98	R\$ 85,00	15.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
99	R\$ 50,00	164.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
100	R\$ 85,00	8.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
101	R\$ 85,00	30.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
102	R\$ 85,00	60.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
103	R\$ 100,00	30.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
104	R\$ 100,00	80.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
105	R\$ 85,00	10.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
106	R\$ 100,00	30.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
107	R\$ 100,00	30.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
108	R\$ 85,00	8.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =
109	R\$ 85,00	8.000,00	5%	0,5 x % =	0,5 x % =

GILBERTO AMARO COMAZZETO
PREFEITO MUNICIPAL



EXTRATOS TERMOS DOAÇÃO NºS 15854, 15699 E 15700**EXTRATOS DE TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS**

TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS Nº 15854/16, acordado entre a UNIÃO, por intermédio do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, visando o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas ao fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Objeto: um automóvel Citroën C3 Aircross 1.6 Feel zero quilômetro de fábrica, nº identificador 935SUNFN1HB506614, para utilização restrita pelo Conselho Tutelar do Município de Caçador. Brasília/2016.

TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS Nº 15699/16, acordado entre a UNIÃO, por intermédio do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, visando o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas ao fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Objeto: refrigerador 1 porta, capacidade de armazenamento entre 230 a 300 lts, cor branca, congelador interno, nº identificador REF-00513, para utilização restrita pelo Conselho Tutelar do Município de Caçador. Brasília/2016.

TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS Nº 15700/16, acordado entre a UNIÃO, por intermédio do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, visando o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas ao fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Objeto: bebedouro de coluna, nº identificador BEB-00502, para utilização restrita pelo Conselho Tutelar do Município de Caçador. Brasília/2016.

PORTARIA Nº 26.970

PORTARIA Nº 26.970, de 31 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que fazem jus, especificando: códigos, nomes, cargos, secretarias de lotação, conversão e períodos de aquisições, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conversão	Período Aquisitivo
10832	Ana Paula de Castilha Souza	Assistente Social	043	1/3	23/03/2011 a 23/03/2016
546	Nery Oliveira Guerin	Motorista Caminhão	003	1/3	01/01/2007 a 01/01/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
31 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.971

PORTARIA Nº 26.971, de 31 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal CRISTIANE APARECIDA CORREA, matrícula 3802, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, 44 (quarenta) horas semanais, Licença Prêmio a que faz jus, especificando período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
01/04/2008 a 01/04/2013	30/05/2016 a 30/08/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de maio de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.984

PORTARIA Nº 26.984, de 03 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal MARIA SELITA BIALESKI GLANER, matrícula 2530, cargo de Servente Educação, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, 44 (quarenta) horas semanais, Licença Prêmio a que faz jus, especificando período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
21/03/2011 a 21/03/2016	06/06/2016 a 06/09/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de junho de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 55-2016 – TOMADA DE PREÇOS Nº 07-2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 55-2016 – TOMADA DE PREÇOS Nº 07-2016 – PREFEITURA, TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO DAS RUAS ANTÔNIO BELENKI E SANTA LUZIA NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC, ENTREGA DOS ENVELOPES: 30/06/2016 às 14h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES: 30/06/2016 às 14h10min. Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone,

Caçador, 27 de maio de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 62 - 2016 – PREGÃO PRESENCIAL – 36 - 2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 62 - 2016 – Pregão Presencial – 36 - 2016 – PREFEITURA; TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AS SECRETARIAS, AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 28/06/2016 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 28/06/2016 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone, Caçador, 09 de junho de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Camboriú

PREFEITURA

PR 21/16 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2016-FMS - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS, MOBILIÁRIO E COMPUTADOR PARA A NOVA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO SÃO FRANCISCO DE ASSIS E PARA ACADEMIA DE SAÚDE, CAPS E GALPÃO DOS MOTORISTAS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 22 (Vinte e Dois) de Junho de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 09 de Junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO 49/2016

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 49/2016)

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Júnior e Lilian Terezinha Bartsch membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 49/2016, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços mecânicos para recondicionamento do motor Cummins Série "C" do veículo Ford Cargo 2422, MBS 9096, chassi 9BFYTNHT31BBO7600 2001/2001 da frota do município de Campo Alegre – SC. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Retifica de Motores Thives Ltda – CNPJ: 03.728.302/0001-79, Retifica Motorfort Eireli EPP – CNPJ 78.615.259/0001-34, Vandiesel Ltda- CNPJ: 01.106.070/0001-91. A licitante Retifica de Motores Thives Ltda cadastrou como representante o Sr. Adilson José Thives. A licitante Retifica de Retifica Motorfort Eireli EPP cadastrou como representante o Sr. Paulo José Lenckulh. A licitante Retifica de Mecânica Hidropeças Ltda cadastrou como representante o Sr. João Roberto Friedrich. A licitante Vandiesel Ltda cadastrou como representante a Sra. Rosemari Oliveira Hilgenstieler. Todas as licitantes apresentaram a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e todas comprovaram enquadramento como EPP ou ME, exceto a licitante Retifica de Motores Thives Ltda.

Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL. Passou-se a fase de lances, ficando definido conforme tabela.

ITEM 01

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Motorfort Eireli EPP	17.735,80	17.735,80	1ª	HABILITADA
Retifica de Motores Thives Ltda	18.490.40	18.490.40	2ª	-----
Vandiesel Ltda	21.173,04	21.173,04	3ª	-----

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante classificada em primeiro lugar conforme tabela acima, estando de acordo com o exigido no edital, a empresa Motorfort Eireli EPP foi declarada vencedora do ITEM 01 com o valor global de R\$ 17.735,80. Não houve manifestação de Intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

CONVOCAÇÃO Nº 081/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016

CONVOCAÇÃO Nº 081/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. MARCIO OLIVEIRA DE SOUZA, inscrito no CPF/MF sob nº 451.341.540-15, aprovado em 3º lugar no Processo Seletivo nº 001/2016-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR II, na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 14 de junho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêm os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 09 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 082/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2015

CONVOCAÇÃO Nº 082/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ESTELA KOHLBECK, inscrita no CPF/MF sob nº 086.656.419-55, aprovada em 8º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público de AGENTE OPERACIONAL I, na Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 14 de junho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêm os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 09 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 083/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016

CONVOCAÇÃO Nº 083/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ODILA ANTUNES, inscrita no CPF/MF sob nº 544.896.369-20, aprovada em 11º lugar no Processo Seletivo nº 001/2016-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 14 de junho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêm os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 09 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 9.812 DE 09 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.812 DE 09 DE JUNHO DE 2016

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções nº 10; 11 e 12 do Conselho Municipal de Saúde, Resoluções anexas, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

09 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 08 DE JUNHO DE 2016

“APROVA BALANCETES FINANCEIROS REFERENTE AOS MESES DE MARÇO E ABRIL DE 2016.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 08 de junho de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea “h” do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os BALANCETES FINANCEIROS referente aos meses de março e abril de 2016.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 08 de junho de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dez dias do mes de junho de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 11 DE 08 DE JUNHO DE 2016

“APROVA ALTERAÇÃO NO VALOR DE EXAMES REFERENTE AO CREDENCIAMENTO Nº 01/2015.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 08 de junho de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea “h” do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a ALTERAÇÃO NO VALOR DE EXAMES REFERENTE AO CREDENCIAMENTO Nº 01/2015.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 08 de junho de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dez dias do mes de junho de 2016.

ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 11 DE 08 DE JUNHO DE 2016

EXAMES

CÓDIGO	EXAMES	VALOR SUS	VALOR DIFERENCIADO	QTDE. PRE-VISTA
02.09.01.003-7	ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	R\$ 48,16	R\$ 175,45	35
02.09.01.002-9	COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	R\$ 112,66	R\$ 330,00	06
02.05.02.003-8	ULTRASSONOGRAMA DE ABDOME SUPERIOR	R\$ 24,20	R\$ 60,00	20
02.05.02.006-2	ULTRASSONOGRAMA DE ARTICULACAO	R\$ 24,20	R\$ 60,00	30
02.05.02.016-0	ULTRASSONOGRAMA PELVICA (GINECOLOGICA)	R\$ 24,20	R\$ 60,00	20
02.05.02.004-6	ULTRASSONOGRAMA DE ABDOMEN TOTAL	R\$ 37,95	R\$ 60,00	20
02.05.02.005-4	ULTRASSONOGRAMA DE APARELHO URINARIO	R\$ 24,20	R\$ 60,00	20
02.05.02.007-0	ULTRASSONOGRAMA DE BOLSA ESCROTAL	R\$ 24,20	R\$ 60,00	20
02.05.02.009-7	ULTRASSONOGRAMA MAMARIA BILATERAL	R\$ 24,20	R\$ 60,00	20
02.05.02.010-0	ULTRASSONOGRAMA DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL	R\$ 24,20	R\$ 60,00	10
02.05.02.012-7	ULTRASSONOGRAMA DE TIREOIDE	R\$ 24,20	R\$ 60,00	20
02.05.02.014-3	ULTRASSONOGRAMA OBSTETRICA	R\$ 24,20	R\$ 60,00	30
02.05.02.018-6	ULTRASSONOGRAMA TRANSVAGINAL	R\$ 24,20	R\$ 60,00	20

ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 11 DE 08 DE JUNHO DE 2016

EXAME

CÓDIGO	EXAME	VALOR DO SUS	VALOR DIFERENCIADO	QTDE. PRE-VISTA
02.04.01.018-7	RADIOGRAFIA PERI-APICAL INTERPROXIMAL (BITE-WING)	R\$ 1,75		50

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 08 DE JUNHO DE 2016

“APROVA A PUBLICAÇÃO DE EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE EXAMES ESPECIALIZADOS.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 08 de junho de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea "h" do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a PUBLICAÇÃO DO EDITAL PARA O CREDENCIAMENTO DE EXAMES ESPECIALIZADOS.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 08 de junho de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dez dias do mes de junho de 2016.

DECRETO Nº 9.813 DE 09 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.813 DE 09 DE JUNHO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE. O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de Dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (onze mil reais), a fim de suplementar Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação		
12.361.0013.2.108 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental		
400000.00.140 -	Despesas de Capital		
440000.00.140 -	Investimentos		
449000.00.140 -	Aplicações Diretas		
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 6.000,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação parcial do Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação		
12.361.0013.2.108 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino		
300000.00.140 -	Despesas Correntes		
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.140 -	Aplicações Diretas		
339030.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 6.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
09 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADO: GÉSSICA FRANCO BARBOSA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 13 de junho de 2016 a 21 de dezembro de 2016

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL I – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 823,31 (Oitocentos e vinte e três reais, trinta e um centavos)

CAMPO ALEGRE/SC., 13 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.083 DE 09 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.083 DE 09 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE

DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 186, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença por motivo de doença em pessoa da família, pelo período de 30 (trinta) dias a Servidora Pública, ANGELA SOFIA PIEKARSKI DE FRANÇA, Matrícula Funcional nº 000450, Registro no Sistema sob nº 954447, ocupante do Cargo Público Técnico em Nível Médio, exercendo a Função de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, pelo período 25 de maio de 2016 a 23 de junho de 2016.

Parágrafo único – A Licença concedida de que trata o caput do Art. 1º desta Portaria em atenção ao requerimento devidamente assinado pela Servidora Pública Municipal, e protocolizado pelo Serviço de Protocolo em data de 20 de maio de 2016, Processo nº 566-2016.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a partir de 25 de maio de 2016.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
09 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 08 DE JUNHO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 08 DE JUNHO DE 2016

“APROVA BALANCETES FINANCEIROS REFERENTE AOS MESES DE MARÇO E ABRIL DE 2016.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 08 de junho de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea “h” do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os BALANCETES FINANCEIROS referente aos meses de março e abril de 2016.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 08 de junho de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal

de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de junho de 2016.

RESOLUÇÃO Nº 11 DE 08 DE JUNHO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 11 DE 08 DE JUNHO DE 2016

“APROVA ALTERAÇÃO NO VALOR DE EXAMES REFERENTE AO CREDENCIAMENTO Nº 01/2015.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 08 de junho de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea “h” do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a ALTERAÇÃO NO VALOR DE EXAMES REFERENTE AO CREDENCIAMENTO Nº 01/2015.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 08 de junho de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal

de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de junho de 2016.

ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 11 DE 08 DE JUNHO DE 2016

EXAMES

CÓDIGO	EXAMES	VALOR SUS	VALOR DIFERENCIADO	QTDE. PRE-VISTA
02.09.01.003-7	ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	R\$ 48,16	R\$ 175,45	35
02.09.01.002-9	COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	R\$ 112,66	R\$ 330,00	06
02.05.02.003-8	ULTRASSONOGRAMA DE ABDOME SUPERIOR	R\$ 24,20	R\$ 60,00	20
02.05.02.006-2	ULTRASSONOGRAMA DE ARTICULACAO	R\$ 24,20	R\$ 60,00	30
02.05.02.016-0	ULTRASSONOGRAMA PELVICA (GINECOLOGICA)	R\$ 24,20	R\$ 60,00	20
02.05.02.004-6	ULTRASSONOGRAMA DE ABDOMEN TOTAL	R\$ 37,95	R\$ 60,00	20
02.05.02.005-4	ULTRASSONOGRAMA DE APARELHO URINARIO	R\$ 24,20	R\$ 60,00	20
02.05.02.007-0	ULTRASSONOGRAMA DE BOLSA ESCROTAL	R\$ 24,20	R\$ 60,00	20
02.05.02.009-7	ULTRASSONOGRAMA MAMARIA BILATERAL	R\$ 24,20	R\$ 60,00	20
02.05.02.010-0	ULTRASSONOGRAMA DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL	R\$ 24,20	R\$ 60,00	10
02.05.02.012-7	ULTRASSONOGRAMA DE TIREOIDE	R\$ 24,20	R\$ 60,00	20
02.05.02.014-3	ULTRASSONOGRAMA OBSTETRICA	R\$ 24,20	R\$ 60,00	30
02.05.02.018-6	ULTRASSONOGRAMA TRANSVAGINAL	R\$ 24,20	R\$ 60,00	20

ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 11 DE 08 DE JUNHO DE 2016

EXAME

CÓDIGO	EXAME	VALOR DO SUS	VALOR DIFERENCIADO	QTDE. PRE-VISTA
02.04.01.018-7	RADIOGRAFIA PERI-APICAL INTERPROXIMAL (BITE-WING)	R\$ 1,75		50

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 08 DE JUNHO DE 2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 08 DE JUNHO DE 2016

"APROVA A PUBLICAÇÃO DE EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE EXAMES ESPECIALIZADOS."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 08 de junho de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea "h" do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a PUBLICAÇÃO DO EDITAL PARA O CREDENCIAMENTO DE EXAMES ESPECIALIZADOS.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 08 de junho de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dez dias do mes de junho de 2016.

TOMADA DE PREÇO 57/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº 57/2016 – TP

Está aberto Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, cujo objeto é o fornecimento de material e mão de obra para execução de Creche Infantil, na Localidade de Bateias de Cima, neste Município. Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL, com fixação de valor máximo unitário. Valor global estimado: R\$ 162.960,33. Os recursos são provenientes de CONVÊNIO COM ESTADO DE SANTA CATARINA + contrapartida do município. Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 27/06/2016, 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até às 09h45min). Os interessados poderão obter o edital e anexos no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos. Campo Alegre, 09 de junho de 2016. Lucilaine Mokfa Schwarz – Secretária Municipal de Administração.

Campo Erê

PREFEITURA

EDITAL CONCURSO PUBLICO 001/2016

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016 - C

Art. 1º - O Município de Campo Erê - SC, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, INFORMA aos candidatos homologados para o cargo de Operador de Equipamentos Rodoviários, que a prova prática será realizada no dia 12 de junho de 2016, com início às 13h00min, no Parque da FAIC, SC 469, (saída para Maravilha), em Campo Erê - SC, referente ao Concurso Público aberto através do Edital de Concurso Público Nº 001/2016.

Art. 2º - Informamos ainda, que o candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de sua carteira nacional de habilitação original - categoria "C", sob pena de desclassificação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Campo Erê - SC, 08 de junho de 2016.

Rudimar Borcioni

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016 - B

Art. 1º - O Município de Campo Erê - SC, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA as inscrições complementares do Processo Seletivo Simplificado, aberto através do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2016, conforme abaixo discriminado:

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO
230927	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – GRUPO 01	ELEONI LUZIA DAVI	3129207
229767	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – GRUPO 01	ELIANE TEIXEIRA CECCHETTI	45511018
230942	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – GRUPO 01	JOCILENE MAIA	50593650
230479	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – GRUPO 01	JOSÉ CARLOS HENRIQUE DA SILVA	445229536
227598	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – GRUPO 01	JULIANA DOS SANTOS	5845325
230369	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – GRUPO 01	PAMELA WEISNER	4551809

Art. 2º - Informamos aos candidatos homologados que a prova escrita objetiva será realizada no dia 12 de junho de 2016, com início às 08h00min, na Escola João Teles Padilha, sito à Avenida Bandeirantes, S/Nº - Centro (em frente ao Auto Posto Master), em Campo Erê - SC.

Art. 3º - O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

- Cédula de Identidade - RG;
- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Certificado Militar;
- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- Passaporte.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Campo Erê - SC, 08 de junho de 2016.

Rudimar Borcioni

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL FMS 1103/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº1103/2016, na modalidade Pregão de nº 23/2016 tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICO para a manutenção das atividades de saúde do Município, conforme especificação neste edital.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
DENTAL OESTE EPP	1	1	200,00	4,0000	800,0000
DENTAL OESTE EPP	1	2	50,00	118,9000	5.945,0000
DENTAL OESTE EPP	1	12	60,00	16,0000	960,0000
DENTAL OESTE EPP	1	15	50,00	16,5300	826,5000
DENTAL OESTE EPP	1	18	50,00	8,5900	429,5000
DENTAL OESTE EPP	1	21	60,00	8,5900	515,4000
DENTAL OESTE EPP	1	24	60,00	8,5900	515,4000
DENTAL OESTE EPP	1	27	60,00	8,5900	515,4000
DENTAL OESTE EPP	1	30	60,00	8,5900	515,4000
DENTAL OESTE EPP	1	33	60,00	8,5900	515,4000
DENTAL OESTE EPP	1	36	60,00	8,5900	515,4000
DENTAL OESTE EPP	1	39	50,00	10,7800	539,0000
DENTAL OESTE EPP	1	40	30,00	13,6400	409,2000
DENTAL OESTE EPP	1	46	3,00	557,0000	1.671,0000
DENTAL OESTE EPP	1	55	30,00	9,5300	285,9000
DENTAL OESTE EPP	1	58	100,00	32,9000	3.290,0000
DENTAL OESTE EPP	1	59	35,00	43,8500	1.534,7500
DENTAL OESTE EPP	1	63	3,00	995,0000	2.985,0000
DENTAL OESTE EPP	1	65	250,00	14,4700	3.617,5000
DENTAL OESTE EPP	1	68	20,00	8,0000	160,0000
DENTAL OESTE EPP	1	75	20,00	44,0000	880,0000
DENTAL OESTE EPP	1	83	3,00	853,0000	2.559,0000
DENTAL OESTE EPP	1	97	50,00	51,3000	2.565,0000
DENTAL OESTE EPP	1	101	15,00	10,8200	162,3000
DENTAL OESTE EPP	1	107	30,00	70,6900	2.120,7000
DENTAL OESTE EPP	1	108	20,00	70,6900	1.413,8000
DENTAL OESTE EPP	1	111	60,00	136,9900	8.219,4000
DENTAL OESTE EPP	1	114	50,00	35,5900	1.779,5000
DENTAL OESTE EPP	1	118	20,00	11,1000	222,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	4	70,00	38,7000	2.709,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	9	15,00	54,6000	819,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	13	30,00	3,4500	103,5000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	16	30,00	8,4000	252,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	19	60,00	8,5900	515,4000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	23	60,00	8,5000	510,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	26	60,00	8,5000	510,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	29	40,00	8,5000	340,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	32	60,00	8,5000	510,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	35	60,00	8,5000	510,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	37	30,00	10,7000	321,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	41	30,00	16,4000	492,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	44	40,00	15,7200	628,8000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	47	10,00	15,9000	159,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	50	50,00	44,4000	2.220,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	53	50,00	2,4000	120,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	56	12,00	42,0000	504,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	57	125,00	9,8000	1.225,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	60	35,00	45,5000	1.592,5000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	61	20,00	3,3000	66,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	64	80,00	6,8900	551,2000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	77	60,00	41,9000	2.514,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	79	200,00	9,0900	1.818,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	81	30,00	2,5400	76,2000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	82	30,00	2,5400	76,2000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	94	20,00	25,9000	518,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	95	60,00	11,4000	684,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	96	35,00	11,5900	405,6500
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	98	40,00	9,2900	371,6000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	100	50,00	13,5000	675,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	102	30,00	41,4000	1.242,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	104	30,00	70,6500	2.119,5000

POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	110	500,00	3,1600	1.580,0000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	115	30,00	16,4500	493,5000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	116	30,00	16,4500	493,5000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	117	30,00	2,4900	74,7000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	120	25,00	15,9800	399,5000
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	1	123	6.500,00	4,9400	32.110,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	6	30,00	28,0000	840,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	7	2,00	827,9000	1.655,8000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	10	100,00	50,9000	5.090,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	11	60,00	8,3000	498,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	42	3,00	765,0000	2.295,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	43	40,00	28,0000	1.120,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	45	50,00	15,0000	750,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	48	3,00	3,5700	10,7100
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	49	40,00	17,2200	688,8000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	51	10,00	150,0000	1.500,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	52	10,00	133,4000	1.334,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	69	15,00	7,6500	114,7500
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	71	30,00	93,8000	2.814,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	73	50,00	33,8000	1.690,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	74	20,00	45,3000	906,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	84	5,00	53,0000	265,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	85	5,00	41,0000	205,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	86	15,00	52,0000	780,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	99	3,00	201,0000	603,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	106	35,00	79,8000	2.793,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	113	500,00	6,0800	3.040,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	121	40,00	29,0000	1.160,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	122	6.500,00	4,8000	31.200,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	3	100,00	34,4000	3.440,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	5	5,00	75,5000	377,5000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	8	2,00	1.067,9000	2.135,8000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	14	40,00	23,9000	956,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	17	60,00	8,6000	516,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	20	60,00	8,5000	510,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	22	60,00	8,6000	516,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	25	60,00	8,6000	516,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	28	60,00	8,6000	516,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	31	60,00	8,6000	516,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	34	60,00	8,6000	516,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	38	30,00	10,7000	321,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	54	20,00	61,0000	1.220,0000

FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	62	40,00	14,3000	572,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	66	70,00	7,9900	559,3000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	67	70,00	29,6000	2.072,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	70	70,00	185,5000	12.985,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	72	50,00	34,4000	1.720,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	76	20,00	48,0000	960,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	78	10,00	17,0600	170,6000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	80	80,00	16,6000	1.328,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	87	15,00	41,4000	621,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	88	15,00	52,4000	786,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	89	15,00	41,4000	621,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	90	10,00	52,4000	524,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	91	10,00	41,4000	414,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	92	5,00	36,9500	184,7500
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	93	5,00	35,4000	177,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	103	10,00	33,9500	339,5000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	105	50,00	69,9000	3.495,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	109	40,00	14,3000	572,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	112	20,00	118,3000	2.366,0000
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	1	119	10,00	21,9900	219,9000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
DENTAL OESTE EPP	46.467,45
POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME	60.309,75
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	61.353,06
FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA	42.743,35

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Quinta-Feira, 09 de junho de 2016.

DALCI M. B. APPIO RUDIMAR BORCIONI
Gestora do FMS Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO 06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1240/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2016

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, representado por seu prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até às 08hs do dia 27 de Junho de 2016, estará recebendo propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 1240/2016 na modalidade de Tomada de Preços Nº 06/2016 do Município de Campo Erê, cujo objeto é a execução da 2ª etapa da construção do pavilhão comunitário na Linha São Brás, no Município de Campo Erê – SC com área de 111,20m², conforme especificado nesse Edital e projetos em anexo ao mesmo, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações deste Edital, serão fornecidas pelo Dpto. de Licitações, sito à Rua 1º de Maio, 736, Campo Ere - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30h às 11:30h e das 13:15hs às 17:15hs e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 09 de Junho de 2016. Rudimar Borcioni – Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO PP 05/2016 - F.H.J.A.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 21/06/2016 às 15 horas na sala de reuniões da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, Pregão Presencial do Tipo Menor preço por item, tendo como objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 13:00h às 19:00h diariamente.

Campos Novos, 10 de junho de 2016.

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
Leonardo Farias Santos
Administrador

LEI COMPLEMENTAR Nº. 03/2016 DE 08/06/2016 PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 08/2013 DE 08/05/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI COMPLEMENTAR Nº 03/16 DE 08/06/2016

PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 08/2013 DE 08/05/13 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Prorroga até 31 de dezembro de 2016 o prazo de vigência estabelecido pelo art. 12 da Lei Complementar nº 08/2013, que dispõe sobre a regularização de construções clandestinas e/ou irregulares.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 08 de junho de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 46/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 46/2016

MODALIDADE: Tomada de Preço 10/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para reforma do Ginásio de Esportes Nivaldo Luiz Laus, com área construída de 1.202,12m², situado à Av. Prefeito Silvestre Nunes Júnior, nº 901, Bairro Areão, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. DATA DE ABERTURA: 27 de junho de 2016, às 09:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 09 de junho de 2016.

ANTÔNIO DA SILVA – Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

PAUTA DE REUNIÃO - CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CANOINHAS - SESSÃO DE DISCUSSÃO DE RECURSOS - 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - 2016

PAUTA DE REUNIÃO – ASSUNTOS INTERNOS
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CANOINHAS
1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA – 2016

Data: 14 (catorze) de junho de 2016.

Horário: 8h00min.

Local: Centro Administrativo Dr. Haroldo Ferreira, Prefeitura Municipal de Canoinhas (Sala de Reuniões da Secretaria de Saúde – Piso Superior).

O presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Canoinhas, JOSÉ CARLOS HERBST, faz saber a quem interessar possa, que na data, local e horário acima, serão discutidos assuntos relacionados aos seguintes recursos:

(1)

Numero do recurso: 01/2016

Numero do protocolo: 5134/2015

Recorrente: Clínica Odontológica Bastos S/C Ltda

Recorrida: Fazenda Municipal de Canoinhas

(02)

Numero do recurso: 02/2016

Numero do protocolo: 3167/2016

Recorrente: Surkamp e Cia Ltda

Recorrida: Fazenda Municipal de Canoinhas

Canoinhas (SC), 09 de junho de 2016.

JOSÉ CARLOS HERBST

Presidente

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 09/2016

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 90/2016, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 09/2016, QUE TEM POR OBJETO A SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECURSO BADESC, DA RUA PAULO RITZMANN NO TRECHO ENTRE AS RUAS PASTOR GEORGE WEGER E SÃO JOSÉ, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO.

Aos 09 (nove) dias, do mês de junho do ano de 2016, às 14h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. Cleison Tarcisio Fuck e Srta. Tayná Machado, nomeados pela Portaria nº 063/2016, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas DERPA USINA DE ASFALTO, representada pelo Sr. Edson Paulo Gan, VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA - EPP, representada pelo Sr. Chrystian Robert Mokva, LB COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI e PAVIPLAN

PAVIMENTAÇÃO LTDA sem representantes presentes. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas dos envelopes de propostas de preços de todas as participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, que foi lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Dando continuidade aos trabalhos foram abertos os envelopes contendo a documentação das empresas participantes a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Os CNPJ de todas as empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que nenhuma das empresas participantes consta como inidônea no referido Portal. As empresas DERPA USINA DE ASFALTO, VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA – EPP e LB COMÉRCIO E SERVIÇOS participam da licitação na condição de ME/EPP. Dada a palavra aos participantes todos declinaram de usá-la. A empresa VOLPESA LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA apresentou a Certidão de Débitos Federais vencida. O representante da empresa VOLPESA LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA Sr. Chrystian Robert Mokva pediu o prazo legal de 05 dias úteis, conforme previsto na Lei 123/2005, para regularização da referida certidão vencida, conforme disposto no § 1º do artigo 43 da Lei 123 (Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)). Tendo em vista que a certidão vencida faz parte da regularidade fiscal a Comissão de Licitação concedeu a empresa VOLPESA LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA o prazo de 05 dias úteis para apresentação das certidões negativas no Departamento de Licitações. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as empresas DERPA USINA DE ASFALTO, VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA – EPP e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA habilitadas no certame e a empresa LB COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI inabilitada por não ter apresentado a declaração exigida no item 6.2.3.3, qual seja declaração do contador/comprovante de possuir capital mínimo subscrito e integralizado no valor de R\$ 50.000,00. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento dos documentos de habilitação. Caso não haja interposição de recursos no prazo estipulado nesta ata, as propostas serão abertas pela Comissão de Licitação, na sala de licitações desta Prefeitura, às 16h00min do dia 20/06/2016. Caso haja interposição de recursos no prazo estipulado nesta ata, as propostas somente serão abertas após o julgamento dos recursos interpostos. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Paulo Cesar Safanelli Cleison Tarcisio Fuck Tayná Machado
Presidente Secretário Membro

DERPA USINA DE ASFALTO

VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA - EPP

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 10/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 10/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/16

HOMOLOGAÇÃO: 07/06/16

CONTRATADO: FERNANDO SIMAO MARON EIRELI ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A IMPLANTAÇÃO DE DUAS ACADEMIAS AO AR LIVRE, SENDO UMA NA LOCALIDADE DE PACIÊNCIA DOS NEVES E OUTRA NA RUA CASSEMIRO KWIECIEN, NO BAIRRO COHAB II, COM O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 63.740,14 (sessenta e três mil setecentos e quarenta reais e quatorze centavos)

DATA: 07/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 57/2016 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/16

HOMOLOGAÇÃO: 09/06/16

CONTRATADO: COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ONIBUS, VANS, MÁQUINAS E AUTOMOVEIS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 106.912,00 (cento e seis mil novecentos e doze reais)

DATA: 09/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/16

HOMOLOGAÇÃO: 09/06/16

CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA.

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ONIBUS, VANS, MÁQUINAS E AUTOMOVEIS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 130.510,00 (cento e trinta mil quinhentos e dez reais)

DATA: 09/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/16

HOMOLOGAÇÃO: 09/06/16

CONTRATADO: RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ONIBUS, VANS, MÁQUINAS E AUTOMOVEIS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 184.178,00 (cento e oitenta e quatro mil cento e setenta e oito reais)

DATA: 09/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/16

HOMOLOGAÇÃO: 09/06/16

CONTRATADO: IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ONIBUS, VANS, MÁQUINAS E AUTOMOVEIS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 111.176,00 (cento e onze mil cento e setenta e seis reais)

DATA: 09/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 78/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 113/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 78/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 30/06/2016, às 14h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE 315 UNIDADES DE GUARDA-PÓS E 88 UNIDADES DE AVENTAIS, DESTINADOS AS COZINHEIRAS, AUXILIARES DE COZINHA, SERVENTES E MONITORAS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 14h00mim do dia 30/06/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações. Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 79/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 114/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 79/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 30/06/2016, às 09h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECÂNICOS DO FORD CARGO 2422E, Nº 86, ANO 2006, PLACAS MGN-6362, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 30/06/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações. Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº 57/2016 (PRESENCIAL)

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/12

Processo / Ano:		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:				
80/2016		57/2016 - PR		532.776,00				
Licitação.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Modalidade.....:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ONIBUS, VANS, MÁQUINAS E AUTOMOVEIS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.						
Objeto.....:								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 12889 - CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 1000X20 LISO, - Unidade: CJ								
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	GOODYEAR G8	42,000	0,0000	1.230,9524	51.700,00	Venceu	1 ****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI TC131/QBOM,	42,000	0,0000	1.233,8095	51.820,00	Perdeu	2
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	GOODRIDE CR942/it	42,000	0,0000	990,0000	41.580,00	Inabilitado	0
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	Pirelli/Flexem/Carre	42,000	0,0000	1.200,0000	50.400,00	Inabilitado	0
Item.....: 2 - 12890 - CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 1000X20, NOVO - Unidade: CJ								
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	Pirelli/Flexem/Carre	36,000	0,0000	1.183,0000	42.588,00	Venceu	1 ****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI TC131/QBOM,	36,000	0,0000	1.185,0000	42.660,00	Perdeu	2
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	GOODYEAR CON	36,000	0,0000	1.248,6111	44.950,00	Perdeu	3
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	GOODRICE CL946/E	36,000	0,0000	1.020,0000	36.720,00	Inabilitado	0
Item.....: 3 - 12892 - PNEU 295/80R22.5, BORRACHUDO, PNEU PARA USO SEM CAMARA, NOVO - Unidade: UN								
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	GOODYEAR KS48	14,000	0,0000	1.780,0000	24.920,00	Venceu	1 ****
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	X-BRI ROBUSTO	14,000	0,0000	1.400,0000	19.600,00	Inabilitado	2
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	Pirelli/FormulaTrac	14,000	0,0000	1.800,0000	25.200,00	Perdeu	3
9199	MODELO PNEUS LTDA.	BRIDGESTONEM72:	14,000	0,0000	1.925,0000	26.950,00	Perdeu	4
Item.....: 4 - 12907 - CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 12.5/80-18 - Unidade: CJ								
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	SUPERGUIDER R4/I	10,000	0,0000	1.070,0000	10.700,00	Venceu	1 ****
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	GOODYEAR SGL	10,000	0,0000	1.200,0000	12.000,00	Perdeu	2
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI PN12/TORTG,	10,000	0,0000	1.420,0000	14.200,00	Perdeu	3
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	Pirelli/Flexem/Abc	10,000	0,0000	1.530,0000	15.300,00	Desclassif.	0

Página: 2/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 80/2016		Processo Administrativo:		532.776,00				
Licitação.....: 57/2016 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ONIBUS, VANS, MÁQUINAS E AUTOMOVEIS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 5 - 12891 - CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 1100X22 LISO - Unidade: CJ								
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELCT65/QBOM/F	20,000	0,0000	1.237,0000	24.740,00	Venceu	1 *****
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	GOODYEAR G8	20,000	0,0000	1.305,0000	26.100,00	Perdeu	2
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 6 - 12893 - PNEU 295/80R22.5, LISO, PNEU PARA USO SEM CAMARA, NOVO - Unidade: UN								
9199	MODELO PNEUS LTDA.	DAYTON D300	22,000	0,0000	1.511,0000	33.242,00	Venceu	1 *****
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	GOODYEAR KS46	22,000	0,0000	1.590,9091	35.000,00	Perdeu	2
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	Pirelli/FormulaDrive	22,000	0,0000	1.700,0000	37.400,00	Perdeu	3
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	JK JETWAY	22,000	0,0000	1.290,0000	28.380,00	Inabilitado	0
Item.....: 7 - 12894 - CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 900X20 LISO - Unidade: CJ								
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELCT65/QBOM/F	4,000	0,0000	934,0000	3.736,00	Venceu	1 *****
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	GOODYEAR G8	4,000	0,0000	1.042,0000	4.168,00	Perdeu	2
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	Pirelli/Zc/Grandtour	4,000	0,0000	1.050,0000	4.200,00	Perdeu	3
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	GOODRIDE CR942/E	4,000	0,0000	800,0000	3.200,00	Inabilitado	0
Item.....: 8 - 12895 - CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 900X20 BORRACH - Unidade: CJ								
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	Pirelli/Zc/Grandtour	4,000	0,0000	970,0000	3.880,00	Venceu	1 *****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELRT59/QBOM/F	4,000	0,0000	1.040,0000	4.160,00	Perdeu	2
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	GOODYEAR CON	4,000	0,0000	1.235,0000	4.940,00	Perdeu	3
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	GOODRIDE CL946/E	4,000	0,0000	840,0000	3.360,00	Inabilitado	0

Página: 3/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 80/2016		Processo Administrativo:		532.776,00					
Licitação.....: 57/2016 - PR		Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ONIBUS, VANS, MÁQUINAS E AUTOMOVEIS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.									
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação	
Item.....: 9 - 12896 - CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 1400X24, 16 L - Unidade: CJ									
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	SUPERGUIDER G2/I	20,000	0,0000	1.850,0000	37.000,00	Venceu	1 *****	
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	Maggion/Zc/Zc	20,000	0,0000	2.250,0000	45.000,00	Perdeu	2	
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	TITAN ROAD GRA	20,000	0,0000	2.382,0000	47.640,00	Perdeu	3	
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELPN14/QBOM/€	20,000	0,0000	2.550,0000	51.000,00	Desclassif.	0	
Item.....: 10 - 311043581 - CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA, 01 PROTETOR 17.5XR25, 16 - Unidade: CJ									
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	Michelin/L3	12,000	0,0000	5.037,0000	60.444,00	Venceu	1 *****	
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	TITAN MXL L3	12,000	0,0000	5.291,6667	63.500,00	Perdeu	2	
9199	MODELO PNEUS LTDA.	BRIDGES-VMT/QBO	12,000	0,0000	8.600,0000	103.200,00	Perdeu	3	
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	SUPERGUIDER R4/I	12,000	0,0000	2.350,0000	28.200,00	Inabilitado	0	
Item.....: 11 - 12821 - PNEU RADIAL 175/70R13, NOVO - Unidade: UN									
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	APOLLO AMAZER	134,000	0,0000	163,0000	21.842,00	Venceu	1 *****	
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	DUNLOP SP	134,000	0,0000	186,0000	24.924,00	Perdeu	2	
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI P4	134,000	0,0000	210,0000	28.140,00	Perdeu	3	
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		134,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
Item.....: 12 - 12904 - CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 12-16 .5 - Unidade: CJ									
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	SUPERGUIDER SKS	6,000	0,0000	700,0000	4.200,00	Venceu	1 *****	
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	TITAN HD 2000	6,000	0,0000	1.043,0000	6.258,00	Perdeu	2	
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELPN16/TORTG/	6,000	0,0000	1.060,0000	6.360,00	Perdeu	3	
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	

Página: 4/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo Administrativo: 532.776,00									
Processo / Ano: 80/2016									
Licitação.....: 57/2016 - PR									
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL									
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ONIBUS, VANS, MÁQUINAS E AUTOMOVEIS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.									
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação	
Item.....: 13 - 12908 - CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR 19.5-24 - Unidade: CJ									
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	SUPERGUIDER R4/I	10,000	0,0000	2.150,0000	21.500,00	Venceu	1 *****	
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	GOODYEAR ITS25	10,000	0,0000	2.729,0000	27.290,00	Perdeu	2	
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIREST-AT/QBOW/A	10,000	0,0000	3.117,0000	31.170,00	Desclassif.	0	
Item.....: 14 - 311043582 - CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CAMARA E 01 PROTETOR 275/80/R22.5 - Unidade: CJ									
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	GOODYEAR KS46	12,000	0,0000	1.688,0000	20.256,00	Venceu	1 *****	
9199	MODELO PNEUS LTDA.	BRIGEST-R288/QBC	12,000	0,0000	1.695,0000	20.340,00	Perdeu	2	
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	GOODRIDE C976A/E	12,000	0,0000	1.420,0000	17.040,00	Inabilitado	0	
Item.....: 15 - 311043826 - PNEU 225/75/R15, GARRA ALTA, NOVO DE 1ª LINHA - Unidade: UN									
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIRESTONE DESTIN	6,000	0,0000	503,0000	3.018,00	Venceu	1 *****	
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	GOODYEAR WRA	6,000	0,0000	545,0000	3.270,00	Perdeu	2	
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	GOODRIDE SU318	6,000	0,0000	345,0000	2.070,00	Inabilitado	0	
Item.....: 16 - 311043584 - CONJUNTO COM 01 PNEU, 01 CAMARA, 01 PROTETOR 275/80/R22.5 BO - Unidade: CJ									
9199	MODELO PNEUS LTDA.	BRIDGESTONE M72	30,000	0,0000	1.940,0000	58.200,00	Venceu	1 *****	
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	TRIANGLE TR667/BI	30,000	0,0000	1.550,0000	46.500,00	Inabilitado	0	
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	GOODYEAR KS48	30,000	0,0000	1.756,0000	52.680,00	Inabilitado	0	

Página: 5/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 80/2016		Processo Administrativo: 532.776,00						
Licitação.....: 57/2016 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ONIBUS, VANS, MÁQUINAS E AUTOMOVEIS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 17 - 33490 - CONJUNTO COM 01 PNEU 7.50X16 , 01 CÂMARA (B. CURT), 01 PROTEI, - Unidade: UN								
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	LINGLONG LL9/BBM	6,000	0,0000	450,0000	2.700,00	Venceu	1 *****
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	Maggioni/Zc/Grandtol	6,000	0,0000	610,0000	3.660,00	Perdeu	2
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELCT52/QBOMV	6,000	0,0000	627,0000	3.762,00	Perdeu	3
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	GOODYEAR G8	6,000	0,0000	634,0000	3.804,00	Desclassif.	0
Item.....: 18 - 43423 - PNEU 215/75R16, NOVO 1º LINHA - Unidade: UN								
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	FALKEN R51	18,000	0,0000	584,0000	10.512,00	Venceu	1 *****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI CHRONO 1	18,000	0,0000	637,0000	11.466,00	Perdeu	2
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		18,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	TORQUE TQ	18,000	0,0000	395,0000	7.110,00	Inabilitado	0
Item.....: 19 - 12914 - PNEUS 205/75R16, NOVO DE 1º LINHA - Unidade: UN								
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	LINGLONG R666	12,000	0,0000	390,0000	4.680,00	Venceu	1 *****
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	FALKEN R51	12,000	0,0000	520,0000	6.240,00	Perdeu	2
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI CHRONO 1	12,000	0,0000	562,0000	6.744,00	Perdeu	3
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 20 - 12975 - PNEU RADIAL 175/70R14, NOVO - Unidade: UN								
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	APOLLO AMAZER	54,000	0,0000	200,0000	10.800,00	Venceu	1 *****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI P4 CINTUR.	54,000	0,0000	284,0000	15.336,00	Perdeu	2
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	DUNLOP SP	54,000	0,0000	285,0000	15.390,00	Perdeu	3
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		54,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 6/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo Administrativo: 532.776,00									
Processo / Ano: 80/2016									
Licitação.....: 57/2016 - PR									
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL									
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ONIBUS, VANS, MÁQUINAS E AUTOMOVEIS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.									
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação	
Item.....: 21 - 311043612 - PNEU 205/60/16 NOVO, 1º LINHA - Unidade: UN									
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	DUNLOP SPLM704	6,000	0,0000	383,3333	2.300,00	Venceu	1 *****	
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI SCORPION	6,000	0,0000	528,0000	3.168,00	Perdeu	2	
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
Item.....: 22 - 43418 - PNEU 205/70 R 15 - Unidade: UN									
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	LINGLONG R666	12,000	0,0000	349,0000	4.188,00	Venceu	1 *****	
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	FALKEN R51	12,000	0,0000	430,0000	5.160,00	Perdeu	2	
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI CHRONO 11	12,000	0,0000	458,0000	5.496,00	Perdeu	3	
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
Item.....: 23 - 12965 - PNEU 215/75/17.5, RADIAL, LISO, NOVO. - Unidade: UN									
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	LINGLONG LLF86	8,000	0,0000	590,0000	4.720,00	Venceu	1 *****	
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	GOODYEAR STEE	8,000	0,0000	815,0000	6.520,00	Perdeu	2	
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIRESTONE FS 557	8,000	0,0000	864,0000	6.912,00	Desclassif.	0	
Item.....: 24 - 311043613 - PNEU 205/70R15, BORRACHUDO, USO MISTO,NOVO, 1º LINHA - Unidade: UN									
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	LINGLONG R620	16,000	0,0000	358,0000	5.728,00	Venceu	1 *****	
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	DUNLOP AT3	16,000	0,0000	470,0000	7.520,00	Perdeu	2	
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI SCORPION	16,000	0,0000	525,0000	8.400,00	Perdeu	3	
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		16,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	

Página: 7/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 80/2016		Processo Administrativo:		532.776,00				
Licitação.....: 57/2016 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ONIBUS, VANS, MÁQUINAS E AUTOMOVEIS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 25 - 12966 - PNEU 215/75/17.5, RADIAL, BORRACHUDO. - Unidade: UN								
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSOR	LINGLONG D905	16,000	0,0000	630,0000	10,080,00	Venceu	1 *****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	BRIDGESTONEM81.	16,000	0,0000	976,0000	15,616,00	Perdeu	2
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		16,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME		16,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 26 - 12967 - PNEU 175/65/R14 RADIAL, NOVO - Unidade: UN								
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSOR	APOLLO AMAZER	18,000	0,0000	195,0000	3,510,00	Venceu	1 *****
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	DUNLOP SP	18,000	0,0000	245,0000	4,410,00	Perdeu	2
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI P4 CINTUR.	18,000	0,0000	258,0000	4,644,00	Perdeu	3
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		18,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 27 - 1781 - PNEU 185/65 R 14, NOVO. - Unidade: UN								
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	DUNLOP SP	6,000	0,0000	248,0000	1,488,00	Venceu	1 *****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI P1 CINTUR.	6,000	0,0000	288,0000	1,728,00	Perdeu	2
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSOR	JK STAR	6,000	0,0000	215,0000	1,290,00	Inabilitado	0
Item.....: 28 - 24577 - PNEU 195/65 R 15 - Unidade: UN								
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSOR	LINGLONG CROSS	18,000	0,0000	240,0000	4,320,00	Venceu	1 *****
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	DUNLOP SPLM704	18,000	0,0000	330,0000	5,940,00	Perdeu	2
9199	MODELO PNEUS LTDA.	BRIDGESTONE ER3	18,000	0,0000	343,0000	6,174,00	Perdeu	3
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		18,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 8/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 80/2016		Processo Administrativo:		532.776,00					
Licitação.....: 57/2016 - PR		Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ONIBUS, VANS, MÁQUINAS E AUTOMOVEIS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.									
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação	
Item.....: 29 - 411046727 - PNEU 215/75R17,5 BORRACHUDO (FORA DE ESTRADA) - Unidade: UN									
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSOR	LINGLONG D905	18,000	0,0000	630,0000	11.340,00	Venceu	1 *****	
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI FG 85	18,000	0,0000	940,0000	16.920,00	Perdeu	2	
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		18,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME		18,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
Item.....: 30 - 12788 - PNEU 185/60 R-14, RADIAL, NOVO - Unidade: UN									
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSOR	LINGLONG HP010	8,000	0,0000	200,0000	1.600,00	Venceu	1 *****	
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	DUNLOP SPLM704	8,000	0,0000	271,0000	2.168,00	Perdeu	2	
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIRESTONE F900	8,000	0,0000	293,0000	2.344,00	Perdeu	3	
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
Item.....: 31 - 12407 - PNEU 185/60 R15 - Unidade: UN									
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSOR	LINGLONG HP010	16,000	0,0000	240,0000	3.840,00	Venceu	1 *****	
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	GOODYEAR EAGL	16,000	0,0000	350,0000	5.600,00	Perdeu	2	
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI P1 CINTUR.	16,000	0,0000	350,0000	5.600,00	Perdeu	3	
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		16,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
Item.....: 32 - 11040337 - PNEU 185 R14 102/100 R NOVO - Unidade: UN									
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSOR	LINGLONG LMC5	8,000	0,0000	270,0000	2.160,00	Venceu	1 *****	
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	FALKEN R51	8,000	0,0000	348,0000	2.784,00	Perdeu	2	
9199	MODELO PNEUS LTDA.	BRIDGESTONE DUF	8,000	0,0000	364,0000	2.912,00	Perdeu	3	
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

532.776,00

Processo Administrativo:

Licitação.....: 57/2016 - PR

Modalidade.....: **PREGÃO PRESENCIAL**

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ONIBUS, VANS, MÁQUINAS E AUTOMOVEIS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 33	- 25228 - PNEU 185/65 R15, NOVO - Unidade: UN							
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	LINGLONG HP010	4,000	0,0000	230,0000	920,00	Venceu	1 *****
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	DUNLOP SPLM704	4,000	0,0000	305,0000	1.220,00	Perdeu	2
9199	MODELO PNEUS LTDA.	BRIDGESTONE ER3	4,000	0,0000	349,0000	1.396,00	Perdeu	3
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 34	- 411046849 - PNEU 265/60R16 NOVO - Unidade: UN							
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9199	MODELO PNEUS LTDA.		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 35	- 411046847 - PNEU 215/75R17, RADIAL, LISO, NOVO. - Unidade: UN							
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	LINGLONG LLF86	6,000	0,0000	595,0000	3.570,00	Venceu	1 *****
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	GOODYEAR STEE	6,000	0,0000	815,0000	4.890,00	Perdeu	2
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIRESTONE FS 557	6,000	0,0000	815,0000	4.890,00	Perdeu	3
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 36	- 311044315 - PNEU 215/65 R16, NOVO - Unidade: UN							
9199	MODELO PNEUS LTDA.	BRIDGESTONE DUE	8,000	0,0000	478,0000	3.824,00	Venceu	1 *****
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	DUNLOP SPLM704	8,000	0,0000	500,0000	4.000,00	Desclassif.	2
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI	TRIANGLE TR928	8,000	0,0000	370,0000	2.960,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 10/12

532.776,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 80/2016

Licitação.....: 57/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ONIBUS, VANS, MÁQUINAS E AUTOMOVEIS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 37	- 12803 - PNEU 7.50/16 RADIAL-NOVO-FABRICAÇÃO NACIONAL - Unidade: UN							
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI CT 52	6,000	0,0000	556,0000	3.336,00	Venceu	1 *****
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA	Maglion/Lungavi	6,000	0,0000	560,0000	3.360,00	Desclassif.	2
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	GOODYEAR G32	6,000	0,0000	745,0000	4.470,00	Desclassif.	3
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 38	- 11040338 - PNEU 120/80 18 NOVO - Unidade: UN							
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9199	MODELO PNEUS LTDA.	RINALDI	6,000	0,0000	300,0000	1.800,00	Desclassif.	0
Item.....: 39	- 11040339 - PNEU 90/90 21 NOVO - Unidade: UN							
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9199	MODELO PNEUS LTDA.	RINALDI	4,000	0,0000	222,0000	888,00	Desclassif.	0
Item.....: 40	- 311044317 - PNEU 80/90 R21 - Unidade: UN							
9199	MODELO PNEUS LTDA.	RINALDI	2,000	0,0000	207,0000	414,00	Venceu	1 *****
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSORI		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 11/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 80/2016		Processo Administrativo:		532.776,00				
Licitação.....:	57/2016 - PR							
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ONIBUS, VANS, MÁQUINAS E AUTOMOVEIS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 41 - 43400 - PNEU 165/70R13, RADIAL, NOVO - Unidade: UN								
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSOR	LINGLONG GREEN	4,000	0,0000	165,0000	660,00	Venceu	1 *****
17116	IGF COMERCIO DE PNEUS LTDA ME	DUNLOP SP	4,000	0,0000	186,0000	744,00	Desclassif.	2
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9199	MODELO PNEUS LTDA.	BRIDGESTONE B25	4,000	0,0000	220,0000	880,00	Desclassif.	0
Item.....: 42 - 411046726 - PNEU 225/65R16 NOVO - Unidade: UN								
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSOR	LINGLONG R666	4,000	0,0000	530,0000	2.120,00	Venceu	1 *****
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI CARRIER	4,000	0,0000	775,0000	3.100,00	Desclassif.	2
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	GOODYEAR G32	4,000	0,0000	780,0000	3.120,00	Desclassif.	3
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 43 - 311044316 - PNEU 185R15, NOVO - Unidade: UN								
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSOR	LINGLONG LMC5	4,000	0,0000	270,0000	1.080,00	Desclassif.	0
9199	MODELO PNEUS LTDA.	PIRELLI CHRONO	4,000	0,0000	433,0000	1.732,00	Desclassif.	0
Item.....: 44 - 411046943 - PNEU 17,5R25 ESTRUTURA 4S OU SIMILAR, DIAGONAL, DESENHO L-2, - Unidade: UN								
13053	RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSOR	SUPERGUIDER G2	6,000	0,0000	2.000,0000	12.000,00	Venceu	1 *****
17116	IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME	TITAN EARTH TRA	6,000	0,0000	3.260,0000	19.560,00	Perdeu	2
9199	MODELO PNEUS LTDA.	FIRESTONE SGG LI	6,000	0,0000	3.380,0000	20.280,00	Perdeu	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 12/12

Processo / Ano: 80/2016

Licitação.....: 57/2016 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ONIBUS, VANS, MÁQUINAS E AUTOMOVEIS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

Processo Administrativo: 532.776,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 44	- 411046943	- PNEU 17,5R25 ESTRUTURA 4S OU SIMILAR, DIAGONAL, DESENHO L-2, - Unidade: UN						
8794	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA		6.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)	
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	SUPLENTE	
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	MEMBRO SUPLENTE	
MARCIANO FERNANDES CORREA -	MEMBRO SUPLENTE	
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC	
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0	

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 66/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 99/2016
Licitação.....: 66/2016 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 01 EMPILHADEIRA A COMBUSTÃO, PARA UTILIZAÇÃO NO BARRACAO DE RECICLAGEM DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, SITUADO NA RUA MIGUEL DARMOURUS, BAIRRO CAMPO DA AGUA VERDE. CONVENIO Nº 2015TR001836.

Processo Administrativo: 72.400,00
Total dos Itens Vencedores: 72.400,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 411046734 - EMPILHADEIRA A COMBUSTÃO - Unidade: UN							
17118	HEXA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA	EP EQUIPMENT	1,000	0,0000	72.400,00000	72.400,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI -	MEMBRO SUPLENTE
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	MEMBRO SUPLENTE
MARCIANO FERNANDES CORREA -	MEMBRO SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

Decreto nº 081/2016

DECRETO Nº 081, DE 9 DE JUNHO DE 2016.

Revoga o Processo Licitatório nº 056/2016, na modalidade Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 001/2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, poder - dever da Administração de anular ou revogar seus próprios atos, inclusive ex officio.

CONSIDERANDO a vinculação ao princípio da legalidade e à defesa do interesse público;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 186/2016, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 056/2016, na modalidade Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 001/2016, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Desinsetização e Desratização nas dependências da Secretaria da Administração e Finanças; Casa do Cidadão; Secretaria da Educação, Cultura e Esportes (Centros Municipais de Educação Infantil, Creches, Pré-Escolas e Escolas do Ensino Fundamental); Unidades de Saúde e Bocas de Lobo do Município de Capinzal e dependências pertencentes ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 9 de junho de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário Interino da Administração e Finanças

Decreto nº 082/2016

DECRETO Nº 082, DE 9 DE JUNHO DE 2016.

Revoga o Processo Licitatório nº 068/2016, na modalidade Pregão Presencial nº 045/2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, poder - dever da Administração de anular ou revogar seus próprios atos, inclusive ex officio.

CONSIDERANDO a vinculação ao princípio da legalidade e à defesa do interesse público;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 187/2016, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 068/2016, na

modalidade Pregão Presencial nº 0045/2016, com o objeto de Registro de Preço para aquisição de materiais de construção e ferramentas, para execução de diversas atividades relacionadas à Secretaria de Infraestrutura (consertos, limpezas, reformas, reparos na Área de Lazer, Rodoviária Municipal, praças, cemitérios, manutenção da Área Urbana e Interior) de Capinzal/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 9 de junho de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário Interino da Administração e Finanças

FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0017/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0013/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0017/2016
Pregão Presencial Nº 0013/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para realização de Serviços de Transporte (socorro) de pacientes para Tratamento Fora Domicílio - TFD. Com Recursos Próprios.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 22/06/2016.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 10 de junho de 2016.

ELISÂNGELA BAGNOLIN
Diretora de Compras e Licitações

FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0018/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0014/2016**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0018/2016

Pregão Presencial Nº 0014/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gás oxigênio para uso nas ambulâncias da Secretaria da Saúde e atendimento aos pacientes que realizam oxigenoterapia domiciliar. Com Recursos Próprios

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 23/06/2016.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, **FAX** Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 10 de junho de 2016.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0079/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0047/2016**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0079/2016

Pregão Presencial Nº 0047/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos e materiais de consumo, para melhoramento das atividades e suprimento da demanda dos Centros Municipais de Educação Infantil, Creches e Pré-Escolas, Escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, Secretaria da Educação, Cultura e Esportes. Com Recursos Salário Educação e Municipais

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 27/06/2016.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, **FAX** Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 10 de junho de 2016.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PORTARIA 537/2016

PORTARIA Nº 537, DE 16 DE MAIO DE 2016

Coloca servidor à disposição, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição do SINE a servidora Katia Souza Duarte, matrícula nº 330345/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência D, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de maio de 2016.

Capinzal - SC, em 16 de maio de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 539/2016

PORTARIA Nº 539, DE 18 DE MAIO DE 2016

Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, pelo período de 09 de maio a 05 de setembro de 2016, conforme atestado médico, à servidora Daniele Aparecida Viero de Souza, matrícula nº 322202/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência D, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 18 de maio de 2016.

Capinzal, SC, em 18 de maio de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 540/2016

PORTARIA Nº 540, DE 18 DE MAIO DE 2016

Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000 e requerimento protocolado sob o nº 1844/2016, resolve:

Art. 1º Promover, por nova habilitação, a servidora Mirian Mascarello

Fracaro, matrícula nº 324574/07.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o Nível 1, classe 7, referência A.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em maio de 2016.

Capinzal – SC, em 18 de maio de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria 230/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 230/2016

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 10, (dez) dias, datado de 07.06.2016;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde a Empregada Pública DAIANA DE SOUZA PASSIG, Agente Comunitária de Saúde – 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 09.06.2016 a 18.06.2016, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 09 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 231/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 231/2016

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 4, (quatro) dias, datado de 07.06.16;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde a Servida Pública ELIOMAR SCHEIDT DE SOUZA, ocupante do Cargo em Comissão de Coordenador Administrativo, na Secretaria Municipal da Fazenda, pelo período de 07.06.2016 a 10.06.2016, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 07.06.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 09 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Chapecó

PREFEITURA

ATO 018/CP/ED/001/16



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

Ato 018/CP/ED/001/16

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO DOS CARGOS QUE CONTEMPLAVAM SOMENTE PROVA ESCRITA OBJETIVA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público o que segue:

CONSIDERANDO que restou comprovado que foi publicado o resultado final da prova escrita objetiva, contendo a classificação dos candidatos aprovados por cargo, bem como transcorrido o prazo legal de recurso, não existindo mais qualquer questionamento,

- 1.1. Fica HOMOLOGADO o resultado final do Concurso Público Edital nº 001/2016, dos cargos que contemplavam somente prova escrita objetiva, conforme anexo I e II deste ato.

Chapecó (SC), 09 de Junho de 2016.

Luciano José Buligon
Prefeito Municipal



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

ANEXO I – RESULTADO FINAL DAS CARGOS SOMENTE COM PROVA ESCRITA

Legenda:

TA= Total de Acertos;

NF=Nota Final

Ordem	N INSC	CANDIDATO	CARGO	Data Nasc	TA	NF	Situação
1	342873	Rafael Jose Boiani	Auxiliar de Serviços Externos	22/02/1986	58	74,50	Aprovado
2	330985	Angelo Pires Confortin	Auxiliar de Serviços Externos	06/10/1997	59	73,25	Aprovado
3	332381	Bruno Sergio Da Silva	Auxiliar de Serviços Externos	14/01/1985	58	72,50	Aprovado
4	343442	Bruna Pires Da Silva	Auxiliar de Serviços Externos	17/05/1997	58	71,50	Aprovado
5	325544	Simone Nunes De Moraes Bratz	Auxiliar de Serviços Externos	19/03/1982	54	70,50	Aprovado
6	342556	Sheila Margareth De Sousa	Auxiliar de Serviços Externos	22/08/1994	54	69,50	Aprovado
7	342757	Romulo Augusto Bouvier	Auxiliar de Serviços Externos	12/07/1989	56	69,00	Aprovado
8	339224	Junior Jesuino Garcia	Auxiliar de Serviços Externos	18/04/1995	48	68,00	Aprovado
9	315980	Mayki Socrates Bandeira	Auxiliar de Serviços Externos	23/03/1981	51	67,25	Aprovado
10	337995	Ariel Izaque Sobiech	Auxiliar de Serviços Externos	26/08/1984	52	67,00	Aprovado
11	316014	Clesiana Dinara Lorenzi	Auxiliar de Serviços Externos	06/03/1988	52	67,00	Aprovado
12	339138	Angelica Rodrigues	Auxiliar de Serviços Externos	07/02/1990	52	67,00	Aprovado
13	321441	Afranio Zucco	Auxiliar de Serviços Externos	24/03/1985	53	66,75	Aprovado
14	328713	Fernanda Trentin De Souza	Auxiliar de Serviços Externos	07/11/1986	51	64,25	Aprovado
15	318578	Claudinei Machado Castro	Auxiliar de Serviços Externos	06/06/1988	49	63,75	Aprovado
16	348642	Debora Rubas	Auxiliar de Serviços Externos	07/01/1995	49	63,75	Aprovado
17	329814	Romualdo Arti Carvalho De Limas	Auxiliar de Serviços Externos	12/06/1997	50	63,50	Aprovado
18	323934	Adilson Brizola	Auxiliar de Serviços Externos	30/11/1984	47	63,25	Aprovado
19	321944	Jefferson Jean Fiuza	Auxiliar de Serviços Externos	18/08/1994	47	63,25	Aprovado
20	344072	Giovani Bet	Auxiliar de Serviços Externos	24/06/1972	45	62,75	Aprovado
21	332921	Dionatan Pavoski	Auxiliar de Serviços Externos	18/08/1988	46	62,50	Aprovado
22	323635	Francisco Fernando Brizola	Auxiliar de Serviços Externos	23/12/1991	47	62,25	Aprovado
23	324300	Alexandro Bartz Pereira	Auxiliar de Serviços Externos	27/03/1986	51	62,25	Aprovado
24	348754	Adilson Trindade	Auxiliar de Serviços Externos	18/09/1994	44	62,00	Aprovado
25	319998	Cleonice Fatima Machado	Auxiliar de Serviços Externos	10/06/1981	48	62,00	Aprovado
26	345061	Maycou Douglas Ferreira	Auxiliar de Serviços Externos	17/07/1996	48	62,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

27	322339	Eduardo Parmagnani	Auxiliar de Serviços Externos	20/11/1996	49	61,75	Aprovado
28	337945	Solange Dos Santos Muniz Nardi	Auxiliar de Serviços Externos	25/04/1961	46	61,50	Aprovado
29	322412	Thaina Bruna Da Silva	Auxiliar de Serviços Externos	02/06/1998	46	61,50	Aprovado
30	345564	Roseli Teresinha Boita	Auxiliar de Serviços Externos	25/02/1970	47	61,25	Aprovado
31	326774	Gilberto Pedroso De Abreu	Auxiliar de Serviços Externos	07/05/1991	45	60,75	Aprovado
32	335686	Rodrigo Wolmer Pinheiro	Auxiliar de Serviços Externos	17/06/1995	46	60,50	Aprovado
33	317024	Francieli Lauscher Machry	Auxiliar de Serviços Externos	16/07/1984	43	60,25	Aprovado
34	342539	Vitor Rosiano Teixeira De Freitas	Auxiliar de Serviços Externos	09/03/1990	43	60,25	Aprovado
1	340274	Gideao Cesco	Encanador	21/10/1981	59	74,25	Aprovado
2	331746	Gilberto Roque Gadenz	Encanador	16/08/1964	55	67,25	Aprovado
3	327783	Evandro Antonio Rosa	Encanador	06/08/1980	47	65,25	Aprovado
4	323659	Eduardo Scussiato	Encanador	16/01/1993	45	62,75	Aprovado
5	327217	Anderson Pedro Vailones	Encanador	29/03/1994	46	61,50	Aprovado
6	338683	Everson Mascarello	Encanador	16/04/1976	50	61,50	Aprovado
1	317701	Evandro Crispin Da Rosa	Mecânico Ajustador	22/07/1987	70	91,50	Aprovado
2	347583	Claudinei Carlos Agostineto	Mecânico Ajustador	04/02/1981	70	90,50	Aprovado
3	323043	Paulo Roberto Di Domenico	Mecânico Ajustador	24/04/1991	67	90,25	Aprovado
4	322240	Jean Rodrigo Batistella	Mecânico Ajustador	17/05/1986	67	89,25	Aprovado
5	348678	Gustavo Galinski Fonseca	Mecânico Ajustador	10/01/1994	64	88,00	Aprovado
6	342596	Marcelo Ximendes	Mecânico Ajustador	11/02/1983	68	88,00	Aprovado
7	342387	Hilar Luiz Corti	Mecânico Ajustador	14/10/1982	65	87,75	Aprovado
8	345356	Lucimar Vial	Mecânico Ajustador	15/05/1985	67	87,25	Aprovado
9	342911	Djonis Van De Sand	Mecânico Ajustador	25/09/1987	67	87,25	Aprovado
10	343071	Luiz Alberto Talgatti	Mecânico Ajustador	28/12/1990	64	87,00	Aprovado
11	317106	Ronaldo Caron	Mecânico Ajustador	16/03/1979	66	86,50	Aprovado
12	328017	Mikael Ruver De Azevedo	Mecânico Ajustador	24/03/1992	66	86,50	Aprovado
13	314474	Luciano Rubenich	Mecânico Ajustador	14/04/1982	64	86,00	Aprovado
14	320987	Joni Augusto Menoncin	Mecânico Ajustador	31/01/1992	64	86,00	Aprovado
15	339146	Micael Schmitt Balconi	Mecânico Ajustador	06/02/1986	68	86,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

16	316989	Alexandre Antonio Lise Panseira	Mecânico Ajustador	08/08/1988	68	86,00	Aprovado
17	315877	Micaelson Gehlen	Mecânico Ajustador	15/07/1977	66	85,50	Aprovado
18	328304	Jaimir Bras Riva	Mecânico Ajustador	02/05/1976	64	85,00	Aprovado
19	340877	Edison Luiz Soares Silveira	Mecânico Ajustador	16/07/1964	65	84,75	Aprovado
20	338680	Karl Albert Auwaerter	Mecânico Ajustador	21/01/1975	65	84,75	Aprovado
21	330869	Cristiano Siqueira Da Costa	Mecânico Ajustador	23/07/1987	65	84,75	Aprovado
22	316238	Jeferson Paulo Gobbi	Mecânico Ajustador	12/06/1985	62	84,50	Aprovado
23	338206	Silvano Maciel	Mecânico Ajustador	10/03/1980	66	84,50	Aprovado
24	346672	Amauri Sobicz	Mecânico Ajustador	19/05/1985	62	83,50	Aprovado
25	342017	Douglas Marcos Bruggalli	Mecânico Ajustador	21/08/1992	62	83,50	Aprovado
26	315812	Ori Coradi	Mecânico Ajustador	17/03/1983	63	83,25	Aprovado
27	343912	Anacleto Ribeiro	Mecânico Ajustador	30/10/1985	63	83,25	Aprovado
28	317108	Guilherme Antonio Farina	Mecânico Ajustador	14/12/1992	64	83,00	Aprovado
29	334219	Felipe Dalla Costa Becker	Mecânico Ajustador	12/01/1986	62	82,50	Aprovado
30	334327	Aurimar Modesti	Mecânico Ajustador	24/01/1966	63	82,25	Aprovado
31	347432	Josimar Rodrigues Maia	Mecânico Ajustador	04/01/1993	63	82,25	Aprovado
32	315958	Victor Lise Panseira	Mecânico Ajustador	15/08/1990	67	82,25	Aprovado
33	331612	Leonardo Henrique Gava	Mecânico Ajustador	18/08/1995	64	82,00	Aprovado
34	318643	Demerson Carlos Sichelero	Mecânico Ajustador	06/02/1980	61	81,75	Aprovado
35	320145	Diego Furlan Grzybowski	Mecânico Ajustador	09/12/1983	61	81,75	Aprovado
36	324976	Henrique Da Cruz E Silva	Mecânico Ajustador	02/06/1992	61	81,75	Aprovado
37	342748	Jonatan Miguel Klein	Mecânico Ajustador	09/04/1996	61	81,75	Aprovado
38	344749	Everton Trentin Zoraski	Mecânico Ajustador	08/03/1990	62	81,50	Aprovado
39	320021	Ezequiel Antonio De Oliveira	Mecânico Ajustador	14/10/1988	59	81,25	Aprovado
40	343627	Elton Matzembacher	Mecânico Ajustador	03/12/1976	60	81,00	Aprovado
41	334585	Rafael Schaeffer	Mecânico Ajustador	06/02/1992	61	80,75	Aprovado
42	331770	Edenilson Dos Santos	Mecânico Ajustador	03/01/1985	65	80,75	Aprovado
43	336761	Alexandre Roberto Panegalli	Mecânico Ajustador	24/12/1978	58	80,50	Aprovado
44	316109	Tiago Adriano Defaveri	Mecânico Ajustador	01/05/1989	58	80,50	Aprovado
45	336846	Marcelo Zaneco	Mecânico Ajustador	21/08/1989	63	80,25	Aprovado
46	315651	Gustavo Felipe Machado	Mecânico Ajustador	10/01/1995	57	79,75	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

47	348064	Zilio Jose Rigoni	Mecânico Ajustador	26/09/1966	61	79,75	Aprovado
48	348496	Rafael Mauro Kriese	Mecânico Ajustador	27/12/1986	61	79,75	Aprovado
49	330373	Marcos Antonio Sutili	Mecânico Ajustador	09/03/1995	62	79,50	Aprovado
50	344512	Vagner Rodrigo De Picoli	Mecânico Ajustador	05/01/1980	59	79,25	Aprovado
51	321037	Marcelo Pelicioli	Mecânico Ajustador	26/08/1992	59	79,25	Aprovado
52	348278	Vilamir Sobicz	Mecânico Ajustador	04/04/1981	56	79,00	Aprovado
53	348363	Rodrigo Peres	Mecânico Ajustador	19/12/1984	56	79,00	Aprovado
54	333525	Tiago Goncalves	Mecânico Ajustador	20/09/1980	60	79,00	Aprovado
55	340137	Carlos Roberto Moreira Cardoso Junior	Mecânico Ajustador	26/11/1987	60	79,00	Aprovado
56	321937	Diogo Rafael Rupolo	Mecânico Ajustador	06/07/1991	60	79,00	Aprovado
57	315309	Maurício Luiz Savariz	Mecânico Ajustador	04/05/1993	60	79,00	Aprovado
58	339180	Wuilian Regis Anselmini	Mecânico Ajustador	28/09/1990	57	78,75	Aprovado
59	332727	Erico Andreola	Mecânico Ajustador	15/02/1967	58	78,50	Aprovado
60	330904	Ederson Paranhos Schuck	Mecânico Ajustador	20/06/1989	58	78,50	Aprovado
61	317702	Henrique Lucca	Mecânico Ajustador	07/03/1989	59	78,25	Aprovado
62	341200	Mateus Hellgren	Mecânico Ajustador	03/09/1979	56	78,00	Aprovado
63	321115	Douglas Ivoel Bataglion Borges	Mecânico Ajustador	05/04/1991	57	77,75	Aprovado
64	345144	Robson Giovan Cavalheiro	Mecânico Ajustador	16/08/1976	61	77,75	Aprovado
65	332246	Marcos Aurelio Nobre	Mecânico Ajustador	15/11/1977	61	77,75	Aprovado
66	320691	Valmir Almeida	Mecânico Ajustador	18/03/1976	58	77,50	Aprovado
67	327995	Leonar Celso	Mecânico Ajustador	17/01/1982	58	77,50	Aprovado
68	323221	Camilo Carol Martins De Lara	Mecânico Ajustador	12/08/1988	59	77,25	Aprovado
69	339273	Alaerte Zamboni	Mecânico Ajustador	01/12/1989	59	77,25	Aprovado
70	319355	Jonathan Rinaldi	Mecânico Ajustador	16/05/1996	59	77,25	Aprovado
71	322550	Vilson Francisco Serpa	Mecânico Ajustador	01/09/1980	57	76,75	Aprovado
72	330887	Tiago Dall' Astra	Mecânico Ajustador	21/04/1998	57	76,75	Aprovado
73	331571	Cezar Andre Bertoldi	Mecânico Ajustador	19/02/1985	54	76,50	Aprovado
74	334161	Alcir Bergamin	Mecânico Ajustador	17/07/1980	55	76,25	Aprovado
75	331976	Robeson De Andrade Barp	Mecânico Ajustador	30/01/1990	55	76,25	Aprovado
76	340283	Alisson Azzolini	Mecânico Ajustador	15/04/1990	55	76,25	Aprovado
77	343231	Diego Jose Julkoski	Mecânico Ajustador	04/07/1989	59	76,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

78	322935	Jailson Rabuske	Mecânico Ajustador	23/07/1992	59	76,25	Aprovado
79	318740	Leonardo Menegatti	Mecânico Ajustador	14/12/1987	56	76,00	Aprovado
80	334425	Hiago Oliveira Dos Santos	Mecânico Ajustador	12/06/1992	57	75,75	Aprovado
81	321918	Andrei Marcelo Da Rosa	Mecânico Ajustador	06/02/1982	54	75,50	Aprovado
82	323005	Ricardo Rafaelli Prior	Mecânico Ajustador	05/03/1992	58	75,50	Aprovado
83	343048	Edio Moro	Mecânico Ajustador	14/02/1985	55	75,25	Aprovado
84	347073	Jefferson Andrei Riedel	Mecânico Ajustador	29/04/1989	60	75,00	Aprovado
85	332674	Juliano Olivo Soldi	Mecânico Ajustador	13/11/1984	54	74,50	Aprovado
86	336928	Philippe Jair De Lima Drun	Mecânico Ajustador	23/10/1993	58	74,50	Aprovado
87	345654	Paulo Cesar Toldo Cunha	Mecânico Ajustador	14/08/1969	55	74,25	Aprovado
88	347590	Cristian Camini	Mecânico Ajustador	26/09/1989	48	74,00	Aprovado
89	330061	Pedro Luiz Vartha	Mecânico Ajustador	15/04/1964	54	73,50	Aprovado
90	348120	Caciano Miotto	Mecânico Ajustador	02/01/1989	54	73,50	Aprovado
91	329179	Eder Junior Antunes Maciel	Mecânico Ajustador	13/01/1979	52	73,00	Aprovado
92	328662	Kleyton Antonio Wickert	Mecânico Ajustador	19/05/1984	52	73,00	Aprovado
93	344604	Andre Luis Dallazen	Mecânico Ajustador	25/09/1994	52	73,00	Aprovado
94	344556	Rafael Hilario Gehm	Mecânico Ajustador	07/11/1997	52	73,00	Aprovado
95	315359	Pateli Ambrosio	Mecânico Ajustador	09/02/1989	53	72,75	Aprovado
96	337290	Marcelo Dos Santos Agostini	Mecânico Ajustador	15/05/1985	50	72,50	Aprovado
97	335861	Paulo Vitor Peretti	Mecânico Ajustador	16/05/1985	55	72,25	Aprovado
98	340780	Harri Junior Hubner	Mecânico Ajustador	17/02/1972	52	72,00	Aprovado
99	335807	Claudir Ivan Santin	Mecânico Ajustador	01/10/1976	56	72,00	Aprovado
100	333513	Mateus Willian De Moura	Mecânico Ajustador	18/01/1994	49	71,75	Aprovado
101	347274	Fabiano Alves	Mecânico Ajustador	30/10/1983	53	71,75	Aprovado
102	328094	Douglas Picini Fernandes	Mecânico Ajustador	16/08/1984	51	71,25	Aprovado
103	347420	Onofre Da Costa Leite Junior	Mecânico Ajustador	01/06/1980	55	71,25	Aprovado
104	319873	Samuel Britencourt	Mecânico Ajustador	20/06/1988	52	71,00	Aprovado
105	340082	Daniel Jose Savaris	Mecânico Ajustador	13/05/1988	49	70,75	Aprovado
106	322470	Jean Gabriel Schneider Meneguzzi	Mecânico Ajustador	07/07/1994	53	70,75	Aprovado
107	339061	Claudinei Savaris	Mecânico Ajustador	20/01/1988	54	70,50	Aprovado
108	346867	Cristiano Colombo	Mecânico Ajustador	08/08/1979	51	70,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

109	326481	Kassiano Mendes Algaier	Mecânico Ajustador	26/05/1988	51	70,25	Aprovado
110	331732	Marcio Jose Da Luz	Mecânico Ajustador	30/03/1976	48	70,00	Aprovado
111	323230	Ackson Adriano Cristiano	Mecânico Ajustador	18/10/1981	48	70,00	Aprovado
112	322548	Vanilson Antonio Fossa	Mecânico Ajustador	18/12/1982	48	70,00	Aprovado
113	340580	Jeverson Milani	Mecânico Ajustador	07/12/1992	52	70,00	Aprovado
114	330508	Setembrino Antonio Campagnaro	Mecânico Ajustador	20/09/1962	46	69,50	Aprovado
115	322831	Luiz Jyonathan Carminatti	Mecânico Ajustador	05/08/1986	50	69,50	Aprovado
116	324767	Vanderli Luiz Cattani	Mecânico Ajustador	17/12/1961	48	69,00	Aprovado
117	323191	Ivan Carlos Rosa Guimaraes	Mecânico Ajustador	12/12/1981	48	69,00	Aprovado
118	347351	Alaor Galvao Do Amaral	Mecânico Ajustador	27/02/1966	52	69,00	Aprovado
119	345885	Clovis Tomazoni	Mecânico Ajustador	02/04/1968	52	69,00	Aprovado
120	315226	Edilso Pedro Bonfim	Mecânico Ajustador	29/06/1984	52	69,00	Aprovado
121	337126	Andevilson Spengler	Mecânico Ajustador	21/03/1980	49	68,75	Aprovado
122	348863	Eleandro Toledo Da Costa	Mecânico Ajustador	30/11/1985	49	68,75	Aprovado
123	345184	Eleandro Antonio Roldo Fernandes	Mecânico Ajustador	19/10/1992	49	68,75	Aprovado
124	335147	Giliard Mai	Mecânico Ajustador	26/05/1989	46	68,50	Aprovado
125	340579	Encias Rodrigo Massmann	Mecânico Ajustador	06/10/1982	47	68,25	Aprovado
126	327330	Laercio Edson Nardi	Mecânico Ajustador	16/05/1992	48	68,00	Aprovado
127	337092	Jean Marcos Freitag Vaz	Mecânico Ajustador	13/02/1993	52	68,00	Aprovado
128	347250	Adir De Oliveira	Mecânico Ajustador	23/09/1986	49	67,75	Aprovado
129	331525	Jeferson Valduga	Mecânico Ajustador	07/05/1992	46	67,50	Aprovado
130	320693	Luiz Marcos Fortes	Mecânico Ajustador	29/11/1972	47	67,25	Aprovado
131	339085	Marcos Antonio Ritter	Mecânico Ajustador	22/08/1982	48	67,00	Aprovado
132	318115	Andre Luiz Carminatti	Mecânico Ajustador	07/10/1991	48	67,00	Aprovado
133	341368	Tiago Luiz Schneider	Mecânico Ajustador	29/06/1994	48	67,00	Aprovado
134	343512	Cleisson Antonio Damin	Mecânico Ajustador	20/06/1992	49	66,75	Aprovado
135	344090	Daique Jhones Reginatto	Mecânico Ajustador	04/03/1995	47	66,25	Aprovado
136	320767	Ivan Robson Da Silva	Mecânico Ajustador	27/09/1993	51	66,25	Aprovado
137	319950	Felipe Janpier Melo Da Cunha	Mecânico Ajustador	07/04/1989	49	65,75	Aprovado
138	320771	Willian Vilson Da Silva Pinto	Mecânico Ajustador	01/09/1997	49	65,75	Aprovado
139	324362	Juliano Tedesco Duarte	Mecânico Ajustador	08/10/1975	45	64,75	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

140	337745	Ivair Atilio Calvi	Mecânico Ajustador	03/04/1986	47	64,25	Aprovado
141	336652	Luciano De Carvalho	Mecânico Ajustador	09/04/1973	44	64,00	Aprovado
142	347638	Marcos Roberto Da Silva Gomes	Mecânico Ajustador	09/09/1984	44	64,00	Aprovado
143	339544	William Cesar Machado	Mecânico Ajustador	03/06/1995	48	64,00	Aprovado
144	348458	Anderson Luiz Camargo	Mecânico Ajustador	14/02/1992	45	63,75	Aprovado
145	329719	Cleomarjustino Feo	Mecânico Ajustador	28/09/1969	42	63,50	Aprovado
146	329734	Kauan Henrique Hoppe	Mecânico Ajustador	07/09/1996	47	63,25	Aprovado
147	328510	Anderson Quadri	Mecânico Ajustador	22/02/1994	43	62,25	Aprovado
148	328040	Adriano Ticiani	Mecânico Ajustador	05/11/1982	44	62,00	Aprovado
149	348571	Marcio Zabot	Mecânico Ajustador	05/06/1985	42	61,50	Aprovado
150	329351	Junior Remos	Mecânico Ajustador	26/06/1985	42	61,50	Aprovado
151	342029	Mauricio Luis Costa	Mecânico Ajustador	26/11/1992	47	61,25	Aprovado
152	318676	Alex Bettu	Mecânico Ajustador	04/02/1992	41	60,75	Aprovado
153	346824	Osmar Antonio Lucas	Mecânico Ajustador	29/10/1967	46	60,50	Aprovado
154	330886	Adair Dall' Astra	Mecânico Ajustador	14/06/1964	43	60,25	Aprovado
1	342360	Vilmar Ribeiro	Pedreiro	31/10/1981	51	72,25	Aprovado
2	341720	Anderson Bento	Pedreiro	03/04/1989	50	68,50	Aprovado
3	344720	Neri Freschi	Pedreiro	06/02/1956	47	64,25	Aprovado
4	341984	Gilnei Blanger	Pedreiro	20/08/1965	44	60,00	Aprovado
1	329841	Jonas Augusto Coser	Vigia	02/02/1993	73	93,75	Aprovado
2	342871	Anderson Martins Da Silva	Vigia	14/04/1991	70	90,50	Aprovado
3	347047	Rodrigo De Freitas	Vigia	30/09/1977	71	90,25	Aprovado
4	342561	Vitor Augusto Werlang Silva	Vigia	17/08/1991	71	88,25	Aprovado
5	335393	Cristiano Ricardo Diedrich	Vigia	05/03/1988	65	87,75	Aprovado
6	346007	Mayron Armando Dotto Fontana	Vigia	18/02/1993	69	87,75	Aprovado
7	336353	Ezequiel Zuffo	Vigia	13/05/1986	66	87,50	Aprovado
8	343817	Mauro Rodrigo Flores	Vigia	15/08/1980	69	86,75	Aprovado

 ∞



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

40	315378	Aalto Gheller	Vigia	16/06/1971	61	81,75	Aprovado
41	323313	Dieison Antonio Corona	Vigia	16/02/1990	62	81,50	Aprovado
42	322122	Valmir Fernandes	Vigia	03/04/1984	59	81,25	Aprovado
43	340702	Luciano Rilozi	Vigia	14/11/1985	63	81,25	Aprovado
44	335334	Anderson Rachid Peron	Vigia	11/03/1981	60	81,00	Aprovado
45	339958	Ezequiel Siqueira Gosch	Vigia	05/11/1988	60	81,00	Aprovado
46	316874	Marcelo Gonçalves Do Nascimento	Vigia	13/09/1973	64	81,00	Aprovado
47	324561	Marciano Mauricio Jung	Vigia	09/05/1981	61	80,75	Aprovado
48	324494	Eriberto Antonio Schmitz	Vigia	09/09/1988	61	80,75	Aprovado
49	319295	Tiago Antonio De Oliveira	Vigia	12/06/1996	61	80,75	Aprovado
50	334091	Yane Agata Ribeiro Marcelino	Vigia	24/01/1995	65	80,75	Aprovado
51	341651	Jossemir Cheles	Vigia	21/04/1983	62	80,50	Aprovado
52	321431	Robson Garcia Da Silva	Vigia	22/10/1984	62	80,50	Aprovado
53	316125	Tiago Josue Foschera	Vigia	06/05/1986	62	80,50	Aprovado
54	348586	Matheus Odoreik	Vigia	10/07/1990	62	80,50	Aprovado
55	336230	Daniela Bellei Favaro	Vigia	10/11/1982	59	80,25	Aprovado
56	345720	Ricardo Antonio Alixandre	Vigia	18/04/1987	63	80,25	Aprovado
57	328470	Alessandra Teles	Vigia	23/02/1981	60	80,00	Aprovado
58	348601	Sergio Alex Silveira Alves	Vigia	27/07/1962	61	79,75	Aprovado
59	321025	Cleiton Cristiano Ferrasso	Vigia	01/08/1992	61	79,75	Aprovado
60	327704	Kauana Paula Padilha	Vigia	12/06/1991	58	79,50	Aprovado
61	340799	Julio Cesar Da Silva Filho	Vigia	07/07/1967	62	79,50	Aprovado
62	339145	Luciane Fatima Moretto Madri	Vigia	01/10/1980	62	79,50	Aprovado
63	348066	Carla Gisele Dahmer	Vigia	05/02/1983	62	79,50	Aprovado
64	343275	Pedro Henrique Baez Garcez	Vigia	17/10/1996	62	79,50	Aprovado
65	317369	Bernardo Liedtke	Vigia	06/05/1956	63	79,25	Aprovado
66	330479	Murilo Henrique Milani	Vigia	16/07/1995	59	79,25	Aprovado
67	344304	Daniella Lara Kaufmann	Vigia	01/03/1968	63	79,25	Aprovado
68	341163	Michel Augusto Knapp	Vigia	20/10/1981	63	79,25	Aprovado
69	347904	Thiago Aldo Franco	Vigia	14/09/1995	63	79,25	Aprovado
70	337045	Simone Luiza Oleiarz	Vigia	29/04/1990	60	79,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

71	317808	Gustavo Henrique Grigolo	Vigia	22/02/1988	64	79,00	Aprovado
72	334283	Aronildo Pereira Flor	Vigia	26/04/1981	61	78,75	Aprovado
73	348460	Gabriel Silva De Brito	Vigia	16/05/1992	61	78,75	Aprovado
74	327342	Alvir Antonio Lemes Dos Santos	Vigia	25/04/1960	62	78,50	Aprovado
75	334306	Jonei Kaipper De Brites	Vigia	02/10/1971	59	78,25	Aprovado
76	335849	Augusto De Oliveira	Vigia	13/12/1984	59	78,25	Aprovado
77	334953	Jorge Veit	Vigia	26/03/1991	59	78,25	Aprovado
78	327473	Adrieli Schmitz	Vigia	07/01/1994	59	78,25	Aprovado
79	348301	Jucineia Vanessa Nogueira Busa	Vigia	21/08/1995	59	78,25	Aprovado
80	337473	Joao Luis Do Nascimento Bomm	Vigia	02/06/1997	59	78,25	Aprovado
81	339629	Renato Grosse De Oliveira	Vigia	17/12/1975	60	78,00	Aprovado
82	337208	Mayko Darci Ferreira	Vigia	26/09/1976	60	78,00	Aprovado
83	341911	Sandro Augusto Kaliski Sangaletti Filho	Vigia	07/02/1986	57	77,75	Aprovado
84	336343	Alan Patric Curtis Fernandes	Vigia	20/09/1988	57	77,75	Aprovado
85	319053	Anderson Stedile Do Amaral	Vigia	04/08/1985	61	77,75	Aprovado
86	341572	Devidy Souza Deretti	Vigia	11/03/1988	61	77,75	Aprovado
87	327311	Elsi Fiori Da Costa	Vigia	02/02/1965	58	77,50	Aprovado
88	325879	Alderri Chaves	Vigia	30/09/1974	58	77,50	Aprovado
89	327118	Rosana Silveira D'ávila Pereira	Vigia	11/06/1978	58	77,50	Aprovado
90	341457	Reginaldo Silva De Menezes	Vigia	09/08/1978	58	77,50	Aprovado
91	327916	Frank Jose Maraschin	Vigia	06/05/1981	58	77,50	Aprovado
92	342263	Idriane Seghetto Rampanelli	Vigia	21/04/1980	55	77,25	Aprovado
93	348091	Eliane Da Silva	Vigia	26/10/1986	55	77,25	Aprovado
94	333984	Everaldo Aleir Schmidt	Vigia	27/01/1972	59	77,25	Aprovado
95	332227	Sandra Regina Nobre	Vigia	01/05/1973	59	77,25	Aprovado
96	342699	Ilson De Oliveira	Vigia	16/08/1981	59	77,25	Aprovado
97	337749	Douglas Anderson Borges	Vigia	05/12/1990	59	77,25	Aprovado
98	320786	Guilherme Kristiuk Antunes De Jesus	Vigia	15/09/1995	59	77,25	Aprovado
99	331621	Lucas Dias	Vigia	16/09/1996	59	77,25	Aprovado
100	320895	Anderson Esequiel Alves De Oliveira	Vigia	22/10/1982	56	77,00	Aprovado
101	342052	Dregson Jose Da Silva	Vigia	27/12/1984	56	77,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

102	323044	Ana Alice Borges	Vigia	27/11/1989	56	77,00	Aprovado
103	317862	Juliana Vaskevitz De Mattos	Vigia	30/10/1994	56	77,00	Aprovado
104	319921	Djalma Reis De Jesus	Vigia	09/04/1977	60	77,00	Aprovado
105	326477	Cristiano Da Silva Do Nascimento	Vigia	20/09/1979	60	77,00	Aprovado
106	314436	Karina Barbosa De Abreu	Vigia	13/02/1994	60	77,00	Aprovado
107	315413	Rudy Antonio De Oliveira Ceza	Vigia	30/04/1982	53	76,75	Aprovado
108	331274	Jorge Luiz Vieira	Vigia	06/04/1963	57	76,75	Aprovado
109	347846	Francisco Jandrey	Vigia	14/11/1979	57	76,75	Aprovado
110	315773	Sergio Manoel De Aguiar	Vigia	02/05/1988	57	76,75	Aprovado
111	341910	Kotana Pagnussat	Vigia	03/09/1989	57	76,75	Aprovado
112	343446	Antonio Osmar Pedroso	Vigia	08/06/1967	58	76,50	Aprovado
113	347683	Eder Adao Fagundes	Vigia	08/02/1979	58	76,50	Aprovado
114	320092	Ana Paula Aroldi	Vigia	29/06/1981	58	76,50	Aprovado
115	324846	William Zaminan	Vigia	04/02/1984	58	76,50	Aprovado
116	348442	Cristian Alberto Breuer	Vigia	10/06/1988	58	76,50	Aprovado
117	328329	Ana Carolina Tomiozzo	Vigia	02/01/1994	58	76,50	Aprovado
118	342242	Junior Cararo	Vigia	11/04/1995	62	76,50	Aprovado
119	348756	Marcia Elsner De Vargas	Vigia	13/01/1981	55	76,25	Aprovado
120	334096	Emerson Bressan	Vigia	06/08/1987	55	76,25	Aprovado
121	328832	Silvana Da Rosa	Vigia	05/10/1976	59	76,25	Aprovado
122	332300	Ademir Luiz Da Silva	Vigia	18/02/1974	56	76,00	Aprovado
123	328780	Berenice Worma Pompermaier	Vigia	27/10/1980	56	76,00	Aprovado
124	331314	Wellinton Luiz Lanzarin	Vigia	20/09/1981	56	76,00	Aprovado
125	345545	Daniel Machado De Almeida	Vigia	25/06/1987	56	76,00	Aprovado
126	322042	Ivone Pereira	Vigia	17/10/1990	56	76,00	Aprovado
127	334540	Fernanda Ines Stein Lorscheiter	Vigia	13/10/1991	56	76,00	Aprovado
128	318358	Edson Luis Lando	Vigia	28/09/1972	60	76,00	Aprovado
129	344715	Clarice Terezinha Bee Dalpra	Vigia	07/10/1972	60	76,00	Aprovado
130	345215	Everton Felipe Dobler	Vigia	17/08/1979	60	76,00	Aprovado
131	341902	Marcelo Mendes	Vigia	21/03/1994	60	76,00	Aprovado
132	341876	Fernando Augusto Trentin	Vigia	10/01/1980	53	75,75	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

133	344871	Vera Maria Rodrigues De Oliveira	Vigia	28/04/1961	57	75,75	Aprovado
134	342121	Dirceu Vargas	Vigia	22/06/1975	57	75,75	Aprovado
135	339519	Daniel Tiago Ehrlich De Almeida	Vigia	30/05/1979	57	75,75	Aprovado
136	344210	Paulo Ricardo Silvestrin	Vigia	09/04/1987	57	75,75	Aprovado
137	344874	Moises De Andrade	Vigia	05/05/1978	54	75,50	Aprovado
138	329242	Genesio Portonieri	Vigia	17/08/1985	54	75,50	Aprovado
139	336419	Eliana Bez Batti Caetano Baseggio	Vigia	31/01/1968	55	75,25	Aprovado
140	341640	Lauri Mauro Ziolkowski	Vigia	26/08/1981	55	75,25	Aprovado
141	342784	Wagner Egger	Vigia	13/05/1985	55	75,25	Aprovado
142	336618	Adriely Barrili Bondan	Vigia	31/03/1995	55	75,25	Aprovado
143	334899	Ana Patricia Cavalheiro De Brito	Vigia	17/09/1975	59	75,25	Aprovado
144	327409	Elisangela Vodzik	Vigia	09/03/1979	56	75,00	Aprovado
145	316789	Claudio Miro Xavier De Almeida	Vigia	06/03/1986	57	74,75	Aprovado
146	341112	Diego Da Costa	Vigia	07/07/1986	57	74,75	Aprovado
147	344967	Luis Guilherme Grings	Vigia	21/11/1992	57	74,75	Aprovado
148	339221	Liliane Severgnini	Vigia	28/01/1992	54	74,50	Aprovado
149	334411	Lucimari Piccini	Vigia	20/08/1973	58	74,50	Aprovado
150	337131	Alexsander Emanuel Sautier Ramos	Vigia	24/10/1997	58	74,50	Aprovado
151	342553	Jose Dionisio Da Rosa Molossi	Vigia	27/06/1977	55	74,25	Aprovado
152	343367	Arquimedes Lemonie	Vigia	29/07/1982	55	74,25	Aprovado
153	348257	Adriana Fidelis	Vigia	11/09/1984	55	74,25	Aprovado
154	326065	Mahara Favero Arena	Vigia	27/10/1990	55	74,25	Aprovado
155	347986	Vinicius Fustieger	Vigia	27/02/1994	55	74,25	Aprovado
156	342304	Talis Felipe Rech	Vigia	18/10/1996	55	74,25	Aprovado
157	340086	Mario Sebastiao De Oliveira	Vigia	25/07/1965	52	74,00	Aprovado
158	324263	Sergio Both	Vigia	24/08/1972	52	74,00	Aprovado
159	346427	Jessica De Lima Lopes	Vigia	14/10/1992	56	74,00	Aprovado
160	330576	Augusto De Martini	Vigia	07/05/1993	56	74,00	Aprovado
161	343139	Juliana Borges	Vigia	03/08/1996	56	74,00	Aprovado
162	341369	Leonir Luiz Jung	Vigia	01/04/1974	53	73,75	Aprovado
163	320290	Julio Cezar Padilha Santos	Vigia	21/04/1981	53	73,75	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

164	338047	Jose Francisco De Oliveira	Vigia	27/01/1986	53	73,75	Aprovado
165	315818	Glauceia Terezinha Menzen	Vigia	05/06/1986	53	73,75	Aprovado
166	328814	Ana Lucia Henrique Santana	Vigia	16/08/1987	53	73,75	Aprovado
167	318495	Cheila Gaio	Vigia	23/10/1987	53	73,75	Aprovado
168	337893	Kelvin Junior Barbosa	Vigia	02/12/1992	53	73,75	Aprovado
169	321521	Mauricio Aldoir Veiga	Vigia	16/04/1997	53	73,75	Aprovado
170	337804	Igelso De Paula	Vigia	22/04/1982	57	73,75	Aprovado
171	316255	Joao Vicente Prior Kraemer	Vigia	20/07/1998	57	73,75	Aprovado
172	329001	Adriana Elizabete Do Nascimento	Vigia	05/04/1982	54	73,50	Aprovado
173	326285	Liliane Salete De Oliveira	Vigia	13/09/1982	54	73,50	Aprovado
174	330315	Abimael Geem Alves	Vigia	23/05/1983	54	73,50	Aprovado
175	332010	Rodrigo Gentilini	Vigia	10/12/1985	51	73,25	Aprovado
176	342563	Walare Regina Zucco	Vigia	27/02/1997	51	73,25	Aprovado
177	340809	Paulo Cesar Grandio	Vigia	10/09/1976	55	73,25	Aprovado
178	332430	Justine Muller	Vigia	19/09/1982	55	73,25	Aprovado
179	329907	Walter Roberto De Souza	Vigia	12/11/1984	55	73,25	Aprovado
180	327304	Thais Angela Stella	Vigia	29/08/1996	55	73,25	Aprovado
181	327706	Alcir Augusto De Nez	Vigia	29/09/1963	59	73,25	Aprovado
182	336788	Simone Teresinha De Arrial	Vigia	29/08/1974	52	73,00	Aprovado
183	343341	Antonio Jairo Do Prado	Vigia	01/06/1976	52	73,00	Aprovado
184	342700	Leize Fernandes De Santana	Vigia	17/03/1982	52	73,00	Aprovado
185	339412	Priscila Silva Campos	Vigia	14/09/1987	52	73,00	Aprovado
186	339051	Miriam Berwanger Porn	Vigia	31/01/1967	56	73,00	Aprovado
187	348171	Tahis Daiane De Vargas	Vigia	23/06/1977	56	73,00	Aprovado
188	328530	Edneide Pereira Da Silva	Vigia	03/01/1978	56	73,00	Aprovado
189	322967	Gabriel Antonio Dos Santos	Vigia	03/01/1982	56	73,00	Aprovado
190	339856	Eliane Vasineski	Vigia	04/12/1982	56	73,00	Aprovado
191	342765	Doracilda Cardoso	Vigia	08/02/1985	56	73,00	Aprovado
192	326630	Ronaldo Lemes De Oliveira	Vigia	10/07/1986	56	73,00	Aprovado
193	321876	Roosival Pereira Da Silva Evangelista	Vigia	11/01/1970	53	72,75	Aprovado
194	348292	Claudir Dos Santos	Vigia	04/10/1977	53	72,75	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

195	348847	Volnei Da Cruz	Vigia	17/08/1978	53	72,75	Aprovado
196	317787	Andre Luiz Da Costa	Vigia	10/08/1983	53	72,75	Aprovado
197	334365	Leandro Bertoldi	Vigia	27/05/1986	53	72,75	Aprovado
198	332734	Agostinho Junior Freitas Fumagalli	Vigia	17/12/1987	53	72,75	Aprovado
199	326206	Marcos Antonio Munari	Vigia	05/10/1998	53	72,75	Aprovado
200	336469	Marcos Vinicius Robal Dos Santos	Vigia	18/04/1998	57	72,75	Aprovado
201	326326	Adriane Teresinha Colling	Vigia	20/07/1983	50	72,50	Aprovado
202	327618	Neusa Almeida	Vigia	22/08/1979	54	72,50	Aprovado
203	331105	Dionatan De Oliveir	Vigia	03/11/1992	54	72,50	Aprovado
204	348806	Joao Garghetti	Vigia	13/10/1971	55	72,25	Aprovado
205	319477	Luis Carlos Carvalho Leal	Vigia	17/01/1983	55	72,25	Aprovado
206	348358	Joao Antonio Perin Borges Da Silva	Vigia	06/01/1990	55	72,25	Aprovado
207	345550	Gelson Menegildo	Vigia	08/07/1992	55	72,25	Aprovado
208	341037	Roberto Da Costa Marques	Vigia	17/02/1968	52	72,00	Aprovado
209	338890	Cosme Sousa De Oliveira	Vigia	09/05/1979	52	72,00	Aprovado
210	327414	Sazandra De Nez	Vigia	17/05/1994	52	72,00	Aprovado
211	323305	Rafaela Cetenaro	Vigia	09/05/1996	52	72,00	Aprovado
212	326192	Daniel Do Prado	Vigia	03/01/1987	49	71,75	Aprovado
213	323602	Daniela Sartoretto	Vigia	22/05/1994	53	71,75	Aprovado
214	337976	Fabiani Goncalves De Azevedo	Vigia	04/12/1975	50	71,50	Aprovado
215	344673	Sandra Machado Salvador Alves	Vigia	20/06/1985	54	71,50	Aprovado
216	340148	Alexssandro Correa De Queiroz	Vigia	03/11/1986	54	71,50	Aprovado
217	339550	Evangela Maria Dos Santos	Vigia	31/03/1977	51	71,25	Aprovado
218	340391	Itacir Schneider	Vigia	21/06/1978	51	71,25	Aprovado
219	345602	Manoel Machado De Almeida	Vigia	25/02/1984	51	71,25	Aprovado
220	330960	Anito Jose Pettry	Vigia	13/12/1965	55	71,25	Aprovado
221	348495	Edemar Leandro De Souza	Vigia	16/06/1989	55	71,25	Aprovado
222	314056	Tauana Endiul Pavao	Vigia	24/04/1991	55	71,25	Aprovado
223	332253	Bruno Bonadimann	Vigia	25/11/1995	55	71,25	Aprovado
224	342859	Rita S B Orlandini	Vigia	05/01/1970	52	71,00	Aprovado
225	335424	Elisangela Bonetti	Vigia	22/06/1979	52	71,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

226	338009	Vanice Maria Menzel	Vigia	11/02/1983	52	71,00	Aprovado
227	346982	Rudimar Antonio Huber	Vigia	31/01/1975	49	70,75	Aprovado
228	326077	Leonir Antonio Trevisan	Vigia	04/07/1958	53	70,75	Aprovado
229	348445	Charlene Ferreira Da Silva Adachinari	Vigia	26/11/1982	53	70,75	Aprovado
230	343086	Elize Frassini	Vigia	11/10/1987	53	70,75	Aprovado
231	338023	Jose Tiago Machado	Vigia	05/12/1987	53	70,75	Aprovado
232	322377	Mauricio Da Silva Chaves	Vigia	02/10/1990	53	70,75	Aprovado
233	346816	Andressa Loewenstein Giehl	Vigia	10/10/1994	53	70,75	Aprovado
234	331773	Eduardo Cezar Dorneles	Vigia	28/10/1996	53	70,75	Aprovado
235	339850	Vitor Delevati	Vigia	09/09/1997	53	70,75	Aprovado
236	330242	Juliana Rodrigues Colli	Vigia	05/12/1988	57	70,75	Aprovado
237	342492	Carmem Judite Klein Ibing	Vigia	03/08/1983	50	70,50	Aprovado
238	344280	Sirlei Daluz Muller	Vigia	20/04/1984	50	70,50	Aprovado
239	321864	Andre Lara Dos Santos	Vigia	12/12/1988	54	70,50	Aprovado
240	347682	Rodrigomeller De Oliveira	Vigia	02/04/1974	58	70,50	Aprovado
241	315247	Milton Cesar Nicolli	Vigia	04/10/1970	51	70,25	Aprovado
242	315453	Fabio Da Silva	Vigia	15/03/1985	51	70,25	Aprovado
243	342357	Francieli Dal Santo	Vigia	09/04/1985	51	70,25	Aprovado
244	325772	Juberlania Sabino Da Silva	Vigia	06/10/1986	51	70,25	Aprovado
245	340333	Geverson Farias Bento	Vigia	20/04/1990	51	70,25	Aprovado
246	344291	Carline Dalariva	Vigia	18/06/1996	48	70,00	Aprovado
247	322941	Nadir Jose Soares	Vigia	02/03/1970	52	70,00	Aprovado
248	338049	Tania Lo	Vigia	05/05/1974	49	69,75	Aprovado
249	348246	Elton Luiz Fiorini	Vigia	22/08/1960	53	69,75	Aprovado
250	315347	Mauricio Foschera	Vigia	31/08/1973	53	69,75	Aprovado
251	327628	Fernando Jose Alves Da Silva	Vigia	10/05/1978	53	69,75	Aprovado
252	336943	Nicolau Pessoa Da Silva	Vigia	07/04/1984	53	69,75	Aprovado
253	336399	Renato Antonio Berghahn	Vigia	20/03/1985	53	69,75	Aprovado
254	347151	Jefferson Pedroso Da Silva	Vigia	15/12/1988	53	69,75	Aprovado
255	335942	Ana Caroline Bilhan	Vigia	03/09/1998	53	69,75	Aprovado
256	315971	Beno Antonio Da Luz	Vigia	16/06/1977	50	69,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

257	348216	Thiago Meller De Oliveira	Vigia	24/06/1981	50	69,50	Aprovado
258	344832	Gilmar Teles Godinho	Vigia	31/01/1984	50	69,50	Aprovado
259	348110	Aryel Terezinha Sasse	Vigia	06/02/1986	50	69,50	Aprovado
260	316350	Pedro Antonio De Carli	Vigia	15/06/1987	50	69,50	Aprovado
261	346668	Lucas Etelvino Tuschinski	Vigia	21/08/1991	50	69,50	Aprovado
262	336773	Rosicler Terezinha Ambrosi Correa	Vigia	26/05/1967	54	69,50	Aprovado
263	339981	Marcelo Andre Dos Santos	Vigia	19/08/1980	54	69,50	Aprovado
264	346206	Ederson Cristiano Da Silva Kilian	Vigia	09/06/1982	54	69,50	Aprovado
265	326962	Francisco De Nez	Vigia	10/10/1996	54	69,50	Aprovado
266	319625	Simone Beatriz Aguiar Dos Santos	Vigia	12/06/1979	51	69,25	Aprovado
267	340214	Elis Regina Da Silva	Vigia	09/09/1982	51	69,25	Aprovado
268	336912	Edimar Antonio Paludo	Vigia	15/10/1982	51	69,25	Aprovado
269	320811	Katiele Rapczynski	Vigia	27/05/1986	51	69,25	Aprovado
270	347312	Marcelo Jandrey	Vigia	16/05/1988	51	69,25	Aprovado
271	315824	Suzete Sales	Vigia	11/06/1990	51	69,25	Aprovado
272	329918	Andressa Karine Telles	Vigia	13/12/1995	51	69,25	Aprovado
273	340731	Vanderlei De Lima	Vigia	12/07/1974	48	69,00	Aprovado
274	344488	Rosinei Jarbas Da Silva	Vigia	28/09/1974	48	69,00	Aprovado
275	342484	Jose Mario Teixeira De Lima	Vigia	16/01/1990	48	69,00	Aprovado
276	343832	Joseane Franco De Lima	Vigia	28/02/1991	48	69,00	Aprovado
277	333103	Ricardo Worman	Vigia	15/03/1991	48	69,00	Aprovado
278	346926	Evandro Perin Gazzola	Vigia	22/07/1995	48	69,00	Aprovado
279	339202	Lindomar Roque Alves Pereira	Vigia	27/05/1976	52	69,00	Aprovado
280	336147	Daviane Dreon	Vigia	27/08/1987	52	69,00	Aprovado
281	339414	Vitacir Francischi	Vigia	10/06/1952	49	68,75	Aprovado
282	318292	Silvana Bison Da Rosa	Vigia	09/09/1987	49	68,75	Aprovado
283	340727	Dionatan Vinicius Gai	Vigia	28/05/1992	49	68,75	Aprovado
284	343853	Flavio Alves Do Amaral	Vigia	03/05/1993	49	68,75	Aprovado
285	347425	Juliano Fagundes Da Silva	Vigia	27/06/1995	49	68,75	Aprovado
286	338499	Rosana Maria Zancanaro	Vigia	10/05/1982	53	68,75	Aprovado
287	322667	Diego Tondolo	Vigia	18/11/1990	53	68,75	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

288	323029	Silvana Rubas Lemes	Vigia	19/10/1987	46	68,50	Aprovado
289	348402	Alexandre Saldanha De Miranda	Vigia	28/04/1981	50	68,50	Aprovado
290	338725	Andre Da Silva Gouveia	Vigia	23/12/1982	50	68,50	Aprovado
291	320580	Fabio Francisco Pastorio	Vigia	27/04/1985	50	68,50	Aprovado
292	339683	Veronica Regina Lopes Dos Santos	Vigia	08/03/1995	50	68,50	Aprovado
293	336409	Ana Paula Bordin	Vigia	08/09/1992	47	68,25	Aprovado
294	333475	Moacir De Moura	Vigia	22/08/1963	51	68,25	Aprovado
295	347137	Jeane Rodrigues Padilha	Vigia	25/02/1979	51	68,25	Aprovado
296	336068	Leidiane Salete Veiga	Vigia	25/11/1985	48	68,00	Aprovado
297	334927	Geiza Micheli Rodrigues	Vigia	05/01/1987	48	68,00	Aprovado
298	329885	Joao Paulo Paulino Dos Santos	Vigia	28/06/1997	48	68,00	Aprovado
299	319427	Liovanir Machado	Vigia	29/05/1976	52	68,00	Aprovado
300	341494	Odair Jose De Ramos	Vigia	16/11/1974	49	67,75	Aprovado
301	341133	Antonio Carlos Telles	Vigia	12/03/1975	49	67,75	Aprovado
302	335899	Ronaldo Zancanaro	Vigia	08/11/1978	49	67,75	Aprovado
303	327364	Jose Vanderlei Ferreira	Vigia	01/01/1981	49	67,75	Aprovado
304	342559	Adilson Jose Ferreira	Vigia	15/02/1983	49	67,75	Aprovado
305	347851	Ezequiel Zanetti	Vigia	26/06/1989	49	67,75	Aprovado
306	326623	Jackson Vieira Dos Santos	Vigia	19/03/1991	49	67,75	Aprovado
307	342130	Giseli De Oliveira Saldanha	Vigia	29/10/1992	49	67,75	Aprovado
308	339731	Noe Dos Santos Filho	Vigia	22/03/1970	53	67,75	Aprovado
309	344325	Teilor Ficanha	Vigia	30/03/1994	53	67,75	Aprovado
310	339961	Maik Rick Carvalho Nunes	Vigia	17/03/1986	46	67,50	Aprovado
311	319311	Elena De Moura Fatao	Vigia	25/08/1962	50	67,50	Aprovado
312	333885	Alcione Antonio Silva	Vigia	31/10/1969	50	67,50	Aprovado
313	341048	Joao Carlos Alves Dos Santos	Vigia	23/08/1970	50	67,50	Aprovado
314	339295	Lucia Marilci Laufer	Vigia	02/08/1979	50	67,50	Aprovado
315	325222	Abel Pereira	Vigia	21/04/1969	47	67,25	Aprovado
316	316107	Maicon Rodrigo Vodzik	Vigia	24/02/1984	47	67,25	Aprovado
317	327928	Samara Diana Vieira	Vigia	30/11/1991	47	67,25	Aprovado
318	328687	Marines Bitencourt	Vigia	06/09/1975	51	67,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

319	322598	Cristiano Pinheiro	Vigia	06/06/1979	51	67,25	Aprovado
320	319502	Andreia Regina Grando Leite	Vigia	27/02/1980	51	67,25	Aprovado
321	346538	Markes Roberto Jandrey	Vigia	10/01/1997	51	67,25	Aprovado
322	319086	Luciano Lemes Da Luz	Vigia	03/06/1967	48	67,00	Aprovado
323	316549	Zoraia Daiane Adur	Vigia	07/11/1975	48	67,00	Aprovado
324	326846	Angela Lopes	Vigia	22/07/1988	48	67,00	Aprovado
325	330511	Vanessa Salete Rosina	Vigia	11/11/1988	48	67,00	Aprovado
326	338697	Jonathan Joseph Pilatti Damo	Vigia	11/08/1990	48	67,00	Aprovado
327	329088	Luiz Inacio Rossal Jardim Junior	Vigia	23/07/1979	52	67,00	Aprovado
328	343663	Claudia Adriana Teles	Vigia	15/04/1992	45	66,75	Aprovado
329	332255	Leandro Zanatta	Vigia	20/07/1974	49	66,75	Aprovado
330	343401	Raquel Janete Da Rosa Do Prado	Vigia	27/07/1979	49	66,75	Aprovado
331	319444	Rodrigo Nascente Carvalho	Vigia	20/12/1980	49	66,75	Aprovado
332	332166	Milla Cristhie Bedin	Vigia	21/01/1991	49	66,75	Aprovado
333	328028	Deivid Machado	Vigia	20/06/1994	49	66,75	Aprovado
334	320705	Martha Mendes	Vigia	28/03/1971	50	66,50	Aprovado
335	345541	Ricardo Antonio Dalmolin	Vigia	06/10/1979	50	66,50	Aprovado
336	346116	Iraci Fernandes	Vigia	06/11/1981	50	66,50	Aprovado
337	348583	Sirlei Rosario	Vigia	27/04/1986	50	66,50	Aprovado
338	331459	Katiuska Tamara Bordin	Vigia	30/08/1995	50	66,50	Aprovado
339	339829	Vinicius Delevati	Vigia	09/09/1997	50	66,50	Aprovado
340	342738	Solange Aparecida Ugolini Possa	Vigia	20/07/1970	47	66,25	Aprovado
341	321036	Adenilson Velasque	Vigia	22/10/1970	47	66,25	Aprovado
342	320856	Fabricio Auler Pereira	Vigia	20/03/1989	47	66,25	Aprovado
343	342825	Vilson Muller	Vigia	26/09/1957	51	66,25	Aprovado
344	338165	Regis Tulio Couto	Vigia	09/10/1967	51	66,25	Aprovado
345	344610	Brunna Varela Da Silva	Vigia	30/10/1996	51	66,25	Aprovado
346	325582	Rita Hubler	Vigia	16/04/1965	48	66,00	Aprovado
347	338946	Fabiano Da Rosa	Vigia	21/09/1976	48	66,00	Aprovado
348	339398	Nivaldo De Souza Almeida	Vigia	14/04/1980	48	66,00	Aprovado
349	340189	Andre Luiz Bonatto	Vigia	18/12/1983	48	66,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

350	336949	Angelica Barbieri	Vigia	13/03/1990	48	66,00	Aprovado
351	336236	Lucas Campos Soares	Vigia	15/12/1996	48	66,00	Aprovado
352	315470	Marcelo Dellalibera	Vigia	19/02/1998	48	66,00	Aprovado
353	330938	Fernando Da Rosa Netto	Vigia	03/08/1979	45	65,75	Aprovado
354	336250	Elicar Justino	Vigia	29/09/1984	45	65,75	Aprovado
355	320486	Bruna Aparecida Schneider	Vigia	04/01/1994	45	65,75	Aprovado
356	339889	Rosane Maria Pedroso	Vigia	27/11/1978	49	65,75	Aprovado
357	318006	Renata Maria Antunes Romanoschi	Vigia	21/09/1984	49	65,75	Aprovado
358	326863	Jucelino Carlos Pereira	Vigia	05/06/1988	49	65,75	Aprovado
359	337851	Robson De Oliveira	Vigia	18/12/1990	49	65,75	Aprovado
360	318644	Mauricio Dornelles De Abreu	Vigia	27/02/1991	49	65,75	Aprovado
361	316458	Flori Delcio De Oliveira	Vigia	12/10/1977	46	65,50	Aprovado
362	334388	Marcos Antonio Rodrigues	Vigia	26/07/1982	46	65,50	Aprovado
363	337350	Ceanir Felippetto	Vigia	15/04/1965	50	65,50	Aprovado
364	339054	Jeovana Trindade Afonso	Vigia	30/06/1977	50	65,50	Aprovado
365	340254	Gilberto Jose Stuani	Vigia	06/10/1984	50	65,50	Aprovado
366	340122	Clarice Ana De Oliveira	Vigia	15/04/1967	47	65,25	Aprovado
367	333541	Ricardo Selias Vaz	Vigia	08/09/1980	47	65,25	Aprovado
368	345560	Marcia De Abreu	Vigia	15/08/1985	47	65,25	Aprovado
369	318101	Nadir Barnik	Vigia	16/01/1986	47	65,25	Aprovado
370	316384	Thais Schneiderda Costa	Vigia	08/01/1991	47	65,25	Aprovado
371	341403	Emerson Junior Alves Trindade	Vigia	11/07/1996	47	65,25	Aprovado
372	348644	Vanderlei Lemes Dos Santos	Vigia	05/01/1983	44	65,00	Aprovado
373	341566	Josiane Da Rosa	Vigia	20/01/1995	44	65,00	Aprovado
374	315063	Mirian De Campos	Vigia	06/03/1980	48	65,00	Aprovado
375	318231	Lilian Susana Francescon	Vigia	03/05/1982	48	65,00	Aprovado
376	331418	Clair Moura Da Silva	Vigia	13/12/1983	48	65,00	Aprovado
377	344619	Leila Denis Rosa	Vigia	07/10/1968	45	64,75	Aprovado
378	321127	Paulo Roberto Da Costa Pereira	Vigia	28/03/1977	45	64,75	Aprovado
379	347869	Robinson Da Silva Oliveira	Vigia	04/09/1984	45	64,75	Aprovado
380	318147	Celia Regina Miranda Rosa	Vigia	21/06/1992	45	64,75	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

381	334040	Miguel Socolowski	Vigia	22/10/1966	49	64,75	Aprovado
382	343213	Gilson Cortes Roman Ross	Vigia	01/11/1986	42	64,50	Aprovado
383	343293	Neiva Compagnolo	Vigia	16/05/1965	46	64,50	Aprovado
384	339746	Douglas De Oliveira Goulart	Vigia	15/06/1966	46	64,50	Aprovado
385	330577	Sandra Ferraz De Deus	Vigia	20/01/1974	46	64,50	Aprovado
386	322691	Edivania Cecchetti	Vigia	02/03/1979	46	64,50	Aprovado
387	325855	Marciane Goncalves	Vigia	23/02/1988	46	64,50	Aprovado
388	331241	Cristiane Da Silva	Vigia	11/07/1988	46	64,50	Aprovado
389	346871	Edimar Teixeira	Vigia	05/09/1988	46	64,50	Aprovado
390	347370	Elenilton Sarturi	Vigia	03/05/1972	50	64,50	Aprovado
391	348628	Paulo Luiz De Vargas	Vigia	30/01/1976	50	64,50	Aprovado
392	330130	Maria Elizabeth Balduino	Vigia	11/02/1987	43	64,25	Aprovado
393	348258	Clarice Teresinha Livi Puhl	Vigia	05/05/1966	47	64,25	Aprovado
394	329152	Eliane Furlanetto Da Silva	Vigia	24/01/1981	47	64,25	Aprovado
395	342169	Ana Cristina Goncalves	Vigia	25/04/1981	47	64,25	Aprovado
396	328250	Maicon Diego Casagrande	Vigia	05/10/1994	47	64,25	Aprovado
397	348516	Luiz Antonio Seabra Junior	Vigia	16/10/1995	47	64,25	Aprovado
398	343919	Guilherme De Oliveira Dos Santos Veiga	Vigia	26/09/1997	47	64,25	Aprovado
399	315368	Rosa De Jesus	Vigia	26/02/1973	44	64,00	Aprovado
400	330528	Willian Bastiani	Vigia	26/01/1985	44	64,00	Aprovado
401	342824	Douglas Rodrigues Da Silva	Vigia	22/02/1986	44	64,00	Aprovado
402	325873	Daniel Boita	Vigia	04/12/1991	44	64,00	Aprovado
403	327351	Jusara Aparecida Colco	Vigia	19/08/1977	48	64,00	Aprovado
404	333380	Pedro Da Silva	Vigia	04/07/1962	45	63,75	Aprovado
405	324365	Valdir Felipe Da Silva	Vigia	14/02/1963	45	63,75	Aprovado
406	328261	Luiz Fernando Berger	Vigia	11/09/1978	45	63,75	Aprovado
407	327806	Emmanuel Bolles Rossi	Vigia	08/09/1985	45	63,75	Aprovado
408	318023	Juarez De Almeida	Vigia	06/03/1991	45	63,75	Aprovado
409	335763	Patrich Izabel Fagundes Da Silva Cecatto	Vigia	17/12/1991	49	63,75	Aprovado
410	344614	Liamara Tecchio	Vigia	11/08/1985	46	63,50	Aprovado
411	323751	Vagner Carvalho	Vigia	25/12/1986	46	63,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

412	341562	Joao Paulo Stoll	Vigia	23/07/1987	46	63,50	Aprovado
413	334662	Bruna Iara Bilhan	Vigia	14/07/1991	46	63,50	Aprovado
414	341788	Bruna Mariana Kerber	Vigia	09/06/1993	46	63,50	Aprovado
415	347930	Willian Malacarne Padilha	Vigia	12/06/1997	46	63,50	Aprovado
416	324670	Edson De Gois	Vigia	26/07/1974	43	63,25	Aprovado
417	340496	Volnei Carlos Ziger	Vigia	22/08/1975	43	63,25	Aprovado
418	342174	Edson Jair Panis	Vigia	06/06/1970	47	63,25	Aprovado
419	328044	Glauca Rodrigues Do Rio	Vigia	05/10/1974	47	63,25	Aprovado
420	340523	Francieli Mariani Jandrey	Vigia	30/08/1979	47	63,25	Aprovado
421	348043	Sergio Dias	Vigia	22/11/1979	47	63,25	Aprovado
422	340107	Orfeu Paulo Biazus	Vigia	30/07/1980	47	63,25	Aprovado
423	346587	Sandra Maciel De Souza Folador	Vigia	28/07/1981	47	63,25	Aprovado
424	324895	Maico Momoli Bernardelli	Vigia	24/05/1989	47	63,25	Aprovado
425	330971	Alessandro Biedermann Do Amaral	Vigia	11/03/1997	47	63,25	Aprovado
426	328237	Adao Alves Medeiros	Vigia	21/04/1972	44	63,00	Aprovado
427	329026	Roseli R. Da Silva Alves	Vigia	02/07/1972	44	63,00	Aprovado
428	344959	Ivanildo Soares Da Silva	Vigia	10/08/1972	44	63,00	Aprovado
429	317123	Kellynn Jennifer Bortese Da Silva	Vigia	23/07/1975	44	63,00	Aprovado
430	340304	Marli Terezinha Pezenatto	Vigia	12/01/1976	44	63,00	Aprovado
431	344827	Rogério Soares	Vigia	13/06/1979	44	63,00	Aprovado
432	332828	Roseli Bianchi	Vigia	05/05/1982	44	63,00	Aprovado
433	320222	Jose Claudiomar De Oliveira Santos	Vigia	03/08/1976	48	63,00	Aprovado
434	324375	Elvis Andre Alves Dos Santos	Vigia	02/05/1979	48	63,00	Aprovado
435	330855	Selvino Alves De Quadros	Vigia	16/03/1980	48	63,00	Aprovado
436	332045	Ederson Mosquer	Vigia	30/08/1982	48	63,00	Aprovado
437	317625	Gisele Pedroso	Vigia	04/10/1987	48	63,00	Aprovado
438	334635	Marcelo Paimell	Vigia	21/09/1995	48	63,00	Aprovado
439	339365	Luiz Antonio Marcio	Vigia	06/12/1976	45	62,75	Aprovado
440	339204	Roberto Leao	Vigia	30/01/1977	45	62,75	Aprovado
441	345394	Jose Cristiano Schneider	Vigia	05/08/1978	45	62,75	Aprovado
442	315538	Lucinei Francisco De Moura	Vigia	24/08/1982	45	62,75	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

443	316124	Marcia Alexandra Oliveira Meira Dallagnol	Vigia	09/10/1982	45	62,75	Aprovado
444	340663	Edinalva Costa Gomes Da Rosa	Vigia	21/10/1987	45	62,75	Aprovado
445	343849	Eliane Pedroso De Abreu	Vigia	12/08/1989	45	62,75	Aprovado
446	341905	Joao Carlos Dos Santos	Vigia	19/11/1958	49	62,75	Aprovado
447	326712	Vanderlei Luiztrepel	Vigia	07/04/1978	49	62,75	Aprovado
448	315439	Vanessa Kristina Antunes Alves Mior	Vigia	02/03/1982	49	62,75	Aprovado
449	333553	Celson Jorge Dos Santos Machado	Vigia	20/12/1947	46	62,50	Aprovado
450	339174	Ivanor Pinheiro Da Silva	Vigia	30/01/1972	42	62,50	Aprovado
451	325436	Eziquel De Oliveira	Vigia	23/06/1985	42	62,50	Aprovado
452	316648	Carlos Henrique Padilha	Vigia	29/11/1973	46	62,50	Aprovado
453	319725	Luciano Bevilacqua	Vigia	13/12/1981	46	62,50	Aprovado
454	333863	Rosani Dos Santos	Vigia	28/08/1983	46	62,50	Aprovado
455	338423	Everton Schaidt	Vigia	26/01/1985	46	62,50	Aprovado
456	315936	Joao Francisco Dos Santos Barbosa	Vigia	16/03/1994	46	62,50	Aprovado
457	335366	Daniel Rodrigues Pereira	Vigia	13/10/1993	39	62,25	Aprovado
458	324956	Cassiano Keler	Vigia	29/02/1980	43	62,25	Aprovado
459	344220	Rosani Antunes Da Silva Rosa	Vigia	17/10/1975	47	62,25	Aprovado
460	342180	Maristela Teixeira	Vigia	06/12/1965	44	62,00	Aprovado
461	315337	Neli Dos Santos Silveira	Vigia	03/12/1972	44	62,00	Aprovado
462	327214	Valmor Quilimaco Machado	Vigia	08/06/1978	44	62,00	Aprovado
463	346422	Rogério Soares De Camargo	Vigia	24/08/1981	44	62,00	Aprovado
464	330109	Lucimar Salete Ozorio	Vigia	18/10/1984	44	62,00	Aprovado
465	314044	Humberto Mateus Imbe Vivian	Vigia	29/06/1994	44	62,00	Aprovado
466	335715	Taiza Antunes	Vigia	15/08/1997	44	62,00	Aprovado
467	325914	Miguel Lemes Da Luz	Vigia	21/08/1964	52	62,00	Aprovado
468	343462	Willian Jonas Pereira Neckel	Vigia	07/01/1996	41	61,75	Aprovado
469	322427	Alvino De Souza	Vigia	27/11/1972	45	61,75	Aprovado
470	342352	Rozangela Terezinha Vailon Dias	Vigia	09/12/1973	45	61,75	Aprovado
471	348185	Claudionar Luis Schenatto	Vigia	23/05/1979	45	61,75	Aprovado
472	321936	Nadia Rosa Da Veiga	Vigia	29/09/1980	45	61,75	Aprovado
473	343604	Emerson De Oliveira	Vigia	20/08/1981	45	61,75	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

474	333844	Ademir Selias Vaz	Vigia	12/07/1982	45	61,75	Aprovado
475	339182	Michele Teixeira Ferreira	Vigia	06/09/1987	45	61,75	Aprovado
476	320139	Dalzira Da Luz Riva	Vigia	20/06/1970	42	61,50	Aprovado
477	348143	Rivaill Gomes	Vigia	27/02/1975	42	61,50	Aprovado
478	345442	Lenoir Gomes Da Silva	Vigia	06/10/1978	42	61,50	Aprovado
479	339205	Valdir De Quadros Da Costa	Vigia	23/06/1972	46	61,50	Aprovado
480	324018	Marcos Antonio Trindade	Vigia	18/06/1984	46	61,50	Aprovado
481	321266	Dilce Chaves De Almeida	Vigia	27/12/1970	43	61,25	Aprovado
482	339749	Marta Machado De Moura	Vigia	17/11/1985	43	61,25	Aprovado
483	349001	Adriano Henrique Machado Ribeiro	Vigia	21/01/1993	43	61,25	Aprovado
484	334204	Lua Gosch Pedroso	Vigia	29/12/1994	43	61,25	Aprovado
485	342628	Ney Tadeu Calixto Diniz	Vigia	28/08/1956	47	61,25	Aprovado
486	336194	Luisana Salette De Moraes	Vigia	08/02/1974	47	61,25	Aprovado
487	337177	Marco Roberto Barrabarra	Vigia	12/07/1982	44	61,00	Aprovado
488	343972	Deborá Santos De Almeida	Vigia	12/07/1983	44	61,00	Aprovado
489	338823	Tiago De Moura Fao	Vigia	15/10/1984	44	61,00	Aprovado
490	324841	Claudemir Scherer	Vigia	06/04/1991	44	61,00	Aprovado
491	342856	Karine Cenci Trindade	Vigia	19/01/1995	44	61,00	Aprovado
492	332058	Josiane Nunes	Vigia	06/04/1979	48	61,00	Aprovado
493	323256	Amarildo Teixeira Da Rosa	Vigia	13/04/1977	42	60,50	Aprovado
494	322296	Fernando Colling	Vigia	07/03/1993	42	60,50	Aprovado
495	345166	Cleia Davi	Vigia	28/08/1975	46	60,50	Aprovado
496	332952	Paulo Luis Langenberg	Vigia	03/09/1975	46	60,50	Aprovado
497	322066	Edelvan Correa Da Silva	Vigia	25/12/1987	46	60,50	Aprovado
498	332280	Abido Baldissera	Vigia	12/06/1961	43	60,25	Aprovado
499	335120	Marina Aparecida Flores	Vigia	04/05/1971	43	60,25	Aprovado
500	327938	Marli Wenig	Vigia	01/06/1971	43	60,25	Aprovado
501	336432	Malvina De Souza	Vigia	27/09/1972	43	60,25	Aprovado
502	327877	Cleuza Terezinha Gosch Da Silva	Vigia	11/06/1980	43	60,25	Aprovado
503	336634	Juliano Dalberto	Vigia	12/05/1988	43	60,25	Aprovado
504	345821	Bruna Caroline Schneider Rosina	Vigia	29/03/1997	43	60,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

505	340447	Marli Rodrigues Dos Santos Ziger	Vigia	04/06/1978	44	60,00	Aprovado
506	322865	Leandro Jacir Pinnow	Vigia	19/11/1981	44	60,00	Aprovado
507	320482	Joel Do Nascimento	Vigia	27/04/1987	44	60,00	Aprovado
508	331450	Adriana Luiza Borges	Vigia	23/09/1987	44	60,00	Aprovado
509	347130	Eduardo Da Rocha	Vigia	16/05/1992	44	60,00	Aprovado
510	348857	Eloisa Rapczynski Ferreira	Vigia	17/01/1998	44	60,00	Aprovado
1	315024	Adson Batista Medeiros	Agente de Defesa Civil	07/12/1990	52	70,00	Aprovado
2	337341	Renato Vailon	Agente de Defesa Civil	09/12/1986	51	67,25	Aprovado
3	345058	Luis Paulo Lara	Agente de Defesa Civil	22/03/1989	46	63,50	Aprovado
1	344681	Zilda Corrêa De Oliveira	Auxiliar de Consultório Dentário	12/09/1976	49	64,75	Aprovado
2	346628	Silvana Aparecida Ribeiro	Auxiliar de Consultório Dentário	27/10/1986	45	62,75	Aprovado
3	347349	Priscila Garbin	Auxiliar de Consultório Dentário	11/09/1990	44	61,00	Aprovado
1	327566	Francieli Paula Fincato	Auxiliar de Enfermagem	16/01/1982	48	65,00	Aprovado
2	326111	Fabiana Bassani	Auxiliar de Enfermagem	21/07/1980	50	64,50	Aprovado
3	317128	Josiane Rossi	Auxiliar de Enfermagem	05/05/1980	45	63,75	Aprovado
4	344012	Jean Henrique Kruger	Auxiliar de Enfermagem	03/08/1989	50	62,50	Aprovado
5	345555	Andreia Raquel Mattos Leite De Oliveira	Auxiliar de Enfermagem	06/02/1983	48	62,00	Aprovado
6	339104	Patricia Siqueira	Auxiliar de Enfermagem	06/06/1989	47	61,25	Aprovado
7	318894	Rosimar Aparecida Rodrigues	Auxiliar de Enfermagem	02/03/1975	43	60,25	Aprovado
1	336434	Daniela Monaco	Cuidador Social	20/10/1984	51	64,25	Aprovado
2	347229	Geomar Trema	Cuidador Social	19/04/1984	52	63,00	Aprovado
3	324400	Tayna Goncalves Carvalho	Cuidador Social	01/10/1988	50	62,50	Aprovado
4	344551	Angela Becker	Cuidador Social	18/06/1980	49	61,75	Aprovado
1	331401	Paula Camila Cattani	Fiscal de Defesa do Consumidor	29/07/1992	60	81,00	Aprovado
2	314317	Antonio Carlos Carvalho De Oliveira	Fiscal de Defesa do Consumidor	16/04/1981	65	80,75	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

3	319455	Augusto Faria Barbiero	Fiscal de Defesa do Consumidor	09/09/1986	61	79,75	Aprovado
4	319627	Samara Cristina Tumelero Badia	Fiscal de Defesa do Consumidor	07/05/1989	57	77,75	Aprovado
5	315941	Artur Buch Lopes Figueiredo	Fiscal de Defesa do Consumidor	30/01/1993	60	77,00	Aprovado
6	327259	Andre Detoni	Fiscal de Defesa do Consumidor	29/07/1989	56	75,00	Aprovado
7	339260	Lili Zippin Ferri	Fiscal de Defesa do Consumidor	26/10/1983	59	74,25	Aprovado
8	338222	Camila Giacomel	Fiscal de Defesa do Consumidor	25/07/1985	57	73,75	Aprovado
9	321457	Fabio Daniel Soave	Fiscal de Defesa do Consumidor	03/06/1985	61	73,75	Aprovado
10	326689	Paulo Cezar Mazzetti	Fiscal de Defesa do Consumidor	16/12/1971	59	73,25	Aprovado
11	323698	Alan Pedrotti Meneghini	Fiscal de Defesa do Consumidor	26/04/1996	60	73,00	Aprovado
12	347512	Kendy Darquila Noetzold Teixeira Das Neves	Fiscal de Defesa do Consumidor	09/09/1993	53	72,75	Aprovado
13	328127	Michelle Guidi Bourscheid	Fiscal de Defesa do Consumidor	25/07/1976	55	72,25	Aprovado
14	314375	Guilherme Marcon Mantelli	Fiscal de Defesa do Consumidor	12/07/1989	55	72,25	Aprovado
15	318914	Danusa Henrique	Fiscal de Defesa do Consumidor	22/11/1990	52	72,00	Aprovado
16	331134	Juliano Da Silva	Fiscal de Defesa do Consumidor	28/03/1984	56	72,00	Aprovado
17	333010	Neuber Antonio De Oliveira	Fiscal de Defesa do Consumidor	12/12/1982	59	71,25	Aprovado
18	341154	Marina Marafon	Fiscal de Defesa do Consumidor	05/01/1995	56	71,00	Aprovado
19	335135	Jesse Kalebe Pereira	Fiscal de Defesa do Consumidor	22/12/1993	53	70,75	Aprovado
20	318472	Elvis Henrique Picolotto	Fiscal de Defesa do Consumidor	02/01/1993	57	70,75	Aprovado
21	338105	Gean Ricardo Boniatti Gazziero	Fiscal de Defesa do Consumidor	14/12/1991	55	70,25	Aprovado
22	335683	Viviane Luisa Bergonci (juri)	Fiscal de Defesa do Consumidor	23/12/1988	56	70,00	Aprovado
23	331952	Patricia Strada Machado	Fiscal de Defesa do Consumidor	28/09/1993	48	70,00	Aprovado
24	338360	Roberta Cattani	Fiscal de Defesa do Consumidor	18/11/1990	52	70,00	Aprovado
25	317279	Vinicius Antohaki	Fiscal de Defesa do Consumidor	30/06/1990	54	69,50	Aprovado
26	329765	Sidinei Perondi	Fiscal de Defesa do Consumidor	07/09/1995	54	69,50	Aprovado
27	322134	Cristiane Pedroso Da Silva Wieczynski	Fiscal de Defesa do Consumidor	24/12/1981	55	69,25	Aprovado
28	328394	Monique Munarini	Fiscal de Defesa do Consumidor	25/11/1993	60	69,00	Aprovado
29	315513	Carla Cristina Martinazzo	Fiscal de Defesa do Consumidor	15/08/1977	54	68,50	Aprovado
30	344033	Edmara De Souza Carvalho	Fiscal de Defesa do Consumidor	11/01/1987	58	68,50	Aprovado
31	322284	Rafael Myszak	Fiscal de Defesa do Consumidor	25/09/1985	56	68,00	Aprovado
32	327826	Bruno Henrique Baldin	Fiscal de Defesa do Consumidor	14/07/1989	54	67,50	Aprovado
33	330943	Everson Gollo	Fiscal de Defesa do Consumidor	14/08/1997	51	67,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

34	321345	Rafael Oro Natel	Fiscal de Defesa do Consumidor	12/02/1987	52	67,00	Aprovado
35	319081	Sarah Adriana Matos Bortoluz	Fiscal de Defesa do Consumidor	17/12/1990	52	67,00	Aprovado
36	343689	Emiline Antunes Dos Santos	Fiscal de Defesa do Consumidor	17/10/1991	50	66,50	Aprovado
37	337777	Katrina Tormem Tolotti	Fiscal de Defesa do Consumidor	20/05/1987	50	65,50	Aprovado
38	343320	Patricia Nunes	Fiscal de Defesa do Consumidor	26/11/1984	51	65,25	Aprovado
39	323717	Anderson Duarte Fagundes	Fiscal de Defesa do Consumidor	20/01/1993	51	65,25	Aprovado
40	339517	Carolina Fabian Mattos Leite	Fiscal de Defesa do Consumidor	01/09/1988	52	65,00	Aprovado
41	331166	Suely Da Silva Paula Piva	Fiscal de Defesa do Consumidor	28/08/1991	49	64,75	Aprovado
42	347180	Daniele Menin	Fiscal de Defesa do Consumidor	04/08/1992	46	64,50	Aprovado
43	313915	Fabio Augusto Walter	Fiscal de Defesa do Consumidor	26/08/1982	51	64,25	Aprovado
44	342392	Daniely Rech	Fiscal de Defesa do Consumidor	07/10/1994	49	63,75	Aprovado
45	318588	Joerly Pereira Da Silva	Fiscal de Defesa do Consumidor	03/02/1990	50	63,50	Aprovado
46	335303	Maiara Dos Santos Almeida	Fiscal de Defesa do Consumidor	26/10/1991	50	63,50	Aprovado
47	315771	Andreia Moreira	Fiscal de Defesa do Consumidor	19/07/1985	48	63,00	Aprovado
48	314125	Aline Borges Esteres	Fiscal de Defesa do Consumidor	21/12/1990	47	62,25	Aprovado
49	335262	Alice Bocca	Fiscal de Defesa do Consumidor	27/12/1991	47	62,25	Aprovado
50	330967	Guilherme Zibetti Franca	Fiscal de Defesa do Consumidor	20/05/1992	48	62,00	Aprovado
51	348184	Petherson De Oliveira Kuhn	Fiscal de Defesa do Consumidor	10/04/1993	48	62,00	Aprovado
52	320713	Jaqueline Simao Da Costa Tiburski	Fiscal de Defesa do Consumidor	23/05/1986	52	62,00	Aprovado
53	330184	Luiz Henrique Todescatt Nottar	Fiscal de Defesa do Consumidor	11/05/1998	52	62,00	Aprovado
54	339316	Jerssica Massolini	Fiscal de Defesa do Consumidor	20/08/1993	46	61,50	Aprovado
55	347888	Jesuel Jones Buffon	Fiscal de Defesa do Consumidor	11/08/1986	47	61,25	Aprovado
56	341453	Paulo Rogerio De Avila Rosa	Fiscal de Defesa do Consumidor	04/07/1972	51	61,25	Aprovado
57	341168	Luana Egide Vezzaro	Fiscal de Defesa do Consumidor	30/07/1990	45	60,75	Aprovado
58	337415	Carla Stolarski	Fiscal de Defesa do Consumidor	01/04/1992	45	60,75	Aprovado
59	347814	Edimara Rampanelli	Fiscal de Defesa do Consumidor	15/03/1977	46	60,50	Aprovado
60	318538	Shirley Sudatti Solivo	Fiscal de Defesa do Consumidor	26/12/1981	46	60,50	Aprovado
61	314762	Jaqueline Breansini	Fiscal de Defesa do Consumidor	07/06/1984	46	60,50	Aprovado
62	315371	Dioni Da Silva Martins	Fiscal de Defesa do Consumidor	15/05/1990	47	60,25	Aprovado
63	346425	Eivreno Cezar De Lucca	Fiscal de Defesa do Consumidor	17/02/1994	47	60,25	Aprovado
64	333554	Debora Patricia Da Rosa	Fiscal de Defesa do Consumidor	10/09/1995	47	60,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

65	348792	Tatiani Del Castanhel	Fiscal de Defesa do Consumidor	27/10/1992	44	60,00	Aprovado
Fiscal de Obras e Posturas I – Nenhum candidato aprovado para o cargo							
1	338054	Celsiane Teilonara Ziliotto	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	27/05/1989	68	87,00	Aprovado
2	314225	Larrie Andrey Cardoso	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	01/03/1992	61	78,75	Aprovado
3	322150	Ligia Cristina Montemezzo	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	11/03/1982	63	76,25	Aprovado
4	342027	Viviane Santin Pinheiro	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	13/07/1985	57	75,75	Aprovado
5	332545	Ana Claudia Da Silva Ribeiro	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	11/03/1977	61	73,75	Aprovado
6	347227	Luciano Canal	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	31/01/1986	55	72,25	Aprovado
7	346138	Vanessa De Re Luz	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	11/04/1990	55	69,25	Aprovado
8	346004	Marilia Momoli	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	12/05/1994	56	68,00	Aprovado
9	336114	Eduardo Henrique Antonini	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	26/08/1993	53	66,75	Aprovado
10	330819	Lucas Francisco Possa	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	04/10/1995	53	65,75	Aprovado
11	346403	Anderson Do Prado	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	14/09/1996	51	65,25	Aprovado
12	323245	Lucas Martins De Oliveira	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	06/03/1991	55	65,25	Aprovado
13	340548	Bruno Antonio Bastian Ransan	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	04/08/1994	54	64,50	Aprovado
14	323280	Daiana Santin	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	27/04/1991	51	63,25	Aprovado
15	332636	Silvio Camargo dos Santos	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	03/04/1993	48	63,00	Aprovado
16	331457	Mauricio Dos Santos	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	06/10/1985	49	62,75	Aprovado
17	337034	Diogo Massi	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	07/07/1988	50	62,50	Aprovado
18	321380	Josue Mocelin	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	24/01/1988	51	62,25	Aprovado
19	344665	Lucas Soave	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	05/11/1989	52	62,00	Aprovado
20	343034	Claudir Joao Ruchs	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	24/08/1977	46	61,50	Aprovado
21	338603	Ecila De Almeida Waltrick	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	31/08/1987	50	61,50	Aprovado
22	336212	Eliane Grutzmann Frank	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	23/11/1988	47	61,25	Aprovado
23	323025	Jackson Giovanni Castellain	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	14/02/1980	50	60,50	Aprovado
24	342364	Clarice Camargo Krutkevicki	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	30/03/1974	47	60,25	Aprovado
25	343633	Eliane Aires	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	31/05/1988	47	60,25	Aprovado
26	342343	Cleci Ines Schaedler	Fiscal de Serviços Públicos Concedidos	17/01/1970	48	60,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

1	334792	Mariciane Pizzolatto	Técnico em Laboratório		24/05/1988	49	61,75	Aprovado
1	321094	Jader Fernando Kozerski	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática		23/12/1984	58	72,50	Aprovado
2	326426	Mauro Adriano Cavalheiro Siqueira	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática		30/08/1979	55	72,25	Aprovado
3	318402	Jonathan Terhorst Rauber	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática		31/01/1997	59	72,25	Aprovado
4	343108	Douglas Scariot	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática		09/07/1989	57	71,75	Aprovado
5	334710	Samuel Rodrigues Borges	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática		26/05/1992	53	69,75	Aprovado
6	333249	Thomaz Canali Xavier	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática		20/12/1990	58	68,50	Aprovado
7	338767	Andre Vaz	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática		14/06/1985	51	67,25	Aprovado
8	337377	Rafael Marchioro Battiola	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática		22/07/1987	55	67,25	Aprovado
9	315926	Diego Fernando Franken Bortonecello	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática		01/06/1992	52	65,00	Aprovado
10	339269	Jean Lucas Lima Dias	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática		27/11/1990	48	63,00	Aprovado
11	326380	Kelvin Vinicius Schmidt	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática		06/09/1991	48	63,00	Aprovado
12	324547	Marc Gomes De Carvalho	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática		08/07/1983	52	63,00	Aprovado
13	346137	Gabriel Avila Da Silva	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática		19/05/1996	46	60,50	Aprovado
1	336553	Mariana Cristina Da Silva	Técnico em Administração		16/10/1986	67	84,25	Aprovado
2	321946	Douglas Lucas Lima De Vargas	Técnico em Administração		12/10/1992	61	80,75	Aprovado
3	330243	Alvaro Gabriel Caron	Técnico em Administração		07/04/1989	62	80,50	Aprovado
4	341321	Scheila Susane Zini	Técnico em Administração		19/01/1994	61	79,75	Aprovado
5	330502	Luciane Joner Wiest	Técnico em Administração		29/10/1987	62	79,50	Aprovado
6	325105	Joao Carlos Valentim Veiga Junior	Técnico em Administração		01/06/1991	63	78,25	Aprovado
7	347066	Daniele Senger	Técnico em Administração		26/01/1988	62	76,50	Aprovado
8	342410	Jonan Augusto Oliveira	Técnico em Administração		27/01/1988	58	75,50	Aprovado
9	341464	Bruna Amalia Garcia	Técnico em Administração		23/02/1987	62	75,50	Aprovado
10	347093	Charlyni Borella	Técnico em Administração		07/07/1988	59	73,25	Aprovado
11	331602	Fabricio Veleda Chiabotto Duarte	Técnico em Administração		29/04/1980	57	72,75	Aprovado
12	342551	Gisele Barella	Técnico em Administração		24/12/1983	62	72,50	Aprovado
13	340957	Leonardo Hack	Técnico em Administração		09/09/1987	58	71,50	Aprovado
14	328415	Cristiane Zanivan Jacintho	Técnico em Administração		24/10/1989	55	71,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

15	336549	Andre Luis Bughay	Técnico em Administração	09/12/1990	59	71,25	Aprovado
16	340319	Jessyca Alessio Previdi	Técnico em Administração	19/10/1992	56	71,00	Aprovado
17	336580	Natalia Gema Carmel	Técnico em Administração	19/11/1987	54	70,50	Aprovado
18	323807	Nicolas Felipe Caus	Técnico em Administração	04/04/1996	55	70,25	Aprovado
19	317066	Daiane Cristina Dalacorte	Técnico em Administração	02/03/1988	53	69,75	Aprovado
20	339518	Francine Suelen Klauck	Técnico em Administração	11/02/1992	54	69,50	Aprovado
21	344041	Samuel Welchen	Técnico em Administração	10/08/1990	55	69,25	Aprovado
22	333912	Rubia Matielo	Técnico em Administração	06/05/1989	49	68,75	Aprovado
23	337951	Vanessa De Araujo	Técnico em Administração	05/06/1990	53	68,75	Aprovado
24	343646	Sidiane Aperecida Bedin	Técnico em Administração	29/05/1979	54	68,50	Aprovado
25	331125	Francieli Morlin	Técnico em Administração	15/07/1988	55	68,25	Aprovado
26	331431	Carlos Augusto Grotto Silva	Técnico em Administração	12/08/1992	54	67,50	Aprovado
27	333358	Karen Cristina Macagnan	Técnico em Administração	29/05/1982	55	67,25	Aprovado
28	348620	Ismael Strada	Técnico em Administração	10/05/1991	52	67,00	Aprovado
29	318066	Andreia Lurdes Cibulski De Souza	Técnico em Administração	07/11/1980	54	66,50	Aprovado
30	323332	Ana Luiza Lorenzet Da Silva	Técnico em Administração	23/08/1997	56	66,00	Aprovado
31	344332	Egilon Fernando Antunes Da Silva	Técnico em Administração	29/08/1990	49	65,75	Aprovado
32	314482	Marco Da Silva Kreusch	Técnico em Administração	20/08/1995	53	65,75	Aprovado
33	328813	Carla Adriane Patzlaff	Técnico em Administração	29/04/1975	51	65,25	Aprovado
34	331803	Aleçandra Almeida	Técnico em Administração	23/09/1982	53	64,75	Aprovado
35	340278	Kerly Sandrine Mallmann Bareta	Técnico em Administração	01/02/1986	54	64,50	Aprovado
36	348005	Marlei Da Silva Dos Santos	Técnico em Administração	06/12/1969	50	63,50	Aprovado
37	315970	Maicon Djoni Walker	Técnico em Administração	17/06/1987	51	63,25	Aprovado
38	345816	Sonia Libera Busnello	Técnico em Administração	24/03/1972	48	63,00	Aprovado
39	316343	Ana Paula Anzillero Hermes	Técnico em Administração	11/02/1989	49	62,75	Aprovado
40	347934	Cristina Martini	Técnico em Administração	14/11/1989	49	62,75	Aprovado
41	320263	Sedenir Ribeiro De Mello	Técnico em Administração	28/10/1978	50	62,50	Aprovado
42	334753	Roberson Martins	Técnico em Administração	16/08/1978	47	62,25	Aprovado
43	339603	Suzana Freitag Migott Colonheze	Técnico em Administração	11/10/1978	48	62,00	Aprovado
44	313910	Ricardo Sales Da Silva	Técnico em Administração	09/06/1985	48	62,00	Aprovado
45	341425	Thais Angela Laux	Técnico em Administração	07/08/1987	48	62,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

46	337930	Viviane Nardi	Técnico em Administração	26/02/1986	45	61,75	Aprovado
47	340584	Giulio Primo Migliavacca	Técnico em Administração	23/10/1983	49	61,75	Aprovado
48	332582	Ana Cassia Rosset Pritsch	Técnico em Administração	04/08/1993	53	61,75	Aprovado
49	336554	Maxsuel Cesar Bonatto	Técnico em Administração	14/01/1995	50	61,50	Aprovado
50	342555	Franciani Alice Rizzi	Técnico em Administração	22/03/1984	51	61,25	Aprovado
51	316937	Lucas Boroto Adami	Técnico em Administração	05/01/1994	51	61,25	Aprovado
52	345261	Vania Martini	Técnico em Administração	18/09/1990	48	61,00	Aprovado
53	316585	Helen Fransez Rosa	Técnico em Administração	23/02/1981	46	60,50	Aprovado
54	340718	Kelly Cristina Liermann	Técnico em Administração	09/02/1983	46	60,50	Aprovado
55	343464	Jaciara Talita Scheren	Técnico em Administração	06/06/1990	47	60,25	Aprovado
56	348505	Mariana Zolet Rigo	Técnico em Administração	11/10/1993	47	60,25	Aprovado
57	341595	Rodrigo Stahl Mariani	Técnico em Administração	22/11/1980	51	60,25	Aprovado
58	330266	Adriana Andreia Kesterke	Técnico em Administração	25/12/1990	51	60,25	Aprovado
59	348762	Nemora Natali Susin Wickert	Técnico em Administração	23/12/1993	51	60,25	Aprovado
60	341295	Juliana Reche	Técnico em Administração	19/02/1978	48	60,00	Aprovado
61	348983	Gabriela Steinmann Bayer	Técnico em Administração	07/12/1987	52	60,00	Aprovado
1	331272	Cristiano Ritter	Técnico em Agropecuária	12/04/1993	47	61,25	Aprovado
2	341954	Anderson Domingos Corezolla	Técnico em Agropecuária	24/07/1991	50	60,50	Aprovado
1	346409	Aline Lopes Gelain	Técnico em Segurança do Trabalho	25/05/1986	55	74,25	Aprovado
2	342179	Afonso De Assis Dos Santos	Técnico em Segurança do Trabalho	16/02/1968	56	73,00	Aprovado
3	348189	Ben Hur Augusto Cavazzotto	Técnico em Segurança do Trabalho	16/05/1987	53	66,75	Aprovado
4	333338	Debora Cordeiro Machado	Técnico em Segurança do Trabalho	15/04/1978	51	65,25	Aprovado
5	338410	Adriano Rodrigues Luz	Técnico em Segurança do Trabalho	25/11/1992	46	63,50	Aprovado
6	323880	Vitor Argenta	Técnico em Segurança do Trabalho	22/06/1981	47	63,25	Aprovado
7	321053	Edson Nymann Dos Santos	Técnico em Segurança do Trabalho	30/08/1984	48	63,00	Aprovado
8	348007	Marcio Aparecido Dos Santos	Técnico em Segurança do Trabalho	03/07/1986	49	61,75	Aprovado
9	316619	Alcimar Luft	Técnico em Segurança do Trabalho	05/03/1979	44	61,00	Aprovado
10	317594	Daniel De Souza Oliveira	Técnico em Segurança do Trabalho	10/11/1985	50	60,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

1	340314	Mainanda Momoli	Telefonista	06/05/1997	60	77,00	Aprovado
2	347081	Donatella Carolina Keller Agnoletto	Telefonista	27/02/1998	60	74,00	Aprovado
3	340308	Leticia Schneider	Telefonista	05/12/1995	57	73,75	Aprovado
4	335933	Catiuco De Abreu Felippi	Telefonista	22/10/1997	57	71,75	Aprovado
5	348204	Franciele Santos De Lima	Telefonista	03/03/1988	54	68,50	Aprovado
6	347429	Luiz Fernando Capelezzo	Telefonista	14/08/1998	55	68,25	Aprovado
7	336405	Vanderleia Simone Remos	Telefonista	15/03/1986	53	67,75	Aprovado
8	343995	Marzileia Aparecida Selle Da Rosa	Telefonista	04/11/1987	50	67,50	Aprovado
9	345284	Simoni Jantzen	Telefonista	27/01/1976	50	66,50	Aprovado
10	335883	Pamela Cristy Da Purificacao Valladares	Telefonista	29/09/1995	50	66,50	Aprovado
11	344143	Marcia Ines Danieli	Telefonista	07/07/1970	49	64,75	Aprovado
12	330029	Marina Noemia Alberti Baldissera	Telefonista	19/11/1987	47	64,25	Aprovado
13	342945	Julia Bossini Pires	Telefonista	23/01/1996	47	63,25	Aprovado
14	348808	Raquel Bernasconi Da Silva	Telefonista	02/02/1975	48	63,00	Aprovado
15	339804	Maiara Venancio	Telefonista	21/05/1992	48	63,00	Aprovado
16	341339	Carla Monaliza Souza Dos Santos Rodrigues	Telefonista	23/06/1984	48	62,00	Aprovado
17	333027	Adenice Oliveira Cintra	Telefonista	30/04/1966	45	61,75	Aprovado
18	323722	Sara Vanessa Braatz Almeida	Telefonista	28/05/1997	51	61,25	Aprovado
19	340705	Francieli Muniz	Telefonista	02/09/1986	45	60,75	Aprovado
1	320814	Rafael Geremia	Técnico em Vigilância Sanitária	21/05/1986	61	74,75	Aprovado
2	347457	Jean Andre Watte	Técnico em Vigilância Sanitária	21/09/1993	54	66,50	Aprovado
3	318928	Kathine Tessmann Soligo	Técnico em Vigilância Sanitária	19/06/1990	46	62,50	Aprovado
4	342931	Guilherme Goulart Minuzzi	Técnico em Vigilância Sanitária	06/05/1994	44	62,00	Aprovado
5	339794	Rhuan Augusto Lazarotto	Técnico em Vigilância Sanitária	06/09/1989	46	60,50	Aprovado
1	319462	Bruna Pellegrini	Analista Administrativo	17/12/1990	66	85,50	Aprovado
2	328220	Karen Benetti	Analista Administrativo	01/12/1989	63	81,25	Aprovado
3	326437	Elis Regina Cervi	Analista Administrativo	01/10/1982	62	77,50	Aprovado
4	330772	Geise Gross	Analista Administrativo	14/10/1993	61	76,75	Aprovado
5	329982	Cristina Giacomel	Analista Administrativo	03/09/1991	60	75,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

6	337070	Hermann Pujol Hanzzen	Analista Administrativo		09/03/1991	60	74,00	Aprovado
7	345292	Igor Antonio Giroto	Analista Administrativo		27/08/1979	56	71,00	Aprovado
8	332555	Kisla Zambigan	Analista Administrativo		24/10/1983	56	70,00	Aprovado
9	320589	Marlei Da Silva Zanrosso	Analista Administrativo		06/02/1986	55	67,25	Aprovado
10	338529	Enylo Vinicius Faria	Analista Administrativo		24/07/1974	55	66,25	Aprovado
11	331642	Joao Eduardo Linhares	Analista Administrativo		26/11/1985	54	65,50	Aprovado
12	321192	Mariene Peres Morona	Analista Administrativo		07/05/1983	50	64,50	Aprovado
13	314966	Adriane Carazzo	Analista Administrativo		24/05/1991	51	64,25	Aprovado
14	323075	Gisele De Vargas	Analista Administrativo		15/04/1986	52	63,00	Aprovado
15	341527	Veridiane Honaiser	Analista Administrativo		17/11/1990	53	62,75	Aprovado
16	325110	Dennis Roberto Damschi	Analista Administrativo		06/07/1979	51	62,25	Aprovado
17	329289	Eduardo Deboni Sandri	Analista Administrativo		16/02/1991	51	62,25	Aprovado
18	342997	Sirlene Scherer	Analista Administrativo		05/11/1987	46	61,50	Aprovado
19	346906	Andreici Daiani Vedovatto Vitor	Analista Administrativo		21/02/1987	50	61,50	Aprovado
20	342989	Patricia De Paula Goncalves	Analista Administrativo		10/09/1988	51	61,25	Aprovado
21	337497	Gianine Schmidt	Analista Administrativo		16/07/1988	50	60,50	Aprovado
22	317337	Marcos Antonio Santander	Analista Administrativo		18/04/1974	48	60,00	Aprovado
1	317559	Barbara Gimenez De Souza	Arquiteto		06/02/1989	65	84,75	Aprovado
2	334631	Marcelo Becker	Arquiteto		09/04/1986	67	84,25	Aprovado
3	320892	Guilherme Henrique Spannemberg Darui	Arquiteto		24/12/1991	67	84,25	Aprovado
4	328462	Mauricio Renan Mendes	Arquiteto		12/04/1990	62	82,50	Aprovado
5	323272	Erica Cristina Zanella	Arquiteto		27/02/1992	62	81,50	Aprovado
6	320954	Ana Claudia Minela	Arquiteto		06/07/1988	62	80,50	Aprovado
7	323011	Debora Renita Graeff Bohrer	Arquiteto		09/08/1993	61	78,75	Aprovado
8	317516	Sabrina Dos Passos Tortelli	Arquiteto		08/07/1987	61	76,75	Aprovado
9	328258	Amanda Mariani Piovesan Bedin	Arquiteto		06/09/1992	60	76,00	Aprovado
10	344553	Eliza Furlong Antochewis	Arquiteto		31/01/1985	58	75,50	Aprovado
11	317004	Franciele Verginia Civiero	Arquiteto		07/03/1991	59	75,25	Aprovado
12	347775	Jessica Tussi	Arquiteto		31/03/1992	60	75,00	Aprovado
13	317729	Tiago Vinicius Vasconcelos De Medeiros	Arquiteto		07/09/1986	57	73,75	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

14	323287	Patrick Fernando Galli	Arquiteto	03/09/1990	54	73,50	Aprovado
15	326954	Aline Mascarello Debastiani	Arquiteto	12/03/1989	56	73,00	Aprovado
16	342140	Tiago Nazario De Wergenes	Arquiteto	12/04/1990	56	73,00	Aprovado
17	321836	Aryane Spadotto	Arquiteto	25/03/1990	53	72,75	Aprovado
18	331630	Liege Garlet	Arquiteto	09/09/1987	58	72,50	Aprovado
19	314443	Samantha Busnello	Arquiteto	07/11/1986	55	72,25	Aprovado
20	331289	João Pedro Da Silveira	Arquiteto	29/11/1989	56	72,00	Aprovado
21	319377	Guilherme De Almeida Dal'maso	Arquiteto	12/04/1984	54	70,50	Aprovado
22	327205	Camila Fonini Larionoff	Arquiteto	03/03/1990	54	70,50	Aprovado
23	332277	Bruna Ap Meira Rocha	Arquiteto	22/04/1991	54	70,50	Aprovado
24	316668	Joana Sanagiotto Pastre	Arquiteto	07/06/1992	51	70,25	Aprovado
25	319058	Camila Lombardi	Arquiteto	07/07/1989	55	70,25	Aprovado
26	331009	Andressa Glanert	Arquiteto	21/01/1990	52	70,00	Aprovado
27	331108	Eduardo Agostini Perelles	Arquiteto	11/12/1979	53	69,75	Aprovado
28	334433	Micheli Friedrich	Arquiteto	16/12/1989	54	69,50	Aprovado
29	335423	Franciele Rohr	Arquiteto	01/11/1986	51	69,25	Aprovado
30	313931	Donizete De Souza	Arquiteto	27/04/1988	52	69,00	Aprovado
31	343577	Franciele Pancotte	Arquiteto	03/11/1984	56	69,00	Aprovado
32	347753	Renata Quadros	Arquiteto	06/03/1987	50	68,50	Aprovado
33	324705	Camilla Schiavini Moretto	Arquiteto	01/02/1989	52	68,00	Aprovado
34	335116	Caroline Slussarek	Arquiteto	20/01/1992	49	67,75	Aprovado
35	328038	Marilia Lazarotto	Arquiteto	28/08/1993	53	67,75	Aprovado
36	338191	Fernanda Da Silveira Dutra	Arquiteto	21/04/1992	49	66,75	Aprovado
37	347669	Juciane Thais Ferreira	Arquiteto	15/10/1987	52	66,00	Aprovado
38	343798	Mauricio Augusto Vedana	Arquiteto	29/05/1985	49	65,75	Aprovado
39	337401	Douglas Pompermaier	Arquiteto	14/02/1991	50	65,50	Aprovado
40	321378	David Antonio Casteli Caletti	Arquiteto	13/06/1991	51	65,25	Aprovado
41	340821	Bernardino Da Silva Neto	Arquiteto	04/06/1988	48	65,00	Aprovado
42	314506	Silvany Alba Cenci	Arquiteto	02/05/1991	52	65,00	Aprovado
43	339335	Iraisi Danieli Gehring Leandro De Souza	Arquiteto	16/08/1978	50	64,50	Aprovado
44	342098	Leonita De Souza	Arquiteto	21/08/1985	51	64,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

45	326848	Joana Pinotti Zin	Arquiteto	18/09/1992	51	64,25	Aprovado
46	325219	Silvandra Haubert	Arquiteto	10/01/1980	48	64,00	Aprovado
47	348086	Emanuela Tassoni	Arquiteto	24/07/1987	45	63,75	Aprovado
48	336984	Bruna Caroline Rosa	Arquiteto	02/09/1993	49	63,75	Aprovado
49	313979	Alanna Kasper Rex	Arquiteto	19/11/1992	46	63,50	Aprovado
50	316177	Marcos Antonio Ribeiro De Freitas	Arquiteto	23/12/1991	47	63,25	Aprovado
51	340035	Jordana Sandi	Arquiteto	20/06/1993	44	63,00	Aprovado
52	340381	Flavio Antonio Lemos	Arquiteto	21/07/1979	48	63,00	Aprovado
53	347530	Julia Debastiani	Arquiteto	24/05/1990	48	63,00	Aprovado
54	327293	Rodrigo Borges Machado	Arquiteto	08/03/1992	48	63,00	Aprovado
55	315788	Michele Katchuca Zwirte	Arquiteto	02/03/1993	49	62,75	Aprovado
56	344095	Amanda Ferri Pontes	Arquiteto	09/03/1995	49	62,75	Aprovado
57	320696	Camila Eliane Hackenhaar	Arquiteto	28/06/1991	46	62,50	Aprovado
58	337310	Emanuele Arend	Arquiteto	20/12/1994	48	62,00	Aprovado
59	339373	Cassiana Dalida Bianchi Zampiva	Arquiteto	16/06/1991	46	61,50	Aprovado
60	341966	Bruna Boffin	Arquiteto	17/12/1988	48	61,00	Aprovado
61	331423	Micheli Cristina Kovaleski	Arquiteto	01/08/1994	45	60,75	Aprovado
62	320831	Juliana Martins	Arquiteto	12/03/1988	49	60,75	Aprovado
63	345052	Taize Ferri Bodanese	Arquiteto	11/01/1988	43	60,25	Aprovado
64	321398	Karine Cristina Corso	Arquiteto	21/12/1984	47	60,25	Aprovado
65	324284	Dionatan Cassio Wehrmann Bernhard	Arquiteto	28/05/1991	47	60,25	Aprovado
66	348001	Bruna Fumagalli	Arquiteto	02/10/1991	48	60,00	Aprovado
1	318049	Katiuscia Winckler Migliavacca	Arquivista	19/12/1990	68	84,00	Aprovado
2	336121	Nelson Alfredo Salomao Neto	Arquivista	30/04/1987	63	81,25	Aprovado
3	320669	Giovanna Fenili Calabria	Arquivista	24/09/1986	61	80,75	Aprovado
4	347972	Daniela Hitomi Misugi	Arquivista	03/01/1988	64	78,00	Aprovado
5	331215	Eliete Regina Rabaoli Camargo	Arquivista	30/07/1992	47	64,25	Aprovado
6	318111	Malu Silva Figueiredo	Arquivista	02/04/1993	46	61,50	Aprovado
7	323468	Jaqueline Lopes Moura	Arquivista	09/06/1989	51	61,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

1	345612	Guilherme Telesforo Osorio	Engenheiro Agrônomo	10/10/1987	58	71,50	Aprovado
2	332428	Pedro Vanti Da Rocha	Engenheiro Agrônomo	05/02/1987	55	67,25	Aprovado
3	341939	Ricardo Kiyoshi Tokunaga	Engenheiro Agrônomo	17/10/1986	56	62,00	Aprovado
4	346400	Jose Luiz Nogueira	Engenheiro Agrônomo	05/04/1989	50	60,50	Aprovado
1	325201	Suzane Miorrelli	Engenheiro de Alimentos	11/06/1983	64	82,00	Aprovado
2	348994	Newton Takeshi Okuno	Engenheiro de Alimentos	30/07/1984	63	80,25	Aprovado
3	337855	Fabiane Bach	Engenheiro de Alimentos	22/11/1986	58	75,50	Aprovado
4	348666	Douglas Soares	Engenheiro de Alimentos	21/04/1986	57	72,75	Aprovado
5	348160	Natielle Maria Costa Menezes	Engenheiro de Alimentos	22/05/1991	58	70,50	Aprovado
6	339123	Ana Paula Ehlers	Engenheiro de Alimentos	16/04/1989	59	70,25	Aprovado
7	315977	Tatiane Milkiewicz	Engenheiro de Alimentos	26/11/1981	56	69,00	Aprovado
8	344862	Lucas Prestes Fallavena	Engenheiro de Alimentos	20/11/1989	56	69,00	Aprovado
9	314031	Gessica Tessaro	Engenheiro de Alimentos	10/01/1992	56	69,00	Aprovado
10	315525	Camila Dal Magro	Engenheiro de Alimentos	04/01/1991	54	66,50	Aprovado
11	339590	Shana Pires Ferreira	Engenheiro de Alimentos	24/05/1982	51	66,25	Aprovado
12	340998	Fernanda Carla Ceratto	Engenheiro de Alimentos	28/01/1991	49	65,75	Aprovado
13	317444	Paula Gimenez De Souza	Engenheiro de Alimentos	12/10/1990	52	65,00	Aprovado
14	319891	Sidiane Itchenco	Engenheiro de Alimentos	28/12/1990	48	64,00	Aprovado
15	339184	Jaqueline De Oliveira	Engenheiro de Alimentos	20/06/1995	49	62,75	Aprovado
16	340684	Diego Luiz Scaraboto	Engenheiro de Alimentos	15/09/1984	49	61,75	Aprovado
17	316616	Tuany Camila Honaiser	Engenheiro de Alimentos	07/02/1991	49	61,75	Aprovado
18	328989	Patricia Costa Da Silva	Engenheiro de Alimentos	22/01/1987	46	60,50	Aprovado
19	339622	Luiz Felipe Serpa Bonatto	Engenheiro de Alimentos	02/12/1987	50	60,50	Aprovado
1	322797	Rafael Ribeiro Pires Silva	Engenheiro Eletricista	20/10/1988	67	82,25	Aprovado
2	347112	Kleber Weise	Engenheiro Eletricista	02/12/1978	64	78,00	Aprovado
3	328113	Alcedir Luis Finkler	Engenheiro Eletricista	04/03/1985	60	77,00	Aprovado
4	332520	Andre Luiz Argenta Langes	Engenheiro Eletricista	07/02/1986	59	76,25	Aprovado
5	319493	Jeovan Ricardo Kern	Engenheiro Eletricista	08/11/1990	59	76,25	Aprovado
6	324454	Henrique Bestani Seidel	Engenheiro Eletricista	02/12/1981	60	76,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

7	327449	Tiago Gabriel De Souza	Engenheiro Eletricista	09/06/1982	60	75,00	Aprovado
8	337523	Ana Paula Zanatta	Engenheiro Eletricista	13/05/1991	60	75,00	Aprovado
9	325749	Alan Francis Amanthea	Engenheiro Eletricista	01/06/1977	61	74,75	Aprovado
10	325061	Willy Wing Moreira	Engenheiro Eletricista	26/05/1989	61	73,75	Aprovado
11	348308	Lucas Goularte Godoy	Engenheiro Eletricista	22/02/1990	56	72,00	Aprovado
12	335401	Jeremias Gelsomino Dellagostin	Engenheiro Eletricista	12/06/1989	59	70,25	Aprovado
13	332771	Tarcisio Polnow Kruger	Engenheiro Eletricista	27/12/1990	55	69,25	Aprovado
14	343655	Gerson Sbruzzi	Engenheiro Eletricista	01/10/1967	56	69,00	Aprovado
15	344010	Henrique Fernando Nechel	Engenheiro Eletricista	07/04/1990	54	68,50	Aprovado
16	335550	Pedro Cominges Machado	Engenheiro Eletricista	20/03/1992	54	68,50	Aprovado
17	332413	Leonardo Signori	Engenheiro Eletricista	14/02/1991	52	67,00	Aprovado
18	340235	Diego Zambiasi	Engenheiro Eletricista	06/07/1989	56	67,00	Aprovado
19	348365	Fernando Joao Bohn	Engenheiro Eletricista	18/10/1989	56	67,00	Aprovado
20	335943	Marciano Jandrey	Engenheiro Eletricista	05/03/1981	51	65,25	Aprovado
21	332060	Jonatan Bervian	Engenheiro Eletricista	25/08/1989	49	63,75	Aprovado
22	339565	Lucas Antonio Casagrande	Engenheiro Eletricista	28/05/1984	53	63,75	Aprovado
23	315855	Adriano Serraglio	Engenheiro Eletricista	11/08/1986	53	63,75	Aprovado
24	346895	Daniel Alex Riffel	Engenheiro Eletricista	22/09/1992	50	62,50	Aprovado
25	339953	Thiago Roberto Lazzarin	Engenheiro Eletricista	04/12/1990	46	61,50	Aprovado
26	347731	Jardel Regis Teixeira	Engenheiro Eletricista	28/06/1993	50	61,50	Aprovado
27	332433	Isabel Schvabe Duarte	Engenheiro Eletricista	10/01/1986	51	61,25	Aprovado
28	322292	Ithalo Hespahol De Souza	Engenheiro Eletricista	22/04/1989	48	61,00	Aprovado
29	347780	Heitor Luiz Itami	Engenheiro Eletricista	26/02/1982	52	61,00	Aprovado
30	317690	Victor Lacerda Da Silva	Engenheiro Eletricista	15/03/1992	52	61,00	Aprovado
31	348491	Guilherme Trapp	Engenheiro Eletricista	15/05/1984	49	60,75	Aprovado
32	329397	Guilherme Benetti	Engenheiro Eletricista	14/10/1992	47	60,25	Aprovado
33	346083	Fernando Antunes Carneiro	Engenheiro Eletricista	17/05/1983	48	60,00	Aprovado
1	326584	Ricardo Pippi Reis	Engenheiro de Segurança do Trabalho	11/06/1979	54	63,50	Aprovado
Engenheiro de Trânsito – Nenhum candidato aprovado para o cargo							



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

1	339325	Rafael Monari Fracasso	Fiscal do Meio Ambiente	01/11/1990	62	76,50	Aprovado
2	339752	Miguel Angelo Pinho	Fiscal do Meio Ambiente	14/05/1981	55	66,25	Aprovado
1	332823	Guilherme Dutra Tomasi	Fiscal de Vigilância Sanitária	08/06/1978	70	86,50	Aprovado
2	322280	Fatiane Rodrigues De Melo	Fiscal de Vigilância Sanitária	06/08/1986	60	84,00	Aprovado
3	338313	Josiane Salette Dalpiaz	Fiscal de Vigilância Sanitária	24/01/1988	65	83,75	Aprovado
4	315798	Gabriela Albiero	Fiscal de Vigilância Sanitária	22/04/1988	66	83,50	Aprovado
5	321377	Bruna Casagrande Cechella	Fiscal de Vigilância Sanitária	01/12/1988	66	83,50	Aprovado
6	343615	Douglas Michel Muller Fritzen	Fiscal de Vigilância Sanitária	10/05/1990	63	83,25	Aprovado
7	335722	Ricardo Ferreira Da Silva	Fiscal de Vigilância Sanitária	19/10/1977	64	83,00	Aprovado
8	332655	Camilla Valtorta	Fiscal de Vigilância Sanitária	26/11/1977	65	82,75	Aprovado
9	340032	Giovani Savagnago	Fiscal de Vigilância Sanitária	30/04/1986	65	82,75	Aprovado
10	345020	Rafaela Rossi Marques	Fiscal de Vigilância Sanitária	12/04/1981	62	82,50	Aprovado
11	342557	Andre Kloeckner Machado	Fiscal de Vigilância Sanitária	25/01/1979	62	81,50	Aprovado
12	329847	Cristina Fernanda De Oliveira Debus	Fiscal de Vigilância Sanitária	08/06/1989	63	81,25	Aprovado
13	342125	Elisa Dalmora Muller	Fiscal de Vigilância Sanitária	17/08/1984	60	81,00	Aprovado
14	334863	Silvia Regina Bedin	Fiscal de Vigilância Sanitária	07/04/1968	61	80,75	Aprovado
15	340779	Fernanda Cristina Henzel	Fiscal de Vigilância Sanitária	25/07/1989	61	80,75	Aprovado
16	338480	Janara Presendo	Fiscal de Vigilância Sanitária	30/10/1977	60	80,00	Aprovado
17	342686	Maycon Benetti	Fiscal de Vigilância Sanitária	22/03/1987	64	80,00	Aprovado
18	330773	Elis Regina Favero	Fiscal de Vigilância Sanitária	06/02/1984	59	79,25	Aprovado
19	338979	Angelica Alberti	Fiscal de Vigilância Sanitária	19/02/1994	60	79,00	Aprovado
20	333494	Daliane Sgarbossa	Fiscal de Vigilância Sanitária	12/03/1989	61	78,75	Aprovado
21	323084	Mayara Cristina Schäfer Secco	Fiscal de Vigilância Sanitária	04/03/1988	56	78,00	Aprovado
22	343334	Arieli Zibetti Franca	Fiscal de Vigilância Sanitária	20/11/1985	60	78,00	Aprovado
23	324700	Ingrid Berto Da Silva	Fiscal de Vigilância Sanitária	07/11/1990	60	78,00	Aprovado
24	322602	Patricia Alves Ferreira	Fiscal de Vigilância Sanitária	06/03/1977	61	77,75	Aprovado
25	328255	Lucas Frassi Orides	Fiscal de Vigilância Sanitária	18/04/1989	61	77,75	Aprovado
26	327520	Caroline Isabel Kothe	Fiscal de Vigilância Sanitária	03/12/1990	62	77,50	Aprovado
27	336448	Catia Lorenzetti	Fiscal de Vigilância Sanitária	25/01/1985	59	77,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

28	338553	Veridiane Alba	Fiscal de Vigilância Sanitária	18/06/1989	59	77,25	Aprovado
29	335592	Laiane Carla Pawlak	Fiscal de Vigilância Sanitária	11/10/1990	59	77,25	Aprovado
30	320852	Luana Dumböck Kayser Pol	Fiscal de Vigilância Sanitária	20/08/1984	60	77,00	Aprovado
31	338391	Cecilia Alice Mattiello	Fiscal de Vigilância Sanitária	08/11/1989	60	77,00	Aprovado
32	337124	Indiana Alegransi Bones	Fiscal de Vigilância Sanitária	03/06/1991	58	76,50	Aprovado
33	342316	Joao Murilo Kondageski Coutinho Vieira	Fiscal de Vigilância Sanitária	21/10/1992	58	76,50	Aprovado
34	346455	Silvia Janine Veiga	Fiscal de Vigilância Sanitária	01/11/1988	56	76,00	Aprovado
35	317331	Paula Marco Marchiori	Fiscal de Vigilância Sanitária	24/06/1977	58	75,50	Aprovado
36	323036	Daniela Carla Alberti	Fiscal de Vigilância Sanitária	28/05/1995	55	75,25	Aprovado
37	347410	Guilherme Augusto Goettems	Fiscal de Vigilância Sanitária	17/12/1971	59	75,25	Aprovado
38	337619	Sartia Aparecida Cararo	Fiscal de Vigilância Sanitária	06/01/1987	59	75,25	Aprovado
39	314447	Liana Renata Canonica	Fiscal de Vigilância Sanitária	23/03/1991	59	75,25	Aprovado
40	339564	Catia Regina Martin	Fiscal de Vigilância Sanitária	21/09/1984	56	75,00	Aprovado
41	321104	Gessica Siqueira Talgatti	Fiscal de Vigilância Sanitária	09/04/1991	56	75,00	Aprovado
42	341449	Daniele Scholl Ribeiro	Fiscal de Vigilância Sanitária	16/08/1980	57	74,75	Aprovado
43	321324	Karine Souza	Fiscal de Vigilância Sanitária	25/09/1990	57	74,75	Aprovado
44	328299	Suelle Janssen Porsch	Fiscal de Vigilância Sanitária	29/06/1991	57	74,75	Aprovado
45	325146	Guilherme De Souza Barbieri	Fiscal de Vigilância Sanitária	05/07/1983	58	74,50	Aprovado
46	341881	Raquel Rubin	Fiscal de Vigilância Sanitária	18/11/1989	58	74,50	Aprovado
47	342200	Silmara Beatriz Steinmetz	Fiscal de Vigilância Sanitária	24/08/1991	58	74,50	Aprovado
48	346989	Nilvania De Souza Cardoso Amorim	Fiscal de Vigilância Sanitária	04/09/1973	55	74,25	Aprovado
49	340806	Pedro Filipe De Souza Teles	Fiscal de Vigilância Sanitária	10/12/1989	59	74,25	Aprovado
50	338994	Ana Raquel Pogorzelski	Fiscal de Vigilância Sanitária	07/01/1993	59	74,25	Aprovado
51	331403	Rui Reis De Cerqueira	Fiscal de Vigilância Sanitária	18/08/1961	56	74,00	Aprovado
52	348052	Marcia Danieli Schmitt	Fiscal de Vigilância Sanitária	26/10/1986	56	74,00	Aprovado
53	332690	Eloisa Kuhn	Fiscal de Vigilância Sanitária	17/12/1986	56	74,00	Aprovado
54	347812	Fernanda Teixeira Macagnan	Fiscal de Vigilância Sanitária	06/01/1987	56	74,00	Aprovado
55	326298	Geile Fistarol	Fiscal de Vigilância Sanitária	19/07/1990	56	74,00	Aprovado
56	325167	Alice Bogoni Demori	Fiscal de Vigilância Sanitária	12/03/1991	57	73,75	Aprovado
57	324508	Dayane Alves Moresco	Fiscal de Vigilância Sanitária	28/06/1985	55	73,25	Aprovado
58	315606	Raquel Catani Maleski De Conto	Fiscal de Vigilância Sanitária	28/08/1987	55	73,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

59	334549	Priscilla Hentges Crauss	Fiscal de Vigilância Sanitária	14/07/1990	55	73,25	Aprovado
60	323645	Fabiula Grah	Fiscal de Vigilância Sanitária	03/06/1991	53	72,75	Aprovado
61	315694	Anderson Da Silva Brites	Fiscal de Vigilância Sanitária	23/05/1983	51	72,25	Aprovado
62	329572	Priscila Vincenzi Dos Santos	Fiscal de Vigilância Sanitária	01/11/1986	56	72,00	Aprovado
63	338363	Andreia Zuffo	Fiscal de Vigilância Sanitária	19/04/1977	53	71,75	Aprovado
64	337051	Renata Zeferino Marques	Fiscal de Vigilância Sanitária	15/09/1991	55	71,25	Aprovado
65	320112	Andressa Fortes Miranda	Fiscal de Vigilância Sanitária	27/08/1993	55	71,25	Aprovado
66	339450	Glauucia Pandolfi Dutra	Fiscal de Vigilância Sanitária	06/05/1984	56	71,00	Aprovado
67	347163	Marcos Lazarotto	Fiscal de Vigilância Sanitária	03/02/1987	56	71,00	Aprovado
68	332868	Tatiane Lussami Dal Pont	Fiscal de Vigilância Sanitária	01/09/1990	53	70,75	Aprovado
69	331837	Carlile Musskopf	Fiscal de Vigilância Sanitária	19/10/1985	54	70,50	Aprovado
70	334889	Samara Luana Davi	Fiscal de Vigilância Sanitária	15/08/1991	54	70,50	Aprovado
71	324731	Mariane Holzmeier	Fiscal de Vigilância Sanitária	29/10/1993	54	70,50	Aprovado
72	343548	Patche Helena Michel	Fiscal de Vigilância Sanitária	27/10/1992	55	70,25	Aprovado
73	337526	Maria Goretti Damasceno	Fiscal de Vigilância Sanitária	05/07/1970	52	70,00	Aprovado
74	343229	Paulo Henrique Hoffmann	Fiscal de Vigilância Sanitária	15/08/1990	52	70,00	Aprovado
75	325265	Aline Ruth Schmidt	Fiscal de Vigilância Sanitária	20/03/1992	52	70,00	Aprovado
76	340749	Kelly Daiana Rigoni	Fiscal de Vigilância Sanitária	02/04/1987	53	69,75	Aprovado
77	336149	Luana Luana Bernardi	Fiscal de Vigilância Sanitária	02/09/1991	53	69,75	Aprovado
78	338494	Ellen Cristina Perin	Fiscal de Vigilância Sanitária	27/09/1991	53	69,75	Aprovado
79	348079	Eliane De Araujo	Fiscal de Vigilância Sanitária	07/04/1987	50	69,50	Aprovado
80	330465	Gislaine De Fatima Carvalho	Fiscal de Vigilância Sanitária	28/09/1979	54	69,50	Aprovado
81	343765	Ana Claudia Almeida Ferreira	Fiscal de Vigilância Sanitária	18/02/1988	54	69,50	Aprovado
82	347025	Felipe Rigo	Fiscal de Vigilância Sanitária	11/08/1991	54	69,50	Aprovado
83	348236	Lilian Vargas De Lima	Fiscal de Vigilância Sanitária	08/01/1985	51	69,25	Aprovado
84	343361	Vinicius Schorr Grossl	Fiscal de Vigilância Sanitária	25/06/1990	51	69,25	Aprovado
85	328716	Thais Michelle Antoniollo Muller	Fiscal de Vigilância Sanitária	08/10/1991	51	69,25	Aprovado
86	334030	Lia Cristina Cardoso	Fiscal de Vigilância Sanitária	27/12/1986	55	69,25	Aprovado
87	323241	Rosane Rigoni	Fiscal de Vigilância Sanitária	22/06/1973	52	69,00	Aprovado
88	332105	Tany Nayara Arnold	Fiscal de Vigilância Sanitária	16/07/1992	52	69,00	Aprovado
89	335991	Endy Camile De Noronha	Fiscal de Vigilância Sanitária	17/08/1993	52	69,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

90	336096	Vanessa Damo Cunha	Fiscal de Vigilância Sanitária	08/02/1990	53	68,75	Aprovado
91	348144	Juliele Ilone Dambros	Fiscal de Vigilância Sanitária	13/09/1991	50	68,50	Aprovado
92	347764	Patrick Luis Penteado	Fiscal de Vigilância Sanitária	10/08/1979	51	68,25	Aprovado
93	335908	Marinês De Fátima Rosa Cardoso Jandrey	Fiscal de Vigilância Sanitária	16/03/1984	51	68,25	Aprovado
94	339381	Igor Bulsing Schott	Fiscal de Vigilância Sanitária	20/06/1991	51	68,25	Aprovado
95	348499	Thais Regina Brunetto	Fiscal de Vigilância Sanitária	15/04/1993	48	68,00	Aprovado
96	342905	Morgana Maira Brandalise	Fiscal de Vigilância Sanitária	22/10/1992	52	68,00	Aprovado
97	333359	Caroline Panosso	Fiscal de Vigilância Sanitária	18/06/1992	49	67,75	Aprovado
98	323146	Priscila Pereira De Souza	Fiscal de Vigilância Sanitária	27/09/1992	50	67,50	Aprovado
99	337252	Cristiano Zancanaro	Fiscal de Vigilância Sanitária	04/10/1977	51	67,25	Aprovado
100	346889	Caroline Cristina Ritter	Fiscal de Vigilância Sanitária	14/06/1985	51	67,25	Aprovado
101	346765	Aline Vanessa Stiehl	Fiscal de Vigilância Sanitária	09/12/1986	51	67,25	Aprovado
102	322081	Daniel Frigeri Cenci	Fiscal de Vigilância Sanitária	17/04/1982	48	67,00	Aprovado
103	344054	Magda Alana Pompelli	Fiscal de Vigilância Sanitária	07/10/1992	48	67,00	Aprovado
104	340654	Rafaela Da Rosa	Fiscal de Vigilância Sanitária	17/05/1990	52	67,00	Aprovado
105	347884	Adrean Scremin Quinto	Fiscal de Vigilância Sanitária	22/10/1987	49	66,75	Aprovado
106	318829	Rocheli Ana Menegon Menin	Fiscal de Vigilância Sanitária	09/05/1989	50	66,50	Aprovado
107	343485	Marcelo Urban	Fiscal de Vigilância Sanitária	10/02/1989	47	66,25	Aprovado
108	343573	Fernanda Tormen Gonçalves	Fiscal de Vigilância Sanitária	10/02/1983	55	66,25	Aprovado
109	337235	Raquel Boff Da Costa	Fiscal de Vigilância Sanitária	18/11/1976	48	66,00	Aprovado
110	326814	Katiuci Marcon	Fiscal de Vigilância Sanitária	19/05/1982	48	66,00	Aprovado
111	342799	Carine Aparecida De Melo Zanuzzo	Fiscal de Vigilância Sanitária	15/04/1987	48	66,00	Aprovado
112	347208	Luciana Rampazzo Lara	Fiscal de Vigilância Sanitária	28/02/1989	48	66,00	Aprovado
113	323596	Diego Da Silva Hoffmann	Fiscal de Vigilância Sanitária	01/07/1990	52	66,00	Aprovado
114	345133	Silvia Da Silva	Fiscal de Vigilância Sanitária	07/08/1977	49	65,75	Aprovado
115	337475	Nathalia Arsego De Mello	Fiscal de Vigilância Sanitária	21/12/1990	49	65,75	Aprovado
116	342917	Roberta Pasa Giuliani	Fiscal de Vigilância Sanitária	21/09/1989	46	65,50	Aprovado
117	337560	Sara Ogliaresi	Fiscal de Vigilância Sanitária	16/12/1989	50	65,50	Aprovado
118	337978	Cleia Suzana Steingraber	Fiscal de Vigilância Sanitária	30/09/1962	47	65,25	Aprovado
119	344134	Cristiane Camila De Lima Bagatini	Fiscal de Vigilância Sanitária	26/05/1989	48	65,00	Aprovado
120	316635	Dauana Marchioro	Fiscal de Vigilância Sanitária	23/01/1993	48	65,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

121	322660	Ana Cassia De Quadros Cassol	Fiscal de Vigilância Sanitária	21/02/1984	52	65,00	Aprovado
122	316916	Aline Schaffer Badalotti	Fiscal de Vigilância Sanitária	21/11/1992	49	64,75	Aprovado
123	327227	Emanuele Donatti	Fiscal de Vigilância Sanitária	24/07/1991	46	64,50	Aprovado
124	346848	Julia Rossetto Marchetti	Fiscal de Vigilância Sanitária	23/08/1988	50	64,50	Aprovado
125	344562	Joceane Pigatto	Fiscal de Vigilância Sanitária	24/05/1988	47	64,25	Aprovado
126	343372	Cristiane Milan	Fiscal de Vigilância Sanitária	08/11/1993	47	64,25	Aprovado
127	339289	Franciele Fernandes Sulzbach	Fiscal de Vigilância Sanitária	01/05/1984	51	64,25	Aprovado
128	329540	Marcio Colla	Fiscal de Vigilância Sanitária	07/09/1985	51	64,25	Aprovado
129	337641	Luciane Aparecida Niles	Fiscal de Vigilância Sanitária	03/04/1978	48	64,00	Aprovado
130	347302	Bruna Santin	Fiscal de Vigilância Sanitária	31/05/1991	48	64,00	Aprovado
131	348891	Mariane Minozzo	Fiscal de Vigilância Sanitária	18/12/1985	49	63,75	Aprovado
132	347789	Renato Mazutti	Fiscal de Vigilância Sanitária	13/11/1990	49	63,75	Aprovado
133	341060	Emilia Rodrigues Almeida	Fiscal de Vigilância Sanitária	07/10/1991	49	63,75	Aprovado
134	316388	Mayara Da Silva Antunes Serena	Fiscal de Vigilância Sanitária	16/11/1989	46	63,50	Aprovado
135	340733	Andreia Paula Dal Castel	Fiscal de Vigilância Sanitária	23/04/1994	46	63,50	Aprovado
136	337402	Janine Geremias Correa	Fiscal de Vigilância Sanitária	07/02/1982	47	63,25	Aprovado
137	341994	Angela Pelizza	Fiscal de Vigilância Sanitária	05/03/1990	44	63,00	Aprovado
138	320075	Danieli Eloisa Grigolo	Fiscal de Vigilância Sanitária	16/10/1991	48	63,00	Aprovado
139	341681	Gabriela Ues Zemiani	Fiscal de Vigilância Sanitária	09/05/1995	48	63,00	Aprovado
140	319705	Leticia Mick	Fiscal de Vigilância Sanitária	30/11/1995	45	62,75	Aprovado
141	339238	Maria Roseli Terras	Fiscal de Vigilância Sanitária	30/04/1980	49	62,75	Aprovado
142	347511	Paula Schlegel Reisdorfer	Fiscal de Vigilância Sanitária	25/11/1981	47	62,25	Aprovado
143	329414	Bruna De Pizzol Barroso	Fiscal de Vigilância Sanitária	23/06/1992	44	62,00	Aprovado
144	328630	Elione Tonini	Fiscal de Vigilância Sanitária	24/05/1978	45	61,75	Aprovado
145	326858	Nathalia Da Assumpcao Santana	Fiscal de Vigilância Sanitária	18/01/1993	49	61,75	Aprovado
146	337130	Cintia Mara Schwartz	Fiscal de Vigilância Sanitária	06/03/1990	46	61,50	Aprovado
147	316114	Neila Da Fonseca Rosa Ludtke	Fiscal de Vigilância Sanitária	30/09/1986	44	61,00	Aprovado
148	324181	Ana Paula Cavalli	Fiscal de Vigilância Sanitária	15/07/1986	45	60,75	Aprovado
149	346755	Paola Dos Reis Scardoelli	Fiscal de Vigilância Sanitária	10/01/1994	45	60,75	Aprovado
150	339965	Bruna Pauli	Fiscal de Vigilância Sanitária	26/08/1989	46	60,50	Aprovado
151	328099	Itamar Luis Di Domenico	Fiscal de Vigilância Sanitária	16/12/1971	43	60,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

152	344622	Tamires Perego	Fiscal de Vigilância Sanitária	13/12/1987	43	60,25	Aprovado
153	324717	Marcelo Portella De Lima	Fiscal de Vigilância Sanitária	06/07/1987	44	60,00	Aprovado
154	316661	Fernanda Donadello	Fiscal de Vigilância Sanitária	24/08/1987	44	60,00	Aprovado
155	323352	Materli Soeiro Pelicioli	Fiscal de Vigilância Sanitária	23/11/1992	44	60,00	Aprovado
1	339344	Joselei Moras	Assistente Social	05/07/1985	57	72,75	Aprovado
2	327585	Ediane Aparecida Folle	Assistente Social	23/09/1980	54	71,50	Aprovado
3	314083	Juliana Gemelli	Assistente Social	10/03/1986	51	66,25	Aprovado
4	333491	Fabiane Ribeiro	Assistente Social	23/01/1988	50	64,50	Aprovado
5	324683	Marciana Alexandre	Assistente Social	30/03/1990	46	63,50	Aprovado
6	331136	Daiane Magalhães	Assistente Social	22/06/1986	50	63,50	Aprovado
7	327186	Gabriel De Souza Bandeira	Assistente Social	07/03/1990	52	63,00	Aprovado
8	328100	Camilla Susana Faler	Assistente Social	21/12/1978	46	60,50	Aprovado
Bibliotecário – Nenhum candidato aprovado para o cargo							
1	323103	Thales Simioni Amaral	Biólogo	12/12/1982	61	75,75	Aprovado
2	333372	Rejane Brambila Cominetti	Biólogo	26/08/1985	60	75,00	Aprovado
3	346438	Caroline Müller	Biólogo	01/11/1982	58	74,50	Aprovado
4	339871	Veronica Beatriz Paludo	Biólogo	17/01/1986	58	74,50	Aprovado
5	324201	Caroline Vargas Xavier	Biólogo	09/05/1985	56	72,00	Aprovado
6	347443	Newton Jose de Jesus Silva	Biólogo	14/03/1980	56	71,00	Aprovado
7	335519	Angela Tavares Martins	Biólogo	28/09/1992	53	69,75	Aprovado
8	348706	Tharine Aparecida Dal - Cim	Biólogo	14/12/1983	57	68,75	Aprovado
9	342104	Grazielle Daiane Sturmer	Biólogo	05/09/1989	55	68,25	Aprovado
10	320303	Nathalia Aparecida Santos Castilho	Biólogo	30/11/1990	53	67,75	Aprovado
11	342435	Liliane Nuncio	Biólogo	15/07/1980	50	67,50	Aprovado
12	322294	Deisy Brasil Gonçalves	Biólogo	04/10/1993	51	66,25	Aprovado
13	319647	Carolina Pietrzak	Biólogo	22/01/1986	53	65,75	Aprovado
14	337591	Jean Carlo De Quadros	Biólogo	08/08/1986	55	65,25	Aprovado
15	348961	Adriana Aparecida Grando	Biólogo	16/05/1977	50	64,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

16	337395	Cristiano Ilha	Biólogo	13/11/1987	50	63,50	Aprovado
17	317885	Luciano Davi Innocente	Biólogo	29/10/1977	50	62,50	Aprovado
18	340229	Naiara Olga Lusa	Biólogo	21/08/1987	49	61,75	Aprovado
1	347688	Anna Mendes De Mattos Elias	Cirurgião Dentista	08/02/1986	68	87,00	Aprovado
2	319789	Daniel Brito Zanolli	Cirurgião Dentista	03/09/1978	66	85,50	Aprovado
3	323382	Nicolas Daniel Abreu	Cirurgião Dentista	05/08/1988	66	84,50	Aprovado
4	342885	Mateus Campos Ventura	Cirurgião Dentista	04/01/1986	65	81,75	Aprovado
5	347876	Eduardo Luis Zardo	Cirurgião Dentista	23/12/1985	65	80,75	Aprovado
6	348540	Rafael Eduardo Müller Schneider	Cirurgião Dentista	08/06/1981	63	80,25	Aprovado
7	333516	Maritelli Right Martins	Cirurgião Dentista	16/05/1989	65	79,75	Aprovado
8	328552	Jessica Coradi	Cirurgião Dentista	04/12/1990	62	79,50	Aprovado
9	328540	Rodolfo Lorence Da Rosa	Cirurgião Dentista	04/04/1984	61	77,75	Aprovado
10	321800	Renata Coradini Moura	Cirurgião Dentista	10/09/1990	62	77,50	Aprovado
11	324277	Kallane Dutra Leite	Cirurgião Dentista	11/01/1989	60	77,00	Aprovado
12	338311	Glauber Costa De Oliveira	Cirurgião Dentista	17/01/1985	61	76,75	Aprovado
13	346241	Cristiano Taufer	Cirurgião Dentista	07/12/1991	58	76,50	Aprovado
14	317367	Cristiane Zonin	Cirurgião Dentista	25/05/1987	59	75,25	Aprovado
15	330907	Guilherme Ferreira Santos	Cirurgião Dentista	11/08/1989	60	74,00	Aprovado
16	343318	Renata Marques Da Silva	Cirurgião Dentista	20/11/1990	60	74,00	Aprovado
17	333528	Fernanda Kerpel	Cirurgião Dentista	19/01/1991	60	74,00	Aprovado
18	339617	Renata Grando	Cirurgião Dentista	28/10/1985	57	73,75	Aprovado
19	348268	Saulo Andrade Vieira Botelho	Cirurgião Dentista	06/11/1986	56	73,00	Aprovado
20	329497	Betania Dos Reis Goulart	Cirurgião Dentista	22/05/1978	58	72,50	Aprovado
21	342919	Camila Prado Das Neves	Cirurgião Dentista	30/10/1990	55	72,25	Aprovado
22	319318	Guilherme Fernandes Fontequê	Cirurgião Dentista	09/02/1993	55	72,25	Aprovado
23	346115	Fernando Ebers	Cirurgião Dentista	18/02/1984	56	72,00	Aprovado
24	343543	Danieli Luchtemberg Walker	Cirurgião Dentista	20/10/1988	56	72,00	Aprovado
25	322004	Ana Paula Tolfo Peixoto	Cirurgião Dentista	06/06/1990	57	71,75	Aprovado
26	339271	Carla Betina Schwengber	Cirurgião Dentista	08/01/1986	54	71,50	Aprovado
27	335652	Camila Zonin	Cirurgião Dentista	19/02/1990	58	71,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

28	331528	Jaysson Antonello	Cirurgião Dentista	25/12/1978	55	71,25	Aprovado
29	325244	Renato Cordeiro Sudati	Cirurgião Dentista	28/06/1980	55	71,25	Aprovado
30	346223	Charlene Da Silveira Dalberto	Cirurgião Dentista	28/11/1984	55	71,25	Aprovado
31	326853	Charles Balbinot	Cirurgião Dentista	25/09/1988	55	71,25	Aprovado
32	323415	Jean Carlos Riboldi	Cirurgião Dentista	13/11/1991	55	71,25	Aprovado
33	330706	Caroline Domeles	Cirurgião Dentista	13/10/1988	57	70,75	Aprovado
34	342273	Erivelton Jofre De Matos Junior	Cirurgião Dentista	10/03/1989	55	70,25	Aprovado
35	335165	Anna Gabriela Silveira Bech	Cirurgião Dentista	31/07/1986	54	69,50	Aprovado
36	314875	Victorio Poletto Neto	Cirurgião Dentista	22/01/1992	54	69,50	Aprovado
37	324713	William Shi Seng Yeh	Cirurgião Dentista	24/04/1981	56	69,00	Aprovado
38	335041	Alan Gustavo Stahlhoefer	Cirurgião Dentista	17/09/1990	56	69,00	Aprovado
39	345731	Daniela Cristina Lunelli	Cirurgião Dentista	18/07/1985	53	68,75	Aprovado
40	340976	Francieli Regina Bortoli	Cirurgião Dentista	20/12/1991	53	68,75	Aprovado
41	347577	Geovani Passala De Macedo	Cirurgião Dentista	16/05/1993	51	68,25	Aprovado
42	322545	Lucas Nunes Bastos Curty Silva	Cirurgião Dentista	22/06/1985	56	68,00	Aprovado
43	343250	Luciana Da Silva	Cirurgião Dentista	22/10/1985	53	67,75	Aprovado
44	346680	Marcos Fernando Tronco Junior	Cirurgião Dentista	27/01/1987	53	67,75	Aprovado
45	329451	Marcio Serafim Pereira	Cirurgião Dentista	26/05/1969	54	67,50	Aprovado
46	336728	Larissa Alves Bohatenko	Cirurgião Dentista	12/10/1987	54	67,50	Aprovado
47	331036	Ricardo Lopes Da Costa	Cirurgião Dentista	22/07/1976	55	67,25	Aprovado
48	341846	Reginaldo Da Silva	Cirurgião Dentista	23/03/1982	55	67,25	Aprovado
49	331687	Daiana Winter	Cirurgião Dentista	27/10/1982	55	67,25	Aprovado
50	314301	Jakson Carlos Isoton	Cirurgião Dentista	22/07/1986	55	67,25	Aprovado
51	322980	Vivian Sagave	Cirurgião Dentista	26/03/1984	56	67,00	Aprovado
52	345210	Jonatan Hoffmann	Cirurgião Dentista	13/07/1992	49	66,75	Aprovado
53	327610	Pedro Antonio De Araujo Aguiar	Cirurgião Dentista	29/06/1959	53	66,75	Aprovado
54	344120	Sergio Alejandro Da Costa Rodriguez	Cirurgião Dentista	31/03/1976	53	66,75	Aprovado
55	321685	Evandro Furlan	Cirurgião Dentista	05/04/1984	53	66,75	Aprovado
56	332894	Vitoria Monteiro	Cirurgião Dentista	14/01/1993	53	66,75	Aprovado
57	314039	Sonia Franchini	Cirurgião Dentista	23/06/1990	51	66,25	Aprovado
58	335890	Debora Delai Costa	Cirurgião Dentista	11/03/1988	52	66,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

59	332191	Gilberto Teixeira Barbosa	Cirurgião Dentista	15/08/1962	53	65,75	Aprovado
60	347618	Priscila Peroza Piaia	Cirurgião Dentista	23/06/1990	50	65,50	Aprovado
61	336566	Cristiano Cardoso De Carvalho	Cirurgião Dentista	13/02/1973	51	65,25	Aprovado
62	317548	Micheli Scalvi	Cirurgião Dentista	18/10/1985	51	65,25	Aprovado
63	334550	Eduardo Machado	Cirurgião Dentista	11/02/1985	52	65,00	Aprovado
64	338260	Cinthia Souza Lunardi	Cirurgião Dentista	08/11/1990	52	65,00	Aprovado
65	325806	Bianca Carla Bianco	Cirurgião Dentista	31/12/1985	53	64,75	Aprovado
66	348713	Vinicius Spiger	Cirurgião Dentista	02/06/1992	53	64,75	Aprovado
67	341214	Bruno De Carvalho Ramos	Cirurgião Dentista	14/07/1992	54	64,50	Aprovado
68	346255	Joao Humberto De Vasconcellos Cocentino	Cirurgião Dentista	28/09/1980	51	64,25	Aprovado
69	338626	Fernanda Carine Blaffert Schafer	Cirurgião Dentista	09/09/1981	51	64,25	Aprovado
70	321674	Luiz Henrique Rosso	Cirurgião Dentista	05/07/1988	52	64,00	Aprovado
71	316219	Daiane Nogueira	Cirurgião Dentista	06/12/1988	52	64,00	Aprovado
72	333246	Fabiana Coradi	Cirurgião Dentista	27/07/1992	52	64,00	Aprovado
73	330914	Ana Beatriz Sant'ana Moyses Khoury	Cirurgião Dentista	10/08/1993	52	64,00	Aprovado
74	328617	Everton Diego Provensi	Cirurgião Dentista	22/12/1989	56	64,00	Aprovado
75	327548	Afonso Cristiano Fleck Da Silva	Cirurgião Dentista	23/02/1989	50	63,50	Aprovado
76	328924	Daniela Aline Conte	Cirurgião Dentista	25/07/1992	50	63,50	Aprovado
77	339001	Lennon Gollo	Cirurgião Dentista	20/09/1992	47	63,25	Aprovado
78	337921	Maeli Julia Torres De Almeida	Cirurgião Dentista	22/11/1994	51	63,25	Aprovado
79	330816	Maico Dalbosco Pinto	Cirurgião Dentista	17/12/1984	48	63,00	Aprovado
80	347075	Cinthia Scheidt Meinicke	Cirurgião Dentista	26/02/1983	52	63,00	Aprovado
81	327779	Everton Cenci	Cirurgião Dentista	27/04/1987	49	62,75	Aprovado
82	334583	Lais Regina Bee	Cirurgião Dentista	22/03/1989	49	62,75	Aprovado
83	340147	Nicole Tomazoni	Cirurgião Dentista	07/06/1989	49	62,75	Aprovado
84	332938	Marcio Cavalli Lagreca	Cirurgião Dentista	11/05/1987	50	62,50	Aprovado
85	322798	Patricia Carla Breda	Cirurgião Dentista	12/05/1991	47	62,25	Aprovado
86	348193	Karissa Trevisan	Cirurgião Dentista	22/10/1991	51	62,25	Aprovado
87	320238	Marcos Rangel Sbeghen	Cirurgião Dentista	30/07/1978	49	61,75	Aprovado
88	347606	Nander De Moraes Valerio	Cirurgião Dentista	15/07/1983	49	61,75	Aprovado
89	335532	Caroline Pereira Heine	Cirurgião Dentista	26/04/1984	49	61,75	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

90	331657	Ariela Augustin	Cirurgião Dentista	12/01/1987	49	61,75	Aprovado
91	315532	Bruna Ramos Do Canto	Cirurgião Dentista	02/03/1990	49	61,75	Aprovado
92	317896	Raquel Da Rocha	Cirurgião Dentista	21/10/1982	46	61,50	Aprovado
93	321013	Djan Cortes Valente	Cirurgião Dentista	23/07/1979	50	61,50	Aprovado
94	343399	Gustavo Alfonso De Brito	Cirurgião Dentista	26/05/1989	50	61,50	Aprovado
95	316190	Marta Venancio Pereira	Cirurgião Dentista	01/10/1992	50	61,50	Aprovado
96	332556	Bernardo Olsson	Cirurgião Dentista	28/04/1992	51	61,25	Aprovado
97	332713	Fabiane Cargnin Bisognin	Cirurgião Dentista	08/12/1981	49	60,75	Aprovado
98	322850	Natalia Taglian Boniatti	Cirurgião Dentista	10/03/1994	46	60,50	Aprovado
99	339634	Bruno Rivaldo Rybu	Cirurgião Dentista	12/10/1982	47	60,25	Aprovado
100	337812	Gracielle Mattei	Cirurgião Dentista	27/08/1978	48	60,00	Aprovado
101	328039	Lilian Perin Dessete	Cirurgião Dentista	18/07/1981	48	60,00	Aprovado
102	344159	Leticia De Souza Moraes	Cirurgião Dentista	24/06/1995	48	60,00	Aprovado
1	324907	Leia Borges Vieira Da Assumpcao	Enfermeiro	02/11/1985	62	80,50	Aprovado
2	322558	Micheli Bordignon	Enfermeiro	30/01/1990	60	79,00	Aprovado
3	329488	Tatiane Mara Puntel	Enfermeiro	17/12/1987	61	78,75	Aprovado
4	321545	Vanessa Fatima Schons	Enfermeiro	12/04/1992	60	77,00	Aprovado
5	347452	Elizabeth Ribeiro	Enfermeiro	07/10/1975	58	74,50	Aprovado
6	314765	Luiza Garcia	Enfermeiro	23/11/1989	54	73,50	Aprovado
7	342813	Daniela Machado	Enfermeiro	09/08/1986	58	73,50	Aprovado
8	322885	Jaqueline Rossari	Enfermeiro	09/03/1988	58	73,50	Aprovado
9	316006	Mariaine De Oliveira Davide De Oliveira	Enfermeiro	22/11/1984	54	72,50	Aprovado
10	346414	Graciele Betti	Enfermeiro	23/03/1991	55	71,25	Aprovado
11	322973	Maiara Bordignon	Enfermeiro	02/03/1993	56	71,00	Aprovado
12	316205	Bianca De Souza	Enfermeiro	10/02/1994	53	70,75	Aprovado
13	342979	Flavio Henrique Goncalves	Enfermeiro	05/05/1988	54	70,50	Aprovado
14	316737	Patricia Terezinha Savariz	Enfermeiro	27/10/1988	54	70,50	Aprovado
15	330213	Sandi Felicete	Enfermeiro	20/11/1993	52	70,00	Aprovado
16	340419	Josiane Matos Carneiro	Enfermeiro	18/08/1979	56	70,00	Aprovado
17	327119	Sandra Mara Scaranto	Enfermeiro	12/09/1981	54	69,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

18	336678	Ingrid Pujol Hanzen	Enfermeiro	27/10/1983	54	69,50	Aprovado
19	322995	Diego Pozzer	Enfermeiro	10/08/1992	55	69,25	Aprovado
20	313906	Lilian Cristina Galao Da Costa	Enfermeiro	14/02/1989	53	68,75	Aprovado
21	314914	Diane Negri	Enfermeiro	25/08/1989	53	68,75	Aprovado
22	334366	Poliana Weber Fontana	Enfermeiro	31/01/1986	54	68,50	Aprovado
23	326070	Daniel Soares Tavares	Enfermeiro	08/12/1991	54	68,50	Aprovado
24	314937	Debora Rosa Borges	Enfermeiro	18/12/1992	52	68,00	Aprovado
25	316477	Michela Letícia Da Silva Pertile	Enfermeiro	04/03/1976	56	68,00	Aprovado
26	335047	Bruna Vanti Da Rocha	Enfermeiro	02/03/1984	53	67,75	Aprovado
27	348873	Laisa Jantsch Bandeira	Enfermeiro	29/03/1986	50	67,50	Aprovado
28	322293	Reges Antonio Deon	Enfermeiro	04/01/1991	50	67,50	Aprovado
29	348024	Camila Dervanoski	Enfermeiro	30/01/1989	53	66,75	Aprovado
30	343238	Cleiton Da Silva Oliveira	Enfermeiro	09/12/1980	54	66,50	Aprovado
31	315461	Aline Trebien	Enfermeiro	23/04/1986	51	66,25	Aprovado
32	316732	Vanessa Nalin Vanassi	Enfermeiro	25/11/1990	51	66,25	Aprovado
33	347202	Gabriela Schmitz Rebechi	Enfermeiro	19/12/1994	49	65,75	Aprovado
34	331388	Doris Cristina Tesser De Cerqueira	Enfermeiro	07/08/1963	51	65,25	Aprovado
35	335205	Ana Karolliny Testoni	Enfermeiro	22/10/1991	51	65,25	Aprovado
36	334432	Giziane Viana Ds Silva	Enfermeiro	09/09/1993	51	65,25	Aprovado
37	329055	Marisa Gomes Dos Santos	Enfermeiro	26/05/1983	48	65,00	Aprovado
38	330135	Vivian Dos Santos Capelari	Enfermeiro	30/03/1992	48	65,00	Aprovado
39	314121	Maira Scaratti	Enfermeiro	04/11/1992	50	64,50	Aprovado
40	332051	Fabiela Friabani	Enfermeiro	30/06/1982	47	64,25	Aprovado
41	334602	Analise Celso	Enfermeiro	15/01/1982	48	64,00	Aprovado
42	329109	Daniela Aparecida Dos Santos	Enfermeiro	03/11/1996	49	63,75	Aprovado
43	324567	Tatiane De Mattos Drehmer	Enfermeiro	24/01/1980	47	63,25	Aprovado
44	320269	Raquel Mignoni	Enfermeiro	24/04/1989	51	63,25	Aprovado
45	314992	Greici Capellari Fabrizzio	Enfermeiro	14/12/1992	48	63,00	Aprovado
46	314088	Tatiane Hubler Johann	Enfermeiro	23/09/1985	50	62,50	Aprovado
47	331533	Jhonny Cleverson Dos Reis	Enfermeiro	22/10/1979	47	62,25	Aprovado
48	325845	Mariluci Neiss	Enfermeiro	21/01/1988	47	62,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

49	343824	Renata Triana Rodrigues Bianchi	Enfermeiro	07/02/1981	51	62,25	Aprovado
50	333856	Sara Tabea Honke	Enfermeiro	20/01/1983	49	61,75	Aprovado
51	338996	Cristina Milan	Enfermeiro	11/04/1990	46	61,50	Aprovado
52	322546	Adriane Della Betta Fossa	Enfermeiro	10/02/1985	47	61,25	Aprovado
53	315373	Suellen Fincatto	Enfermeiro	02/02/1991	47	61,25	Aprovado
54	335298	Gislaine Alves	Enfermeiro	22/03/1993	47	61,25	Aprovado
55	340882	Nara Lucia Silveira	Enfermeiro	25/09/1970	44	61,00	Aprovado
56	342332	Rosane Schroeder	Enfermeiro	29/03/1982	45	60,75	Aprovado
57	315716	Caroline Camillo Grisa	Enfermeiro	20/12/1990	49	60,75	Aprovado
58	318846	Andre Scremin Quinto	Enfermeiro	09/06/1983	47	60,25	Aprovado
59	323715	Eliete Da Silva Bueno	Enfermeiro	30/04/1988	44	60,00	Aprovado
60	341032	Tamara Kops Machado	Enfermeiro	31/08/1989	48	60,00	Aprovado
1	316451	Juliane Stiehl Lins	Farmacêutico	07/05/1991	49	62,75	Aprovado
2	347919	Rafael Dall Ostro	Farmacêutico	18/04/1982	49	61,75	Aprovado
3	330939	Ana Maria Della Rocca	Farmacêutico	10/10/1991	49	61,75	Aprovado
4	336311	Jakeline Thatiane Coqueiro Barros	Farmacêutico	17/07/1990	50	61,50	Aprovado
1	321143	Laura Provesan Pizani	Farmacêutico Bioquímico/Analista Clínico	10/11/1989	60	72,00	Aprovado
2	328291	Carla Elise Heinz Rieg	Farmacêutico Bioquímico/Analista Clínico	21/05/1990	57	70,75	Aprovado
3	323369	Louise Colling Rauber	Farmacêutico Bioquímico/Analista Clínico	23/10/1988	56	69,00	Aprovado
4	330432	Ana Caroline Hillesheim Da Cruz	Farmacêutico Bioquímico/Analista Clínico	27/07/1990	55	63,25	Aprovado
5	332099	Debora Mocellin	Farmacêutico Bioquímico/Analista Clínico	14/03/1989	51	62,25	Aprovado
1	338021	Bibiana Reis Cavalheiro	Fisioterapeuta	25/06/1988	58	76,50	Aprovado
2	326910	Ezequiel Vitorio Lini	Fisioterapeuta	27/07/1984	55	73,25	Aprovado
3	340473	Ronieri Aristeu Dos Reis Scardoelli	Fisioterapeuta	29/07/1985	55	73,25	Aprovado
4	317043	Luciana Tavares Ferreira	Fisioterapeuta	17/02/1982	54	72,50	Aprovado
5	323650	Daiane Manoela Rosina	Fisioterapeuta	23/03/1984	52	71,00	Aprovado
6	333401	Debora Elis Schneider	Fisioterapeuta	16/11/1990	53	70,75	Aprovado
7	318949	Tuanna Agne	Fisioterapeuta	03/04/1990	53	67,75	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

8	346544	Andre Jagusewski Dos Santos	Fisioterapeuta	24/12/1992	45	66,75	Aprovado
9	342389	Ana Paula Simm Gobo	Fisioterapeuta	15/01/1992	52	66,00	Aprovado
10	322379	Eunice Raquel Danieli	Fisioterapeuta	05/05/1987	51	65,25	Aprovado
11	331767	Vanessa Stefani Winck De Souza	Fisioterapeuta	17/08/1989	49	64,75	Aprovado
12	332569	Mayara Anchieta Spanholi	Fisioterapeuta	15/03/1985	48	64,00	Aprovado
13	347656	Luana Prado	Fisioterapeuta	11/07/1994	47	63,25	Aprovado
14	316495	Cristiane Marcia Siepko	Fisioterapeuta	26/01/1987	46	62,50	Aprovado
15	322173	Janaina Molozzi Rossi	Fisioterapeuta	10/02/1979	47	62,25	Aprovado
16	340896	Christiany Tamira Ribeiro	Fisioterapeuta	30/05/1988	45	61,75	Aprovado
17	322217	Carmem Katsue Kohatsu	Fisioterapeuta	08/09/1982	49	61,75	Aprovado
18	336745	Marina Dalla Costa	Fisioterapeuta	25/05/1990	46	61,50	Aprovado
19	341812	Daniela Siviero	Fisioterapeuta	05/06/1990	47	61,25	Aprovado
20	332854	Eliane Schwantz	Fisioterapeuta	03/04/1985	44	60,00	Aprovado
21	337459	Marina Cauz	Fisioterapeuta	16/07/1990	44	60,00	Aprovado
1	322966	Carine Kolling	Médico Infectologista	11/10/1988	51	65,25	Aprovado
2	334690	Jessica D'Agostini Tebaldi	Médico Infectologista	26/11/1988	48	62,00	Aprovado
1	338637	Maridiane Tormem	Médico Clínico Geral	05/05/1991	63	80,25	Aprovado
2	347440	Alexsandro Marcos Rosa	Médico Clínico Geral	19/05/1974	58	75,50	Aprovado
3	322600	Francine Cella Dacroce	Médico Clínico Geral	30/07/1985	57	74,75	Aprovado
4	330936	Nelso Gasparin Junior	Médico Clínico Geral	19/07/1984	54	69,50	Aprovado
5	322403	George Allan Marrocos Aristides	Médico Clínico Geral	27/06/1971	55	68,25	Aprovado
6	320812	Joao Lenz Neto	Médico Clínico Geral	28/07/1978	49	64,75	Aprovado
7	315982	Luan Ricardo Carlesso	Médico Clínico Geral	10/03/1988	53	64,75	Aprovado
8	348006	Anna Claudia Baptista	Médico Clínico Geral	31/01/1989	50	64,50	Aprovado
9	338847	Milena Ferron	Médico Clínico Geral	31/07/1978	51	64,25	Aprovado
10	337425	Vivian Tatiany Spedo Fanti	Médico Clínico Geral	22/06/1987	48	61,00	Aprovado
11	321156	Rafael Antonio Marostica De Amorim	Médico Clínico Geral	21/02/1985	49	60,75	Aprovado
Médico do Trabalho – Nenhum candidato aprovado para o cargo							



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

1	336042	Larissa Souza Da Cruz Costa	Médico ESF		09/01/1991	61	79,75	Aprovado
2	346613	Aner Deanderson Xavier Rocha	Médico ESF		11/03/1986	60	75,00	Aprovado
3	342066	Felipe De Oliveira Korndoerfer Monteiro	Médico ESF		07/03/1987	52	69,00	Aprovado
4	328503	Kalinka Sana Dolcan	Médico ESF		28/05/1992	51	66,25	Aprovado
5	339084	Natacha Luana Pezzuol Frank	Médico ESF		03/01/1991	52	66,00	Aprovado
6	345125	Kazue Kondo Otak	Médico ESF		04/02/1991	52	66,00	Aprovado
7	334331	Barbara Palma Saccon	Médico ESF		19/08/1992	49	64,75	Aprovado
8	322661	Lauren Tana Comin	Médico ESF		04/11/1991	50	64,50	Aprovado
9	325538	Francinne Vitoria Silva	Médico ESF		07/12/1987	51	64,25	Aprovado
10	341760	Bruna Conte	Médico ESF		02/10/1988	51	64,25	Aprovado
11	318148	Luciane Ulir	Médico ESF		21/01/1989	49	63,75	Aprovado
12	339959	Nadhine Somacal Remonti	Médico ESF		09/07/1991	49	63,75	Aprovado
13	325868	Lucas Cambui Santos	Médico ESF		04/12/1983	51	63,25	Aprovado
14	314998	Michel Dos Santos Kuskoski	Médico ESF		01/08/1980	48	63,00	Aprovado
15	347779	Jalini Pavao	Médico ESF		12/09/1988	50	62,50	Aprovado
16	316981	Tarcisio Borgmann	Médico ESF		28/07/1973	46	61,50	Aprovado
17	342896	Cleomar Pavao Wagner	Médico ESF		13/12/1985	45	60,75	Aprovado
18	339674	Thales Luiz Brust Buzetto	Médico ESF		04/09/1987	47	60,25	Aprovado
19	346580	Lilia Rosa Leyva Urquiza	Médico ESF		28/10/1963	44	60,00	Aprovado
1	340794	Samantha Manuela Cardoso Rodrigues	Médico Hematologista		16/03/1982	53	65,75	Aprovado
Médico Neuropediatra – Nenhum candidato aprovado para o cargo								
1	328577	Andre Cezar De Andrade De Mello E Souza	Médico Ortopedista		08/11/1981	62	77,50	Aprovado
2	331422	Luciano Falcade Dos Santos	Médico Ortopedista		15/05/1983	47	61,25	Aprovado
1	345378	Luana Silva Bessa Guimaraes	Médico Pediatra		13/11/1989	52	71,00	Aprovado
2	337908	Freddy Fuerte Gutierrez	Médico Pediatra		21/05/1979	50	65,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

Médico Proctologista – Nenhum candidato aprovado para o cargo									
1	315398	Paula Fabricia Froes Souza	Médico Psiquiatra	04/03/1981	63	82,25			Aprovado
2	345283	Lucas Medeiros De Mesquita	Médico Psiquiatra	13/04/1988	57	74,75			Aprovado
3	316304	Amon Parnaiba Cavalcante	Médico Psiquiatra	16/05/1985	57	70,75			Aprovado
4	348081	Davi Queiroz De Carvalho Rocha	Médico Psiquiatra	15/03/1984	53	67,75			Aprovado
5	328251	Maria Tereza De Souza Simoes	Médico Psiquiatra	17/07/1980	50	66,50			Aprovado
6	340313	Aline Cantoni	Médico Psiquiatra	07/05/1981	50	63,50			Aprovado
1	346357	Glenio Marchezan Gutjahr	Médico Reumatologista	14/04/1985	46	61,50			Aprovado
1	317636	Mateus Doacir Girardello	Médico Veterinário	19/09/1985	64	80,00			Aprovado
2	332775	Henrique Vieira Gartz De Vasconcellos	Médico Veterinário	18/05/1986	64	79,00			Aprovado
3	327849	Fabricao Bernardi	Médico Veterinário	29/12/1991	56	75,00			Aprovado
4	327542	Sara Helen Zarth	Médico Veterinário	15/02/1991	56	74,00			Aprovado
5	332299	Mayckon Antonio Cardoso Padilha	Médico Veterinário	09/10/1988	55	73,25			Aprovado
6	347414	Robson Antonio De Souza	Médico Veterinário	23/05/1993	55	73,25			Aprovado
7	341547	Iolanda Maria Sartori Offenbock Nascimento	Médico Veterinário	11/02/1980	54	72,50			Aprovado
8	343135	Antonise Mariely Jaguizeski	Médico Veterinário	02/09/1993	56	72,00			Aprovado
9	335438	Daniella Ivone Schneider	Médico Veterinário	01/03/1981	52	71,00			Aprovado
10	331497	Ana Paula Jorge Klainpaul	Médico Veterinário	31/12/1988	55	70,25			Aprovado
11	348403	Renan Camillo De Bortoli	Médico Veterinário	04/02/1993	52	70,00			Aprovado
12	339581	Priscila Andriely Bosak	Médico Veterinário	09/02/1989	53	69,75			Aprovado
13	324183	Daniel Somensi	Médico Veterinário	08/01/1988	50	69,50			Aprovado
14	318718	Claudia Schmidt Dias	Médico Veterinário	05/02/1992	55	69,25			Aprovado
15	343476	Isis Burtet Jankus	Médico Veterinário	24/12/1988	52	69,00			Aprovado
16	345590	Jonas Bettanin	Médico Veterinário	19/07/1992	50	68,50			Aprovado
17	339860	Alessandro Gritti	Médico Veterinário	28/07/1992	50	68,50			Aprovado
18	325372	Isabella Pamplona Ziebarth	Médico Veterinário	15/11/1985	54	68,50			Aprovado
19	348643	Luis Henrique De Aguiar	Médico Veterinário	24/11/1988	51	68,25			Aprovado
20	348147	Hilton Luiz Ouriques	Médico Veterinário	23/11/1980	54	67,50			Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

21	342906	Daivan Luiz Trentin	Médico Veterinário	01/06/1993	48	67,00	Aprovado
22	337277	Bruno Pedon Nunes	Médico Veterinário	04/12/1993	48	67,00	Aprovado
23	340528	Liandra Dall Orsoletta	Médico Veterinário	07/06/1984	49	66,75	Aprovado
24	339116	Antonio Roman Vanz	Médico Veterinário	03/10/1991	49	65,75	Aprovado
25	348747	Veronica Metz Weber	Médico Veterinário	15/12/1988	50	65,50	Aprovado
26	314020	Joao Luis Dos Santos	Médico Veterinário	17/05/1995	47	65,25	Aprovado
27	331694	Priscila Tanamati	Médico Veterinário	19/09/1984	51	65,25	Aprovado
28	347394	Marieli Noskowski	Médico Veterinário	29/08/1985	49	64,75	Aprovado
29	330149	Marina Gabriela Possa	Médico Veterinário	06/11/1992	49	64,75	Aprovado
30	319864	Gilneia Da Rosa	Médico Veterinário	13/12/1992	48	64,00	Aprovado
31	317417	Luciana Corassa	Médico Veterinário	06/01/1994	48	64,00	Aprovado
32	341459	Lariane Strack	Médico Veterinário	14/02/1990	49	63,75	Aprovado
33	328361	Felipe Rogério Nedilha	Médico Veterinário	05/10/1993	49	63,75	Aprovado
34	348655	Marcos Vinícios Amaral Leme	Médico Veterinário	14/04/1988	51	63,25	Aprovado
35	339225	Jamili Cristina Velho	Médico Veterinário	03/07/1989	48	63,00	Aprovado
36	323639	Adriana Simoes Bravos	Médico Veterinário	17/11/1986	46	62,50	Aprovado
37	317076	Ariane Fortes Alfredo	Médico Veterinário	11/09/1992	44	61,00	Aprovado
38	326027	Jessie Parizzi	Médico Veterinário	09/02/1994	45	60,75	Aprovado
39	334861	Katia Lucena Alves De Oliveira	Médico Veterinário	13/11/1976	46	60,50	Aprovado
40	336519	Margane Mascarello Euzebio	Médico Veterinário	24/07/1985	46	60,50	Aprovado
41	324751	Samir Machado Da Silva	Médico Veterinário	02/07/1988	46	60,50	Aprovado
42	342108	Douglas Pacheco Oliveira	Médico Veterinário	23/01/1987	44	60,00	Aprovado
43	340135	Eduardo Giunta	Médico Veterinário	11/02/1988	44	60,00	Aprovado
1	341359	Jefferson Rodrigues De Oliveira	Monitor Social Desportivo	18/05/1993	60	82,00	Aprovado
2	342858	Vinicius Da Silva Pugliero	Monitor Social Desportivo	09/07/1983	60	79,00	Aprovado
3	342356	Francis Leonardo De Paula Oliveira	Monitor Social Desportivo	05/05/1984	57	78,75	Aprovado
4	325395	Sabrina Cara	Monitor Social Desportivo	14/04/1989	58	78,50	Aprovado
5	337797	Lewis Mate Weschelfelder Heineck	Monitor Social Desportivo	26/11/1984	60	78,00	Aprovado
6	323712	Erick Albertani Pampuch	Monitor Social Desportivo	23/09/1986	57	77,75	Aprovado
7	340260	Camila De Moura	Monitor Social Desportivo	12/06/1989	57	77,75	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

8	334260	Mauro Luiz Johann	Monitor Social Desportivo	27/08/1976	59	76,25	Aprovado
9	322524	Marcio Yasuhiko Da Costa Adamiya	Monitor Social Desportivo	20/11/1988	56	76,00	Aprovado
10	328076	Jefferson Garcia Aromi	Monitor Social Desportivo	05/09/1992	56	74,00	Aprovado
11	328512	Rafael Ranzan	Monitor Social Desportivo	19/03/1992	53	73,75	Aprovado
12	318498	Thales Samir Pittol Martini	Monitor Social Desportivo	16/07/1988	55	73,25	Aprovado
13	335173	Adilson Luis Spagnol	Monitor Social Desportivo	26/03/1990	52	73,00	Aprovado
14	336630	Adao Cezar De Oliveira	Monitor Social Desportivo	19/10/1974	52	72,00	Aprovado
15	316344	Luiz Carlos Tusset	Monitor Social Desportivo	26/05/1992	52	72,00	Aprovado
16	339291	Debora Camila Radaelli	Monitor Social Desportivo	11/04/1991	50	71,50	Aprovado
17	315791	Michel Guimaraes	Monitor Social Desportivo	29/11/1978	55	71,25	Aprovado
18	334066	Clevert Martingue	Monitor Social Desportivo	14/01/1994	55	71,25	Aprovado
19	315821	Suleima Lenice Renner Matthes	Monitor Social Desportivo	15/06/1983	52	71,00	Aprovado
20	335283	Elizeu Crispim De Mello	Monitor Social Desportivo	16/08/1973	53	70,75	Aprovado
21	345264	Viviane Thiel Cardoso	Monitor Social Desportivo	03/09/1985	50	70,50	Aprovado
22	347576	Jonatas Amaral De Oliveira	Monitor Social Desportivo	02/11/1993	50	70,50	Aprovado
23	322142	Adriane Debiasi	Monitor Social Desportivo	11/03/1980	51	70,25	Aprovado
24	342933	Maristela Putzel Figueiro	Monitor Social Desportivo	02/06/1985	53	69,75	Aprovado
25	322068	Daciane Capelezzo	Monitor Social Desportivo	23/05/1984	51	69,25	Aprovado
26	345566	Sedinei Lopes Copatti	Monitor Social Desportivo	19/11/1986	51	69,25	Aprovado
27	345797	Oscar Daniel Bertolini Pereira	Monitor Social Desportivo	13/08/1961	49	68,75	Aprovado
28	332547	Lindomar Mineiro	Monitor Social Desportivo	15/05/1979	50	68,50	Aprovado
29	318266	Angelica Barili	Monitor Social Desportivo	05/01/1990	50	68,50	Aprovado
30	327823	Rosangela Rampanelli	Monitor Social Desportivo	12/04/1986	51	68,25	Aprovado
31	341264	Sanderson Marques Fortes	Monitor Social Desportivo	21/06/1985	48	68,00	Aprovado
32	338595	Andre Reinhardt Schäfer	Monitor Social Desportivo	29/10/1983	49	67,75	Aprovado
33	348451	Thiago Francisco Dal - Cim	Monitor Social Desportivo	11/12/1989	49	67,75	Aprovado
34	334558	Angelica Cristina Da Silveira	Monitor Social Desportivo	30/05/1991	46	67,50	Aprovado
35	319293	Alvaro Cezar	Monitor Social Desportivo	08/05/1993	46	67,50	Aprovado
36	322242	Juliana De Oliveira	Monitor Social Desportivo	21/09/1985	50	67,50	Aprovado
37	342803	Fabio Augusto Hackenhaar	Monitor Social Desportivo	07/06/1990	47	67,25	Aprovado
38	347667	Milene Da Silva Oliveira	Monitor Social Desportivo	12/07/1990	47	67,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

39	314855	Gabrielle Rodrigues Coito	Monitor Social Desportivo	08/11/1994	47	67,25	Aprovado
40	340344	Liamara Oglari	Monitor Social Desportivo	26/05/1992	48	67,00	Aprovado
41	347988	Vanderleia Carlotto .-.	Monitor Social Desportivo	27/10/1994	49	66,75	Aprovado
42	319087	Juliane Flores De Toledo	Monitor Social Desportivo	06/03/1992	46	66,50	Aprovado
43	348126	Jhonatan Comin	Monitor Social Desportivo	19/08/1992	46	66,50	Aprovado
44	347030	Liziane Aparecida Prestes	Monitor Social Desportivo	12/08/1990	47	66,25	Aprovado
45	317377	Karla Carolina Benedet	Monitor Social Desportivo	20/07/1993	47	66,25	Aprovado
46	331177	Bruna Dos Santos Becker	Monitor Social Desportivo	01/07/1990	51	66,25	Aprovado
47	318844	Lucia Terezinha De Souza Missel	Monitor Social Desportivo	17/02/1969	48	66,00	Aprovado
48	318389	Roni Evandro Figueiro	Monitor Social Desportivo	22/05/1975	46	65,50	Aprovado
49	319822	Rai Henrique De Jesus Ferreira	Monitor Social Desportivo	29/01/1993	46	65,50	Aprovado
50	344123	Clovis Luiz Colla Junior	Monitor Social Desportivo	12/04/1993	47	65,25	Aprovado
51	340675	Manueli Fabiola Scussel	Monitor Social Desportivo	01/02/1994	47	65,25	Aprovado
52	325604	Naissa Carmine Schaurich	Monitor Social Desportivo	28/11/1991	48	65,00	Aprovado
53	340011	Andre Cesar Vial	Monitor Social Desportivo	04/07/1993	45	64,75	Aprovado
54	341491	Roger Patryck Leal Nunes	Monitor Social Desportivo	07/02/1995	45	64,75	Aprovado
55	341117	Jakson Cibulski	Monitor Social Desportivo	09/11/1988	47	64,25	Aprovado
56	348707	Stephan De Paula Rosa	Monitor Social Desportivo	25/02/1992	44	64,00	Aprovado
57	342509	Fabio Mateus Massoni	Monitor Social Desportivo	19/02/1994	44	64,00	Aprovado
58	339451	Simone Batista	Monitor Social Desportivo	21/04/1984	48	64,00	Aprovado
59	339455	Eleonora Peralta Lemes	Monitor Social Desportivo	19/07/1980	45	63,75	Aprovado
60	348730	Diego Felipe Secco	Monitor Social Desportivo	20/02/1991	46	63,50	Aprovado
61	328006	Tania Canci	Monitor Social Desportivo	09/10/1992	48	63,00	Aprovado
62	342639	Marcio Bica Coelho	Monitor Social Desportivo	14/03/1976	45	62,75	Aprovado
63	320255	Clediane Bitello	Monitor Social Desportivo	28/12/1986	45	62,75	Aprovado
64	347388	Carlos Eduardo Olegini	Monitor Social Desportivo	29/07/1992	46	62,50	Aprovado
65	338668	Marcos Daniel Piccini	Monitor Social Desportivo	16/09/1994	43	62,25	Aprovado
66	345700	Crauler Franco Loureiro Barra	Monitor Social Desportivo	15/04/1988	44	62,00	Aprovado
67	330153	Marcos Andrei Machado	Monitor Social Desportivo	18/09/1991	45	61,75	Aprovado
68	315106	Aline Fagundes Wonsick	Monitor Social Desportivo	24/11/1979	46	61,50	Aprovado
69	341164	Dirlene Beltrame	Monitor Social Desportivo	01/08/1986	46	61,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

70	343770	Silvio Junior Folle	Monitor Social Desportivo	25/11/1987	41	60,75	Aprovado
71	316970	Kerli Braun	Monitor Social Desportivo	13/11/1986	45	60,75	Aprovado
72	325753	Jonas Fernando Barichello Gubiani	Monitor Social Desportivo	14/04/1988	45	60,75	Aprovado
73	347506	Marcia Wiest Dreher	Monitor Social Desportivo	28/01/1993	45	60,75	Aprovado
74	321470	Fernanda Pit	Monitor Social Desportivo	02/07/1984	42	60,50	Aprovado
75	340900	Mariana Elena Schaidt	Monitor Social Desportivo	26/12/1988	43	60,25	Aprovado
76	339274	Camila Romanzini Skonetzky	Monitor Social Desportivo	18/06/1992	43	60,25	Aprovado
77	342115	Silvana Monica Barp Da Luz	Monitor Social Desportivo	11/09/1987	44	60,00	Aprovado
1	314560	Suzane Evelin Provensi	Nutricionista	26/09/1987	67	89,25	Aprovado
2	346326	Patricia Yumiko Murakami	Nutricionista	02/03/1989	62	81,50	Aprovado
3	323315	Angelica Werlang Da Cruz	Nutricionista	07/02/1993	61	78,75	Aprovado
4	348165	Suziane Capezzo	Nutricionista	02/01/1989	55	76,25	Aprovado
5	319639	Gabriela Cella Stoffel	Nutricionista	07/04/1983	59	76,25	Aprovado
6	340327	Thaise Duda De Azevedo	Nutricionista	01/03/1991	60	75,00	Aprovado
7	347817	Cintia Dos Santos Moser	Nutricionista	14/09/1986	55	74,25	Aprovado
8	345791	Marina Tissot De Oliveira	Nutricionista	04/07/1989	55	73,25	Aprovado
9	329837	Luciana Pozzebon	Nutricionista	11/07/1990	56	73,00	Aprovado
10	336679	Gabriela Bagio Luz	Nutricionista	25/11/1989	54	72,50	Aprovado
11	320244	Greice Fracari Bosi	Nutricionista	14/04/1992	57	71,75	Aprovado
12	341546	Aline Vargas	Nutricionista	01/02/1987	50	70,50	Aprovado
13	348168	Ivete Carneiro	Nutricionista	15/12/1977	54	70,50	Aprovado
14	314043	Gisele Assumpcao Vieira	Nutricionista	25/01/1979	54	70,50	Aprovado
15	342983	Carla Vanessa Baierle	Nutricionista	22/10/1986	54	70,50	Aprovado
16	317803	Priscila Cararo	Nutricionista	21/05/1989	52	70,00	Aprovado
17	314893	Janice Maria Danielli	Nutricionista	09/01/1988	50	69,50	Aprovado
18	331829	Natalha Maria Cheffer	Nutricionista	26/12/1993	53	68,75	Aprovado
19	314570	Heloisa Moratelli Sandrini	Nutricionista	13/02/1991	50	68,50	Aprovado
20	342702	Angelica Bedin	Nutricionista	18/04/1989	51	68,25	Aprovado
21	331469	Michelli Distler Mueller	Nutricionista	27/09/1995	49	66,75	Aprovado
22	347216	Deisi Tonel	Nutricionista	05/04/1993	47	66,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

23	331022	Fabiana Debiassi Da Costa	Nutricionista	04/09/1976	51	66,25	Aprovado
24	336521	Patricia Pertschy	Nutricionista	05/06/1985	48	66,00	Aprovado
25	321086	Marina Werner	Nutricionista	22/04/1994	48	66,00	Aprovado
26	343079	Claudia Schena	Nutricionista	18/06/1991	49	65,75	Aprovado
27	323354	Jessica Caratti Soares	Nutricionista	05/01/1993	49	65,75	Aprovado
28	328195	Deborá Hitz	Nutricionista	19/04/1993	47	65,25	Aprovado
29	321886	Fabiano Patric De Amorim	Nutricionista	19/12/1988	50	64,50	Aprovado
30	348298	Ederson Veiga Vargas	Nutricionista	06/03/1989	48	64,00	Aprovado
31	335234	Deborá Dalazzen	Nutricionista	12/04/1994	47	63,25	Aprovado
32	323821	Vanessa Caroline Ecker Panassolo	Nutricionista	02/07/1987	46	62,50	Aprovado
33	323532	Vanessa Piazza	Nutricionista	11/01/1986	47	62,25	Aprovado
34	348801	Jorye Lurdes Mendes De Medeiros	Nutricionista	15/10/1988	48	62,00	Aprovado
35	321677	Monike Angelica Carrere Da Silveira De Menezes	Nutricionista	04/09/1991	45	61,75	Aprovado
36	322876	Suzana Pinto Cardozo	Nutricionista	25/01/1984	49	61,75	Aprovado
37	323308	Michely Mandelli Micheletto	Nutricionista	08/02/1993	47	61,25	Aprovado
38	347998	Vanessa Maria Meneghini	Nutricionista	24/01/1987	44	61,00	Aprovado
39	323138	Camila Kunzler	Nutricionista	01/02/1994	44	61,00	Aprovado
40	325230	Marina Pizzi	Nutricionista	09/01/1987	45	60,75	Aprovado
41	328509	Simone Fachin	Nutricionista	06/10/1987	45	60,75	Aprovado
42	332961	Sabrine Dorneles Zulian	Nutricionista	09/01/1994	45	60,75	Aprovado
43	335777	Siliane Aparecida Stankievicz	Nutricionista	11/01/1993	46	60,50	Aprovado
1	326261	Maysa Rocco Stainsack	Procurador Municipal	25/03/1980	67	86,25	Aprovado
2	325119	Alberto Frederico Granzotto	Procurador Municipal	22/04/1989	65	83,75	Aprovado
3	345686	Bernardo Duarte	Procurador Municipal	28/12/1987	64	82,00	Aprovado
4	318516	Luan Brancher Gusso Machado	Procurador Municipal	20/09/1990	64	82,00	Aprovado
5	339585	Janaina Martins Pontes	Procurador Municipal	05/05/1983	65	80,75	Aprovado
6	321496	Hanna Silveira Burigo	Procurador Municipal	15/03/1992	63	80,25	Aprovado
7	323912	Deonir Moreira Trindade	Procurador Municipal	30/08/1982	64	80,00	Aprovado
8	339857	Lucas Ricardo Dal Bosco	Procurador Municipal	28/04/1988	62	79,50	Aprovado
9	324246	Marcus Vinicius De Almeida Anzolin	Procurador Municipal	02/08/1989	62	79,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Editais n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

10	343716	Felipe Rizzoto	Procurador Municipal	03/01/1990	62	79,50	Aprovado
11	317813	Cristyan Eduardo Arruda Loregian	Procurador Municipal	08/08/1992	63	79,25	Aprovado
12	315039	Izaías Martins Da Silva	Procurador Municipal	16/03/1982	64	79,00	Aprovado
13	319417	Suzana Lamperti	Procurador Municipal	29/01/1991	65	78,75	Aprovado
14	325199	Leonardo Alexandre Baggio	Procurador Municipal	06/07/1992	62	78,50	Aprovado
15	325468	Felipe Müller Nunes	Procurador Municipal	04/05/1990	62	77,50	Aprovado
16	346781	Idelson Mendes Botelho	Procurador Municipal	03/07/1973	63	77,25	Aprovado
17	331320	Leila Santiago Custodio Da Silva	Procurador Municipal	09/08/1984	63	77,25	Aprovado
18	324305	Daniel Viccari	Procurador Municipal	27/06/1986	63	77,25	Aprovado
19	317093	Igor Venega Dos Santos	Procurador Municipal	08/02/1990	60	77,00	Aprovado
20	321052	Scheila Gross	Procurador Municipal	20/01/1990	61	76,75	Aprovado
21	331738	Ernani Fernandes Zaoni	Procurador Municipal	18/08/1987	62	76,50	Aprovado
22	331380	Athos Renan Martins Fernandes	Procurador Municipal	27/09/1978	63	76,25	Aprovado
23	324000	Octavio Dutra Uliana	Procurador Municipal	15/06/1988	62	75,50	Aprovado
24	334656	Elisa Araujo Antunes	Procurador Municipal	11/01/1989	62	75,50	Aprovado
25	329776	Fabiana Besen	Procurador Municipal	02/12/1992	62	75,50	Aprovado
26	315324	Leticia Bodanese Rodegheri	Procurador Municipal	04/04/1990	60	75,00	Aprovado
27	335453	Adriano Penha De Almeida	Procurador Municipal	10/03/1986	61	74,75	Aprovado
28	316009	Wedner De Aquino Lacerda	Procurador Municipal	23/09/1988	61	74,75	Aprovado
29	332669	Milton Braz Rubim Neto	Procurador Municipal	06/05/1991	61	74,75	Aprovado
30	314449	Cheila Mara Vastres	Procurador Municipal	10/10/1980	58	74,50	Aprovado
31	324761	Vilmar Frarao Junior	Procurador Municipal	21/06/1989	59	74,25	Aprovado
32	322567	Daniela Fernanda Da Silva	Procurador Municipal	17/11/1982	60	74,00	Aprovado
33	315245	Jader De Azevedo Lima Filho	Procurador Municipal	16/10/1985	60	74,00	Aprovado
34	327405	Tatiana Noronha Ribeiro Siscar	Procurador Municipal	07/06/1987	60	74,00	Aprovado
35	338615	Marcus Vinicius Miranda Gomes	Procurador Municipal	19/03/1990	60	74,00	Aprovado
36	329756	Carla Graciolli Ribeiro	Procurador Municipal	20/12/1985	61	73,75	Aprovado
37	344002	Vinicius Barbieri Santin	Procurador Municipal	22/03/1988	61	73,75	Aprovado
38	329300	Fernanda De Barros Krauser	Procurador Municipal	25/04/1991	61	73,75	Aprovado
39	338207	Dennis Gabriel Stadthlober	Procurador Municipal	19/04/1985	58	73,50	Aprovado
40	328024	Fausto Kayser Almeida	Procurador Municipal	17/04/1989	58	73,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

41	319251	Michel Sander Da Silva Pinto	Procurador Municipal	23/03/1990	58	73,50	Aprovado
42	335105	Daniel Dal Pont Adriano	Procurador Municipal	17/09/1988	59	73,25	Aprovado
43	344124	Ederjan Cassaro	Procurador Municipal	12/10/1989	59	73,25	Aprovado
44	339453	Lucas Dias Machado	Procurador Municipal	07/01/1987	57	72,75	Aprovado
45	334922	Adriana Vasconcelos De Paula E Silva	Procurador Municipal	04/01/1989	61	72,75	Aprovado
46	321386	Rodrigo Weiss	Procurador Municipal	06/07/1981	58	72,50	Aprovado
47	345736	Andrea Correa De Paula	Procurador Municipal	09/05/1992	58	72,50	Aprovado
48	332393	Rubens Beal	Procurador Municipal	07/07/1992	58	72,50	Aprovado
49	319916	Giana Culau	Procurador Municipal	22/05/1987	55	72,25	Aprovado
50	340479	Lucas Ronaldo Dos Santos	Procurador Municipal	18/10/1981	59	72,25	Aprovado
51	343540	Alan Gregory Retkva	Procurador Municipal	31/08/1988	59	72,25	Aprovado
52	325660	Aline Adam Barth	Procurador Municipal	15/10/1989	59	72,25	Aprovado
53	333102	Aimee Mastella Sampaio Da Silva	Procurador Municipal	18/08/1990	59	72,25	Aprovado
54	316804	Vinicius Bernardon	Procurador Municipal	24/07/1987	56	72,00	Aprovado
55	325161	Alexsandro Santin Martins	Procurador Municipal	24/11/1981	60	72,00	Aprovado
56	340564	Juarez Olegario Junior	Procurador Municipal	10/04/1984	60	72,00	Aprovado
57	331925	Frederico Joao Massignan Filho	Procurador Municipal	09/08/1971	58	71,50	Aprovado
58	341517	Marcel Zielke Rebellato	Procurador Municipal	24/10/1988	58	71,50	Aprovado
59	345167	Marcos Favaretto Ribeiro	Procurador Municipal	21/02/1989	58	71,50	Aprovado
60	317639	Luan Vanzetto	Procurador Municipal	09/07/1990	58	71,50	Aprovado
61	339387	Katia Zambon (juri)	Procurador Municipal	24/10/1990	59	71,25	Aprovado
62	344269	Diego Felipe Wastowski	Procurador Municipal	18/07/1988	59	71,25	Aprovado
63	326555	Priscila De Mattos	Procurador Municipal	28/06/1991	59	71,25	Aprovado
64	344744	Melchiones Aparecida Berte Abido	Procurador Municipal	02/05/1980	57	70,75	Aprovado
65	328746	Thiago Biesus Borsatti	Procurador Municipal	03/10/1980	57	70,75	Aprovado
66	322235	Simone Tatiana Hütther	Procurador Municipal	13/11/1990	57	70,75	Aprovado
67	321382	William Barrichelo Werminghoff	Procurador Municipal	05/06/1991	57	70,75	Aprovado
68	333880	Catia Regina De Castro	Procurador Municipal	12/11/1973	58	70,50	Aprovado
69	329482	Leandro De Souza Almeida	Procurador Municipal	07/01/1974	58	70,50	Aprovado
70	346861	Toni Maiquel De Souza	Procurador Municipal	23/06/1982	58	70,50	Aprovado
71	347897	Gustavo Mattos Da Silva	Procurador Municipal	27/06/1984	58	70,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

72	328176	Adelvido Junior Barimacker	Procurador Municipal	29/09/1987	58	70,50	Aprovado
73	343683	Teo Santos Bonilha	Procurador Municipal	29/01/1989	58	70,50	Aprovado
74	336309	Marcelo Saldanha Machado	Procurador Municipal	25/07/1989	58	70,50	Aprovado
75	314915	Mariana Hess Coracini	Procurador Municipal	15/05/1990	58	70,50	Aprovado
76	316586	Carlos Frederico Loureiro Bracarense Costa	Procurador Municipal	30/04/1992	58	70,50	Aprovado
77	329575	Pablo Ezequiel Moreira	Procurador Municipal	22/10/1992	58	70,50	Aprovado
78	326812	Carolina Cavalheiro Scheidt (juri)	Procurador Municipal	27/10/1983	60	70,00	Aprovado
79	326060	Rafael Chiodelli Scopel	Procurador Municipal	29/09/1982	56	70,00	Aprovado
80	336333	Gabriel Ortiz Hubner	Procurador Municipal	31/08/1989	56	70,00	Aprovado
81	339549	Emelli Tiepo	Procurador Municipal	26/12/1990	56	70,00	Aprovado
82	332232	Francisco Schuh Beck	Procurador Municipal	09/11/1989	60	70,00	Aprovado
83	318776	Cintia Cordazzo Brunelli	Procurador Municipal	06/06/1984	57	69,75	Aprovado
84	324668	Giankri Atila Kristoschek	Procurador Municipal	01/09/1986	57	69,75	Aprovado
85	321614	Daiane Menezes Balen	Procurador Municipal	11/10/1986	57	69,75	Aprovado
86	325136	Jose Sermini De Paz	Procurador Municipal	11/11/1984	54	69,50	Aprovado
87	315511	André Ricardo Antunes Da Silva	Procurador Municipal	06/05/1986	58	69,50	Aprovado
88	325172	Katia Cristina Szydoski	Procurador Municipal	19/12/1988	55	69,25	Aprovado
89	335496	Juliana De Oliveira	Procurador Municipal	18/10/1989	55	69,25	Aprovado
90	324382	Thalian Liegel Tosetto	Procurador Municipal	10/09/1993	59	69,25	Aprovado
91	314713	Cristiane Correa Girelli	Procurador Municipal	22/05/1979	56	69,00	Aprovado
92	324108	Paula Candida Cavallieri De Azevedo	Procurador Municipal	07/07/1981	56	69,00	Aprovado
93	318910	Karla Florindo De Paula	Procurador Municipal	23/03/1983	56	69,00	Aprovado
94	321079	Marlon Felipe Menin	Procurador Municipal	11/11/1989	56	69,00	Aprovado
95	342133	Rafael Piaia	Procurador Municipal	30/04/1984	57	68,75	Aprovado
96	345795	Marcus Andre Guzzatti De Barros	Procurador Municipal	06/12/1986	57	68,75	Aprovado
97	332967	Diego Back	Procurador Municipal	12/12/1989	57	68,75	Aprovado
98	329158	Luiz Henrique Cauper Pereira	Procurador Municipal	26/04/1987	55	68,25	Aprovado
99	324540	Vinicius Naham Dos Santos	Procurador Municipal – Conforme Ato 014	27/02/1991	56	68,00	Aprovado
100	334795	Aldimara Guarnieri De Vasconcelos	Procurador Municipal	19/03/1974	56	68,00	Aprovado
101	344729	Mauro De Medeiros	Procurador Municipal	25/01/1985	56	68,00	Aprovado
102	342835	Marcelo Machado Borba Junior	Procurador Municipal	24/05/1986	56	68,00	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

103	323244	Daniela De Souza Gomes	Procurador Municipal	12/11/1989	56	68,00	Aprovado
104	316326	Ligia Rech De Rezende	Procurador Municipal	08/05/1992	57	67,75	Aprovado
105	325862	Cleber Jose Tizziani Schneider	Procurador Municipal	05/01/1980	54	67,50	Aprovado
106	343905	Ricardo Osmar Aigner	Procurador Municipal	23/04/1992	54	67,50	Aprovado
107	348696	Guilherme Souza Regis	Procurador Municipal	17/09/1986	58	67,50	Aprovado
108	334345	Sirlei Veiga Hamerschmitt	Procurador Municipal	27/08/1974	55	67,25	Aprovado
109	322262	Franciane Sassi Krol	Procurador Municipal	08/05/1987	55	67,25	Aprovado
110	344811	Allan Rodrigo De Lima	Procurador Municipal	17/05/1989	55	67,25	Aprovado
111	321640	Felipe Bittencourt De Souza	Procurador Municipal	31/05/1990	55	67,25	Aprovado
112	315910	Julio Cesar Frosi	Procurador Municipal	27/11/1988	52	67,00	Aprovado
113	319425	Gabriela Do Nascimento	Procurador Municipal	30/08/1988	56	67,00	Aprovado
114	323804	Danilo Da Cunha Davet	Procurador Municipal	10/05/1989	56	67,00	Aprovado
115	342965	Edson Ricardo Scolari Filho	Procurador Municipal	06/06/1990	56	67,00	Aprovado
116	329477	Isabela Carmo Caldeira Bastos	Procurador Municipal	09/09/1988	53	66,75	Aprovado
117	318842	Gabriela Lidia Da Luz	Procurador Municipal	21/03/1990	57	66,75	Aprovado
118	317317	Ana Cristina Jorge Klampaul	Procurador Municipal	24/02/1987	54	66,50	Aprovado
119	315223	Rafael Antonio Soliman	Procurador Municipal	15/05/1987	54	66,50	Aprovado
120	337101	Ana Paula Rintzel	Procurador Municipal	15/03/1989	54	66,50	Aprovado
121	315994	Maira Roggia Schio	Procurador Municipal	03/02/1991	54	66,50	Aprovado
122	315091	Rafael Giuliani Dambros	Procurador Municipal	01/02/1993	54	66,50	Aprovado
123	333097	Gustavo Morandini Wallner	Procurador Municipal	03/06/1983	51	66,25	Aprovado
124	348255	Franciele Martinazo De Souza Vicari	Procurador Municipal	01/11/1986	55	66,25	Aprovado
125	331661	Adryeli Sacilotto De Camargo	Procurador Municipal	24/11/1987	55	66,25	Aprovado
126	348896	Luiz Felipe Germani Ferreira	Procurador Municipal	22/01/1990	55	66,25	Aprovado
127	333519	Diego De Castro Herculano	Procurador Municipal	14/07/1984	56	66,00	Aprovado
128	341074	Rafael Luiz Fritzen	Procurador Municipal	12/09/1990	56	66,00	Aprovado
129	347653	Priscilla Gabrielle Manfredini Da Rosa	Procurador Municipal	24/09/1982	53	65,75	Aprovado
130	339050	Wilmar Marquetti De Souza Junior	Procurador Municipal	21/02/1985	53	65,75	Aprovado
131	339251	Manuela Bibiane Dezorzi Vailatti	Procurador Municipal	18/06/1985	53	65,75	Aprovado
132	344385	Michele Fernandes Boeira Rodegheri	Procurador Municipal	18/07/1987	53	65,75	Aprovado
133	342051	Ricardo Henrique Battisti Junior	Procurador Municipal	27/02/1988	53	65,75	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

134	334865	Mauricio Oliveira De Almeida	Procurador Municipal	15/04/1979	54	65,50	Aprovado
135	314439	Priscila Do Amaral	Procurador Municipal	13/08/1983	54	65,50	Aprovado
136	325571	Daniele Damin	Procurador Municipal	11/10/1983	54	65,50	Aprovado
137	328067	Cassio Gaboardi Lucas	Procurador Municipal	02/06/1986	54	65,50	Aprovado
138	325242	Ana Carolina Peretti Schlindwein	Procurador Municipal	06/12/1993	54	65,50	Aprovado
139	317375	Leila Fabiane Elias	Procurador Municipal	23/02/1980	55	65,25	Aprovado
140	332368	Cristiane Hübner	Procurador Municipal	04/01/1982	55	65,25	Aprovado
141	336219	Cristiano Ribeiro Da Silva	Procurador Municipal	02/04/1986	55	65,25	Aprovado
142	341033	Lidiane Dorneles Do Amaral	Procurador Municipal	19/05/1986	55	65,25	Aprovado
143	314866	Aurelio Cesar Maciel Silva	Procurador Municipal	02/02/1987	55	65,25	Aprovado
144	317374	Marina Brunetto Pandini	Procurador Municipal	10/10/1988	55	65,25	Aprovado
145	341706	Lucas Noguez Fernandes	Procurador Municipal	30/03/1991	55	65,25	Aprovado
146	314064	Rodrigo Ferri Pontes	Procurador Municipal	18/02/1992	55	65,25	Aprovado
147	329048	Suelen Da Silva Durante	Procurador Municipal	09/08/1992	55	65,25	Aprovado
148	342562	Nathalie Mezadri	Procurador Municipal	03/06/1993	55	65,25	Aprovado
149	331838	Lucas Edivandro Agostini	Procurador Municipal	06/10/1986	52	65,00	Aprovado
150	336918	Julia Schwartz	Procurador Municipal	08/02/1991	52	65,00	Aprovado
151	318433	Moises Camilo Dias Goncalves	Procurador Municipal	14/03/1993	52	65,00	Aprovado
152	323781	Jaques Gomes Dos Santos	Procurador Municipal	11/05/1988	56	65,00	Aprovado
153	344863	Andreia Bacalchuk Froeder Olivo	Procurador Municipal	08/01/1988	53	64,75	Aprovado
154	327416	Alysson Bortolini Pacheco	Procurador Municipal	28/02/1993	53	64,75	Aprovado
155	345407	Wiliam Koschewski	Procurador Municipal	06/06/1978	54	64,50	Aprovado
156	315480	Mariana Sant'anna Thiesen	Procurador Municipal	04/06/1988	54	64,50	Aprovado
157	344921	Juarez Antonio Tizzot De Morais Junior	Procurador Municipal	06/10/1992	54	64,50	Aprovado
158	326579	Marilia Portela Medeiros	Procurador Municipal	14/01/1989	51	64,25	Aprovado
159	340475	Marina Aparecida Lemos Da Rosa	Procurador Municipal	12/10/1992	51	64,25	Aprovado
160	340102	Pedro Henrique Tomazini Gomes	Procurador Municipal	03/01/1975	55	64,25	Aprovado
161	321262	Caroline Dambros Marcal	Procurador Municipal	21/08/1987	55	64,25	Aprovado
162	321301	Diogo Salomoni Moser	Procurador Municipal	07/07/1989	55	64,25	Aprovado
163	320197	Francine Zanella	Procurador Municipal	20/04/1990	53	63,75	Aprovado
164	322874	Listiane Vianna Scott Hood Dos Santos	Procurador Municipal	18/06/1992	50	63,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

165	336821	Gabriel Lucchesi Montenegro Silva	Procurador Municipal	16/02/1988	54	63,50	Aprovado
166	345218	Vanderley Jose Bolfe	Procurador Municipal	02/09/1988	54	63,50	Aprovado
167	325718	Heider Luis Petrazzini Dos Santos	Procurador Municipal	02/04/1991	54	63,50	Aprovado
168	330697	Horrana Moura Moreira	Procurador Municipal	05/11/1988	51	63,25	Aprovado
169	339712	Jose Henrique Schusterschitz Astolfi	Procurador Municipal	13/07/1970	52	63,00	Aprovado
170	343378	Jose Antonio D'agostini Vigne	Procurador Municipal	17/08/1979	52	63,00	Aprovado
171	348774	Mykaeli Christine Thome	Procurador Municipal	27/09/1983	52	63,00	Aprovado
172	339602	Maria Fernanda Soares Reghin	Procurador Municipal	21/07/1989	52	63,00	Aprovado
173	348636	Tiago Augusto Hempkemaier Espindola	Procurador Municipal	10/06/1993	52	63,00	Aprovado
174	342302	Bruno Barros Pereira	Procurador Municipal	21/09/1977	53	62,75	Aprovado
175	331010	Renyele Ersilia Castelo Branco Trombetta Travassos	Procurador Municipal	09/07/1985	53	62,75	Aprovado
176	339993	Sergio Covatti Crespi	Procurador Municipal	08/08/1990	53	62,75	Aprovado
177	318333	Henrique Sabadin Piva	Procurador Municipal	09/04/1993	53	62,75	Aprovado
178	342494	Wilson Tadeu Ferreira Müller Junior	Procurador Municipal	17/11/1988	50	62,50	Aprovado
179	316567	Ana Paula Viecili	Procurador Municipal	18/03/1989	50	62,50	Aprovado
180	348376	Marcelo Pellegrini	Procurador Municipal	15/11/1989	50	62,50	Aprovado
181	348859	Esthevam Lermen Eidt	Procurador Municipal	07/11/1986	54	62,50	Aprovado
182	325157	Paula Miria Santa Catarina	Procurador Municipal	06/02/1988	51	62,25	Aprovado
183	345320	Patricia Correa De Almeida	Procurador Municipal	04/08/1991	51	62,25	Aprovado
184	318456	Priscila Cristofolini	Procurador Municipal	09/08/1991	51	62,25	Aprovado
185	314664	Angela Da Silva De Oliveira	Procurador Municipal	06/09/1993	51	62,25	Aprovado
186	335177	Ricardo Pereira	Procurador Municipal	22/12/1975	55	62,25	Aprovado
187	347245	Paulo Vinicius Mostasso Rocha	Procurador Municipal	19/11/1978	52	62,00	Aprovado
188	348621	Andrea Cristina Dall Igna Lang	Procurador Municipal	19/01/1980	52	62,00	Aprovado
189	340755	Daniela Pereira De Barros Santos	Procurador Municipal	02/04/1984	52	62,00	Aprovado
190	317465	Daniela Cristina Menin	Procurador Municipal	29/09/1992	52	62,00	Aprovado
191	345288	Claudia Zippin Ferri	Procurador Municipal	29/01/1966	49	61,75	Aprovado
192	316781	Daniel Carlos Favaretto	Procurador Municipal	16/04/1990	49	61,75	Aprovado
193	346684	Caroline Roberta Menta	Procurador Municipal	24/05/1982	53	61,75	Aprovado
194	318044	Gilse Pires	Procurador Municipal	09/07/1983	53	61,75	Aprovado
195	326076	Gelson Oliveira Ferri	Procurador Municipal	07/02/1985	53	61,75	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

196	331619	Glauca Da Silva Bittencourt	Procurador Municipal	09/08/1985	53	61,75	Aprovado
197	338487	Bruna Masson Soccol	Procurador Municipal	11/04/1990	53	61,75	Aprovado
198	314661	Ana Carolina Rotta Pereira	Procurador Municipal	06/07/1990	53	61,75	Aprovado
199	347633	Pedro Felipe Sordi Figueiredo	Procurador Municipal	04/05/1990	50	61,50	Aprovado
200	320178	Eduarda Bortoli	Procurador Municipal	08/01/1993	50	61,50	Aprovado
201	347881	Marcio Diniz Baldissera	Procurador Municipal	07/04/1972	54	61,50	Aprovado
202	329567	Nathalie Grequi Cardoso	Procurador Municipal	08/06/1987	54	61,50	Aprovado
203	330906	Rafael Muniz	Procurador Municipal	27/05/1979	51	61,25	Aprovado
204	340252	Adriana Verona Kunsler	Procurador Municipal	13/11/1985	51	61,25	Aprovado
205	335784	Evelyn De Sousa Da Rosa	Procurador Municipal	27/11/1989	51	61,25	Aprovado
206	318525	Sabrina Estefani Giehl	Procurador Municipal	01/09/1990	51	61,25	Aprovado
207	321533	Roberto Marcon De Bona	Procurador Municipal	03/01/1991	51	61,25	Aprovado
208	325691	Felipe Bortolotti	Procurador Municipal	22/09/1992	51	61,25	Aprovado
209	330849	Matheus Coletti Frutuoso	Procurador Municipal	29/12/1992	48	61,00	Aprovado
210	324828	Felipe Calero Medeiros	Procurador Municipal	14/09/1982	52	61,00	Aprovado
211	321194	Anderson Roque Paz Dias	Procurador Municipal	15/11/1984	52	61,00	Aprovado
212	331465	Gibran De Lima De Souza	Procurador Municipal	23/05/1992	52	61,00	Aprovado
213	340139	Felipe Walker Fernandes	Procurador Municipal	10/12/1992	52	61,00	Aprovado
214	313848	Jonatan Walker	Procurador Municipal	09/11/1985	49	60,75	Aprovado
215	340710	Crystal Fraga Campos	Procurador Municipal	27/03/1989	49	60,75	Aprovado
216	343503	Lucas Renz Da Rocha	Procurador Municipal	02/08/1990	49	60,75	Aprovado
217	338431	Melissa Mendes De Novais	Procurador Municipal	31/12/1991	49	60,75	Aprovado
218	324666	Ingrid Vieira Tizatto	Procurador Municipal	17/06/1992	49	60,75	Aprovado
219	348593	Juliana De Oliveira Francisco	Procurador Municipal	17/11/1987	53	60,75	Aprovado
220	347175	Tito Flavio Reis Garbelotto	Procurador Municipal	07/01/1990	53	60,75	Aprovado
221	317111	Eder Luiz Werlang	Procurador Municipal	22/04/1966	50	60,50	Aprovado
222	340527	Rodolfo Pres Filho	Procurador Municipal	12/04/1979	50	60,50	Aprovado
223	347304	Tiago Dupont Giumbelli	Procurador Municipal	28/06/1989	50	60,50	Aprovado
224	320897	Pedro Henrique Maciel Camargo	Procurador Municipal	09/08/1990	50	60,50	Aprovado
225	344368	Raissa Camila Cassaro	Procurador Municipal	27/01/1993	50	60,50	Aprovado
226	318911	Adriana Peres	Procurador Municipal	20/09/1991	51	60,25	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

227	338886	Margarida Pickler Lopes	Procurador Municipal	30/10/1969	48	60,00	Aprovado
228	321517	Jean Fernando Selva	Procurador Municipal	31/03/1986	52	60,00	Aprovado
1	326530	Luciana Lora	Psicólogo	24/04/1984	58	72,50	Aprovado
2	318045	Suzi Carina Chaves	Psicólogo	18/07/1982	55	70,25	Aprovado
3	339954	Geisa Francieli Bonatto	Psicólogo	17/10/1988	56	70,00	Aprovado
4	335114	Diego Emanuel Clivatti Da Silva	Psicólogo	26/05/1986	54	69,50	Aprovado
5	339715	Ana Maria Zanchet	Psicólogo	09/03/1987	54	68,50	Aprovado
6	318488	Carline Ferreira Bueno	Psicólogo	04/07/1989	56	67,00	Aprovado
7	316074	Marinez Trevisan	Psicólogo	15/05/1966	50	66,50	Aprovado
8	331496	Francieli Fernanda Trenea	Psicólogo	03/01/1988	53	65,75	Aprovado
9	329514	Raquel Francisco Bisol Dal Pra	Psicólogo	06/08/1985	54	65,50	Aprovado
10	336556	Francini Rodrigues Da Silva	Psicólogo	21/03/1994	51	65,25	Aprovado
11	347121	Roberta Forchesatto	Psicólogo	29/07/1981	48	63,00	Aprovado
12	321125	Franciele Lazarotto	Psicólogo	17/05/1987	52	63,00	Aprovado
13	319542	Flavio Nardon	Psicólogo	04/02/1980	49	62,75	Aprovado
14	341320	Giovanni Trentin Ferronato	Psicólogo	05/03/1985	49	62,75	Aprovado
15	341643	Fernanda Cristina Baldin	Psicólogo	06/03/1989	49	62,75	Aprovado
16	318597	Dalvana Zago	Psicólogo	11/02/1987	46	62,50	Aprovado
17	341049	Laisa Rodrigues Moreira	Psicólogo	27/04/1991	51	62,25	Aprovado
18	348319	Elisandra Roldo	Psicólogo	09/09/1983	48	62,00	Aprovado
19	335520	Fernanda Henrique De Oliveira	Psicólogo	26/09/1987	48	62,00	Aprovado
20	314241	Daniela Fernanda Schott	Psicólogo	02/06/1988	48	62,00	Aprovado
21	326175	Gessica Regina Borgmann	Psicólogo	04/05/1991	49	61,75	Aprovado
22	341582	Eliselly Ana Romao	Psicólogo	24/08/1987	47	61,25	Aprovado
23	314851	Pamela Koch	Psicólogo	02/04/1993	46	60,50	Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

ANEXO II – CLASSIFICAÇÃO FINAL LISTA ESPECIAL – DEFICIENTES

Cargo: Vigia

Seq.	Inscrição	Candidato	NF	Classificação Geral	Classificação Lista Especial - Deficiente
1	315971	Beno Antonio da Luz	69,50	256ª	20ª vaga

Cargo: Monitor Social Desportivo

Seq.	Inscrição	Candidato	NF	Classificação Geral	Classificação Lista Especial - Deficiente
1	345797	Oscar Daniel Bertolini Pereira	68,75	27ª	20ª vaga
2	347667	Milene da Silva Oliveira	67,25	38ª	40ª vaga

Cargo: Procurador Municipal

Seq.	Inscrição	Candidato	NF	Classificação Geral	Classificação Lista Especial - Deficiente
1	321194	Anderson Roque Paz Dias	61,00	211ª	20ª vaga

DECRETO Nº. 32.694, DE 30 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº. 32.694, DE 30 DE MAIO DE 2016.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, mais o que estabelece a Lei nº. 6.865, de 27 de março de 2014,

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas, para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS - Gestão 2016/2018:

I - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social – SEASC:

1 - Representantes da Gestão e Financiamento:

1.1 - Titular - Ivana Alberguini;

1.2 - Suplente - Cristiane Regina Seben.

2 - Representantes da Proteção Social Básica:

2.1 - Titular – Janaina Maria da Silva;

2.2 - Suplente – Ligia Paula Figueró.

3 - Representantes da Proteção Social Especial:

3.1 - Titular - Emanuelle Borsoi;

3.2 - Suplente – Silvia Rosana Cunha.

b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação – SEDUC:

1 - Titular – Mariana Vargas Becker;

2 - Suplente – Ariete Hoffmann Lauxen.

c) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde - SESAU:

1 - Titular – Erli Abreu;

2 - Suplente – Solange Daneliz.

d) Representantes da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB:

1 - Titular – Elaine Michielin;

2 - Suplente – Paula Taciana Tretto.

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Representantes de Usuários da Assistência Social:

1 - Titular – Paula Aparecida Ferreira;

2 - Suplente – Rosali Schimitt;

3 - Titular – Iracema dos Santos;

4 - Suplente – Rosa Fernandes.

b) Representantes de Entidades, Organizações Serviços, Programas e Projetos de Assistência Social devidamente inscrita no CMAS:

1 - Titular – Silvia Cristina Farina dos Santos - Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick - CAPP;

2 - Suplente – Rafael Geller - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;

3 - Titular – Neusa Fátima Zuffo - Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência – FCD;

4 - Suplente – Francielli Daniela Antunes de Oliveira - Centro de Integração Empresa Escola – CIEE.

c) Representantes de Entidades de Trabalhadores do Setor:

1 - Titular – Marilei Cebuski Rodrigues - Associação Profissional dos Assistentes Sociais da Região Oeste – APAS OESTE;

2 - Suplente – Michele Silva - Associação Profissional dos Assistentes Sociais da Região Oeste – APAS OESTE;

3 - Titular – Franciane Sassi Krol – Ordem dos Advogados do Brasil/OAB - 5ª Subseção Chapecó;

4 - Suplente – Daniela Cenci - Ordem dos Advogados do Brasil/OAB - 5ª Subseção Chapecó.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos Nº. 29172/2014; Nº. 29307/2014; Nº 29382/2014; Nº 29720/2014; Nº 29842/2014; Nº 30327/2015; Nº 30598/2015; Nº 31168/2015; Nº 31453/2015; Nº 31622/2015; Nº 31682/2015 E Nº 32174/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 30 de maio de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.695, DE 30 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº. 32.695, DE 30 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do conselho Diretor do Fundo de Assistência do Servidor Público Municipal - FAS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece o artigo 29 da Lei Complementar nº. 87/99;

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeados os Membros do Conselho Diretor do Fundo de Assistência do Servidor Público Municipal, conforme segue:

I – Representantes do Poder Executivo Municipal:

a) IGOR ANTONIO GIOTTO - Titular;

b) DAYANA CRISTINE BORGES PEIXE CARDOSO - Suplente.

II – Representantes do Poder Legislativo Municipal:

a) MARELI PANIZI – Titular;

b) ROSANGELA COLOMBI - Suplente.

III – Representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Chapecó e Região:

a) MÁRCIA MARIA SILVA – Titular;

b) CLENILTON ANTONIO DE CARVALHO – Suplente.

IV – Representantes do Instituto do Sistema Municipal de Previdência de Chapecó - SIMPREVI:

a) CARLOS RECHE – Titular;

b) NOELI FRANZEN DA SILVA – Suplente.

V – Representantes da Associação dos Servidores Municipais de Chapecó – ASSEMCHAP:

a) VANDERLEI MORERA – Titular;

b) CLAUDEMIR CEZAR SOUZA DOERNELLES – Suplente.

VI – representantes escolhidos entre os servidores efetivos:

a) ADILSON SIMES - Titular;

b) ALVARO MARCOS MICHELOTTO - Titular;

c) ANA BEATRIZ SENGIK SAEZ - Titular;

d) ANGÉLICA NICOLETTE STRASSBURGER – Titular;

e) JOSÉ JURANDIR FERNANDES - Titular;

f) LUIZ CARLOS TRINDADE – Titular;

g) MARIZETE ZANINI DE SOUZA – Titular;

h) SÉRGIO ANTONIO RIBOLI - Titular;

i) ADIR ISAIAS FIGUEIRÓ - Suplente;

j) ARLETE FERRARI RECH MEDEIROS - Suplente;

k) ÉDER LUIZ WERLANG - Suplente;

l) IVETE MARIA GIACOMET DE CARVALHO – Suplente;

m) MARCELO BERTONCELLO - Suplente;

n) NERI ANTONIO TURATTI - Suplente;

o) TIAGO TONINI - Suplente;

p) ULMARA MELÂNIA SPANHOL - Suplente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 28.956/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 30 de maio de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.697, DE 30 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº. 32.697, DE 30 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº. 31.222, de 22 de julho de 2015 que nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. As alíneas "a" e "b" do inciso III do artigo 1º do Decreto nº. 31.222, de 22 de julho de 2015 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.

....

III -

.....:

a) Titular: Cassiana Telles - Agência de Desenvolvimento Regional/ADR;

b) Suplente: Marcia Breier - Agência de Desenvolvimento Regional/ADR."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 30 de maio de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.698, DE 30 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº. 32.698, DE 30 DE MAIO DE 2016.

Altera dispositivos do Decreto nº 31.444, de 21 de agosto de 2015, que nomeou os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA :

Art. 1º. Os itens 1 e 2 da alínea "h" do inciso I do artigo 1º do Decreto nº 31.444, de 21 de agosto de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.

.....

I -

.....

h)

.....:

1. Titular: Maria de Lurdes Sebem;

2. Suplente: Marlise Vicensi."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 30 de maio de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.701, DE 30 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº. 32.701, DE 30 DE MAIO DE 2016.

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no programa de 2016 do tipo alteração Suplementar.

O Prefeito Municipal de Chapecó, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapecó e autorização contida na Lei Municipal nº 6836/15 de 18 de Dezembro de 2015.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER

04.04 - Secretaria de Juventude Esporte e Lazer

(68) 3.3.90.00.00.00.00.2.051-1000 - Aplicações Diretas

.....136.596,79

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER

04.04 - Secretaria de Juventude Esporte e Lazer

(69) 4.4.90.00.00.00.00.2.051-1000 - Aplicações Diretas

.....136.596,79

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 30 de maio de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.708, DE 01 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº. 32.708, DE 01 DE JUNHO DE 2016.

Aprova o Regimento Interno da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e considerando o artigo 43, III da Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, e em consonância com o que estabelece o Plano Diretor de Chapecó (Lei Complementar Municipal nº 541, de 26 de novembro de 2014) e,

CONSIDERANDO que a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Chapecó, Etapa Preparatória Municipal da 6ª conferência Nacional das Cidades, foi convocada pelo Decreto nº 32.632, de 06 de maio de 2016, publicado no Diário Eletrônico Oficial do Município de Chapecó nº 1.991, de 09 de maio de 2016, nos termos do Decreto Federal nº 5.790, de 25 de maio de 2006, conforme Resolução Normativa nº 19 do Conselho Nacional das Cidades, de 18 de setembro de 2015 e,

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 32.632/2016 convocou para o dia 02 de julho de 2016 a realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Chapecó, Etapa Preparatória Municipal da 6ª conferência Nacional das Cidades, realizada em conjunto pelo Executivo Municipal e pelo Conselho da Cidade de Chapecó – Con-Cidade de Chapecó;

CONSIDERANDO que a Comissão preparatória desta Conferência, instituída pela Resolução Normativa nº 05 do Conselho da Cidade de Chapecó, de 19 de maio de 2016, elaborou o Regimento Interno e o considera aprovado a partir de 1º de junho de 2016;

CONSIDERANDO a necessidade de ampla divulgação da realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Chapecó, assim como do

seu Regimento Interno;
CONSIDERANDO a necessidade de conferir normatividade ao Regimento Interno da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Chapecó como regra a ser seguida por seus participantes, extrapolando a natureza dos atos internos do ConCidade de Chapecó.

DECRETA :

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Chapecó, elaborado pela Comissão Preparatória instituída pelo Conselho da Cidade de Chapecó, na forma constante do anexo a este Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de junho de 2016.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.720, DE 01 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº. 32.720, DE 01 DE JUNHO DE 2016.

Determina regras aos agentes públicos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,
CONSIDERANDO o ano eleitoral em vigência e as vedações a agentes públicos pela Lei nº 9.504/97,

DECRETA

Art. 1º. Fica determinado a todos os agentes públicos municipais, servidores ou não da administração direta ou indireta, que se abstenham de realizar os seguintes atos:

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta do Município, ressalvada a realização de convenção partidária (Lei nº 9.504/97, art. 73, I);

II - usar materiais ou serviços, custeados pelo governo, que exceda as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram (Lei nº 9.504/97, art. 73, II);

III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta municipal, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado (Lei nº 9.504/97, art. 73, III);

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público (Lei nº 9.504/97, art. 73, IV);

V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, a partir de 2 de julho de 2016 até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados (Lei nº 9.504/97, art. 73, V):

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança (Lei nº 9.504/97, art. 73, V, a);

b) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo (Lei nº 9.504/97, art. 73, V, c);

c) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo (Lei nº 9.504/97, art. 73, V, d);

VI – a partir de 2 de julho de 2016 até a realização do pleito (Lei

nº 9.504/97, art. 73, VI):

a) receber transferência voluntária de recursos da União e do Estado ao Município, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública (Lei nº 9.504/97, art. 73, VI, a);

b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral (Lei nº 9.504/97, art. 73, VI, b);

c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo (Lei nº 9.504/97, art. 73, VI, c);

VII - realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito (Lei nº 9.504/97, art. 73, VII);

VIII - fazer revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir de 5 de abril de 2016 até a posse dos eleitos (Lei nº 9.504/97, art. 73, VIII);

§ 1º. Reputa-se agente público, para os efeitos deste Decreto, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta, ou fundacional (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 1º).

§ 2º. Durante o exercício de 2016, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 10).

§ 3º. Em caso de descumprimento de qualquer item deste Decreto, fica o responsável sujeito às consequências legais notadamente da Lei nº 9.504/97, bem como sujeito a procedimento de apuração interna e punição no âmbito administrativo municipal, que deverá ser instaurado de imediato através de sindicância.

§ 4º. Este Decreto também se aplica aos Secretários Municipais e equiparados, que deverão zelar e fiscalizar a sua observância no âmbito de suas Secretarias.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de junho de 2016.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.736, DE 07 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº. 32.736, DE 07 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre nomeação dos membros da Comissão do Programa "Selo Social" de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e observando o disposto na Lei nº. 6.764, de 14 de setembro de 2015,

DECRETA :

Art. 1º. Ficam nomeados para compor a Comissão do Programa "Selo Social" de Chapecó os seguintes membros titulares e suplentes:

I - Representante do Município de Chapecó, indicado pelo Chefe do Poder Executivo;

a) Titular: Fernando Carlos Magro

b) Suplente: Cristina Giacometti

II - Representante da Associação Comercial e Industrial de Chapecó - ACIC;

a) Titular: Marcia Berticelli

b) Suplente: Paulin Rotava

III - Representante do Sindicato do Comércio da Região de Chapecó - SICOM;

a) Titular: Fabiano Alexandre Moura Baldissera

b) Suplente: não indicado

IV - Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Chapecó - CDL;

a) Titular: Jose Carlos Benini

b) Suplente: Clóvis Spohr

V - Representantes dos seguintes conselhos municipais:

a) Conselho Municipal de Saúde;

1 - Titular: Jeane Mohr

2 - Suplente: Luis Fernando Gelatti

b) Conselho Municipal de Assistência Social;

1 - Titular: Alceu Kuhn

2 - Suplente: Gisela Ganzer Vizzoto

c) Conselho Municipal de Educação;

1 - Titular: Rubia Teresinha Ferreira Muller Zatt

2 - Suplente: Luiza Francisca Rolim Hubner

d) Conselho da Cidade de Chapecó - ConCidade de Chapecó;

1 - Titular: Leno Ceresa

2 - Suplente: Gilberto Pinzetta

e) Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

1 - Titular: Paulo César Martins

2 - Suplente: Fransieli Sgnaulin

f) Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

1 - Titular: Jaime Braulio Lunardi

2 - Suplente: Neide Nicolao

g) Conselho Municipal de Direitos da Mulher;

1 - Titular: Sandra Lucia Fagundes

2 - Suplente: Rosa Maria Pompeu

h) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;

1 - Titular: Emanoelli Capello

2 - Suplente: Sonia Mara Liotto

i) Conselho Municipal de Políticas Culturais;

1 - Titular: Emanoelli Capello

2 - Suplente: Leila Claudia Maciel Tosi

j) Conselho Municipal de Direitos do Idoso;

1 - Titular: Aneto Spanhol

2 - Suplente: Maristela Signore

k) Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;

1 - Titular: Fernando Carlos Magro

2 - Suplente: Diogenes Lang

l) Conselho Municipal de Turismo.

1 - Titular: Claudinei Pacheco

2 - Suplente: Ulmara Melania Spanhol

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 07 de junho de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.737, DE 07 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº. 32.737, DE 07 DE JUNHO DE 2016.

Declara imóvel de utilidade pública, para fins de desapropriação.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV e XIII, do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, os artigos 5º alínea "i" e 6º ambos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21.06.41;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública, como declarado está, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, uma área de 200,00m² (duzentos metros quadrados, dentro de uma área maior, descrito na Matrícula Imobiliária nº. 63.528, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, que consta pertencer a Júlio Cesar Parnoff.

Parágrafo único. O imóvel declarado de utilidade pública será utilizado para fins de desenvolvimento de projeto de via pública.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 07 de junho de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.740, DE 08 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº. 32.740, DE 08 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a nomeação da Diretoria do Conselho Diretor do Fundo de Assistência do Servidor Público Municipal - FAS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, mais o disposto na Lei Complementar nº. 87/99 e no Decreto nº. 8.482/00,

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeada a Diretoria do Conselho Diretor do Fundo de Assistência do Servidor Público Municipal - FAS, conforme segue:

I – MARIZETE ZANINI DE SOUZA – Presidente;

II – LUIZ CARLOS TRINDADE – Vice-Presidente;

III – ANGÉLICA NICOLETTE STRASSBURGER – Secretária;

IV – ALVARO MARCOS MICHELOTTO – Vice-Secretário;

V – SERGIO ANTONIO RIBOLI – Tesoureiro;

VI – CARLOS RECHE – Vice-Tesoureiro.

Art. 2º. As notas de empenho, ordens de pagamento, cheques e demais atos pertinentes à execução das despesas do Fundo de Assistência ao Servidor Público Municipal, serão assinadas em conjunto pelo Presidente e Tesoureiro do Conselho Diretor.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 29.024/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 08 de junho de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.742, DE 08 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº. 32.742, DE 08 DE JUNHO DE 2016.

Cria a Comissão Intersetorial para discussão e elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Chapecó/SC.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e,
CONSIDERANDO o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069/90;
CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Decenal deve ser realizada de forma articulada e intersetorial entre os diversos órgãos públicos e de organizações representativa da sociedade civil, integrantes do sistema de garantia de direitos,

DECRETA :

Art. 1º. Fica criada a Comissão Intersetorial para discussão e elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Chapecó/SC, composta pelos seguintes membros:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/ CMDCA:

- a) Marcilei Beatris Fank;
- b) Karina de Witt.

II - Conselho Municipal da Assistência Social/CMAS:

- a) Titular: Elaine Michielin;
- b) Suplente: Marlene Del Moral.

III - Conselho Municipal da Saúde/CMS

- a) Titular: Izelda Teresinha Oro;

IV - Conselho Municipal de Política Cultural:

- a) Titular: Emanoelli Capello;
- b) Suplente: Grasieli Canelles Bernardi.

V - Conselho Municipal de Educação/COMED:

- a) Titular: Maralucia Coelho Flores;
- b) Suplente: Iria Luiza Simon.

VI - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher/CMDM:

- a) Titular: Sandra Lucia Fagundes;
- b) Suplente: Fernanda Botin.

VII - Conselho Municipal Anti Drogas/ COMAD:

- a) Titular: Rosanete Correa Lisboa;
- b) Suplente: Luciana Azevedo.

VIII - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com deficiência/ COMDE:

- a) Titular: Claudia Cristina de Oliveira Soares;
- b) Suplente: Francine Garghetti.

IX - Conselhos Tutelares das Regiões Sul e Norte de Chapecó:

- a) Cassia Roberta Gehlen;
- b) Laurita Canova.

X – Adolescentes:

- a) Murilo Zampronha Duarte
- b) Bruna Luiza de Oliveira
- c) Poena Conceição Pereira

XI - Representantes das Secretarias Municipais:

a) Secretaria de Assistência Social - SEASC:

- 1 - Titular: Jeanice Baez;
- 2 - Suplente: Emanuele Borsoi.
- b) Secretaria de Cultura - SECUL:

- 1 - Titular: Damiana Fernandes;
- 2 - Suplente: Carolina Malvessi.

c) Secretaria de Defesa do Cidadão - SDC:

- 1 - Titular: Elisandra Gasparini de Lima;
- 2 - Suplente: Vanessa Ferranti.

d) Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDET:

- 1 - Titular: Julio Cesar Signori;
- 2 - Suplente: João André Padilha Marafon.

e) Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SEDEMA:

1 - Titular: Priscila Fernanda Rech Confortin;

2 - Suplente: Kelly Cristina Cagliari.

f) Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR:

1 - Titular: Sandra Mara Posso;

2 - Suplente: Giovana Weber Periolo Farina.

g) Secretaria de Educação - SEDUC:

1 - TITULAR: Mariana Vargas Becker;

2 - Suplente: Ariete Hoffmann Lauxen.

h) Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL:

1 - Titular: Maria Sonia Melo Stradiotti;

2 - Suplente: Flavia Konpf Barbosa.

i) Secretaria de Saúde - SESA:

1 - Titular: Gessiane Fátima Larentis;

2 - Suplente: Luiz Fernando Gelati.

j) Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura - SESUI:

1 - Titular: Anete Schleicher;

2 - Suplente: Laércio Ramos do Prado.

XII - Representantes da Gerencia Regional de Educação/GERED da Agência de Desenvolvimento Regional de Chapecó do Governo do Estado de Santa Catarina:

a) Titular: Jussani Derussi;

b) Suplente: Naudir Heinz.

Art. 2º. A Comissão que se refere esse Decreto terá até o dia 03 de dezembro de 2016 para elaborar e deliberar sobre o respectivo Plano Decenal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 08 de junho de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.866, DE 30 DE MAIO DE 2016

LEI Nº. 6.866, DE 30 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2017.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 89, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Chapecó, as diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos do Município, relativas ao exercício financeiro de 2017, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

II - as metas e riscos fiscais;

III - a organização e estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições relativas à dívida pública Municipal;

VI - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII - as diretrizes que nortearão a elaboração dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das empresas e sociedades de economia mista;

VIII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

IX - as disposições gerais.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2017, constam do Plano Plurianual para o período 2014/2017.

§ 1º A Lei Orçamentária destinará recursos para a operacionalização das metas e prioridades mencionadas no § 1º e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

I - provisão dos gastos com o pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;

II - compromissos relativos ao serviço da dívida pública;

III - despesas indispensáveis ao custeio de manutenção da Administração Municipal; e

IV - conservação e manutenção do patrimônio público.

§ 2º Poderá ser procedida a adequação das metas e prioridades de que trata o "caput" deste artigo, se durante o período de apreciação da proposta orçamentária para 2017, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

CAPÍTULO III DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 3º Integram esta Lei os Anexos, referenciados nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei Orçamentária Anual para 2017, deverão levar em conta as metas de resultado primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 4º Estão discriminados em anexos integrantes desta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores, conforme estabelecido no Plano Plurianual;

II - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identifica as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º As ações podem ser desdobradas, especialmente para especificar sua localização ou individualizar um produto, desde que seu objetivo específico não sofra alterações.

§ 3º Cada atividade, projeto e operação especial identifica a função e a subfunção às quais se vinculam.

Art. 6º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, expressa por categoria econômica, indicando-se

para cada uma, o seguinte detalhamento dos grupos de natureza da despesa a que se refere:

I - DESPESAS CORRENTES:

a) pessoal e encargos sociais;

b) juros e encargos da dívida; e

c) outras despesas correntes;

II - DESPESAS DE CAPITAL:

a) investimentos;

b) inversões financeiras; e

c) amortização da dívida.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado à Câmara Municipal, conforme estabelecido no inciso II do § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no art. 89 da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e será composto de:

I - texto da Lei;

II - resumo da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;

III - resumo da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, segundo a origem dos recursos;

IV - resumo da despesa por função, segundo a origem dos recursos;

V - resumo da despesa por poderes e órgãos, segundo a origem dos recursos;

VI - resumo do orçamento de investimentos das empresas e sociedades de economia mista por órgão, segundo a origem dos recursos;

VII - resumo do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social por categoria econômica e natureza da receita, segundo a origem dos recursos;

VIII - quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social por categoria econômica e natureza da receita, segundo a origem dos recursos;

IX - demonstrativo da receita por órgão/indiretas;

X - quadro geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por poder e órgão, segundo os grupos de natureza da despesa e fonte de recursos;

XI - quadro geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por poder e órgão, segundo as categorias de programação, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação;

XII - orçamento de investimentos de empresas e sociedades de economia mista;

XIII - consolidação dos quadros orçamentários.

§ 1º Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso XIII deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III e Parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, os seguintes quadros:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II - evolução da receita do Tesouro Municipal por categoria econômica e natureza da receita;

III - evolução da despesa do Tesouro Municipal por categoria econômica e grupos de natureza da despesa;

IV - demonstrativo da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por poder, órgão e função;

V - demonstrativo da receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por categoria econômica e seus desdobramentos;

VI - demonstrativo dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, na forma disposta pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

VII - demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais, que obedecerá ao disposto no inciso I do § 2º do art. 2º da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

VIII - consolidação das despesas por projetos, atividades e

operações especiais, segundo a categoria econômica, apresentados em ordem numérica;

IX - demonstrativo de função, subfunção e programa por projeto, atividade e operação especial;

X - demonstrativo de função, subfunção e programa por categoria econômica;

XI - demonstrativo de função, subfunção e programa conforme o vínculo com os recursos;

XII - demonstrativo da despesa de pessoal e encargos sociais por poder, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida, nos termos dos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, acompanhado da memória de cálculo;

XIII - demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do art. 212 da Constituição Federal, modificado pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996, e dos arts. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, por órgão, detalhando naturezas da receita e valores por categorias de programação, grupos de natureza da despesa e modalidade de aplicação;

XIV - demonstrativo da aplicação anual do Município em ações e serviços públicos de saúde, conforme Emenda Constitucional nº 29, de 2000; e

XV - demonstrativo das categorias de programação a serem financiadas com recursos de operações de crédito internos e externos realizados e a realizar, com indicação da dotação, do grupo de natureza da despesa, da modalidade de aplicação e do orçamento a que pertencem.

§ 2º A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá:

I - relato sucinto do desempenho financeiro da Prefeitura nos últimos dois anos e cenário para o exercício a que se refere a proposta;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o inciso I do art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

IV - demonstrativo da memória de cálculo da receita e premissas utilizadas;

V - demonstrativo da dívida fundada interna e externa;

VI - relação das ordens precatórias a serem cumpridas com as dotações para tal fim, constantes da proposta orçamentária, com a indicação da origem e dos números do processo judicial e precatório, das datas do trânsito em julgado da sentença e da expedição do precatório, do nome do beneficiário e do valor de cada precatório a ser pago, nos termos do § 1º do art. 100 da Constituição Federal;

VII - demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com as metas fiscais, de acordo com o inciso I do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000;

Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária Anual atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2017, que compreende os gastos com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e custeio de manutenção dos órgãos municipais.

CAPÍTULO V

DA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 9º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de Lei Orçamentária Anual, serão elaboradas a preços correntes, explicitada a metodologia utilizada.

Art. 10. O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal, no mínimo trinta dias antes do prazo final para o encaminhamento de sua proposta orçamentária, a estimativa da receita, inclusive a corrente líquida, para o exercício subsequente, acompanhada da respectiva memória de cálculo, nos termos do § 3º do

art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 11. A Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2017, conterá dispositivos para adequar a despesa à receita, em função dos efeitos econômicos que decorram de:

I - realização de receitas não previstas;

II - disposições legais em nível Federal, Estadual ou Municipal que impactem de forma desigual as receitas previstas e a despesas fixadas; e

III - adequação na estrutura do Poder Executivo, desde que sem aumento de despesa, nos casos em que é dispensado de autorização legislativa.

Parágrafo único. A adequação da despesa à receita, de que trata o "caput" deste artigo, decorrente de qualquer das situações previstas nos incisos I, II e III, implicará a revisão das metas e prioridades para o exercício financeiro de 2017.

Art. 12. Os sistemas de informações sobre o orçamento anual e as prestações de contas do município serão disponibilizados na "Internet", excetuando as informações legalmente definidas como sigilosas.

Art. 13. A abertura de créditos adicionais suplementares, nos termos estabelecidos em Lei, mediante o cancelamento total ou parcial de dotações, por grupos de natureza da despesa, deverá visar à otimização dos objetivos das atividades-meio ou à viabilização dos resultados almejados nos programas e ser justificada sempre que as alterações afetarem a programação finalística do governo, discriminada no Anexo de Metas e Prioridades.

Art. 14. Na programação de novos investimentos dos órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundos e Fundações serão observadas as determinações do § 5º do art. 5º e do art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - a conservação do patrimônio público e os investimentos em fase de execução terão preferência sobre os novos projetos; e

II - não poderão ser programados novos projetos, à conta de anulação de dotação destinada aos investimentos em andamento, cuja execução tenha ultrapassado trinta e cinco por cento até o exercício financeiro de 2017.

Art. 15. As despesas obrigatórias de caráter continuado definidas no art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e as despesas de que trata o artigo anterior, relativas a projetos em andamento, cuja autorização de despesa decorra de relação contratual anterior, serão, independentemente de quaisquer limites, reempenhadas nas dotações próprias ou, em casos de insuficiência orçamentária, mediante transposição, remanejamento ou transferência de recursos, nos termos do art. 91 da Lei Orgânica do Município.

Art. 16. A execução orçamentária e financeira da despesa poderá ser efetuada de forma descentralizada, para atender à necessidade de otimização administrativa visando a consecução de um objetivo comum que resulte no aprimoramento da ação de Governo.

Art. 17. Após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo divulgará, em até trinta dias, por unidade orçamentária de cada Órgão, Fundo e Entidade que integram os orçamentos de que trata esta Lei, o detalhamento da despesa, especificando para cada categoria de programação e grupos de natureza da despesa, os respectivos desdobramentos em consonância com a Portaria Interministerial nº 163, de 2001 e alterações posteriores, para fins de execução orçamentária.

Art. 18. O detalhamento da despesa da Câmara Municipal do Município, para fins de execução orçamentária, será aprovado e estabelecido por ato próprio de seus dirigentes, obedecidas as dotações constantes da Lei Orçamentária.

Art. 19. Na realização das ações de sua competência, o Município poderá transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da Lei Orçamentária anual, mediante convênio, ajuste ou congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestação de contas, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no "caput", a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo Ente Repassador.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º A concessão de benefício de que trata o "caput" deste artigo deverá estar definida em Lei específica.

§ 4º A inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do Art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 5º A transferência de recursos que trata este artigo, diz respeito também, a cedência de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do município, para atender aos vários convênios firmados com diversas entidades do município e com Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, da União, de Estados, Distrito Federal e de Municípios.

Art. 20. A Lei de Orçamento Anual conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal equivalente a, no máximo, 0,2% (zero vírgula dois por cento) da receita corrente líquida.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 21. A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com a dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública Municipal, nos termos dos contratos firmados.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 22. Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

Parágrafo único. A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 23. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividade que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II - não sejam inerentes à categoria funcional abrangida por plano

de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art. 24. As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2017, com base na folha de pagamento de 2016, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais.

§ 1º A repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais, conforme estabelece o art. 19, inciso III da Lei Complementar nº 101/2000:

I - 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I - da indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;

IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.

§ 3º Para fins deste artigo entende-se como receita corrente líquida o disposto no art. 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no § 1º do art. 24 desta Lei será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite serão vedados ao Poder que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra.

Art. 26. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos no art. 24, sem prejuízo das medidas previstas no art. 25 desta Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I - receber transferência voluntárias;

II - obter garantias, direta ou indireta, de outro ente;

III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal;

§ 4º As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder.

Art. 27. Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou

contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, desde que observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 28. Todo e qualquer ato que provoque aumento da despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

I - houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;

II - for comprovado o atendimento do limite de comprometimento da despesa com pessoal estabelecido no art. 24 desta Lei.

Parágrafo único. O disposto no caput compreende, entre outras:

I - a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;

II - a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;

III - a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

Art. 29. O projeto da Lei Orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessários ao incremento do quadro de pessoal nas áreas de:

I - educação;

II - saúde;

III - fiscalização fazendária;

IV - assistência à criança e ao adolescente.

CAPÍTULO VIII

DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DOS INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Art. 30. O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação do Poder Legislativo, do Poder Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 31. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações nas áreas de assistência social, previdência social e saúde, obedecerá ao definido nos arts. 165, § 5º, III; 194 e 195, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes das demais receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente esse orçamento.

Art. 32. O orçamento da seguridade social discriminará os recursos do Município e a transferência de recursos da União para o Município, para execução descentralizada das ações de saúde e de assistência social.

Parágrafo único. O orçamento da seguridade social incluirá os recursos necessários às aplicações em ações e serviços públicos de saúde, conforme dispõe a Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

CAPÍTULO IX

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 33. As receitas serão estimadas e discriminadas de duas formas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal; e

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até três meses antes do encerramento do exercício de 2016, especialmente sobre:

a) reavaliação das alíquotas dos tributos;

b) critérios de atualização monetária;

c) aperfeiçoamento dos critérios para correção dos créditos do Município recebidos com atraso;

d) alteração nos prazos de apuração, arrecadação e recolhimento dos tributos;

e) extinção, redução e instituição de isenções de incentivos fiscais;

f) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social;

g) revisão da legislação sobre taxas; e

h) concessão de anistia e remissões tributárias.

Art. 34. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 33, ou estas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará os ajustes necessários, mediante decretos, na hipótese de previsão de despesa na Lei de Orçamento Anual.

Art. 35. A Lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente caso produza impacto financeiro no mesmo exercício, respeitado as disposições do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. As propostas de emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual, ou aos projetos de Lei que o modifiquem, a que se refere o art. 90, da Lei Orgânica do Município, e os artigos desta Lei, somente poderão ser apreciadas se apresentadas com a forma e o nível de detalhamento estabelecidos nesta Lei e a indicação dos recursos compensatórios correspondentes.

Art. 37. As emendas ao projeto de Lei Orçamentária para 2017, ou aos projetos de Lei que modifiquem a Lei de Orçamento Anual, devem atender às seguintes condições:

§ 1º Serem compatíveis com os programas e objetivos do Plano Plurianual para o quadriênio de 2014/2017 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 2º Indicarem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa.

I - não serão admitidas anulações de despesa que incidam sobre dotações para:

a) pessoal e encargos sociais; e

b) serviço da dívida;

Art. 38. As emendas ao projeto de Lei de Orçamento Anual deverão considerar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida Municipal de empréstimos internos e externos.

Art. 39. Por meio da Secretaria de Fazenda e a Contadoria Geral do Município, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária, nos termos da Lei Orgânica do Município.

Art. 40. Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de Lei Orçamentária Anual enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 41. Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for aprovado até 31 de dezembro de 2016, sua programação poderá ser executada, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades, e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes da proposta orçamentária.

§ 1º Excetuam-se do disposto no "caput" deste artigo as despesas correntes nas áreas de assistência social, previdência social, saúde e educação bem como aquelas relativas ao serviço da dívida,

amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.

§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

Art. 42. Respeitado o disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a concessão de vantagens e aumentos de remuneração, a criação de cargos e mudanças de estruturas de carreiras e admissão de pessoal ficam condicionadas à disponibilidade de dotação orçamentária suficiente para atender às projeções e aos acréscimos dela decorrentes.

Art. 43. Para cumprimento das determinações do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, são consideradas irrelevantes as despesas inferiores aos limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 44. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2017, cronograma anual de desembolso mensal, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a austeridade necessária à obtenção das metas de resultado primário e nominal, em conformidade com o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. As metas bimestrais de realização de receitas serão divulgadas no mesmo prazo do "caput" deste artigo e nos termos das determinações constantes do art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 45. Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, a redução far-se-á de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" do Poder Executivo, observada a programação prevista para utilização das respectivas dotações.

§ 1º Não serão objeto de limitação de empenho as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida e de precatórios judiciais e de obrigações constitucionais e legais.

§ 2º O Poder Executivo, deverá divulgar os ajustes processados, discriminado por órgão.

§ 3º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 46. Os métodos e processos de controle de custos serão praticados em todos os órgãos da Administração Municipal, de acordo com as disciplinas legais vigentes.

Parágrafo único. Na Proposta Orçamentária para 2017, as categorias de programação através das quais serão executadas as despesas referentes aos projetos e às atividades-fim, deverão estar estruturadas de forma a permitir a efetiva contabilização dos custos das ações do Plano Plurianual cuja execução ocorra naquele exercício.

Art. 47. Em razão de eventuais discontinuidades de política econômica, o Poder Executivo poderá enviar mensagem reavaliando os parâmetros relativos às metas fiscais até o prazo de que tratam o § 5º do art. 166 da Constituição Federal.

Art. 48. O Projeto de Lei de Orçamento Anual conterá rubricas orçamentárias para pagamento de precatórios, observado o Regime Especial de Pagamento de Precatórios, instituído pela Emenda Constitucional nº 62/09, ao qual o Município de Chapecó aderiu através dos Decretos nº 21.817/10, nº 24.286/11 e nº 24.287/11.

Art. 49. A Lei Orçamentária Anual destinará dotação específica para pagamentos dos débitos consignados em decisões judiciais,

definidas em Lei como sendo de pequeno valor, na forma preconizada pela Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002 e observada a Lei Complementar nº 405/10, com alteração promovida pela Lei Complementar nº 412/10.

Art. 50. Na hipótese de ocorrência de fator ou fatores supervenientes que resultem na consolidação do montante final dos precatórios judiciais da Administração direta, autárquica e fundacional, para pagamento no exercício de 2017, em valor inferior ao referido no art. 44, poderá o Município liquidá-los em uma única parcela, caso a Lei Orçamentária Anual assim o autorize.

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 52. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 30 de maio de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.867, DE 08 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº. 6.867, DE 08 DE JUNHO DE 2016.

Denomina Via Pública no Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Jair Cardoso de Carvalho, a atual Rua "J", entre as quadras 5254 e 5255, no Loteamento Dom Leonardo, Bairro Araras, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 08 de junho de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.868, DE 08 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº. 6.868, DE 08 DE JUNHO DE 2016.

Denomina Via Pública no Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Olimpio Paulo Scalvi, a atual Rua "A", situada entre as quadras 4947, 4948, 4949 4950, 5249, 5250, 5251, 5252, 5253, 5254, 5255 e 5256, no Loteamento Dom Leonardo, Bairro Araras, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 08 de junho de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

RESUMO DE DECRETOS - 10/06/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
--	--

RESUMO DE DECRETOS

NÚMERO	DATA DO ATO	ASSUNTO
32696	30/05/2016	Revoga Licença sem Vencimentos para o Trato de Interesses Particulares, para acompanhar cônjuge, por tempo indeterminado, à servidora pública municipal THAMARA CONCATTO CORREA BORGES
32699	30/05/2016	Nomeação de FRANCELLY DE LURDES WANDERLEY
32700	30/05/2016	Nomeação de VALMOR LUIZ GONSALES
32702	30/05/2016	Nomeação de IVETE MARIA VALDAMERI SCAPINELLO
32703	30/05/2016	Nomeação de NILVA DE SOUZA COL
32704	31/05/2016	Exoneração, a pedido, de SIMONE MARCON
32705	31/05/2016	Nomeação de DOMINGOS GUARAGNI
32706	31/05/2016	Nomeação de ISRAEL CARLOS ZESUINO
32707	31/05/2016	Revoga, a pedido, redução de carga horária com proporcional redução do vencimento, vencimentos e remuneração, do servidor público municipal LUIZ ALBERTO BARCELLOS MARINHO
32709	01/06/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Especial de Magistério, à servidora pública municipal JOECI SALETE DE SANTI
32710	01/06/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Especial de Magistério, à servidora pública municipal MARLENE CATARINA WERLANG EICH
32711	01/06/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Especial de Magistério, à servidora pública municipal VALDIRA BAUNGARTNER
32712	01/06/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal MARILENE WUNDERVALD
32713	01/06/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal LORIVA PINHEIRO DE MEDEIROS
32714	01/06/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal IVANI IRMA BONAFÉ PEDROSO
32715	01/06/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal EDELTRAUD HEPP ALBA
32716	01/06/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal NEUZA MARIA BENEDIKI CANTON
32717	01/06/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, ao servidor público municipal ANTONIO GOCHA
32718	01/06/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, ao servidor público municipal INACIO ARENHART

32719	01/06/2016	Concede, a pedido, redução de carga horária com proporcional redução do vencimento, vencimentos e remuneração, à servidora pública municipal SIMONE GURALSKI DALMAGRO
32720	01/06/2016	Nomeação de MARLI LOPES DA COSTA
32721	01/06/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, à servidora pública municipal IVONE MAROA BARP BUTELLI
32722	03/06/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, à servidora pública municipal LORENI DAS GRAÇAS CAVALLI
32723	03/06/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, à servidora pública municipal ESLI DE FATIMA PINHEIRO
32725	03/05/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, à servidora pública municipal MARIA DE LOURDES ZOLETT SILVANI
32726	03/05/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, à servidora pública municipal ENAIR COLET
32727	03/05/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, à servidora pública municipal CATARINA BARBOZA MACHADO
32728	03/05/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, ao servidor público municipal ERVINO ANTONIO COLING
32729	03/05/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, ao servidor público municipal CLAUDIO ROSSI
32730	03/05/2016	Concede Aposentadoria voluntária por Idade, à servidora pública municipal DIVA TERESINHA CEMIN
32731	03/05/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Especial de Magistério, à servidora pública municipal ELIANE OLIVEIRA
32732	07/06/2016	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 32.233, de 01 de março de 2016, que nomeou MAILLOS KEVIN BUKER, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Externos, em virtude da não posse dentro do prazo legal
32733	07/06/2016	Altera O preâmbulo do Decreto nº. 30.827, de 20 de maio de 2015
32734	07/06/2016	Altera o caput do artigo 1º Decreto nº. 30.226, de 30 de janeiro de 2015, que concedeu Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Especial de Magistério, à servidora pública municipal SAYONARA TEREZINHA DA ROCHA ZANELLA
32735	07/06/2016	Exoneração de EDERSON ROBERTO PIVOTTO
32738	08/06/2016	Exoneração, a pedido, de MARIA ALOAR FISTAROL
32739	08/06/2016	Declara vago e sem lotação, na Administração Municipal, um cargo de Motorista, pelo passamento de seu titular LUIZ CARLOS OTTO
32741	08/06/2016	Revoga Licença sem Vencimentos para o Trato de Interesses Particulares, sem vencimentos, da servidora pública municipal SIMONE MARCON

LEI Nº. 6.866, DE 30 DE MAIO DE 2016 - ANEXO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

Página: 1 / 2
Data: 30/05/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2017

Índice de Anexos

Páginas

1 - Anexo da Lei 4320/64

Anexo 2 - Receita por Categoria Econômica (Anexo 2 da Lei 4.320/64)

Anexo 3 - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei 4.320/64)

Anexo 4 - Função e Subfunção de Governo (Anexo 5 da Lei 4.320/64)

Anexo 5 - Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei 4.320/64)

Anexo 6 - Programa de Trabalho, Dem. Função, Subfunção, Programas... (Anexo 7 da Lei 4.320/64)

Anexo 7 - Demonstrativo da Despesa por Função, Subfunção e Programas... (Anexo 8 da Lei 4.320/64)

Anexo 8 - Demonstrativo da despesas por Órgão e Função (Anexo 9 da Lei 4.320/64)

2 - Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei 4.320/64)

3 - Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei 4.320/64)

4 - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015

7

3

1

16

5

5

35

3

5

10

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Página: 2 / 2
 Data: 30/05/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2017

Índice de Anexos

Páginas

5 - Anexo de Metas Fiscais - LRF

Demonstrativo I - Metas Anuais

1

Demonstrativo II - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Ex. Anteriores

1

Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

2

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - Portaria 575/07

2

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

8

Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas

1

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

2

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

1

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

1

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

1

Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Portaria 462/09

1

6 - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

198

TOTAL 309

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Página: 1/7

Data: 30/05/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			575.771.000,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		183.427.000,00	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		151.020.000,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	70.900.000,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	37.520.000,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	16.820.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	14.860.000,00		
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	1.960.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	16.560.000,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	80.120.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	80.120.000,00		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		31.211.000,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	9.945.000,00		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	2.023.000,00		
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	4.005.000,00		
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	2.600.000,00		
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	418.000,00		
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	899.000,00		
4.1.1.2.1.99.01.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	101.000,00		
4.1.1.2.1.99.06.00.00.00	Taxa do - Fumpoc	399.000,00		
4.1.1.2.1.99.07.00.00.00	Taxa do - Fumpom	399.000,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	21.266.000,00		
4.1.1.2.2.12.00.00.00.00	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	3.647.000,00		
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	15.435.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	2.184.000,00		
4.1.1.2.2.99.05.00.00.00	Taxa do - Fumrebom	2.184.000,00		
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		1.196.000,00	
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	1.196.000,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		7.546.000,00	
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC		7.546.000,00	
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		1.433.000,00	
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS		780.000,00	
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	756.000,00		
4.1.3.1.1.99.00.00.00.00	Aluguel - Centro de Eventos e Arena	756.000,00		
4.1.3.1.1.99.01.00.00.00	Aluguel - Centro de Eventos e Arena	548.000,00		
4.1.3.1.1.99.02.00.00.00	Aluguel Parque EFAP	122.000,00		
4.1.3.1.1.99.99.00.00.00	Aluguel outros próprios municipais	86.000,00		
4.1.3.1.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas Imobiliárias	24.000,00		
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		497.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	497.000,00		
4.1.3.2.5.16.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - CIDE	2.000,00		
4.1.3.2.5.17.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - COSIP	5.000,00		
4.1.3.2.5.18.00.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - FUNDEB - Magisté	85.000,00		
4.1.3.2.5.19.00.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - FUNDEB - Magisté	57.000,00		
4.1.3.2.5.24.00.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - Convenio união	16.000,00		
4.1.3.2.5.24.01.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - Convenio união	14.000,00		
4.1.3.2.5.24.02.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - Convenio Estado	2.000,00		
4.1.3.2.5.46.00.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec FNAS - PEJA	2.000,00		
4.1.3.2.5.58.00.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec FNDE - Salario Ed	38.000,00		
4.1.3.2.5.59.00.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS PPD	2.000,00		
4.1.3.2.5.60.00.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec. FNDE - PNAE	2.000,00		
4.1.3.2.5.61.00.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec FNDE - PNATE	2.000,00		
4.1.3.2.5.62.00.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec FNDE - Outros	2.000,00		
4.1.3.2.5.83.00.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec Op Cred Interna	6.000,00		
4.1.3.2.5.86.00.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec Op Cred Ext	11.000,00		
4.1.3.2.5.98.00.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - REC ORD FUNREBOM	262.000,00		
4.1.3.2.5.98.01.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - REC ORD FUNREBOM	14.000,00		
4.1.3.2.5.98.02.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - REC ORD FUMPOC	91.000,00		
4.1.3.2.5.98.03.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - REC ORD FUMPOM	157.000,00		
4.1.3.2.5.99.00.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec Ord. - Pref	5.000,00		
4.1.3.2.5.99.01.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec Ord. - Pref	5.000,00		
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais		156.000,00	

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Página: 2/7

Data: 30/05/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA		310.000,00	
4.1.4.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias		310.000,00	
4.1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		114.000,00	
4.1.6.0.0.99.00.00.00	Outros Serviços	114.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		357.146.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		347.215.000,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	81.614.000,00		
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	68.124.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	68.040.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	60.000,00		
4.1.7.2.1.01.13.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	24.000,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	816.000,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	816.000,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	11.646.000,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	8.554.000,00		
4.1.7.2.1.35.52.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE	401.000,00		
4.1.7.2.1.35.53.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	2.674.000,00		
4.1.7.2.1.35.54.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PDDE	7.000,00		
4.1.7.2.1.35.55.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	5.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	5.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	420.000,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00	Outras Transferências da União	608.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	182.741.000,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	178.700.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS	137.880.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00	Cota-Parte do IPVA	39.080.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	1.740.000,00		
4.1.7.2.2.34.00.00.00	Transfências do Estado para a educação - Transp Es	670.000,00		
4.1.7.2.2.34.99.00.00	Transfências do Estado para a educação - Transp Es	670.000,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	3.371.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	82.860.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	82.860.000,00		
4.1.7.6.0.00.00.00.00	Transf. de Conv.		9.931.000,00	
4.1.7.6.1.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	6.353.000,00		
4.1.7.6.1.02.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	428.000,00		
4.1.7.6.1.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	5.925.000,00		
4.1.7.6.2.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	3.213.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	3.213.000,00		
4.1.7.6.4.00.00.00.00	Transferência de Convênios Instituições Privadas	365.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		25.795.000,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		10.595.000,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	1.936.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	420.000,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	460.000,00		
4.1.9.1.1.98.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	45.000,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.011.000,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	1.568.000,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	780.000,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	280.000,00		
4.1.9.1.3.99.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	508.000,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	7.091.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	7.091.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		390.000,00	
4.1.9.2.1.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	244.000,00		
4.1.9.2.1.99.00.00.00	Outras Indenizações	244.000,00		
4.1.9.2.2.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	146.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00	Outras Restituições	146.000,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		6.761.000,00	
4.1.9.3.1.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	6.761.000,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	2.900.000,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	980.000,00		
4.1.9.3.1.98.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	668.000,00		
4.1.9.3.1.99.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	2.213.000,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)
 Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Página: 3/7
 Data: 30/05/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		8.049.000,00	
4.1.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	8.049.000,00		
4.1.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas	7.665.000,00		
4.1.9.0.99.91.00.00.00	Outras Receitas - Fumrebom	62.000,00		
4.1.9.0.99.92.00.00.00	Outras Receitas - FumPoc	161.000,00		
4.1.9.0.99.93.00.00.00	Outras Receitas - FumPom	161.000,00		
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			75.154.000,00
4.2.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		18.969.000,00	
4.2.1.1.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		6.824.000,00	
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	5.000.000,00		
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	5.000.000,00		
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	1.824.000,00		
4.2.1.2.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		12.145.000,00	
4.2.1.2.3.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Externas - Contratuais	12.145.000,00		
4.2.1.2.3.99.00.00.00.00	Outras Operações Créditos Externas - Contratuais	12.145.000,00		
4.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		854.000,00	
4.2.2.1.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		245.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	245.000,00		
4.2.2.2.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		609.000,00	
4.2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	609.000,00		
4.2.3.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		608.000,00	
4.2.3.0.99.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos	608.000,00		
4.2.4.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		54.723.000,00	
4.2.4.2.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		47.184.000,00	
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	12.338.000,00		
4.2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	12.338.000,00		
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	34.846.000,00		
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	34.846.000,00		
4.2.4.7.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		7.539.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	7.294.000,00		
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	7.294.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	245.000,00		
4.2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	245.000,00		
9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-51.824.000,00
9.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.		-2.380.000,00	
9.1.1.1.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE IMPOSTOS		-2.380.000,00	
9.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	-1.420.000,00		
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU	-1.420.000,00		
9.1.1.1.2.02.91.00.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita IPTU	-1.380.000,00		
9.1.1.1.2.02.92.00.00.00	Ded Rec - Dev Imposto s/propriedade pred e ter	-40.000,00		
9.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Dedução de Imposto s/ a Produção e a Circulação	-960.000,00		
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita ISS	-960.000,00		
9.1.1.1.3.05.91.00.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita ISS	-800.000,00		
9.1.1.1.3.05.92.00.00.00	Ded Rec - Dev Imposto s/produção e a Circulação	-160.000,00		
9.1.7.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-49.444.000,00	
9.1.7.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-49.444.000,00	
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-13.704.000,00		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-13.620.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-13.608.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-12.000,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-84.000,00		
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-35.740.000,00		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-35.740.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-27.576.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-7.816.000,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-348.000,00		
			Total das receitas:	599.101.000,00
			Total por entidade:	599.101.000,00
Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECÓ				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Página: 4/7

Data: 30/05/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			141.748.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		355.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		355.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	355.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	5.000,00		
4.1.3.2.5.23.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - Convenio Saúde	14.000,00		
4.1.3.2.5.23.01.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - Cv Saúde - União	14.000,00		
4.1.3.2.5.57.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec. SUS - SAMU	38.000,00		
4.1.3.2.5.64.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec.SUS - Atenção Bas	48.000,00		
4.1.3.2.5.65.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec.SUS - Atenção Mac	146.000,00		
4.1.3.2.5.66.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec. SUS - Vigilância	38.000,00		
4.1.3.2.5.67.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec. SUS - Assist Far	24.000,00		
4.1.3.2.5.68.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec. SUS - Assist. Fa	5.000,00		
4.1.3.2.5.69.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec. SUS Med de Disp.	5.000,00		
4.1.3.2.5.70.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec. SUS - Gestão	27.000,00		
4.1.3.2.5.71.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec. Outros Rec FNS	5.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		141.252.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		141.252.000,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	121.469.000,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	121.469.000,00		
4.1.7.2.1.33.01.00.00	Programa - Centros de Especialidades Odontológicas	298.000,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00	Programa FAEC AIH - Transplantes	497.000,00		
4.1.7.2.1.33.24.00.00	Gestão Plena do Sistema Municipal - Média e Alta C	85.944.000,00		
4.1.7.2.1.33.26.00.00	Incentivo de Atenção Básica dos Povos Indígenas	43.000,00		
4.1.7.2.1.33.29.00.00	Ações Básicas de Vigilância Sanitária	881.000,00		
4.1.7.2.1.33.31.00.00	PAB Fixo	6.894.000,00		
4.1.7.2.1.33.32.00.00	Programa de Agentes Comunitários de Saúde	4.436.000,00		
4.1.7.2.1.33.34.00.00	Programa Saúde Bucal	975.000,00		
4.1.7.2.1.33.35.00.00	Programa de Saúde da Família	4.288.000,00		
4.1.7.2.1.33.36.00.00	Receita Transf. de Recursos - NASF	1.249.000,00		
4.1.7.2.1.33.37.00.00	Incentivo no Ambito do Programa Nacional de HIV AI	142.000,00		
4.1.7.2.1.33.41.00.00	Centro de Referencia em Saúde do Trabalhador	555.000,00		
4.1.7.2.1.33.42.00.00	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	497.000,00		
4.1.7.2.1.33.46.00.00	Vigilância em Saúde - Incentivo em ambito hospital	43.000,00		
4.1.7.2.1.33.50.00.00	Receita Programa FAEC - Mamografia p/ Rastreamento	895.000,00		
4.1.7.2.1.33.51.00.00	Receita Programa FAEC - Nefrologia	4.977.000,00		
4.1.7.2.1.33.53.00.00	Receita Programa FAEC - Transp. Org.Tec.e Células	924.000,00		
4.1.7.2.1.33.54.00.00	Receita Programa FAEC - Tratamento Oncologia	28.000,00		
4.1.7.2.1.33.55.00.00	Vigilância em Saúde - Incentivo Ativ Corop e Fisic	170.000,00		
4.1.7.2.1.33.56.00.00	Vigilância em Saúde - Incentivo Prev. Acid e Viol	86.000,00		
4.1.7.2.1.33.57.00.00	Vigilância em Saúde - Campanha de Vacinas	14.000,00		
4.1.7.2.1.33.58.00.00	Atenção Básica - PMAQ Prog Melhoria Aces Qual	5.367.000,00		
4.1.7.2.1.33.59.00.00	Atenção Básica - PSE Prog saude Escola	312.000,00		
4.1.7.2.1.33.61.00.00	Assistência Farmaceutica Básica - Parte Fixa	1.251.000,00		
4.1.7.2.1.33.71.00.00	Gestão do SUS	43.000,00		
4.1.7.2.1.33.72.00.00	Farmacia Popular	170.000,00		
4.1.7.2.1.33.75.00.00	Programa FAEC - Cirurgia Orofacial	14.000,00		
4.1.7.2.1.33.76.00.00	Receita - Outros recursos do FNS	64.000,00		
4.1.7.2.1.33.77.00.00	Programa MAC - REDE PSICOSSOCIAL	170.000,00		
4.1.7.2.1.33.79.00.00	Atenção Básica - Variavel Comp Especif Reg - 6400	43.000,00		
4.1.7.2.1.33.81.00.00	Programa MAC - Brasil sem Miséria - 6500	57.000,00		
4.1.7.2.1.33.82.00.00	Programa MAC - Rede viver sem limites - 6500	28.000,00		
4.1.7.2.1.33.83.00.00	Programa MAC - Rede saude mental - 6500	114.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	19.783.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	18.883.000,00		
4.1.7.2.2.33.01.00.00	Receita de Transf. Recursos Estado - CEO	57.000,00		
4.1.7.2.2.33.02.00.00	Receita de Transf. Recursos Estado - Farmácia Bas.	1.378.000,00		
4.1.7.2.2.33.03.00.00	Receita de Transf. Rec. Est - Cof. Aten. Básica	1.850.000,00		
4.1.7.2.2.33.04.00.00	Receita de Transf. Rec. Estado - Oxigenoterapia	199.000,00		
4.1.7.2.2.33.05.00.00	Receita de Transf. Recursos Estado - MAC	15.399.000,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	900.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		141.000,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		62.000,00	

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Página: 5/7

Data: 30/05/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.2.2.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	62.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00	Outras Restituicoes	62.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		79.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00	Outras Receitas	79.000,00		
4.1.9.9.0.99.01.00.00	Outras Receitas	79.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			1.965.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.965.000,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		1.703.000,00	
4.2.4.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	1.398.000,00		
4.2.4.2.1.01.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	1.398.000,00		
4.2.4.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	305.000,00		
4.2.4.2.2.01.00.00.00	Transferências de Recursos p/ SUS	305.000,00		
4.2.4.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		262.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	262.000,00		
4.2.4.7.1.01.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	262.000,00		
			Total das receitas:	143.713.000,00
			Total por entidade:	143.713.000,00
Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			40.776.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		13.439.000,00	
4.1.2.1.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		13.439.000,00	
4.1.2.1.0.29.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio	13.439.000,00		
4.1.2.1.0.29.07.00.00	Contrib. de Servidor Ativo para o RPPS	13.227.000,00		
4.1.2.1.0.29.09.00.00	Contribuições de Servidor Inativo para o RPPS	212.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		20.930.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		20.930.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	20.930.000,00		
4.1.3.2.5.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Poup. Rec. Vinc. - RPPS	20.930.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		6.407.000,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		6.407.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	6.407.000,00		
4.1.9.2.2.10.00.00.00	Compensações Financ. entre Regime Geral e RPPS	6.321.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00	Outras Restituicoes	86.000,00		
4.7.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			31.047.000,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		31.047.000,00	
4.7.2.1.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		31.047.000,00	
4.7.2.1.0.29.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	31.047.000,00		
4.7.2.1.0.29.01.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	31.047.000,00		
			Total das receitas:	71.823.000,00
			Total por entidade:	71.823.000,00
Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			5.868.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		5.320.000,00	
4.1.2.1.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		5.320.000,00	
4.1.2.1.0.99.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	5.320.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		365.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		365.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	365.000,00		
4.1.3.2.5.99.00.00.00	Rec. Rem. Deposito Bancário - Rec. Ord	365.000,00		
4.1.3.2.5.99.04.00.00	Rec. Rem. Deposito Bancário - Rec. Ord FAS	365.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		183.000,00	
4.1.7.6.0.00.00.00.00	Transf. de Conv.		183.000,00	
4.1.7.6.3.00.00.00.00	Transf. de Conv. dos Municípios e suas Entid.	183.000,00		
4.1.7.6.3.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	183.000,00		
			Total das receitas:	5.868.000,00
			Total por entidade:	5.868.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Página: 6/7

Data: 30/05/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			3.873.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		24.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		24.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	24.000,00		
4.1.3.2.5.47.00.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS - API	5.000,00		
4.1.3.2.5.48.00.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS - PAC	3.000,00		
4.1.3.2.5.49.00.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS PPD	3.000,00		
4.1.3.2.5.50.00.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS - PETI	3.000,00		
4.1.3.2.5.51.00.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS Sentinela	5.000,00		
4.1.3.2.5.52.00.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS - Outros	5.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		3.835.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		3.225.000,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	3.225.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	3.225.000,00		
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada API	38.000,00		
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada PPD	134.000,00		
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada PAC	134.000,00		
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada SENTINELA	401.000,00		
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada BOLSA FAMILIA	218.000,00		
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada PETI JJORNADA	244.000,00		
4.1.7.2.1.34.51.00.00.00	Outros programas FMAS SUAS	2.056.000,00		
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		610.000,00	
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	166.000,00		
4.1.7.6.1.03.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr Assist Soc	124.000,00		
4.1.7.6.1.03.01.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Prog Assist Soc	62.000,00		
4.1.7.6.1.03.02.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Prog Assist Soc	62.000,00		
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	42.000,00		
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	444.000,00		
4.1.7.6.2.03.00.00.00.00	Prog. Proteção Social Especial ALTA COMPLEXIDADE	62.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	382.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		14.000,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		14.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	14.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituiçoes	14.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			265.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		265.000,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		265.000,00	
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	155.000,00		
4.2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	155.000,00		
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	110.000,00		
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	110.000,00		
			Total das receitas:	4.138.000,00
			Total por entidade:	4.138.000,00

Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		157.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	5.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	5.000,00	
4.1.3.2.5.99.00.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário	5.000,00	
4.1.3.2.5.99.08.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec Ord FIA	5.000,00	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		152.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		76.000,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	38.000,00	
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	38.000,00	
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	38.000,00	
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	38.000,00	
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas		38.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECOPágina: 7/7
Data: 30/05/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas		38.000,00	
			Total das receitas:	157.000,00
			Total por entidade:	157.000,00
				Total geral das transferências: 0,00
				Total geral das receitas: 824.800.000,00
				Total geral: 824.800.000,00

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal_____
GERALCI JOÃO AMPOLINI
Secretário da Fazenda_____
ROBERTO ZOLET
Contador Geral

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Página: 1/3

Data: 30/05/2016

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			372.460.277,60
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		211.944.706,40	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		5.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		195.326.706,40	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		16.613.000,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		1.103.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.103.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		159.412.571,20	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		8.150.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		8.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		151.218.571,20	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		36.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			113.706.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		105.873.000,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		5.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		105.868.000,00	
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		1.218.000,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.218.000,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		6.615.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		6.615.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			860.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		860.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		860.000,00	
Total das despesas:				487.026.277,60
Total da entidade:				487.026.277,60
Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			230.863.722,40
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		97.666.722,40	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		13.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		87.239.722,40	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		10.414.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		133.197.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		2.357.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		13.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		126.637.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		4.190.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			8.361.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		8.361.000,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		13.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		8.348.000,00	
Total das despesas:				239.224.722,40
Total da entidade:				239.224.722,40
Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			40.410.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		34.462.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		34.422.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		40.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.948.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.948.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			366.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		366.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		366.000,00	
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS			31.047.000,00
7.7.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS		31.047.000,00	

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO

Página: 2/3
 Data: 30/05/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
7.7.99.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS		31.047.000,00	
7.7.99.99.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	31.047.000,00		
7.7.99.99.01.00.00.00	A Classificar	31.047.000,00		
Total das despesas:				71.823.000,00
Total da entidade:				71.823.000,00
Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			5.576.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.576.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.576.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			292.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		292.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		292.000,00	
Total das despesas:				5.868.000,00
Total da entidade:				5.868.000,00
Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			5.099.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.567.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.567.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.532.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		347.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.185.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			460.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		460.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		460.000,00	
Total das despesas:				5.559.000,00
Total da entidade:				5.559.000,00
Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			214.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		214.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		117.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		97.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			79.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		79.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		79.000,00	
Total das despesas:				293.000,00
Total da entidade:				293.000,00
Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			14.653.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		11.405.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		11.025.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		380.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.248.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		61.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.187.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			353.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		353.000,00	

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓPágina: 3/3
Data: 30/05/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		353.000,00	
Total das despesas:				15.006.000,00
Total da entidade:				15.006.000,00
Total geral das transferências:				0,00
Total geral das despesas:				824.800.000,00
Total geral:				824.800.000,00

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal_____
GERALCI JOÃO AMPOLINI
Secretário da Fazenda_____
ROBERTO ZOLET
Contador Geral

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO

Página: 1/1
 Data: 30/05/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Funções e Subfunções de Governo (conforme Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
4 Administração	123 Administração Financeira
4 Administração	124 Controle Interno
4 Administração	126 Tecnologia da Informatização
4 Administração	129 Administração de Receitas
4 Administração	131 Comunicação Social
6 Segurança Pública	181 Policiamento
6 Segurança Pública	182 Defesa Civil
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso
8 Assistência Social	242 Assistência ao Portador de Deficiência
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
8 Assistência Social	244 Assistência Comunitária
9 Previdência Social	272 Previdência do Regime Estatutário
10 Saúde	301 Atenção Básica
10 Saúde	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10 Saúde	303 Suporte Profilático e Terapêutico
10 Saúde	304 Vigilância Sanitária
10 Saúde	306 Alimentação e Nutrição
12 Educação	361 Ensino Fundamental
12 Educação	363 Ensino Profissional
12 Educação	364 Ensino Superior
12 Educação	365 Educação Infantil
12 Educação	367 Educação Especial
13 Cultura	391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
13 Cultura	392 Difusão Cultural
14 Direitos da Cidadania	422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
15 Urbanismo	452 Serviços Urbanos
15 Urbanismo	453 Transportes Coletivos Urbanos
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
18 Gestão Ambiental	542 Controle Ambiental
19 Ciência e Tecnologia	573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
20 Agricultura	601 Promoção da Produção Vegetal
20 Agricultura	604 Defesa Sanitária Animal
20 Agricultura	605 Abastecimento
20 Agricultura	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
23 Comércio e Serviços	691 Promoção Comercial
23 Comércio e Serviços	695 Turismo
25 Energia	752 Energia Elétrica
26 Transporte	781 Transporte Aéreo
27 Desporto e Lazer	811 Desporto de Rendimento
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

LUCIANO JOSÉ BULIGON
 Prefeito Municipal

GERALCI JOÃO AMPOLINI
 Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET
 Contador Geral

Página: 1/16
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ					
Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO		99.187.000,00	352.529.277,60	34.450.000,00	487.026.277,60
Unidade: 02.02 Gabinete do Prefeito		0,00	22.224.571,20	0,00	22.224.571,20
		0,00	22.224.571,20	0,00	22.224.571,20
04	Administração		17.823.571,20		17.823.571,20
04.122	Administração Geral		10.648.000,00		10.648.000,00
04.122.0102	Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos		8.360.000,00		8.360.000,00
04.122.0102.2011	Manut. Gabinete do Prefeito		3.408.000,00		3.408.000,00
04.122.0102.2012	Manut. Gabinete Vice Prefeito		385.000,00		385.000,00
04.122.0102.2021	Manut. Superintendências Regionais		4.423.000,00		4.423.000,00
04.122.0102.2022	Manut. Atividades Ouvidoria Pública		144.000,00		144.000,00
04.122.0103	Apoio Administrativo		2.288.000,00		2.288.000,00
04.122.0103.2015	Manut. Procuradoria Geral do Município		2.210.000,00		2.210.000,00
04.122.0103.2027	Manut. Fundo de Resp. Procuradoria Mun. FURP		78.000,00		78.000,00
04.124	Controle Interno		2.091.000,00		2.091.000,00
04.124.0103	Apoio Administrativo		2.091.000,00		2.091.000,00
04.124.0103.2016	Manut. Contadoria Geral do Município		1.370.000,00		1.370.000,00
04.124.0103.2017	Manut. Controladoria Geral do Município		721.000,00		721.000,00
04.131	Comunicação Social		5.084.571,20		5.084.571,20
04.131.0102	Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos		5.084.571,20		5.084.571,20
04.131.0102.2018	Manut. Assessoria de Imprensa		5.084.571,20		5.084.571,20
08	Assistência Social		1.776.000,00		1.776.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		1.776.000,00		1.776.000,00
08.243.0105	Atendimento Integral à Família		1.776.000,00		1.776.000,00
08.243.0105.2023	Manut. Atividades do Conselho Tutelar		1.776.000,00		1.776.000,00
14	Direitos da Cidadania		1.629.000,00		1.629.000,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		1.629.000,00		1.629.000,00
14.422.0103	Apoio Administrativo		1.629.000,00		1.629.000,00
14.422.0103.2031	Manut. Atividades do PROCON		1.629.000,00		1.629.000,00
23	Comércio e Serviços		996.000,00		996.000,00
23.695	Turismo		996.000,00		996.000,00
23.695.0127	Chapécó Nossa Cidade		996.000,00		996.000,00
23.695.0127.2028	Manutenção das Atividades de Decoração Natalina		996.000,00		996.000,00

Página: 2/16
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ					
Órgão: 03.00 SECRETARIA DA FAZENDA		99.187.000,00	352.529.277,60	34.450.000,00	487.026.277,60
Unidade: 03.03 Secretaria da Fazenda		550.000,00	8.375.000,00	0,00	8.925.000,00
		550.000,00	8.375.000,00	0,00	8.925.000,00
04	Administração	550.000,00	8.375.000,00		8.925.000,00
04.122	Administração Geral	550.000,00			550.000,00
04.122.0104	Modernização da Estrutura Administrativa	550.000,00			550.000,00
04.122.0104.1011	Modernização da Adm. Tributos				
04.123	Administração Financeira	550.000,00			550.000,00
04.123.0103	Apoio Administrativo		1.249.000,00		1.249.000,00
04.123.0103.2041	Manut. Secretaria de Fazenda		1.249.000,00		1.249.000,00
04.129	Administração de Receitas		7.126.000,00		7.126.000,00
04.129.0103	Apoio Administrativo		7.126.000,00		7.126.000,00
04.129.0103.2042	Manut. Depto. Tributos		2.196.000,00		2.196.000,00
04.129.0103.2043	Manut. Depto. Fiscalização		4.930.000,00		4.930.000,00
Órgão: 04.00 SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER					
Unidade: 04.04 Secretaria de Juventude Esporte e Lazer		4.306.000,00	9.551.000,00	0,00	13.857.000,00
		4.306.000,00	9.551.000,00	0,00	13.857.000,00
27	Desporto e Lazer	4.306.000,00	9.551.000,00		13.857.000,00
27.811	Desporto de Rendimento	2.520.000,00			2.520.000,00
27.811.0110	Atleta do Futuro	2.520.000,00			2.520.000,00
27.811.0110.1022	Conclusão Arena Indio Condá	1.933.000,00			1.933.000,00
27.811.0110.1023	Construção Arena Multiuso	587.000,00			587.000,00
27.812	Desporto Comunitário	1.786.000,00	9.551.000,00		11.337.000,00
27.812.0109	Esporte e Lazer para Todos	1.786.000,00	6.067.000,00		7.853.000,00
27.812.0109.1021	Construção e Ampliação Praças Poli Esportivas	1.786.000,00			1.786.000,00
27.812.0109.2051	Manut. Atividades Secretaria de Esportes e Lazer		4.366.000,00		4.366.000,00
27.812.0109.2052	Manut. Depto. Técnico Sec. Esportes e Lazer		859.000,00		859.000,00
27.812.0109.2053	Manut. Depto. Patrimônio e Materiais Sec. Esportes e Lazer		842.000,00		842.000,00
27.812.0110	Atleta do Futuro		3.484.000,00		3.484.000,00
27.812.0110.2054	Manut. Ativ. de Apoio ao Esporte		3.484.000,00		3.484.000,00

Página: 3/16
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ					
Órgão: 05.00	SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	99.187.000,00	352.529.277,60	34.450.000,00	487.026.277,60
Unidade: 05.05	Secretaria de Defesa do Cidadão	1.109.000,00	25.458.000,00	0,00	26.567.000,00
		1.109.000,00	25.458.000,00	0,00	26.567.000,00
04	Administração		4.611.000,00		4.611.000,00
04.122	Administração Geral		4.611.000,00		4.611.000,00
04.122.0103	Apoio Administrativo		4.611.000,00		4.611.000,00
04.122.0103.2064	Manut. Depto de Segurança Patrimonial		4.611.000,00		4.611.000,00
06	Segurança Pública		20.847.000,00		20.847.000,00
06.181	Policimento		16.925.000,00		16.925.000,00
06.181.0117	Chapécó Segurança máxima		16.925.000,00		16.925.000,00
06.181.0117.2063	Manut. da Guarda Municipal		5.380.000,00		5.380.000,00
06.181.0117.2065	Manut. Depto de Fiscalização de Trânsito		7.093.000,00		7.093.000,00
06.181.0117.2066	Manut. Depto de Fiscalização de Transporte Público		824.000,00		824.000,00
06.181.0117.2071	Manut. Atividades do Fundo - Bombeiros		2.260.000,00		2.260.000,00
06.181.0117.2072	Manut. Atividades do Fundo - Polícia Militar		717.000,00		717.000,00
06.181.0117.2073	Manut. Atividades do Fundo - Polícia Civil		651.000,00		651.000,00
06.182	Defesa Civil		3.922.000,00		3.922.000,00
06.182.0117	Chapécó Segurança máxima		3.922.000,00		3.922.000,00
06.182.0117.2061	Manut. da Secretaria de Defesa do Cidadão		3.851.000,00		3.851.000,00
06.182.0117.2062	Manut. Atividades Defesa Civil		71.000,00		71.000,00
15	Urbanismo	1.109.000,00			1.109.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	747.000,00			747.000,00
15.451.0117	Chapécó Segurança máxima	362.000,00			362.000,00
15.451.0117.1031	Modernização do Sistema de Trânsito	362.000,00			362.000,00
15.451.0124	Chapécó Acessível - Mobilidade Urbana	385.000,00			385.000,00
15.451.0124.1033	Ampliação Construção e Modernização Terminais Urbanos	385.000,00			385.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	362.000,00			362.000,00
15.453.0117	Chapécó Segurança máxima	362.000,00			362.000,00
15.453.0117.1032	Modernização do Sistema de Transporte Coletivo	362.000,00			362.000,00
Órgão: 06.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED					
Unidade: 06.06	Secretaria de Educação	18.016.000,00	153.785.706,40	0,00	171.801.706,40
		18.016.000,00	153.785.706,40	0,00	171.801.706,40
10	Saúde		14.804.000,00		14.804.000,00
10.306	Alimentação e Nutrição		14.804.000,00		14.804.000,00
10.306.0108	Escola Forte		14.804.000,00		14.804.000,00
10.306.0108.2131	Manut. Merenda Escolar		14.804.000,00		14.804.000,00

Página: 4/16
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ					
Órgão: 06.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED					
Unidade: 06.06 Secretaria de Educação					
12	Educação				
12.361	Ensino Fundamental	99.187.000,00	352.529.277,60	34.450.000,00	487.026.277,60
12.361.0108	Escola Forte	18.016.000,00	153.785.706,40	0,00	171.801.706,40
12.361.0108.1101	Construção Ampliação Rede Física Ensino Fundamental	18.016.000,00	153.785.706,40	0,00	171.801.706,40
12.361.0108.1102	Construção Ampliação Rede Física Educ. Tempo Integral				
12.361.0108.1104	Ampliação e Reforma Escola Agropecuária				
12.361.0108.1111	Aquisição de Material Uso Permanente - Fundamental				
12.361.0108.2101	Manut. Atividades Secretaria de Educação	5.980.000,00			5.980.000,00
12.361.0108.2102	Manut. Diretoria Administrativa Sec Educação	3.721.000,00			3.721.000,00
12.361.0108.2103	Manut. Diretoria Pedagógica	1.040.000,00			1.040.000,00
12.361.0108.2111	Manut. Profis. Magistério - Ensino Fundamental	2.168.000,00	7.331.000,00		7.331.000,00
12.361.0108.2121	Manut. Ensino Fundamental - Outros		4.740.000,00		4.740.000,00
12.361.0108.2129	Manut. Escola Agropecuária		1.968.000,00		1.968.000,00
12.361.0108.2132	Manut. do Transporte Escolar		61.457.706,40		61.457.706,40
12.363	Ensino Profissional	10.028.000,00	10.028.000,00		10.028.000,00
12.363.0108	Escola Forte		164.000,00		164.000,00
12.363.0108.2133	Manut. Ensino Profissional e Cooperativo	5.115.000,00	5.115.000,00		5.115.000,00
12.364	Ensino Superior	61.000,00	61.000,00		61.000,00
12.364.0108	Escola Forte		119.000,00		119.000,00
12.364.0108.2135	Manut. Convenio Ensino Superior e FUNDESTE		119.000,00		119.000,00
12.365	Educação Infantil	5.107.000,00	47.189.000,00		52.296.000,00
12.365.0108	Escola Forte	5.107.000,00	47.189.000,00		52.296.000,00
12.365.0108.1103	Construção Ampliação Rede Física Educação Infantil	3.297.000,00			3.297.000,00
12.365.0108.1112	Aquisição de Material Uso Permanente - Infantil	1.810.000,00			1.810.000,00
12.365.0108.2112	Manut. Profis. Magistério - Educação Infantil				
12.365.0108.2122	Manut. Educação Infantil - Outros				
12.367	Educação Especial				
12.367.0108	Escola Forte				
12.367.0108.2134	Manut. Outros convenio FNDE	37.972.000,00	37.972.000,00		37.972.000,00
		9.217.000,00	9.217.000,00		9.217.000,00
		809.000,00	809.000,00		809.000,00
		809.000,00	809.000,00		809.000,00
		809.000,00	809.000,00		809.000,00

Página: 5/16
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ					
Órgão: 07.00	SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE	99.187.000,00	352.529.277,60	34.450.000,00	487.026.277,60
Unidade: 07.07	Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente	2.359.000,00	6.132.000,00	0,00	8.491.000,00
		2.359.000,00	6.132.000,00	0,00	8.491.000,00
18	Gestão Ambiental		953.000,00		953.000,00
18.542	Controle Ambiental		953.000,00		953.000,00
18.542.0125	Desenvolvimento Ambiental Sustentável		953.000,00		953.000,00
18.542.0125.2211	Manut. das Atividades do Meio Ambiente		953.000,00		953.000,00
20	Agricultura	2.359.000,00	5.179.000,00		7.538.000,00
20.601	Promoção da Produção Vegetal		119.000,00		119.000,00
20.601.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar		119.000,00		119.000,00
20.601.0121.1205	Implantação de Feiras Municipais	785.000,00			785.000,00
20.601.0121.2205	Manut. Operacionalização Mercado Público	785.000,00			785.000,00
20.604	Defesa Sanitária Animal				
20.604.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar				
20.604.0121.2204	Manut. Depto de Inspeção de Produtos Origem Animal				
20.605	Abastecimento				
20.605.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar				
20.605.0121.2203	Manut. Depto de Abastecimento Rural				
20.606	Extensão Rural	1.574.000,00			1.574.000,00
20.606.0120	Difusão de tecnologias e inovações				
20.606.0120.2202	Manut. Depto de Assist. e Difusão tecnológica				
20.606.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar				
20.606.0121.2215	Manut. Atividades do Fundo Municipal de Desenv. Rural				
20.606.0121.2216	Manut. Atividades de Consórcios Públicos				
20.606.0125	Desenvolvimento Ambiental Sustentável	1.574.000,00			1.574.000,00
20.606.0125.1201	Aquisição de Máquinas e Equipamentos - Agricultura				
20.606.0125.2201	Manut. da Secr. Agricultura e Serv.Rurais				
Órgão: 09.00	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA	37.254.000,00	56.531.000,00	0,00	93.785.000,00
Unidade: 09.09	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura	37.254.000,00	56.531.000,00	0,00	93.785.000,00
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana	34.981.000,00	33.665.000,00		68.646.000,00
15.451.0123	Chapecó Integrada - Requalificação dos Espaços Públicos	34.981.000,00	25.356.000,00		60.337.000,00
15.451.0123.1251	Revitalização de Parques e Praças Públicas	596.000,00			596.000,00
15.451.0124	Chapecó Acessível - Mobilidade Urbana	596.000,00			596.000,00
15.451.0124.2251	Manut. Ativ. Secret. de Serviços Urbanos e infraestrutura		4.809.000,00		4.809.000,00
			4.572.000,00		4.572.000,00

Página: 6/16
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ					
Órgão: 09.00	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA	99.187.000,00	352.529.277,60	34.450.000,00	487.026.277,60
Unidade: 09.09	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura	37.254.000,00	56.531.000,00	0,00	93.785.000,00
		37.254.000,00	56.531.000,00	0,00	93.785.000,00
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana	34.981.000,00	33.665.000,00		68.646.000,00
15.451.0124	Chapeco Acessível - Mobilidade Urbana	34.981.000,00	25.356.000,00		60.337.000,00
15.451.0124.2260	Manut. Sinalização Viária		4.809.000,00		4.809.000,00
15.451.0127	Chapeco Nossa Cidade		237.000,00		237.000,00
15.451.0127.1252	Implantação e Revitalização de Passeios Públicos	34.385.000,00	20.547.000,00		54.932.000,00
15.451.0127.1255	Pavimentação de Vias com Pedras Irregulares	474.000,00			474.000,00
15.451.0127.1256	Recuperação e Pavimentação de Vias Públicas	13.000,00			13.000,00
15.451.0127.1271	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	32.615.000,00			32.615.000,00
15.451.0127.2253	Manut. Depto de Máquinas e Equipamentos	1.283.000,00			1.283.000,00
15.451.0127.2254	Manut. Depto de Obras		10.666.000,00		10.666.000,00
15.451.0127.2255	Manut. Depto de Estradas		3.715.000,00		3.715.000,00
15.451.0127.2256	Manut. da Usina de Asfalto		5.236.000,00		5.236.000,00
15.452	Serviços Urbanos		930.000,00		930.000,00
15.452.0124	Chapeco Acessível - Mobilidade Urbana		8.309.000,00		8.309.000,00
15.452.0124.2252	Manut. Depto de Serviços Urbanos		8.309.000,00		8.309.000,00
17	Saneamento				
17.512	Saneamento Básico Urbano	776.000,00	8.309.000,00		8.309.000,00
17.512.0126	Chapeco Limpa e Urbanizada - Qualidade de Vida e Bem estar social		15.435.000,00		15.435.000,00
17.512.0126.1253	Construção de Galerias - Micro e Macro Drenagem	776.000,00			776.000,00
17.512.0126.1254	Implantação de Sistema de Saneamento	776.000,00	15.435.000,00		16.211.000,00
17.512.0126.2281	Manut. Coleta Resíduos Sólidos Domiciliares e Seletiva	749.000,00			749.000,00
18	Gestão Ambiental	27.000,00			27.000,00
18.542	Controle Ambiental		15.435.000,00		15.435.000,00
18.542.0125	Desenvolvimento Ambiental Sustentável		880.000,00		880.000,00
18.542.0125.2257	Manut. Horto Florestal		880.000,00		880.000,00
25	Energia				
25.752	Energia Elétrica	1.497.000,00	880.000,00		880.000,00
25.752.0124	Chapeco Acessível - Mobilidade Urbana		6.551.000,00		6.551.000,00
25.752.0124.1261	Expansão da Iluminação Pública	1.497.000,00			1.497.000,00
25.752.0124.2271	Manut. da Iluminação Pública	1.497.000,00	6.551.000,00		8.048.000,00
			6.551.000,00		1.497.000,00
					6.551.000,00

Página: 7/16
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ					
Órgão: 10.00 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
Unidade: 10.10 Secretaria de Desenvolvimento Econômico					
19	Ciência e Tecnologia				244.000,00
19.573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico				244.000,00
19.573.0120	Difusão de tecnologias e inovações				244.000,00
19.573.0120.2305	Apoio a Inovação Tecnológica				244.000,00
22	Indústria				244.000,00
22.661	Promoção Industrial	2.168.000,00			2.168.000,00
22.661.0118	Chapecó Empreendedora	2.168.000,00			2.168.000,00
22.661.0118.1301	Implantação e Desenvolvimento de Distritos Industriais	1.451.000,00			1.451.000,00
22.661.0118.1302	Implantação Parque Tecnológico	717.000,00			717.000,00
23	Comércio e Serviços				8.918.000,00
23.691	Promoção Comercial				8.795.000,00
23.691.0118	Chapecó Empreendedora				2.393.000,00
23.691.0118.2301	Manut. Atividades Secret.Desenvolv.Economico				2.393.000,00
23.691.0119	Chapecó de braços abertos				6.402.000,00
23.691.0119.2302	Manut. Realização EFAP 2014/17				6.250.000,00
23.691.0119.2303	Manut. Realização Feiras				152.000,00
23.695	Turismo				123.000,00
23.695.0119	Chapecó de braços abertos				123.000,00
23.695.0119.2304	Manut. Atividades de Promoção do Turismo				123.000,00
Órgão: 11.00 SECRETARIA DE HABITAÇÃO					
Unidade: 11.11 Secretaria de Habitação					
16	Habitação				11.380.000,00
16.482	Habitação Urbana				11.380.000,00
16.482.0128	Produção de Unidades Habitacionais e Regularização Fundiária				11.380.000,00
16.482.0128.1331	Contrução de Habitações e Conjuntos Habitacionais				2.666.000,00
16.482.0128.1332	Aquisição de Areas para Produção de Unid Habitacionais				1.160.000,00
16.482.0128.1333	Implantação Infra Estrutura em Loteamentos Populares				902.000,00
16.482.0128.1334	Implantação Programa Promoradia				3.882.000,00
16.482.0128.2331	Manut. Atividades Secretaria de Habitação	1.061.000,00			1.061.000,00
16.482.0128.2332	Manut. Depto de Habitação	920.000,00			920.000,00
16.482.0128.2333	Manut. Depto de Regularização Fundiária	255.000,00			255.000,00
16.482.0128.2341	Manut. Ativ Fundo Mun habitação e Interesse Social	179.000,00			179.000,00
		99.187.000,00	352.529.277,60	34.450.000,00	487.026.277,60
		2.168.000,00	9.162.000,00	0,00	11.330.000,00
		2.168.000,00	9.162.000,00	0,00	11.330.000,00

Página: 8/16
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ					
Órgão: 11.00	SECRETARIA DE HABITAÇÃO	99.187.000,00	352.529.277,60	34.450.000,00	487.026.277,60
Unidade: 11.11	Secretaria de Habitação	8.610.000,00	2.770.000,00	0,00	11.380.000,00
		8.610.000,00	2.770.000,00	0,00	11.380.000,00
16	Habitação	8.610.000,00	2.770.000,00		11.380.000,00
16.482	Habitação Urbana	8.610.000,00	2.770.000,00		11.380.000,00
16.482.0128	Produção de Unidades Habitacionais e Regularização Fundiária	8.610.000,00	2.770.000,00		11.380.000,00
16.482.0128.2342	Manut. Ativ Fundo Mun Regularização Fundiária		355.000,00		355.000,00
Órgão: 12.00 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO					
Unidade: 12.12	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	21.088.000,00	11.252.000,00	0,00	32.340.000,00
		21.088.000,00	11.252.000,00	0,00	32.340.000,00
04	Administração	3.562.000,00			3.562.000,00
04.122	Administração Geral	3.562.000,00			3.562.000,00
04.122.0104	Modernização da Estrutura Administrativa	3.562.000,00			3.562.000,00
04.122.0104.1404	Construção e Modernização da Estrutura Administrativa	3.562.000,00			3.562.000,00
15	Urbanismo	17.526.000,00	7.675.000,00		25.201.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	16.566.000,00	7.675.000,00		24.241.000,00
15.451.0122	Chapecó do Futuro		4.052.000,00		4.052.000,00
15.451.0122.2403	Manut. Depto de Elaboração de Projetos e Obras Públicas		3.880.000,00		3.880.000,00
15.451.0122.2404	Manut. Depto de Análise e Aprovação de Projetos		172.000,00		172.000,00
15.451.0123	Chapecó Integrada - Requalificação dos Espaços Públicos	602.000,00	758.000,00		1.360.000,00
15.451.0123.1405	Revitalização de Avenidas Centrais	602.000,00			602.000,00
15.451.0123.2402	Manut. Depto de Fiscalização de Obras		758.000,00		758.000,00
15.451.0124	Chapecó Acessível - Mobilidade Urbana	1.568.000,00	2.865.000,00		4.433.000,00
15.451.0124.1406	Requalificação de Espaços Públicos - Mobilidade Urbana	1.568.000,00			1.568.000,00
15.451.0124.2401	Manut. Atividades Secret. De Planejamento		2.284.000,00		2.284.000,00
15.451.0124.2405	Manut. Depto de Mobilidade Urbana		581.000,00		581.000,00
15.451.0127	Chapecó Nossa Cidade	14.396.000,00			14.396.000,00
15.451.0127.1402	Acesso ao Distrito Industrial e Vias Internas	843.000,00			843.000,00
15.451.0127.1403	Ligação Atílio Fontana SCT480	9.144.000,00			9.144.000,00
15.451.0127.1407	Expansão e Readequação de Vias Públicas	4.409.000,00			4.409.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	960.000,00			960.000,00
15.453.0127	Chapecó Nossa Cidade	960.000,00			960.000,00
15.453.0127.1401	Pavimentação Corredores Transporte Coletivo	960.000,00			960.000,00

Página: 9/16
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ					
Órgão: 12.00	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	99.187.000,00	352.529.277,60	34.450.000,00	487.026.277,60
Unidade: 12.12	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	21.088.000,00	11.252.000,00	0,00	32.340.000,00
		21.088.000,00	11.252.000,00	0,00	32.340.000,00
17	Saneamento		3.577.000,00		3.577.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		3.577.000,00		3.577.000,00
17.512.0126	Chapeco Limpa e Urbanizada - Qualidade de Vida e Bem estar social		3.577.000,00		3.577.000,00
17.512.0126.2406	Manut. Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial		3.577.000,00		3.577.000,00
Órgão: 13.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO					
Unidade: 13.13	Encargos Gerais do Município	0,00	0,00	34.450.000,00	34.450.000,00
		0,00	0,00	34.450.000,00	34.450.000,00
28	Encargos Especiais			34.450.000,00	34.450.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			7.718.000,00	7.718.000,00
28.843.0103	Apoio Administrativo			7.718.000,00	7.718.000,00
28.843.0103.972	Amortização de Dívida			7.718.000,00	7.718.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			26.732.000,00	26.732.000,00
28.846.0103	Apoio Administrativo			26.732.000,00	26.732.000,00
28.846.0103.971	Encargos Especiais			20.510.000,00	20.510.000,00
28.846.0103.975	Precatórios			6.222.000,00	6.222.000,00
Órgão: 31.00 SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO					
Unidade: 31.31	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	2.173.000,00	19.677.000,00	0,00	21.850.000,00
		2.173.000,00	19.677.000,00	0,00	21.850.000,00
04	Administração	662.000,00	15.315.000,00		15.977.000,00
04.122	Administração Geral		14.299.000,00		14.299.000,00
04.122.0102	Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos		2.066.000,00		2.066.000,00
04.122.0102.2501	Manut. Gabinete Secretaria de Coord. de Governo e Gestão		2.066.000,00		2.066.000,00
04.122.0103	Apoio Administrativo		12.233.000,00		12.233.000,00
04.122.0103.2502	Manut. Depto de Gestão de Compras		998.000,00		998.000,00
04.122.0103.2503	Manut. Depto de Planejamento e Gestão		723.000,00		723.000,00
04.122.0103.2504	Manut. Depto de Recursos Humanos		1.249.000,00		1.249.000,00
04.122.0103.2505	Manut. Serv. Atend. Saúde do Servidor Municipal		520.000,00		520.000,00
04.122.0103.2506	Manut. Segurança e Medicina do Trabalho		1.382.000,00		1.382.000,00
04.122.0103.2511	Manut. Depto de Serviços Gerais		6.353.000,00		6.353.000,00
04.122.0103.2512	Manut. Depto Almoxarifado Central		1.008.000,00		1.008.000,00

Página: 10/16
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ					
Órgão: 31.00 SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO		99.187.000,00	352.529.277,60	34.450.000,00	487.026.277,60
Unidade: 31.31 Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		2.173.000,00	19.677.000,00	0,00	21.850.000,00
		2.173.000,00	19.677.000,00	0,00	21.850.000,00
04	Administração	662.000,00	15.315.000,00		15.977.000,00
04.126	Tecnologia da Informatização	662.000,00	1.016.000,00		1.678.000,00
04.126.0103	Apoio Administrativo		1.016.000,00		1.016.000,00
04.126.0103.2513	Manut. Depto de Tecnologia de Informação - TI		1.016.000,00		1.016.000,00
04.126.0104	Modernização da Estrutura Administrativa	662.000,00			662.000,00
04.126.0104.1501	Ampliação e Manutenção da central de Dados e Internet	662.000,00			662.000,00
08	Assistência Social		27.000,00		27.000,00
08.241	Assistência ao Idoso		27.000,00		27.000,00
08.241.0106	Atendimento a Grupos Especiais		27.000,00		27.000,00
08.241.0106.2524	Manut. Cidade do Idoso		27.000,00		27.000,00
13	Cultura		538.000,00		538.000,00
13.392	Difusão Cultural		538.000,00		538.000,00
13.392.0116	Cultura Cidadã		538.000,00		538.000,00
13.392.0116.2522	Manut. Centro de Cultura e Eventos		538.000,00		538.000,00
23	Comércio e Serviços	726.000,00	1.419.000,00		2.145.000,00
23.691	Promoção Comercial	726.000,00	1.419.000,00		2.145.000,00
23.691.0119	Chapecó de braços abertos	726.000,00	1.419.000,00		2.145.000,00
23.691.0119.1503	Revitalização Parque de Exposições				726.000,00
23.691.0119.2521	Manut. Parque Trancredo Neves	726.000,00			1.419.000,00
26	Transporte		1.419.000,00		1.419.000,00
26.781	Transporte Aéreo		2.378.000,00		3.163.000,00
26.781.0119	Chapecó de braços abertos	785.000,00	2.378.000,00		3.163.000,00
26.781.0119.1502	Ampliação Estrutura Física Aeroporto Municipal	785.000,00	2.378.000,00		3.163.000,00
26.781.0119.2523	Manut. Atividades Aeroporto Municipal	785.000,00	2.378.000,00		785.000,00
			2.378.000,00		2.378.000,00
Órgão: 32.00 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.199.000,00	21.111.000,00	0,00	22.310.000,00
Unidade: 32.32 Secretaria de Assistência Social		1.199.000,00	21.111.000,00	0,00	22.310.000,00
08	Assistência Social	1.199.000,00	20.843.000,00		22.042.000,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		4.010.000,00		4.010.000,00
08.242.0106	Atendimento a Grupos Especiais		4.010.000,00		4.010.000,00
08.242.0106.2544	Manut. Depto de Proteção Especial - SEASC		4.010.000,00		4.010.000,00

Página: 11/16
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ					
Órgão: 32.00	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	99.187.000,00	352.529.277,60	34.450.000,00	487.026.277,60
Unidade: 32.32	Secretaria de Assistência Social	1.199.000,00	21.111.000,00	0,00	22.310.000,00
		1.199.000,00	21.111.000,00	0,00	22.310.000,00
08	Assistência Social	1.199.000,00	20.843.000,00		22.042.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		448.000,00		448.000,00
08.243.0105	Atendimento Integral à Família		448.000,00		448.000,00
08.243.0105.2547	Manut. Operac. Centro de Refer. de Assist. Social - CRAS		448.000,00		448.000,00
08.244	Assistência Comunitária	1.199.000,00	16.385.000,00		17.584.000,00
08.244.0104	Modernização da Estrutura Administrativa	183.000,00			183.000,00
08.244.0104.1541	Construção Ampliação Secretaria de Assistência Social - SEASC	183.000,00			183.000,00
08.244.0105	Atendimento Integral à Família	290.000,00	13.763.000,00		14.053.000,00
08.244.0105.1542	Instalação de Unidades de Assistência Social	290.000,00			290.000,00
08.244.0105.2541	Manut. Atividades Secretaria de Assistência Social - SEASC		6.346.000,00		6.346.000,00
08.244.0105.2542	Manut. Depto de Proteção Básica - SEASC		5.015.000,00		5.015.000,00
08.244.0105.2543	Manut. Depto de Relações Comunitárias - SEASC		2.402.000,00		2.402.000,00
08.244.0106	Atendimento a Grupos Especiais		199.000,00		199.000,00
08.244.0106.2548	Manut. Central de Resgate Social		199.000,00		199.000,00
08.244.0107	Segurança Alimentar e Nutricional.	726.000,00	2.423.000,00		3.149.000,00
08.244.0107.1543	Construção Ampliação Restaurante Popular	726.000,00			726.000,00
08.244.0107.2545	Manut. Depto de Segurança Alimentar - SEASC		1.053.000,00		1.053.000,00
08.244.0107.2546	Manut. Atividades Restaurante Popular		1.370.000,00		1.370.000,00
10	Saúde		268.000,00		268.000,00
10.306	Alimentação e Nutrição		268.000,00		268.000,00
10.306.0107	Segurança Alimentar e Nutricional.		268.000,00		268.000,00
10.306.0107.2549	Manut. Programa Aquisição de Alimentos - Compra Direta		268.000,00		268.000,00
Órgão: 33.00	SECRETARIA DE CULTURA	355.000,00	5.392.000,00	0,00	5.747.000,00
Unidade: 33.33	Secretaria de Cultura	355.000,00	5.392.000,00	0,00	5.747.000,00
13	Cultura	355.000,00	5.392.000,00		5.747.000,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		945.000,00		945.000,00
13.391.0116	Cultura Cidadã		945.000,00		945.000,00
13.391.0116.2574	Manut. Escola de Artes		945.000,00		945.000,00
13.392	Difusão Cultural	355.000,00	4.447.000,00		4.802.000,00
13.392.0116	Cultura Cidadã	355.000,00	4.394.000,00		4.749.000,00
13.392.0116.1571	Construção e Modernização Secretaria de Cultura	355.000,00			355.000,00
13.392.0116.2571	Manut. Atividades Secretaria de Cultura		2.306.000,00		2.306.000,00

Página: 12/16
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ					
Órgão: 33.00 SECRETARIA DE CULTURA					
Unidade: 33.33 Secretaria de Cultura					
13	Cultura				
13.392	Difusão Cultural	99.187.000,00	352.529.277,60	34.450.000,00	487.026.277,60
13.392.0116	Cultura Cidadã	355.000,00	5.392.000,00	0,00	5.747.000,00
13.392.0116.2572	Fundo Municipal de Cultura	355.000,00	5.392.000,00	0,00	5.747.000,00
13.392.0116.2573	Manut. Biblioteca Municipal				
13.392.0116.2575	Manut. de Museus		1.566.000,00		1.566.000,00
13.392.0127	Chapécó Nossa Cidade		402.000,00		402.000,00
13.392.0127.2576	Manutenção da PEC		120.000,00		120.000,00
			53.000,00		53.000,00
			53.000,00		53.000,00
Órgão: 34.00 SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INSTITUCIONAIS					
Unidade: 34.34 SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INSTITUCIONAIS					
04	Administração				
04.122	Administração Geral	0,00	1.108.000,00	0,00	1.108.000,00
04.122.0103	Apoio Administrativo	0,00	1.108.000,00	0,00	1.108.000,00
04.122.0103.2591	Manut. Secretaria de Articulação Institucional - SAI.		1.108.000,00		1.108.000,00
Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
Unidade: 99.99 Reserva de Contingência					
99	Reserva de Contingência				
99.999	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	860.000,00
99.999.0103	Apoio Administrativo	0,00	0,00	0,00	860.000,00
99.999.0103.9999	Reserva de Contingência				860.000,00
Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO					
Órgão: 14.00 PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE					
Unidade: 14.01 PMC - Fundo Municipal da Saúde					
10	Saúde	3.290.000,00	235.934.722,40	0,00	239.224.722,40
10.301	Atenção Básica	3.290.000,00	235.934.722,40	0,00	239.224.722,40
10.301.0103	Apoio Administrativo	3.290.000,00	235.934.722,40	0,00	239.224.722,40
10.301.0103.2604	Manut. Depto Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria				
10.301.0103.2609	Manut. Conselho Municipal de Saúde				

Página: 13/16
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO					
Órgão: 14.00 PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE					
Unidade: 14.01 PMC - Fundo Municipal da Saúde					
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica				
10.301.0104	Modernização da Estrutura Administrativa				
10.301.0104.1604	Construção Sede Fundo Mun. Saúde	3.290.000,00	235.934.722,40	0,00	239.224.722,40
10.301.0111	Atenção Básica em Saúde	3.290.000,00	235.934.722,40	0,00	239.224.722,40
10.301.0111.1601	Construção e Ampliação de Unid. De Saúde	3.290.000,00	235.934.722,40	0,00	239.224.722,40
10.301.0111.1602	Construção Unidades de Pronto Atendimento				
10.301.0111.1603	Aquisição de Material de Uso Permanente - FMS				
10.301.0111.2603	Manut. Diretoria de Atenção a Saúde	2.779.000,00	95.984.000,00		98.763.000,00
10.301.0111.2605	Manut. Atenção Básica em Saúde	697.000,00			697.000,00
10.301.0111.2621	Manut. Diretoria de Atenção a Saúde	1.305.000,00			1.305.000,00
10.301.0111.2622	Manut. - B1 - AB - PAB Var - Saúde Família	777.000,00			777.000,00
10.301.0111.2623	Manut. - B1 - AB - PAB Var - Agentes Comunitário Saúde		198.000,00		198.000,00
10.301.0111.2624	Manut. - B1 - AB - PAB Var - Fator Inc At Bas Pov Indig		69.938.000,00		69.938.000,00
10.301.0111.2625	Manut. - B1 - AB - PAB Var - Saúde Bucal		13.085.000,00		13.085.000,00
10.301.0111.2626	Manut. Do PROESF		5.509.000,00		5.509.000,00
10.301.0114	Assistência Farmacêutica e Laboratorial		6.008.000,00		6.008.000,00
10.301.0114.2651	Manut. - B4 - Assist.Farmacêut Básica		31.000,00		31.000,00
10.301.0115	Gestão e investimentos do Sistema Único de Saúde		1.111.000,00		1.111.000,00
10.301.0115.2601	Manut. Atividades do Fundo Municipal de Saúde		104.000,00		104.000,00
10.301.0115.2602	Manut. Diretoria Administrativa e Finanças		2.823.000,00		2.823.000,00
10.301.0115.2661	Manut. - B5 - Gestão do SUS		2.823.000,00		2.823.000,00
10.301.0115.2671	Manut. Das Atividades do CIS-AMOSC		14.294.722,40		14.294.722,40
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		5.693.000,00		5.693.000,00
10.302.0111	Atenção Básica em Saúde		4.367.722,40		4.367.722,40
10.302.0111.2606	Manut. Atenção Especializada em Saúde		5.000,00		5.000,00
10.302.0112	Atenção Especializada em Saúde		4.229.000,00		4.229.000,00
10.302.0112.2610	Manut. Atividades Hospital Materno Infantil		115.802.000,00		115.802.000,00
10.302.0112.2631	Manut. - B2 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO		5.896.000,00		5.896.000,00
10.302.0112.2632	Manut. - B2 - Centro de Ref em Saúde do Trabalhador - CEREST		5.896.000,00		5.896.000,00
10.302.0112.2633	Manut. - B2 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU		109.906.000,00		109.906.000,00
10.302.0112.2634	Manut. - B2 - Teto Financeiro Municipal MAC		1.985.000,00		1.985.000,00
10.302.0112.2635	Manut. - B2 - Out itens de Med e Alta Compl Ambulat e Hospitalar		358.000,00		358.000,00
			1.350.000,00		1.350.000,00
			535.000,00		535.000,00
			81.865.000,00		81.865.000,00
			22.627.000,00		22.627.000,00

Página: 14/16
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO					
Órgão: 14.00 PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE					
Unidade: 14.01 PMC - Fundo Municipal da Saúde					
10	Saúde	3.290.000,00	235.934.722,40	0,00	239.224.722,40
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
10.302.0112	Atenção Especializada em Saúde	3.290.000,00	235.934.722,40	0,00	239.224.722,40
10.302.0112.2636	Manut. - B2 - FAEC - Fundo de Ação Estrat e Compensação	3.290.000,00	235.934.722,40	0,00	239.224.722,40
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico				
10.303.0114	Assistência Farmacêutica e Laboratorial				
10.303.0114.2608	Manut. Assistência Farmacêutica				
10.304	Vigilância Sanitária				
10.304.0113	Vigilância e Promoção de Saúde				
10.304.0113.2607	Manut. Vigilância em Saúde				
10.304.0113.2641	Manut. - B3 - Vigilância em Saúde				
			689.000,00		689.000,00
Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO					
Órgão: 15.00 INSTITUTO DO SIST. MUN. DE PREVIDÊNCIA - SIMPREVI					
Unidade: 15.01 Instituto do Sist. Mun. de Previdência - SIMPREVI					
09	Previdência Social	0,00	71.823.000,00	0,00	71.823.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	71.823.000,00	0,00	71.823.000,00
09.272.0103	Apoio Administrativo	0,00	71.823.000,00	0,00	71.823.000,00
09.272.0103.2801	Manut. Ativ Adm Sist Mun Previd. do Servidor - Simprevi		1.637.000,00		1.637.000,00
09.272.0103.2802	Manut. da Previdência Social Inativos e Pensionistas - Executivo		33.062.000,00		33.062.000,00
09.272.0103.2803	Manut. da Previdência Social Inativos e Pensionistas - Legislativo		761.000,00		761.000,00
09.272.0103.2804	Manut. De Benefícios da Previdência a ativos		5.316.000,00		5.316.000,00
09.272.0103.2811	Reserva Legal RPPS		31.047.000,00		31.047.000,00
Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO					
Órgão: 24.00 PMC - FUNDO ASSIST.SERVIDOR PUB. MUNICIPAL - FAS					
Unidade: 24.01 PMC - Fundo Assist.Servidor Pub.Municipal - FAS					
10	Saúde	0,00	5.868.000,00	0,00	5.868.000,00
10.301	Atenção Básica				
10.301.0103	Apoio Administrativo	0,00	5.868.000,00	0,00	5.868.000,00
10.301.0103.2851	Manut. Atividades do Fundo Mun Assist. do Servidor-F.A.S.		5.284.000,00		5.284.000,00
10.301.0103.2852	Manut. Centro de Atendimento do Servidor		584.000,00		584.000,00

Página: 15/16
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO					
Órgão: 24.00	PMC - FUNDO ASSIST.SERVIDOR PUB. MUNICIPAL - FAS	0,00	5.868.000,00	0,00	5.868.000,00
Unidade: 24.01	PMC - Fundo Assist.Servidor Pub.Municipal - FAS	0,00	5.868.000,00	0,00	5.868.000,00
10	Saúde		5.868.000,00		5.868.000,00
10.301	Atenção Básica		5.868.000,00		5.868.000,00
10.301.0103	Apoio Administrativo		5.868.000,00		5.868.000,00
10.301.0103.2852	Manut. Centro de Atendimento do Servidor		584.000,00		584.000,00
Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO					
Órgão: 16.00	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	5.559.000,00	0,00	5.559.000,00
Unidade: 16.01	PMC - Fundo Municipal de Assistência Social	0,00	5.559.000,00	0,00	5.559.000,00
08	Assistência Social		5.559.000,00		5.559.000,00
08.241	Assistência ao Idoso		1.567.000,00		1.567.000,00
08.241.0106	Atendimento a Grupos Especiais		1.567.000,00		1.567.000,00
08.241.0106.2901	Manut. Proteção Social Básica		1.567.000,00		1.567.000,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		1.079.000,00		1.079.000,00
08.242.0106	Atendimento a Grupos Especiais		1.079.000,00		1.079.000,00
08.242.0106.2903	Manut. Proteção Social Especial - Alta Complexidade		811.000,00		811.000,00
08.242.0106.2904	Manut. IGD-PBF		268.000,00		268.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		730.000,00		730.000,00
08.243.0106	Atendimento a Grupos Especiais		730.000,00		730.000,00
08.243.0106.2902	Manut. Proteção Social Especial - Média Complexidade		730.000,00		730.000,00
08.244	Assistência Comunitária		2.183.000,00		2.183.000,00
08.244.0106	Atendimento a Grupos Especiais		2.183.000,00		2.183.000,00
08.244.0106.2905	Manut. IGD-SUAS		244.000,00		244.000,00
08.244.0106.2911	Manut. Fundo Munic. de Assistência Social		1.939.000,00		1.939.000,00
Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO					
Órgão: 18.00	PMC - FUNDO MUN. PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA	0,00	293.000,00	0,00	293.000,00
Unidade: 18.01	PMC - Fundo Mun. Para Infância e Adolescência - FIA	0,00	293.000,00	0,00	293.000,00
08	Assistência Social		293.000,00		293.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		293.000,00		293.000,00
08.243.0106	Atendimento a Grupos Especiais		293.000,00		293.000,00
08.243.0106.2951	Abrigo Domiciliar - Programa Proteção Integral		280.000,00		280.000,00

Página: 16/16
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO					
Órgão: 18.00	PMC - FUNDO MUN. PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA	0,00	293.000,00	0,00	293.000,00
Unidade: 18.01	PMC - Fundo Mun. Para Infância e Adolescência - FIA	0,00	293.000,00	0,00	293.000,00
08	Assistência Social		293.000,00		293.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		293.000,00		293.000,00
08.243.0106	Atendimento a Grupos Especiais		293.000,00		293.000,00
08.243.0106.2961	Manut. Ativ. Fundo Munic. Para Infância e Adolescência		13.000,00		13.000,00
Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO					
Órgão: 01.00	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	15.006.000,00	0,00	15.006.000,00
Unidade: 01.01	Camara Municipal de Vereadores	0,00	15.006.000,00	0,00	15.006.000,00
01	Legislativa		15.006.000,00		15.006.000,00
01.031	Ação Legislativa		15.006.000,00		15.006.000,00
01.031.0101	Apoio Legislativo		15.006.000,00		15.006.000,00
01.031.0101.2001	Manutenção das Atividades da Camara Municipal de Vereadores		15.006.000,00		15.006.000,00
Total geral:					824.800.000,00

ROBERTO ZOLET
Contador Geral

GERALCI JOÃO AMPOLINI
Secretário da Fazenda

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

Página: 1/5
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		15.006.000,00		15.006.000,00
01.031	Ação Legislativa		15.006.000,00		15.006.000,00
01.031.0101	Apoio Legislativo		15.006.000,00		15.006.000,00
04	Administração	4.774.000,00	47.232.571,20		52.006.571,20
04.122	Administração Geral	4.112.000,00	30.666.000,00		34.778.000,00
04.122.0102	Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos		10.426.000,00		10.426.000,00
04.122.0103	Apoio Administrativo		20.240.000,00		20.240.000,00
04.122.0104	Modernização da Estrutura Administrativa	4.112.000,00			4.112.000,00
04.123	Administração Financeira		1.249.000,00		1.249.000,00
04.123.0103	Apoio Administrativo		1.249.000,00		1.249.000,00
04.124	Controle Interno		2.091.000,00		2.091.000,00
04.124.0103	Apoio Administrativo		2.091.000,00		2.091.000,00
04.126	Tecnologia da Informatização	662.000,00	1.016.000,00		1.678.000,00
04.126.0103	Apoio Administrativo	662.000,00	1.016.000,00		1.678.000,00
04.126.0104	Modernização da Estrutura Administrativa				662.000,00
04.129	Administração de Receitas		7.126.000,00		7.126.000,00
04.129.0103	Apoio Administrativo		7.126.000,00		7.126.000,00
04.131	Comunicação Social		5.084.571,20		5.084.571,20
04.131.0102	Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos		5.084.571,20		5.084.571,20
06	Segurança Pública		20.847.000,00		20.847.000,00
06.181	Policimento		16.925.000,00		16.925.000,00
06.181.0117	Chapecó Segurança máxima		16.925.000,00		16.925.000,00
06.182	Defesa Civil		3.922.000,00		3.922.000,00
06.182.0117	Chapecó Segurança máxima		3.922.000,00		3.922.000,00
08	Assistência Social	1.199.000,00	28.498.000,00		29.697.000,00
08.241	Assistência ao Idoso		1.594.000,00		1.594.000,00
08.241.0106	Atendimento a Grupos Especiais		1.594.000,00		1.594.000,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		5.089.000,00		5.089.000,00
08.242.0106	Atendimento a Grupos Especiais		5.089.000,00		5.089.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		3.247.000,00		3.247.000,00
08.243.0105	Atendimento Integral à Família		2.224.000,00		2.224.000,00
08.243.0106	Atendimento a Grupos Especiais		1.023.000,00		1.023.000,00
08.244	Assistência Comunitária	1.199.000,00	18.568.000,00		19.767.000,00
08.244.0104	Modernização da Estrutura Administrativa	183.000,00			183.000,00
08.244.0105	Atendimento Integral à Família	290.000,00	13.763.000,00		14.053.000,00

Página: 2/5
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
08	Assistência Social	1.199.000,00	28.498.000,00		29.697.000,00
08.244	Assistência Comunitária		18.568.000,00		19.767.000,00
08.244.0106	Atendimento a Grupos Especiais	1.199.000,00			2.382.000,00
08.244.0107	Segurança Alimentar e Nutricional	726.000,00	2.423.000,00		3.149.000,00
09	Previdência Social		71.823.000,00		71.823.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário		71.823.000,00		71.823.000,00
09.272.0103	Apoio Administrativo		71.823.000,00		71.823.000,00
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica	3.290.000,00	256.874.722,40		260.164.722,40
10.301.0103	Apoio Administrativo	3.290.000,00	120.056.722,40		123.346.722,40
10.301.0104	Modernização da Estrutura Administrativa		6.955.000,00		6.955.000,00
10.301.0111	Atenção Básica em Saúde	511.000,00			511.000,00
10.301.0114	Assistência Farmacêutica e Laboratorial	2.779.000,00	95.984.000,00		98.763.000,00
10.301.0115	Gestão e investimentos do Sistema Único de Saúde		2.823.000,00		2.823.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		14.294.722,40		14.294.722,40
10.302.0111	Atenção Básica em Saúde		115.802.000,00		115.802.000,00
10.302.0112	Atenção Especializada em Saúde		5.896.000,00		5.896.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		109.906.000,00		109.906.000,00
10.303.0114	Assistência Farmacêutica e Laboratorial		3.276.000,00		3.276.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		3.276.000,00		3.276.000,00
10.304.0113	Vigilância e Promoção de Saúde		2.668.000,00		2.668.000,00
10.306	Alimentação e Nutrição		15.072.000,00		15.072.000,00
10.306.0107	Segurança Alimentar e Nutricional		268.000,00		268.000,00
10.306.0108	Escola Forte		14.804.000,00		14.804.000,00
12	Educação				
12.361	Ensino Fundamental	18.016.000,00	138.981.706,40		156.997.706,40
12.361.0108	Escola Forte	12.909.000,00	90.803.706,40		103.712.706,40
12.363	Ensino Profissional	12.909.000,00	90.803.706,40		103.712.706,40
12.363.0108	Escola Forte		61.000,00		61.000,00
12.364	Ensino Superior		61.000,00		61.000,00
12.364.0108	Escola Forte		119.000,00		119.000,00
12.365	Educação Infantil	5.107.000,00	119.000,00		52.296.000,00
12.365.0108	Escola Forte	5.107.000,00	47.189.000,00		52.296.000,00
12.367	Educação Especial		809.000,00		809.000,00
12.367.0108	Escola Forte		809.000,00		809.000,00

Página: 3/5
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação	18.016.000,00	138.981.706,40		156.997.706,40
12.367	Educação Especial		809.000,00		809.000,00
12.367.0108	Escola Forte		809.000,00		809.000,00
13	Cultura	355.000,00	5.930.000,00		6.285.000,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		945.000,00		945.000,00
13.391.0116	Cultura Cidadã		945.000,00		945.000,00
13.392	Difusão Cultural	355.000,00	4.985.000,00		5.340.000,00
13.392.0116	Cultura Cidadã	355.000,00	4.932.000,00		5.287.000,00
13.392.0127	Chapecó Nossa Cidade		53.000,00		53.000,00
14	Direitos da Cidadania		1.629.000,00		1.629.000,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		1.629.000,00		1.629.000,00
14.422.0103	Apoio Administrativo		1.629.000,00		1.629.000,00
15	Urbanismo	53.616.000,00	41.340.000,00		94.956.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	52.294.000,00	33.031.000,00		85.325.000,00
15.451.0117	Chapecó Segurança máxima	362.000,00			362.000,00
15.451.0122	Chapecó do Futuro		4.052.000,00		4.052.000,00
15.451.0123	Chapecó Integrada - Requalificação dos Espaços Públicos	1.198.000,00	758.000,00		1.956.000,00
15.451.0124	Chapecó Acessível - Mobilidade Urbana	1.953.000,00	7.674.000,00		9.627.000,00
15.451.0127	Chapecó Nossa Cidade	48.781.000,00	20.547.000,00		69.328.000,00
15.452	Serviços Urbanos		8.309.000,00		8.309.000,00
15.452.0124	Chapecó Acessível - Mobilidade Urbana		8.309.000,00		8.309.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	1.322.000,00			1.322.000,00
15.453.0117	Chapecó Segurança máxima	362.000,00			362.000,00
15.453.0127	Chapecó Nossa Cidade	960.000,00			960.000,00
16	Habitação				
16.482	Habitação Urbana	8.610.000,00	2.770.000,00		11.380.000,00
16.482.0128	Produção de Unidades Habitacionais e Regularização Fundiária	8.610.000,00	2.770.000,00		11.380.000,00
17	Saneamento				
17.512	Saneamento Básico Urbano	776.000,00	19.012.000,00		19.788.000,00
17.512.0126	Chapecó Limpa e Urbanizada - Qualidade de Vida e Bem estar social	776.000,00	19.012.000,00		19.788.000,00

Página: 4/5
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
18	Gestão Ambiental		1.833.000,00		1.833.000,00
18.542	Controle Ambiental		1.833.000,00		1.833.000,00
18.542.0125	Desenvolvimento Ambiental Sustentável		1.833.000,00		1.833.000,00
19	Ciência e Tecnologia		244.000,00		244.000,00
19.573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		244.000,00		244.000,00
19.573.0120	Difusão de tecnologias e inovações		244.000,00		244.000,00
20	Agricultura	2.359.000,00	5.179.000,00		7.538.000,00
20.601	Promoção da Produção Vegetal	785.000,00	119.000,00		904.000,00
20.601.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	785.000,00	119.000,00		904.000,00
20.604	Defesa Sanitária Animal		1.029.000,00		1.029.000,00
20.604.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar		1.029.000,00		1.029.000,00
20.605	Abastecimento		594.000,00		594.000,00
20.605.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar		594.000,00		594.000,00
20.606	Extensão Rural	1.574.000,00	3.437.000,00		5.011.000,00
20.606.0120	Difusão de tecnologias e inovações		576.000,00		576.000,00
20.606.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar		158.000,00		158.000,00
20.606.0125	Desenvolvimento Ambiental Sustentável	1.574.000,00	2.703.000,00		4.277.000,00
22	Indústria				
22.661	Promoção Industrial	2.168.000,00			2.168.000,00
22.661.0118	Chapecó Empreendedora	2.168.000,00			2.168.000,00
23	Comércio e Serviços				
23.691	Promoção Comercial	726.000,00	11.333.000,00		12.059.000,00
23.691.0118	Chapecó Empreendedora	726.000,00	10.214.000,00		10.940.000,00
23.691.0119	Chapecó de braços abertos		2.393.000,00		2.393.000,00
23.695	Turismo	726.000,00	7.821.000,00		8.547.000,00
23.695.0119	Chapecó de braços abertos		1.119.000,00		1.119.000,00
23.695.0127	Chapecó Nossa Cidade		123.000,00		123.000,00
			996.000,00		996.000,00
25	Energia				
25.752	Energia Elétrica	1.497.000,00	6.551.000,00		8.048.000,00
25.752.0124	Chapecó Acessível - Mobilidade Urbana	1.497.000,00	6.551.000,00		8.048.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/5
Data: 30/05/2016

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
26	Transporte	785.000,00	2.378.000,00		3.163.000,00
26.781	Transporte Aéreo	785.000,00	2.378.000,00		3.163.000,00
26.781.0119	Chapecó de braços abertos	785.000,00	2.378.000,00		3.163.000,00
27	Desporto e Lazer	4.306.000,00	9.551.000,00		13.857.000,00
27.811	Desporto de Rendimento	2.520.000,00			2.520.000,00
27.811.0110	Atleta do Futuro	2.520.000,00			2.520.000,00
27.812	Desporto Comunitário	1.786.000,00	9.551.000,00		11.337.000,00
27.812.0109	Esporte e Lazer para Todos	1.786.000,00	6.067.000,00		7.853.000,00
27.812.0110	Atleta do Futuro		3.484.000,00		3.484.000,00
28	Encargos Especiais			34.450.000,00	34.450.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			7.718.000,00	7.718.000,00
28.843.0103	Apoio Administrativo			7.718.000,00	7.718.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			26.732.000,00	26.732.000,00
28.846.0103	Apoio Administrativo			26.732.000,00	26.732.000,00
99	Reserva de Contingência				860.000,00
99.999	Reserva de Contingência				860.000,00
99.999.0103	Apoio Administrativo				860.000,00
Total:		102.477.000,00	687.013.000,00	34.450.000,00	824.800.000,00
Total geral:		102.477.000,00	687.013.000,00	34.450.000,00	824.800.000,00

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

GERALCI JOÃO AMPOLINI
Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET
Contador Geral

Página: 1/5
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	15.006.000,00		15.006.000,00
01.031	Ação Legislativa	15.006.000,00		15.006.000,00
01.031.0101	Apoio Legislativo	15.006.000,00		15.006.000,00
04	Administração	48.898.571,20	3.108.000,00	52.006.571,20
04.122	Administração Geral	32.098.000,00	2.680.000,00	34.778.000,00
04.122.0102	Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos	10.426.000,00		10.426.000,00
04.122.0103	Apoio Administrativo	20.240.000,00		20.240.000,00
04.122.0104	Modernização da Estrutura Administrativa	1.432.000,00	2.680.000,00	4.112.000,00
04.123	Administração Financeira	1.249.000,00		1.249.000,00
04.123.0103	Apoio Administrativo	1.249.000,00		1.249.000,00
04.124	Controle Interno	2.091.000,00		2.091.000,00
04.124.0103	Apoio Administrativo	2.091.000,00		2.091.000,00
04.126	Tecnologia da Informatização	1.250.000,00	428.000,00	1.678.000,00
04.126.0103	Apoio Administrativo	1.016.000,00		1.016.000,00
04.126.0104	Modernização da Estrutura Administrativa	234.000,00	428.000,00	662.000,00
04.129	Administração de Receitas	7.126.000,00		7.126.000,00
04.129.0103	Apoio Administrativo	7.126.000,00		7.126.000,00
04.131	Comunicação Social	5.084.571,20		5.084.571,20
04.131.0102	Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos	5.084.571,20		5.084.571,20
06	Segurança Pública	20.419.000,00	428.000,00	20.847.000,00
06.181	Policimento	16.925.000,00		16.925.000,00
06.181.0117	Chapécó Segurança máxima	16.925.000,00		16.925.000,00
06.182	Defesa Civil	3.494.000,00	428.000,00	3.922.000,00
06.182.0117	Chapécó Segurança máxima	3.494.000,00	428.000,00	3.922.000,00
08	Assistência Social	23.863.000,00	5.834.000,00	29.697.000,00
08.241	Assistência ao Idoso	13.000,00	1.581.000,00	1.594.000,00
08.241.0106	Atendimento a Grupos Especiais	13.000,00	1.581.000,00	1.594.000,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência	4.010.000,00	1.079.000,00	5.089.000,00
08.242.0106	Atendimento a Grupos Especiais	4.010.000,00	1.079.000,00	5.089.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	2.441.000,00	806.000,00	3.247.000,00
08.243.0105	Atendimento Integral à Família	2.224.000,00		2.224.000,00
08.243.0106	Atendimento a Grupos Especiais	217.000,00	806.000,00	1.023.000,00
08.244	Assistência Comunitária	17.399.000,00	2.368.000,00	19.767.000,00
08.244.0104	Modernização da Estrutura Administrativa	60.000,00	123.000,00	183.000,00
08.244.0105	Atendimento Integral à Família	13.165.000,00	888.000,00	14.053.000,00
08.244.0106	Atendimento a Grupos Especiais	1.634.000,00	748.000,00	2.382.000,00

Página: 2/5
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
08	Assistência Social	23.863.000,00	5.834.000,00	29.697.000,00
08.244	Assistência Comunitária	17.399.000,00	2.368.000,00	19.767.000,00
08.244.0107	Segurança Alimentar e Nutricional.	2.540.000,00	609.000,00	3.149.000,00
09	Previdência Social		71.823.000,00	71.823.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário		71.823.000,00	71.823.000,00
09.272.0103	Apoio Administrativo		71.823.000,00	71.823.000,00
10	Saúde	113.859.722,40	146.305.000,00	260.164.722,40
10.301	Atenção Básica	87.601.722,40	35.745.000,00	123.346.722,40
10.301.0103	Apoio Administrativo	6.955.000,00		6.955.000,00
10.301.0104	Modernização da Estrutura Administrativa	266.000,00	245.000,00	511.000,00
10.301.0111	Atenção Básica em Saúde	71.195.000,00	27.568.000,00	98.763.000,00
10.301.0114	Assistência Farmacêutica e Laboratorial		2.823.000,00	2.823.000,00
10.301.0115	Gestão e investimentos do Sistema Único de Saúde	9.185.722,40	5.109.000,00	14.294.722,40
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.669.000,00	107.133.000,00	115.802.000,00
10.302.0111	Atenção Básica em Saúde	5.896.000,00		5.896.000,00
10.302.0112	Atenção Especializada em Saúde	2.773.000,00	107.133.000,00	109.906.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	3.276.000,00		3.276.000,00
10.303.0114	Assistência Farmacêutica e Laboratorial	3.276.000,00		3.276.000,00
10.304	Vigilância Sanitária	1.979.000,00	689.000,00	2.668.000,00
10.304.0113	Vigilância e Promoção de Saúde	1.979.000,00	689.000,00	2.668.000,00
10.306	Alimentação e Nutrição	12.334.000,00	2.738.000,00	15.072.000,00
10.306.0107	Segurança Alimentar e Nutricional.	206.000,00	62.000,00	268.000,00
10.306.0108	Escola Forte	12.128.000,00	2.676.000,00	14.804.000,00
12	Educação	56.340.706,40	100.657.000,00	156.997.706,40
12.361	Ensino Fundamental	46.701.706,40	57.011.000,00	103.712.706,40
12.361.0108	Escola Forte	46.701.706,40	57.011.000,00	103.712.706,40
12.363	Ensino Profissional	61.000,00		61.000,00
12.363.0108	Escola Forte	61.000,00		61.000,00
12.364	Ensino Superior	119.000,00		119.000,00
12.364.0108	Escola Forte	119.000,00		119.000,00
12.365	Educação Infantil	9.340.000,00	42.956.000,00	52.296.000,00
12.365.0108	Escola Forte	9.340.000,00	42.956.000,00	52.296.000,00
12.367	Educação Especial	119.000,00	690.000,00	809.000,00
12.367.0108	Escola Forte	119.000,00	690.000,00	809.000,00

Página: 3/5
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
13	Cultura	5.309.000,00	976.000,00	6.285.000,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	945.000,00		945.000,00
13.391.0116	Cultura Cidadã	945.000,00		945.000,00
13.392	Difusão Cultural	4.364.000,00	976.000,00	5.340.000,00
13.392.0116	Cultura Cidadã	4.338.000,00	949.000,00	5.287.000,00
13.392.0127	Chapécó Nossa Cidade	26.000,00	27.000,00	53.000,00
14	Direitos da Cidadania	1.629.000,00		1.629.000,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.629.000,00		1.629.000,00
14.422.0103	Apoio Administrativo	1.629.000,00		1.629.000,00
15	Urbanismo	44.674.000,00	50.282.000,00	94.956.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	35.897.000,00	49.428.000,00	85.325.000,00
15.451.0117	Chapécó Segurança máxima	117.000,00	245.000,00	362.000,00
15.451.0122	Chapécó do Futuro	4.052.000,00		4.052.000,00
15.451.0123	Chapécó Integrada - Requalificação dos Espaços Públicos	1.343.000,00	613.000,00	1.956.000,00
15.451.0124	Chapécó Acessível - Mobilidade Urbana	8.165.000,00	1.462.000,00	9.627.000,00
15.451.0127	Chapécó Nossa Cidade	22.220.000,00	47.108.000,00	69.328.000,00
15.452	Serviços Urbanos	8.309.000,00		8.309.000,00
15.452.0124	Chapécó Acessível - Mobilidade Urbana	8.309.000,00		8.309.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	468.000,00	854.000,00	1.322.000,00
15.453.0117	Chapécó Segurança máxima	117.000,00	245.000,00	362.000,00
15.453.0127	Chapécó Nossa Cidade	351.000,00	609.000,00	960.000,00
16	Habitação			
16.482	Habitação Urbana	4.023.000,00	7.357.000,00	11.380.000,00
16.482.0128	Produção de Unidades Habitacionais e Regularização Fundiária	4.023.000,00	7.357.000,00	11.380.000,00
17	Saneamento			
17.512	Saneamento Básico Urbano	16.063.000,00	3.725.000,00	19.788.000,00
17.512.0126	Chapécó Limpa e Urbanizada - Qualidade de Vida e Bem estar social	16.063.000,00	3.725.000,00	19.788.000,00
18	Gestão Ambiental	1.762.000,00	71.000,00	1.833.000,00
18.542	Controle Ambiental	1.762.000,00	71.000,00	1.833.000,00
18.542.0125	Desenvolvimento Ambiental Sustentável	1.762.000,00	71.000,00	1.833.000,00
19	Ciência e Tecnologia			
19.573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	182.000,00	62.000,00	244.000,00
19.573.0120	Difusão de tecnologias e inovações	182.000,00	62.000,00	244.000,00

Página: 4/5
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
19	Ciência e Tecnologia	182.000,00	62.000,00	244.000,00
19.573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	182.000,00	62.000,00	244.000,00
19.573.0120	Difusão de tecnologias e inovações	182.000,00	62.000,00	244.000,00
20	Agricultura	5.452.000,00	2.086.000,00	7.538.000,00
20.601	Promoção da Produção Vegetal	295.000,00	609.000,00	904.000,00
20.601.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	295.000,00	609.000,00	904.000,00
20.604	Defesa Sanitária Animal	1.029.000,00		1.029.000,00
20.604.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	1.029.000,00		1.029.000,00
20.605	Abastecimento	594.000,00		594.000,00
20.605.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	594.000,00		594.000,00
20.606	Extensão Rural	3.534.000,00	1.477.000,00	5.011.000,00
20.606.0120	Difusão de tecnologias e inovações	576.000,00		576.000,00
20.606.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	92.000,00	66.000,00	158.000,00
20.606.0125	Desenvolvimento Ambiental Sustentável	2.866.000,00	1.411.000,00	4.277.000,00
22	Indústria	585.000,00	1.583.000,00	2.168.000,00
22.661	Promoção Industrial	585.000,00	1.583.000,00	2.168.000,00
22.661.0118	Chapecó Empreendedora	585.000,00	1.583.000,00	2.168.000,00
23	Comércio e Serviços	8.576.000,00	3.483.000,00	12.059.000,00
23.691	Promoção Comercial	7.519.000,00	3.421.000,00	10.940.000,00
23.691.0118	Chapecó Empreendedora	2.393.000,00		2.393.000,00
23.691.0119	Chapecó de braços abertos	5.126.000,00	3.421.000,00	8.547.000,00
23.695	Turismo	1.057.000,00	62.000,00	1.119.000,00
23.695.0119	Chapecó de braços abertos	61.000,00	62.000,00	123.000,00
23.695.0127	Chapecó Nossa Cidade	996.000,00		996.000,00
25	Energia	7.439.000,00	609.000,00	8.048.000,00
25.752	Energia Elétrica	7.439.000,00	609.000,00	8.048.000,00
25.752.0124	Chapecó Acessível - Mobilidade Urbana	7.439.000,00	609.000,00	8.048.000,00
26	Transporte	2.554.000,00	609.000,00	3.163.000,00
26.781	Transporte Aéreo	2.554.000,00	609.000,00	3.163.000,00
26.781.0119	Chapecó de braços abertos	2.554.000,00	609.000,00	3.163.000,00
27	Desporto e Lazer	9.775.000,00	4.082.000,00	13.857.000,00
27.811	Desporto de Rendimento	572.000,00	1.948.000,00	2.520.000,00
27.811.0110	Atleta do Futuro	572.000,00	1.948.000,00	2.520.000,00

Página: 5/5
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
27	Desporto e Lazer	9.775.000,00	4.082.000,00	13.857.000,00
27.812	Desporto Comunitário	9.203.000,00	2.134.000,00	11.337.000,00
27.812.0109	Esporte e Lazer para Todos	6.270.000,00	1.583.000,00	7.853.000,00
27.812.0110	Atleta do Futuro	2.933.000,00	551.000,00	3.484.000,00
28	Encargos Especiais	34.450.000,00		34.450.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	7.718.000,00		7.718.000,00
28.843.0103	Apoio Administrativo	7.718.000,00		7.718.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	26.732.000,00		26.732.000,00
28.846.0103	Apoio Administrativo	26.732.000,00		26.732.000,00
99	Reserva de Contingência			860.000,00
99.999	Reserva de Contingência			860.000,00
99.999.0103	Apoio Administrativo			860.000,00
Total:		421.720.000,00	403.080.000,00	824.800.000,00
Total geral:		421.720.000,00	403.080.000,00	824.800.000,00

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

GERALCI JOÃO AMPOLINI
Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET
Contador Geral

Página: 1/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	17.823.571,20	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	8.925.000,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO		0,00	0,00	0,00	4.611.000,00	0,00	20.847.000,00
06.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO. ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		0,00	0,00	0,00	3.562.000,00	0,00	0,00
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.00 - SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO		0,00	0,00	0,00	15.977.000,00	0,00	0,00
32.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.00 - SECRETARIA DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34.00 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INSTITUCIONAIS		0,00	0,00	0,00	1.108.000,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	52.006.571,20	0,00	20.847.000,00

Página: 2/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	1.776.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED		0,00	0,00	0,00	14.804.000,00	0,00	156.997.706,40
07.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO. ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.00 - SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO		0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	22.042.000,00	0,00	268.000,00	0,00	0,00
33.00 - SECRETARIA DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34.00 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INSTITUCIONAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	23.845.000,00	0,00	15.072.000,00	0,00	156.997.706,40

Página: 3/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	1.629.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO		0,00	0,00	1.109.000,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	953.000,00
09.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	68.646.000,00	0,00	16.211.000,00	880.000,00
10.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO. ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	11.380.000,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		0,00	0,00	25.201.000,00	0,00	3.577.000,00	0,00
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.00 - SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO		538.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.00 - SECRETARIA DE CULTURA		5.747.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34.00 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INSTITUCIONAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		6.285.000,00	1.629.000,00	94.956.000,00	11.380.000,00	19.788.000,00	1.833.000,00

Página: 4/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	996.000,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE		0,00	7.538.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO. ECONÔMICO		244.000,00	0,00	0,00	2.168.000,00	8.918.000,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.00 - SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	2.145.000,00	0,00
32.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.00 - SECRETARIA DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34.00 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INSTITUCIONAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		244.000,00	7.538.000,00	0,00	2.168.000,00	12.059.000,00	0,00

Página: 5/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.224.571,20
03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.925.000,00
04.00 - SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER		0,00	0,00	13.857.000,00	0,00	0,00	13.857.000,00
05.00 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.567.000,00
06.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171.801.706,40
07.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.491.000,00
09.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA		8.048.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93.785.000,00
10.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO. ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.330.000,00
11.00 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.380.000,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.340.000,00
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	34.450.000,00	0,00	34.450.000,00
31.00 - SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO		0,00	3.163.000,00	0,00	0,00	0,00	21.850.000,00
32.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.310.000,00
33.00 - SECRETARIA DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.747.000,00
34.00 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INSTITUCIONAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.108.000,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	860.000,00	860.000,00
Total:		8.048.000,00	3.163.000,00	13.857.000,00	34.450.000,00	860.000,00	487.026.277,60

Página: 6/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
14.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE							
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 7/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
14.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	239.224.722,40	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	239.224.722,40	0,00	0,00

Página: 8/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
14.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 9/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
14.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 10/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
14.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	239.224.722,40
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	239.224.722,40

Página: 11/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
15.00 - INSTITUTO DO SIST. MUN. DE PREVIDÊNCIA - SIMPREVI		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 12/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
15.00 - INSTITUTO DO SIST. MUN. DE PREVIDÊNCIA - SIMPREVI		0,00	0,00	71.823.000,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	71.823.000,00	0,00	0,00	0,00

Página: 13/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
15.00 - INSTITUTO DO SIST. MUN. DE PREVIDÊNCIA - SIMPREVI		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 14/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
15.00 - INSTITUTO DO SIST. MUN. DE PREVIDÊNCIA - SIMPREVI		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

[illegible]

Página: 16/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
24.00 - PMC - FUNDO ASSIST.SERVIDOR PUB. MUNICIPAL - FAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 17/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
24.00 - PMC - FUNDO ASSIST.SERVIDOR PUB. MUNICIPAL - FAS		0,00	0,00	0,00	5.868.000,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	5.868.000,00	0,00	0,00

Página: 18/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO						
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento
24.00 - PMC - FUNDO ASSIST.SERVIDOR PUB. MUNICIPAL - FAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 19/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
24.00 - PMC - FUNDO ASSIST.SERVIDOR PUB. MUNICIPAL - FAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Total:

Página: 21/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
16.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 22/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
16.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	5.559.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	5.559.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 23/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
16.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 24/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
16.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 25/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
16.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.559.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.559.000,00

Página: 26/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
18.00 - PMC - FUNDO MUN. PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 27/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO								
Órgão		Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
18.00 - PMC - FUNDO MUN. PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA			0,00	293.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	293.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 28/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO							
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
18.00 - PMC - FUNDO MUN. PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 29/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
18.00 - PMC - FUNDO MUN. PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO

Página: 31/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		15.006.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	15.006.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 32/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 33/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 34/35
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 35/35

Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO						
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total geral:						
						15.006.000,00
						15.006.000,00
						824.800.000,00

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

GERALCI JOÃO AMPOLINI

Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET

Contador Geral

Página: 1/3
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Arrecadado				Estimado	LDO	Projeção	
		2013	2014	2015	2016			2017	2018
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ									
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS	363.745.299,82	406.850.998,68	0,00	591.846.000,00	650.925.000,00	0,00	0,00	
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES	350.306.613,37	390.135.520,14	0,00	520.092.000,00	575.771.000,00	0,00	0,00	
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA TRIBUTÁRIA	94.605.827,64	117.263.444,64	0,00	164.034.000,00	183.427.000,00	0,00	0,00	
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0	IMPOSTOS	77.763.593,28	91.777.616,18	0,00	133.920.000,00	151.020.000,00	0,00	0,00	
4.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	TAXAS	16.364.849,85	25.347.437,10	0,00	28.975.000,00	31.211.000,00	0,00	0,00	
4.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	477.384,51	138.391,36	0,00	1.139.000,00	1.196.000,00	0,00	0,00	
4.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.043.181,36	6.501.947,27	0,00	6.844.000,00	7.546.000,00	0,00	0,00	
4.1.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	5.043.181,36	6.501.947,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.2.3.0.0.0.0.0.0.0.0	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	6.501.947,27	0,00	6.844.000,00	7.546.000,00	0,00	0,00	
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	1.904.062,60	1.836.739,85	0,00	2.246.000,00	1.433.000,00	0,00	0,00	
4.1.3.1.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	371.246,97	325.655,50	0,00	743.000,00	780.000,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	813.500,41	1.413.345,27	0,00	1.354.000,00	497.000,00	0,00	0,00	
4.1.3.3.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	716.190,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.9.0.0.0.0.0.0.0.0	Outras Receitas Patrimoniais	3.124,92	97.739,08	0,00	149.000,00	156.000,00	0,00	0,00	
4.1.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA AGROPECUÁRIA	136.891,79	0,00	0,00	295.000,00	310.000,00	0,00	0,00	
4.1.4.9.0.0.0.0.0.0.0.0	Outras Rec. Agropecuárias	136.891,79	0,00	0,00	295.000,00	310.000,00	0,00	0,00	
4.1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	109.000,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	236.886.998,20	249.521.799,35	0,00	323.385.000,00	357.146.000,00	0,00	0,00	
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	230.074.824,41	247.574.628,96	0,00	316.552.000,00	347.215.000,00	0,00	0,00	
4.1.7.6.0.0.0.0.0.0.0.0	Transf. de Conv.	6.812.173,79	1.947.170,39	0,00	6.833.000,00	9.931.000,00	0,00	0,00	
4.1.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.531.981,82	14.728.578,89	0,00	23.179.000,00	25.795.000,00	0,00	0,00	
4.1.9.1.0.0.0.0.0.0.0.0	Multas e Juros de Mora	5.472.716,44	8.211.689,24	0,00	9.762.000,00	10.595.000,00	0,00	0,00	
4.1.9.2.0.0.0.0.0.0.0.0	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	55.218,42	942.027,29	0,00	371.000,00	390.000,00	0,00	0,00	
4.1.9.3.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	2.979.286,69	3.072.189,27	0,00	6.444.000,00	6.761.000,00	0,00	0,00	
4.1.9.9.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DIVERSAS	3.024.760,27	2.502.673,09	0,00	6.602.000,00	8.049.000,00	0,00	0,00	
4.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE CAPITAL	13.438.686,45	16.715.478,54	0,00	71.754.000,00	75.154.000,00	0,00	0,00	
4.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.581.744,04	225.999,75	0,00	28.103.000,00	18.969.000,00	0,00	0,00	
4.2.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5.281.876,43	0,00	0,00	21.737.000,00	6.824.000,00	0,00	0,00	
4.2.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	2.299.867,61	225.999,75	0,00	6.366.000,00	12.145.000,00	0,00	0,00	
4.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	ALIEAÇÃO DE BENS	39.600,00	71.383,60	0,00	813.000,00	854.000,00	0,00	0,00	
4.2.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0	ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	71.383,60	0,00	233.000,00	245.000,00	0,00	0,00	
4.2.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0	ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	39.600,00	0,00	0,00	580.000,00	609.000,00	0,00	0,00	
4.2.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	320.351,95	427.901,65	0,00	579.000,00	608.000,00	0,00	0,00	
4.2.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.496.990,46	15.990.193,54	0,00	42.259.000,00	54.723.000,00	0,00	0,00	
4.2.4.2.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.496.990,46	15.208.617,76	0,00	35.080.000,00	47.184.000,00	0,00	0,00	
4.2.4.7.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	781.575,78	0,00	7.179.000,00	7.539.000,00	0,00	0,00	
9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA	-31.828.537,64	-34.215.328,82	0,00	-46.976.000,00	-51.824.000,00	0,00	0,00	
9.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA	-31.828.537,64	-34.215.328,82	0,00	-46.976.000,00	-51.824.000,00	0,00	0,00	
9.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-290.847,71	-173.744,65	0,00	-2.100.000,00	-2.380.000,00	0,00	0,00	
9.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0	Dedução da Receita de Impostos	-290.847,71	-173.744,65	0,00	-2.100.000,00	-2.380.000,00	0,00	0,00	
9.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-31.537.689,93	-34.041.584,17	0,00	-44.876.000,00	-49.444.000,00	0,00	0,00	
9.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0	Dedução das Receitas de Transferências	-31.468.030,64	-34.041.584,17	0,00	-44.876.000,00	-49.444.000,00	0,00	0,00	
9.1.7.6.0.0.0.0.0.0.0.0	Deduções Transferências de Convênios	-69.659,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total por entidade:		331.916.762,18	372.635.669,86	0,00	544.870.000,00	599.101.000,00	0,00	0,00	
Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO									
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS	88.397.481,41	100.440.090,18	0,00	131.319.000,00	143.713.000,00	0,00	0,00	
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES	88.204.083,41	100.400.090,18	0,00	129.453.000,00	141.748.000,00	0,00	0,00	
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	332.359,56	297.807,73	0,00	339.000,00	355.000,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	332.359,56	297.807,73	0,00	339.000,00	355.000,00	0,00	0,00	
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	87.808.100,70	100.060.604,79	0,00	128.980.000,00	141.252.000,00	0,00	0,00	
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	86.583.614,70	100.060.604,79	0,00	128.980.000,00	141.252.000,00	0,00	0,00	

RECEITAS

Página: 3/3
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Código	Especificação	Arrecadado			2015	Estimado	LDO	Projeção	
		2013	2014	2018				2019	
Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO									
4.1.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	17.736,52	103,45	0,00	149.000,00	157.000,00	0,00	0,00	
4.1.3.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	314,07	29,34	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	314,07	29,34	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	
4.1.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.422,45	74,11	0,00	144.000,00	152.000,00	0,00	0,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	72.000,00	76.000,00	0,00	0,00	
4.1.7.3.0.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	15.754,45	74,11	0,00	36.000,00	38.000,00	0,00	0,00	
4.1.7.5.0.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	1.668,00	0,00	0,00	36.000,00	38.000,00	0,00	0,00	
Total por entidade:		17.736,52	103,45	0,00	149.000,00	157.000,00	0,00	0,00	
Entidade: 9 - PMC - FM REEQ. ORG. BOMBEIROS CHAPECO									
4.1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS	1.070.336,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	6.580,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total por entidade:		1.076.916,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Entidade: 17 - PMC - FUMPOMPOC DE CHAPECO									
4.1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS	54.003,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	8.508,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	19.270,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total por entidade:		81.782,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total geral:		466.914.876,74	525.497.718,39	0,00	750.000.000,00	824.800.000,00	0,00	0,00	

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

GERALCI JOÃO AMPOLINI
Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET
Contador Geral

Página: 1/5
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C); Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ						
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	193.068.452,01	259.687.484,10	0,00	346.816.000,00	372.460.277,60
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	107.919.855,01	149.656.099,54	0,00	196.324.000,00	211.944.706,40
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	1.000,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	98.549.451,27	137.231.610,04	0,00	178.504.000,00	195.326.706,40
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	9.369.403,74	12.424.489,50	0,00	17.815.000,00	16.613.000,00
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.346.243,30	4.121.497,49	0,00	1.050.000,00	1.103.000,00
3.2.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	4.346.243,30	4.121.497,49	0,00	1.050.000,00	1.103.000,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.802.353,70	105.909.887,07	0,00	149.442.000,00	159.412.571,20
3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	5.180.059,58	6.436.793,64	0,00	7.588.000,00	8.150.000,00
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	8.000,00	11.500,00	0,00	8.000,00	8.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	75.614.294,12	99.461.593,43	0,00	141.811.000,00	151.218.571,20
3.3.93.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	0,00	0,00	35.000,00	36.000,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	33.297.010,92	44.106.683,25	0,00	98.077.000,00	113.706.000,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	25.235.232,70	31.891.180,74	0,00	90.617.000,00	105.873.000,00
4.4.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	25.235.232,70	31.891.180,74	0,00	90.612.000,00	105.868.000,00
4.5.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	480.199,60	0,00	0,00	1.160.000,00	1.218.000,00
4.5.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	480.199,60	0,00	0,00	1.160.000,00	1.218.000,00
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	7.581.578,62	12.215.502,51	0,00	6.300.000,00	6.615.000,00
4.6.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	7.581.578,62	12.215.502,51	0,00	6.300.000,00	6.615.000,00
9.0.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	819.000,00	860.000,00
9.9.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	819.000,00	860.000,00
9.9.99.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	819.000,00	860.000,00
Total por entidade:		226.365.462,93	303.794.167,35	0,00	445.712.000,00	487.026.277,60
Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECÓ						
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	133.877.544,19	165.294.047,77	0,00	210.366.000,00	230.863.722,40
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	53.742.860,89	71.778.463,56	0,00	88.783.000,00	97.666.722,40
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	5.130,00	0,00	0,00	12.000,00	13.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	48.848.014,67	65.630.284,77	0,00	79.594.000,00	87.239.722,40
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	4.889.716,22	6.148.178,79	0,00	9.177.000,00	10.414.000,00
3.2.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.134.683,30	93.515.584,21	0,00	121.583.000,00	133.197.000,00
3.3.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	3.493.965,74	1.701.504,96	0,00	1.900.000,00	2.357.000,00
3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.206.615,00	0,00	0,00	12.000,00	13.000,00
3.3.71.00.00.00.00	Aplicações Diretas	75.434.102,56	91.814.079,25	0,00	115.681.000,00	126.637.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	0,00	0,00	3.990.000,00	4.190.000,00
3.3.93.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	3.139.203,13	2.422.984,09	0,00	7.635.000,00	8.361.000,00
4.0.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	3.139.203,13	2.422.984,09	0,00	7.635.000,00	8.361.000,00
4.4.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	266,25	0,00	0,00	12.000,00	13.000,00
4.4.71.00.00.00.00	Aplicações Diretas	3.138.936,88	2.422.984,09	0,00	7.623.000,00	8.348.000,00

Página: 2/5
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C); Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2013	2014	2015		
Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO						
Total por entidade:		137.016.747,32	167.717.031,86	0,00	218.001.000,00	239.224.722,40
Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	17.614.820,09	22.913.369,84	0,00	36.637.000,00	40.410.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.734.343,23	18.127.409,28	0,00	31.029.000,00	34.462.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	13.734.343,23	18.127.409,28	0,00	30.992.000,00	34.422.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	37.000,00	40.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.880.476,86	4.785.960,56	0,00	5.608.000,00	5.948.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	3.880.476,86	4.785.960,56	0,00	5.608.000,00	5.948.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	6.284,00	17.907,00	0,00	348.000,00	366.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	6.284,00	17.907,00	0,00	348.000,00	366.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	6.284,00	17.907,00	0,00	348.000,00	366.000,00
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	27.391.000,00	31.047.000,00
7.7.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	27.391.000,00	31.047.000,00
7.7.99.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	27.391.000,00	31.047.000,00
7.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA LEGAL - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA LEGAL - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		17.621.104,09	22.931.276,84	0,00	64.376.000,00	71.823.000,00
Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	5.650.283,26	4.249.456,63	0,00	5.081.000,00	5.576.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.650.283,26	4.249.456,63	0,00	5.081.000,00	5.576.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.650.283,26	4.249.456,63	0,00	5.081.000,00	5.576.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.240,00	6.540,00	0,00	266.000,00	292.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.240,00	6.540,00	0,00	266.000,00	292.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.240,00	6.540,00	0,00	266.000,00	292.000,00
Total por entidade:		5.651.523,26	4.255.996,63	0,00	5.347.000,00	5.868.000,00
Entidade: 5 - FUNDACAO DE CULTURA DE CHAPECO						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.10.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.19.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.19.10.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.30.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.35.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.39.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.40.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.49.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 3/5
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C); Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2013	2014	2015	2016	2017
Entidade: 5 - FUNDACAO DE CULTURA DE CHAPECO						
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO						
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.378.599,53	2.431.415,27	0,00	4.854.000,00	5.099.000,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	1.492.000,00	1.567.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	1.492.000,00	1.567.000,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.378.599,53	2.431.415,27	0,00	3.362.000,00	3.532.000,00
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	62.833,96	0,00	0,00	331.000,00	347.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.315.765,57	2.431.415,27	0,00	3.031.000,00	3.185.000,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	138.691,97	0,00	0,00	438.000,00	460.000,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	138.691,97	0,00	0,00	438.000,00	460.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	138.691,97	0,00	0,00	438.000,00	460.000,00
Total por entidade:		2.517.291,50	2.431.415,27	0,00	5.292.000,00	5.559.000,00
Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO						
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	230.359,47	9.011,41	0,00	203.000,00	214.000,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	230.359,47	9.011,41	0,00	203.000,00	214.000,00
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	111.000,00	117.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	230.359,47	9.011,41	0,00	92.000,00	97.000,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	4.952,00	0,00	0,00	75.000,00	79.000,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	4.952,00	0,00	0,00	75.000,00	79.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.952,00	0,00	0,00	75.000,00	79.000,00
Total por entidade:		235.311,47	9.011,41	0,00	278.000,00	293.000,00
Entidade: 9 - PMC - FM REEQ. ORG. BOMBEIROS CHAPECO						
3.0.00.00.00.00.00	DESPESA	1.213.537,98	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	905.724,56	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.30.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	905.724,56	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.39.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	905.724,56	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	307.813,42	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.40.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	307.813,42	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.49.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	307.813,42	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		1.213.537,98	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidade: 15 - FUNDACAO DE ACAO SOCIAL DE CHAPECO						
3.0.00.00.00.00.00	DESPESA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.10.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.19.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.19.10.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.30.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.35.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 4/5
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C); Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2013	2014	2015		
Entidade: 15 - FUNDACAO DE ACAO SOCIAL DE CHAPECO						
3.3.39.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.40.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.49.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidade: 16 - FUNDACAO MUNIC. DO MEIO AMBIENTE DE CHAPECO						
3.0.00.00.00.00.00	DESPESA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.10.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.19.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.19.10.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.30.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.39.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.40.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.49.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidade: 17 - PMC - FUMPOMPOC DE CHAPECO						
3.0.00.00.00.00.00	DESPESA	606.435,57	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	563.261,72	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.30.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	563.261,72	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.39.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	563.261,72	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	43.173,85	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.40.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	43.173,85	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.49.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	43.173,85	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		606.435,57	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO						
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	8.684.302,76	9.241.214,59	0,00	13.955.000,00	14.653.000,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.692.963,54	7.069.244,42	0,00	10.862.000,00	11.405.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	6.497.162,73	6.862.100,97	0,00	10.500.000,00	11.025.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	195.800,81	207.143,45	0,00	362.000,00	380.000,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.991.339,22	2.171.970,17	0,00	3.093.000,00	3.248.000,00
3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	33.630,00	38.310,00	0,00	58.000,00	61.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.957.709,22	2.133.660,17	0,00	3.035.000,00	3.187.000,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	203.737,09	110.472,33	0,00	336.000,00	353.000,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	203.737,09	110.472,33	0,00	336.000,00	353.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	203.737,09	110.472,33	0,00	336.000,00	353.000,00

Página: 5/5
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C); Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado		LDO
		2013	2014	2015	2016	2017	
Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO							
Total por entidade:		8.888.039,85	9.351.686,92	0,00	14.291.000,00	15.006.000,00	
Total geral:		400.115.453,97	510.490.586,28	0,00	753.297.000,00	824.800.000,00	

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

GERALCI JOÃO AMPOLINI
Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET
Contador Geral

Página: 1/10
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2017

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Programa	Valor
4.1.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade I	0.1.1000 - Recursos Ordinários	101 - Apoio Legislativo	19.622.960,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 - IRRF s/ os Rendimentos	0.1.1000 - Recursos Ordinários	102 - Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos	7.771.780,00
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00 - IRRF s/ Outros Rendime	0.1.1000 - Recursos Ordinários	103 - Apoio Administrativo	1.025.080,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - ITBI e de Direitos Reais	0.1.1000 - Recursos Ordinários	104 - Modernização da Estrutura Administrativa	7.485.451,20
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	0.1.1000 - Recursos Ordinários	105 - Atendimento Integral à Família	41.902.760,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00 - Taxa de Fiscalização de	0.1.1000 - Recursos Ordinários	106 - Atendimento a Grupos Especiais	2.023.000,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 - Tx de Funcionamento Es	0.1.1000 - Recursos Ordinários	107 - Segurança Alimentar e Nutricional	4.005.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00 - Taxa de Licença para Ex	0.1.1000 - Recursos Ordinários	108 - Escola Forte	2.600.000,00
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00 - Taxa de Aprovação do P	0.1.1000 - Recursos Ordinários	109 - Esporte e Lazer para Todos	418.000,00
4.1.1.2.1.99.01.00.00.00 - Outras Tx pelo Exercício	0.1.1000 - Recursos Ordinários	110 - Atleta do Futuro	101.000,00
4.1.1.2.2.12.00.00.00.00 - Enrolamentos e Custas I	0.1.1000 - Recursos Ordinários	111 - Atenção Básica em Saúde	3.647.000,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00 - Taxa de Limpeza Pública	0.1.1000 - Recursos Ordinários	112 - Atenção Especializada em Saúde	15.435.000,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00 - Contrib p/ Pavimentação	0.1.1000 - Recursos Ordinários	116 - Cultura Cidadã	1.196.000,00
4.1.3.1.1.99.01.00.00.00 - Aluguel - Centro de Ever	0.1.1000 - Recursos Ordinários	117 - Chapeco Segurança máxima	548.000,00
4.1.3.1.1.99.02.00.00.00 - Aluguel Parque EFAP	0.1.1000 - Recursos Ordinários	118 - Chapeco Empreendedora	122.000,00
4.1.3.1.1.99.99.00.00.00 - Aluguel outros próprios r	0.1.1000 - Recursos Ordinários	119 - Chapeco de braços abertos	86.000,00
4.1.3.1.9.00.00.00.00.00 - Outras Receitas Imobiliá	0.1.1000 - Recursos Ordinários	120 - Difusão de tecnologias e inovações	24.000,00
4.1.3.2.5.99.01.00.00.00 - Rec.Rem. Depósito Ban	0.1.1000 - Recursos Ordinários	121 - Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	5.000,00
4.1.3.2.5.99.08.00.00.00 - Rec.Rem. Depósito Ban	0.1.1000 - Recursos Ordinários	122 - Chapeco do Futuro	5.000,00
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00 - Outras Receitas Patrimo	0.1.1000 - Recursos Ordinários	123 - Chapeco Integrada - Requalificação dos Espaços Públicos	156.000,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00 - Outras Receitas Agropec	0.1.1000 - Recursos Ordinários	124 - Chapeco Acessível - Mobilidade Urbana	310.000,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00 - Outros Serviços	0.1.1000 - Recursos Ordinários	125 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	114.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	0.1.1000 - Recursos Ordinários	126 - Chapeco Limpa e Urbanizada - Qualidade de Vida e Bem €	35.584.920,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a l	0.1.1000 - Recursos Ordinários	127 - Chapeco Nossa Cidade	31.380,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo Es	0.1.1000 - Recursos Ordinários	128 - Produção de Unidades Habitacionais e Regularização Funh	816.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - D	0.1.1000 - Recursos Ordinários		219.660,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	0.1.1000 - Recursos Ordinários		72.111.240,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	0.1.1000 - Recursos Ordinários		20.438.840,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00 - Cota-Parte do IPI sobre	0.1.1000 - Recursos Ordinários		910.020,00
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00 - Transferências de Institu	0.1.1000 - Recursos Ordinários		38.000,00
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00 - Transf. de Pessoas	0.1.1000 - Recursos Ordinários		38.000,00
4.1.7.6.4.00.00.00.00.00 - Transferência de Convêr	0.1.1000 - Recursos Ordinários		365.000,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	0.1.1000 - Recursos Ordinários		219.660,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	0.1.1000 - Recursos Ordinários		240.580,00
Subtotal:			261.168.211,20

Página: 2/10
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2017

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Programa	Valor
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora de	0.1.1000 - Recursos Ordinários		45.000,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora de	0.1.1000 - Recursos Ordinários		1.011.000,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Di	0.1.1000 - Recursos Ordinários		407.940,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Di	0.1.1000 - Recursos Ordinários		146.440,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Di	0.1.1000 - Recursos Ordinários		508.000,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00 - Multas Previstas na Legi	0.1.1000 - Recursos Ordinários		7.091.000,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Indenizações	0.1.1000 - Recursos Ordinários		244.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00 - Outras Restituições	0.1.1000 - Recursos Ordinários		160.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	0.1.1000 - Recursos Ordinários		1.516.700,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do ISS	0.1.1000 - Recursos Ordinários		512.540,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. das Contri	0.1.1000 - Recursos Ordinários		668.000,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa	0.1.1000 - Recursos Ordinários		2.213.000,00
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00 - Outras Receitas	0.1.1000 - Recursos Ordinários		7.665.000,00
4.2.3.0.0.99.00.00.00.00 - Amortização de Emprést	0.1.1000 - Recursos Ordinários		608.000,00
9.1.1.1.2.02.91.00.00.00 - Ded Rec - Renuncia Rec	0.1.1000 - Recursos Ordinários		-721.740,00
9.1.1.1.2.02.92.00.00.00 - Ded Rec - Dev Imposto	0.1.1000 - Recursos Ordinários		-20.920,00
9.1.1.1.3.05.91.00.00.00 - Ded Rec - Renuncia Rec	0.1.1000 - Recursos Ordinários		-418.400,00
9.1.1.1.3.05.92.00.00.00 - Ded Rec - Dev Imposto	0.1.1000 - Recursos Ordinários		-83.680,00
Subtotal:			261.168.211,20
4.1.2.1.0.99.00.00.00.00 - Outras Contribuições So	0.1.1004 - Recursos Ordinários - FAS	103 - Apoio Administrativo	5.320.000,00
4.1.3.2.5.99.04.00.00.00 - Rec. Rem. Depósito Bar	0.1.1004 - Recursos Ordinários - FAS		365.000,00
4.1.7.6.3.99.00.00.00.00 - Outras Transferências di	0.1.1004 - Recursos Ordinários - FAS		183.000,00
Subtotal:			5.868.000,00
4.1.1.2.2.99.05.00.00.00 - Taxa do - Fumrebom	0.1.1005 - Recursos Ordinários - Fundo Bomb	117 - Chapeco Segurança máxima	2.184.000,00
4.1.3.2.5.98.01.00.00.00 - Rec. Remuner. Depósito	0.1.1005 - Recursos Ordinários - Fundo Bomb		14.000,00
4.1.9.0.99.91.00.00.00 - Outras Receitas - Fumre	0.1.1005 - Recursos Ordinários - Fundo Bomb		62.000,00
Subtotal:			2.260.000,00
4.1.1.2.1.99.07.00.00.00 - Taxa do - Fumpon	0.1.1006 - Recursos Ordinários - Fundo Policia	117 - Chapeco Segurança máxima	399.000,00
4.1.3.2.5.98.03.00.00.00 - Rec. Remuner. Depósito	0.1.1006 - Recursos Ordinários - Fundo Policia		157.000,00
4.1.9.0.99.92.00.00.00 - Outras Receitas - FumPi	0.1.1006 - Recursos Ordinários - Fundo Policia		161.000,00
Subtotal:			717.000,00

Página: 3/10
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2017
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

ORIGEM		Valor	Programa	DESTINAÇÃO	Valor
Conta	Fonte de Recursos				
4.1.1.2.1.99.06.00.00.00 - Taxa do - Fumpec	0.1.1007 - Recurso Ordinário - Fundo Policia C	399.000,00	117 - Chapecó Segurança máxima		651.000,00
4.1.3.2.5.98.02.00.00.00 - Rec. Remuner. Deposito	0.1.1007 - Recurso Ordinário - Fundo Policia C	91.000,00		Subtotal:	651.000,00
4.1.9.9.0.99.93.00.00.00 - Outras Receitas - FumPe	0.1.1007 - Recurso Ordinário - Fundo Policia C	161.000,00			
	Subtotal:	651.000,00			
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade I	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	9.755.200,00	104 - Modernização da Estrutura Administrativa		245.000,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 - IRRF s/ os Rendimentos	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	3.863.600,00	108 - Escola Forte		55.388.506,40
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00 - IRRF s/ Outros Rendime	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	509.600,00		Subtotal:	55.633.506,40
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - ITBI e de Direitos Reais	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	4.946.306,40			
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	20.831.200,00			
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	17.690.400,00			
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a l	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	15.600,00			
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - D	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	109.200,00			
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	35.848.800,00			
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	10.160.800,00			
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00 - Cota-Parte do IPI sobre	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	452.400,00			
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	109.200,00			
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	119.600,00			
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Di	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	202.800,00			
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Di	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	72.800,00			
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	754.000,00			
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do ISS	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	254.800,00			
9.1.1.1.2.02.91.00.00.00 - Ded Rec - Renuncia Rec	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	-358.800,00			
9.1.1.1.2.02.92.00.00.00 - Ded Rec - Dev Imposto :	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	-10.400,00			
9.1.1.1.3.05.91.00.00.00 - Ded Rec - Renuncia Rec	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	-208.000,00			
9.1.1.1.3.05.92.00.00.00 - Ded Rec - Dev Imposto :	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	-41.600,00			
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Dedução Cota-Parte do	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	-13.608.000,00			
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Dedução de Receita p/ F	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	-12.000,00			
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Ded Rec p/ Form do FUI	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	-84.000,00			
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Dedução do ICMS para	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	-27.576.000,00			
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Dedução de Receita par	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	-7.816.000,00			
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00 - Ded Cota Parte IPI-Exp	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	-348.000,00			
	Subtotal:	55.633.506,40			

Página: 4/10
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2017
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Programa	Valor
4.1.1.1.2.02.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade I	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	103 - Apoio Administrativo	1.087.000,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 - IRRF s/ os Rendimentos	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	104 - Modernização da Estrutura Administrativa	511.000,00
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00 - IRRF s/ Outros Rendime	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	111 - Atenção Básica em Saúde	69.821.560,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - ITBI e Direitos Reais	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	112 - Atenção Especializada em Saúde	1.985.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	113 - Vigilância e Promoção de Saúde	1.979.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 - Remun. de Depósito de	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	114 - Assistência Farmacêutica e Laboratorial	3.276.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -	115 - Gestão e investimentos do Sistema Único de Saúde	9.185.722,40
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a I	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - D	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00 - Cota-Parte do IPI sobre	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Di	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Di	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00 - Outras Restituições	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do ISS	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -		
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00 - Outras Receitas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -		
9.1.1.1.2.02.91.00.00.00 - Ded Rec - Renuncia Rec	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -		
9.1.1.1.2.02.92.00.00.00 - Ded Rec - Dev Imposto	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -		
9.1.1.1.3.05.91.00.00.00 - Ded Rec - Renuncia Rec	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -		
9.1.1.1.3.05.92.00.00.00 - Ded Rec - Dev Imposto	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp. -		
Subtotal:		87.845.282,40	
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00 - Contrib de Servidor Ativo	0.1.1030 - Contrib p/Regime Prop. Previd. Soci	103 - Apoio Administrativo	71.823.000,00
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00 - Contribuições de Servid	0.1.1030 - Contrib p/Regime Prop. Previd. Soci		
4.1.3.2.5.03.00.00.00.00 - Rec. de Remun. Dep. P	0.1.1030 - Contrib p/Regime Prop. Previd. Soci		
4.1.9.2.2.10.00.00.00.00 - Compensações Financ	0.1.1030 - Contrib p/Regime Prop. Previd. Soci		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00 - Outras Restituições	0.1.1030 - Contrib p/Regime Prop. Previd. Soci		
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00 - RECEITA DE CONTRIBI	0.1.1030 - Contrib p/Regime Prop. Previd. Soci		
Subtotal:		71.823.000,00	

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2017

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Página: 5/10
Data: 30/05/2016

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.3.2.5.16.00.00.00.00 - Remuneração de Depós	0.1.1070 - Contrib. de Intervenção do Domínio	2.000,00	127 - Chapecó Nossa Cidade	26.000,00
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00 - Cota-Parte da Contrib. d	0.1.1070 - Contrib. de Intervenção do Domínio	24.000,00		Subtotal:
		26.000,00		
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00 - CONTRIB P/CUSTEIO I	0.1.1080 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilumir	7.546.000,00	124 - Chapecó Acessível - Mobilidade Urbana	7.263.000,00
4.1.3.2.5.17.00.00.00.00 - Remuneração de Depós	0.1.1080 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilumir	5.000,00	127 - Chapecó Nossa Cidade	288.000,00
		7.551.000,00		Subtotal:
				7.551.000,00
4.1.3.2.5.18.00.00.00.00 - Rec. Remuner. Deposito	0.1.1180 - Transf. Do FUNDEB (Apl Rem Profis	85.000,00	108 - Escola Forte	58.087.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do I	0.1.1180 - Transf. Do FUNDEB (Apl Rem Profis	58.002.000,00		Subtotal:
		58.087.000,00		58.087.000,00
4.1.3.2.5.19.00.00.00.00 - Rec. Remuner. Deposito	0.1.1190 - Transf. Do FUNDEB (Apl outras Des	57.000,00	108 - Escola Forte	24.915.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do I	0.1.1190 - Transf. Do FUNDEB (Apl outras Des	24.858.000,00		Subtotal:
		24.915.000,00		24.915.000,00
4.1.7.6.1.03.01.00.00.00 - Transf. de Conv. da Unid	0.1.1310 - Transferência de Convênios - União	62.000,00	106 - Atendimento a Grupos Especiais	321.000,00
4.1.7.6.1.03.02.00.00.00 - Transf. de Conv. da Unid	0.1.1310 - Transferência de Convênios - União	62.000,00		Subtotal:
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	0.1.1310 - Transferência de Convênios - União	42.000,00		321.000,00
4.2.4.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	0.1.1310 - Transferência de Convênios - União	155.000,00		
		321.000,00		
4.1.7.6.1.02.00.00.00.00 - Transf. de Conv. da Unid	0.1.1320 - Transferência de Convênios - União	428.000,00	108 - Escola Forte	7.722.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00 - Transf. Convênios da Ur	0.1.1320 - Transferência de Convênios - União	7.294.000,00		Subtotal:
		7.722.000,00		7.722.000,00
4.1.3.2.5.23.01.00.00.00 - Rec. Remuner. Deposito	0.1.1330 - Transferência de Convênios - União	14.000,00	104 - Modernização da Estrutura Administrativa	245.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	0.1.1330 - Transferência de Convênios - União	900.000,00	111 - Atenção Básica em Saúde	1.415.000,00
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do I	0.1.1330 - Transferência de Convênios - União	1.398.000,00	115 - Gestão e investimentos do Sistema Único de Saúde	914.000,00
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00 - Transf. de Convênio p/ S	0.1.1330 - Transferência de Convênios - União	262.000,00		Subtotal:
		2.574.000,00		2.574.000,00

Página: 6/10
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2017
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Programa	Valor
4.1.3.2.5.24.01.00.00.00 - Rec. Remuner. Depósito	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	104 - Modernização da Estrutura Administrativa	1.115.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências de	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	105 - Atendimento Integral à Família	443.000,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências de	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	106 - Atendimento a Grupos Especiais	45.000,00
4.2.4.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências de	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	107 - Segurança Alimentar e Nutricional.	61.000,00
		109 - Esporte e Lazer para Todos	657.000,00
		110 - Atleta do Futuro	26.000,00
		116 - Cultura Cidadã	474.000,00
		117 - Chapecó Segurança máxima	240.000,00
		118 - Chapecó Empreendedora	438.000,00
		119 - Chapecó de braços abertos	1.771.000,00
		120 - Difusão de tecnologias e inovações	31.000,00
		121 - Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	45.000,00
		123 - Chapecó Integrada - Requalificação dos Espaços Públicos	134.000,00
		124 - Chapecó Acessível - Mobilidade Urbana	104.000,00
		125 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	435.000,00
		126 - Chapecó Limpa e Urbanizada - Qualidade de Vida e Bem-estar	863.000,00
		127 - Chapecó Nossa Cidade	5.420.000,00
		128 - Produção de Unidades Habitacionais e Regularização Fundiária	6.621.000,00
		Subtotal:	18.923.000,00
4.1.3.2.5.47.00.00.00.00 - Rec. Rem Depósito Banc	0.1.1350 - Transferência do Sist. Único de Assis	106 - Atendimento a Grupos Especiais	5.000,00
4.1.3.2.5.48.00.00.00.00 - Rec. Rem Depósito Banc	0.1.1350 - Transferência do Sist. Único de Assis		3.000,00
4.1.3.2.5.49.00.00.00.00 - Rec. Rem Depósito Banc	0.1.1350 - Transferência do Sist. Único de Assis		3.000,00
4.1.3.2.5.50.00.00.00.00 - Rec. Rem Depósito Banc	0.1.1350 - Transferência do Sist. Único de Assis		3.000,00
4.1.3.2.5.51.00.00.00.00 - Rec. Rem Depósito Banc	0.1.1350 - Transferência do Sist. Único de Assis		5.000,00
4.1.3.2.5.52.00.00.00.00 - Rec. Rem Depósito Banc	0.1.1350 - Transferência do Sist. Único de Assis		5.000,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00 - Programa FNAS - Ação	0.1.1350 - Transferência do Sist. Único de Assis		38.000,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00 - Programa FNAS - Ação	0.1.1350 - Transferência do Sist. Único de Assis		134.000,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00 - Programa FNAS - Ação	0.1.1350 - Transferência do Sist. Único de Assis		134.000,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00 - Programa FNAS - Ação	0.1.1350 - Transferência do Sist. Único de Assis		401.000,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00 - Programa FNAS - Ação	0.1.1350 - Transferência do Sist. Único de Assis		218.000,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00 - Programa FNAS - Ação	0.1.1350 - Transferência do Sist. Único de Assis		244.000,00
4.1.7.2.1.34.51.00.00.00 - Outros programas FNAS	0.1.1350 - Transferência do Sist. Único de Assis		2.056.000,00
		Subtotal:	3.249.000,00

Página: 7/10
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2017
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Programa	Valor
4.1.3.2.5.58.00.00.00.00 - Rec.Rem. Deposito Ban	0.1.1360 - Salário Educação	108 - Escola Forte	38.000,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 - Transferências do Salári	0.1.1360 - Salário Educação		8.554.000,00
	Subtotal:		8.592.000,00
4.1.3.2.5.62.00.00.00.00 - Rec.Rem. Deposito Ban	0.1.1370 - Outras Transferências do FNDE	108 - Escola Forte	2.000,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00 - Outras Transferências D	0.1.1370 - Outras Transferências do FNDE		5.000,00
	Subtotal:		7.000,00
4.1.3.2.5.46.00.00.00.00 - Rec.Rem. Deposito Ban	0.1.1371 - Outras Transf. FNDE - PEJA	108 - Escola Forte	2.000,00
4.1.7.2.1.35.55.00.00.00 - Transf Diretas do FNDE	0.1.1371 - Outras Transf. FNDE - PEJA		5.000,00
	Subtotal:		7.000,00
4.1.3.2.5.59.00.00.00.00 - Rec.Rem. Deposito Banc	0.1.1372 - Outras Transf. FNDE - PDDE	108 - Escola Forte	2.000,00
4.1.7.2.1.35.54.00.00.00 - Transf Diretas do FNDE	0.1.1372 - Outras Transf. FNDE - PDDE		7.000,00
	Subtotal:		9.000,00
4.1.3.2.5.60.00.00.00.00 - Rec.Rem. Deposito Ban	0.1.1373 - Outras Transf. FNDE - PNAE	108 - Escola Forte	2.000,00
4.1.7.2.1.35.53.00.00.00 - Transf Diretas do FNDE	0.1.1373 - Outras Transf. FNDE - PNAE		2.674.000,00
	Subtotal:		2.676.000,00
4.1.3.2.5.61.00.00.00.00 - Rec.Rem. Deposito Ban	0.1.1374 - Outras Transf. FNDE - PNATE	108 - Escola Forte	2.000,00
4.1.7.2.1.35.52.00.00.00 - Transf. Diretas do FNDE	0.1.1374 - Outras Transf. FNDE - PNATE		401.000,00
	Subtotal:		403.000,00
4.1.3.2.5.71.00.00.00.00 - Rec.Rem. Deposito Ban	0.1.1380 - Transferências do Sist Unico de Saú	111 - Atenção Básica em Saúde	5.000,00
4.1.7.2.1.33.76.00.00.00 - Receita - Outros recurso	0.1.1380 - Transferências do Sist Unico de Saú		64.000,00
	Subtotal:		69.000,00
4.1.3.2.5.64.00.00.00.00 - Rec.Rem. Deposito Ban	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção B;	111 - Atenção Básica em Saúde	48.000,00
4.1.7.2.1.33.26.00.00.00 - Incentivo de Atenção B;	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção B;		43.000,00
4.1.7.2.1.33.31.00.00.00 - PAB Fixo	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção B;		6.894.000,00
4.1.7.2.1.33.32.00.00.00 - Programa de Agentes C;	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção B;		4.436.000,00
4.1.7.2.1.33.34.00.00.00 - Programa Saude Bucal	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção B;		975.000,00
4.1.7.2.1.33.35.00.00.00 - Programa de Saúde da I	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção B;		4.288.000,00
4.1.7.2.1.33.36.00.00.00 - Receita Transf. de Recu	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção B;		1.249.000,00
4.1.7.2.1.33.58.00.00.00 - Atenção Básica - PMAQ	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção B;		5.367.000,00
4.1.7.2.1.33.59.00.00.00 - Atenção Básica - PSE Pi	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção B;		312.000,00
4.1.7.2.1.33.79.00.00.00 - Atenção Básica - Variave	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção B;		43.000,00
	Subtotal:		23.655.000,00

Página: 8/10
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2017

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Programa	Valor
4.1.3.2.5.65.00.00.00 - Rec.Rem. Depósito Ban	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC	112 - Atenção Especializada em Saúde	90.457.000,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00 - Programa - Centros de E	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC	115 - Gestão e investimentos do Sistema Único de Saúde	4.190.000,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00 - Programa FAEC AIH - Tri	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC	Subtotal:	94.647.000,00
4.1.7.2.1.33.24.00.00.00 - Gestão Plena do Sistem	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC		85.944.000,00
4.1.7.2.1.33.41.00.00.00 - Centro de Referência en	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC		555.000,00
4.1.7.2.1.33.50.00.00.00 - Receita Programa FAEC	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC		895.000,00
4.1.7.2.1.33.51.00.00.00 - Receita Programa FAEC	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC		4.977.000,00
4.1.7.2.1.33.53.00.00.00 - Receita Programa FAEC	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC		924.000,00
4.1.7.2.1.33.54.00.00.00 - Receita Programa FAEC	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC		28.000,00
4.1.7.2.1.33.75.00.00.00 - Programa FAEC - Cirurg	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC		14.000,00
4.1.7.2.1.33.77.00.00.00 - Programa MAC - REDE	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC		170.000,00
4.1.7.2.1.33.81.00.00.00 - Programa MAC - Brasil s	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC		57.000,00
4.1.7.2.1.33.82.00.00.00 - Programa MAC - Rede v	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC		28.000,00
4.1.7.2.1.33.83.00.00.00 - Programa MAC - Rede s	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC		114.000,00
	Subtotal:		94.647.000,00
4.1.3.2.5.66.00.00.00 - Rec.Rem. Depósito Ban	0.1.1383 - Transferências do SUS - Vigilância	112 - Atenção Especializada em Saúde	685.000,00
4.1.7.2.1.33.29.00.00.00 - Ações Básicas de Vigilãr	0.1.1383 - Transferências do SUS - Vigilância	113 - Vigilância e Promoção de Saúde	699.000,00
4.1.7.2.1.33.37.00.00.00 - Incentivo no Ambito do F	0.1.1383 - Transferências do SUS - Vigilância	Subtotal:	1.374.000,00
4.1.7.2.1.33.46.00.00.00 - Vigilância em Saúde - In	0.1.1383 - Transferências do SUS - Vigilância		43.000,00
4.1.7.2.1.33.55.00.00.00 - Vigilância em Saúde - In	0.1.1383 - Transferências do SUS - Vigilância		170.000,00
4.1.7.2.1.33.56.00.00.00 - Vigilância em Saúde - In	0.1.1383 - Transferências do SUS - Vigilância		86.000,00
4.1.7.2.1.33.57.00.00.00 - Vigilância em Saúde - Ci	0.1.1383 - Transferências do SUS - Vigilância		14.000,00
	Subtotal:		1.374.000,00
4.1.3.2.5.67.00.00.00 - Rec.Rem. Depósito Ban	0.1.1384 - Transferências do SUS - Assist. Far	114 - Assistência Farmacêutica e Laboratorial	1.445.000,00
4.1.7.2.1.33.61.00.00.00 - Assistência Farmaceutic	0.1.1384 - Transferências do SUS - Assist. Far	Subtotal:	1.445.000,00
4.1.7.2.1.33.72.00.00.00 - Farmada Popular	0.1.1384 - Transferências do SUS - Assist. Far		170.000,00
	Subtotal:		1.445.000,00
4.1.3.2.5.68.00.00.00 - Rec.Rem. Depósito Ban	0.1.1385 - Transferências do SUS - Assist. Far	115 - Gestão e investimentos do Sistema Único de Saúde	5.000,00
	Subtotal:		5.000,00
4.1.3.2.5.69.00.00.00 - Rec.Rem. Depósito Ban	0.1.1386 - Transferências do SUS - Medicamei	111 - Atenção Básica em Saúde	5.000,00
	Subtotal:		5.000,00

Página: 9/10
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2017
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Programa	Valor
4.1.3.2.5.70.00.00.00 - Rec.Rem. Depósito Ban	0.1.1387 - Transferências do SUS - Gestão	111 - Atenção Básica em Saúde	27.000,00
4.1.7.2.1.33.71.00.00 - Gestão do SUS	0.1.1387 - Transferências do SUS - Gestão		43.000,00
	Subtotal:		70.000,00
4.1.3.2.5.57.00.00.00 - Rec.Rem. Depósito Ban	0.1.1388 - Serviço Atendimento Urgência Emer	112 - Atenção Especializada em Saúde	38.000,00
4.1.7.2.1.33.42.00.00 - Serviço de Atendimento	0.1.1388 - Serviço Atendimento Urgência Emer		497.000,00
	Subtotal:		535.000,00
4.1.7.6.2.03.00.00.00 - Prog. Proteção Social Es	0.1.1610 - Transferências de Convênios - Esta	106 - Atendimento a Grupos Especiais	62.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00 - Outras Transferências de	0.1.1610 - Transferências de Convênios - Esta		382.000,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00 - Outras Transferências de	0.1.1610 - Transferências de Convênios - Esta		110.000,00
	Subtotal:		554.000,00
4.2.4.7.2.02.00.00.00 - Transf. de Convênio Des	0.1.1620 - Transferências de Convênios - Esta	108 - Escola Forte	245.000,00
	Subtotal:		245.000,00
4.2.4.2.2.01.00.00.00 - Transferências de Recur	0.1.1630 - Transferências de Convênios - Esta	111 - Atenção Básica em Saúde	305.000,00
	Subtotal:		305.000,00
4.1.3.2.5.24.02.00.00 - Rec. Remuner. Depósito	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Esta	104 - Modernização da Estrutura Administrativa	2.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00 - Outras Transferências de	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Esta	105 - Atendimento Integral à Família	3.409.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00 - Outras Transferências de	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Esta	106 - Atendimento a Grupos Especiais	3.213.000,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00 - Outras Transferências de	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Esta	107 - Segurança Alimentar e Nutricional.	34.846.000,00
	Subtotal:		41.470.000,00
		109 - Esporte e Lazer para Todos	926.000,00
		110 - Atleta do Futuro	2.473.000,00
		116 - Cultura Cidadã	475.000,00
		117 - Chapecó Segurança máxima	678.000,00
		118 - Chapecó Empreendedora	1.145.000,00
		119 - Chapecó de braços abertos	2.321.000,00
		120 - Difusão de tecnologias e inovações	31.000,00
		121 - Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	630.000,00
		123 - Chapecó Integrada - Requalificação dos Espaços Públicos	356.000,00
		124 - Chapecó Acessível - Mobilidade Urbana	1.967.000,00
		125 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	924.000,00
		126 - Chapecó Limpa e Urbanizada - Qualidade de Vida e Bem-estar	2.862.000,00
		127 - Chapecó Nossa Cidade	23.948.000,00
		128 - Produção de Unidades Habitacionais e Regularização Fundiária	736.000,00
		Subtotal:	41.470.000,00

Página: 10/10
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2017
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Programa	Valor
4.1.7.2.2.34.99.00.00.00 - Transf. Legais e Const do Estado p/	0.1.1660 - Transf. Legais e Const do Estado p/	108 - Escola Forte	670.000,00
	Subtotal:		670.000,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00 - Receita de Transf. Rec.	0.1.1671 - Transf. do SUS Estado - Atenção B	111 - Atenção Básica em Saúde	1.850.000,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00 - Receita de Transf. Rec.	0.1.1671 - Transf. do SUS Estado - Atenção B		199.000,00
	Subtotal:		2.049.000,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00 - Receita de Transf. Recu	0.1.1672 - Transf. do SUS Estado - MAC	112 - Atenção Especializada em Saúde	57.000,00
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00 - Receita de Transf. Recu	0.1.1672 - Transf. do SUS Estado - MAC		15.399.000,00
	Subtotal:		15.456.000,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00 - Receita de Transf. Recu	0.1.1674 - Transf. do SUS Estado - Assist. Farr	114 - Assistência Farmacêutica e Laboratorial	1.378.000,00
	Subtotal:		1.378.000,00
4.1.3.2.5.83.00.00.00.00 - Rec.Rem. Deposito Ban	0.1.1830 - Operação de Crédito Interna	104 - Modernização da Estrutura Administrativa	609.000,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00 - Outras Operações de Cr	0.1.1830 - Operação de Crédito Interna	123 - Chapeco Integrada - Requalificação dos Espaços Públicos	123.000,00
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00 - Outras Operações de Cr	0.1.1830 - Operação de Crédito Interna	125 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	123.000,00
	Subtotal:		5.975.000,00
			6.830.000,00
4.1.3.2.5.86.00.00.00.00 - Rec.Rem. Deposito Ban	0.1.1860 - Operação de Crédito Externa	127 - Chapeco Nossa Cidade	11.000,00
4.2.1.2.3.99.00.00.00.00 - Outras Operações Crédi	0.1.1860 - Operação de Crédito Externa		12.145.000,00
	Subtotal:		12.156.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alienação de Outros Ber	0.1.1890 - Alienação de Bens	104 - Modernização da Estrutura Administrativa	245.000,00
4.2.2.2.9.00.00.00.00.00 - Alienação de Outros Ber	0.1.1890 - Alienação de Bens	127 - Chapeco Nossa Cidade	609.000,00
	Subtotal:		854.000,00
	Total geral:		824.800.000,00

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

GERALCI JOÃO AMPOLINI
Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET
Contador Geral

Página: 1/1
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Metas Anuais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	824.800.000,00	824.800.000,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
Receitas Primárias (I)	578.173.000,00	578.173.000,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
Despesa Total	824.800.000,00	824.800.000,00							
Despesas Primárias (II)	462.695.277,60	462.695.277,60		0,00	0,00		0,00	0,00	
Resultado Primário III = (I-II)	115.477.722,40	115.477.722,40		0,00	0,00		0,00	0,00	
Resultado Nominal	36.350.000,00	36.350.000,00		(30.950.000,00)	(30.950.000,00)		(15.600.000,00)	(15.600.000,00)	
Dívida Pública Consolidada	69.650.000,00	69.650.000,00		48.700.000,00	48.700.000,00		38.100.000,00	38.100.000,00	
Dívida Consolidada Líquida	12.150.000,00	12.150.000,00		(18.800.000,00)	(18.800.000,00)		(34.400.000,00)	(34.400.000,00)	

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

GERALCI JOÃO AMPOLINI
Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET
Contador Geral

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Página: 1/1
 Data: 30/05/2016

LRF, art 4º, § 1º R\$ 1,00

Especificação	Valores a Preços Correntes									
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019
Receita Total	608.183.000,00	691.120.000,00	13,640	749.207.000,01	8,400	824.800.000,00	10,090	0,00	(100,000)	0,00
Receitas Primárias (I)	549.555.000,00	626.088.000,00	13,930	709.826.000,01	13,370	578.173.000,00	(18,550)	0,00	(100,000)	0,00
Despesa Total	608.183.000,00	691.120.000,00	13,640	806.033.400,00	16,630	824.800.000,00	2,330	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (II)	608.183.000,00	659.961.000,00	8,510	768.040.400,00	16,380	462.695.277,60	(39,760)	0,00	(100,000)	0,00
Resultado Primário III = (I-II)	(58.628.000,00)	(33.873.000,00)	(42,220)	(58.214.399,99)	71,860	115.477.722,40	(298,370)	0,00	(100,000)	0,00
Resultado Nominal	(49.825.053,61)	18.975.960,76	(138,090)	(32.541.362,67)	(271,490)	36.350.000,00	(211,700)	(30.950.000,00)	(185,140)	(15.600.000,00)
Dívida Pública Consolidada	71.733.452,52	58.792.767,67	(18,040)	38.150.000,00	(35,110)	69.650.000,00	82,570	48.700.000,00	(30,080)	38.100.000,00
Dívida Consolidada Líquida	(10.634.598,09)	8.341.362,67	(178,440)	(24.200.000,00)	(390,120)	12.150.000,00	(150,210)	(18.800.000,00)	(254,730)	(34.400.000,00)

Especificação	Valores a Preços Constantes									
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019
Receita Total	608.183.000,00	691.120.000,00	13,640	749.207.000,01	8,400	824.800.000,00	10,090	0,00	(100,000)	0,00
Receitas Primárias (I)	549.555.000,00	626.088.000,00	13,930	709.826.000,01	13,370	578.173.000,00	(18,550)	0,00	(100,000)	0,00
Despesa Total	608.183.000,00	691.120.000,00	13,640	806.033.400,00	16,630	824.800.000,00	2,330	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (II)	608.183.000,00	659.961.000,00	8,510	768.040.400,00	16,380	462.695.277,60	(39,760)	0,00	(100,000)	0,00
Resultado Primário III = (I-II)	(58.628.000,00)	(33.873.000,00)	(42,220)	(58.214.399,99)	71,860	115.477.722,40	(298,370)	0,00	(100,000)	0,00
Resultado Nominal	(49.825.053,61)	18.975.960,76	(138,090)	(32.541.362,67)	(271,490)	36.350.000,00	(211,700)	(30.950.000,00)	(185,140)	(15.600.000,00)
Dívida Pública Consolidada	71.733.452,52	58.792.767,67	(18,040)	38.150.000,00	(35,110)	69.650.000,00	82,570	48.700.000,00	(30,080)	38.100.000,00
Dívida Consolidada Líquida	(10.634.598,09)	8.341.362,67	(178,440)	(24.200.000,00)	(390,120)	12.150.000,00	(150,210)	(18.800.000,00)	(254,730)	(34.400.000,00)

LUCIANO JOSÉ BULIGON
 Prefeito Municipal

GERALCI JOÃO AMPOLINI
 Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET
 Contador Geral

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/2
 Data: 30/05/2016

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 2017

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2013	2014	2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.530.395,12	27.158.407,99	0,00
RECEITAS CORRENTES	20.530.395,12	27.158.407,99	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	9.396.096,55	10.396.520,99	0,00
Pessoal Civil	9.396.096,55	10.396.520,99	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	7.514.668,28	16.016.786,40	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	3.619.630,29	745.100,60	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	3.570.458,35	669.793,66	0,00
Demais Receitas Correntes	49.171,94	75.306,94	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	16.057.416,95	16.770.298,94	0,00
RECEITAS CORRENTES	16.057.416,95	16.770.298,94	0,00
Receita de Contribuições Patronais	16.057.416,95	16.770.298,94	0,00
Pessoal Civil	16.057.416,95	16.770.298,94	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	36.587.812,07	43.928.706,93	0,00
DESPESAS	2013	2014	2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 2/2
 Data: 30/05/2016

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 2017

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS	2013	2014	2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	36.587.812,07	43.928.706,93	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2013	2014	2015
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS			

LUCIANO JOSÉ BULIGON
 Prefeito Municipal

GERALCI JOÃO AMPOLINI
 Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET
 Contador Geral

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017****ANEXO DE METAS FISCAIS****Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita**

Página: 1/2
Data: 30/05/2016

R\$ 1,00

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2017	2018	2019	
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Remissão	Município	800.000,00	885.000,00	950.000,00	Compensado pela ampliação da base contributiva com a adição de novas unidades habitacionais edificadas no Município, e por estar impactado na previsão da Lei Orçamentária com previsão a menor da despesa.
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Município	700.000,00	800.000,00	900.000,00	Compensado pela ampliação da base contributiva com a adição de novas unidades habitacionais edificadas no Município, e por estar impactado na previsão da Lei Orçamentária com previsão a menor da despesa.
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	Subsídio	Município	450.000,00	480.000,00	500.000,00	A compensação está impactada com a redução na previsão da despesas na Lei Orçamentária Anual e pelo aumento da base contributiva.
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	Anistia	Município	350.000,00	400.000,00	450.000,00	A compensação está impactada com a redução na previsão da despesas na Lei Orçamentária Anual e pelo aumento da base contributiva.
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado		410.000,00	465.000,00	550.000,00	A compensação está impactada com a redução na previsão da despesas na Lei Orçamentária Anual e pelo aumento da base contributiva.
Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	Remissão	Município	100.000,00	110.000,00	120.000,00	A compensação está impactada com a redução na previsão da despesas na Lei Orçamentária Anual e pelo aumento da base contributiva.
Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Município	100.000,00	110.000,00	120.000,00	A compensação está impactada com a redução na previsão da despesas na Lei Orçamentária Anual e pelo aumento da base contributiva.

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017****ANEXO DE METAS FISCAIS****Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita**

Página: 2/2
Data: 30/05/2016

R\$ 1,00

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2017	2018	2019	
Enrolamentos e Custas Processuais Administrativas	Remissão	Município	100.000,00	110.000,00	120.000,00	A compensação está impactada com a redução na previsão da despesa na Lei Orçamentária Anual e pelo aumento da base contributiva.
Enrolamentos e Custas Processuais Administrativas	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Município	100.000,00	110.000,00	120.000,00	A compensação está impactada com a redução na previsão da despesa na Lei Orçamentária Anual e pelo aumento da base contributiva.
Taxa de Limpeza Pública	Remissão	Município	700.000,00	750.000,00	800.000,00	A compensação está impactada com a redução na previsão da despesa na Lei Orçamentária Anual e pelo aumento da base contributiva.
Taxa de Limpeza Pública	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Município	180.000,00	200.000,00	220.000,00	A compensação está impactada com a redução na previsão da despesa na Lei Orçamentária Anual e pelo aumento da base contributiva.
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Município	200.000,00	200.000,00	200.000,00	A compensação está impactada com a redução na previsão da despesa na Lei Orçamentária Anual e pelo aumento da base contributiva.
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Remissão	Município	100.000,00	100.000,00	100.000,00	A compensação está impactada com a redução na previsão da despesa na Lei Orçamentária Anual e pelo aumento da base contributiva.
Total			4.300.000,00	4.720.000,00	5.150.000,00	

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

GERALCI JOÃO AMPOLINI
Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET
Contador Geral

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Página: 1/8

Data: 30/05/2016

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	650.925.000,00	0,00	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	575.771.000,00	0,00	0,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	183.427.000,00	0,00	0,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	151.020.000,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	70.900.000,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	37.520.000,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	16.820.000,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	14.860.000,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	1.960.000,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	16.560.000,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	80.120.000,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	80.120.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	31.211.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	9.945.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	2.023.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	4.005.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	2.600.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	418.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	899.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.99.01.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	101.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.99.06.00.00.00	Taxa do - Fumpoc	399.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.99.07.00.00.00	Taxa do - Fumpom	399.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	21.266.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.2.12.00.00.00.00	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	3.647.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	15.435.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	2.184.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.2.99.05.00.00.00	Taxa do - Fumrebom	2.184.000,00	0,00	0,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.196.000,00	0,00	0,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	1.196.000,00	0,00	0,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	7.546.000,00	0,00	0,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚ	7.546.000,00	0,00	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.433.000,00	0,00	0,00
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	780.000,00	0,00	0,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	756.000,00	0,00	0,00
4.1.3.1.1.99.00.00.00.00	Aluguel - Centro de Eventos e Arena	756.000,00	0,00	0,00
4.1.3.1.1.99.01.00.00.00	Aluguel - Centro de Eventos e Arena	548.000,00	0,00	0,00
4.1.3.1.1.99.02.00.00.00	Aluguel Parque EFAPI	122.000,00	0,00	0,00
4.1.3.1.1.99.99.00.00.00	Aluguel outros próprios municipais	86.000,00	0,00	0,00
4.1.3.1.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas Imobiliárias	24.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	497.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	497.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.16.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - CIDE	2.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.17.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - COSIP	5.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.18.00.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - FUNDEB - Magisté	85.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.19.00.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - FUNDEB - Magisté	57.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.24.00.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - Convenio união	16.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.24.01.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - Convenio união	14.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.24.02.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - Convenio Estado	2.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.46.00.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec FNAS - PEJA	2.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.58.00.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec FNDE - Salario Ed	38.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.59.00.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS PPD	2.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.60.00.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec. FNDE - PNAE	2.000,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Página: 2/8

Data: 30/05/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ				
4.1.3.2.5.61.00.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec FNDE - PNATE	2.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.62.00.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec FNDE - Outros	2.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.83.00.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec Op Cred Interna	6.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.86.00.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec Op Cred Ext	11.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.98.00.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - REC ORD FUNREB	262.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.98.01.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - REC ORD FUNREB	14.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.98.02.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - REC ORD FUMPOI	91.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.98.03.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - REC ORD FUMPOI	157.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.99.00.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec Ord. - Pref	5.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.99.01.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec Ord. - Pref	5.000,00	0,00	0,00
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	156.000,00	0,00	0,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	310.000,00	0,00	0,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	310.000,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	114.000,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	114.000,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	357.146.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	347.215.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	81.614.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	68.124.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	68.040.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	60.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	24.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	816.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	816.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	11.646.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	8.554.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.52.00.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE	401.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.53.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	2.674.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.54.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PDDE	7.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.55.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	5.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	5.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	420.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	608.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	182.741.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	178.700.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	137.880.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	39.080.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	1.740.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.34.00.00.00.00	Transfências do Estado para a educação - Transp Es	670.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.34.99.00.00.00	Transfências do Estado para a educação - Transp Es	670.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	3.371.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	82.860.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	82.860.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	9.931.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	6.353.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	428.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	5.925.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	3.213.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	3.213.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.4.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios Instituições Privadas	365.000,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	25.795.000,00	0,00	0,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	10.595.000,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Página: 3/8
 Data: 30/05/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ				
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	1.936.000,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	420.000,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	460.000,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	45.000,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.011.000,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	1.568.000,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	780.000,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	280.000,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	508.000,00	0,00	0,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	7.091.000,00	0,00	0,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	7.091.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	390.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	244.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	244.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	146.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	146.000,00	0,00	0,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	6.761.000,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	6.761.000,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	2.900.000,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	980.000,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	668.000,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	2.213.000,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	8.049.000,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	8.049.000,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas	7.665.000,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.99.91.00.00.00	Outras Receitas - Fumrebom	62.000,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.99.92.00.00.00	Outras Receitas - FumPoc	161.000,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.99.93.00.00.00	Outras Receitas - FumPom	161.000,00	0,00	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	75.154.000,00	0,00	0,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	18.969.000,00	0,00	0,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	6.824.000,00	0,00	0,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	5.000.000,00	0,00	0,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	5.000.000,00	0,00	0,00
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	1.824.000,00	0,00	0,00
4.2.1.2.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	12.145.000,00	0,00	0,00
4.2.1.2.3.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Externas - Contratuais	12.145.000,00	0,00	0,00
4.2.1.2.3.99.00.00.00.00	Outras Operações Créditos Externas - Contratuais	12.145.000,00	0,00	0,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	854.000,00	0,00	0,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	245.000,00	0,00	0,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	245.000,00	0,00	0,00
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	609.000,00	0,00	0,00
4.2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	609.000,00	0,00	0,00
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	608.000,00	0,00	0,00
4.2.3.0.0.99.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos	608.000,00	0,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	54.723.000,00	0,00	0,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	47.184.000,00	0,00	0,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	12.338.000,00	0,00	0,00
4.2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	12.338.000,00	0,00	0,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	34.846.000,00	0,00	0,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	34.846.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7.539.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	7.294.000,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Página: 4/8

Data: 30/05/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ			
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00 Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	7.294.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00 Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	245.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.02.00.00.00.00 Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	245.000,00	0,00	0,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA	(51.824.000,00)	0,00	0,00
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA	(51.824.000,00)	0,00	0,00
9.1.1.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	(2.380.000,00)	0,00	0,00
9.1.1.1.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÃO DE IMPOSTOS	(2.380.000,00)	0,00	0,00
9.1.1.1.2.00.00.00.00.00 Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	(1.420.000,00)	0,00	0,00
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00 Deduções de Receita do IPTU	(1.420.000,00)	0,00	0,00
9.1.1.1.2.02.91.00.00.00 Ded Rec - Renuncia Receita IPTU	(1.380.000,00)	0,00	0,00
9.1.1.1.2.02.92.00.00.00 Ded Rec - Dev Imposto s/propriedade pred e ter	(40.000,00)	0,00	0,00
9.1.1.1.3.00.00.00.00.00 Dedução de Imposto s/ a Produção e a Circulação	(960.000,00)	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00 Ded Rec - Renuncia Receita ISS	(960.000,00)	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.91.00.00.00 Ded Rec - Renuncia Receita ISS	(800.000,00)	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.92.00.00.00 Ded Rec - Dev Imposto s/produção e a Circulação	(160.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(49.444.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências	(49.444.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	(13.704.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	(13.620.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(13.608.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(12.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00 Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(84.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(35.740.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(35.740.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00 Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(27.576.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00 Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPV/	(7.816.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00 Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	(348.000,00)	0,00	0,00
Total entidade:	599.101.000,00	0,00	0,00
2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	143.713.000,00	0,00	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	141.748.000,00	0,00	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	355.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	355.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	355.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	5.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.23.00.00.00.00 Rec. Remuner. Deposito Bancário - Convenio Saúde	14.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.23.01.00.00.00 Rec. Remuner. Deposito Bancário - Cv Saúde - União	14.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.57.00.00.00.00 Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec. SUS - SAMU	38.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.64.00.00.00.00 Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec.SUS - Atenção Bas	48.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.65.00.00.00.00 Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec.SUS - Atenção Mac	146.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.66.00.00.00.00 Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec. SUS - Vigilância	38.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.67.00.00.00.00 Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec. SUS - Assist Far	24.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.68.00.00.00.00 Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec. SUS - Assist. Fa	5.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.69.00.00.00.00 Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec. SUS Med de Disp.	5.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.70.00.00.00.00 Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec. SUS - Gestão	27.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.71.00.00.00.00 Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec. Outros Rec FNS	5.000,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	141.252.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	141.252.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Transferências da União	121.469.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	121.469.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00 Programa - Centros de Especialidades Odontologicas	298.000,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Página: 5/8
 Data: 30/05/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO				
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Programa FAEC AIH - Transplantes	497.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.24.00.00.00	Gestão Plena do Sistema Municipal - Média e Alta C	85.944.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.26.00.00.00	Incentivo de Atenção Básica dos Povos Indígenas	43.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.29.00.00.00	Ações Básicas de Vigilância Sanitária	881.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.31.00.00.00	PAB Fixo	6.894.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.32.00.00.00	Programa de Agentes Comunitários de Saúde	4.436.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.34.00.00.00	Programa Saúde Bucal	975.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.35.00.00.00	Programa de Saúde da Família	4.288.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.36.00.00.00	Receita Transf. de Recursos - NASF	1.249.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.37.00.00.00	Incentivo no Ambito do Programa Nacional de HIV AI	142.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.41.00.00.00	Centro de Referencia em Saúde do Trabalhador	555.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.42.00.00.00	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	497.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.46.00.00.00	Vigilância em Saúde - Incentivo em ambito hospital	43.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.50.00.00.00	Receita Programa FAEC - Mamografia p/ Rastreamentc	895.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.51.00.00.00	Receita Programa FAEC - Nefrologia	4.977.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.53.00.00.00	Receita Programa FAEC - Transp. Org.Tec.e Células	924.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.54.00.00.00	Receita Programa FAEC - Tratamento Oncologia	28.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.55.00.00.00	Vigilância em Saúde - Incentivo Ativ Corop e Fisic	170.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.56.00.00.00	Vigilância em Saúde - Incentivo Prev. Acid e Viol	86.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.57.00.00.00	Vigilância em Saúde - Campanha de Vacinas	14.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.58.00.00.00	Atenção Básica - PMAQ Prog Melhoria Aces Qual	5.367.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.59.00.00.00	Atenção Básica - PSE Prog saude Escola	312.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.61.00.00.00	Assistência Farmaceutica Básica - Parte Fixa	1.251.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.71.00.00.00	Gestão do SUS	43.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.72.00.00.00	Farmacia Popular	170.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.75.00.00.00	Programa FAEC - Cirurgia Orofacial	14.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.76.00.00.00	Receita - Outros recursos do FNS	64.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.77.00.00.00	Programa MAC - REDE PSICOSSOCIAL	170.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.79.00.00.00	Atenção Básica - Variavel Comp Especif Reg - 6400	43.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.81.00.00.00	Programa MAC - Brasil sem Miséria - 6500	57.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.82.00.00.00	Programa MAC - Rede viver sem limites - 6500	28.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.83.00.00.00	Programa MAC - Rede saude mental - 6500	114.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	19.783.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	18.883.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Receita de Transf. Recursos Estado - CEO	57.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Receita de Transf. Recursos Estado - Farmácia Bas.	1.378.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Receita de Transf. Rec. Est - Cof. Aten. Básica	1.850.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Receita de Transf. Rec. Estado - Oxigenoterapia	199.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Receita de Transf. Recursos Estado - MAC	15.399.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	900.000,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	141.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	62.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	62.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	62.000,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	79.000,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	79.000,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas	79.000,00	0,00	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.965.000,00	0,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.965.000,00	0,00	0,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.703.000,00	0,00	0,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	1.398.000,00	0,00	0,00
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	1.398.000,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 6/8
Data: 30/05/2016

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO				
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	305.000,00	0,00	0,00
4.2.4.2.2.01.00.00.00.00	Transferências de Recursos p/ SUS	305.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	262.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	262.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	262.000,00	0,00	0,00
Total entidade:		143.713.000,00	0,00	0,00
3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	71.823.000,00	0,00	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	40.776.000,00	0,00	0,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	13.439.000,00	0,00	0,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	13.439.000,00	0,00	0,00
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio	13.439.000,00	0,00	0,00
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib. de Servidor Ativo para o RPPS	13.227.000,00	0,00	0,00
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contribuições de Servidor Inativo para o RPPS	212.000,00	0,00	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	20.930.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	20.930.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	20.930.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.03.00.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Poup. Rec. Vinc. - RPPS	20.930.000,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.407.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.407.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	6.407.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.10.00.00.00.00	Compensações Financ. entre Regime Geral e RPPS	6.321.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	86.000,00	0,00	0,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	31.047.000,00	0,00	0,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	31.047.000,00	0,00	0,00
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	31.047.000,00	0,00	0,00
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	31.047.000,00	0,00	0,00
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	31.047.000,00	0,00	0,00
Total entidade:		71.823.000,00	0,00	0,00
4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	5.868.000,00	0,00	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	5.868.000,00	0,00	0,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.320.000,00	0,00	0,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	5.320.000,00	0,00	0,00
4.1.2.1.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	5.320.000,00	0,00	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	365.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	365.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	365.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.99.00.00.00.00	Rec. Rem. Depósito Bancário - Rec. Ord	365.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.99.04.00.00.00	Rec. Rem. Depósito Bancário - Rec. Ord FAS	365.000,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	183.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	183.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.3.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. dos Municípios e suas Entid.	183.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.3.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	183.000,00	0,00	0,00
Total entidade:		5.868.000,00	0,00	0,00
6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	4.138.000,00	0,00	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	3.873.000,00	0,00	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	24.000,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Página: 7/8
 Data: 30/05/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO				
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	24.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	24.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.47.00.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS - API	5.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.48.00.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS - PAC	3.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.49.00.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS PPD	3.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.50.00.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS - PETI	3.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.51.00.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS Sentinela	5.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.52.00.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS - Outros	5.000,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.835.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	3.225.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	3.225.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	3.225.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada API	38.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada PPD	134.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada PAC	134.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada SENTINELA	401.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada BOLSA FAMILIA	218.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada PETI JORNADA	244.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.51.00.00.00	Outros programas FMAS SUAS	2.056.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	610.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	166.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.1.03.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr Assist Soc	124.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.1.03.01.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Prog Assist Soc	62.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.1.03.02.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Prog Assist Soc	62.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	42.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	444.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.03.00.00.00.00	Prog. Proteção Social Especial ALTA COMPLEXIDADE	62.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	382.000,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	14.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	14.000,00	0,00	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	265.000,00	0,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	265.000,00	0,00	0,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	265.000,00	0,00	0,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	155.000,00	0,00	0,00
4.2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	155.000,00	0,00	0,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	110.000,00	0,00	0,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	110.000,00	0,00	0,00
Total entidade:		4.138.000,00	0,00	0,00
8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	157.000,00	0,00	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	157.000,00	0,00	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	5.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	5.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.99.00.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário	5.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.99.08.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec Ord FIA	5.000,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	152.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	76.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	38.000,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓPágina: 8/8
Data: 30/05/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECÓ			
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 Outras Transferências da União	38.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	38.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00 Outras Transferências dos Estados	38.000,00	0,00	0,00
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00 Transferências de Instituições Privadas	38.000,00	0,00	0,00
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00 Transf. de Pessoas	38.000,00	0,00	0,00
Total entidade:	157.000,00	0,00	0,00
Total geral:	824.800.000,00	0,00	0,00

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal_____
GERALCI JOÃO AMPOLINI
Secretário da Fazenda_____
ROBERTO ZOLET
Contador Geral

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Página: 1/1

Data: 30/05/2016

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Programa	R\$ 1,00		
	2017	2018	2019
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ			
102 Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos	15.510.571,20	0,00	0,00
103 Apoio Administrativo	68.661.000,00	0,00	0,00
104 Modernização da Estrutura Administrativa	4.957.000,00	0,00	0,00
105 Atendimento Integral à Família	16.277.000,00	0,00	0,00
106 Atendimento a Grupos Especiais	4.236.000,00	0,00	0,00
107 Segurança Alimentar e Nutricional.	3.417.000,00	0,00	0,00
108 Escola Forte	171.801.706,40	0,00	0,00
109 Esporte e Lazer para Todos	7.853.000,00	0,00	0,00
110 Atleta do Futuro	6.004.000,00	0,00	0,00
116 Cultura Cidadã	6.232.000,00	0,00	0,00
117 Chapecó Segurança máxima	21.571.000,00	0,00	0,00
118 Chapecó Empreendedora	4.561.000,00	0,00	0,00
119 Chapecó de braços abertos	11.833.000,00	0,00	0,00
120 Difusão de tecnologias e inovações	820.000,00	0,00	0,00
121 Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	2.685.000,00	0,00	0,00
122 Chapecó do Futuro	4.052.000,00	0,00	0,00
123 Chapecó Integrada - Requalificação dos Espaços Públicos	1.956.000,00	0,00	0,00
124 Chapecó Acessível -Mobilidade Urbana	25.984.000,00	0,00	0,00
125 Desenvolvimento Ambiental Sustentável	6.110.000,00	0,00	0,00
126 Chapecó Limpa e Urbanizada - Qualidade de Vida e Bem estar social	19.788.000,00	0,00	0,00
127 Chapecó Nossa Cidade	71.337.000,00	0,00	0,00
128 Produção de Unidades Habitacionais e Regularização Fundiária	11.380.000,00	0,00	0,00
Total da entidade:	487.026.277,60	0,00	0,00
2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO			
103 Apoio Administrativo	1.087.000,00	0,00	0,00
104 Modernização da Estrutura Administrativa	511.000,00	0,00	0,00
111 Atenção Básica em Saúde	104.659.000,00	0,00	0,00
112 Atenção Especializada em Saúde	109.906.000,00	0,00	0,00
113 Vigilância e Promoção de Saúde	2.668.000,00	0,00	0,00
114 Assistência Farmacêutica e Laboratorial	6.099.000,00	0,00	0,00
115 Gestão e investimentos do Sistema Único de Saúde	14.294.722,40	0,00	0,00
Total da entidade:	239.224.722,40	0,00	0,00
3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO			
103 Apoio Administrativo	71.823.000,00	0,00	0,00
Total da entidade:	71.823.000,00	0,00	0,00
4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO			
103 Apoio Administrativo	5.868.000,00	0,00	0,00
Total da entidade:	5.868.000,00	0,00	0,00
6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO			
106 Atendimento a Grupos Especiais	5.559.000,00	0,00	0,00
Total da entidade:	5.559.000,00	0,00	0,00
8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO			
106 Atendimento a Grupos Especiais	293.000,00	0,00	0,00
Total da entidade:	293.000,00	0,00	0,00
18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO			
101 Apoio Legislativo	15.006.000,00	0,00	0,00
Total da entidade:	15.006.000,00	0,00	0,00
Total geral:	824.800.000,00	0,00	0,00

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

GERALCI JOÃO AMPOLINI
Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET
Contador Geral

Página: 1/2
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE METAS FISCAIS
Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)	522.066.000,00	591.338.000,00	675.282.000,01	747.416.000,00	0,00	0,00
Receita Tributária	140.092.000,00	145.013.000,00	161.934.000,01	181.047.000,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	20.214.000,00	22.066.000,00	51.482.000,00	57.352.000,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	15.455.000,00	17.729.000,00	20.578.000,00	23.112.000,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)	14.647.000,00	16.880.000,00	19.686.000,00	22.176.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	808.000,00	849.000,00	892.000,00	936.000,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	320.150.000,00	378.476.000,00	411.456.000,00	453.124.000,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	26.155.000,00	28.054.000,00	29.832.000,00	32.781.000,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	507.419.000,00	574.458.000,00	655.596.000,01	725.240.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	65.461.000,00	75.623.000,00	73.925.000,00	77.384.000,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (V)	22.065.000,00	22.669.000,00	18.303.000,00	18.969.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimo (VI)	525.000,00	551.000,00	579.000,00	608.000,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	735.000,00	773.000,00	813.000,00	854.000,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	42.136.000,00	51.630.000,00	54.230.000,00	56.953.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	42.136.000,00	51.630.000,00	54.230.000,00	56.953.000,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	549.555.000,00	626.088.000,00	709.826.000,01	782.193.000,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES (X)	579.830.000,00	525.387.000,00	628.269.400,00	652.663.000,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	89.494.000,00	262.008.000,00	324.051.000,00	340.432.428,80	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	1.000.000,00	1.050.000,00	1.103.000,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	386.184.000,00	262.379.000,00	303.168.400,00	311.127.571,20	0,00	0,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	579.830.000,00	524.387.000,00	627.219.400,00	651.560.000,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	7.697.000,00	116.635.000,00	118.911.000,00	123.617.000,00	0,00	0,00
Investimentos	7.697.000,00	109.531.000,00	111.451.000,00	115.784.000,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	1.104.000,00	1.160.000,00	1.218.000,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	6.000.000,00	6.300.000,00	6.615.000,00	0,00	0,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	7.697.000,00	110.635.000,00	112.611.000,00	117.002.000,00	0,00	0,00
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	772.000,00	780.000,00	819.000,00	860.000,00	0,00	0,00

Página: 2/2
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	772.000,00	780.000,00	819.000,00	860.000,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)	588.299.000,00	635.802.000,00	740.649.400,00	769.422.000,00	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	(38.744.000,00)	(9.714.000,00)	(30.823.399,99)	12.771.000,00	0,00	0,00

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

GERALCI JOÃO AMPOLINI
Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET
Contador Geral

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Página: 1/1
Data: 30/05/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2014 (b)	2015 (c)	2016 (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	71.733.452,52	58.792.767,67	38.150.000,00	69.650.000,00	48.700.000,00	38.100.000,00
Contratual	26.882.008,43	22.592.767,67	5.000.000,00	22.850.000,00	3.500.000,00	3.200.000,00
Operações de crédito	38.283.448,31	31.000.000,00	28.000.000,00	43.000.000,00	42.000.000,00	32.000.000,00
Previdenciárias (INSS)	6.567.995,78	5.200.000,00	5.150.000,00	3.800.000,00	3.200.000,00	2.900.000,00
DEDUÇÕES (II)	82.368.050,61	50.451.405,00	62.350.000,00	57.500.000,00	67.500.000,00	72.500.000,00
Ativo disponível	80.068.050,61	48.051.405,00	60.000.000,00	55.000.000,00	65.000.000,00	70.000.000,00
Haveres financeiros	2.300.000,00	2.400.000,00	2.350.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	(10.634.598,09)	8.341.362,67	(24.200.000,00)	12.150.000,00	(18.800.000,00)	(34.400.000,00)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(10.634.598,09)	8.341.362,67	(24.200.000,00)	12.150.000,00	(18.800.000,00)	(34.400.000,00)
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	(49.825.053,61)	18.975.960,76	(32.541.362,67)	36.350.000,00	(30.950.000,00)	(15.600.000,00)

* : Refere-se ao resultados_nominais_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2014 no resultados_nominais_valor de R\$ 39.190.455,52.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

GERALCI JOÃO AMPOLINI
Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET
Contador Geral

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Página: 1/1
Data: 30/05/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	71.733.452,52	58.792.767,67	38.150.000,00	69.650.000,00	48.700.000,00	38.100.000,00
Contratual	26.882.008,43	22.592.767,67	5.000.000,00	22.850.000,00	3.500.000,00	3.200.000,00
Operações de crédito	38.283.448,31	31.000.000,00	28.000.000,00	43.000.000,00	42.000.000,00	32.000.000,00
Previdenciárias (INSS)	6.567.995,78	5.200.000,00	5.150.000,00	3.800.000,00	3.200.000,00	2.900.000,00
DEDUÇÕES(II)	82.368.050,61	50.451.405,00	62.350.000,00	57.500.000,00	67.500.000,00	72.500.000,00
Ativo disponível	80.068.050,61	48.051.405,00	60.000.000,00	55.000.000,00	65.000.000,00	70.000.000,00
Haveres financeiros	2.300.000,00	2.400.000,00	2.350.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00
DCL (III) = (I - II)	(10.634.598,09)	8.341.362,67	(24.200.000,00)	12.150.000,00	(18.800.000,00)	(34.400.000,00)

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

GERALCI JOÃO AMPOLINI
Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET
Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CHAPECÓPágina: 1/1
Data: 30/05/2016**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)	573.391.000,00	0,00	0,00
Receita Tributária	181.047.000,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	7.546.000,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.433.000,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	310.000,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	114.000,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	357.146.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	25.795.000,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	62.883.000,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	49.444.000,00	0,00	0,00
Contrib de Servidor Ativo para o RPPS	13.227.000,00	0,00	0,00
Contribuições de Servidor Inativo para o RPPS	212.000,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	510.508.000,00	0,00	0,00

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal_____
GERALCI JOÃO AMPOLINI
Secretário da Fazenda_____
ROBERTO ZOLET
Contador Geral

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017****ANEXO DE RISCOS FISCAIS****Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências**

Página: 1/1
Data: 30/05/2016

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Passivos contingentes que representam dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como resultados dos julgamentos de processos judiciais.	210.000,00	Efetivar a cobrança de impostos, através de fiscalização atuante e abertura de programas de recuperação fiscal e Abertura de Créditos Adicionais por conta da Reserva de contingência.	210.000,00
SUBTOTAL	210.000,00	SUBTOTAL	210.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Na ocorrência de arrecadação a Menor que o previsto tais como impostos e taxas, bem como as transferências correntes.	450.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas discricionárias.	450.000,00
Possibilidade de ocorrências de intempéries do tempo como Enchentes ou Estiagens prolongadas.	230.000,00	Busca de recursos junto aos governos federal e estadual e Abertura de Créditos Adicionais por conta da Reserva de contingência.	230.000,00
SUBTOTAL	680.000,00	SUBTOTAL	680.000,00
TOTAL	890.000,00	TOTAL	890.000,00

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

GERALCI JOÃO AMPOLINI
Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET
Contador Geral

Página: 1/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.00
Unidade:	Camara Municipal de Vereadores	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	Apoio Legislativo	0101

Objetivo do programa:

Cumprir com as funções básicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2001	2 A		Manutenção das Atividades da Camara Municipal de Vereadores	Manutenção das Atividades (atv)	4.000	15.006.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção das Atividades da Camara Municipal de Vereadores

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	11.025.000,00	0,00	11.025.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	380.000,00	0,00	380.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.1000 - Recursos Ordinários	61.000,00	0,00	61.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	3.187.000,00	0,00	3.187.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	353.000,00	0,00	353.000,00
Total:			15.006.000,00	0,00	15.006.000,00

Página: 2/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos	0102

Objetivo do programa:

Promover soluções integradas às necessidades e expectativas da população e das organizações comunitárias aproximando governo e sociedade com o aprimoramento e qualificação da gestão técnico-administrativa municipal.

Justificativa do programa:

Adequar-se a visão moderna de administração pública com o planejamento das ações e a consciência de que o Governo é o gestor dos recursos e bens públicos, tendo como foco e beneficiário a população, governando com ética, transparência e de acordo com os princípios que regem a administração pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2022	2 A	Manut. Atividades Ouvidoria Pública	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	144.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades Ouvidoria Pública

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	98.000,00	0,00	98.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	22.000,00	0,00	22.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	24.000,00	0,00	24.000,00
Total:			144.000,00	0,00	144.000,00

Página: 3/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos	0102

Objetivo do programa:

Promover soluções integradas às necessidades e expectativas da população e das organizações comunitárias aproximando governo e sociedade com o aprimoramento e qualificação da gestão técnico-administrativa municipal.

Justificativa do programa:

Adequar-se a visão moderna de administração pública com o planejamento das ações e a consciência de que o Governo é o gestor dos recursos e bens públicos, tendo como foco e beneficiário a população, governando com ética, transparência e de acordo com os princípios que regem a administração pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2021	2 A	Manut. Superintendências Regionais	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	4.423.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Superintendências Regionais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	3.162.000,00	0,00	3.162.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	152.000,00	0,00	152.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	992.000,00	0,00	992.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	117.000,00	0,00	117.000,00
Total:			4.423.000,00	0,00	4.423.000,00

Página: 4/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos	0102

Objetivo do programa:

Promover soluções integradas às necessidades e expectativas da população e das organizações comunitárias aproximando governo e sociedade com o aprimoramento e qualificação da gestão técnico-administrativa municipal.

Justificativa do programa:

Adequar-se a visão moderna de administração pública com o planejamento das ações e a consciência de que o Governo é o gestor dos recursos e bens públicos, tendo como foco e beneficiário a população, governando com ética, transparência e de acordo com os princípios que regem a administração pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2012	2 A	Manut. Gabinete Vice Prefeito	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	385.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Gabinete Vice Prefeito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	314.000,00	0,00	314.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	66.000,00	0,00	66.000,00
Total:			385.000,00	0,00	385.000,00

Página: 5/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos	0102

Objetivo do programa:

Promover soluções integradas às necessidades e expectativas da população e das organizações comunitárias aproximando governo e sociedade com o aprimoramento e qualificação da gestão técnico-administrativa municipal.

Justificativa do programa:

Adequar-se a visão moderna de administração pública com o planejamento das ações e a consciência de que o Governo é o gestor dos recursos e bens públicos, tendo como foco e beneficiário a população, governando com ética, transparência e de acordo com os princípios que regem a administração pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2011	2 A	Manut. Gabinete do Prefeito	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	3.408.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Gabinete do Prefeito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.998.000,00	0,00	1.998.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	112.000,00	0,00	112.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.1000 - Recursos Ordinários	415.000,00	0,00	415.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	532.000,00	0,00	532.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	351.000,00	0,00	351.000,00
Total:			3.408.000,00	0,00	3.408.000,00

Página: 6/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2027	2 A		Manut. Fundo de Reap. Procuradoria Mun. FURP	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	78.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Fundo de Reap. Procuradoria Mun. FURP

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	36.000,00	0,00	36.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	42.000,00	0,00	42.000,00
Total:			78.000,00	0,00	78.000,00

Página: 7/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2015	2 A	Manut. Procuradoria Geral do Município	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	2.210.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Procuradoria Geral do Município

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.881.000,00	0,00	1.881.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	227.000,00	0,00	227.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	102.000,00	0,00	102.000,00
Total:			2.210.000,00	0,00	2.210.000,00

Página: 8/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Controle Interno	124
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2017	2 A	Manut. Controladoria Geral do Município	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	721.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Controladoria Geral do Município

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	580.000,00	0,00	580.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	22.000,00	0,00	22.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	119.000,00	0,00	119.000,00
Total:			721.000,00	0,00	721.000,00

Página: 9/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Controle Interno	124
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2016	2 A	Manut. Contadoria Geral do Município	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.370.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Contadoria Geral do Município

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.130.000,00	0,00	1.130.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	121.000,00	0,00	121.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	119.000,00	0,00	119.000,00
Total:			1.370.000,00	0,00	1.370.000,00

Página: 10/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Comunicação Social	131
Programa:	Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos	0102

Objetivo do programa:

Promover soluções integradas às necessidades e expectativas da população e das organizações comunitárias aproximando governo e sociedade com o aprimoramento e qualificação da gestão técnico-administrativa municipal.

Justificativa do programa:

Adequar-se a visão moderna de administração pública com o planejamento das ações e a consciência de que o Governo é o gestor dos recursos e bens públicos, tendo como foco e beneficiário a população, governando com ética, transparência e de acordo com os princípios que regem a administração pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2018	2 A	Manut. Assessoria de Imprensa	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	5.084.571,20

II - Descrição das Ações

Manut. Assessoria de Imprensa

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	726.000,00	0,00	726.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	21.000,00	0,00	21.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	4.337.571,20	0,00	4.337.571,20
Total:			5.084.571,20	0,00	5.084.571,20

Página: 11/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.02
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Atendimento Integral à Família	0105

Objetivo do programa:

Promover a emancipação e a inclusão social das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Justificativa do programa:

Integrar as ações sócias no sentido de alcançar maior resolutividade tendo como foco principal das ações e sustentabilidade a família.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2023	2 A	Manut. Atividades do Conselho Tutelar	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.776.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades do Conselho Tutelar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.557.000,00	0,00	1.557.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	141.000,00	0,00	141.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	78.000,00	0,00	78.000,00
Total:			1.776.000,00	0,00	1.776.000,00

Página: 12/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.02
Função:	Direitos da Cidadania	14
Subfunção:	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	422
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2031	2 A		Manut. Atividades do PROCON	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.629.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades do PROCON

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	907.000,00	0,00	907.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	109.000,00	0,00	109.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	595.000,00	0,00	595.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	18.000,00	0,00	18.000,00
Total:			1.629.000,00	0,00	1.629.000,00

Página: 13/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.02
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	Chapeco Nossa Cidade	0127

Objetivo do programa:

Promover ações integradas nos bairros e interior do município através da melhoria da infraestrutura.

Justificativa do programa:

O desenvolvimento de ações de infraestrutura urbana e rural de forma contínua garante o desenvolvimento local, o acesso da população a serviços públicos de qualidade e melhoria da qualidade de vida.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2028	2 A	Manutenção das Atividades de Decoração Natalina	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	996.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção das Atividades de Decoração Natalina

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	591.000,00	0,00	591.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1080 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilum	288.000,00	0,00	288.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	117.000,00	0,00	117.000,00
Total:			996.000,00	0,00	996.000,00

Página: 14/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DA FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria da Fazenda	03.03
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Modernização da Estrutura Administrativa	0104

Objetivo do programa:

Promover novos espaços administrativos e a ampliação e melhorias nas instalações existentes, customizando as atividades desenvolvidas, para dar melhor qualidade e mobilidade no atendimento a população.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1011	2 P	Modernização da Adm Tributos	Material permanente adquirido (Pro)	4.000	550.000,00

II - Descrição das Ações

Modernização da Adm Tributos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	305.000,00	0,00	305.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	232.000,00	232.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	13.000,00	13.000,00
Total:			305.000,00	245.000,00	550.000,00

Página: 15/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DA FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria da Fazenda	03.03
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Financeira	123
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2041	2 A		Manut. Secretaria de Fazenda	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.249.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Secretaria de Fazenda

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	752.000,00	0,00	752.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	84.000,00	0,00	84.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	179.000,00	0,00	179.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	234.000,00	0,00	234.000,00
Total:			1.249.000,00	0,00	1.249.000,00

Página: 16/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DA FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria da Fazenda	03.03
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração de Receitas	129
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2043	2 A	Manut. Depto Fiscalização	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	4.930.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto Fiscalização

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	4.114.000,00	0,00	4.114.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	637.000,00	0,00	637.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	179.000,00	0,00	179.000,00
Total:			4.930.000,00	0,00	4.930.000,00

Página: 17/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DA FAZENDA	03.00
Unidade:	Secretaria da Fazenda	03.03
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração de Receitas	129
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2042	2 A		Manut. Depto Tributos	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	2.196.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto Tributos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.771.000,00	0,00	1.771.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	218.000,00	0,00	218.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	187.000,00	0,00	187.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0.1.1000 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			2.196.000,00	0,00	2.196.000,00

Página: 18/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER	04.00
Unidade:	Secretaria de Juventude Esporte e Lazer	04.04
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto de Rendimento	811
Programa:	Atleta do Futuro	0110

Objetivo do programa:

Implantar e implementar através de escolinhas esportivas, políticas públicas voltadas para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Justificativa do programa:

A atividade física é, desde a infância, o meio pelo qual a criança afirma sua independência, sendo fundamental ao seu desenvolvimento psicofísico, a fim de que a mesma, de maneira natural e através de estímulos propostos possa desenvolver plenamente suas potencialidades humanas e pessoais, integrando a atividade física e o bem estar social. Este processo leva o poder público a executar políticas e programas que promovam a inclusão e o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes, considerando seus direitos, suas necessidades e suas capacidades.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1023	2 P		Construção Arena Multiuso	Obra construída (Obr)	4.000	587.000,00

II - Descrição das Ações

Construção Arena Multiuso

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	221.000,00	0,00	221.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	13.000,00	13.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	353.000,00	353.000,00
Total:			221.000,00	366.000,00	587.000,00

Página: 19/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER	04.00
Unidade:	Secretaria de Juventude Esporte e Lazer	04.04
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto de Rendimento	811
Programa:	Atleta do Futuro	0110

Objetivo do programa:

Implantar e implementar através de escolinhas esportivas, políticas públicas voltadas para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Justificativa do programa:

A atividade física é, desde a infância, o meio pelo qual a criança afirma sua independência, sendo fundamental ao seu desenvolvimento psicofísico, a fim de que a mesma, de maneira natural e através de estímulos propostos possa desenvolver plenamente suas potencialidades humanas e pessoais, integrando a atividade física e o bem estar social. Este processo leva o poder público a executar políticas e programas que promovam a inclusão e o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes, considerando seus direitos, suas necessidades e suas capacidades.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1022	2 P		Conclusão Arena Indio Condá	Obra construída (Obr)	4.000	1.933.000,00

II - Descrição das Ações

Conclusão Arena Indio Condá

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	351.000,00	0,00	351.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	13.000,00	13.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	1.569.000,00	1.569.000,00
Total:			351.000,00	1.582.000,00	1.933.000,00

Página: 20/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER	04.00
Unidade:	Secretaria de Juventude Esporte e Lazer	04.04
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	Esporte e Lazer para Todos	0109

Objetivo do programa:

Promover e motivar o esporte e o lazer a todos os segmentos da sociedade e o apoio aos atletas chapecoenses em competições.

Justificativa do programa:

O poder público tem por dever criar alternativas para as atividades de esporte e lazer, fortalecendo novos hábitos saudáveis, de forma integrada e intersectorial, aprimorando técnicas de várias modalidades, através da formação e qualificação de professores e atletas e a promoção de ações voltadas a todos os segmentos sociais e a inclusão e atenção aos idosos e às pessoas com deficiências.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
2053	2 A	Manut. Depto. Patrimônio e Materiais Sec. Esportes e Lazer	Manutenção das Atividades (Ano)		4.000	842.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto. Patrimônio e Materiais Sec. Esportes e Lazer

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	664.000,00	0,00	664.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	83.000,00	0,00	83.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	95.000,00	0,00	95.000,00
Total:			842.000,00	0,00	842.000,00

Página: 21/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER	04.00
Unidade:	Secretaria de Juventude Esporte e Lazer	04.04
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	Esporte e Lazer para Todos	0109

Objetivo do programa:

Promover e motivar o esporte e o lazer a todos os segmentos da sociedade e o apoio aos atletas chapecoenses em competições.

Justificativa do programa:

O poder público tem por dever criar alternativas para as atividades de esporte e lazer, fortalecendo novos hábitos saudáveis, de forma integrada e intersectorial, aprimorando técnicas de várias modalidades, através da formação e qualificação de professores e atletas e a promoção de ações voltadas a todos os segmentos sociais e a inclusão e atenção aos idosos e às pessoas com deficiências.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2052	2 A	Manut. Depto. Técnico Sec. Esportes e Lazer	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	859.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto. Técnico Sec. Esportes e Lazer

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	675.000,00	0,00	675.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	123.000,00	0,00	123.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	61.000,00	0,00	61.000,00
Total:			859.000,00	0,00	859.000,00

Página: 22/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER			04.00
Unidade:	Secretaria de Juventude Esporte e Lazer			04.04
Função:	Desporto e Lazer			27
Subfunção:	Desporto Comunitário			812
Programa:	Esporte e Lazer para Todos			0109

Objetivo do programa:

Promover e motivar o esporte e o lazer a todos os segmentos da sociedade e o apoio aos atletas chapecoenses em competições.

Justificativa do programa:

O poder público tem por dever criar alternativas para as atividades de esporte e lazer, fortalecendo novos hábitos saudáveis, de forma integrada e intersektorial, aprimorando técnicas de várias modalidades, através da formação e qualificação de professores e atletas e a promoção de ações voltadas a todos os segmentos sociais e a inclusão e atenção aos idosos e às pessoas com deficiências.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2051	2 A		Manut. Atividades Secretaria de Esportes e Lazer	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	4.366.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades Secretaria de Esportes e Lazer

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	2.180.000,00	0,00	2.180.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	64.000,00	0,00	64.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.643.000,00	0,00	1.643.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	234.000,00	0,00	234.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	122.000,00	122.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	123.000,00	123.000,00
Total:			4.121.000,00	245.000,00	4.366.000,00

Página: 23/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER	04.00
Unidade:	Secretaria de Juventude Esporte e Lazer	04.04
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	Esporte e Lazer para Todos	0109

Objetivo do programa:

Promover e motivar o esporte e o lazer a todos os segmentos da sociedade e o apoio aos atletas chapecoenses em competições.

Justificativa do programa:

O poder público tem por dever criar alternativas para as atividades de esporte e lazer, fortalecendo novos hábitos saudáveis, de forma integrada e intersetorial, aprimorando técnicas de várias modalidades, através da formação e qualificação de professores e atletas e a promoção de ações voltadas a todos os segmentos sociais e a inclusão e atenção aos idosos e às pessoas com deficiências.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1021	2	P	Construção e Ampliação Praças Poli Esportivas	Obra construída (Obr)	4.000	1.786.000,00

II - Descrição das Ações

Construção e Ampliação Praças Poli Esportivas

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	448.000,00	0,00	448.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - Unia	0,00	535.000,00	535.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	803.000,00	803.000,00
Total:			448.000,00	1.338.000,00	1.786.000,00

Página: 24/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER	04.00
Unidade:	Secretaria de Juventude Esporte e Lazer	04.04
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	Atleta do Futuro	0110

Objetivo do programa:

Implantar e implementar através de escolinhas esportivas, políticas públicas voltadas para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Justificativa do programa:

A atividade física é, desde a infância, o meio pelo qual a criança afirma sua independência, sendo fundamental ao seu desenvolvimento psicofísico, a fim de que a mesma, de maneira natural e através de estímulos propostos possa desenvolver plenamente suas potencialidades humanas e pessoais, integrando a atividade física e o bem estar social. Este processo leva o poder público a executar políticas e programas que promovam a inclusão e o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes, considerando seus direitos, suas necessidades e suas capacidades.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2054	2	A	Manut. Ativ. de Apoio ao Esporte	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	3.484.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Ativ. de Apoio ao Esporte

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.350.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.1000 - Recursos Ordinários	2.599.000,00	0,00	2.599.000,00
3.390.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	334.000,00	0,00	334.000,00
3.390.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	551.000,00	551.000,00
Total:			2.933.000,00	551.000,00	3.484.000,00

Página: 25/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	05.00
Unidade:	Secretaria de Defesa do Cidadão	05.05
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2064	2	A	Manut. Depto de Segurança Patrimonial	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	4.611.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Segurança Patrimonial

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	2.453.000,00	0,00	2.453.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	387.000,00	0,00	387.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.771.000,00	0,00	1.771.000,00
Total:			4.611.000,00	0,00	4.611.000,00

Página: 26/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	05.00
Unidade:	Secretaria de Defesa do Cidadão	05.05
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	Chapécó Segurança máxima	0117

Objetivo do programa:

Estabelecer políticas de segurança, de proteção e das garantias constitucionais ao cidadão chapecoense, em parceria com as demais instituições ligadas às três esferas de governo.

Justificativa do programa:

Chapécó, a exemplo de muitos municípios pólo, enfrenta aumento nos índices de violência, especialmente no trânsito e na criminalidade. Embora as políticas de segurança sejam de responsabilidade direta do Estado, é necessário investir nesta área, otimizar recursos humanos e materiais, reduzindo estes índices e consequentemente, melhorando a qualidade de vida dos Chapecoenses. Integrar estas ações na área social, a fim de obter ações finalistas mais efetivas, eficazes e eficientes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2073	2 A	Manut. Atividades do Fundo - Polícia Civil	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	651.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades do Fundo - Polícia Civil

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1007 - Recurso Ordinário - Fundo Policia	528.000,00	0,00	528.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1007 - Recurso Ordinário - Fundo Policia	123.000,00	0,00	123.000,00
Total:			651.000,00	0,00	651.000,00

Página: 27/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	05.00
Unidade:	Secretaria de Defesa do Cidadão	05.05
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	Chapécó Segurança máxima	0117

Objetivo do programa:

Estabelecer políticas de segurança, de proteção e das garantias constitucionais ao cidadão chapecoense, em parceria com as demais instituições ligadas às três esferas de governo.

Justificativa do programa:

Chapécó, a exemplo de muitos municípios pólo, enfrenta aumento nos índices de violência, especialmente no trânsito e na criminalidade. Embora as políticas de segurança sejam de responsabilidade direta do Estado, é necessário investir nesta área, otimizar recursos humanos e materiais, reduzindo estes índices e consequentemente, melhorando a qualidade de vida dos Chapecoenses. Integrar estas ações na área social, a fim de obter ações finalistas mais efetivas, eficazes e eficientes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2072	2 A	Manut. Atividades do Fundo - Polícia Militar	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	717.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades do Fundo - Polícia Militar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1006 - Recursos Ordinários - Fundo Polic	551.000,00	0,00	551.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1006 - Recursos Ordinários - Fundo Polic	166.000,00	0,00	166.000,00
Total:			717.000,00	0,00	717.000,00

Página: 28/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	05.00
Unidade:	Secretaria de Defesa do Cidadão	05.05
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	Chapécó Segurança máxima	0117

Objetivo do programa:

Estabelecer políticas de segurança, de proteção e das garantias constitucionais ao cidadão chapecoense, em parceria com as demais instituições ligadas às três esferas de governo.

Justificativa do programa:

Chapécó, a exemplo de muitos municípios pólo, enfrenta aumento nos índices de violência, especialmente no trânsito e na criminalidade. Embora as políticas de segurança sejam de responsabilidade direta do Estado, é necessário investir nesta área, otimizar recursos humanos e materiais, reduzindo estes índices e consequentemente, melhorando a qualidade de vida dos Chapecoenses. Integrar estas ações na área social, a fim de obter ações finalistas mais efetivas, eficazes e eficientes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2071	2 A	Manut. Atividades do Fundo - Bombeiros	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	2.260.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades do Fundo - Bombeiros

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1005 - Recursos Ordinários - Fundo Boml	1.346.000,00	0,00	1.346.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1005 - Recursos Ordinários - Fundo Boml	914.000,00	0,00	914.000,00
Total:			2.260.000,00	0,00	2.260.000,00

Página: 29/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	05.00
Unidade:	Secretaria de Defesa do Cidadão	05.05
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	Chapecó Segurança máxima	0117

Objetivo do programa:

Estabelecer políticas de segurança, de proteção e das garantias constitucionais ao cidadão chapecoense, em parceria com as demais instituições ligadas às três esferas de governo.

Justificativa do programa:

Chapecó, a exemplo de muitos municípios pólo, enfrenta aumento nos índices de violência, especialmente no trânsito e na criminalidade. Embora as políticas de segurança sejam de responsabilidade direta do Estado, é necessário investir nesta área, otimizar recursos humanos e materiais, reduzindo estes índices e consequentemente, melhorando a qualidade de vida dos Chapecoenses. Integrar estas ações na área social, a fim de obter ações finalistas mais efetivas, eficazes e eficientes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2066	2 A	Manut. Depto de Fiscalização de Transporte Público	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	824.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Fiscalização de Transporte Público

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	348.000,00	0,00	348.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper: Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	61.000,00	0,00	61.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	415.000,00	0,00	415.000,00
Total:			824.000,00	0,00	824.000,00

Página: 30/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	05.00
Unidade:	Secretaria de Defesa do Cidadão	05.05
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	Chapecó Segurança máxima	0117

Objetivo do programa:

Estabelecer políticas de segurança, de proteção e das garantias constitucionais ao cidadão chapecoense, em parceria com as demais instituições ligadas às três esferas de governo.

Justificativa do programa:

Chapecó, a exemplo de muitos municípios pólo, enfrenta aumento nos índices de violência, especialmente no trânsito e na criminalidade. Embora as políticas de segurança sejam de responsabilidade direta do Estado, é necessário investir nesta área, otimizar recursos humanos e materiais, reduzindo estes índices e consequentemente, melhorando a qualidade de vida dos Chapecoenses. Integrar estas ações na área social, a fim de obter ações finalistas mais efetivas, eficazes e eficientes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2065	2 A	Manut. Depto de Fiscalização de Trânsito	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	7.093.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Fiscalização de Trânsito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.042.000,00	0,00	1.042.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper: Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	146.000,00	0,00	146.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	5.905.000,00	0,00	5.905.000,00
Total:			7.093.000,00	0,00	7.093.000,00

Página: 31/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	05.00
Unidade:	Secretaria de Defesa do Cidadão	05.05
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	Chapecó Segurança máxima	0117

Objetivo do programa:

Estabelecer políticas de segurança, de proteção e das garantias constitucionais ao cidadão chapecoense, em parceria com as demais instituições ligadas às três esferas de governo.

Justificativa do programa:

Chapecó, a exemplo de muitos municípios pólo, enfrenta aumento nos índices de violência, especialmente no trânsito e na criminalidade. Embora as políticas de segurança sejam de responsabilidade direta do Estado, é necessário investir nesta área, otimizar recursos humanos e materiais, reduzindo estes índices e consequentemente, melhorando a qualidade de vida dos Chapecoenses. Integrar estas ações na área social, a fim de obter ações finalistas mais efetivas, eficazes e eficientes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2063	2 A	Manut. da Guarda Municipal	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	5.380.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. da Guarda Municipal

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	4.129.000,00	0,00	4.129.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper: Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	542.000,00	0,00	542.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	709.000,00	0,00	709.000,00
Total:			5.380.000,00	0,00	5.380.000,00

Página: 32/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	05.00
Unidade:	Secretaria de Defesa do Cidadão	05.05
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	Chapecó Segurança máxima	0117

Objetivo do programa:

Estabelecer políticas de segurança, de proteção e das garantias constitucionais ao cidadão chapecoense, em parceria com as demais instituições ligadas às três esferas de governo.

Justificativa do programa:

Chapecó, a exemplo de muitos municípios pólo, enfrenta aumento nos índices de violência, especialmente no trânsito e na criminalidade. Embora as políticas de segurança sejam de responsabilidade direta do Estado, é necessário investir nesta área, otimizar recursos humanos e materiais, reduzindo estes índices e consequentemente, melhorando a qualidade de vida dos Chapecoenses. Integrar estas ações na área social, a fim de obter ações finalistas mais efetivas, eficazes e eficientes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2062	2 A	Manut. Atividades Defesa Civil	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	71.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades Defesa Civil

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	71.000,00	0,00	71.000,00
Total:			71.000,00	0,00	71.000,00

Página: 33/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	05.00
Unidade:	Secretaria de Defesa do Cidadão	05.05
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	Chapecó Segurança máxima	0117

Objetivo do programa:

Estabelecer políticas de segurança, de proteção e das garantias constitucionais ao cidadão chapecoense, em parceria com as demais instituições ligadas às três esferas de governo.

Justificativa do programa:

Chapecó, a exemplo de muitos municípios pólo, enfrenta aumento nos índices de violência, especialmente no trânsito e na criminalidade. Embora as políticas de segurança sejam de responsabilidade direta do Estado, é necessário investir nesta área, otimizar recursos humanos e materiais, reduzindo estes índices e consequentemente, melhorando a qualidade de vida dos Chapecoenses. Integrar estas ações na área social, a fim de obter ações finalistas mais efetivas, eficazes e eficientes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2061	2 A	Manut. da Secretaria de Defesa do Cidadão	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	3.851.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. da Secretaria de Defesa do Cidadão

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.819.000,00	0,00	1.819.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	76.000,00	0,00	76.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.418.000,00	0,00	1.418.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	110.000,00	0,00	110.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	214.000,00	214.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	214.000,00	214.000,00
Total:			3.423.000,00	428.000,00	3.851.000,00

Página: 34/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	05.00
Unidade:	Secretaria de Defesa do Cidadão	05.05
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapecó Segurança máxima	0117

Objetivo do programa:

Estabelecer políticas de segurança, de proteção e das garantias constitucionais ao cidadão chapecoense, em parceria com as demais instituições ligadas às três esferas de governo.

Justificativa do programa:

Chapecó, a exemplo de muitos municípios pólo, enfrenta aumento nos índices de violência, especialmente no trânsito e na criminalidade. Embora as políticas de segurança sejam de responsabilidade direta do Estado, é necessário investir nesta área, otimizar recursos humanos e materiais, reduzindo estes índices e consequentemente, melhorando a qualidade de vida dos Chapecoenses. Integrar estas ações na área social, a fim de obter ações finalistas mais efetivas, eficazes e eficientes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1031	2 P	Modernização do Sistema de Trânsito	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	362.000,00

II - Descrição das Ações

Modernização do Sistema de Trânsito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	117.000,00	0,00	117.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	13.000,00	13.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	232.000,00	232.000,00
Total:			117.000,00	245.000,00	362.000,00

Página: 35/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	05.00
Unidade:	Secretaria de Defesa do Cidadão	05.05
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapecó Acessível -Mobilidade Urbana	0124

Objetivo do programa:

Melhorar o acesso e mobilidade da população e otimizar o sistema viário, nas áreas de trânsito e transporte coletivo e alternativo.

Justificativa do programa:

O elevado número de veículos e de pedestres, e a necessidade de adequações de mobilidade e acessibilidade, exigem ações racionais e coletivas que garantam o acesso, a segurança e tranquilidade da população em geral

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
1033	2 P	Ampliação Construção e Modernização Terminais Urbanos	Manutenção das Atividades (Ano)		4.000	385.000,00

II - Descrição das Ações

Ampliação Construção e Modernização Terminais Urbanos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	140.000,00	0,00	140.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - Unia	0,00	13.000,00	13.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	232.000,00	232.000,00
Total:			140.000,00	245.000,00	385.000,00

Página: 36/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	05.00
Unidade:	Secretaria de Defesa do Cidadão	05.05
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Transportes Coletivos Urbanos	453
Programa:	Chapecó Segurança máxima	0117

Objetivo do programa:

Estabelecer políticas de segurança, de proteção e das garantias constitucionais ao cidadão chapecoense, em parceria com as demais instituições ligadas às três esferas de governo.

Justificativa do programa:

Chapecó, a exemplo de muitos municípios pólo, enfrenta aumento nos índices de violência, especialmente no trânsito e na criminalidade. Embora as políticas de segurança sejam de responsabilidade direta do Estado, é necessário investir nesta área, otimizar recursos humanos e materiais, reduzindo estes índices e consequentemente, melhorando a qualidade de vida dos Chapecoenses. Integrar estas ações na área social, a fim de obter ações finalistas mais efetivas, eficazes e eficientes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1032	2 P	Modernização do Sistema de Transporte Coletivo	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	362.000,00

II - Descrição das Ações

Modernização do Sistema de Transporte Coletivo

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	117.000,00	0,00	117.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	13.000,00	13.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	232.000,00	232.000,00
Total:			117.000,00	245.000,00	362.000,00

Página: 37/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	06.00
Unidade:	Secretaria de Educação	06.06
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	Escola Forte	0108

Objetivo do programa:

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.

Buscar mecanismos que possibilitem a população mais carente acessar à oferta de profissionalizante e ensino superior

Justificativa do programa:

Necessidade de administrar e manter a rede municipal de ensino, o acesso de crianças, adolescentes e adultos, na educação infantil e fundamental, a qualidade pedagógica e didática, a capacitação e formação dos profissionais do magistério, a infraestrutura física e os indicadores positivos de ensino-aprendizagem. Mesmo não sendo obrigação do Município, permitir a população acesso ao ensino superior e a profissionalização.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2131	2 A	Manut. Merenda Escolar	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	14.804.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Merenda Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	12.128.000,00	0,00	12.128.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1373 - Outras Transf. FNDE - PNAE	0,00	2.676.000,00	2.676.000,00
Total:			12.128.000,00	2.676.000,00	14.804.000,00

Página: 38/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	06.00
Unidade:	Secretaria de Educação	06.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Escola Forte	0108

Objetivo do programa:

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.

Buscar mecanismos que possibilitem a população mais carente acessar à oferta de profissionalizante e ensino superior

Justificativa do programa:

Necessidade de administrar e manter a rede municipal de ensino, o acesso de crianças, adolescentes e adultos, na educação infantil e fundamental, a qualidade pedagógica e didática, a capacitação e formação dos profissionais do magistério, a infraestrutura física e os indicadores positivos de ensino-aprendizagem. Mesmo não sendo obrigação do Município, permitir a população acesso ao ensino superior e a profissionalização.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2132	2 A	Manut. do Transporte Escolar	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	5.115.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. do Transporte Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1190 - Transf. Do FUNDEB (Apl outras Dê	0,00	1.014.000,00	1.014.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1360 - Salário Educação	0,00	1.128.000,00	1.128.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1374 - Outras Transf. FNDE - PNATE	0,00	403.000,00	403.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1660 - Transf. Legais e Const do Estado f	0,00	670.000,00	670.000,00
Total:			1.900.000,00	3.215.000,00	5.115.000,00

Página: 39/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	06.00
Unidade:	Secretaria de Educação	06.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Escola Forte	0108

Objetivo do programa:

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.

Buscar mecanismos que possibilitem a população mais carente acessar à oferta de profissionalizante e ensino superior

Justificativa do programa:

Necessidade de administrar e manter a rede municipal de ensino, o acesso de crianças, adolescentes e adultos, na educação infantil e fundamental, a qualidade pedagógica e didática, a capacitação e formação dos profissionais do magistério, a infraestrutura física e os indicadores positivos de ensino-aprendizagem. Mesmo não sendo obrigação do Município, permitir a população acesso ao ensino superior e a profissionalização.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2129	2 A	Manut. Escola Agropecuária	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	164.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Escola Agropecuária

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	61.000,00	0,00	61.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	103.000,00	0,00	103.000,00
Total:			164.000,00	0,00	164.000,00

Página: 40/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	06.00
Unidade:	Secretaria de Educação	06.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Escola Forte	0108

Objetivo do programa:

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.
Buscar mecanismos que possibilitem a população mais carente acessar à oferta de profissionalizante e ensino superior

Justificativa do programa:

Necessidade de administrar e manter a rede municipal de ensino, o acesso de crianças, adolescentes e adultos, na educação infantil e fundamental, a qualidade pedagógica e didática, a capacitação e formação dos profissionais do magistério, a infraestrutura física e os indicadores positivos de ensino-aprendizagem.
Mesmo não sendo obrigação do Município, permitir a população acesso ao ensino superior e a profissionalização.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2121	2 A	Manut. Ensino Fundamental - Outros	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	10.028.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Ensino Fundamental - Outros

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	1.427.000,00	0,00	1.427.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1190 - Transf. Do FUNDEB (Apl outras Dê	0,00	245.000,00	245.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1190 - Transf. Do FUNDEB (Apl outras Dê	0,00	94.000,00	94.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	636.000,00	0,00	636.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.200,00	0,00	1.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	5.472.800,00	0,00	5.472.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1190 - Transf. Do FUNDEB (Apl outras Dê	0,00	2.152.000,00	2.152.000,00
Total:			7.537.000,00	2.491.000,00	10.028.000,00

Página: 41/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

Página: 42/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	06.00
Unidade:	Secretaria de Educação	06.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Escola Forte	0108

Objetivo do programa:

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.

Buscar mecanismos que possibilitem a população mais carente acessar à oferta de profissionalizante e ensino superior

Justificativa do programa:

Necessidade de administrar e manter a rede municipal de ensino, o acesso de crianças, adolescentes e adultos, na educação infantil e fundamental, a qualidade pedagógica e didática, a capacitação e formação dos profissionais do magistério, a infraestrutura física e os indicadores positivos de ensino-aprendizagem. Mesmo não sendo obrigação do Município, permitir a população acesso ao ensino superior e a profissionalização.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2111	2 A	Manut. Profis. Magistério - Ensino Fundamental	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	61.457.706,40

II - Descrição das Ações

Manut. Profis. Magistério - Ensino Fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	22.495.706,40	0,00	22.495.706,40
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1180 - Transf. Do FUNDEB (Apl Rem Proi	0,00	17.885.000,00	17.885.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1190 - Transf. Do FUNDEB (Apl outras Dê	0,00	17.176.000,00	17.176.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1180 - Transf. Do FUNDEB (Apl Rem Proi	0,00	3.901.000,00	3.901.000,00
Total:			22.495.706,40	38.962.000,00	61.457.706,40

Página: 43/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	06.00
Unidade:	Secretaria de Educação	06.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Escola Forte	0108

Objetivo do programa:

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.
Buscar mecanismos que possibilitem a população mais carente acessar à oferta de profissionalizante e ensino superior

Justificativa do programa:

Necessidade de administrar e manter a rede municipal de ensino, o acesso de crianças, adolescentes e adultos, na educação infantil e fundamental, a qualidade pedagógica e didática, a capacitação e formação dos profissionais do magistério, a infraestrutura física e os indicadores positivos de ensino-aprendizagem.
Mesmo não sendo obrigação do Município, permitir a população acesso ao ensino superior e a profissionalização.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2103	2 A	Manut. Diretoria Pedagógica	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	1.968.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Diretoria Pedagógica

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	1.968.000,00	0,00	1.968.000,00
Total:			1.968.000,00	0,00	1.968.000,00

Página: 44/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	06.00
Unidade:	Secretaria de Educação	06.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Escola Forte	0108

Objetivo do programa:

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.
Buscar mecanismos que possibilitem a população mais carente acessar à oferta de profissionalizante e ensino superior

Justificativa do programa:

Necessidade de administrar e manter a rede municipal de ensino, o acesso de crianças, adolescentes e adultos, na educação infantil e fundamental, a qualidade pedagógica e didática, a capacitação e formação dos profissionais do magistério, a infraestrutura física e os indicadores positivos de ensino-aprendizagem.
Mesmo não sendo obrigação do Município, permitir a população acesso ao ensino superior e a profissionalização.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2102	2 A	Manut. Diretoria Administrativa Sec Educação	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	4.740.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Diretoria Administrativa Sec Educação

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	4.740.000,00	0,00	4.740.000,00
Total:			4.740.000,00	0,00	4.740.000,00

Página: 45/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	06.00
Unidade:	Secretaria de Educação	06.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Escola Forte	0108

Objetivo do programa:

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.
Buscar mecanismos que possibilitem a população mais carente acessar à oferta de profissionalizante e ensino superior

Justificativa do programa:

Necessidade de administrar e manter a rede municipal de ensino, o acesso de crianças, adolescentes e adultos, na educação infantil e fundamental, a qualidade pedagógica e didática, a capacitação e formação dos profissionais do magistério, a infraestrutura física e os indicadores positivos de ensino-aprendizagem.
Mesmo não sendo obrigação do Município, permitir a população acesso ao ensino superior e a profissionalização.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2101	2 A	Manut. Atividades Secretaria de Educação	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	7.331.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades Secretaria de Educação

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	5.472.000,00	0,00	5.472.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	591.000,00	0,00	591.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	1.268.000,00	0,00	1.268.000,00
Total:			7.331.000,00	0,00	7.331.000,00

Página: 46/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	06.00
Unidade:	Secretaria de Educação	06.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Escola Forte	0108

Objetivo do programa:

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.

Buscar mecanismos que possibilitem a população mais carente acessar à oferta de profissionalizante e ensino superior

Justificativa do programa:

Necessidade de administrar e manter a rede municipal de ensino, o acesso de crianças, adolescentes e adultos, na educação infantil e fundamental, a qualidade pedagógica e didática, a capacitação e formação dos profissionais do magistério, a infraestrutura física e os indicadores positivos de ensino-aprendizagem. Mesmo não sendo obrigação do Município, permitir a população acesso ao ensino superior e a profissionalização.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1111	2 P	Aquisição de Material Uso Permanente - Fundamental	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	2.168.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de Material Uso Permanente - Fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	245.000,00	0,00	245.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1190 - Transf. Do FUNDEB (Apl outras Dê	0,00	609.000,00	609.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1320 - Transferência de Convênios - Unia	0,00	364.000,00	364.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1360 - Salário Educação	0,00	705.000,00	705.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1620 - Transferências de Convênios - Est	0,00	245.000,00	245.000,00
Total:			245.000,00	1.923.000,00	2.168.000,00

Página: 47/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	06.00
Unidade:	Secretaria de Educação	06.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Escola Forte	0108

Objetivo do programa:

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.

Buscar mecanismos que possibilitem a população mais carente acessar à oferta de profissionalizante e ensino superior

Justificativa do programa:

Necessidade de administrar e manter a rede municipal de ensino, o acesso de crianças, adolescentes e adultos, na educação infantil e fundamental, a qualidade pedagógica e didática, a capacitação e formação dos profissionais do magistério, a infraestrutura física e os indicadores positivos de ensino-aprendizagem. Mesmo não sendo obrigação do Município, permitir a população acesso ao ensino superior e a profissionalização.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1104	2	P	Ampliação e Reforma Escola Agropecuária	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	1.040.000,00

II - Descrição das Ações

Ampliação e Reforma Escola Agropecuária

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	75.000,00	0,00	75.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1190 - Transf. Do FUNDEB (Apl outras Dc	0,00	184.000,00	184.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1320 - Transferência de Convênios - Unia	0,00	366.000,00	366.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1360 - Salário Educação	0,00	415.000,00	415.000,00
Total:			75.000,00	965.000,00	1.040.000,00

Página: 48/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	06.00
Unidade:	Secretaria de Educação	06.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Escola Forte	0108

Objetivo do programa:

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.

Buscar mecanismos que possibilitem a população mais carente acessar à oferta de profissionalizante e ensino superior

Justificativa do programa:

Necessidade de administrar e manter a rede municipal de ensino, o acesso de crianças, adolescentes e adultos, na educação infantil e fundamental, a qualidade pedagógica e didática, a capacitação e formação dos profissionais do magistério, a infraestrutura física e os indicadores positivos de ensino-aprendizagem. Mesmo não sendo obrigação do Município, permitir a população acesso ao ensino superior e a profissionalização.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
1102	2 P	Construção Ampliação Rede Física Educ. Tempo Integral	Manutenção das Atividades (Ano)		4,000	3.721.000,00

II - Descrição das Ações

Construção Ampliação Rede Física Educ. Tempo Integral

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	123.000,00	0,00	123.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1190 - Transf. Do FUNDEB (Apl outras Dc	0,00	366.000,00	366.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1320 - Transferência de Convênios - Unia	0,00	1.824.000,00	1.824.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1360 - Salário Educação	0,00	1.408.000,00	1.408.000,00
Total:			123.000,00	3.598.000,00	3.721.000,00

Página: 49/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	06.00
Unidade:	Secretaria de Educação	06.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Escola Forte	0108

Objetivo do programa:

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.

Buscar mecanismos que possibilitem a população mais carente acessar à oferta de profissionalizante e ensino superior

Justificativa do programa:

Necessidade de administrar e manter a rede municipal de ensino, o acesso de crianças, adolescentes e adultos, na educação infantil e fundamental, a qualidade pedagógica e didática, a capacitação e formação dos profissionais do magistério, a infraestrutura física e os indicadores positivos de ensino-aprendizagem. Mesmo não sendo obrigação do Município, permitir a população acesso ao ensino superior e a profissionalização.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1101	2 P	Construção Ampliação Rede Física Ensino Fundamental	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	5.980.000,00

II - Descrição das Ações

Construção Ampliação Rede Física Ensino Fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	123.000,00	0,00	123.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1190 - Transf. Do FUNDEB (Apl outras Dc	0,00	609.000,00	609.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1320 - Transferência de Convênios - Unia	0,00	2.432.000,00	2.432.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1360 - Salário Educação	0,00	2.816.000,00	2.816.000,00
Total:			123.000,00	5.857.000,00	5.980.000,00

Página: 50/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	06.00
Unidade:	Secretaria de Educação	06.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Profissional	363
Programa:	Escola Forte	0108

Objetivo do programa:

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.
Buscar mecanismos que possibilitem a população mais carente acessar à oferta de profissionalizante e ensino superior

Justificativa do programa:

Necessidade de administrar e manter a rede municipal de ensino, o acesso de crianças, adolescentes e adultos, na educação infantil e fundamental, a qualidade pedagógica e didática, a capacitação e formação dos profissionais do magistério, a infraestrutura física e os indicadores positivos de ensino-aprendizagem.
Mesmo não sendo obrigação do Município, permitir a população acesso ao ensino superior e a profissionalização.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2133	2 A	Manut. Ensino Profissional e Cooperativo	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	61.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Ensino Profissional e Cooperativo

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.350.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0.1.1000 - Recursos Ordinários	61.000,00	0,00	61.000,00
Total:			61.000,00	0,00	61.000,00

Página: 51/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	06.00
Unidade:	Secretaria de Educação	06.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Superior	364
Programa:	Escola Forte	0108

Objetivo do programa:

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.
Buscar mecanismos que possibilitem a população mais carente acessar à oferta de profissionalizante e ensino superior

Justificativa do programa:

Necessidade de administrar e manter a rede municipal de ensino, o acesso de crianças, adolescentes e adultos, na educação infantil e fundamental, a qualidade pedagógica e didática, a capacitação e formação dos profissionais do magistério, a infraestrutura física e os indicadores positivos de ensino-aprendizagem.
Mesmo não sendo obrigação do Município, permitir a população acesso ao ensino superior e a profissionalização.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2135	2 A		Manut. Convenio Ensino Superior e FUNDESTE	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	119.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Convenio Ensino Superior e FUNDESTE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.1000 - Recursos Ordinários	22.000,00	0,00	22.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	97.000,00	0,00	97.000,00
Total:			119.000,00	0,00	119.000,00

Página: 52/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	06.00
Unidade:	Secretaria de Educação	06.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	Escola Forte	0108

Objetivo do programa:

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.

Buscar mecanismos que possibilitem a população mais carente acessar à oferta de profissionalizante e ensino superior

Justificativa do programa:

Necessidade de administrar e manter a rede municipal de ensino, o acesso de crianças, adolescentes e adultos, na educação infantil e fundamental, a qualidade pedagógica e didática, a capacitação e formação dos profissionais do magistério, a infraestrutura física e os indicadores positivos de ensino-aprendizagem. Mesmo não sendo obrigação do Município, permitir a população acesso ao ensino superior e a profissionalização.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2122	2 A	Manut. Educação Infantil - Outros	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	9.217.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Educação Infantil - Outros

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	320.000,00	0,00	320.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1190 - Transf. Do FUNDEB (Apl outras Dê	0,00	143.000,00	143.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper:Intra-Orçamentárias	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	92.000,00	0,00	92.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	1.928.000,00	0,00	1.928.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	4.961.000,00	0,00	4.961.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1190 - Transf. Do FUNDEB (Apl outras Dê	0,00	1.773.000,00	1.773.000,00
Total:			7.301.000,00	1.916.000,00	9.217.000,00

Página: 53/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	06.00
Unidade:	Secretaria de Educação	06.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	Escola Forte	0108

Objetivo do programa:

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.
Buscar mecanismos que possibilitem a população mais carente acessar à oferta de profissionalizante e ensino superior

Justificativa do programa:

Necessidade de administrar e manter a rede municipal de ensino, o acesso de crianças, adolescentes e adultos, na educação infantil e fundamental, a qualidade pedagógica e didática, a capacitação e formação dos profissionais do magistério, a infraestrutura física e os indicadores positivos de ensino-aprendizagem.
Mesmo não sendo obrigação do Município, permitir a população acesso ao ensino superior e a profissionalização.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2112	2 A	Manut. Profis. Magistério - Educação Infantil	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	37.972.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Profis. Magistério - Educação Infantil

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	1.671.000,00	0,00	1.671.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1180 - Transf. Do FUNDEB (Apl Rem Pro)	0,00	33.500.000,00	33.500.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper: Intra-Orçamentárias	0.1.1180 - Transf. Do FUNDEB (Apl Rem Pro)	0,00	2.801.000,00	2.801.000,00
Total:			1.671.000,00	36.301.000,00	37.972.000,00

Página: 54/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	06.00
Unidade:	Secretaria de Educação	06.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	Escola Forte	0108

Objetivo do programa:

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.

Buscar mecanismos que possibilitem a população mais carente acessar à oferta de profissionalizante e ensino superior

Justificativa do programa:

Necessidade de administrar e manter a rede municipal de ensino, o acesso de crianças, adolescentes e adultos, na educação infantil e fundamental, a qualidade pedagógica e didática, a capacitação e formação dos profissionais do magistério, a infraestrutura física e os indicadores positivos de ensino-aprendizagem. Mesmo não sendo obrigação do Município, permitir a população acesso ao ensino superior e a profissionalização.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1112	2 P	Aquisição de Material Uso Permanente - Infantil	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	1.810.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de Material Uso Permanente - Infantil

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	123.000,00	0,00	123.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1190 - Transf. Do FUNDEB (Apl outras Dc	0,00	366.000,00	366.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1320 - Transferência de Convênios - Unia	0,00	609.000,00	609.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1360 - Salário Educação	0,00	712.000,00	712.000,00
Total:			123.000,00	1.687.000,00	1.810.000,00

Página: 55/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	06.00
Unidade:	Secretaria de Educação	06.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	Escola Forte	0108

Objetivo do programa:

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.
Buscar mecanismos que possibilitem a população mais carente acessar à oferta de profissionalizante e ensino superior

Justificativa do programa:

Necessidade de administrar e manter a rede municipal de ensino, o acesso de crianças, adolescentes e adultos, na educação infantil e fundamental, a qualidade pedagógica e didática, a capacitação e formação dos profissionais do magistério, a infraestrutura física e os indicadores positivos de ensino-aprendizagem.
Mesmo não sendo obrigação do Município, permitir a população acesso ao ensino superior e a profissionalização.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1103	2 P	Construção Ampliação Rede Física Educação Infantil	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	3.297.000,00

II - Descrição das Ações

Construção Ampliação Rede Física Educação Infantil

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	245.000,00	0,00	245.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1190 - Transf. Do FUNDEB (Apl outras Dc	0,00	184.000,00	184.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1320 - Transferência de Convênios - Unia	0,00	1.460.000,00	1.460.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1360 - Salário Educação	0,00	1.408.000,00	1.408.000,00
Total:			245.000,00	3.052.000,00	3.297.000,00

Página: 56/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	06.00
Unidade:	Secretaria de Educação	06.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Especial	367
Programa:	Escola Forte	0108

Objetivo do programa:

Promover e oportunizar o acesso à educação infantil e fundamental de qualidade, revitalizando os espaços da Escola, que permitam gerar mais oportunidades de construção do conhecimento e de integração com a comunidade.

Buscar mecanismos que possibilitem a população mais carente acessar à oferta de profissionalizante e ensino superior

Justificativa do programa:

Necessidade de administrar e manter a rede municipal de ensino, o acesso de crianças, adolescentes e adultos, na educação infantil e fundamental, a qualidade pedagógica e didática, a capacitação e formação dos profissionais do magistério, a infraestrutura física e os indicadores positivos de ensino-aprendizagem. Mesmo não sendo obrigação do Município, permitir a população acesso ao ensino superior e a profissionalização.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2134	2 A	Manut. Outros convenio FNDE	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	809.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Outros convenio FNDE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.1000 - Recursos Ordinários	119.000,00	0,00	119.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1320 - Transferência de Convênios - União	0,00	428.000,00	428.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1370 - Outras Transferencias do FNDE	0,00	7.000,00	7.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1371 - Outras Transf. FNDE - PEJA	0,00	7.000,00	7.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1372 - Outras Transf. FNDE - PDDE	0,00	9.000,00	9.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1320 - Transferência de Convênios - União	0,00	239.000,00	239.000,00
Total:			119.000,00	690.000,00	809.000,00

Página: 57/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE	07.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente	07.07
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Controle Ambiental	542
Programa:	Desenvolvimento Ambiental Sustentável	0125

Objetivo do programa:

Implantar políticas de promoção, proteção e conservação do meio ambiente, atuando de forma intersetorial, envolvendo todos os segmentos da sociedade.

Justificativa do programa:

O sucesso das ações ambientais exigem a realização de parcerias permanentes do poder público com a sociedade organizada e tomadas de decisão rápidas e eficazes em prol do meio ambiente

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2211	2 A	Manut. das Atividades do Meio Ambiente	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	953.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. das Atividades do Meio Ambiente

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	467.000,00	0,00	467.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	71.000,00	0,00	71.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	296.000,00	0,00	296.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	16.000,00	16.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	17.000,00	17.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	48.000,00	0,00	48.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	19.000,00	19.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	19.000,00	19.000,00
Total:			882.000,00	71.000,00	953.000,00

Página: 58/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE	07.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente	07.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Vegetal	601
Programa:	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	0121

Objetivo do programa:

Propiciar locais adequados para a comercialização de produtos oriundos das agroindústrias familiares e entrepostos de carne, com inspeção sanitária, objetivando a segurança alimentar aos consumidores.

Justificativa do programa:

Abastecimento de produtos de origem animal com qualidade, de acordo com os padrões higiênicos sanitários preconizando e facilitar o escoamento como base para o suporte econômico das atividades rurais de produção primária e das agroindústrias.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2205	2 A	Manut. Operacionalização Mercado Publico	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	119.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Operacionalização Mercado Publico

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	119.000,00	0,00	119.000,00
Total:			119.000,00	0,00	119.000,00

Página: 59/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE	07.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente	07.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Vegetal	601
Programa:	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	0121

Objetivo do programa:

Propiciar locais adequados para a comercialização de produtos oriundos das agroindústrias familiares e entrepostos de carne, com inspeção sanitária, objetivando a segurança alimentar aos consumidores.

Justificativa do programa:

Abastecimento de produtos de origem animal com qualidade, de acordo com os padrões higiênicos sanitários preconizando e facilitar o escoamento como base para o suporte econômico das atividades rurais de produção primária e das agroindústrias.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1205	2 P	Implantação de Feiras Municipais	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	785.000,00

II - Descrição das Ações

Implantação de Feiras Municipais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	176.000,00	0,00	176.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - Unia	0,00	13.000,00	13.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	596.000,00	596.000,00
Total:			176.000,00	609.000,00	785.000,00

Página: 60/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE	07.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente	07.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Defesa Sanitária Animal	604
Programa:	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	0121

Objetivo do programa:

Propiciar locais adequados para a comercialização de produtos oriundos das agroindústrias familiares e entrepostos de carne, com inspeção sanitária, objetivando a segurança alimentar aos consumidores.

Justificativa do programa:

Abastecimento de produtos de origem animal com qualidade, de acordo com os padrões higiênicos sanitários preconizando e facilitar o escoamento como base para o suporte econômico das atividades rurais de produção primária e das agroindústrias.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2204	2 A	Manut. Deplo de Inspeção de Produtos Origem Animal	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.029.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Deplo de Inspeção de Produtos Origem Animal

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	841.000,00	0,00	841.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	141.000,00	0,00	141.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	47.000,00	0,00	47.000,00
Total:			1.029.000,00	0,00	1.029.000,00

Página: 61/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE	07.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente	07.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Abastecimento	605
Programa:	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	0121

Objetivo do programa:

Propiciar locais adequados para a comercialização de produtos oriundos das agroindústrias familiares e entrepostos de carne, com inspeção sanitária, objetivando a segurança alimentar aos consumidores.

Justificativa do programa:

Abastecimento de produtos de origem animal com qualidade, de acordo com os padrões higiênicos sanitários preconizando e facilitar o escoamento como base para o suporte econômico das atividades rurais de produção primária e das agroindústrias.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2203	2 A		Manut. Depto de Abastecimento Rural	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	594.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Abastecimento Rural

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	466.000,00	0,00	466.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	67.000,00	0,00	67.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	61.000,00	0,00	61.000,00
Total:			594.000,00	0,00	594.000,00

Página: 62/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE	07.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente	07.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	Difusão de tecnologias e inovações	0120

Objetivo do programa:

Oportunizar às famílias rurais novas tecnologias e conhecimentos para o incremento de produção e melhoria da qualidade de vida e geração de renda, especialmente em atividades grupais.

Justificativa do programa:

A agricultura de Chapecó é desenvolvida em cerca de 1873 propriedades rurais, e mais de 90% delas tem área inferior a 50 há, predominando o modo de gestão no regime da agricultura familiar. A melhoria contínua da produtividade e da renda do meio rural passa pela difusão contínua de tecnologias inovadoras, cujo papel da assistência técnica e da extensão rural são decisivos para esse processo.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2202	2 A	Manut. Depto de Assist. e Difusão tecnológica	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	576.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Assist. e Difusão tecnológica

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	436.000,00	0,00	436.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	79.000,00	0,00	79.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	61.000,00	0,00	61.000,00
Total:			576.000,00	0,00	576.000,00

Página: 63/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE	07.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente	07.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	0121

Objetivo do programa:

Propiciar locais adequados para a comercialização de produtos oriundos das agroindústrias familiares e entrepostos de carne, com inspeção sanitária, objetivando a segurança alimentar aos consumidores.

Justificativa do programa:

Abastecimento de produtos de origem animal com qualidade, de acordo com os padrões higiênicos sanitários preconizando e facilitar o escoamento como base para o suporte econômico das atividades rurais de produção primária e das agroindústrias.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2216	2 A		Manut. Atividades de Consórcios Públicos	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	34.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades de Consórcios Públicos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	0.1.1000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.1000 - Recursos Ordinários	8.000,00	0,00	8.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0.1.1000 - Recursos Ordinários	16.000,00	0,00	16.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.1000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			34.000,00	0,00	34.000,00

Página: 64/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE	07.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente	07.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	0121

Objetivo do programa:

Propiciar locais adequados para a comercialização de produtos oriundos das agroindústrias familiares e entrepostos de carne, com inspeção sanitária, objetivando a segurança alimentar aos consumidores.

Justificativa do programa:

Abastecimento de produtos de origem animal com qualidade, de acordo com os padrões higiênicos sanitários preconizando e facilitar o escoamento como base para o suporte econômico das atividades rurais de produção primária e das agroindústrias.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2215	2 A		Manut. Atividades do Fundo Municipal de Desenv. Rural	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	124.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades do Fundo Municipal de Desenv. Rural

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	29.000,00	0,00	29.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	16.000,00	16.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	17.000,00	17.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	29.000,00	0,00	29.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	16.000,00	16.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	17.000,00	17.000,00
Total:			58.000,00	66.000,00	124.000,00

Página: 65/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE	07.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente	07.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	Desenvolvimento Ambiental Sustentável	0125

Objetivo do programa:

Implantar políticas de promoção, proteção e conservação do meio ambiente, atuando de forma intersetorial, envolvendo todos os segmentos da sociedade.

Justificativa do programa:

O sucesso das ações ambientais exigem a realização de parcerias permanentes do poder público com a sociedade organizada e tomadas de decisão rápidas e eficazes em prol do meio ambiente

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2201	2 A	Manut. da Secr. Agricultura e Serv.Rurais	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	2.703.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. da Secr. Agricultura e Serv.Rurais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.475.000,00	0,00	1.475.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	107.000,00	0,00	107.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.1000 - Recursos Ordinários	83.000,00	0,00	83.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	827.000,00	0,00	827.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	16.000,00	16.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	17.000,00	17.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	140.000,00	0,00	140.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	19.000,00	19.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	19.000,00	19.000,00
Total:			2.632.000,00	71.000,00	2.703.000,00

Página: 66/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE	07.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente	07.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	Desenvolvimento Ambiental Sustentável	0125

Objetivo do programa:

Implantar políticas de promoção, proteção e conservação do meio ambiente, atuando de forma intersetorial, envolvendo todos os segmentos da sociedade.

Justificativa do programa:

O sucesso das ações ambientais exigem a realização de parcerias permanentes do poder público com a sociedade organizada e tomadas de decisão rápidas e eficazes em prol do meio ambiente

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1201	2	P	Aquisição de Máquinas e Equipamentos - Agricultura	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.574.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de Máquinas e Equipamentos - Agricultura

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	234.000,00	0,00	234.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	365.000,00	365.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	852.000,00	852.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1830 - Operação de Crédito Interna	0,00	123.000,00	123.000,00
Total:			234.000,00	1.340.000,00	1.574.000,00

Página: 67/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA	09.00
Unidade:	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura	09.09
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chepecó Integrada - Requalificação dos Espaços Públicos	0123

Objetivo do programa:

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas voltadas à utilização racional e eficiente dos espaços públicos.

Justificativa do programa:

A utilização dos espaços públicos destinados a atividades de lazer, esportes, cultura e desenvolvimento local deve ser realizada de forma eficiente e racional, possibilitando a melhoria da qualidade de vida e acesso desta política pública por toda a população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1251	2	P	Revitalização de Parques e Praças Públicas	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	596.000,00

II - Descrição das Ações

Revitalização de Parques e Praças Públicas

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	351.000,00	0,00	351.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	122.000,00	122.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	123.000,00	123.000,00
Total:			351.000,00	245.000,00	596.000,00

Página: 68/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA	09.00
Unidade:	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura	09.09
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapecó Acessível -Mobilidade Urbana	0124

Objetivo do programa:

Melhorar o acesso e mobilidade da população e otimizar o sistema viário, nas áreas de trânsito e transporte coletivo e alternativo.

Justificativa do programa:

O elevado número de veículos e de pedestres, e a necessidade de adequações de mobilidade e acessibilidade, exigem ações racionais e coletivas que garantam o acesso, a segurança e tranquilidade da população em geral

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2260	2 A	Manut. Sinalização Viária	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	237.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Sinalização Viária

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	237.000,00	0,00	237.000,00
Total:			237.000,00	0,00	237.000,00

Página: 69/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA	09.00
Unidade:	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura	09.09
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapecó Acessível -Mobilidade Urbana	0124

Objetivo do programa:

Melhorar o acesso e mobilidade da população e otimizar o sistema viário, nas áreas de trânsito e transporte coletivo e alternativo.

Justificativa do programa:

O elevado número de veículos e de pedestres, e a necessidade de adequações de mobilidade e acessibilidade, exigem ações racionais e coletivas que garantam o acesso, a segurança e tranquilidade da população em geral

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2251	2 A		Manut. Ativ. Secret. de Serviços Urbanos e infraestrutura	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	4.572.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Ativ. Secret. de Serviços Urbanos e infraestrutura

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	3.194.000,00	0,00	3.194.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	82.000,00	0,00	82.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	945.000,00	0,00	945.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	351.000,00	0,00	351.000,00
Total:			4.572.000,00	0,00	4.572.000,00

Página: 70/198

Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA	09.00
Unidade:	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura	09.09
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapeco Nossa Cidade	0127

Objetivo do programa:

Promover ações integradas nos bairros e interior do município através da melhoria da infraestrutura.

Justificativa do programa:

O desenvolvimento de ações de infraestrutura urbana e rural de forma contínua garante o desenvolvimento local, o acesso da população a serviços públicos de qualidade e melhoria da qualidade de vida.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2256	2 A	Manut. da Usina de Asfalto	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	930.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. da Usina de Asfalto

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	263.000,00	0,00	263.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	47.000,00	0,00	47.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	503.000,00	0,00	503.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	117.000,00	0,00	117.000,00
Total:			930.000,00	0,00	930.000,00

Página: 71/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA	09.00
Unidade:	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura	09.09
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapeco Nossa Cidade	0127

Objetivo do programa:

Promover ações integradas nos bairros e interior do município através da melhoria da infraestrutura.

Justificativa do programa:

O desenvolvimento de ações de infraestrutura urbana e rural de forma contínua garante o desenvolvimento local, o acesso da população a serviços públicos de qualidade e melhoria da qualidade de vida.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2255	2 A	Manut. Depto de Estradas	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	5.236.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Estradas

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	2.461.000,00	0,00	2.461.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	333.000,00	0,00	333.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	237.000,00	0,00	237.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	2.205.000,00	2.205.000,00
Total:			3.031.000,00	2.205.000,00	5.236.000,00

Página: 72/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA	09.00
Unidade:	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura	09.09
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapeco Nossa Cidade	0127

Objetivo do programa:

Promover ações integradas nos bairros e interior do município através da melhoria da infraestrutura.

Justificativa do programa:

O desenvolvimento de ações de infraestrutura urbana e rural de forma contínua garante o desenvolvimento local, o acesso da população a serviços públicos de qualidade e melhoria da qualidade de vida.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2254	2 A	Manut. Depto de Obras	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	3.715.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Obras

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	2.442.000,00	0,00	2.442.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	328.000,00	0,00	328.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	945.000,00	0,00	945.000,00
Total:			3.715.000,00	0,00	3.715.000,00

Página: 73/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA	09.00
Unidade:	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura	09.09
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapeco Nossa Cidade	0127

Objetivo do programa:

Promover ações integradas nos bairros e interior do município através da melhoria da infraestrutura.

Justificativa do programa:

O desenvolvimento de ações de infraestrutura urbana e rural de forma contínua garante o desenvolvimento local, o acesso da população a serviços públicos de qualidade e melhoria da qualidade de vida.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2253	2 A	Manut. Depto de Maquinas e Equipamentos	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	10.666.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Maquinas e Equipamentos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	3.151.000,00	0,00	3.151.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	323.000,00	0,00	323.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	4.961.000,00	0,00	4.961.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1070 - Contrib. de Intervenção do Domíni	26.000,00	0,00	26.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - Unia	0,00	2.205.000,00	2.205.000,00
Total:			8.461.000,00	2.205.000,00	10.666.000,00

Página: 74/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA	09.00
Unidade:	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura	09.09
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapeco Nossa Cidade	0127

Objetivo do programa:

Promover ações integradas nos bairros e interior do município através da melhoria da infraestrutura.

Justificativa do programa:

O desenvolvimento de ações de infraestrutura urbana e rural de forma contínua garante o desenvolvimento local, o acesso da população a serviços públicos de qualidade e melhoria da qualidade de vida.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1271	2	P	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.283.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de Máquinas e Equipamentos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	551.000,00	0,00	551.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	304.000,00	304.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	305.000,00	305.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1830 - Operação de Crédito Interna	0,00	123.000,00	123.000,00
Total:			551.000,00	732.000,00	1.283.000,00

Página: 75/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA	09.00
Unidade:	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura	09.09
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapeco Nossa Cidade	0127

Objetivo do programa:

Promover ações integradas nos bairros e interior do município através da melhoria da infraestrutura.

Justificativa do programa:

O desenvolvimento de ações de infraestrutura urbana e rural de forma contínua garante o desenvolvimento local, o acesso da população a serviços públicos de qualidade e melhoria da qualidade de vida.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1256	2	P	Recuperação e Pavimentação de Vias Públicas	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	32.615.000,00

II - Descrição das Ações

Recuperação e Pavimentação de Vias Públicas

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	2.205.000,00	0,00	2.205.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	24.000,00	24.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	13.230.000,00	13.230.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1830 - Operação de Crédito Interna	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1860 - Operação de Crédito Externa	0,00	12.156.000,00	12.156.000,00
Total:			2.205.000,00	30.410.000,00	32.615.000,00

Página: 76/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA	09.00
Unidade:	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura	09.09
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapecoó Nossa Cidade	0127

Objetivo do programa:

Promover ações integradas nos bairros e interior do município através da melhoria da infraestrutura.

Justificativa do programa:

O desenvolvimento de ações de infraestrutura urbana e rural de forma contínua garante o desenvolvimento local, o acesso da população a serviços públicos de qualidade e melhoria da qualidade de vida.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1255	2	P	Pavimentação de Vias com Pedras Irregulares	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	13.000,00

II - Descrição das Ações

Pavimentação de Vias com Pedras Irregulares

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	13.000,00	0,00	13.000,00
Total:			13.000,00	0,00	13.000,00

Página: 77/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA	09.00
Unidade:	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura	09.09
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapeco Nossa Cidade	0127

Objetivo do programa:

Promover ações integradas nos bairros e interior do município através da melhoria da infraestrutura.

Justificativa do programa:

O desenvolvimento de ações de infraestrutura urbana e rural de forma contínua garante o desenvolvimento local, o acesso da população a serviços públicos de qualidade e melhoria da qualidade de vida.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1252	2	P	Implantação e Revitalização de Passeios Públicos	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	474.000,00

II - Descrição das Ações

Implantação e Revitalização de Passeios Públicos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	351.000,00	0,00	351.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	61.000,00	61.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	62.000,00	62.000,00
Total:			351.000,00	123.000,00	474.000,00

Página: 78/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA	09.00
Unidade:	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura	09.09
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	Chapecó Acessível -Mobilidade Urbana	0124

Objetivo do programa:

Melhorar o acesso e mobilidade da população e otimizar o sistema viário, nas áreas de trânsito e transporte coletivo e alternativo.

Justificativa do programa:

O elevado número de veículos e de pedestres, e a necessidade de adequações de mobilidade e acessibilidade, exigem ações racionais e coletivas que garantam o acesso, a segurança e tranquilidade da população em geral

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2252	2 A		Manut. Depto de Serviços Urbanos	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	8.309.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Serviços Urbanos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	4.512.000,00	0,00	4.512.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	696.000,00	0,00	696.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	2.867.000,00	0,00	2.867.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	234.000,00	0,00	234.000,00
Total:			8.309.000,00	0,00	8.309.000,00

Página: 79/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA	09.00
Unidade:	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura	09.09
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	Chapecó Limpa e Urbanizada - Qualidade de Vida e Bem estar social	0126

Objetivo do programa:

Fortalecer a gestão municipal urbana, através de ações e oferta de serviços públicos adequados e de qualidade.

Justificativa do programa:

Os serviços urbanos garantem a qualidade de vida, além de melhorar a auto-estima de nosso povo. Desta forma a promoção de serviços públicos com qualidade e eficiência devem ser disponibilizados de forma permanente à população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2281	2 A		Manut. Coleta Resíduos Sólidos Domiciliares e Seletiva	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	15.435.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Coleta Resíduos Sólidos Domiciliares e Seletiva

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	15.435.000,00	0,00	15.435.000,00
Total:			15.435.000,00	0,00	15.435.000,00

Página: 80/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA	09.00
Unidade:	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura	09.09
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	Chapecó Limpa e Urbanizada - Qualidade de Vida e Bem estar social	0126

Objetivo do programa:

Fortalecer a gestão municipal urbana, através de ações e oferta de serviços públicos adequados e de qualidade.

Justificativa do programa:

Os serviços urbanos garantem a qualidade de vida, além de melhorar a auto-estima de nosso povo. Desta forma a promoção de serviços públicos com qualidade e eficiência devem ser disponibilizados de forma permanente à população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1254	2	P	Implantação de Sistema de Saneamento	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	27.000,00

II - Descrição das Ações

Implantação de Sistema de Saneamento

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	13.000,00	0,00	13.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	7.000,00	7.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	7.000,00	7.000,00
Total:			13.000,00	14.000,00	27.000,00

Página: 81/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA	09.00
Unidade:	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura	09.09
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	Chapecó Limpa e Urbanizada - Qualidade de Vida e Bem estar social	0126

Objetivo do programa:

Fortalecer a gestão municipal urbana, através de ações e oferta de serviços públicos adequados e de qualidade.

Justificativa do programa:

Os serviços urbanos garantem a qualidade de vida, além de melhorar a auto-estima de nosso povo. Desta forma a promoção de serviços públicos com qualidade e eficiência devem ser disponibilizados de forma permanente à população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1253	2 P		Construção de Galerias - Micro e Macro Drenagem	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	749.000,00

II - Descrição das Ações

Construção de Galerias - Micro e Macro Drenagem

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	140.000,00	0,00	140.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	304.000,00	304.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	305.000,00	305.000,00
Total:			140.000,00	609.000,00	749.000,00

Página: 82/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA	09.00
Unidade:	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura	09.09
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Controle Ambiental	542
Programa:	Desenvolvimento Ambiental Sustentável	0125

Objetivo do programa:

Implantar políticas de promoção, proteção e conservação do meio ambiente, atuando de forma intersetorial, envolvendo todos os segmentos da sociedade.

Justificativa do programa:

O sucesso das ações ambientais exigem a realização de parcerias permanentes do poder público com a sociedade organizada e tomadas de decisão rápidas e eficazes em prol do meio ambiente

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2257	2 A	Manut. Horto Florestal	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	880.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Horto Florestal

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	554.000,00	0,00	554.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	89.000,00	0,00	89.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	237.000,00	0,00	237.000,00
Total:			880.000,00	0,00	880.000,00

Página: 83/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA	09.00
Unidade:	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura	09.09
Função:	Energia	25
Subfunção:	Energia Elétrica	752
Programa:	Chapecó Acessível -Mobilidade Urbana	0124

Objetivo do programa:

Melhorar o acesso e mobilidade da população e otimizar o sistema viário, nas áreas de trânsito e transporte coletivo e alternativo.

Justificativa do programa:

O elevado número de veículos e de pedestres, e a necessidade de adequações de mobilidade e acessibilidade, exigem ações racionais e coletivas que garantam o acesso, a segurança e tranquilidade da população em geral

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2271	2 A	Manut. da Iluminação Pública	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	6.551.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. da Iluminação Pública

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1080 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilum	6.263.000,00	0,00	6.263.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1080 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilum	288.000,00	0,00	288.000,00
Total:			6.551.000,00	0,00	6.551.000,00

Página: 84/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA	09.00
Unidade:	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura	09.09
Função:	Energia	25
Subfunção:	Energia Elétrica	752
Programa:	Chapecó Acessível -Mobilidade Urbana	0124

Objetivo do programa:

Melhorar o acesso e mobilidade da população e otimizar o sistema viário, nas áreas de trânsito e transporte coletivo e alternativo.

Justificativa do programa:

O elevado número de veículos e de pedestres, e a necessidade de adequações de mobilidade e acessibilidade, exigem ações racionais e coletivas que garantam o acesso, a segurança e tranquilidade da população em geral

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1261	2 P		Expansão da Iluminação Pública	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.497.000,00

II - Descrição das Ações

Expansão da Iluminação Pública

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	176.000,00	0,00	176.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1080 - Contrib. p/Custeio dos Serv. e Ilum	712.000,00	0,00	712.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	579.000,00	579.000,00
Total:			888.000,00	609.000,00	1.497.000,00

Página: 85/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO. ECONÔMICO	10.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	10.10
Função:	Ciência e Tecnologia	19
Subfunção:	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	573
Programa:	Difusão de tecnologias e inovações	0120

Objetivo do programa:

Oportunizar às famílias rurais novas tecnologias e conhecimentos para o incremento de produção e melhoria da qualidade de vida e geração de renda, especialmente em atividades grupais.

Justificativa do programa:

A agricultura de Chapecó é desenvolvida em cerca de 1873 propriedades rurais, e mais de 90% delas tem área inferior a 50 há, predominando o modo de gestão no regime da agricultura familiar. A melhoria contínua da produtividade e da renda do meio rural passa pela difusão contínua de tecnologias inovadoras, cujo papel da assistência técnica e da extensão rural são decisivos para esse processo.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2305	2	A	Apoio a Inovação Tecnológica	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	244.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio a Inovação Tecnológica

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0.1.1000 - Recursos Ordinários	61.000,00	0,00	61.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	61.000,00	0,00	61.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - Unia	0,00	31.000,00	31.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	31.000,00	31.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	60.000,00	0,00	60.000,00
Total:			182.000,00	62.000,00	244.000,00

Página: 86/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	10.10
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	Chapecó Empreendedora	0118

Objetivo do programa:

Estabelecer uma política de apoio ao desenvolvimento de negócios produtivos, com o objetivo de aumentar a geração de emprego e renda municipal, através do suporte aos empreendedores.

Justificativa do programa:

A necessidade de geração de oportunidades, empregos e renda são sem dúvida, a maior das preocupações dos agentes públicos. A administração e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, respeitando as vocações locais, através de parcerias devem dar suporte aos empreendedores que visam a geração de negócios produtivos, como apoio técnico e administrativo, melhoria da infraestrutura interna e externa dos imóveis produtivos, acesso ao crédito e a utensílios de trabalho, qualificação e requalificação profissional, fomento de negócios e incremento às iniciativas de base tecnológica.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1302	2 P	Implantação Parque Tecnológico	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	717.000,00

II - Descrição das Ações

Implantação Parque Tecnológico

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	351.000,00	0,00	351.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	73.000,00	73.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	293.000,00	293.000,00
Total:			351.000,00	366.000,00	717.000,00

Página: 87/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	10.10
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	Chapecó Empreendedora	0118

Objetivo do programa:

Estabelecer uma política de apoio ao desenvolvimento de negócios produtivos, com o objetivo de aumentar a geração de emprego e renda municipal, através do suporte aos empreendedores.

Justificativa do programa:

A necessidade de geração de oportunidades, empregos e renda são sem dúvida, a maior das preocupações dos agentes públicos. A administração e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, respeitando as vocações locais, através de parcerias devem dar suporte aos empreendedores que visam a geração de negócios produtivos, como apoio técnico e administrativo, melhoria da infraestrutura interna e externa dos imóveis produtivos, acesso ao crédito e a utensílios de trabalho, qualificação e requalificação profissional, fomento de negócios e incremento às iniciativas de base tecnológica.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1301	2 P	Implantação e Desenvolvimento de Distritos Industriais	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	1.451.000,00

II - Descrição das Ações

Implantação e Desenvolvimento de Distritos Industriais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	234.000,00	0,00	234.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	365.000,00	365.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	852.000,00	852.000,00
Total:			234.000,00	1.217.000,00	1.451.000,00

Página: 88/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	10.10
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Promoção Comercial	691
Programa:	Chapecó Empreendedora	0118

Objetivo do programa:

Estabelecer uma política de apoio ao desenvolvimento de negócios produtivos, com o objetivo de aumentar a geração de emprego e renda municipal, através do suporte aos empreendedores.

Justificativa do programa:

A necessidade de geração de oportunidades, empregos e renda são sem dúvida, a maior das preocupações dos agentes públicos. A administração e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, respeitando as vocações locais, através de parcerias devem dar suporte aos empreendedores que visam a geração de negócios produtivos, como apoio técnico e administrativo, melhoria da infraestrutura interna e externa dos imóveis produtivos, acesso ao crédito e a utensílios de trabalho, qualificação e requalificação profissional, fomento de negócios e incremento às iniciativas de base tecnológica.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2301	2	A	Manut. Atividades Secret.Desenvolv.Economico	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	2.393.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades Secret.Desenvolv.Economico

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.308.000,00	0,00	1.308.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	118.000,00	0,00	118.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	898.000,00	0,00	898.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	69.000,00	0,00	69.000,00
Total:			2.393.000,00	0,00	2.393.000,00

Página: 89/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	10.10
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Promoção Comercial	691
Programa:	Chapecó de braços abertos	0119

Objetivo do programa:

Desenvolver uma política de fortalecimento do setor de turismo e eventos.

Justificativa do programa:

A manutenção de ferramentas públicas destinadas ao turismo de eventos, de negócios, dos recursos naturais, artísticos e culturais, são essenciais para o desenvolvimento do setor. O poder público em parceria com a sociedade tem o dever de planejar, promover, fomentar e organizar ações que comprometam a nossa população na preservação dos recursos naturais existentes, consensuando sobre os benefícios que o turismo pode proporcionar, ampliando as oportunidades de trabalho, geração de renda e divisas e desenvolvimento sustentável.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2303	2 A	Manut. Realização Feiras	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	152.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Realização Feiras

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	90.000,00	0,00	90.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	31.000,00	31.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	31.000,00	31.000,00
Total:			90.000,00	62.000,00	152.000,00

Página: 90/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	10.10
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Promoção Comercial	691
Programa:	Chapecó de braços abertos	0119

Objetivo do programa:

Desenvolver uma política de fortalecimento do setor de turismo e eventos.

Justificativa do programa:

A manutenção de ferramentas públicas destinadas ao turismo de eventos, de negócios, dos recursos naturais, artísticos e culturais, são essenciais para o desenvolvimento do setor. O poder público em parceria com a sociedade tem o dever de planejar, promover, fomentar e organizar ações que comprometam a nossa população na preservação dos recursos naturais existentes, consensuando sobre os benefícios que o turismo pode proporcionar, ampliando as oportunidades de trabalho, geração de renda e divisas e desenvolvimento sustentável.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2302	2 A	Manut. Realização EFAPI 2014/17	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	6.250.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Realização EFAPI 2014/17

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	3.500.000,00	0,00	3.500.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	1.100.000,00	1.100.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	1.650.000,00	1.650.000,00
Total:			3.500.000,00	2.750.000,00	6.250.000,00

Página: 91/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	10.10
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	Chapécó de braços abertos	0119

Objetivo do programa:

Desenvolver uma política de fortalecimento do setor de turismo e eventos.

Justificativa do programa:

A manutenção de ferramentas públicas destinadas ao turismo de eventos, de negócios, dos recursos naturais, artísticos e culturais, são essenciais para o desenvolvimento do setor. O poder público em parceria com a sociedade tem o dever de planejar, promover, fomentar e organizar ações que comprometam a nossa população na preservação dos recursos naturais existentes, consensuando sobre os benefícios que o turismo pode proporcionar, ampliando as oportunidades de trabalho, geração de renda e divisas e desenvolvimento sustentável.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2304	2 A	Manut. Atividades de Promoção do Turismo	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	123.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades de Promoção do Turismo

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	61.000,00	0,00	61.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	31.000,00	31.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	31.000,00	31.000,00
Total:			61.000,00	62.000,00	123.000,00

Página: 92/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE HABITAÇÃO	11.00
Unidade:	Secretaria de Habitação	11.11
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	Produção de Unidades Habitacionais e Regularização Fundiária	0128

Objetivo do programa:

Promover a otimização da produção habitacional, proporcionando o acesso à moradia saudável e segura e à regularização fundiária às famílias de baixa renda, nas áreas urbana e rural.

Justificativa do programa:

Promover atendimento na área habitacional e de regularização fundiária, às famílias de baixa renda, da área urbana e rural, desenvolvendo ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais, especialmente com a Assistência Social, Desenvolvimento Urbano, Mobilidade Urbana, Saneamento e Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, objetivando a melhoria substantiva da qualidade de vida da população chapecoense.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2342	2 A	Manut. Ativ Fundo Mun Regularização Fundiária	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	355.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Ativ Fundo Mun Regularização Fundiária

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	179.000,00	0,00	179.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	176.000,00	0,00	176.000,00
Total:			355.000,00	0,00	355.000,00

Página: 93/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE HABITAÇÃO	11.00
Unidade:	Secretaria de Habitação	11.11
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	Produção de Unidades Habitacionais e Regularização Fundiária	0128

Objetivo do programa:

Promover a otimização da produção habitacional, proporcionando o acesso à moradia saudável e segura e à regularização fundiária às famílias de baixa renda, nas áreas urbana e rural.

Justificativa do programa:

Promover atendimento na área habitacional e de regularização fundiária, às famílias de baixa renda, da área urbana e rural, desenvolvendo ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais, especialmente com a Assistência Social, Desenvolvimento Urbano, Mobilidade Urbana, Saneamento e Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, objetivando a melhoria substantiva da qualidade de vida da população chapecoense.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2341	2 A	Manut. Ativ Fundo Mun habitação e Interesse Social	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	179.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Ativ Fundo Mun habitação e Interesse Social

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	179.000,00	0,00	179.000,00
Total:			179.000,00	0,00	179.000,00

Página: 94/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE HABITAÇÃO	11.00
Unidade:	Secretaria de Habitação	11.11
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	Produção de Unidades Habitacionais e Regularização Fundiária	0128

Objetivo do programa:

Promover a otimização da produção habitacional, proporcionando o acesso à moradia saudável e segura e à regularização fundiária às famílias de baixa renda, nas áreas urbana e rural.

Justificativa do programa:

Promover atendimento na área habitacional e de regularização fundiária, às famílias de baixa renda, da área urbana e rural, desenvolvendo ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais, especialmente com a Assistência Social, Desenvolvimento Urbano, Mobilidade Urbana, Saneamento e Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, objetivando a melhoria substantiva da qualidade de vida da população chapecoense.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2333	2 A	Manut. Depto de Regularização Fundiária	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	255.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Regularização Fundiária

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	194.000,00	0,00	194.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper: Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	18.000,00	0,00	18.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	43.000,00	0,00	43.000,00
Total:			255.000,00	0,00	255.000,00

Página: 95/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE HABITAÇÃO	11.00
Unidade:	Secretaria de Habitação	11.11
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	Produção de Unidades Habitacionais e Regularização Fundiária	0128

Objetivo do programa:

Promover a otimização da produção habitacional, proporcionando o acesso à moradia saudável e segura e à regularização fundiária às famílias de baixa renda, nas áreas urbana e rural.

Justificativa do programa:

Promover atendimento na área habitacional e de regularização fundiária, às famílias de baixa renda, da área urbana e rural, desenvolvendo ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais, especialmente com a Assistência Social, Desenvolvimento Urbano, Mobilidade Urbana, Saneamento e Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, objetivando a melhoria substantiva da qualidade de vida da população chapecoense.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2332	2 A	Manut. Depto de Habitação	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	920.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Habitação

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	731.000,00	0,00	731.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper: Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	146.000,00	0,00	146.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	43.000,00	0,00	43.000,00
Total:			920.000,00	0,00	920.000,00

Página: 96/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE HABITAÇÃO	11.00
Unidade:	Secretaria de Habitação	11.11
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	Produção de Unidades Habitacionais e Regularização Fundiária	0128

Objetivo do programa:

Promover a otimização da produção habitacional, proporcionando o acesso à moradia saudável e segura e à regularização fundiária às famílias de baixa renda, nas áreas urbana e rural.

Justificativa do programa:

Promover atendimento na área habitacional e de regularização fundiária, às famílias de baixa renda, da área urbana e rural, desenvolvendo ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais, especialmente com a Assistência Social, Desenvolvimento Urbano, Mobilidade Urbana, Saneamento e Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, objetivando a melhoria substantiva da qualidade de vida da população chapecoense.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2331	2 A	Manut. Atividades Secretaria de Habitação	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.061.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades Secretaria de Habitação

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	475.000,00	0,00	475.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	441.000,00	0,00	441.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	140.000,00	0,00	140.000,00
Total:			1.061.000,00	0,00	1.061.000,00

Página: 97/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE HABITAÇÃO	11.00
Unidade:	Secretaria de Habitação	11.11
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	Produção de Unidades Habitacionais e Regularização Fundiária	0128

Objetivo do programa:

Promover a otimização da produção habitacional, proporcionando o acesso à moradia saudável e segura e à regularização fundiária às famílias de baixa renda, nas áreas urbana e rural.

Justificativa do programa:

Promover atendimento na área habitacional e de regularização fundiária, às famílias de baixa renda, da área urbana e rural, desenvolvendo ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais, especialmente com a Assistência Social, Desenvolvimento Urbano, Mobilidade Urbana, Saneamento e Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, objetivando a melhoria substantiva da qualidade de vida da população chapecoense.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1334	2 P	Implantação Programa Promoradia	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	3.882.000,00

II - Descrição das Ações

Implantação Programa Promoradia

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	234.000,00	0,00	234.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	3.283.000,00	3.283.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	365.000,00	365.000,00
Total:			234.000,00	3.648.000,00	3.882.000,00

Página: 98/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE HABITAÇÃO	11.00
Unidade:	Secretaria de Habitação	11.11
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	Produção de Unidades Habitacionais e Regularização Fundiária	0128

Objetivo do programa:

Promover a otimização da produção habitacional, proporcionando o acesso à moradia saudável e segura e à regularização fundiária às famílias de baixa renda, nas áreas urbana e rural.

Justificativa do programa:

Promover atendimento na área habitacional e de regularização fundiária, às famílias de baixa renda, da área urbana e rural, desenvolvendo ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais, especialmente com a Assistência Social, Desenvolvimento Urbano, Mobilidade Urbana, Saneamento e Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, objetivando a melhoria substantiva da qualidade de vida da população chapecoense.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1333	2 P	Implantação Infra Estrutura em Loteamentos Populares	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	902.000,00

II - Descrição das Ações

Implantação Infra Estrutura em Loteamentos Populares

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	234.000,00	0,00	234.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	601.000,00	601.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	67.000,00	67.000,00
Total:			234.000,00	668.000,00	902.000,00

Página: 99/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE HABITAÇÃO	11.00
Unidade:	Secretaria de Habitação	11.11
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	Produção de Unidades Habitacionais e Regularização Fundiária	0128

Objetivo do programa:

Promover a otimização da produção habitacional, proporcionando o acesso à moradia saudável e segura e à regularização fundiária às famílias de baixa renda, nas áreas urbana e rural.

Justificativa do programa:

Promover atendimento na área habitacional e de regularização fundiária, às famílias de baixa renda, da área urbana e rural, desenvolvendo ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais, especialmente com a Assistência Social, Desenvolvimento Urbano, Mobilidade Urbana, Saneamento e Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, objetivando a melhoria substantiva da qualidade de vida da população chapecoense.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
1332	2 P	Aquisição de Areas para Produção de Unid Habitacionais	Manutenção das Atividades (Ano)		4,000	1.160.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de Areas para Produção de Unid Habitacionais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	551.000,00	0,00	551.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	548.000,00	548.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	61.000,00	61.000,00
Total:			551.000,00	609.000,00	1.160.000,00

Página: 100/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE HABITAÇÃO	11.00
Unidade:	Secretaria de Habitação	11.11
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	Produção de Unidades Habitacionais e Regularização Fundiária	0128

Objetivo do programa:

Promover a otimização da produção habitacional, proporcionando o acesso à moradia saudável e segura e à regularização fundiária às famílias de baixa renda, nas áreas urbana e rural.

Justificativa do programa:

Promover atendimento na área habitacional e de regularização fundiária, às famílias de baixa renda, da área urbana e rural, desenvolvendo ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais, especialmente com a Assistência Social, Desenvolvimento Urbano, Mobilidade Urbana, Saneamento e Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, objetivando a melhoria substantiva da qualidade de vida da população chapecoense.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1331	2 P	Construção de Habitações e Conjuntos Habitacionais	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	2.666.000,00

II - Descrição das Ações

Construção de Habitações e Conjuntos Habitacionais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	234.000,00	0,00	234.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	2.189.000,00	2.189.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	243.000,00	243.000,00
Total:			234.000,00	2.432.000,00	2.666.000,00

Página: 101/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	12.12
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Modernização da Estrutura Administrativa	0104

Objetivo do programa:

Promover novos espaços administrativos e a ampliação e melhorias nas instalações existentes, customizando as atividades desenvolvidas, para dar melhor qualidade e mobilidade no atendimento a população.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1404	2	P	Construção e Modernização da Estrutura Administrativa	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	3.562.000,00

II - Descrição das Ações

Construção e Modernização da Estrutura Administrativa

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	637.000,00	0,00	637.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1010 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	245.000,00	0,00	245.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	245.000,00	0,00	245.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	608.000,00	608.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	609.000,00	609.000,00
4.5.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1830 - Operação de Crédito Interna	0,00	609.000,00	609.000,00
4.5.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1890 - Alienação de Bens	0,00	609.000,00	609.000,00
Total:			1.127.000,00	2.435.000,00	3.562.000,00

Página: 102/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	12.12
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapecoó do Futuro	0122

Objetivo do programa:

Planejar e construir a Chapecoó do Futuro do ponto de vista do ambiente espacial e do ambiente natural, permitindo alcançar uma posição de competitividade e melhoria da qualidade de vida, a curto, médio e longo prazo.

Justificativa do programa:

A elaboração de projetos com planejamento espacial e ambiental que visem o desenvolvimento do município de forma ordenada em todo o seu território é fundamental, pois asseguram o crescimento sustentável disseminando novos empreendimentos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2404	2 A	Manut. Depto de Analise e Aprovação de Projetos	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	172.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Analise e Aprovação de Projetos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	114.000,00	0,00	114.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	53.000,00	0,00	53.000,00
Total:			172.000,00	0,00	172.000,00

Página: 103/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	12.12
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapecó do Futuro	0122

Objetivo do programa:

Planejar e construir a Chapecó do Futuro do ponto de vista do ambiente espacial e do ambiente natural, permitindo alcançar uma posição de competitividade e melhoria da qualidade de vida, a curto, médio e longo prazo.

Justificativa do programa:

A elaboração de projetos com planejamento espacial e ambiental que visem o desenvolvimento do município de forma ordenada em todo o seu território é fundamental, pois asseguram o crescimento sustentável disseminando novos empreendimentos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2403	2 A	Manut. Depto de Elaboração de Projetos e Obras Públicas	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	3.880.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Elaboração de Projetos e Obras Públicas

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	3.275.000,00	0,00	3.275.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	493.000,00	0,00	493.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	112.000,00	0,00	112.000,00
Total:			3.880.000,00	0,00	3.880.000,00

Página: 104/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	12.12
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapeco Integrada - Requalificação dos Espaços Públicos	0123

Objetivo do programa:

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas voltadas à utilização racional e eficiente dos espaços públicos.

Justificativa do programa:

A utilização dos espaços públicos destinados a atividades de lazer, esportes, cultura e desenvolvimento local deve ser realizada de forma eficiente e racional, possibilitando a melhoria da qualidade de vida e acesso desta política pública por toda a população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2402	2 A	Manut. Depto de Fiscalização de Obras	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	758.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Fiscalização de Obras

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	552.000,00	0,00	552.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	76.000,00	0,00	76.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	130.000,00	0,00	130.000,00
Total:			758.000,00	0,00	758.000,00

Página: 105/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	12.12
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapecó Integrada - Requalificação dos Espaços Públicos	0123

Objetivo do programa:

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas voltadas à utilização racional e eficiente dos espaços públicos.

Justificativa do programa:

A utilização dos espaços públicos destinados a atividades de lazer, esportes, cultura e desenvolvimento local deve ser realizada de forma eficiente e racional, possibilitando a melhoria da qualidade de vida e acesso desta política pública por toda a população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1405	2 P		Revitalização de Avenidas Centrais	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	602.000,00

II - Descrição das Ações

Revitalização de Avenidas Centrais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	234.000,00	0,00	234.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	12.000,00	12.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	233.000,00	233.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1830 - Operação de Crédito Interna	0,00	123.000,00	123.000,00
Total:			234.000,00	368.000,00	602.000,00

Página: 106/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	12.12
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapeco Acessível -Mobilidade Urbana	0124

Objetivo do programa:

Melhorar o acesso e mobilidade da população e otimizar o sistema viário, nas áreas de trânsito e transporte coletivo e alternativo.

Justificativa do programa:

O elevado número de veículos e de pedestres, e a necessidade de adequações de mobilidade e acessibilidade, exigem ações racionais e coletivas que garantam o acesso, a segurança e tranquilidade da população em geral

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2405	2 A	Manut. Depto de Mobilidade Urbana	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	581.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Mobilidade Urbana

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	198.000,00	0,00	198.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	378.000,00	0,00	378.000,00
Total:			581.000,00	0,00	581.000,00

Página: 107/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	12.12
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapecó Acessível -Mobilidade Urbana	0124

Objetivo do programa:

Melhorar o acesso e mobilidade da população e otimizar o sistema viário, nas áreas de trânsito e transporte coletivo e alternativo.

Justificativa do programa:

O elevado número de veículos e de pedestres, e a necessidade de adequações de mobilidade e acessibilidade, exigem ações racionais e coletivas que garantam o acesso, a segurança e tranquilidade da população em geral

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2401	2 A		Manut. Atividades Secret. De Planejamento	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	2.284.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades Secret. De Planejamento

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.618.000,00	0,00	1.618.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	130.000,00	0,00	130.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	360.000,00	0,00	360.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	176.000,00	0,00	176.000,00
Total:			2.284.000,00	0,00	2.284.000,00

Página: 108/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	12.12
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapecó Acessível -Mobilidade Urbana	0124

Objetivo do programa:

Melhorar o acesso e mobilidade da população e otimizar o sistema viário, nas áreas de trânsito e transporte coletivo e alternativo.

Justificativa do programa:

O elevado número de veículos e de pedestres, e a necessidade de adequações de mobilidade e acessibilidade, exigem ações racionais e coletivas que garantam o acesso, a segurança e tranquilidade da população em geral

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1406	2 P	Requalificação de Espaços Públicos - Mobilidade Urbana	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.568.000,00

II - Descrição das Ações

Requalificação de Espaços Públicos - Mobilidade Urbana

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	351.000,00	0,00	351.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	61.000,00	61.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	1.156.000,00	1.156.000,00
Total:			351.000,00	1.217.000,00	1.568.000,00

Página: 109/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	12.12
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapeco Nossa Cidade	0127

Objetivo do programa:

Promover ações integradas nos bairros e interior do município através da melhoria da infraestrutura.

Justificativa do programa:

O desenvolvimento de ações de infraestrutura urbana e rural de forma contínua garante o desenvolvimento local, o acesso da população a serviços públicos de qualidade e melhoria da qualidade de vida.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1407	2	P	Expansão e Readequação de Vias Públicas	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	4.409.000,00

II - Descrição das Ações

Expansão e Readequação de Vias Públicas

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	2.095.000,00	0,00	2.095.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	61.000,00	61.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	1.156.000,00	1.156.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1830 - Operação de Crédito Interna	0,00	852.000,00	852.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1890 - Alienação de Bens	0,00	245.000,00	245.000,00
Total:			2.095.000,00	2.314.000,00	4.409.000,00

Página: 110/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	12.12
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapeco Nossa Cidade	0127

Objetivo do programa:

Promover ações integradas nos bairros e interior do município através da melhoria da infraestrutura.

Justificativa do programa:

O desenvolvimento de ações de infraestrutura urbana e rural de forma contínua garante o desenvolvimento local, o acesso da população a serviços públicos de qualidade e melhoria da qualidade de vida.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1403	2	P	Ligação Atílio Fontana SCT480	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	9.144.000,00

II - Descrição das Ações

Ligação Atílio Fontana SCT480

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	634.000,00	0,00	634.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	425.000,00	425.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	8.085.000,00	8.085.000,00
Total:			634.000,00	8.510.000,00	9.144.000,00

Página: 111/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	12.12
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Chapeco Nossa Cidade	0127

Objetivo do programa:

Promover ações integradas nos bairros e interior do município através da melhoria da infraestrutura.

Justificativa do programa:

O desenvolvimento de ações de infraestrutura urbana e rural de forma contínua garante o desenvolvimento local, o acesso da população a serviços públicos de qualidade e melhoria da qualidade de vida.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1402	2 P	Acesso ao Distrito Industrial e Vias Internas	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	843.000,00

II - Descrição das Ações

Acesso ao Distrito Industrial e Vias Internas

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	234.000,00	0,00	234.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	61.000,00	61.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	548.000,00	548.000,00
Total:			234.000,00	609.000,00	843.000,00

Página: 112/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	12.12
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Transportes Coletivos Urbanos	453
Programa:	Chapeco Nossa Cidade	0127

Objetivo do programa:

Promover ações integradas nos bairros e interior do município através da melhoria da infraestrutura.

Justificativa do programa:

O desenvolvimento de ações de infraestrutura urbana e rural de forma contínua garante o desenvolvimento local, o acesso da população a serviços públicos de qualidade e melhoria da qualidade de vida.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1401	2	P	Pavimentação Corredores Transporte Coletivo	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	960.000,00

II - Descrição das Ações

Pavimentação Corredores Transporte Coletivo

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	351.000,00	0,00	351.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	61.000,00	61.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	548.000,00	548.000,00
Total:			351.000,00	609.000,00	960.000,00

Página: 113/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	12.00
Unidade:	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	12.12
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	Chapecó Limpa e Urbanizada - Qualidade de Vida e Bem estar social	0126

Objetivo do programa:

Fortalecer a gestão municipal urbana, através de ações e oferta de serviços públicos adequados e de qualidade.

Justificativa do programa:

Os serviços urbanos garantem a qualidade de vida, além de melhorar a auto-estima de nosso povo. Desta forma a promoção de serviços públicos com qualidade e eficiência devem ser disponibilizados de forma permanente à população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2406	2 A		Manut. Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial	Servico (Ano)	2.000	3.577.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	287.000,00	0,00	287.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	296.000,00	296.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	1.528.000,00	1.528.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	188.000,00	0,00	188.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	256.000,00	256.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	1.022.000,00	1.022.000,00
Total:			475.000,00	3.102.000,00	3.577.000,00

Página: 114/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.00
Unidade:	Encargos Gerais do Município	13.13
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	843
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
972	2	O	Amortização de Dívida	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	7.718.000,00

II - Descrição das Ações

Amortização de Dívida

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.290.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.103.000,00	0,00	1.103.000,00
4.690.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	6.615.000,00	0,00	6.615.000,00
Total:			7.718.000,00	0,00	7.718.000,00

Página: 115/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.00
Unidade:	Encargos Gerais do Município	13.13
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:
Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:
Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
975	2	O	Precatórios	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	6.222.000,00

II - Descrição das Ações
Precatórios

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	6.222.000,00	0,00	6.222.000,00
Total:			6.222.000,00	0,00	6.222.000,00

Página: 116/198

Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13.00
Unidade:	Encargos Gerais do Município	13.13
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
971	2	O	Encargos Especiais	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	20.510.000,00

II - Descrição das Ações

Encargos Especiais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	862.000,00	0,00	862.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.432.000,00	0,00	1.432.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	18.216.000,00	0,00	18.216.000,00
Total:			20.510.000,00	0,00	20.510.000,00

Página: 117/198

Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:
Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:
Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2609	2 A	Manut. Conselho Municipal de Saúde	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	28.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Conselho Municipal de Saúde

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	28.000,00	0,00	28.000,00
Total:			28.000,00	0,00	28.000,00

Página: 118/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE			14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde			14.01
Função:	Saúde			10
Subfunção:	Atenção Básica			301
Programa:	Apoio Administrativo			0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2604	2 A		Manut. Depto Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.059.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	824.000,00	0,00	824.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	120.000,00	0,00	120.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	115.000,00	0,00	115.000,00
Total:			1.059.000,00	0,00	1.059.000,00

Página: 119/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Modernização da Estrutura Administrativa	0104

Objetivo do programa:

Promover novos espaços administrativos e a ampliação e melhorias nas instalações existentes, customizando as atividades desenvolvidas, para dar melhor qualidade e mobilidade no atendimento a população.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1604	2 P	Construção Sede Fundo Mun. Saúde	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	511.000,00

II - Descrição das Ações

Construção Sede Fundo Mun. Saúde

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	266.000,00	0,00	266.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1330 - Transferência de Convênios - União	0,00	245.000,00	245.000,00
Total:			266.000,00	245.000,00	511.000,00

Página: 120/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Atenção Básica em Saúde	0111

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica tendo a Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, promovendo a articulação intersetorial e com os demais níveis de complexidade da atenção à saúde

Justificativa do programa:

A atenção básica é um conjunto de ações de saúde no âmbito individual e coletivo. O fortalecimento da atenção básica é o eixo fundamental para a reorientação do modelo assistencial do SUS, que se constitui em três linhas básicas: as ligadas a valores (acolhimento, responsabilização); a produção de ações e serviços, tanto de promoção e prevenção como de tratamento e acompanhamento e o ordenamento do sistema (porta de entrada).

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2626	2 A		Manut. Do PROESF	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	104.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Do PROESF

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção	0,00	52.000,00	52.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção	0,00	52.000,00	52.000,00
Total:			0,00	104.000,00	104.000,00

Página: 121/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Atenção Básica em Saúde	0111

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica tendo a Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, promovendo a articulação intersetorial e com os demais níveis de complexidade da atenção à saúde

Justificativa do programa:

A atenção básica é um conjunto de ações de saúde no âmbito individual e coletivo. O fortalecimento da atenção básica é o eixo fundamental para a reorientação do modelo assistencial do SUS, que se constitui em três linhas básicas: as ligadas a valores (acolhimento, responsabilização); a produção de ações e serviços, tanto de promoção e prevenção como de tratamento e acompanhamento e o ordenamento do sistema (porta de entrada).

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2625	2 A		Manut. - B1 - AB - PAB Var - Saúde Bucal	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.111.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. - B1 - AB - PAB Var - Saúde Bucal

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção	0,00	1.111.000,00	1.111.000,00
Total:			0,00	1.111.000,00	1.111.000,00

Página: 122/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Atenção Básica em Saúde	0111

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica tendo a Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, promovendo a articulação intersetorial e com os demais níveis de complexidade da atenção à saúde

Justificativa do programa:

A atenção básica é um conjunto de ações de saúde no âmbito individual e coletivo. O fortalecimento da atenção básica é o eixo fundamental para a reorientação do modelo assistencial do SUS, que se constitui em três linhas básicas: as ligadas a valores (acolhimento, responsabilização); a produção de ações e serviços, tanto de promoção e prevenção como de tratamento e acompanhamento e o ordenamento do sistema (porta de entrada).

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2624	2 A		Manut. - B1 - AB - PAB Var - Fator Inc At Bas Pov Indig	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	31.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. - B1 - AB - PAB Var - Fator Inc At Bas Pov Indig

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção à	0,00	31.000,00	31.000,00
Total:			0,00	31.000,00	31.000,00

Página: 123/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Atenção Básica em Saúde	0111

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica tendo a Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, promovendo a articulação intersetorial e com os demais níveis de complexidade da atenção à saúde

Justificativa do programa:

A atenção básica é um conjunto de ações de saúde no âmbito individual e coletivo. O fortalecimento da atenção básica é o eixo fundamental para a reorientação do modelo assistencial do SUS, que se constitui em três linhas básicas: as ligadas a valores (acolhimento, responsabilização); a produção de ações e serviços, tanto de promoção e prevenção como de tratamento e acompanhamento e o ordenamento do sistema (porta de entrada).

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2623	2 A		Manut. - B1 - AB - PAB Var - Agentes Comunitário Saúde	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	6.008.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. - B1 - AB - PAB Var - Agentes Comunitário Saúde

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção f	0,00	5.989.000,00	5.989.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção f	0,00	19.000,00	19.000,00
Total:			0,00	6.008.000,00	6.008.000,00

Página: 124/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Atenção Básica em Saúde	0111

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica tendo a Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, promovendo a articulação intersetorial e com os demais níveis de complexidade da atenção à saúde

Justificativa do programa:

A atenção básica é um conjunto de ações de saúde no âmbito individual e coletivo. O fortalecimento da atenção básica é o eixo fundamental para a reorientação do modelo assistencial do SUS, que se constitui em três linhas básicas: as ligadas a valores (acolhimento, responsabilização); a produção de ações e serviços, tanto de promoção e prevenção como de tratamento e acompanhamento e o ordenamento do sistema (porta de entrada).

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2622	2 A		Manut. - B1 - AB - PAB Var - Saúde Família	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	5.509.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. - B1 - AB - PAB Var - Saúde Família

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção E	0,00	1.772.000,00	1.772.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção E	0,00	243.000,00	243.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção E	0,00	2.740.000,00	2.740.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1671 - Transf. do SUS Estado - Atenção E	0,00	754.000,00	754.000,00
Total:			0,00	5.509.000,00	5.509.000,00

Página: 125/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Atenção Básica em Saúde	0111

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica tendo a Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, promovendo a articulação intersetorial e com os demais níveis de complexidade da atenção à saúde

Justificativa do programa:

A atenção básica é um conjunto de ações de saúde no âmbito individual e coletivo. O fortalecimento da atenção básica é o eixo fundamental para a reorientação do modelo assistencial do SUS, que se constitui em três linhas básicas: as ligadas a valores (acolhimento, responsabilização); a produção de ações e serviços, tanto de promoção e prevenção como de tratamento e acompanhamento e o ordenamento do sistema (porta de entrada).

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2621	2 A		Manut. - B1 - Atenção Básica - (PAB , NASF, PMAQ, COFIN)	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	13.085.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. - B1 - Atenção Básica - (PAB , NASF, PMAQ, COFIN)

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção E	0,00	1.586.000,00	1.586.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção E	0,00	9.348.000,00	9.348.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1671 - Transf. do SUS Estado - Atenção E	0,00	1.295.000,00	1.295.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1380 - Transferências do Sist Unico de Sa	0,00	69.000,00	69.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1381 - Transferências do SUS - Atenção E	0,00	712.000,00	712.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1386 - Transferências do SUS - Medicam	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1387 - Transferências do SUS - Gestão	0,00	70.000,00	70.000,00
Total:			0,00	13.085.000,00	13.085.000,00

Página: 126/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Atenção Básica em Saúde	0111

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica tendo a Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, promovendo a articulação intersetorial e com os demais níveis de complexidade da atenção à saúde

Justificativa do programa:

A atenção básica é um conjunto de ações de saúde no âmbito individual e coletivo. O fortalecimento da atenção básica é o eixo fundamental para a reorientação do modelo assistencial do SUS, que se constitui em três linhas básicas: as ligadas a valores (acolhimento, responsabilização); a produção de ações e serviços, tanto de promoção e prevenção como de tratamento e acompanhamento e o ordenamento do sistema (porta de entrada).

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2605	2 A		Manut. Atenção Básica em Saúde	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	69.938.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atenção Básica em Saúde

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	7.269.440,00	0,00	7.269.440,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	53.621.560,00	0,00	53.621.560,00
3.1.91.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	7.729.000,00	0,00	7.729.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	1.318.000,00	0,00	1.318.000,00
Total:			69.938.000,00	0,00	69.938.000,00

Página: 127/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Atenção Básica em Saúde	0111

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica tendo a Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, promovendo a articulação intersetorial e com os demais níveis de complexidade da atenção à saúde

Justificativa do programa:

A atenção básica é um conjunto de ações de saúde no âmbito individual e coletivo. O fortalecimento da atenção básica é o eixo fundamental para a reorientação do modelo assistencial do SUS, que se constitui em três linhas básicas: as ligadas a valores (acolhimento, responsabilização); a produção de ações e serviços, tanto de promoção e prevenção como de tratamento e acompanhamento e o ordenamento do sistema (porta de entrada).

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2603	2 A		Manut. Diretoria de Atenção a Saúde	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	198.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Diretoria de Atenção a Saúde

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	165.000,00	0,00	165.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	28.000,00	0,00	28.000,00
Total:			198.000,00	0,00	198.000,00

Página: 128/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Atenção Básica em Saúde	0111

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica tendo a Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, promovendo a articulação intersetorial e com os demais níveis de complexidade da atenção à saúde

Justificativa do programa:

A atenção básica é um conjunto de ações de saúde no âmbito individual e coletivo. O fortalecimento da atenção básica é o eixo fundamental para a reorientação do modelo assistencial do SUS, que se constitui em três linhas básicas: as ligadas a valores (acolhimento, responsabilização); a produção de ações e serviços, tanto de promoção e prevenção como de tratamento e acompanhamento e o ordenamento do sistema (porta de entrada).

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1603	2 P		Aquisição de Material de Uso Permanente - FMS	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	777.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de Material de Uso Permanente - FMS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	397.000,00	0,00	397.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1330 - Transferência de Convênios - Unia	0,00	380.000,00	380.000,00
Total:			397.000,00	380.000,00	777.000,00

Página: 129/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Atenção Básica em Saúde	0111

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica tendo a Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, promovendo a articulação intersetorial e com os demais níveis de complexidade da atenção à saúde

Justificativa do programa:

A atenção básica é um conjunto de ações de saúde no âmbito individual e coletivo. O fortalecimento da atenção básica é o eixo fundamental para a reorientação do modelo assistencial do SUS, que se constitui em três linhas básicas: as ligadas a valores (acolhimento, responsabilização); a produção de ações e serviços, tanto de promoção e prevenção como de tratamento e acompanhamento e o ordenamento do sistema (porta de entrada).

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1602	2 P		Construção Unidades de Pronto Atendimento	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.305.000,00

II - Descrição das Ações

Construção Unidades de Pronto Atendimento

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	331.000,00	0,00	331.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1330 - Transferência de Convênios - Unia	0,00	821.000,00	821.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1630 - Transferências de Convênios - Est	0,00	153.000,00	153.000,00
Total:			331.000,00	974.000,00	1.305.000,00

Página: 130/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Atenção Básica em Saúde	0111

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica tendo a Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, promovendo a articulação intersetorial e com os demais níveis de complexidade da atenção à saúde

Justificativa do programa:

A atenção básica é um conjunto de ações de saúde no âmbito individual e coletivo. O fortalecimento da atenção básica é o eixo fundamental para a reorientação do modelo assistencial do SUS, que se constitui em três linhas básicas: as ligadas a valores (acolhimento, responsabilização); a produção de ações e serviços, tanto de promoção e prevenção como de tratamento e acompanhamento e o ordenamento do sistema (porta de entrada).

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1601	2 P		Construção e Ampliação de Unid. De Saúde	Manutenção das Atividades (Ano)	1.000	697.000,00

II - Descrição das Ações

Construção e Ampliação de Unid. De Saúde

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	331.000,00	0,00	331.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1330 - Transferência de Convênios - Unia	0,00	214.000,00	214.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1630 - Transferências de Convênios - Est	0,00	152.000,00	152.000,00
Total:			331.000,00	366.000,00	697.000,00

Página: 131/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Assistência Farmacêutica e Laboratorial	0114

Objetivo do programa:

Garantir aos usuários do SUS o acesso à medicamentos seguros, eficazes e de qualidade, otimizando todo o processo de disponibilização de insumos farmacêuticos.

Justificativa do programa:

Para promover o uso racional dos medicamentos com eficácia, segurança e qualidade faz-se necessário desenvolver ações no sentido de adequar o ciclo logístico da assistência para promover a redução dos custos dos medicamentos e o acesso da população aos medicamentos básicos, estratégicos e excepcionais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2651	2 A		Manut. - B4 - Assist.Farmacêut Básica	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	2.823.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. - B4 - Assist.Farmacêut Básica

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1384 - Transferências do SUS - Assist. Fa	0,00	1.445.000,00	1.445.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1674 - Transf. do SUS Estado - Assist. Fa	0,00	1.378.000,00	1.378.000,00
Total:			0,00	2.823.000,00	2.823.000,00

Página: 132/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Gestão e investimentos do Sistema Único de Saúde	0115

Objetivo do programa:

Fortalecer a capacidade de gestão pública, garantindo o acesso, resolutividade e qualidade às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, valorizando, otimizando e potencializando o conjunto de recursos disponíveis, atuando de forma integrada e participativa com as demais políticas sociais e organismos de controle social.

Justificativa do programa:

Desenvolver projetos concretos de investimentos, relevantes às necessidades de saúde da população, potencializando a qualidade e cobertura da rede de cuidados, baseado no uso otimizado e planejado de recursos públicos e com a participação da sociedade civil organizada.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2671	2 A	Manut. Das Atividades do CIS-AMOSC	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	4.229.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Das Atividades do CIS-AMOSC

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	13.000,00	0,00	13.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	13.000,00	0,00	13.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC	0,00	4.190.000,00	4.190.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	13.000,00	0,00	13.000,00
Total:			39.000,00	4.190.000,00	4.229.000,00

Página: 133/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Gestão e investimentos do Sistema Único de Saúde	0115

Objetivo do programa:

Fortalecer a capacidade de gestão pública, garantindo o acesso, resolutividade e qualidade às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, valorizando, otimizando e potencializando o conjunto de recursos disponíveis, atuando de forma integrada e participativa com as demais políticas sociais e organismos de controle social.

Justificativa do programa:

Desenvolver projetos concretos de investimentos, relevantes às necessidades de saúde da população, potencializando a qualidade e cobertura da rede de cuidados, baseado no uso otimizado e planejado de recursos públicos e com a participação da sociedade civil organizada.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2661	2 A	Manut. - B5 - Gestão do SUS	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	5.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. - B5 - Gestão do SUS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1385 - Transferências do SUS - Assist. Fa	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			0,00	5.000,00	5.000,00

Página: 134/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Gestão e investimentos do Sistema Único de Saúde	0115

Objetivo do programa:

Fortalecer a capacidade de gestão pública, garantindo o acesso, resolutividade e qualidade às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, valorizando, otimizando e potencializando o conjunto de recursos disponíveis, atuando de forma integrada e participativa com as demais políticas sociais e organismos de controle social.

Justificativa do programa:

Desenvolver projetos concretos de investimentos, relevantes às necessidades de saúde da população, potencializando a qualidade e cobertura da rede de cuidados, baseado no uso otimizado e planejado de recursos públicos e com a participação da sociedade civil organizada.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2602	2 A	Manut. Diretoria Administrativa e Finanças	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	4.367.722,40

II - Descrição das Ações

Manut. Diretoria Administrativa e Finanças

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	3.684.722,40	0,00	3.684.722,40
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	655.000,00	0,00	655.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	28.000,00	0,00	28.000,00
Total:			4.367.722,40	0,00	4.367.722,40

Página: 135/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Gestão e investimentos do Sistema Único de Saúde	0115

Objetivo do programa:

Fortalecer a capacidade de gestão pública, garantindo o acesso, resolutividade e qualidade às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, valorizando, otimizando e potencializando o conjunto de recursos disponíveis, atuando de forma integrada e participativa com as demais políticas sociais e organismos de controle social.

Justificativa do programa:

Desenvolver projetos concretos de investimentos, relevantes às necessidades de saúde da população, potencializando a qualidade e cobertura da rede de cuidados, baseado no uso otimizado e planejado de recursos públicos e com a participação da sociedade civil organizada.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2601	2 A	Manut. Atividades do Fundo Municipal de Saúde	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	5.693.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades do Fundo Municipal de Saúde

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	2.742.000,00	0,00	2.742.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	52.000,00	0,00	52.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	1.985.000,00	0,00	1.985.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1330 - Transferência de Convênios - União	0,00	914.000,00	914.000,00
Total:			4.779.000,00	914.000,00	5.693.000,00

Página: 136/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Atenção Básica em Saúde	0111

Objetivo do programa:

Efetivar a atenção básica tendo a Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, promovendo a articulação intersetorial e com os demais níveis de complexidade da atenção à saúde

Justificativa do programa:

A atenção básica é um conjunto de ações de saúde no âmbito individual e coletivo. O fortalecimento da atenção básica é o eixo fundamental para a reorientação do modelo assistencial do SUS, que se constitui em três linhas básicas: as ligadas a valores (acolhimento, responsabilização); a produção de ações e serviços, tanto de promoção e prevenção como de tratamento e acompanhamento e o ordenamento do sistema (porta de entrada).

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2606	2 A		Manut. Atenção Especializada em Saúde	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	5.896.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atenção Especializada em Saúde

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	4.764.000,00	0,00	4.764.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	912.000,00	0,00	912.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	220.000,00	0,00	220.000,00
Total:			5.896.000,00	0,00	5.896.000,00

Página: 137/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Atenção Especializada em Saúde	0112

Objetivo do programa:

Reorganizar a atenção especializada para facilitar o acesso, à oferta de tecnologia de maior complexidade, regulando a sua incorporação a partir de critérios de necessidades, eficiência, eficácia, efetividade e qualidade técnico científica, visando garantir o apoio à atenção básica e a integralidade da assistência.

Justificativa do programa:

Para proporcionar a integralidade e equidade do acesso aos serviços ambulatoriais de média complexidade, os serviços de média complexidade têm como referencial os parâmetros definidos pelas portarias ministeriais, bem como o perfil epidemiológico da população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2636	2 A	Manut. - B2 - FAEC - Fundo de Ação Estrat e Compensação	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.186.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. - B2 - FAEC - Fundo de Ação Estrat e Compensação

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC	0,00	501.000,00	501.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1383 - Transferências do SUS - Vigilância	0,00	685.000,00	685.000,00
Total:			0,00	1.186.000,00	1.186.000,00

Página: 138/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Atenção Especializada em Saúde	0112

Objetivo do programa:

Reorganizar a atenção especializada para facilitar o acesso, à oferta de tecnologia de maior complexidade, regulando a sua incorporação a partir de critérios de necessidades, eficiência, eficácia, efetividade e qualidade técnico científica, visando garantir o apoio à atenção básica e a integralidade da assistência.

Justificativa do programa:

Para proporcionar a integralidade e equidade do acesso aos serviços ambulatoriais de média complexidade, os serviços de média complexidade têm como referencial os parâmetros definidos pelas portarias ministeriais, bem como o perfil epidemiológico da população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2635	2 A		Manut. - B2 - Out itens de Med e Alta Compl Ambulat e Hospitalar	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	22.627.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. - B2 - Out itens de Med e Alta Compl Ambulat e Hospitalar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC	0,00	12.569.500,00	12.569.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1672 - Transf. do SUS Estado - MAC	0,00	7.699.500,00	7.699.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC	0,00	2.358.000,00	2.358.000,00
Total:			0,00	22.627.000,00	22.627.000,00

Página: 139/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Atenção Especializada em Saúde	0112

Objetivo do programa:

Reorganizar a atenção especializada para facilitar o acesso, à oferta de tecnologia de maior complexidade, regulando a sua incorporação a partir de critérios de necessidades, eficiência, eficácia, efetividade e qualidade técnico científica, visando garantir o apoio à atenção básica e a integralidade da assistência.

Justificativa do programa:

Para proporcionar a integralidade e equidade do acesso aos serviços ambulatoriais de média complexidade, os serviços de média complexidade têm como referencial os parâmetros definidos pelas portarias ministeriais, bem como o perfil epidemiológico da população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2634	2 A	Manut. - B2 - Teto Financeiro Municipal MAC	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	81.865.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. - B2 - Teto Financeiro Municipal MAC

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC	0,00	72.939.500,00	72.939.500,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1672 - Transf. do SUS Estado - MAC	0,00	7.699.500,00	7.699.500,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC	0,00	1.226.000,00	1.226.000,00
Total:			0,00	81.865.000,00	81.865.000,00

Página: 140/198

Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Atenção Especializada em Saúde	0112

Objetivo do programa:

Reorganizar a atenção especializada para facilitar o acesso, à oferta de tecnologia de maior complexidade, regulando a sua incorporação a partir de critérios de necessidades, eficiência, eficácia, efetividade e qualidade técnico científica, visando garantir o apoio à atenção básica e a integralidade da assistência.

Justificativa do programa:

Para proporcionar a integralidade e equidade do acesso aos serviços ambulatoriais de média complexidade, os serviços de média complexidade têm como referencial os parâmetros definidos pelas portarias ministeriais, bem como o perfil epidemiológico da população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2633	2 A		Manut. - B2 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	535.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. - B2 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1388 - Serviço Atendimento Urgencia Em	0,00	337.000,00	337.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1388 - Serviço Atendimento Urgencia Em	0,00	198.000,00	198.000,00
Total:			0,00	535.000,00	535.000,00

Página: 141/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Atenção Especializada em Saúde	0112

Objetivo do programa:

Reorganizar a atenção especializada para facilitar o acesso, à oferta de tecnologia de maior complexidade, regulando a sua incorporação a partir de critérios de necessidades, eficiência, eficácia, efetividade e qualidade técnico científica, visando garantir o apoio à atenção básica e a integralidade da assistência.

Justificativa do programa:

Para proporcionar a integralidade e equidade do acesso aos serviços ambulatoriais de média complexidade, os serviços de média complexidade têm como referencial os parâmetros definidos pelas portarias ministeriais, bem como o perfil epidemiológico da população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2632	2 A		Manut. - B2 - Centro de Ref em Saúde do Trabalhador - CEREST	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.350.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. - B2 - Centro de Ref em Saúde do Trabalhador - CEREST

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	320.000,00	0,00	320.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	351.000,00	0,00	351.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC	0,00	430.000,00	430.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	117.000,00	0,00	117.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC	0,00	132.000,00	132.000,00
Total:			788.000,00	562.000,00	1.350.000,00

Página: 142/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Atenção Especializada em Saúde	0112

Objetivo do programa:

Reorganizar a atenção especializada para facilitar o acesso, à oferta de tecnologia de maior complexidade, regulando a sua incorporação a partir de critérios de necessidades, eficiência, eficácia, efetividade e qualidade técnico científica, visando garantir o apoio à atenção básica e a integralidade da assistência.

Justificativa do programa:

Para proporcionar a integralidade e equidade do acesso aos serviços ambulatoriais de média complexidade, os serviços de média complexidade têm como referencial os parâmetros definidos pelas portarias ministeriais, bem como o perfil epidemiológico da população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2631	2 A	Manut. - B2 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	358.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. - B2 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1382 - Transferências do SUS - MAC	0,00	301.000,00	301.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1672 - Transf. do SUS Estado - MAC	0,00	57.000,00	57.000,00
Total:			0,00	358.000,00	358.000,00

Página: 143/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Atenção Especializada em Saúde	0112

Objetivo do programa:

Reorganizar a atenção especializada para facilitar o acesso, à oferta de tecnologia de maior complexidade, regulando a sua incorporação a partir de critérios de necessidades, eficiência, eficácia, efetividade e qualidade técnico científica, visando garantir o apoio à atenção básica e a integralidade da assistência.

Justificativa do programa:

Para proporcionar a integralidade e equidade do acesso aos serviços ambulatoriais de média complexidade, os serviços de média complexidade têm como referencial os parâmetros definidos pelas portarias ministeriais, bem como o perfil epidemiológico da população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2610	2 A	Manut. Atividades Hospital Materno Infantil	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.985.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades Hospital Materno Infantil

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	1.985.000,00	0,00	1.985.000,00
Total:			1.985.000,00	0,00	1.985.000,00

Página: 144/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Suporte Profilático e Terapêutico	303
Programa:	Assistência Farmacêutica e Laboratorial	0114

Objetivo do programa:

Garantir aos usuários do SUS o acesso à medicamentos seguros, eficazes e de qualidade, otimizando todo o processo de disponibilização de insumos farmacêuticos.

Justificativa do programa:

Para promover o uso racional dos medicamentos com eficácia, segurança e qualidade faz-se necessário desenvolver ações no sentido de adequar o ciclo logístico da assistência para promover a redução dos custos dos medicamentos e o acesso da população aos medicamentos básicos, estratégicos e excepcionais.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2608	2 A	Manut. Assistência Farmaceutica	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	3.276.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Assistência Farmaceutica

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	2.555.000,00	0,00	2.555.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	483.000,00	0,00	483.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	238.000,00	0,00	238.000,00
Total:			3.276.000,00	0,00	3.276.000,00

Página: 145/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	Vigilância e Promoção de Saúde	0113

Objetivo do programa:

Prevenir e controlar danos, perigos e agravos à saúde coletiva, através do monitoramento dos fatores de riscos oriundos da produção e consumo de bens e serviços do meio ambiente (água, ar, solo e desastres naturais), das zoonoses e da transmissão de doenças que sejam alvo de controle da vigilância à saúde.

Justificativa do programa:

O caráter de promoção e prevenção da vigilância em saúde evidencia a necessidade de ampliar as ações na instância municipal e regional, para reduzir a morbidade por doenças e agravos, sobretudo pela condição de cidade pólo regional, intensa migração, setores produtivos diversificados e referência na área de alimentos e outras características peculiares entre os quais fatores ambientais, sanitários, ocupacionais, epidemiológicos e sócio-econômicos que colaboram para a ocorrência destes.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2641	2 A		Manut. - B3 - Vigilância em Saúde	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	689.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. - B3 - Vigilância em Saúde

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.1383 - Transferências do SUS - Vigilância	0,00	372.000,00	372.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1383 - Transferências do SUS - Vigilância	0,00	317.000,00	317.000,00
Total:			0,00	689.000,00	689.000,00

Página: 148/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	14.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal da Saúde	14.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	Vigilância e Promoção de Saúde	0113

Objetivo do programa:

Prevenir e controlar danos, perigos e agravos à saúde coletiva, através do monitoramento dos fatores de riscos oriundos da produção e consumo de bens e serviços do meio ambiente (água, ar, solo e desastres naturais), das zoonoses e da transmissão de doenças que sejam alvo de controle da vigilância à saúde.

Justificativa do programa:

O caráter de promoção e prevenção da vigilância em saúde evidencia a necessidade de ampliar as ações na instância municipal e regional, para reduzir a morbidade por doenças e agravos, sobretudo pela condição de cidade pólo regional, intensa migração, setores produtivos diversificados e referência na área de alimentos e outras características peculiares entre os quais fatores ambientais, sanitários, ocupacionais, epidemiológicos e sócio-econômicos que colaboram para a ocorrência destes.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2607	2 A		Manut. Vigilância em Saúde	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.979.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Vigilância em Saúde

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	1.610.000,00	0,00	1.610.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	215.000,00	0,00	215.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1020 - Receitas de Imp e Transf. de Imp.	154.000,00	0,00	154.000,00
Total:			1.979.000,00	0,00	1.979.000,00

Página: 147/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	INSTITUTO DO SIST. MUN. DE PREVIDÊNCIA - SIMPREVI	15.00
Unidade:	Instituto do Sist. Mun. de Previdência - SIMPREVI	15.01
Função:	Previdência Social	9
Subfunção:	Previdência do Regime Estatutário	272
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2811	2	A	Reserva Legal RPPS	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	31.047.000,00

II - Descrição das Ações

Reserva Legal RPPS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
7.7.99.99.01.00.00.00	A Classificar	0.1.1030 - Contrib p/Regime Próp. Previd. So	0,00	31.047.000,00	31.047.000,00
Total:			0,00	31.047.000,00	31.047.000,00

Página: 148/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	INSTITUTO DO SIST. MUN. DE PREVIDÊNCIA - SIMPREVI	15.00
Unidade:	Instituto do Sist. Mun. de Previdência - SIMPREVI	15.01
Função:	Previdência Social	9
Subfunção:	Previdência do Regime Estatutário	272
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2804	2 A		Manut. De Benefícios da Previdência a ativos	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	5.316.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. De Benefícios da Previdência a ativos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1030 - Contrib p/Regime Próp. Previd. So	0,00	255.000,00	255.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1030 - Contrib p/Regime Próp. Previd. So	0,00	5.061.000,00	5.061.000,00
Total:			0,00	5.316.000,00	5.316.000,00

Página: 149/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	INSTITUTO DO SIST. MUN. DE PREVIDÊNCIA - SIMPREVI	15.00
Unidade:	Instituto do Sist. Mun. de Previdência - SIMPREVI	15.01
Função:	Previdência Social	9
Subfunção:	Previdência do Regime Estatutário	272
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2803	2 A	Manut. da Previdência Social Inativos e Pensionistas - Legislativo	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	761.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. da Previdência Social Inativos e Pensionistas - Legislativo

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1030 - Contrib p/Regime Próp. Previd. So	0,00	761.000,00	761.000,00
Total:			0,00	761.000,00	761.000,00

Página: 150/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	INSTITUTO DO SIST. MUN. DE PREVIDÊNCIA - SIMPREVI	15.00
Unidade:	Instituto do Sist. Mun. de Previdência - SIMPREVI	15.01
Função:	Previdência Social	9
Subfunção:	Previdência do Regime Estatutário	272
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2802	2 A	Manut. da Previdência Social Inativos e Pensionistas - Executivo	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	33.062.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. da Previdência Social Inativos e Pensionistas - Executivo

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1030 - Contrib p/Regime Próp. Previd. So	0,00	33.062.000,00	33.062.000,00
Total:			0,00	33.062.000,00	33.062.000,00

Página: 151/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	INSTITUTO DO SIST. MUN. DE PREVIDÊNCIA - SIMPREVI	15.00
Unidade:	Instituto do Sist. Mun. de Previdência - SIMPREVI	15.01
Função:	Previdência Social	9
Subfunção:	Previdência do Regime Estatutário	272
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2801	2 A		Manut. Ativ Adm Sist Mun Previd. do Servidor - Simprevi	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.637.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Ativ Adm Sist Mun Previd. do Servidor - Simprevi

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1030 - Contrib p/Regime Próp. Previd. So	0,00	344.000,00	344.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1030 - Contrib p/Regime Próp. Previd. So	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1030 - Contrib p/Regime Próp. Previd. So	0,00	887.000,00	887.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1030 - Contrib p/Regime Próp. Previd. So	0,00	366.000,00	366.000,00
Total:			0,00	1.637.000,00	1.637.000,00

Página: 152/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	16.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal de Assistência Social	16.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência ao Idoso	241
Programa:	Atendimento a Grupos Especiais	0106

Objetivo do programa:

Promover a emancipação e a inclusão social de indivíduos, oportunizando espaços de compartilhamento, observando as relações de gênero e buscando a dignidade e igualdade de direitos.

Justificativa do programa:

Garantir os direitos sociais e o acesso às ações e serviços públicos a grupos especiais, como idosos, crianças, adolescentes, mulheres e pessoas com deficiência, sem a visão fragmentada ou assistencial, buscando resolver o problema da "exclusão" de modo cooperativo e solidário, e estabelecer ações positivas por parte dos governos, ONG, OSCIP e iniciativa privada.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2901	2 A	Manut. Proteção Social Básica	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.567.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Proteção Social Básica

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1350 - Transferência do Sist Único de As	0,00	1.048.000,00	1.048.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1350 - Transferência do Sist Único de As	0,00	441.000,00	441.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1610 - Transferências de Convênios - Est	0,00	78.000,00	78.000,00
Total:			0,00	1.567.000,00	1.567.000,00

Página: 153/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	16.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal de Assistência Social	16.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência ao Portador de Deficiência	242
Programa:	Atendimento a Grupos Especiais	0106

Objetivo do programa:

Promover a emancipação e a inclusão social de indivíduos, oportunizando espaços de compartilhamento, observando as relações de gênero e buscando a dignidade e igualdade de direitos.

Justificativa do programa:

Garantir os direitos sociais e o acesso às ações e serviços públicos a grupos especiais, como idosos, crianças, adolescentes, mulheres e pessoas com deficiência, sem a visão fragmentada ou assistencial, buscando resolver o problema da "exclusão" de modo cooperativo e solidário, e estabelecer ações positivas por parte dos governos, ONG, OSCIP e iniciativa privada.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2904	2 A		Manut. IGD-PBF	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	268.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. IGD-PBF

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1350 - Transferência do Sist Único de As	0,00	185.000,00	185.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1350 - Transferência do Sist Único de As	0,00	83.000,00	83.000,00
Total:			0,00	268.000,00	268.000,00

Página: 154/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	16.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal de Assistência Social	16.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência ao Portador de Deficiência	242
Programa:	Atendimento a Grupos Especiais	0106

Objetivo do programa:

Promover a emancipação e a inclusão social de indivíduos, oportunizando espaços de compartilhamento, observando as relações de gênero e buscando a dignidade e igualdade de direitos.

Justificativa do programa:

Garantir os direitos sociais e o acesso às ações e serviços públicos a grupos especiais, como idosos, crianças, adolescentes, mulheres e pessoas com deficiência, sem a visão fragmentada ou assistencial, buscando resolver o problema da "exclusão" de modo cooperativo e solidário, e estabelecer ações positivas por parte dos governos, ONG, OSCIP e iniciativa privada.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2903	2 A		Manut. Proteção Social Especial - Alta Complexidade	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	811.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Proteção Social Especial - Alta Complexidade

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0.1.1350 - Transferência do Sist Único de As	0,00	276.000,00	276.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0.1.1610 - Transferências de Convênios - Est	0,00	71.000,00	71.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1350 - Transferência do Sist Único de As	0,00	342.000,00	342.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1610 - Transferências de Convênios - Est	0,00	122.000,00	122.000,00
Total:			0,00	811.000,00	811.000,00

Página: 155/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	16.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal de Assistência Social	16.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Atendimento a Grupos Especiais	0106

Objetivo do programa:

Promover a emancipação e a inclusão social de indivíduos, oportunizando espaços de compartilhamento, observando as relações de gênero e buscando a dignidade e igualdade de direitos.

Justificativa do programa:

Garantir os direitos sociais e o acesso às ações e serviços públicos a grupos especiais, como idosos, crianças, adolescentes, mulheres e pessoas com deficiência, sem a visão fragmentada ou assistencial, buscando resolver o problema da "exclusão" de modo cooperativo e solidário, e estabelecer ações positivas por parte dos governos, ONG, OSCIP e iniciativa privada.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2902	2 A		Manut. Proteção Social Especial - Média Complexidade	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	730.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Proteção Social Especial - Média Complexidade

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1350 - Transferência do Sist Único de As	0,00	353.000,00	353.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1350 - Transferência do Sist Único de As	0,00	243.000,00	243.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1610 - Transferências de Convênios - Est	0,00	78.000,00	78.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1350 - Transferência do Sist Único de As	0,00	56.000,00	56.000,00
Total:			0,00	730.000,00	730.000,00

Página: 156/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	16.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal de Assistência Social	16.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Atendimento a Grupos Especiais	0106

Objetivo do programa:

Promover a emancipação e a inclusão social de indivíduos, oportunizando espaços de compartilhamento, observando as relações de gênero e buscando a dignidade e igualdade de direitos.

Justificativa do programa:

Garantir os direitos sociais e o acesso às ações e serviços públicos a grupos especiais, como idosos, crianças, adolescentes, mulheres e pessoas com deficiência, sem a visão fragmentada ou assistencial, buscando resolver o problema da "exclusão" de modo cooperativo e solidário, e estabelecer ações positivas por parte dos governos, ONG, OSCIP e iniciativa privada.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2911	2 A		Manut. Fundo Munic. de Assistência Social	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.939.000,00

II - Descrição das Ações

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.379.000,00	0,00	1.379.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1310 - Transferência de Convênios - União	0,00	166.000,00	166.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1610 - Transferências de Convênios - Est	0,00	95.000,00	95.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	56.000,00	0,00	56.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1310 - Transferência de Convênios - União	0,00	133.000,00	133.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1610 - Transferências de Convênios - Est	0,00	110.000,00	110.000,00
Total:			1.435.000,00	504.000,00	1.939.000,00

Página: 157/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	16.00
Unidade:	PMC - Fundo Municipal de Assistência Social	16.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Atendimento a Grupos Especiais	0106

Objetivo do programa:

Promover a emancipação e a inclusão social de indivíduos, oportunizando espaços de compartilhamento, observando as relações de gênero e buscando a dignidade e igualdade de direitos.

Justificativa do programa:

Garantir os direitos sociais e o acesso às ações e serviços públicos a grupos especiais, como idosos, crianças, adolescentes, mulheres e pessoas com deficiência, sem a visão fragmentada ou assistencial, buscando resolver o problema da "exclusão" de modo cooperativo e solidário, e estabelecer ações positivas por parte dos governos, ONG, OSCIP e iniciativa privada.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2905	2 A		Manut. IGD-SUAS	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	244.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. IGD-SUAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1350 - Transferência do Sist Único de As	0,00	166.000,00	166.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1350 - Transferência do Sist Único de As	0,00	56.000,00	56.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1310 - Transferência de Convênios - Unia	0,00	22.000,00	22.000,00
Total:			0,00	244.000,00	244.000,00

Página: 158/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMC - FUNDO MUN. PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA	18.00
Unidade:	PMC - Fundo Mun. Para Infância e Adolescência - FIA	18.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Atendimento a Grupos Especiais	0106

Objetivo do programa:

Promover a emancipação e a inclusão social de indivíduos, oportunizando espaços de compartilhamento, observando as relações de gênero e buscando a dignidade e igualdade de direitos.

Justificativa do programa:

Garantir os direitos sociais e o acesso às ações e serviços públicos a grupos especiais, como idosos, crianças, adolescentes, mulheres e pessoas com deficiência, sem a visão fragmentada ou assistencial, buscando resolver o problema da "exclusão" de modo cooperativo e solidário, e estabelecer ações positivas por parte dos governos, ONG, OSCIP e iniciativa privada.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2961	2 A	Manut. Ativ. Fundo Munic. Para Infância e Adolescência	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	13.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Ativ. Fundo Munic. Para Infância e Adolescência

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.390.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	13.000,00	0,00	13.000,00
Total:			13.000,00	0,00	13.000,00

Página: 159/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMC - FUNDO MUN. PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA	18.00
Unidade:	PMC - Fundo Mun. Para Infância e Adolescência - FIA	18.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Atendimento a Grupos Especiais	0106

Objetivo do programa:

Promover a emancipação e a inclusão social de indivíduos, oportunizando espaços de compartilhamento, observando as relações de gênero e buscando a dignidade e igualdade de direitos.

Justificativa do programa:

Garantir os direitos sociais e o acesso às ações e serviços públicos a grupos especiais, como idosos, crianças, adolescentes, mulheres e pessoas com deficiência, sem a visão fragmentada ou assistencial, buscando resolver o problema da "exclusão" de modo cooperativo e solidário, e estabelecer ações positivas por parte dos governos, ONG, OSCIP e iniciativa privada.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2951	2 A		Abrigo Domiciliar - Programa Proteção Integral	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	280.000,00

II - Descrição das Ações

Abrigo Domiciliar - Programa Proteção Integral

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0.1.1000 - Recursos Ordinários	117.000,00	0,00	117.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	46.000,00	0,00	46.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - Unia	0,00	19.000,00	19.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	19.000,00	19.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	41.000,00	0,00	41.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - Unia	0,00	19.000,00	19.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	19.000,00	19.000,00
Total:			204.000,00	76.000,00	280.000,00

Página: 160/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMC - FUNDO ASSIST.SERVIDOR PUB. MUNICIPAL - FAS	24.00
Unidade:	PMC - Fundo Assist.Servidor Pub.Municipal - FAS	24.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2852	2 A	Manut. Centro de Atendimento do Servidor	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	584.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Centro de Atendimento do Servidor

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1004 - Recursos Ordinários - FAS	292.000,00	0,00	292.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1004 - Recursos Ordinários - FAS	292.000,00	0,00	292.000,00
Total:			584.000,00	0,00	584.000,00

Página: 161/198

Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	PMC - FUNDO ASSIST.SERVIDOR PUB. MUNICIPAL - FAS	24.00
Unidade:	PMC - Fundo Assist.Servidor Pub.Municipal - FAS	24.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2851	2	A	Manut. Atividades do Fundo Mun Assist. do Servidor-F.A.S.	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	5.284.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades do Fundo Mun Assist. do Servidor-F.A.S.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1004 - Recursos Ordinários - FAS	5.284.000,00	0,00	5.284.000,00
Total:			5.284.000,00	0,00	5.284.000,00

Página: 162/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO	31.00
Unidade:	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	31.31
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos	0102

Objetivo do programa:

Promover soluções integradas às necessidades e expectativas da população e das organizações comunitárias aproximando governo e sociedade com o aprimoramento e qualificação da gestão técnico-administrativa municipal.

Justificativa do programa:

Adequar-se a visão moderna de administração pública com o planejamento das ações e a consciência de que o Governo é o gestor dos recursos e bens públicos, tendo como foco e beneficiário a população, governando com ética, transparência e de acordo com os princípios que regem a administração pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2501	2	A	Manut. Gabinete Secretaria de Coord de Governo e Gestão	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	2.066.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Gabinete Secretaria de Coord de Governo e Gestão

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.164.000,00	0,00	1.164.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	13.000,00	0,00	13.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	772.000,00	0,00	772.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	117.000,00	0,00	117.000,00
Total:			2.066.000,00	0,00	2.066.000,00

Página: 163/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO	31.00
Unidade:	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	31.31
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2512	2 A	Manut. Depto Almoxarifado Central	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.008.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto Almoxarifado Central

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	447.000,00	0,00	447.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	31.000,00	0,00	31.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	530.000,00	0,00	530.000,00
Total:			1.008.000,00	0,00	1.008.000,00

Página: 164/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO	31.00
Unidade:	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	31.31
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2511	2 A	Manut. Depto de Serviços Gerais	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	6.353.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Serviços Gerais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	4.052.000,00	0,00	4.052.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	718.000,00	0,00	718.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.583.000,00	0,00	1.583.000,00
Total:			6.353.000,00	0,00	6.353.000,00

Página: 165/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO	31.00
Unidade:	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	31.31
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2506	2 A		Manut. Segurança e Medicina do Trabalho	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.382.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Segurança e Medicina do Trabalho

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.052.000,00	0,00	1.052.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	137.000,00	0,00	137.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	193.000,00	0,00	193.000,00
Total:			1.382.000,00	0,00	1.382.000,00

Página: 166/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO	31.00
Unidade:	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	31.31
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2505	2 A	Manut. Serv. Atend. Saúde do Servidor Municipal	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	520.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Serv. Atend. Saúde do Servidor Municipal

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	405.000,00	0,00	405.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	73.000,00	0,00	73.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	42.000,00	0,00	42.000,00
Total:			520.000,00	0,00	520.000,00

Página: 167/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO	31.00
Unidade:	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	31.31
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2504	2 A	Manut. Depto de Recursos Humanos	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.249.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Recursos Humanos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	971.000,00	0,00	971.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	152.000,00	0,00	152.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	126.000,00	0,00	126.000,00
Total:			1.249.000,00	0,00	1.249.000,00

Página: 168/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO	31.00
Unidade:	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	31.31
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2503	2 A		Manut. Depto de Planejamento e Gestão	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	723.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Planejamento e Gestão

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	665.000,00	0,00	665.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	53.000,00	0,00	53.000,00
Total:			723.000,00	0,00	723.000,00

Página: 169/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO	31.00
Unidade:	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	31.31
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2502	2 A	Manut. Depto de Gestão de Compras	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	998.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Gestão de Compras

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	748.000,00	0,00	748.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	87.000,00	0,00	87.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	163.000,00	0,00	163.000,00
Total:			998.000,00	0,00	998.000,00

Página: 170/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO	31.00
Unidade:	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	31.31
Função:	Administração	4
Subfunção:	Tecnologia da Informatização	126
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2513	2 A		Manut. Depto de Tecnologia de Informação - TI	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.016.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Tecnologia de Informação - TI

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	683.000,00	0,00	683.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	131.000,00	0,00	131.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	202.000,00	0,00	202.000,00
Total:			1.016.000,00	0,00	1.016.000,00

Página: 171/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO	31.00
Unidade:	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	31.31
Função:	Administração	4
Subfunção:	Tecnologia da Informatização	126
Programa:	Modernização da Estrutura Administrativa	0104

Objetivo do programa:

Promover novos espaços administrativos e a ampliação e melhorias nas instalações existentes, customizando as atividades desenvolvidas, para dar melhor qualidade e mobilidade no atendimento a população.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1501	2	P	Ampliação e Manutenção da central de Dados e Internet	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	662.000,00

II - Descrição das Ações

Ampliação e Manutenção da central de Dados e Internet

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	234.000,00	0,00	234.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	214.000,00	214.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	214.000,00	214.000,00
Total:			234.000,00	428.000,00	662.000,00

Página: 172/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO	31.00
Unidade:	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	31.31
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência ao Idoso	241
Programa:	Atendimento a Grupos Especiais	0106

Objetivo do programa:

Promover a emancipação e a inclusão social de indivíduos, oportunizando espaços de compartilhamento, observando as relações de gênero e buscando a dignidade e igualdade de direitos.

Justificativa do programa:

Garantir os direitos sociais e o acesso às ações e serviços públicos a grupos especiais, como idosos, crianças, adolescentes, mulheres e pessoas com deficiência, sem a visão fragmentada ou assistencial, buscando resolver o problema da "exclusão" de modo cooperativo e solidário, e estabelecer ações positivas por parte dos governos, ONG, OSCIP e iniciativa privada.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2524	2 A		Manut. Cidade do Idoso	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	27.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Cidade do Idoso

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	13.000,00	0,00	13.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	7.000,00	7.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	7.000,00	7.000,00
Total:			13.000,00	14.000,00	27.000,00

Página: 173/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO	31.00
Unidade:	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	31.31
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Cultura Cidadã	0116

Objetivo do programa:

Produzir, difundir e proporcionar o acesso à população aos bens, patrimônio histórico e serviços culturais, valorizando a criatividade popular, oferecendo condições de expressão, desenvolvimento de talentos e métodos contemporâneos de comunicação.

Justificativa do programa:

Chapecó é formada por diversas etnias o que proporciona grande riqueza cultural. As políticas públicas devem garantir o acesso à informação cultural, a preservação do patrimônio histórico e a difusão da cultura chapecoense propiciando valorização dos artistas locais e a divulgação das potencialidades culturais de nosso município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2522	2 A	Manut. Centro de Cultura e Eventos	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	538.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Centro de Cultura e Eventos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	395.000,00	0,00	395.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	24.000,00	0,00	24.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	119.000,00	0,00	119.000,00
Total:			538.000,00	0,00	538.000,00

Página: 174/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO	31.00
Unidade:	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	31.31
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Promoção Comercial	691
Programa:	Chapecó de braços abertos	0119

Objetivo do programa:

Desenvolver uma política de fortalecimento do setor de turismo e eventos.

Justificativa do programa:

A manutenção de ferramentas públicas destinadas ao turismo de eventos, de negócios, dos recursos naturais, artísticos e culturais, são essenciais para o desenvolvimento do setor. O poder público em parceria com a sociedade tem o dever de planejar, promover, fomentar e organizar ações que comprometam a nossa população na preservação dos recursos naturais existentes, consensuando sobre os benefícios que o turismo pode proporcionar, ampliando as oportunidades de trabalho, geração de renda e divisas e desenvolvimento sustentável.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2521	2 A	Manut. Parque Trancredo Neves	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	1.419.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Parque Trancredo Neves

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	593.000,00	0,00	593.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper: Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	47.000,00	0,00	47.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	779.000,00	0,00	779.000,00
Total:			1.419.000,00	0,00	1.419.000,00

Página: 175/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO	31.00
Unidade:	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	31.31
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Promoção Comercial	691
Programa:	Chapecó de braços abertos	0119

Objetivo do programa:

Desenvolver uma política de fortalecimento do setor de turismo e eventos.

Justificativa do programa:

A manutenção de ferramentas públicas destinadas ao turismo de eventos, de negócios, dos recursos naturais, artísticos e culturais, são essenciais para o desenvolvimento do setor. O poder público em parceria com a sociedade tem o dever de planejar, promover, fomentar e organizar ações que comprometam a nossa população na preservação dos recursos naturais existentes, consensuando sobre os benefícios que o turismo pode proporcionar, ampliando as oportunidades de trabalho, geração de renda e divisas e desenvolvimento sustentável.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1503	2 P	Revitalização Parque de Exposições	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	726.000,00

II - Descrição das Ações

Revitalização Parque de Exposições

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	117.000,00	0,00	117.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	12.000,00	12.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	597.000,00	597.000,00
Total:			117.000,00	609.000,00	726.000,00

Página: 176/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO	31.00
Unidade:	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	31.31
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Aéreo	781
Programa:	Chapécó de braços abertos	0119

Objetivo do programa:

Desenvolver uma política de fortalecimento do setor de turismo e eventos.

Justificativa do programa:

A manutenção de ferramentas públicas destinadas ao turismo de eventos, de negócios, dos recursos naturais, artísticos e culturais, são essenciais para o desenvolvimento do setor. O poder público em parceria com a sociedade tem o dever de planejar, promover, fomentar e organizar ações que comprometam a nossa população na preservação dos recursos naturais existentes, consensuando sobre os benefícios que o turismo pode proporcionar, ampliando as oportunidades de trabalho, geração de renda e divisas e desenvolvimento sustentável.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2523	2 A	Manut. Atividades Aeroporto Municipal	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	2.378.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades Aeroporto Municipal

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	527.000,00	0,00	527.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper: Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	80.000,00	0,00	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.771.000,00	0,00	1.771.000,00
Total:			2.378.000,00	0,00	2.378.000,00

Página: 177/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO	31.00
Unidade:	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	31.31
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Aéreo	781
Programa:	Chapécó de braços abertos	0119

Objetivo do programa:

Desenvolver uma política de fortalecimento do setor de turismo e eventos.

Justificativa do programa:

A manutenção de ferramentas públicas destinadas ao turismo de eventos, de negócios, dos recursos naturais, artísticos e culturais, são essenciais para o desenvolvimento do setor. O poder público em parceria com a sociedade tem o dever de planejar, promover, fomentar e organizar ações que comprometam a nossa população na preservação dos recursos naturais existentes, consentindo sobre os benefícios que o turismo pode proporcionar, ampliando as oportunidades de trabalho, geração de renda e divisas e desenvolvimento sustentável.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1502	2 P	Ampliação Estrutura Física Aeroporto Municipal	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	785.000,00

II - Descrição das Ações

Ampliação Estrutura Física Aeroporto Municipal

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	176.000,00	0,00	176.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	597.000,00	597.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	12.000,00	12.000,00
Total:			176.000,00	609.000,00	785.000,00

Página: 178/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	32.00
Unidade:	Secretaria de Assistência Social	32.32
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência ao Portador de Deficiência	242
Programa:	Atendimento a Grupos Especiais	0106

Objetivo do programa:

Promover a emancipação e a inclusão social de indivíduos, oportunizando espaços de compartilhamento, observando as relações de gênero e buscando a dignidade e igualdade de direitos.

Justificativa do programa:

Garantir os direitos sociais e o acesso às ações e serviços públicos a grupos especiais, como idosos, crianças, adolescentes, mulheres e pessoas com deficiência, sem a visão fragmentada ou assistencial, buscando resolver o problema da "exclusão" de modo cooperativo e solidário, e estabelecer ações positivas por parte dos governos, ONG, OSCIP e iniciativa privada.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2544	2 A	Manut. Depto de Proteção Especial - SEASC	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	4.010.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Proteção Especial - SEASC

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	2.374.000,00	0,00	2.374.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	454.000,00	0,00	454.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.182.000,00	0,00	1.182.000,00
Total:			4.010.000,00	0,00	4.010.000,00

Página: 179/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	32.00
Unidade:	Secretaria de Assistência Social	32.32
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Atendimento Integral à Família	0105

Objetivo do programa:

Promover a emancipação e a inclusão social das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Justificativa do programa:

Integrar as ações sócias no sentido de alcançar maior resolutividade tendo como foco principal das ações e sustentabilidade a família.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2547	2 A	Manut. Operac. Centro de Refer. de Assist. Social - CRAS	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	448.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Operac. Centro de Refer. de Assist. Social - CRAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	355.000,00	0,00	355.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	93.000,00	0,00	93.000,00
Total:			448.000,00	0,00	448.000,00

Página: 180/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	32.00
Unidade:	Secretaria de Assistência Social	32.32
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Modernização da Estrutura Administrativa	0104

Objetivo do programa:

Promover novos espaços administrativos e a ampliação e melhorias nas instalações existentes, customizando as atividades desenvolvidas, para dar melhor qualidade e mobilidade no atendimento a população.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1541	2 P		Construção Ampliação Secretaria de Assistência Social - SEASC	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	183.000,00

II - Descrição das Ações

Construção Ampliação Secretaria de Assistência Social - SEASC

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	60.000,00	0,00	60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	61.000,00	61.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	62.000,00	62.000,00
Total:			60.000,00	123.000,00	183.000,00

Página: 181/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	32.00
Unidade:	Secretaria de Assistência Social	32.32
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Atendimento Integral à Família	0105

Objetivo do programa:

Promover a emancipação e a inclusão social das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Justificativa do programa:

Integrar as ações sócias no sentido de alcançar maior resolutividade tendo como foco principal das ações e sustentabilidade a família.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2543	2 A	Manut. Depto de Relações Comunitárias - SEASC	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	2.402.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Relações Comunitárias - SEASC

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.595.000,00	0,00	1.595.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	38.000,00	0,00	38.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	769.000,00	0,00	769.000,00
Total:			2.402.000,00	0,00	2.402.000,00

Página: 182/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	32.00
Unidade:	Secretaria de Assistência Social	32.32
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Atendimento Integral à Família	0105

Objetivo do programa:

Promover a emancipação e a inclusão social das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Justificativa do programa:

Integrar as ações sócias no sentido de alcançar maior resolutividade tendo como foco principal das ações e sustentabilidade a família.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2542	2 A	Manut. Depto de Proteção Básica - SEASC	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	5.015.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Proteção Básica - SEASC

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	2.712.000,00	0,00	2.712.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	532.000,00	0,00	532.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.771.000,00	0,00	1.771.000,00
Total:			5.015.000,00	0,00	5.015.000,00

Página: 183/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	32.00
Unidade:	Secretaria de Assistência Social	32.32
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Atendimento Integral à Família	0105

Objetivo do programa:

Promover a emancipação e a inclusão social das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Justificativa do programa:

Integrar as ações sócias no sentido de alcançar maior resolutividade tendo como foco principal das ações e sustentabilidade a família.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2541	2 A	Manut. Atividades Secretaria de Assistência Social - SEASC	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	6.346.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades Secretaria de Assistência Social - SEASC

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	3.673.000,00	0,00	3.673.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	140.000,00	0,00	140.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.1000 - Recursos Ordinários	615.000,00	0,00	615.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	945.000,00	0,00	945.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	186.000,00	186.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	187.000,00	187.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	234.000,00	0,00	234.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	183.000,00	183.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	183.000,00	183.000,00
Total:			5.607.000,00	739.000,00	6.346.000,00

Página: 184/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	32.00
Unidade:	Secretaria de Assistência Social	32.32
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Atendimento Integral à Família	0105

Objetivo do programa:

Promover a emancipação e a inclusão social das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Justificativa do programa:

Integrar as ações sócias no sentido de alcançar maior resolutividade tendo como foco principal das ações e sustentabilidade a família.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1542	2 P	Instalação de Unidades de Assistência Social	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	290.000,00

II - Descrição das Ações

Instalação de Unidades de Assistência Social

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	141.000,00	0,00	141.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	74.000,00	74.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	75.000,00	75.000,00
Total:			141.000,00	149.000,00	290.000,00

Página: 185/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	32.00
Unidade:	Secretaria de Assistência Social	32.32
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Atendimento a Grupos Especiais	0106

Objetivo do programa:

Promover a emancipação e a inclusão social de indivíduos, oportunizando espaços de compartilhamento, observando as relações de gênero e buscando a dignidade e igualdade de direitos.

Justificativa do programa:

Garantir os direitos sociais e o acesso às ações e serviços públicos a grupos especiais, como idosos, crianças, adolescentes, mulheres e pessoas com deficiência, sem a visão fragmentada ou assistencial, buscando resolver o problema da "exclusão" de modo cooperativo e solidário, e estabelecer ações positivas por parte dos governos, ONG, OSCIP e iniciativa privada.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2548	2 A		Manut. Central de Resgate Social	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	199.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Central de Resgate Social

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	139.000,00	0,00	139.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	60.000,00	0,00	60.000,00
Total:			199.000,00	0,00	199.000,00

Página: 186/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	32.00
Unidade:	Secretaria de Assistência Social	32.32
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Segurança Alimentar e Nutricional.	0107

Objetivo do programa:

Implementar os programas de segurança Alimentar no sentido de alcançar maior resolutividade tendo como foco principal o combate à fome e Insegurança alimentar.

Justificativa do programa:

As políticas públicas sociais devem assegurar o direito humano à alimentação adequada a todos os moradores do município de Chapecó, promovendo a soberania e a segurança alimentar e nutricional de modo que tenham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2546	2 A		Manut. Atividades Restaurante Popular	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.370.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades Restaurante Popular

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	70.000,00	0,00	70.000,00
Total:			1.370.000,00	0,00	1.370.000,00

Página: 187/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	32.00
Unidade:	Secretaria de Assistência Social	32.32
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Segurança Alimentar e Nutricional.	0107

Objetivo do programa:

Implementar os programas de segurança Alimentar no sentido de alcançar maior resolutividade tendo como foco principal o combate à fome e Insegurança alimentar.

Justificativa do programa:

As políticas públicas sociais devem assegurar o direito humano à alimentação adequada a todos os moradores do município de Chapecó, promovendo a soberania e a segurança alimentar e nutricional de modo que tenham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2545	2 A	Manut. Depto de Segurança Alimentar - SEASC	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.053.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Depto de Segurança Alimentar - SEASC

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	437.000,00	0,00	437.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	84.000,00	0,00	84.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	532.000,00	0,00	532.000,00
Total:			1.053.000,00	0,00	1.053.000,00

Página: 188/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	32.00
Unidade:	Secretaria de Assistência Social	32.32
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Segurança Alimentar e Nutricional.	0107

Objetivo do programa:

Implementar os programas de segurança Alimentar no sentido de alcançar maior resolutividade tendo como foco principal o combate à fome e Insegurança alimentar.

Justificativa do programa:

As políticas públicas sociais devem assegurar o direito humano à alimentação adequada a todos os moradores do município de Chapecó, promovendo a soberania e a segurança alimentar e nutricional de modo que tenham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1543	2	P	Construção Ampliação Restaurante Popular	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	726.000,00

II - Descrição das Ações

Construção Ampliação Restaurante Popular

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	117.000,00	0,00	117.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	579.000,00	579.000,00
Total:			117.000,00	609.000,00	726.000,00

Página: 189/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	32.00
Unidade:	Secretaria de Assistência Social	32.32
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	Segurança Alimentar e Nutricional.	0107

Objetivo do programa:

Implementar os programas de segurança Alimentar no sentido de alcançar maior resolutividade tendo como foco principal o combate à fome e Insegurança alimentar.

Justificativa do programa:

As políticas públicas sociais devem assegurar o direito humano à alimentação adequada a todos os moradores do município de Chapecó, promovendo a soberania e a segurança alimentar e nutricional de modo que tenham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
2549	2 A	Manut. Programa Aquisição de Alimentos - Compra Direta	Manutenção das Atividades (Ano)		4.000	268.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Programa Aquisição de Alimentos - Compra Direta

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	206.000,00	0,00	206.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - Unia	0,00	31.000,00	31.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	31.000,00	31.000,00
Total:			206.000,00	62.000,00	268.000,00

Página: 190/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE CULTURA	33.00
Unidade:	Secretaria de Cultura	33.33
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	391
Programa:	Cultura Cidadã	0116

Objetivo do programa:

Produzir, difundir e proporcionar o acesso à população aos bens, patrimônio histórico e serviços culturais, valorizando a criatividade popular, oferecendo condições de expressão, desenvolvimento de talentos e métodos contemporâneos de comunicação.

Justificativa do programa:

Chapecó é formada por diversas etnias o que proporciona grande riqueza cultural. As políticas públicas devem garantir o acesso à informação cultural, a preservação do patrimônio histórico e a difusão da cultura chapecoense propiciando valorização dos artistas locais e a divulgação das potencialidades culturais de nosso município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2574	2 A	Manut. Escola de Artes	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	945.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Escola de Artes

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	648.000,00	0,00	648.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	118.000,00	0,00	118.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	179.000,00	0,00	179.000,00
Total:			945.000,00	0,00	945.000,00

Página: 191/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE CULTURA	33.00
Unidade:	Secretaria de Cultura	33.33
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Cultura Cidadã	0116

Objetivo do programa:

Produzir, difundir e proporcionar o acesso à população aos bens, patrimônio histórico e serviços culturais, valorizando a criatividade popular, oferecendo condições de expressão, desenvolvimento de talentos e métodos contemporâneos de comunicação.

Justificativa do programa:

Chapecó é formada por diversas etnias o que proporciona grande riqueza cultural. As políticas públicas devem garantir o acesso à informação cultural, a preservação do patrimônio histórico e a difusão da cultura chapecoense propiciando valorização dos artistas locais e a divulgação das potencialidades culturais de nosso município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2575	2 A	Manut. de Museus	Manutenção das Atividades (Ano)	3.000	120.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. de Museus

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	66.000,00	0,00	66.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	27.000,00	27.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	27.000,00	27.000,00
Total:			66.000,00	54.000,00	120.000,00

Página: 192/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE CULTURA	33.00
Unidade:	Secretaria de Cultura	33.33
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Cultura Cidadã	0116

Objetivo do programa:

Produzir, difundir e proporcionar o acesso à população aos bens, patrimônio histórico e serviços culturais, valorizando a criatividade popular, oferecendo condições de expressão, desenvolvimento de talentos e métodos contemporâneos de comunicação.

Justificativa do programa:

Chapecó é formada por diversas etnias o que proporciona grande riqueza cultural. As políticas públicas devem garantir o acesso à informação cultural, a preservação do patrimônio histórico e a difusão da cultura chapecoense propiciando valorização dos artistas locais e a divulgação das potencialidades culturais de nosso município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2573	2 A	Manut. Biblioteca Municipal	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	402.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Biblioteca Municipal

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	264.000,00	0,00	264.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	54.000,00	0,00	54.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	84.000,00	0,00	84.000,00
Total:			402.000,00	0,00	402.000,00

Página: 193/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE CULTURA	33.00
Unidade:	Secretaria de Cultura	33.33
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Cultura Cidadã	0116

Objetivo do programa:

Produzir, difundir e proporcionar o acesso à população aos bens, patrimônio histórico e serviços culturais, valorizando a criatividade popular, oferecendo condições de expressão, desenvolvimento de talentos e métodos contemporâneos de comunicação.

Justificativa do programa:

Chapecó é formada por diversas etnias o que proporciona grande riqueza cultural. As políticas públicas devem garantir o acesso à informação cultural, a preservação do patrimônio histórico e a difusão da cultura chapecoense propiciando valorização dos artistas locais e a divulgação das potencialidades culturais de nosso município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2572	2 A	Fundo Municipal de Cultura	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.566.000,00

II - Descrição das Ações

Fundo Municipal de Cultura

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	402.000,00	0,00	402.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	6.000,00	0,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	326.000,00	0,00	326.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	386.000,00	386.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	386.000,00	386.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	60.000,00	0,00	60.000,00
Total:			794.000,00	772.000,00	1.566.000,00

Página: 194/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE CULTURA	33.00
Unidade:	Secretaria de Cultura	33.33
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Cultura Cidadã	0116

Objetivo do programa:

Produzir, difundir e proporcionar o acesso à população aos bens, patrimônio histórico e serviços culturais, valorizando a criatividade popular, oferecendo condições de expressão, desenvolvimento de talentos e métodos contemporâneos de comunicação.

Justificativa do programa:

Chapecó é formada por diversas etnias o que proporciona grande riqueza cultural. As políticas públicas devem garantir o acesso à informação cultural, a ações culturais, à preservação do patrimônio histórico e a difusão da cultura chapecoense propiciando valorização dos artistas locais e a divulgação das potencialidades culturais de nosso município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2571	2 A	Manut. Atividades Secretaria de Cultura	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	2.306.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Atividades Secretaria de Cultura

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.586.000,00	0,00	1.586.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	66.000,00	0,00	66.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.1000 - Recursos Ordinários	179.000,00	0,00	179.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	415.000,00	0,00	415.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	60.000,00	0,00	60.000,00
Total:			2.306.000,00	0,00	2.306.000,00

Página: 195/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE CULTURA	33.00
Unidade:	Secretaria de Cultura	33.33
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Cultura Cidadã	0116

Objetivo do programa:

Produzir, difundir e proporcionar o acesso à população aos bens, patrimônio histórico e serviços culturais, valorizando a criatividade popular, oferecendo condições de expressão, desenvolvimento de talentos e métodos contemporâneos de comunicação.

Justificativa do programa:

Chapecó é formada por diversas etnias o que proporciona grande riqueza cultural. As políticas públicas devem garantir o acesso à informação cultural, a preservação do patrimônio histórico e a difusão da cultura chapecoense propiciando valorização dos artistas locais e a divulgação das potencialidades culturais de nosso município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1571	2 P	Construção e Modernização Secretaria de Cultura	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	355.000,00

II - Descrição das Ações

Construção e Modernização Secretaria de Cultura

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	232.000,00	0,00	232.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	61.000,00	61.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	62.000,00	62.000,00
Total:			232.000,00	123.000,00	355.000,00

Página: 196/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE CULTURA	33.00
Unidade:	Secretaria de Cultura	33.33
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Chapeco Nossa Cidade	0127

Objetivo do programa:

Promover ações integradas nos bairros e interior do município através da melhoria da infraestrutura.

Justificativa do programa:

O desenvolvimento de ações de infraestrutura urbana e rural de forma contínua garante o desenvolvimento local, o acesso da população a serviços públicos de qualidade e melhoria da qualidade de vida.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2576	2 A	Manutenção da PEC	Manutenção das Atividades (Ano)	3.000	53.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da PEC

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	26.000,00	0,00	26.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1340 - Transferência de Convênios - União	0,00	13.000,00	13.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1640 - Transferências de Convênios - Est	0,00	14.000,00	14.000,00
Total:			26.000,00	27.000,00	53.000,00

Página: 197/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INSTITUCIONAIS	34.00
Unidade:	SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INSTITUCIONAIS	34.34
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:
Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:
Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2591	2	A	Manut. Secretaria de Articulação Institucional - SAI.	Manutenção das Atividades (Ano)	4.000	1.108.000,00

II - Descrição das Ações

Manut. Secretaria de Articulação Institucional - SAI.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	1.002.000,00	0,00	1.002.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.1000 - Recursos Ordinários	23.000,00	0,00	23.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	47.000,00	0,00	47.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.1000 - Recursos Ordinários	36.000,00	0,00	36.000,00
Total:			1.108.000,00	0,00	1.108.000,00

Página: 198/198
Data: 30/05/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 12/04/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99.00
Unidade:	Reserva de Contingência	99.99
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	Apoio Administrativo	0103

Objetivo do programa:

Promover a atividade meio da administração com suporte indispensável à execução dos Programas Finalísticos.

Justificativa do programa:

Programar os recursos para gestão dos órgãos da Administração Pública.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
9999	2 R	Reserva de Contingência	Reserva Contingência utilizada (Ano)	4.000	860.000,00

II - Descrição das Ações

Reserva de Contingência

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0.1.1000 - Recursos Ordinários	860.000,00		860.000,00
Total:			860.000,00		860.000,00

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

GERALCI JOÃO AMPOLINI
Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET
Contador Geral



CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 16 DE 2016**

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo nº 16/2016

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó

Contratada: Rede Diário de Comunicação LTDA ME

Objeto: Veiculação de matérias institucionais (estimativa de 2 mil cm/col)

Valor/Ano (estimativa) : R\$ 28.000,00

Vigência: 09/06/2016 até 31/12/2016.

Chapecó, 09 de junho de 2016

João Maria Marques Rosa

Presidente

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12 DE 2016

Processo Administrativo Nº 16/2016

Inexigibilidade de Licitação Nº 12/2016

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó

Contratada: Rede Diário de Comunicação LTDA ME

Objeto: Publicação de matérias institucionais

Valor Estimado: R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Vigência: 09/06/2016 até 31/12/2016

Chapecó, 09 de junho de 2016.

João Maria Marques Rosa

Presidente

PORTARIA Nº 49/16

Portaria Nº 49/16

Revoga-se Portaria nº 63/09.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica revogada, a partir desta data, a Portaria nº 63, de 09 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a cedência da servidora MAIARA CORÁ a Esta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 10 de junho de 2016.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 09 de junho de 2016

JOÃO MARIA MARQUES ROSA

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECERTO SAF/N. 298/16

DECRETO SAF/Nº. 298/16, de 31 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por término de Contrato de Trabalho por prazo determinado ELIEGE BOGER, portadora do CPF nº. 050.271.309-70, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 22/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 02 de junho de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 31 de maio de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 297.16

DECRETO SAF/Nº. 297/16, de 31 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por término de Contrato de Trabalho por prazo determinado CRISTINA ACÁCIO, portadora do CPF nº. 079.990.689-18, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 107/14, de 13 de fevereiro de 2014, a partir de 02 de junho de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 31 de maio de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 299/16

DECRETO SAF/Nº. 299/16, de 31 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

LUANA VIEIRA, portadora do CPF nº. 073.059.759-82, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 88/16, de 19 de fevereiro de 2016, a partir de 01 de junho de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 31 de maio de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 304.16

DECRETO SAF/N. 304/16, de 01 de junho de 2016.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE TABELA PARA O CONTROLE DE EMISSÃO SOLICITADO E ARQUIVO DE DOCUMENTOS - PASTA DE OBRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições, resolve

DECRETAR

Art. 1º Fica criada a Tabela para o Controle de Emissão Solicitado e Arquivo de Documentos referente a Pasta de Obras da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul.

Art. 2º A Tabela para o Controle de Emissão Solicitado e Arquivo de Documentos referente a Pasta de Obras da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul é o instrumento aprovado pela Municipalidade para o controle e guarda dos conjuntos documentais produzidos a partir dos Procedimentos Licitatórios das obras promovidas pelo Município. (Anexo Único).

Art. 3º A tabela a que se refere o artigo anterior deverá conter as seguintes informações:

I - Os documentos e a sequência para a montagem da Pasta de Obra;

II – Responsáveis pela emissão e o arquivamento da Pasta de Obra;

III- Responsável pela solicitação de documentos junto à empresa Vencedora;

IV – Demais observações necessárias

Art. 4º Os documentos serão arquivados no Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul

Art. 5º Caberá ao responsável pelo Setor de Projetos da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, a inserção e alteração dos dados na mencionada Tabela.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de junho de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 40/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: SAHMAF TECNOILUMINAÇÃO LTDA ME

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/PMCS/2016

Objeto: Registro de preços de postes decorativos para iluminação, para o município de Cocal do Sul.

Assinatura: 03/06/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 36.900,00 (trinta e seis mil e novecentos reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 49/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 49/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA – ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/PMCS/2016

Objeto: Registro de preços de Material de limpeza e afins, para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 03/06/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 39.297,90 (trinta e nove mil duzentos e noventa e sete reais e noventa centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.**LEI COMPLEMENTAR N. 65**

LEI COMPLEMENTAR N. 65, de 09 de junho de 2016.

INCLUI À TABELA DE VALORES DE TERRENOS, CONTIDA NO ANEXO IX DA LEI Nº. 303, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997, AS SEGUINTE SEÇÕES E RESPECTIVOS VALORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º À tabela de valores de terrenos, contida no Anexo IX, da Lei nº. 303, de 23 de dezembro de 1997, são incluídas as seguintes seções e respectivos valores:

TABELA DE VALORES DE TERRENOS
(PLANTA DE VALORES)

ANEXO IX

COD. LOG.	LOGRADOURO	SEÇÃO	VALOR M² EM UFRM
61	RUA LUIZ DE NONI	170 E	9,50
65	RUA VENCESLAU BIELLA	281 E	9,50
118	RUA DA FIGUEIRA	230 D	15,00
119	RUA MATO GROSSO	321 D	15,00
119	RUA MATO GROSSO	1000 D	17,00
119	RUA MATO GROSSO	1000 E	17,00
129	RUA FORTUNATO	310 E	15,00
129	RUA FORTUNATO	500 D	17,00
251	RUA VICENZA DE COSTA CANDIOTTO	1000 D	17,00
251	RUA VICENZA DE COSTA CANDIOTTO	1000 E	17,00
1309	ESTRADA GERAL LINHA CABRAL	300 D	9,50
1317	RUA EXISTENTE	70 D	17,00
1376	RUA PROJETADA B	85 D	17,00
1376	RUA PROJETADA B	85 E	17,00
1377	RUA PROJETADA A	570 D	17,00
1378	RUA PROJETADA C	580 D	17,00
1378	RUA PROJETADA C	580 E	17,00
1379	RUA PROJETADA D	110 D	17,00
1379	RUA PROJETADA D	110 E	17,00

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de junho de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

LEI N. 1.306

LEI N. 1.306, de 01 de junho de 2016.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO, UM IMÓVEL URBANO, COM ÁREA DE 3.275,00M², MATRÍCULA MÃE N. 31.660, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a receber em doação um imóvel urbano, com área de 3.275,00m²(três mil duzentos e setenta e cinco metros quadrados), situado na Estrada Segunda Linha Espanhola, neste Município, com as seguintes confrontações: Norte: 24,00m com a Estrada Segunda Linha Espanhola; Sul: 17,00m com a Estrada Segunda Linha Espanhola; Leste: 288,00m com Rudimar Meneguel(Mat. 14.877 – C.R.I. Urussanga) e 35,00m com a área desmembrada; Oeste: 338,89m com a área remanescente, devidamente registrado no Cartório de Registros de Imóveis de Urussanga sob a Matrícula Mãe nº 31.660 do Livro 02, Folha 01, de propriedade da Sra. Dalva Luzia Smielewski.

Art. 2º O Município de Cocal do Sul obriga-se a:

I – Responder, após formalização da presente doação, perante os Poderes Públicos por todos os tributos incidentes sobre o imóvel e por qualquer outra obrigação que possa ou venha sobre ele incidir;

II – Satisfazer todas as despesas decorrentes da presente doação, inclusive as de registro da competente escritura pública de doação.

Art. 3º O descumprimento dos preceitos contidos no art. 2º desta Lei ocasionará a rescisão da presente doação, retornando o imóvel ao Patrimônio do doador com todas as benfeitorias nele construídas, ainda que necessárias, sem direito de retenção e independentemente de qualquer pagamento ou indenização de qualquer título.

Art. 4º As partes no prazo de 60 (sessenta) dias, deverão formalizar escritura pública de doação com as condições descritas na presente lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de junho de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

APLICAÇÃO DE SANÇÕES PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 204/2014-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

APLICAÇÃO DE SANÇÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO 204/2014-1

Processo Licitatório nº 204/2014

Dispensa de Licitação nº 4/2014

Contrato nº 231/2014

Concessionária: ENGASTE PROJETOS, CONTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.

APLICA-SE à empresa ENGASTE PROJETOS, CONTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 08.578.161/0001-79, com sede na Rua Anita Garibaldi, nº 270, Sala 34, 4º Pavimento, Centro, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador, senhor André Carlos Pagotto, portador da Cédula de Identidade nº 2.074.953-8 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 001.114.089-54, pelo inadimplemento contratual, as sanções de:

- Advertência, de acordo com o disposto no inciso i do art. 87 da lei federal 8.666/1993;

- Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida de acordo com o item 13.1.3 do Contrato 231/2014

Concórdia, SC, 09 de junho de 2016

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRENCIA O&S Nº 3/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 3/2016 – PMC

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial de diversas ruas localizadas neste Município, com recursos oriundos de financiamento com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina SC - BADESC, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo, Projeto e Relação de Lotes, constantes no Anexo "D" e "E" do Edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 14/07/2016.

Abertura: dia 14/07/2016, às 14h00min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 09 de junho de 2016.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2016-FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2016 - FMAS

Objeto: Aquisição de lanches em atendimento às crianças, adolescentes e famílias participantes das atividades do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, durante o exercício 2016, com recursos oriundos da reprogramação PSE - Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e famílias, PSE, MSE, PAEFI E CREAS Custeio, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Lote

Recebimento das propostas: até as 08h45min do dia 23/06/2016

Início da Sessão: dia 23/06/2016, às 09h00min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 09 de junho de 2016.

NEUSA APARECIDA DAHMER

Gestora do FMAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Rua Leonel Mosele, 62, Centro – CEP 89700-000 Concórdia – SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 004/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, em conformidade com o que dispõe o §2º, do Art. 154 c/c Art. 1292, III, ambos da Lei municipal nº 1766 de 1981 (Código Tributário Municipal – CTM), após esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA aos contribuintes abaixo citados, a comparecer na Seção de Tributação deste município para efetuar o pagamento do valor abaixo ou impetrar recurso administrativo para impugnar o lançamento dos tributos, no prazo de 20 dias contados da publicação deste Edital, conforme prevê o Art. 155 da Lei Municipal nº 1766/81.

2G TRANSPORTES LTDA - ME CNPJ 10.339.126/0001-49 Rua Angelo Redin, 41 – Itaíba – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 345/2016 de 27/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 356,47; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de

Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

ADAIRSO FRIGO CNPJ 13.079.692/0001-57 Rodovia BR-153, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 474/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 807,88; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 736,54.

ADEMAR DOS SANTOS BAR - ME CNPJ 21.337.288/0001-64 Rodovia BR-153, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 522/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcela 3 – Valor: R\$ 290,16.

ADEMIR JOSE VICENTE CNPJ 01.622.642/0001-95 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 393/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 266,71; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2015 – competências 2, 8, 9 e 11 – Valor: R\$ 324,21.

AGIMAQUINAS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E MANUTENÇÃO LTDA CNPJ 08.960.530/0001-93 Rodovia BR-153, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 473/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 2.617,04; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 2.404,84; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 2.192,02.

AIRTON PEDRO PIMENTEL – ME CNPJ 83.060.947/0001-15 Rodovia BR-153, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 394/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 2.042,10; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1.876,54; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1.356,21; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2012 – competências 8, 10, 11 e 12 – Valor: R\$ 3.639,93; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2013 – competências 1, 2, 3, 4 e 5 – Valor: R\$ 8.488,84. AIRTON VIEIRA ME CNPJ 14.609.392/0001-03 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 487/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcela 3 – Valor: R\$ 118,30; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 323,82.

ANAYE MACIEL ME CNPJ 08.612.167/0001-15 Rodovia SC-283, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 462/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcela 3 – Valor: R\$ 240,75.

ANDERSON MULLER & CIA LTDA CNPJ 14.642.980/0001-30 Rua Alberto Biavatti, 315 – Parque de Exposições – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 137/2016 de 17/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 2 e 3 – Valor: R\$ 280,20; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 386,67; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 350,98.

ANDRE ANGELO BARP DANELUZ CNPJ 19.794.904/0001-64 Travessa Marcello Tecchio, 118 – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 172/2016 de 18/05/2016:

TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

ANDRE BONISSONI CNPJ 14.123.069/0001-17 Estrada Geral, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 484/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

ATENIO EGGERS - ME CNPJ 02.433.544/0001-72 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 413/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 387,62; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 350,98.

BAR KM 88 LTDA - ME CNPJ 01.364.685/0001-18 Rodovia BR-153, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 407/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 680,21.

CLAUDIO MALESKI ME CNPJ 11.538.534/0002-73 Rodovia SC-283, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 498/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 777,20; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 714,22; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 649,06.

CMG REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA CNPJ 18.701.129/0001-92 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 508/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcela 3 – Valor: R\$ 98,08.

COOPERATIVA DE CARGAS DO OESTE CATARINENSE CNPJ 12.533.712/0001-55 Rodovia BR-153, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 469/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

DIMENZO ENGENHARIA LTDA CNPJ 02.084.677/0001-80 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 409/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 357,58; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 323,82.

EDER SEBASTIÃO PEREIRA CNPJ 11.633.507/0001-07 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 448/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 291,15; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 267,54; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 244,74.

ELIANA APARECIDA CALDART ME CNPJ 17.280.393/0001-37 Rodovia BR-153, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 504/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1.007,83.

ELISEU BROCH 01886139946 CNPJ 16.630.545/0001-11 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 494/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 356,47; TLLF – Taxa de

Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

FAGGION TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA CNPJ 91.888.222/0003-00 Rodovia BR-153, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 516/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 323,82.

FLORES RECUPERADORA E COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA CNPJ 16.638.519/0001-30 Rodovia BR-153, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 497/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcela 3 – Valor: R\$ 485,81; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1.041,37.

GILBERTO FISCHER 02137292963 CNPJ 18.670.766/0001-49 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 509/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 2 e 3 – Valor: R\$ 196,96.

GOLO E VIZZOTO LTDA CNPJ 78.831.773/0001-07 Rodovia BR-153, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 421/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 291,15.

GRACIELLE CRISTINA DA SILVA FERRONATTO - ME CNPJ 17.001.885/0001-46 Linha Santa Terezinha, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 500/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 350,98.

GUILHERME AQUILINO BIESUS - 072.408.759-11 CNPJ 12.900.567/0001-01 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 476/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 460,48.

INSMATELCO PROJETOS E INSTALAÇÕES LTDA CNPJ 04.848.528/0001-76 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 419/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 477,69; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 432,53.

IRACI BRAUM BICHOF CNPJ 13.156.171/0001-56 Rodovia BR-153, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 477/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 2 e 3 – Valor: R\$ 412,95.

IVAN CLARI ALBRING CNPJ 15.725.887/0001-52 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 493/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 356,47; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

IVAN VERONEI DA SILVA ME CNPJ 17.069.677/0001-89 Rodovia BR-153, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 499/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

IVETE ROGOWSKI JAROMINEK - ME CNPJ 05.518.044/0001-21 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 427/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 352,60.

IVONEI SLOGO CNPJ 16.615.293/0001-51 Rodovia SC-283, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 495/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 356,47; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

JAIR CORDEIRO 00591626942 ME CNPJ 16.774.175/0001-96 Rua A Lot. Bussolaro, 1500 – Vila Jacob Biezu – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 523/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 516,38.

JEAN TIAGO PILONI 05422207920 CNPJ 14.386.258/0001-82 Rodovia SC-283, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 485/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 356,47; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

JOÃO MATHEUS AZEVEDO VENTURA LEITE 09163355930 CNPJ 20.867.266/0001-43 Linha Distrito de Santo Antonio, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 519/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcela 3 – Valor: R\$ 240,75.

JOSÉ FRANCISCO FERREIRA DE RAMOS PINTURAS ME CNPJ 17.266.718/0001-27 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 501/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

LADRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME CNPJ 08.700.645/0001-49 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 439/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 627,06.

LAWRENCE TASCA - ME CNPJ 07.304.493/0001-00 Rodovia SC-283, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 437/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 291,15; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 267,54; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 244,74.

LEANDRO FERRONATTO CNPJ 12.792.716/0001-58 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 454/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcela 3 – Valor: R\$ 108,37; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

LORIVAL ALVES DE OLIVEIRA ME CNPJ 13.552.489/0001-56 Rodovia BR-153, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 480/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao

exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 369,55; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 339,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 310,65.

MADEIREIRA EDEL LTDA ME CNPJ 14.147.913/0001-40 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 490/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 2 e 3 – Valor: R\$ 1.023,07; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1.400,94.

MAURICIO MARQUE CNPJ 15.060.331/0001-94 Rua Mansueto Favero, 441 – Itaíba – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 529/2016 de 07/06/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 356,47; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

MAXI REPRESENTACOES LTDA CNPJ 11.896.335/0001-56 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 450/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

MULTIBLOCOS, BLOCOS DE CONCRETO E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME CNPJ 15.136.105/0001-40 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 492/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 627,79; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 572,32.

PLENA REFORMA DE CÂMARAS FRIGORÍFICAS LTDA CNPJ 02.524.540/0001-08 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 411/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 712,98.

RENASCER REPRESENTAÇÕES LTDA CNPJ 12.494.200/0001-27 Rodovia BR-153, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 38/2016 de 30/05/2016: ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2014 – competências 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 – Valor: R\$ 867,21; ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – Referente ao exercício 2015 – competências 2, 4, 6, 8 e 10 – Valor: R\$ 860,06.

ROBSON WILIAM GODZIEMSKI - ME CNPJ 14.347.158/0001-47 Rodovia BR-153, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 486/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1.793,83; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1.648,39; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1.503,24.

ROSEMERI MARCHESAN & CIA LTDA ME CNPJ 07.493.692/0001-04 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 435/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 291,15; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 267,54; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 244,74.

SILVANA CAMILLO TRANSPORTES - ME CNPJ 16.933.651/0001-74

Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 496/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 356,47; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

SILVIO E MAICON COMÉRCIO E ACESSÓRIOS LTDA CNPJ 15.009.476/0001-60 Rodovia BR-153, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 491/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 714,22; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 649,06.

SPECIALI RESTAURANTE LTDA - ME CNPJ 81.358.822/0001-40 Rodovia SC-283, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 432/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1.009,81; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 927,96; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 728,13.

TRANSPORTE FAGUNDES E TURRA LTDA ME CNPJ 14.754.301/0001-15 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 489/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 389,14; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 357,58; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 323,82.

TRANSPORTES ALVARO JUNIOR LTDA CNPJ 79.281.903/0001-48 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 403/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

TRANSPORTES ARLEI LTDA - EPP CNPJ 13.357.519/0001-73 Rodovia SC-283, 4555 – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 482/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

TRANSPORTES CONCÓRDIA LTDA ME CNPJ 19.283.534/0001-09 Rodovia BR-153, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 517/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 844,03.

TRANSPORTES E.L. LEIDOW LTDA - ME CNPJ 02.274.068/0001-94 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 410/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 327,60; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

TRANSPORTES JUBAS LTDA-ME CNPJ 19.643.974/0001-11 Rodovia BR-153, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 514/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 296,65.

TRANSPORTES RV ZANELLA LTDA - ME CNPJ 09.616.654/0001-19 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 457/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcela única – Valor: R\$ 209,72.

V.A.S REPAROS E MANUTENCAO DE VEICULOS LEVES E PESADOS

LTDA CNPJ 11.203.179/0001-09 Rodovia BR-153, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 449/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1.676,22; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1.540,31; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 1.400,94.

VALDECIR FILIPPI FRANZEN CNPJ 17.546.604/0001-30 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 506/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 567,71; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 516,38.

VALDEMAR SLOGO CNPJ 13.394.967/0001-47 Rodovia SC-283, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 479/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 291,55; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 266,71.

VALDOMIRO PANIZZI ME CNPJ 82.698.218/0001-26 Rodovia SC-283, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 511/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 651,79; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 591,12.

VOLMIR MECÂNICA, CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA - ME CNPJ 04.002.738/0001-49 Estrada Rural, s/n – Interior – Concórdia / SC DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 416/2016 de 30/05/2016: TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2013 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 454,46; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2014 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 417,64; TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2015 – parcelas 1, 2 e 3 – Valor: R\$ 378,14.

Concórdia, 9 de junho de 2016

Joaquim Pedro de Barros Bicca Neto Segundo Secretário Municipal de Finanças	Greice Kellen Morche Fiscal de Tributos
---	--

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2016

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras torna público que ratificou o ato do Senhor Orelis Storchio, Diretor de Urbanismo e Obras, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 07 de junho de 2016, para a contratação de empresa para ministrar curso de treinamento sobre a Norma Regulamentadora 35 - Trabalho em Altura, curso este com carga horária de 08 horas, a favor da empresa: BRANDALISE & PADILHA ASSESSORIA, CONSULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA - EPP no valor total de R\$ R\$1.380,00 (um mil, trezentos e oitenta reais).

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 1/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 1/2016

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o ESTADO DE SANTA CATARINA, pela SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, inscrita no CNPJ sob nº 82.951.294/0001-00, representada pelo seu Secretário, senhor CESAR AUGUSTO GRUBBA com a interveniência da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO, representada por seu Comandante Geral, senhor PAULO HENRIQUE HEMM e da POLÍCIA CIVIL DO ESTADO, representada por seu Delegado Geral, senhor ARTUR NITZ.

OBJETO: Cooperação entre o MUNICÍPIO e a SSP, para manutenção do sistema de videomonitoramento urbano, composto de central de monitoramento com 20 (vinte) câmeras de vídeo, no Município de Concórdia.

PRAZO: 5 (cinco) anos, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 20 de abril de 2016.

PORTARIA Nº 23/2016, DE 9 DE JUNHO DE 2016-FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 23/2016, DE 9 DE JUNHO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, no mês de junho de 2016, ao servidor CLODIMAR ANTÔNIO THOMÉ, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2011 à 31 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado nos murais do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e da CÂMARA DE VEREADORES em 9 de junho de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 17/2016**

PORTARIA Nº 17, DE 6 DE JUNHO DE 2016.

Autoriza a servidora ELENICE ZITTA entrar em gozo das férias.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Autorizar a servidora ELENICE ZITTA – Agente Legislativo, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, entrar em gozo das férias, de 20 de junho a 7 de julho de 2016, referente aos dias não gozados por absoluta necessidade do serviço, no período das férias regulamentares conforme Portarias nºs 7, de 24 de janeiro de 2014, 5, de 26 de janeiro de 2015 e 2, de 25 de janeiro de 2016.

Concórdia, 6 de junho de 2016.

Mauro Mendes

Presidente

PORTARIA 18/2016

PORTARIA Nº 18, DE 6 DE JUNHO DE 2016.

Autoriza o servidor ROBERTO KURTZ PEREIRA entrar em gozo das férias.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Autorizar o servidor ROBERTO KURTZ PEREIRA – Assessor Jurídico, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo das férias, de 21 de junho a 7 de julho de 2016, referente aos dias não gozados por absoluta necessidade do serviço, no período das férias regulamentares conforme Portarias nºs 2, de 19 de janeiro de 2015 e 3, de 25 de janeiro de 2016.

Concórdia, 6 de junho de 2016.

Mauro Mendes

Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 360/2016

DECRETO Nº 360/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias, de licença para tratamento de saúde a Servidora Municipal, Sra. ALINE BREANSINI, ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de Junho de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 361/2016

DECRETO Nº361/2016, DE 09 DE JUNHO DE 2016

“NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia a partir do dia 09/06/2016 o Sr. ROSALINO MORESCO, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Educação, com carga horária integral, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º O Servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal – LC nº 18/2001 e ao Plano de Cargos e Salários – LC nº 93/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 09 de Junho de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 362/2016

DECRETO Nº 362/2016

“CONCEDE LICENÇA A CONSELHEIRA TUTELAR PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia, de licença para tratamento de saúde a conselheira tutelar, Sra. ERICA SOARES VARIANI, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 08/06/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 09 de Junho de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Correia Pinto

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 09/2016 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 09/2016
PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS, PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. Tipo: Menor preço por item. Abertura dos envelopes: 22/06/2016 às 14:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 18:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 10 de junho de 2016.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Pregoeiro Municipal

NATHASA AMARAL PEREIRA
Presidente da Comissão de Licitação

Corupá

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 039/2016 REGISTRO DE PREÇO

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 039/16

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de VEÍCULO UTILITÁRIO 4X4 e EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, para reestruturação da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Corupá-SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09h00min horas do dia 10/06/2016 às 14h00min horas do dia 22/06/2016.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 22/06/2016.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 10 de Junho de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 040/2016 REGISTRO DE PREÇO

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 040/16

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada em Obras e Serviços de Engenharia, para fornecimento e instalação de LOMBADAS (Tipo 01 e 02) e FAIXA ELEVADA DE PEDESTRES (Tipo 02), em diversas localidades no Município de Corupá-SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09h00min horas do dia 10/06/2016 às 09h00min horas do dia 22/06/2016.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 22/06/2016.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 10 de Junho de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 22/06/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 22/06/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 09 de Junho de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 119/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 119/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE MESAS E CADEIRAS PLÁSTICAS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 22/06/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 22/06/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 08 de Junho de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2016

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Educação de Curitibanos e a empresa AUTO CHAPEAÇÃO CURITIBANOS LTDA ME., com o valor total de R\$ 2.300,00 (Dois mil e seiscentos reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PAGAMENTO DE FRANQUIA REFERENTE CONCERTO DO VEÍCULO KOMBI PLACA MJC 5260 DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME APÓLICE DE SEGURO Nº 0531164065160 DA EMPRESA PORTO SEGURO SEGURADORA LTDA, CONFORME LEI 8.666/93, ART. 234, INCISO I E DOCUMENTAÇÃO E ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de: I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso I da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 09 de junho de 2016.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso I dou como aprovada.
Curitibanos, 09 de junho de 2016.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 09 de junho de 2016.

Amaury Silva
Presidente do Fundo E/E

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E FANTOCHES PARA USO COLETIVO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 23/06/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 23/06/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 09 de Junho de 2016.

Amaury Silva

Presidente do Fundo

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 067/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal Dionísio Cerqueira

Contratado: GKF Engenharia de Obras Ltda..

Objeto: Execução de serviços técnicos de engenharia, com fornecimento de material, para execução de serviços de construção de estação elevatória de esgotos EEE 7B - B Aeroporto do Bairro Aeroporto Conforme especificado no projeto básico e plano de trabalho. -Valor R\$ 160.723,37 – Origem: Processo Licitatório nº 072/2016 PMDC Tomada de Preço nº 072/2016 - Vigência: 09/06/16 à 31/12/2016. Dionísio Cerqueira -- 09/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 078/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal Dionísio Cerqueira

Contratado: Gaia Rodovias Ltda..

Objeto: Execução de pavimentação asfáltica em CBUQ em Ruas do municípios de Dionísio Cerqueira - Valor R\$ 49.719,60 – Origem: Processo Licitatório nº 0122/2015 PMDC Tomada de Preço nº 122/2015 - Vigência: 09/06/16 à 31/12/2016.

Dionísio Cerqueira -- 09/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

RESULTADO LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório nº 072/2016 PMDC Tomada de Preço nº 072/2016, Objeto: Execução de serviços técnicos de engenharia, com fornecimento de material, para execução de serviços de construção de estação elevatória de esgotos EEE 7B - B Aeroporto do Bairro Aeroporto Conforme especificado no projeto básico e plano de trabalho. Vencedor: GKF Engenharia de Obras Ltda. –ME – Valor R\$ 160.723,37 Dionísio Cerqueira 09/06/2016

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão nº 023/2016, Objeto: Aquisição de fogão industrial para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira Vencedor: Comércio.de Móveis e Eletrod. Sá System Ltda. – Valor R\$ 4.400,00 Dionísio Cerqueira 06/06/2016

Maria Cristina W.Schirmbeck –Coordenadora HMDC

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. 22/2016

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Alteração do Edital de Pregão Presencial nº. 22/2016

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que a LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço" global, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM SEGURO DE VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA DE DOUTOR PEDRINHO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOUTOR PEDRINHO - SC, teve alterações nos seguintes itens:

a) Datas de entrega e abertura: Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 24/06/2016, Hora: 09h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 24/06/2016, Hora: 10h00min.

b) Descrição das coberturas securitárias e demais condições do anexo I do instrumento convocatório.

A íntegra do edital fica a disposição dos interessados no site do município: www.doutorpedrinho.sc.gov.br. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 09 de Junho de 2016.

Hartwig Persuhn

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. 24/2016

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 24/2016

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto o PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço" POR ITEM, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL "FREI BRUNO LINDEN" E "CHAPEUZINHO VERMELHO", NÚCLEO EDUCACIONAL "FRITZ DONNER" E PRÉ ESCOLAR, DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS MESES DE JULHO A DEZEMBRO DO ANO DE 2016, conforme especificado no Objeto e demais condições do Edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº 56, de 27/11/2015, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 27/06/2016, Hora: 09h45min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 27/06/2016, Hora: 10h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade, durante o expediente normal, ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 09 de junho de 2016.

HARTWIG PERSUHN – Prefeito Municipal.

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36/PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36/PMF/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 86/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. MM SÃO JOSÉ LTDA, CNPJ/MF nº 12.677.946/0001-76 estabelecida na Rua Francisco José, 210, Cidade de Araranguá/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Osni Rocha, brasileiro, CI 850.936, CPF 376.600.049-72;

2. ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ/MF nº 02.315.593/0001-00, estabelecida na Rodovia SC 446, em Orleans, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Charles Madeira Melo, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.807.588 e inscrito no CPF sob o nº 844.078.839-87;

3. DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o Nº 08.985.825/0001-14, estabelecida na Rua Santa Terezinha, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Vivaldino Pasqualotto, brasileiro, CI 2.136.277, CPF 655.988.909-25;

4. SUPRIMOVEIS LTDA EPP, CNPJ/MF nº 04.563.256/0001-68, estabelecida na Rua Coronel Buchelle, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Marcio Rodrigues Xavier, brasileiro, CI 4.066.280.118, CPF 954.044.650-34;

5. RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME, CNPJ/MF nº 18.619.082/0001-12 estabelecida na Rua Imigrante João Cechinelli, em Criciúma/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Paulo Ademir Reus, representante legal, portador da CI nº 3669373 e inscrito no CPF sob o nº 932.407.759-72;

6. VMLX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS LTDA, CNPJ/MF nº 03.800.477/0001-40 estabelecida na Rua Frei Gregorio Dal Mont, em Turvo/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Leandro Bardini Idalino, representante legal, portador da CI nº 4.261.159 e inscrito no CPF sob o nº 089.459.999-22;

7. EQUIPEL COMÉRCIO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME CNPJ/MF nº 18.364.582/0001-50 estabelecida na Rua João Mazzuco, em Içara, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Francisco Xavier de Moraes, CI 2.366.922, CPF 641.186.309-15;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 86/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de móveis e eletrodomésticos, para atender às necessidades de diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Os proponentes deverão apresentar prazo de garantia de 01 (um) ano sob os produtos ofertados, contado a partir do recebimento dos produtos.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações

subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 86/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 09 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

MM SÃO JOSÉ LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Osni Rocha
CPF: 376.600.049-72;

ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Charles Madeira Melo
CPF: 844.078.839-87;

DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Vivaldino Pasqualotto
CPF: 655.988.909-25;

SUPRIMOVEIS LTDA EPP
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Marcio Rodrigues Xavier
CPF: 954.044.650-34;

RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Paulo Ademir Reus
CPF: 932.407.759-72;

VMLX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Leandro Bardini Idalino
CPF: 089.459.999-22;

EQUIPEL COMÉRCIO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Francisco Xavier de Moraes
CPF: 641.186.309-15;

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 44/FMS/2016

--	--

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 44/FMS/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME

OBJETO – O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para a aquisição de móveis e eletrodomésticos, para atender as necessidades do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) por meio da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 3.764,00 (três mil setecentos e sessenta e quatro reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2016

DOTAÇÃO - 1701.2.051.4490 (30); 1701.2.051.4490 (99).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial Nº 09/FMS/2016.

DATA DA ASSINATURA – 06 de junho de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0087_2016-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0087/2016 – PMF, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de uma Central Privada de Comutação Telefônica – CPCT, Tipo PABX CPA-T, incluindo o fornecimento de acessórios, licenças, instalação, configuração; assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos propostos durante o período de garantia; a serem instalados na Unidade de Saúde Nações no município de Fraiburgo. Retificação: FICA SUPRIMIDO DO ITEM 4.2 a Letra “j” e o ITEM 4.3 do Edital, mantendo-se a mesma data de abertura: ou seja: Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 14 de junho de 2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 14:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Fraiburgo (SC), 09 de junho de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.
Fraiburgo(SC), 09 de junho de 2016.
Ivo Biazolo – Prefeito

CT16PMF84

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF84
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CIDIMAR DA ROSA ME
Valor : 8.200,00 (oito mil e duzentos reais)
Vigência.....: Início: 03/06/2016 Término: 31/08/2016
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 79/2016
Objeto... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA REFORMA DE COBERTURA DO PAÇO MUNICIPAL, COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA.

Fraiburgo, 9 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0094_2016-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0094A/2016 – PMF
Objeto: Aquisição 01 (um) veículo automotor novo para uso do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, do Município de Fraiburgo -SC, Retificação: FICA RETIFICADO a data de abertura do certame. Desta forma, passará a data de abertura do certame para o dia 27.06.2016, sendo: Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 27.06.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Fraiburgo (SC), 09 de junho de 2016.
Ivo Biazolo – Prefeito

CT16PMF85

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF85
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: SC RACING LTDA
Valor : 37.032,00 (trinta e sete mil e trinta e dois reais).
Vigência : Início: 06/06/2016 Término: 31/07/2016
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 40/2016
Objeto : PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO EVENTO "TRANSCATARINA 2016", QUE É UM RALLY DE REGULARIDADE OFF-ROAD, ORGANIZADO PELA EMPRESA CONTRATADA COM AUTORIZAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE AUTOMOBILISMO - CBA, QUE SERÁ REALIZADO ENTRE OS DIAS 26 A 30 DE JULHO, COM LARGADA EM FRAIBURGO NO DIA 28 DE JULHO.

Fraiburgo, 9 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0095_2016-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0095/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, tipo furgão, com transformação para ambulância, para uso do Fundo Municipal de Saúde Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 27.06.2016 no protocolo geral do município junto a Secretaria-Executiva na sede da prefeitura, localizada a Avenida Rio das Antas, 185, Centro. Credenciamento: Até às 14:15 horas do mesmo dia no Setor de Compras e Licitações na sede da Prefeitura. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais

CT16PMF86

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF86
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CIDIMAR DA ROSA ME
Valor : 7.220,00 (sete mil duzentos e vinte reais)
Vigência : Início: 08/06/2016 Término: 31/08/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 82/2016
Objeto : AQUISIÇÃO DE TOLDO E CONCERTO DA ESTRUTURA METÁLICA E MÃO DE OBRA PARA TROCA, NO CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL FUNDAMENTAL ANTÔNIO PORTO BURDA.

Fraiburgo, 9 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

DECRETO Nº 151/2016

DECRETO Nº 151, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE DE LOTES CONSTANTES DA TERCEIRA ETAPA DO LOTEAMENTO PORTAL, DA EMPRESA INCORPORADORA DE IMÓVEIS BOM FUTURO LTDA., OBJETO DO DECRETO Nº 0199/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ivo Biazolo, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Nos termos do Processo Administrativo nº 3091/2015 e requerimento protocolado sob nº 4630/2016, fica autorizada a liberação de transmissão de propriedade dos lotes 0001 a 0014 da quadra 609, lotes 0011 a 0020 da quadra 603 e lote 0021 da quadra 606 do Loteamento Portal, referente a 3ª etapa de implantação.

Art. 2º. Permanece inalterado o prazo previsto no parágrafo 2º do inciso III do artigo 106 da Lei Complementar Municipal nº 097/2008 para conclusão total das obras.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 09 DE JUNHO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT16PMF87_DOM

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT16PMF87

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: Araujo & Araujo Comércio de Máquinas LTDA ME. Objeto: Aquisição de trator agrícola para equipar a patrulha agrícola deste Município. Valor Total do Contrato: R\$ 94.800,00 (noventa e quatro mil e oitocentos reais). Data do Contrato: 09.06.2016. Prazo de Vigência do Contrato: de 09.06.2016 a 31.12.2016. Processo Administrativo Licitatório: nº 0145/2016 – PMF. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 0005/2016. Recursos: 01.9275 (Convênio nº 2016TR000603, Processo nº SDR09 1123/2016, celebrado com o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Videira e o Município de Fraiburgo) e 03.0200 Recursos Ordinários da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

Fraiburgo (SC), 09 de junho de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito de Fraiburgo

PORTARIA Nº 1252/2016

PORTARIA Nº 1252, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0002 de 12 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0070/2016 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LEONECI HAASE, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 960.586.339-15, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga

horária de 40 horas semanais, no período de 01 de setembro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1253/2016

PORTARIA Nº 1253, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0002 de 12 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0071/2016 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LORENI TEREZINHA POSSEIRA COLOMBELLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 918.587.639-91, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de setembro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1254/2016

PORTARIA Nº 1254, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0002 de 12 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0072/2016 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VANESSA APARECIDA DE FRANÇA GARCIA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 065.363.859-00, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de setembro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12552016

PORTARIA Nº 1255, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0002 de 12 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0069/2016 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIANE MOREIRA DOS SANTOS SCHIRMER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.264.499-11, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de setembro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12562016

PORTARIA Nº 1256, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0002 de 12 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0068/2016 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELAINE DOS SANTOS RIBEIRO, brasileira, solteira inscrita no CPF sob o n.º 088.517.029-69, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de setembro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12572016

PORTARIA Nº 1257, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0003 de 12 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 029/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FRANCINALDA RODRIGUES CIRINO, brasileira, solteira inscrita no CPF sob o n.º 033.367.929-67, contratada em caráter temporário na função de INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12582016

PORTARIA Nº 1258, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0881/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANETE TEREZINHA DE OLIVEIRA FORLIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 938.491.259-04, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12592016

PORTARIA Nº 1259, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0880/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANE DE FÁTIMA MACHADO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 983.562.329-53, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12602016

PORTARIA Nº 1260, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0032 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0753/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSELITA LORENCINI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 051.049.619-90, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12612016

PORTARIA Nº 1261, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de

1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0032 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0755/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSUÉ MACHADO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 064.881.479-35, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12622016

PORTARIA Nº 1262, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0749/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JEAN CARLOS LIESCH, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 085.978.929-27, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12632016

PORTARIA Nº 1263, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0746/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que está por 40 horas semanais substituindo a servidora efetiva CLEUZA APARECIDA MARCONDES, que encontra-se em Auxílio-doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANDIRA DIRLEI PEREIRA DA CRUZ FERREIRA, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o n.º 933.503.689-72, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12642016

PORTARIA Nº 1264, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0744/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JACIRA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 043.489.399-42, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12652016

PORTARIA Nº 1265, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0743/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IZALINA SANTOS FIGUEIREDO DO

AMARAL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 646.845.559-68, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12662016

PORTARIA Nº 1266, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0741/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVETE FATIMA SEGALA PUHL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 781.766.899-04, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12672016

PORTARIA Nº 1267, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0740/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que está substituindo por 20 horas semanais a professora efetiva SIRLEI DE FÁTIMA CRUZ DOS PASSOS, que assumiu a direção da EMEF Professor Eurico Pinz

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVETE CORREA MAXIMILIANO KOENE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 633.118.529-15, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA, com carga horária de

20 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12682016

PORTARIA Nº 1268, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0021 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0739/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVETE CORRÊA FRAGOSO SAVIAN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 847.995.019-68, contratada em caráter temporário na função de PSICÓLOGO, com carga horária de 32 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12692016

PORTARIA Nº 1269, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0879/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVONETE TEREZINHA PAGANINI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 693.497.709-20, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12702016

PORTARIA Nº 1270, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0877/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVETE APARECIDA CORDEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 052.479.359-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12712016

PORTARIA Nº 1271, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0909/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCILENE TEREZINHA DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 800.474.249-15, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12722016

PORTARIA Nº 1272, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0906/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANA APARECIDA RICHTER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 063.270.399-79, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12732016

PORTARIA Nº 1273, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0903/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LIDIANE GARCIA DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 036.611.039-03, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12742016

PORTARIA Nº 1274, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de

1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0767/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIMARA DE MELLO GOETTEN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 042.843.579-30, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12752016

PORTARIA Nº 1275, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0757/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LANA OLIVEIRA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 089.375.899-07, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 30 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12762016

PORTARIA Nº 1276, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0038 de 02 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0764/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCENIR APARECIDA DA SILVA SANTOS CAMPOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 679.148.969-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ARTES – TEATRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12772016

PORTARIA Nº 1277, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0902/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LIA ANI CAREGNATO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 066.785.899-71, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12782016

PORTARIA Nº 1278, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0901/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LEUDILENE SOUSA SIQUEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 019.192.653-17 contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12792016

PORTARIA Nº 1279, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0900/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LETICIA RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 087.919.739-02, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12802016

PORTARIA Nº 1280, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0898/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LEILIANE RODRIGUES AUGUSTIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 101.271.569-84, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12812016

PORTARIA Nº 1281, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0896/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de KELLI TAÍZE SANTOS ROSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 099.562.439-90, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12822016

PORTARIA Nº 1282, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0895/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de KARINE MÜLLER BARTOLOMEU, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 077.627.959-95, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12832016

PORTARIA Nº 1283, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em

conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0894/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de KARINE CAMARGO DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 106.014.529-41, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12842016

PORTARIA Nº 1284, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0893/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JULIANA MOREIRA VALTER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 059.998.899-10, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12852016

PORTARIA Nº 1285, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0892/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JUCIMARA WEBER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 045.672.369-20, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12862016

PORTARIA Nº 1286, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0891/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JUCELENE MENDES DE BORBA RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 003.377.509-55, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12872016

PORTARIA Nº 1287, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0083/2016, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora JARCIANE ZANON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 037.496.459-90 nomeada no cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, no período de 01 de agosto de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RECURSOS FEDERAIS 10.06.2016

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
03.06.2016	FNDE	PNAP	11.080,00
03.06.2016	FNDE	PNAC	18.020,00
03.06.2016	FNDE	AEE	1.280,00
03.06.2016	FNDE	PNAEJA	750,00
03.06.2016	FNDE	PNAE	3.900,00
03.06.2016	FNDE	PNAE	23.490,00
03.06.2016	FNDE	PNATE MÉDIO	4.624,57
03.06.2016	FNDE	PNATE INFANTIL	831,67
03.06.2016	FNDE	PNATE FUNDAMENTAL	10.647,85

Secretaria de Finanças

TA16PMF82

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF82 - Contrato Nº: CT16PMF56

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

Valor : 840,55 (oitocentos e quarenta reais e cinquenta e cinco centavos).

Vigência : Início: 06/06/2016 Término: 31/07/2016

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2016

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, ALÍNEA "B" E § 1º DA LEI Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO CONFORME SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO CORPO DE BOMBEIROS (ANEXO AO PROCESSO), PARA UM ACRÉSCIMO NO VALOR TOTAL DE R\$ 840,55 (OITOCENTOS E QUARENTA REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).

Fraiburgo, 9 de Junho de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF83

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF83 - Contrato Nº: CT12PMF154

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

Valor : 3.000,00 (três mil reais)

Vigência : Início: 06/06/2016 Término: 24/07/2017

Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Nº.: 8/2012.

Objeto : EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, II DA LEI Nº. 8.666/93 E COM A CLÁUSULA SÉTIMA DO CONTRATO ORA ADITADO, AS PARTES ACORDAM EM PRORROGAR O CONTRATO POR 12 (DOZE) MESES, DE 25/07/2016 ATÉ 24/07/2017. OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CONTRATO ORA ADITADO PARA A COBERTURA DAS DESPESAS DECORRENTES DESTES CONTRATOS TÊM SEU VALOR ESTIMADO EM R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Fraiburgo, 9 de Junho de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF84**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF84 - Contrato Nº: CT16PMF32

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais).

Vigência : Início: 08/06/2016 Término: 31/03/2017

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 4/201.

Objeto.....: AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A SUSPENSÃO DO PAGAMENTO MENSAL DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO MENSAL DO SISTEMA DO ALMOXARIFADO PÚBLICO, IMPLANTADO CONFORME TERMO ADITIVO Nº TA16PMF31, EM VIRTUDE DA NECESSIDADE DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DE MATERIAIS NO SISTEMA DE COMPRAS COM AS INFORMAÇÕES DE GRUPO E CLASSE, MATERIAL ATIVO OU INATIVO, CONFORME SOLICITAÇÃO Nº 09/2016 DO SETOR CONTÁBIL.

Fraiburgo, 9 de Junho de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

AMUF - ASSOCIAÇÃO DS MÚSICOS DE FRAIBURGO 2016**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO TC 28**BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS**

(Adiantamento, Subvenções, Auxílios, Contribuições, Convênios)

Unidade Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
Ordenador da Despesa: IVO BIAZZOLO				
Entidade Beneficiada: ASSOC. MUSICOS DE FRAIBURGO - AMUF				CNPJ:15.709.862/0001-65
ENDEREÇO: RUA NEREU RAMOS, 905			CEP: 89.580-000	
Nota de Empenho: 71		Data:04/01/2016	Valor : R\$ 13.500,00	
Projeto Atividade: 2.004		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS		
Item/Fonte: 3.3.50.41.99		OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		
Ordem de Pagamento:	3604	Data:11/05/2016	Parcela:R\$1.125,00	
Histórico da Finalidade: .TRANSFERENCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA CUSTEAR DESPESAS DO PROJETO "MUSICA PARA TODOS",QUE ALEM DE AUXILIAR NA COORDENAÇÃO MOTORA E NO PRÓPRIO MELHORAMENTO ESCOLAR DO ALUNO,TABÉM INCETIVARÁ O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA NESTE MUNICÍPIO, DIPONIBILIZANDO 104 VAGAS NO PERIODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016.CV15PMF0008				
Documento		HISTÓRICO	RECEBIDO	PGTO
NÚMERO	DATA			
3604	11/05/2016	REPASSE PREFEITURA MUNIC. FRAIBURGO	1.125,00	
05/2016	24/05/2016	Envio TEV Modesto Vanz-Aluguel		900,00
201601	08/06/2016	Pagamento Prof Joao lenon Rodrigues		225,00
		TOTAL GERAL	1.125,00	1.125,00

Fraiburgo,08 de Junho de 2016.

Luan R. Antunes Rangel
Presidente

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 110/2016

DECRETO N.º 110, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 22.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	20.000,00
12361282.025 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	20.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.000,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	2.000,00
3.1.90.0.1.29.000004 - Aplicações Diretas	2.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	20.000,00
12361282.025 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	20.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.000,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	2.000,00
3.3.90.0.1.29.000004 - Aplicações Diretas	2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 10/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

EXTRATO DO CONVENIO 002/2016

EXTRATO DO CONVENIO 002/2016

CONVÊNIO: 002/2016

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Garopaba

CNPJ: 82.836.057/0001-90

CONVENIENTE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

CNPJ: 79.679.940/0001-09

OBJETO: Assegurar a manutenção das atividades desenvolvidas pela Entidade

VALOR: R\$ 42.800,00

VIGÊNCIA: 09/06/2016 a 31/12/2016

AMPARO LEGAL: Lei Municipal 1.976 de 06 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 0011/2016

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 0011/2016

De ordem do Ilustríssimo Senhor Bacharel JEAN NASCIMENTO PACHECO, Presidente da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Gov. Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem interessar possa que, no dia 15 do mês de junho de 2016 (15/06/2016), às 9h, em sessão ordinária, serão julgados na Sala de Sessões, os recursos referentes aos seguintes processos:

10270053472014 – Recurso Ordinário – Recorrente: FLORENTINA CAROLINA BOTELHO (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

10270020242016 – Recurso Ordinário – Recorrente: JOSE GUSTAVO DE AZEVEDO MISURELLI (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

10270020222016 – Recurso Ordinário – Recorrente: CLAUDIA SILVEIRA (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

10270020402016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: FLAVIO JOSE DIAS FEDERBUSH (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

10270020162016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: JOSÉ HENRIQUE DE SOUZA NETO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

10270025822015 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: FABIANO D'ANGELO DE DONATO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

10270025802015 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: ROSELAINE DA SILVA CEZAR - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Garopaba, 09 de junho de 2016.

Emanuele Barcellos Candido

Secretária-Geral da JARF

Publicado a presente Pauta no DOM/SC em 10/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 471/2016

PORTARIA N.º 471, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que o Ofício ADM nº164/2016 solicita a abertura de Processo Administrativo Disciplinar embasado no Ofício SMAP 028/2016, o qual reporta o fato do servidor Ricardo José Cardoso ter utilizado máquina agrícola para fins particulares sem autorização de seu superior imediato;

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições; ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido";

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar os fatos relatados através do Ofício SMAP nº. 028/2016.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem a Comissão os servidores KAREN LLOYD ALVES MADEIRA, JOSÉ ANTONIO GONÇALVES E CLAUDIO PEREIRA para, sob a presidência da primeira, conduzirem o Processo Administrativo de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 09 de junho de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

CONTRATO Nº 102/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

CONTRATO Nº 102/2016

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. ELAINE NOGUEIRA FERREIRA, brasileira, casada, cuidadora, RG nº 4.091.686, CPF: 038.948.649-31, residente e domiciliada na Rua Carlos Borgenhausen, 1250, Georgia Paulo, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de CUIDADOR do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 93 (noventa e três) dias, com carga horária de 220 horas mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo inicial do presente contrato é de 08 de junho de 2016, terminando no dia 08 de setembro de 2016, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1.107,92 (hum mil, cento e sete reais e noventa e dois centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 01/98 e 18/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, Assistência Social, Assistência Comunitária, Promoção e Prevenção do Desenvolvimento Social, Manutenção do Departamento de Desenvolvimento Social e Habitação

– 09.001.08.244.1023.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 06 de junho de 2016	Resp. Secretaria Mun. Des. Social e Habitação
Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Vanessa M.B. Nagel
Contratado	
Iolando de Assis Cpf: 618.330.889-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

Gaspar

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 129/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 129/2016

OBJETO: Locação de bem imóvel com área privativa de 218,00 m², em um terreno de 1.941,05 m², localizado na Rua das Palmeiras, nº 35, Bairro Margem Esquerda, Gaspar/SC, destinado a abrigar as instalações do CRAS – Centro de Referência em Assistência Social. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADO: ISONEIDE KNIHS (CPF nº 114.092.148-77). BASE LEGAL: Art. 24, X, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 31 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de junho de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4.028, DE 09 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 4.028, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE POR SUPOSTA FALHA NA EXECUÇÃO DE CONTRATO

MARCELO FONTES SCHRAMM, Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer, no cumprimento dos deveres e atribuições estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado processo administrativo para apurar a responsabilidade e possível aplicação de sanção administrativa prevista na ATA de Registro de Preços nº 04/2016, conforme o disposto na Decisão Administrativa FME – 01/2016, por suposta falha na execução do contrato (item 8.4 “f” da ATA de Registro de Preços nº 04/2016), irregularidade caracterizada pela não disponibilização de assistência técnica durante a realização do evento

Art. 2º Ficará responsável pela instrução do Processo a Superintendência de Suprimentos, na pessoa do servidor JEFERSON DEBUS, que será responsável pela instrução e conclusão de todo o procedimento, devendo ser observado o disposto na Lei 8.666/1993 e subsidiariamente a Lei 9784/1999.

Art. 3º Caso comprovada a falha na execução de obrigação assumida, poderá ser aplicada a seguinte penalidade:

I – Advertência; e/ou

II – Multa de até 20% (vinte por cento) do valor da Autorização de Empenho nº 2016/1431.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, mediante requerimento justificado.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de junho de 2016.

Marcelo Fontes Schramm

Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 130/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 130/2016

OBJETO: Locação de bem imóvel com 343,07 m², de área privativa mais três vagas de garagem com 16,25 m² cada, totalizando 391,82m², localizado na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Edifício Crescência Schneider, 1º andar, deste Município, destinado a abrigar as instalações do CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADO: PACA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA (CNPJ nº 83.449.728/0001-22). BASE LEGAL: Art. 24, X, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 31 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

PORTARIA Nº 4.025, DE 07 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 4.025, DE 07 DE JUNHO DE 2016.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 04/2016, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR K.H.J.R.B.B., E PRORROGA O PRAZO DO AFASTAMENTO CAUTELAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base nos artigos 183 e 177, parágrafo único, da Lei Municipal nº 1.305 de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n. 03/2016 – PAD 04/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 12 de junho de 2016, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 04/2016, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor K.H.J.R.B.B.

Art. 2º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 12 de junho de 2016, o afastamento cautelar do servidor K.H.J.R.B.B., visando a preservação da ordem administrativa, do saudável funcionamento da administração pública e do interesse público.

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

ERRATA PREGÃO RP 30/2016

ERRATA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 30/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA AS SECRETARIAS INTEGRANTES DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS INCLUINDO A SECRETARIA DE SAÚDE.

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público a errata da licitação, em virtude de um pedido de esclarecimento, e visando maior competitividade:

No Edital, Anexo I, onde se lê:

- "Software: Todos os equipamentos serão entregues instalados com Sistema Operacional Windows 8.1 Professional (64 Bits) ou superior, Português (Brasil), Licença de uso, integrado pelo fabricante.
- Garantia: Deve possuir garantia mínima de 36 meses on-site, prestados pelo próprio fabricante ou por sua assistência técnica autorizada (esta condição deverá ser comprovada por meio de declaração do fabricante específica) ”.

Leia-se:

- "Software: Todos os equipamentos serão entregues instalados com Sistema Operacional Windows 8.1 Home ou superior, Português (Brasil), Licença de uso, integrado pelo fabricante.
- Garantia: Deve possuir garantia mínima de 12 meses, prestados pelo próprio fabricante ou por sua assistência técnica autorizada (esta condição deverá ser comprovada por meio de declaração do fabricante específica) ”.

As demais especificações permanecem inalteradas.

Os dúvidas ou informações na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 09 de Junho de 2016.

Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO 08/2016

DECRETO Nº 08/2016, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

“FIXA PRAZO PARA O RECOLHIMENTO DO IMPOSTO FIXO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN FIXO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Artigo 1º. Fica fixado o prazo para recolhimento do ISSQN Fixo – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, do Exercício de 2016, assim compreendido:

I - Parcela única sem desconto: 30/06/2016.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,

20 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 20 de abril de 2016.

JANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MÜLLER

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

LEI COMPLEMENTAR 22/2016

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 22/2016

(De 08 de junho de 2016)

“ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 03/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO/EXPANSÃO DO PERÍMETRO URBANO E A FORMAÇÃO DE NÚCLEOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o Art. 1º e o respectivo Parágrafo Único da Lei Complementar Municipal nº 03/2013, de 12 de novembro de 2013, passando a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ampliar o Perímetro Urbano na Localidade de Alto Rio Pequeno, formando o Núcleo Urbano Alto Rio Pequeno, composto por três áreas: a primeira possui 45.741,45m² (quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco centímetros quadrados), parte da Matrícula 23.399, L-2-CE, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Braço do Norte/SC, área esta transformada em Perímetro Urbano por meio da Lei Municipal nº 1.533/2008; a segunda área possui 35.249,33m² (trinta e cinco mil, duzentos e quarenta e nove metros e trinta e três decímetros quadrados), parte da Matrícula 24.756, matriculada no Cartório de

Registro de Imóveis da Comarca de Braço do Norte/SC, área esta transformada em Perímetro Urbano por meio da Lei Municipal nº 1.696/2010; e a terceira área a integrar o Núcleo Urbano Alto Rio Pequeno possui 115.908,86m² (cento e quinze mil, novecentos e oito metros e oitenta e seis decímetros quadrados), devidamente matriculada sob M-27.632, perfazendo as três áreas, a área total de 196.899,64m² (cento e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e nove metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), núcleo este cujas confrontações encontram-se delimitadas no Memorial Descritivo que segue.

Parágrafo Único. Ao NORTE, com treze linhas que seguem: a primeira linha parte do Leste em direção ao Oeste, desta segue a segunda linha em direção ao Norte, desta segue a terceira linha em direção ao Oeste, desta segue a quarta linha em direção ao Sul, desta segue a quinta linha em direção ao Oeste, desta segue a sexta linha em direção ao Noroeste, desta segue a sétima linha em direção ao Oeste, desta segue a oitava linha em direção ao Norte, desta segue a nona linha em direção ao Leste, desta segue a décima linha em direção ao Norte, desta segue a décima primeira linha em direção ao Leste, desta segue a décima segunda linha em direção ao Norte, desta segue a décima terceira e última linha em direção ao Oeste, todas com terras Saturnino Antunes; ao SUL, com terras de Lúcio Martins Dacoregio e Grão-Pará Fabricação de Ataúdes Ltda; ao LESTE, com nove linhas que seguem: a primeira linha parte do Sul, na extrema com a Empresa Fabricação de Ataúdes Ltda, em direção ao Norte; desta, segue a segunda linha em direção ao Oeste; desta, segue a terceira e quarta linha em segmento de retas em direção ao Sudoeste; desta, segue a quinta linha em direção ao Sul; desta, segue a sexta linha em direção ao Oeste, desta, segue a sétima linha em direção ao Norte, desta, segue a oitava linha em direção ao Leste, todas com terras de Jacó Heidemann; desta, segue a nona linha em direção ao Norte com terras de Joceli De Pieri de Oliveira, Edinei Heidemann Michels e Sinara Amador Vieira; e, ao OESTE, com onze linhas que seguem: a primeira linha parte do Sul, na extrema com terras de Lúcio Martins Dacoregio e a margem esquerda do Rio Pequeno em direção ao Norte com a margem esquerda do Rio Pequeno, desta, segue a segunda linha em direção ao Leste com terras de Vergínio Bagio, desta, segue a terceira linha em direção ao Norte com terras de Vergínio Bagio, desta, segue a quarta linha em direção ao Nordeste com terras de Vergínio Bagio, desta, segue a quinta linha em direção ao Noroeste com terras de Vergínio Bagio, desta, segue a sexta linha em direção ao Norte com a margem esquerda do Rio Pequeno, desta, segue a sétima linha em direção ao Leste com terras de Saturnino Antunes, desta, segue a oitava linha em direção ao Nordeste com terras de Saturnino Antunes, desta, segue a nona linha em direção ao Leste com terras de Saturnino Antunes, desta, segue a décima linha em direção ao Nordeste com terras de Saturnino Antunes, e desta segue a décima primeira e última linha em direção ao Norte com terras de Saturnino Antunes.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 08 de junho de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 08 de junho de 2016.

JANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MÜLLER
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 2.040

LEI MUNICIPAL Nº 2.040/2016

(De 08 de junho de 2016)

“DISPÕE SOBRE OS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ PARA A PRÓXIMA LEGISLATURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I**AGENTES POLÍTICOS DO PODER EXECUTIVO**

Art. 1º. Os subsídios dos Agentes Políticos do Município de Grão-Pará é fixado e regulamentado por esta Lei, para o mandato a iniciar-se em 1º de janeiro de 2017, sendo os valores iniciais mantidos os mesmos da atual Legislação, conforme segue:

§ 1º. O Prefeito Municipal receberá, mensalmente, a título de subsídio, o valor de R\$ 9.738,60 (nove mil, setecentos e trinta e oito reais e sessenta centavos).

§ 2º. O Vice-Prefeito Municipal receberá, mensalmente, a título de subsídio, o valor de R\$ 4.869,30 (quatro mil, oitocentos e sessenta e nove reais e trinta centavos).

§ 3º. Os Secretários Municipais receberão, mensalmente, a título de subsídio, o valor de R\$ 4.494,73 (quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e três centavos).

§ 4º. O Chefe de Gabinete, Agente Político com prerrogativas de Secretário Municipal, receberá, mensalmente, a título de subsídio, o valor de R\$ 4.494,73 (quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e três centavos).

§ 5º. O Prefeito, o Vice-Prefeito, Secretários e Chefe de Gabinete receberão, anualmente, o 13º (décimo terceiro) subsídio.

Art. 2º. Fica vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

§ 1º. O Secretário Municipal, se ocupante de cargo efetivo do Município, poderá optar pela remuneração que for mais vantajosa.

§ 2º. A vedação contida neste artigo não se aplica ao pagamento de vantagens pessoais, quando o Secretário for ocupante de cargo efetivo do Município.

§ 3º. A hipótese de acréscimo prevista no Parágrafo anterior incidirá sobre o vencimento do cargo efetivo do titular da Secretaria.

§ 4º. O Vice-Prefeito, se nomeado Secretário ou Chefe de Gabinete, ao assumir o cargo de Prefeito Municipal, mesmo que temporariamente, deverá optar pelo recebimento de seu subsídio ou do respectivo cargo, sendo vedada a acumulação.

§ 5º. A revisão dos subsídios dos Agentes Políticos do Executivo Municipal, de que trata esta Lei, dar-se-á na mesma data e nos mesmos índices aplicados aos vencimentos dos Servidores Públicos Municipais.

TÍTULO II**AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO**

Art. 3º. O Vereador receberá, a título de subsídio, o valor mensal de R\$ 2.807,15 (dois mil, oitocentos e sete reais e quinze centavos).

Art. 4º. O Presidente da Câmara Municipal receberá, a título de Verba de Representação, de caráter indenizatório, o valor mensal equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do subsídio de Vereador.

Art. 5º. A ausência do Vereador ou Presidente às Sessões Ordinárias da Câmara, sem justificativa, implicará desconto de ¼ (um quarto) de seu subsídio por sessão, até o limite de ¾ (três quartos) de seu subsídio.

Art. 6º. Os Vereadores receberão, anualmente, 13º (décimo terceiro) subsídio.

Art. 7º. É expressamente vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 8º. O subsídio dos vereadores, de que trata esta Lei, somente poderão ser alterados por Lei específica, assegurada a revisão geral e anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Art. 9º. O Vereador, se nomeado Secretário Municipal ou Chefe de Gabinete, ou assumir o cargo de Prefeito Municipal, mesmo que temporariamente, deverá optar pelo recebimento de seu subsídio ou do respectivo cargo, sendo vedada a acumulação.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 08 de junho de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 08 de junho de 2016.

JANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MÜLLER
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 2.041

LEI MUNICIPAL Nº 2.041/2016

(De 08 de junho de 2016)

“AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE CONVÊNIO COM O HOSPITAL SANTA TEREZINHA, DE BRAÇO DO NORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a realizar Convênio, com a Sociedade Beneficente Santa Teresinha – Hospital Santa Teresinha, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ MF sob o n. 86.437.845/0001-64, estabelecido na Rua Jacob Batista Uliano, 288, Centro, Braço do Norte/SC, até 31 de dezembro de 2016, para atendimento de urgência e/ou emergência a pacientes de Grão-Pará.

Parágrafo único. O valor do Convênio de que trata o art. 1º será de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), dividido em 09 (nove) parcelas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à prestação de contas da parcela anterior.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no Orçamento do Município vigente para o Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 08 de junho de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 08 de junho de 2016.

JANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MÜLLER
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 80.16 LOCAÇÃO DE SOFTWARE CONTROLE INTERNO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº80/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 97/16, Edital de Pregão Presencial Nº 80/16, Objeto: Contratação de Empresa para locação de software e suporte para implementação do controle interno; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 22/06/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 22/06/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 09 de junho de 2016.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 81.16 SEGURO DE VEÍCULOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº81/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 98/16, Edital de Pregão Presencial Nº 81/16, Objeto: Contratação de Seguro de Veículos; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 22/06/16; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 22/06/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 10 de junho de 2016.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 103/2016 – PMG.

Processo Licitatório: 103/2016 – PMG.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: Aquisição de bica corrida 1,5 para a recuperação de ruas nos bairros Caixa d'Água, Poço Grande e Jacu Açu do município de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 22/06/2016 às 15h30.

Abertura dos Envelopes: 22/06/2016 às 15h30.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 9 de junho de 2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016 – PMG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2015 – PMG

Objeto: Registro de preços para a contratação para a prestação do serviço de calceteiro para o município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 046/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, em Guaramirim (SC).

Fornecedor: LUANA C. DE CAMPOS PAVIMENTACAO – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.664.568/0001-00, estabelecida na Rua Marcelo Bari, nº 628, bairro Tifa Martins, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina.

Vigência: Início: 08/06/2016 Término: 07/06/2017.

Fornecedor: 3012000 - LUANA C. DE CAMPOS PAVIMENTAÇÃO - ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	10000	M2	SERVIÇO DE CALCE-TEIRO	13,79	137.900,00
Total				R\$137.900,00	

Guaramirim (SC), 8 de junho de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 191/2016

PORTARIA Nº. 191/2016

Nomeia membros para comporem a Comissão de Avaliação de Amostras para processo de licitação nº. 25/2016/FMS, para aquisição de materiais odontológicos.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Avaliação de Amostras para processo de licitação nº. 25/2016/FMS, para aquisição de materiais odontológicos:

I – Adriana R. S. de Andrade;

II – Claudia Bez;

III – Luiz Roberto de Almeida Filho;

IV – Vinicius Menezes Machado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 27/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 27/2016 - Tomada de Preço Nº. 05/2016.

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra para ampliação de Rede de Distribuição de água, oriunda de poço tubular profundo na Linha Cembrani, município de Guarujá do Sul

Habilitação e Propostas: 29/06/2016 (Documentação 08:15 e abertura as 08:30).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 09 de junho de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003_2016_SMS_HO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016/SMS/HO

de 10 de junho de 2016.

ABRE INSCRIÇÕES E FIXA NORMAS AO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARATER TEMPORÁRIO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE.

O Prefeito do Município de HERVAL D'OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde do município, e tendo por base as Leis Municipais nº 280/2011, 281/2011, e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, e, Considerando a necessidade de excepcional interesse público, tendo em vista, estabelece normas para realização de Processo Seletivo de Provas para contratação de servidores em caráter temporário para atuar na Unidade de Pronto Atendimento – UPA / Secretaria Municipal de Saúde de Herval d' Oeste, que se regerá pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

I. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 .O presente Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 15, Centro, Herval d'Oeste (SC), telefone (49) 3554-2429.

1.2 .O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas existentes, de acordo com o previsto no anexo I.

1.3 .A habilitação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a sua contratação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.

II. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão recebidas na Unidade de Pronto Atendimento – UPA de Herval d'Oeste – SC, na Rua Nereu Ramos, nº 1400, Bairro São Vicente, na cidade de Herval d'Oeste, SC, no período de 13/06/2016 à 17/06/2016 no horário das 08:00 às 11:30 horas.

2.2. A inscrição neste Processo Seletivo implicará, desde logo, no conhecimento e na aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital.

2.3. A inscrição somente será efetuada pelo próprio candidato, ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo.

2.4. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos constantes na Tabela de Cargos deste Edital.

2.5. A inscrição será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, ocasião em que o candidato, sob as penas da Lei, declarará:

2.5.1- Ter nacionalidade brasileira;

2.5.2- Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

2.5.3 - Ser portador de CPF válido;

2.5.4- Gozar de boa saúde;

2.5.5- Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, por meio da assinatura de regular termo de declaração;

2.5.6- Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

2.5.7- Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo;

2.6. Os documentos relativos à comprovação de escolaridade, requisitos mínimos exigidos para o exercício do cargo, deverão ser apresentados e comprovados quando da convocação para a contratação do candidato.

2.7. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste Edital, não terá sua inscrição homologada, e, em consequência, serão anulados todos os atos decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.8. A inscrição será somente presencial, não podendo ser feita pelo correio, e-mail ou fac-símile, e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.9. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.

2.10. Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.11. A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do Processo Seletivo.

2.12. A fidedignidade das informações contidas na Ficha de Inscrição, a qual estará disponível no local das inscrições, é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal.

III. DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Ao candidato portador de necessidades especiais é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5 % (cinco por cento) das vagas oferecidas, de acordo com o artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal.

3.2. Serão consideradas necessidades especiais somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298/99.

3.3. Na sua inscrição, o portador de necessidades especiais deverá indicar no espaço apropriado, constante da Ficha de Inscrição, as condições especiais que necessitar para realizar as provas.

- 3.4. O candidato portador de deficiência visual que solicitar provas e o cartão-resposta com letras ampliadas, receberá os mesmos com tamanho de letra correspondente à fonte 24, cabendo ao candidato sua leitura e marcação das respostas no respectivo cartão-resposta.
- 3.5. A declaração de necessidades especiais, para efeito de inscrição e realização das provas, não substitui, em hipótese alguma, a avaliação para fins de aferição da compatibilidade ou não da deficiência física, que julgará a aptidão física e mental necessárias para exercer as atribuições do cargo.
- 3.6. O candidato portador de necessidades especiais, após realizar sua inscrição, no prazo previsto no item 2.1, deverá entregar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com o respectivo enquadramento na Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da necessidade especial e o não impedimento do candidato ao exercício do cargo pretendido, pessoalmente ou por intermédio de procurador, no local das inscrições, impreterivelmente até o último dia e horário estabelecido para as inscrições.
- a) Somente serão aceitos atestados médicos cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.
- b) O candidato portador de necessidades especiais submeter-se-á, quando convocado, a exame perante comissão interdisciplinar credenciada pelo Município de Herval d'Oeste, que verificará a existência da deficiência declarada na Ficha de Inscrição, bem como de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.
- 3.7. O candidato portador de necessidades especiais participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
- 3.8. O candidato portador de necessidades especiais que necessitar de tempo adicional para realização das provas, deverá requerê-lo com justificativa, quando da sua inscrição.
- 3.9 A solicitação de condições diferenciadas será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade, e será deferida pela Comissão Especial para o Processo Seletivo devendo obedecer aos seguintes requisitos: ser datilografada ou digitada em duas vias devidamente assinadas com a argumentação da solicitação.
- 3.10. A publicação do resultado final do certame será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência e a segunda, somente a pontuação destes.
- 3.11. Não havendo candidatos classificados para a vaga reservada aos portadores de necessidades especiais, esta será preenchida pelos demais candidatos classificados, respeitando-se a ordem de classificação.

IV. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante no anexo III deste Edital, e estarão disponíveis no mural público da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste/SC.
- 4.2. Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.
- 4.3. O candidato deverá verificar a relação de inscrições homologadas para confirmar sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido homologada, o mesmo não poderá prestar provas.

V. DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

- 5.1. Os candidatos habilitados e classificados neste Processo Seletivo serão admitidos em caráter temporário e a contratação obedecerá ao Regime Jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Herval d'Oeste e serão filiados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

VI. DAS PROVAS

- 6.1. O Processo Seletivo constará de prova objetiva, de acordo com as especificações e disposições deste Edital.
- 6.2. Todos os candidatos deverão realizar a prova no mesmo dia, horário e local, não podendo a mesma ser realizada individualmente ou em data, horário ou local que não seja o especificado neste Edital e em suas alterações posteriores.
- 6.3. A prova será realizada no dia 23/06/2016 no Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe, sito à Rua Senador Euzebio – Bairro Centro – Herval d'Oeste – SC, tendo início às 19h e término às 22h (prazo de duração de três horas), sendo que o fechamento dos portões ocorrerá às 18:45h, recomendando-se que o candidato esteja no local das provas até às 18h30min munido de documento de identidade.

VII. DA PROVA OBJETIVA

- 7.1 A prova será objetiva e constará de 25 (vinte e cinco) questões, com 4 (quatro) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas 01 (uma) deve ser assinalada.
- 7.2. A prova objetiva inclui questões de Língua Portuguesa e Conhecimentos específicos, conforme ementa das disciplinas constantes do anexo II, parte integrante deste Edital, e será realizada em etapa única de três (03) horas de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.
- 7.3. A pontuação de cada questão será de 0,4 pontos.
- 7.4. Para a realização da prova objetiva, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica, de tinta azul ou preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.
- 7.5. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.
- 7.6. Para a entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar a cédula de identidade original ou carteira expedida pelo órgão de classe original.
- a) Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).
- b) Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.
- c) Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.
- d) Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

e) Por ocasião da realização da prova, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida acima, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

7.7. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

7.8. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

7.9. Durante a realização das provas é vedada consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato no Processo Seletivo. Os telefones celulares e outros equipamentos eletrônicos serão entregues desligados aos fiscais da sala antes do início da prova, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

7.10. Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questão(ões) que contenha(m):

a) emenda (s) e/ou rasura(s), ainda que legível (eis), no cartão-resposta;

b) mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;

c) espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;

d) cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

7.11. No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

7.12. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após 30 (trinta) minutos de seu início.

7.13. O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala, o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de prova. Caso não o faça, será eliminado automaticamente do Processo Seletivo.

7.14. Os três últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local simultaneamente.

7.15. Os candidatos deverão comparecer ao local de prova com antecedência de trinta (30) minutos em relação ao início da mesma, sendo vedado o acesso ao local de prova ao candidato que se apresentar após o seu início.

7.16. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova, nem a realização de prova fora do horário e local estabelecidos no Edital para todos os candidatos.

7.17. A prova objetiva será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 1 (uma) decimal, sem arredondamento.

7.18. Será considerado aprovado na prova objetiva o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

7.19. O Gabarito referente à prova objetiva será divulgado a partir das 10 horas do primeiro dia útil após a realização da referida prova, no mural público da Prefeitura Municipal.

7.20. Havendo impugnação de questões da prova objetiva, o candidato poderá preencher um requerimento no momento em que estiver prestando a prova e entregar ao fiscal de sala.

a) O formulário de impugnação de questão poderá ser fornecido ao candidato no dia da realização da prova, caso este o solicite.

b) As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas juntamente com a classificação final do Processo Seletivo, bem como o gabarito oficial definitivo, na ocorrência de recurso procedente.

c) A questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos.

VIII. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da nota final.

8.2. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

a) maior nota na prova de conhecimentos específicos;

b) por idade, dando preferência aos mais velhos;

c) maior nota na prova de língua portuguesa;

d) se mesmo assim persistir o empate, o critério adotado será o sorteio.

8.3. A data da divulgação da classificação final é a constante no cronograma previsto no anexo III deste Edital e será divulgada nos meios oficiais de publicação a critério da Administração Pública Municipal.

8.4. A listagem a que se refere o item acima conterá somente os candidatos aprovados, em ordem de classificação, com as notas detalhadas de acordo com a modalidade de prova.

8.4.1. Os candidatos que não lograrem aprovação e desejarem saber suas notas poderão enviar solicitação à comissão especial, por escrito, digitado ou datilografado.

8.4.2 A solicitação de que trata o item acima deverá conter: nome, CPF e data de nascimento do candidato interessado.

IX. DOS RECURSOS

9.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do Processo Seletivo, que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos constantes do anexo III;

a) homologação das inscrições;

b) publicação do gabarito provisório da prova objetiva;

c) divulgação da nota da prova objetiva;

d) divulgação do resultado final do Processo Seletivo.

9.2. O recurso deverá obedecer aos seguintes requisitos: ser datilografado ou digitado em duas vias, assinado; ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente; ser apresentado em folhas separadas, para questões diferentes.

9.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser entregues e protocolados pessoalmente pelo candidato ou por seu procurador, na Secretaria Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, dentro do seu horário de funcionamento, cabendo à Comissão Especial do Processo Seletivo a apreciação.

9.4. O candidato que desejar obter o teor das provas após a realização do Processo Seletivo, poderá fazê-lo através de contato com a Comissão Especial.

9.4.1. A solicitação de que trata o item acima deverá conter: nome, CPF e data de nascimento do candidato interessado.

9.5. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.

9.6. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, Internet ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados.

e indeferidos.

9.7. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer, coletivamente.

9.8. Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que realizaram a prova objetiva.

9.9. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída, conforme se verifique ou não erros na conferência.

a) Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

b) As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão dadas a conhecer, coletivamente.

9.10. A Comissão Especial do Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão recursos ou revisões adicionais.

X. DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. O resultado final do Processo Seletivo objeto deste Edital será homologado pela autoridade competente e publicado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste e no órgão de publicação oficial do Município de Herval d'Oeste.

XI. DA CONTRATAÇÃO

11.1. Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

a) Comprovante de regularidade com as obrigações militares (em caso de candidato do sexo masculino);

b) Comprovante de regularidade com as obrigações eleitorais;

c) Diploma de conclusão de curso conforme habilitação mínima exigida no anexo I deste Edital;

d) Registro no respectivo Conselho Profissional regulamentador da profissão, caso seja exigido como habilitação mínima constante no anexo I deste Edital;

e) Declaração de bens;

f) Declaração de não acumulação de cargo público ou de condições de acumulação amparada pela Constituição;

g) Laudo médico de saúde física e mental.

h) Ter idade mínima de (dezoito) 18 anos no ato da contratação.

11.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a contratação.

11.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

XII. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

12.1. Delega-se competência à Comissão Especial do Processo Seletivo para:

a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objetivas;

b) apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;

c) emitir relatórios de classificação dos candidatos;

d) prestar informações sobre o Processo Seletivo;

e) definir normas para aplicação das provas;

f) constituir comissão interna do Processo Seletivo e designar bancas examinadoras, conforme a necessidade.

XIII. DO FORO JUDICIAL

13.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Herval d'Oeste.

XIV. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação dos candidatos para a prova correspondente.

14.2. A contratação dos profissionais aprovados neste teste seletivo terá validade de 01 (UM) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

14.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas previsto em lei, garantindo-se a vaga ao candidato portador de deficiência, que atingir a média mínima e devidamente qualificado para atender as atribuições do cargo a que for necessário.

14.4. O candidato classificado no Processo Seletivo, que não quiser ser contratado ou não entregar os documentos exigidos quando convocado, poderá requerer, de forma expressa, sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

14.5. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

14.6. Será excluído do certame, por ato da Comissão Especial do Processo Seletivo, o candidato que:

a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas, desde que devidamente comprovado;

b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;

c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;

d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem autorização ou sem estar acompanhado de um fiscal.

14.7. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

14.8. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim.

14.9. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Herval d'Oeste.

Herval d'Oeste, 10 de junho de 2016

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

ANEXO I

DAS VAGAS E HABILITAÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DO CARGO	VAGAS	CARGA HORARIA SEMANAL	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO MINIMA
Farmacêutico / Bioquímico	01	20	R\$ 2.697,41	Portador de certificado Farmacêutico com registro no respectivo órgão de classe.

Acresce a esse valor o Vale Refeição e Adicional de Insalubridade.

DA ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS:**Farmacêutico/Bioquímico**

- Coordenar, supervisionar e executar atividades relacionadas às análises, bromatológicas e de medicamentos;
- Coordenar, supervisionar e executar a preparação de reativos, corantes, anticoagulantes, meios de cultura, soluções detergentes e outros produtos utilitários, anticoagulantes, meios de cultura, soluções detergentes e outros produtos utilizados em laboratório;
- Coordenar e executar pesquisas, montagens e implantação de novos métodos de análise para determinações laboratoriais e produção de medicamentos;
- Orientar e supervisionar os técnicos de laboratório e auxiliares de laboratório na execução de suas atividades;
- Coordenar e supervisionar a solicitação, recebimento e acondicionamento de materiais de uso no laboratório;
- Responsabilizar-se pelos aparelhos e equipamentos de laboratório, bem como orientar a sua correta utilização;
- Responsabilizar-se pelo arquivo de documentos e de registro de exames do setor;
- Coordenar e supervisionar a coleta, identificação e registro de materiais biológicos destinados a exames;
- Executar determinações laboratoriais pertinentes à parasitologia, urinálise, imunologia, bioquímica e microbiologia (bacteriologia, virologia e micologia);
- Executar determinações laboratoriais de água, bebidas, alipertinentes à parasitologia, urinálise, imunologia, bioquímica e microbiologia (bacteriologia, virologia e micologia);
- Executar técnicas especializadas, tais como: cromatografia, eletroforese, análises radioquímicas, liofilização, congelamentos e produtos, imunofluorescências e outras;
- Coordenar e executar a preparação de produtos imunológicos destinados a análises, prevenção e tratamento de doenças;
- Coordenar, supervisionar, executar e responsabilizar-se pela produção, manipulação e análise de cosméticos, a fim de obter produtos de higiene e proteção;
- Efetuar o controle de qualidade de todas as técnicas, equipamentos e materiais utilizados nas análises laboratoriais e na produção de medicamentos;
- Emitir pareceres e laudos técnicos concernentes a resultados de análise laboratoriais e de medicamentos;
- Planejar, coordenar, supervisionar e executar o treinamento de pessoal na área de competência;
- Articular-se com a chefia, visando o bom desempenho das atividades laboratoriais e o bom relacionamento de pessoal;
- Assinar documentos elaborados no laboratório;
- Planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades laboratoriais inerentes à vigilância epidemiológica, vigilância sanitária e serviços básicos de saúde;
- Participar de outras atividades específicas, relacionadas com planejamento, pesquisas, programas, levantamentos, comissões, normas e eventos científicos no campo da saúde pública.

ANEXO II**1. Farmacêutico**

a) Sentido e emprego dos vocábulos; tempos, modos e aspectos do verbo; uso dos pronomes; metáfora, metonímia, antítese, eufemismo, ironia; Aspectos morfológicos: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais em textos; processos de formação de palavras; mecanismos de flexão dos nomes e dos verbos; Processos de constituição dos enunciados: coordenação, subordinação; concordâncias verbal e nominal; regências verbal e nominal; colocação e ordem de palavras na frase; Sistema gráfico: ortografia; regras de acentuação; uso dos sinais de pontuação.

b) Conhecimentos específicos: Legislação da UPA; Ética profissional; Princípios da Administração Pública; Absorção, distribuição e Eliminação das Drogas; Mecanismo de Ação das Drogas que atuam em diversos Órgãos e Sistemas; Classificação dos medicamentos; Toxicologia; Interações medicamentosas; Intervenção Farmacêutica e otimização da farmacoterapia; Aspectos de biossegurança em farmácias; Farmacoepidemiologia e Farmacovigilância; Estudos de utilização de medicamentos; Farmacoterapia baseada em evidências; Farmacoeconomia; Padronização de Medicamentos; Guias farmacoterapêuticos, Serviços e Centros de Informações de Medicamentos; Comissões de Farmácia e Terapêutica. Medicamentos Sujeitos a Controle Especial: Controle de Psicotrópicos, entorpecentes e antirretrovirais (Legislação e Dispensação); Portaria 344/98 e suas atualizações; Medicamentos de referência, similares e genéricos; Boas Práticas de Fabricação de Produtos Farmacêuticos; Farmacotécnica de Produtos Estéreis: Reconstituição, Diluição, Fracionamento e Estabilidade de Produtos Injetáveis; Preparo de Soluções Parenterais e Outras Formulações de Grande volume; Cálculos em farmácia; Noções Básicas de Filtração, Destilação e Esterilização; Controle de Qualidade de Matérias-primas e Produtos Farmacêuticos; Garantia de Qualidade em Farmácia Hospitalar; Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde; Noções de controle de infecção hospitalar; Licitação e Aquisição de Produtos Farmacêuticos; aviamento de receitas, controle de estoque de medicamentos, normas, rotinas e recursos humanos; Boas práticas de armazenamento e estocagem de medicamentos; Organização de Almoxarifados e Condições adequadas de Armazenamento; Controle e planejamento de Estoque de Medicamentos e Materiais de Consumo; Consumo Médio Mensal, Estoque Mínimo e Estoque Máximo; Sistemas de Distribuição e Dispensação de Medicamentos.

ANEXO III**CRONOGRAMA PREVISTO**

(sujeito a alterações)

1. PUBLICAÇÃO DO EDITAL: 10/06/2016.

2. PERÍODO DE INSCRIÇÕES: 13/06/2016 a 17/06/2016.
4. DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS: 20/06/2016.
5. RECURSO QUANTO ÀS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS: 21/06/2016.
6. HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES: 22/06/2016.
7. REALIZAÇÃO DAS PROVAS: 23/06/2016 – das 19h às 22h.
8. DIVULGAÇÃO DO GABARITO: 24/06/2016 (Mural Público)
9. PRAZO PARA RECURSO QUANTO ÀS QUESTÕES DA PROVA: 27/06/2016
10. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO: 28/06/2016.
11. PRAZO PARA RECURSOS QUANTO AO RESULTADO: 29/06/2016.
12. HOMOLOGAÇÃO FINAL: 30/06/2016.

PORTARIA Nº 711/2016

PORTARIA Nº 711/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os Efeitos da Portaria Nº 310/2016, que contrata em Caráter Temporário, a Senhora ARIANE DE OLIVEIRA BERTUSSO (Matr. 4279), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, Ensino Fundamental, junto ao GEM Nossa Sra. De Fátima, em substituição à servidora Dirlei Zarpelon Bettoni, a contar de 25 de maio de 2016 até o término do ano letivo de 2016, aprovada e classificada em 22º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 712/2016

PORTARIA Nº 712/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os Efeitos da Portaria Nº 330/2016, que contrata em Caráter Temporário, a Senhora FRANCIELE DA SILVA DE OLIVEIRA (Matr. 4283), para exercer a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Ensino Fundamental, junto ao GEM Nossa Sra. De Fátima, em substituição à servidora Dirlei Zarpelon Bettoni, a contar de 25 de maio de 2016 até o término do ano letivo de 2016, aprovada em 3º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 713/2016

PORTARIA Nº 713/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora IVONE RODRIGUES DE SOUZA KACZUR (Matr. 4326), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, Educação Infantil, junto a CMEI Criança Feliz, a partir de 09 de junho de 2016, em substituição à servidora Maristela Crestani, que se encontra em Atestado Médico, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2016, aprovada e classificada em 23º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

ERRATA PRG 013 - 2016 MULTIENTIDADES - MAT. CONSTRUÇÃO

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016 - MULTIENTIDADES

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 013/2016 - MULTIENTIDADES, que o item abaixo passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê:

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Item	Especificações	Qtde.	Unid.	Vlr Unit	Vlr Tot
1	ARAME LISO Nº 18	112,00	KG	8,16	913,92
2	AREIA MÉDIA – COTA PRINCIPAL	1.300,00	M3	263,00	341.900,00
3	AREIA MÉDIA - COTA RESERVADA	310,00	M3	263,00	81.530,00
4	AREIA FINA	100,00	M3	77,00	7.700,00
5	AREIA GROSSA	100,00	M3	89,70	8.970,00
6	BLOCO DE CIMENTO 10x20x40cm – COTA PRINCIPAL	80.000,00	UN	1,94	155.200,00
7	BLOCO DE CIMENTO 10x20x40cm - COTA RESERVADA	10.200,00	UN	1,94	19.788,00
8	BRITA Nº 02 – COTA PRINCIPAL	700,00	M3	218,60	153.020,00
9	BRITA Nº 02 - COTA RESERVADA	160,00	M3	218,60	34.976,00
10	CAL HIDRATADO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL 20 KG	800,00	UN	8,53	6.824,00
11	CAL PINTURA BÁSICA 8KG BRANCO	80,00	UN	5,86	468,80
12	CIMENTO CII Z32, SACO 50KG	1.510,00	UN	27,65	41.751,50
13	FERRO 8MM 5/16 - BARRA 12M	730,00	UN	16,46	12.015,80

Total Geral: 865.058,02 LEIA-SE:

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Item	Especificações	Qtde.	Unid.	Vlr Unit	Vlr Tot
1	ARAME LISO Nº 18	112,00	KG	8,17	915,04
2	AREIA MÉDIA – COTA PRINCIPAL	1.300,00	M3	52,60	68.380,00
3	AREIA MÉDIA - COTA RESERVADA	310,00	M3	52,60	16.306,00
4	AREIA FINA	100,00	M3	77,00	7.700,00
5	AREIA GROSSA	100,00	M3	89,70	8.970,00
6	BLOCO DE CIMENTO 10x20x40cm – COTA PRINCIPAL	80.000,00	UN	1,94	155.200,00
7	BLOCO DE CIMENTO 10x20x40cm - COTA RESERVADA	10.200,00	UN	1,94	19.788,00
8	BRITA Nº 02	860,00	M3	64,12	55.143,20
9	CAL HIDRATADO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL 20 KG	800,00	UN	8,53	6.824,00
10	CAL PINTURA BÁSICA 8KG BRANCO	80,00	UN	5,86	468,80
11	CIMENTO CII Z32, SACO 50KG	1.510,00	UN	27,73	41.872,30
12	FERRO 8MM 5/16 - BARRA 12M	730,00	UN	16,47	12.023,10

Total Geral: 393.590,44 Após verificado o erro na conversão de algumas unidades, foi realizada a retificação.

Desta forma, altera-se a data de abertura da sessão que passará a ser no dia 27 de junho de 2016 às 09:30 horas.

Ilhota, 09 de junho de 2016.

Alex Miranda

Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº 447/2016

PORTARIA Nº 447/2016

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e na forma da Lei:

RESOLVE

NOMEAR, a Srª SUELEN SCHRAMM SCHAADT, no cargo de SECRETÁRIA DE AGRICULTURA, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 02 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 08 de junho de 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 448/2016

PORTARIA Nº 448/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr EDUARDO ELIZIO DA ROCHA BERRI, no cargo de MECÂNICO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 09 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 09 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 449/2016

PORTARIA Nº 449/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª SUELEN SCHRAMM SCHAADT, do cargo de ENGENHEIRA FLORESTAL, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 01 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 09 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

Imarui

PREFEITURA

RGF 1º QUADRIMESTRE 2016 (ANEXO 1 ATUAL)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUI
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R\$ 1,00	
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
DESPESAS COM PESSOAL	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	(a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.288.786,32	0,00
Pessoal Ativo	11.120.727,07	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	168.059,25	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	465.545,98	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	460.445,98	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	5.100,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	10.823.240,34	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	21.505.453,64	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	10.823.240,34	50,33
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	11.612.944,97	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	11.032.297,72	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	10.451.650,47	48,60
FONTE:		

RGF 1º QUADRIMESTRE 2016 (ANEXO 1 CONSOLIDADO)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.901.823,53	0,00
Pessoal Ativo	11.733.764,28	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	168.059,25	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	465.545,98	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	460.445,98	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	5.100,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	11.436.277,55	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	VALOR	% SOBRE A RCL
	21.505.453,64	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	11.436.277,55	53,18
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	12.903.272,18	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	12.258.108,57	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	11.612.944,97	54,00
FONTE:		

RGF 1º QUADRIMESTRE 2016 (ANEXO 2)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.300.831,29	2.242.286,05	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.068.221,97	2.001.302,98	0,00	0,00
Interna	2.068.221,97	2.001.302,98	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	232.609,32	240.983,07	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.766.053,39	1.852.316,45	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.830.483,72	4.505.745,94	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	14.794,13	14.416,15	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.079.224,46	2.667.845,64	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	534.777,90	389.969,60	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	21.451.545,53	21.505.453,64	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	10,73%	10,43%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	2,49%	1,81%		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	25.741.854,64	25.806.544,37	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	23.167.669,17	23.225.889,93	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.068.221,97	2.001.302,98	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	2.068.221,97	2.001.302,98	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	2.068.221,97	2.001.302,98	0,00	0,00
Previdenciárias	64.127,06	56.364,76	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	2.004.094,91	1.944.938,22	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	334.107,30	592.270,14	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	759.962,75	4.959.763,71	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

RGF 1º QUADRIMESTRE 2016 (ANEXO 3)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	21.451.545,53	21.505.453,64	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	4.719.340,02	4.731.199,80	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	4.247.406,01	4.258.079,82	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

RGF 1º QUADRIMESTRE 2016 (ANEXO 4)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	21.505.453,64	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	3.440.872,58	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	3.096.785,32	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.505.381,75	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 2/2

RGF 1º QUADRIMESTRE 2016 (ANEXO 5)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(b)						
										(c)
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a – (b + c + d + e))			
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	(148.913,42)		1.498,00	0,00	0,00	0,00	(150.411,42)	0,00	0,00	
Alienação de Bens	154.069,75		0,00	0,00	0,00	0,00	154.069,75	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	20.087,07		441,00	0,00	0,00	0,00	19.646,07	0,00	0,00	
Atenção Básica	130.458,51		2.642,65	237.863,96	0,00	73.067,57	(183.115,67)	109.594,05	0,00	
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	137.612,95		167,37	9.170,82	0,00	0,00	128.274,76	83.316,72	0,00	
FUNDEB 40%	287.340,16		0,00	132.514,16	0,00	100.489,04	54.336,96	27.404,17	0,00	
FUNDEB 60%	338.801,78		0,00	288.083,37	0,00	291.055,47	(220.337,06)	65.686,31	0,00	
Índice de Gestão Descentralizada - BF	3.232,69		0,00	1.580,00	0,00	200,20	1.452,49	0,00	0,00	
Índice de Gestão Descentralizada - SUAS	3.007,95		0,00	0,00	0,00	0,00	3.007,95	88,90	0,00	
Outras Especificações	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.008,60	0,00	
Outras Transferências do FNAS	44.759,65		0,00	0,00	0,00	0,00	44.759,65	0,00	0,00	
Outras Transferências do FNDE	28.614,52		0,00	0,00	0,00	0,00	28.614,52	0,00	0,00	
Outros Recursos do FNDE	18.156,38		0,00	0,00	0,00	0,00	18.156,38	0,00	0,00	
OUTROS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLV	0,00		0,00	0,00	0,00	156,00	(156,00)	0,00	0,00	
Piso Básico Fixo- PAIF/CRAS	1.996,10		0,00	61,21	0,00	2.153,46	(218,57)	79,00	0,00	
Piso Básico Variável II - API/PAC	257,41		445,00	0,00	0,00	209,70	(397,29)	0,00	0,00	
Piso de Transição de Média Complexidade - PPD/PAC	3.862,98		0,00	0,00	0,00	0,00	3.862,98	0,00	0,00	
Piso Variável de Média Complexidade - PETI	12.653,80		0,00	0,00	0,00	0,00	12.653,80	0,00	0,00	
PNAE	41.385,53		0,00	31.596,71	0,00	0,00	9.788,82	110.545,10	0,00	
PNATE	(511,69)		0,00	0,00	0,00	0,00	(511,69)	23.162,49	0,00	
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	(347,70)		6.159,45	1.987,46	0,00	605,59	(9.100,20)	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTO MUNICIPAL	(6.977,00)		25.120,30	0,00	0,00	(79.047,07)	46.949,77	0,00	0,00	
RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS	0,00		14.140,00	0,00	0,00	0,00	(14.140,00)	0,00	0,00	
Salário Educação	440.360,27		1.952,00	52.640,31	0,00	1.200,79	384.567,17	161.205,31	0,00	
Serviços de Saúde	321.941,95		1.658,16	0,00	0,00	10.840,93	309.442,86	892.040,27	0,00	
Superavit - Atenção Básica	(18.631,65)		150,00	0,00	0,00	1.066,52	(19.838,17)	0,00	0,00	

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

Continuação 2/3
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Superavit - Atenção de Mac Ambulatorial e Hospitalar	(33.769,68)	0,00	0,00	0,00	0,00	(33.769,68)	0,00	0,00
Superavit - FUNDEB 60%	(42.771,34)	0,00	0,00	0,00	0,00	(42.771,34)	0,00	0,00
Superavit - Outras Transferências do FNDE	(3.180,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.180,00)	0,00	0,00
Superavit - Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	(319,99)	3.127,00	0,00	0,00	306,85	(3.753,84)	0,00	0,00
Superavit - Salário Educação	(465,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(465,00)	0,00	0,00
Superavit - Vigilância em Saúde	(2.017,40)	150,00	0,00	0,00	0,00	(2.167,40)	10.000,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Outros	(278.441,76)	883,48	3.139,43	104.709,04	2.847,85	(390.021,56)	186.218,09	0,00
Transferência de Convênios-Fundo Municipal de Saúde- Exerc. A	(16.499,92)	0,00	0,00	0,00	0,00	(16.499,92)	10.000,00	0,00
Transferências de Convênios - Assistência Social	9.987,39	687,68	0,00	0,00	66,60	9.233,11	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	(6.008,45)	0,00	687,58	0,00	0,00	(6.696,03)	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.805,90	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	825.693,10	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Saúde	33.794,28	0,00	14.300,00	0,00	0,00	19.494,28	330.969,80	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	76.748,43	1.968,75	0,00	0,00	2.596,50	72.183,18	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Saúde	544.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	544.800,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde	58.511,36	86,00	360,00	0,00	34,29	58.031,07	6.540,42	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.153.585,91	61.276,84	753.985,01	104.709,04	407.840,29	825.774,73	2.968.368,23	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - Fundo da Procuradoria Jurídica	39.610,93	0,00	3.025,86	0,00	858,85	35.726,22	332.321,20	0,00
Operações de Créditos Internas - Outros	3.258,59	0,00	0,00	0,00	(2.951,15)	6.209,74	0,00	0,00
RECURSOS DO FUNDEB - 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.700,00	0,00
Recursos Ordinários	1.510.286,28	903,50	0,00	0,00	0,00	(903,50)	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS	34.055,45	0,00	0,00	0,00	154.212,68	1.356.073,60	0,00	0,00
Recursos Ordinários	17.288,42	324.131,31	1.403.414,58	47.181,05	(21.287,23)	55.342,68	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	(19.045,76)	0,00	0,00	0,00	13.058,93	(1.770.497,45)	1.375.065,79	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	58.498,67	5.827,26	76.419,07	35.019,10	(54.064,86)	0,00	0,00
					0,00	(140.745,00)	53.999,33	0,00

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")										Continuação 37	
										R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	(b)							(c)	(d)
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
Superavit-Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação	(43.287,34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(43.287,34)	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIA SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	797,50	0,00	0,00	0,00	0,00	(797,50)	0,00	0,00		
Transferências de Convênios - Estado/Outros	809.993,46	55.985,11	0,00	0,00	0,00	5.518,67	748.489,68	0,00	0,00		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.352.160,03	440.316,09	1.412.267,70	123.600,12	184.429,85	191.546,27	191.546,27	1.763.086,32	0,00		
TOTAL (III) = (I + II)	4.505.745,94	501.592,93	2.166.252,71	228.309,16	592.270,14	1.017.321,00	1.017.321,00	4.731.454,55	0,00		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

RGF 1º QUADRIMESTRE 2016 (ANEXO 6)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	21.505.453,64	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	11.436.277,55	53,18
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	12.903.272,18	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	12.258.108,57	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.731.199,80	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.440.872,58	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.505.381,75	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	4.731.454,55	1.017.321,00

FONTE:

RREO 2º BIMESTRE 2016 (ANEXO 1)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	24.117.725,00	24.117.725,00	3.510.180,84	14,55	7.758.773,07	32,17
RECEITA TRIBUTÁRIA	22.068.725,00	22.068.725,00	3.256.038,54	14,75	7.031.705,77	31,86
IMPOSTOS	1.234.600,00	1.234.600,00	206.823,81	16,75	302.712,46	24,52
TAXAS	845.000,00	845.000,00	137.187,29	16,24	226.829,48	26,84
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	384.500,00	384.500,00	69.636,52	18,11	75.783,74	19,71
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.100,00	5.100,00	0,00	0,00	99,24	1,95
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	580.000,00	580.000,00	106.927,12	18,44	205.464,85	35,42
RECEITA PATRIMONIAL	580.000,00	580.000,00	106.927,12	18,44	205.464,85	35,42
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	305.600,00	305.600,00	50.577,95	16,55	94.035,05	30,77
RECEITA AGROPECUÁRIA	305.600,00	305.600,00	50.577,95	16,55	94.035,05	30,77
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	15.000,00	15.000,00	4.213,20	28,09	5.508,60	36,72
RECEITA DE SERVIÇOS	15.000,00	15.000,00	4.213,20	28,09	5.508,60	36,72
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100.600,00	100.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.468.925,00	19.468.925,00	2.799.706,70	14,38	6.204.679,72	31,87
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	19.418.125,00	19.418.125,00	2.795.012,57	14,39	6.194.896,79	31,90
TRANSF. DE CONV.	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	50.700,00	50.700,00	4.694,13	9,26	9.782,93	19,30
MULTAS E JUROS DE MORA	364.000,00	364.000,00	87.789,76	24,12	219.305,09	60,25
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	49.000,00	49.000,00	12.906,45	26,34	23.699,11	48,37
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	67.000,00	67.000,00	4.120,53	6,15	13.345,37	19,92
RECEITAS DIVERSAS	85.000,00	85.000,00	17.137,91	20,16	34.095,20	40,11
RECEITAS DE CAPITAL	163.000,00	163.000,00	53.624,87	32,90	148.165,41	90,90
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.049.000,00	2.049.000,00	254.142,30	12,40	727.067,30	35,48
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000.500,00	2.000.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	2.000.500,00	2.000.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.500,00	8.500,00	254.142,30	2.989,91	727.067,30	8.553,73
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	24.117.725,00	24.117.725,00	3.510.180,84	14,55	7.758.773,07	32,17
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	24.117.725,00	24.117.725,00	3.510.180,84	14,55	7.758.773,07	32,17	16.358.951,93
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	24.117.725,00	24.117.725,00	3.510.180,84	14,55	7.758.773,07	32,17	16.358.951,93
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro	—	534.106,90	—	—	148.729,85	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	534.106,90	—	—	148.729,85	—	—
		0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	24.117.725,00	28.315.681,35	5.726.925,75	12.117.822,15	16.197.859,20	3.564.710,54	7.386.367,60	20.929.313,75	5.220.114,89
DESPESAS CORRENTES	20.216.125,00	21.642.831,90	2.978.950,77	9.164.600,98	12.478.230,92	3.182.873,72	6.912.445,01	14.730.386,89	4.758.779,56
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.986.000,00	11.981.971,34	1.801.028,20	3.926.482,80	8.055.488,54	1.674.391,10	3.799.825,16	8.182.146,18	2.961.065,50
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	240.000,00	240.000,00	3.086,42	6.776,42	233.223,58	3.086,42	6.776,42	233.223,58	6.296,39
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.990.125,00	9.420.860,56	1.174.836,15	5.231.341,76	4.189.518,80	1.505.396,20	3.105.843,43	6.315.017,13	1.791.417,67
DESPESAS DE CAPITAL	3.851.600,00	6.622.849,45	2.747.974,98	2.953.221,17	3.669.628,28	381.836,82	473.922,59	6.148.926,86	461.335,33
INVESTIMENTOS	3.351.600,00	6.122.849,45	2.689.336,55	2.814.066,83	3.308.782,62	323.198,39	334.768,25	5.788.081,20	326.376,82
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	500.000,00	500.000,00	58.638,43	139.154,34	360.845,66	58.638,43	139.154,34	360.845,66	134.958,51
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	24.117.725,00	28.315.681,35	5.726.925,75	12.117.822,15	16.197.859,20	3.564.710,54	7.386.367,60	20.929.313,75	5.220.114,89

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	24.117.725,00	28.315.681,35	5.726.925,75	12.117.822,15	16.197.859,20	3.564.710,54	7.386.367,60	20.929.313,75	5.220.114,89
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	372.405,47	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	24.117.725,00	28.315.681,35	5.726.925,75	12.117.822,15	16.197.859,20	3.564.710,54	7.758.773,07	20.929.313,75	5.220.114,89

FONTE:

IMARUI , 09/06/2016

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 2º BIMESTRE 2016 (ANEXO 10)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

IMARUI , 09/06/2016

 MANOEL VIANA DE SOUSA
 Prefeito Municipal

 PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
 Chefe de Auditoria e Controle Interno

 MEIRISAINÉ DA SILVA
 Contadora CRC/SC 031

 EMANOEL MATOS
 Secretário de Administração e Finanças

RREO 2º BIMESTRE 2016 (ANEXO 11)

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	40.000,00	0,00	40.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	0,00	40.000,00
TOTAL	40.000,00	0,00	40.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	40.000,00	17.008,60	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Investimentos	40.000,00	17.008,60	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
TOTAL	40.000,00	17.008,60	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00		0,00

FONTE:

IMARUI , 09/06/2016

MANOEL VIANA DE SOUSA
 Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
 Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
 Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
 Secretário de Administração e Finanças

RREO 2º BIMESTRE 2016 (ANEXO 12)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	889.000,00	889.000,00	252.201,79	28,37		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	300.000,00	300.000,00	46.413,80	15,47		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	150.000,00	150.000,00	76.721,89	51,15		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	285.000,00	285.000,00	63.059,68	22,13		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	110.000,00	110.000,00	40.634,11	36,94		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	1.334,56	66,73		
Divida Ativa dos Impostos	35.000,00	35.000,00	14.113,51	40,32		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Divida Ativa	7.000,00	7.000,00	9.924,24	141,77		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.453.000,00	12.453.000,00	4.078.793,79	32,75		
Cota-Parte FPM	8.500.000,00	8.500.000,00	2.724.224,65	32,05		
Cota-Parte ITR	35.000,00	35.000,00	3.475,94	9,93		
Cota-Parte IPVA	650.000,00	650.000,00	194.617,96	29,94		
Cota-Parte ICMS	3.200.000,00	3.200.000,00	1.134.922,22	35,47		
Cota-Parte IPI-Exportação	53.000,00	53.000,00	17.020,90	32,11		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	15.000,00	15.000,00	4.532,12	30,21		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	15.000,00	15.000,00	4.532,12	30,21		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.342.000,00	13.342.000,00	4.330.995,58	32,46		
RECETAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.023.400,00	2.023.400,00	1.308.023,41	64,64		
Provenientes da União	2.020.400,00	2.020.400,00	1.308.023,41	64,74		
Provenientes dos Estados	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	400,00	400,00	0,00	0,00		
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.023.800,00	2.023.800,00	1.308.023,41	64,63		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
Pessoal e Encargos Sociais	4.852.500,00	5.206.800,00	2.663.649,27	51,16	2.236.727,32	42,96
Outras Despesas Correntes	2.533.000,00	2.591.200,00	914.218,66	35,28	914.218,66	35,28
	2.319.500,00	2.615.600,00	1.749.430,61	66,88	1.322.508,66	50,56

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	306.300,00	1.710.893,55	1.529.104,33	89,37	249.631,48	14,59
Investimentos	306.300,00	1.710.893,55	1.529.104,33	89,37	249.631,48	14,59
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.158.800,00	6.917.693,55	4.192.753,60	60,61	2.486.358,80	35,94
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.336.300,00	4.095.193,55	2.741.558,87	65,39	1.299.097,61	52,25
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.286.300,00	4.015.193,55	2.723.044,87	64,95	1.280.583,61	51,50
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	80.000,00	80.000,00	18.514,00	0,44	18.514,00	0,74
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	-	-	0,00	0,00	-	-
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.336.300,00	4.095.193,55	2.741.558,87	65,39	1.299.097,61	52,25
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.822.500,00	2.822.500,00	1.451.194,73	34,61	1.187.261,19	47,75
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
						537.611,85

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
	5.068.800,00	6.634.693,55	4.132.909,74	98,57	2.444.506,36	98,32
	0,00	128.800,00	33.769,68	0,81	33.769,68	1,36
	0,00	4.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	55.000,00	55.000,00	4.639,45	0,11	3.188,45	0,13
	35.000,00	94.300,00	21.434,73	0,51	4.894,31	0,20
	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.168.800,00	6.927.693,55	4.192.753,60	100,00	2.486.358,80	100,00
	TOTAL					

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual não estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

IMARUI , 09/06/2016

IMANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito MunicipalPATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle InternoMEIRISAINÉ DA SILVA FERREIRA
Contadora CRC/SC 030561/KEMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 2º BIMESTRE 2016 (ANEXO 13)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

IMARUI , 09/06/2016

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 2º BIMESTRE 2016 (ANEXO 14)

Município de IMARUI - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial	—		24.117.725,00
Previsão Atualizada	—		24.117.725,00
Receitas Realizadas	3.510.180,84		7.758.773,07
Déficit Orçamentário	—		0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—		148.729,85
DESPESAS			
Dotação Inicial	—		24.117.725,00
Créditos Adicionais	—		4.197.956,35
Dotação Atualizada	—		28.315.681,35
Despesas Empenhadas	5.726.925,75		12.117.822,15
Despesas Liquidadas	3.564.710,54		7.386.367,60
Superavit Orçamentário	—		372.405,47
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		5.726.925,75	12.117.822,15
Despesas Liquidadas		3.564.710,54	7.386.367,60
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			21.505.453,64
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-153.182,05
Resultado Primário		0,00	424.301,18
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	759.962,75	0,00	297.122,80
EXECUTIVO	759.962,75	0,00	297.122,80
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.079.224,46	0,00	812.162,32
EXECUTIVO	1.079.224,46	0,00	812.162,32
TOTAL:	1.839.187,21	0,00	1.109.285,12
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		992.963,23	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.099.652,72	60%
Liquidadas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.000.500,00
Despesa de Capital Líquida		473.922,59	6.148.926,86

Continua 1/2

Município de IMARUI - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	40.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	40.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.187.261,19	15,00	27,41
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

IMARUI, 09/06/2016

 MANOEL VIANA DE SOUSA
 Prefeito Municipal

 PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
 Chefe de Auditoria e Controle Interno

 MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
 Contadora CRC/SC 030561/O-1

 EMANOEL MATOS
 Secretário de Administração e Finanças

RREO 2º BIMESTRE 2016 (ANEXO 2)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)											RS 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)			
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	Legislativa	24.117.725,00	28.315.681,35	5.726.925,75	12.117.822,15	100,00	16.197.859,20	3.564.710,54	7.396.367,60	100,00	20.929.313,75
	Ação Legislativa	950.000,00	950.000,00	112.522,95	279.749,41	2,31	670.250,59	118.899,92	225.750,08	3,06	724.249,92
	Judiciária	155.000,00	155.000,00	34.251,16	66.958,24	0,55	88.041,76	33.096,07	61.003,15	0,83	93.996,85
	Defesa do Interesse Público, No Processo Judiciário	155.000,00	155.000,00	34.251,16	66.958,24	0,55	88.041,76	33.096,07	61.003,15	0,83	93.996,85
	Administração	4.629.400,00	4.629.400,00	397.388,60	1.465.234,79	12,09	3.164.165,21	453.920,82	1.057.782,88	14,32	3.571.617,12
	Planejamento e Orçamento	122.000,00	122.000,00	18.732,97	43.147,64	0,36	78.852,36	17.165,63	41.580,30	0,56	80.419,70
	Administração Geral	392.000,00	392.000,00	75.626,27	172.939,09	1,43	219.060,91	71.648,62	157.643,44	2,13	234.356,56
	Administração Financeira	3.965.000,00	3.965.000,00	298.485,58	1.232.569,86	10,17	2.732.430,14	360.966,65	842.384,80	11,40	3.122.615,20
	Controle Interno	30.000,00	30.000,00	4.543,78	10.692,18	0,09	19.307,82	4.139,92	10.288,32	0,14	19.711,68
	Educação de Jovens e Adultos	100.000,00	100.000,00	0,00	5.886,02	0,05	94.113,98	0,00	5.886,02	0,08	94.113,98
	Extensão Rural	20.400,00	20.400,00	0,00	0,00	0,00	20.400,00	0,00	0,00	0,00	20.400,00
	Segurança Pública	65.000,00	65.000,00	1.972,80	3.975,20	0,03	61.024,80	2.670,04	3.158,40	0,04	61.841,60
	Policimento	65.000,00	65.000,00	1.972,80	3.975,20	0,03	61.024,80	2.670,04	3.158,40	0,04	61.841,60
	Assistência Social	826.925,00	879.765,92	64.146,57	213.590,64	1,76	666.175,28	62.466,47	162.003,33	2,19	717.762,59
	Assistência ao Idoso	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
	Assistência ao Portador de Deficiência	8.025,00	10.065,92	0,00	0,00	0,00	10.065,92	0,00	0,00	0,00	10.065,92
	Assistência à Criança e ao Adolescente	105.000,00	129.800,00	11.612,81	51.524,95	0,43	78.275,05	18.583,16	49.673,60	0,67	80.126,40
	Assistência Comunitária	695.700,00	721.700,00	52.533,76	162.065,69	1,34	559.634,31	43.883,31	112.329,73	1,52	609.370,27
	Habitação Urbana	6.200,00	6.200,00	0,00	0,00	0,00	6.200,00	0,00	0,00	0,00	6.200,00
	Saúde	5.158.800,00	6.917.693,55	2.252.342,85	4.192.753,60	34,60	2.724.939,95	1.096.988,34	2.486.358,80	33,66	4.431.334,75
Atenção Básica	5.068.800,00	6.634.693,55	2.205.241,29	4.132.909,74	34,11	2.501.793,81	1.056.272,34	2.444.506,36	33,09	4.190.187,19	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	128.800,00	33.769,68	33.769,68	0,28	95.030,32	33.769,68	33.769,68	0,46	95.030,32	
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	4.900,00	0,00	0,00	0,00	4.900,00	0,00	0,00	0,00	4.900,00	
Vigilância Sanitária	55.000,00	55.000,00	2.088,15	4.639,45	0,04	50.360,55	2.547,15	3.188,45	0,04	51.811,55	
Vigilância Epidemiológica	35.000,00	94.300,00	11.243,73	21.434,73	0,18	72.865,27	4.399,17	4.894,31	0,07	89.405,69	
Trabalho	176.600,00	176.600,00	16.630,16	40.258,66	0,33	136.341,34	15.492,28	39.120,78	0,53	137.479,22	
Promoção da Produção Agropecuária	176.600,00	176.600,00	16.630,16	40.258,66	0,33	136.341,34	15.492,28	39.120,78	0,53	137.479,22	
Educação	8.157.600,00	8.309.077,24	1.228.663,84	3.005.234,70	24,80	5.303.842,54	1.109.213,44	2.158.596,91	29,22	6.150.480,33	
Alimentação e Nutrição	370.000,00	370.000,00	-17.000,00	254.547,55	2,10	115.452,45	80.319,88	90.870,39	1,23	279.129,61	
Ersino Fundamental	6.085.600,00	6.237.077,24	973.436,08	2.158.790,52	17,82	4.078.286,72	774.578,50	1.588.689,67	21,51	4.648.387,57	
Ersino Superior	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00	
Educação Infantil	1.666.000,00	1.666.000,00	272.227,76	591.896,63	4,88	1.074.103,37	254.315,06	479.036,85	6,49	1.186.963,15	
Cultura	156.200,00	156.200,00	12.741,40	15.278,25	0,13	140.921,75	12.319,98	14.856,83	0,20	141.343,17	
Diffusão Cultural	156.200,00	156.200,00	12.741,40	15.278,25	0,13	140.921,75	12.319,98	14.856,83	0,20	141.343,17	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	24.117.725,00	28.315.681,35	5.726.925,75	12.117.822,15	100,00	3.564.710,54	7.386.367,60	20.929.313,75
Infra-Estrutura Urbana	2.467.800,00	2.604.594,64	360.368,90	1.223.008,57	10,09	448.914,00	755.988,71	1.848.605,93
Serviços Urbanos	65.400,00	65.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.400,00
Energia Elétrica	1.822.400,00	1.822.400,00	312.138,46	677.661,40	5,59	326.259,52	542.962,74	1.279.437,26
Saneamento	580.000,00	716.794,64	48.230,44	545.347,17	4,50	122.654,48	213.025,97	503.768,67
Saneamento Básico Urbano	404.600,00	1.404.600,00	26.778,46	181.365,31	1,50	34.808,46	148.178,46	1.256.421,54
Gestão Ambiental	136.800,00	136.800,00	10.048,00	24.718,00	0,20	19.478,00	24.718,00	112.082,00
Preservação e Conservação Ambiental	136.800,00	136.800,00	10.048,00	24.718,00	0,20	19.478,00	24.718,00	112.082,00
Agricultura	342.400,00	342.400,00	68.052,19	197.951,70	1,63	59.930,15	114.940,94	227.459,06
Extensão Rural	342.400,00	342.400,00	68.052,19	197.951,70	1,63	59.930,15	114.940,94	227.459,06
Comércio e Serviços	129.100,00	129.100,00	49.064,70	86.337,73	0,71	23.130,85	52.483,60	76.606,40
Turismo	129.100,00	129.100,00	49.064,70	86.337,73	0,71	23.130,85	52.483,60	76.606,40
Transporte	167.300,00	1.285.250,00	1.077.807,10	1.096.375,59	9,05	59.631,91	59.631,91	1.205.618,09
Infra-Estrutura Urbana	126.200,00	372.050,00	252.114,00	270.682,49	2,23	59.631,91	59.631,91	312.418,09
Promoção da Produção Agropecuária	10.400,00	10.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.400,00
Transporte Rodoviário	30.700,00	882.800,00	825.693,10	825.693,10	6,81	0,00	0,00	882.800,00
Desporto e Lazer	144.200,00	144.200,00	14.146,07	25.031,76	0,21	13.749,81	21.784,82	122.415,18
Desporto Comunitário	144.200,00	144.200,00	14.146,07	25.031,76	0,21	13.749,81	21.784,82	122.415,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	24.117.725,00	28.315.681,35	5.726.925,75	12.117.822,15	100,00	3.564.710,54	7.386.367,60	20.929.313,75

FONTE:

IMARUI , 09/06/2016

MANOEL VIANA DE SOUSA Prefeito Municipal	PATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR Chefe de Auditoria e Controle Interno	MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES Contadora CRC/SC 03056170-1
---	---	--

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO 2º BIMESTRE 2016 (ANEXO 3)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												RS 1,00
	Maio/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	PREVISÃO ATUALIZADA 2016
RECEITAS CORRENTES (I)	1.591.684,75	2.074.531,74	1.590.372,68	1.897.119,90	1.804.974,64	2.006.153,07	2.056.648,13	2.184.393,89	2.028.235,64	2.197.375,63	1.723.144,58	1.886.707,87	23.863.861,42
RECEITA TRIBUTÁRIA	33.060,96	186.035,44	181.912,96	106.135,70	76.844,93	52.466,31	48.993,04	59.037,65	49.599,74	46.328,91	68.727,75	136.096,06	1.234.600,00
IPTU	0,00	70.272,41	76.461,61	17.745,36	4.547,26	4.781,94	3.719,22	4.561,97	2.386,80	96,72	1.058,18	42.872,10	228.483,57
I.R.R.F.	6.848,47	5.122,48	5.106,67	5.267,48	5.190,62	6.842,87	5.116,70	6.063,04	8.782,74	4.797,10	5.895,78	4.016,24	68.642,19
I.S.S.	12.124,64	20.410,54	20.792,64	33.456,35	24.713,81	18.594,27	17.680,66	18.396,44	17.252,30	11.548,08	14.415,84	19.842,46	228.199,03
I.T.B.I.	4.600,00	4.140,00	6.123,63	27.460,00	29.398,70	5.765,85	10.461,64	9.154,00	11.825,80	22.906,80	32.003,36	9.995,93	173.825,71
Outras Receitas Tributárias	9.887,85	86.090,01	73.436,41	24.216,51	12.994,44	16.701,38	12.014,82	20.892,20	9.312,10	6.979,21	15.354,59	61.379,33	351.089,85
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	47.351,06	45.982,41	47.350,82	46.171,00	45.075,03	46.396,69	46.228,20	48.173,66	48.193,33	50.369,40	53.361,21	53.595,91	598.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	23.125,73	21.471,22	23.922,58	23.326,94	24.794,95	37.747,51	26.130,42	22.392,34	23.181,70	20.275,40	24.945,01	25.632,94	296.806,74
RECEITA AGROPECUÁRIA	203,20	254,00	101,60	304,80	1.076,00	1.727,20	457,20	961,20	593,80	736,60	1.636,60	2.576,60	15.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.855.206,51	1.776.619,21	1.690.326,12	1.681.633,08	1.617.451,82	1.636.114,75	1.687.717,03	2.117.596,48	1.863.396,64	1.991.380,42	1.516.702,28	1.646.816,33	21.083.274,77
Cota-Parte do FPM	788.549,34	683.117,85	601.016,57	594.198,55	516.628,97	553.832,53	636.811,19	732.029,81	666.628,13	870.825,84	528.956,81	626.814,87	7.845.209,46
Cota-Parte do ICMS	264.320,95	253.303,52	255.717,00	245.645,04	256.387,57	265.102,02	266.695,10	260.392,66	325.071,07	265.419,29	269.435,87	275.995,99	3.202.442,08
Cota-Parte do IRVIA	55.927,18	62.322,04	71.042,33	62.385,37	62.247,86	57.202,73	38.447,72	38.447,72	33.162,07	46.560,28	57.862,80	58.882,81	642.594,71
Cota-Parte do ITR	1.067,18	263,77	682,11	537,00	3.927,18	24.844,31	2.755,97	1.468,76	797,47	830,56	171,96	1.685,96	38.782,22
Outras Transferências Correntes	243.557,67	297.778,88	305.465,87	309.798,79	326.490,24	249.600,09	274.016,66	602.302,11	335.230,52	378.031,06	250.164,13	254.826,62	3.826.584,44
Transferências da LC 61/1989	4.219,31	4.018,91	3.702,23	3.936,35	3.928,16	4.556,34	4.151,22	4.099,08	5.157,86	3.993,43	3.899,08	3.990,53	49.635,50
Transferências da LC 87/1996	1.105,69	1.105,69	1.105,69	1.105,69	1.105,69	1.105,69	1.105,69	1.105,69	1.105,69	1.105,69	1.105,69	1.105,69	15.000,00
Transferências do FUNDEC	498.459,19	471.708,75	491.826,32	484.225,29	442.735,25	469.151,04	463.979,68	471.709,65	467.346,49	424.366,93	406.969,61	425.488,52	5.700.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	32.717,29	42.189,46	47.356,60	37.347,28	39.791,91	231.680,61	247.122,24	-53.687,44	43.210,43	88.304,90	57.771,73	30.018,03	843.753,04
DEDUÇÕES (II)	223.037,75	201.426,15	191.285,33	181.561,58	164.596,49	183.288,50	189.945,52	207.500,51	212.185,71	237.746,33	172.113,46	193.700,45	2.490.600,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	223.037,75	201.426,15	191.285,33	181.561,58	164.596,49	183.288,50	189.945,52	207.500,51	212.185,71	237.746,33	172.113,46	193.700,45	2.490.600,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.768.627,00	1.873.105,59	1.799.077,35	1.715.557,22	1.640.318,15	1.822.864,57	1.866.704,61	1.986.893,38	1.816.050,93	1.959.627,30	1.551.031,12	1.703.077,42	22.083.275,00

FONTE:

IMARUI , 09/06/2016

MANOEL VIANE DE SOUSA
Prefeito Municipal

EMANUEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

MERISIANE DA SILVA FERNANDES
Controladora CRC/SC 030561/O-1

RREO 2º BIMESTRE 2016 (ANEXO 4)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
				Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DESPESAS					
	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)					
	ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
APORTES REALIZADOS						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						0,00
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016		2015	
Caixa						0,00
Bancos Conta Movimento			0,00			0,00
Investimentos			0,00			0,00
Outros Bens e Direitos			0,00			0,00

Continua 2/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

IMARUI , 09/06/2016

IMANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIC MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDI EMANOEL MATOS
Chefe de Auditoria e Controle Intern Contadora CRC/SC 030561/O-1 Secretário de Administração e Finai

RREO 2º BIMESTRE 2016 (ANEXO 5)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.300.831,29	2.256.399,28	2.242.286,05
DEDUÇÕES (II)	1.766.053,39	1.933.109,01	1.852.316,45
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.830.483,72	4.318.883,28	4.505.745,94
Demais Haveres Financeiros	14.794,13	14.001,23	14.416,15
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	1.079.224,46	2.399.775,50	2.667.845,64
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	534.777,90	323.290,27	389.969,60
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	232.609,32	232.609,32	240.983,07
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	302.168,58	90.680,95	148.986,53

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
VALOR	58.305,58	-153.182,05

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

IMARUI , 09/06/2016

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 2º BIMESTRE 2016 (ANEXO 6)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	21.763.125,00	6.937.670,72	6.898.920,70
Receita Tributária	1.234.600,00	302.712,46	130.401,81
I.P.T.U.	300.000,00	46.413,80	3.130,53
I.S.S.	285.000,00	63.059,68	51.041,03
I.T.B.I.	150.000,00	76.721,89	36.789,67
I.R.R.F.	110.000,00	40.634,11	25.105,48
Outras Receitas Tributárias	389.600,00	75.882,98	14.335,10
Receita de Contribuição	580.000,00	205.464,85	238.632,89
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	580.000,00	205.464,85	238.632,89
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	305.600,00	94.035,05	78.876,96
(-) Aplicações Financeiras	305.600,00	94.035,05	78.876,96
Transferências Correntes	19.468.925,00	6.204.679,72	6.350.109,49
F.P.M.	6.800.000,00	2.179.379,83	2.280.195,93
I.P.V.A	520.000,00	155.694,71	154.167,78
I.C.M.S.	2.560.000,00	907.938,09	870.580,36
Convênios	50.700,00	9.782,93	13.365,05
Outras Transferências Correntes	9.538.225,00	2.951.884,16	3.031.800,37
Demais Receitas Correntes	479.600,00	224.813,69	179.776,51
Dívida Ativa	85.000,00	34.095,20	23.291,33
Diversas Receitas Correntes	394.600,00	190.718,49	156.485,18
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.049.000,00	727.067,30	1.204,66
Operações de Crédito (III)	2.000.500,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	40.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	8.500,00	727.067,30	1.204,66
Convênios	8.500,00	727.067,30	1.204,66
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	8.500,00	727.067,30	1.204,66
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	21.771.625,00	7.664.738,02	6.900.125,36

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	21.642.831,90	9.164.600,98	8.336.915,69	6.912.445,01	6.463.826,41
Pessoal e Encargos Sociais	11.981.971,34	3.926.482,80	3.941.289,76	3.799.825,16	3.941.289,76
Juros e Encargos da Dívida (IX)	240.000,00	6.776,42	59.319,63	6.776,42	59.319,63
Outras Despesas Correntes	9.420.860,56	5.231.341,76	4.336.306,30	3.105.843,43	2.463.217,02
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	21.402.831,90	9.157.824,56	8.277.596,06	6.905.668,59	6.404.506,78
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	6.622.849,45	2.953.221,17	2.148.781,07	473.922,59	294.265,34
Investimentos	6.122.849,45	2.814.066,83	1.963.391,16	334.768,25	108.875,43
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	500.000,00	139.154,34	185.389,91	139.154,34	185.389,91
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	6.122.849,45	2.814.066,83	1.963.391,16	334.768,25	108.875,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	27.575.681,35	11.971.891,39	10.240.987,22	7.240.436,84	6.513.382,21

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XV/III)	-5.804.056,35	-4.307.153,37	-3.340.861,86	424.301,18	386.743,15
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	148.729,85	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	148.729,85	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					0,00

IMARUI , 09/06/2016

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 2º BIMESTRE 2016 (ANEXO 7)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos			Saldo (a)			Inscritos			Liquidadas			Saldo (b)
	En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2015	Pagos	CANCELADOS	En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2015	En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2015	Liquidadas	Pagos	CANCELADOS	Saldo (b)	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (1)	141.267,97	937.956,49	812.162,32	-	267.062,14	680.992,68	78.970,07	680.992,68	531.653,59	297.122,80	-	482.839,95	729.902,09
EXECUTIVO	141.267,97	937.956,49	812.162,32	0,00	267.062,14	680.992,68	78.970,07	680.992,68	531.653,59	297.122,80	0,00	482.839,95	729.902,09
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	100.423,64	763.419,60	670.104,08	0,00	193.739,16	400.479,83	0,00	400.479,83	259.064,74	94.923,40	0,00	305.556,43	489.295,59
FUNDEMA	0,00	3.751,23	0,00	0,00	3.751,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.751,23	3.751,23
FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO AC	257,67	0,00	0,00	0,00	257,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	257,67
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	1.405,00	13.216,24	12.091,24	0,00	2.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.530,00	2.530,00
GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL	0,00	90,00	0,00	0,00	90,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURIS	225,00	5.017,30	5.017,30	0,00	225,00	0,00	0,00	0,00	17.761,78	17.761,78	0,00	0,00	225,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	590,00	0,00	0,00	0,00	590,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	590,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.183,49	0,00	0,00	0,00	2.183,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.183,49
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.964,41	31.755,46	0,00	0,00	34.719,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.719,87
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1.345,11	0,00	0,00	0,00	1.345,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.345,11
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.004,00	17.738,95	0,00	0,00	19.742,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.742,95
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1.190,83	0,00	0,00	0,00	1.190,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.190,83
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.990,79	59.446,33	55.837,33	0,00	6.539,79	33,60	0,00	33,60	33,60	33,60	0,00	0,00	6.539,79
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	5.881,93	0,00	0,00	0,00	5.881,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.881,93
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121,80	121,80	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	3.450,67	0,00	0,00	0,00	3.450,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.450,67
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	1.422,50	1.422,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121,48	0,00	0,00	121,48	121,48
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	273,00	0,00	0,00	0,00	273,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	273,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1.754,60	1.871,88	0,00	0,00	3.626,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.626,48
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	805,53	0,00	0,00	0,00	805,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	805,53
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	3.954,17	0,00	0,00	3.954,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.954,17
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	729,51	0,00	0,00	0,00	729,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	729,51
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	24.290,00	0,00	0,00	0,00	24.290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.290,00
SECRETARIA DE DESENV. RURAL, PESCA E MEIO	4.952,43	426.217,80	428.718,33	0,00	2.451,90	0,00	0,00	0,00	5.693,48	4.800,00	0,00	105.592,52	108.044,42
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	13.651,71	1.285,95	0,00	12.365,76	0,00	0,00	0,00	4.434,50	0,00	0,00	4.434,50	16.800,26
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	222,50	0,00	0,00	0,00	222,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	222,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	11.097,07	21.694,80	19.238,05	0,00	13.553,82	0,00	0,00	0,00	147.781,09	61.742,72	0,00	122.724,42	136.278,24
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	903,50	0,00	0,00	0,00	903,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	903,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	1.113,20	0,00	0,00	0,00	1.113,20	0,00	0,00	0,00	3.829,70	1.373,40	0,00	2.456,30	3.569,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	5.782,50	0,00	0,00	0,00	5.782,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.782,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	10.332,40	10.332,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.165,70	4.437,50	0,00	6.728,20	6.728,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	1.322,50	0,00	0,00	0,00	1.322,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.322,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	30.061,20	15.781,20	0,00	14.300,00	0,00	0,00	0,00	3.100,00	0,00	0,00	3.100,00	17.400,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	2.289,50	0,00	0,00	0,00	2.289,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.289,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	80,00	0,00	0,00	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	2.221,00	0,00	0,00	0,00	2.221,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.221,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.127,00	0,00	0,00	3.127,00	3.127,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	542,60	0,00	0,00	0,00	542,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	542,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	22,30	0,00	0,00	22,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	270,00	0,00	0,00	270,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270,00
SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA	858,75	0,00	0,00	0,00	858,75	0,00	0,00	0,00	151,20	151,20	0,00	0,00	3.569,25
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	2.710,50	425,91	425,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	121.350,67	119.953,87	0,00	12.077,00	0,00	0,00	0,00	61.773,41	4.501,40	0,00	57.272,01	68.349,01
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.	10.680,20	0,00	0,00	0,00	10.680,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.680,20
SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERV	3.248,60	0,00	0,00	0,00	3.248,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.248,60
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	1.106,00	170,00	0,00	0,00	1.276,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.276,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IMARUI	7.447,12	4.274,21	2.898,94	0,00	8.822,39	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00	25.822,39
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	917,68	230,00	0,00	687,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	687,68
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.388,12	0,00	0,00	0,00	2.388,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.388,12
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	69,00	0,00	0,00	0,00	69,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	370,50	0,00	0,00	0,00	370,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	370,50

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS				Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	141.267,97	937.956,49	812.162,32	-	267.062,14	78.970,07	680.992,68	237.122,80	-
EXECUTIVO	141.267,97	937.956,49	812.162,32	0,00	267.062,14	78.970,07	680.992,68	237.122,80	0,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IMARUI	7.447,12	4.274,21	2.898,94	0,00	8.822,39	0,00	17.000,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.596,00	687,59	0,00	0,00	2.283,59	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	450,00	0,00	0,00	0,00	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	445,00	2.500,00	2.500,00	0,00	445,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.788,50	0,00	0,00	0,00	1.788,50	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	340,00	0,00	0,00	0,00	340,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	168,94	168,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMARUI	33.397,21	92.552,68	63.799,30	0,00	62.150,59	78.970,07	102.033,85	97.806,23	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	17.140,81	92.552,68	63.799,30	0,00	45.894,19	2.551,00	102.033,85	97.806,23	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	16.256,40	0,00	0,00	0,00	16.256,40	76.419,07	0,00	0,00	0,00
SAMAE - SERV. AUT. MUN. AGUA E ESGOTO IMARUI	0,00	77.710,00	75.390,00	0,00	2.350,00	0,00	161.479,00	104.393,17	0,00
SAMAE	0,00	77.710,00	75.390,00	0,00	2.350,00	0,00	161.479,00	104.393,17	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I) + (II):	141.267,97	937.956,49	812.162,32	0,00	267.062,14	78.970,07	680.992,68	237.122,80	0,00

FONTE:

IMARUI, 09/05/2016

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

EMANUEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

MEIRISANE DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

PATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

RREO 2º BIMESTRE 2016 (ANEXO 8)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	889.000,00	889.000,00	252.201,79	28,37
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	336.500,00	336.500,00	68.508,53	20,36
1.1.1- IPTU	300.000,00	300.000,00	46.413,80	15,47
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	500,00	500,00	427,89	85,58
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	30.000,00	30.000,00	12.551,78	41,84
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	9.115,06	151,92
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITEI	150.000,00	150.000,00	76.721,89	51,15
1.2.1- ITEI	150.000,00	150.000,00	76.721,89	51,15
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITEI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITEI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITEI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITEI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	292.500,00	292.500,00	66.337,26	22,68
1.3.1- ISS	285.000,00	285.000,00	63.059,68	22,13
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.500,00	1.500,00	906,67	60,44
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	5.000,00	5.000,00	1.561,73	31,23
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	809,18	80,92
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	110.000,00	110.000,00	40.634,11	36,94
1.4.1- IRRF	110.000,00	110.000,00	40.634,11	36,94
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	-	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.453.000,00	12.453.000,00	4.078.793,79	32,75
2.1- Cota-Parte FPM	8.500.000,00	8.500.000,00	2.724.224,65	32,05
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.500.000,00	8.500.000,00	2.724.224,65	32,05
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.200.000,00	3.200.000,00	1.134.922,22	35,47
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1966	15.000,00	15.000,00	4.532,12	30,21
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	53.000,00	53.000,00	17.020,90	32,11
2.5- Cota-Parte ITR	35.000,00	35.000,00	3.475,94	9,93
2.6- Cota-Parte IPVA	650.000,00	650.000,00	194.617,96	29,94
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.342.000,00	13.342.000,00	4.330.965,58	32,46
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	921.000,00	921.000,00	284.309,52	30,87
5.1- Transferências do Salário-Educação	540.000,00	540.000,00	210.549,18	38,99
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	270.000,00	270.000,00	48.258,00	17,87
5.4- Transferências Diretas - PNATE	110.000,00	110.000,00	25.502,34	23,18
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	500,00	500,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	500,00	500,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.500,00	1.500,00	28.614,52	1.907,63
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	923.000,00	923.000,00	312.924,04	33,90
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.490.600,00	2.490.600,00	815.757,95	32,75
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.700.000,00	1.700.000,00	544.844,82	32,05
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	640.000,00	640.000,00	226.984,13	35,47
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00	906,40	30,21
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.600,00	10.600,00	3.404,19	32,12
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	7.000,00	7.000,00	695,16	9,93
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	130.000,00	130.000,00	38.923,25	29,94
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.760.000,00	5.760.000,00	1.728.078,15	30,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.700.000,00	5.700.000,00	1.723.391,55	30,23
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	60.000,00	60.000,00	4.686,60	7,81
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	3.209.400,00	3.209.400,00	907.633,60	28,28
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.420.000,00	3.462.771,34	1.165.349,03	33,65	1.099.652,72	31,76
13.1- Com Educação Infantil	1.286.000,00	1.286.000,00	462.923,88	36,00	441.501,35	34,33
13.2- Com Ensino Fundamental	2.134.000,00	2.176.771,34	702.425,15	32,27	658.151,37	30,24
14- OUTRAS DESPESAS	2.280.000,00	2.280.000,00	611.810,21	26,83	584.406,04	25,63
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	2.280.000,00	2.280.000,00	611.810,21	26,83	584.406,04	25,63
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.700.000,00	5.742.771,34	1.777.159,24	30,95	1.684.058,76	29,32
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.684.058,76
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						63,63
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						33,82
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						2,55
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 *						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	3.335.500,00		3.335.500,00	1.082.748,90	32,46	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.606.000,00	1.606.000,00	559.080,33	34,81	461.839,74	28,76
23.1- Creche	110.000,00	110.000,00	16.156,45	14,69	3.120,25	2,84
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	110.000,00	110.000,00	16.156,45	14,69	3.120,25	2,84
23.2- Pré-escola	210.000,00	210.000,00	80.000,00	38,10	17.218,14	8,20
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	210.000,00	210.000,00	80.000,00	38,10	17.218,14	8,20
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.494.000,00	5.536.771,34	1.735.990,03	31,35	1.443.443,69	26,07
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.414.000,00	4.456.771,34	1.314.235,36	29,49	1.242.557,41	27,88
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.080.000,00	1.080.000,00	421.754,67	39,05	200.886,28	18,60
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	7.100.200,00	7.142.971,34	2.295.070,36	32,13	1.905.283,43	26,67
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						907.633,60
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						4.686,60
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						912.320,20
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						992.963,23
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						22,93
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	540.000,00	540.000,00	281.682,97	52,16	120.477,66	22,31
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	381.400,00	490.105,90	358.481,37	73,14	115.967,88	23,66
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	921.400,00	1.030.105,90	640.164,34	62,15	236.445,54	22,95
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	8.021.600,00	8.173.077,24	2.935.234,70	35,91	2.141.728,97	26,20

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		13.228,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.723.391,55	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.157.230,97	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.157.230,97	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		4.686,60	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		584.075,18	0,00

IMARUI, 09/06/2016

 MANOEL VIANA DE SOUSA
 Prefeito Municipal

 PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
 Chefe de Auditoria e Controle Interno

 MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
 Contadora CRC/SC 030561/O-1

 EMANOEL MATOS
 Secretário de Administração e Finanças

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RREO 2º BIMESTRE 2016 (ANEXO 9)

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2.000.500,00	0,00			2.000.500,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	6.622.849,45	2.953.221,17	473.922,59	0,00	3.669.628,28
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	6.622.849,45	2.953.221,17	473.922,59	0,00	3.669.628,28
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.622.349,45	-2.953.221,17	-	-	-1.669.128,28

FONTE:

IMARUI , 09/06/2016

 MANOEL VIANA DE SOUSA
 Prefeito Municipal

 PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
 Chefe de Auditoria e Controle Interno

 MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
 Contadora CRC/SC 030561/O-1

 EMANOEL MATOS
 Secretário de Administração e Finanças

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 058/2016

EDITAL SEAGP Nº 058/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, divulgado através do Edital nº 14/2015, de 30 de outubro de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015, de 15 de Janeiro de 2016, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 10 de Junho a 09 de Julho de 2016, no horário das 08h às 13h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 09 de junho de 2016.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 058/2016

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Enfermeiro 40h

Ana Paula Marcelo Antunes

EXTRATO DE ABERTURA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/ PSS/ PROGRAMA VEM SER Nº 07/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL PMI/CERSP/ PSS/ PROGRAMA VEM SER Nº 07/2016

EXTRATO DE ABERTURA

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de Processo Seletivo Simplificado por Títulos, destinado a reserva técnica para preenchimento dos cargos temporários conforme Leis nº(s), 3.330 de 30 de abril de 2008 e 4.428, 4.429 de 14 de julho de 2014, e o Edital a seguir:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1 O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital, em caráter excepcional, consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção de profissional para suprir vagas temporárias de Psicólogo e Instrutor.

ANEXO I

Cargo	Requisitos Básicos	Área de Atuação	Total de Vagas	Jornada Semanal	Salário Base
Psicólogo	Diploma de conclusão de Ensino Superior, com Habilitação legal específica e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional	Psicologia Clínica e Comunitária	RT	40h	R\$:

Instrutor de Atividades Esportivas	Diploma de ensino médio e experiência comprovada na área de atuação	Corrida Rústica e Atletismo	RT	20h	R\$:
Instrutor de Dança	Diploma de ensino médio e experiência comprovada na área de atuação	Zumba, dança de rua, Batuque e Balé	RT	20h	R\$:
Instrutor de Atividades Físicas	Diploma de ensino médio e experiência comprovada na área de atuação	Jiu-Jitsu e Muay Thai	RT	20h	R\$:
Instrutor de Corte e Costura	Diploma de ensino médio e experiência comprovada na área de atuação	Corte Costura e Bordado a Máquina	RT	20h	R\$:
Instrutor de Atividades de Xadrez	Diploma de ensino médio e experiência comprovada na área de atuação	Atividade de Xadrez	RT	20h	R\$:

*RT = Reserva Técnica

0.2 Para candidatar-se ao(s) cargo(s) em aberto neste edital, o candidato deverá comprovar a formação mínima exigida, conforme detalhado no quadro acima.

As inscrições serão realizadas no período de 10 de junho à 23 de Junho de 2016, junto a Gerência de Gestão de Pessoas, da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública. Localizada a Rua: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, Santa Catarina, das 07:30 às 13:00 horas e/ou via SEDEX.

Edital completo: Disponível na internet www.imbituba.sc.gov.br / Editais / Editais SEAST

EXTRATO DE ERRATA DE PREGÃO Nº 38/2016 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI

PROCESSO Nº 55/2015 PR 38/2016

ERRATA

No Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 19 de fevereiro de 2016, comunicamos que: onde se lê "Administração Pública" constante no item 15.3.3.3, ler-se-á "Administração Municipal", e "onde se lê, Licitação regida pelo tipo de: MENOR PREÇO GLOBAL, ler-se-á "Licitação regida pelo tipo de: MENOR PREÇO POR LOTE" respectivamente.

Imbituba, 02 de junho de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

LEI Nº 4.735, DE 9 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 4.735, DE 9 DE JUNHO DE 2016.

Altera dispositivo da Lei nº 4.643, de 11 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a autorização do Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BRDE Municípios e tomar empréstimo junto ao BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Art. 5º da Lei nº 4.643, de 11 de dezembro de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Por conta do financiamento estabelecido no artigo 3º desta Lei, o Município pagará taxa de juros igual a 8,00% a.a. acima da TJLP; ficando a carência estabelecida em 18 (dezoito) meses e o prazo de amortização em 04 (quatro) anos."

Art. 2º Fica revogada a Lei nº 4.713, de 20 de abril de 2016.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 9 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

LEI Nº 4.736, DE 9 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 4.736, DE 9 DE JUNHO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo a conceder Auxílio Financeiro a Associação de Surf de Imbituba - ASI e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação de Surf de Imbituba - ASI, no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no exercício de 2016.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o caput observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas com a realização do Circuito Imbitubense de Surf/2016, que acontecerá entre os meses de maio a setembro de 2016.

Art. 3º O Poder Público Municipal firmará Termo de Convênio com a Associação de Surf de Imbituba - ASI, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 9 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 025/2016**

Ato da Presidência nº 025/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 18ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 13 de junho de 2016 (Segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
060	PL nº 4.851/2016	02/06/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Ponto de Apoio Despertar Jovem e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
062	PLC nº 382/2016	06/06/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza a cessão temporária de servidores públicos municipais do quadro geral e do magistério, aos órgãos ou entidades dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
063	PL nº 4.853/2016	06/06/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder Auxílio Financeiro ao Imbituba Atlético Clube e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	Moção nº 005/2016	02/06/2016	Legislativo Municipal	Rosália Maria de Souza Sgrott	Moção de Congratulação ao Bombeiro Militar Alex Meneses pelo seu espírito de bravura no ato como profissional e por sua dedicação e amor no cuidado com sua filha.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 09 de junho de 2016.

Guilherme Santos Souza	Rogberto de Farias Pires
Presidente	Vice-Presidente
Zeli Pires	Rosália Maria de Souza Sgrott
Primeiro-Secretário	Segunda-Secretária

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 083/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 083/2016

CONTRATADA: PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a execução de terraplanagem, drenagem pluvial, rede de tratamento de esgoto, rede de distribuição de água, pavimentação asfáltica em CBUQ, pavimentação de passeios em blocos de concreto intertravados, sinalização viária, do trecho 08 da Rua Marechal Floriano Peixoto, com extensão de 2.064,00 metros (início: defronte residência 5.388 – estaca 266+1,00 PP; término: interseção com a Rua Ribeirão das Pedras – estaca 369+5,00 PF).

VALOR: R\$815.770,98

PRAZO: 03 de junho de 2016 até 29 de janeiro de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 03/06/2016.

DECRETO Nº 1999/16

. DECRETO Nº 1999/16

. De 09 de junho de 2016

Reconhece Despesas de Exercício Anterior

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam reconhecidas, pelo Município de Indaial, as seguintes despesas, empenhadas no Exercício Anterior no orçamento, conforme abaixo:

O.U.	P.A.	ELEMENTO/CTA	VINCULO	CREDOR	VALOR	N.FISC/FAT./BOL.
04.01	2062	333909239000000	10000000	Mapfre Seguros Gerais S. A.	2.729,71	442/14010000204181
04.01	2062	333909239000000	10000000	Mapfre Seguros Gerais S. A.	2.729,71	442/14010000204182
04.01	2062	333909239000000	10000000	Mapfre Seguros Gerais S. A.	2.729,71	442/14010000204183
04.01	2062	333909239000000	10000000	Mapfre Seguros Gerais S. A.	2.729,71	442/14010000204184
02.10	1806	333909239000000	10000000	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD	3.153,12	9012850289
02.10	1806	333909239000000	10000000	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD	3.153,12	9012850290
02.10	1806	333909239000000	10000000	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD	3.153,12	9012850291
02.10	1806	333909239000000	10000000	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD	3.153,14	9012850292

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 1993/2016.

Município de Indaial, em 9 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 019/2016
 TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 019/2016

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.897.504/0001-83, com sede na Rodovia BR – 101, Km 298, Paria Comprida, na cidade de São José – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jair Osvaldo Galvão, brasileiro, casado, empresário, sócio diretor da empresa, inscrito no CPF sob nº 030.000.959-34 e Cédula de Identidade nº 105477-5, residente e domiciliado na Rua Andorinha, nº 390, bairro Lagoa da Conceição, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.5., do contrato original que tem como objeto a execução de terraplenagem, drenagem pluvial, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água, pavimentação asfáltica da via e pavimentação de passeios em blocos de concreto intertravados, no Trecho 03 da Avenida Brasil (início: estaca 164+10 PP – defronte residência no 3020; término: estaca 182+15,00 PF – defronte residência no 3469), com extensão total de 365,00 metros, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de execução das obras é 10 de maio de 2016 até 07 de agosto de 2016, da expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo de contrato passa a fazer parte do original, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 09 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA Jair Osvaldo Galvão Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 078/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 078/2016

Pelo presente Termo Aditivo de contratato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.671.681/0001-73, com sede na rua João Antonio da Silva, nº 39, sala 01, bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Gilberto Reis, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 003.649.019/93 e Cédula de Identidade nº 3.742.476, residente na rua João Antonio da Silva, nº 39, bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula décima, item 10.1, do contrato original que tem como objeto a execução dos serviços de recuperação (tapa buraco) de pavimentação em paralelepípedos, lajotas, ladrilhos e piso cimentado, em área total de 20.200,00 m2,

CLÁUSULA DÉCIMA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas provenientes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2016 e as respectivas para o exercício de 2017:

- 08.01.0015.0451.0008.2208.339039990000.01000000 – Recurso Próprio
- 22.01.0017.0512.0022.2332.339039990000.01000000 – Recurso Próprio
- 22.01.0017.0512.0022.2332.339039990000.01645502 – CASAN
- 22.001.0015.0451.0022.1338.3449000000000000.03645502

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente

instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 07 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA Gilbeto Reis Contratada

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal Interino
--	---

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretario Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Iomerê

PREFEITURA

CONTRATO 16/048

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SHOW MUSICAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CÉU E CANTOS SONORIZAÇÕES LTDA.

CT16/048

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500 - Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa CÉU E CANTOS SONORIZAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Pedro Dallacorte, nº 224, Bairro Santo André, na cidade de Getúlio Vargas - RS, inscrita no CNPJ sob o nº 11.068.058/0001-93, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam os serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 – O presente contrato tem por como objeto a contratação de show musical com a Banda Céu e Cantos, artistas consagrados pela crítica especializada, a acontecer no dia 15/07/2016 com início previsto para às 20:30h e término às 22h, fazendo parte das atrações da XXXI Festa Julina de Iomerê, e integrando as comemorações do aniversário de emancipação político-administrativo do Município contratante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – Os serviços serão executados no Município de Iomerê, no local e estrutura de palco coberto e seguro que comporte a estrutura da banda, montado para as comemorações do aniversário político-administrativo do Município de Iomerê, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, nas dependências dos pátios da Paróquia São Luiz Gonzaga e Escola de Educação Básica Frei Evaristo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO E VALOR

3.1 – O valor a ser pago pelo contrato será de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais). O pagamento será efetuado da seguinte forma:

a) 100%(cem por cento) do valor do contrato, na semana do evento, com emissão da nota fiscal no valor total do contrato, mediante depósito bancário em sua conta corrente informada no anexo II da documentação;

3.3 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2016:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE CULTURA
Projeto/Atividade	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS COMEMORATIVAS E EVENTOS
Complem. Elemento	3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos	00 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	52

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 – De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de julho de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0027/2016 – Inexigibilidade nº 0002/2016.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

9.1 – Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas relativas a prestação dos serviços bem como:

- a) despesas com transporte e alimentação dos músicos, bem como todos os demais integrantes da banda e demais pessoas que acompanham os artistas;
- b) taxas e encargos decorrentes do presente instrumento;
- c) cumprir com o previsto na cláusula primeira deste contrato;
- d) zelar pelo bom desempenho do espetáculo, observando o cumprimento do horário de início do show, salvo motivos de força maior, quando poderão acontecer mudanças, tudo objeto de prévio ajuste entre as partes contratantes.
- e) fica ajustado que, a não realização do show, por culpa da CONTRATADA, implicará na devolução do valor já pago, em conta bancária a ser informada pelo Contratante, além de multa de 20%(vinte por cento) do valor total do contrato.

9.2 – Será de responsabilidade da CONTRATANTE:

- a) cumprir com o ajustado na cláusula terceira do presente contrato;
- b) providenciar local adequado para apresentação da CONTRATADA, conforme cláusula segunda;
- c) disponibilizar sonorização, iluminação, camarins conforme room list dos artistas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como

observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 06 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ CÉU E CANTOS SONORIZAÇÕES LTDA
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO 16/049

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SHOW MUSICAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA GRUPO MUSICAL SAN MARINO LTDA.

CT16/049

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500 - Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa GRUPO MUSICAL SAN MARINO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Carlos Heinze, nº 800, Bairro Cruzeiro, na cidade de Santa Rosa - RS, inscrita no CNPJ sob o nº 92.811.934/0001-21, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam os serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 – O presente contrato tem por como objeto a contratação de show musical com a Banda San Marino, artistas consagrados pela crítica especializada, a acontecer no dia 16/07/2016 com início previsto para às 20:30h e término às 22h, fazendo parte das atrações da XXXI Festa Julina de Iomerê, e integrando as comemorações do aniversário de emancipação político-administrativo do Município contratante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – Os serviços serão executados no Município de Iomerê, no local e estrutura de palco coberto e seguro que comporte a estrutura da banda, montado para as comemorações do aniversário político-administrativo do Município de Iomerê, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, nas dependências dos pátios da Paróquia São Luiz Gonzaga e Escola de Educação Básica Frei Evaristo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO E VALOR

3.1 – O valor a ser pago pelo contrato será de R\$ 23.000,00 (vinte três mil reais). O pagamento será efetuado da seguinte forma:

a) 100%(cem por cento) do valor do contrato, na semana do evento, com emissão da nota fiscal no valor total do contrato, mediante depósito bancário em sua conta corrente informada no anexo II da documentação;

3.3 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2016:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE CULTURA
Projeto/Atividade	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS COMEMORATIVAS E EVENTOS
Complem. Elemento	3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	00 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	52

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 – De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de julho de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0028/2016 – Inexigibilidade nº 0003/2016.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

9.1 – Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas relativas a prestação dos serviços bem como:

- a) despesas com transporte e alimentação dos músicos, bem como todos os demais integrantes da banda e demais pessoas que acompanham os artistas;
- b) taxas e encargos decorrentes do presente instrumento;
- c) cumprir com o previsto na cláusula primeira deste contrato;
- d) zelar pelo bom desempenho do espetáculo, observando o cumprimento do horário de início do show, salvo motivos de força maior, quando poderão acontecer mudanças, tudo objeto de prévio

ajuste entre as partes contratantes.

e) fica ajustado que, a não realização do show, por culpa da CONTRATADA, implicará na devolução do valor já pago, em conta bancária a ser informada pelo Contratante, além de multa de 20%(vinete por cento) do valor total do contrato.

9.2 – Será de responsabilidade da CONTRATANTE:

- a) cumprir com o ajustado na cláusula terceira do presente contrato;
- b) providenciar local adequado para apresentação da CONTRATADA, conforme cláusula segunda;
- c) disponibilizar sonorização, iluminação, camarins conforme room list dos artistas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como

observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 07 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ CONTRATANTE	GRUPO MUSICAL SAN MARINO LTDA CONTRATADA
------------------------------------	---

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

DECRETO 1663/2016

DECRETO Nº. 1663 DE 07 DE JUNHO DE 2016.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 823/2015 de 01 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 823/2015 de 01 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 99.999,00 (noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais), na seguinte dotação orçamentária:

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

1005 Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas

44900000 Aplicações Diretas

1164.00 Transferências de Convênios – Estado/Outros

R\$ 99.999,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do provável Excesso de arrecadação do exercício corrente pelo repasse do Convênio nº 2016 TR 000800 firmado por este município com o Estado de Santa Catarina por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Videira, para a

aquisição de implementos agrícolas para o município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 07 de junho de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1664/2016

DECRETO Nº. 1664 DE 07 DE JUNHO DE 2016.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 823/2015 de 01 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 823/2015 de 01 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

2035 Manutenção da Malha Rodoviária

33900000 Aplicações Diretas

1164.00 Transferências de Convênios – Estado/Outros

R\$ 100.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente pelo repasse do Convênio nº 2016 TR 000265 firmado por este município com o Estado de Santa Catarina por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Videira, para a compra de pedras britas e óleo diesel para a recuperação das estradas vicinais do município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 07 de junho de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1665/2016

DECRETO Nº. 1665 DE 08 JUNHO DE 2016.

Autoriza desmembramento e remembramento de área.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Município de Iomerê, a desmembrar 9.600,00m² (nove mil e seiscentos metros quadrados) do imóvel pertencente ao perímetro urbano, com área total de 96.000,00m² (noventa e seis mil metros quadrados) registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 1.345 e a remembrá-lo ao imóvel com área total de 121.000,00m², registrado no cartório de registro de Imóveis sob nº 33.928:

Lote: 08

Quadra: 56

Inscrição Imobiliária: 01.56.01.00

Área à desmembrar: 9.600,00m² (nove mil e seiscentos metros quadrados)

Confrontações:	
Área Remanescente – 86.400,00m²	
NORTE	Confronta-se com Adão Batista Breda com distância de 480,00m;
SUL	Confronta-se com Município de Iomerê, com distância de 480,00m;
LESTE	Confronta-se com Francisco Claudino Zago, com distância de 180,00m;
OESTE	Confronta-se com Província Camiliana Brasileira, com distância de 180,00m.
Área à desmembrar/remembrar – 9.600,00m²	
NORTE	Confronta-se com Município de Iomerê, com distância de 480,00m;
SUL	Confronta-se com Município de Iomerê, com distância de 480,00m;
LESTE	Confronta-se com Francisco Claudino Zago, com distância de 20,00m;
OESTE	Confronta-se com Rua A I, com distância de 20,00m.
Área à receber o desmembramento – 121.000,00m²	
NORTE	Confronta-se com Rua A I, com distância de 372,00m e com área a desmembrar, com distância de 480,00m;
SUL	Confronta-se com Estrada municipal de acesso à Linha Mene-gatt, com distância de 898,10m;
LESTE	Confronta-se com Leocir e Marildo Zago, com distância de 284,03m;
OESTE	Não há confrontação, terreno em formato triangular.

Art. 2º. Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 08 de junho de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de IOMERE, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o Sr. MARCOS ANTONIO DE LIMA, para o cargo de Agente de Serviços Gerais, e que no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº01/2015

O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

a)Carteira de Trabalho;

b)PIS/PASEP;

c)1(uma)foto 3x4;

d)Comprovante de Residência

e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda

f)Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sangüíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;

g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas(Fórum);

h)Comprovante de Escolaridade e requisitos(conforme exigido no Edital de Concurso)

i)Avaliação Cardiológica;

j)Avaliação Neurológica;

l)RX Tórax;

k)RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;

m) Hemograma;

n)VDRL;

o)ABO RH;

p)Glicemia

q)Ex. Quat. Urina

r)EPF;

s)Avaliação Audiométrica.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 09 de JUNHO de 2016

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

PORTARIA 2798/2016

PORTARIA Nº 2798 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Autoriza Servidora a conduzir veículos da frota municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a servidora, HELIN PERAZZOLI a conduzir veículos da frota Municipal de Iomerê:

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 06 de junho de 2016

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

TERMO ADITIVO Nº 016/21

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CLEMIR SCHMITT – ME – CT13/36 – TA13/41, TA14/027 e TA15/053.
TA16/021

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado CLEMIR SCHMITT - ME pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Travessa Cel. Joaquim Torres, nº 851, na cidade de Joaçaba, inscrita no CNPJ sob o nº 06.555.267/0001-21, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT13/36, conforme segue:

- a) Considerando as disposições da Lei nº 9504/97 (Lei das Eleições) e suas alterações posteriores;
- b) Considerando que, neste ano de 2016, acontecem eleições em nível municipal, com primeiro turno em 02 de outubro, fica aditivado o contrato acima epigrafado, nos seguintes termos:

Art. 1º O presente contrato terá seus efeitos suspensos no período de 01.07.2016 até 02.10.2016, passando a vigorar novamente a partir de 03.10.2016.

Art. 2º Ficam mantidas as demais cláusulas contidas do contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 01 de junho de 2016.

MUNICÍPIO	CLEMIR SCHMITT - ME
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 016/22

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CLEMIR SCHMITT – ME – CT15/032 e TA15/054.
TA16/022

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado CLEMIR SCHMITT - ME pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Travessa Cel. Joaquim Torres, nº 851, na cidade de Joaçaba, inscrita no CNPJ sob o nº 06.555.267/0001-21, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT15/032, conforme segue:

- a) Considerando as disposições da Lei nº 9504/97 (Lei das Eleições) e suas alterações posteriores;
- b) Considerando que, neste ano de 2016, acontecem eleições em nível municipal, com primeiro turno em 02 de outubro, fica aditivado o contrato acima epigrafado, nos seguintes termos:

Art. 1º O presente contrato terá seus efeitos suspensos no período de 01.07.2016 até 02.10.2016, passando a vigorar novamente a partir de 03.10.2016.

Art. 2º Ficam mantidas as demais cláusulas contidas do contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 01 de junho de 2016.

MUNICÍPIO	CLEMIR SCHMITT - ME
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 016/23

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA RADIO VIDEIRA LTDA – CT13/15, TA13PMI29, TA13PMI48, TA14038 e TA15/040.
TA16/023

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado RÁDIO VIDEIRA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Veneriano dos Passos nº 385, na cidade de Videira/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 86.550.662/0001-50, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT13/15, conforme segue:

- a) Considerando as disposições da Lei n. 9504/97 (Lei das Eleições) e suas alterações posteriores;
- b) Considerando que, neste ano de 2016, acontecem eleições em nível municipal, com primeiro turno em 02 de outubro, fica aditivado o contrato acima epigrafado, nos seguintes termos:

Art. 1º O presente contrato terá seus efeitos suspensos no período de 01.07.2016 até 02.10.2016, passando a vigorar novamente a partir de 03.10.2016.

Art. 2º Ficam mantidas as demais cláusulas contidas do contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 01 de junho de 2016.

MUNICÍPIO	RÁDIO VIDEIRA LTDA
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 016/24

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA AUTO POSTO DOM DOMENICO LTDA – CT16/042.

TA16/024

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AUTO POSTO DOM DOMENICO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua XV de novembro, nº 1168 Centro na cidade de Videira-SC inscrita no CNPJ sob o nº 14.563.006/0001-81, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT16/042, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - As partes de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem reajustar o preço do álcool e alterar a cláusula primeira do contrato em epígrafe, passando a vigorar com a seguinte redação:

ITEM	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT.R\$ R\$
1	Litro	Álcool Comum	Shell	2,87

Art. 2º - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 01 de junho de 2016.

Luciano Paganini
CONTRATANTE

Auto Posto Capricho Ltda
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO DISTRATO Nº 016/01

DISTRATO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA GESTÃO SAÚDE LTDA.

TD16/01

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso nº 530, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado GESTÃO SAÚDE LTDA pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 05.556.416/0001-04, com endereço na rua Blumenau, nº 314 Centro, na cidade de Joinville-SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, rescindir o contrato nº CT15FMS/006 e aditivo TA15/039, conforme segue:

a) Considerando a informação da Secretaria Municipal de Saude e Ação Social, no sentido de que a empresa contratada não mais vem prestando os serviços objeto do contrato já há algum tempo, restando assim, descumprido as disposições contratuais, nos termos da cláusula quinta;

b) Considerando que, sequer houve emissão de nota fiscal de prestação de serviços para o respectivo pagamento, conforme contrato;

c) Considerando que, as tentativas de contato com a Contratada vem restando infrutíferas, o que revela a intenção de rescisão contratual.

Art. 1. Resta rescindido o contrato CT15FMS/006, e seus aditivos, celebrado entre o Município de Iomerê, através do Fundo Municipal da Saúde, e a empresa Gestão Saúde Ltda, independentemente de qualquer outra providencia, nos termos da cláusula sétima, do contrato CT15FMS/006.

Art. 2. O presente distrato surtirá efeitos retroativos à data de 01 abril de 2016, devendo ser cancelados eventuais empenhos e/ou dotação orçamentária bloqueados para esta finalidade.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 01 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

GESTÃO SAÚDE LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

HOMOLOGAÇÃO SHOW MUSICAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 3/2016 - IL
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 26/2016 Processo de Licitação: 28/2016 Data do Processo: 03/06/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Luciano Paganini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 28/2016
b) Licitação Nr.: 3/2016-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 06/06/2016
e) Data da Adjudicação: 06/06/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação SHOW MUSICAL COM A BANDA SAN MARINO PARA COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO.

					(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>GRUPO MUSICAL SAN MARINO LTDA - EPP (4721)</u>						
1	SHOW MUSICAL	SRV	1,00	0,0000	23.000,00	23.000,00
					Total do Fornecedor:	23.000,00
					Total Geral:	23.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.048.3.3.90.00.00.00.00 (52) Saldo: 162.060,00

Iomerê, 6 de Junho de 2016.

Luciano Paganini
Prefeito

HOMOLOGAÇÃO SHOW MUSICAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 2/2016 - IL
	Processo Administrativo: 25/2016 Processo de Licitação: 27/2016 Data do Processo: 02/06/2016

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Luciano Paganini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 27/2016
b) Licitação Nr.: 2/2016-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 03/06/2016
e) Data da Adjudicação: 03/06/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação SHOW MUSICAL COM A BANDA CÉU E CANTOS PARA COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO.

					(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
CÉU E CANTOS SONORIZAÇÕES LTDA - ME (4720)					
1 SHOW MUSICAL	SRV	1,00	0,0000	16.000,00	16.000,00
				Total do Fornecedor:	16.000,00
				Total Geral:	16.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.048.3.3.90.00.00.00.00 (52) Saldo: 178.060,00

Iomerê, 3 de Junho de 2016.

Luciano Paganini
Prefeito

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 43/2016

Objeto: contratação de empresa especializada para Consultoria na realização da 6ª Conferência das Cidades do Município de IPUMIRIM - SC, envolvendo todo território municipal, compreendendo: acompanhamento, elaboração de dinâmicas, material e palestra sobre o Tema "A Função Social da Cidade e da Propriedade", considerando o Decreto Federal nº 5.790 de 25 de maio de 2006, e Resolução Normativa nº 19, de 25 de Maio de 2015, do Conselho Nacional das Cidades e a Portaria Nº 024, de 29 de Outubro de 2015 da Secretaria de Estado do Planejamento.

Valor: R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais)

Assinatura: 24/05/2016 Vigência: 24/07/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ESPAÇO URBANO – CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA/ EPP, situada na RUA FRANCISCO LINDNER Nº 196 SALA 201, BAIRRO: ED. JOTACENTER, cidade de JOAÇABA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.986.007/0001-85.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 44/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2/2014, Processo de Licitação nº 57/2014, homologado em 17 de outubro de 2014.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 72/2014, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES LTDA.

Valor: R\$ 0,01 (Um Centavo)

Assinatura: 02/06/2016 Vigência: 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S.A, situada na RUA FRANCISCO MARTINHAGO, 258, Bairro: MINA DO MATO, cidade de CRICIUMA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.665.141/0001-50.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 45/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 45/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2016, Processo de Licitação nº 26/2016, homologado em 06 de junho de 2016.

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços em regime de empreitada global, de material e mão - de - obra, para execução de Chafariz com fonte luminosa, localizado na rótula das Ruas: Avenida Dom Pedro II, Avenida Assis Brasil e Avenida Rio Branco, no Centro do Município de Ipumirim, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e projeto básico.

Valor: R\$ 160.394,93 (Cento e Sessenta Mil Trezentos e Noventa e Quatro Reais e Noventa e Três Centavos)

Assinatura: 07/06/2016 Vigência: 07/06/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ACQUAFONTES PISCINAS E FONTES LUMINOSAS LTDA - ME, situada na RUA ISAC BARBOSA, Nº 25, Bairro: CAMPO BELO, cidade de PRUDENTE DE MORAIS-MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.367.627/0001-00.

PORTARIA Nº. 206/2016 DE 09 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A SOLANGE CIMADON, matrículas 115, Licença Prêmio de 15 dias, relativa ao período aquisitivo de 2006 a 2011 e gozo de 13/06/2016 a 27/06/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 13 de Junho de 2016.

Ipumirim - SC, 09 de Junho de 2.016.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal de Ipumirim

PORTARIA Nº. 205/2016 DE 09 DE JUNHO DE 2016.
CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JUCELIA DA SILVA PREZOTTO, matrícula 2025-7, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 04/06/2014 a 03/06/2015 e gozo de 16/06/2016 a 22/06/2016 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 13/06/2016.

Ipumirim - SC, 09 de junho de 2016.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski
Auxiliar Administrativo.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 38/2016,TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2016/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 38/2016

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, com entrega dos envelopes fixada para até às 17:00:00 horas do dia 27/06/2016 e para os interessados com certificado cadastral vigente até às 17:00 horas do dia 24/06/2016 ou dia útil imediatamente anterior para os interessados que não possuírem cadastro ou estiverem com o cadastro de fornecedor vencido. A abertura dos envelopes contendo a documentação é prevista para às 09:00:00 do dia 28/06/2016. Objeto da licitação: Reconstrução de 02 pontes em concreto armado pré moldado usando como referencia o KIT DE TRANSPOSIÇÃO DE OBSTACULOS DE SC, no Município de Ipumirim-SC, destruídas por chuvas intensas(214mm em 72 horas) ocorridas no período de 13 a 16 de junho de 2015,localizadas na Comunidade de Linha Jacutinga sentido a Linha XV de novembro e Linha Jacutinga sentido a Linha Jundiáí, na área rural do Município, conforme Decreto Municipal de Situação de Emergência 2155/2015 de 16 de julho de 2015,conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma e projeto, anexo ao edital.. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 09/06/2016
VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2016, TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2016

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços, no dia 28 de junho de 2016, visando a contratação de empresa para execução de rede de distribuição de energia elétrica para iluminação pública no acesso para a Comunidade de Adolfo Konder (1ª etapa). As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 28 de junho de 2016 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC, 09 de junho de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 08/2016

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE ITAIÓPOLIS/SC; Pregão Presencial nº 08/2016; Objeto: Registro de Preços para a aquisição parcelada de Oxigênio Medicinal, ar comprimido medicinal e locação de cilindros, pelo período de 12 meses a ser utilizado na Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis/SC. Entrega dos Envelopes: Até às 08:30 horas do dia 23 de junho de 2016; Abertura dos Envelopes: as 08:45 horas do dia 23 de junho de 2016, na Prefeitura Municipal de Itaiópolis-SC; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal Avenida Getúlio Vargas, 308, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, fone/Fax 047 3652 2211. Nair Veronica Pivovar, Administradora Hospitalar.

Itapema

PREFEITURA

PROCESSO Nº 82 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.052.2016 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS(GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10) PARA O CORPO DE BOMBEIROS MUNICIPAL.

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a reabertura do:

Processo nº 82 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.052.2016

Objeto: Registro de Preços para aquisição de combustíveis(gasolina comum e óleo diesel S10) para o Corpo de Bombeiros municipal.

Entrega dos envelopes: Até às 17:00(dezessete) horas do dia 23 de junho de 2016.

Abertura do Pregão: 23 de junho de 2016, às 17:00(dezessete) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone “serviços – fornecedores – modalidades – pregão – 04.052.2016” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8019.

Itapema, 09 de junho de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Compras, Contratos e Licitações

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 78, DE 9 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 78, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Convoca servidores municipais para atuarem como fiscais na realização das Provas do Concurso Público nº 02/2016 e Concurso de Emprego Público nº 03/2016.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal:

D e c r e t a:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, convocados os seguintes servidores municipais para atuarem como fiscais no dia 11 de junho de 2016 na realização das provas do Concurso Público nº 02/2016 e Concurso para Emprego Público nº 03/2016:

Ivair Paulo Tavares, Adrissa Arnhold, Paula Prost Welter, Clénice dos Santos Becker, Neusa Maria W. Muller, Adriano Karal, Marli Schmitz, Arlete Preis, Alberto Lengert, Jacqueline Hermes, Fabiane Koelln, Camila Fassbinder e Metilde Bido Locatelli.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 9 de junho de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

PREGÃO Nº36/2016-RP Nº23/2016-GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº36/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº23/2016

PROCESSO Nº47/2016

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 10h:30min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 11h:00min do dia 29 de junho de 2016, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS TIPO (FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES, E LEITE INTEGRAL) PARA UTILIZAÇÃO NO ABRIGO PROVISÓRIO RECANTO FELIZ, SCFV – SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS, e poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças – Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 09 de junho de 2016.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE BEM ESTAR SOCIAL

TERMO ADITIVO Nº20/2016-COBERTURA DA EUCLIDES EMÍDIO

TERMO ADITIVO Nº 20/2016 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2014. (7º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Educação, a Sra. ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO, portadora do CNPF/MF nº: 104.750.538-00 e do CI.RG. nº 6.555.545 SSP/PR e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, de outro lado a Empresa SOLO ENGENHARIA LTDA, com sede á Rua Francisco Pauli, nº 451, Sala 04, Bairro: Oxford na cidade de São Bento do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.743.714/0001-00 e Inscrição Estadual nº 255.378.181, representada neste ato por sócio, o Sr. TIAGO LUY, portador do CNPF/MF nº 045.957.139-75 e do CI.RG nº 4.358.866 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de Cobertura em estrutura metálica galvanizada, com 772,40m², na quadra poliesportiva

da Escola Municipal Euclides Emídio da Silva, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 14/2014 – PROCESSO Nº 141/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 118/2014, em 60 (sessenta) dias corridos contados a partir do dia 10/06/2016, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 118/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 118/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreita.

Itapoá/SC, 08 de junho de 2016.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA SOLO ENGENHARIA LTDA TIAGO LUY
ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO SE- CRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
Testemunhas: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

TOMADA DE PREÇO Nº05/2016-PROC. Nº45/2016-PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA AV. COMÉRCIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 30/06/2016 às 09h:00min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 09h:30min receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, Setor de Protocolo Oficial do Município, Licitação na modalidade Tomada de Preço nº 05/2016 – Processo nº45/2016, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE 3.335,80 M2 E RECAPEAMENTO DE 60,80 M2 NA RUA AVENIDA DO COMÉRCIO LOCALIZADO NO BALNEÁRIO ITAPEMA DO NORTE- GLEBA 1, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, e www.diariomunicipal.sc.gov.br, e para retirada na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrada uma taxa de R\$ 13,24 (treze reais e vinte e quatro

centavos). O horário disponível para retirada é das 08h às 14h.

Itapoá, 09 de junho de 2016.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

Ituporanga

PREFEITURA

Decreto nº 544, de 09 de junho de 2016

DECRETO Nº 544, de 09 de junho de 2016.

"Declara Deserta a Licitação nº 26, de 09 de maio de 2016 na modalidade de Pregão Presencial nº 20/2016".

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC, e

Considerando que este processo licitatório visava à contratação de empresa para fornecimento de Lanches para os Grupos da Terceira Idade do Município de Ituporanga;

Considerando que, por haver só um interessado em participar do certame, verificou-se que o mesmo estaria inabilitado, restando o processo licitatório deserto na forma da Lei de Licitações;

Considerando a orientação que dimana das Súmulas 346 e 473 do Colendo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, as quais afirmam, respectivamente, de modo explícito e claro que "a Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos" e que "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Considerando que a Lei 8.666/93 ao se referir ao tema em comento, estabelece, *ipsis verbis*, que: "A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado" (art. 49).

DECRETA:

Art. 1º- DESERTA a Licitação nº 25, de 05 de maio de 2016, na modalidade de Pregão Presencial nº 19/2016, da contratação de empresa para fornecimento de Coffee Break para datas comemorativas e formaturas das seguintes Secretarias: Assistência Social, saúde, Educação, Gabinete do Prefeito e Corpo de Bombeiros do Município de Ituporanga e conseqüentemente todos os atos e efeitos do citado Processo Licitatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 25 de maio de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 062 DE 20 DE MAIO 2016

DECRETO Nº. 062 DE 20 DE MAIO 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 802 de 23 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. - 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2016, na importância de R\$ 29.299,56 (Vinte e nove mil e duzentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos), por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto: 1.014 – Aparelhamento, Aquis., Veíc. e Amp. de Rede Física a Educação Básica
Modalidade de Aplicação: (22) – 4.4.90.00.00.0094.34 – Aplicações Diretas....R\$ 29.299,56
TOTAL R\$ 29.299,56

Art. 2º - O recurso destinado a abertura do crédito adicional suplementar do artigo anterior, correrá por conta do Termo de Compromisso - PAR – n.º 32358/2014, assinado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE no valor de R\$ 29.299,56(Vinte e nove mil e duzentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos), depositados na Agência 2192-X– Banco do Brasil e conta corrente n.º 15.614-0, no município de Jacinto Machado/SC.

Parágrafo Único: A contratação das despesas de que trata o presente Decreto fica condicionada ao efetivo ingresso do valor na conta bancária do Município de Jacinto Machado, até o limite dos valores da vinculação 01.0094.34, acrescida ao Projeto/Atividade 1.014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 20 de maio de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 063 DE 20 DE MAIO 2016

DECRETO Nº. 063 DE 20 DE MAIO 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 802 de 23 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2016, na importância de R\$ 99.960,00 (Noventa e nove mil, novecentos e sessenta reais), por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Atividade: 2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Modalidade de Aplicação: (78) – 3.3.90.00.00.0095 – Aplicações Diretas R\$ 99.960,00
TOTAL R\$ 99.960,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação do exercício de 2016, do convênio entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Araranguá e a Prefeitura Municipal de Jacinto Machado – Processo n.º SDR 2200006391/2015 e Convênio n.º 2016TR955, no valor de R\$ 99.960,00 (Noventa e nove mil, novecentos e sessenta reais), objetivando a aquisição de brita graduada para revestimento primário de ruas do perímetro urbano do município de Jacinto Machado/SC.

Parágrafo Único: A contratação das despesas de que trata o presente Decreto fica condicionada ao efetivo ingresso do valor na conta bancária do Município de Jacinto Machado Agência 2192-X – Banco do Brasil S/A e Conta Corrente n.º 16.606-5 até o limite dos valores da vinculação 01.0095, acrescida ao Projeto/Atividade 2.033.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 20 de maio de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

EDITAL DE AUDIENCIA PUBLICA 003-2016**CONVITE**

O Prefeito Municipal de Jacinto Machado – SC, Antonio João de Fáveri, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e em parceria com o Conselho Municipal de Política Cultural, convidam a população de Jacinto Machado, entidades governamentais, sociedade civil organizada, classe artística e movimentos de cultura, a participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA para apresentação e validação das metas e Plano Municipal de Cultura e consequentemente o Sistema Municipal de Cultura.

Data: 13 de junho de 2016 (segunda-feira)

Horário: 20:00 horas

Local: Plenário Vereador Bonifácio Bratti – Câmara Municipal de Jacinto Machado

Endereço: Avenida Padre Herval Fontanella, nº. 886 – Centro - Jacinto Machado-SC

Jacinto Machado – (SC), 07 de junho de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

MICHELE MEZZARI LUCIETTI

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

COMSEA - RESOLUÇÃO Nº 001/2016/COMSEA/JS

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL - COMSEA
Lei 3.731/2004

RESOLUÇÃO Nº 001/2016/COMSEA/JS

Dispõe sobre a composição do Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de regulamentação das feiras de hortifrutigranjeiros no município de Jaraguá do Sul.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Com-sea), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.731/2004, alterada pela Lei Municipal nº 5464/2009, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 15 de abril de 2016.

Considerando as que o Comsea tem por atribuição "propor e contribuir na formulação de diretrizes para políticas e ações na área de segurança alimentar e nutricional, em parceria com a Vigilância Sanitária Municipal e o Serviço de Inspeção Municipal, demais Secretarias Municipais e entidades não-governamentais afins, e aprovar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional" (Redação dada pela Lei nº 6964/2014).

Considerando o inciso VIII da Lei Municipal nº 5464/2009, a saber: "articular ações junto às entidades governamentais e não-governamentais visando a geração de renda, habitação e educação".

Considerando as competências do Comsea, estabelecidas no Art. 2º do Regimento Interno do Conselho.

Considerando a participação das organizações sociais, sociedade civil, conselheiros e representantes do poder público na tentativa de superar desafios e discutir propostas de incremento das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Jaraguá do Sul.

RESOLVE:

Art. 1º – Instituir o Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de regulamentação das feiras de hortifrutigranjeiros no município de Jaraguá do Sul, ficando assim composta:

Representantes do Comsea/JS	Agostinho Fernando Zimmermann Marlene da Silva Felesbino Nilsa Luzzi Katiane Mara Lindemann Rainizio Radünz
Representantes do Caisan e Secretaria Municipal de Agricultura	Daniel Peach (Secr. Ex. Caisan)
Representante da Epagri	Josiane de Souza Passos
Representante da Secretaria de Planejamento Fiscalização de Posturas	Linadro Piske
Representante do Instituto Jourdan	Marcio Manoel da Silveira
Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Edgar Hornburg
Representante da Secretaria de Saúde Vigilância Sanitária	Nilceane Aparecida Junckes Costa José Maurício Crossa de Carstro
Representante da comunidade local – Proponente do Projeto	Pedro Garcia

Art. 2º – Fica o Grupo de Trabalho responsável por discutir e elaborar proposta de Projeto de Lei para regulamentação das feiras livres de hortifrutigranjeiros.

Art. 3º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 19 de abril de 2016.

Marlene da Silva Felesbino

Presidente do COMSEA

COMSEA - RESOLUÇÃO Nº 002/2016/COMSEA/JS

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL - COMSEA
Lei Municipal nº 5.464/2009

RESOLUÇÃO Nº 002/2016/COMSEA/JS

Dispõe sobre a alteração na composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Jaraguá do Sul.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Com-sea), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 5.464/2009 em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de maio de 2016.

Considerando o Art. 4º da Lei Municipal nº 5464/2009, a saber: "§1º As instituições representadas no COMSEA devem ter efetiva atuação no Município, especialmente as que trabalham com alimentos, nutrição, educação e organização popular. §2º Na hipótese de qualquer órgão ou entidade governamental e não governamental indicada não aceitar nomeação ou for extinta, o COMSEA poderá sugerir ao Poder Executivo Municipal sua substituição".

Considerando correspondência (C.EM-003/2016) da Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Gerência de Joinville que solicita acento do no Comsea; Considerando a proporção 1:2 respectivamente, exigida pelo Art. 4º da Lei Municipal nº 5464/2009,

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a alteração no Art. 4º da Lei Municipal nº 5.464/2009, que trata da composição do Comsea, conforme segue: §1º – Passar de 7(sete) para 08 (oito) membros representando o Governo Municipal, sendo acrescido de 1 (um) representante da Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

§2º – Passar de 14 (quatorze) para 16 (dezesesseis) membros representantes das Organizações Não Governamentais, sendo substituído a alínea (a) do inciso II - 01 (um) representante dos Sindicatos Laborais, por:

a) 1(um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaraguá do Sul e Região.

b) 1(um) representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Jaraguá do Sul e Região.

c) 1(um) representante da Apeafa – Associação dos Pequenos Agricultores Familiares e Artesanais de Jaraguá do Sul.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de maio de 2016.

Marlene da Silva Felesbino

Presidente do COMSEA

COMSEA - RESOLUÇÃO Nº 003/2016/COMSEA/JS

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL - COMSEA
Lei Municipal nº 5.464/2009

RESOLUÇÃO Nº 003/2016/COMSEA/JS

Dispõe sobre a realização do Fórum Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Jaraguá do Sul.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Com-sea), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 5.464/2009 em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 15 de abril e 20 de maio de 2016.

Considerando o Art. 8º da Lei Municipal nº 5.464/2009, a saber: "O Conselho poderá instituir grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas".

Considerando a participação das organizações sociais, sociedade civil, conselheiros e representantes do poder público na tentativa de superar desafios e discutir assuntos afetos a Segurança Alimentar e Nutricional

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar o Fórum Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/2016 a ser realizado no dia 3 de junho de 2016, no auditório do SESI, das 7h30 às 12h.

Art. 2º. Instituir a Comissão Central Organizadora (CCO) do Fórum Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, ficando assim composta:

Representantes do Comsea/JS	Airton Starosky
	Aline Roberta Cabral Reinhold
	Elisabete da Silva Coelho
	Ionara Laiz Verdin Camargo
	Janete Aparecida Rodrigues dos Santos
	Luciane Meyer
	Marcelindo Carlos Gruner
	Marlene da Silva Felesbino
	Rafael Jungton
	Rainizio Radünz
Representante do Caisan	Roberto Nagel
	Valdirene R. B. Sommer
	Daniel Peach (Secr. Ex. Caisan)

Art. 3º. Fica a CCO responsável pelos seguintes trabalhos:

b) planejar, organizar e coordenar os trabalhos, de forma a garantir pleno acesso a todos os interessados no evento;

c) providenciar os instrumentos legais;

d) responsabilizar-se pelo acompanhamento de todas as tratativas em relação a realização do Fórum Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

e) aprovar todos os materiais e instrumentos de divulgação;

f) disponibilizar as tecnológicas de comunicação necessárias para a divulgação do evento;

g) articular a comunicação entre todos os envolvidos no processo de organização, realização e sistematização dos trabalhos relacionados ao evento;

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de maio de 2016.

Marlene da Silva Felesbino
Presidente do COMSEA

COMSEA - RESOLUÇÃO Nº 004/2016/COMSEA/JS

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL - COMSEA
Lei Municipal nº 5.464/2009

RESOLUÇÃO Nº 004/2016/COMSEA/JS

Dispõe sobre a prorrogação do mandato dos atuais conselheiros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Jaraguá do Sul.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Com-sea), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 5.464/2009 em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de maio de 2016.

CONSIDERANDO que o atual mandato dos Conselheiros do COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, encerrar-se-á aos 13 de junho de 2016;

CONSIDERANDO a necessidade de reformulação da Lei Municipal nº 5.464/2009 no que se refere a composição do Comsea;

CONSIDERANDO a necessidade de dar encaminhamentos a importantes questões em trâmite do Conselho;

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar o mandato dos Conselheiros do COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional até o dia 16 de setembro de 2016, a contar do dia 13 de junho de 2016.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de maio de 2016.

Marlene da Silva Felesbino
Presidente do COMSEA

COMSEA - RESOLUÇÃO Nº 005/2016/COMSEA/JS

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL - COMSEA
Lei Municipal nº 5.464/2009

RESOLUÇÃO Nº 005/2016/COMSEA/JS

Dispõe sobre a convocação do Fórum Não Governamental para composição do Comsea - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Jaraguá do Sul, gestão 2016/2018.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Com-sea), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 5.464/2009 em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de maio de 2016.

Considerando o Art. 4º da Lei Municipal nº 5464/2009, em especial o inciso II, que trata da representação das Organizações Não Governamentais junto ao Comsea;

Considerando o §1º do Art. 4º da Lei Municipal nº 5464/2009, a saber: "As instituições representadas no COMSEA devem ter efetiva atuação no Município, especialmente as que trabalham com alimentos, nutrição, educação e organização popular".

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a alteração no Art. 4º da Lei Municipal nº 5.464/2009, que trata da composição do Comsea, conforme segue: §1º – Passar de 7(sete) para 08 (oito) membros representando o Governo Municipal, sendo acrescido de 1 (um) representante da Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

§2º – Passar de 14 (quatorze) para 16 (dezesseis) membros

representantes das Organizações Não Governamentais, sendo substituído a alínea (a) do inciso II - 01 (um) representante dos Sindicatos Laborais, por:

- a) 1(um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaraguá do Sul e Região.
 - b) 1(um) representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Jaraguá do Sul e Região.
 - c) 1(um) representante da Apeafa – Associação dos Pequenos Agricultores Familiares e Artesanais de Jaraguá do Sul.
- Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de maio de 2016.

Marlene da Silva Felesbino

Presidente do COMSEA

DECRETO Nº 10.912/2016

D E C R E T O Nº 10.912/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 1.023.788,23 (Um milhão, vinte e três mil, setecentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente das Secretarias Municipais da Educação (Semed); e do Urbanismo (Semur), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.365.03511.105 - Ampliação dos centros de educação infantil

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.03.361 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 83.788,23

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO

33.02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.02.15.452.04242.261 - Manutenção da sinalização viária

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.02.365 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 940.000,00

TOTAL R\$ 1.023.788,23

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados ao Convênio PAC 2 - Educação - Condomínio, no valor de R\$ 83.788,23 (Oitenta e três mil, setecentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos); e do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados ao Convênio SSP PMJS, no valor de R\$ 940.000,00 (Novecentos e quarenta mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

DECRETO Nº 10.913/2016

D E C R E T O Nº 10.913/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), para readequação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente do Gabinete do Prefeito (Gapref), a saber:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.03002.020 - Manutenção das atividades administrativas do

Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

02.01.1 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente do Gabinete do Prefeito (Gapref), a saber:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.03002.020 - Manutenção das atividades administrativas do

Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

4.4.00 - INVESTIMENTOS

02.01.2 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

EDITAL Nº 001/2016 CONVOCAÇÃO PARA ADEQUAÇÃO DAS VAGAS DO COMEN - CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS
Decreto 2.901/1994 | Lei N 6.560/2012

EDITAL Nº 001/2016
CONVOCAÇÃO PARA ADEQUAÇÃO DAS VAGAS DO
COMEN - CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS.

O Presidente do Comen - Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas no uso de atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 6.560/2012, de 14 de dezembro de 2012 e em conformidade com a deliberação realizada na Sessão Plenária Ordinária do dia 6 de junho de 2016, CONVOCA o Fórum de Eleição das Organizações Não Governamentais de atenção às questões relacionadas ao uso e abuso de substâncias psicoativas na área da prevenção, atendimento, recuperação, reinserção social, responsabilidade e controle social, promoção, proteção e defesa dos direitos, para complementação vagas junto ao Comen, gestão 2015/2017, cujas normas serão regidas por este Edital, conforme segue:

1. INFORMAÇÕES GERAIS

DATA	HORA	Nº DE VAGAS	LOCAL
24/06/2016	8h30m	02	Prefeitura de Jaraguá do Sul, Rua Walter Marquardt 1111, sala de plenárias dos Conselhos Municipais.

2. CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO FÓRUM PRÓPRIO

2.1. Os representantes das Organizações Não Governamentais de atenção às questões relacionadas ao uso e abuso de substâncias psicoativas na área da prevenção, atendimento, recuperação, reinserção social, responsabilidade e controle social, promoção, proteção e defesa dos direitos, interessados em participar do Fórum, habilitar-se-ão junto à Secretaria Executiva do Comen, no dia e hora marcados no itens 1 deste edital, indicando um delegado, com direito a voz e voto, apresentado sua inscrição conforme modelo do Anexo I, deste edital.

2.2. Cada delegado participante do fórum deverá indicar o candidato a conselheiro titular e respectivo suplente, em conformidade com o Anexo II deste Edital.

3. PROCESSO DE ELEIÇÃO

6.1 A eleição dos representantes das Organizações não Governamentais, far-se-á , obedecendo aos princípios gerais de escolha, quais sejam:

3.1.1. Na data e hora do fórum, o representante indicado como delegado poderá fazer a defesa da candidatura da entidade e de seu representante indicado, para uma das vagas junto ao Conselho.

3.1.2. A eleição será por maioria simples ou por aclamação.

3.1.3. Em caso de empate, será considerada a data de fundação, como critério de desempate. As Organizações Não Governamentais que não conquistarem uma das vagas disponíveis, serão consideradas suplentes e passarão a integrar o conselho por vacância ou afastamento de 1(uma) das eleitas nesta data ou no fórum ocorrido em 2015.

3.1.4. Na ausência de candidatos, as vagas poderão ser preenchidas por convite e deliberação da Plenária do Comen.

3.2 Para cada membro titular do Comen - Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas, será nomeado 01 (um) suplente.

Informações adicionais: comen@jaraguadosul.sc.gov.br | 2106-8288.

Jaraguá do Sul, 6 de junho de 2016.

Matheus Vinícius Munhoz

Presidente | Comen - Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas

ANEXO I – EDITAL Nº 001/2016/COMEN

FICHA CADASTRAL DO DELEGADO

ENTIDADE:

ATIVIDADE(S) DESENVOLVIDA(S):

NOME DO DELEGADO:

CONTATO (FONES E E-MAIL):

Jaraguá do Sul, ____ de _____ de 2016

Assinatura do representante da Organização Não Governamental

ANEXO II – EDITAL Nº 001/2016/COMEN

INDICAÇÃO DE CONSELHEIRO

NOME DO REPRESENTANTE – CONSELHEIRO TITULAR	
CONTATO	
TELEFONES:	
E-MAILS:	

NOME DO REPRESENTANTE – CONSELHEIRO SUPLENTE	
CONTATO	
TELEFONES:	
E-MAILS:	

Assinatura do representante da Organização Não Governamental

FME - EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2016

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2016
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO
EXCLUSIVO PARA ME/EPP
TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de montagem, desmontagem e armazenagem nos carrinhos de transporte, de Piso Esportivo Modular em Poli-propileno – Peças individuais no Formato 304,8mm x 304,8 mm x 15.9 mm, no total de 1.196 m², na Arena Multiúso Jaraguá, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições técnicas constantes nos Anexos deste Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Lei 8.666/1993 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiverem, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES (Habilitação e Proposta): Até às 8h30min do dia 24 de junho de 2016, na Coordenadoria Financeira da Fundação Municipal de Esportes e Turismo, sito na Rua Gustavo Hagedorn nº 636, bairro: Nova Brasília.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes será as 9 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Fundação Municipal de Esportes e Turismo, no endereço acima.

VALOR MÁXIMO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 25.566,71 (vinte e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis reais e setenta e um centavos).
INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 29 de abril de 2016.

JEAN CARLO LEUTPRECHT

Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Turismo

FME - PORTARIA Nº 010/2016

PORTARIANº 010/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no artigo 7, inciso VI, da Lei Complementar Nº 42/2005, de 28/09/2005, alterada pelas Leis Complementares 44/2005, de 25/10/2005; 70/2007, de 03/10/2007 e 146/2013, de 12/12/2013;

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 1º de junho de 2016, RICARDO ZORNITTA PIMENTEL, do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE NÚCLEO ESPORTIVO, da Diretoria de Esportes, da Fundação Municipal de Esportes e Turismo.

Art.2º Em consequência fica revogada a Portaria nº 019/2015, de 06/04/2015.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de junho de 2016.

JEAN CARLO LEUTPRECHT
PRESIDENTE

FME - PORTARIA Nº 011/2016

PORTARIANº 011/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no artigo 7, inciso VI, da Lei Complementar Nº 42/2005, de 28/09/2005, alterada pelas Leis Complementares 44/2005, de 25/10/2005; 70/2007, de 03/10/2007 e 146/2013, de 12/12/2013;

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, FENÍSIO PIRES JUNIOR, DJONATTA DE FREITAS e DOUGLAS RAFAEL VENTURI, para comporem a Comissão Especial de Licitações que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas a esta Fundação Municipal, em razão da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 012/2016, tipo MAIOR OFERTA POR ITEM.

Art.2º A Comissão, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da abertura das propostas, deverá apresentar Ata dos trabalhos, justificativas e julgamento.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de junho de 2016.

JEAN CARLO LEUTPRECHT
PRESIDENTE

LEI Nº 7.228/2016

LEI Nº 7.228/2016

Denomina Via Pública.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Rua de Nº 1434, localizada na Planta do Perímetro Urbano, no bairro Três do Norte, passa a denominar-se JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 07 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

RONIS ROBERTO BOSSE
Secretário Municipal do Urbanismo

PORTARIA Nº 458/2016

PORTARIANº 458/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 230/2016/Sema-DGP, de 07/06/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 1º/06/2016, SHAYENE BION DA SILVA do cargo efetivo de ENFERMEIRA, da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1163/2013, de 12/07/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 459/2016

PORTARIANº 459/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 230/2016/Sema-DGP, de 07/06/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 02/06/2016, JOSEMEIRY LASSO ORTIZ MARQUES do cargo efetivo de AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1811/2013, de 16/12/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 460/2016

PORTARIANº 460/2016

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal GRACIOSA OTILIA FOCK, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 719/2015;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 229/2016/Sema-DGP, de 07/06/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE:

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de COORDENADORA PEDAGÓGICA, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal GRACIOSA OTILIA FOCK, concedida através da Portaria Nº 269/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 1º/06/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 461/2016

PORTARIANº 461/2016

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição - regra específica de magistério - da servidora pública municipal VERGÍNIA INÊS MEIER, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 389/2012;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 229/2016/Sema-DGP, de 07/06/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE:

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - LICENCIATURA PLENA, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição - regra específica de magistério - da servidora pública municipal VERGÍNIA INÊS MEIER, concedida através da Portaria Nº 285/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 1º/06/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 462/2016

PORTARIANº 462/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 229/2016/Sema-DGP, de 07/06/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE:

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/06/2016, GRACIOSA OTILIA FOCK do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - Semed, da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 595/2015, de 05/05/2015.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 463/2016

PORTARIANº 463/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO os termos do Parecer Técnico Nº 086/2016, de 03/06/2016, da Controladoria-Geral do Município;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 231/2016/Sema-DGP, de 07/06/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE:

Art.1º RETIFICAR a Portaria Nº 36/94-A, de 22/03/1994, alterando o enquadramento da servidora pública municipal MARIA DE LOURDES RODRIGUES DE MIRANDA do cargo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena para PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - LICENCIATURA CURTA.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2016-FMAS

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2016-FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUA DO SUL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: VIAÇÃO CANARINHO LTDA.

Rua Roberto Ziemann, nº 460, no Bairro Czerniewicz, Jaraguá do Sul SC

CNPJ: 84.438.209-0001-21

OBJETO: Aquisição de créditos para os cartões de transporte coletivo destinado às famílias que participam dos programas desenvolvidos pela Secretária Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente, conforme segue:

Item	Quant.	Unid.	Objeto	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
01	3.900	Un	Créditos para os cartões de transporte coletivo	3,65	14.235,00

VALOR TOTAL: R\$ 14.235,00 (quatorze mil, duzentos e trinta e cinco reais)

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado na segunda sexta-feira após a entrega total dos créditos para os cartões de transporte coletivo, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, no Fundo Municipal de Assistência Social.

PRAZO DE ENTREGA: Imediato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes desta aquisição correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2016

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.244.0852.2.812	Manutenção das atividades dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social	3.3.90 – Aplicações Diretas	54	Federal
08.244.0853.2.814	Manutenção das atividades dos abrigos institucionais para crianças e adolescentes	3.3.90 – Aplicações Diretas	34	Federal
08.244.0851.2.810	Manutenção das atividades dos Centros de Referência da Assistência Social	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	Federal

Jaraguá do Sul (SC), 09 de junho de 2016

ANGELA RISSO Presidente da Comissão Permanente de Licitações	JEAN CARLO LEUTPRECHT Gerenciador do Fundo Municipal de Assistência Social
---	---

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL 02/2016/FC

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL 02/2016/FC

O pregoeiro designado pelo Decreto 10.069/2014 alterado pelo portaria 10.393/2015, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 02/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem por objeto a seleção de propostas para Aquisição de material de limpeza e higiene, material de copa e cozinha, destinados à manutenção das atividades da Fundação Cultural, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital obteve os seguintes vencedores:

Item	Qtd	Unidade	Especificação Do Material	Valor un.	Valor Total	Empresa Vencedora
1	300	FR	ÁGUA SANITÁRIA. Com 1000ml, com cloro ativo para múltiplo uso, pura ou diluível. Bactericida, alvejante e desinfetante, eficaz contra larva do mosquito da dengue. Eficiência mínima de 95% na eliminação dos micro-organismos Staphylococcus Aureus e Salmonella Choleraesuis. Sem adição de fragrância. Base de hipoclorito de sódio, teor de cloro ativo de 2% a 2,5% p/p. Tampa rosqueável com lacre. Prática, rígida e segura. Rótulo ou impressão resistente. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. De acordo com Portaria n.º 15, de 23 de agosto de 1988 e Portaria n.º 89, de 25 de agosto de 1994 e NBR 13390 de 05/1995. Prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Acondicionamento para transporte em fardo plástico ou caixa de papelão com até 6 unidades. Embalagens recicláveis. Empresa com desenvolvimento sustentável.	R\$ 1,38	R\$ 414,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP

2	1.200	FR	ÁLCOOL ETILICO FRASCO C/ 1000 ml – 92,6º A 93,8º INPM Álcool etílico hidratado, 92,8º INPM, neutro. Uso institucional. Tampa rosqueável com lacre. Embalagem plástica de 1 litro. Prática, rígida e segura. Rótulo ou impressão resistente. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do químico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Selo INMETRO, de acordo com NBR 5991/97, Portaria n.º 269 de 05 de agosto de 2008, Portaria n.º 270 de 05 de agosto de 2008 e RDC 46/02. Prazo de validade mínimo de 20 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Acondicionamento para transporte em caixa de papelão com até 12 unidades. Embalagens recicláveis.	R\$ 4,10	R\$ 4.920,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
3	6	CX	ÁLCOOL GEL-500ml Álcool etílico para limpeza de ambientes, gel hidratado, neutralizante e espessante, 70º INPM. Caixa com 12 unidades.	R\$ 47,70	R\$ 286,20	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP
4	5	UN	BALDE DE PLÁSTICO REDONDO 15 L Balde redondo injetado em PP reciclado, resistente e durável. Sem odor. Livre de rebarbas, falhas e furos. Alça em aço galvanizado acoplada ao balde de forma a não se desprender. Capacidade de 15 litros. Superfície com acabamento liso que facilite lavagem.			FRUSTRADO
5	3	UN	BORRIFADOR COM 500ml Borrifador de plástico (PET), frasco com capacidade mínima de 500 ml, com borrifador/pulverizador de médio/longo alcance, tipo: válvula gatilho. Apresenta tampa com regulagem do jato, que dosa a quantidade de líquido que será borrifado. Além disto, sua válvula é longa alcançando o fundo do frasco, sugando desta forma, todo o conteúdo mesmo quando o produto estiver no fim. Cor: Transparente cristal. Composição: polipropileno, P.V.C., pigmentos, válvula spray.	R\$ 2,98	R\$ 8,94	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
6	4	UN	CABO PARA RODO Cabo de alumínio medindo 150 cm	R\$ 11,99	R\$ 47,96	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
7	150	UN	CERA LÍQUIDA ALTO TRÂNSITO – GALÃO DE 5 LITROS Cera líquida para assoalho de madeira, incolor, para piso e assoalhos, composta dos princípios ativos: Emulsão de polietileno, conservante, água, com carnaúba, plastificante, tensoativo aniônico, conservante, álcool cetó estearílico, resina acrílica, conservante, monoetanolamina e óleo de mamona. Acondicionado em bombonas plástica transparente de 5 litros. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data da entrega do produto. Apresentar registro ou notificação do produto no Ministério da Saúde (Anvisa).	R\$ 15,00	R\$ 2.250,00	COMERCIAL MULTIVILLE LTDA-EPP
8	30	CX	COPOS DESCARTÁVEIS 180ML – Copo descartável, poliestireno, com capacidade mínima para 180ml, acondicionado em mangas com 100 unidades, as mangas não devem estar violadas e protegidas em caixa de papelão resistente, deverá constar impresso na manga a capacidade total do copo, quantidade, e o peso mínimo de cada copo; os copos devem conter gravados de forma indelével: em relevo marca ou identificação do fabricante, símbolo de identificação do material para reciclagem conforme NBR 13230, de material homogêneo, não parafinado, isento de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos e deformações, não devem apresentar impurezas, interna e externamente, serem isentos de bordas afinadas e rebarbadas. Durante sua utilização deve suportar as condições de uso a que se destinam como temperatura e umidade, sem apresentarem vazamentos, desintegração ou deformidades que comprometam o correto e seguro uso, os copos deverão estar em conformidade com NBR 14865, NBR 13230 da ABNT. Para uso em dispenser manual ou automático. Garantia de troca em caso de copos danificados e compactados que impossibilitem seu uso e/ou uso em dispenser automático. Data de fabricação inferior a 06 meses da data de entrega pelo fornecedor. Caixas contendo 25 mangas.	R\$ 52,91	R\$ 1.587,30	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP

9	3	CX	COPOS DESCARTÁVEIS 50ML – Copo descartável, poliestireno, com capacidade mínima para 50ml, acondicionado em mangas com 100 unidades, as mangas não devem estar violadas e devem estar protegidas em caixa de papelão resistente, deverá constar impresso na manga a capacidade total do copo, quantidade, e o peso mínimo de cada copo; os copos devem conter gravados de forma, indelével, em relevo marca ou identificação do fabricante, símbolo de identificação do material para reciclagem conforme NBR 13230, material homogêneo, não parafinado, isento de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos e deformações, não devem apresentar impurezas, interna e externamente, serem isentos de bordas afinadas e rebarbadas. Durante sua utilização deve suportar as condições de uso a que se destinam como temperatura e umidade, sem apresentarem vazamentos, desintegração ou deformidades que comprometam o correto e seguro uso, os copos deverão estar em conformidade com NBR 14865, NBR 13230 da ABNT. Caixas contendo 25 mangas.	R\$ 53,75	R\$ 161,25	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
10	3	UN	SUPORTE P/ COPOS PLÁSTICOS Dispensador automático com botão, para copos descartáveis de 150 a 200 ml, modelo POUPA COPOS, dispensa apenas um copo por vez. Compatível com todas as marcas de copos. Mecanismo branco, tubo transparente, fechado com tampa superior, capacidade para armazenar no mínimo 100 copos. Acompanham 4 buchas e parafusos para fixação. Embalado individualmente.	R\$ 29,80	R\$ 89,40	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
11	200	FR	DETERGENTE GEL para louças – embalagem entre 511 g e 550 g – Com registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	R\$ 4,40	R\$ 880,00	M MOBILE EIRELI-EPP
12	300	FR	DESINFETANTE – FRASCO COM 1000 ml - Categoria básica restrita ao uso puro. Princípio ativo dialquildimetilamônio 100%-0,50%. Composição básica: monil fenol, etoxilado, óleo de eucalipto, essência; corante e outras substâncias químicas permitidas; composição aromática floral, lavanda, talco ou marine (menos aromas de pinho e eucalipto), com validade de 3 anos. Acondicionado em frasco plástico transparente de 1 litro. Com registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	R\$ 1,99	R\$ 597,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
13	25	UN	DESENGORDURANTE LÍQUIDO para cozinha. Frascos tipo squeeze com 500 ml. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	R\$ 1,90	R\$ 47,50	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
14	4	FR	DESENGRIPANTE em aerossol com 300 ml. Com óleo de baixa viscosidade, para possibilitar um maior poder de penetração, desengripando, lubrificando e protegendo máquinas e ferramentas de ferrugem e umidade. Indicado para desengripar e lubrificar parafusos, articulações polias, engrenagens, dobradiças, etc. Composição: lubrificante penetrante, tensoativo, aditivos inibidores de corrosão e gás propelente.	R\$ 5,09	R\$ 20,36	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
15		CX	DESODORIZADOR DE AMBIENTES Desodorizador aerossol, para uso doméstico, escritórios e banheiros, sobre superfícies e no ambiente, sendo capaz de controlar os odores desagradáveis advindos do metabolismo dos micro-organismos Staphylococcus Aureus e Salmonella Choleraesuis. Fragrâncias diversas. Ingrediente ativo: Cloreto de bezalcônio 0,1%. Composição: Ativo, Água, Solvente, Alcalinizante, Antioxidantes, Fragrância, emulsificante, Coadjuvante e Propelentes. Não conter CFC. Frasco em aço reciclável e ecológico. Válvula plástica spray. Conteúdo mínimo 300 ml. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do químico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. De acordo com Portaria n.º 15, de 23 de agosto de 1988. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Acondicionamento para transporte em caixa de papelão ou fardo com no mínimo 12 unidades. Embalagens recicláveis. Empresa com desenvolvimento sustentável.	Item cancelado	Item cancelado	
16	10	UN	DISPENSER Dispenser para Papel Higiênico Rolão. Material da frente plástico ABS alto impacto, de baixa densidade com alta resistência. Com PS cristal no visor, cor branca, sistema de abertura, travas laterais acionadas por pressão. Tipo de papel utilizado: Papel Higiênico Rolão 10cm x 300mts. Com kit para fixação na parede contendo buchas e parafusos. E garantia contra defeitos de fabricação.	R\$ 16,79	R\$ 167,90	M MOBILE EIRELI-EPP

17	5	UN	DISPENSER Dispenser (toalheiro) para papel toalha interfolhado 20cm X 21cm. Em plástico ABS branco, reforçado, de alta resistência ao impacto. Travas laterais acionadas por pressão. Visor frontal. Com kit para fixação na parede contendo buchas e parafusos. E garantia contra defeitos de fabricação.	R\$ 16,79	R\$ 83,95	M MOBILE EIRELI-EPP
18	8	UN	DISPENSER Dispenser para sabonete líquido com reservatório para abastecimento de até 800ml, em plástico ABS reforçado, de alta resistência ao impacto, na cor branca, apropriado para fixação em parede, sistema dosador, trava de segurança, visor frontal transparente para facilitar a visibilidade da quantidade de sabonete para o abastecimento, garantia contra defeitos de fabricação. Com kit para fixação na parede contendo buchas e parafusos.	R\$ 17,10	R\$ 136,80	M MOBILE EIRELI-EPP
19	10	UN	ESCOVA SANITÁRIA Escova tipo bola para limpeza sanitária. Cabo de aproximadamente 26 cm que não dobre ao esforçar durante a escovação. Cerdas duráveis, com no mínimo 60 cerdas por tufo. Medindo aproximadamente 35x9x9 cm.	R\$ 1,99	R\$ 19,90	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
20	03	UN	ESCOVA OVAL DE MÃO Base em madeira ou plástico reciclado, anatômica, antiderrapante, sem alça ou cabo. Medida mínima de 11x6x4 cm. Cerdas com no mínimo 25 mm em polipropileno virgem, com no mínimo 50 cerdas por tufo. Sem alça, sem cabo.	R\$ 1,58	R\$ 4,74	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
21	02	UN	ESPANADOR DE PENA DE AVESTRUZ, tamanho médio	R\$ 14,06	R\$ 28,12	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
22	01	UN	ESPANADOR DE PENA DE AVESTRUZ, tamanho grande	R\$ 19,99	R\$ 19,99	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
23	03	UN	ESPANADOR DE BANCADA com base em PVC e cerdas de nylon	R\$ 4,15	R\$ 12,45	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
24	05	UN	ESPANADOR ELETROSTÁTICO Espanador estático de pó, retira o pó sem espalhar para descarte. Lavável e durável, sem perda da capacidade de limpeza. Em cabo de polietileno de alta densidade, ergonômico e leve. Luva com fios em 100% acrílico. Medida de 19x47 cm.	R\$ 19,50	R\$ 97,50	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
25	80	UN	ESPONJA DE LOUÇA PARA LIMPEZA MEDINDO 110X75X20mm Esponja multiuso, dupla face, para limpeza leve ou pesada. Parte amarela em espuma de poliuretano e parte verde, abrasiva, em fibra sintética. Agente antibacteriano. Medindo no mínimo, 110x75x20 mm.	R\$ 0,59	R\$ 47,20	M MOBILE EIRELI-EPP
26	2	UN	EXTENSÃO telescópica três estações – 3m – alumínio	R\$ 49,00	R\$ 98,00	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
27	30	UN	FLANELA COMUM 100% ALGODÃO Pano para limpeza em 100% algodão, flanelado nos dois lados. Medida aproximada de 30x40 cm, com variação máxima de 2 cm. Cor branca. Costurada na barra. Embaladas em pacote plástico com identificação de fornecedor e quantidade.	R\$ 0,72	R\$ 21,60	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
28	8	PCT	GUARDANAPO Guardanapo de papel com 50 unidades de 30cmx32cm, cor branca, 100% fibras celulósicas, folhas duplas, sem pigmentação, sem resíduos, homogêneo, resistente, com boa absorção, neutro, suave, macio. Estar de acordo com as especificações do INMETRO.	R\$ 1,44	R\$ 11,52	M MOBILE EIRELI-EPP
29	50	GL	HIPOCLORITO DE SÓDIO – GALÃO DE 5 LITROS Para remoção de limo, eliminação de fungos, bactericida e alvejante. Indicado para limpeza de calçadas e pisos em geral, banheiros, vasos sanitários, ralos, pias, vidros, louças, porcelanas, mármore, plásticos, cerâmicas entre outros. Concentração mínima de 10% de cloro ativo. Tampa rosqueável com lacre. Embalagem plástica de 5 litros com alça. Prática, rígida e segura. Rótulo ou impressão resistente. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalagens recicláveis.	R\$ 10,90	R\$ 545,00	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME

30	5	UN	INSETICIDA VENENO MATA BARATA Inseticida aerossol, multição de uso doméstico, de eficácia instantânea contra baratas, mosquitos (inclusive da dengue), pernilongos, formigas e moscas. Solvente à base de água. Livre de CFC. Frasco em aço reciclável e ecológico. Válvula plástica spray. Conteúdo mínimo 300 ml. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do químico/técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, indicações para uso médico, registro no MS, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Acondicionamento para transporte em caixa de papelão ou fardo com até 24 unidades Embalagens recicláveis. Empresa com desenvolvimento sustentável.	FRUSTRADO		
31	30	UN	INSETICIDA LÍQUIDO para aplicação em madeira seca, no combate e prevenção a diversos insetos que a atacam e destroem. Contém fungicida, incolor lata de 500 ml.	FRUSTRADO		
32	30	CX	LIMPADOR MULTIUSO – limpador multiuso de superfícies, ideal para limpeza de vidros, fórmicas, alumínio e aço escovado, pias, mármore, granitos, azulejos. Deve limpar sem deixar manchas e resíduos, remover gorduras, pó e outros tipos de sujeira, com aromas diversos. Composição: Ingredientes Ativos, Conservantes, Tensoativo, Corretor de Ph, Sequestrante, Fragrância, Corante e Veículo. Contém Tensoativos Aniônicos Biodegradáveis. Embalagem de 500ml. Caixa com 24 unidades.	R\$ 34,99	R\$ 1.049,70	COMERCIAL MULTIVILLE LTDA-EPP
33	2	UN	LIXEIRA 60 LITROS COM TAMPA E PEDAL – Lixeira plástica branca, retangular com tampa e pedal. Injetada em 100% PP virgem de alto impacto, resistente e durável. Capacidade mínima de 60 litros. Mecanismo de abertura (pedal e coluna) em polipropileno. Superfícies com acabamento liso e cantos arredondados que facilite lavagem. Tampa vedante. Encaixe para fixação do saco de lixo no corpo da lixeira. De acordo com NR 32. Medida aproximada de 42x50x68 cm. Garantia contra defeitos de fabricação.	R\$ 67,00	R\$ 134,00	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
34	3	UN	LIXEIRA PLÁSTICA 15 LITROS – Lixeira plástica, redonda. Injetada em 100% PP virgem de alto impacto, resistente e durável. Capacidade mínima de 15 litros. Superfícies com acabamento liso que facilite lavagem. Altura 30 cm. Cores branca ou preta, conforme necessidade.	R\$ 12,60	R\$ 37,80	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
35	15	PAR	LUVA LATEX TAMANHO GG – Super-resistente para múltiplo uso. Em látex natural, anatômicas, flocadas, com palma antiderrapante. Cor amarela. CA de acordo com norma MT-11:1977. Pares embalados individualmente em pacote plástico. Constar na embalagem informações do fabricante, tabela de tamanho, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,85	R\$ 27,75	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
36	20	UN	LUVA LATEX TAMANHO MEDIO – Super-resistente para múltiplo uso. Em látex natural, anatômicas, flocadas, com palma antiderrapante. Cor amarela. CA de acordo com norma MT-11:1977. Pares embalados individualmente em pacote plástico. Constar na embalagem informações do fabricante, tabela de tamanho, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,85	R\$ 37,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
37	3	UN	LUVA LATEX TAMANHO GRANDE – Super-resistente para múltiplo uso. Em látex natural, anatômicas, flocadas, com palma antiderrapante. Cor amarela. CA de acordo com norma MT-11:1977. Pares embalados individualmente em pacote plástico. Constar na embalagem informações do fabricante, tabela de tamanho, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,85	R\$ 5,55	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
38	8	UN	LUVA LATEX TAMANHO PEQUENO Super-resistente para múltiplo uso. Em látex natural, anatômicas, flocadas, com palma antiderrapante. Cor amarela. CA de acordo com norma MT-11:1977. Pares embalados individualmente em pacote plástico. Constar na embalagem informações do fabricante, tabela de tamanho, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,85	R\$ 14,80	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
39	8	UN	LUVA DE BORRACHA PARA LIMPEZA-TAMANHO M – com a parte interna forrada aveludada com flocos de algodão, ajuste de ¾, antiderrapante, embalada em par.	R\$ 2,29	R\$ 18,32	M MOBILE EIRELI-EPP
40	10	UN	LUVA DE BORRACHA PARA LIMPEZA-TAMANHO EXTRA G – com a parte interna forrada aveludada com flocos de algodão, ajuste de ¾, antiderrapante, embalada em par.	R\$ 2,29	R\$ 22,90	M MOBILE EIRELI-EPP

41	3	CX	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTOS – CIRÚRGICA – tamanho M Látex de borracha natural. Não esteril. Ambidestra. Hipoalergênica. Produto de uso único. Superfície lisa, levemente pulverizado com pó. Caixa com 100 unidades.	R\$ 16,30	R\$ 48,90	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
42	2	CX	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTOS – CIRÚRGICA tamanho G Látex de borracha natural. Não esteril. Ambidestra. Hipoalergênica. Produto de uso único. Superfície lisa, levemente pulverizado com pó. Caixa com 100 unidades.	R\$ 16,30	R\$ 32,60	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
43	3	UN	LUVA LAVADOR DE VIDRO (REFIL) 100% de microfibras que proporcione a aplicação dos produtos de maneira uniforme e com maior economia. Fechamento com velcro. Lavável e com alta durabilidade. 25 cm	R\$ 14,44	R\$ 43,32	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
44	5	UN	LUVA LAVADOR DE VIDRO (REFIL) 100% de microfibras que proporcione a aplicação dos produtos de maneira uniforme e com maior economia. Fechamento com velcro. Lavável e com alta durabilidade. 35 cm	R\$ 19,49	R\$ 97,45	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
45	2	UN	MOP PÓ COMPLETO 40 cm Com cabo de alumínio anodizado, tamanho 1,40mx24mm, com manopla Armação de angulação tipo "Profi" em polipropileno e aço galvanizado de 40 cm. Luva composta por fios 100% acrílicos que permitem uma estática natural com resultado superior na retenção de partículas, DE ENCAIXE OU VELCRO, SEM AMARRAR. Tamanho 40 cm.	R\$ 43,00	R\$ 86,00	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
46	100	UN	MULTI USO DE LIMPEZA GERAL (concentrado) GL C/ 5 litros Para limpeza pesada. Desengraxante concentrado, diluível em água até 1:10. Biodegradável, germicida, bactericida, isento de solventes nocivos. Atóxico, não inflamável, não corrosivo. Para limpeza pesada. Indicado para remoção de graxas, óleo, gorduras em pisos, paredes e janelas, carpetes e equipamentos. Sem deixar odor residual. Tampa rosqueável com lacre. Embalagem plástica de 5 litros com alça. Prática, rígida e segura. Rótulo ou impressão resistente. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalagens recicláveis. Acondicionado em galões de 5 litros.	R\$ 10,30	R\$ 1.030,00	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
47	10	PCT	NAFTALINA EM BOLA – repelente para insetos e traças. Devendo estar impresso as informações do fabricante. Embalagem: pacote com 50g.	R\$ 1,25	R\$ 12,50	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
48	5	UN	PÁ DE LIXO COM CABO Pá para lixo injetada em polipropileno reciclado, sem odor característico, perfil livre de rebarba para facilitar coleta, medida aproximada de 25x22 cm, com cabo de madeira revestido com polipropileno, medida mínima de 90 cm de comprimento.	R\$ 2,96	R\$ 14,80	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
49	05	UN	PÁ DE LIXO PEQUENA De plástico com cabo curto. Cores sortidas.	R\$ 1,50	R\$ 7,50	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
50	80	UN	PANO DE CHÃO ATOALHADO OU FELPUDO ABERTO Composto de 100% algodão, medindo no mínimo: 50cm X 70cm.	R\$ 3,45	R\$ 276,00	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP
51	40	UN	PANO DE PRATO ALVEJADO Composto de 100% algodão, medindo no mínimo 47x70cm, com bainha, na cor branca, com ou sem estampa. Urdume mínimo de 16 fios e trama com 12 fios	R\$ 1,78	R\$ 71,20	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP
52	40	UN	PANO ATOALHADO P/TIRAR PÓ Composição 100% algodão. Dimensões mínimas 20x32cm.	R\$ 1,28	R\$ 51,20	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP
53	50	UN	PANO p/ Limpeza – MICROFIBRA Composição microfibra. (80% poliéster e 20% poliamida) Dimensões mínimas: 30X40. Pano para limpeza em geral, alta absorção, macio, para todos tipos de superfície, não riscar, não soltar fiapos, cores sortidas. Lavável.	FRUSTRADO		

54	150	FDO	PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO (Museu, Biblioteca e Praça) Papel higiênico rolão, 100% celulose virgem. Medidas: 10 cm (largura) x 300 metros (comprimento). Gramatura 18 g/m². Compactado. Gofrado. Folha simples. Embalagem reciclável, com boa visibilidade do produto e com dados do produto, do fabricante, prazo de validade. Fardo com 8 rolos de 300 m. Apresentar ficha técnica do produto ofertado.	R\$ 34,50	R\$ 5.175,00	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP
55	100	FDO	PAPEL HIGIÊNICO C/ 4un Pacote contendo 04 rolos de papel higiênico. 100% celulose virgem. Rolo contínuo de 60 metros de comprimento e 10 cm de largura. Biodegradável, folha simples, picotado, sem odor, alta absorção, gofrado, macio e sem pigmentação. Gramatura mínima de 18 g/m². Embalagem lacrada, transparente, contendo impresso dados do produto, do fabricante, nº do lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Fardos com 64 unidades. Embalagens recicláveis. Empresa com desenvolvimento sustentável.	R\$ 59,50	R\$ 5.950,00	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP
56	30	FDO	PAPEL TOALHA BOBINA: Papel toalha bobina 20cm x 200cm; 100% celulose virgem, Gramatura 32g/m². Fardos com 06 rolos. (P/ Biblioteca)	R\$ 55,00	R\$ 1.650,00	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP
57	200	FDO	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO 20X21 com 5000 folhas Gramatura mínima 24 g/m², 100% de celulose virgem, sem pigmentação, sem utilização de aparas oriundas de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, gofrado. Embalagem lacrada, transparente, contendo impresso dados do produto, do fabricante, nº do lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalagens recicláveis. Empresa com desenvolvimento sustentável. Tamanho de 20X21cm. Fardo com 5000 folhas. (para FC, Museu, Arquivo e Praça)	R\$ 39,50	R\$ 7.900,00	VILLA PAPÉIS LTDA-EPP
58	15	UN	PEDRA SANITÁRIA Composição: Aglutinante, isotiazolinonas, corante e essências. Com haste plástica. Com peso mínimo de 25 g. Apresentar registro ou notificação do produto no Ministério da Saúde (Anvisa). Caixa com 48 unidades	R\$ 32,00	R\$ 480,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
59	20	UN	REFIL PARA MOP PÓ – 40cm Adaptável em cabo de alumínio anodizado de 1,40mx24mm de diâmetro, em armação tipo "Profi" em Polipropileno e aço galvanizado; Luva composta por fios 100% acrílicos. Parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento, sistema de fechamento por encaixe ou velcro. Tamanho: 40 cm	R\$ 16,20	R\$ 324,00	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
60	20	UN	REFIL PARA MOP PÓ – 60 cm Adaptável em cabo de alumínio anodizado de 1,40mx24mm de diâmetro, em armação tipo "Profi" em Polipropileno e aço galvanizado; Luva composta por fios 100% acrílicos. Parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento, sistema de fechamento por encaixe ou velcro. Tamanho: 60 cm	R\$ 21,23	R\$ 424,60	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
61	20	UN	REFIL-SABONETE LÍQUIDO (P/ Museu) 800ML Para saboneteira sem reservatório, em embalagem plástica transparente, flexível, com duto de 9,5 cm em borracha.	R\$ 4,80	R\$ 96,00	M MOBILE EIRELI-EPP
62	2	GL	REMOVEDOR DE CERA – Galões com 5 litros	R\$ 27,00	R\$ 54,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
63	6	UN	RODO DE ALUMÍNIO REFORÇADO 40 cm. Para uso profissional. Base em alumínio polido e anodizado com 40 cm, de alta resistência. Borracha dupla, resistente, de boa fixação à base, com boa aderência, eficiente para secagem e de fácil substituição. Suporte para fixação do cabo soldado ou rebitado à base com rebites maciços. Cabo em alumínio polido e anodizado, resistente, com medida mínima de 1,50 m de comprimento e manopla.	FRUSTRADO		
64	8	FDO	SABÃO EM BARRA Composição básica: carbonato de sódio, dióxido de titânio, glicerina; corante e outras substâncias químicas permitidas; especificações ph 1%=11,5 máximo, alcalinidade livre: máximo 0,5%p/p; comum; embalado em saco plástico individual, peso de 200gr, com validade mínima de 2 anos. Fardo com 05 unidades.	R\$ 5,20	R\$ 41,60	M MOBILE EIRELI-EPP

65	30	KG	SABÃO EM PÓ 1 kg Na cor azul, tipo detergente, biodegradável, microperolado, princípio ativo: alquil benzeno sulfonato de sódio; silicato de sódio, carbonato de sódio; teor de ativos mínimos 8,0%, pH = 11,5 máximo, solução 1% pp; pigmento e outras substâncias permitidas; Tensoativo biodegradável. Embalado em caixa ou sachê de 1 kg. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalagens recicláveis.	R\$ 3,53	R\$ 105,90	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
66	15	UN	SABONETE – 90g. Tablete; suave, comum, com odores diversos, pH 5,5 a 8,5; para higiene corporal; peso 90 gramas. Com registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa	R\$ 1,25	R\$ 18,75	M MOBILE EIRELI-EPP
67	20	GL	SABONETE LÍQUIDO – GALÃO COM 5 LITROS Composição: Tensoativo aniônico e não iônico lauril éter sulfato de sódio, formaldeído alcalinizante, corante, essência e veículo, cremoso. Sabonete líquido para uso em qualquer tipo de saboneteira, glicerinado, fragrâncias diversas (exemplo: maçã verde, chá-verde, erva doce, maracujá, morango, pitanga, proteínas do leite), pH neutro, para limpeza e higiene das mãos e do rosto. Hipoalergênico, umectante e hidratante, que confira agradável sensação de maciez, evite o ressecamento da pele. Tampa rosqueável com lacre. Embalagem plástica de 5 litros com alça. Prática, rígida e segura. Rótulo ou impressão resistente. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Apresentar laudo de irritabilidade dérmica. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalagens recicláveis.	R\$ 9,96	R\$ 199,20	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
68	06	PCT	SACOS DESCARTÁVEIS (filtros) para Aspirador de Pó de marca Arno 1200 W. Embalagem com três unidades. Composição: papel cru filtrante, fibras, silicone, cola. (p/Museu)	FRUSTRADO		
69	40	FDO	SACO PARA LIXO 20L COM 100 unid. Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 20 litros, dimensões mínimas de 39x52, para acondicionamento de lixo, pacote 100 unidades, e suas condições deverão estar de acordo com a NBR 9190, NBR 9191. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,7mm. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	R\$ 6,40	R\$ 256,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
70	40	FDO	SACO PARA LIXO 40L COM 100 unid. Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 40 litros, dimensões mínimas de 50x60, para acondicionamento de lixo, pacote 100 unidades, e suas condições deverão estar de acordo com a NBR 9190, NBR 9191. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,7mm. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	R\$ 8,80	R\$ 352,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
71	20	FDO	SACO PARA LIXO 60L COM 100 unid. Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 60 litros, dimensões mínimas de 60x70cm, para acondicionamento de lixo, pacote 100 unidades, e suas condições deverão estar de acordo com a NBR9190, NBR9191. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,9mm. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	R\$ 11,00	R\$ 220,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
72	35	FDO	SACO PARA LIXO 100L COM 100 unid. Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 100 litros, dimensões mínimas de 70x105cm, pacote 100 unidades. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,12mm. Dentro das normas da ABNT. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	R\$ 37,00	R\$ 1.295,00	M MOBILE EIRELI-EPP
73	15	FDO	SACO PARA LIXO 200L COM 100 unid. Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 200 litros, dimensões mínimas de 90x115cm, pacote 100 unidades. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,12mm. Dentro das normas da ABNT. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	R\$ 53,00	R\$ 795,00	M MOBILE EIRELI-EPP

74	40	UN	SAPONÁCEO CREMOSO Composição: Linear Alquilbenzeno Sulfato de Sódio, alcalinizante, espessante, agente abrasivo e essência. Tensoativo biodegradável. Cremoso e perfumado, levemente abrasivo, indicado para limpeza de inox, mármore, banheiros, pisos, pias e metais. Tensoativo biodegradável. Fragrâncias variadas. Embalagem com no mínimo 300 ml. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,88	R\$ 75,20	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
75	03	UN	SODA CÁUSTICA – Soda cáustica. Embalagem com 1 kg. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	13,00	39,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
76	15	UN	TOALHA DE ROSTO Composição 100% algodão. Dimensões mínimas: 45 cm X 70 cm. Com gramatura no mínimo de 320 g/m². Cores diversas.	R\$ 4,25	R\$ 63,75	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
77	40	UN	TELA SANITÁRIA MICTÓRIO Tela em PVC injetado, filtrante e odorizadora para neutralização de odores, podendo ser de cores variadas. Fragrâncias diversas. Para qualquer modelo de mictório. Dimensão mínima de 15 cm. Durabilidade mínima de 20 dias. Prazo de validade mínimo de 8 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalada individualmente.	R\$ 1,95	R\$ 78,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
78	10	UN	VASSOURA DE NYLON com cabo Propriedades mínimas: cepa em Prolipropileno, com sistema de rosca para fixação do cabo; cepa medindo 26 cm; com no mínimo 50 tufo; com cerdas de nylon; tipo pontas plumadas (desfiadas) base em pvc resistente; cabo de madeira revestido em polipropileno, medindo 120 cm de comprimento no mínimo c/ rosca para fixação na base; e gancho de prolipropileno.	R\$ 3,99	R\$ 39,90	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
79	20	UN	VASSOURA DE PALHA DE MILHO com cabo. Para uso doméstico. Tipo caipira; propriedades mínimas: cepa em palha de milho natural; com cerdas de palha; costurada com no mínimo 4 fios de nylon, enrolada e amarrada ao cabo de madeira com arame de aço. Cabo de madeira livre de farpas medindo mínimo 120cm de comprimento.	R\$ 10,25	R\$ 205,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
80	3	UN	VASSOURA DE PELO 30cm, com cabo. Propriedades mínimas: cepa em crina animal com 30 cm de comprimento; cabo de madeira revestida de polipropileno, medindo mínimo 120 cm comprimento; com rosca para fixação na base e gancho de polipropileno	R\$ 11,71	R\$ 35,13	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
81	3	UN	VASSOURA ESCOVÃO para piso c/ cabo Para uso profissional com base em plástico virgem com medida mínima de 40x5 cm. Cerdas com no mínimo 30 mm de comprimento em polipropileno virgem, mínimo 40 cerdas por tufo. Cabo em madeira revestido em polietileno com no mínimo 1,40 m de comprimento, gancho de polietileno na ponta e rosca de encaixe perfeito na base.	R\$ 7,00	R\$ 21,00	M MOBILE EIRELI-EPP

Jaraguá do Sul, 09 de junho de 2016.
Edson Willian Piotto
Pregoeiro - Decreto nº 10.069/2014.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 02/2016-FC

Tendo analisado a Ata e Julgamento do Pregão Nº 02/2016, da FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, efetuada pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, designada pelo Decreto nº 10.069/2014 alterado pelo portaria 10.393/2015, constatei total regularidade no procedimento do Pregoeiro, tanto no que se refere ao julgamento como nas decisões apresentadas:

Item	QT.	Unidade	Especificação Do Material	Valor un.	Valor Total	Empresa Vencedora
1	300	FR	ÁGUA SANITÁRIA. Com 1000ml, com cloro ativo para múltiplo uso, pura ou diluível. Bactericida, alvejante e desinfetante, eficaz contra larva do mosquito da dengue. Eficiência mínima de 95% na eliminação dos micro-organismos Staphylococcus Aureus e Salmonella Choleraesuis. Sem adição de fragrância. Base de hipoclorito de sódio, teor de cloro ativo de 2% a 2,5% p/p. Tampa rosqueável com lacre. Prática, rígida e segura. Rótulo ou impressão resistente. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. De acordo com Portaria n.º 15, de 23 de agosto de 1988 e Portaria n.º 89, de 25 de agosto de 1994 e NBR 13390 de 05/1995. Prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Acondicionamento para transporte em fardo plástico ou caixa de papelão com até 6 unidades. Embalagens recicláveis. Empresa com desenvolvimento sustentável.	R\$ 1,38	R\$ 414,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
2	1.200	FR	ÁLCOOL ETÍLICO FRASCO C/ 1000 ml – 92,6º A 93,8º INPM Álcool etílico hidratado, 92,8º INPM, neutro. Uso institucional. Tampa rosqueável com lacre. Embalagem plástica de 1 litro. Prática, rígida e segura. Rótulo ou impressão resistente. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do químico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Selo INMETRO, de acordo com NBR 5991/97, Portaria n.º 269 de 05 de agosto de 2008, Portaria n.º 270 de 05 de agosto de 2008 e RDC 46/02. Prazo de validade mínimo de 20 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Acondicionamento para transporte em caixa de papelão com até 12 unidades. Embalagens recicláveis.	R\$ 4,10	R\$ 4.920,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
3	6	CX	ÁLCOOL GEL-500ml Álcool etílico para limpeza de ambientes, gel hidratado, neutralizante e espessante, 70º INPM. Caixa com 12 unidades.	R\$ 47,70	R\$ 286,20	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP
4	5	UN	BALDE DE PLÁSTICO REDONDO 15 L Balde redondo injetado em PP reciclado, resistente e durável. Sem odor. Livre de rebarbas, falhas e furos. Alça em aço galvanizado acoplada ao balde de forma a não se desprender. Capacidade de 15 litros. Superfície com acabamento liso que facilite lavagem.			FRUSTRADO
5	3	UN	BORRIFADOR COM 500ml Borrifador de plástico (PET), frasco com capacidade mínima de 500 ml, com borrifador/pulverizador de médio/longo alcance, tipo: válvula gatilho. Apresenta tampa com regulagem do jato, que dosa a quantidade de líquido que será borrifado. Além disto, sua válvula é longa alcançando o fundo do frasco, sugando desta forma, todo o conteúdo mesmo quando o produto estiver no fim. Cor: Transparente cristal. Composição: polipropileno, P.V.C., pigmentos, válvula spray.	R\$ 2,98	R\$ 8,94	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
6	4	UN	CABO PARA RODO Cabo de alumínio medindo 150 cm	R\$ 11,99	R\$ 47,96	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
7	150	UN	CERA LÍQUIDA ALTO TRÂNSITO – GALÃO DE 5 LITROS Cera líquida para assoalho de madeira, incolor, para piso e assoalhos, composta dos princípios ativos: Emulsão de polietileno, conservante, água, com carnaúba, plastificante, tensoativo aniônico, conservante, álcool cetostearílico, resina acrílica, conservante, monoetanolamina e óleo de mamona. Acondicionado em bombonas plásticas transparentes de 5 litros. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data da entrega do produto. Apresentar registro ou notificação do produto no Ministério da Saúde (Anvisa).	R\$ 15,00	R\$ 2.250,00	COMERCIAL MULTVILLE LTDA-EPP

8	30	CX	COPOS DESCARTÁVEIS 180ML – Copo descartável, poliestireno, com capacidade mínima para 180ml, acondicionado em mangas com 100 unidades, as mangas não devem estar violadas e protegidas em caixa de papelão resistente, deverá constar impresso na manga a capacidade total do copo, quantidade, e o peso mínimo de cada copo; os copos devem conter gravados de forma indelével: em relevo marca ou identificação do fabricante, símbolo de identificação do material para reciclagem conforme NBR 13230, de material homogêneo, não parafinado, isento de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos e deformações, não devem apresentar impurezas, interna e externamente, serem isentos de bordas afinadas e rebarbadas. Durante sua utilização deve suportar as condições de uso a que se destinam como temperatura e umidade, sem apresentarem vazamentos, desintegração ou deformidades que comprometam o correto e seguro uso, os copos deverão estar em conformidade com NBR 14865, NBR 13230 da ABNT. Para uso em dispenser manual ou automático. Garantia de troca em caso de copos danificados e compactados que impossibilitem seu uso e/ou uso em dispenser automático. Data de fabricação inferior a 06 meses da data de entrega pelo fornecedor. Caixas contendo 25 mangas.	R\$ 52,91	R\$ 1.587,30	BARRA EM-BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
9	3	CX	COPOS DESCARTÁVEIS 50ML – Copo descartável, poliestireno, com capacidade mínima para 50ml, acondicionado em mangas com 100 unidades, as mangas não devem estar violadas e devem estar protegidas em caixa de papelão resistente, deverá constar impresso na manga a capacidade total do copo, quantidade, e o peso mínimo de cada copo; os copos devem conter gravados de forma, indelével, em relevo marca ou identificação do fabricante, símbolo de identificação do material para reciclagem conforme NBR 13230, material homogêneo, não parafinado, isento de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos e deformações, não devem apresentar impurezas, interna e externamente, serem isentos de bordas afinadas e rebarbadas. Durante sua utilização deve suportar as condições de uso a que se destinam como temperatura e umidade, sem apresentarem vazamentos, desintegração ou deformidades que comprometam o correto e seguro uso, os copos deverão estar em conformidade com NBR 14865, NBR 13230 da ABNT. Caixas contendo 25 mangas.	R\$ 53,75	R\$ 161,25	BARRA EM-BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
10	3	UN	SUPORTE P/ COPOS PLÁSTICOS Dispensador automático com botão, para copos descartáveis de 150 a 200 ml, modelo POUPA COPOS, dispensa apenas um copo por vez. Compatível com todas as marcas de copos. Mecanismo branco, tubo transparente, fechado com tampa superior, capacidade para armazenar no mínimo 100 copos. Acompanham 4 buchas e parafusos para fixação. Embalado individualmente.	R\$ 29,80	R\$ 89,40	BARRA EM-BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
11	200	FR	DETERGENTE GEL para louças – embalagem entre 511 g e 550 g – Com registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	R\$ 4,40	R\$ 880,00	M MOBILE EIRELI-EPP
12	300	FR	DESINFETANTE – FRASCO COM 1000 ml - Categoria básica restrita ao uso puro. Princípio ativo dialquildimetilamônio 100%-0,50%. Composição básica: monil fenol, etoxilado, óleo de eucalipto, essência; corante e outras substâncias químicas permitidas; composição aromática floral, lavanda, talco ou marine (menos aromas de pinho e eucalipto), com validade de 3 anos. Acondicionado em frasco plástico transparente de 1 litro. Com registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	R\$ 1,99	R\$ 597,00	BARRA EM-BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
13	25	UN	DESENGORDURANTE LÍQUIDO para cozinha. Frascos tipo squeeze com 500 ml. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	R\$ 1,90	R\$ 47,50	BARRA EM-BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
14	4	FR	DESENGRIPANTE em aerossol com 300 ml. Com óleo de baixa viscosidade, para possibilitar um maior poder de penetração, desengripando, lubrificando e protegendo máquinas e ferramentas de ferrugem e umidade. Indicado para desengripar e lubrificar parafusos, articulações polias, engrenagens, dobradiças, etc. Composição: lubrificante penetrante, tensoativo, aditivos inibidores de corrosão e gás propelente.	R\$ 5,09	R\$ 20,36	BARRA EM-BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP

15		CX	DESODORIZADOR DE AMBIENTES Desodorizador aerossol, para uso doméstico, escritórios e banheiros, sobre superfícies e no ambiente, sendo capaz de controlar os odores desagradáveis advindos do metabolismo dos micro-organismos Staphylococcus Aureus e Salmonella Choleraesuis. Fragrâncias diversas. Ingrediente ativo: Cloreto de bezalcônio 0,1%. Composição: Ativo, Água, Solvente, Alcalinizante, Antioxidantes, Fragrância, emulsificante, Coadjuvante e Propelentes. Não conter CFC. Frasco em aço reciclável e ecológico. Válvula plástica spray. Conteúdo mínimo 300 ml. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do químico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. De acordo com Portaria n.º 15, de 23 de agosto de 1988. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Acondicionamento para transporte em caixa de papelão ou fardo com no mínimo 12 unidades. Embalagens recicláveis. Empresa com desenvolvimento sustentável.	Item cancelado	Item cancelado	
16	10	UN	DISPENSER Dispenser para Papel Higiênico Rolão. Material da frente plástico ABS alto impacto, de baixa densidade com alta resistência. Com PS cristal no visor, cor branca, sistema de abertura, travas laterais acionadas por pressão. Tipo de papel utilizado: Papel Higiênico Rolão 10cm x 300mts. Com kit para fixação na parede contendo buchas e parafusos. E garantia contra defeitos de fabricação.	R\$ 16,79	R\$ 167,90	M MOBILE EIRELI-EPP
17	5	UN	DISPENSER Dispenser (toalheiro) para papel toalha interfolhado 20cm X 21cm. Em plástico ABS branco, reforçado, de alta resistência ao impacto. Travas laterais acionadas por pressão. Visor frontal. Com kit para fixação na parede contendo buchas e parafusos. E garantia contra defeitos de fabricação.	R\$ 16,79	R\$ 83,95	M MOBILE EIRELI-EPP
18	8	UN	DISPENSER Dispenser para sabonete líquido com reservatório para abastecimento de até 800ml, em plástico ABS reforçado, de alta resistência ao impacto, na cor branca, apropriado para fixação em parede, sistema dosador, trava de segurança, visor frontal transparente para facilitar a visibilidade da quantidade de sabonete para o abastecimento, garantia contra defeitos de fabricação. Com kit para fixação na parede contendo buchas e parafusos.	R\$ 17,10	R\$ 136,80	M MOBILE EIRELI-EPP
19	10	UN	ESCOVA SANITÁRIA Escova tipo bola para limpeza sanitária. Cabo de aproximadamente 26 cm que não dobre ao esforçar durante a escovação. Cerdas duráveis, com no mínimo 60 cerdas por tufo. Medindo aproximadamente 35x9x9 cm.	R\$ 1,99	R\$ 19,90	BARRA EM-BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
20	03	UN	ESCOVA OVAL DE MÃO Base em madeira ou plástico reciclado, anatômica, antiderrapante, sem alça ou cabo. Medida mínima de 11x6x4 cm. Cerdas com no mínimo 25 mm em polipropileno virgem, com no mínimo 50 cerdas por tufo. Sem alça, sem cabo.	R\$ 1,58	R\$ 4,74	BARRA EM-BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
21	02	UN	ESPANADOR DE PENA DE AVESTRUZ, tamanho médio	R\$ 14,06	R\$ 28,12	BARRA EM-BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
22	01	UN	ESPANADOR DE PENA DE AVESTRUZ, tamanho grande	R\$ 19,99	R\$ 19,99	BARRA EM-BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
23	03	UN	ESPANADOR DE BANCADA com base em PVC e cerdas de nylon	R\$ 4,15	R\$ 12,45	BARRA EM-BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
24	05	UN	ESPANADOR ELETROSTÁTICO Espanador estático de pó, retira o pó sem espalhar para descarte. Lavável e durável, sem perda da capacidade de limpeza. Em cabo de polietileno de alta densidade, ergonômico e leve. Luva com fios em 100% acrílico. Medida de 19x47 cm.	R\$ 19,50	R\$ 97,50	BARRA EM-BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
25	80	UN	ESPONJA DE LOUÇA PARA LIMPEZA MEDINDO 110X75X20mm Esponja multiuso, dupla face, para limpeza leve ou pesada. Parte amarela em espuma de poliuretano e parte verde, abrasiva, em fibra sintética. Agente antibacteriano. Medindo no mínimo, 110x75x20 mm.	R\$ 0,59	R\$ 47,20	M MOBILE EIRELI-EPP

26	2	UN	EXTENSÃO telescópica três estações – 3m – alumínio	R\$ 49,00	R\$ 98,00	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
27	30	UN	FLANELA COMUM 100% ALGODÃO Pano para limpeza em 100% algodão, flanelado nos dois lados. Medida aproximada de 30x40 cm, com variação máxima de 2 cm. Cor branca. Costurada na barra. Embaladas em pacote plástico com identificação de fornecedor e quantidade.	R\$ 0,72	R\$ 21,60	BARRA EM- BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
28	8	PCT	GUARDANAPO Guardanapo de papel com 50 unidades de 30cmx32cm, cor branca, 100% fibras celulósicas, folhas duplas, sem pigmentação, sem resíduos, homogêneo, resistente, com boa absorção, neutro, suave, macio. Estar de acordo com as especificações do INMETRO.	R\$ 1,44	R\$ 11,52	M MOBILE EIRELI-EPP
29	50	GL	HIPOCLORITO DE SÓDIO – GALÃO DE 5 LITROS Para remoção de limo, eliminação de fungos, bactericida e alvejante. Indicado para limpeza de calçadas e pisos em geral, banheiros, vasos sanitários, ralos, pias, vidros, louças, porcelanas, mármore, plásticos, cerâmicas entre outros. Concentração mínima de 10% de cloro ativo. Tampa rosqueável com lacre. Embalagem plástica de 5 litros com alça. Prática, rígida e segura. Rótulo ou impressão resistente. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalagens recicláveis.	R\$ 10,90	R\$ 545,00	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
30	5	UN	INSETICIDA VENENO MATA BARATA Inseticida aerossol, multição de uso doméstico, de eficácia instantânea contra baratas, mosquitos (inclusive da dengue), pernilongos, formigas e moscas. Solvente à base de água. Livre de CFC. Frasco em aço reciclável e ecológico. Válvula plástica spray. Conteúdo mínimo 300 ml. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do químico/técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, indicações para uso médico, registro no MS, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Acondicionamento para transporte em caixa de papelão ou fardo com até 24 unidades Embalagens recicláveis. Empresa com desenvolvimento sustentável.	FRUSTRADO		
31	30	UN	INSETICIDA LÍQUIDO para aplicação em madeira seca, no combate e prevenção a diversos insetos que a atacam e destroem. Contém fungicida, incolor lata de 500 ml.	FRUSTRADO		
32	30	CX	LIMPADOR MULTIUSO – limpador multiuso de superfícies, ideal para limpeza de vidros, fórmicas, alumínio e aço escovado, pias, mármore, granitos, azulejos. Deve limpar sem deixar manchas e resíduos, remover gorduras, pó e outros tipos de sujeira, com aromas diversos. Composição: Ingredientes Ativos, Conservantes, Tensoativo, Corretor de Ph, Sequestrante, Fragrância, Corante e Veículo. Contém Tensoativos Aniônicos Biodegradáveis. Embalagem de 500ml. Caixa com 24 unidades.	R\$ 34,99	R\$ 1.049,70	COMERCIAL MULTVILLE LTDA-EPP
33	2	UN	LIXEIRA 60 LITROS COM TAMPA E PEDAL – Lixeira plástica branca, retangular com tampa e pedal. Injetada em 100% PP virgem de alto impacto, resistente e durável. Capacidade mínima de 60 litros. Mecanismo de abertura (pedal e coluna) em polipropileno. Superfícies com acabamento liso e cantos arredondados que facilite lavagem. Tampa vedante. Encaixe para fixação do saco de lixo no corpo da lixeira. De acordo com NR 32. Medida aproximada de 42x50x68 cm. Garantia contra defeitos de fabricação.	R\$ 67,00	R\$ 134,00	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
34	3	UN	LIXEIRA PLÁSTICA 15 LITROS – Lixeira plástica, redonda. Injetada em 100% PP virgem de alto impacto, resistente e durável. Capacidade mínima de 15 litros. Superfícies com acabamento liso que facilite lavagem. Altura 30 cm. Cores branca ou preta, conforme necessidade.	R\$ 12,60	R\$ 37,80	BARRA EM- BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
35	15	PAR	LUVA LATEX TAMANHO GG – Super-resistente para múltiplo uso. Em látex natural, anatômicas, flocadas, com palma antiderrapante. Cor amarela. CA de acordo com norma MT-11:1977. Pares embalados individualmente em pacote plástico. Constar na embalagem informações do fabricante, tabela de tamanho, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,85	R\$ 27,75	BARRA EM- BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
36	20	UN	LUVA LATEX TAMANHO MEDIO – Super-resistente para múltiplo uso. Em látex natural, anatômicas, flocadas, com palma antiderrapante. Cor amarela. CA de acordo com norma MT-11:1977. Pares embalados individualmente em pacote plástico. Constar na embalagem informações do fabricante, tabela de tamanho, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,85	R\$ 37,00	BARRA EM- BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP

37	3	UN	LUVA LATEX TAMANHO GRANDE – Super-resistente para múltiplo uso. Em látex natural, anatômicas, flocadas, com palma antiderrapante. Cor amarela. CA de acordo com norma MT-11:1977. Pares embalados individualmente em pacote plástico. Constar na embalagem informações do fabricante, tabela de tamanho, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,85	R\$ 5,55	BARRA EM-BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
38	8	UN	LUVA LATEX TAMANHO PEQUENO Super-resistente para múltiplo uso. Em látex natural, anatômicas, flocadas, com palma antiderrapante. Cor amarela. CA de acordo com norma MT-11:1977. Pares embalados individualmente em pacote plástico. Constar na embalagem informações do fabricante, tabela de tamanho, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,85	R\$ 14,80	BARRA EM-BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
39	8	UN	LUVA DE BORRACHA PARA LIMPEZA-TAMANHO M – com a parte interna forrada aveludada com flocos de algodão, ajuste de $\frac{3}{4}$, antiderrapante, embalada em par.	R\$ 2,29	R\$ 18,32	M MOBILE EIRELI-EPP
40	10	UN	LUVA DE BORRACHA PARA LIMPEZA-TAMANHO EXTRA G – com a parte interna forrada aveludada com flocos de algodão, ajuste de $\frac{3}{4}$, antiderrapante, embalada em par.	R\$ 2,29	R\$ 22,90	M MOBILE EIRELI-EPP
41	3	CX	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTOS – CIRÚRGICA – tamanho M Látex de borracha natural. Não estéril. Ambidestra. Hipoalergênica. Produto de uso único. Superfície lisa, levemente pulverizado com pó. Caixa com 100 unidades.	R\$ 16,30	R\$ 48,90	BARRA EM-BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
42	2	CX	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTOS – CIRÚRGICA tamanho G Látex de borracha natural. Não estéril. Ambidestra. Hipoalergênica. Produto de uso único. Superfície lisa, levemente pulverizado com pó. Caixa com 100 unidades.	R\$ 16,30	R\$ 32,60	BARRA EM-BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
43	3	UN	LUVA LAVADOR DE VIDRO (REFIL) 100% de microfibras que proporcione a aplicação dos produtos de maneira uniforme e com maior economia. Fechamento com velcro. Lavável e com alta durabilidade. 25 cm	R\$ 14,44	R\$ 43,32	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
44	5	UN	LUVA LAVADOR DE VIDRO (REFIL) 100% de microfibras que proporcione a aplicação dos produtos de maneira uniforme e com maior economia. Fechamento com velcro. Lavável e com alta durabilidade. 35 cm	R\$ 19,49	R\$ 97,45	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
45	2	UN	MOP PÓ COMPLETO 40 cm Com cabo de alumínio anodizado, tamanho 1,40mx24mm, com manopla Armação de angulação tipo "Profi" em polipropileno e aço galvanizado de 40 cm. Luva composta por fios 100% acrílicos que permitem uma estática natural com resultado superior na retenção de partículas, DE ENCAIXE OU VELCRO, SEM AMARRAR. Tamanho 40 cm.	R\$ 43,00	R\$ 86,00	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
46	100	UN	MULTI USO DE LIMPEZA GERAL (concentrado) GL C/ 5 litros Para limpeza pesada. Desengraxante concentrado, diluível em água até 1:10. Biodegradável, germicida, bactericida, isento de solventes nocivos. Atóxico, não inflamável, não corrosivo. Para limpeza pesada. Indicado para remoção de graxas, óleo, gorduras em pisos, paredes e janelas, carpetes e equipamentos. Sem deixar odor residual. Tampa rosqueável com lacre. Embalagem plástica de 5 litros com alça. Prática, rígida e segura. Rótulo ou impressão resistente. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalagens recicláveis. Acondicionado em galões de 5 litros.	R\$ 10,30	R\$ 1.030,00	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
47	10	PCT	NAFTALINA EM BOLA – repelente para insetos e traças. Devendo estar impresso as informações do fabricante. Embalagem: pacote com 50g.	R\$ 1,25	R\$ 12,50	BARRA EM-BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
48	5	UN	PÁ DE LIXO COM CABO Pá para lixo injetada em polipropileno reciclado, sem odor característico, perfil livre de rebarba para facilitar coleta, medida aproximada de 25x22 cm, com cabo de madeira revestido com polipropileno, medida mínima de 90 cm de comprimento.	R\$ 2,96	R\$ 14,80	BARRA EM-BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
49	05	UN	PÁ DE LIXO PEQUENA De plástico com cabo curto. Cores sortidas.	R\$ 1,50	R\$ 7,50	BARRA EM-BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
50	80	UN	PANO DE CHÃO ATOALHADO OU FELPUDO ABERTO Composto de 100% algodão, medindo no mínimo: 50cm X 70cm.	R\$ 3,45	R\$ 276,00	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP

51	40	UN	PANO DE PRATO ALVEJADO Composto de 100% algodão, medindo no mínimo 47x70cm, com bainha, na cor branca, com ou sem estampa. Urdume mínimo de 16 fios e trama com 12 fios	R\$ 1,78	R\$ 71,20	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP
52	40	UN	PANO ATOALHADO P/TIRAR PÓ Composição 100% algodão. Dimensões mínimas 20x32cm.	R\$ 1,28	R\$ 51,20	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP
53	50	UN	PANO p/ Limpeza – MICROFIBRA Composição microfibra. (80% poliéster e 20% poliamida) Dimensões mínimas: 30X40. Pano para limpeza em geral, alta absorção, macio, para todos tipos de superfície, não riscar, não soltar fiapos, cores sortidas. Lavável.	FRUSTRADO		
54	150	FDO	PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO (Museu, Biblioteca e Praça) Papel higiênico rolão, 100% celulose virgem. Medidas: 10 cm (largura) x 300 metros (comprimento). Gramatura 18 g/m². Compactado. Gofrado. Folha simples. Embalagem reciclável, com boa visibilidade do produto e com dados do produto, do fabricante, prazo de validade. Fardo com 8 rolos de 300 m. Apresentar ficha técnica do produto ofertado.	R\$ 34,50	R\$ 5.175,00	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP
55	100	FDO	PAPEL HIGIÊNICO C/ 4un Pacote contendo 04 rolos de papel higiênico. 100% celulose virgem. Rolo contínuo de 60 metros de comprimento e 10 cm de largura. Biodegradável, folha simples, picotado, sem odor, alta absorção, gofrado, macio e sem pigmentação. Gramatura mínima de 18 g/m². Embalagem lacrada, transparente, contendo impresso dados do produto, do fabricante, nº do lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Fardos com 64 unidades. Embalagens recicláveis. Empresa com desenvolvimento sustentável.	R\$ 59,50	R\$ 5.950,00	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP
56	30	FDO	PAPEL TOALHA BOBINA: Papel toalha bobina 20cm x 200cm; 100% celulose virgem, Gramatura 32g/m². Fardos com 06 rolos. (P/ Biblioteca)	R\$ 55,00	R\$ 1.650,00	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP
57	200	FDO	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO 20X21 com 5000 folhas Gramatura mínima 24 g/m², 100% de celulose virgem, sem pigmentação, sem utilização de aparas oriundas de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, gofrado. Embalagem lacrada, transparente, contendo impresso dados do produto, do fabricante, nº do lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalagens recicláveis. Empresa com desenvolvimento sustentável. Tamanho de 20X21cm. Fardo com 5000 folhas. (para FC, Museu, Arquivo e Praça)	R\$ 39,50	R\$ 7.900,00	VILLA PAPÉIS LTDA-EPP
58	15	UN	PEDRA SANITÁRIA Composição: Aglutinante, isotiazolinonas, corante e essências. Com haste plástica. Com peso mínimo de 25 g. Apresentar registro ou notificação do produto no Ministério da Saúde (Anvisa). Caixa com 48 unidades	R\$ 32,00	R\$ 480,00	BARRA EM- BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
59	20	UN	REFIL PARA MOP PÓ – 40cm Adaptável em cabo de alumínio anodizado de 1,40mx24mm de diâmetro, em armação tipo "Profi" em Polipropileno e aço galvanizado; Luva composta por fios 100% acrílicos. Parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento, sistema de fechamento por encaixe ou velcro. Tamanho: 40 cm	R\$ 16,20	R\$ 324,00	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
60	20	UN	REFIL PARA MOP PÓ – 60 cm Adaptável em cabo de alumínio anodizado de 1,40mx24mm de diâmetro, em armação tipo "Profi" em Polipropileno e aço galvanizado; Luva composta por fios 100% acrílicos. Parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento, sistema de fechamento por encaixe ou velcro. Tamanho: 60 cm	R\$ 21,23	R\$ 424,60	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
61	20	UN	REFIL-SABONETE LÍQUIDO (P/ Museu) 800ML Para saboneteira sem reservatório, em embalagem plástica transparente, flexível, com duto de 9,5 cm em borracha.	R\$ 4,80	R\$ 96,00	M MOBILE EIRELI-EPP
62	2	GL	REMOVEDOR DE CERA – Galões com 5 litros	R\$ 27,00	R\$ 54,00	BARRA EM- BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP

63	6	UN	RODO DE ALUMÍNIO REFORÇADO 40 cm. Para uso profissional. Base em alumínio polido e anodizado com 40 cm, de alta resistência. Borracha dupla, resistente, de boa fixação à base, com boa aderência, eficiente para secagem e de fácil substituição. Suporte para fixação do cabo soldado ou rebitado à base com rebites maciços. Cabo em alumínio polido e anodizado, resistente, com medida mínima de 1,50 m de comprimento e manopla.	FRUSTRADO		
64	8	FDO	SABÃO EM BARRA Composição básica: carbonato de sódio, dióxido de titânio, glicerina; corante e outras substâncias químicas permitidas; especificações ph 1%=11,5 máximo, alcalinidade livre: máximo 0,5%p/p; comum; embalado em saco plástico individual, peso de 200gr, com validade mínima de 2 anos. Fardo com 05 unidades.	R\$ 5,20	R\$ 41,60	M MOBILE EIRELI-EPP
65	30	KG	SABÃO EM PÓ 1 kg Na cor azul, tipo detergente, biodegradável, microperolado, princípio ativo: alquil benzeno sulfonato de sódio; silicato de sódio, carbonato de sódio; teor de ativos mínimos 8,0%, pH = 11,5 máximo, solução 1% pp; pigmento e outras substâncias permitidas; Tensoativo biodegradável. Embalado em caixa ou sachê de 1 kg. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalagens recicláveis.	R\$ 3,53	R\$ 105,90	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
66	15	UN	SABONETE – 90g. Tablete; suave, comum, com odores diversos, pH5,5 a 8,5; para higiene corporal; peso 90 gramas. Com registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa	R\$ 1,25	R\$ 18,75	M MOBILE EIRELI-EPP
67	20	GL	SABONETE LÍQUIDO – GALÃO COM 5 LITROS Composição: Tensoativo aniônico e não iônico lauril éter sulfato de sódio, formaldeído alcalinizante, corante, essência e veículo, cremoso. Sabonete líquido para uso em qualquer tipo de saboneteira, glicerinado, fragrâncias diversas (exemplo: maçã verde, chá-verde, erva doce, maracujá, morango, pitanga, proteínas do leite), pH neutro, para limpeza e higiene das mãos e do rosto. Hipoalergênico, umectante e hidratante, que confira agradável sensação de maciez, evite o ressecamento da pele. Tampa rosqueável com lacre. Embalagem plástica de 5 litros com alça. Prática, rígida e segura. Rótulo ou impressão resistente. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Apresentar laudo de irritabilidade dérmica. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalagens recicláveis.	R\$ 9,96	R\$ 199,20	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
68	06	PCT	SACOS DESCARTÁVEIS (filtros) para Aspirador de Pó de marca Arno 1200 W. Embalagem com três unidades. Composição: papel cru filtrante, fibras, silicone, cola. (p/ Museu)	FRUSTRADO		
69	40	FDO	SACO PARA LIXO 20L COM 100 unid. Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 20 litros, dimensões mínimas de 39x52, para acondicionamento de lixo, pacote 100 unidades, e suas condições deverão estar de acordo com a NBR 9190, NBR 9191. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,7mm. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	R\$ 6,40	R\$ 256,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
70	40	FDO	SACO PARA LIXO 40L COM 100 unid. Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 40 litros, dimensões mínimas de 50x60, para acondicionamento de lixo, pacote 100 unidades, e suas condições deverão estar de acordo com a NBR 9190, NBR 9191. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,7mm. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	R\$ 8,80	R\$ 352,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
71	20	FDO	SACO PARA LIXO 60L COM 100 unid. Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 60 litros, dimensões mínimas de 60x70cm, para acondicionamento de lixo, pacote 100 unidades, e suas condições deverão estar de acordo com a NBR9190, NBR9191. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,9mm. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	R\$ 11,00	R\$ 220,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP

72	35	FDO	SACO PARA LIXO 100L COM 100 unid. Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 100 litros, dimensões mínimas de 70x105cm, pacote 100 unidades. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,12mm. Dentro das normas da ABNT. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	R\$ 37,00	R\$ 1.295,00	M MOBILE EIRELI-EPP
73	15	FDO	SACO PARA LIXO 200L COM 100 unid. Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 200 litros, dimensões mínimas de 90x115cm, pacote 100 unidades. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,12mm. Dentro das normas da ABNT. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	R\$ 53,00	R\$ 795,00	M MOBILE EIRELI-EPP
74	40	UN	SAPONÁCEO CREMOSO Composição: Linear Alquilbenzeno Sulfato de Sódio, alcalinizante, espessante, agente abrasivo e essência. Tensoativo biodegradável. Cremoso e perfumado, levemente abrasivo, indicado para limpeza de inox, mármore, banheiros, pisos, pias e metais. Tensoativo biodegradável. Fragrâncias variadas. Embalagem com no mínimo 300 ml. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,88	R\$ 75,20	BARRA EM- BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
75	03	UN	SODA CÁUSTICA – Soda cáustica. Embalagem com 1 kg. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	113,00	39,00	BARRA EM- BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
76	15	UN	TOALHA DE ROSTO Composição 100% algodão. Dimensões mínimas: 45 cm X 70 cm. Com gramatura no mínimo de 320 g/m². Cores diversas.	R\$ 4,25	R\$ 63,75	BARRA EM- BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
77	40	UN	TELA SANITÁRIA MICTÓRIO Tela em PVC injetado, filtrante e odorizadora para neutralização de odores, podendo ser de cores variadas. Fragrâncias diversas. Para qualquer modelo de mictório. Dimensão mínima de 15 cm. Durabilidade mínima de 20 dias. Prazo de validade mínimo de 8 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalada individualmente.	R\$ 1,95	R\$ 78,00	BARRA EM- BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
78	10	UN	VASSOURA DE NYLON com cabo Propriedades mínimas: cepa em Prolipropileno, com sistema de rosca para fixação do cabo; cepa medindo 26 cm; com no mínimo 50 tufos; com cerdas de nylon; tipo pontas plumadas (desfiadas) base em pvc resistente; cabo de madeira revestido em polipropileno, medindo 120 cm de comprimento no mínimo c/ rosca para fixação na base; e gancho de prolipropileno.	R\$ 3,99	R\$ 39,90	BARRA EM- BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
79	20	UN	VASSOURA DE PALHA DE MILHO com cabo. Para uso doméstico. Tipo caipira; propriedades mínimas: cepa em palha de milho natural; com cerdas de palha; costurada com no mínimo 4 fios de nylon, enrolada e amarrada ao cabo de madeira com arame de aço. Cabo de madeira livre de farpas medindo mínimo 120cm de comprimento.	R\$ 10,25	R\$ 205,00	BARRA EM- BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
80	3	UN	VASSOURA DE PELO 30cm, com cabo. Propriedades mínimas: cepa em crina animal com 30 cm de comprimento; cabo de madeira revestida de polipropileno, medindo mínimo 120 cm comprimento; com rosca para fixação na base e gancho de polipropileno	R\$ 11,71	R\$ 35,13	BARRA EM- BALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
81	3	UN	VASSOURA ESCOVÃO para piso c/ cabo Para uso profissional com base em plástico virgem com medida mínima de 40x5 cm. Cerdas com no mínimo 30 mm de comprimento em polipropileno virgem, mínimo 40 cerdas por tufo. Cabo em madeira revestido em polietileno com no mínimo 1,40 m de comprimento, gancho de polietileno na ponta e rosca de encaixe perfeito na base.	R\$ 7,00	R\$ 21,00	M MOBILE EIRELI-EPP

ISTO POSTO, H O M O L O G O o procedimento licitatório realizado, por oportuno e conveniência, tipo menor preço por item às empresas. Autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência aos participantes. Jaraguá do Sul (SC), 09 de junho de 2016

Sidnei Marcelo Lopes
Presidente da Fundação Cultural

SEMA - PORTARIA Nº 048/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIANº 048/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal GILBERTO DA SILVA, matrícula 7450-1, referente ao 3º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/05/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de junho de 2016.

REGINA JOHN

Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI

Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 049/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIANº 049/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013; e

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº154/2014, Seção II, artigo 125, paragrafo único, de 03/11/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER LICENÇA, por motivo de doença em pessoa da família, a servidora pública municipal VIVIANE PEREIRA TEIXEIRA, matrícula 8037-3, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Criança e Adolescente, pelo período de 02/06/2016 a 21/06/2016, com direito a 100% dos seus vencimentos.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de junho de 2016.

ADEMAR POSSAMAI

Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 050/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIANº 050/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal ROSELI DE SOUZA ROSA, matrícula 8901-7, referente ao 1º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/05/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de junho de 2016.

REGINA JOHN

Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI

Secretário da Administração

SEMSA - PORTARIA Nº 058/2016/SEMSA

PORTARIANº 058/2016/Semsa

DALTON FERNANDO FISCHER, Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelas servidoras públicas municipais Viviane Stolf, matrícula 8220-1; Roberta Rotermund Baratto, matrícula 91808-1; e Clareli Adriano Malheiro, matrícula 7045; Sindicância Administrativa Nº 008/2016, Portaria inicial Nº 053/2016/Semsa, datada de 11 de maio de 2016, em face do servidor Eugênio Demenchucki;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 07/2016/SCPSA, datado de 07 de junho de 2016, subscrito pela Presidente da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 30 (trinta) dias;

RESOLVE:

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 10/06/2016, por mais 30 (trinta) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos afetos à Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria Nº 053/2016/Semsa, de 11/05/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/06/2016.

Jaraguá do Sul, 09 de junho de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER

Secretário Municipal da Saúde

SEMSA - PORTARIA Nº 059/2016/SEMSA

PORTARIANº 059/2016/Semsa

DALTON FERNANDO FISCHER, Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelas servidoras públicas municipais Viviane Stolf, matrícula 8220-1; Roberta Rotermund Baratto, matrícula 91808-1; e Clareli Adriano Malheiro, matrícula 7045; Sindicância Administrativa Nº 009/2016, Portaria inicial Nº 054/2016/Semsa, datada de 11 de maio de 2016, em face do servidor Obedis Moreira de Souza;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 08/2016/SCPSA, datado de 07 de junho de 2016, subscrito pela Presidente da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 30 (trinta) dias;

RESOLVE:

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 10/06/2016, por mais 30 (trinta) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos afetos à Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria Nº 054/2016/Semsa, de 11/05/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/06/2016.

Jaraguá do Sul, 09 de junho de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER

Secretário Municipal da Saúde

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 02/2016-FC**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL 02/2016-FC**

Tendo analisado a Ata e Julgamento do Pregão Nº 02/2016, da FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, efetuada pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, designada pelo Decreto nº 10.069/2014 alterado pelo portaria 10.393/2015, constatei total regularidade no procedimento do Pregoeiro, tanto no que se refere ao julgamento como nas decisões apresentadas:

Item	QT.	Unidade	Especificação Do Material	Valor un.	Valor Total	Empresa Vencedora
1	300	FR	ÁGUA SANITÁRIA. Com 1000ml, com cloro ativo para múltiplo uso, pura ou diluível. Bactericida, alvejante e desinfetante, eficaz contra larva do mosquito da dengue. Eficiência mínima de 95% na eliminação dos micro-organismos Staphylococcus Aureus e Salmonella Choleraesuis. Sem adição de fragrância. Base de hipoclorito de sódio, teor de cloro ativo de 2% a 2,5% p/p. Tampa rosqueável com lacre. Prática, rígida e segura. Rótulo ou impressão resistente. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. De acordo com Portaria n.º 15, de 23 de agosto de 1988 e Portaria n.º 89, de 25 de agosto de 1994 e NBR 13390 de 05/1995. Prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Acondicionamento para transporte em fardo plástico ou caixa de papelão com até 6 unidades. Embalagens recicláveis. Empresa com desenvolvimento sustentável.	R\$ 1,38	R\$ 414,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
2	1.200	FR	ÁLCOOL ETILICO FRASCO C/ 1000 ml – 92,6º A 93,8º INPM Álcool etílico hidratado, 92,8º INPM, neutro. Uso institucional. Tampa rosqueável com lacre. Embalagem plástica de 1 litro. Prática, rígida e segura. Rótulo ou impressão resistente. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do químico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Selo INMETRO, de acordo com NBR 5991/97, Portaria n.º 269 de 05 de agosto de 2008, Portaria n.º 270 de 05 de agosto de 2008 e RDC 46/02. Prazo de validade mínimo de 20 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Acondicionamento para transporte em caixa de papelão com até 12 unidades. Embalagens recicláveis.	R\$ 4,10	R\$ 4.920,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
3	6	CX	ÁLCOOL GEL-500ml Álcool etílico para limpeza de ambientes, gel hidratado, neutralizante e espessante, 70º INPM. Caixa com 12 unidades.	R\$ 47,70	R\$ 286,20	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP
4	5	UN	BALDE DE PLÁSTICO REDONDO 15 L Balde redondo injetado em PP reciclado, resistente e durável. Sem odor. Livre de rebarbas, falhas e furos. Alça em aço galvanizado acoplada ao balde de forma a não se desprender. Capacidade de 15 litros. Superfície com acabamento liso que facilite lavagem.			FRUSTRADO
5	3	UN	BORRIFADOR COM 500ml Borrifador de plástico (PET), frasco com capacidade mínima de 500 ml, com borrifador/pulverizador de médio/longo alcance, tipo: válvula gatilho. Apresenta tampa com regulagem do jato, que dosa a quantidade de líquido que será borrifado. Além disto, sua válvula é longa alcançando o fundo do frasco, sugando desta forma, todo o conteúdo mesmo quando o produto estiver no fim. Cor: Transparente cristal. Composição: polipropileno, P.V.C., pigmentos, válvula spray.	R\$ 2,98	R\$ 8,94	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
6	4	UN	CABO PARA RODO Cabo de alumínio medindo 150 cm	R\$ 11,99	R\$ 47,96	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
7	150	UN	CERA LÍQUIDA ALTO TRÂNSITO – GALÃO DE 5 LITROS Cera líquida para assoalho de madeira, incolor, para piso e assoalhos, composta dos princípios ativos: Emulsão de polietileno, conservante, água, com carnaúba, plastificante, tensoativo aniônico, conservante, álcool cetó estearílico, resina acrílica, conservante, monoetanolamina e óleo de mamona. Acondicionado em bombonas plástica transparente de 5 litros. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data da entrega do produto. Apresentar registro ou notificação do produto no Ministério da Saúde (Anvisa).	R\$ 15,00	R\$ 2.250,00	COMERCIAL MULTIVILLE LTDA-EPP

8	30	CX	COPOS DESCARTÁVEIS 180ML – Copo descartável, poliestireno, com capacidade mínima para 180ml, acondicionado em mangas com 100 unidades, as mangas não devem estar violadas e protegidas em caixa de papelão resistente, deverá constar impresso na manga a capacidade total do copo, quantidade, e o peso mínimo de cada copo; os copos devem conter gravados de forma indelével: em relevo marca ou identificação do fabricante, símbolo de identificação do material para reciclagem conforme NBR 13230, de material homogêneo, não parafinado, isento de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos e deformações, não devem apresentar impurezas, interna e externamente, serem isentos de bordas afinadas e rebarbadas. Durante sua utilização deve suportar as condições de uso a que se destinam como temperatura e umidade, sem apresentarem vazamentos, desintegração ou deformidades que comprometam o correto e seguro uso, os copos deverão estar em conformidade com NBR 14865, NBR 13230 da ABNT. Para uso em dispenser manual ou automático. Garantia de troca em caso de copos danificados e compactados que impossibilitem seu uso e/ou uso em dispenser automático. Data de fabricação inferior a 06 meses da data de entrega pelo fornecedor. Caixas contendo 25 mangas.	R\$ 52,91	R\$ 1.587,30	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
9	3	CX	COPOS DESCARTÁVEIS 50ML – Copo descartável, poliestireno, com capacidade mínima para 50ml, acondicionado em mangas com 100 unidades, as mangas não devem estar violadas e devem estar protegidas em caixa de papelão resistente, deverá constar impresso na manga a capacidade total do copo, quantidade, e o peso mínimo de cada copo; os copos devem conter gravados de forma, indelével, em relevo marca ou identificação do fabricante, símbolo de identificação do material para reciclagem conforme NBR 13230, material homogêneo, não parafinado, isento de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos e deformações, não devem apresentar impurezas, interna e externamente, serem isentos de bordas afinadas e rebarbadas. Durante sua utilização deve suportar as condições de uso a que se destinam como temperatura e umidade, sem apresentarem vazamentos, desintegração ou deformidades que comprometam o correto e seguro uso, os copos deverão estar em conformidade com NBR 14865, NBR 13230 da ABNT. Caixas contendo 25 mangas.	R\$ 53,75	R\$ 161,25	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
10	3	UN	SUPORTE P/ COPOS PLÁSTICOS Dispensador automático com botão, para copos descartáveis de 150 a 200 ml, modelo POUPA COPOS, dispensa apenas um copo por vez. Compatível com todas as marcas de copos. Mecanismo branco, tubo transparente, fechado com tampa superior, capacidade para armazenar no mínimo 100 copos. Acompanham 4 buchas e parafusos para fixação. Embalado individualmente.	R\$ 29,80	R\$ 89,40	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
11	200	FR	DETERGENTE GEL para louças – embalagem entre 511 g e 550 g – Com registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	R\$ 4,40	R\$ 880,00	M MOBILE EIRELI -EPP
12	300	FR	DESINFETANTE – FRASCO COM 1000 ml - Categoria básica restrita ao uso puro. Princípio ativo dialquildimetilamônio 100%-0,50%. Composição básica: monil fenol, etoxilado, óleo de eucalipto, essência; corante e outras substâncias químicas permitidas; composição aromática floral, lavanda, talco ou marine (menos aromas de pinho e eucalipto), com validade de 3 anos. Acondicionado em frasco plástico transparente de 1 litro. Com registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	R\$ 1,99	R\$ 597,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
13	25	UN	DESENGORDURANTE LÍQUIDO para cozinha. Frascos tipo squeeze com 500 ml. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	R\$ 1,90	R\$ 47,50	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
14	4	FR	DESENGRIPANTE em aerossol com 300 ml. Com óleo de baixa viscosidade, para possibilitar um maior poder de penetração, desengripando, lubrificando e protegendo máquinas e ferramentas de ferrugem e umidade. Indicado para desengripar e lubrificar parafusos, articulações polias, engrenagens, dobradiças, etc. Composição: lubrificante penetrante, tensoativo, aditivos inibidores de corrosão e gás propelente.	R\$ 5,09	R\$ 20,36	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP

15		CX	DESODORIZADOR DE AMBIENTES Desodorizador aerossol, para uso doméstico, escritórios e banheiros, sobre superfícies e no ambiente, sendo capaz de controlar os odores desagradáveis advindos do metabolismo dos micro-organismos Staphylococcus Aureus e Salmonella Choleraesuis. Fragrâncias diversas. Ingrediente ativo: Cloreto de benzalcônio 0,1%. Composição: Ativo, Água, Solvente, Alcalinizante, Antioxidantes, Fragrância, emulsificante, Coadjuvante e Propelentes. Não conter CFC. Frasco em aço reciclável e ecológico. Válvula plástica spray. Conteúdo mínimo 300 ml. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do químico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. De acordo com Portaria n.º 15, de 23 de agosto de 1988. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Acondicionamento para transporte em caixa de papelão ou fardo com no mínimo 12 unidades. Embalagens recicláveis. Empresa com desenvolvimento sustentável.	Item cancelado	Item cancelado	
16	10	UN	DISPENSER Dispenser para Papel Higiênico Rolão. Material da frente plástico ABS alto impacto, de baixa densidade com alta resistência. Com PS cristal no visor, cor branca, sistema de abertura, travas laterais acionadas por pressão. Tipo de papel utilizado: Papel Higiênico Rolão 10cm x 300mts. Com kit para fixação na parede contendo buchas e parafusos. E garantia contra defeitos de fabricação.	R\$ 16,79	R\$ 167,90	M MOBILE EIRELI -EPP
17	5	UN	DISPENSER Dispenser (toalheiro) para papel toalha interfolhado 20cm X 21cm. Em plástico ABS branco, reforçado, de alta resistência ao impacto. Travas laterais acionadas por pressão. Visor frontal. Com kit para fixação na parede contendo buchas e parafusos. E garantia contra defeitos de fabricação.	R\$ 16,79	R\$ 83,95	M MOBILE EIRELI -EPP
18	8	UN	DISPENSER Dispenser para sabonete líquido com reservatório para abastecimento de até 800ml, em plástico ABS reforçado, de alta resistência ao impacto, na cor branca, apropriado para fixação em parede, sistema dosador, trava de segurança, visor frontal transparente para facilitar a visibilidade da quantidade de sabonete para o abastecimento, garantia contra defeitos de fabricação. Com kit para fixação na parede contendo buchas e parafusos.	R\$ 17,10	R\$ 136,80	M MOBILE EIRELI -EPP
19	10	UN	ESCOVA SANITÁRIA Escova tipo bola para limpeza sanitária. Cabo de aproximadamente 26 cm que não dobre ao esforçar durante a escovação. Cerdas duráveis, com no mínimo 60 cerdas por tufo. Medindo aproximadamente 35x9x9 cm.	R\$ 1,99	R\$ 19,90	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
20	03	UN	ESCOVA OVAL DE MÃO Base em madeira ou plástico reciclado, anatômica, antiderrapante, sem alça ou cabo. Medida mínima de 11x6x4 cm. Cerdas com no mínimo 25 mm em polipropileno virgem, com no mínimo 50 cerdas por tufo. Sem alça, sem cabo.	R\$ 1,58	R\$ 4,74	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
21	02	UN	ESPANADOR DE PENA DE AVESTRUZ, tamanho médio	R\$ 14,06	R\$ 28,12	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
22	01	UN	ESPANADOR DE PENA DE AVESTRUZ, tamanho grande	R\$ 19,99	R\$ 19,99	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
23	03	UN	ESPANADOR DE BANCADA com base em PVC e cerdas de nylon	R\$ 4,15	R\$ 12,45	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
24	05	UN	ESPANADOR ELETROSTÁTICO Espanador estático de pó, retira o pó sem espalhar para descarte. Lavável e durável, sem perda da capacidade de limpeza. Em cabo de polietileno de alta densidade, ergonômico e leve. Luva com fios em 100% acrílico. Medida de 19x47 cm.	R\$ 19,50	R\$ 97,50	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
25	80	UN	ESPONJA DE LOUÇA PARA LIMPEZA MEDINDO 110X75X20mm Esponja multiuso, dupla face, para limpeza leve ou pesada. Parte amarela em espuma de poliuretano e parte verde, abrasiva, em fibra sintética. Agente antibacteriano. Medindo no mínimo, 110x75x20 mm.	R\$ 0,59	R\$ 47,20	M MOBILE EIRELI -EPP
26	2	UN	EXTENSÃO telescópica três estações – 3m – alumínio	R\$ 49,00	R\$ 98,00	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME

27	30	UN	FLANELA COMUM 100% ALGODÃO Pano para limpeza em 100% algodão, flanelado nos dois lados. Medida aproximada de 30x40 cm, com variação máxima de 2 cm. Cor branca. Costurada na barra. Embaladas em pacote plástico com identificação de fornecedor e quantidade.	R\$ 0,72	R\$ 21,60	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
28	8	PCT	GUARDANAPO Guardanapo de papel com 50 unidades de 30cmx32cm, cor branca, 100% fibras celulósicas, folhas duplas, sem pigmentação, sem resíduos, homogêneo, resistente, com boa absorção, neutro, suave, macio. Estar de acordo com as especificações do INMETRO.	R\$ 1,44	R\$ 11,52	M MOBILE EIRELI-EPP
29	50	GL	HIPOCLORITO DE SÓDIO – GALÃO DE 5 LITROS Para remoção de limo, eliminação de fungos, bactericida e alvejante. Indicado para limpeza de calçadas e pisos em geral, banheiros, vasos sanitários, ralos, pias, vidros, louças, porcelanas, mármore, plásticos, cerâmicas entre outros. Concentração mínima de 10% de cloro ativo. Tampa rosqueável com lacre. Embalagem plástica de 5 litros com alça. Prática, rígida e segura. Rótulo ou impressão resistente. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalagens recicláveis.	R\$ 10,90	R\$ 545,00	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
30	5	UN	INSETICIDA VENENO MATA BARATA Inseticida aerossol, multição de uso doméstico, de eficácia instantânea contra baratas, mosquitos (inclusive da dengue), pernilongos, formigas e moscas. Solvente à base de água. Livre de CFC. Frasco em aço reciclável e ecológico. Válvula plástica spray. Conteúdo mínimo 300 ml. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do químico/técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, indicações para uso médico, registro no MS, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Acondicionamento para transporte em caixa de papelão ou fardo com até 24 unidades Embalagens recicláveis. Empresa com desenvolvimento sustentável.	FRUSTRADO		
31	30	UN	INSETICIDA LÍQUIDO para aplicação em madeira seca, no combate e prevenção a diversos insetos que a atacam e destroem. Contém fungicida, incolor lata de 500 ml.	FRUSTRADO		
32	30	CX	LIMPADOR MULTIUSO – limpador multiuso de superfícies, ideal para limpeza de vidros, fórmicas, alumínio e aço escovado, pias, mármore, granitos, azulejos. Deve limpar sem deixar manchas e resíduos, remover gorduras, pó e outros tipos de sujeira, com aromas diversos. Composição: Ingredientes Ativos, Conservantes, Tensoativo, Corretor de Ph, Sequestrante, Fragrância, Corante e Veículo. Contém Tensoativos Aniônicos Biodegradáveis. Embalagem de 500ml. Caixa com 24 unidades.	R\$ 34,99	R\$ 1.049,70	COMERCIAL MULTIVILLE LTDA-EPP
33	2	UN	LIXEIRA 60 LITROS COM TAMPA E PEDAL – Lixeira plástica branca, retangular com tampa e pedal. Injetada em 100% PP virgem de alto impacto, resistente e durável. Capacidade mínima de 60 litros. Mecanismo de abertura (pedal e coluna) em polipropileno. Superfícies com acabamento liso e cantos arredondados que facilite lavagem. Tampa vedante. Encaixe para fixação do saco de lixo no corpo da lixeira. De acordo com NR 32. Medida aproximada de 42x50x68 cm. Garantia contra defeitos de fabricação.	R\$ 67,00	R\$ 134,00	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
34	3	UN	LIXEIRA PLÁSTICA 15 LITROS – Lixeira plástica, redonda. Injetada em 100% PP virgem de alto impacto, resistente e durável. Capacidade mínima de 15 litros. Superfícies com acabamento liso que facilite lavagem. Altura 30 cm. Cores branca ou preta, conforme necessidade.	R\$ 12,60	R\$ 37,80	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
35	15	PAR	LUVA LATEX TAMANHO GG – Super-resistente para múltiplo uso. Em látex natural, anatômicas, flocadas, com palma antiderrapante. Cor amarela. CA de acordo com norma MT-11:1977. Pares embalados individualmente em pacote plástico. Constar na embalagem informações do fabricante, tabela de tamanho, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,85	R\$ 27,75	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP

36	20	UN	LUVA LATEX TAMANHO MEDIO – Super-resistente para múltiplo uso. Em látex natural, anatômicas, flocadas, com palma antiderrapante. Cor amarela. CA de acordo com norma MT-11:1977. Pares embalados individualmente em pacote plástico. Constar na embalagem informações do fabricante, tabela de tamanho, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,85	R\$ 37,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
37	3	UN	LUVA LATEX TAMANHO GRANDE – Super-resistente para múltiplo uso. Em látex natural, anatômicas, flocadas, com palma antiderrapante. Cor amarela. CA de acordo com norma MT-11:1977. Pares embalados individualmente em pacote plástico. Constar na embalagem informações do fabricante, tabela de tamanho, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,85	R\$ 5,55	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
38	8	UN	LUVA LATEX TAMANHO PEQUENO Super-resistente para múltiplo uso. Em látex natural, anatômicas, flocadas, com palma antiderrapante. Cor amarela. CA de acordo com norma MT-11:1977. Pares embalados individualmente em pacote plástico. Constar na embalagem informações do fabricante, tabela de tamanho, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,85	R\$ 14,80	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
39	8	UN	LUVA DE BORRACHA PARA LIMPEZA-TAMANHO M – com a parte interna forrada aveludada com flocos de algodão, ajuste de $\frac{3}{4}$, antiderrapante, embalada em par.	R\$ 2,29	R\$ 18,32	M MOBILE EIRELI -EPP
40	10	UN	LUVA DE BORRACHA PARA LIMPEZA-TAMANHO EXTRA G – com a parte interna forrada aveludada com flocos de algodão, ajuste de $\frac{3}{4}$, antiderrapante, embalada em par.	R\$ 2,29	R\$ 22,90	M MOBILE EIRELI -EPP
41	3	CX	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTOS – CIRÚRGICA – tamanho M Látex de borracha natural. Não estéril. Ambidestra. Hipoalergênica. Produto de uso único. Superfície lisa, levemente pulverizado com pó. Caixa com 100 unidades.	R\$ 16,30	R\$ 48,90	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
42	2	CX	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTOS – CIRÚRGICA tamanho G Látex de borracha natural. Não estéril. Ambidestra. Hipoalergênica. Produto de uso único. Superfície lisa, levemente pulverizado com pó. Caixa com 100 unidades.	R\$ 16,30	R\$ 32,60	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
43	3	UN	LUVA LAVADOR DE VIDRO (REFIL) 100% de microfibras que proporcione a aplicação dos produtos de maneira uniforme e com maior economia. Fechamento com velcro. Lavável e com alta durabilidade. 25 cm	R\$ 14,44	R\$ 43,32	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
44	5	UN	LUVA LAVADOR DE VIDRO (REFIL) 100% de microfibras que proporcione a aplicação dos produtos de maneira uniforme e com maior economia. Fechamento com velcro. Lavável e com alta durabilidade. 35 cm	R\$ 19,49	R\$ 97,45	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
45	2	UN	MOP PÓ COMPLETO 40 cm Com cabo de alumínio anodizado, tamanho 1,40mx24mm, com manopla Armagem de angulação tipo "Profi" em polipropileno e aço galvanizado de 40 cm. Luva composta por fios 100% acrílicos que permitem uma estática natural com resultado superior na retenção de partículas, DE ENCAIXE OU VELCRO, SEM AMARRAR. Tamanho 40 cm.	R\$ 43,00	R\$ 86,00	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
46	100	UN	MULTI USO DE LIMPEZA GERAL (concentrado) GL C/ 5 litros Para limpeza pesada. Desengraxante concentrado, diluível em água até 1:10. Biodegradável, germicida, bactericida, isento de solventes nocivos. Atóxico, não inflamável, não corrosivo. Para limpeza pesada. Indicado para remoção de graxas, óleo, gorduras em pisos, paredes e janelas, carpetes e equipamentos. Sem deixar odor residual. Tampa rosqueável com lacre. Embalagem plástica de 5 litros com alça. Prática, rígida e segura. Rótulo ou impressão resistente. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalagens recicláveis. Acondicionado em galões de 5 litros.	R\$ 10,30	R\$ 1.030,00	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
47	10	PCT	NAFTALINA EM BOLA – repelente para insetos e traças. Devendo estar impresso as informações do fabricante. Embalagem: pacote com 50g.	R\$ 1,25	R\$ 12,50	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP

48	5	UN	PÁ DE LIXO COM CABO Pá para lixo injetada em polipropileno reciclado, sem odor característico, perfil livre de rebarba para facilitar coleta, medida aproximada de 25x22 cm, com cabo de madeira revestido com polipropileno, medida mínima de 90 cm de comprimento.	R\$ 2,96	R\$ 14,80	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
49	05	UN	PÁ DE LIXO PEQUENA De plástico com cabo curto. Cores sortidas.	R\$ 1,50	R\$ 7,50	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
50	80	UN	PANO DE CHÃO ATOALHADO OU FELPUDO ABERTO Composto de 100% algodão, medindo no mínimo: 50cm X 70cm.	R\$ 3,45	R\$ 276,00	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP
51	40	UN	PANO DE PRATO ALVEJADO Composto de 100% algodão, medindo no mínimo 47x70cm, com bainha, na cor branca, com ou sem estampa. Urdume mínimo de 16 fios e trama com 12 fios	R\$ 1,78	R\$ 71,20	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP
52	40	UN	PANO ATOALHADO P/TIRAR PÓ Composição 100% algodão. Dimensões mínimas 20x32cm.	R\$ 1,28	R\$ 51,20	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP
53	50	UN	PANO p/ Limpeza – MICROFIBRA Composição microfibra. (80% poliéster e 20% poliamida) Dimensões mínimas: 30X40. Pano para limpeza em geral, alta absorção, macio, para todos tipos de superfície, não riscar, não soltar fiapos, cores sortidas. Lavável.	FRUSTRADO		
54	150	FDO	PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO (Museu, Biblioteca e Praça) Papel higiênico rolo, 100% celulose virgem. Medidas: 10 cm (largura) x 300 metros (comprimento). Gramatura 18 g/m². Compactado. Gofrado. Folha simples. Embalagem reciclável, com boa visibilidade do produto e com dados do produto, do fabricante, prazo de validade. Fardo com 8 rolos de 300 m. Apresentar ficha técnica do produto ofertado.	R\$ 34,50	R\$ 5.175,00	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP
55	100	FDO	PAPEL HIGIÊNICO C/ 4un Pacote contendo 04 rolos de papel higiênico. 100% celulose virgem. Rolo contínuo de 60 metros de comprimento e 10 cm de largura. Biodegradável, folha simples, picotado, sem odor, alta absorção, gofrado, macio e sem pigmentação. Gramatura mínima de 18 g/m². Embalagem lacrada, transparente, contendo impresso dados do produto, do fabricante, nº do lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Fardos com 64 unidades. Embalagens recicláveis. Empresa com desenvolvimento sustentável.	R\$ 59,50	R\$ 5.950,00	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP
56	30	FDO	PAPEL TOALHA BOBINA: Papel toalha bobina 20cm x 200cm; 100% celulose virgem, Gramatura 32g/m². Fardos com 06 rolos. (P/ Biblioteca)	R\$ 55,00	R\$ 1.650,00	DISQUEMED DISTR. DE PROD. HOSP. LTDA-EPP
57	200	FDO	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO 20X21 com 5000 folhas Gramatura mínima 24 g/m², 100% de celulose virgem, sem pigmentação, sem utilização de aparas oriundas de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, gofrado. Embalagem lacrada, transparente, contendo impresso dados do produto, do fabricante, nº do lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalagens recicláveis. Empresa com desenvolvimento sustentável. Tamanho de 20X21cm. Fardo com 5000 folhas. (para FC, Museu, Arquivo e Praça)	R\$ 39,50	R\$ 7.900,00	VILLA PAPÉIS LTDA -EPP
58	15	UN	PEDRA SANITÁRIA Composição: Aglutinante, isotiazolinonas, corante e essências. Com haste plástica. Com peso mínimo de 25 g. Apresentar registro ou notificação do produto no Ministério da Saúde (Anvisa). Caixa com 48 unidades	R\$ 32,00	R\$ 480,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
59	20	UN	REFIL PARA MOP PÓ – 40cm Adaptável em cabo de alumínio anodizado de 1,40mx24mm de diâmetro, em armação tipo "Profi" em Polipropileno e aço galvanizado; Luva composta por fios 100% acrílicos. Parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento, sistema de fechamento por encaixe ou velcro. Tamanho: 40 cm	R\$ 16,20	R\$ 324,00	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME

60	20	UN	REFIL PARA MOP PÓ – 60 cm Adaptável em cabo de alumínio anodizado de 1,40mx24mm de diâmetro, em armação tipo "Profi" em Polipropileno e aço galvanizado; Luva composta por fios 100% acrílicos. Parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento, sistema de fechamento por encaixe ou velcro. Tamanho: 60 cm	R\$ 21,23	R\$ 424,60	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
61	20	UN	REFIL-SABONETE LÍQUIDO (P/ Museu) 800ML Para saboneteira sem reservatório, em embalagem plástica transparente, flexível, com duto de 9,5 cm em borracha.	R\$ 4,80	R\$ 96,00	M MOBILE EIRELI -EPP
62	2	GL	REMOVEDOR DE CERA – Galões com 5 litros	R\$ 27,00	R\$ 54,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
63	6	UN	RODO DE ALUMÍNIO REFORÇADO 40 cm. Para uso profissional. Base em alumínio polido e anodizado com 40 cm, de alta resistência. Borracha dupla, resistente, de boa fixação à base, com boa aderência, eficiente para secagem e de fácil substituição. Suporte para fixação do cabo soldado ou rebitado à base com rebites maciços. Cabo em alumínio polido e anodizado, resistente, com medida mínima de 1,50 m de comprimento e manopla.	FRUSTRADO		
64	8	FDO	SABÃO EM BARRA Composição básica: carbonato de sódio, dióxido de titânio, glicerina; corante e outras substâncias químicas permitidas; especificações ph 1%=11,5 máximo, alcalinidade livre: máximo 0,5%p/p; comum; embalado em saco plástico individual, peso de 200gr, com validade mínima de 2 anos. Fardo com 05 unidades.	R\$ 5,20	R\$ 41,60	M MOBILE EIRELI -EPP
65	30	KG	SABÃO EM PÓ 1 kg Na cor azul, tipo detergente, biodegradável, microperolado, princípio ativo: alquil benzeno sulfonato de sódio; silicato de sódio, carbonato de sódio; teor de ativos mínimos 8,0%, pH = 11,5 máximo, solução 1% pp; pigmento e outras substâncias permitidas; Tensoativo biodegradável. Embalado em caixa ou sachê de 1 kg. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalagens recicláveis.	R\$ 3,53	R\$ 105,90	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
66	15	UN	SABONETE – 90g. Tablete; suave, comum, com odores diversos, ph5,5 a 8,5; para higiene corporal; peso 90 gramas. Com registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa	R\$ 1,25	R\$ 18,75	M MOBILE EIRELI -EPP
67	20	GL	SABONETE LÍQUIDO – GALÃO COM 5 LITROS Composição: Tensoativo aniônico e não iônico lauril éter sulfato de sódio, formaldeído alcalinizante, corante, essência e veículo, cremoso. Sabonete líquido para uso em qualquer tipo de saboneteira, glicerinado, fragrâncias diversas (exemplo: maçã verde, chá-verde, erva doce, maracujá, morango, pitanga, proteínas do leite), pH neutro, para limpeza e higiene das mãos e do rosto. Hipoalergênico, umectante e hidratante, que confira agradável sensação de maciez, evite o ressecamento da pele. Tampa rosqueável com lacre. Embalagem plástica de 5 litros com alça. Prática, rígida e segura. Rótulo ou impressão resistente. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Apresentar laudo de irritabilidade dérmica. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalagens recicláveis.	R\$ 9,96	R\$ 199,20	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
68	06	PCT	SACOS DESCARTÁVEIS (filtros) para Aspirador de Pó de marca Arno 1200 W. Embalagem com três unidades. Composição: papel cru filtrante, fibras, silicone, cola. (p/Museu)	FRUSTRADO		
69	40	FDO	SACO PARA LIXO 20L COM 100 unid. Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 20 litros, dimensões mínimas de 39x52, para acondicionamento de lixo, pacote 100 unidades, e suas condições deverão estar de acordo com a NBR 9190, NBR 9191. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,7mm. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	R\$ 6,40	R\$ 256,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP

70	40	FDO	SACO PARA LIXO 40L COM 100 unid. Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 40 litros, dimensões mínimas de 50x60, para acondicionamento de lixo, pacote 100 unidades, e suas condições deverão estar de acordo com a NBR 9190, NBR 9191. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,7mm. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	R\$ 8,80	R\$ 352,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
71	20	FDO	SACO PARA LIXO 60L COM 100 unid. Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 60 litros, dimensões mínimas de 60x70cm, para acondicionamento de lixo, pacote 100 unidades, e suas condições deverão estar de acordo com a NBR9190, NBR9191. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,9mm. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	R\$ 11,00	R\$ 220,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
72	35	FDO	SACO PARA LIXO 100L COM 100 unid. Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 100 litros, dimensões mínimas de 70x105cm, pacote 100 unidades. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,12mm. Dentro das normas da ABNT. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	R\$ 37,00	R\$ 1.295,00	M MOBILE EIRELI -EPP
73	15	FDO	SACO PARA LIXO 200L COM 100 unid. Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 200 litros, dimensões mínimas de 90x115cm, pacote 100 unidades. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,12mm. Dentro das normas da ABNT. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	R\$ 53,00	R\$ 795,00	M MOBILE EIRELI -EPP
74	40	UN	SAPONÁCEO CREMOSO Composição: Linear Alquilbenzeno Sulfato de Sódio, alcalinizante, espessante, agente abrasivo e essência. Tensoativo biodegradável. Cremoso e perfumado, levemente abrasivo, indicado para limpeza de inox, mármore, banheiros, pisos, pias e metais. Tensoativo biodegradável. Fragrâncias variadas. Embalagem com no mínimo 300 ml. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,88	R\$ 75,20	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
75	03	UN	SODA CÁUSTICA – Soda cáustica. Embalagem com 1 kg. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	113,00	39,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
76	15	UN	TOALHA DE ROSTO Composição 100% algodão. Dimensões mínimas: 45 cm X 70 cm. Com gramatura no mínimo de 320 g/m². Cores diversas.	R\$ 4,25	R\$ 63,75	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
77	40	UN	TELA SANITÁRIA MICTÓRIO Tela em PVC injetado, filtrante e odorizadora para neutralização de odores, podendo ser de cores variadas. Fragrâncias diversas. Para qualquer modelo de mictório. Dimensão mínima de 15 cm. Durabilidade mínima de 20 dias. Prazo de validade mínimo de 8 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalada individualmente.	R\$ 1,95	R\$ 78,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
78	10	UN	VASSOURA DE NYLON com cabo Propriedades mínimas: cepa em Prolipropileno, com sistema de rosca para fixação do cabo; cepa medindo 26 cm; com no mínimo 50 tufo; com cerdas de nylon; tipo pontas plumadas (desfiadas) base em pvc resistente; cabo de madeira revestido em polipropileno, medindo 120 cm de comprimento no mínimo c/ rosca para fixação na base; e gancho de prolipropileno.	R\$ 3,99	R\$ 39,90	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
79	20	UN	VASSOURA DE PALHA DE MILHO com cabo. Para uso doméstico. Tipo caipira; propriedades mínimas: cepa em palha de milho natural; com cerdas de palha; costurada com no mínimo 4 fios de nylon, enrolada e amarrada ao cabo de madeira com arame de aço. Cabo de madeira livre de farpas medindo mínimo 120cm de comprimento.	R\$ 10,25	R\$ 205,00	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP
80	3	UN	VASSOURA DE PELO 30cm, com cabo. Propriedades mínimas: cepa em crina animal com 30 cm de comprimento; cabo de madeira revestida de polipropileno, medindo mínimo 120 cm comprimento; com rosca para fixação na base e gancho de polipropileno	R\$ 11,71	R\$ 35,13	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP

81	3	UN	VASSOURA ESCOVÃO para piso c/ cabo Para uso profissional com base em plástico virgem com medida mínima de 40x5 cm. Cerdas com no mínimo 30 mm de comprimento em polipropileno virgem, mínimo 40 cerdas por tufo. Cabo em madeira revestido em polietileno com no mínimo 1,40 m de comprimento, gancho de polietileno na ponta e rosca de encaixe perfeito na base.	R\$ 7,00	R\$ 21,00	M MOBILE EIRELI -EPP
----	---	----	---	----------	-----------	-------------------------

ISTO POSTO, H O M O L O G O o procedimento licitatório realizado, por oportuno e conveniência, tipo menor preço por item às empresas. Autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência aos participantes. Jaraguá do Sul (SC), 09 de junho de 2016

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente da Fundação Cultural

Joaçaba

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 03/2016 - DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTES (DME)

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTES (DME)

RESOLUÇÃO Nº 03/2016

Orienta procedimentos a serem adotados para a normatização das fichas de inscrição dos alunos atendidos pelas Associações Esportivas que recebem recursos no programa de Fomento Esportivo;

O DIRETOR MUNICIPAL DE ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3938, de 10 de dezembro de 2009 e suas alterações;

Considerando o grande número de solicitações das associações esportivas para que se tenha um modelo único de ficha de inscrição;

Considerando a funcionalidade da padronização das informações a serem fornecidas pelas associações à Diretoria de Esportes quanto aos alunos atendidos;

Considerando a necessidade de fiscalização por parte da Diretoria de Esportes e da necessidade de se ter acesso às informações dos alunos atendidos;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir uma ficha padrão de inscrição para todos os alunos atendidos pelas Associações Esportivas.

§ 1º. Cada Associação Esportiva deve entregar as fichas dos alunos do Município de Joaçaba, atendidos em sua totalidade e conforme o plano de trabalho até a data de 15 de julho de 2016.

§ 2º. As Associações que não cumprirem o disposto desta resolução ficarão sujeitas à aplicação da penalização prevista na Lei Municipal nº 4555/2014 em seu Art. 9º, parágrafo 5º, incisos I,II e III.

Joaçaba, SC, 09 de junho de 2016.

Anderson Andres

Diretor de Esportes

NOME DA ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA

FICHA DE INSCRIÇÃO ESCOLINHAS ASSOCIAÇÕES ESPORTIVAS

Nome:

Data de Nascimento: Idade: Sexo:

Nome dos Pais ou Responsáveis:

1. Fone:

2. Fone:

Endereço:

E-mail:

Referência de trabalho dos Pais ou Responsáveis:

Nome da Escola: Ano que estuda:

Número da Carteira de Identidade: Número do CPF:

Escolinha que participa:

Local da Escolinha:

Professor:

Dias que frequenta:

Horários que participa:

Data de início da participação:

Participa de outra Escolinha?

() sim () Não Qual? _____

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu responsável legal pelo (a) menor portador (a) da cédula de identidade nº AUTORIZO o uso de imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada em publicações das Atividades Associação Esportiva e da Diretoria Municipal de Esportes. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: revista; folder e/ou pôster da Escolinha, home page da Prefeitura de Joaçaba; cartazes, matérias em jornais e/ou similares e mídia eletrônica (painéis, vídeos, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Joaçaba, ____ de _____ de 2016.

Assinatura

HOMOLOG PL 36/2016 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016/PMJ

O Diretor do Fundo Municipal de Esportes de Joaçaba, Anderson Andres, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 36/2016/PMJ.

- Modalidade: PP 23/2016/PMJ.

Objeto: a aquisição de materiais esportivos destinados à manutenção das atividades das escolinhas de iniciação do Fundo Municipal de Esportes de Joaçaba, SC.

-Empresas Vencedoras:

SAMOURA CONFECÇÕES LTDA-ME

VALOR R\$ 9.456,86

FISCAL: Anderson Andres

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 08 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Fundo Municipal de Esportes

Anderson Andres

PORTARIA N.º 6169

PORTARIA Nº 6.169 DE 06 DE JUNHO DE 2016

“DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º – DESIGNAR a servidora Sra. LEANDRA OMILDE COSTENARO para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 15/2016/PMJ, proveniente do Processo de Licitação nº 29/2016/PMJ – Pregão Presencial nº 20/2016/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei nº 8666/93.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,

obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 06 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6170

PORTARIA Nº 6.170 DE 06 DE JUNHO DE 2016

“PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003,

RESOLVE:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até o 02 de agosto de 2016 período do término da licença maternidade do(a) Servidor(a) Sr.(a) PAOLA ANTONIA SOARES RAIMONDI DE LIMA, CIRURGIÃO DENTISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 04/2014/FMS, em função do Inciso III da Súmula 244 do TST que garante a estabilidade provisória.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 25 de maio de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 06 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6171

PORTARIA Nº 6.171 DE 07 DE JUNHO DE 2016

“REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. REDUZ A PEDIDO A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) ANDRESSA SANT’ANA REGINATTO, Cirurgião Dentista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011, com base o §4º, do art. 17 da Lei Complementar n.º 76/2003, bem como parecer jurídico e memorando n.º 290/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais a partir de 07 de junho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 07 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6172

PORTARIA Nº 6.172 DE 08 DE JUNHO DE 2016

“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR “Processo Administrativo Disciplinar”, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível infração disciplinar da servidora Ione Maria Belotto Correa, conforme relato da Estratégia de Saúde da Família Vila Remor, bem como memorando Secretaria Municipal de Saúde e parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICIOOLI, JULIO CESAR BISSANI e TIAGO DUPONT GIUMBELLI, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6173

PORTARIA Nº 6.173 DE 09 DE JUNHO DE 2016

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) MIRIAN PISSAIA durante o período de 09 de junho de 2016 a 08 de dezembro de 2016, para exercer as funções de MEDICO - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de processo seletivo n.º 007/2016/FMS, em especial pela falta de médico em unidade de saúde para prestar atendimento, até a realização de concurso público para o cargo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PL 24/2016/PMJ - TP 5/2016/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA	TOMADA DE PREÇO Nr.: 5/2016 - TP
CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 25/2016 Processo de Licitação: 24/2016 Data do Processo: 29/03/2016
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 24/2016
b) Licitação Nr.: 5/2016-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 09/06/2016
e) Data da Adjudicação: 09/06/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Contratação de empresa para elaboração de estudo socioambiental com vistas à realização do Diagnóstico Socioambiental na área urbana (perímetro urbano e Distritos de Nova Petrópolis e Santa Helena) do Município de Joaçaba.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

LOTE: 1**ALTO URUGUAI ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES (11604)**

1	Caracterização físico-ambiental, social, cultural e econômica da área. Identificação dos recursos ambientais, dos passivos e fragilidades ambientais e das restrições e potencialidades da área	SERV	1,00	0,0000	40.630,46	40.630,46
2	Especificação e a avaliação dos sistemas de infraestrutura urbana e de saneamento básico implantados, outros serviços e equipamentos públicos	SERV	1,00	0,0000	27.764,15	27.764,15
3	Identificação das unidades de conservação e das áreas de proteção de mananciais na área de influência direta da ocupação, sejam elas águas superficiais ou subterrâneas	SERV	1,00	0,0000	19.958,82	19.958,82
4	Especificação da ocupação consolidada existente na área	SERV	1,00	0,0000	30.651,05	30.651,05

Joaçaba, 9 de Junho de 2016.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA****CNPJ:** 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**TOMADA DE PREÇO****Nr.: 5/2016 - TP****Processo Administrativo:** 25/2016
Processo de Licitação: 24/2016
Data do Processo: 29/03/2016

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 1****ALTO URUGUAI ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES (11604)**

5	Identificação das áreas consideradas de risco de inundações e de movimentos de massa rochosa, tais como deslizamento, queda e rolamento de blocos, corrida de lama e outras definidas como de risco geotécnico.	SERV	1,00	0,0000	22.810,09	22.810,09
6	Indicação das faixas ou áreas em que devem ser resguardadas as características típicas da Área de Preservação Permanente com a devida proposta de recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização	SERV	1,00	0,0000	13.579,13	13.579,13
7	Avaliação dos riscos ambientais	SERV	1,00	0,0000	14.256,30	14.256,30
Total do Fornecedor:					169.650,00	
Total Geral:					169.650,00	

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.131.3.3.90.00.00.00.00 (259)

Joaçaba, 9 de Junho de 2016.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

PLASS**EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 08/2016/PLASS**

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 08/2016 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016/PLASS
INEXIGIBILIDADE 02/2016/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: CLINICA SAMPAIO S/S LTDA

Data: 09/06/2016

Objeto: Prestação de serviços de ginecologia e obstetrícia.

Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2016 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Termo de Adesão.

EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 09/2016/PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 09/2016 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016/PLASS
INEXIGIBILIDADE 02/2016/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: C.A.M. SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA

Data: 09/06/2016

Objeto: Prestação de serviços de pneumologia.

Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2016 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Termo de Adesão.

EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 10/2016/PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 10/2016 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016/PLASS
INEXIGIBILIDADE 02/2016/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: CLINICA MÉDICA SÃO LUCAS S/S LTDA.

Data: 09/06/2016

Objeto: Prestação de serviços de urologia.

Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2016 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Termo de Adesão.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0009/2015 - SIMAE**

EXTRATO DA TERCEIRA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0009/2015

Extrato da Terceira Publicação Trimestral –Ata de Registro de Preços Nº 0009/2015 originado do Processo Licitatório 0061/2015, Pregão Presencial 0045/2015.

OBJETO: registro de preços de massa asfáltica embalada em sacos com 25kg.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Empresa
1	MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE (CBUQ), PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, DOSADO COM CAP 50/70, NÃO EMULSINADO, ADITIVADO COM COMPOSTO QUÍMICO EXCLUSIVO DE RETARDADOR DE "CURA" PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS, TAPA BURACOS, PODENDO O PRODUTO TER UMA ESTOCAGEM DE ATÉ 12 MESES, CAPAZ DE SER APLICADA MESMO EM BURACO COM ÁGUA OU EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADOS EM SACOS DE 25KG, GRANULOMETRIA NÃO INFERIOR A 96% NA PENEIRA 3/8", TEOR DE BETUME NÃO INFEROR A 5,6, DENSIDADE APARENTE DA MASSA ACIMA DE 1,90 T/M3.	SC	5.000	R\$ 21,90	NACIONAL ASFALTO LTDA - EPP

VIGÊNCIA:10/12/2015 a 10/12/2016

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o SIMAE, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba, 10 de junho de 2016.

José Boiteux

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 28/2016 EQUIPAMENTOS PARA PARQUE MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 28/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 23/06/2016, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº 655 junto ao portal do Município, REFERENTE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL COMPRA DE EQUIPAMENTOS PARA PARQUE MUNICIPAL MAIORES INFORMAÇÕES NO PRESENTE EDITAL.Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 09 de Junho 2016.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

EXTRATO ANULAÇÃO AO TERM,O DE PERMISSÃO DE USO Nº 01/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: AUNULAÇÃO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO, N.º 01/2016 PML

PERMITENTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.505-900.

PERMISSIONÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DELEGACIA – GERAL DA POLICIA CIVIL 8ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE LAGES.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Fica outorgada ao Estado de Santa Catarina - Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, a Permissão de Uso, a título precário e gratuito, por prazo de 25 anos a contar da data da assinatura do presente termo, do imóvel composto das áreas descritas abaixo, para a construção da Sede da Delegacia Regional da Polícia Civil de Lages.

I - A área constante da Matrícula nº 24.081 do Cartório do Primeiro Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Lages - SC, com a superfície de 1.830,47m² (um mil, oitocentos e trinta metros e quarenta e sete decímetros quadrados), localizada entre as Ruas Janjão Nerbas e João Severiano Waltrick e as Avenidas Belisário Ramos e Dom Pedro II, no Bairro Centro, confrontando: Ao Norte, 32,20m, com a Rua João Severiano Waltrick, na linha de fundos; Ao Sul, 27,90m, com a Avenida Dom Pedro II, na linha de frente; Ao Leste, 57,80m, com a Avenida Belisário Ramos, na linha lateral à esquerda; Ao Oeste, 70,70m, com a Rua Janjão Nerbas, na linha na linha lateral à direita

Lages, 09 de JUNHO de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE USO 02/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

TERMO DE CESSÃO DE USO 02/2016

CEDENTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.505-900.

CESSIONÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DELEGACIA – GERAL DA POLICIA CIVIL 8ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE LAGES.

Termo de Cessão de Uso conforme lei Municipal nº 4155, de 05 de maio de 2016

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:

Fica outorgada ao Estado de Santa Catarina - Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, a Cessão de Uso, a título precário e gratuito, por prazo de 25 anos a contar da data da assinatura do presente termo, do imóvel composto das áreas descritas abaixo, para a construção da Sede da Delegacia Regional da Polícia Civil de Lages.

I - A área constante da Matrícula nº 24.081 do Cartório do Primeiro Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Lages - SC, com a superfície de 1.830,47m² (um mil, oitocentos e trinta metros e quarenta e sete decímetros quadrados), localizada entre as Ruas Janjão Nerbas e João Severiano Waltrick e as Avenidas Belisário Ramos e Dom Pedro II, no Bairro Centro, confrontando: Ao Norte, 32,20m, com a Rua João Severiano Waltrick, na linha de fundos;

Ao Sul, 27,90m, com a Avenida Dom Pedro II, na linha de frente; Ao Leste, 57,80m, com a Avenida Belisário Ramos, na linha lateral à esquerda; Ao Oeste, 70,70m, com a Rua Janjão Nerbas, na linha na linha lateral à direita.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:

25 (vinte e cinco) anos a contar da data da assinatura do presente termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

A Cessão de Uso será de Forma Precária e Gratuita

Lages, 09 de junho de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

RERRATIFICAÇÃO II PP 20-2016 SEMASA

RERRATIFICAÇÃO II

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016 – SEMASA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOMBAS SUBMERSÍVEIS E MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO PARA ATENDIMENTO DO CENTRO TECNOLÓGICO ÓRION PARQUE.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento aos pedidos de esclarecimento, a Secretaria Requisitante solicita mediante ofício 207/2016, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no que se diz respeito ao Prazo de Entrega para Motobomba, que atualmente é de 40 dias, passará a ser de 60 dias:

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 09 de junho de 2016.

Benjamin Schultz

Secretário da SEMASA

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.651/16

DECRETO Nº 4.651 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município e, no art. 6º da Lei nº 1.875/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Fundação Lagunense de Cultura, readequando a dotação orçamentária, no valor de R\$ 17.402,43 (dezessete mil, quatrocentos e dois reais e quarenta e três centavos), na seguinte classificação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura

Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 30 - Gestão Administrativa Superior

Projeto/Atividade: 2.307 – Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura

Elemento de despesa: 73 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0034 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 17.402,43

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado em igual valor, recursos decorrentes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos 1.0034 - Transferência de Convênios União/outros, na conta bancária 24.825-8 - C. Convênio 787703-2013, da Agência do Banco do Brasil 0345-X.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.652/16

DECRETO Nº 4.652 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 78.345,00 (setenta e oito mil, trezentos e quarenta e cinco reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 16 - Secretaria de Administração e Serviços Públicos

Proj/Atividade: 2.016 – Manutenção dos Serviços Inerentes a Secretaria de Administração

Elemento da Despesa: 378 – 3.3.90.92.00.00.00.00.01.0000 - Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 78.345,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 16 - Secretaria de Administração e Serviços Públicos

Proj/Atividade: 2.016 – Manutenção dos Serviços Inerentes a Secretaria de Administração

Elemento da Despesa: 374 – 3.3.90.35.00.00.00.00.01.0000 - Serviços de Consultoria R\$ 78.345,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.653/16

DECRETO Nº 4.653 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

"ALTERA A FORMAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - COMED".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Ofício nº 04/2016 de 03.06.2016, subscrito pela Presidente do Conselho Municipal de Educação,

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Educação – COMED, instituído pela Lei Complementar nº 163 de 18 de setembro de 2007 e constituído pelo Decreto nº 3.742/13, passa a vigorar considerando a seguinte alteração:

I - Representantes da Secretaria de Educação e Esportes do Município:

Carlos Felipe Schmidt - Titular

Gláucia Remor Marega - Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.654/16

DECRETO Nº 4.654 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 07 - Secretaria de Obras e Saneamento

Proj/Atividade: 2.017 – Manutenção dos Serviços Inerentes a Secretaria de Obras e Saneamento

Elementos da Despesa:

178 - 3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 20.000,00

180 - 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 07 - Secretaria de Obras e Saneamento

Proj/Atividade: 2.017 – Manutenção dos Serviços Inerentes a Secretaria de Obras e Saneamento

Elementos da Despesa:

179 - 3.3.90.36.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

VERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.655/16

DECRETO Nº 4.655 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município e, de conformidade com o inciso II do art. 6º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar, com readequação de dotação orçamentária, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, na seguinte dotação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Proj/Atividade: 2.212 – Gestão SUAS

Elementos da Despesa:

31 - 3.1.90.11.00.00.00.00.00.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 100.000,00

37 - 3.3.90.30.00.00.00.00.00.0001 - Material de Consumo R\$ 60.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor, das seguintes dotações:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Proj/Atividade: 2.213 – Proteção Social Básica

Elementos da Despesa:

21 - 3.1.90.13.00.00.00.00.00.0001 - Obrigações Patrimoniais R\$ 65.000,00

29 - 4.4.90.51.00.00.00.00.00.0001 - Obras e Instalações R\$ 5.000,00

30 - 4.4.90.52.00.00.00.00.00.0001 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 20.000,00

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Proj/Atividade: 2.214 – Proteção Social Especial

Elementos da Despesa:

3 - 3.1.90.13.00.00.00.00.00.0001 - Obrigações Patrimoniais R\$ 20.000,00

16 - 4.4.90.51.00.00.00.00.00.0001 - Obras e Instalações R\$ 5.000,00

18 - 4.4.90.52.00.00.00.00.00.0001 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 45.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.656/16

DECRETO Nº 4.656 DE 07 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO IRMÃ VERA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Fundação Irmã Vera, no valor de R\$ 4.515,00 (quatro mil quinhentos e quinze reais), na seguinte dotação:

Órgão: 17 - Fundação Irmã Vera

Unidade: 01 - Fundação Irmã Vera

Proj/Atividade: 2.500 – Manutenção da Gestão Administrativa Superior da Fundação Irmã Vera

Elemento da Despesa: 8 – 3.1.90.30.00.00.00.00.0080 - Material de Consumo R\$ 4.515,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 17 - Fundação Irmã Vera

Unidade: 01 - Fundação Irmã Vera

Proj/Atividade: 2.500 – Manutenção da Gestão Administrativa Superior da Fundação Irmã Vera

Elemento da Despesa: 12 – 4.4.90.51.00.00.00.00.0080 - Obras e Instalações R\$ 4.515,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 01/16 COMED

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGUNA

Resolução nº 01/2016

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGUNA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso II do Art. 4º da Lei Complementar nº 163 de 18 de setembro de 2007.

Considerando Lei Federal 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e, seu Inciso I, Art. 4º, este Conselho Municipal de Educação, resolve que:

Art. 1º. Para o ingresso na Pré-Escola, a criança deverá ter 4 (quatro) anos completos até 31 de março do ano em curso.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Laguna, 02 de junho de 2016.

Juliana Fagundes de Carvalho

Presidente do Conselho Municipal de Educação de Laguna

Lajeado Grande

PREFEITURA

LEI Nº 676/2016 DE 08 DE JUNHO DE 2016 "FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE PREFEITO E SECRETÁRIOS PARA A LEGISLATURA 01/01/2017 A 31/12/2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Lei nº 676/2016

De 08 de Junho de 2016

"FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE PREFEITO E SECRETÁRIOS PARA A LEGISLATURA 01/01/2017 A 31/12/2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º O subsídio mensal do Prefeito Municipal, para o mandato do período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, fixa fixado em R\$ 12.700,00 (doze mil e setecentos reais).

Parágrafo único. Ao Prefeito Municipal não é admitido o pagamento do décimo terceiro subsídio.

Art. 2º O subsídio mensal do Vice-Prefeito, para o mandato do período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, fixa fixado em R\$ 6.350,00 (seis mil, trezentos e cinquenta reais).

Parágrafo único. Ao Vice-Prefeito não é admitido o pagamento do décimo terceiro subsídio.

Art. 3º O subsídio mensal dos Secretários Municipais para o período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, fixa fixado em R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais).

§ 1º Os Secretários Municipais terão direito ao pagamento anual do décimo terceiro subsídio.

§ 2º Fica vedada a indenização pecuniária de férias anuais aos Secretários Municipais.

Art. 4º Os subsídios do Prefeito, Vice Prefeito e Secretários Municipais, será composto de parcela única, vedado o recebimento de qualquer espécie de gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 5º Fica vedada alteração do valor do subsídio do Prefeito, Vice Prefeito e Secretário no Curso da Legislatura.

Art. 6º É assegurado reajuste anual do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários nas mesmas datas e nos mesmos percentuais da revisão geral anual concedida a todos os servidores públicos municipais, conforme previsto no art. 37, X, da Constituição Federal, devendo ser observados os seguintes requisitos:

I – Para concessão do reajuste anual, o percentual não pode ser superior aos índices de inflação oficial (perda de poder aquisitivo da moeda).

II – A extensão ao Prefeito, Vice Prefeito e Secretários deve estar prevista na lei que fixar a revisão geral anual aos servidores;

III – A lei que estabelecer a revisão geral anual aos servidores deve esclarecer explicitamente que se trata de revisão geral anual prevista no art. 37, X, da Constituição Federal.

IV – Se for concedido aos servidores reajuste ou aumento maior que a inflação do período, a lei deve especificar qual o percentual de revisão e qual o percentual adicional de aumento, o reajuste dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretário ficará limitado ao percentual relativo aos índices de inflação/revisão.

Art. 7º As despesas decorrentes desta lei correrão a conta da dotação orçamentária própria.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2017.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, em 08 de Junho de 2016.

VALMR LOCATELLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

LEI Nº 677/2016 DE 08 DE JUNHO DE 2016 "FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA 01/01/2017 A 31/12/2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Lei nº 677/2016

De 08 de Junho de 2016

"FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA 01/01/2017 A 31/12/2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica fixado em parcela única, o subsídio mensal dos Vereadores, para o período legislativo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 2.750,00 (dois mil e setecentos e cinquenta reais).

§ 1º O total da remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município (Art. 29, VII, da Constituição Federal).

§ 2º O subsídio individual do vereador ficará limitado ao percentual estabelecido no art. 29, VI, da Constituição Federal em relação ao subsídio de Deputado Estadual, de acordo com a população do Município.

§ 3º Ocorrendo qualquer dos casos previsto nos §§ 1º e 2º deste artigo, o subsídio dos vereadores sofrerá proporcional redução de valor, com a finalidade de enquadramento em tais regras limitadoras.

Art. 2º O Presidente da Câmara perceberá mensalmente, além do subsídio de vereador, a importância de R\$ 1.375,00 (um mil e trezentos e setenta e cinco reais), a título de Verba de Representação de Caráter Indenizatório, devido pelas atribuições específicas do cargo, da função que exerce como representante judicial e extrajudicial do Poder Legislativo, representação em solenidades e eventos oficiais, funções de administração do parlamento, compatível com as responsabilidades e a carga extra decorrente do exercício das funções representativa e administrativa.

§ 1º O vereador que por qualquer motivo substituir o Presidente da Câmara terá direito em perceber a verba de representação de

caráter indenizatório, de forma proporcional.

§ 2º O presidente da Câmara, enquanto afastado das suas funções, sofrerá proporcional redução da verba prevista no caput deste artigo.

Art. 3º. O subsídio percebido pelos Vereadores, equivale aos números de sessões ordinárias mensais fixadas no Regimento Interno, proporcionalmente a cada sessão, sendo devido ao Vereador que efetivamente comparecer a todas as sessões do mês, na forma do Regimento Interno.

Parágrafo único. A falta não justificada às sessões, na forma regimental, ocasionará a redução proporcional do subsídio.

Art. 4º É vedado ao Vereador o recebimento de qualquer acréscimo aos seus subsídios ou parcela de qualquer natureza, como verba de representação, gratificação, adicional, abono, prêmio, ou outra espécie remuneratória (Art. 39 § 4º da Constituição Federal).

Art. 5º Fica vedada a alteração do valor do subsídio dos vereadores no curso da Legislatura.

§ 1º Entende-se como alteração o aumento do valor do subsídio, por meio de reajuste ou quaisquer outros acréscimos a qualquer título, salvo a revisão geral anual concedida aos servidores.

§ 2º É assegurado reajuste anual dos subsídios dos Vereadores no mesmo índice e no mesmo percentual da revisão geral anual concedida a todos os servidores públicos municipais, conforme previsto no art. 37, X, da Constituição Federal, devendo ser observados os seguintes requisitos:

I – Para concessão do reajuste anual, o percentual não pode ser superior aos índices de inflação oficial (perda de poder aquisitivo da moeda).

II – A extensão da revisão aos Vereadores deve estar prevista na lei que fixar a revisão geral anual aos servidores;

III – A lei que estabelecer a revisão geral anual aos servidores deve esclarecer explicitamente que se trata de revisão geral anual prevista no art. 37, X, da Constituição Federal.

IV – Se for concedido aos servidores reajuste ou aumento maior que a inflação do período, a lei deve especificar qual o percentual de revisão e qual o percentual adicional de aumento, o reajuste dos subsídios dos vereadores ficará limitado ao percentual relativo aos índices de inflação/revisão.

Art. 6º - Poderão ser realizadas tantas sessões extraordinárias quanto necessárias, desde que convocadas na forma do Regimento Interno, sendo vedado qualquer pagamento pela participação em tais sessões, ainda que durante o recesso parlamentar, conforme preceitua o Art. 57, § 7º da Constituição Federal.

Parágrafo único. A convocação ou a desconvocação de sessão legislativa da Câmara Municipal para o período anual de seu funcionamento não propicia direito à percepção de qualquer verba de natureza indenizatória.

Art. 7º - Fica concedido o pagamento do 13º subsídio anual aos vereadores, no valor fixado no artigo 1º desta Lei.

§ 1º A concessão integral do pagamento do 13º Subsídios será feito ao Vereador que efetivamente se fizer presente nos doze meses da sessão legislativa.

§ 2º A ausência por qualquer motivo implicará no recebimento proporcional aos meses de atuação legislativa.

§ 3º Os suplentes receberão de forma proporcional aos meses que atuaram nas sessões legislativas.

Art. 8º As despesas decorrentes desta lei correrão a conta da dotação orçamentária própria.

Art. 9º Esta lei Entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2017.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, em 08 de Junho de 2016.

VALMR LOCATELLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 052/2016

DECRETO Nº 052/2016.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.479/2007 e Lei nº 1.513/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Habitação, os membros das entidades representantes, conforme abaixo:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

- » Secretaria Municipal de Obras
 - Adilson Canever
 - Jorge Araújo
- » Secretaria Municipal de Assistência Social
 - Marisa de Moura Dorigon
 - Maria Darci Santa Helena Gonçalves
- » Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento
 - Carlos de Oliveira Souza
 - Amália Dal-Bó Maccari do Nascimento
- » Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes
 - Juliana Piuco
 - Rejane Vasielevski Miranda

REPRESENTANTES NÃO-GOVERNAMENTAIS:

- » Classe dos Engenheiros do Município
 - Jorge Luiz Laureano
 - Daniel Mazon
- » Beneficiários dos Programas de Habitação do Município
 - José Carlos Rocha
 - Assunção Modesto
- » Associação de Moradores do Bairro Sumaré
 - Alexsandro Ferreira Marchioli
 - Célia do Nascimento Pignatelli
- » Associação de Moradores do Bairro Santa Bárbara
 - Nilton Locatelli
 - Ivanio Carniato

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE JUNHO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. Planej.

DECRETO Nº 053/2016

DECRETO Nº 053/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 52

4.4.90.00.00.1194 - Aplicação Direta R\$ 40.000,00

Total R\$ 40.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação nas seguintes dotações orçamentárias:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 20

3.3.90.00.00.1194 - Aplicação Direta R\$ 40.000,00

Total R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE JUNHO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 054/2016

DECRETO Nº 054/2016

PERMITE O USO PRECÁRIO DE BEM MUNICIPAL PARA FINS DE INSTALAÇÃO DE UNIDADE EDUCACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA (SATC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º – Fica permitido o uso do imóvel de propriedade da Prefeitura Municipal, cadastrado sob matrícula nº 14592, localizado na Estrada Geral Rio Amaral Gruta, município de Lauro Müller/SC, que será cedido em caráter provisório à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA (SATC), inscrita no CNPJ nº 83.649.830/0001-71, para que a mesma utilize em benefício da Educação, em prol da sociedade do município, sempre seguindo estritamente os ditames deste regulamento.

Parágrafo Único – A presente permissão de uso é outorgada por prazo indeterminado, a título precário e tem caráter gratuito e intransferível.

Art. 2º - Fica expressamente proibido qualquer tipo de construção física e/ou modificação das características físicas do local, pela ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA (SATC), e/ou terceiros, sem a devida comunicação e autorização expressa e formal do chefe do poder executivo municipal;

Art. 3º – Ficará sob a responsabilidade da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA (SATC), a limpeza e conservação do local, por eles utilizados, contando sempre que for possível com a colaboração da estrutura da municipalidade;

Art. 4º – Em hipótese alguma a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA (SATC), poderá auferir qualquer tipo de vantagem financeira sob o “imóvel” ora cedido;

Art. 5º – Os responsáveis pela ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA (SATC) ficam desde já cientes, de que na eventualidade de qualquer fato legal impeditivo para a cessão da municipalidade à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA (SATC), estes deverão após ser comunicados por escrito, deixar o local imediatamente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 074/2015.

LAURO MÜLLER, 03 DE JUNHO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
SEC. ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJ.**DECRETO Nº 055/2016**

DECRETO Nº 055/2016

PERMITE O USO PRECÁRIO DE BEM MUNICIPAL PARA FINS DE INSTALAÇÃO DE UNIDADE EDUCACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA (SATC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º – Fica permitido o uso do imóvel de propriedade da Prefeitura Municipal, cadastrado sob matrícula nº 11.941, localizado na Estrada Geral Rocinha, município de Lauro Müller/SC, que será cedido em caráter provisório à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA (SATC), inscrita no CNPJ nº 83.649.830/0001-71, para que a mesma utilize em benefício da Educação, em prol da sociedade do município, sempre seguindo estritamente os ditames deste regulamento.

Parágrafo Único – A presente permissão de uso é outorgada por prazo indeterminado, a título precário e tem caráter gratuito e intransferível.

Art. 2º - Fica expressamente proibido qualquer tipo de construção física e/ou modificação das características físicas do local, pela ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA (SATC), e/ou terceiros, sem a devida comunicação e autorização expressa e formal do chefe do poder executivo municipal;

Art. 3º – Ficará sob a responsabilidade da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA (SATC), a limpeza e conservação do local, por eles utilizados, contando sempre que for possível com a colaboração da estrutura da municipalidade;

Art. 4º – Em hipótese alguma a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA (SATC), poderá auferir qualquer tipo de vantagem financeira sob o “imóvel” ora cedido;

Art. 5º – Os responsáveis pela ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA (SATC) ficam desde já cientes, de que na eventualidade de qualquer fato legal impeditivo para a cessão da municipalidade à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA (SATC), estes deverão após ser comunicados por escrito, deixar o local imediatamente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 074/2015.

LAURO MÜLLER, 03 DE JUNHO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
SEC. ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJ.

EXTRATO DE LICITAÇÃO INEXGIBILIDADE: Nº. 54/2016

EXTRATO DE LICITAÇÃO INEXGIBILIDADE: Nº. 54/2016

OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 25, inciso IV, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexgibilidade de Licitação a contratação de empresas para aquisição de generos alimenticios, diretamente da agricultura familiar para merenda escolar, atraves da Secretaria de Educação do Município de Lauro Muller/SC.

CONTRATADA: OLGA RABELO MARCOS

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LAURO MULLER

VALOR GLOBAL: 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais) a ser dividido entre todos os credenciados.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, da Lei Nº. 8.666/93, CREDENCIAMENTO Nº 04/2014.

RECONHECIDO: em 01/06/2016, por Soraya Curcio Librelato, Secretário de Administração

RATIFICAÇÃO: em 01/06/2016, por Fabricio Kusmin Alves. Prefeito Municipal

Lauro Muller, 1 de junho de 2016

JAIR F MADEIRA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

RESOLUÇÃO CMAS 06/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº 06/2016

Dispõe sobre a aprovação do Plano de ação 2016, instrumento de planejamento das ações de co-financiamento do Governo Federal.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 07 de junho de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.917 de 20 de abril de 2016 que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lauro Müller– CMAS,

RESOLVE:

Art. 1º Após análise e deliberação em Plenária, aprovar o Plano de ação 2016, instrumento de planejamento das ações co-financiadas do Governo Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lauro Müller, 07 de junho de 2016.

Heloisa Spindola Leal

Presidente do CMAS

Lebon Régis

PREFEITURA

ABERTURA DE PROPOSTAS PL 21/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2016 CONCORRENCIA Nº CC01\2016

Aos 07/06/2016, na cidade de Lebon Régis-SC, na sala de reuniões do Paço Municipal, sito na Rua Artur Barth, 300, Centro, às 09h10min, em sessão pública, reuniram-se o Presidente da CPL, nomeado pelo Decreto n.º 004/2016, acompanhada pelos representante das licitantes, com a finalidade de julgar o procedimento licitatório administrativo nº 21/2016- Concorrência Nº CC01/2016, cujo objeto descrito acima e conforme especificações contidas no Edital e critério de julgamento é Global. Dando sequência a sessão foi aberto as propostas as 9:00 horas, as propostas foram colocadas a disposição dos licitantes credenciados para conferência. Constatou-se que a proposta da empresa CONSTRUTORA BRANGER LTDA-ME não apresentou atestado de garantia da obra, conforme item 9.5 do edital restando desclassificada. Sendo declarada vencedora a empresa LZK CONSTRUTORA LTDA, com o valor global de 1.372.213,90.

Manifestação de recursos

Fica manifestada a intenção de recurso por parte da empresa CONSTRUTORA BRANGER LTDA-ME. Fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação do recurso.

Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 08 de junho de 2016.

JOSÉ VANDERLEI DE CAMPOS – Presidente.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECISÃO DO PREGOEIRO - RECURSO INTERPOSTO NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016

Processo de Licitação Nº 32/2016

Pregão Presencial Nº 27/2016

Objeto: Recurso Administrativo – Protocolo: 308/2016

Recorrente: Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

DECISÃO

Acolho, na íntegra, a manifestação jurídica do Dr. Procurador Municipal, consoante Parecer Jurídico nº 4/2016, fls. 354 a 358 e adoto como razões de minha decisão.

Por consequência, não conheço do recurso administrativo interposto pela empresa Itaú Seguros de Auto e Residência S.A., protocolado sob nº 308, em 25/05/2016, juntado ao Processo de Licitação Nº 32/2016, modalidade de Pregão, forma presencial, autuado sob nº 27/2016, consoante petição e documentos de fls. 290 a 308, reconhecendo, em juízo de admissibilidade, a decadência do direito de recorrer, por não ter manifestado e motivado, na sessão, a intenção de recorrer, conforme preceitua o art. 4º, inciso XVIII c/c inciso XX da Lei 10.520/02.

Por fim:

- 1) Intimem-se via fax a recorrente e as demais licitantes, com cópia desta decisão.
- 2) Por e-mail envie-se cópia desta decisão e do Parecer Jurídico nº 4/2016, fls. 354 a 358 (ambos digitalizados) para a recorrente e demais licitantes.
- 3) Publique-se no site oficial do Município (www.lindoiadosul.sc.gov.br) cópia digitalizada desta decisão e do Parecer Jurídico nº 4/2016.
- 4) Publique-se esta decisão no Diário Oficial dos Municípios.
- 5) Após, juntar aos autos comprovantes de fax, de e-mail, espelho de publicação do site (item 3) e comprovante de publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Lindóia do Sul/SC, 9 de junho de 2016.

Edison Domingos Giron

Pregoeiro

EXTRATO TP 01/2016 FMS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

Ronaldo Piscini – Secretário Municipal de Saúde e Ação Social, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão da assistência social e gestão da saúde, no dia 30 de junho de 2016, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 09 de junho de 2016.

RONALDO PISCINI

Secretário de Saúde e Ação Social

Lontras

PREFEITURA

EDITAL Nº 063/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

CREDENCIAMENTO Nº 063/2016

OBJETO – Credenciamento para contratação de profissionais de saúde nas áreas de Psiquiatria e Fonoaudiologia. Entrega e abertura dos envelopes: A partir das 08:00 horas do dia 10/06/2016. Maiores Informações e aquisição do edital junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 09 de junho de 2016. MARTINA ZUCATELLI. Prefeita.

Luzerna

PREFEITURA

CONTRATO PML Nº 053.16

CONTRATO PML Nº 053/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 045/2016

EDITAL TP Nº 002/2016

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CABECEIRA E PILAR DE CONCRETO ARMADO E PASSARELA METÁLICA SOBRE O RIO LIMEIRA, A QUAL LIGA A RUA LIMEIRA, BAIRRO VILA ALEMANHA A RUA DOIS IRMÃOS BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, CONFORME PROJETO MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA ANEXO AO EDITAL.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC CEP 89.609-000, neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIER-SMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/n, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, de ora em diante denominado CONTRATANTE e a empresa DALLASIL FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS METALICAS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada a Avenida Caetano Natal Branco, nº 5500, Bairro Centro no Município de Luzerna/SC, CEP 89.609-000 inscrita no CNPJ sob o nº 02.402.629/0001-93, neste ato representado por PAULO SERGIO DALLA COSTA, brasileiro, maior e capaz, solteiro, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 4.755.536 IGPSC e inscrita no CPF/MF sob o nº 057477579-03, residente e domiciliado a Rua Nossa Senhora Aparecida, s/n Bairro Estação Luzerna, na cidade de Herval D' Oeste/SC CEP 89.610-00, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente contrato para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CABECEIRA E PILAR DE CONCRETO ARMADO E PASSARELA METÁLICA SOBRE O RIO LIMEIRA, A QUAL LIGA A RUA LIMEIRA, BAIRRO VILA ALEMANHA A RUA DOIS IRMÃOS BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, CONFORME PROJETO MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA ANEXO AO EDITAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório 045/2016, Tomada de Preços nº 002/2016, é contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de cabeceira e pilar de concreto armado e passarela metálica sobre o Rio Limeira, a qual liga a Rua Limeira, Bairro Vila Alemanha a Rua Dois Irmãos Bairro Centro, no município de Luzerna/SC, conforme projeto memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma anexo ao edital, constituindo-se em:

Item	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de cabeceira e pilar de concreto armado e passarela metálica sobre o Rio Limeira, a qual liga a Rua Limeira, Bairro Vila Alemanha a Rua Dois Irmãos Bairro Centro, no município de Luzerna/SC, conforme projeto memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma anexo ao edital.	125.395,43	125.395,43

1.2. O objeto da presente licitação deverá ser executado tudo em conformidade com os Projetos Básicos, Memorial Descritivo e demais informações constantes do Anexo I (CD) do Edital.

1.3. Todo o material a ser utilizado deverá ser de boa qualidade e ter aprovação prévia por parte da municipalidade, que poderá fazer alterações ou substituições de materiais que não provem ser os exigidos no memorial, e poderá igualmente mandar refazer serviços que não apresentem a qualidade exigida sem ônus para o município.

0.4. A CONTRATADA, durante a execução da obra deverá periodicamente remover entulhos e detritos que venham a se acumular no canteiro, entregando a obra completamente limpa.

0.5. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e entregar a obra, completamente executada, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados da mesma data.

0.6. Para o início dos serviços são necessários os seguintes documentos:

0.5.1. Pela CONTRATADA:

a) Visto junto ao CREA/SC, em conformidade com o disposto na Lei nº 5.194/66 e em consonância com o art. 1º, II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA, caso a empresa contratada seja sediada em outro Estado.

b) ART's de execução, que deverão ser entregues ao Município, antes da execução dos serviços a elas vinculados;

c) Matrícula do INSS da obra;

1.6.2. Pelo Município:

a) Ordem de Serviço autorizando início da obra.

1.7. Da medição dos serviços:

a) Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela empresa contratada serão medidos mensalmente de 30 em 30 dias, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos e aprovados, serão assinados pelo responsável técnico da empresa e pelo fiscal da obra.

b) Se o dia determinado for feriado, sábado ou domingo deverá ocorrer no dia posterior ao determinado.

c) Os pagamentos serão efetuados com base em valores apurados através das medições dos serviços efetivamente executados no período, independentemente do cronograma físico-financeiro apresentado, com base nos preços constantes do contrato e devidamente certificados.

1.8. Ao encerrar a obra a CONTRATADA deverá apresentar os documentos relacionados abaixo, ficando a última parcela condicionada a apresentação dos mesmos:

a) "As built" da obra;

b) Encerramento da Matrícula com o INSS com as devidas quitações, que deverão ser apresentadas antes da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

0.9. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

0.10. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

0.11. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

0.12. Serão de total responsabilidade da CONTRATADA, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

0.13. Caberá exclusivamente à CONTRATADA, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

0.14. Serão de responsabilidade da CONTRATADA as despesas relativas à instalação e consumo de água e energia elétrica necessárias à execução do objeto, devendo as faturas destes fornecimentos serem emitidas em seu nome, durante o período da contratualidade.

0.15. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá R\$125.395,43 (cento e vinte e cinco mil trezentos e noventa e cinco reais e quarenta e três centavos);

2.1.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias mediante apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente, conforme os laudos de medição mensais efetuados pela Assessoria de Planejamento da Prefeitura de Luzerna e de Declaração da Prefeitura Municipal, onde foram executados os serviços.

2.1.2. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

2.1.3. Caso seja antecipado o cronograma físico, na mesma proporção poderá ser antecipado o cronograma financeiro.

2.1.4. O último pagamento só será efetuado após o recebimento parcial e total da obra.

2.1.5. Doravante, o termo de recebimento total da obra somente será emitido após a entrega pela contratada da "as built".

2.1.6. A alíquota de 3,0% referente ao ISS incidente sobre os serviços prestados serão retidos no ato dos pagamentos a serem efetuados pela Contratante a CONTRATADA;

2.1.7. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para a PREFEITURA DE LUZERNA, Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna - SC, CNPJ/MF 01.613.428/0001-72, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

2.1.8. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

2.1.9. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pela CONTRATADA.

2.1.10. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pela contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA DOTAÇÃO

3.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária própria, consignada no orçamento da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC e dos seus Fundos Especiais, durante a vigência a vigência do Contrato, nos seguintes termos:

4.4.90.00.00 - Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas – Investimentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade – Pavimentação e revitalização de ruas e passeios públicos

* Recurso advindo do Fundo da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina – Proposta n. 17638 CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Executar o objeto do edital de acordo com os Projetos, Memorial descritivo e demais informações constantes do Edital;

3.2. Iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de emissão da Ordem de Serviço Inicial;

- 3.3. Entregar a obra, completamente executada, em até 120 (cento e vinte) dias contados da data de emissão da Ordem de Serviço, conforme estabelece o cronograma físico-financeiro;
- 3.4. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;
- 3.5. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 3.6. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 3.7. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer;
- 3.8. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 3.9. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada; realizando a fiscalização sobre o uso dos EPI's pelo funcionários;
- 4.10. Prestar a garantia por eventuais patologias construtivas decorrentes do emprego de materiais não especificados e/ou de mão de obra desqualificada, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados do término da obra;
- 4.11. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços;
- 4.12. Executar Diário da Obra comprovando o andamento dos serviços e os prazos de execução;
- 4.13. Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa;
- 4.14. Fornecer à Secretaria Municipal Infraestrutura a documentação de sua competência, relativa à Pasta de Obras do "e-Sfinge Obras" do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- 4.15. Facilitar todas as atividades de fiscalização da Comissão pelos servidores dos Município;
- 4.16. Exigir do Município a emissão da Ordem de Serviço Inicial, para proceder ao início da execução do objeto;
- 4.17. Fornecer ART dos serviços executados.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
 - 4.0.1. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:
 - a) Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);
 - 4.0.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:
 - a) Multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;
 - b) Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
- 4.1. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 5.1.1 e 5.1.2 será o valor inicial do Contrato.
- 5.3. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Luzerna.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

- 6.1. O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato poderá ser rescindo nos seguintes casos:
 - a) Por ato unilateral escrito do contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;
 - b) Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
 - c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- 6.2. O descumprimento, por parte da contratada, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao contratante o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;
- 6.3. Fica reservado ao contratante o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA, DA GARANTIA E DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA

- 7.1. Fica estabelecido que, com a CONTRATADA que será celebrado contrato e que o mesmo deverá ser assinado em até 05 (cinco) dias, a partir da notificação para este fim, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.
- 7.2. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, na forma da Lei.
- 7.3. Caso o proponente declarado vencedor, não queira ou não possa assinar o contrato dentro do prazo máximo previsto, poderá o

Município, sem prejuízo de aplicação de penalidades ao desistente, optar pela contratação dos proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, se alternativamente o Município não preferir revogar a presente Licitação.

7.4. O contrato decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observado.

7.6. A CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra objeto da presente licitação, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão da mesma, em conformidade com o art. 618, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02).

7.7. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos trabalhos da CONTRATADA serão exercidos pela Contratante, através da Assessoria de Planejamento, a qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 02 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas no Edital.

7.8. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pela Contratante, constituindo tais registros, documentos legais.

7.9. Fica nomeada como fiscal do contrato a engenheira civil do Município JULIANA CORBANI e o assessor de planejamento do Município ANDRÉ LUIS TOIGO DIESEL.

CLÁUSULA NONA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 06 de junho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CONTRATANTE

PAULO SERGIO DALLA COSTA
DALLASIL FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS METALICAS LTDA EPP
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2016 – FMS - RECICLA LUZERNA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Edital de Credenciamento nº 001/2016 – FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA(SC), por intermédio do Gestora do Fundo, GABRIELA MAZZARINO, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CREDENCIAMENTO.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto selecionar empresas especializadas destinadas a coleta de material sucateado decorrente das atividades desenvolvidas no PROGRAMA MUNICIPAL DE RECICLAGEM AMBIENTAL PARTICIPATIVA - RECICLA LUZERNA, desenvolvido pelo Setor de Vigilância Sanitária do Município de Luzerna/SC.

REGIMENTO: Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E SESSÃO: até às 14 horas do dia 15 de junho de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE REPETIÇÃO DE LICITAÇÃO_ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0030/2016

REPETIÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0016/2016
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0030/2016

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0030/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0016/2016, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 21 de junho de 2016, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3440, de 15 de janeiro de 2016, estará recebendo propostas para a aquisição de doses de vacina de bovinos como prevenção da Rinotraqueite Infecciosa Bovina (IBR), Diarréia Viral Bovina (BVD) e Leptospirose Bovina, de acordo com a Lei nº 546, de 25/10/2011 e Decreto nº 1482, de 26/03/2015, conforme especificações do Anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 21/06/2016, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0016/2016, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira – SC, 08 de maio de 2016.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 09/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO
ADITIVO Nº 09/2016
Processo Licitatório nº 0029/2014.
Tomada de Preços nº 0001/2014.
7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0035/2014.
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de construção de pontes sobre os Rios São Pedro e Santo Antônio, através de recursos de convênio do Governo do Estado (FUNDAN), pelo Contrato nº 2014TR001736, conforme Projeto, Planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e memorial descritivo em anexo ao Edital, em regime de empreitada por preço Global Por Item, com fornecimento de material e mão-de-obra.

Contratada: CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA .
Valor e Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0035/2014.
Prazo: Até 30 de junho de 2016, conforme justificativas do Termo Aditivo.

Macieira, 30 de maio de 2016.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Presidente da Comissão de Licitações.

Mafra

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3940

DECRETO Nº. 3940

Data: 30 de Maio de 2016.

REGULAMENTA O §2º DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 3355 DE 18.02.2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor, art. 68 item XVII da Lei Orgânica do Município de Mafra, em conformidade com o § 2º do Art. 1º da Lei Nº 3355 de 18 de Fevereiro de 2009:

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado o número máximo de 349 (trezentos e quarenta e nove) bolsas de estágio a serem concedidas, assim distribuídas às unidades administrativas a serem beneficiadas:

- I – Secretaria Municipal de Administração – 40 (quarenta) bolsas de estágio
- II – Secretaria Municipal de Educação – 240 (duzentos e quarenta) bolsas de estágio
- III – Secretaria Municipal de Saúde – 32 (trinta e dois) bolsas de estágio
- IV – Secretaria Municipal de Assistência Social – 26 (vinte e seis) bolsas de estágio
- V – Secretaria Extraordinária do Programa Bolsa Família – 01 (uma) bolsa de estágio
- VI – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo – 10 (dez) bolsas de estágio.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 01 de Maio de 2016.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 30 de Maio de 2016.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2016 (NOVO PRAZO)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2016
(NOVO PRAZO)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando Credenciamento de prestadores de serviços de saúde, para contratação de pessoa física e/ou jurídica para serviços de elaboração de Laudos De Raios-X, destinados aos usuários dos Serviços de Saúde de Mafra, através do Fundo Municipal de Saúde, contidos no presente edital, a serem ofertados aos usuários da rede municipal de saúde por meio da Secretaria Municipal de Saúde. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos de 10 de junho de 2016, até o dia 10 de junho de 2021, no Departamento de Licitações. Base legal: Lei Federal nº 8.666/93. O horário de funcionamento da Prefeitura

é das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 09 de junho de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de malhas de ferro, madeiras e concreto usinado, destinados a construção de cabeceiras de pontes, conforme pedido do Ministério da Integração e Defesa Civil, através da Secretaria Municipal de Governo e Cidadania, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 22/06/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4021 ou 4060.

Mafra (SC), 09 de junho de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2016
Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA
Empresa Registrada: Agropecuária Riomafra Ltda-ME
CNPJ Nº 11.991.563/0001-05
Valor Registrado: R\$ 15.959,00 (quinze mil novecentos e cinquenta e nove reais).
Objeto: Aquisição de ração e insumos agrícolas, destinados a Escola Agrícola "Prefeito José Schultz Filho", através da Secretaria Municipal de Educação.
Origem: Processo nº 237/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 070/2016.
Data de Assinatura: 07 de junho de 2016.
Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 07 de junho de 2017.
Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 049/2016 CONTRATO N°: 049/2016

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 049/2016

Contrato n°: 049/2016

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: INSTITUTO O BARRIGA VERDE

CNPJ N° 08.072.361/0001-55

Objeto: Contratação de Instituição para elaboração e execução de Processo Seletivo Público (Emprego Público), para o preenchimento de vagas destinadas a Secretaria Municipal da Saúde de Mafra, através do Fundo Municipal de Saúde, compreendendo: a elaboração de editais; preparo do edital de convocação para as provas; elaboração, impressão e empacotamento de provas; coordenação das provas escritas objetivas, correção das provas, apresentação do resultado, respostas a eventuais recursos, contratação de fiscais, apoio técnico-jurídico em todas as etapas do certame, dentre outras obrigações estabelecidas.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 101/2016- Pregão Presencial n.º 032/2016

Valor: R\$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais).

Data Assinatura: 07 de junho de 2016

Prazo: O presente contrato vigorará até a data 31/12/2016, com possibilidade de prorrogação desde que devidamente justificado pela autoridade competente, e autorizado pela Secretaria Municipal de Administração

Dotação Orçamentária:

107 - 2 . 16001 . 10 . 122 . 16 . 1.3 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 531/2016

DECRETO Nº 531 DE 08 DE JUNHO DE 2016

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.910, de 18 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 20.000,00 (vinte mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.01 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

04 – Administração

04.122 – Administração Geral

04.122.0002 – Administração Superior

04.122.0002.2.003 – MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04.122.0002.2.004 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSESSORIA JURÍDICA E ASSESSORIA DE IMPRENSA

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.01 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

04 – Administração

04.122 – Administração Geral

04.122.0002 – Administração Superior

04.122.0002.2.003 – MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04.122.0002.2.004 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSESSORIA JURÍDICA E ASSESSORIA DE IMPRENSA

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 08 de Junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 532/2016

DECRETO Nº 532, DE 9 DE JUNHO DE 2016

Ratifica deslocamento de trecho do Rio Iracema, realizado em época pretérita e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto RATIFICADO o Deslocamento de trecho do Rio Iracema, cujas obras físicas foram realizadas em época pretérita, para novo local, mais apropriado e com maior vazão de águas, não mais proporcionando confrontação com o Lote Urbano nº 47, da Quadra nº 5 do Loteamento "Maravilha".

Art. 2º Em decorrência do deslocamento do Rio Iracema, fica pelo presente Decreto aprovada a alteração da confrontação e do Ponto Cardeal SUL do imóvel objeto da Matrícula nº 6.330, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Darci Kipper e sua esposa dona Erica Kipper, nos termos do Mapa Técnico, Memorial Descritivo e RRT, firmados pelo Arquiteto e Urbanista Marcos Kretzmann, REG. NAC./CAU: A50862-4, passando a figurar a seguinte confrontação: ao Sudoeste, com partes do lote urbano nº 8, da quadra nº 40, na extensão de 12,473 metros, de Elisa Gutjahr Dullius, M. 21.349 e Benilda Carinha Buzatto, M. 9.952, respectivamente.

Parágrafo único. As demais confrontações do imóvel objeto da Matrícula nº 6.330, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca não sofreram alteração em decorrência do deslocamento do Rio Iracema.

Art. 3º De conformidade com os documentos anexos, em razão do deslocamento do Rio Iracema, não ocorreu aumento nem diminuição de área do imóvel objeto da Matrícula nº 6.330, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 4º As despesas deste Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 9 de junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 533/2016

Decreto n.º 533 de 09 de Junho de 2016

Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 3.910/2015 de 18/11/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$: 1.000.000,00 (Um milhão de reais) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

05.00 – SECRETARIA DA SAUDE E SANEAMENTO**05.01 – Fundo Municipal de Saúde****10 – Saúde****10.304 – Vigilância Sanitária****10.304.0010 – Saúde para Todos****10.304.0010.1.144 – IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, BEM COMO O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

Destinação de Recursos: 0.1.33 – Transferências de Convênios – União/Saúde

4.0.00.00 – Despesas de Capital**4.4.00.00 – Investimentos****4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 1.000.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de Termo de Compromisso celebrados com Órgãos do Governo Federal e Estadual, cfe. Detalhamento de Código da Natureza da Receita a seguir:

2000.00.00 – Receitas de Capital**2400.00.00 – Transferência de Capital****2420.00.00 – Transferências Intergovernamentais****2421.00.00 – Transferências da União****2421.99.00 – Outras Transferências da União**

Destinação de Recursos: 0.1.33 – Transferências de Convênios – União/Saúde R\$: 1.000.000,00

Art. 3.º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARAVILHA – SC, 09 de Junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 534/2016

DECRETO Nº 534, DE 9 DE JUNHO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 9 de junho a 15 de agosto de 2016, da servidora TERESA MULLER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 525.738.699-90, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Raymundo Veit, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 9 de junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3303 DE 03 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº. 3303 DE 03 DE JUNHO DE 2016

Abre Créditos Adicionais Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1755 de 03 de Junho de 2016 DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 150.800,00 (Cento e Cinquenta mil e oitocentos reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401.015.452.0053.1024 – Construções de Praças Públicas
0401 – 44900000 – Aplicações Diretas
0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 16.800,00

0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0304 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
0304.004.123.0033.2016 – Manutenção dos Serviços Contábeis
0304 – 33900000 – Aplicações Diretas
0304 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 134.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerá da anulação no valor de R\$ 150.800,00 (Cento e Cinquenta mil e oitocentos reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0301 – GERÊNCIA DE PESSOAL
0301.004.122.0031.2011 – Administração dos Recursos Humanos
0301 – 44900000 – Aplicações Diretas
0301 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

0304 – GERÊNCIA DE PESSOAL
0304.004.123.0033.2016 – Manutenção dos Serviços Contábeis
0304 – 44900000 – Aplicações Diretas
0304 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0403 – GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM
0403.026.782.0061.1030 – Construção de Pontes e Galerias
0403 – 44900000 – Aplicações Diretas
0403 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.800,00

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.367.0110.2059 – Apoio a Educação Especial
0501 – 44900000 – Aplicações Diretas
0501 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0301 – GERÊNCIA DE PESSOAL
0301.004.122.0031.2011 - Administração dos Recursos Humanos
0301 – 33900000 – Aplicações Diretas
0301 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 134.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 03 DE JUNHO DE 2016.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

FMS CO 38.2016 - AMANDA BITTENCOURT
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADA: AMANDA BITTENCOURT

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA

VALOR: R\$ 102,07 (CENTO E DOIS REAIS E SETE CENTAVOS)/HORA PLANTÃO

VIGÊNCIA: 01 DE JUNHO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

MASSARANDUBA, 10 DE JUNHO DE 2016

MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO MUNICIPAL
SIMONE APARECIDA DE SOUZA – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PMM LIC 44.2015 AD 01 - UNIFORMES ESCOLARES

PRIMEIRO TERMO ADITAMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2015

Processo Licitatório Nº 44/2015

Pregão Presencial Nº 35/2015

Aos onze dias do mês de fevereiro de 2016, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos a AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, destinados para os alunos da rede municipal de ensino do município de Massaranduba.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, DESTINADOS PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA.

CLÁUSULA SEGUNDA – QUANTITATIVO

2.1 Este aditivo deu-se em virtude que a quantidade estima não ser o suficiente para suprir as necessidades estimadas no processo licitatório. Segue abaixo as especificações, quantitativos aditados.

LOTE	MATERIAL	UNID	TOTAL LICITADO	TOTAL ADITIVADO	VALOR	TOTAL
1.1	Parca unissex – tam: 4	Pç	76	19	R\$ 39,0714	R\$ 742,3566
1.2	Parca unissex – tam: 6	Pç	46	11	R\$ 39,0507	R\$ 429,5577
1.3	Parca unissex – tam: 8	Pç	90	22	R\$ 39,0716	R\$ 815,5752
1.4	Parca unissex – tam: 10	Pç	44	11	R\$ 39,0716	R\$ 429,7876
1.5	Parca unissex – tam: 12	Pç	24	6	R\$ 39,0717	R\$ 234,4302
1.6	Parca unissex – tam: 14	Pç	6	1	R\$ 39,2167	R\$ 39,2167
1.7	Parca unissex – tam: 16	Pç	300	75	R\$ 47,6701	R\$ 3.575,2575
1.8	Parca unissex – tam: P	Pç	168	42	R\$ 47,6701	R\$ 2.002,1442
1.9	Parca unissex – tam: M	Pç	42	10	R\$ 47,6700	R\$ 476,70
1.10	Parca unissex – tam: G	Pç	10	2	R\$ 47,6700	R\$ 95,34
1.11	Camiseta malha – tam: 4	Pç	519	129	R\$ 9,37	R\$ 1.208,73
1.12	Camiseta malha – tam: 6	Pç	807	201	R\$ 9,37	R\$ 1.883,37
1.13	Camiseta malha – tam: 8	Pç	654	163	R\$ 9,37	R\$ 1.527,31
1.14	Camiseta malha – tam: 10	Pç	390	97	R\$ 9,37	R\$ 908,89
1.15	Camiseta malha – tam: 12	Pç	426	106	R\$ 9,37	R\$ 993,22
1.16	Camiseta malha – tam: 14	Pç	432	108	R\$ 11,62	R\$ 1.254,96
1.17	Camiseta malha – tam: 16	Pç	492	123	R\$ 11,62	R\$ 1.429,26
1.18	Camiseta malha – tam: P	Pç	297	74	R\$ 11,62	R\$ 859,88
1.19	Camiseta malha – tam: M	Pç	192	48	R\$ 11,62	R\$ 557,76
1.20	Camiseta malha – tam: G	Pç	117	29	R\$ 11,62	R\$ 336,98
1.21	Camiseta malha – tam: GG	Pç	27	6	R\$ 11,62	R\$ 69,72
1.22	Calça – bermuda – tam: 4	Pç	900	225	R\$ 24,8899	R\$ 5.600,2275
1.23	Calça – bermuda – tam: 6	Pç	906	226	R\$ 24,8900	R\$ 5.625,14
1.24	Calça – bermuda – tam: 8	Pç	615	153	R\$ 24,8900	R\$ 3.808,17
1.25	Calça – bermuda – tam: 10	Pç	435	108	R\$ 24,8900	R\$ 2.688,12
1.26	Calça – bermuda – tam: 12	Pç	432	108	R\$ 24,8900	R\$ 2.688,12
1.27	Calça – bermuda – tam: 14	Pç	432	108	R\$ 30,1147	R\$ 3.252,3876
1.30	Calça – bermuda – tam: 16	Pç	474	118	R\$ 30,1148	R\$ 3.553,5464
1.31	Calça – bermuda – tam: P	Pç	297	74	R\$ 30,1147	R\$ 2.228,4878
1.32	Calça – bermuda – tam: M	Pç	198	49	R\$ 30,1147	R\$ 1.475,6203
1.33	Calça – bermuda – tam: G	Pç	135	33	R\$ 30,1147	R\$ 993,7851
1.34	Calça – bermuda – tam: GG	Pç	21	5	R\$ 30,1148	R\$ 150,574
						R\$ 51.934,62

2.2 O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 51.934,62 (CINQUENTA E UM MIL NOVECIENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Integra esta Ata, o Edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

3.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata que deu origem a este aditivo

Massaranduba – SC	06	de	Junho	de	2016

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito

FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA
Contratada

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75.2016 (PMM) - PLAYGROUND PARA PRAÇA IRINEU MANKE

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PARQUE INFANTIL (PLAYGROUND) DESTINADO À PRAÇA PREFEITO IRINEU MANKE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 22/06/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 22/06/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 10 de junho de 2016.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº260-2016

PORTARIA n.º 260/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE MOTORISTA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor ROMILDO DAL PONT, do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 09/06/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Junho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 703/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo Nº: 703/2016
Modalidade: Pregão Nº 37/2016
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PAVERS E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE ASSENTAMENTO DE PEDRAS IRREGULARES (CALÇAMENTO), PAVERS, GUIAS DIRECIONAIS E OUTROS MATERIAIS DESTINADOS A PASSEIOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE MODELO - SC.

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 22 de junho de 2016

Abertura dos Envelopes: 08:10 horas do dia 22 de junho de 2016.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br

Modelo/SC, 09 de junho de 2016.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 049/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 049/2016

TIPO: Melhor preço (por lote)

OBJETO: Aquisição de livros de literatura infantil para as Escolas Municipais de Educação Infantil, dentro do Programa Brasil Carinhoso, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destinados para manutenção atividades Rede Municipal de Ensino no Município de Mondaí – SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 08h55min do dia 23 de junho de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 23 de junho de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 06 de junho de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

REABERTURA PRAZO PREGÃO 050.2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que está reabrindo prazo para apresentação dos envelopes proposta e documentação do Edital de Licitação nº 072/2016 em virtude de alteração na descrição do item nº 01 edital.

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 050/2016

TIPO: Menor Preço (por lote)

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de lajotas e blocos de concreto destinados para manutenção atividades do Departamento de Urbanismo do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, pelo período de 12 (doze) meses após a data de homologação.

NOVA DATA PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 08h55min do dia 27 de junho de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 27 de junho de 2016.

MONDAÍ (SC), 09 de junho de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 86/2016, DE 07 DE JUNHO DE 2016

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 86/2016, DE 07 DE JUNHO DE 2016.

“FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO, PRESIDENTE DA CÂMARA, VEREADORES E SECRETÁRIOS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, PARA A LEGISLATURA 2017 A 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS SUBSÍDIOS DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Ficam fixados por esta Lei os subsídios do Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Presidente da Câmara, Vereadores e Secretários do Município de Monte Carlo, para a legislatura que iniciar-se-á em 1º de Janeiro de 2017 e terminará em 31 de Dezembro de 2020.

Art. 2º. Os subsídios fixados por esta lei obedecerão às regras, limites e valores nela consignados e os preceitos contidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e na legislação aplicável.

SEÇÃO II

DOS SUBSÍDIOS DO PREFEITO

Art. 3º. O valor do Subsídio Mensal do Prefeito Municipal de Monte Carlo, para a legislatura que iniciar-se-á em 1º de Janeiro de 2017 e terminará em 31 de Dezembro de 2020, será de R\$ 13.739,02 (Treze mil, setecentos e trinta e nove reais e dois centavos).

SEÇÃO III

DO SUBSÍDIO DO VICE-PREFEITO

Art. 4º O valor do Subsídio Mensal do Vice-Prefeito Municipal de Monte Carlo, para a legislatura que iniciar-se-á em 1º de Janeiro de 2017 e terminará em 31 de Dezembro de

2020, será de R\$ 6.869,51 (Seis mil, Oitocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e um centavos).

CAPÍTULO II

DOS SUBSÍDIOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS VEREADORES, DOS DESCONTOS E DO PAGAMENTO DAS PARCELAS INDENIZATÓRIAS

SEÇÃO I

DO SUBSÍDIOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Art. 5º. O valor do subsídio Mensal do Presidente da Câmara do Município de Monte Carlo- SC, para a legislatura que iniciar-se-á em 1º de Janeiro 2017 e terminará em 31 de Dezembro de 2020, será de R\$ 5.512,13 (Cinco mil, cento e cinquenta e dois reais e treze centavos) e corresponderá a no máximo 20% (vinte por cento) do valor fixado a título de subsídio para os Deputados Estaduais.

SEÇÃO II

DO SUBSÍDIO DOS VEREADORES

Art. 6º. O valor do Subsídio Mensal dos Vereadores de Monte Carlo - SC, para legislatura que iniciar-se-á em 1º de Janeiro de 2017 e terminará em 31 de Dezembro de 2020, será de R\$ 4.236,20 (Quatro mil, duzentos e trinta e seis reais e vinte centavos) e corresponderá a no máximo 20% (vinte por cento) do valor fixado a título de subsídios para os Deputados Estaduais.

SEÇÃO III

DOS DESCONTOS

Art. 7º. Os subsídios fixados para o Presidente da Câmara e para os Vereadores nos artigos 5º e 6º desta lei correspondem ao montante integral fixado para o exercício do cargo e compreendem o comparecimento do Presidente e dos Vereadores em todas as 4 (quatro) Sessões Ordinárias previstas na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 8º. A ausência ou falta injustificada do Presidente da Câmara e dos Vereadores nas Sessões Ordinárias, implicará no desconto proporcional e obrigatório do montante equivalente ao número de sessões em que o mesmo deixou de comparecer durante o mês.

Art. 9º. A justificativa de faltas do Presidente da Câmara e dos Vereadores, somente será aceita mediante a apresentação de atestado médico, até o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a ocorrência da falta, mediante entrega e protocolo junto a Secretária da

Câmara Municipal, ficando a critério da Mesa Diretora e do Plenário o abono ou justificativa da falta.

Art. 10º. As faltas ou ausências do Presidente da Câmara e dos Vereadores nas sessões ordinárias, em razão de viagens, missões, cursos, seminários, congressos, simpósios e outros eventos previamente autorizados pela Mesa Diretora e pelo Plenário, não serão descontadas.

CAPÍTULO III

DO PAGAMENTO DOS SUBSÍDIOS NOS PERÍODOS DE RECESSO E DO PAGAMENTO DO 13º SUBSÍDIO AOS AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I

DO PAGAMENTO DOS SUBSÍDIOS NOS PERÍODOS DE RECESSO

Art. 11º. Será realizado Integralmente o pagamento dos subsídios do Presidente da Câmara e dos Vereadores nos períodos de Recesso Parlamentar previsto na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno da Câmara.

SEÇÃO II

DO PAGAMENTO DO 13º SUBSÍDIO AOS AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO

Art. 12º. Fica assegurado aos Agentes Políticos do Município, o Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito, o Presidente da Câmara e aos Vereadores, o direito de receber anualmente, até o dia 20 do mês de Dezembro de cada Sessão Legislativa, o 13º Subsídio, que lhes serão pagos de acordo com as normas e critérios especificados nos Artigos 13 e 14 desta lei.

Art. 13º. O valor do 13º Subsídio do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito, do Presidente da Câmara e dos Vereadores de Monte Carlo, corresponderá na data do pagamento, ao valor médio mensal dos Subsídios pagos aos mesmos, nos onze meses anteriores, no período compreendido entre os meses de janeiro a novembro de cada Sessão Legislativa Anual.

Art. 14º. Na apuração do valor do 13º Subsídio do Presidente da Câmara e dos Vereadores, deverão ser excluídos dos cálculos, os valores recebidos durante a Sessão Legislativa Anual a título de parcelas indenizatórias pela participação em Sessões Extraordinárias.

CAPÍTULO IV

DAS REVISÕES, CORREÇÕES E ATUALIZAÇÕES DOS VALORES FIXADOS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

SEÇÃO I

DAS REVISÕES, CORREÇÕES E ATUALIZAÇÕES DOS VALORES

Art. 15º. Os valores fixados nesta lei à título de Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Presidente da Câmara e dos Vereadores, serão revistos, corrigidos e atualizados, durante a legislatura que iniciará em 1º de Janeiro de 2017 e terminará em de Dezembro de 2020, pelos mesmos índices de correção e atualização dos vencimentos dos servidores públicos municipais de Monte Carlo, sempre na mesma data, observando-se a iniciativa privativa de cada Poder do Município e os limites de gastos com pessoal de cada um deles, fixados pela legislação vigente.

Art. 16º. A revisão, correção e atualização dos valores dos Subsídios fixados por esta lei, será promovida sempre no mês de Junho de cada Sessão Legislativa Anual, através de Lei Municipal de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara, aprovada pelo Plenário na forma Regimental, obedecendo-se os princípios, regras, normas e limites fixados pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para as despesas com o pagamento dos Vereadores e para os gastos com pessoal de cada Poder do Município.

SEÇÃO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17º. Havendo revisão, correção e atualização nos valores dos subsídios dos Deputados Estaduais, os subsídios do Presidente da Câmara e dos Vereadores, serão revistos, corrigidos e atualizados, de forma a manter os percentuais, correlações e correspondências monetárias fixadas nos Artigos 5º e 6º desta lei, entre o subsídios dos Deputados Estaduais, do Presidente da Câmara e dos Vereadores.

PARÁGRAFO ÚNICO - A revisão, correção e atualização dos subsídios do Presidente da Câmara e dos Vereadores, na forma prevista no "caput" deste artigo, somente será possível, se as despesas com os subsídios dos Vereadores não ultrapassar o limite de 5% (cinco por cento) das receitas do Município, conforme estabelece o Artigo 29, Inciso VII da Constituição Federal e o Artigo 42, Inciso III da Lei Orgânica do Município.

Art. 18º. Os subsídios fixados para o Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Presidente da Câmara e Vereadores por esta lei, ficam sujeitos aos descontos cabíveis e determinados em lei.

Art. 19º. O total de despesa com os subsídios mensais do Presidente da Câmara e dos Vereadores, não poderá ultrapassar os limites fixados pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município.

Art. 20º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21º. Ficam revogados as disposições em contrário.

Monte Carlo, 07 de Junho de 2016.
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2016

OBJETO O presente pregão tem como objeto a aquisição futura de EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE para os Postos do Fundo Municipal Saúde conforme proposta 04923.189000/1140-03. Emenda Parlamentar.O contratado receberá o valor de R\$ 4.555,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta e cinco reais),pela entrega do item objeto do presente termo, já descritos na Cláusula anterior. O prazo de validade deste contrato é da data de assinatura do mesmo até a data de 31/12/2016, podendo ser rescindido a qualquer tempo por uma das partes desde que comunicado com antecedência de 30(trinta) dias. Processo de Licitação 59/2016 Eletrônico 46/2016.

CONTRATADA: INSTRAMED INDUSTRIA MÉDICO HOSPITALAR LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 90.909.631/0001-10

MONTE CARLO-SC,09 de Junho de 2016.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 60/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2016

OBJETO O presente pregão tem como objeto a aquisição futura de EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE para os Postos do Fundo Municipal Saúde conforme proposta 04923.189000/1140-03. Emenda Parlamentar.O contratado receberá o valor de R\$ 18.290,69 (dezoito mil duzentos e noventa reais, sessenta e nove centavos) pela entrega do item objeto do presente termo, já descritos na Cláusula anterior. O prazo de validade deste contrato é da data de assinatura do mesmo até a data de 31/12/2016, podendo ser rescindido a qualquer tempo por uma das partes desde que comunicado com antecedência de 30(trinta) dias. Processo de Licitação 59/2016 Eletrônico 46/2016.

CONTRATADA: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 19.554.960/0001-21

MONTE CARLO-SC,09 de Junho de 2016.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 61/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/2016

OBJETO O presente pregão tem como objeto a aquisição futura de EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE para os Postos do Fundo Municipal Saúde conforme proposta 04923.189000/1140-03. Emenda Parlamentar.O contratado receberá o valor de R\$ 4.491,50 (quatro mil quatrocentos e noventa e um reais, cinquenta e um centavos),pela entrega do item objeto do presente termo, já descritos na Cláusula anterior. O prazo de validade deste contrato é da data de assinatura do mesmo até a data de 31/12/2016, podendo ser rescindido a qualquer tempo por uma das partes desde que comunicado com antecedência de 30(trinta) dias. Processo de Licitação 59/2016 Eletrônico 46/2016.

CONTRATADA: ALFRS INDUSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME, INSCRITA NO CNPJ Nº 19.338.456/0001-94

MONTE CARLO-SC,09 de Junho de 2016.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 62/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/2016

OBJETO O presente pregão tem como objeto a aquisição futura de EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE para os Postos do Fundo Municipal Saúde conforme proposta 04923.189000/1140-03. Emenda Parlamentar.O contratado receberá o valor de R\$ 27.000,00(vinte e sete mil reais)pela entrega do item objeto do presente termo, já descritos na Cláusula anterior. O prazo de validade deste contrato é da data de assinatura do mesmo até a data de 31/12/2016, podendo ser rescindido a qualquer tempo por uma das partes desde que comunicado com antecedência de 30(trinta) dias. Processo de Licitação 59/2016 Eletrônico 46/2016.

CONTRATADA: ROBERTO PARRA & CIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 03.770.064/0001-60.
MONTE CARLO-SC, 09 de Junho de 2016.
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 63/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63/2016

OBJETO O presente pregão tem como objeto a aquisição futura de EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE para os Postos do Fundo Municipal Saúde conforme proposta 04923.189000/1140-03. Emenda Parlamentar. O contratado receberá o valor de R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais) pela entrega do item objeto do presente termo, já descritos na Cláusula anterior. O prazo de validade deste contrato é da data de assinatura do mesmo até a data de 31/12/2016, podendo ser rescindido a qualquer tempo por uma das partes desde que comunicado com antecedência de 30 (trinta) dias. Processo de Licitação 64/2016 Eletrônico 50/2016. CONTRATADA: V.S. COSTA & SILVA LTDA EPP, INSCRITA NO CNPJ Nº 05.286.960/0001-83

MONTE CARLO-SC, 09 de Junho de 2016.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 1003/2016, DE 07 DE JUNHO DE 2016.

LEI MUNICIPAL Nº 1003/2016, DE 07 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CMDRS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que, a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado na Estrutura Administrativa do Município de Monte Carlo, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, como órgão colegiado, consultivo e deliberativo, sobre os assuntos relacionados com a Política de Desenvolvimento Rural do Município, o qual terá a sua composição, competências e funcionalidade disciplinada por esta lei e pelo seu Regimento Interno.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, será constituído e integrado por membros ou representantes indicados pelos seguintes órgãos governamentais e seguimentos vinculados a Administração Municipal e aos setores representativos das atividades agropecuárias:

I – um representante da Secretaria Municipal de Agricultura;

II – um representante indicado pela Câmara de Vereadores, mediante deliberação do plenário;

III – um representante da EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina;

IV – um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Carlo;

V – um representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Monte Carlo;

VI – um representante de cada Associação de Agricultores, devidamente constituída e em funcionamento no município de Monte Carlo;

VII – um representante de cada localidade ou comunidade rural organizada e existente no interior do município de Monte Carlo, tais como:

a) Representantes das localidades ou comunidades interioranas de Butiazinho, Vila Arlete, Linha Morais e Linha Vicente;

b) Representantes de outras comunidades, não relacionadas no Item "a" do Inciso VI, que manifestarem o desejo de participação no Conselho e que forem indicados e admitidos no mesmo, na forma disciplinada no seu Regimento interno.

Art. 3º - Os Membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, serão nomeados através de Decreto Executivo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da promulgação da presente lei, depois de promovidos e formalmente apresentados e indicados os seus representantes, pelos órgãos, entidades, associações, localidades e comunidades relacionadas no Artigo 2º desta lei.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, será dirigido por uma Diretoria Executiva, composta por um Presidente, um Vice Presidente, um 1º Secretário e um 2º Secretário, eleitos pela maioria absoluta de seus membros, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição de qualquer de seus diretores e a indicação de seus membros por igual período.

PARÁGRAFO ÚNICO - O mandato dos membros da Diretoria Executiva e dos Conselheiros, não será remunerado, constituindo-se o seu exercício em serviço de relevante valor social prestado ao município.

Art. 5º - Ao Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, além de outras incumbências que lhe forem atribuídas por Lei e por Regulamento, compete principalmente:

I – elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

II – coordenar e avaliar as ações administrativas e governamentais relacionadas com o desenvolvimento agropecuário do município;

III – avaliar e fiscalizar a prestação de serviços no âmbito agropecuário municipal;

IV – propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Agricultura;

V – emitir pareceres sobre assuntos de sua competência;

VI – elaborar o seu Regimento Interno, o qual será aprovado e baixado por Decreto Executivo, e deverá definir as formas de funcionamento do Conselho, as atribuições dos seus Diretores e Membros e ainda as demais disposições que tenham por objetivo o bom desempenho e a funcionalidade do órgão colegiado, consultivo e deliberativo criado por esta lei;

VII – eleger a sua Diretoria Executiva, por voto secreto e direto ou ainda por aclamação;

VIII – desempenhar outras incumbências e atribuições não relacionadas nos Incisos I a VI, deste Artigo e que estejam afetas e relacionadas com a sua área de atuação e que lhe forem atribuídas e cometidas pelo Prefeito Municipal.

Art. 6º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, terá o seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

I – o órgão de deliberação máxima do Conselho será o seu Plenário;

II – as Sessões Plenárias serão realizadas ordinariamente a cada 120 (cento e vinte) dias e em caráter extraordinário por convocação do seu Presidente ou ainda por requerimento e decisão da maioria absoluta de seus membros titulares;

III – para o funcionamento das Sessões Plenárias, será necessário a presença da maioria absoluta dos seus membros em primeira convocação ou se não obtido este quórum, o Conselho poderá deliberar em segunda e última convocação com qualquer número de conselheiros ou membros titulares ou seus respectivos suplentes, podendo neste último caso as deliberações serem tomadas por maioria simples de votos;

IV - o Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, além do voto comum como membro e conselheiro, terá o voto qualificado, bem como a prerrogativa de deliberar “ad referendum do Plenário”;

V – as reuniões do Conselho, serão consignadas em atas lavradas em livro próprio, com todas as páginas devidamente numeradas e as suas deliberações que possam gerar efeitos externos deverão ser formalizadas através de portarias e resoluções;

VI – os membros do Conselho poderão ser destituídos e substituídos por seus suplentes e, na falta destes, por outros membros indicados e designados pelo órgão, associação, entidade, localidade e comunidade que representam;

VII – serão destituídos ou substituídos os membros do Conselho, que faltarem a 3 (três) reuniões ou sessões plenárias consecutivas ou alternadas no período de 12 (doze) meses.

Art. 7º - As Sessões Plenárias Ordinárias do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, deverão ser convocadas com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias e aquelas Extraordinárias, com a antecedência mínima de 7 (sete) dias, devendo ocorrer divulgação e convocação prévia, mediante edital fixado em local de acesso ao público, devendo os membros e conselheiros serem pessoalmente convocados.

Art. 8º - Fica o Prefeito Municipal, autorizado a expedir os Decretos e Regulamentos necessários à fiel execução da presente lei, atos estes que deverão observar e obedecer fielmente os princípios, normas e regras nela estabelecidas e respeitar as atribuições de competência legislativa reservadas ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 9º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º – Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal Nº 308/2001, de 21 de julho de 2001, cujo diploma legal fica totalmente revogado.

Monte Carlo, 07 de junho de 2016.
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

ATA JULGAMENTO IMPUGNAÇÃO PREGÃO 03/2016 FMAS AMANDA

ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 FMAS

Aos 08 dias de junho de 2016, às 09h15m, reuniram-se a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designadas pela Portaria número 377 de 29 de fevereiro de 2016, com intuito de analisar e julgar a Impugnação ao Edital do Pregão Presencial nº 03/2015 FMAS, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTO DE LIMPEZA, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO MUNICIPAL " ANILDO DE SOUZA", ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIAL SOCIAL DE NAVEGANTES/SC, protocolada por AMANDA COMÉRCIO PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA – CNPJ: 04.835.184/0001-60, em 06/06/2016.

PRELIMINARMENTE

A Pregoeira e a Equipe de Apoio, ao receberem a Impugnação ao Edital, verificaram que a mesma foi protocolada tempestivamente e na forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-la, passando a analisá-la, conforme fundamenta o artigo 41, § 2º da Lei 8.666/93, que traz a seguinte redação:

“Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preço ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciaram esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.”

DAS IMPUGNAÇÕES:

Em síntese, manifesta-se a empresa AMANDA COMÉRCIO DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA, requerendo que seja exigido a AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA –AFE, nos produtos considerados saneantes e cosméticos, sendo este documento exigido pela ANVISA, ensejando, assim, que no final da análise seja dado provimento à IMPUGNAÇÃO retificando o edital:

1 - DO PEDIDO:

Menciona que os itens 01, 02, 03, 04, 06, 07, 08, 16, 20, 21, 25, 29, 31 e 32 são classificados como saneantes, e os itens 10, 13, 14, 22, 24, 42, 44, 49, 50 são classificados como cosméticos, sendo que para estes itens a empresa fornecedora necessita de autorização de funcionamento emitida pela ANVISA, assim como a venda por atacado também caracterizado no presente edital, visto que estes produtos mencionados quando fornecidos de pessoa jurídica para pessoa jurídica são considerados venda por atacado, com isso, também necessitam, as empresas, de autorização da ANVISA.

2- DA DECISÃO:

Diante do exposto, a pregoeira e a equipe de apoio ao analisarem a presente impugnação decidiram pela suspensão da licitação antes do acontecimento da sessão, para a retificação do edital, conforme fundamentos que segue:

Em pesquisa no site da ANVISA constatou-se quais os requisitos necessários para que a empresa necessite de Autorização de Funcionamento, conforme exposto:

Para o funcionamento das empresas que pretendem exercer atividades de extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, embalar,

reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, distribuir, constantes da Lei nº 6.360/76, Decreto nº 79.094/77 e Lei nº 9.782/99, Decreto nº 3.029/99, correlacionadas à Medicamentos, Drogas e Insumos Farmacêuticos é necessário a Autorização da Anvisa, órgão vinculado ao Ministério da Saúde.

http://www.anvisa.gov.br/medicamentos/autoriza/autoriza_ativ.htm

A Lei nº6.360/76 citada contempla os produtos mencionados nesta impugnação em seu artigo 1º, que dispõe:

Art. 1º - Ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária instituídas por esta Lei os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros adiante definidos.

Art. 2º - Somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata o Art. 1º as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.

Diante disso, verifica-se a necessidade de apresentação da devida autorização para as empresas que participarão do processo licitatório com apresentação de proposta para os itens que estão relacionados à cima.

No site da ANVISA são adotados os seguintes conceitos técnicos sobre os produtos:

Saneante Domissanitário - Substância ou preparação destinada à higienização desinfecção ou desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água,

Cosmético - O de uso externo, destinado à proteção ou ao embelezamento das diferentes partes do corpo, tais como pós faciais, talcos, cremes de beleza, creme para as mãos e similares, máscaras faciais, loções de beleza, soluções leitosas, cremosas e adstringentes, loções para as mãos, bases de maquiagem e óleos cosméticos, rouges, blushes, batons, lápis labiais, preparados anti-solares, bronzeadores e simulatórios, rímeis, sombras, delineadores, tinturas capilares, agentes clareadores de cabelos, fixadores, laquês, brilhantinas e similares, tônicos capilares, depilatórios ou epilatórios, preparados para unhas e outros.

Produto de higiene - O de uso externo, antisséptico ou não, destinado ao asseio ou à desinfecção corporal, compreendendo os sabonetes, xampus, dentifrícios, enxaguatórios bucais, antiperspirantes, desodorantes, produtos para barbear e após o barbear estípticos e outros.

<http://www.anvisa.gov.br/medicamentos/conceito.htm#3.7>

Também foram constatados os produtos mencionados no links abaixo.

http://www.anvisa.gov.br/cosmeticos/guia/html/79_2000.pdf

http://www.anvisa.gov.br/saneantes/conceito.htm#O_QUE_SAO_SANEANTES

Também é válido citar o artigo 2º, VI, da Resolução da ANVISA nº 16/2014, Resolução esta que dispõe sobre os critérios para peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE):

Art. 2º Para efeitos desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

VI - distribuidor ou comércio atacadista: compreende o comércio de medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde,

cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, em quaisquer quantidades, realizadas entre pessoas jurídicas ou a profissionais para o exercício de suas atividades;

Observa-se assim, a necessidade da AFE para atacadistas, que nos casos dos produtos mencionados, estão dispostos, como cosméticos, produto de higiene pessoal e saneante, no inciso VI. Outras questões foram sanadas em contato telefônico com a Central de Atendimento da ANVISA, com protocolo 2016236255, constatou-se que empresas que fornecem fraldas descartáveis também necessitam da Autorização de Funcionamento, sendo este produto enquadrado como cosmético pela ANVISA.

Pelo exposto, decide-se pela procedência da impugnação apresentada pela licitante, e acrescentam-se os itens 34, 35, 36 e 37 (fraldas descartáveis) na necessidade de apresentação da Autorização de Funcionamento da Empresa. É a decisão.

Navegantes, 08 de junho de 2016.

CARLA CLAUDINO
Pregoeira

FRANCIELE JUSTINO
Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

JOSEZITE DOS SANTOS

MIROSLAVA MARIN

TATIANA DE ALENCAR CARLINE

RATIFICANDO

NÁDIA BRAZ BINS
Secretária de Administração.

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA 18/2016 FMS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Setor de Compras e Licitações
CONCORRÊNCIA Nº 18/2016 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE EQUIPAMENTOS PREVENTIVOS CONTRA INCÊNDIO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HORAS LOCALIZADO NO BAIRRO GRAVATÁ NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, RECURSOS ORIUNDO DE PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL - SALDO REMANESCENTE DA CONCORRÊNCIA 03/2013. Data da entrega dos envelopes: 01/07/2016 até às 08h50. Abertura envelopes: 01/07/2016 às 14h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 10 de junho de 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 FMAS --- REPUBLICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Setor de Compras e Licitações
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 FMAS --- REPUBLICADO 1

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO MUNICIPAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 27/06/2016 até às 13h50. Abertura envelopes: 27/06/2016 às 14h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 09 de junho de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 09/2016 FUNREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Setor de Compras e Licitações
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016 FUNREBOM

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (DESFIBRILADORES EXTERNOS AUTOMÁTICOS (DEA) BIFÁSICOS COM MONITOR ECG) PARA USO NAS VIATURAS DE SOCORRO DE URGÊNCIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 22/06/2016 até às 08h50. Abertura envelopes: 22/06/2016 às 09h00. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 09 de junho de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 17/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SETOR COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS PARA O ATENDIMENTO ÀS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO PROGRAMA 'REQUALIFICA UBS', ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 22/06/2016 até às 13h50. Abertura envelopes: 22/06/2016 às 14h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 09 de junho de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 19/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Setor de Compras e Licitações
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 FMS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA MANUTENÇÃO DA PISCINA DO CRMH (CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER E DO HOMEM), PARA ATENDER OS PACIENTES DO NASF (NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA), NAS ATIVIDADES REALIZADAS DE HIDROTERAPIA E HIDROGINÁSTICA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 30/06/2016 até às 13h50. Abertura envelopes: 30/06/2016 às 14h00. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 09 de junho de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 50/2016 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Setor de Compras e Licitações
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2016 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA SUPRIR A DEMANDA DAS SECRETARIAS INSTALADAS NO PAÇO MUNICIPAL E CENTROS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 21/06/2016 até às 08h50. Abertura envelopes: 21/06/2016 às 09h00. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 09 de junho de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 51/2016 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Setor de Compras e Licitações
PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2016 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MOBILIÁRIOS, ÁUDIOS, VÍDEOS E TEATRO PEC 3000 DE ACORDO COM O TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0363523-89 REFERENTE AO PAC 2, DEVIDAMENTE INSTALADOS PARA EQUIPAR O CINE TEATRO DO CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS - CEU, ATRAVÉS DO CONTRATO Nº 036523-89/2012/OGU DO PROGRAMA MINC/PRAÇA DOS ESPORTES E DA CULTURA. Data da entrega dos envelopes: 24/06/2016 até às 08h50. Abertura envelopes: 24/06/2016 às 09h00. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 09 de junho de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 52/2016 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Setor de Compras e Licitações
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2016 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS DE COLOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LAJOTAS, MEIO-FIO, TUBOS, CONFECÇÃO E REPAROS DE BOCAS DE LOBO/CAIXA DE PASSAGEM E REPAROS DE CALÇAMENTO COM LAJOTAS (COM FORNECIMENTO DE MAQUINÁRIOS), PARA AUXILIAREM NA MANUTENÇÃO DIÁRIA DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E SANEAMENTO BÁSICO. 28/06/2016 até às 13h50. Abertura envelopes: 28/06/2016 às 14h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 10 de junho de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 56/2015 FMS --- REPUBLICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Setor de Compras e Licitações
PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2015 FMS --- REPUBLICADO 4

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ESPECIALIDADE DE DERMATOLOGIA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 28/06/2016 até às 08h50. Abertura envelopes: 28/06/2016 às 09h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 09 de junho de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 56/2016 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Setor de Compras e Licitações
PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2016 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS (BOMBONAS DE 20 LITROS, COPOS DESCARTÁVEIS DE 200 ML E GARRAFAS DESCARTÁVEIS DE 500 ML) E GARRAFÕES DE POLIPROPILENO/VASILHAMES RETORNÁVEIS DE 20 LITROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO INFANTIL, GABINETE DO PREFEITO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 27/06/2016 até às 08h50. Abertura envelopes: 27/06/2016 às 09h00. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 09 de junho de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 61/2016 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Setor de Compras e Licitações
PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2016 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (ELETRODOMÉSTICOS E APARELHOS ELETRÔNICOS), PARA EQUIPAR OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 30/06/2016 até às 08h50. Abertura envelopes: 30/06/2016 às 09h00. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 09 de junho de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

PORTARIA 1468,1469,1470,1471/2016 DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

PORTARIA N º 1468 DE 02 DE JUNHO DE 2016
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ELISANGELA DOS SANTOS DA SILVA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Monitor Educação Infantil, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1469 DE 02 DE JUNHO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER JULIA CRISTINA CHIAMULERA GHISIS no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Monitor Educação Infantil, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1470 DE 02 DE JUNHO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER SUELY DE LURDES BASSO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1471 DE 02 DE JUNHO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER ANA LUCIA DA COSTA SILVA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1504/2016 LICENÇA PREMIO

PORTARIA N º 1504 DE 08 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) ALBERTINA MAZZI FLORES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 01/06/2016 a 30/06/2016, referente ao período aquisitivo entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de junho de 2016 a 30 de junho de 2016. Fazendo gozo de 30 (trinta) dias, restando 60 dias para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1505/2016 RETIFICA PORTARIA 904/2011

PORTARIA N º 1505 DE 08 DE JUNHO DE 2016 retifica portaria 904 de 09 de fevereiro de 2011

RETIFICA PORTARIA QUE NOMEAVA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I No inciso I da portaria 904/2011 onde se lia no C.M.E Profª Maria de Lourdes Couto Cabral leia-se no C.M.E Profª Maria de Lourdes Antunes.

II Ficam inalterados os demais dispositivos

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JUNHO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1509/2016 PROGRESSÃO

PORTARIA N º 1509 DE 08 DE JUNHO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER RODRIGO LOPES DA SILVA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Contador, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2012/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01/06/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JUNHO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1510/2016 PROGRESSÃO

PORTARIA N º 1510 DE 08 DE JUNHO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER SANDRA M. ANTUNES BENTO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Monitor Educação Infantil, posicionando para a referência "03 C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/06/2016

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JUNHO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1506,1507,1508/2016 DEMITE POR ABANDONO DE EMPREGO

PORTARIA N º 1506 DE 08 DE JUNHO DE 2016

DEMITIR POR ABANDONO DE EMPREGO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – DEMITIR por abandono de emprego, conforme processo administrativo disciplinar nº 003/2016 a servidora KAROLINA LUIZA CORDEIRO DOS SANTOS, do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais a partir de 02/06/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02/06/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JUNHO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1507 DE 08 DE JUNHO DE 2016

DEMITIR POR ABANDONO DE EMPREGO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – DEMITIR por abandono de emprego, conforme processo administrativo disciplinar nº 004/2016 a servidora EDA GIANI SILVA DUARTE, do cargo efetivo de Professora 20 horas a partir de 07/06/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 07/06/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JUNHO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1508 DE 08 DE JUNHO DE 2016

DEMITIR POR ABANDONO DE EMPREGO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – DEMITIR por abandono de emprego, conforme processo administrativo disciplinar nº 006/2016 a servidora MARCIA PIRES DOS SANTOS, do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais a partir de 07/06/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 07/06/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JUNHO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

PROCESSO 059/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 043/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 059/2016 – Pregão Presencial nº 043/2016

Objeto: O objeto deste pregão é a aquisição de Equipamento e material permanente para o Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 23/06/2016 até as 09:30 horas. Abertura: 23/06/2016 as 09:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatrento.sc.gov.br; compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO 060/2016 - CARTA CONVITE 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 060/2016 – Carta Convite nº 002/2016

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a execução de serviços com fornecimento de material para a construção de uma Praça no Distrito de Claraíba, município de Nova Trento, com área de 529,20 m², incluindo mão de obra e equipamentos necessários, conforme Termo de Referência (Projeto Básico), planilhas e memorial descritivo em anexo.

Julgamento: Menor Preço Global. Entrega dos envelopes: 20/06/2016 até as 09:30 horas. Abertura: 20/06/2016 as 09:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Rua Santo Inácio, 126, Praça del Comune, Centro, Fone: (48)3267.3213 e (48)3267.3211 – site: www.novatrento.sc.gov.br; compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO 061/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 044/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 061/2016 – Pregão Presencial nº 044/2016 – SRP028

Objeto: O objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresa especializada na realização de exames de média e alta complexidade com diagnóstico por imagem, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Trento.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 27/06/2016 até as 09:30 horas. Abertura: 27/06/2016 as 09:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatrento.sc.gov.br; compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

Orleans

PREFEITURA

PROCESSO 23/2016 FMS

FMS DE ORLEANS

PROCESSO N° 23/2016 FMS

PREGÃO PRESENCIAL N° 10/2016 FMS – REGISTRO DE PREÇO

Objeto: AQUISIÇÃO DE ESCOVAS DENTAIS INFANTIS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS ESFs DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Fundamento legal: Leis Federais N°S 10520/2002, 8.666/93 Lei Complementar Federal N° 123/2006.

Data e hora da entrega dos envelopes: 22/06/2016 às 14h50min.

Abertura 22/06/2016 às 15h00min.

Mais informações no Setor de Licitações junto ao FMS, sito a Rua Miguel Couto - 800, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3466-0120 ou 3466-2761, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@saudeorleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 08 de junho de 2016.

Aurivam Marcos Simionatto

Secretário de Saúde.

Otacílio Costa**PREFEITURA****PREGÃO 019/2016 SAÚDE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

EDITAL PREGÃO Nº 019/2016

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando a aquisição de materiais para confecção de móveis para Unidade de Saúde do Bairro Novo Mundo. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 22/06/2016 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014.

Otacílio Costa, 09/06/2016.

Luiz Carlos Xavier

Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

CONTRATO N. 053/2016 - TOMADA DE PREÇO N.0001/2016

Processo Licitatório n. 0039/2016

Tomada de Preço n. 0001/2016

CONTRATO Nº 053/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: PROJECTA EMPREENDIMENTOS LTDA - ME

Objeto: Prestação de serviços de engenharia para reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde Central de Ouro/SC.

Vigência: 09/06/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 67.575,28 (sessenta e sete mil quinhentos e setenta e cinco reais e vinte e oito centavos)

Data de assinatura: 09/06/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 003/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 003/2016

CONVENIENTE - Município de Ouro e a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA ARAUCÁRIA - OBJETO - repasse de recursos financeiros destinados ao custeio de despesas com combustível, lubrificantes, pneus e manutenção de equipamentos agrícolas do grupo de agricultores associados à entidade. R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais). Da vigência – de 29/05/2016 até 31/12/2016. Data e assinaturas - Ouro (SC), 29/05/2016 – Vitor João Faccin, município de Ouro Eloi Gemmi, presidente Associação.

LEI 2.451

LEI Nº 2.451, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Concede revisão no valor do recurso pecuniário de alimentação e moradia aos profissionais vinculados ao Programa Mais Médico, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a revisão do recurso pecuniário de alimentação e moradia aos profissionais vinculados ao Programa Mais Médico, conforme Lei nº 2.381/2014 e Decreto nº 205/2014, no percentual de 17,52% (dezessete vírgula cinquenta e dois por cento), correspondendo à reposição da perda monetária, relativo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC no período de 05 de Junho de 2014 a 30 de Abril de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão a conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
09 de Junho de 2016.

Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

LEI 2.452

LEI Nº 2452, DE 09 JUNHO DE 2016.

Dispõe, com base no art. 37, inciso II, da Constituição Federal, sobre normas gerais para a realização de concursos públicos e processos seletivos na administração direta e indireta do Município de Ouro/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei regulamenta o art. 37, inciso II, da Constituição Federal e estabelece normas gerais para a realização de concursos públicos e processos seletivos na Administração Pública Municipal direta e indireta, visando:

- I – a higidez dos princípios constitucionais e infraconstitucionais sobre concursos públicos;
- II – a defesa dos interesses da Administração Pública, com ênfase à impessoalidade, à moralidade e à legalidade;
- III – a defesa dos direitos dos candidatos.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei os processos seletivos para contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como os concursos públicos para investidura em cargos públicos efetivos e empregos públicos dos órgãos da administração direta do Município de Ouro, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 2º O concurso público destina-se a garantir a observância dos princípios constitucionais da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência e a selecionar os candidatos mais aptos ao ingresso no serviço público e será processado, em todas as suas fases, em estrita conformidade com os seguintes princípios, além de outros deles decorrentes:

- I – ineditismo;
- II – motivação;
- III – julgamento objetivo;
- IV – competitividade;
- V – seletividade;
- VI – probidade administrativa.

Art. 3º O concurso público, pela sua natureza de processo seletivo, é etapa anterior à nomeação ou contratação, não representando forma de provimento de cargos e empregos públicos.

CAPÍTULO II

DO CONCURSO PÚBLICO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 4º A realização de concursos públicos representa serviço público relevante, respondendo objetivamente a instituição organizadora e a Administração Pública pelos danos que seus respectivos agentes, nessa qualidade, causarem aos candidatos, assegurado o direito de regresso contra os responsáveis nos casos de dolo ou

culpa.

Art. 5º O concurso público será realizado:

I – por execução direta, pelos próprios órgãos e entidades da Administração Pública; ou

II – por execução indireta, através da contratação de instituição organizadora incumbida regimental ou estatutariamente de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional, com reconhecida reputação ético-profissional.

Parágrafo único. No caso do inciso II do caput deste artigo, a instituição organizadora do concurso será selecionada mediante licitação, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, admitidas as hipóteses de dispensa previstas no art. 24 daquela Lei.

Art. 6º Cabe ao Poder Público fiscalizar e acompanhar o procedimento do concurso público em todas as suas fases, não ficando excluída ou reduzida a responsabilidade da instituição organizadora pelo exercício de tal prerrogativa.

Art. 7º O concurso público será de provas ou de provas e títulos, cujo conteúdo programático e suas respectivas questões deverão estar de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.

Art. 8º É vedada a participação, como membro de banca examinadora, coordenador, fiscal de sala ou qualquer outra função atinente à realização do concurso, de cônjuge ou parente de candidato, em linha reta ou colateral, por parentesco natural ou civil, até o terceiro grau, ou por adoção.

Art. 9º O cancelamento ou a anulação de concurso público com edital já publicado exige fundamentação objetiva, expressa e razoável, amplamente divulgada, e sujeita o órgão ou entidade responsável à indenização pelos prejuízos comprovadamente causados aos candidatos.

Seção II

Do Edital de Abertura do Concurso

Art. 10. O edital é a lei interna do concurso público, vinculando aos seus termos a Administração Pública e todos os candidatos, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º O edital será redigido de forma clara e objetiva, visando à perfeita compreensão de seu conteúdo pelos candidatos.

§ 2º É nulo e de nenhum efeito dispositivo do edital que contrarie a legislação aplicável aos servidores da carreira para a qual o concurso está sendo realizado.

§ 3º É dever da instituição organizadora esclarecer, em dez dias, contados do recebimento do requerimento, eventuais questionamentos dos pretendentes ao cargo ou emprego público, mesmo que ainda não inscritos no certame, desde que solicitados por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a divulgação do edital.

§ 4º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital do concurso ou do seletivo, devendo protocolar o pedido em até 05 (cinco) dias úteis após a sua divulgação, independentemente de previsão editalícia.

Art. 11. Nenhum requisito de acesso a cargo ou emprego público será cobrado sem expressa previsão legal, ou antes, da data da investidura, vedada a exigência de comprovação de qualquer requisito no ato de inscrição no concurso.

§ 1º A imposição de exigências de sexo, estado civil, idade, religião, condição familiar, características físicas ou de qualquer outra

natureza exige expressa previsão legal e relação objetivamente demonstrada no edital do concurso ou do processo seletivo da incompatibilidade da característica individual com o exercício do cargo ou emprego.

§ 2º A escolaridade mínima e a qualificação profissional deverão estar de acordo com as leis que regem as profissões regulamentadas, quando for o caso.

Art. 12. O edital do concurso público, e do processo seletivo será:

I – publicado integralmente no Diário Oficial dos Municípios, ou jornal de circulação oficial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da realização da primeira prova;

II – disponibilizado no sítio oficial da internet do órgão ou entidade responsável pela realização do concurso público ou do processo seletivo e no da instituição organizadora, em até 24 (vinte e quatro) horas após sua publicação na imprensa oficial.

§ 1º A alteração de qualquer dispositivo do edital deverá ser divulgada na mesma forma do disposto no caput deste artigo, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando se tratar de mera correção de erro material.

§ 2º A instituição organizadora divulgará todos os atos do concurso ou do seletivo, na mesma forma do disposto no caput deste artigo.

Art. 13. O conteúdo mínimo do edital de abertura do concurso ou seletivo será composto de:

I – identificação da instituição organizadora do concurso ou do seletivo e do órgão ou entidade pública que o promove;

II – ato oficial que autorizou a realização do concurso público ou do processo seletivo;

III – lei de criação do cargo ou emprego público e da carreira, bem como seus regulamentos;

IV – identificação do cargo ou emprego público, suas atribuições, requisitos de investidura, classe de ingresso e remuneração inicial, discriminando-se as parcelas que a compõem, bem como sua natureza fixa e variável e seus limites de variação, quando for o caso;

V – quantidade de cargos ou empregos a serem providos, vedada a oferta simbólica de vagas ou a adoção exclusiva de cadastro de reserva;

VI – indicação precisa dos locais, horários e procedimentos de inscrição, bem como das formalidades para sua confirmação;

VII – valor da taxa de inscrição e hipóteses de isenção;

VIII – número de etapas do concurso público, com indicação das respectivas fases e seu caráter eliminatório e/ou classificatório;

IX – enumeração precisa das disciplinas das provas, eventuais agrupamentos de provas e matérias e número de questões de cada disciplina, com seus respectivos valores individuais e pesos;

X – conteúdo programático de cada disciplina, de forma clara, precisa e específica;

XI – datas de realização das provas, as quais só poderão ser alteradas por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

XII – relação da documentação a ser apresentada pelo candidato no ato de inscrição e na realização das provas, bem como do material de uso permitido e não permitido em cada fase;

XIII – explicação resumida da relação existente entre cada disciplina cobrada no certame e as atribuições do cargo ou emprego público, de acordo com a natureza e complexidade das atribuições, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal;

XIV – formas de divulgação dos resultados, com datas, locais e horários de consulta, vedada a adoção de consulta individual dos resultados, de acesso restrito unicamente ao candidato, salvo quanto aos dados pessoais inseridos em sua esfera de intimidade;

XV – explicitação detalhada da metodologia de avaliação de cada fase do concurso público, inclusive das provas discursivas e orais, e das fórmulas de cálculo das notas;

XVI – quando for o caso, informação quanto à exigência de exames

médicos específicos para a carreira ou de exame psicotécnico ou sindicância da vida pregressa, com apresentação dos critérios objetivos de sua avaliação;

XVII – regulamentação do processo de elaboração, apresentação, julgamento, decisão e conhecimento dos recursos contra os resultados das provas;

XIII – percentual de cargos ou empregos reservados às pessoas com deficiência e critérios para sua admissão;

XIX – prazo de validade do concurso ou do processo seletivo e possibilidade ou não de sua prorrogação; e

XX – cronograma detalhado das fases do concurso ou do processo seletivo.

§ 1º As referências a portarias ou outros atos normativos do Poder Público, de caráter infralegal ou infrarregulamentar, indicarão a data em que foram publicados no Diário Oficial dos Municípios, inclusive eventuais retificações, consolidações e atualizações.

§ 2º Qualquer limitação ou exigência constante do edital deverá estar em plena conformidade com esta Lei e com a lei de criação do respectivo cargo ou emprego público.

Art. 14. O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável, uma vez, por igual período, contado a partir da data de publicação da homologação do concurso. Por sua vez, o processo seletivo terá prazo de validade fixado no Edital.

Seção III Da Inscrição

Art. 15. A inscrição do candidato, que poderá ser realizada na forma presencial, por procuração ou via internet, poderá ser condicionada ao pagamento da taxa de inscrição fixada no edital, quando indispensável ao seu custeio, ressalvadas as hipóteses de isenção expressamente previstas em lei ou no edital do concurso ou do processo seletivo.

§ 1º As inscrições deverão ser disponibilizadas em página da internet, onde os candidatos poderão ler a íntegra do edital e inscrever-se, com a possibilidade de imprimir e salvar em meio eletrônico seu comprovante de inscrição.

§ 2º Os horários de inscrição deverão facilitar ao máximo a sua realização pelos interessados, devendo os postos de recebimento de inscrição funcionar em horário comercial, ininterruptamente.

§ 3º O período de inscrição será de no mínimo trinta dias, contado da data da publicação do edital.

§ 4º A inscrição pela internet impõe a adoção de processos de controle, segurança do procedimento e proteção contra fraude.

§ 5º A relação dos candidatos que se inscreverem no concurso público ou do processo seletivo, com nome completo, número de inscrição, cargo ou emprego a que concorrem e outros dados relevantes será previamente divulgada a todos os candidatos, antes da realização das provas, resguardado o sigilo dos dados inseridos na esfera de intimidade do candidato.

Art. 16. O estabelecimento da taxa de inscrição será de, no máximo, 3% (três por cento) do valor da remuneração inicial do cargo ou emprego público e levará em conta o nível remuneratório, a escolaridade exigida e o número de fases e de provas do certame.

§ 1º No caso de edital relativo a vários cargos, os valores de inscrição serão fixados relativamente a cada um deles.

§ 2º Será isento da taxa de inscrição o candidato que, comprovadamente, se enquadrar em uma das seguintes situações:

I – comprovar renda da sua entidade familiar inferior a dois salários mínimos, à época da inscrição, mediante comprovante de renda ou de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007; e

II – comprovar outras condições autorizadas pelo edital, desde que não firam a isonomia.

§ 3º É assegurada a devolução do valor relativo à inscrição, em

caso de adiamento, anulação ou cancelamento do concurso.

Art. 17. No caso de expedição de cartão confirmatório de inscrição, a instituição organizadora dará preferência à remessa por via postal para o endereço do candidato.

§ 1º A retirada de cartão confirmatório de inscrição, ou de sua segunda via, poderá ser feita pessoalmente ou por procuração.

§ 2º O candidato que não receber a confirmação da inscrição em até sete dias úteis antes da realização da prova poderá solicitar à instituição organizadora que providencie meio alternativo de comprovação da inscrição, que deverá ser fornecido ao candidato em até dois dias úteis antes da prova.

Art. 18. Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso para inscrição ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

CAPÍTULO III DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Art. 19. É assegurado à pessoa com deficiência inscrever-se em concurso público ou em processo seletivo, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo ou emprego cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência, obedecidas as seguintes regras específicas:

I – os editais e as provas serão disponibilizados e operacionalizados em linguagem e com recursos compatíveis com as deficiências do candidato, nos termos do regulamento;

II – os editais serão confeccionados em Língua Brasileira de Sinais – Libras e, mediante opção do candidato, também as provas serão realizadas em Libras, com assistência de intérprete ou recurso apto a possibilitar ao candidato a compreensão das provas;

III – O curso de formação será adaptado, mediante requerimento do candidato e comprovação da real necessidade.

§ 1º O candidato portador de necessidade especial concorrerá a todas as vagas previstas no edital, sem prejuízo de concorrer às vagas reservadas.

§ 2º O percentual de vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais será de, no mínimo, 5% (cinco por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento).

§ 3º O candidato com deficiência participará do concurso ou do seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, especialmente no que concerne:

I – ao conteúdo das provas;

II – aos critérios de avaliação e aprovação;

III – ao horário e ao local de aplicação das provas, garantida a devida acessibilidade;

IV – à nota mínima exigida para aprovação.

§ 4º É dever da instituição organizadora assegurar as condições necessárias aos candidatos com deficiência para a realização do concurso público ou do processo seletivo.

§ 5º O candidato com deficiência que necessite de tratamento diferenciado nos dias do concurso ou do seletivo poderá requerer, no ato da inscrição e no prazo determinado no edital, as condições diferenciadas de que necessita para realização das provas;

§ 6º O candidato com deficiência que necessite de tempo adicional para realização das provas, deverá, no ato da inscrição e no prazo determinado no edital, apresentar justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência;

§ 7º Se da aplicação do percentual oferecido aos candidatos com deficiência resultar número fracionado de vagas, o arredondamento será feito para o número inteiro seguinte, observado o percentual máximo de 20% (vinte por cento) das vagas.

§ 8º A condição de pessoa com deficiência, será aferida, quando da convocação para posse, por junta médica oficial composta por,

no mínimo, três membros, sendo ao menos um de especialidade médica ou odontológica especificamente relacionada à deficiência do candidato.

§ 9º Os candidatos com deficiência declararão tal condição à instituição organizadora, por ocasião da inscrição no concurso público ou no processo seletivo, apresentando, no ato da inscrição, laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência.

§ 10 A relação dos candidatos que se inscreverem no concurso ou no processo seletivo na condição de pessoas com deficiência será previamente divulgada, em lista separada, observado o disposto no § 5º do art. 15 desta Lei.

§ 11. Será publicada lista especial contendo somente os candidatos com deficiência aprovados no concurso público ou no processo seletivo.

§ 12. As vagas reservadas aos candidatos com deficiência que não forem por estes preenchidas, por ausência de aprovados, reverterão aos candidatos sem deficiência aprovados no concurso ou no processo seletivo, segundo a ordem classificatória.

CAPÍTULO IV

DAS PROVAS

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 20. O edital de abertura deverá indicar o calendário de provas, devendo a convocação para cada fase dar-se por novo edital, com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência de sua realização.

§ 1º As provas serão realizadas, preferencialmente, aos domingos.

§ 2º É vedada a sujeição do candidato, no momento de aplicação das provas, à identificação papiloscópica ou a qualquer outro processo de reconhecimento gravoso ou vexatório, exceto quando houver fundadas suspeitas sobre sua identidade.

Art. 21. As provas serão elaboradas de maneira clara e objetiva, de forma a possibilitar ao candidato a compreensão do tema dado a julgamento, a partir do estabelecimento do padrão de compreensão médio do candidato e considerado o nível de escolaridade do cargo ou emprego, e seu conteúdo deverá estar previsto no edital.

Art. 22. As provas e exames terão caráter:

I – eliminatório, em que o candidato que não atingir determinada nota mínima, ou não for considerado apto, estará eliminado do concurso ou do seletivo;

II – classificatório, em que a nota do candidato será computada no cálculo final da classificação no concurso ou seletivo;

III – eliminatório e classificatório, em que o candidato que não atingir determinada nota mínima, ou não for considerado apto, estará eliminado e sua nota será computada no cálculo final da classificação no concurso ou seletivo;

IV – indicativo, em que apenas se verificará a aptidão do candidato para determinadas atribuições específicas do cargo, para efeito de definição de sua lotação, sem influência na aprovação ou classificação no concurso ou seletivo.

Art. 23. A primeira etapa do concurso público ou do processo seletivo poderá ser composta por uma ou mais das seguintes fases:

I – prova escrita objetiva;

II – prova escrita discursiva;

III – prova oral;

IV – prova física;

V – prova prática;

VI – exame médico;

VII – exame psicotécnico;

VIII – exame psicológico;

IX – sindicância de vida pregressa; e

X – avaliação de títulos.

Art. 24. É obrigatória a realização da prova escrita objetiva.

Art. 25. É assegurado ao candidato retirar-se do local de aplicação com o seu caderno de questões objetivas e discursivas, desde que tenha ali permanecido pelo período mínimo estabelecido no edital.

Art. 26. A prova oral será realizada em local de livre acesso ao público, resguardadas as condições necessárias à concentração dos examinadores e dos candidatos.

§ 1º A prova oral será gravada em áudio e vídeo, com obrigação de entrega de cópia da respectiva prova ao candidato que a solicitar, mediante o pagamento das despesas de confecção da cópia, se exigido.

§ 2º É assegurado ao candidato surdo-mudo ou impossibilitado permanentemente de falar o direito de realizar a prova oral, por meio de comunicação com intérprete oficial da instituição organizadora, utilizando a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e os demais recursos de expressão a ela associados.

Art. 27. A sindicância de vida pregressa considerará apenas elementos e critérios de natureza objetiva, sendo vedada a exclusão do concurso ou seletivo, candidato que responda a mero inquérito policial ou a processo criminal sem sentença condenatória transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado.

Art. 28. A prova física exige a indicação no edital do tipo de prova, das técnicas admitidas e dos índices mínimos, especificados para candidatos e candidatas, necessários para aprovação.

Parágrafo único. A gravidez não é fator de inabilitação em prova física.

Art. 29. O edital do concurso ou do processo seletivo deverá informar o equipamento, material ou instrumentos que serão utilizados ou aceitos para a realização da prova prática, com indicação, se for o caso, de marca, modelo, ano e tipo, com todas as indicações necessárias à sua perfeita identificação.

Parágrafo único. É obrigatório o oferecimento de equipamento, material ou instrumentos idênticos a todos os candidatos, vedada a variação de marca, modelo, ano ou tipo.

Art. 30. Todas as avaliações dos exames psicotécnico e psicológico serão fundamentadas, segundo critérios objetivos, podendo os candidatos obter cópia de todo o processo envolvendo sua avaliação.

Parágrafo único. Os exames psicotécnico e psicológico não poderão consistir exclusivamente em entrevista.

Art. 31. A segunda etapa do concurso ou do seletivo, quando houver, será constituída de curso ou programa de formação.

§ 1º Os candidatos aprovados e classificados na primeira etapa serão convocados por edital, para fins de matrícula no curso de formação, observado o prazo fixado pelo órgão ou entidade realizadora do certame.

§ 2º O candidato que não formalizar a matrícula na segunda etapa dentro do prazo fixado pelo edital será considerado reprovado e, consequentemente, eliminado do concurso ou do seletivo.

§ 3º Havendo vagas remanescentes no curso de formação, em razão da não formalização da matrícula de candidato anteriormente convocado, deverão ser convocados novos candidatos, em igual número, obedecida a ordem de classificação.

§ 4º Será considerado reprovado no concurso público ou do

processo seletivo o candidato que não comparecer ao curso de formação ou dele se afastar sem motivo justificado.

Art. 32. Em todas as fases do concurso ou seletivo, deverão ser publicadas listas com os nomes completos dos aprovados e as respectivas classificações atuais, até aquele momento, para fins de transparência e controle público do certame.

Parágrafo único. Nos concursos cujo sigilo dos nomes dos candidatos seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos do art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, e desde que haja expressa previsão legal, admite-se a divulgação das listas de que trata o caput deste artigo apenas com o número de inscrição dos candidatos.

Seção II Do Conteúdo Programático

Art. 33. É vedada a exigência de conteúdo programático em nível de complexidade superior ao necessário ao satisfatório exercício das funções do cargo ou emprego ou que não tenha relação com suas atribuições.

Art. 34. A indicação bibliográfica de cada matéria, quando houver, vinculará a instituição organizadora e os candidatos à última edição existente da obra, até a publicação do edital de abertura do concurso ou seletivo.

Art. 35. A legislação de referência a ser considerada será a vigente na data da primeira publicação do edital do concurso ou seletivo.

Parágrafo único. Não será cobrada legislação revogada ou que entre em vigor após a data de publicação do edital, inclusive a relativa a leis e atos normativos vigentes.

Seção III Dos Critérios de Avaliação

Art. 36. O edital do concurso ou seletivo deverá trazer expresso o caráter eliminatório, classificatório, eliminatório e classificatório ou indicativo de cada fase do concurso, nos termos deste artigo e do artigo 22 desta Lei.

§ 1º As provas objetiva, discursiva e oral terão caráter eliminatório e classificatório;

§ 2º As provas física e prática, os exames médico e psicotécnico e a sindicância de vida pregressa terão caráter eliminatório.

§ 3º O exame de perfil psicológico terá caráter indicativo.

§ 4º As questões de atualidades e a avaliação de títulos terão caráter classificatório.

Art. 37. Todas as provas e fases do concurso público ou do processo seletivo terão seus respectivos pesos na nota final definidos no edital.

§ 1º As provas objetivas não poderão ter peso inferior a 40% (quarenta por cento) da nota total do concurso ou do seletivo.

§ 2º As provas orais não valerão mais do que 20% (vinte por cento) da nota total do concurso ou do seletivo.

§ 3º Todas as questões do concurso ou do seletivo terão seus valores individuais e respectivos pesos devidamente identificados no edital.

§ 4º As fórmulas de cálculo das notas de todas as fases do concurso ou do seletivo deverão estar explicitadas, de forma clara e compreensível, no edital.

Art. 38. Os critérios de avaliação da prova discursiva deverão ser divulgados no edital do concurso ou seletivo, com indicação da fórmula de cálculo e da descrição detalhada dos aspectos a serem

considerados na correção.

§ 1º A correção de conteúdo das provas discursivas será feita por, no mínimo, 02 (dois) examinadores, que não se comunicarão entre si, sendo a nota final de conteúdo a média dos resultados.

§ 2º A correção de idioma das provas discursivas deverá ser feita por um ou mais especialistas em língua portuguesa ou na língua estrangeira exigida, sem prejuízo do disposto no § 1º deste artigo.

§ 3º Na correção da prova discursiva, a banca examinadora deverá:

I – assinalar de forma clara e direta a justificativa para a perda de pontos de cada erro cometido;

II – assinalar ou indicar a linha em que o erro foi cometido, bem como sua natureza.

Art. 39. A avaliação das respostas às questões discursivas e orais deverá ser feita com base em espelho de correção e modelo de resposta, fornecidos em edital ou juntamente com o resultado preliminar da prova, onde estejam indicados, pelo menos:

I – os pontos de abordagem necessária;

II – a pontuação relativa a tais pontos;

III – os critérios de atribuição da nota final da questão;

IV – as razões da perda de pontos pelo candidato.

Parágrafo único. As respostas às questões discursivas não conterão identificação nominal do candidato, para efeito de correção pelo examinador.

Art. 40. Na prova prática, o desempenho do candidato será julgado por um ou mais especialistas na área, por escrito e fundamentadamente.

Art. 41. O exame psicotécnico limitar-se-á à detecção de problemas que possam vir a comprometer o exercício das atividades inerentes ao cargo ou emprego disputado no concurso ou seletivo, sendo o resultado do exame “apto” ou “não apto”.

§ 1º A avaliação dos exames psicotécnico e psicológico será realizada por junta médica composta por pelo menos três especialistas, devendo todos os resultados ser objetiva e tecnicamente fundamentados.

§ 2º É vedada a realização de exame psicotécnico para aferição de perfil profissiográfico, avaliação vocacional ou determinação de quociente de inteligência.

Art. 42. A inabilitação ou reprovação em qualquer fase ou etapa do concurso ou seletivo será necessariamente motivada, segundo critérios objetivos, por meio de linguagem clara e acessível ao candidato.

Parágrafo único. Para efeitos do caput deste artigo e relativamente às provas objetivas, o gabarito será considerado motivação suficiente.

CAPÍTULO V DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

Art. 43. As regras da avaliação de títulos deverão:

I – especificar os critérios de pontuação a ser obtida pela apresentação de cada título;

II – o número máximo de pontos a ser obtido nas provas de títulos.

§ 1º A avaliação dos títulos deverá seguir critérios objetivos e razoáveis, expressamente descritos no edital, de acordo com as atribuições e responsabilidades do cargo ou emprego público.

§ 2º Não serão aceitos títulos que não guardem relação com as atribuições do cargo ou emprego em disputa, que firam a isonomia ou que tenham sido obtidos em data posterior à da publicação do edital do concurso ou seletivo.

§ 3º A prova de títulos deverá ser realizada como etapa posterior às provas escritas e somente apresentarão os títulos os candidatos aprovados e classificados nas etapas anteriores ou que tiverem sua inscrição aceita no certame.

§ 4º A avaliação de títulos não poderá ter peso superior a 10% (dez por cento) da nota total do concurso ou seletivo.

§ 5º Não haverá exigência de títulos nos concursos e seletivos destinados ao preenchimento de cargos e empregos dos níveis fundamental e médio de escolaridade.

§ 6º É vedada a utilização de tempo de serviço público ou privado como título.

CAPÍTULO VI DOS RECURSOS

Art. 44. É vedada a realização de prova ou fase de concurso ou seletivo sem previsão de recurso administrativo contra seu resultado.

Art. 45. Todos os resultados dos recursos deverão ser objetiva e tecnicamente fundamentados, possibilitando ao candidato o conhecimento das razões de sua reprovação, inabilitação, inaptidão ou não recomendação.

Art. 46. É assegurado ao candidato vista de todas as provas aplicadas e de seus resultados preliminares e definitivos, por meio de sistema na internet que possibilite a visualização e a impressão dos enunciados das questões e das respostas do candidato, inclusive do cartão-resposta das questões objetivas e dos textos das questões discursivas redigidos pelo candidato.

§ 1º A vista de que trata o caput deste artigo e a obtenção de cópias serão disponibilizadas também em meio físico ao candidato que prefira comparecer ao local determinado pela instituição organizadora em edital, diretamente ou por meio de procurador.

§ 2º O prazo para recurso contra o resultado de qualquer fase do concurso não será inferior a cinco dias úteis.

§ 3º A instituição organizadora deverá disponibilizar sistema de elaboração de recursos pela internet, que permita ao candidato redigir e enviar seu recurso, com a funcionalidade, se possível, de anexar arquivos magnéticos de texto ou figuras, como auxílio à fundamentação do recurso, com fornecimento de número de protocolo e possibilidade de impressão e salvamento em arquivo magnético do comprovante.

§ 4º A instituição organizadora poderá aceitar também o envio de recurso por meio dos correios, podendo exigir que isso seja feito por carta registrada ou outra modalidade de envio que assegure a celeridade e a segurança.

§ 5º É vedada qualquer limitação no exercício da ampla defesa na apresentação dos recursos, especialmente no que se refere ao número máximo de caracteres, palavras, linhas ou páginas.

Art. 47. As respostas aos recursos dos candidatos:

I – não poderão ser vagas ou genéricas;

II – deverão descrever, em relatório sucinto, os principais argumentos utilizados pelos candidatos em seus recursos;

III – deverão conter justificativa clara e objetiva, em relação aos principais argumentos utilizados pelo candidato recorrente, com fundamentação técnica da razão de provimento ou rejeição dos recursos;

IV – deverão ser fornecidas ao candidato, em até dois dias após a divulgação do resultado definitivo, especialmente no caso de indeferimento do recurso.

§ 1º O julgamento de todos os recursos será motivado, de forma clara e congruente, e permanecerá disponível ao público em geral, devendo os pareceres dos especialistas ser disponibilizados na internet, com possibilidade de salvamento magnético e impressão.

§ 2º As decisões sobre os recursos, principalmente as indeferitórias, conterão ampla, objetiva e fundamentada sustentação, vedada a alegação vazia, obscura, evasiva, lacônica ou imprecisa.

§ 3º O profissional responsável pela elaboração da questão objeto do recurso ou do gabarito oficial é impedido de examinar, direta ou indiretamente, o recurso interposto e suas razões.

§ 4º Nas provas discursivas e orais, a análise dos recursos não poderá resultar em diminuição da pontuação anteriormente obtida, salvo a constatação de erro aritmético.

§ 5º É vedada a anulação, total ou parcial, de questão de prova de concurso público ou seletivo, ou a alteração de gabarito de questão objetiva, sem a apresentação aos candidatos das devidas justificativas.

Art. 48. A decisão que anular ou alterar gabarito de questão objetiva acarretará novo cálculo da nota de todos os candidatos que realizaram a prova, independentemente de terem recorrido da questão.

Art. 49. Deverão ser anuladas:

I – as questões objetivas com nenhuma resposta correta;

II – as questões que exigirem conteúdo programático não previsto especificamente no edital ou não constante da bibliografia indicada como obrigatória ou dela divergente;

III – as questões que forem cópias literais de outras já utilizadas em concursos públicos anteriores, da mesma ou de outra instituição organizadora.

CAPÍTULO VII DOS CANDIDATOS APROVADOS

Art. 50. Os candidatos aprovados serão nomeados ou contratados com obediência rigorosa à ordem de classificação do concurso público ou do processo seletivo, sob pena de nulidade da investidura.

§ 1º Os aprovados em número excedente ao das vagas inicialmente previstas no edital possuem direito à nomeação ou contratação, limitada pelo prazo de validade do concurso ou do seletivo, em caso de demonstração inequívoca da Administração, quanto à necessidade de admissão de pessoal, inclusive pela contratação de agentes temporários ou prestadores de serviços terceirizados para o desempenho de funções inerentes aos cargos ou empregos do concurso.

§ 2º Havendo desistência expressa ou tácita à investidura de candidatos nomeados ou convocados para contratação, deverá a Administração convocar os candidatos remanescentes, na ordem de classificação, para provimento das vagas não preenchidas.

§ 3º Para efeito deste artigo, é dever do candidato manter atualizado seu endereço e demais dados de contato junto ao órgão ou entidade promotora do concurso ou do processo seletivo.

Art. 51. No exame de saúde do candidato convocado para a investidura somente poderão ser consideradas como inabilitadoras as condições físicas ou psíquicas que impeçam o exercício normal das funções do cargo ou emprego.

Art. 52. É assegurado ao candidato, mediante requerimento realizado antes da nomeação ou convocação para contratação, o direito de ser reclassificado no final da lista de aprovados do concurso ou seletivo.

Art. 53. Não serão convocados para posse candidatos aprovados em concurso realizado dentro do prazo de validade de concurso anterior para os mesmos cargos, exceto se, neste caso, havendo ainda prazo de validade, não mais houver candidatos aprovados.

§ 1º O fim do prazo de validade do concurso sem que os aprovados remanescentes sejam nomeados ou contratados exige fundamentação formal, objetiva e suficiente por parte da Administração.

§ 2º A abertura de novo concurso durante a validade de concurso anterior para o mesmo cargo ou emprego gera direito subjetivo à nomeação dos excedentes, em igual número ao das vagas

oferecidas no edital do novo concurso.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 54. São nulos os atos de concursos públicos ou de processos seletivos que contrariarem o disposto nesta Lei.

Art. 55. A instituição organizadora resguardará o sigilo das provas, podendo seus agentes ser responsabilizados administrativa, civil e criminalmente por atos ou omissões que possam divulgar ou propiciar a divulgação indevida, no todo ou em parte, de provas, questões, gabaritos ou resultados.

Art. 56. A fim de assegurar o princípio do ineditismo e o controle público, as instituições organizadoras deverão divulgar ao público em geral, em seu sítio na Internet, por tempo indeterminado, todas as suas provas objetivas, discursivas e orais, gabaritos preliminares e definitivos, razões de modificação de gabarito, resultados e propostas de solução já realizadas em concursos públicos e processos seletivos.

Art. 57. O servidor ou empregado público que, em razão de anulação do concurso público, a que não tenha dado causa, perca o cargo ou emprego já assumido, tem direito a retornar ao cargo ou emprego anteriormente ocupado, desde que exerça tal opção no prazo de até 60 (sessenta) dias após a anulação definitiva do certame.

Art. 58. Mediante prévia solicitação à instituição organizadora, é assegurado à candidata lactante o direito a levar acompanhante às provas, que será o responsável pela guarda da criança.

§ 1º A pessoa acompanhante somente terá acesso ao local das provas até o horário estabelecido para fechamento dos portões, ficando com a criança em sala reservada para essa finalidade, próxima ao local de aplicação das provas.

§ 2º A candidata lactante poderá se ausentar da sala para amamentar seu filho a intervalos regulares, devidamente acompanhada por fiscal de prova, o qual assegurará a manutenção das condições de sigilo e isonomia com os demais candidatos na realização da prova e a reposição do tempo despendido na amamentação, até o máximo de uma hora.

§ 3º A relação das candidatas que obtiverem o deferimento de pedido de condição especial de realização de prova como lactante, nos termos deste artigo, será previamente divulgada, em lista separada, a todos os candidatos do concurso ou seletivo, observado o disposto no § 5º do art. 15 desta Lei.

Art. 59. Havendo candidatos aprovados em concurso público ou em processo seletivo com prazo de validade não expirado, a terceirização de atividades inerentes ao cargo ou emprego público em disputa, ou a contratação de agentes temporários para tais funções, gera para o aprovado o direito subjetivo à nomeação ou contratação.

Art. 60. Qualquer candidato, cidadão, pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e os órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, até o dia útil imediatamente anterior à data de aplicação das primeiras provas, cópia de edital de concurso ou seletivo já publicado, obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração e as instituições organizadoras à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas.

Art. 61. As referências desta Lei às instituições organizadoras de concurso ou seletivo referem-se aos órgãos e entidades da Administração Pública, quando o certame for realizado por execução direta.

Art. 62. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro-SC, 09 de Junho de 2016.

VITOR JOÃO FACCIN

Prefeito de Ouro

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0047/2016 - ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0047/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0028/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 045/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: MERCADO MUNARI LTDA

Objeto: Aquisição de produtos alimentícios.

Vigência: 09/06/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 2.704,04 (dois mil setecentos e quatro reais e quatro centavos)

Data de assinatura: 09/06/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0047/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0028/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 046/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: CAPINZAL CENTER LTDA – ME

Objeto: Aquisição de produtos alimentícios.

Vigência: 09/06/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 8.714,12 (oito mil setecentos e quatorze reais e doze centavos)

Data de assinatura: 09/06/2016

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 1224/2016.

PORTARIA Nº. 1224/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para WILMA MARIA DOS SANTOS, matrícula nº. 800120-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 12/06/2006 a 12/06/2011, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 14/03/2016 à 14/06/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1229/2016.

PORTARIA Nº. 1229/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VIVIAN HENRIQUE DOS SANTOS, matrícula nº. 400013-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/09/2010 a 01/09/2015, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 11/03/2016 à 11/06/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1230/2016.

PORTARIA Nº. 1230/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOELMA TEIXEIRA DE FREITAS, matrícula nº. 400935-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2010 a 01/06/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/03/2016 à 01/04/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1246/2016.

PORTARIA Nº. 1246/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 4168 de 01 de dezembro de 2015, que Prorrogou a Admissão por Tempo Determinado da servidora FERNANDA MARIA SCHMITT, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2016 a 01/04/2016, face a mesma está em LTS.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1249/2016.

PORTARIA Nº. 1249/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTÉRIO para PATRICIA CARLA BRITO, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 09/02/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1257/2016.

PORTARIA Nº. 1257/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para OSANA LAURENTINO, matrícula nº. 210190-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/07/2006 a 02/07/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/04/2016 à 04/05/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1295/2016.

PORTARIA Nº. 1295/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ALEXANDRA BIANCA DE SOUZA, matrícula nº. 801091-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 10/03/2016, de acordo com às folhas 15.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ARIA Nº. 1251/2016.

PORTARIA Nº. 1251/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MARI ANGELA FELIPPI RAULINO, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

REPUBLICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 23 de junho de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2016, que tem como objeto a aquisição de MOVEIS ESCOLARES PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO do Município de Palhoça - SC, através do Sistema de Registro de Preços. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net.. Palhoça, 09 de junho de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 2.017, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 2.017, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

LUTO OFICIAL. Decreta em memória de Urbano Francisco da Rosa e de Jacob Carlos da Silveira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais,

Considerando o falecimento do Sr. Urbano Francisco da Rosa, que foi Vereador na 5ª Legislatura de Palhoça do ano de 1963 até 1966;

Considerando o falecimento do Sr. Jacob Carlos da Silveira, que foi Secretário Municipal de Cultura de Palhoça no período de 1986 à 1989;

Considerando que ambos prestaram relevantes serviços públicos em prol do Município de Palhoça, contribuindo para o engrandecimento e valorização de Palhoça, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial em todo o território do Município, no período de 03 (três) dias, a contar de 09 de junho do corrente ano, em sinal de pesar pelo falecimento dos Senhores Urbano Francisco da Rosa e Jacob Carlos da Silveira.

Parágrafo único. Todos os órgãos da administração Direta e Indireta do Município manterão, durante este período, luto oficial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigora na data de sua publicação.

Palhoça, 09 de junho de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 1222/2016.

PORTARIA Nº. 1222/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NEURI OSORIO JOSE DA CRUZ, matrícula nº. 800498-1, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 30/06/2010 a 30/10/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/04/2016 à 01/05/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1223/2016.

PORTARIA Nº. 1223/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JUDITE DE FATIMA DE OLIVEIRA, matrícula nº. 800991-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/06/2008 a 02/06/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 07/03/2016 à 07/04/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1225/2016.

PORTARIA Nº. 1225/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1262 de 19 de março de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora KENIA VANESSA ZAPELINI GONÇALVES, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 24/02/2014 a 19/12/2014, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1226/2016.

PORTARIA Nº. 1226/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JEANE MARIA PEREIRA MARTINS, matrícula nº. 400109-1, titular do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 13/01/2010 a 13/01/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 28/03/2016 à 28/04/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1227/2016.
PORTARIA Nº. 1227/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSANGELA MADALENA, matrícula nº. 400310-1, titular do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 30/06/2010 a 30/06/2015, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 04/01/2016 à 04/04/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1228/2016.
PORTARIA Nº. 1228/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO BARBARA DOS SANTOS SAKR, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1231/2016.
PORTARIA Nº. 1231/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANDREIA MARIA DA ROSA, matrícula nº. 400973-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/08/2010 a 02/08/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/03/2016 à 15/04/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1232/2016.
PORTARIA Nº. 1232/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JULIANA DA ROSA, matrícula nº. 400966-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/08/2010 a 02/08/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 07/03/2016 à 07/04/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1233/2016.
PORTARIA Nº. 1233/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ORIVAL GRAFF, matrícula nº. 400008-1, titular do cargo de ASP, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo

175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 06/07/2004 a 06/07/2009, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/03/2016 à 03/04/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1234/2016.

PORTARIA Nº. 1234/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NICANOR RODRIGUES VEIGA, matrícula nº. 400140-1, titular do cargo de Odontólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2006 a 01/03/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 02/02/2016 à 02/03/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1235/2016.

PORTARIA Nº. 1235/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SUZANA MENDES ZIMERMANN, matrícula nº. 401074-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 13/10/2010 a 13/10/2015, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 04/04/2016 à 04/06/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1236/2016.

PORTARIA Nº. 1236/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SUSANA MARTINS DA ROSA, matrícula nº. 401061-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 13/10/2010 a 13/10/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/03/2016 à 18/04/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1237/2016.

PORTARIA Nº. 1237/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO BARBARA DOS SANTOS SAKR, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/03/2016 a 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1238/2016.

PORTARIA Nº. 1238/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANI TADEA ANDRADE WIGGERS, matrícula nº. 129562-1, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 17/03/2003 a 17/03/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 11/04/2016 à 11/05/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1239/2016.

PORTARIA Nº. 1239/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TONIA MARLY MACHADO, matrícula nº. 129955-1, titular do cargo de Supervisor Escolar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2008 a 01/03/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 17/03/2016 à 17/04/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1240/2016.

PORTARIA Nº. 1240/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 86, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Clemilson da Rosa	25	30	26/02/2016 a 14/12/2016
Cristiane Machado Augusto	20	40	08/03/2016 a 14/12/2016
Giselle Marques Goes	15	30	17/02/2016 a 14/12/2016
Josiane Maria da Silveira	20	40	22/02/2016 a 14/12/2016
Marcio Murilo de Souza	15	30	17/02/2016 a 14/12/2016
Sheila Iolanda Coelho Mauricio	40	20	11/03/2016 a 14/12/2016
Tadeu Ricardo Gandolfi da Silva	10	35	17/02/2016 a 14/12/2016
Walcione Dias Goes	20	40	22/02/2016 a 14/12/2016

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1241/2016.

PORTARIA Nº. 1241/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
801871-1	Andreia Silverio	R\$ 1250,00	Diretor CEI Anjinho da Guarda

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1242/2016.

PORTARIA Nº. 1242/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
260071-6	Ari Bertoldo Sell	80%

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1243/2016.

PORTARIA Nº. 1243/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTÉRIO para MARCOS MOSER, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 01/03/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1244/2016.

PORTARIA Nº. 1244/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
800632-2	Fátima Teixeira de Medeiros da Silveira	R\$ 604,00

ANEXO II

MATRICULA	SERVIDOR	DE
801871-1	Andreia Silverio	R\$ 530,00
802085-2	Marcos Moser	R\$ 1000,00

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1245/2016.

PORTARIA Nº. 1245/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para FATIMA TEIXEIRA DE MEDEIROS DA SILVEIRA, matrícula nº. 800632-2, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/03/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1247/2016.

PORTARIA Nº. 1247/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR LUCIA DA SILVA DE OLIVEIRA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 15/03/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1248/2016.

PORTARIA Nº. 1248/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para DANIEL KUHN PEREIRA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de fevereiro de 2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1250/2016.

PORTARIA Nº. 1250/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3000 de 03 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JULIANA KAMIMOTO ECKMANN HELENE, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 18/09/2015 a 01/03/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1252/2016.

PORTARIA Nº. 1252/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2933 de 09 de setembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado a servidora VALDIR OLIVIO DA SILVA, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/09/2014 a 01/03/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1253/2016.

PORTARIA Nº. 1253/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VILMA LUCIA HOBOLFD FERREIRA, matrícula nº. 801087-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 24/01/2010 a 24/01/2015, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 21/03/2016 à 21/06/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1254/2016.

PORTARIA Nº. 1254/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
3760867-1	Jenifer Bonezzi	80%

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1255/2016.

PORTARIA Nº. 1255/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) JULIANA ALVINA MENDES COSTA, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, pelo período de 22/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1256/2016.

PORTARIA Nº. 1256/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
125920-1	Luzinete Aparecida Dutra Barbosa	R\$ 500,00	R\$ 1000,00

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1258/2016.

PORTARIA Nº. 1258/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, nos termos da Lei nº. 096/2010, 097/2010 e

Decreto nº 1.442/2012, para atuarem os servidores do quadro de pessoal efetivo, CLAUDIA MARTTINI DOS SANTOS, ROSI MARIA VARELA, GUSTAVO RAMOS E ANDREZA PATRICIA ZLUHAN.

Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a contar de 01/03/2016.

Fica revogada as disposições anteriores.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1259/2016.

PORTARIA Nº. 1259/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ANGELA APARECIDA CARVALHO SOUZA, matrícula nº. 802320-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 14/03/2016, de acordo com às folhas 19.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1260/2016.

PORTARIA Nº. 1260/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ANGELA MARIA HAMANN, matrícula nº. 802356-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 02/03/2016, de acordo com às folhas 13.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1261/2016.

PORTARIA Nº. 1261/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora VERA DE SOUZA DA SILVA, matrícula nº. 801174-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.
Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 02/03/2016, de acordo com às folhas 55.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1262/2016.

PORTARIA Nº. 1262/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora LILIAN APARECIDA LUIZ, matrícula nº. 801092-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.
Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 02/03/2016, de acordo com às folhas 14.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1263/2016.

PORTARIA Nº. 1263/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora JOSIANE ALVES, matrícula nº. 801474-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.
Pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 02/03/2016, de acordo com às folhas 11.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1264/2016.

PORTARIA Nº. 1264/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora LAUDELINA MONICA DE SOUZA FORTUNATO, matrícula nº. 801107-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.
Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 02/03/2016, de acordo com às folhas 29.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1265/2016.

PORTARIA Nº. 1265/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora HELENA MARIA ROSAR, matrícula nº. 127663-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 02/03/2016, de acordo com às folhas 47.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1266/2016.

PORTARIA Nº. 1266/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora GISELY NIENKOETTER, matrícula nº. 802203-7, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 02/03/2016, de acordo com às folhas 16.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1267/2016.

PORTARIA Nº. 1267/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora CLAUDIA MARIA WEINGARTNER, matrícula nº. 120206-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 12 (meses) dias, a contar de 02/03/2016, de acordo com às folhas 39.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1268/2016.

PORTARIA Nº. 1268/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1639 de 12 de maio de 2011, que Averbou Tempo de Serviço a servidora SUELI WEISS LUCHI, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Averbar o tempo que contribuiu pelo INSS 05 (cinco) anos, 03 (três) meses e 05 (cinco) dias.

E não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1269/2016.

PORTARIA Nº. 1269/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para GUSTAVO HOEPERS ZANELLA, titular do cargo de Educador Físico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de fevereiro de 2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1270/2016.

PORTARIA Nº. 1270/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA REGINA MOREIRA, matrícula nº. 190037-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 26/02/2016, de acordo com às folhas 40.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1271/2016.

PORTARIA Nº. 1271/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA ZENAIDE DE CAMPOS, matrícula nº. 801179-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 18/02/2016, de acordo com às folhas 41.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1272/2016.

PORTARIA Nº. 1272/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora VALDETE MARIA PINHO, matrícula nº. 801045-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 07/03/2016, de acordo com às folhas 09.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1273/2016.

PORTARIA Nº. 1273/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para ELIANE DE SOUZA, matrícula nº. 127547-3, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 07/03/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1274/2016.

PORTARIA Nº. 1274/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
122761-1	Maria Eugenia Ferreira P. Durieux	R\$ 1100,00	Diretor CEI José Miguel Ferreira

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1275/2016.

PORTARIA Nº. 1275/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ROSANGELA SANTINA DA SILVA, matrícula nº. 800990-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.
Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 07/03/2016, de acordo com às folhas 17.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1276/2016.

PORTARIA Nº. 1276/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora TANIA WALTER, matrícula nº. 802109-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 09/03/2016, de acordo com às folhas 11.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1277/2016.

PORTARIA Nº. 1277/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora RAQUEL DE CARVALHO GOMES, matrícula nº. 800707-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.
Pelo período de 12 (meses) dias, a contar de 17/02/2016, de acordo com às folhas 63.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1278/2016.

PORTARIA Nº. 1278/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 08 de março de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	LOCAL
127547-3	Eliane de Souza	R\$ 1800,00	Diretor Adjunto da EB Reinaldo Weingartner

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1279/2016.

PORTARIA Nº. 1279/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para MARIA EUGENYA FERREIRA PINTO DURIEX, matrícula nº. 122761-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/03/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1280/2016.

PORTARIA Nº. 1280/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora MARISA MARIA DE MELO, matrícula nº. 120133-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.
Pelo período de 12 (meses) dias, a contar de 17/02/2016, de acordo com às folhas 13.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1281/2016.

PORTARIA Nº. 1281/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA DE FATIMA SECCO CARDOSO, matrícula nº. 800426-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.
Pelo período de 12 (meses) dias, a contar de 17/02/2016, de acordo com às folhas 42.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1282/2016.

PORTARIA Nº. 1282/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora GISELI CRISTIANE GARCIA DE MEDEIROS, matrícula nº. 122824-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 25/02/2016, de acordo com às folhas 26.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1283/2016.

PORTARIA Nº. 1283/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, o servidor ROCELITO SOUZA COELHO, matrícula nº. 800855-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 17/02/2016, de acordo com às folhas 54.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1284/2016.

PORTARIA Nº. 1284/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora URSULA MATOS MARTINS, matrícula nº. 800825-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 12 (doze) dias, a contar de 09/03/2016, de acordo com às folhas 20.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1285/2016.

PORTARIA Nº. 1285/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ANA PAULA GARCIA PIRES, titular do cargo de Nutricionista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de fevereiro de 2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1286/2016.

PORTARIA Nº. 1286/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adileisa da Cruz Lopes	Professor	90	17/02/16	I – G 56-0
Adriana do Nascimento	Assistente Administrativo	08	29/02/16	I – G 56-0
Adriana Trindade da Rocha	Professor	08	29/02/16	I –
Alessandra Cristiano Damo	Dentista	07	18/02/16	I – Z 76-3
Alexandra Bianca de Souza	Merendeira	10	25/02/16	I –
Alexandra de Medeiros	Técnico em Enfermagem	04	25/02/16	I – S 60-2, II – M 65
Alexandra de Medeiros	Técnico em Enfermagem	05	29/02/16	I – S 60-2, II – M 65
Aline Mello Aguiar	Psicóloga	10	02/03/16	I – O 47
Altanil de Medeiros Wagner	Professor	90	17/02/16	I – S 0
Ana Lucia Rosa da Silva	ASO	30	22/02/16	I – Z 76-3
Andrea Pulleti Pezzotto	ASG	30	25/02/16	I –
Angela Aparecida C. Souza	Aso	15	26/02/16	I – C 50
Ariane Martins de Menezes	Médico	21	22/02/16	I – Z 54-4, II – S 63-6
Arlete Apolonia da Silva Pandoin	ASG	60	25/02/16	I – F 33-2
Assunta Barros	Supervisor Escolar	04	16/02/16	I – R 10-4
Bianca Guckert	Merendeira	11	01/03/16	I –
Cesar da Silva Xavier	Socorrista	05	29/02/16	I – J 01-0
Clarice Salla Chagas	Professor	30	29/02/16	I – F 32--, II – F 41-1
Cristiane de Souza Vieira Mendes	ACS	02	04/02/16	I –
Cristiane de Souza Vieira Mendes	ACS	02	22/02/16	I –
Cristiane de Souza Vieira Mendes	ACS	05	23/02/16	I –
Cristina dos Santos Gonçalves	ACS	03	22/02/16	I – M 25-5
Cristovão Jose da Silva	ACE	18	21/02/16	I –
Débora de Almeida Correa	ACS	180	15/02/16	I – C 50
Divania Comelli Gonçalves	ACS	07	24/02/16	I – Z 76-3
Divanir Candido Veloso Fagundes	Pedagogo	05	22/02/16	I – S 83-4
Ednilson Neri da Rosa	Assessor	10	24/02/16	I – F 99
Elaine Cristina Medeiros	Técnico em Contabilidade	180	16/02/16	I –
Eliane Berreta	Professor	08	17/02/16	I – M 75-1
Eliane Terezinha Correa	Técnico em Enfermagem	21	17/02/16	I – S 62-6
Eliete Regina Faustino Espindola	Professor	15	22/02/16	I – K 21-0
Elizabete Rodrigues Madalena	ASG	60	17/02/16	I –
Elizete Coelho cechinel	ASG	60	25/02/16	I – M 75-1, II – M 75-4
Fabiano Vianna Model	Socorrista	17	25/02/16	
Fernanda B. dos Santos Francisco	ASO	30	22/02/16	I –
Flavia Coelho	Merendeira	03	24/02/16	I – M 75-1, M – 54-2
Flavia Coelho	Merendeira	27	29/02/16	I – M 75-1, M – 54-2
Gabrielle da Silva Costa	ASO	60	29/02/16	I – M 54-5
Gidelle Gomes Cardoso	Professor	30	19/02/16	I – F 31
Giseli Cristiane Garcia de Medeiros	Professor	08	17/02/16	I –
Gislene Pierri	Lactarista	90	17/02/16	I –
Gladet Maria Parisoto	Agente Administrativo Auxiliar	90	23/02/16	I – C 34-9
Glauia Ferreira da Rosa	Merendeira	30	22/02/16	I – L 81-1
Graziela Maria Apolinario	Técnico em Enfermagem	03	14/02/16	I – J 02, II – J 03-9
Graziela Maria Apolinario	Técnico em Enfermagem	02	18/02/16	I – J 02, II – J 03-9
Ildgardt Bock da Silva	Merendeira	90	19/02/16	I – C 50

Ivonete Terezinha M. da Silva	Merendeira	15	23/02/16	I – K 62
Janaina da Natividade Nunes	Merendeira	30	02/03/16	I – M 62, II – N 63
Joelma Maria da Silveira	Monitor	60	24/02/16	I – M 07-0
Joelma Teixeira de Freitas	ACS	02	04/02/16	I –
Joelma Teixeira de Freitas	ACS	03	03/02/16	I –
Jose Silveira da Silva Neto	Professor	30	16/02/16	I – F 90-2, II – F 39
Josiane Martins de Agaci	Monitor	07	22/02/16	I – S 93-4
Judite de Fátima de Oliveira	ASO	05	24/02/16	I – F 41-2
Juliana Ulmer Dias	Professor	05	29/02/16	I – Z 76-3
Juliana Vieira da Silva	Assistente Social	06	24/02/16	I –
Juliana Vieira da Silva	Assistente Social	180	01/03/16	I –
Karine Zuleide Pereira	ACS	05	18/02/16	I – N 39-0
Karla Steinmetz Spricigo	Professor	30	15/02/16	I – M 25-9
Kátia Regina de Medeiros	Técnico em Enfermagem	60	22/02/16	I – M 54-2
Luana de Andrade Inácio Mello	ACD	04	23/02/16	I –
Márcia Aparecida Tomé	ASO	15	29/02/16	I – I 10
Marcio Osvaldo Moreira	ACS	60	04/02/16	I –
Maria Aparecida H. Machado	Técnico em Enfermagem	02	11/02/16	I – Z 76-3
Maria Aparecida H. Machado	Técnico em Enfermagem	03	17/02/16	I – Z 76-3
Maria de Fátima R. Schwinden	ACS	15	23/02/16	I –
Maria Eunice Damaceno dos Santos	Técnico em Enfermagem	02	16/02/16	I – F 41-2, A 09
Maria Eunice Damaceno dos Santos	Técnico em Enfermagem	02	24/02/16	I – F 41-2, A 09
Maria Goreti Moreira	Merendeira	30	24/02/16	I –
Maria Julia Scotti	Assistente Administrativo	180	25/02/16	I – C 50
Mariana Machado Gonzaga	Orientador Educacional	30	17/02/16	I – K 50, II – Z 76-3
Mayara Lisboa	ASO	15	16/02/16	I – Z 54-0
Michelle Paulo Santiago	Merendeira	60	02/03/16	
Miria Conceição Juttel	Professor	30	26/02/16	I – F 33-1, II – M 71-9
Murilo Marcos dos Santos	Fisioterapeuta	09	25/02/16	I – S 36-0, II – S 74-0
Olides Ferreira Junior	ASG	04	16/02/16	I – H 82
Priscilla Pierri	Pedagogo	03	10/02/16	I – Z 54, II – A 09, III – Z 00
Priscilla Pierri	Pedagogo	02	18/02/16	I – Z 54, II – A 09, III – Z 00
Renata Rodrigues Santiago	Orientador Educacional	15	29/02/16	I –
Ricardo Lorenzo Schmidt	Professor	30	22/02/16	
Rocelito Souza Coelho	Professor	30	17/02/16	I – F 32
Rosilda Maria Goulart Schutz	Professor	30	19/02/16	I – F 33-1
Rosimere da Silva Scheidt	Professor	90	17/02/16	I – M 65
Samara Valdeia Wagner	ASO	08	17/02/16	I –
Sandra Helena de Melo Kuntze	ASO	15	19/02/16	I –
Sandra Pereira de Abreu de Oliveira	Técnico em Contabilidade	60	24/02/16	I – E 66-0
Simone de Souza	Psicólogo	15	23/02/16	I – Z 73
Stela Maris dos Santos Gonçalves	Professor	04	01/03/16	I –
Sueli da Silva	ASG	90	26/02/16	I –
Tânia Cruz da Silva	ASO	21	12/02/16	I – T 93
Tatiana Claudio Campos	ACS	12	17/02/16	I – F 32
Viviane Cunha Pacheco	Nutricionista	14	16/02/16	I -

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1287/2016.

PORTARIA Nº. 1287/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 0093 de 04 de janeiro de 2016, que Retificou a Averbção de Tempo de Serviço da servidora MAR-LOVE ASSING MARTINS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1288/2016.

PORTARIA Nº. 1288/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 728 de 29 de fevereiro de 2016, que Prorrogou a Admissão por Tempo Determinado da servidora FERNANDA DE SOUZA GIRARDI, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 20/03/2016 a 15/04/2016, face o impedimento do titular Rosilda Maria Goulart Schutz, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1289/2016.

PORTARIA Nº. 1289/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 485 de 22 de fevereiro de 2016, que Prorrogou a Admissão por Tempo Determinado do servidor ROBSON ALVES, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 18/03/2016 a 18/06/2016, face o impedimento do titular Rodelito S. Coelho, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1290/2016.

PORTARIA Nº. 1290/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MARLOVE ASSING MARTINS, matrícula nº. 800244-2, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo como Professor: 13/02/1989 a 31/12/1989, 02/01/1990 a 31/12/1990, 02/01/1991 a 31/12/1991, 02/01/1992 a 30/06/1992.

Averbar tempo como Agente Administrativo Auxiliar: 01/07/1992 a 31/07/1995.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1291/2016.

PORTARIA Nº. 1291/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo III. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
100295-2	Angela Maria Wagner	R\$ 800,00	R\$ 1000,00
3745775-1	Fernando Marcondes Cunha	R\$ 300,00	R\$ 500,00
3745773-1	Tatiane Barbara Maria Golini	R\$ 300,00	R\$ 500,00

ANEXO II

MATRICULA	SERVIDOR	DE
3746083-1	Bruno Carlos Golini	R\$ 300,00
3745790-1	Nathalia de Farias	R\$ 700,00

ANEXO III

MATRICULA	SERVIDOR	DE
300212-2	Edelane Heidemann	R\$ 850,00
200311-2	Matheus de Lima Leite	R\$ 800,00

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1292/2016.

PORTARIA Nº. 1292/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, ao servidor MATHEUS DE LIMA LEITE, de Encarregado da Secretaria de Finanças, Nível FG I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 174, de 05 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, a contar de 01/03/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1293/2016.

PORTARIA Nº. 1293/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 0457 de 05 de março de 2015, que Prorrogou a Admissão da servidora LUCINEIA CORREIA QUEIROZ, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 04/03/2015 a 31/03/2016, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1294/2016.

PORTARIA Nº. 1294/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Sergio Luiz Lehmkuhl	1010901770

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1296/2016.

PORTARIA Nº. 1296/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora MARLETE VARGAS PORTELA, matrícula nº. 100419-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 16/03/2016, de acordo com às folhas 10.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1297/2016.

PORTARIA Nº. 1297/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora NILCEIA APARECIDA VINGLA, matrícula nº. 801626-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 16/03/2016, de acordo com às folhas 10.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1298/2016.

PORTARIA Nº. 1298/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora MIRIAM JOSIANE DE SOUZA, matrícula nº. 800923-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 06/03/2016, de acordo com às folhas 31.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1299/2016.

PORTARIA Nº. 1299/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 2626 de 15 de junho de 2015, que Removeu por Interesse do Serviço Público o servidor CARLOS FELIPE DALL OLIVA DE SOUZA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, retornando a sua secretaria de origem.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

CÂMARA MUNICIPAL**PROJETO DE LEI Nº746/2016.**

PROJETO DE LEI Nº 756/2016

"Denomina Via Pública". SERVIDÃO JOSÉ BARCELOS

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito do Município de Palhoça, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica denominada a Servidão JOSÉ BARCELOS com extensão de 284,35 m (duzentos e oitenta e quatro metros e trinta e quatro centímetros) e 5 m (cinco metros) de largura, Bairro Bela Vista.

PARÁGRAFO ÚNICO – A localização das vias públicas, de que trata este artigo, obedece ao croqui e Escritura Publica em anexo, parte integrante desta Lei.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Arcendino José Cerino
Presidente

Maria Rosângela Pratis
Membro

Edemir Niehues
Membro

CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 01/2015

CARTA DE CONVOCAÇÃO E POSSE DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC, através do seu Presidente OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica e pelo Regimento Interno desta Casa,

Considerando a homologação do resultado do concurso de nº 01/2015 para provimento de vagas do quadro de pessoal dessa Casa, de acordo com a legislação pertinente e as normas previstas no Edital e Anexos, CONVOCA o Candidato DOUGLAS MOREIRA, para nomeação do cargo efetivo de ANALISTA LEGISLATIVO – ESPECIALIDADE INFORMÁTICA, observando as seguintes condições:

I – DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO INTERESSE DA VAGA:

O Candidato convocado deverá comparecer até o dia 20 de junho de 2016, das 13h às 19h, na sede da Câmara Municipal de Palhoça/SC, situada na rua Joci José Martins, nº 101, Pagani, para entrega dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Certidão de Nascimento ou Casamento;
- c) Título Eleitoral e comprovante de estar em dia com as obrigações eleitorais;
- d) Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- e) Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração, de próprio punho, de que não é inscrito;
- f) Atestado Médico de sanidade física e mental necessária ao desempenho das funções inerentes ao cargo. O exame médico será

realizado por médico indicado pela Câmara Municipal de Palhoça/SC, que poderá se julgar necessário, solicitar ao candidato exames complementares para verificar se o candidato está apto para o exercício do cargo;

g) Diploma ou Certificado de Escolaridade, conforme exigência do cargo, devidamente registrado no órgão competente;

h) Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação da acumulação de cargos, conforme dispõe o artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais. Ressalta-se que, se o candidato for ocupante de cargo público inacumulável, deverá apresentar o comprovante do pedido de exoneração desse cargo no ato da posse.

i) Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio.
j) 2 fotos 3x4, recentes.

Não serão aceitos protocolos ou cópias não autenticados dos documentos relacionados no item anterior.

O Candidato que se apresentar no dia designado, com toda a documentação solicitada tomará posse, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme artigo 29 da Lei Complementar Municipal nº 96/2010, e iniciará suas atividades na sede da Câmara Municipal de Palhoça/SC.

Palhoça/SC, 09 de junho de 2016.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

POSSE CONCURSO Nº 01/2015

Câmara Municipal de Palhoça
Estado de Santa Catarina

TERMO DE POSSE
CARGO EFETIVO

A Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina, tendo em vista o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar Municipal nº 96/2010), em seu artigo 29, EMPOSSA nesta data o (a) servidor JEAN PIERRE PATZLAFF, nomeado pela Portaria nº 197 de 06 de Junho de 2016, para exercer o cargo efetivo de Analista Legislativo – Especialidade Informática, do nível superior, em regime de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, na sede deste Poder, habilitado em Concurso Público.

O Servidor apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar a Lei Complementar Municipal nº 96/2010, anexando a este TERMO, a declaração quanto ao exercício ou não de cargo ou função pública.

Para constar, eu Ana Núncia Nunes Collaço, com exercício no Departamento de Recursos Humanos, lavrei o presente TERMO, que vai assinado pela Presidência desta Casa Legislativa, e pelo empossado.

Palhoça/SC, 06 de junho de 2016.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

JEAN PIERRE PATZLAFF
Empossado

POSSE CONCURSO Nº 01/2015

Câmara Municipal de Palhoça
Estado de Santa Catarina
TERMO DE POSSE
CARGO EFETIVO

A Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina, tendo em vista o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar Municipal nº 96/2010), em seu artigo 29, EM-POSSA nesta data a servidora GABRIELA CARDOSO BASCHIROTO, nomeada pela Portaria nº 193, de 01 de junho de 2016, para exercer o cargo efetivo de Analista Legislativo – Especialidade Garçom, em regime de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, na sede deste Poder, habilitada em Concurso Público.

A Servidora apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar a Lei Complementar Municipal nº 96/2010, anexando a este TERMO, a declaração quanto ao exercício ou não de cargo ou função pública.

Para constar, eu Ana Núncia Nunes Collaço, com exercício no Departamento de Recursos Humanos, lavrei o presente TERMO, que vai assinado pela Presidência desta Casa Legislativa, e pela empossada.

Palhoça/SC, 01 de Junho de 2016.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

GABRIELLA CARDOSO BASCHIROTO
Empossada

PROJETO DE LEI Nº752/2016.

PROJETO DE LEI Nº752/2016.
DENOMINA VIA PUBLICA, RUA DAS ROSEIRAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA DAS ROSEIRAS, com extensão de 255 metros de comprimento e 5,5 metros de largura, com início na Rodovia Evádio Paulo Broering. Via Pública localizada no bairro Praia do Sonho, neste Município de Palhoça/SC.

Parágrafo único À localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de junho de 2016.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº755/2016.

PROJETO DE LEI Nº755/2016.
DENOMINA VIA PUBLICA, SERVIDÃO VÓ CUSTÓDIA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada SERVIDÃO VÓ CUSTÓDIA, com extensão de 165,5 metros de comprimento e 4,3 metros de largura, com início na Rua João Candido Espindola. Via Pública localizada no bairro Passagem do Maciambú, Município de Palhoça/SC.

Parágrafo único À localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de junho de 2016.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 756/2016

PROJETO DE LEI Nº 756/2016
"Denomina Via Pública". SERVIDÃO JOSÉ BARCELOS

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito do Município de Palhoça, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica denominada a Servidão JOSÉ BARCELOS com extensão de 284,35 m (duzentos e oitenta e quatro metros e trinta e quatro centímetros) e 5 m (cinco metros) de largura, Bairro Bela Vista.

PARÁGRAFO ÚNICO – A localização das vias públicas, de que trata este artigo, obedece ao croqui e Escritura Publica em anexo, parte integrante desta Lei.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Arcendino José Cerino
Presidente

Maria Rosângela Pratis
Membro

Edemir Niehues
Membro

PROJETO DE LEI Nº 768/2016.

PROJETO DE LEI Nº 768/2016.
DENOMINA VIA PÚBLICA, Rua Filomena Felicidade da Rosa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Filomena Felicidade da Rosa, com extensão de 1.400 metros e largura de 6 metros, via pública, localizada no Bairro Pacheco, com início na Rua Antônio da Bicota, no município de Palhoça.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que se trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de junho de 2016.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 052/2016

DECRETO Nº 052/2016.
De 25 de maio de 2016

DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, designada a Servidora Pública Aline Carina Pöttker, Técnica Administrativa, como responsável pela publicação de atos do Poder Executivo Municipal, no Mural Público já instituído, a partir de 25 de maio de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 25 de maio de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 036/2016

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 044/2016 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 09/06/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa ORIVALDO TORQUATO, inscrita no CNPJ sob nº 22.014.394/0001-70, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a prestação serviços de assentamento de lajotas, paralelepípedos e colocação de meios fios, conforme especificações constantes na Relação de

Itens Adjudicados ao fornecedor acima especificado.

1.2 – A prestação dos serviços adjudicados somente poderá ser realizado pela contratada que assinou a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.3 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais), relativos aos itens 01 e 02, objeto do pregão presencial 044/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

3.1.1 – Edital de Pregão Presencial nº 044/2016 e seus anexos;

3.1.2 – Proposta da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – A prestação dos serviços ocorrerá no território do Município de Papanduva, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

4.2 – A Contratada deverá iniciar a prestação dos serviços, imediatamente após receber as devidas ordens de serviços e/ou solicitação(ões) da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

4.3 – Os serviços deverão ser prestados conforme necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

4.4 – Os serviços deverão ser prestados nas quantidades solicitadas e dentro do prazo definido no item 4.2 desta Ata de Registro de Preços.

4.5 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) até o 15º(décimo quinto) dia do mês subsequente ao do serviço prestado.

4.5 – A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.2 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 044/2016 e seus anexos;

5.3 – Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

5.4 – Pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

5.5 – Providenciar, no prazo serviços executados;

5.6 – Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

5.7 – Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o serviço em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

5.8 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos serviços exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá refazê-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a contratada prestar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

7.1.1 – Houver desistência da execução do objeto após a

adjudicação da licitação;

7.1.2 – Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;

7.1.3 – Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editais ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará a contratada a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

7.2.1 – Advertência;

7.2.2 – Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

7.2.3 – Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

7.2.4 – Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 – quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 09 de junho de 2016.

_____ – Márcio Wisniewski - Pregoeiro
_____ – Erli Edivina Wunshce Bacellar -

Equipe de Apoio

_____ – Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____ – Sônia Teresinha Mendes Novack

- Equipe de Apoio

_____ – Orivaldo Torquato – Contratado

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Paraíso

PREFEITURA

PL. 13/2016 FMS

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2016 FMS

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 09:00 horas do dia 22 de Junho de 2016, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA AREA DE CLÍNICO GERAL (01 médico), para atendimento do Programa Estratégia Saúde da Família (ESF 2), com carga horária de 40 horas semanais, junto as Unidades Mistas de Saúde do Município de Paraíso/SC e SERVIÇOS DE PLANTÕES MÉDICO E HOSPITALAR SOBRE AVISO, A SEREM PRESTADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE central, conforme escala previamente elaborada pela secretaria municipal de saúde, visando o atendimento aos usuários da saúde publica municipal.. Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (049 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 09 de Junho de 2016.

ELIZETE ROGGIA

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ERNI GIACOMINI

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC.

PL. 30-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO

AVISO LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO 03/2016

O Município de Paraíso, SC, torna público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preço, tipo menor preço Global por empreitada global, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO DO CAMPO MUNICIPAL DE FUTEBOL, LOCALIZADA NA QUADRA Nº 80 NO CENTRO DO MUNICIPIO DE PARAISO/SC”, conforme Proposta de Transferência nº 018005: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional.

A recepção da documentação para credenciamento, bem como entrega dos envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas acontecerão até as 08h45min e a abertura da sessão publica a partir da 09h00min do dia 27/06/2016. Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (0**49 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br

Paraíso/SC, 10 de Junho de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO

PL. 29-2016

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 09:00 horas do dia 21 de JUNHO de 2016, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BASICAS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A PESSOAS CARENTES DO MUNICIPIO DE PARAISO/SC, COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº 1110/2009”

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (0**49 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 08 de Junho de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

Passos Maia

PREFEITURA

CONTRATO N. 0054/2016

EXTRATO CONTRATO n. 0054/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 0054/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0042/2016

TOMADA DE PREÇOS n. 0006/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: BENEFATTO CONSTRUTORA LTDA – ME

Objeto: Tem por objeto a contratação de empresa especializada na área de engenharia, para a execução de obra de infraestrutura, drenagem pluvial, pavimentação poliédrica, pavimentação asfáltica, pavimentação de passeios e sinalização viária, nas Ruas O e Avenida Ângelo Tirelli do Município de Passos Maia - SC. ITEM 01. Obra de drenagem pluvial, pavimentação poliédrica, pavimentação de passeios e sinalização viária na Rua "O" – Trecho entre a Av. Joventino Pelizzari e a estaca 09 + 15,72m.

Valor: O valor do presente Contrato é R\$ 127.426,24 (cento e vinte sete mil, quatrocentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos).

Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 31 de dezembro de 2016.

Passos Maia, SC, 08 de junho de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

CONTRATO N. 0055/2016

EXTRATO CONTRATO n. 0055/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0042/2016

TOMADA DE PREÇOS n. 0006/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA

Objeto: Tem por objeto a contratação de empresa especializada na área de engenharia, para a execução de obra de infraestrutura, drenagem pluvial, pavimentação poliédrica, pavimentação asfáltica, pavimentação de passeios e sinalização viária, nas Ruas O e Avenida Ângelo Tirelli do Município de Passos Maia - SC. ITEM 2; Obra de drenagem pluvial, pavimentação asfáltica sobre pedras poliédricas e sinalização viária na Av. Ângelo Tirelli – Trecho entre a Rua Zeferino Stringhi e a estaca 18 + 12,603m.

Valor: O valor do presente Contrato é R\$ 219.394,31 (duzentos e dezenove mil, trezentos e noventa e quatro reais e trinta e um centavos).

Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 31 de dezembro de 2016.

Passos Maia, SC, 08 de junho de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

DECRETO N. 437/2016

DECRETO Nº 437, de 30 de maio de 2016.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o requerimento de exoneração realizado pela servidora Vanessa Sppada, nomeada pelo Decreto nº 043, de 04 de fevereiro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a servidora pública municipal VANESSA SPPADA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretora da juventude e Lazer lotada na Secretaria de Assistência Social, a partir do dia 1º de junho de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia/SC, 30 de maio de 2016.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

DECRETO N. 438/2016

DECRETO Nº 438, de 30 de maio de 2016.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Incisos “I” e “III” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 762, de 01 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 34.990,00 (trinta e quatro mil, novecentos e noventa reais), os quais serão destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

09.01	Fundo Municipal de Assistência Social		
Funcional	Proj./ativ.	Descrição	
08.244.801	2.051	Programa IGD - SUAS	
Modalidade	Fonte	Dotação	
4.4.90.00.00	01.0135.36	Transferências do Sistema Único de Assist.Social	11.334,87
4.4.90.00.00	03.0165.40	Superavit Transf. Sistema Único de Assist.Social	23.655,13
TOTAL		34.990,00	

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros da fonte de recursos – 01.0135.36 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social e 03.01.65.40 - Superavit Transferência Sistema Único de Assistência Social.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 30 de maio de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego
Responsável pela publicação dos atos oficiais.

EDITAL N. 0050/2016

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N.0050/2016
TOMADA DE PREÇO N. 0010/2016

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N. 0010/2016 – Objeto – Tem por objeto a tomada de preços para contratação de empresa especializada na área de engenharia, para a execução de serviços de

Pavimentação poliédrica na Rua Joventino Pelizzari – trecho entre a Rua M e a estaca 13+2,98m. O Projeto, Memorial Descritivo, Orçamentos e Cronograma Físico deverão ser retirados (em arquivo digital), no Setor de Licitações do município de Passos Maia, de segunda a sexta-feira. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até 09:00 horas do dia 27 de junho de 2016, iniciando-se a Sessão Pública às 09:15 horas do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 08:00hs às 17:30hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010 e/ou pelo e-mail licitacao@passosmaia.sc.gov.br.

Passos Maia, 09 de junho 2016.

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL N. 0051/2016

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N.0051/2016

TOMADA DE PREÇO N. 0011/2016

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito á Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N. 0011/2016 – Objeto – Tem por objeto a tomada de preços para contratação de empresa especializada na área de engenharia, para a execução de serviços de Pavimentação poliédrica na Rua Pedro Bresciani – Trecho entre a Rua Zeferino Stringhi e a estaca 8+10,43m. O Projeto, Memorial Descritivo, Orçamentos e Cronograma Físico deverão ser retirados (em arquivo digital), no Setor de Licitações do município de Passos Maia, de segunda a sexta feira. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até 11:00 horas do dia 27 de junho de 2016, iniciando-se a Sessão Pública às 11:15 horas do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 08:00hs às 17:30hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010 e/ou pelo e-mail licitacao@passosmaia.sc.gov.br.

Passos Maia, 09 de junho 2016.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL N. 0053/2016

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0053/2016

TOMADA DE PREÇO N. 0013/2016

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito á Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N. 0013/2016 – Objeto – Tem por objeto a tomada de preços para contratação de empresa especializada na área de engenharia, para a execução de serviços de Pavimentação poliédrica na Rua Bortolo Michelin – Trecho entre a Avenida Angêlo Tirelli e a Rua Joventino Pelizzari. O Projeto, Memorial Descritivo, Orçamentos e Cronograma Físico deverão ser retirados (em arquivo digital), no Setor de Licitações do município de Passos Maia, de segunda a sexta feira. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até 16:00 horas do dia 27 de junho de 2016, iniciando-se a Sessão Pública às 16:15 horas do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 08:00hs às 17:30hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010 e/ou pelo e-mail licitacao@passosmaia.sc.gov.br.

Passos Maia, 09 de junho 2016.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL N. 0052/2016

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0052/2016

TOMADA DE PREÇO N. 0012/2016

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito á Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N. 0012/2016 – Objeto – Tem por objeto a tomada de preços para contratação de empresa especializada na área de engenharia, para a execução de serviços de Pavimentação poliédrica na Rua Zeferino Stringhi – Trecho entre a Avenida Angêlo Tirelli e a Rua Pedro Bresciani. O Projeto, Memorial Descritivo, Orçamentos e Cronograma Físico deverão ser retirados (em arquivo digital), no Setor de Licitações do município de Passos Maia, de segunda a sexta feira. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até 14:00 horas do dia 27 de junho de 2016, iniciando-se a Sessão Pública às 14:15 horas do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 08:00hs às 17:30hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010 e/ou pelo e-mail licitacao@passosmaia.sc.gov.br.

Passos Maia, 09 de junho 2016.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes

PREFEITURA

ERRATA PORTARIA Nº 184/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES

ERRATA

Na Portaria nº 184/2016 de 19 de Maio de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 20/05/2016, onde se lê "matrícula 11066" Leia-se "MATRICULA 11170", Permanecendo o restante do texto sem alteração.

Município de Paulo Lopes - SC, 07 de junho de 2016.

Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

ERRATA PORTARIA Nº 189/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES

ERRATA

Na Portaria nº 189/2016 de 01 de Junho de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 07/06/2016, onde se lê "01/03/2009" Leia-se "01/06/2009", Permanecendo o restante do texto sem alteração.

Município de Paulo Lopes - SC, 07 de Junho de 2016.

Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

ERRATA PORTARIA Nº 201/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
ERRATA

Na Portaria nº 201/2016 de 06 de Junho de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 07/06/2016, onde se lê "Matrícula 11230" Leia-se "Matrícula 11229", Permanecendo o restante do texto sem alteração.

Município de Paulo Lopes - SC, 07 de junho de 2016.

Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

ERRATA PORTARIA Nº 202/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES

ERRATA

Na Portaria nº 202/2016 de 06 de Junho de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 07/06/2016, onde se lê "Matrícula 11231" Leia-se "Matrícula 11230", Permanecendo o restante do texto sem alteração.

Município de Paulo Lopes - SC, 07 de junho de 2016.

Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 203/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 203/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, MARCELO SANTANA, brasileiro, portador do CPF nº 015.003.239-00, residente e domiciliado no Município Paulo Lopes/SC, matrícula nº 11231, aprovado em Quinto lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 005/2016, para ocupar o Cargo de Motorista, com carga horária de 40 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 06/06/2016 à 05/06/2019 sob Regime Estatutário (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 07 de Junho de 2016.

Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 204/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 204/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, SONIA GOMES BITENCOURT, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 743.998.379-34, matrícula nº 333, ocupante do Cargo de Auxiliar Contábil Financeiro II, a disposição da Secretaria Municipal de Finanças com gozo no período de 06/06/2016 à 05/07/2016, referente ao quinquênio de 01/08/1998 à 02/08/2003, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 07 de Junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 205/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 205/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Ana Regina Moreira dos Santos, brasileira, ocupante do Cargo de Professora II, portadora do CPF nº 417.205.989-91, matrícula nº 11203, nomeada pela Portaria nº 108/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 07 de Junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 206/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 206/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, CLT, Valdete Correia de Souza Fernandes, brasileira, portadora do CPF nº 043.354.119-95, matrícula nº 10263 ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, de 08/06/2016 à 22/06/2016. Encaminhando a pericia no (16º) décimo sexto dia conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes – SC, em 09 de Junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

2668

DECRETO Nº2668 /2016

“RECONDUZ E NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA - CONCIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 65, inciso VI da Lei Orgânica do Município e Art. 5º, § 3º da Lei nº 2.201/2008;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 2821, de 08 de junho de 2016, que alterou o Artigo 5º da Lei Municipal nº 2.201, de 24 de abril de 2008, autorizando o Poder Executivo Municipal modificar a composição dos representantes do Poder Público do Conselho Municipal da Cidade de Penha - CONCIDADE;

Considerando que na data de 23 de maio de 2016, houve a renovação de membros dos conselheiros integrantes do Conselho Municipal da Cidade de Penha - CONCIDADE;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam mantidos e renomeados os seguintes membros titulares e seus respectivos suplentes do Conselho Municipal da Cidade de Penha - CONCIDADE:

Poder Público:

I – Prefeito Municipal ou seu representante legal
Dorval Vieira de Oliveira

II – 5 (cinco) representantes do Poder Executivo Municipal
Titular - Liete José Laurentino
Suplente – Gabriel Alves Bastos

Titular - Everaldo Moraes dos Santos
Suplente – Ricardo Francisco das Neves

Titular – Valdemir Bortolato Germano
Suplente – Misael Cordeiro
Titular – Maurílio Pedro Leite
Suplente – George Wanderlei da Silva Alves

Titular – Evaldo Eredos dos Navegantes
Suplente – Reginaldo Waltrick

III – 1 (um) representante do Poder Legislativo Municipal
Titular – Jefferson Ademir Custódio
Suplente – Jesuel Francisco Capela

IV – 1 (um) representante do Corpo de Bombeiros Militar
Titular – Sub Tenente BM Wancarlos
Suplente – 2º Tenente BM Machado

Sociedade Civil:

I – 1 (um) representante da ACIPEN – Associação Comercial e Industrial de Penha e Câmara de Diretores Lojistas - CDL
Titular – André Roberto Pereira
Suplente – Cionei Luiz Zanotti

II – 1 (um) representante da AHOREPE – Associação de Hotéis e Restaurantes de Penha
Titular – Marcos Caldeira
Suplente – Cleber M. Neumann

III – 1 (um) representante de entidades ambientalistas com atuação no Município
Titular – Sergio Augusto Machado
Suplente – Gilberto Caetano Manzoni

IV – 1 (um) representante do seguimento imobiliário com atuação no Município
Titular – Oldivar José Chilante
Suplente – Fabiano José da Silva

V – 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil.
Titular – Cristina Boccasius Siqueira
Suplente – Ricardo Matiello

VI – 1 (um) representante dos profissionais liberais do seguimento de engenharia e arquitetura com atuação no Município
Titular – Sebastião Fermio
Suplente – Arthur Henrique dos Santos Zimmermann

VII – 1 (um) representante da atividade pesqueira com atuação no Município.
Titular – David Stolfa
Suplente – Giovane F. Dias

VIII – 3 (três) representantes das Associações de Moradores de Bairro legalmente constituídas e que atuam no Município
Titular – Angelo Piazero Júnior
Suplente – Henrique Elias Bruch

Titular – Costabile A. Silva Di Gregório
Suplente – Ana Lúcia Cypriano de Souza

Titular – Moacir Livinalli
Suplente – Waldemiro Meister Neto

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2004/2014.

Penha (SC), 09 de junho de 2016
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2016- PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2016 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016 – PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2016 - PMP

Aos 09 (nove) dias, do mês de Junho de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 17/2016 - PMP, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA, com sede na cidade de Itajaí/SC, Avenida Irineu Bornhausem, nº 855 - B, Bairro: São João, CEP: 88304-000, Telefone: (47) – 3348-1214, Email: mercolux@mercolux-sc.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.582/0001-69, neste ato representada pelo Sr. Luiz Bunki Otsuka.

1 - DO OBJETO

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO/AMPLIAÇÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 17/2016 - PMP, a que corresponde este pacto, assim especificados:

Lote: 1 - Lâmpadas							
Lote	Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1	500,00	pç	Lâmpada de vapor de sódio em alta pressão 70W, com as seguintes CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS, bulbo tubular, fluxo luminoso 6.400 IM, temperatura da cor 2000°K, bocal E27. Vida média 28.000 horas, IRC < 25. Eficiência Luminosa mínima de 90 LM/W, corrente da lâmpada 1,0A. Homologada Celesc e com Selo Procel. Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	OSRAM	21,51	10.755,00
1	2	1000,00	pç	Lâmpada de vapor de sódio em alta pressão 150W, com as seguintes CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS, bulbo tubular, fluxo luminoso 16500 IM, temperatura da cor 2000°K, bocal E40. Vida média 32.000 horas, IRC < 25. Eficiência Luminosa mínima de 110 LM/W, corrente da lâmpada 1,80A. Homologada Celesc e com Selo Procel. Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	OSRAM	38,97	38.970,00
1	3	300,00	pç	Lâmpada de vapor de sódio em alta pressão 250W, com as seguintes CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS, bulbo tubular, fluxo luminoso 31.250 IM, temperatura da cor 2000°K, bocal E40. Vida média 32.000 horas, IRC < 25. Eficiência Luminosa mínima de 124 LM/W, corrente da lâmpada 3,0A. Homologada Celesc e com Selo Procel. Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	OSRAM	43,09	12.927,00
1	4	500,00	pç	Lâmpada de vapor de sódio em alta pressão 400W, com as seguintes CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS, bulbo tubular, fluxo luminoso 56.000 IM, temperatura da cor 2000°K, bocal E40. Vida média 32.000 horas, IRC < 25. Eficiência Luminosa mínima de 133 LM/W, corrente da lâmpada 4,4 A. Homologada Celesc e com Selo Procel. Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	OSRAM	48,18	24.090,00

1	5	500,00	pç	Lâmpada de multivapores metálicos 150W, com as seguintes CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS, bulbo tubular, fluxo luminoso 12.500 IM, temperatura da cor 4.200°K, índice de reprodução de cor , bocal E27. Vida mediana 12.000 horas, Eficiência luminosa mínima de 83 LM/W, corrente da lâmpada 1,8A Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	DEMAPE	33,51	16.755,00
1	6	250,00	pç	Lâmpada de multivapores metálicos 250W, com as seguintes CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS, bulbo tubular, fluxo luminoso 20.000 IM, temperatura da cor 5.200°K, índice de reprodução de cor , bocal E40. Vida mediana 12.000 horas, Eficiência luminosa mínima de 82 LM/W, corrente da lâmpada 3,0A . Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	OSRAM	55,81	13.952,50
1	7	500,00	pç	Lâmpada de multivapores metálicos 400W, com as seguintes CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS, bulbo tubular, fluxo luminoso 35.000 IM, temperatura da cor 5.500°K, índice de reprodução de cor 90, bocal E40. Vida mediana 12.000 horas, Eficiência luminosa mínima de 83 LM/W, corrente da lâmpada 4,0A . Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	OSRAM	64,04	32.020,00
1	8	50,00	pç	Lâmpada multivapores metálicos 1.000 W, com as seguintes CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: bulbo tubular, base E-40; fluxo luminoso 85.000 lumens ou maior; índice de reprodução de cores 65 Ra8 ou maior; temperatura de cor 4.300 K, Eficiência luminosa 86 LM/W, vida útil 12.000 horas ou mais. Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	PHILIPS	345,01	17.250,50

Total do Lote 1:

166.720,00

Lote: 2 - Luminárias

Lote	Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	9	300,00	pç	Luminária fechada para uso em sistemas de iluminação em chapa de alumínio repuxado polido por sistema de abrillantamento eletroquímico acabamento anonizado e selado. Para uso com lâmpadas de até 150W , fechamento em policarbonato. Pescoço em liga de alumínio, para encaixe de tubos até diferentes medidas de braços. Padrão ABNT Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	TAKT GTN	123,18	36.954,00
2	10	300,00	pç	Luminária fechada para uso em sistemas de iluminação em chapa de alumínio repuxado polido por sistema de abrillantamento eletroquímico acabamento anonizado e selado. Para uso com lâmpadas de até 400W , fechamento em policarbonato. Pescoço em liga de alumínio, para encaixe de tubos até diferentes medidas de braços. Padrão ABNT Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	TAKT GTN	133,68	40.002,00

2	11	50,00	pç	Luminária pública fechada, com alojamento integrado para equipamento auxiliar. Corpo em alumínio injetado, refletor estampado em alumínio anodizado, refrator em lente de vidro temperado, acabamento epóxi na cor cinza claro, e acabamento na cor preta. juntas de vedação resistentes ao calor e envelhecimento. Encaixe para tubo até 48,3mm. Soquete de porcelana E40. Grau de proteção IP65. Lâmpadas: Utilizar lâmpada tubular com tamanho máximo de 200mm, do tipo de vapor metálico 250w. Material para manutenção Praça do Coreto. Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	OLIVO	367,68	18.384,00
2	12	150,00	pç	Luminária pública para iluminação para lâmpadas de descarga 400W. Corpo e cobertura em alumínio injetado sob pressão, pintado eletrostaticamente. Acesso superior para manutenção. Sem necessidade de ferramenta. Fechamento através de presilha em aço inoxidável. Refletor estampado, polido e anodizado. Instalação em braço com diâmetro máx 60,3 mm . Vidro policurvo transparente temperado montado ao corpo da luminária.. Chassi porta equipamentos auxiliares em chapa de aço galvanizada. Grau de proteção IP66. Alojamento para lâmpada de 400W , base E-40. Material para reposição modelo Reeme ZE-280. Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	REEME	387,07	58.060,50
2	13	100,00	pç	Luminária pública para iluminação para lâmpadas de descarga 250W. Corpo e cobertura em alumínio injetado sob pressão, pintado eletrostaticamente. Acesso superior para manutenção. Sem necessidade de ferramenta. Fechamento através de presilha em aço inoxidável. Refletor estampado, polido e anodizado. Instalação em braço com diâmetro máx 60,3 mm . Vidro policurvo transparente temperado montado ao corpo da luminária.. Chassi porta equipamentos auxiliares em chapa de aço galvanizada. Grau de proteção IP66. Alojamento para lâmpada de 250W , base E-40. Material para reposição modelo Reeme ZE-281 Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	REEME	313,79	31.379,00
2	14	300,00	pç	Luminária para iluminação pública para lâmpadas até 400W. Corpo em liga de alumínio injetado em alta pressão, pintura poliéster, refletor em alumínio de alta pureza, repuxado e anodizado quimicamente, presilhas com fecho de mola em aço inox, pescoço adaptador para braço ou topo de poste, suporte articulável com trava de sustentação de abertura. Grau de proteção IP66. Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	EMPALUX	238,43	71.529,00
Total do Lote2:							256.308,50
Lote: 3- Projetor							
Lote	Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total

3	15	100,00	pç	Projetores para lâmpada de descarga potência de 1000W com as seguintes características. Moldura porta vidro e corpo composto de grupo óptico e compartimento para equipamentos separados termicamente, em alumínio injetado sob pressão e pintado eletrostaticamente com tinta poliéster na cor branco. Refletor em alumínio polido e anodizado. Vidro frontal, transparente, temperado. Suporte aço galvanizado a fogo, pintado com tinta poliéster. Parafusos externos em aço inoxidável e internos em aço bicromatizado. Porta-lâmpada em porcelana reforçada, rosca E40. Grau de Proteção IP 66. Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	FAEELUCE	884,69	88.469,00
---	----	--------	----	---	----------	--------	-----------

Total do Lote3:

88.469,00

Lote: 4 - Reatores

Lote	Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
4	16	500,00	pç	Reator baixa perda externo para lâmpada vapor de sódio 150W, 220V, 60hz, fator de potência 0,92 (min.), com Ignitor temporário, galvanizado a fogo. Homologado CELESC/Selo Procel - Apresentar catálogo para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas. Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	DEMAPE	59,11	29.555,00
4	17	250,00	pç	Reator baixa perda externo para lâmpada vapor de sódio 250W, 220V, 60hz, fator de potência 0,92 (min.), com Ignitor temporário, galvanizado a fogo. Homologado CELESC/ Selo Procel - Apresentar catálogo para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas. Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	DEMAPE	83,58	20.895,00
4	18	300,00	pç	Reator baixa perda externo para lâmpada vapor de sódio 400W, 220V, 60hz, fator de potência 0,92 (min.), com Ignitor temporário, galvanizado a fogo. Homologado CELESC/Selo Procel - Apresentar catálogo para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas. Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	DEMAPE	96,37	28.911,00
4	19	300,00	pç	Reator baixa perda interno para lâmpada vapor de sódio 400W, 220V, 60hz, fator de potência 0,92 (min.), com Ignitor temporário. - Selo Procel -Apresentar catálogo para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas. Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	DEMAPE	77,92	23.376,00
4	20	50,00	pç	Reator baixa perda interno para lâmpada vapor de metálico 1000W, 220V, 60hz, fator de potência 0,92 (min.), com Ignitor temporário. Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	DEMAPE	312,51	15.625,50
4	21	200,00	pç	Reator baixa perda interno para lâmpada vapor metálico 150W, 220V, 60hz, fator de potência 0,92 (min.), com Ignitor temporário perda máxima 22W. -Apresentar catálogo para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas. Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	DEMAPE	46,47	9.294,00

4	22	300,00	pç	Reator baixa perda interno para lâmpada vapor metálico 250W, 220V, 60hz, fator de potência 0,92 (min.), com Ignitor temporário perda máxima 30W. -Apresentar catálogo para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas. Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	DEMAPE	65,78	19.734,00
4	23	300,00	pç	Reator baixa perda interno para lâmpada vapor metálico 400W, 220V, 60hz, fator de potência 0,92 (min.), com Ignitor temporário perda máxima 38W. -Apresentar catálogo para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas. Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	DEMAPE	77,45	23.235,00

Total do Lote 4: 170.625,50

Lote: 5 - Braços

Lote	Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
5	24	500,00	pç	Braço de iluminação pública com diâmetro 33mm, espessura da chapa 2,2mm, comprimento 1500mm com sapata galvanizado a fogo. Padrão Celesc (20039)	ROMAGNOLE	39,52	19.760,00
5	25	500,00	pç	Braço de iluminação pública com diâmetro 48,3mm, espessura da chapa 3mm, comprimento 2000mm com sapata galvanizado a fogo.	ROMAGNOLE	52,71	26.355,00
5	26	200,00	pç	Braço de iluminação curvo diâmetro 48,3mm, espessura da chapa 3,00, comprimento 3000mm com sapata galvanizado a fogo. Padrão Celesc (7486)	ROMAGNOLE	125,17	25.034,00
5	27	100,00	pç	Núcleo para encaixe em poste com topo de 120mm, com altura de 400mm, galvanizado a fogo e pintado na cor branco. Deverá ter suporte para instalação de 01 projetor de 1000W conforme normas NBR 6323, 7399 e 7400 da ABNT	FONINI	138,03	13.803,00
5	28	100,00	pç	Braço decorativo modelo ENTERPRISE de 2,50 m de projeção, fabricado em tubo de aço carbono de 60mm, com raio de curvatura 150mm, dotado de aleta ornamental em chapa de aço na forma "C" esticado. Galvanizado a fogo interna e externamente conforme normas NBR 6323, 7399 e 7400 da ABNT e pintado na cor branca	CONIPOST	614,88	61.488,00

Total do Lote 5: 146.440,00

Lote: 6- Postes Fibra

Lote	Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
6	29	70,00	pç	Poste polimérico reforçado fibra de vidro PRFV com altura total de 10,5 metros , engastado, topo de 120mm, base de 375mm, espessura 8,6mm, totalmente liso e pintado na cor branca. Deverá ser considerado no preço ofertado a construção de 30 metros de banco de dutos em calçada de paver com abertura e fechamento bem como recomposição do pavimento, lançamento de eletroduto no vão de 30 metros, instalação de tubulão 600x1000mm, instalação de caixa de passagem 300x300x400, instalação de braço especial tipo Enterprise com 2,5 metros, instalação de projetor de 1000W no topo, instalação de luminária, lançamento de cabeamento em vão de 30 metros. (Os materiais descritos (tubo,cabo,caixas,eletroduto,projetor,luminária) exceto o poste de fibra serão pela Prefeitura)	PETROFISA	6.588,17	461.171,90

Total do Lote 6: 461.171,90

Lote: 7 - Postes

Lote	Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
7	30	25,00	pç	Poste de concreto modelo duplo T altura de 12 metros resistência mecânica 600daN - Padrão Celesc	INDAIAL	1.317,61	32.940,25
7	31	20,00	pç	Poste de concreto circular altura de 11 metros resistência mecânica 300 daN - Padrão Celesc	INDAIAL	909,78	18.195,60
Total do Lote 7:							51.135,85
Lote: 8 - Cabos							
Lote	Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
8	32	1500,00	m	Cabo multiplexado monofásico em alumínio 1x1x10+10mm²	ALUBAR	1,45	2.175,00
8	33	1500,00	m	Cabo multiplexado trifásico em alumínio 3x1x50+35mm²	ALUBAR	13,58	20.370,00
8	34	3000,00	m	Condutor de cobre, classe de encordoamento 5, SINGELO, isolamento em composto de borra-cha EPR, seção 10 mm², tensão de isolamento 0,6/1kV, temperatura máxima no condutor 90°C, cobertura em PVC	CORFIO	3,43	10.290,00
8	35	6000,00	m	Condutor de cobre, classe de encordoamento 5, SINGELO, isolamento em composto de borra-cha EPR, seção 16 mm², tensão de isolamento 0,6/1kV, temperatura máxima no condutor 90°C, cobertura em PVC	CORFIO	5,52	33.120,00
8	36	5000,00	m	Fio isolado classe de tensão 750V bitola 1,5mm²	CORFIO	0,53	2.650,00
Total do Lote 8:							68.605,00
Lote: 9 - Ferragens							
Lote	Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
9	37	1500,00	pç	Cinta para poste seção circular padrão diâmetro 260mm completa com parafusos e porcas. Padrão Celesc.	ROMAGNOLE	23,16	34.740,00
9	38	1500,00	pç	Cinta para poste seção circular padrão diâmetro 280mm completa com porcas e parafusos. Padrão Celesc	ROMAGNOLE	23,90	35.850,00
Total do Lote 9:							70.590,00
Lote: 10 - Conector							
Lote	Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
10	39	500,00	pç	Kit de junção para emenda reta ou derivação de cabos unipolares até 0,6/1kV com seção máxima do condutor de cobre flexível até 25 mm². O conector de bronze incluso no kit permite emendas retas e derivações de cabos unipolares sem a necessidade de interromper o cabo principal. O conector, centrado e inserido nas aletas do interior da capa impedem eventuais deslocamentos do cabo.	ETELEC	30,39	15.195,00
Total do Lote 10:							15.195,00
Lote: 11 - Diversos							
Lote	Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
11	40	1000,00	pç	Base para rele fotoelétrico - Homologada Celesc	INRAL	7,33	7.330,00
11	41	100,00	pç	Chave magnética de comando 1x50A com proteção. Homologada Celesc - Apresentar catálogo para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	EXATRON	153,09	15.309,00
11	42	2500,00	pç	Rele fotoeletrônico 1000W , luz para ligar menor de 10Lux, tecnologia microcontrolado. Homologado Celesc - Apresentar catálogo para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	INTRAL	16,42	41.050,00
Total do Lote 11:							63.689,00
Lote: 12 - Transformador							

Lote	Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
12	43	2,00	pç	Transformador trifásico potência de 75kVA, classe de tensão 15kV tensão 220/380V - Padrão Celesc	ROMAGNOLE	9.035,00	18.070,00
Total do Lote 12:							18.070,00
Lote: 13 - Conjuntos de 150W							
Lote	Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
13	44	1500,00	pç	Arruela quadrada 38x38x18mm	ROMAGNOLE	0,38	570,00
13	45	500,00	pç	Base para rele fotoelétrico - Homologada Celesc	INTRAL	7,31	3.655,00
13	46	500,00	pç	Braço de iluminação pública com diâmetro 48,3mm, espessura da chapa 3mm, comprimento 2000mm com sapata galvanizado a fogo.	ROMAGNOLE	52,70	26.350,00
13	47	1000,00	pç	Cinta para poste seção circular padrão diâmetro 260mm. Padrão Celesc	ROMAGNOLE	23,15	23.150,00
13	48	1000,00	pç	Conector ampactinho tipo B - Laranja	JOARP	4,13	4.130,00
13	49	3000,00	M	Fio isolado classe de tensão 750V bitola 1,5mm ²	CORFIO	0,53	1.590,00
13	50	500,00	pç	Lâmpada de multivapores metálicos 150W, com as seguintes CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS, bulbo tubular, fluxo luminoso 12.500 IM, temperatura da cor 4.200°K, índice de reprodução de cor , bocal E27. Vida mediana 12.000 horas, Eficiência luminosa mínima de 83 LM/W, corrente da lâmpada 1,8A . Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	DEMAPE	33,51	16.755,00
13	51	500,00	pç	Luminária fechada com alojamento integrado para reator, corpo e aro em liga de alumínio fundido, refletor estampado em chapa de alumínio e anodizado, acabamento epóxi na cor cinza claro, refrator em lente plana de cristal temperado. Encaixe para tubo até Ø 60,3mm	CONEX	238,21	119.105,00
13	52	1500,00	pç	Parafuso frances cabeça abaulada dimensão 16x70mm	ROMAGNOLE	2,41	3.615,00
13	53	500,00	pç	Reator baixa perda interno para lâmpada vapor metálico 150W, 220V, 60hz, fator de potência 0,92 (min.), com Ignitor temporário perda máxima 22W. - Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	DEMAPE	46,47	23.235,00
13	54	500,00	pç	Rele fotoeletrônico 1000W , luz para ligar menor de 10Lux, tecnologia microcontrolado. Homologado Celesc	INTRAL	16,42	8.210,00
13	55	2825,00	srv	Execução de serviço de retirada de conjunto de iluminação, montagem e instalação de novo conjunto, elaboração d projeto executivo, aprovação na concessionária e fornecimento de ART.		57,91	163.595,75
Total do Lote 13:							393.960,75
Lote: 14 - Conjuntos de 250W							
Lote	Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
14	56	900,00	pç	Arruela quadrada 38x38x18mm	ROMAGNOLE	0,38	342,00
14	57	300,00	pç	Base para rele fotoelétrico - Homologada Celesc	INTRAL	7,31	2.193,00
14	58	300,00	pç	Braço de iluminação curvo diâmetro 48,3mm, espessura da chapa 3,00, comprimento 3000mm com sapata galvanizado a fogo. Padrão Celesc (7486)	ROMAGNOLE	125,17	37.551,00
14	59	600,00	pç	Cinta para poste seção circular padrão diâmetro 260mm. Padrão Celesc	ROMAGNOLE	23,15	13.890,00
14	60	600,00	pç	Conector ampactinho tipo B - Laranja	JOARP	4,13	2.478,00
14	61	3000,00	pç	Fio isolado classe de tensão 750V bitola 1,5mm ²	CORFIO	0,53	1.590,00

14	62	300,00	pç	Lâmpada de multivapores metálicos 250W, com as seguintes CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS, bulbo tubular, fluxo luminoso 20.000 IM, temperatura da cor 5.200°K, índice de reprodução de cor , bocal E40. Vida mediana 12.000 horas, Eficiência luminosa mínima de 82 LM/W, corrente da lâmpada 3,0A . Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	OSRAM	55,81	16.743,00
14	63	300,00	pç	Luminária pública fechada, corpo e aro com alojamento para equipamento elétrico em alumínio injetado a alta pressão. Difusor de vidro curvo temperado fixado ao aro através de junta vedadora. Refletor estampado em chapa de alumínio, anodizado e selado. Fixação em ponto de braço com até Ø 60,3mm. Para fixação de 1,2,3 ou 4 pétalas em poste Utilizar núcleo de ferro. Pintura eletrostática na cor cinza (a pedido, outras cores). Soquete de porcelana rosca E-40 com regulação da lâmpada permitindo a variação da intensidade luminosa para diversas classificações fotométricas. Grau de proteção, corpo óptico: IP66. Alojamento para equipamento auxiliar: IP33.	CONEX	234,69	79.407,00
14	64	900,00	pç	Parafuso frances cabeça abaulada dimensão 16x70mm	ROMAGNOLE	2,43	2.187,00
14	65	300,00	pç	Reator baixa perda interno para lâmpada vapor metálico 250W, 220V, 60hz, fator de potência 0,92 (min.), com Ignitor temporário perda máxima 30W. - Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	DEMAPE	65,78	19.734,00
14	66	300,00	pç	Rele fotoeletrônico 1000W , luz para ligar menor de 10Lux, tecnologia microcontrolado. Homologado Celesc	INTRAL	16,42	4.926,00
14	67	2880,00	srv	Execução de serviço de retirada de conjunto de iluminação, montagem e instalação de novo conjunto, elaboração d projeto executivo, aprovação na concessionária e fornecimento de ART.		57,91	166.780,80
Total do Lote 14:							347.821,80
Lote: 15 - Conjuntos de 400W							
Lote	Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
15	68	900,00	pç	Arruela quadrada 38x38x18mm	ROMAGNOLE	0,38	342,00
15	69	300,00	pç	Base para rele fotoelétrico - Homologada Celesc	INTRAL	7,31	2.193,00
15	70	300,00	pç	Braço de iluminação curvo diâmetro 48,3mm, espessura da chapa 3,00, comprimento 3000mm com sapata galvanizado a fogo. Padrão Celesc (7486)	ROMAGNOLE	125,18	37.554,00
15	71	600,00	pç	Cinta para poste seção circular padrão diâmetro 260mm. Padrão Celesc	ROMAGNOLE	23,16	13.896,00
15	72	600,00	pç	Conector ampactinho tipo B - Laranja	JOARP	4,14	2.484,00
15	73	3000,00	pç	Fio isolado classe de tensão 750V bitola 1,5mm²	CORFIO	0,53	1.590,00
15	74	300,00	pç	Lâmpada de multivapores metálicos 400W, com as seguintes CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS, bulbo tubular, fluxo luminoso 35.000 IM, temperatura da cor 5.500°K, índice de reprodução de cor 90, bocal E40. Vida mediana 12.000 horas, Eficiência luminosa mínima de 83 LM/W, corrente da lâmpada 4,0A . Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	OSRAM	64,04	19.212,00

15	75	300,00	pç	Luminária pública fechada, corpo e aro com alojamento para equipamento elétrico em alumínio injetado a alta pressão. Difusor de vidro curvo temperado fixado ao aro através de junta vedadora. Refletor estampado em chapa de alumínio, anodizado e selado. Fixação em ponto de braço com até Ø 60,3mm. Para fixação de 1,2,3 ou 4 pétalas em poste Utilizar núcleo de ferro. Pintura eletrostática na cor cinza (a pedido, outras cores). Soquete de porcelana rosca E-40 com regulagem da lâmpada permitindo a variação da intensidade luminosa para diversas classificações fotométricas. Grau de proteção, corpo óptico: IP66. Alojamento para equipamento auxiliar: IP33.	CONEX	264,70	79.410,00
15	76	540,00	pç	Parafuso frances cabeça abaulada dimensão 16x70mm	ROMAGNOLE	2,43	1.312,20
15	77	300,00	pç	Reator baixa perda interno para lâmpada vapor metálico 400W, 220V, 60hz, fator de potência 0,92 (min.), com Ignitor temporário perda máxima 38W. - Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	DEMAPE	77,46	23.238,00
15	78	300,00	pç	Rele fotoeletrônico 1000W , luz para ligar menor de 10Lux, tecnologia microcontrolado. Homologado Celesc	INTRAL	16,42	4.926,00
15	79	2880,00	srv	Execução de serviço de retirada de conjunto de iluminação, montagem e instalação de novo conjunto, elaboração d projeto executivo, aprovação na concessionária e fornecimento de ART.		57,92	166.809,60
Total do Lote 15:							352.966,80
Lote: 16 - Conjuntos de 400W/250W - BRAÇO ESPECIAL DUPLO TIPO PEIXE							
Lote	Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
16	80	900,00	pç	Arruela quadrada 38x38x18mm	ROMAGNOLE	0,38	342,00
16	81	300,00	pç	Base para rele fotoelétrico - Homologada Celesc	INTRAL	7,31	2.193,00
16	82	300,00	pç	Braço ornamental duplo fabricado em tubo de aço carbono diâmetro 60mm, projeção 3.500, inclinação 10°, e projeção 2.500mm, inclinação 5°, soldados em viga "u" para fixação ao poste. galvanizado a fogo interna e externamente conforme normas nbr 6323, 7399 e 7400 da abnt. Braço tipo Peixe Duplo - Referência Avenida Nereu Ramos	FONINI	607,06	182.118,00
16	83	600,00	pç	Cinta para poste seção circular padrão diâmetro 260mm. Padrão Celesc	ROMAGNOLE	23,15	13.890,00
16	84	600,00	pç	Conector ampactinho tipo B - Laranja	JOARP	4,13	2.478,00
16	85	3000,00	pç	Fio isolado classe de tensão 750V bitola 1,5mm²	CORFIO	0,53	1.590,00
16	86	300,00	pç	Lâmpada de multivapores metálicos 400W, com as seguintes CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS, bulbo tubular, fluxo luminoso 35.000 IM, temperatura da cor 5.500°K, índice de reprodução de cor 90, bocal E40. Vida mediana 12.000 horas, Eficiência luminosa mínima de 83 LM/W, corrente da lâmpada 4,0A . Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	OSRAM	64,04	19.212,00
16	87	300,00	pç	Lâmpada de multivapores metálicos 250W, com as seguintes CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS, bulbo tubular, fluxo luminoso 20.000 IM, temperatura da cor 5.200°K, índice de reprodução de cor , bocal E40. Vida mediana 12.000 horas, Eficiência luminosa mínima de 82 LM/W, corrente da lâmpada 3,0A . Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	OSRAM	55,81	16.743,00

16	88	300,00	pç	Luminária pública para iluminação para lâmpadas de descarga 400W. Corpo e cobertura em alumínio injetado sob pressão, pintado eletrotaticamente. Acesso superior para manutenção. Sem necessidade de ferramenta. Fechamento através de presilha em aço inoxidável. Refletor estampado, polido e anodizado. Instalação em braço com diâmetro máx 60,3 mm . Vidro policurvo transparente temperado montado ao corpo da luminária.. Chassi porta equipamentos auxiliares em chapa de aço galvanizada. Grau de proteção IP66. Alojamento para lâmpada de 400W , base E-40. Material para reposição modelo Reeme ZE-280	REEME	387,08	116.124,00
16	89	300,00	pç	Luminária pública para iluminação para lâmpadas de descarga 250W. Corpo e cobertura em alumínio injetado sob pressão, pintado eletrotaticamente. Acesso superior para manutenção. Sem necessidade de ferramenta. Fechamento através de presilha em aço inoxidável. Refletor estampado, polido e anodizado. Instalação em braço com diâmetro máx 60,3 mm . Vidro policurvo transparente temperado montado ao corpo da luminária.. Chassi porta equipamentos auxiliares em chapa de aço galvanizada. Grau de proteção IP66. Alojamento para lâmpada de 250W , base E-40. Material para reposição modelo Reeme ZE-281	REEME	313,79	94.137,00
16	90	900,00	pç	Parafuso frances cabeça abaulada dimensão 16x70mm	ROMAGNOLE	2,43	2.187,00
16	91	300,00	pç	Reator baixa perda interno para lâmpada vapor metálico 400W, 220V, 60hz, fator de potência 0,92 (min.), com Ignitor temporário perda máxima 38W. - Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	DEMAPE	77,45	23.235,00
16	92	300,00	pç	Reator baixa perda interno para lâmpada vapor metálico 250W, 220V, 60hz, fator de potência 0,92 (min.), com Ignitor temporário perda máxima 30W. - Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	DEMAPE	65,78	19.734,00
16	93	600,00	pç	Rele fotoeletrônico 1000W , luz para ligar menor de 10Lux, tecnologia microcontrolado. Homologado Celesc	INTRAL	16,42	9.852,00
16	94	3744,00	srv	Execução de serviço de retirada de conjunto de iluminação, montagem e instalação de novo conjunto, elaboração d projeto executivo, aprovação na concessionária e fornecimento de ART.		57,91	216.815,04
Total do Lote 16:							746.649,00
Lote: 17 - Conjuntos de 400W - BRAÇO ESPECIAL SIMPLES TIPO PEIXE							
Lote	Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
17	95	450,00	pç	Arruela quadrada 38x38x18mm	ROMAGNOLE	0,38	171,00
17	96	150,00	pç	Base para rele fotoelétrico - Homologada Celesc	INTRAL	7,31	1.096,50
17	97	150,00	pç	Braço ornamental fabricado em tubo de aço carbono diâmetro 60mm, projeção 3.500, inclinação 10°, e projeção 2.500mm, inclinação 5°, soldados em viga "u" para fixação ao poste. galvanizado a fogo interna e externamente conforme normas nbr 6323, 7399 e 7400 da abnt - Referência Peixe Simples	FONINI	503,59	75.538,50
17	98	300,00	pç	Cinta para poste seção circular padrão diâmetro 260mm. Padrão Celesc	ROMAGNOLE	23,15	6.945,00
17	99	300,00	pç	Conector ampactinho tipo B - Laranja	JOARP	4,13	1.239,00
17	100	1500,00	pç	Fio isolado classe de tensão 750V bitola 1,5mm²	CORFIO	0,53	795,00

17	101	150,00	pç	Lâmpada de multivapores metálicos 400W, com as seguintes CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS, bulbo tubular, fluxo luminoso 35.000 IM, temperatura da cor 5.500°K, índice de reprodução de cor 90, bocal E40. Vida mediana 12.000 horas, Eficiência luminosa mínima de 83 LM/W, corrente da lâmpada 4,0A . Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	OSRAM	64,04	9.606,00
17	102	150,00	pç	Luminária pública para iluminação para lâmpadas de descarga 400W. Corpo e cobertura em alumínio injetado sob pressão, pintado eletrotaticamente. Acesso superior para manutenção. Sem necessidade de ferramenta. Fechamento através de presilha em aço inoxidável. Refletor estampado, polido e anodizado. Instalação em braço com diâmetro máx 60,3 mm . Vidro policurvo transparente temperado montado ao corpo da luminária.. Chassi porta equipamentos auxiliares em chapa de aço galvanizada. Grau de proteção IP66. Alojamento para lâmpada de 400W , base E-40. Material para reposição modelo Reeme ZE-280	REEME	387,07	58.060,50
17	103	450,00	pç	Parafuso frances cabeça abaulada dimensão 16x70mm	ROMAGNOLE	2,41	1.084,50
17	104	150,00	pç	Reator baixa perda interno para lâmpada vapor metálico 400W, 220V, 60hz, fator de potência 0,92 (min.), com Ignitor temporário perda máxima 38W. - Apresentar catálogo na Proposta para comprovação do pleno atendimento das especificações técnicas.	DEMAPE	77,45	11.617,50
17	105	150,00	pç	Rele fotoeletrônico 1000W , luz para ligar menor de 10Lux, tecnologia microcontrolado. Homologado Celesc	INRAL	16,42	2.463,00
17	106	1440,00	srv	Execução de serviço de retirada de conjunto de iluminação, montagem e instalação de novo conjunto, elaboração d projeto executivo, aprovação na concessionária e fornecimento de ART.		R\$:57,91	R\$:83.390.40
Total do Lote 17:							252,006,90
TOTAL GERAL							R\$: 3.644.426,04

· Valor estimado em R\$ 3.776.012,50 (três milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e seis reais e quatro centavos)

1.3- A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município.

2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 -Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 17/2016 - PMP.

3 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1 - A entrega dos produtos objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Serviços Urbanos, após contato através de telefone, e-mail ou fax.

4 - DO PRAZO

4.1- Os serviços ora contratados terão início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações da Secretaria de Serviços Urbanos, até sua totalidade no valor licitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 – Os quantitativos dos serviços são estimativos com base na análise da Secretaria de Serviços Urbanos, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

4.3 - Os serviços deverão ser entregues na Secretaria de Serviços Urbanos com validade igual ou superior a 12 meses.

4.4- Os produtos adquiridos do presente deverão ser entregues e fornecidos pela empresa vencedora da licitação, mediante previa

autorização do orçamento pela Secretaria de Serviços Urbanos.

5 - DO VALOR

- 5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.
- 5.2 - O preço retro referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.
- 5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
- 5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida a aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 17/2016 - PMP.
- 6.1.1 - E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.
- 6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.
- 6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.
- 6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.
- 6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.
- 6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

7 – RESPONSABILIDADES

- 7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.
- 7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.
- 7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos serviços fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da prestação de serviços, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.
- 7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos serviços, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.
- 7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.
- 7.7 - É imprescindível que o proponente contratado disponibilize todos os serviços, e efetue a entrega dos serviços solicitados no prazo estipulado, sendo de inteira responsabilidade do proponente a qualidade dos produtos apresentados, a manipulação dos produtos que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:
- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos serviços entregues;
 - b) efetuar o pagamento dos serviços, na época de sua exigibilidade.

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:
- a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;
- 9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos serviços entregues observar-se-á o seguinte:
- 9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 9.4 - A licitante deverá prestar os serviços com um prazo de no mínimo 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do produto pelo Órgão e/ou Departamento responsável pela solicitação do objeto desta ata.

9.5 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.

9.6 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os objetos entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou serviços impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

9.7 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.

9.8- Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:

9.8.1 - Os serviços entregues serão fiscalizados pela CONTRANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos serviços, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega dos serviços solicitados, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.

9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescisão do contrato firmado entre a CONTRANTE e a empresa CONTRATADA.

9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações da prestação dos serviços exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

9.8.9 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços com ótimo padrão de qualidade, devendo efetuar as entregas dos produtos em embalagens próprias, conforme as normas instituídas pelos órgãos de inspeção e as constantes neste Edital.

10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

11 – PENALIDADES

11.1 - A não entrega dos serviços no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.

11.2 - A CONTRATADA, se recusar a fornecer os serviços ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação à ela imposta no presente ajuste.

11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos sub itens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

14 – TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário de Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITO

DANIELE S. DE S. LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:

MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA
CNPJ SOB O Nº 01.614.582/0001-69

TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº 370/2016 PMP

CONTRATO Nº 370/2016 – RH/PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/05 E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 02/2016.

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) SUELEN GARCIA SOARES, brasileiro (a), portador(a) do CPF nº 356.818.038-30, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: São Bento do Sul, nº 894, Armação, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço profissional de Servente/Merendeira, prestado pelo (a) CONTRATADO (A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/05, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, numa jornada de trabalho de 40 horas semanais, cujo expediente será de segunda-feira à sexta-feira, em único turno, ou de conformidade com o horário a ser fixado pela Secretaria através de seu titular e demais funcionários de direção.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao (a) CONTRATADO (A), o valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 09/06/2016 até 31/05/2017, cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

05 -	Secretaria da Educação e Cultura
02 -	Departamento de Ensino Fundamental e Creches
12.361.0029.2.017 -	Manutenção e Funcionamento do Fundef 40% - Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.0012 -

Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Caso ocorra alteração de vencimentos nos cargos efetivos do funcionalismo, por força de Lei Municipal, fará jus o(a) Contratado(a) a tais reajustes automaticamente, no mesmo percentual e forma.

CLÁUSULA SEXTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo efetivo de Regime Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público mediante simples notificação com antecedência de 30 (trinta) dias ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentárias, para que se produzam os efeitos legais nele colimados.

Penha, 09 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

SUELEN GARCIA SOARES
CONTRATADO (A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura do Município de Penha através do Gabinete do Prefeito, em atendimentos às disposições legais, CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA para apresentação e discussão do projeto que versa sobre A PROPOSTA para o PLANO DE MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PENHA, o qual se constitui em um instrumento-meio da política urbana municipal, capaz de propiciar à população acessibilidade universal eficaz a bens e serviços públicos, através de infraestrutura viária adequada, meios de transportes e modos de locomoção eficientes e seguros, e apto ao cumprimento das funções social, econômica, ambiental e cultural que integram a cidade, conforme estudos existentes, contendo os seguintes tópicos:

- 1 LEITURA SÓCIO ESPACIAL
- 2 DIAGNÓSTICO
- 3 PROGNÓSTICOS
- 4 PRINCÍPIOS
- 5 PROPOSTAS
- 6 MINUTA DO PROJETO DE LEI

A Audiência Pública será realizada no dia 22 de junho de 2016, com instalação da sessão marcada para início às 19h, na Câmara de Vereadores, situada na Avenida Antônio Joaquim Tavares, 101, Centro - Penha - SC e será presidida pelo Secretário de Planejamento.

Para que se torne de conhecimento público é expedido o presente Edital de Convocação.

Penha, 09 de Junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal de Penha

DA PARTICIPAÇÃO NA AUDIÊNCIA

A participação na Audiência Pública obedecerá às seguintes regras:

1. Trata-se de evento público, que permite a presença de toda e qualquer pessoa ou entidade interessada no assunto objeto da discussão, como participante inscrito ou como ouvinte;
2. Os trabalhos serão presididos pelo Secretário de Planejamento, o qual comporá a mesa diretiva junto dos 1º e 2º secretários, por ele indicados no início da sessão;
3. A inscrição para a participação da Audiência Pública será na data do evento e iniciará às 18h, com término previsto para as 19h.
4. As inscrições para apresentação de propostas serão feitas em listas apropriadas, garantindo-se aos inscritos conhecer a ordem de seu pronunciamento, sendo que cada pessoa poderá inscrever apenas o próprio nome e ser também portadora de procuração de no máximo 01 (uma) pessoa;
5. Para inscrever-se como representante de entidade da sociedade civil, o interessado deverá comprovar que a ela pertence e que tem delegação para falar em seu nome, sendo permitida até 02 (duas) inscrições para cada órgão ou entidade, desde que tratem de tópicos distintos;

6. Os interessados deverão indicar, no ato da inscrição, os tópicos da matéria que irão apresentar, para acompanhamento da mesa diretora dos trabalhos, podendo juntar memoriais de seus apontamentos à inscrição, os quais integrarão o processo administrativo relativo à Audiência Pública;
7. Cada pessoa terá direito a 02 (duas) inscrições desde que cada uma delas versem sobre tópicos distintos, os quais deverão ser indicados nas respectivas fichas de inscrições, para apresentação das sugestões ou comentários, tendo até 05 (cinco) minutos para cada explanação, obedecida a ordem de inscrição;
8. A manifestação deverá ater-se aos tópicos indicados na inscrição, não sendo permitida sua alteração após a inscrição;
9. Esgotada a apresentação do inscrito, passar-se-á aos demais inscritos, sucessivamente;
10. Poderá ocorrer a manifestação por pessoa diversa da inscrita, mediante entrega ao Presidente da Sessão, de procuração com o devido reconhecimento de firma em cartório, antes do início da Audiência;
11. Para o bom andamento dos trabalhos, nas manifestações de apoio ou reprovação à proposta ou das sugestões apresentadas, fica vedado o uso de instrumentos acústicos ou de quaisquer meios que conturbem a discussão;
12. Durante a Audiência Pública será mantido no recinto, para livre consulta dos presentes, um exemplar do PROPOSTA, que compõe o PLANO DE MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PENHA;
13. Havendo quantidade de inscritos que torne impossível a apresentação de todos no mesmo dia, a Audiência Pública poderá ser interrompida para continuidade no dia seguinte;
14. No dia da Audiência Pública, o horário de encerramento não ultrapassará às 22h, preferencialmente;
15. Após a apresentação de todos os inscritos, o Presidente dará por concluída a audiência pública, informando a data da divulgação das sugestões recebidas e seus comentários, encerrando os trabalhos;
16. Dúvidas e casos omissos, levantados pelos inscritos durante a execução dos trabalhos, serão dirimidos pelo Presidente da Sessão;
17. Poderão ser apresentados recursos, mediante requerimento no Protocolo Geral da Prefeitura do Município de PENHA, das 9h às 16h, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado do final da Audiência Pública, visando dirimir quaisquer dúvidas a respeito dos trabalhos executados durante a audiência pública;

Penha, 09 de Junho de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

TP09/2016 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2016 - PMP
TOMADA DE PREÇO Nº 09/2016 - PMP

Objeto: – Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação com lajota sextavada da Rua Manoel Cardoso Filho e pavimentação do passeio na Rua São Miguel, ambas no Bairro Gravatá, Penha/SC, em estrita observância aos memoriais, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos em anexo.

Recebimento dos Envelopes até: 27/06/2016 às 10:00horas.

Abertura do Processo: 27/06/2016 às 10:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno Santos– Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 08 de junho de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 28/2016 – TOMADA DE PREÇO 02/2016 - PMP

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preço, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 28/2016 – Tomada de Preço 02/2016.

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra em regime de empreitada global (material e mão de obra) para construção de:

Área coberta de 107,16m² (pátio) com piso em concreto junto ao prédio do FMAS/CRAS, sito, a Rua Miguel Balduino Boll, Bairro Progresso – Peritiba/SC;

Área coberta de 160,08m² em pátio, junto ao prédio do CEIMP (Centro de Educação Infantil Matheus Petter), sito, a Rua Pedro Teobaldo Finger, Bairro Jardim Boa Vista – Peritiba/SC;

Área coberta de 82,36m² no acesso de embarque e desembarque de alunos (passarela), junto ao CEPJAW (Centro Educacional Professor José Arlindo Winter), sito, a Rua Reinaldo Gasparetto, Centro – Peritiba/SC.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 09h30min do dia 29/06/2016.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 09h00min do dia 29/06/2016.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS 08 2016 - MATERIAL ODONTOLÓGICO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 15/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Empresa SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 04.989.294/0001-87, valor R\$ 73.554,80. Data: 09/06/2016. Petrolândia, 10 de junho de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

CONTRATO 20 2016 - CONSULTORIA PÚBLICA

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2016

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa INFO-VR – TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA EIRELI ME, inscrita no CNPJ: 08.662.246/0001-30. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PÚBLICA MENSAL NAS ÁREAS ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Data: 08/06/2016. Valor: R\$ 16.450,00. Petrolândia, 10 de junho de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

CÂMARA MUNICIPAL

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO PORTARIA Nº 42, DE 08 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 42, DE 08 DE JUNHO DE 2016.

"PRORROGA A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO VEREADOR IVAN BOGONI"

ALDIR RECH, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. II, do art. 49, da Lei Orgânica Municipal, e também o inciso XXVIII do art. 28 do seu Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a concessão de licença ao Vereador IVAN BOGONI, até 31/072016 conforme Comunicação da Decisão de Perícia Médica emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em 30 de maio de 2016, de acordo com o inciso I do artigo 39 da Lei Orgânica Municipal e inciso II, § 3º, do artigo 80 do Regimento Interno.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de maio de 2016, revogadas as disposições em contrário

Sala das Sessões, 08 de junho de 2016.

ALDIR RECH
Presidente Mesa Diretora da
Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto

Pomerode

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 013 / 2016 TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 002 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 013 / 2016

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 002 / 2016

A Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria n.º 20.379/2016, torna público o Resultado de Licitação do Processo Administrativo n.º 013 / 2016 na modalidade de Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIPO 2 [PROINFÂNCIA / FNDE], A SER INSTALADO NA RUA FREDERICO BLANK, S/N.º, BAIRRO RIBEIRÃO AREIA, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 890,73 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO PRESENTE EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR N.º 49312", como segue: Empresas habilitadas com propostas classificadas: - CONSTRUTORA TERTEL LTDA. - ME / Valor Proposta: R\$1.047.183,16; e - PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP / Valor Proposta: R\$1.051.152,33. Fica declarada vencedora do certame a Empresa CONSTRUTORA TERTEL LTDA. - ME, com a menor proposta no valor de R\$1.047.183,16 (um milhão, quarenta e sete mil, cento e oitenta e três reais e dezesseis centavos).

Pomerode / SC, 09 de Junho de 2016.

MARCOS ALBERTO REITER

Presidente da Comissão de Licitações

ALCINO SIEWERT

Secretário

EDUARDO JOSÉ PANDOLFO

Membro

Porto União

PREFEITURA

ATA 003/2016 - EDUCAÇÃO

ATA 003/2016 - EDUCAÇÃO

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de maio do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 072/2016, Pregão Presencial 035/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Comercial JDC Materiais de Construção – Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Comercial JDC Materiais de Construção – Ltda, inscrito no CNPJ/MF n.º 06.990.079/0001-21, sito a Avenida Expedicionário Edmundo Arrabar, N.º 1581, Bairro Santa Rosa, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, CEP 89.400-000, Telefone (42) 3522-5141, representado neste ato pelo Sr. Claudio Javorski, inscrito no CPF sobre o número 037.169.209-16.

Registro de Preços para aquisição de materiais diversos para uso em obras da Secretaria Municipal da Educação, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
01	20	Unid.	Tubo de pvc 40 mm barra de 06 mts.	R\$ 15,90	R\$ 318,00
02	30	Unid.	Joelho de pvc 40 mm 45°.	R\$ 0,90	R\$ 27,00
03	30	Unid.	Joelho de pvc 40 mm 90°.	R\$ 0,60	R\$ 18,00
04	10	Unid.	Tubo de pvc 50 mm barra de 06 mts.	R\$ 26,90	R\$ 269,00
05	10	Unid.	Joelho de pvc 50 mm 45°.	R\$ 1,80	R\$ 18,00
06	10	Unid.	Joelho de pvc 50 mm 90°.	R\$ 0,90	R\$ 9,00
07	30	Unid.	Tubo de pvc 75 mm barra de 06 mts.	R\$ 36,50	R\$ 1.095,00
08	20	Unid.	Joelho de pvc 75 mm 45°.	R\$ 3,70	R\$ 74,00
09	20	Unid.	Joelho de pvc 75 mm 90°.	R\$ 2,55	R\$ 51,00
10	50	Unid.	Tubo de pvc 100 mm barra de 06 mts.	R\$ 39,50	R\$ 1.975,00
11	75	Unid.	Joelho de pvc 100 mm 45°.	R\$ 3,90	R\$ 292,50
12	75	Unid.	Joelho de pvc 100 mm 90°.	R\$ 2,80	R\$ 210,00
13	10	Unid.	Tubo de pvc 150 mm barra de 06 mts.	R\$ 104,90	R\$ 1.049,00
14	10	Unid.	Joelho de pvc 150 mm 45°.	R\$ 20,90	R\$ 209,00
15	10	Unid.	Joelho de pvc 150 mm 90°.	R\$ 22,90	R\$ 229,00
16	5	Unid.	Tubo de pvc 200 mm barra de 06 mts.	R\$ 189,90	R\$ 949,50
17	10	Unid.	Joelho de pvc 200 mm 45°.	R\$ 41,50	R\$ 415,00
18	10	Unid.	Joelho de pvc 200 mm 90°.	R\$ 62,50	R\$ 625,00
19	20	Unid.	Redução de pvc 100mm para 75mm.	R\$ 3,95	R\$ 79,00
20	20	Unid.	Redução de pvc 150mm para 100mm.	R\$ 11,90	R\$ 238,00
21	20	Unid.	Junção 100 mm.	R\$ 9,50	R\$ 190,00
22	20	Unid.	"Te" 100 mm	R\$ 6,50	R\$ 130,00
23	1000	Unid.	Cimento 50 kg.	R\$ 25,00	R\$ 25.000,00
24	75	Unid.	Ferro 3/4 barra de 12 mts.	R\$ 97,75	R\$ 7.331,25
25	75	Unid.	Ferro 1/2 barra de 12 mts.	R\$ 38,20	R\$ 2.865,00
26	75	Unid.	Ferro 3/8 barra de 12 mts.	R\$ 25,10	R\$ 1.882,50
27	50	Unid.	Ferro 5/8 barra de 12 mts.	R\$ 62,70	R\$ 3.135,00
28	75	Unid.	Ferro 5/16 barra de 12 mts.	R\$ 16,95	R\$ 1.271,25
29	25	Unid.	Ferro 6.3 barra de 12 mts.	R\$ 10,60	R\$ 265,00
30	75	Unid.	Ferro 4.2 barra de 12 mts.	R\$ 4,70	R\$ 352,50
31	25	Unid.	Ferro 5 mm barra de 12 mts.	R\$ 6,90	R\$ 172,50
32	50	Unid.	Arame recozido 14.	R\$ 6,90	R\$ 345,00
33	30	Unid.	Arame recozido 16.	R\$ 5,90	R\$ 177,00
34	20	Unid.	Arame recozido 18.	R\$ 7,50	R\$ 150,00
35	100	Unid.	Cal hidratada.	R\$ 7,50	R\$ 750,00
36	200	Unid.	Cal p/pintura.	R\$ 6,80	R\$ 1.360,00
37	10	Unid.	Balde de Pedreiro – Metal.	R\$ 10,50	R\$ 105,00
38	10	Unid.	Bota de Borracha Cano Longo.	R\$ 41,50	R\$ 415,00
39	10	Unid.	Broxa de Pintura 18x8cm.	R\$ 5,00	R\$ 50,00
40	5	Unid.	Câmara de Ar para Carrinho-de-Mão.	R\$ 17,50	R\$ 87,50
41	10	Unid.	Capa de Chuva.	R\$ 12,50	R\$ 125,00
42	20	Unid.	Corante Xadrez PVA Cores Diversas.	R\$ 3,50	R\$ 70,00

43	10	Unid.	Fita Zebrada rolo com 100 metros.	R\$ 6,40	R\$ 64,00
44	50	Unid.	Luva de Malha Pigmentada.	R\$ 2,90	R\$ 145,00
45	50	Unid.	Luva de Raspa de Couro.	R\$ 10,80	R\$ 540,00
46	5	Unid.	Escova de Aço.	R\$ 5,40	R\$ 27,00
47	30	Unid.	Óculos de Segurança.	R\$ 5,80	R\$ 174,00
48	5	Unid.	Pneu para Carrinho-de-Mão.	R\$ 25,00	R\$ 125,00
49	20	Unid.	Respirador com Válvula.	R\$ 4,30	R\$ 86,00
50	05	Unid.	Roda para Carrinho-de-Mão.	R\$ 43,70	R\$ 218,50
51	30	Unid.	Válvula para Fogão a Gás com 02 Braçadeiras e mangueira.	R\$ 27,50	R\$ 825,00
52	30	Unid.	Fita Veda Rosca.	R\$ 4,40	R\$ 132,00
53	30	Unid.	Pincel 2".	R\$ 4,70	R\$ 141,00
54	30	Unid.	Pincel 1".	R\$ 3,20	R\$ 96,00
Valor Total: R\$ 56.953,00 (cinquenta e seis mil novecentos e cinquenta e três reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 072/2016, Pregão Presencial 035/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 035/2016.

2.3. As condições de prestação dos serviços/entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 035/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. O objeto ora contratado deverá ser entregue conforme a solicitação da Secretaria Municipal da Educação, nas quantidades especificadas, CONFORME NECESSIDADE, através de requisição em até 05 (cinco) dias corridos após a solicitação.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 035/2016.

2.13. – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 072/2016, Pregão Presencial 035/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.14. – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Claudio Javorski, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Comercial JDC Materiais de Construção – Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 093/2016

ATA 093/2016

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de maio do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 072/2016, Pregão Presencial 035/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Comercial JDC Materiais de Construção – Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Comercial JDC Materiais de Construção – Ltda, inscrito no CNPJ/MF n.º 06.990.079/0001-21, sito a Avenida Expedicionário Edmundo Arrabar, N.º 1581, Bairro Santa Rosa, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, CEP 89.400-000, Telefone (42) 3522-5141, representado neste ato pelo Sr. Claudio Javorski, inscrito no CPF sobre o número 037.169.209-16.

Registro de Preços para aquisição de materiais diversos para uso em obras do Município de porto União, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
01	50	Unid.	Tubo de pvc 40 mm barra de 06 mts.	R\$ 15,90	R\$ 795,00
02	50	Unid.	Joelho de pvc 40 mm 45°.	R\$ 0,90	R\$ 45,00
03	50	Unid.	Joelho de pvc 40 mm 90°.	R\$ 0,60	R\$ 30,00
04	20	Unid.	tubo de pvc 50 mm barra de 06 mts.	R\$ 26,90	R\$ 538,00
05	20	Unid.	Joelho de pvc 50 mm 45°.	R\$ 1,80	R\$ 36,00
06	20	Unid.	Joelho de pvc 50 mm 90°.	R\$ 0,90	R\$ 18,00
07	40	Unid.	Tubo de pvc 75 mm barra de 06 mts.	R\$ 36,50	R\$ 1.460,00
08	40	Unid.	Joelho de pvc 75 mm 45°.	R\$ 3,70	R\$ 148,00
09	40	Unid.	Joelho de pvc 75 mm 90°.	R\$ 2,55	R\$ 102,00
10	150	Unid.	Tubo de pvc 100 mm barra de 06 mts.	R\$ 39,50	R\$ 5.925,00
11	150	Unid.	Joelho de pvc 100 mm 45°.	R\$ 3,90	R\$ 585,00
12	150	Unid.	Joelho de pvc 100 mm 90°.	R\$ 2,80	R\$ 420,00
13	20	Unid.	Tubo de pvc 150 mm barra de 06 mts.	R\$ 104,90	R\$ 2.098,00
14	20	Unid.	Joelho de pvc 150 mm 45°.	R\$ 20,90	R\$ 418,00
15	20	Unid.	Joelho de pvc 150 mm 90°.	R\$ 22,90	R\$ 458,00
16	10	Unid.	Tubo de pvc 200 mm barra de 06 mts.	R\$ 189,90	R\$ 1.899,00
17	20	Unid.	Joelho de pvc 200 mm 45°.	R\$ 41,50	R\$ 830,00
18	20	Unid.	Joelho de pvc 200 mm 90°.	R\$ 62,50	R\$ 1.250,00
19	50	Unid.	Redução de pvc 100mm para 75mm.	R\$ 3,95	R\$ 197,50
20	50	Unid.	Redução de pvc 150mm para 100mm.	R\$ 11,90	R\$ 595,00
21	50	Unid.	Junção 100 mm.	R\$ 9,50	R\$ 475,00
22	50	Unid.	"Te" 100 mm.	R\$ 6,50	R\$ 325,00
23	1700	Unid.	Cimento 50 kg.	R\$ 25,00	R\$ 42.500,00
24	150	Unid.	Ferro 3/4 barra de 12 mts.	R\$ 97,75	R\$ 14.662,50
25	200	Unid.	Ferro 1/2 barra de 12 mts.	R\$ 38,20	R\$ 7.640,00
26	200	Unid.	Ferro 3/8 barra de 12 mts.	R\$ 25,10	R\$ 5.020,00
27	100	Unid.	Ferro 5/8 barra de 12 mts.	R\$ 62,70	R\$ 6.270,00
28	200	Unid.	Ferro 5/16 barra de 12 mts.	R\$ 16,95	R\$ 3.390,00
29	50	Unid.	Ferro 6.3 barra de 12 mts.	R\$ 10,60	R\$ 530,00
30	200	Unid.	Ferro 4.2 barra de 12 mts.	R\$ 4,70	R\$ 940,00
31	100	Unid.	Ferro 5 mm barra de 12 mts.	R\$ 6,90	R\$ 690,00
32	150	Unid.	Arame recozido 14.	R\$ 6,90	R\$ 1.035,00
33	150	Unid.	Arame recozido 16.	R\$ 5,90	R\$ 885,00
34	150	Unid.	Arame recozido 18.	R\$ 7,50	R\$ 1.125,00
35	300	Unid.	Cal hidratada.	R\$ 7,50	R\$ 2.250,00
36	800	Unid.	Cal p/pintura.	R\$ 6,80	R\$ 5.440,00
37	20	Unid.	Balde de Pedreiro – Metal.	R\$ 10,50	R\$ 210,00
38	100	Unid.	Bota de Borracha Cano Longo.	R\$ 41,50	R\$ 4.150,00
39	100	Unid.	Broxa de Pintura 18x8cm.	R\$ 5,00	R\$ 500,00
40	30	Unid.	Câmara de Ar para Carrinho-de-Mão.	R\$ 17,50	R\$ 525,00
41	100	Unid.	Capa de Chuva.	R\$ 12,50	R\$ 1.250,00
42	120	Unid.	Corante Xadrez PVA Cores Diversas.	R\$ 3,50	R\$ 420,00
43	200	Rolo.	Fita Zebrada rolo com 100 metros.	R\$ 6,40	R\$ 1.280,00
44	200	Unid.	Luva de Malha Pigmentada.	R\$ 2,90	R\$ 580,00
45	200	Unid.	Luva de Raspa de Couro.	R\$ 10,80	R\$ 2.160,00
46	20	Unid.	Escova de Aço.	R\$ 5,40	R\$ 108,00
47	40	Unid.	Óculos de Segurança.	R\$ 5,80	R\$ 232,00
48	20	Unid.	Pneu para Carrinho-de-Mão.	R\$ 25,00	R\$ 500,00
49	100	Unid.	Respirador com Válvula.	R\$ 4,30	R\$ 430,00

50	20	Unid.	Roda para Carrinho-de-Mão.	R\$ 43,70	R\$ 874,00
51	40	Unid.	Válvula para Fogão a Gás com 02 Braçadeiras e mangueira.	R\$ 27,50	R\$ 1.100,00
52	30	Unid.	Vassourão de Gari com Cabo.	R\$ 19,90	R\$ 597,00
53	30	Unid.	Fita Veda Rosca.	R\$ 4,40	R\$ 132,00
54	40	Unid.	Pincel 2".	R\$ 4,70	R\$ 188,00
55	40	Unid.	Pincel 1".	R\$ 3,20	R\$ 128,00
56	30	Unid.	Pá de Lixo com Cabo Comprido.	R\$ 13,50	R\$ 405,00
Valor total: R\$ 126.794,00 (cento e vinte e seis mil setecentos e noventa e quatro reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 072/2016, Pregão Presencial 035/2016, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuara seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 035/2016.

2.3. As condições de prestação dos serviços/entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 035/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. O objeto ora contratado deverá ser entregue conforme a solicitação da Prefeitura Municipal de Porto União, nas quantidades especificadas, CONFORME NECESSIDADE, através de requisição em até 05 (cinco) dias corridos após a solicitação.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 035/2016.

2.13. – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 072/2016, Pregão Presencial 035/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.14. – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Claudio Javorski, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Comercial JDC Materiais de Construção – Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

EXTRATO DE CONTRATO 002/2016 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 002/2016 - FAS
Partes: Município de Porto União e Viação Ouro e Prata S.A.
Objeto: Fornecimento de passagens para usuários da Assistência Social referente aos itinerários Porto União X Canoinhas, Porto União X Mafra, Porto União X São Paulo, Porto União X Curitiba, Porto União X Chapecó.
Valor Total: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 001/2016 – FAS, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 23 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Viação Ouro e Prata S.A.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 092/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 092/2016
Partes: Município de Porto União e Joelson Tiburcio dos Passos.
Objeto: Contratação de um consultor para capacitar os Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente do município de Porto União.
Valor Total: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).
Vigência: 60 (sessenta) dias.
Base legal: Dispensa de Licitação 022/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 23 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Joelson Tiburcio dos Passos.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 093/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 093/2016
Partes: Município de Porto União e Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda.
Objeto: Contratação de empresa especializada em execução de serviços de triagem, enfardamento e venda de resíduos sólidos oriundos da coleta seletiva de responsabilidade do município de Porto União.
Valor Total: R\$ 181.602,00 (cento e oitenta e um mil seiscentos e dois reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Tomada de Preços 006/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 23 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 094/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 094/2016
Partes: Município de Porto União e Telefônica Brasil S/A.
Objeto: Contratação de empresa que detém autorização para prestar o Serviço de Telefonia Móvel Corporativa, no Estado do Paraná.
Valor Total: R\$ 140.080,44 (cento e quarenta mil e oitenta reais e quarenta e quatro centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 034/2016 - CARONA, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 23 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Telefônica Brasil S/A.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 095/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 095/2016
Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e Telefonia Ltda.
Objeto: Aquisição de material de expediente para manutenção da Polícia Militar.
Valor Total: R\$ 4.087,50 (quatro mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 036/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 24 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Fênix Informática e Telefonia Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 096/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 096/2016
Partes: Município de Porto União e Luis Kaminski – ME.
Objeto: Aquisição de material de expediente para manutenção da Polícia Militar.
Valor Total: R\$ 2.421,75 (dois mil quatrocentos e vinte e um reais e setenta e cinco centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 036/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 24 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Luis Kaminski – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 097/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 097/2016
Partes: Município de Porto União e Recier José Gregório – ME.
Objeto: Aquisição de material de expediente para manutenção da Polícia Militar.
Valor Total: R\$ 1.910,25 (um mil novecentos e dez reais e vinte e cinco centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 036/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 24 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Recier José Gregório – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 099/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 099/2016
Partes: Município de Porto União e Vinicius Roncaglio - ME.
Objeto: Contratação de serviços gráficos.
Valor Total: R\$ 13.525,00 (treze mil quinhentos e vinte e cinco reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 037/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 25 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Vinicius Roncaglio - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 098/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 098/2016 - PREFEITURA
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 117/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e Antonio Luis Tobias - ME.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Aditar o valor de R\$ 94.564,44 (noventa e quatro mil quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) ao aludido contrato superior, equivalente a 13,05% (treze vírgula zero cinco por cento).

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Prorroga-se por 02 (dois) meses o prazo de execução do serviço.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 25 de maio de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 047/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 097/2016
Extrato de Edital de Pregão Presencial 047/2016
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de 02 (duas) motocicletas para a Polícia Militar de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 01 de julho de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.
Porto União - SC, 09 de junho de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 048/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 098/2016
Extrato de Edital de Pregão Presencial 048/2016
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para contratação de serviço de recargas de toner e cartuchos para manutenção da Polícia Militar de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 04 de julho de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.
Porto União - SC, 09 de junho de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 034/2016 - CARONA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 071/2016 – CARONA
Pregão Presencial 034/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Telefônica Brasil S/A.
Porto União SC, 23 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 035/2016 - CARONA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 072/2016 – CARONA
Pregão Presencial 035/2016 – Registro de Preços
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Comercial JDC Materiais de Construção – Ltda.

Porto União SC, 23 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
036/2016**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 073/2016 – PREFEITURA
Pregão Presencial 036/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Luis Kaminski – ME,
Fênix Informática e Telefonia Ltda e
Recier José Gregório – ME.
Porto União SC, 24 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
037/2016**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 074/2016 – PREFEITURA
Pregão Presencial 037/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Vinicius Roncaglio - ME.
Porto União SC, 25 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS
006/2016**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 054/2016 – PREFEITURA
Tomada de Preços 006/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda.
Porto União SC, 23 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

**TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
010/2016 - FUNREBOM**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 010/2016 - FUNREBOM
Pregão Presencial 010/2016
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório tendo em vista que o mesmo deu-se deserta, conforme ata da comissão, com base no art. 49 da lei 8.666/93.
Porto União SC, 03 de junho de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

EDITAL CONCORRENCIA 02/2016 - ENTULHOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº 016/2016

CONCORRÊNCIA Nº 02/2016 – MAIOR OFERTA

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, SC, torna público para conhecimento dos interessados, que fica aberto até as 09:00 horas do dia 13/07/2016, o edital para a realização de licitação para concessão onerosa para execução de serviços de coleta e remoção de entulhos em caçambas, observando-se as disposições da Resolução CONAMA nº 307/2002, Lei Complementar nº 008/2015, Lei Complementar nº 001/2016, e em consonância com a Lei Federal nº 8.987/1995. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, pelo fone (47) 3545-1133 ou pelo e-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 09 de junho de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 64/2016

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 65/2016

CONTRATAN- TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	CORDIAL DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS LTDA
OBJETO:	Objeto do presente Contrato consiste na aquisição de veículo novo, a fim de atender ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC na modalidade Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde no Estado de Santa Catarina, através da Proposta Nº 11333.647000/1140-01, conforme especificações e valores abaixo:
VALOR:	R\$ 37.850,00 (Trinta e sete mil oitocentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA:	17/05/2016 à 31/12/2016.

EXTRATO DO CONTRATO 66/2016

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 66/2016

CONTRATAN- TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	OURO LUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP
OBJETO:	A presente Licitação tem por objeto a contratação de serviços de engenharia elétrica e fornecimento de material para manutenção da rede de iluminação pública do Município de Presidente Castello Branco-SC, de forma mensal, durante o exercício de 2016.
VALOR:	R\$ 39.800,03 (Trinta e nove mil oitocentos reais e três centavos).
VIGÊNCIA:	03/06/2016 à 31/12/2016.

EXTRATO DO CONTRATO 65/2016

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 65/2016

CONTRATAN- TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	JEAN PYER VIVIAN EIRELLI ME
OBJETO:	A presente licitação tem por objeto a aquisição de implementos agrícolas sendo estes distribuidores de adubo orgânico líquido, conforme descrições constantes no Anexo I deste Edital, através do Programa Transferência nº 2016005476, celebrado entre o Estado e o Município de Presidente Castello Branco/SC, a fim de atender a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente desta municipalidade, conforme especificações constantes abaixo:
VALOR:	R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
VIGÊNCIA:	23/05/2016 à 31/12/2016.

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 51/2016

DECRETO Nº. 51, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016 COMO ESPECIFICA.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Homologado a Classificação Final do Concurso Público N.º 001/2016, conforme lista abaixo relacionada, de acordo com o estabelecido no Edital de Concurso Público N.º 001/2016.

GRUPO OCUPACIONAL - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

MÉDICO										
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	345670	23/01/1981	Eric Sanders Gomes	16	3,20	10	3,00	26	6,20	Aprovado
ODONTÓLOGO										
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Nota teórica		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Situação
1	323994	14/01/1993	Vitoria Monteiro	15	3,00	11	3,30	26	6,30	Aprovado
2	334686	26/03/1991	Lunardo Longo	14	2,80	11	3,30	25	6,10	Aprovado
3	333406	29/05/1991	Wagner Von HeldenSchunemann	15	3,00	10	3,00	25	6,00	Aprovado
4	313368	09/12/1993	Celio Afonso RiegMacaneiro	14	2,80	9	2,70	23	5,50	Aprovado
5	342166	12/03/1981	Fernando Gustavo Schneider	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
6	338976	19/03/1993	Jessica Bethania Machado	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado

§ 1º - A admissão do candidato obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o Item 15 do Edital de Concurso Público N.º 001/2016.

§ 2º - A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 30 (trinta) dias para tomarem posse do cargo junto ao Setor de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares necessários.

§ 3º - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

Art. 2º - O prazo de validade do Concurso Público N.º 001/2016 será de 02 (dois) anos, após a homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu / SC, 09 de Junho de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

DECRETO 52/2016

DECRETO Nº. 52, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016 COMO ESPECIFICA.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Homologado a Classificação Final do Processo Seletivo N.º 001/2016, conforme lista constante no Anexo I deste Decreto, de acordo com o estabelecido no Edital de Processo Seletivo N.º 001/2016.

§ 1º - A admissão do candidato obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o Item 16 do Edital de Processo Seletivo N.º 001/2016.

§ 2º - A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 30 (trinta) dias para tomarem posse do cargo junto ao Setor de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares necessários.

§ 3º - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

Art. 2º - O prazo de validade do Processo Seletivo N.º 001/2016 será de 01 (um) ano, a pós a homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu / SC, 09 de Junho 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO FINAL

Professor 20h (habilitado)												
Não houve inscritos neste cargo												
Professor 20h (não-habilitado)												
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Acertos	Nota Prova	Nota Títulos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	343355	04/09/1992	Leticia Kniess	3	0,75	11	5,50	14	6,25	0,00	6,25	Aprovado
Professor 40h (habilitado)												
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Acertos	Nota Prova	Nota Títulos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	338435	02/05/1980	NoeliSteinheuser	6	1,50	6	3,00	12	4,50	0,50	5,00	Aprovado
Professor 40h (não-habilitado)												
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Acertos	Nota Prova	Nota Títulos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	336675	16/12/1977	RoselesInacio	5	1,25	8	4,00	13	5,25	0,00	5,25	Aprovado
Professor Educação Física (habilitado)												
Não houve inscritos neste cargo												
Professor Educação Física (não-habilitado)												
Não houve inscritos neste cargo												

Recreadora |

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	343910	06/04/1981	Sandra Terezinha Mannrich	7	1,75	12	6,00	19	7,75	Aprovado
2	345016	07/02/1966	Marlete Heinz	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
3	329763	16/07/1996	Jaqueline Pereira Eifler	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado

Princesa

PREFEITURA

DECRETO 108 DE 09.06.2016

DECRETO Nº. 108/2016, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMÔNIAIS, EM ATENDIMENTO AS DETERMINAÇÕES DA PORTARIA-STN N. 548, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos contábeis, e com o objetivo de orientar e dar apoio à gestão patrimonial na forma estabelecida no art. 51, Lei Complementar nº. 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO o atendimento das determinações do inciso II, do art. 1º da Portaria-STN n. 184/2008, para a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas e padronizada com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a ser utilizado por todos os entes da Federação;

CONSIDERANDO a observância obrigatória por todos os entes da Federação dos prazos finais de implantação dos procedimentos Contábeis Patrimoniais - PCP, conforme disposto no art. 13 da Portaria-STN n. 634/2013.

CONSIDERANDO as determinações da Portaria n. 548, de 24 de setembro de 2015 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que dispõem sobre os prazos- limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual;

CONSIDERANDO proporcionar maior transparência sobre as contas públicas;

RESOLVE

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN n. 548, de 24 de setembro de 2015, estabelecer o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, definidos pelos arts. 6º e 7º da Portaria STN n. 634, de 19 de novembro de 2013, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP:

ITEM	Prazos máximos – Município com até 50 mil habitantes
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Créditos a Receber	
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	Preparação de sistemas e outras providências de implantação até 31/12/2021. ----- Obrigatoriedade dos registros contábeis a partir de 01/01/2022. -----Verificação pelo Siconfi a partir de 2023 (Dados de 2022).
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. (Não se aplica)	Preparação: até 31/12/2021. ----- Registros 01/01/2022. ----- Siconfi - 2023.
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Preparação: até 31/12/2018. ----- Registros 01/01/2019. ----- Siconfi - 2020.

4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Preparação de sistemas e outras providências de implantação Imediato. -----Obrigatoriedade dos registros contábeis Imediato. -----Verificação pelo Siconfi a partir de 2016 (Dados de 2015).
Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes, dívida por competência	
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	Preparação: até 31/12/2020. ----- Registros 01/01/2021. ----- Siconfi - 2022
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	Preparação: até 31/12/2020. ----- Registros 01/01/2021. ----- Siconfi- 2022
Bens Móveis e Imóveis e Respectiva Depreciação, Amortização ou Exaustão	
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Preparação: até 31/12/2020. ----- Registros 01/01/2021. ----- Siconfi – 2022.
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	Preparação: até 31/12/2023. ----- Registros 01/01/2024. ----- Siconfi - 2025.
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP) (apenas os que forem usados como bens de uso especial)	Preparação : até 31/12/2023. ----- Registros 01/01/2024. ----- Siconfi – 2025.
Obrigações por Competência	
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Preparação 31/12/2020. ----- Registros 01/01/2021. ----- Siconfi - 2022
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	Preparação 31/12/2018. -----Registros 01/01/2019. -----Siconfi- 2020
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares. (Não se aplica) - RPPS	Preparação Imediata. ----- Registros Imediato. ----- Siconfi - 2017
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	Preparação 31/12/2015. ----- Registros 01/01/2016. ----- Siconfi- 2017
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.
Ativo Intangível e sua Respectiva Amortização	

15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Preparação até 31/12/2021. ----- Registros 01/01/2022. ----- Siconfi - 2023
16. Outro ativos intangíveis e eventuais amortizações e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.
Investimentos Permanentes	
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Preparação até 31/12/2020. ----- Registros 01/01/2021. ----- Siconfi - 2022
Estoques	
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	Preparação até 31/12/2022. ----- Registros 01/01/2023. ----- Siconfi-2024
Demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPAS, NBC TSP e MCASP	
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPAS, NBC TSP e MCASP	A ser definido em ato normativo específico.

Art. 2º Os Procedimentos Contábeis referidos neste Decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,
em 09 de junho de 2016.
OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº107 DE 09 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº. 107, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 806, de 27 de Novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 633.916,88 (Seiscentos e trinta e três mil, novecentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos), destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 05 ☐ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 ☐ DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.361.0061.2.061 ☐ Manutenção do Transporte Escolar Fundamental

MODALIDADE:	3.3.90.00.0.3.0001.0000-	Aplicações Diretas (192)	R\$	35.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0001.0000		Recursos Próprios Educação		
TOTAL			R\$	35.000,00

ÓRGÃO: 12 – SECRETARIA DE SAÚDE

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

PROJ./ATIV.: 17.512.0013.1.013 – Saneamento Básico Geral

MODALIDADE:	4.4.90.00.0.3.0013-	Aplicações Diretas (218)	R\$	598.916,88
FONTE DE RECURSO: 03.0013 – Recurso Saneamento Básico				
TOTAL			R\$	598.916,88
TOTAL GERAL			R\$	633.916,88

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ \$ 633.916,88 (Seiscentos e trinta e três mil, novecentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, fica utilizado superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2015 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 nas fontes de recurso acima citadas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 09 de junho de 2016.

Oli do Nascimento

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO 35.2106-PM - PREGÃO 29.2016-PM - MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório nº 35/2016-PM

Pregão Presencial nº 29/2016-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por ITEM, para participação exclusiva de ME/EPP sediadas no Município de Princesa/SC destinado a "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA e GÊNEROS ALIMENTÍCIOS para as diversas Secretarias Municipais". A Sessão Pública será realizada no dia 22 de junho de 2016, às 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidos no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 09 de junho de 2016. Oli do Nascimento – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 073, 09.06.2016

PORTARIA Nº. 073, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 e inciso II do Art. 111 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 15 (quinze) dias de férias ao Sr. VITOR MASSOLI GUARDA, ocupante do cargo da Categoria Funcional de Odontólogo, do quadro de pessoal efetivo do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, referente ao período aquisitivo de 15/07/2014 a 14/07/2015, para usufruir no período de 04/07/2016 a 18/07/2016.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04.07.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),

em 09 de Junho de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 074, 09.06.2016

PORTARIA Nº. 074, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 20 (vinte) dias de férias, a servidora abaixo relacionada. O período correspondente a 04/07/2016 à 13/07/2016 fica transformado em pecúnia a título de abono pecuniário.

Funcionário	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
Maria B. T. Moreira	Médico	15.10.2014 a 14.10.2015	14.07.2016 a 02.08.2016

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04.07.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),

em 09 de Junho de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

COMPRAS EFETUADAS NO MÊS DE MAIO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRINCESA**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE PRINCESA**

CNPJ: 11.430.652/0001-82

RUA RIO GRANDE DO SUL, 494

C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 1/9

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2016**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Filtro de óleo para 94632619	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	16,51	16,51
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Substituição de correia dentada J0800	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	UN	60,00	60,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Oxi - Sanitização OXI	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	UN	50,00	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Quinta revisão M0081	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	UN	173,00	173,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Geometria E20	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	UN	60,00	60,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Correia de borracha 24579488	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	54,48	54,48
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Otimizador de combustível 211250	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	90,00	90,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Filtro de Ar do comp 52102242	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	65,98	65,98
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Filtro de ar de veiculo 94757663	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	75,12	75,12
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Filtro de ad condicionado SB J9815	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	UN	50,00	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Tensionador de correia 93353848	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	191,60	191,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Detergente limpeza para brisa 88906763	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	6,65	6,65
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Peças Gen Gm Dexos 198550154	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	4,00	UN	42,00	168,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Vedador 14X20 11023589	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	1,19	1,19
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Correia de borracha 90531677	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	98,30	98,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Anticongelante 93286309	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	2,00	Un	98,00	196,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Filtro de combustível 93316245	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	34,38	34,38
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Parafuso cabo se 93392886	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	Un	8,38	8,38
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Cartão de Higienização KPA 00246	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	UN	79,06	79,06
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Balancamento de roda E 020	BREGOMAR VEICULOS LTDA	75.838.979/0001-70	1,00	UN	49,00	49,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Mão de obra (PC eletro)	BACIN INFORMATICA LTDA ME	11.026.268/0001-19	1,00	UN	30,00	30,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Mão de obra (PM 3403)	BACIN INFORMATICA LTDA ME	11.026.268/0001-19	1,00	UN	60,00	60,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Fonte ATX	BACIN INFORMATICA LTDA ME	11.026.268/0001-19	1,00	UN	80,00	80,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	mão de obra	BACIN INFORMATICA LTDA ME	11.026.268/0001-19	1,00	UN	15,00	15,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Silencioso traseiro	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	UN	205,00	205,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	jogo de pastilha de freio dianteiro	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	285,00	285,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	mão de obra	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	UN	65,00	65,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	silencioso interno	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	UN	230,00	230,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA**

CNPJ: 11.430.652/0001-82
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 2/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Carvedilol 3,125 mg	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	300,00	Comp	0,08	24,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Azitromicina di-hidratada 200 mg/5ml 15 ml suspensão	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	50,00	FR	2,29	114,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Amoxicilina-clavulanato de potassio -250 mg/5ml + 62,5 mg/5ml 75 ml	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	5,00	FR	8,50	42,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Bisacodil 5 mg	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	100,00	Comp	0,19	19,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Isossorbida, dinitrato 20 mg	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	1.000,00	Comp	0,08	80,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Lâmpada 12V 5W 14144190	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	2,00	Un	6,33	12,66
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Disco dianteiro 13496650801	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	2,00	Un	145,00	290,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Limpa parabrisa 7089348	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	Un	10,50	10,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R/R Farol neblina 5540D13	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	Un	99,00	99,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Kit revisão 6086	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	Un	16,00	16,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DIAGNÓSTICO (luz do air bag acusa no painel)	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	Un	90,00	90,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Serviço elétrico (ar condicionado as vezes para de funcionar) SR05.	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	Un	110,00	110,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Revisão 120.000km 0010F82	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	Un	753,50	753,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Jg pastilhas freio 77364859	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	Un	635,89	635,89
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Selenia 5W30 d7088486	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	6,00	L	40,00	240,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R/R Farol de neblina 5540D13	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	Un	27,50	27,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Elemento filtra 77365902	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	Un	197,19	197,19
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Otimizador combustível 6092	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	Un	80,00	80,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Correia distrib. 5801467815	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	Un	436,80	436,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Tensor 5801752779	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	Un	380,02	380,02
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Parafuso n10x16 51875206	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	2,00	Un	2,09	4,18
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Correia alternador 500388408	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	Un	164,77	164,77
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Farol longo alc 51716851	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	2,00	Un	271,25	542,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Filtro de óleo 8094872	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	Un	76,55	76,55
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Lâmpada h7 141450901	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	Un	40,00	40,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Correia Compres 504066407	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	Un	101,40	101,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Discos de freio rem. e rec. Compreende verificação dos freios. verificar freios (possível desgaste) 3310*50	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	Un	88,00	88,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Tensor Correia 500388688	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	1,00	Un	239,24	239,24
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Amoxicilina 500 mg	DAMED - DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	95.368.320/0001-05	6.000,00	Comp	0,12	720,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Cefalexina 500 mg	DAMED - DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	95.368.320/0001-05	2.000,00	Comp	0,36	720,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Sulfametoxazol+trimetoprima -200 mg/5ml+40 mg/5ml 50 ml	DAMED - DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	95.368.320/0001-05	20,00	FR	0,98	19,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Duovent N 0,02 mg/dose+0,05 mg/dose 200 doses 10 ml	DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	19.156.566/0001-35	40,00	FR	10,20	408,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA**

CNPJ: 11.430.652/0001-82
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 3/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Albendazol 40 mg/ml 10 ml	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA ME	09.676.256/0001-98	40,00	FR	1,05	42,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Prednisona 20 mg	DIWASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	1.000,00	Comp	0,12	120,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Sulfato ferroso 40 Mg	CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	3.000,00	Comp	0,03	90,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Tiras teste diabete on call plus	DAMED - DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	95.368.320/0001-05	2.250,00	UN	0,52	1.170,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Digoxina 0,25 mg	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA ME	09.676.256/0001-98	1.000,00	Comp	0,04	40,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ácido valproico-250 mg	CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	1.500,00	Comp	0,23	345,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Bromoepam- 6 MG COMP	CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	600,00	Comp	0,05	30,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Diltazem clor 60 mg	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA ME	09.676.256/0001-98	900,00	Comp	0,11	99,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Paroxetina clor 20 mg	CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	3.000,00	Comp	0,17	510,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Levotiroxina sodica 10 mcg	DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	19.156.566/0001-35	1.300,00	Comp	0,10	130,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Enalapril mal 20 mg	DIWASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	10.000,00	Comp	0,04	400,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Levotiroxina sodica 50 mcg	DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	19.156.566/0001-35	1.200,00	Comp	0,11	132,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Neomicina sulf +bacitracina zincica-5 mg/g +250 ui/g 10 g	CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	50,00	Tb	1,00	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Metoclopramida clor 10 mg	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA ME	09.676.256/0001-98	2.000,00	Comp	0,04	80,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Acebrofilina 25 mg/5ml	CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	50,00	FR	2,64	132,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Acetilcistena 600 mg	CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	25,00	CX	17,20	430,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Aloprinol 100 mg	CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	1.000,00	Comp	0,04	40,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Metoclopramida clor 4 mg/ml 10 ml	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA ME	09.676.256/0001-98	50,00	FR	0,44	22,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Amiodarona clor 200 mg	CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	2.000,00	Comp	0,25	500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Nimesulida 100 mg	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA ME	09.676.256/0001-98	6.000,00	Comp	0,05	300,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Anlodipino besilato 5 mg	CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	4.000,00	Comp	0,02	80,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Levotiroxina sodica 75 mcg	DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	19.156.566/0001-35	900,00	Comp	0,13	117,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Triquilar-levonorgestrol 0,05/0,075/0,125 mg+AR etinilestradiol 0,03/0,04/0,03 mg	AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -	10.869.890/0001-26	2.850,00	Comp	0,30	855,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Bisulfato de clopidrogel 75 mg	CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	3.000,00	Comp	0,39	1.170,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Carbonato de cálcio + vitamina D 650+200 UI	CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	3.000,00	Comp	0,07	210,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Dexametasona acetato 1mg/g 10 g	CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	25,00	Tb	0,66	16,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 4/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Propatiltrato 10 mg	DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	19.156.566/0001-35	2.500,00	Comp	0,36	900,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Dipirona sodica 50 mg/ml 10 ml solução/gotas	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	50,00	FR	0,54	27,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Varfarina sodica 5 mg	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA ME	09.676.256/0001-98	2.100,00	Comp	0,09	189,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Hidroxido de aluminio + hidroxido de magnesio 60 mg/ml + 40mg/ml	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	100,00	FR	1,69	169,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Sulfadiazina de prata 10 mg/g 30 g	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA ME	09.676.256/0001-98	20,00	Tb	2,93	58,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Orneprazol 20 Mg	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA ME	09.676.256/0001-98	50.000,00	Comp	0,04	2.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Ipratropio, brometo-0,25 mg/ml 20 ml	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	50,00	FR	0,66	33,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Colagenaset-clorfeniracol 0,6 ug+0,01 g/g 30 g tubo	CIAMED- DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	05.782.733/0001-49	60,00	Tb	7,89	473,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Level-Levonorgestrol 0,10 mg+etinilestradiol 0,02 mg	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	5.800,00	Comp	0,57	3.306,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Clonazepam - 2,5 MG/ML 20 ML GTS	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	76.386.283/0001-13	300,00	FR	1,38	414,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Meloxicam 15 mg	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	1.000,00	Comp	0,10	100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Metoprolol, succinato 25 mg	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	6.000,00	Comp	0,52	3.120,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Acido acetilsalicilico 100 mg	CIAMED- DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	05.782.733/0001-49	30.000,00	Comp	0,02	600,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Metoprolol succinato 50 mg	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	4.800,00	Comp	0,92	4.416,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Prednisona 5 mg	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	1.500,00	Comp	0,08	120,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Teoflina 100 mg	CIAMED- DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	05.782.733/0001-49	900,00	UN	0,37	333,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Biperideno, Vlor - 2MG COMP	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	1.000,00	Comp	0,18	180,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Carbamazepina 200 MG COMP	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	3.000,00	Comp	0,07	210,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Sais para reidratação oral 3,5g+1,5g+2,9 g+20g	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	100,00	UN	0,42	42,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Fluoxetina, clor 20 mg	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	5.100,00	Comp	0,04	204,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Imipramina clor 25 mg comp	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	500,00	Comp	0,24	120,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Salbutamol sulfato 2,4 mg/5ml 100 ml	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	10,00	FR	0,84	8,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Sertralina clor 50 mg	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	9.000,00	Comp	0,15	1.350,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Doxazosina mesilato 2 mg	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA ME	09.676.256/0001-98	3.500,00	Comp	0,11	385,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Teoflina 200 mg	CIAMED- DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	05.782.733/0001-49	900,00	UN	0,59	531,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 5/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Cilostazol 50 mg	AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -	10.869.890/0001-26	1.100,00	Comp	0,22	242,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Amoxicilina 250 mg/5 ml 60 ml	DIMAster - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	200,00	FR	2,24	448,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Levedopa+benserazida, dor HBS 100/25 HBS MG	AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -	10.869.890/0001-26	2.500,00	Comp	1,40	3.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Cefalexina 250 MG/5ML 60 ML	DIMAster - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	50,00	FR	5,75	287,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Sinvastatina 20 mg	CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITARES LTDA	03.652.030/0001-70	30.000,00	Comp	0,06	1.800,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Suplirida 50 mg comp	DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	19.156.566/0001-35	600,00	Comp	0,44	264,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Espironolactona 25 mg	DIMAster - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	3.000,00	Comp	0,10	300,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Hidroclorotiazida 50 mg	DIMAster - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	1.500,00	Comp	0,04	60,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Atenolol 100 mg	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA ME	09.676.256/0001-98	500,00	Comp	0,05	25,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Ibuprofeno 50 mg/ml 30 ml suspensão /gotas	DIMAster - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	50,00	FR	1,00	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Paracetamol 200 mg/ml suspensão	DIMAster - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	200,00	FR	0,52	104,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Clonidina dor 0,200 mg	DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	19.156.566/0001-35	750,00	Comp	0,25	187,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Paracetamol 750 Mg	DIMAster - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	5.000,00	Comp	0,06	300,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Clonidina dor 0,150 mg	AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -	10.869.890/0001-26	750,00	Comp	0,21	157,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Azitromicina Di- hidratada 500 mg	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA ME	09.676.256/0001-98	450,00	Comp	0,43	193,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Haloperidol decanoato, solução injetável, caixa com 5 ampolas	DAMEDI - DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	95.368.320/0001-05	4,00	CX	98,18	392,72
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Vigamox (colírio) 0,5% com 5ml	DAMEDI - DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	95.368.320/0001-05	1,00	FR	32,20	32,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Clopidol Depot 200 mg 1 ampola 1ml	DAMEDI - DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	95.368.320/0001-05	6,00	Amp	61,60	369,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Vigamox (colírio) 0,5% com 5ml	DAMEDI - DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	95.368.320/0001-05	5,00	FR	32,20	161,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Zymar (colírio) 0,3% com 5ml	DAMEDI - DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	95.368.320/0001-05	6,00	FR	32,30	193,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	mão de obra	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	UN	180,00	180,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	piôv dianteiro	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	UN	179,00	358,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Coxim superior amortecedor dianteiro	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	Un	405,00	810,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Amortecedor dianteiro	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	UN	497,00	994,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	cinta plástica	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	3,00	UN	0,30	0,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	terminal de fio	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	4,00	UN	1,00	4,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	lâmpadas H3 12 V 60 W	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	15,00	15,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Relé auxiliar 12V 40W	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	25,00	25,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

Folha: 6/9

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	porta fusil com fusil	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	UN	10,00	10,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Chave ttc tac 12V	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	15,00	15,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	mão de obra	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	UN	40,00	40,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Mão de obra para substituição do cabo	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	UN	30,00	30,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Cabo de audio e vídeo	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	UN	35,00	35,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Mão de obra para conserto alternador e motor de partida	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	UN	100,00	100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	jogo de palheta	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	JG	120,00	120,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Porta escova com escovas	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	UN	160,00	160,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Automotivo do alternador	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	UN	130,00	130,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Conjunto retificador	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	UN	100,00	100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	regulador	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	UN	185,00	185,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	exame de ASLO, ferro, fósforo, fator reumatóide, VDRL, P.C reativa, potássio, sódio, mocologito direto: TAP: VHS: KITTP; transaminase piruvica (TGP/ALT) transaminase ovalacica (TGO/AST); gama GT; calcio sérico; fosfatase alcalina; amilase.	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	425,00	UN	17,50	7.437,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	prolactina, hemoglobina glicada, PSA total e livre, exame de coombs indireto; frutossamina; fator anti nuclear (FAN); pesquisa de sangue oculto nas fezes; proteinuria 24 HRS; albumina; litio; mucoproteínas; creatinofosquinase (CPK); Teste de hanseniasse; clearance de creatinina (dos) clearance de ureia (due) microalbuminuria 24 hrs.	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	115,00	UN	32,50	3.737,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Hemograma com histograma; Desidrogenase lática; Leucócitos fecais; Teste de gravidez (exigido que seja feito pela análise de sangue) Magnésio, Reticulócitos.	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	400,00	UN	24,50	9.800,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	urocultura, antibiograma, gram de secreção vaginal; a fresco secreção vaginal; tipagem sanguínea; colísterase; exame parcial de urina (EQU); Creatinina; ureia TSH; T3 total, T3 livre, T4 livre.	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	463,00	UN	20,00	9.260,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Exame de ácido úrico; bilirrubinas total, direta e indireta; colesterol total; colesterol LDL e colesterol HDL; colesterol VLDL; triglicerídeos; glicose; EPF; Pesquisa de oxitúros.	LIANI BEATRIZ BERTUOL ME	12.187.572/0001-00	900,00	UN	10,00	9.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Suporte para bola de fisioterapia	METALURGICA REINER, FREITAG LTDA - ME	11.504.856/0001-10	4,00	Un	25,00	100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Fechadura com duas chaves	METALURGICA REINER, FREITAG LTDA - ME	11.504.856/0001-10	1,00	Un	50,00	50,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA**

CNPJ: 11.430.652/0001-82
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 7/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Instalação e remoção de parabrisa	FABIANI SOM E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA ME	07.383.502/0001-98	1,00	UN	120,00	120,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Fio para parabólica	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	10,00	M	1,49	14,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Lâmpadas econômicas 23 wts	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	9,00	UN	19,90	179,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Lâmpadas econômicas 45 wts	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	10,00	UN	39,90	399,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Torneira lavatório de inox	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	1,00	UN	49,90	49,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	cola	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	1,00	UN	2,90	2,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Cano 40mm agua	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	0,50	M	5,00	2,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Joelho 40mm agua	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	1,00	Un	2,90	2,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	tee de luz	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	5,00	UN	6,90	34,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Flexivel	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	1,00	Un	5,90	5,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Parafuso 8mm	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	4,00	Un	0,20	0,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Bucha 8mm	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	4,00	Un	0,10	0,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Parafuso chumbador	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	9,00	Un	2,00	18,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Alicate	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	1,00	UN	16,90	16,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Arrame	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	1,00	Kg	9,90	9,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Capacitor para ventilador	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	2,00	UN	4,90	9,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Rastel de plástico com cabo	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	1,00	UN	14,90	14,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Suporte para escada	METALURGICA REINER, FREITTAG LTDA - ME	11.504.856/0001-10	1,00	UN	220,00	220,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	taxa de licenciamento	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - DETRAN - SC	82.951.310/0001-56	1,00	Un	74,20	74,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	taxa de seguro obrigatório - DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - DETRAN - SC	82.951.310/0001-56	1,00	UN	246,48	246,48

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA**

CNPJ: 11.430.652/0001-82
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 8/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	<p>VEÍCULO zero quilômetro, com as seguintes especificações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fabricação nacional; - Tipo misto: utilitário/passageiro; - Ano/modelo: 2016/2016; - Cor branca; - Motor, no mínimo, 1,4; - 04 cilindros; - 3 portas; - Capacidade de, no mínimo, 4 passageiros; - Combustível: flex (etanol/gasolina); - Potência mínima do motor: 85 HP; - Capacidade da caçamba de, no mínimo, 680 litros; - Tanque de combustível com capacidade de, no mínimo, 58 litros; - Equipada de fábrica com: Air bag duplo (motorista e passageiro); acionamento elétrico dos vidros dianteiros; travas elétricas; proteção da caçamba; ar condicionado; direção hidráulica; freios ABS; grade protetora dos vidros traseiros (porta escada e barras longitudinais no teto); rádio AM/FM com CD e entrada USB; faróis de neblina; espelhos retrovisores externos com regulagem elétrica; jogos de tapetes de borracha. - Adesivada com material de boa qualidade, com a seguinte frase: "Veículo a serviço da Secretaria de Saúde de Princesa" e emblema do Município. - Garantia de, no mínimo, 3 anos 	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	0,503	Un	63.600,00	32.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA**

CNPJ: 11.430.652/0001-82
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 9/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	VEICULO zero quilômetro, com as seguintes especificações mínimas: - Fabricação nacional; - Tipo misto: utilitário/passageiro; - Ano/modelo: 2016/2016; - Cor: branca; - Motor, no mínimo, 1,4; - 04 cilindros; - 3 portas; - Capacidade de, no mínimo, 4 passageiros; - Combustível: flex (etanol/gasolina); - Potência mínima do motor: 85 HP; - Capacidade da caçamba de, no mínimo, 680 litros; - Tanque de combustível com capacidade de, no mínimo, 58 litros; - Equipada de fábrica com: Air bag duplo (motorista e passageiro); acionamento elétrico dos vidros dianteiros; travas elétricas; proteção da caçamba; ar condicionado; direção hidráulica; freios ABS; grade protetora dos vidros traseiros (porta escada e barras longitudinais no teto); rádio AM/FM com CD e entrada USB; faróis de neblina; espelhos retrovisores externos com regulagem elétrica; jogos de tapetes de borracha. - Adesivada com material de boa qualidade, com a seguinte frase: "Veículo a serviço da Secretaria de Saúde de Princesa" e emblema do Município. - Garantia de, no mínimo, 3 anos	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	79.294.419/0001-53	0,497	Un	63.600,00	31.600,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CONTROLADOR DIGITAL	C.H. OLIVEIRA DO AMARAL & CIA LTDA - ME	08.117.833/0001-49	1,00	UN	900,00	900,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	HORA TÉCNICA	C.H. OLIVEIRA DO AMARAL & CIA LTDA - ME	08.117.833/0001-49	1,00	H	300,00	300,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DESLOCAMENTO PARA REALIZAR ORÇAMENTO	C.H. OLIVEIRA DO AMARAL & CIA LTDA - ME	08.117.833/0001-49	500,00	KM	1,25	625,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DESLOCAMENTO PARA REALIZAR CONCERTO	C.H. OLIVEIRA DO AMARAL & CIA LTDA - ME	08.117.833/0001-49	680,00	KM	1,25	850,00
						Total Geral -->	155.144,05

COMPRAS EFETUADAS NO MÊS DE MAIO PELO MUNICÍPIO DE PRINCESA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 1127

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Maio/2016**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Seguro DPVAT (2015-2016)	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SC	82.951.310/0001-56	2,00	Un	105,25	210,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Espaço em jornal impresso, de circulação regional, para publicação de atos oficiais e legais do município de princesa/sc, determinados na legislação vigente e que sejam de interesse publico. Publicações veiculadas em letra de corpo 9 (nove) e entrelinhas 10(dez).	COMUNICAÇÕES KOLLENBERG LTDA	05.430.495/0001-02	125.245	Cm2	1,50	187,87
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra para realizar a retirada de 02 aparelhos de ar condicionado de PMI 3967 e 3986, com capacidade de 12.000 BTUS das salas de espanhol e de artes, para serem substituídos por outros 02 aparelhos novos nas mesmas salas de PMI 4173 e 4174, com capacidade de 24.000 BTUS, sendo que os que serão retirados e posteriormente instalados nas salas do 2º e 3º anos.	ALTEMIR REICHERT 71271384949	20.923.130/0001-03	4,00	Un	200,00	800,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra para conserto do aparelho de ar condicionado PMI 3463, instalado na sala de educação física da escola publica municipal renascer.	ALTEMIR REICHERT 71271384949	20.923.130/0001-03	1,00	Un	435,00	435,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Valvula para gás	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	1,00	Un	18,90	18,90
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	mangueira para gás	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	1,00	Un	7,90	7,90
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	braçadeira	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	2,00	Un	1,40	2,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	mão de obra	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	45,00	45,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Correia do alternador	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	112,00	112,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 2/27

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Imã adesivo, medindo 7cmx 7cm, com os seguintes dizeres: "Telefone para contato. Secretaria de assistência social 3641-0321. Conselho tutelar 3641-0308/ 84041635. Polícia militar 3641-0022/ 84133214. Denuncie disque 100! Flor símbolo do dia de combate a exploração sexual. Colômbio.	GRAFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME	95.642.548/0001-95	400,00	Un	0,75	300,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Inscrição no I Seminário Regional de Acolhimento Institucional e Familiar da Região da AMEOSC e AMERIOS dias 16 e 17 de Junho.	ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM	08.940.383/0001-90	1,00	Un	200,00	200,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	prestação de serviços, pela Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos, de serviços e venda de produtos que atendam às necessidades da contratante mediante contrato de adesão. As características e requisitos encontram-se previstas no contrato e respectivos anexos.	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS (SC)	34.028.316/0028-23	1,00	Un	1.000,00	1.000,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Contratação de espaço em jornal de circulação regional de no mínimo uma edição semanal para publicação de todos os atos oficiais e legais do município de Princesa/SC, como decretos, leis, editais, anexos da RLF, balanços, balanços, relatórios contábeis, contratos, dentre outros determinados na legislação vigente e demais atos legais do Poder Executivo Municipal e de todas as secretarias municipais e que sejam de interesse público. As publicações devem ser feitas em letra de corpo 9 (nove) e entrelinha 10 (dez).	COMUNICAÇÕES KOLLENBERG LTDA	05.430.495/0001-02	500,00	Cm2	0,06	30,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Palestra reflexiva/educativa com o tema: "Os laços e entre laços na dinâmica familiar: a família faz bem ou mal a saúde? para o projeto "desafios do amor familiar", com duração de uma hora e meia, ministradas por um profissional que tenha experiência de atuações com crianças e adolescentes, relacionamentos familiares/terapia de casais e família, saúde mental e prevenção de dependência química.	ORIATIVA PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME	13.461.680/0001-92	1,00	Un	730,00	730,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Palestra reflexiva/educativa com o tema: "A vida sexual e afetiva do casal, diferenças e desejos -resolvendo conflitos a dois" para o projeto "desafios do amor familiar" com duração de uma hora e meia, com especialista em terapia de casais e família, especialista em prevenção e tratamento de dependência química, que deverá possuir conhecimentos e experiência em saúde mental, terapia familiar e palestras para casais e famílias.	JJS DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA	19.468.645/0001-81	1,00	Un	1.000,00	1.000,00

Folha: 3/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de empresa com profissional (a/s) para realizar palestra para o dia dos pais, no dia 10 de agosto de 2016, nas dependências do auditório da Escola Pública Municipal Renascer, tendo como participantes os pais de todos os alunos dos educandários do Município de Princesa, palestra que abordará os seguintes temas: o papel do pai na família, na escola e na comunidade, além de outros assuntos que venham a surgir no decorrer da palestra, cuja duração será de no mínimo 1h30min e que será realizada a partir das 19h30min.	CRIATIVA PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME	13.461.680/0001-92	0,50	Un	1.050,00	525,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de empresa com profissional (a/s) para realizar palestra para o dia das mães, no dia 04 de maio de 2016 nas dependências do auditório da Escola Pública Municipal Renascer, tendo como participantes as mães de todos os alunos dos educandários do Município de Princesa, abordando temas relacionados a mulher e mãe nota 1000 no contexto familiar, educacional e social além de assuntos que venham a surgir no decorrer da palestra, cuja duração será de no mínimo 1h30min e que será realizada a partir das 19h30 min.	JJS DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA	19.468.645/0001-81	0,50	Un	770,00	385,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Palestra reflexiva/educativa com o tema: "O impacto das discussões conjugais na vida escolar dos filhos/aprendendo a conversar e interagir" para o projeto "desafios do amor familiar" com duração de uma hora e meia, com especialista em terapia de casais e família, especialista em prevenção e tratamento de dependência química, que deverá possuir conhecimentos e experiência em saúde mental, terapia familiar e palestra para casais e família.	JJS DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA	19.468.645/0001-81	1,00	Un	1.160,00	1.160,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de empresa com profissional (a/s) para realizar palestra para o dia dos pais, no dia 10 de agosto de 2016, nas dependências do auditório da Escola Pública Municipal Renascer, tendo como participantes os pais de todos os alunos dos educandários do Município de Princesa, palestra que abordará os seguintes temas: o papel do pai na família, na escola e na comunidade, além de outros assuntos que venham a surgir no decorrer da palestra, cuja duração será de no mínimo 1h30min e que será realizada a partir das 19h30min.	CRIATIVA PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME	13.461.680/0001-92	0,50	Un	1.050,00	525,00

Folha: 4/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Palestra reflexiva/educativa com o tema: "Vida a dois - o casal e suas estruturas de origem", para o projeto "desafios do amor familiar", com duração de uma hora e meia, ministradas por um profissional que tenha experiência de atuações com crianças e adolescentes, relacionamentos familiares/terapia de casais e família, saúde mental e prevenção de dependência química.	ORIATIVA PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME	13.461.680/0001-92	1,00	Un	950,00	950,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Palestra reflexiva/educativa com o tema: "Família na atualidade: função e funcionamento" para o projeto "desafios do amor familiar" com duração de uma hora e meia, ministradas por um profissional que tenha experiência de atuações com crianças e adolescentes, relacionamentos familiares/terapia de casais e família, saúde mental e prevenção de dependência química.	ORIATIVA PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME	13.461.680/0001-92	1,00	Un	730,00	730,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Palestra reflexiva/educativa com o tema: "Dependência ou independência nas relações de família? estrutura de família com patologias e ou uso de álcool e outras drogas- como lidar e ou conviver? para o projeto "desafios do amor familiar", com duração de uma hora e meia, com especialista em terapia de casais e família, especialista em prevenção e tratamento de dependência química que deverá possuir conhecimentos e experiência em saúde mental, terapia familiar e palestras para casais e família.	JJS DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA	19.468.645/0001-81	1,00	Un	1.150,00	1.150,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de empresa com profissional (ats) para realizar palestra para o dia do professor, que será no dia 14 de outubro de 2016, nas dependências do auditório da Escola Pública Municipal Renascer, tendo como participantes os professores dos educandários do Município de Princesa e também os professores da Escola de Educação Básica Antenor Nascentes, tendo como tema principal "Educar para transformar- o papel do educador frente aos desafios da sociedade atual, educar/ensinar: o que cabe aos pais e o que cabe à escola, além de assuntos que venham a surgir no decorrer da palestra, cuja duração será de no mínimo 1h30min e que será realizada a partir das 19h30min.	SER DESENVOLVIMENTO HUMANO E EMPRESARIAL LTDA - ME	16.950.128/0001-56	0,50	Un	2.050,00	1.025,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 5/27

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Palestra reflexiva/educativa com o tema: "Família: como lidar com o dinheiro - amor familiar", com duração de uma hora e meia, ministradas por um profissional que tenha experiência de atuações com crianças e adolescentes, relacionamentos familiares/terapia de casais e família, saúde mental e prevenção de dependência química.	JJS DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA	19.468.645/0001-81	1,00	Un	790,00	790,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de empresa com profissional (a/s) para realizar palestra para o dia das mães, no dia 04 de maio de 2016 nas dependências do auditório da Escola Pública Municipal Renascer, tendo como participantes as mães de todos os alunos dos educandários do Município de Princesa, abordando temas relacionados à mulher e mãe nota 1000 no contexto familiar, educacional e social além de assuntos que venha a surgir no decorrer da palestra, cuja duração será de no mínimo 1h30min e que será realizada a partir das 19h30 min.	JJS DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA	19.468.645/0001-81	0,50	Un	770,00	385,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Contratação de empresa com profissional (a/s) para realizar palestra para o dia do professor, que será no dia 14 de outubro de 2016, nas dependências do auditório da Escola Pública Municipal Renascer, tendo como participantes os professores dos educandários do Município de Princesa e também os professores da Escola de Educação Básica Antenor Nascentes, tendo como tema principal "Educar para transformar- o papel do educador frente aos desafios da sociedade atual, educar/ensinar: o que cabe aos pais e o que cabe à escola, além de assuntos que venham a surgir no decorrer da palestra, cuja duração será de no mínimo 1h30min e que será realizada a partir das 19h30min.	SER DESENVOLVIMENTO HUMANO E EMPRESARIAL LTDA - ME	16.950.128/0001-56	0,50	Un	2.050,00	1.025,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Palestra reflexiva/educativa com o tema: "Conhecendo o outro e falando de mim, compreensão, respeito e admiração" para o projeto "desafios do amor familiar" com duração de uma hora e meia, ministradas por um profissional que tenha experiência de atuações com crianças e adolescentes, relacionamentos familiares/terapia de casais e família, saúde mental e prevenção de dependência química.	CRATIVA PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME	13.461.680/0001-92	1,00	Un	990,00	990,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 6/27

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Palestra educativa/reflexiva com o tema: "Diferenças entre pais e filhos - dizendo não e estabelecendo limites- conflitos de gerações e comportamentos" para o projeto "desafios do amor familiar" com duração de uma hora e meia, ministrada por um profissional que tenha experiência de atuações com crianças e adolescentes, relacionamentos familiares/terapia de casais e família, saúde mental e prevenção de dependência química.	CRATIVA PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME	13.461.680/0001-92	1,00	Un	700,00	700,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Palestra reflexiva/educativa com o tema: "Sorrida em família , fortalecendo os laços familiares e grupos" para o projeto "desafios do amor familiar" com duração de uma hora e meia, ministrada por um profissional que tenha experiência de atuações com crianças e adolescentes, relacionamentos familiares/terapia de casais e família, saúde mental e prevenção de dependência química.	JUS DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA	19.468.645/0001-81	1,00	Un	690,00	690,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Inscrição no I Seminário Regional de Acolhimento Institucional e Familiar da Região da AMEOSC e AMERIOS dias 16 e 17 de junho.	ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEI	08.940.383/0001-90	1,00	Un	200,00	200,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Jogo de dominó com vinte e oito peças altamente polidas	BAZAR JUSTEN LTDA - ME	04.135.738/0001-17	5,00	CX	21,50	107,50
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Jogo de baralho para truco tipo espanhol com cinquenta cartas cada caixa.	SUPERMERCADO FRANK LTDA - ME	12.225.461/0001-41	15,00	CX	6,90	103,50
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Jogo de baralho para canastra com cinquenta e quatro folhas cada caixa.	SUPERMERCADO FRANK LTDA - ME	12.225.461/0001-41	36,00	CX	6,99	251,64
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Passagem de ida - Foz do Iguaçu a Brasília	FUNNY TOUR PASSAGENS E TURISMO LTDA	01.664.980/0001-90	1,00	UN	501,25	501,25
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Passagem de volta - Brasília a Foz do Iguaçu	FUNNY TOUR PASSAGENS E TURISMO LTDA	01.664.980/0001-90	1,00	UN	306,91	306,91
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Almoço	SOLANGE MARIA WELTER	09.111.993/0001-43	72,00	Un	25,00	1.800,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Botão da reduzida	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	95,00	95,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Benix 1091	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	190,00	190,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	jogo de palhetas	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	120,00	120,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Sensor de pressão de ar (estacionário)	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	110,00	110,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	kit reparo	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	55,00	55,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Kit de buchas	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	42,00	42,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão de obra	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	100,00	100,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

Folha: 7/27

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Cano 4"	MECANICA SIMONI LTDA	01.257.810/0001-90	1,00	Un	48,00	48,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Curva do descarga 4"	MECANICA SIMONI LTDA	01.257.810/0001-90	1,00	Un	85,00	85,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Microventilador	ELF COM. DE PURIFICADORES DE AGUA LTDA - ME	04.204.027/0001-57	1,00	Un	145,00	145,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA - ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	50,00	50,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Câmara de ar KM 24 (RS)	LUIZ CARLOS ZWIRTES- ME (FILIAL)	09.128.379/0002-75	1,00	Un	334,00	334,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA - ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	800,00	800,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	filtro PSL 123	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA - ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	40,00	40,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	espaguete	MECANICA LORENZET LTDA - EPP	00.694.378/0001-32	1,00	Un	5,00	5,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra parte elétrica	MECANICA LORENZET LTDA - EPP	00.694.378/0001-32	1,00	Un	250,00	250,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Sanar falhas com easy	MECANICA LORENZET LTDA - EPP	00.694.378/0001-32	1,00	Un	150,00	150,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Filtro do diesel	MECANICA LORENZET LTDA - EPP	00.694.378/0001-32	1,00	Un	98,00	98,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Filtro diesel raco 70c17	MECANICA LORENZET LTDA - EPP	00.694.378/0001-32	1,00	Un	169,00	169,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Bomba de alta pressão	MECANICA LORENZET LTDA - EPP	00.694.378/0001-32	1,00	Un	6.600,00	6.600,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Fita adesiva pano para instalação	MECANICA LORENZET LTDA - EPP	00.694.378/0001-32	2,00	Un	30,00	60,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra troca de peças e conserto	MECANICA LORENZET LTDA - EPP	00.694.378/0001-32	1,00	Un	480,00	480,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Filtro bomba óleo daily nova	MECANICA LORENZET LTDA - EPP	00.694.378/0001-32	1,00	Un	215,00	215,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Parafusos 6x 20 completo	MECANICA LORENZET LTDA - EPP	00.694.378/0001-32	2,00	Un	1,50	3,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pintura com tinta latex acrílica, duas demãos, com fornecimento de MATERIAIS e MÃO DE OBRA.	A G ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	13.338.253/0001-11	230,06	M2	10,27	2.362,72
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pintura com tinta esmalte fosca para madeira, duas demãos, com fornecimento de MATERIAIS e MÃO DE OBRA	A G ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	13.338.253/0001-11	3,86	M2	22,63	87,35
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Aplicação de Fundo Selador Acrílico, uma demão, com fornecimento de MATERIAL e MÃO DE OBRA.	A G ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	13.338.253/0001-11	230,06	M2	3,35	770,70

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 8/27

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Inscrição da secretaria municipal de educação e cultura, DEISI GRALOV, no IX fórum extraordinário da UNDIME - SC (educação infantil e fundamental para o mundo do amanhã), que se realizará entre os dias 17 e 18 de maio de 2016, tendo como local o hotel Mercure Florianópolis Convention, na cidade de Florianópolis - SC, com programação, objetivos e demais informações em anexo a esta requisição.	UNDIME - UNIAO NAC. DIRIG. MUNIC. EDUC.	79.363.123/0001-47	1,00	Un	400,00	400,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Passagem de ida e volta chapeco/Florianópolis - Florianópolis/Chapeco.	PARISOTTI VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	16.943.691/0001-05	1,00	Un	518,24	518,24
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Vidro transparente nas medidas de 147x67 (LXA) e 4mm de espessura.	METALURGICA REINER, FREITTAG LTDA - ME	11.504.856/0001-10	1,00	Un	90,00	90,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	BALUN passivo, conversos, par trançado	BACIN INFORMÁTICA LTDA ME	11.026.268/0001-19	2,00	Par	25,00	50,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CONECTOR borne x plug, p4, macho, 2,1x5,5x14mm, parafuso	BACIN INFORMÁTICA LTDA ME	11.026.268/0001-19	2,00	Un	4,00	8,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ADAPTADOR conector borne x plug p4, fêmea, 2,1x5,5x14mm, parafuso	BACIN INFORMÁTICA LTDA ME	11.026.268/0001-19	2,00	Un	4,00	8,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

Folha: 9/27

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	<p>MESA DIGITALIZADORA (Coletor de Assinatura) para emissão de Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS, com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tipo do Sensor: eletromagnético ou de pressão; - Tipo de Caneta: Ativo energizado ou estilo passivo; - Interface: USB, no mínimo 2.0; - Resolução: 410 pontos por polegada (reais); - Dimensão: 193x168x18mm ou 152,4x177,8x93,98mm (LxAxC); - Área de Assinatura: 135x102mm ou 101,6x76,2mm (LxA); - Autenticação: Forense; - Ângulo de Captura: 360°; - Conversão de Dados Rate: 377 pontos por segundo; - Pacote de Software: SDK; - Suporte: Atualizações fornecidas gratuitamente; - Garantia Mínima: 1 ano; - Suporte para as seguintes linguagens de programação: <ul style="list-style-type: none"> + Visual Studio C++ + Visual Basic (6.0) + Delphi 7 + ASP + PHP + JavaScript + Visual Studio C#. Net + Java <p>O equipamento deverá ser entregue INSTALADO e EM PERFEITO FUNCIONAMENTO dentro do "Sistema CTPS WEB" - sistema de confecção e emissão de CTPS - do Ministério do Trabalho e Previdência Social.</p> <p>Em razão de serem os ÚNICOS suportados pelo "Sistema CTPS WEB" (informação constante, inclusive, na página do próprio sistema), o Setor de Identificação SUJERE de acordo com os parâmetros de funcionamento do "Sistema CTPS WEB", que o coletor de assinaturas seja um dos dois seguintes modelos compatíveis com este sistema:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Coletor de Assinatura T-S751 - Topaz (Topaz Signature Gem 4x5); ou - Coletor de Assinatura T-S460 - Topaz (Topaz Signature Gem LCD 1x5). <p>Caso o fornecedor tenha o objetivo de oferecer EQUIPAMENTO DIVERSO do</p>	JACKSON UBIRATAN VARGAS - ME	17.369.330/0001-51	1,00	Un	3.180,00	3.180,00

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA</p> <p>CNPJ: 01.612.836/0001-00 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC</p>						Folha: 10/27
Órgão	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
<p>especificado na planilha WEB" deverá comprovar, anteriormente à licitação e a aquisição, o efetivo funcionamento do equipamento dentro do "Sistema CTPS WEB" junto ao Setor de Identificação. O fornecedor também deverá prestar SUPORTE TÉCNICO por período mínimo de 1(um) ano, no que concerne ao equipamento fornecido.</p>						
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CÂMERA infravermelho, , 50 metros 1 3, lente 8mm, 800 linhas	11.026.268/0001-19	2,00	Un	260,00	520,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	FONTE, saída 12V, 1A, entrada bivolt, para câmera	11.026.268/0001-19	2,00	Un	20,00	40,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CABO DE REDE UTP CAT5E	11.026.268/0001-19	200,00	M	1,60	320,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	MÃO DE OBRA para instalação.	11.026.268/0001-19	1,00	Un	150,00	150,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	filtro PSL 900	03.103.101/0001-86	1,00	Un	40,00	40,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	solda mtg	03.103.101/0001-86	30,00	Min	3,00	90,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Filtro Diesel PC 2/155	03.103.101/0001-86	1,00	Un	30,00	30,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão de obra	03.103.101/0001-86	1,00	Un	80,00	80,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão de obra	03.103.101/0001-86	1,00	Un	130,00	130,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Fluido de freios 500 ml	23.893.870/0001-32	1,00	Un	20,00	20,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Capa 1/4	03.383.695/0001-26	1,00	Un	6,00	6,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mangueira 1/4 2SN	03.383.695/0001-26	3,22	M	32,00	103,04
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão de obra (prensagem)	03.383.695/0001-26	1,00	Un	5,00	5,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	conexão 190 DL-08-04	03.383.695/0001-26	1,00	Un	29,00	29,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Conexão 100MN-08-04	03.383.695/0001-26	1,00	Un	21,00	21,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Engate MBIR 1/2	03.383.695/0001-26	1,00	Un	39,00	39,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão de obra (prensagem)	03.383.695/0001-26	1,00	Un	10,00	10,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Capa 1/4	03.383.695/0001-26	2,00	Un	6,00	12,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Conexão 100MN-08-04	03.383.695/0001-26	1,00	Un	21,00	21,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão de obra	03.103.101/0001-86	1,00	Un	50,00	50,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 11/27

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão de obra (desmontar e remontar pneus)	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	40,00	40,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra com solda mig	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	60,00	60,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	solda mig	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	28,00	Min	3,00	84,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	50,00	50,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Conexão 100ML - 08 - 04	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,00	Un	12,00	12,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão de obra (prensagem)	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,00	Un	5,00	5,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Capa 1/4	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,00	Un	6,00	6,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão de obra com solda	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,00	Un	5,00	5,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	conexão 190 DL-08-04	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,00	Un	29,00	29,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	filtro PC2/255	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	40,00	40,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Filtro PSD 900	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	40,00	40,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	480,00	480,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Vulcanização para pneu (passeio)	LUIZ CARLOS ZWIRTES - EPP	09.128.379/0001-94	1,00	Un	55,00	55,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Capa de sinaleira	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	15,00	15,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	rolo de fita	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	3,00	3,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Fusil 15 AH	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	6,00	Un	1,00	6,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão de obra	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	40,00	40,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Lâmpada 1034 12V	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	2,00	Un	5,00	10,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	sinaleira completa	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	60,00	60,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Lâmpada 1131 12V	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	2,00	Un	5,00	10,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	140,00	140,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	solda mig	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	13,333	Min	3,00	40,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Tomeira eletrônica, com bolão de controle total da temperatura, arejador articulável, na cor branca 220V.	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	1,00	Un	174,90	174,90
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	conserto de pneu	CAROLINE COLLE 09734488902	23.893.870/0001-32	1,00	Un	15,00	15,00

Folha: 12/27

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.838/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Recarga de extintor pó 4BC	DARB COMERCIO DE EXTINTORES LTDA ME	00.075.799/0001-85	2,00	Un	65,00	130,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	borracha do estabilizador	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	48,00	48,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	mão de obra	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	35,00	35,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Bucha de mola dianteira e traseira	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	4,00	Un	56,00	224,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	mão de obra	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	140,00	140,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pastilhas de freio dianteiro	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	162,00	162,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	borracha do estabilizador	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	Un	48,00	96,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Coxim de câmbio	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	176,00	176,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCO, para TRANSMISSÃO, SAE 10W/30.API, GL4, NH410B, para uso no Sistema de Freios de Trator. Embalagem com 20 Litros.	AGRO VETERINÁRIA PRINCESA LTDA	04.484.322/0001-04	10,00	Un	297,80	2.978,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Aquisição de passagem aérea (ida e volta) para a secretaria municipal de educação e cultura DEISI GRALOW, no IX fórum extraordinário da UNDIME - SC (educação infantil e fundamental para o mundo do amanhã), que se realizará entre os dias 17 e 18 de maio de 2016, tendo como local o HOTEL MERCURE FLORIANOPOLIS CONVENTION, na cidade de Florianópolis - SC, com programação, objetivos e demais informações em anexo a esta requisição.	FUNNY TOUR PASSAGENS E TURISMO LTDA	01.664.980/0001-90	2,00	Un	243,31	486,62
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Fixação da trava	DONAL DETTENBORN - EPP	79.497.210/0001-87	2,00	Un	68,00	136,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Bica de saída c/ proteção interna HI JFC 120	DONAL DETTENBORN - EPP	79.497.210/0001-87	1,00	Un	1.080,00	1.080,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra (conserto de pneu)	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	2,00	Un	80,00	160,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	filtro PSL 339	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	50,00	50,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	120,00	120,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Camara de ar AG (2028) 12.5/80 - 18	LUZ CARLOS ZWIRTES- ME (FILIAL)	09.128.379/0002-75	1,00	Un	250,00	250,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	solta mtg	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	21,00	Min	3,00	63,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra (conserto de pneu)	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	3,00	Un	50,00	150,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra - solda na concha	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	40,00	40,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

Folha: 13/27

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra - embuchamentos	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	120,00	120,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	520,00	520,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão de obra (prensagem)	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,00	Un	10,00	10,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Capa 3/8	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	2,00	Un	7,00	14,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	conexão 100 FJ -08-06	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	2,00	Un	18,00	36,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mangueria 3/8 2SN	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	1,40	M	39,00	54,60
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	490,00	490,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	solta mtg	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	28,00	Mín	3,00	84,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	180,00	180,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra para conserto da caixa de marchas, com desmontagem e montagem da caixa.	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	558,00	558,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Rolamento eixo de carretel	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	107,81	107,81
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	rolamento pinhão traseiro	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	101,42	101,42
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Retentor saída do cambio	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	35,65	35,65
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Anel do Câmbio	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	2,00	Un	28,32	56,64
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Lameta câmbio	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	3,00	Un	39,81	119,43
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Sincronizador de Câmbio	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	3,00	Un	42,60	127,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Trava interna de câmbio	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	3,00	Un	43,03	129,09
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	retentor do eixo piloto	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	13,95	13,95
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra para conserto 02 pneus, com desmontagem e montagem.	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	2,00	Un	20,00	40,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra para conserto 01 pneu, com desmontagem e montagem.	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	20,00	20,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	50,00	50,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	cabo de comando Q. Jato JFC 120/060/C40	DONAL DETTENBORN - EPP	79.497.210/0001-97	2,00	Un	177,00	354,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

Folha: 14/27

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pagamento do CREA da ART (anotação de responsabilidade técnica) referente a fiscalização de obras de saneamento básico que estão sendo executados no município de princesa/sc.	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SAN	82.511.643/0001-64	1,00	Un	195,96	195,96
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	PARA-RAIO BR OXIDO DE ZINCO 280V 10KA	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	3,00	PC	70,00	210,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	TOTAL ADMINISTRAÇÃO CELESC	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	1,00	Un	1.448,77	1.448,77
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	INST. CONJUNTO GRAMPO SUSPENSÃO CB MULT.	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	6,00	Un	1,00	6,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	PARAFUSO CAB QUAD AÇO 7007 16X250X170 MM	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	15,00	PC	4,91	73,65
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	POSTE CONCRETO DT 10M 300 DAN 1 SEGMI.	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	5,00	PC	668,80	3.344,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	MÃO DE OBRA para DESLOCAMENTO da Rede Aérea de Distribuição de Energia Elétrica de baixa tensão, para adequação de trecho da Avenida Santa Rosa, no Município de Princesa	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	1,00	Un	16.013,83	16.013,83
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	POSTE CONCRETO DT 10M 600DAN 1 SEGMI.	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	3,00	PC	982,30	2.946,90
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	INST. DE ATERRAMENTO TEMPORÁRIO AT.	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	1,00	Un	1,01	1,01
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	RETIRADA DE POSTE MENOR QUE 12 M A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA - COM GU	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	7,00	Un	2,00	14,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	CONCRETAGEM DE BASE	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	4,00	Un	20,00	80,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LANÇAM CONDUIT MULTIPLEX BT 50 MMF POR KM.	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	0,04	KM	55,00	2,20
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ARUELA QUADRA LISA 18MM AÇO 1010/1020	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	6,00	PC	0,41	2,46
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ALÇA PREFORM DISTR AC 1/0AWG 710MM AMARE	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	4,00	PC	4,90	19,60
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ABERTURA CAVA EM ROCHA - COMPRENSOR & EXPL	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	2,00	Un	25,00	50,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	INST. DE ATERRAMENTO TEMPORÁRIO BT.	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	2,00	Un	0,38	0,76
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ABERTURA DE CAVA EM ROCHA SEM USO DE AXF	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	2,00	Un	7,00	14,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ABERTURA DE CAVA EM TERRENO NORMAL	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	5,00	Un	2,00	10,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	INST. PAR RAIOS BT EM REDE MULTIP.	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	3,00	Un	0,20	0,60
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	RETIRADA DE CONDUTOR 4 CAVCA E CU 6, PO	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	0,37	KM	9,19	3,40
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	CABO MULTIPLEX AL 3x1x50+35mm² 0,6/1KV	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	40,00	M	13,05	522,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 15/27

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ATERRAMENTO SIMPLES - UMA HASTE	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	4,00	Un	2,00	8,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	INSTALAÇÃO DE ARMAÇÃO SECUNDÁRIA	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	27,00	Un	0,70	18,90
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	CABO MULTIPLEX AL 3x1x50+50mm² 0,6/1KV	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	227,00	M	19,06	4.326,62
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	RETIRADA DE FLYING - TAP PRIMÁRIO OU SECUND.	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	1,00	Un	0,80	0,80
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	CABO NU COBRE 7 FIOS 25,00 mm²	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	12,00	Kg	34,50	414,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	INST. OLHAL PARA FIXAÇÃO DE CONDUTOR NEUTRO	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	19,00	Un	0,50	9,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	INSTALAÇÃO DE CONECTOR PERFORANTE	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	18,00	Un	0,20	3,60
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	RETIRADA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COMUM	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	4,00	Un	0,60	2,40
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	CONEC CUNHA ATERR CUIAI 25/35 MMX24 S	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	4,00	PC	14,14	56,56
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	TRANS. MAT. PERCURSO 21 A 50 KM P/ KG	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	1,00	Kg	1,36	1,36
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	CONECTOR CUNHA RAMAL VI-SIMETRICO AZ/BCO	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	20,00	PC	3,28	65,60
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	CONECTOR CUNHA RAMA VI-SIMETRICO A S. BR/VE	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	4,00	PC	3,00	12,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	INSTALAÇÃO DE FLYING - TAP PRIMÁRIO OU SEC	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	2,00	Un	2,00	4,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	SAPATILHA CABO DE AÇO 54X75MM	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	4,00	PC	1,81	7,24
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	CONECTOR PIERC T 25-120MM2 D 25-120MM2	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	27,00	PC	13,75	371,25
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COMUM	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	16,00	Un	1,50	24,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	CONJUNTO GRAMPO SUSPENSÃO 7,5 A 10,5 MM	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	6,00	PC	62,07	372,42
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	TRANSF. PSOTE INF 12M INF 1000 DAN 21-50 KM	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	14,00	Un	1,61	22,54
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	HASTE ATERRAMENTO AÇO/COBRFE 13X2400MM	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	4,00	PC	35,70	142,80
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	INSTALAÇÃO DE POSTE MENOR QUE 12M COM G	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	9,00	Un	5,00	45,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LANÇAM. COND MULTIPLEX BR 70MMF POR KM	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	0,227	KM	60,00	13,62
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	OLHAL PARA PARA FUSO 5000DAN AÇO 16 MM	A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP	75.786.319/0001-93	19,00	PC	8,32	158,08
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	jogo de lona de freio	MECANICA SIMONI LTDA	01.257.810/0001-90	1,00	Jogo	185,00	185,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Câmara de ar 7.50	LUIZ CARLOS ZWIRTES- ME (FILIAL)	09.128.379/0002-75	2,00	UN	95,00	190,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Folha: 16/27

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra desmontar radiador do intercooler	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	UN	130,00	130,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Solda de alumínio	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	12,00	Min	6,00	72,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra serviços diversos como: troca de fluido da embreagem, conserto do vazamento de ar do intercooler, solda no cano de descarga e troca da abraçadeira da saída da turbina, serviços estes feitos no ônibus ADD 8673, PMI 4041, para que o mesmo continue a transportar alunos a universidade do oeste de Santa Catarina - UNOESC.	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	UN	180,00	180,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	DPVAT 2016/ seguro obrigatório	SECRETARIA DO ESTADO E FAZENDA DO RIO GRANDE DO SU	87.958.674/0001-81	1,00	Un	105,65	105,65
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	DPVAT 2015/ seguro obrigatório	SECRETARIA DO ESTADO E FAZENDA DO RIO GRANDE DO SU	87.958.674/0001-81	1,00	Un	105,65	105,65
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Taxa de licenciamento anual 2016	SECRETARIA DO ESTADO E FAZENDA DO RIO GRANDE DO SU	87.958.674/0001-81	1,00	Un	54,04	54,04
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Cabo TDP linha TL6570/6090/100 1,260MM	CENTRO DE REPARAÇÃO MECÂNICA JACARE LTDA	01.244.119/0001-72	1,00	Un	60,00	60,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra - caixa de robos e roda	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	190,00	190,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra com solda mig.	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	27,00	Min	3,00	81,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Porca 14 mm c/ trava	MECÂNICA E COMERCIAL DE PECAS MEOTTI LTDA - EPP	83.872.192/0001-53	1,00	Un	1,50	1,50
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	coxim do amortecedor	MECÂNICA E COMERCIAL DE PECAS MEOTTI LTDA - EPP	83.872.192/0001-53	1,00	Un	85,00	85,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	amortecedor	MECÂNICA E COMERCIAL DE PECAS MEOTTI LTDA - EPP	83.872.192/0001-53	1,00	Un	120,00	120,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Porca amortecedor	MECÂNICA E COMERCIAL DE PECAS MEOTTI LTDA - EPP	83.872.192/0001-53	1,00	Un	5,00	5,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	kit batente/ coifa	MECÂNICA E COMERCIAL DE PECAS MEOTTI LTDA - EPP	83.872.192/0001-53	1,00	Un	20,00	20,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Capa proteção	MECÂNICA E COMERCIAL DE PECAS MEOTTI LTDA - EPP	83.872.192/0001-53	1,00	Un	15,00	15,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Prato superior do amortecedor	MECÂNICA E COMERCIAL DE PECAS MEOTTI LTDA - EPP	83.872.192/0001-53	1,00	Un	28,00	28,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Filtro PC 2/255 longo	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	30,00	30,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Filtro PC 2/155 curto	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	20,00	20,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	filtro PSL 123	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	40,00	40,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra - filtro e óleo	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	UN	60,00	60,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra - bomba injetora	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	150,00	150,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

Folha: 17/27

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Saco de cal	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	1,00	Un	7,90	7,90
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Reator 2X40	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	1,00	Un	21,90	21,90
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Lâmpada 30 W	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	5,00	Un	23,90	119,50
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	lâmpada 25 W	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	1,00	Un	12,00	12,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Fita zebrada	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	1,00	Un	10,90	10,90
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Ganchinho para prender rede	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	8,00	Un	0,50	4,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Lâmpada 39W	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	1,00	Un	40,30	40,30
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Lâmpada 400W	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	18,00	Un	69,90	1.258,20
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	cinta plástica	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	100,00	Un	0,20	20,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Spray branco	MILTON NIEDERMAIER - ME	08.232.758/0001-67	1,00	Un	15,90	15,90
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	LAVAGEM completa - EQUIPAMENTO AGRÍCOLAS - Distribuidor de Adubo Orgânico, Distribuidor de Calciário, Carretão de Calciário, Reboque Agrícola Basculante, Colhedora de Forragens	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS PRINCESA LTDA.	01.529.352/0001-00	15,00	Un	94,00	1.410,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	LAVAGEM completa (exterior e cabine) - RETROESCAVADEIRA	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS PRINCESA LTDA.	01.529.352/0001-00	17,00	Un	95,00	1.615,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM completa (externa e interna) para VEÍCULO DE PASSEIO	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	9,00	Un	29,00	261,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM completa (interna e externa) - CAMINHÃO	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS PRINCESA LTDA.	01.529.352/0001-00	16,00	Un	100,00	1.600,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM completa (interna e externa) - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS PRINCESA LTDA.	01.529.352/0001-00	5,00	Un	95,00	475,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM completa - MOTONIVELADORA	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS PRINCESA LTDA.	01.529.352/0001-00	5,00	Un	100,00	500,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM completa - PÁ CARREGADEIRA	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS PRINCESA LTDA.	01.529.352/0001-00	5,00	Un	95,00	475,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM completa (exterior e cabine) - RETROESCAVADEIRA	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS PRINCESA LTDA.	01.529.352/0001-00	7,00	Un	95,00	665,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LAVAGEM completa - ROLO COMPACTADOR	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS PRINCESA LTDA.	01.529.352/0001-00	5,00	Un	95,00	475,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	LAVAGEM completa (externa e interna) para VEÍCULO DE PASSEIO	CESAR DE MOURA ME	18.776.921/0001-06	16,00	Un	29,00	464,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 18/27

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Troféu com, no mínimo, 122 cm de altura, base octogonal com, no mínimo, 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágio com bases de madeira, taça metálica na cor prata com, no mínimo, 45 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças metálicas na cor dourada. Estatueta intercambiável. Colunas metálicas na cor dourada. Plaqueta para gravação. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da vitória) fixa na base e quatro agulhas fixas no estágio em base de madeira.	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	UN	581,00	581,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Troféu com altura de, no mínimo, 61 cm, base octavada com, no mínimo, 14,5 cm de largura em polímero metálico na cor bordô. Sobre esta base uma taça em polímero com detalhes com, no mínimo, 18,5 cm de largura e as alças metálicas na cor dourada, com uma tampa metálica na dor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação.	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	UN	270,00	270,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Troféu com altura de, no mínimo, 52 cm, base octavada com, no mínimo, 12,1 cm de largura em polímero metálico na cor bordô. Sobre esta base uma taça em polímero com detalhes com, no mínimo, 18,5 cm de largura e as alças metálicas na cor dourada, com uma tampa metálica na dor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação.	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	UN	225,00	225,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Troféu com altura de, no mínimo, 43cm, base octavada com, no mínimo, 10,1 cm de largura em polímero metálico na cor bordô. Sobre esta base uma taça em polímero com detalhes com, no mínimo, 15,5 cm de largura e as alças metálicas na cor dourada, com uma tampa metálica na dor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação.	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	UN	183,00	183,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Troféu com, no mínimo, 66 cm de altura, com base redonda com, no mínimo, 21 cm de largura metálica na cor dourada. 2 suportes em polímero intercalados por um anel em polímero metálico na cor dourada. Taça em polímero metálica na cor dourada, com efeito, texturizado com, no mínimo, 33 cm de largura entre as alças. Tampa e alças em polímero metálico em cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	2,00	UN	278,00	556,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 19/27

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Troféu com, no mínimo, 62 cm de altura, com base redonda com, no mínimo, 21 cm de largura metalizada na cor dourada. 2 suportes em polímero intercalados por um anel em polímero metalizado na cor dourada. Taça em polímero metalizada na cor dourada, com efeito, texturizado com, no mínimo, 33 cm de largura entre as alças. Tampa e alças em polímero metalizado em cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	UN	266,00	266,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Troféu com, no mínimo, 128 cm de altura, base octogonal com, no mínimo, 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágio com bases de madeira, taça metalizada na cor prata com, no mínimo, 45 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada. Estatueta intercambiável. Colunas metalizadas na cor prata com detalhes metalizados na cor dourada. Plaqueta para gravação. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da vitória) fixa na base e quatro agulhas fixas no estágio em base de madeira.	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	UN	594,00	594,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Troféu com, no mínimo, 113 cm de altura, base octogonal com, no mínimo, 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágio com bases de madeira, taça metalizada na cor prata com, no mínimo, 45 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada. Estatueta intercambiável. Colunas metalizadas na cor prata com detalhes metalizados na cor dourada. Plaqueta para gravação. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da vitória) fixa na base e quatro agulhas fixas no estágio em base de madeira.	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	UN	568,00	568,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Troféu com, no mínimo, 34 cm de altura, com base oval com, no mínimo, 22 cm de largura em polímero na cor preta, com acabamento metalizado na cor dourada na tampa. Na parte superior desta base um suporte e uma estatueta fixa de goleiro de futebol metalizada na cor dourada. Plaqueta para gravação. demais componentes metalizados na cor dourada.	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	3,00	UN	143,00	429,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 20/27

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Medalha redonda fundida em liga metálica de zinco, com tamanho de, no mínimo, 45 mm de diâmetro e centro liso com, no mínimo, 25 mm de diâmetro. Medalha vazada e com figura de um ramo em alto relevo no lado esquerdo. Espessura máxima de 2,9 mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com, no mínimo, 1,5 cm de largura. A medalha deve vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, amarela, branca ou verde com, no mínimo, 1,5 cm de largura.	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	15,00	UN	5,60	84,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Medalha redonda fundida em liga metálica de zinco, com tamanho de, no mínimo, 55 mm por, no mínimo, 55 mm de diâmetro e centro liso com, no mínimo, 25 mm de diâmetro. Com descrição de honra ao mérito em baixo relevo, na parte superior até a metade do centro vazado envolto com um ramo. Espessura máxima de 1,2 mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com, no mínimo, 2,5 cm de largura. A medalha deve vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, amarela, branca ou verde com, no mínimo, 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branca-vermelha ou verde-amarela, com, no mínimo, 2,5 cm de largura.	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	196,00	UN	5,92	1.160,32
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Troféu com, no mínimo, 59 cm de altura, com base redonda com, no mínimo, 21 cm de largura metalizada na cor dourada. 2 suportes em polímero intercalados por um anel em polímero metalizado na cor dourada. Taça em polímero metalizada na cor dourada, com efeito, texturizado com, no mínimo, 33 cm de largura entre as alças. Tampa e alças em polímero metalizado em cor dourada. Estatuetas intercambiáveis. Plaqueta para gravação.	RENIR PAULO MANFRIN ME	00.249.261/0001-40	1,00	UN	262,00	262,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 21/27

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	EDIFICAÇÃO DE PAREDES de fechamento nas arquibancadas, construção dos BANCOS DE RESERVAS; PLANTIO DE GRAMA e PINTURA de edificações, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra especializada, equipamentos, acessórios e estrutura necessária à execução dos trabalhos. Todos os serviços serão executados no MODULO ESPORTIVO MUNICIPAL, localizado na estrada geral de acesso a Linha Marmeleiro. Os SERVIÇOS deverão ser executados em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma físico financeiro e Registro de Responsabilidade Técnica - RRT.	A G ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	13.338.253/0001-11	0,08	UN	62.142,00	5.000,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	EDIFICAÇÃO DE PAREDES de fechamento nas arquibancadas, construção dos BANCOS DE RESERVAS; PLANTIO DE GRAMA e PINTURA de edificações, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra especializada, equipamentos, acessórios e estrutura necessária à execução dos trabalhos. Todos os serviços serão executados no MODULO ESPORTIVO MUNICIPAL, localizado na estrada geral de acesso a Linha Marmeleiro. Os SERVIÇOS deverão ser executados em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma físico financeiro e Registro de Responsabilidade Técnica - RRT.	A G ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	13.338.253/0001-11	0,92	UN	62.142,00	57.142,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Inscrição de professores do ensino fundamental e diretora da escola pública municipal renascer em curso com o tema "práticas pedagógicas e neuropsicomotoras" suas implicações e contribuições para o aprendizado escolar. O curso será ministrado no salão paroquial próximo a igreja matriz da cidade de São Miguel do oeste - SC, entre os dias 25/05 e noite e 21/05/2016 (sábado) dia todo, palestrantes, objetivos, programa, público alvo, professores participantes e com certificação de 20 horas em fotocópia anexa.	VM TREINAMENTO CAPACITAÇÃO E EVENTOS LTDA - ME	10.616.945/0001-96	3,00	Un	110,00	330,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 22/27

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Inscrição de professores da educação infantil em curso com o tema "práticas pedagógicas e neuropsicomotoras" suas implicações e contribuições para o aprendizado escolar. O curso será ministrado no salão paroquial próximo a Igreja matriz da cidade de São Miguel do Oeste - SC, entre os dias 25/05 e noite e 21/05/2016 (sábado) dia todo, palestrantes, objetivos, programa, público alvo, professores participantes e com certificação de 20 horas em fotocópia anexa.	VM TREINAMENTO CAPACITAÇÃO E EVENTOS LTDA - ME	10.616.945/0001-96	14,00	Un	110,00	1.540,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão de obra	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Relé 70W 2 fases	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	65,00	65,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Rolamento B 176308	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	70,00	70,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Rolamento 6201.1	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	30,00	30,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	placa de dibujo	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	140,00	140,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Relé alternador de voltagem	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	70,00	70,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Relé 70 W 12V	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	35,00	35,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Relé 40 W 12V	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	2,00	Un	25,00	50,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	140,00	140,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra - conserto de pneu	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	90,00	90,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra - tomada de força	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	207,00	207,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra - eixo traseiro	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	196,00	196,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra - conserto de pneu	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	80,00	80,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Adesivo com bandeira do estado - governo de santa catarina, medindo 30x40 cm.	CARMEM MARIA CORONETTI 71567097987	22.039.178/0001-89	1,00	Un	60,00	60,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Adesivo com brasão da prefeitura destacado a secretaria de transportes e obras, medindo 30x40 cm.	CARMEM MARIA CORONETTI 71567097987	22.039.178/0001-89	1,00	Un	60,00	60,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Som de rua para a campanha alusiva ao dia nacional de combate ao abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes para os dias 19,20 e 21 de maio com o total de 6 horas.	SERGIO ARI DE QUADROS 42085119004	18.075.454/0001-97	1,00	Un	150,00	150,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Recarga de botijão de gás de cozinha, 13 kg.	AGRO VETERINARIA PRINCESA LTDA	04.484.322/0001-04	10,00	Un	59,00	590,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

Folha: 23/27

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Passagem de volta	REUNIDAS TURISMO S.A	04.176.082/0001-80	1,00	Un	178,16	178,16
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Passagem de ida a Florianópolis	REUNIDAS TURISMO S.A	04.176.082/0001-80	1,00	Un	175,52	175,52
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Balancete do fundo municipal de saúde	GRAFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME	95.842.548/0001-95	2,00	UN	10,00	20,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Balancete da câmara municipal de vereadores	GRAFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME	95.842.548/0001-95	2,00	UN	10,00	20,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Balancete da prefeitura municipal	GRAFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME	95.842.548/0001-95	2,00	UN	10,00	20,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Taxa de licenciamento anual de veículo	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SC	82.951.310/0001-56	1,00	Un	74,20	74,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Taxa de seguro obrigatório - DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SC	82.951.310/0001-56	1,00	Un	105,25	105,25
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Taxa de licenciamento anual de veículo	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SC	82.951.310/0001-56	1,00	Un	76,72	76,72
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Taxa de licenciamento anual de veículo	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SC	82.951.310/0001-56	1,00	Un	211,30	211,30
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Taxa seguro obrigatório - DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SC	82.951.310/0001-56	1,00	Un	74,20	74,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Taxa de licenciamento	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SC	82.951.310/0001-56	1,00	UN	74,20	74,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	taxa de seguro obrigatório - DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SC	82.951.310/0001-56	1,00	Un	246,48	246,48
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Taxa de licenciamento	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SC	82.951.310/0001-56	1,00	UN	74,20	74,20
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	taxa de seguro obrigatório - DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SC	82.951.310/0001-56	1,00	Un	109,96	109,96
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Honorários de despachante credenciado	CELITA TEREZINHA KLEIN & CIA LTDA ME	09.156.698/0001-03	3,00	Un	68,19	204,57
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Honorários de despachante credenciado	CELITA TEREZINHA KLEIN & CIA LTDA ME	09.156.698/0001-03	1,00	Un	68,19	68,19
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Auto de infração número 000300E02217819, veículo ducato MMIL 4095,	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SC	82.951.310/0001-56	1,00	Un	574,63	574,63
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	180,00	180,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Braço estabilizador TE volare direito e esquerdo,	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	Un	498,00	996,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra - desmontagem e montagem de pneu	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	4,00	Un	30,00	120,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra (rodizio pneu).	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	3,00	UN	30,00	90,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra (troca lonas de freio cubos dianteiros)	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	2,00	UN	40,00	80,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Rolamento 6205 2ZZ C-3	DONAL DETTENBORN - EPP	79.497.210/0001-97	2,00	Un	24,90	49,80
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Sensor do nível de combustível	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	148,00	148,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão de obra	NOELI FUMAGALLI ME	10.287.298/0001-16	1,00	Un	60,00	60,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	60,00	60,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 24/27

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Filtro PSC 2/155	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	20,00	20,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	filtro PSL 900	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	40,00	40,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Ponteira completa	MECANICA INDUSTRIAL MBO LTDA - ME	02.798.857/0001-24	1,00	Un	350,00	350,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	60,00	60,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Filtro PSC 2/155	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	20,00	20,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	filtro PSL 900	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	40,00	40,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Mão de obra (troca das correias do motor)	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	UN	65,00	65,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Mão de obra (rodizio pneus)	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	2,00	UN	30,00	60,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Filtro sedimentador comb JCB 3C/NH	CENTRO DE REPARAÇÃO MECÂNICA JACARE LTDA	01.244.119/0001-72	1,00	Un	90,61	90,61
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Filtro hidráulico CAT 416D/416E	CENTRO DE REPARAÇÃO MECÂNICA JACARE LTDA	01.244.119/0001-72	1,00	Un	497,66	497,66
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Filtro combustível sep. água	CENTRO DE REPARAÇÃO MECÂNICA JACARE LTDA	01.244.119/0001-72	1,00	Un	98,16	98,16
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Filtro motor CAT416E	CENTRO DE REPARAÇÃO MECÂNICA JACARE LTDA	01.244.119/0001-72	1,00	Un	41,55	41,55
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	170,00	170,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Bucha de mola	MECANICA SIMONI LTDA	01.257.810/0001-90	2,00	Un	36,00	72,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mola mestre	MECANICA SIMONI LTDA	01.257.810/0001-90	1,00	Un	398,00	398,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	80,00	80,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Reparo central da articulação	MECANICA SIMONI LTDA	01.257.810/0001-90	2,00	Un	198,00	396,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Mão de obra (troca de óleo)	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	30,00	30,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	filtro de óleo	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	30,00	30,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Instalação de impressora em notebook	BACIN INFORMATICA LTDA ME	11.026.268/0001-19	1,00	Un	30,00	30,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Formatação e reinstalação completa	BACIN INFORMATICA LTDA ME	11.026.268/0001-19	1,00	Un	60,00	60,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Instalação e configuração dos sistemas beta autocotação, sapo, compras, e ainda instalação de impressora em rede, microcomputador PM 3972 (para departamento de empenhos).	BACIN INFORMATICA LTDA ME	11.026.268/0001-19	1,00	Un	35,00	35,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Instalação de computador e impressora (equipamento PM 2855) para a sala da secretaria de administração.	BACIN INFORMATICA LTDA ME	11.026.268/0001-19	1,00	Un	30,00	30,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 25/27

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Formatação e reinstalação completa do microcomputador PM2855	BACIN INFORMATICA LTDA ME	11.026.268/0001-19	1,00	Un	60,00	60,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Reparação do windows 7 no microcomputador PM 2855	BACIN INFORMATICA LTDA ME	11.026.268/0001-19	1,00	Un	30,00	30,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Espaço em jornal impresso, de circulação estadual - Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, para publicação de atos oficiais (extrato de processo licitatório 41/2016-PM - tomada de preços 05/2016-PM).	DOBEL DISTR DE DIARIO OFICIAL DE BRASILIA ESTADOS	89.320.360/0001-84	6,488	Col	28,491	184,85
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra (conserto cabo de energia)	BACIN INFORMATICA LTDA ME	11.026.268/0001-19	1,00	Un	35,00	35,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra conserto placa fonte	MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA - ME	00.956.777/0001-24	1,00	Un	75,00	75,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Espaço em jornal impresso, de circulação estadual - Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, para publicação de atos oficiais (extrato de processo licitatório 41/2016-PM - tomada de preços 05/2016-PM).	A NOTICIA EMPRESA JORNALISTICA S/A	84.687.003/0001-35	12,422	Col	25,60	318,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	inscrição em curso	ESCOLA DE GESTÃO PUBLICA MUNICIPAL - EGEPI	08.940.383/0001-90	2,00	Un	350,00	700,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Treinamento de operador para trator de esteiras com carga horária de 40 horas práticas.	TERRA NOVA TERRAPLENAGENS LTDA	04.535.268/0001-89	1,00	Un	1.200,00	1.200,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Taxa de licenciamento anual de veículo	SECRETARIA DO ESTADO E FAZENDA DO RIO GRANDE DO SU	87.958.674/0001-81	1,00	Un	76,72	76,72
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Taxa seguro obrigatório - DPVAT	SECRETARIA DO ESTADO E FAZENDA DO RIO GRANDE DO SU	87.958.674/0001-81	1,00	Un	211,30	211,30
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Par de antenas de vólei fibra rane	DJALMO DAVI	75.540.930/0001-37	1,00	Un	120,00	120,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Rede de vôlei profissional 2 faixas redesport	DJALMO DAVI	75.540.930/0001-37	1,00	Un	210,00	210,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	não de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	140,00	140,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	solida mig	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	17,00	Min	3,00	51,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Diárias com almoço e janta	LUIS HORACIO MACHADO - EPP	83.532.481/0001-03	40,00	Un	32,00	1.280,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Diárias com pernoite incluído café da manhã	LUIS HORACIO MACHADO - EPP	83.532.481/0001-03	40,00	Un	70,00	2.800,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Locação de van com 15 (quinze) lugares, ar condicionado e poltronas reclináveis, para transporte dos atletas de município que participará da 9ª edição dos jogos abertos da terceira idade - JASTI, fase estadual a ser realizada nos dias 01 a 05/06/16 na cidade de Itajaí - SC, o transporte inclui traslado dos atletas	LEAO TRANSPORTE TURISTICO EIRELI - ME	05.887.398/0001-43	1,00	Un	3.380,00	3.380,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	pastelzinho frito, com recheio de carne bovina ou frango	LUDWIG & DAPPER PANIFICADORA LTDA - ME	07.359.886/0001-03	50,00	Un	0,56	28,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 26/27

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	sanduíche de pão fatiado recheado com margarina, presunto e queijo, embalado individualmente em plástico filme	LUDWIG & DAPPER PANIFICADORA LTDA - ME	07.359.886/0001-03	150,00	Un	2,12	318,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Bolinho "AMARRA MARIDO"	LUDWIG & DAPPER PANIFICADORA LTDA - ME	07.359.886/0001-03	100,00	Un	0,44	44,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	refrigerante embalagem de 2 litros, sabores diversos.	LUDWIG & DAPPER PANIFICADORA LTDA - ME	07.359.886/0001-03	10,00	Un	4,83	48,30
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	perola de presunto e queijo, frito.	LUDWIG & DAPPER PANIFICADORA LTDA - ME	07.359.886/0001-03	50,00	Un	0,65	32,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Esfirra assada com recheio de legumes	LUDWIG & DAPPER PANIFICADORA LTDA - ME	07.359.886/0001-03	50,00	UN	0,65	32,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Caixa de leite com 1 litro	LUDWIG & DAPPER PANIFICADORA LTDA - ME	07.359.886/0001-03	10,00	CX	3,075	30,75
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Salada de fruta, com frutas diversas: abacaxi, maçã, banana, laranja, mamão, morango, manga, etc.	LUDWIG & DAPPER PANIFICADORA LTDA - ME	07.359.886/0001-03	4,00	Kg	11,00	44,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Coxinha frita com recheio de carne bovina	LUDWIG & DAPPER PANIFICADORA LTDA - ME	07.359.886/0001-03	50,00	UN	0,65	32,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Bolo com cobertura de chocolate tipo nega maluca forma tam30x40	LUDWIG & DAPPER PANIFICADORA LTDA - ME	07.359.886/0001-03	5,00	UN	32,50	162,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	pastelzinho frito, com recheio de carne bovina ou frango	LUDWIG & DAPPER PANIFICADORA LTDA - ME	07.359.886/0001-03	250,00	Un	0,56	140,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	sanduíche de pão fatiado recheado com margarina, presunto e queijo, embalado individualmente em plástico filme	LUDWIG & DAPPER PANIFICADORA LTDA - ME	07.359.886/0001-03	500,00	Un	2,12	1.060,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	bolacha sortida	LUDWIG & DAPPER PANIFICADORA LTDA - ME	07.359.886/0001-03	10,00	Kg	11,06	110,60
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	pão sovado, tipo mini cachorro quente, pacote com 10 unidades	LUDWIG & DAPPER PANIFICADORA LTDA - ME	07.359.886/0001-03	20,00	PCT	2,86	57,20
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Pastelzinho assado com recheio de carne bovina ou carne de f	LUDWIG & DAPPER PANIFICADORA LTDA - ME	07.359.886/0001-03	500,00	UN	0,49	245,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	filtro PSL 123	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	40,00	40,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	40,00	40,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	solta mig	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	20,00	Min	3,00	60,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	mão de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	40,00	40,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra - conserto de pneu	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	3,00	Un	80,00	240,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	460,00	460,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	mão de obra	MECÂNICA PHILIPSEN LTDA -ME	03.103.101/0001-86	1,00	Un	110,00	110,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 27/27

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pa lâmina 5/8X23/4 C/ PO	MECANICA AGRICOLA MEOTTI LTDA	03.383.695/0001-26	8,00	Un	14,00	112,00
						Total Geral -->	184.914,80

Rio das Antas

PREFEITURA

AVISO DE DL Nº 0007/2016 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0007/2016 – PMRA

O Município de Rio das Antas (SC), baseado nos termos do art. 24, inciso XII da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0007/2016 - PMRA, tendo como Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, entrega parcelada "JULHO A SETEMBRO DE 2016". Sendo Contratado: COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE LEBON REGIS – COOPERLAF, CNPJ Nº 11.419.727/0001-24. O MUNICÍPIO PAGARÁ À CONTRATADA O VALOR DE R\$ 5.180,00 (Cinco mil e cento e oitenta reais). Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 22, no horário de expediente. Rio das Antas (SC), 09 de Junho de 2016./Alcir José Bodanese-Prefeito Municipal

AVISO DE DL Nº 0006/2016 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0006/2016 – PMRA

O Município de Rio das Antas (SC), baseado nos termos do art. 24, inciso XII da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0006/2016 - PMRA, tendo como Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, entrega parcelada "JULHO A SETEMBRO DE 2016". Sendo Contratado: COOPERATIVA DE PEQUENOS AGRICULTORES DE VIDEIRA E IOMERÊ, inscrito no CNPJ Nº 08.971.433/0001-04. O MUNICÍPIO PAGARÁ À CONTRATADA O VALOR DE R\$ 7.366,48 (sete mil, trezentos e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos). Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 22, no horário de expediente. Rio das Antas (SC), 09 de Junho de 2016./Alcir José Bodanese-Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5327, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5327, de 06 de junho de 2016.

"REVOGA CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 006/2015, 007/2015, 008/2015, 009/2015 E 011/2015 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2014, do CONVÊNIO Nº 2014TR002592".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com o artigo 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado Contrato de Compra e Venda nº 006/2015, 007/2015, 008/2015, 009/2015 e 011/2015 do processo licitatório representado pelo Pregão Presencial nº 161/2014.

Parágrafo único - A revogação decidida no caput, se dá em virtude do Pregão Presencial nº 0161/2014, referente ao Convenio Nº 2014TR002592 ter sido extinto por parte do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

06 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 5328, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5328, de 06 de junho de 2016.

"REVOGA CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 010/2015 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2014, de 11.11.2014 do CONVÊNIO Nº 2014TR002592".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com o artigo 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado Contrato de Compra e Venda nº 010/2015 do processo licitatório representado pelo Pregão Presencial nº 162/2014.

Parágrafo único - A revogação decidida no caput, se dá em virtude do Pregão Presencial nº 0162/2014, referente ao Convênio Nº 2014TR002592, ter sido extinto por parte do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

06 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 5329, DE 06 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 5329, de 06 de junho de 2016.

"REVOGA CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 012/2015 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2014, de 11.11.2014 do CONVÊNIO Nº 2014TR002592".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com o artigo 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado Contrato de Compra e Venda nº 012/2015 do processo licitatório representado pelo Pregão Presencial nº 163/2014. Parágrafo único - A revogação decidida no caput, se dá em virtude do Pregão Presencial nº 0163/2014, referente ao Convênio Nº 2014TR002592, ter sido extinto por parte do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

06 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

PAUTA DE JULGAMENTO COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 21/06/2016**PAUTA DE JULGAMENTO**

COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO –

LEI COMPLEMENTAR Nº 305/2015

DATA DA SESSÃO: 21/06/2016

HORA DA SESSÃO: 9 HORAS

LOCAL: CENTRO ADMINISTRATIVO PREFEITO HELMUTH BAUNGARTEN, SITO NA PRAÇA 25 DE JULHO, Nº 01, BAIRRO CENTRO, NA CIDADE DE RIO DO SUL – SC – SALA 15 – PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO.

Nº DO PROCESSO	BENEFICIADO	PROCURADOR	RELATOR
3123/2016	EMMA DALLABONA	-	JONNY SCHMIDT
1314/2016	MARINA MORETTO	-	JONNY SCHMIDT
1528/2016	EDILOS CORREIA	-	JONNY SCHMIDT
3104/2016	JANE APARECIDA DE JESUS	-	JONNY SCHMIDT
2641/2016	HERCILIO NOWACK	-	JONNY SCHMIDT
2444/2016	TEREZINHA MOREIRA	-	JONNY SCHMIDT
7052/2016	VALDIR CLAUDINO MACHADO	-	JONNY SCHMIDT
878/2016	SALETE TORINELLI MARTINS	-	JONNY SCHMIDT
2026/2016	ANA CLAUDIA NAZARI	-	JONNY SCHMIDT
7069/2016	DUAN LEONARDO DUARTE	-	JONNY SCHMIDT
329/2016	MARIA DE LOURDES JASPER ANDRADE	-	JONNY SCHMIDT
2424/2016	GILBERTO LINO NECKEL	-	JONNY SCHMIDT
1750/2016	PAULO BRIDI	-	JONNY SCHMIDT
2851/2016	ARNOLDO KOHL	-	JONNY SCHMIDT
959/2016	CLEIDE REGINA DOS SANTOS	-	JONNY SCHMIDT
2214/2016	SONIA RAMOS DEMARCHI	-	JONNY SCHMIDT
1377/2016	ELISABETH DOS SANTOS	-	JONNY SCHMIDT
1282/2016	MANOEL ALEXANDRE	-	JONNY SCHMIDT
6961/2016	RAIMUNDO REITER	-	JONNY SCHMIDT
6949/2016	JOSEFINA GIACOMINI	-	JONNY SCHMIDT
1486/2016	ROSIANE BALDESSARI	-	JONNY SCHMIDT
467/2016	LEONIR ISIDORO	-	JONNY SCHMIDT

6938/2016	ELIZETE APARECIDA PATRICIO	-	JONNY SCHMIDT
1999/2016	HILBERTO WETZSTEIN	-	JONNY SCHMIDT
787/2016	NEUSA LUCHTENBERG	-	JONNY SCHMIDT
932/2016	GERBINA DA COSTA	-	JONNY SCHMIDT
1749/2016	MARLI MARIA BOSCO LADEWIG	-	JONNY SCHMIDT
1398/2016	JANDIRA HERMANN DE AMORIM	-	JONNY SCHMIDT
1815/2016	MARIA HENKLEIN	-	RONALDO DA ROCHA
2254/2016	ARNO GRACILIANO DA SILVA	-	RONALDO DA ROCHA
3026/2016	ILVACIR FROEHLICH	-	RONALDO DA ROCHA
2981/2016	MARLY DOS SANTOS	-	RONALDO DA ROCHA
2079/2016	EMILIA PEREIRA	-	RONALDO DA ROCHA
1142/2016	ANELITA DE SOUZA	-	RONALDO DA ROCHA
1162/2016	SANDRA APARECIDA BECKER FERNANDES	-	RONALDO DA ROCHA
2658/2016	NELSON MUNZFELD	-	RONALDO DA ROCHA
1368/2016	NELI TEREZINHA HASSE FIGUEREDO	-	RONALDO DA ROCHA
2100/2016	HARTWIG STOCK	-	RONALDO DA ROCHA
2073/2016	HEINZ PASSIG	-	RONALDO DA ROCHA
2722/2016	GENTIL AVI	-	RONALDO DA ROCHA
916/2016	CEZAR LUIZ NARTILA	-	RONALDO DA ROCHA
1885/2016	ZULMIRA POSTAI	-	RONALDO DA ROCHA
2013/2016	OLANDINA CARDOSO	-	RONALDO DA ROCHA
1213/2016	VALERIA ABREU DE OLIVEIRA	-	RONALDO DA ROCHA
2732/2016	JOSE GIACOMINI	-	RONALDO DA ROCHA
2412/2016	TEREZINHA ABREU MARQUEZ	-	RONALDO DA ROCHA
7059/2016	ROSILENE VOSS	-	RONALDO DA ROCHA
922/2016	MARIA LACI SCHNEIDER	-	RONALDO DA ROCHA
7074/2016	MELITA PASSIG PORATH	-	RONALDO DA ROCHA
917/2016	OLINDA MONDINI	-	RONALDO DA ROCHA
2381/2016	GEORG LEONHARDPERFOLL	-	RONALDO DA ROCHA
3962/2016	ARLINDO DE SOUZA	-	RONALDO DA ROCHA
2460/2016	OSMAR TEIXEIRA	-	RONALDO DA ROCHA
3121/2016	MURILO ANTONIO GANDIN	-	RONALDO DA ROCHA
6109/2016	DILMA MOHR RONCHI	-	RONALDO DA ROCHA
7087/2016	VIGOLDO SCHULZE	-	RONALDO DA ROCHA
2191/2016	MARIO OLIVO	-	RONALDO DA ROCHA
2923/2016	ALWIN HASSE	-	RONALDO DA ROCHA
6965/2016	MADALENA CUNHA	-	ANA PAULA NUNES
7036/2016	SANDRA REGINA RIBEIRO	-	ANA PAULA NUNES
7124/2016	JULIETE JUNGE	-	ANA PAULA NUNES
3068/2016	ALESSANDRA DA COSTA	-	ANA PAULA NUNES
7031/2016	VANESSA CALAZANS E SILVA	-	ANA PAULA NUNES
5028/2016	CLAUDETE AUGUSTINHA COSTA	-	ANA PAULA NUNES
2189/2016	RAQUEL MARIANO RODRIGUES	-	ANA PAULA NUNES
893/2016	ALBERTO BATISTA	-	ANA PAULA NUNES
2058/2016	GUIOMAR MARIA VICENTIM CARPES	-	ANA PAULA NUNES
2051/2016	VILMA MARIA CIMARDI	-	ANA PAULA NUNES
2563/2016	ERNST RUPERT HOLZER	-	ANA PAULA NUNES
2771/2016	CATIARA DE SOUZA	-	ANA PAULA NUNES
3134/2016	ETMEA LUNELLI	-	ANA PAULA NUNES
6932/2016	TERCILIO TESTONI	-	ANA PAULA NUNES
2098/2016	ELIANE CLARICE DOLZAN	-	ANA PAULA NUNES
2337/2016	ALCIDES LEDRA	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
807/2016	ERICH CARLOS RENKEN	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
1746/2016	MIRIAN NADIR TOMAZZONI	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
2742/2016	PEDRO ANTONIO PEREIRA	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
738/2016	IRENE AMORIM	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
2695/2016	MARIA ENI NECKEL TOMAZ VARELA	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
788/2016	VITOR FERRARI	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
793/2016	JOÃO MARIA CARDOSO	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
2011/2016	DIONÉSIO PEDRO BATISTA	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
2232/2016	EMILIA MULLER	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO

2230/2016	CRISTINA MAIER FOSTER	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
643/2016	ESTELA CARDOSO VIEIRA	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
7084/2016	ANA FRANZOI	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
6987/2016	JOSE PAULO DE MEDEIROS	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
6988/2016	CECILIA NASCIMENTO DE MEDEIROS	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
2332/2016	ENILZA FUSÃO	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
1858/2016	PALMIRA MARGARIDA MARCON	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
635/2016	LUIZ VIEIRA	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
1765/2016	OLINDA FRITSCH BRANDT	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
571/2016	ROSANGELA DE OLIVEIRA	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
542/2016	ADELAIDE BRESSANINI CRISTOFOLINI	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
7022/2016	MARIA MARTINOWICZ	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
2787/2016	TERESA ZIMMERMANN	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
585/2016	VALMOR CORREA	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
7043/2016	VILSON DA ROSA	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
1943/2016	GALDINO SCHNEIDER	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
544/2016	ERSILIA VICENTIN	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
1740/2016	ELISETE VIEIRA FERREIRA	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
3020/2016	HEIMO SIEWERT	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
2987/2016	PAULO BERNARDO	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
2107/2016	LUCIA ODORIZZI	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
880/2016	GENI ZEFERINO	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
2866/2016	KATIUSKIA KUSTER FARIAS	-	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
2319/2016	OSNI FERREIRA	-	JAISON FERNANDO DE SOUZA
2383/2016	RENITA STAROSKY	-	JAISON FERNANDO DE SOUZA
2347/2016	AMARILDO AGOSTINI	-	JAISON FERNANDO DE SOUZA
2328/2016	BERTHOLDO SAIDEL	-	JAISON FERNANDO DE SOUZA
2066/2016	MANOEL ALVES FILHO	-	JAISON FERNANDO DE SOUZA
2064/2016	ROSINA LUZIA ALVES	-	JAISON FERNANDO DE SOUZA
1596/2016	EUNI CASAS	-	JAISON FERNANDO DE SOUZA
1704/2016	VANILDE TAMANINI	-	JAISON FERNANDO DE SOUZA
1466/2016	LUZIA MOMM BITENCOURT	-	JAISON FERNANDO DE SOUZA

Ronaldo da Rocha
Presidente da Comissão

Rio do Sul, 08 de junho de 2016.

PORTARIA Nº 003.2016 FCRS DE 08 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 003/2016/FCRS, de 08 de junho de 2016.

O SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL – SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Chefe do Executivo, nos termos do decreto nº 3069, de janeiro de 2013 e em conformidade com o disposto no decreto 5323, de 01 de junho de 2016.

RESOLVE:

Art.1º - Nomear os integrantes da Comissão Organizadora Conferência de Cultura de Rio do Sul, para eleição do Conselho Municipal de Política Cultural (gestão 2016-17), que será realizada no dia 11 de junho de 2016, com mandato até o termino dos trabalhos que constituem a Conferência, conforme seu regimento interno:

José Carlos Guedert – Ex-superintendente da FCRS – CPF 379.183.709-53

Qiah Salla – Administração da FCRS – CPF 084.215.069-27

Willian Sieverdt – Superintendência da FCRS – CPF 791.558.639-49

Ana Cristina Gaebler Loffi – Diretora do Artes Visuais da FCRS – CPF 908.046.869-04

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua assinatura e será encaminhada para publicação no Diário Oficial do Município.

WILLIAN WALTER SIEVERDT

Superintendente da Fundação Cultural de Rio do Sul

PORTARIA Nº 0680/RH

PORTARIA N. 0680/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PROTOCOLO
CHARLES BATISTA	167690-1	MOTORISTA DE CAMINHÃO	159497/2016
DALTON ALEXANDRO DOLZAN	264334-1	AGENTE DE DEFESA CIVIL	159465/2016
ELISETE BECHTOLD PAMPLONA	84840-4	AGENTE ADMINISTRATIVO	159601/2016
FLAVIA LUIZA VARGAS DA SILVA	259241-1	FISCAL DO PROCON	159564/2016
JOAO LUIS SUPPI RODRIGUES	230340-2	EDUCADOR SOCIAL	159580/2016

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de junho de 2016, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 7 de junho de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0681/RH

PORTARIA Nº. 0681/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0537/2016/RH de 11/05/2016, a qual nomeia DAIANA HACKBARTH para exercer o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, 40h, em virtude da desistência (anexa), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

RP

PORTARIA Nº 0683/RH

PORTARIA N. 0683/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora CELESTE OELKE SCHAEFER, matrícula n. 72028-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, o quarto Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 159566/2016, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de junho de 2016, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de junho de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0684/RH

PORTARIA N. 0684/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor DALTON ALEXANDRO DOLZAN, matrícula n. 264334-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE DE DEFESA CIVIL, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, no processo n. 159464/2016, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de junho de 2016, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de junho de 2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0685/RH

PORTARIA N. 0685/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor EDSON TRAPP, matrícula n. 102393-3, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado De Conclusão do Ensino Médio, no processo n. 159473/2016, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de junho de 2016, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de junho de 2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 001/2015 - REGIANE MARIA DA ROCHA GRAH**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supracitada, EM-POSSA nesta data o (a) servidor(a) REGIANE MARIA DA ROCHA GRAH, nomeado (a) pela Portaria n. 0552/RH, de 12/05/2016, publicada no DOM na data de 19/05/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor de Artes, Nível III, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015. O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 08/06/2016.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo

empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 07 de junho de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 002/2015 - DIRCEU DORIVAL DAS NEVES

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) DIRCEU DORIVAL DAS NEVES, nomeado (a) pela Portaria n. 0531/RH, de 11/05/2016, publicada no DOM na data de 13/05/2016, para exercer o cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Nível F, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 20/06/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 06 de junho de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 860, DE 8 DE JUNHO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 860 DE 8 DE JUNHO DE 2016

Autoriza pagamento indenização de transporte a vereador.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc...

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de indenização de transporte ao Vereador Jeferson Alexandre Vieira, a fim de realizar viagem para audiência com o Deputado Estadual Milton Hobus, na cidade de Florianópolis, agendada para às 14 horas do dia 8 de junho do corrente ano.

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o cidade de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 8 de junho de 2016.

MÁRIO MIGUEL
Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI
Vice-Presidente

JANARA MAFRA
1ª Secretária

DIONÍSIO MAÇANEIRO
2º Secretário

Rio dos Cedros

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE CONVITE Nº 60/2016 COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE 30 LIXEIRAS COLETIVAS RÚSTICAS CONFECCIONADAS EM MADEIRA ROLIÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Convite Nº 60/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro □ Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Convite, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de CONSTRUÇÃO DE 30 LIXEIRAS COLETIVAS RÚSTICAS CONFECCIONADAS EM MADEIRA ROLIÇA, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 17/06/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 17/06/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros □ SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 8 de junho de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL DE LEILÃO Nº 62/2016 - COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Leilão Nº 62/2016

Tipo do Julgamento: Maior lance ou oferta

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Leilão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 28/06/2016 - Hora: 14:00. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 28/06/2016 - Hora: 14:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 9 de junho de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 61/2016, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE IDOSOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 61/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE IDOSOS, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 21/06/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 21/06/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 8 de junho de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 038/2016

Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Salto Veloso

DECRETO Nº 038, DE 09 de junho de 2016.

ESTABELECE PRAZO PARA QUE AS FAMÍLIAS DOS MUNÍCIPIES SEPULTADOS REALIZEM A IDENTIFICAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS SEPULTURAS, TÚMULOS, JAZIGOS E CARNEIRAS JUNTO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei nº. 154, de 05 de junho de 1976, DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação do presente Decreto, para que as famílias dos munícipes sepultados realizem a identificação, conservação e manutenção das sepulturas, túmulos, jazigos e carneiras de seus familiares junto ao cemitério municipal.

Art. 2º. Caso não seja realizada a identificação, conservação e manutenção das sepulturas, túmulos, jazigos e carneiras no prazo estabelecido no artigo anterior, estas serão consideradas abandonadas, estando autorizada a Prefeitura Municipal de Salto Veloso a proceder a retirada dos restos mortais e depósito dos mesmos nas gavetas do jazigo comunitário municipal.

Art. 3º. As sepulturas ocupadas a título de sepultura reserva, deverão seguir as mesmas regras de identificação, conservação e manutenção das demais sepulturas.

Art. 4º. Para fins deste Decreto, entende-se como sepulturas, túmulos, jazigos e carneiras, os locais, com identificação ou não, destinados ao depósito dos restos mortais humanos.

Art. 5º. Entende-se como sepulturas, túmulos, jazigos, e carneiras abandonadas, aquelas que não possuem qualquer tipo de edificações; as que não recebem a devida manutenção, limpeza e conservação; as que não possuem benfeitorias; as que se encontram em ruínas por não terem sido feitos os serviços de reparação, reforma ou reconstrução necessárias à segurança de pessoas, de bens à salubridade dos cemitérios e as que não contêm ou possibilitem a verificação de qualquer tipo de identificação ou inscrição que remetam ao responsável pela sepultura;

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 09 de junho 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

josé carlos oneda
Secretário de Administração e Finanças

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 107 A 109_2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 107/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: IRA LUIZ PORTO DA SILVA

OBJETO: Prestação de serviços de arbitragem no Campeonato Municipal de Futebol Sete, setor de esporte.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: 6.300,00 (seis mil e trezentos reais).

Vigência: 03/06/2016 a 29/07/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 108/2016

Processo Licitatório nº. 043/2016 – TP nº. 043/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

OBJETO: Restauração com CAUQ de vias públicas na área central do município, nas Ruas Manoel Idalino Pereira esquina Rua Ferminio Pedro Raupp, Na Rua Tolentino Ramos De Oliveira, Avenida Alfredo Emerim, Rua Alberto Trajano, Rua Manoel Idalino Pereira, Rua XV De Novembro e Avenida Damásio Peres. Com área total para restauração de 1.469,59M².

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 104.339,30 (Cento e quatro mil, trezentos e trinta e nove reais e trinta centavos).

Vigência: 120 DIAS.

Assinatura: 08/06/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 109/2016

Processo Licitatório nº. 050/2016 – TP nº. 050/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA EPP

OBJETO: Execução de serviços de construção de um Pavilhão Municipal de Eventos, localizado na Rua Santa Catarina no Bairro Moinhos de Vento, nº826, neste município. Com área a ser construída de 1.009,72m².

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 680.076,19 (seiscentos e oitenta mil, setenta e seis reais e dezenove centavos).

Vigência: 240 DIAS.

Assinatura: 08/06/2016.

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº045/2016 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 045/2016

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1269/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
67	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.000,00
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028000 Assistência Social				
91	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.500,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil quinhentos reais), a seguir especificados:

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
66	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.000,00
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028000 Assistência Social				
95	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 09 de Junho de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 66/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 66/2016

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PRE MOLDADOS MARAVILHA LTDA - EPP estabelecida na cidade de Maravilha – SC, CNPJ n.86739364000103, neste ato representado pelo Sr. Vitor Debastiani, residente e domiciliado em Maravilha, CPF/RG n. 430.966.629-91 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS CONFORME CONVENIO N. 814/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, em decorrência do Processo Licitatório n. 40/2016, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

DO OBJETO E DA GARANTIA

Este contrato tem por objeto o fornecimento pela CONTRATADA, de AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS CONFORME CONVENIO N. 814/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA., conforme especificações e quantidades a seguir, pelos preços registrados em decorrência da proposta de preços apresentada no Pregão nº 23/2016.

DO PREÇO, REAJUSTE E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 25.352,50 (vinte e cinco mil trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos) correspondente às quantidades fornecidas e de acordo com os preços devidamente registrados.

DA VINCULAÇÃO

O presente contrato vincula-se ao Pregão nº 23/2016 e à proposta do Contratado, nos Termos da Lei de Licitações e Contratos.

Santa Terezinha do Progresso (SC) 01/06/2016

JACOB GILMAR JUNGES PRE MOLDADOS MARAVILHA LTDA - EPP

Prefeito Municipal Contratada

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 67/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 67/2016

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa GLOBAL INDUSTRIA & COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENT estabelecida na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, CNPJ n.08902971000139, neste ato representado pelo Sr. Elton Henrique da Silva, residente e domiciliado em Bom Jesus do Oeste, CPF/RG n.548.276.630-68 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS CONFORME CONVENIO N. 814/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA. em decorrência do Processo Licitatório n.40/2016, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

DO OBJETO E DA GARANTIA

Este contrato tem por objeto o fornecimento pela CONTRATADA, de AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS CONFORME CONVENIO N. 814/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA. , conforme especificações e quantidades a seguir, pelos preços registrados em decorrência da proposta de preços apresentada no Pregão nº 23/2016.

DO PREÇO, REAJUSTE E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 25.380,00 (vinte e cinco mil trezentos e oitenta reais) correspondente às quantidades fornecidas e de acordo com os preços devidamente registrados.

DA VINCULAÇÃO

O presente contrato vincula-se ao Pregão nº 23/2016 e à proposta do Contratado, nos Termos da Lei de Licitações e Contratos.

Santa Terezinha do Progresso (SC).01/06/2016

JACOB GILMAR JUNGES GLOBAL INDUSTRIA & COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENT

Prefeito Municipal Contratada

EXTRATO PL Nº.16/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 15/2016 na MODALIDADE: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia n. 01/2016 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE LOCALIZADA NO CENTRO DO MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO DA AMERIOS (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE RIOS) APENSO. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 13:30 horas do dia 27/06/2016, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 13:45 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337, pelo fone (0xx49) 3657046 ou através do site <http://www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br/>. Santa Terezinha do Progresso (SC), 08/06/2016. Jacob Gilmar Junges – Prefeito Municipal.

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº007/2016 DE 09 DE JUNHO DE 2016

Edital de Chamamento Público n.º 007/2016 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação, Lei n.º 11.947, de 16/07/2009, Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009, e Resolução nº 25, de 04/07/2012.

O Município de Santiago do Sul pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Ângelo Toazza, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.781/0001-38, representado neste ato pelo Prefeito, Volmir Antonio Sotille suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art.21 da Lei 11.947/2009 e resoluções FNDE/ CD n.º 38/2009 e nº 25/2012, através da Secretaria Municipal da Educação vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o ano letivo de 2016. Os Grupos Formais/Informais/Fornecedores Individuais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 11/07/2016, às 17:00 horas, na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, com sede à Rua Ângelo Toazza.

1. Objeto

O objeto do presente Chamada Pública é a de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo.

Produto e Descrição	Quantidade	Unidade de Comercialização	Valor Máximo(R\$) por Kg, dúzia, litro ou unidade	Total
Bergamota/tangerina, nova, de primeira qualidade, tamanho de médio a grande, grau médio de amadurecimento, limpa, sem rupturas, devidamente acondicionada.	200	Kg	R\$ 1,25	R\$ 250,00
Couve-flor, nova, de primeira qualidade, sã, sem fungos, tamanho médio, flores de coloração branca, sem manchas, devidamente acondicionada.	30	Un	R\$ 1,65	R\$ 49,50
Laranja in natura, nova, de primeira qualidade, grau de amadurecimento médio, com casca sã, sem rupturas, limpas, aspecto saudável, devidamente acondicionada.	300	Kg	R\$ 1,10	R\$ 330,00
Mandioca limpa sem casca e congelada, nova de primeira qualidade, tamanho médio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, transparente e resistente com 1 ou 2 kg, no rótulo deve conter: informações do fabricante, especificações do produto data de fabricação e prazo de validade.	50	Kg	R\$ 4,50	R\$ 225,00
Tempero-verde in natura, composição, salsa e cebolinha, novo, de primeira qualidade, limpo, devidamente acondicionado, folhas sãs.	30	Un	R\$ 2,50	R\$ 75,00
Bolacha caseira de glacê, Biscoito de ótima qualidade, íntegro produzida de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos produtos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. A embalagem deve ser plástico transparente e atóxico, contendo peso, data de fabricação, prazo de validade, e a rotulagem nutricional de acordo com a legislação vigente. Em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excessos de dureza e nem apresentar-se quebradiços.	20	Kg	R\$ 14,00	R\$ 280,00
Grostoli, acondicionado em embalagens plásticas de polipropileno transparente e resistente com 1 kg. O grostoli devera ser fabricado a partir de matérias sãs e limpas, isentas de matéria terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excessos de dureza e nem apresentar-se quebradiços e sem corantes artificiais.	30	Kg	R\$14,00	R\$ 420,00

Esfirra, acondicionada em embalagens plásticas de polipropileno transparente e resistente com 1 kg. A esfirra deverá ser fabricada a partir de matérias sãs e limpas, isentas de matéria terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excessos de dureza e nem apresentar-se quebradiços, sem corantes artificiais, recheio de peito de frango desfiado ou carne moída bovina.	600	Un	R\$ 1,00	R\$ 600,00
Cuca caseira com recheio, Cuca de ótima qualidade, íntegra produzida de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos produtos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. A embalagem deve ser plástico transparente e atóxico, contendo peso, data de fabricação, prazo de validade, e a rotulagem nutricional de acordo com a legislação vigente.	30	Un	R\$ 12,00	360,00
Macarrão caseiro com ovos tipo espaguete/macarrão/talharim, A embalagem deve estar acondicionada, plástica transparente, íntegra, descartável, atóxica, corretamente fechada. No rótulo impresso deve constar no mínimo: a denominação do produto, a data de fabricação, data de validade, lista de ingredientes, procedência e informação nutricional. Deve constar data de fabricação e data de vencimento com no mínimo 30 dias. Contendo 500 g.	50	Kg	R\$ 11,00	550,00
Mini pizza (sabores frango/milho/calabresa), deverá ser fabricada partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitas. Acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1 Kg, original do fabricante, com especificações do produtor informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	700	Un	R\$ 2,75	R\$ 1.925,00
Doce de UVA, doce de fruta de ótima qualidade, íntegro, produzido de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, isentos de insetos, sujidades ou corpos estranhos. Embalagem em potes de plásticos ou vidros transparente, lacrado, contendo peso, data de fabricação, prazo de validade, e a rotulagem nutricional de acordo com a legislação vigente. Embalagem de 700g	14	Un	R\$ 10,00	R\$ 140,00
Melado, elaborado a partir da cana de açúcar, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 1 kg, Produto registrado no Ministério da Agricultura, inspecionado. Deve constar tabela de informação nutricional, nome e/ou marca, data de fabricação e prazo de validade, com mínimo de 06 meses.	5	Kg	R\$ 8,50	R\$ 42,50

<p>SUCO DE UVA INTEGRAL - Caracterização do produto: Suco de uva integral sem adição de açúcar e na sua concentração natural, não fermentado, obtida do suco da fruta, polpa ou extrato vegetal de sua origem a partir de uvas frescas e maduras. Deverá ser submetido a processo tecnológico adequado e envasado assepticamente. O produto não deverá ser adoçado com açúcar ou outros aditivos ou edulcorantes. Não serão permitidas as adições de conservantes, nem de corantes artificiais e nem de aromas artificiais.</p> <p>Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em embalagens de vidro, contendo até 1,5 litro; reembaladas em caixas de papelão, contendo até 15 litros. Será considerada imprópria e será recusada, a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração, ou que não permita o perfeito armazenamento do produto. Deverá conter rótulo com todas as informações obrigatórias. Prazo de validade: O prazo de validade mínimo será de dois anos a partir da data de entrega do produto.</p>	100	Lts	R\$ 12,50	R\$ 1.250,00
--	-----	-----	-----------	--------------

2. Fonte de recurso

Recursos provenientes da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

3. "Envelope nº. 001 – Habilitação

3.1 Grupo Informal: deverá apresentar no envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- CPF de todos;
- DAP Física de todos;
- Projeto de venda com assinatura de todos os agricultores;
- Comprovação de atendimentos de requisitos específicos previstos em lei;
- Declaração de produção dos alimentos.

3.2 Fornecedores Individuais: deverão apresentar no envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- CPF;
- DAP Física;
- Projeto de venda com assinatura do agricultor;
- Comprovação de atendimentos de requisitos específicos previstos em lei;
- Declaração de produção dos alimentos.

3.3 Grupos Formais: deverão apresentar no envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- CNPJ;
- DAP Jurídica;
- Comprovante de regularidade com a Fazenda Federal – Seguridade social e FGTS;
- Cópia de estatuto e da ata de posse da diretoria;
- Projeto de vendas com dados de todos os agricultores que fornecerão gêneros alimentícios;
- Declaração de produção dos alimentos por parte dos associados;
- Comprovação de atendimentos de requisitos específicos previstos em lei".

4. Envelope nº. 002 – Projeto de Venda

4.1 No envelope nº. 002 segue a entrega do Projeto de Venda conforme anexo V da Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009.

5. Local e periodicidade de entrega dos produtos

Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na Escola Pequeno Cidadão situado á Rua Demétrio Moreira, Centro - Santiago do Sul, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação até o mês de Dezembro de 2016, na qual se atestará o seu recebimento.

6. Pagamento

6.1 O pagamento será realizado até 07 (sete) dias após entrega do produto, por meio de depósito bancário mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada antecipação de pagamento, para cada faturamento.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 A presente Chamada Pública poderá ser obtida na Secretaria Municipal de Santiago do Sul no horário de 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, de segunda a sexta-feira, ou através do site www.santiagodosul.sc.gov.br;

7.2 Para definição dos preços de referência deverão observar o artigo 23 da Resolução nº 38 do FNDE;

7.3 Os gêneros alimentícios da agricultura familiar não poderão ter preços inferiores aos produtos cobertos pelo Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), art. 23 § 6º, da Resolução nº 38 do FNDE, site: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2500755>;

7.4 Na análise das propostas e na aquisição dos alimentos, deverão ter prioridade as propostas locais;

7.5 Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

7.6 O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais), por DAP por ano civil;

7.7 A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, conforme o anexo IV, da Resolução nº 38 do FNDE.

Santiago do Sul-SC, 09 de Junho de 2016.

Volmir Antonio Sotille

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se. (no rádio, no diário oficial do município e outros)

Carine Piva

Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes

São Bento do Sul

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 12/2015

Contrato Nº: 20/2016 – 1º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Vigência: Início: 06/04/2016 - Término: 06/04/2017

Recursos: Dotação:

14 23.02.2.063.3.3.90.39.81.00.00.00 – Serviços Bancários – EXERCÍCIO VIGENTE.

Objeto: CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEBIMENTO DE FATURAS NOS TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO, AUTO-ATENDIMENTO VIA INTERNET, DÉBITO AUTOMÁTICO E CORRESPONDENTE BANCÁRIO.

Valor: R\$ 1,36 (Um Real e Trinta e Seis Centavos) valor unitário.

São Bento do Sul, 09 de junho de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

AVISO N.12/2016 - FMS -PREGÃO

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SÃO CARLOS – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.12/2016

Edital:PREGÃO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇOS N. 12/2016

Tipo : Menor preço

Objeto: CONT DE SERVIÇOS P/REALIZAÇÃO DE EXAMES RADIOLÓGICOS

Entrega dos Envelopes 09:30 horas –dia 23 de junho de 2016

Abertura dos Envelopes 09:30 horas- dia 23 de junho de 2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Rua Demetrio Lorenz 747, em horário de expediente, ou pelo fone 014 493325 3000/1800

SAO CARLOS, 09 de junho de 2016

CLEOMAR WEBER KUHN

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

AVISO N.51-2016 - PREGÃO

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Processo Adm. Nº51/2016

Edital:PREGÃO PRESENCIAL- REG DE PREÇOS N. 51/2016.

Tipo : Menor preço

Objeto: SERVIÇOS DE MÁQUINAS C/RETROESCAVADEIRA –SERVIÇOS DIVERSOS

P/ REPAROS DA CASAN

Entrega dos Envelopes:08:00 horas -dia 23 de junho de 2016

Abertura dos Envelopes 08:00 horas- dia 23 de junho de 2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30

e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000

SAO CARLOS, 09 de junho de 2016

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal

AVISO N.52/201.6 - PREGÃO

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.52/2016

Edital:PREGÃO PRESENCIAL – N.52/2016

Tipo : Menor preço

Objeto:AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS-MANUT CONVENIO

Entrega dos Envelopes:08:00 horas –dia 24 de junho de 2016

Abertura dos Envelopes:08:00 horas- dia 24 de junho de 2016 .

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00

às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325.3000

SAO CARLOS 09 de junho de 2016

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 2303, DE 06 DE JUNHO DE 2016. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2016 PELA MOVIMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 2303, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2016 PELA MOVIMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.776, de 26/11/15;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional, pela movimentação de dotações, no valor de R\$ 25.168,00 (vinte e cinco mil, cento e sessenta e oito reais), nas seguintes programações de despesa:

04.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
12.361.1005.2.051 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	27	01.0036	20.168,00
17.00 – FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA				
13.392.1012.2.056 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	124	01.0000	5.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão anulados parcialmente das dotações a seguir descritas.

04.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
12.361.1005.2.051 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	24	01.0036	20.168,00
17.00 – FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA				
13.392.1012.2.056 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	123	01.0000	5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 06 de junho de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

LEI Nº 1784, DE 1º DE JUNHO DE 2016. FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, VEREADORES E PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES, PARA O MANDATO QUE INICIA EM 1º DE JANEIRO DE 2017.

LEI Nº 1784, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

Fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Vereadores e Presidente da Câmara de Vereadores, para o mandato que inicia em 1º de janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal do PREFEITO do Município de São Domingos, para o mandato que inicia em 1º de janeiro de 2017 é fixado em parcela única de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

Art. 2º O subsídio mensal do VICE-PREFEITO para o mesmo mandato é fixado em parcela única de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 3º O subsídio mensal de SECRETÁRIOS MUNICIPAIS do Município de São Domingos, é fixado em parcela única de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 4º O subsídio mensal dos VEREADORES do Município de São Domingos, para a 13º Legislatura que inicia em 1º de janeiro de 2017 é fixado em parcela única de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Art. 5º Ao Vereador que exercer a PRESIDÊNCIA DA CÂMARA fica fixado o subsídio mensal em R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

Art. 6º A ausência do vereador à sessão ordinária ou extraordinária acarretará em desconto no Valor de R\$ 140,00 (cento e trinta e sete reais), a cada sessão não comparecida.

Parágrafo único. Em caso de licença por motivo de saúde, devidamente comprovada por atestado médico, não será descontado o valor correspondente à ausência da sessão, não podendo ultrapassar ao número de duas sessões mensais.

Art. 7º As sessões extraordinárias não serão remuneradas, porém, a ausência de Vereador em sessão implicará em desconto no valor de ausência em sessão ordinária.

Art. 8º Os valores fixados nesta Lei serão revisados na mesma época e proporção em que for reajustado a remuneração dos servidores municipais.

Art. 9º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

São Domingos-SC, 1º de junho de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

LEI Nº 1785, DE 09 DE JUNHO DE 2016. DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ARTIGO 59A DA LEI MUNICIPAL Nº 0714, DE 16 DE JUNHO DE 1987 – CÓDIGO DE PARCELAMENTO DO SOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 1785, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre alteração do artigo 59A da Lei Municipal nº 0714, de 16 de junho de 1987 – Código de Parcelamento do Solo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 59A, das disposições finais, da Lei Municipal nº 0714, de 16 de junho de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 59 A. Para fins de regularização da propriedade imobiliária, é permitido, em caráter extraordinário e excepcional, o desmembramento de lote urbano, com dimensões inferiores àquelas previstas no artigo 9º desta lei, desde que:

I. O lote urbano a ser desmembrado da área maior não fique com área mínima inferior a 125,00 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados), com testada mínima inferior a 5,00 ml (cinco metros lineares) e tenha servidão com largura mínima de 3,00 (três) metros;

II. Sobre o lote urbano a ser desmembrado, conste edificação, com alvará de construção ou de habite-se emitido pelo Setor de Tributação do Município, até a data de entrada em vigor desta lei;

III. O requerimento do interessado seja formulado e devidamente instruído com os documentos necessários no prazo compreendido entre a entrada em vigor desta Lei até 31 de dezembro de 2016;

IV. O requerimento do interessado seja instruído, além de outros, no mínimo com um dos seguintes documentos: alvará de construção ou de habite-se, conta de água ou de energia elétrica, documento do cadastro imobiliário do município, comprovante de enquadramento e/ou beneficiário em programas de habitação de interesse social, que já tenham sido executados ou que esteja em execução no município, com emissão anterior a data de entrada em vigor desta lei;

Parágrafo único. O proprietário da edificação que não possuir o alvará de construção ou de habite-se poderá comprovar a situação de fato por outros meios, quando tratar-se de construção executada há mais de 05 (cinco) anos.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário contidas no artigo 59A da Lei Municipal nº 0714, de 16 de junho de 1987.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de junho de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

LEI Nº 1786 , DE 09 DE JUNHO DE 2016. DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 1786 , DE 09 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 236.380,00 (duzentos e trinta e seis mil, trezentos e oitenta reais), no Orçamento de 2016 das unidades Prefeitura Municipal, nas seguintes programações de despesa:

07.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS				
15.452.1009.2.013 – Man. das Ativ. da Sec. de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	71	01.0000	236.380,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º fica autorizada a utilização dos seguintes recursos pela anulação parcial das seguintes dotações:

02.00 – Gabinete do Prefeito
04.122.1002.2.002 – Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	03	0.1.0000	5.380,00
04.00 – Secretaria da Educação, Cultura e esportes				
27.812.1011.2.010 – Construção de Unidades Desportivas no Município				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	45	0.1.0000	10.000,00
27.812.1011.1.032 – Manutenção das Atividades Desportivas				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	49	0.1.0000	5.000,00
06.00 – Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo				
27.695.1009.2.033 – Implantação de Sinalização Turística e Urbana				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	53	0.1.0000	5.000,00
27.695.1009.2.034 – Manutenção da Sec. de Industria, Comércio e Turismo				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	56	0.1.0000	20.000,00
07.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
17.512.1009.1.003 – Saneamento Básico Municipal				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	80	0.1.0000	70.000,00
15.782.1009.2.050 – Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	78	0.1.0000	10.000,00
11.00 – Fundo Municipal de Assistência Social				
08.244.1007.2015 – Manut. das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	96	0.1.0000	20.000,00
08.243.1007.2038 – Manutenção do Conselho Tutelar				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	89	0.1.0000	15.000,00
449000000	Aplicações Diretas	90	0.1.0000	4.000,00
13.00 – Fundo Municipal de Habitação de Social				
16.482.1008.2017 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	111	0.1.0000	15.000,00
16.482.1008.2058 – Auxílio na edificação e recuperação de Unidades Habitacionais				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	113	0.1.0000	20.000,00
14.00 – Fundo Municipal da Infância e Adolescência				
08.243.1007.2016 – Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	115	0.1.0000	20.000,00
449000000	Aplicações Diretas	116	0.1.0000	2.000,00
15.00 – FUNDEC - Fundo Municipal de Defesa Civil				
05.182.1015.2044 – Manutenção das Atividades da Defesa Civil				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	117	0.1.0000	5.000,00
16.00 – Fundo Municipal do Idoso				
08.241.1007.2057 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	121	0.1.0000	5.000,00
17.00 – Fundo Municipal de Cultura				
13.392.1012.2056 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	123	0.1.0000	5.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

São Domingos-SC, 09 de junho de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

São João do Oeste

PREFEITURA

PP 50/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2016- exclusivo para empresas MPes

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de canos e conexões para o setor de água do município de São João do Oeste

Tipo: menor preço por lote.

Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 22 de junho de 2016 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 10 de junho de 2.016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 51/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2016- exclusivo para empresas MPes

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa para endireitar chassi do caminhão caçamba Volvo, placa MMK 9905, do setor de obras do município de São João do Oeste

Tipo: menor preço por lote.

Entrega dos envelopes até as 09:00 horas do dia 22 de junho de 2016 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 10 de junho de 2.016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº. 039 DE 08 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº. 039 DE 08 DE JUNHO DE 2016

Transfere Feriado Municipal de que trata a Lei Municipal nº. 863, de 08 de julho de 1996 e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 55, V, da Lei Orgânica Municipal c/c a Lei Municipal nº. 863, de 08 de julho de 1996;

CONSIDERANDO as festividades em Honra a São João Batista, Padroeiro do Município de São João do Sul, que acontecerão entre os dias 23 e 26 de junho de 2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o Feriado Municipal do dia 24 de junho de 2016, criado pela Lei Municipal nº. 863, de 08 de julho de 1996, para a data de 27 de junho de 2016.

Parágrafo único - Permanecerão atendendo a população, em regime de Plantão, os serviços essenciais de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 08 de junho de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 1775 DE 07 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 1775 DE 07 DE JUNHO DE 2016.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 1332 DE 03 DE JULHO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL, FIXA REMUNERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 11º da Lei 1332 de 03 de julho de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11 – A progressão é o ato pelo qual se concede ao servidor efetivo, pelo critério do tempo de serviço no cargo efetivo, à passagem, mediante avanço, de uma classe para a imediatamente superior.

§1º - O progresso funcional dos Servidores Públicos Municipais deste Poder Legislativo ocorrerá dentro do mesmo cargo, após o cumprimento do estágio probatório, nas seguintes modalidades:

- a) Progressão por mérito;
- b) Progressão por nova habilitação profissional; e
- c) Progressão por tempo de serviço público no Município.

§2º- O servidor público será submetido à avaliação permanente, anualmente, que será efetuada através de preenchimento de formulário específico, levando-se em consideração os critérios estabelecidos no §4º desse artigo, sendo o método e fatores de avaliação definidos em regulamento.

§3º - A avaliação de desempenho será feita por Comissão constituída para esta finalidade, formada por 02 (dois) servidores efetivos e o Secretário Geral deste Poder Legislativo e ainda 01 (um) servidor (a) efetivo (a) do Poder Executivo de mesmo nível do avaliando designado especialmente pela Secretaria de Administração para esta finalidade.

§4º - As Progressões funcionais mencionadas no §1º deste artigo consistem na incorporação ao vencimento do servidor efetivo da expressão monetária a que tiver direito.

§5º - A Progressão por mérito consiste na movimentação vertical, de uma Amplitude de Referência para a seguinte, correspondente a 2% (dois por cento), conforme Anexo IX desta Lei, da seguinte forma:

I - Pela avaliação de desempenho, no mês de setembro dos anos pares, aos servidores que alcançarem resultado satisfatório no cumprimento das suas atribuições, levando em consideração os seguintes critérios comportamentais, estratégicos e operacionais:

- a) Assiduidade;
- b) Disciplina;
- c) Dedicção ao Serviço;
- d) Cumprimento dos deveres funcionais.

II - Por aperfeiçoamento, a ser concedida no mês de setembro dos anos ímpares, aos servidores que comprovarem a participação de no mínimo 80 horas de curso presencial ou EAD (Educação a Distância), de atualização e/ou aperfeiçoamento realizado no período anterior ao da operacionalização, diretamente relacionado à disciplina ou área de atuação e aqueles que servirem de subsídios para atuação no cargo.

§6º - O sistema de avaliação e desempenho será regulamentado por Ato do Chefe do Poder Legislativo.

§7º - Os critérios de que trata este Artigo poderão ser adaptados e/ou modificados em função da natureza do cargo do servidor.

§8º - Não logrando êxito na avaliação, o servidor perderá a promoção a que teria direito.

§9º - A Progressão por Nova Habilitação Profissional ocorrerá, a qualquer tempo, por comprovação de nova habilitação profissional, pertinente à área de atuação do cargo, do Nível e Amplitude de Referência em que se encontra para a Amplitude de Referência "A" do nível em que se enquadrar a Nova Titulação, de acordo com o Anexo VIII desta Lei.

§10º - A Progressão por Tempo de Serviço consiste na movimentação horizontal do Cargo Público, de uma Referência por Tempo de Serviço a uma Referência de Tempo de Serviço imediatamente superior, dentro da mesma referência de nível, conforme Anexo IX desta Lei, e será concedida atendidos os seguintes critérios:

I - Equivalente a 3% (três por cento) a cada triênio;

II - Devida a partir do dia imediato àquele em que o servidor complementar o tempo de serviço exigido, sendo uma promoção para cada 03 (três) anos de efetivo serviço público ao Município de São João do Sul; e

III - A primeira promoção será concedida após concluído o Estágio Probatório, sendo que para efeito de enquadramento, contar-se-á, o tempo de serviço público no Município de São João do Sul.

§11º - A Progressão por Tempo de Serviço descrita no §10º deste artigo será aferida a cada início de sessão legislativa por parte do setor contábil deste Poder legislativo de forma a lançar no sistema responsável as correspondentes progressões para fins de incorporação das mesmas aos vencimentos dos servidores.

Art. 2º - O Anexo I da Lei 1332 de 03 de julho de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

Cargos de Provimento Efetivo (PE)

(Art. 5º, § 1º)

CARGOS	SÍMBOLO	Nº DE VAGAS
Assessor Jurídico	PE 1	1
Assessor Parlamentar	PE 2	1
Agente de Controle Interno	PE 3	1
Técnico Contábil	PE 4	1
Agente Administrativo	PE 5	1
Auxiliar Administrativo	PE 6	1
Auxiliar de Serviços Gerais	PE 7	1

Art. 3º - O Anexo II da Lei 1332 de 03 de julho de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO II

Cargo de Provimento em Comissão (PC)

(Art. 5º, § 2º)

CARGOS	SÍMBOLO	Nº DE VAGAS
Secretário Geral	PC 1	1

Art. 4º - O Anexo III da Lei 1332 de 03 de julho de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III

Tabela de Vencimentos dos Cargos de Provimento Efetivo (PE) e Carga Horária

(Art. 14)

CARGOS	REMUNERAÇÃO MENSAL	CARGA HORÁRIA
Assessor Jurídico - (PE 1)	R\$ 2.899,33	20h
Assessor Parlamentar - (PE 2)	R\$ 3.500,00	30h
Agente de Controle Interno - (PE 3)	R\$ 2.899,33	20h
Técnico Contábil - (PE 4)	R\$ 1.825,12	20h
Agente Administrativo - (PE 5)	R\$ 1.131,12	40h
Auxiliar Administrativo - (PE 6)	R\$ 1.106,24	40h
Auxiliar de Serviços Gerais - (PE 7)	R\$ 1.036,61	40h

Art. 5º - O Anexo IV da Lei 1332 de 03 de julho de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO IV

Tabela de Vencimentos dos Cargos de Provimento em Comissão (PC) e Carga Horária

(Art. 15)

CARGOS	REMUNERAÇÃO MENSAL	CARGA HORÁRIA
Secretário Geral - (PC 1)	R\$ 3.752,27	40h

Art. 6º - O Anexo V da Lei 1332 de 03 de julho de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO V

Requisitos para Investidura nos Cargos de Provimento Efetivo
(Art.9º)

CARGO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO CARGO	REQUISITO PARA INVESTIDURA
Assessor Jurídico	Compreende os trabalhos relacionados à prestação de Assessoria e Consultoria Jurídica à Câmara de Vereadores, sob a coordenação da Mesa Diretora.	Formação de nível superior completo em Direito e habilitação para o exercício da Advocacia, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício (OAB).
Assessor Parlamentar	Compete assessorar os parlamentares e os servidores da Câmara, acompanhando e orientando todos os procedimentos para execução do Processo Legislativo.	Formação de nível superior completo nas áreas de Administração ou Direito ou Gestão Pública.
Agente de Controle Interno	Atividade de execução qualificada abrangendo serviços de controladoria interna do Poder Legislativo municipal como a execução e fiscalização da observância dos princípios da Administração pública na prática dos atos administrativos internos; fiscalizar o cumprimento da legislação municipal, CRFB88, Lei Complementar n. 101/2000, Lei Federal n. 4320/1964, Regimento interno do TCE-SC (Resolução TC-06/2001), Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal n. 10.520/2002, assim como, todas as demais legislação correlatas a prática de atos administrativos dos Poderes públicos; Análise dos registros contábeis e dos atos de gestão, inclusive os processos licitatórios, a execução de contratos firmados pelo Poder legislativo municipal, dentre outras competências que se fizerem necessárias no exercício da função a bem do serviço público em geral.	Formação de nível superior completo nas áreas de Administração ou Ciências Contábeis ou Economia ou Direito ou Gestão Pública.
Técnico Contábil	Compreende as atribuições que se destinam a execução dos trabalhos relacionados ao cargo, sob a supervisão do Gabinete da Presidência.	Certificado de Conclusão de Curso Técnico em Contabilidade e habilitação para o exercício da profissão, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício (CRC).
Agente Administrativo	Compreende as atribuições que se destinam a execução de trabalhos administrativos com média complexidade e que serão executados sob a supervisão da Secretaria Geral.	Formação de nível médio (2º grau completo).
Auxiliar Administrativo	Compreende as atribuições que se destinam a execução dos trabalhos administrativos com baixa complexidade (extração de cópias, organização de arquivos e ficheiros), e que serão executados sob a supervisão da Secretaria Geral.	Formação de nível fundamental (1º grau completo).
Auxiliar de Serviços Gerais	Compreende as funções que se destinam a executar os serviços de copa e cozinha, limpeza e conservação; bem assim, a realização de pequenos serviços de manutenção, sob a supervisão da Secretaria Geral.	Formação de nível fundamental (1º grau completo).

Art. 7º - O Anexo VI da Lei 1332 de 03 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO VI

Requisitos para Investidura no Cargo de Provimento em Comissão
(Art. 10)

CARGO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO CARGO	REQUISITO PARA INVESTIDURA
Secretário Geral	Compreende as atribuições que se destinam à execução dos trabalhos legislativos rotineiros que apresentem maior complexidade, e que será executada sob a coordenação da Mesa Diretora.	Formação de 3º grau completo em qualquer área;

Art. 8º - O Anexo VII da Lei 1332 de 03 de julho de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO VII

Tabela de Remuneração das Funções Gratificadas (FG)
(Art. 16, Parágrafo único)

SÍMBOLO	VALOR
FG 1	R\$ 200,00
FG 2	R\$ 300,00
FG 3	R\$ 500,00

Art. 9º - O Anexo VIII da Lei 1332 de 03 de julho de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO VIII
HABILITAÇÃO E NÍVEL DE REFERÊNCIA

GRUPO I: Atividades de Nível Superior - (PE)										
CARGO: Assessor Jurídico - (PE 1)										
HABILITAÇÃO	NÍVEL	REFERÊNCIAS								
		A	B	C	D					
Curso superior Completo	1									
	2									
	3									
Pós-Graduação	4									
Mestrado	5									
Doutorado	6									
CARGO: Assessor Parlamentar - (PE 2)										
HABILITAÇÃO	NÍVEL	REFERÊNCIAS								
		A	B	C	D					
Curso superior Completo	1									
	2									
	3									
Pós-Graduação	4									
Mestrado	5									
Doutorado	6									
CARGO: Agente de Controle Interno (PE 3)										
HABILITAÇÃO	NÍVEL	REFERÊNCIAS								
		A	B	C	D					
Curso superior Completo	1									
	2									
	3									
Pós-Graduação	4									
Mestrado	5									
Doutorado	6									

GRUPO II: Atividades de Nível Técnico e Médio - (PE)										
CARGO: Técnico Contábil – (PE 4)										
HABILITAÇÃO	NÍVEL	REFERÊNCIAS								
		A	B	C	D					
Curso Técnico Completo	1									
	2									
	3									
Graduação	4									
Pós-Graduação	5									
Mestrado	6									

[illegible]

CARGO: Auxiliar Serviços Gerais (PE 7)

HABILITAÇÃO	NÍVEL	REFERÊNCIAS			
		A	B	C	D
Ensino Fundamental	1				
Completo	2				
	3				
Ensino Médio Completo	4				
Curso Superior Completo	5				
Pós-Graduação	6				

Art. 10º - O Anexo IX da Lei 1332 de 03 de julho de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO IX

AMPLITUDE DE REFERÊNCIA E

AMPLITUDE DE REFERÊNCIA POR TEMPO DE SERVIÇO

	Nível	Amplitude de Referência por Tempo de Serviço													
			%	0	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
		%	Ref.	a	b	C	d	E	f	g	h	i	j	k	l
Amplitude de Referência	1	0	A												
		2%	B												
		2%	C												
		2%	D												
	2	2%	A												
		2%	B												
		2%	C												
		2%	D												
	3	2%	A												
		2%	B												
		2%	C												
		2%	D												
	4	2%	A												
		2%	B												
		2%	C												
		2%	D												
	5	2%	A												
		2%	B												
		2%	C												
		2%	D												
	6	2%	A												
		2%	B												
		2%	C												
		2%	D												

Art. 11º - Fica incluído o Anexo X na Lei 1332 de 03 de julho de 2006 com a seguinte redação:

ANEXO X HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Grupo I: Atividade de Nível Superior (PE)

CARGO: Assessor Jurídico
DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Atividades de nível superior, de natureza jurídica de grande complexidade envolvendo serviços específicos de assistência e consultoria jurídica ao Poder Legislativo Municipal, análise de ações, embargos, atendimento de público interno e externo, e outras atividades inerentes ao cargo.
DESCRIÇÃO DETALHADA: <ul style="list-style-type: none"> • Estudar matéria jurídica e de outra natureza, consultando códigos, leis, jurisprudência e outros documentos, para adequar os fatos à legislação aplicável; • Preparar a defesa ou acusação, arrolando e correlacionando os fatos e aplicando o procedimento através de petições específicas, para garantir seu trâmite legal até a decisão final do litígio; • Representar o Poder Legislativo em juízo, comparecendo às audiências e tomando sua defesa, para pleitear uma decisão favorável; • Redigir ou elaborar documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal ou outras, aplicando legislação, forma e terminologia adequadas ao assunto em questão, para utilizá-las na defesa dos interesses do Poder Legislativo Municipal; • Elaborar processos licitatórios e contratos de acordo com a legislação em vigor; • Encaminhar com regularidade e frequência as publicações no site oficial da Câmara Municipal de Vereadores e na imprensa oficial do Poder Legislativo; • Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; • Executar outras atividades compatíveis com o cargo.
CONDIÇÕES DE TRABALHO: <ul style="list-style-type: none"> • Geral: 20 horas semanais; • Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingo e feriados;
RECRUTAMENTO: <ul style="list-style-type: none"> • Geral: Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos • Requisitos: <ol style="list-style-type: none"> 1. Portador de diploma de nível superior em Direito, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício; 2. Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal.
CARGO: Assessor Parlamentar
DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Atividades de nível superior, de natureza político-administrativa de média complexidade envolvendo serviços específicos de assistência e consultoria política e administrativa as Comissões Permanentes e Temporárias do Poder Legislativo, principalmente no acompanhamento dos projetos legislativos em tramitação na Casa, atendimento ao público em relação a prestação de informações sobre o andamento dos projetos e decisões legislativas, assim como, outras atividades inerentes ao cargo.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Estudar matéria administrativa e de outra natureza, consultando a legislação eleitoral, administrativa, e outras leis correlatas ao processo legislativo ordinário;
- Preparar as atas das comissões permanentes e temporárias da Casa Legislativa quando da definição e decisão de seus membros sobre a viabilidade ou não dos projetos de Lei em tramitação no Legislativo;
- Redigir ou elaborar documentos, ofícios, pronunciamentos, portarias, resoluções e circulares, assim como, quaisquer informações sobre questões de natureza político-administrativa atinentes às rotinas legislativas dos membros das Comissões permanentes e temporárias do Poder Legislativo Municipal;
- Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- Geral: 30 horas semanais;
- Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingo e feriados;

RECRUTAMENTO:

- Geral: Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos
- Requisitos:
 1. Portador de diploma ou certificado de nível superior nas áreas de Administração ou Direito ou Gestão pública.
 2. Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal.

CARGO: Agente de Controle Interno

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Desenvolver atividades de controle, objetivando o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e também a legitimidade, economicidade, transparência e objetivo público, auxiliando na organização e no planejamento das ações governamentais, orientando os gestores públicos sobre as normas e procedimentos a serem adotados pelo Poder Legislativo Municipal.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, avaliando o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do Município;
- Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência, economicidade e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Legislativo Municipal;
- Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- Examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;
- Examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;
- Exercer o controle sobre os créditos adicionais bem como a conta Restos a Pagar e Despesas de Exercícios Anteriores;
- Supervisionar as medidas adotadas pelo Poder Legislativo para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/2000, caso haja necessidade;
- Realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de Restos a Pagar, processados ou não;
- Acompanhar, para fins de posterior registro no Tribunal de Contas, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão e designações para função gratificada;
- Verificar os atos de aposentadoria para posterior registro no Tribunal de Contas;
- Verificar a regularidade da remessa de informações documentais ou via sistemas informatizados ao Tribunal de Contas do Estado e ao Poder Executivo;
- Dar ciência ao Presidente da Câmara de Vereadores sobre qualquer irregularidade;
- Propiciar informações para a tomada de decisões;
- Verificar a regularidade das publicações no site oficial da Câmara Municipal de Vereadores, a fim de atender legislações específicas;
- Realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema de controle interno, inclusive quando da edição de leis, regulamentos e orientações;
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos, bem como as definidas por leis, regulamentos e orientações.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- Geral: 20 horas semanais;
- Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingo e feriados;

RECRUTAMENTO:

- Geral: Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos
- Requisitos:
 1. Portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração ou Economia ou Ciências Contábeis ou Direito ou Gestão Pública.
 2. Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal.

GRUPO II: Atividades de Nível Técnico e Médio - (PE)**CARGO: Técnico Contábil**

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Desenvolver atividades relacionadas com a área contábil e financeira.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Exercer o controle de toda contabilidade pública relativa ao Poder Legislativo Municipal;
- Controlar e executar a Folha de pagamento dos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal;
- Emitir parecer e outros informativos relativos à situação orçamentária e financeira atinente ao Poder Legislativo Municipal;
- Efetuar os trabalhos de análise e conciliações de contas, conferindo os saldos, localizando e retificando possíveis erros, preparando relatórios;
- Elaborar e verificar a exatidão de qualquer documento financeiro contábil;
- Efetuar os cálculos de reavaliação do ativo e de depreciação de veículos, máquinas e instalações;
- Controlar e classificar documentos com base no plano de contas;
- Preparar balancetes, balanços demonstrativos e resumos;
- Atender a solicitações do Tribunal de Contas do Estado de SC, quanto às informações, sejam elas documentais ou via sistemas informatizados, pertinentes a área contábil, financeira e de pessoal (RH);
- Executar outras atividades correlatas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- Geral: 20 horas semanais;
- Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingo e feriados;

RECRUTAMENTO:

- Geral: Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos

Requisitos:

1. Portador de diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Técnico em Contabilidade e habilitação para o exercício da profissão, com inscrição do CRC.
2. Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal.

CARGO: Agente Administrativo

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar os serviços gerais administrativos, tais, como separação e classificação de documentos e correspondências, transcrição de dados, prestação de informações, participação na organização de arquivos e fichários e digitação de ofícios e outros textos, seguindo as normas estabelecidas, para atender as necessidades administrativas.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Realizar controle de arquivo de todo e qualquer serviço administrativo bem como controle, registro etc.;
- Codificar dados e documentos;
- Redigir ou elaborar correspondências do Poder Legislativo e demais atos oficiais como: Decretos, Portarias, etc.;
- Coletar dados diversos, consultando documentos, arquivos e fichários, efetuando os cálculos e correções necessárias para registrar em mapas a fim de permitir controles e análise dos dados coletados;
- Preencher formulários, fichas, planilhas mantendo-as atualizadas e com controle de dados importantes;
- Realizar atendimento ao público;
- Controlar o registro ponto dos servidores do Poder Legislativo Municipal;
- Controlar e encaminhar as solicitações de férias e licenças dos servidores do Poder Legislativo Municipal;
- Providenciar material de expediente;
- Executar outras atividades compatíveis com o cargo a critério da chefia imediata.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- Geral: 40 horas semanais
- Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviço à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;

Requisitos:

1. Ensino médio completo.
2. Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal.

GRUPO III: Atividades de Nível Fundamental (PE)**CARGO: Auxiliar Administrativo**

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar os serviços gerais administrativos, tais, como separação e classificação de documentos e correspondências, transcrição de dados, prestação de informações, participação na organização de arquivos e fichários e digitação de ofícios e outros textos, seguindo as normas estabelecidas, para atender as necessidades administrativas.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Realizar controle de arquivo de todo e qualquer serviço administrativo bem como controle, registro, etc.;
- Codificar dados e documentos;
- Realizar atendimento ao público;
- Providenciar material de expediente;
- Executar outras atividades compatíveis com o cargo a critério da chefia imediata.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- Geral: 40 horas semanais
- Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviço à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;

Requisitos:

1. Ensino Fundamental completo.
2. Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal.

CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: executar trabalhos rotineiros de limpeza em geral, em edifícios, escritórios, outros locais, para manter as condições de higiene e conservá-los.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

1. Manter vigilância e guarda dos materiais e produtos de limpeza que estiver em sua posse;
2. Zelar pelo patrimônio público Municipal;
3. Comunicar a autoridade competente qualquer ocorrência ou dano observado no patrimônio público municipal;
4. Remover o pó dos móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os com vassouras apropriadas, para conservar-lhes a boa aparência;
5. Limpar escadas, pisos, passarelas e tapetes, varrendo-os, lavando-os ou encerando-os e passando aspirador de pó, para retirar poeira e detritos;
6. Limpar utensílios, como cinzeiros e objetos de adorno, para manter a boa aparência dos locais;
7. Arrumar banheiros e toaletes, para conservá-los em condições de uso;
8. Coletar o lixo dos depósitos, recolhendo-os em latões, para depositá-lo na lixeira ou no incinerador;
9. Ajudar na remoção ou arrumação de móveis ou utensílios;
10. Executar os serviços de copa e cozinha, para servir aos servidores e visitantes das repartições em que atua;
11. Executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo, bem como aquelas que lhe forem atribuídas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- Geral: 40 horas semanais
- Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviço à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
- Requisitos:
 1. Ensino Fundamental completo
 2. Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação Municipal

GRUPO IV – Atividades de Nível Superior – PC**CARGO: Secretário Geral**

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar o gerenciamento interno da Casa com a coordenação e supervisão dos serviços e rotinas administrativas correlatas aos expedientes do Poder Legislativo Municipal.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Assessorar e auxiliar a Mesa Diretora em suas diretrizes administrativas e em todas as questões que lhe competir;
- Gerenciar e supervisionar todas as atividades, zelando pelo patrimônio da Câmara Municipal, manutenção dos serviços e pela correta aplicação dos recursos públicos;
- Dirigir e assessorar os servidores sob sua subordinação, principalmente em questões legais, administrativas, financeiras e de comunicação social;
- Determinar e avaliar a execução das atividades administrativas, financeiras, comunicativas, relacionadas à expediente, recursos humanos, cerimonial, protocolo e arquivamento, zeladoria, folha de pagamento, contabilidade, serviços gerais e demais atividades inerentes aos trabalhos da Câmara Municipal;
- Mediar conflitos administrativos internos e externos, com vistas a solução de problemas e a perfeita harmonia;
- Fazer cumprir as determinações da Presidência da Câmara e executar as tarefas por ela delegadas e representá-la, sempre que para isso for designado;
- Realizar pesquisas e propor medidas tendentes a aumentar a eficiência e a produtividade dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal;

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- Geral: 40 horas semanais
- Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviço à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- Geral: Livre admissão e exoneração pelo Presidente do Legislativo Municipal;
- Requisitos:
 1. Ensino Superior Completo.

Art. 13º - Fica revogado o caput do artigo 12 e seus parágrafos da Lei Municipal nº 1332 de 03 de julho de 2006, assim como, fica revogada a Lei Municipal nº 1453 de 09 de maio de 2008 em todos os seus efeitos, e demais disposições em contrário.

Art. 14º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 07 de junho de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos sete dias do mês de junho de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

LICITAÇÃO Nº 035/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 035/2016

Modalidade – Pregão Presencial nº 014/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM DESMONTAGEM E FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS PARA OS ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08h 15 min do dia 23/06/2016, com abertura dos envelopes prevista para as 08h 30min do dia 23/06/2016. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08h às 12h e das 13h30 min às 17h 30min, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 09 de junho de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2016 – PR 007/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2016 – PR 007/2016 – Processo 045/2016 – Fornecedor: BACKES CONFECÇÕES LTDA EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE FARDAMENTOS OPERACIONAIS DESTINADOS AOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DA 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 26.799,60 (vinte e seis mil, setecentos e noventa e nove reais e sessenta centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 04 de maio de 2016. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

CERTIDÃO DE JULGAMENTO 10/2016

CERTIDÃO DE JULGAMENTO 10/2016

PROCESSO 1947/2012
REQUERENTE: MANOEL L CORREA
ASSUNTO: ISENÇÃO DE IPTU 2012

Certifico que o CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES em sessão ordinária 219ª, hoje realizada, julgou os presentes autos, tendo decidido, por UNANIMIDADE, PELO CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO VOLUNTÁRIO INTERPOSTO, CONCEDENDO A ISENÇÃO DE IPTU 2012 nos termos do voto do relator GINO DE SOUZA, ficando ALTERADA a decisão que indeferiu o requerimento do interessado.

Tomaram parte no julgamento: O CONSELHEIRO RELATOR SR. GINO DE SOUZA. A CONSELHEIRA SRA. NADIR TEREZINHA KÖRICH, O CONSELHEIRO Sr. TADEU PEDRO VIEIRA, E A CONSELHEIRA LANEIA APARECIDA MADEIRA.

Presidiu a Sessão O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes
Sr. RODRIGO JOÃO MACHADO.

Representou a Fazenda do Município o Procurador Sr FRANCISCO ALFREDO LEAL DE MACEDO CAMPOS.

Para constar, lavro a presente certidão e dou fé.

São José, 31 de Março de 2016
Rozana Maria Kuster
Secretária Geral

CONTRATO/CT: Nº 064/2016 – IN 011/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 064/2016 – IN 011/2016 – Processo 172/2016 - Contratado: RODOVIÁRIA SANTA TEREZINHA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. Objeto: INEXIGIBILIDADE PARA

AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE (PAPEL), DESTINADO ÀS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e o início do ano letivo. Valor: R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais). Data da Assinatura do Contrato: 19 de maio de 2016.

CONTRATO/CT: Nº 070/2016 – DL 125/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 070/2016 – DL 125/2016 – Processo 205/2016 - Contratado: METALÚRGICA GR LTDA - ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO EMERGENCIAL PARA A CORREÇÃO E RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DE COBERTURA DA QUADRA DO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL ANTÔNIO FRANCISCO MACHADO DA REDE DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O presente instrumento terá vigência de 150 (cento e cinquenta) dias. Valor: R\$72.692,55 (setenta e dois mil, seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos). Data da Assinatura do Contrato: 03 de junho de 2016.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 30/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 30/2016
PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Rodrigo João Machado, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 07/07/2016, quinta feira às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	5992/2015
Recorrente	VIRIALDO J C MACHADO
Procurador habilitado nos autos	O PROPRIO
Relator	GINO DE SOUZA

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderá realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5(cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015: Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José 02 de junho de 2016.

Rodrigo João Machado Presidente do CMC Decreto Municipal n.º 5331/2015	Rozana Maria Kuster Secretária Geral do CMC Decreto Municipal n.º 5331/2015
--	---

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____
Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:
CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 31/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 31/2016

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Rodrigo João Machado, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 14/07/2016, quinta-feira às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	2468/2016
Recorrente	IVETE DOS S RIBEIRO
Procurador habilitado nos autos	A PROPRIA
Relator	MÁRIO ANTÔNIO VIEIRA

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderá realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5 (cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015: Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José 02 de junho de 2016.

Rodrigo João Machado Presidente do CMC Decreto Municipal n.º 5331/2015	Rozana Maria Kuster Secretária Geral do CMC Decreto Municipal n.º 5331/2015
--	---

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____
Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:
CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 32/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 32/2016

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Rodrigo João Machado, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 21/07/2016, quinta-feira às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	2165/2015
Recorrente	LUIZ CARLOS POSSAS
Procurador habilitado nos autos	O PROPRIO
Relator	JOSÉ MATEUS HOFFMANN

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderá realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5 (cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015: Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José 02 de junho de 2016.

Rodrigo João Machado
Presidente do CMC
Decreto Municipal n.º 5331/2015

Rozana Maria Kuster
Secretária Geral do CMC
Decreto Municipal n.º 5331/2015

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____
Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:
CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 33/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 33/2016
PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Rodrigo João Machado, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 28/07/2016, quinta-feira às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	8692/2015
Recorrente	VILSON FERREIRA DUTRA
Procurador habilitado nos autos	O PRÓPRIO
Relator	NADIR TEREZINHA KOERICH

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderá realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5 (cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015: Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José 02 de junho de 2016.

Rodrigo João Machado
Presidente do CMC
Decreto Municipal n.º 5331/2015

Rozana Maria Kuster
Secretária Geral do CMC
Decreto Municipal n.º 5331/2015

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____
Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:
CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 34/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 34/2016
PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Rodrigo João Machado, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 04/08/2016, quinta-feira às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	10.997/2015
Recorrente	NELSO POPINGA
Procurador habilitado nos autos	O PRÓPRIO
Relator	VALMOR DOS SANTOS JUNIOR

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderá realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5 (cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015: Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José 09 de junho de 2016.

Rodrigo João Machado
Presidente do CMC
Decreto Municipal n.º 5331/2015

Rozana Maria Kuster
Secretária Geral do CMC
Decreto Municipal n.º 5331/2015

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____
Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:
CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 35/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 35/2016
PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Rodrigo João Machado, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 11/08/2016, quinta feira às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	13082/2012
Recorrente	MARIA DAS DORES CAMARGO GOMES
Procurador habilitado nos autos	A PROPRIA
Relator	LANEA APARECIDA MADEIRA

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderá realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5(cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015: Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José 09 de junho de 2016.

Rodrigo João Machado
Presidente do CMC
Decreto Municipal n.º 5331/2015

Rozana Maria Kuster
Secretária Geral do CMC
Decreto Municipal n.º 5331/2015

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____
Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:
CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

PORTARIA Nº 1.146/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

PORTARIA Nº 1.146/2016

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995, RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ANA PAULA OURIQUES VIEIRA, ocupante de cargo de Professor, matrícula 34.834-1, nomeada em 27 de maio de 2013, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de maio de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

PORTARIA Nº 1.147/2016

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995, RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora CAMILA SILVEIRA FERREIRA, ocupante de cargo de Professor, matrícula 34.843-0, nomeada em 27 de maio de 2013, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de maio de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

PORTARIA Nº 1.148/2016

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995, RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora CÍNTIA CORREA DA FONSECA, ocupante de cargo de Professor, matrícula 34.845-7, nomeada em 27 de maio de 2013, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de maio de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

PORTARIA Nº 1.149/2016

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995, RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a

servidora DANIELA HAMMES OTTO, ocupante de cargo de Professor, matrícula 34.849-0, nomeada em 27 de maio de 2013, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de maio de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

PORTARIA Nº 1.150/2016

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995, RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora GRAZIELA SIEGEL VIRTUOSO, ocupante de cargo de Professor, matrícula 34.839-2, nomeada em 27 de maio de 2013, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de maio de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

PORTARIA Nº 1.151/2016

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995, RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora JANAÍNA IDELZINA BATISTA ROCHA, ocupante de cargo de Professor, matrícula 34.848-1, nomeada em 27 de maio de 2013, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de maio de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

PORTARIA Nº 1.152/2016

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995, RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora JULIANA CRISTINA JULIARI DOS SANTOS, ocupante de cargo de Auxiliar de Ensino, matrícula 34.842-2, nomeada em 27 de maio de 2013, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de maio de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

PORTARIA Nº 1.153/2016

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995, RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora LILIA ANTONIETA DA SILVA SOARES, ocupante de cargo de Professor, matrícula 34.835-1, nomeada em 27 de maio de 2013, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de maio de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

PORTARIA Nº 1.154/2016

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995, RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora MARI OVÍDIA DOS SANTOS MARTINS, ocupante de cargo de Professor, matrícula 34.840-6, nomeada em 27 de maio de 2013, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de maio de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

PORTARIA Nº 1.155/2016

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995, RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora VANDA IVANDIR DOS SANTOS, ocupante de cargo de Professor, matrícula 34.837-6, nomeada em 27 de maio de 2013, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de maio de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2016 – PROCESSO Nº 149/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2016 – Processo nº 149/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE FECHADURAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, CONFEÇÃO DE CÓPIA DE CHAVES E CONFEÇÃO DE CARIMBOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS PERTENCENTES À PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 10 de junho de 2016 às 18h00min até dia 22 de junho de 2016, às 14h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h30min do dia 22 de junho de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2016 - Processo nº 106/2016. Fornecedor: DESINSETIZADORA EXPURGO LAR LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor: R\$ 282.087,36 – duzentos e oitenta e dois mil, oitenta e sete reais e trinta e seis centavos. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

TERMO ADITIVO/TA Nº 054/2015-01 – DL 090/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 054/2015-01 – DL 090/2015 – Processo 5436/2015 – Contratado: AM CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA AVENIDA ALTAMIRO DI BERNARDI, Nº 108, CAMPINAS, SÃO JOSÉ/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPI-DEMIOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Com fundamento no art. 57 da Lei nº 8.666/1993 c/c Lei de Locação nº 8.245/1991 e conforme solicitação, justificativa e parecer, firmados no presente Processo, fica prorrogado o prazo do Contrato por mais 12 (doze) meses, a partir do dia 30/05/2016. Data da assinatura: 02 de junho de 2016.

TERMO ADITIVO/TA Nº 117/2014-02 – DL 017/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 117/2014-02 – DL 017/2014 – Processo 126/2014 – Contratado: EDUSOFT TECNOLOGIA LTDA. Objeto: LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO ACADÊMICA VIA WEB, INSTALADO EM SERVIDOR REMOTO E ACESSADO VIA INTERNET, INCLUINDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, TREINAMENTO, IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, MANUTENÇÃO E SUPORTE PARA UM LIMITE DE ATÉ 2.000 ALUNOS, PARA SER UTILIZADO PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ/SC – FUNDESJ. PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Nos termos do art. 57, IV, da Lei nº 8.666/1993, conforme solicitação, justificativa e parecer, firmados no presente Processo, fica prorrogado o prazo do Contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 17/05/2016. RENÚNCIA EXPRESSA: A Contratada renuncia ao reajuste oriundo dos últimos 12 meses do Contrato nº 117/2014. Data da assinatura: 19 de maio de 2016.

AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV

DECRETO 6425/2016

DECRETO Nº 6425/2016
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 009900/2016 e com base no artigo 40, §1º, inciso I, "a" da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora ANA RAQUEL ALVES CHUK, matrícula 13.663, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, quinquênio e adicional de pós-graduação, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral de Previdência Social, não tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11 de maio de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

DECRETO 6471/2016

DECRETO Nº 6471/2016

CONCEDE PENSÃO POR MORTE NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 010934/2016 e com base no artigo 40, §7º, II, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder Pensão por Morte a Sra. MARI ESTELA COSTA FARIAS, viúva do servidor Sr. Hernando Tadeu de Farias, matrícula 23135-5, falecido em 25/04/2016, no valor correspondente a totalidade dos proventos do ex-servidor, sendo 100% (cem por cento) de pensão, a contar de 25/04/2016, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de abril de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

DECRETO 6476/2016

DECRETO Nº 6476/2016

REVOGA O DECRETO Nº 34.485/2012, DE 10.02.2012.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 0009321/2016;

DECRETA:

Art. 1º - FICA REVOGADO, em virtude da reversão, o Decreto nº 34.485/2012, de 10.02.2012, que concedeu a aposentadoria por invalidez, para a servidora CLEUSA APARECIDA BERNARDES, matrícula 205-4, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, devendo a servidora retornar imediatamente às suas atividades laborais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor no dia 02 de maio de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO INEXIGIBILIDADE 72-2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 72/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/16

HOMOLOGAÇÃO: 09/06/16

CONTRATADO: ANDERSON RODRIGO BRUSTOLIN ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO

CEDRO. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM TRABALHOS ARTISTICOS/MUSICAIS, QUE GERENCIE BANDAS E GRUPOS MUSICAIS, PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL NAS FESTIVIDADES DE COMEMORAÇÃO DO QUINQUAGÉSIMO SEXTO ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA - ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC, REALIZADO NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 4.246/2014.

VALOR DA DESPESA: R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações.

DATA: 08/06/16 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.73/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº73/2016

REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº73/2016, Edital de Pregão Nº73/2016, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIÊNE E LIMPEZA E MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA USO E MANUTENÇÃO DOS SETORES ADMINISTRATIVOS DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 22/22/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2016 - SRP - PR Nº 019/2016 - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 22/06/2016, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2016, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016, OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS USUÁRIOS CADASTRADOS NO SERVIÇO SOCIAL, ATENDENDO A PROGRAMAS DE SAÚDE, E DE REAGENTES QUÍMICOS E MATERIAIS DE LABORATÓRIO UTILIZADOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES NA POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE, TODOS DESTINADOS A ATENDER A NECESSIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO DE 2016. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste, 09 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2016 - SRP - PR Nº 020/2016 - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 24/06/2016, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2016, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO NO ANO 2016 AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste, 09 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 5.409, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5.409, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso I, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
12.361.4505.1.055 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0019	165	Aplicações Diretas	R\$ 120.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015 e o art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de junho de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.410, DE 09 JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5.410, DE 09 JUNHO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso II, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 167.560,00 (cento e sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta reais) na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.451.4511.1.063 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0034	156	Aplicação Direta	R\$ 167.560,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro 2015 e o inciso II, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de junho de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.411, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5.411, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso I, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 132.670,98 (cento e trinta e dois mil, seiscentos e setenta reais e noventa e oito centavos), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.451.4511.1.063 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000	183	Aplicação Direta	R\$ 132.670,98	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015 e o art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de junho de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.412, DE 09 JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5.412, DE 09 JUNHO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
12.361.4505.1.055 .4.4.9.0.00.00.0 0.00.00.0.1.0001	38	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
12.361.4505.1.055 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0001	36	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 703/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 703, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

HOMOLOGA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016.

EDU ANTONIO BORGES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela legislação vigente, em especial o que estabelece o Edital de Concurso Público nº 01/2016

Decreta:

Art. 1º Fica homologada a classificação final dos candidatos aprovados no Concurso Público nº 01/2016, de 08 de abril de 2016, cujas provas foram realizadas no dia 22 de maio de 2016, conforme segue:

Cargo: Agente de Comunicação

Inscrição	Nome	Total	Class.
338	Rafael Bonatto Buffon	6,25	1º
70	Elisa Tania Frigo	6,25	2º
161	Fabio Henrique Regert	6	3º
269	Juliana Balotin	5,5	4º
204	André da Silva Xavier da Cruz	5,25	5º
386	Jozieli Camila Cardenal	5	6º
206	Janaina Lemos da Silveira	5	7º

Cargo: Serviços Gerais

Inscrição	Nome	Total	Class.
297	Marlene Ayres Bauermann	7,4	1º
307	Monia Karine Bersch	7,3	2º
224	Nereide Brizola de Lima	7,1	3º
312	Ivete Ferreira	6,8	4º
350	Helenita Menegus	6,5	5º
60	Cleunice Brazzo	5,9	6º
48	Terezinha de Lurdes Nunes	5,8	7º
298	Rosane Pinheiro	5,3	8º
328	Karina Nanoel da Silva	4,7	9º
293	Elizandra Rampanelli	3,8	10º

Cargo: Procurador

Inscrição	Nome	Total	Class.
116	Rafael Caleffi	8,75	1º
66	Vanderley Jose Bolfe	7,5	2º
20	Carla Roberta Hachmann	7,25	3º
207	Dalton Adolfo Müller	7	4º
138	Adriana Peres	6,75	5º
344	Ana Cristina Jorge Klainpaul	6	6º
251	Marcelo Giordani	6	7º
209	Vanderlei Ribeiro da Silva	5,75	8º
253	Géssika Mombach	5,75	9º
33	Caroline Bach	5,75	10º
39	Ani Carolini Pereira	5,5	11º
376	Leandra Sasso	5,25	12º
125	Jakson Alex Kichel	5,25	13º
8	Marina Lazarin Milkevicz	5,2	14º
6	João Paulo Wagner Muraro	5,15	15º
78	Micheli de Lima Krause	5,15	16º
65	Cynthia Maria Schroeder	5	17º
233	Angelita Bach	5	18º

Art. 2º A contratação respeitará a ordem de classificação final e processar-se-á de acordo com a necessidade da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 09 de junho de 2016.

Vereador Edu Antonio Borges
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EXT. CONTRATO 11.2016 - AGRICULTURA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA

EXT. CONTRATO 11/2016

Processo Licitatório nº 12/2016

Pregão Presencial nº 07/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA MAQUINA RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416E, Nº 271, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA, DE ACORDO AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA A.F nº 91, 92/2016.

VALOR: 4.868,00

CONTRATADO: RETIFICA DE MOTORES AGOSTINI EIRELI - ME

VIGÊNCIA: 60 dias.

ASSINA pela CONTRATANTE: ALCEO LAZAROTTO

ASSINA pela CONTRATADA: GETÚLIO CARLOS AGOSTINI

São Miguel do Oeste, SC., 24 de maio de 2016

EXT. CONTRATO 12.2016 - AGRICOLA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA

EXT. CONTRATO 12/2016

Processo Licitatório nº 13/2016

Pregão Presencial nº 08/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LIQUIDO DESTINADO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DE BOVINOS DE LEITE DO NOSSO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA A.F nº 99/2016.

VALOR: 14.000,00

CONTRATADO: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

VIGÊNCIA: 30/12/2016.

ASSINA pela CONTRATANTE: ALCEO LAZAROTTO

ASSINA pela CONTRATADA: SANDRO HENRIQUE BORELA

São Miguel do Oeste, SC., 24 de maio de 2016

EXT. CONTRATO 13.2016 - AGRICOLA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA

EXT. CONTRATO 13/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA MAQUINA ESCAVADEIRA HIDRAULICA NOVA SOBRE ESTEIRA COM ACIONAMENTO NAS ESTEIRAS, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 818053/2015/ MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO/CAIXA, CONFORME AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO N.º 100, 101/ 2016.

VALOR: 325.000,00

CONTRATADO: BMC HYUNDAI S.A

VIGÊNCIA: 60 dias.

ASSINA pela CONTRATANTE: ALCEO LAZAROTTO

ASSINA pela CONTRATADA: MARCELO LUIZ LUTEREK

São Miguel do Oeste, SC., 08 de junho de 2016

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

PORTARIA N.º 186/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 186/2016

Autoriza a Readaptação da servidora JAQUELINE PFLEGER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 22, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Fica autorizado a readaptação da servidora JAQUELINE PFLEGER, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, para exercer atividades laborativas burocráticas, junto a Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, conforme determina o laudo médico pericial, pelo período de 180 dias a contar de 07/06/2016.

Art. 2.º- Fica autorizada a contratação de servidor temporário para substituir a servidora junto a Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 3.º- A readaptação não modificara a remuneração e o nível do cargo original.

Art. 4.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de junho de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 187/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 187/2016

Revoga a Portaria n.º. 179/2016 que concede férias a servidora MARIA IVONETE DA SILVA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, inciso XVI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a supremacia do interesse público,

RESOLVE:

Art. 1.º- Revogar a Portaria n.º. 179/2016 que concede férias da servidora MARIA IVONETE DA SILVA, devido a necessidade de prestação de serviços junto a Administração Municipal.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de junho de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

Schroeder

PREFEITURA

CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

Município de Schroeder, torna público que recebeu da Fundação do Meio Ambiente (FATMA) a Licença Ambiental de Operação, válida por 48 meses para Lavra a céu aberto por escavação (00.12.00), localizada na Estrada Duas Mamas, S/N, Bairro Duas Mamas, Schroeder – SC.

EXTRATO DO CONTRATO N°. 76/2016-PMS

CONTRATO

Contrato n°. 76/2016-PMS

Dispensa de Licitação n°. 31/2016-PMS

Processo n°. 106/2016-PMS

Termo de contrato que entre si celebram o Município de Schroeder (SC), e a empresa OPTIMUS TECHNOLOGY LTDA., tendo por objeto a Contratação de empresa para fornecimento de projeto e execução de revitalização da iluminação interna da quadra do Ginásio de Esportes Alfredo Pasold no Centro do Município de Schroeder/SC.

Pelo presente instrumento contratual, que firmam o MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa OPTIMUS TECHNOLOGY LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 20.531.686/0001-54, estabelecida na Rua Carlos Zerbin nº 105, Rio Hern, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Claudir Serafim, inscrito no CPF sob o nº. 022.621.399-46, resolvem celebrar o presente contrato, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO, E DESCRIÇÃO:

Constitui o presente contrato a Contratação de empresa para fornecimento de projeto e execução de revitalização da iluminação interna da quadra do Ginásio de Esportes Alfredo Pasold no Centro do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PROJETO E EXECUÇÃO DE REVITALIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO INTERNA DA QUADRA DO GINÁSIO DE ESPORTES ALFREDO PASOLD NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER / SC.	24	Unidade	617,61	14.822,64
TOTAL R\$					14.822,64

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL:

2.1. O objeto deverá ser entregue/executado rigorosamente no prazo de 30 (trinta) dias, após ordem compra com Maykel Roberto Laube do Município de Schroeder/SC, na ordem de compra, devendo ser expedida a nota fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO:

3.1. O preço do contrato tem como certo e ajustado o valor total R\$ 14.822,64 (quatorze mil oitocentos e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos), correspondente ao objeto descrito e caracterizado na cláusula primeira do presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO:

4.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

4.1.1 - Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.2. O pagamento será efetuado na conta bancária especificada pela contratada, que deverá ser expressa no corpo da nota fiscal ou outro documento anexo a esta.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DESPESAS E RECURSOS:

5.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária do exercício de 2016, fonte 88 – 3.3.90.30.26.00.00.00.

CLÁUSULA SEXTA – DAS MULTAS E PENALIDADES:

6.1. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no presente contrato, a Contratada fica sujeita, à critério da Administração e, garantida a defesa prévia, às penalidades previstas no art. 87, incisos e parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Pela falta injustificada do fornecimento do objeto, ficará a Contratada sujeita a multa de 2% (dois por cento) ao dia

sobre o valor total da obrigação.

Parágrafo segundo - Se a falta do objeto for superior a 03 (três) dias, a multa será em dobro.

Parágrafo terceiro - Pela inexecução total ou parcial do contrato, Administração poderá, garantida defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal que rege este instrumento e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

Parágrafo quarto - Ocorrendo multas, estas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

Parágrafo quinto - A aplicação da multa fica condicionada à prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da respectiva notificação

CLÁUSULA SETIMA – DA FORÇA MAIOR:

7.1. No caso de impossibilidade de cumprimento por parte da CONTRATADA do previsto neste contrato, devido a força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato ao CONTRATANTE e ratificar por escrito em até 03 (três) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

Parágrafo primeiro - As obrigações contratuais da CONTRATADA serão suspensas enquanto perdurar a situação.

Parágrafo segundo - O CONTRATANTE e a CONTRATADA, reciprocamente não serão responsáveis, por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO:

8.1. A rescisão contratual poderá ser:

8.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

8.1.2. Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo neste contrato, desde que haja conveniência para a Administração.

8.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 7.1.

8.3. Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93.

8.3.1. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

8.3.2. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA:

9.1. A empresa contratada obriga-se a:

9.1.1 - Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.1.2 - Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Schroeder e/ou a terceiros, em decorrência do objeto deste contrato respondendo por si e seus sucessores;

9.1.3 - O objeto deverá ser entregue/executado rigorosamente no prazo de 30 (trinta) dias, após ordem compra com Maykel Roberto Laube do Município de Schroeder/SC, na ordem de compra, devendo ser expedida a nota fiscal.

9.1.4 - Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta Contratação;

9.1.5 - Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta contratação, sem a autorização expressa pela administração;

9.1.6 - Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas nesta contratação;

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

10.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA -PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:

11.1. O objeto do contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2016, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Schroeder/SC, 09 de junho de 2016.

CONTRATADA:

OPTIMUS TECHNOLOGY LTDA.

Claudir Serafim

CPF nº. 022.621.399-46

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

Nome: Andreia Nass Friedemann
CPF nº. 003.769.879-60

LEI Nº 2.202/2016

LEI Nº.2.202/2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$3.000,00 (TRÊS MIL REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2016, no valor de até R\$3.000,00 (três mil reais), como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.361.3009.2.321 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
3.3.90.31.00.00	00.01.0001	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outros	3.000,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.361.3009.2.321 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
3.3.90.36.00.00	00.01.0001	Serviços de Terceiros Pessoa Física	3.000,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº. 2148/2015 – LOA, a abrir créditos adicionais suplementares, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 8 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI Nº 2.203/2016

LEI Nº.2.203/2016

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (cmel) da RUA leana voigt – est 0-9 + 12m– LOCALIDADE CENTRO, EXTENSÃO 192,00 (cento e noventa e dois) METROS, E dá outras providências.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria (CMEL) em decorrência da valorização imobiliária relativa à obra pública de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada na obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na rua abaixo descrita:

a) RUA leana voigt – est 0-9 + 12m, com extensão de 192,00 (cento e noventa e dois) metros, localidade do Centro – ANEXO I – Área de Influência Direta.

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução da obra pública definida nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Schroeder/SC ou mediante repasse através do Orçamento do Fundo Social – do Governo do Estado de Santa Catarina e/ou repasses do Governo Federal bem operações financeiras junto ao BADESC ou BRDE; correspondendo à quantia de R\$255.219,69 (duzentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e dezenove reais e sessenta e nove centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que lhe for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através do Diário Oficial dos Municípios (DOM), contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto ; (ANEXO III).
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação da zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Schroeder, cabendo ao impugnante ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, o qual, após manifestação da Diretoria de Tributação e da Procuradoria Municipal, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I – da decisão proferida pela Municipalidade, será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II – a comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo Correio, com aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa jurídica;
- c) por edital publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

III – em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências e emissão de laudos técnicos, será determinada a realização do ato necessário e agendada a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – no caso de instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição de melhoria deverá ser observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no art. 145, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, c/c art. 81 e 82, da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº 195/1967, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 10.257/2001 (estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 2º A apuração far-se-á levando em consideração:

I – a situação do terreno na Zona de Influência;

II – sua área;

III – sua Topografia e Topologia, além de outros elementos a serem considerados isolados ou conjuntamente.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção a atualização monetária.

§ 4º Estão inclusos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para pagamento;

V – prazo para impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento (AR), indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimentos do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação, ou ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição do cadastro fiscal do Município;

II – local e data de expedição;

III – identificação da Contribuição de Melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal em que se funda o lançamento;

IV – prazo para impugnação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que se deve ser procedido o recolhimento;

V – assinatura do notificado e da autoridade notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira para o notificado;

II – a segunda juntada à pasta referente ao processo de Contribuição de Melhoria.

Art. 11. Sempre que por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correios), com Aviso de Recebimento (AR).

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;

II - em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 10% (dez por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

III - em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

IV - em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

Parágrafo único. O parcelamento será requerido pelo contribuinte, junto à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação.

Art. 14. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 1º A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º Na hipótese de reparcèlement autorizado em lei, o crédito tributário correspondente a Contribuição de Melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15. Ficam excluídas da incidência da Contribuição de Melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora, nos termos da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 8 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

ANEXO I – ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

Imóvel	Lado	Código	Proprietário
3020	Esquerdo	2273	Jacques Beck
9814	Esquerdo	14791	Proma Incorporações Ltda
9815	Esquerdo	6175	Siegfried Voigt
5662	Esquerdo	5890	Eliete Teresinha de Oliveira dos Santos
6099	Esquerdo	5890	Eliete Teresinha de Oliveira dos Santos
9816	Esquerdo	6175	Siegfried Voigt

3009	Direito	420	Edson Luis Schewinski
3013	Direito	12186	Janete Dallagnelo Kupas
3014	Direito	2270	Marilson Rüeckert
3015	Direito	2271	Meraldo Ruckert
3016	Direito	5655	Irio Romeu Fritzke
3018	Direito	6158	Rodrigo Luiz Pagnoncelli
3019	Direito	2272	Amilton Aldo dos Santos

ANEXO II

O CUSTO TOTAL/ORÇAMENTO ESTIMADO CONSIDERANDO A EXTENSÃO DA VIA

Estado de Santa Catarina								
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER								
Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos								
Orçamento				Empreendimento				
			LEANA VOIGT EST 0 - 9+ 12,00M					
Modalidade								
INFRA-ESTRUTURA URBANA				Data:	29/04/2016			
Agente Financeiro				Tipo de Serviço				
GOVERNO DE SANTA CATARINA				SERVIÇOS PRELIMINARES,DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
Localização				Início da Obra				
Rua:	LEANA VOIGT EST 0 - 9+ 12,00M			ALR				
Valor do Repasse	Contrapartida Financeira			Extensão (m) :	Largura (m) :	A. Emboques (m²) :	Calçada (m²) :	Área total (m²) :
R\$ 245.850,00	R\$ 9.369,69			192,00	10,00	-	768,00	1.920,00
Total do Investimento	R\$ 255.219,69							
	Referência: Sinapi 01/2016 c/ desoneração. Sicro 2 março/2016 c/ desoneração							
Orçamento								
ITEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. S/BDI (R\$)	CUSTO UNIT. C/BDI (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)	
1		SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	74209/001	Placa de Obra em chapa de aço galvanizado ou lona (3,00x1,00 m)	m²	3,00	222,48	279,89	R\$ 839,67	
		SUBTOTAL SERVIÇOS PRELIMINARES						R\$ 839,67
2		DRENAGEM						
2.1	74154/001 + (4X) 72874	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	266,94	18,43	23,18	6.187,66	
2.2	6193	Tábua para berço (espessura mínima 2,5cm, largura mínima 20,0cm)	m	380,00	6,21	7,81	2.967,80	

2.3	7796+92808	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 30cm (medição direta projeto) Para ligação de boca de lobo	unid	12,00	42,23	53,12	637,44
2.4	92219	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm (medição direta projeto)	m	378,00	79,80	100,40	37.951,20
2.5	92221	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 60cm(medição direta projeto)	m	2,00	127,94	160,96	321,92
2.6	73881/2	Rejuntamento da tubulação com geotêxtil 300g/m²	m²	300,57	7,90	9,94	2.987,66
2.7	74154/001 + (2,5X)72881 + 74034/001	Fornecimento, extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apilado, DMT até 10,0 km (O SEIXO É CONTRAPARTIDA FÍSICA DO MUNICÍPIO)	m³	190,12	9,22	11,59	2.203,45
2.8	74206/002	Caixa coletora com tampa de concreto armado, corpo em tijolos maciços (medição direta de projeto)	unid	12,00	584,39	735,21	8.822,52
2.9	74206/001	Caixa Ligação para tubulação	unid	6,00	1.077,22	1.355,24	8.131,44
2.10	(1x)1200+7091+20094+9817(x2)+90694(x2)	Ligação Pluvial/Esgoto na nova Drenagem	unid	22,00	73,94	93,01	2.046,22
SUBTOTAL DRENAGEM							72.257,31
3		TERRAPLENAGEM					
3.1	74154/001 + (2X)72881 + 74034/001	Fornecimento, extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m, DMT até 10,0 km (O SEIXO É CONTRAPARTIDA FÍSICA DO MUNICÍPIO)	m³	480,00	9,22	11,59	5.563,20
3.2	(74005/002) / 4	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	1.920,00	1,10	1,38	2.649,60
SUBTOTAL TERRAPLENAGEM							8.212,80
4		PAVIMENTAÇÃO					
4.1	73710	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	192,00	82,06	103,24	19.822,08
4.2	72945	Imprimação com CM 30	m²	1.920,00	3,37	4,23	8.121,60
4.3	72943	Pintura de ligação com RR-2C	m²	1.920,00	1,04	1,31	2.515,20
4.4		Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER					
4.4.1	72965 x2,4	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	67,20	477,89	601,22	40.401,98
4.4.2	72965 x2,4	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm -	m³	28,80	477,89	601,22	17.315,13
4.4.3	72887(x10)	Transporte Material betuminoso Com Caminhão Basculante 6m3, Rodovia Pavimentada, 10Km	m³/km	96,00	8,10	10,19	978,24
SUBTOTAL PAVIMENTAÇÃO							89.154,23
5		SERVIÇOS COMPLEMENTARES					
		PASSEIOS					
5.1	73789/002 x 0,50	Meio fio pré-moldado ou moldado in loco com extrusora	m	384,00	33,11	41,65	15.993,60
5.2		Guia de concreto para contenção lateral					
5.2.1	6045	Concreto Fck≥15MPa, inclusive preparo	m3	9,22	282,12	354,93	3.271,03
5.2.2	74157/004	Lançamento e aplicação manual de concreto	m3	9,22	16,95	21,32	196,48
5.2.3	92270	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA VIGAS, COM MADEIRA SERRADA, E = 25 MM AF_12/2015 (aproveitamento 5x)Montagem/Desmontagem	m²	230,40	10,03	12,61	2.905,34
5.2.4	92778	Armação em aço CA 50/60 (fornec., corte, dobra e colocação)	kg	118,27	7,61	9,57	1.131,86
5.3	74155/001	Escavação de material de 1ª categoria para nivelamento de passeios	kg	153,60	1,80	2,26	347,13
5.4	73964/005	Aterro utilizando retroescavadeira e compac. Vibrat.	m³	153,60	7,92	9,96	1.529,85
5.5	73710	Base de brita graduada - fornec., espalhamento, nivelamento e compac. Mat., e=10 cm	m³	76,80	88,70	111,59	8.570,11
5.6	72844	Carga e descarga mecanizada de material	m³	466,94	0,58	0,72	336,19
5.7	1 A 00 002 91	Transporte material com caminhão basculante	t	4.251,65	0,29	0,36	1.530,59

5.8	92396	Pavimentação em blocos intertravados de concreto fck≥35 Mpa (tipo paver), e=6 cm - inclusive fornecimento e espalhamento de pó de pedra/areia p/ nivelamento e/ou assentamento (e=3 cm) e de areia para rejunte (e juntas ≤ 5 mm)	m²	614,40	50,21	63,17	38.811,64
5.9	Composição	Fornec. e assentamento de piso podotátil (alerta/direcional) de concreto fck ≥ 35 Mpa., cor vermelha, e=6 cm, inclusive fornecimento e espalhamento de pó de pedra/areia p/ nivelamento e ou assentamento (e=3 cm) e de areia p/ rejunte (e juntas ≤ 5 mm)	m²	76,80	54,13	68,09	5.229,31
		SUBTOTAL SERVIÇOS COMPLEMENTARES					79.853,13
6		SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
6.1		Sinalização horizontal					
6.1.1	72947	Pintura de faixas, setas e zebreados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	76,00	17,55	22,07	1.677,32
6.1.2	4 S 06 121 01	Fornecimento/Instalação de tacha refletiva bidirecional	unid	100,00	16,60	20,88	2.088,00
6.1.3	4 S 06 120 01	Fornecimento/Instalação de tachão refletiva bidirecional	unid	18,00	39,49	49,68	894,24
6.2		Sinalização vertical					
6.2.1	73972/1 + 74157/4 +79478	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm x 3 placas) + escavação	m³	0,036	449,27	565,22	20,34
6.2.2	Composição	Confecção e instalação de suporte metálico para fixação de placa	unid	1,00	90,90	114,35	114,35
6.2.3	Composição	Fornecimento e implantação de placa de sinalização totalmente refletiva (sem suporte)	m²	0,32	269,02	338,45	108,30
		SUBTOTAL SINALIZAÇÃO VIÁRIA					4.902,55
		PLANILHA COMPOSIÇÃO DO BDI				Total Geral	255.219,69
		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%			R\$/m²	132,93
		SEGURO E GARANTIA	0,63%			BDI ADO-TADO	25,81%

MEMORIAL DESCRITIVO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

RUA LEANA VOIGT

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 14
2. NORMAS GERAIS DE TRABALHO 14
 - 2.1. GENERALIDADES 14
 - 2.1.1. ABREVIACÕES 14
 - 2.1.2. TERMOS 14
 - 2.1.3. CONSIDERAÇÕES 14
 - 2.1.4. SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA 15
 - 2.1.5. MANEJO AMBIENTAL 16
 - 2.1.6. RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS 16
3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS 17
 - 3.1. SERVIÇOS PRELIMINARES 17
 - 3.1.1. PLACA DA OBRA 17
 - 3.2. SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM 17
 - 3.2.1. ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL 17
 - 3.2.2. REFORÇO DO SUB-LEITO 17
 - 3.3. PAVIMENTAÇÃO 18
 - 3.3.1. REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO 18
 - 3.3.2. SUB-BASE 18
 - 3.3.3. BASE 18
 - 3.3.4. IMPRIMAÇÃO 18
 - 3.3.5. PINTURA DE LIGAÇÃO 18
 - 3.3.6. CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA "C" 19
 - 3.4. DRENAGEM PLUVIAL 19
 - 3.5. SINALIZAÇÃO VIÁRIA 21
4. CALÇADAS 21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 22

o APRESENTAÇÃO



O presente memorial tem o objetivo de fornecer os elementos básicos para a execução dos serviços necessários para a execução das obras de SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA da RUA LEANA VOIGT, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

o NORMAS GERAIS DE TRABALHO

o GENERALIDADES

§ ABREVIações

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - em extinção

DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR - Norma Brasileira

EB - Especificação Brasileira.

§ TERMOS

CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.

CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.

LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.

MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos e/ou empresa designada/contratada.

§ CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

§ SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

- o Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.
- o Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;
- o Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;
- o Cones refletivos de plástico
- o Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;
- o Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.
- o Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

§ MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

§ RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição.

Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

o ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

o SERVIÇOS PRELIMINARES

§ PLACA DA OBRA

As placas devem ter sempre o formato retangular na proporção de 2 para 1.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da FISCALIZAÇÃO.

Demais especificações constam no "MEMORIAL TECNICO".

o SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM**§ ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL**

As operações de cortes compreendem a escavação, transporte dos materiais constituintes do terreno natural e regularização para a execução das demais etapas, de acordo com as indicações técnicas de projeto, sendo seu destino aterros e bota-foras, conforme constam no "MEMORIAL TECNICO".

§ REFORÇO DO SUB-LEITO

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do sub-leito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares, Demais especificações constam no "MEMORIAL TECNICO".

o PAVIMENTAÇÃO**§ REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO**

A regularização e compactação do sub-leito da via a pavimentar, compreendendo cortes a aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e no "MEMORIAL TECNICO",

A superfície do sub-leito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto. Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, escarificando de forma geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

§ SUB-BASE

As operações de execução da sub-base deverá seguir o projeto e no "MEMORIAL TECNICO", devendo atender a cota do greide de projeto, executada em camadas sucessivas em toda a largura da pista, e extensão, permitindo a devida aeração, compactação e umedecimento do material.

§ BASE

A execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

Devendo o material ser fornecido, espalhado, misturado e pulverizado, umedecido ou secado, compactado, realizados na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com o projeto e no "MEMORIAL TECNICO".

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

§ IMPRIMAÇÃO

A execução da imprimação com material betuminoso, é uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, com o objetivo de

aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;

promover condições de aderência entre a base e o revestimento;

impermeabilizar a base.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes, aplicando assim o material betuminoso de maneira mais uniforme, e não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixa-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito..

§ PINTURA DE LIGAÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, o material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser imediatamente, corrigida.

§ CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA "C"

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas vibro-acabadoras, caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a super-elevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto, até que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura. Os gabaritos de verificação, deverão estar com 6cm para camada de 5cm e 3 cm para foto de 2,5cm.

Fotos – verificação do gabarito (6cm para a camada de 5cm e 3cm para a camada de 2,5cm).

o DRENAGEM PLUVIAL

ESCAVAÇÃO PARA TUBULAÇÃO E EXECUÇÃO DE TUBULAÇÃO

As escavações deve ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

Os tubos deverão estar perfeitamente alinhados de tal sorte que não existam sinuosidades.

Tubulação REJEITADA (sinuosidade e falta de rejunte) Tubulação ACEITA

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto. O assentamento dos tubos será feito sobre pranchas de madeira com comprimento mínimo de 3,0m, seção mínima (2,5cm; 20cm). , caso o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão/rachão/seixo..

As juntas dos tubos serão envoltas por um retalho de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa.

Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamento indicados no projeto, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Tubulação REJEITADA Tubulação ACEITA

BOCAS-DE-LOBO

A escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo. As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto,, assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura (conforme detalhado no projeto e "MEMORIAL TECNICO").

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto (prancha genérica drenagem)

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, as paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto, assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado, conforme projeto e "MEMORIAL TECNICO".

Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada.

Deve proceder com a marcação da localização das valetas utilizando gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem.

O espalhamento e o acabamento do concreto serão feitos mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua, a retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

Deve atentar-se para a junta de dilatação, a cada 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido.

o SINALIZAÇÃO VIÁRIA

Realiza-se a pré-marcação dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material.

A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

o CALÇADAS

Realiza-se a remoção da camada superficial do material existente, com a finalidade de regularizar o terreno, e aplicação do berço de areia/ brita, sendo o greide final do passeio abaixo do meio fio.

Deverá ocorrer o confinamento, com a utilização de meio fio e viga guia, junto ao alinhamento predial dos imóveis, podendo ser o meio fio pré moldado ou extrusado, e a viga guia em concreto armado (conforme projeto);

Deve-se realizar a compactação da sub-base, com o objetivo de aumentar a resistência e regularizar o terreno, para a execução do embaçamento com o material granular (areia, pó de brita, brita fina),

Após o preenchimento com o material granular, dá se o início da pavimentação com o blocos intertravados de concreto, devendo atentar-se ao projeto quanto a indicação e posicionamento do piso tátil, devendo ocorre a compactação com vibrocompactador.

Deve a superfície estar uniforme e regular, para posterior preenchimento com areia/pó de brita fino, espalhando de forma uniforme com o intuito de preencher as juntas, utilizando da vibrocompactadora, e posterior varrição.

o CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demais informações técnicas constam nos projetos e no "MEMORIAL TECNICO".

LEI Nº 2.204/2016

LEI Nº2.204/2016

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (cmel) da RUA WALTER GINOW – TRECHO 2– est opp a est 08 + 17m LOCALIDADE DE SCHROEDER I, com EXTENSÃO 177,00 (cento e setenta e sete) METROS, E dá outras providências.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria (CMEL) em decorrência da valorização imobiliária relativa à obra pública de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada na obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na rua abaixo descrita:

a) RUA WALTER GINOW – TRECHO 2– est opp a est 08 + 17m, com extensão 177,00 (cento e setenta e sete) metros, localidade de Schroeder I– ANEXO I – Área de Influência Direta.

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução da obra pública definida nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Schroeder/SC ou mediante repasse através do Orçamento do Fundo Social – do Governo do Estado de Santa Catarina e/ou repasses do Governo Federal bem operações financeiras junto ao BADESC ou BRDE; correspondendo à quantia de R\$247.942,37 (duzentos e quarenta e sete mil novecentos e quarenta e dois reais e trinta e sete centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que lhe for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através do Diário Oficial dos Municípios (DOM), contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

a) memorial descritivo do projeto ; (ANEXO III).

b) orçamento total ou parcial do custo das obras;

c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;

d) delimitação da zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;

e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Schroeder, cabendo ao impugnante ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, o qual, após manifestação da Diretoria de Tributação e da Procuradoria Municipal, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I – da decisão proferida pela Municipalidade, será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II – a comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) pelo Correio, com aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se

contribuinte pessoa jurídica;
c) por edital publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

III – em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências e emissão de laudos técnicos, será determinada a realização do ato necessário e agendada a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – no caso de instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição de melhoria deverá ser observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no art. 145, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, c/c art. 81 e 82, da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº 195/1967, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 10.257/2001 (estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 2º A apuração far-se-á levando em consideração:

I – a situação do terreno na Zona de Influência;

II – sua área;

III – sua Topografia e Topologia, além de outros elementos a serem considerados isolados ou conjuntamente.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção a atualização monetária.

§ 4º Estão inclusos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para pagamento;

V – prazo para impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento (AR), indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimentos do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação, ou ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterà, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição do cadastro fiscal do Município;

II – local e data de expedição;

III – identificação da Contribuição de Melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal em que se funda o lançamento;

IV – prazo para impugnação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que se deve ser procedido o recolhimento;

V – assinatura do notificado e da autoridade notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira para o notificado;

II – a segunda juntada à pasta referente ao processo de Contribuição de Melhoria.

Art. 11. Sempre que por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correios), com Aviso de Recebimento (AR).

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;

II - em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 10% (dez por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

III - em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

IV - em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

Parágrafo único. O parcelamento será requerido pelo contribuinte, junto à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação.

Art. 14. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 1º A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º Na hipótese de reparcèlement autorizado em lei, o crédito tributário correspondente a Contribuição de Melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15. Ficam excluídas da incidência da Contribuição de Melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora, nos termos da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 8 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ANEXO I – ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

Imóvel	Lado	Código	Proprietário
4405	Esquerdo	3465	Adir Luiz Turra
4404	Esquerdo	1325	Jacir Tumin
4403	Esquerdo	3202	Bruno Garbila
4101	Esquerdo	1543	Flávio Fischer
4100	Esquerdo	3943	Gilson Antônio Cagnini
6216	Esquerdo	1331	Silvio Valcanaia
2440	Esquerdo	1332	Ednei Rodrigues de Jesus
2441	Esquerdo	1333	Guerino Ferreira
2866	Esquerdo	1530	Joemir Wilson Lourenço
4455	Direito	3459	Ítalo Cesar Pitches
4104	Direito	2874	Arlindo Siewes
4407	Direito	7182	Gilmar Hoepers
4406	Direito	5948	Jodiel Limberger
4099	Direito	2870	Ronaldo José Limberger
12	Direito	1212	Nilson Tumin
2439	Direito	7299	Rosiméri Muller
2438	Direito	4355	Ingret Ema Obenaus hefter
2437	Direito	1328	Moacir Mario Henicka

ANEXO II

O CUSTO TOTAL/ORÇAMENTO ESTIMADO CONSIDERANDO A EXTENSÃO DA VIA

Estado de Santa Catarina					
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER					
Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos					
Orçamento			Empreendimento		
			Walter Ginow - Est OPP a Est 08+17m		
Modalidade					
INFRA-ESTRUTURA URBANA			Data:	4/3/15	
Agente Financeiro			Tipo de Serviço		
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER			SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA		
Localização			Início da Obra		
Rua:	Walter Ginow - Est OPP a Est 08+17m		ALR		

Valor do Repasse		Contrapartida Financeira	Extensão (m):	Largura (m):	A. Emboques (m²):	Área total (m²) :	ART nº.:
R\$ 245.850,00		R\$ 2.092,37	177,00	7,00 / 8,00	181,50	1.891,50	5110531-0 e 5110565-5
Total do Investimento		R\$ 247.942,37					
Referência: Sinapi 01/2015 c/ desoneração. Sicro 2 Janeiro/2014 c/ desoneração							
Orçamento							
ITEM	CÓDIGO de Referencia	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. S/ BDI (R\$)	CUSTO UNIT. C/BDI (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1		SERVIÇOS PRELIMINARES					
1.1	74209/001	Placa de obra em chapa de aço galvanizado / lona	m²	3,00	222,30	280,85	842,55
		SUBTOTAL SERVIÇOS PRELIMINARES					842,55
2		DRENAGEM					
2.1	72824 + (4X) 72874	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	501,17	18,43	23,28	11.667,23
2.2	6193	Tábua para berço (espessura mínima 2,5cm, largura mínima 20,0cm)	m	154,00	6,21	7,84	1.207,36
		Tubulação de ligação					
2.3	92808 + 7796	Tubulação de drenagem urbana sem berço para ligação de boca de lobo com Ø 30cm	m	18,00	42,23	53,35	960,30
2.4	92809+7781	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm (medição direta projeto)	m	8,00	50,40	63,67	509,36
2.5	92811 + 7791	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 60cm(medição direta projeto)	m	146,00	85,50	108,02	15.770,92
2.6	74154/001 + (2,5X)72881 + 74034/001	transporte e espalhamento de seixo para reaterro apiloado , DMT até 10,0 km	m³	318,27	9,22	11,64	3.704,71
2.8	74206/002	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA TIJOLO MACIÇO, REVESTIDA C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3, SOBRE LASTRO DE CONCRETO 10CM E TAMPA DE CONCRETO ARMADO (medição direta de projeto)	unid	12,00	584,00	737,82	8.853,84
2.9	74206/001	Caixa Ligação para tubulação DN 60cm	unid	9,00	1.077,04	1.360,73	12.246,57
		SUBTOTAL DRENAGEM					54.920,29
3		TERRAPLENAGEM					
3.2	74154/001 + (2,5X)72881 + 74034/001	transporte e espalhamento de seixo para reaterro apiloado , DMT até 10,0 km (O SEIXO É CONTRA-PARTIDA FÍSICA DO MUNICÍPIO)	m³	220,78	9,22	11,64	2.569,87
3.5	(74005/002) / 4	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m³	472,88	3,91	4,93	2.331,29
		SUBTOTAL TERRAPLENAGEM					4.901,16
4		PAVIMENTAÇÃO					
4.1	(74034/001 + 74005/002) / 4	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	1.891,50	1,06	1,33	2.515,69

4.2	73710	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	189,15	82,06	103,67	19.609,18
4.3	72945	Imprimação com CM 30	m²	1.891,50	2,99	3,77	7.130,95
4.4	72943	Pintura de ligação com RR-2C	m²	1.891,50	0,93	1,17	2.213,05
4.5		Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER					
4.5.1	72965 x 2,4	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	ton	109,31	468,95	592,47	64.761,23
4.5.2	72965 x 2,4	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm -	ton	15,84	468,95	592,47	9.385,90
	72887(x10)	Transporte Material betuminoso Com Caminhão Basculante 6m3, Rodovia Pavimentada, 10Km	m³/km	125,15	8,10	10,23	1.280,27
		SUBTOTAL PAVIMENTAÇÃO					106.896,27
5		SERVIÇOS COMPLEMENTARES					
5.1	73789/002 x 0,50	Meio fio pré-moldado ou moldado in loco com extrusora	m	345,40	33,11	41,83	14.448,08
5.2		Guia de concreto para contenção lateral					
5.2.1	6045	Concreto Fck≥15MPa, inclusive preparo	m³	8,50	282,12	356,43	3.028,22
5.2.2	74157/004	Lançamento e aplicação manual de concreto	m³	8,50	16,95	21,41	181,89
5.2.3	92270	Fabricação de forma para viga, com madeira serrada E=25mm AF 12/20015 (aproveitamento 5x) montagem/desmontagem	m²	212,40	10,03	12,67	2.691,10
5.2.4	92778	Armação em aço CA 50/60 (fornec., corte, dobra e colocação)	kg	109,03	7,61	9,61	1.047,79
5.3	74155/001	Escavação de material de 1ª categoria para nivelamento de passeios	m³	141,60	1,80	2,27	321,43
5.4	73964/005	Aterro utilizando retro-escavadeira e compac. Vibrat.	m³	141,60	7,61	9,61	1.360,77
5.5	73710	Base de brita graduada - fornec., espalhamento, nivelamento e compac. Mat., e=10 cm	m³	70,80	88,70	112,06	7.933,84
5.6	72844	Carga e descarga mecanizada de material	t	430,46	0,58	0,73	314,23
5.7	1 A 00 002 91	Transporte material com caminhão basculante	t x km	3.919,49	0,29	0,36	1.411,01
5.8	92396	Pavimentação em blocos intertravados de concreto fck≥35 Mpa (tipo paver), e=6 cm - inclusive fornecimento e espalhamento de pó de pedra/ areia p/ nivelamento e/ou assentamento (e=3 cm) e de areia para rejunte (e juntas ≤ 5 mm)	m²	637,20	50,21	63,43	40.417,59
5.9	Composição	Fornec. e assentamento de piso podotátil (alerta/direcional) de concreto fck ≥ 35 Mpa., cor vermelha, e=6 cm, inclusive fornecimento e espalhamento de pó de pedra/areia p/ nivelamento e ou assentamento (e=3 cm) e de areia p/ rejunte (e juntas ≤ 5 mm)	m²	70,80	54,13	68,38	4.841,30
		SUBTOTAL SERVIÇOS COMPLEMENTARES					77.997,25
6		SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
6.1		Sinalização horizontal					
6.1.1	72947	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	71,58	17,55	22,17	1.586,97
6.2		Sinalização vertical					
6.2.1	73406 + 79478	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm x 4 placas) + escavação	m³	0,108	427,22	539,74	58,29
6.2.2	Composição	Confecção e instalação de suporte metálico para fixação de placa	unid	3,00	121,16	153,07	459,21

6.2.3	Composição	Fornecimento e implantação de placa de sinalização totalmente refletiva (sem suporte)	m²	1,04	213,40	269,60	280,38
		SUBTOTAL SINALIZAÇÃO VIÁRIA					2.384,85
		PLANILHA COMPOSIÇÃO DO BDI				Total Geral	247.942,37
		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,60%			R\$/m²	131,08
		SEGURO E GARANTIA	0,68%			BDI ADO-ADO	26,34%
		RISCO	0,95%				
		DESPESAS FINANCEIRAS	1,20%				
		LUCRO	8,10%				
		TRIBUTOS	6,45%				
		TOTAL	24,23%				

MEMORIAL DESCRITIVO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

RUA WALTER GINOW – TRECHO 2

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 15

2. NORMAS GERAIS DE TRABALHO 15

2.1. GENERALIDADES 15

2.1.1.1. ABREVIACÕES 15

2.1.1.2. TERMOS 15

2.1.1.3. CONSIDERAÇÕES 16

2.1.1.4. SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA 16

2.1.1.5. MANEJO AMBIENTAL 18

2.1.1.6. RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS 18

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS 20

3.1. SERVIÇOS PRELIMINARES 20

3.1.1.1. PLACA DA OBRA 20

3.2. SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM 21

3.2.1.1. ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL 21

3.2.1.2. REFORÇO DO SUB-LEITO 23

3.3. PAVIMENTAÇÃO 24

3.3.1.1. REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO 24

3.3.1.2. SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA 25

3.3.1.3. BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE 27

3.3.1.4. IMPRIMAÇÃO 29

3.3.1.5. PINTURA DE LIGAÇÃO 30

3.3.1.6. CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C” 32

3.4. SERVIÇOS COMPLEMENTARES 40

3.4.1.1. MEIOS-FIOS 40

3.4.1.2. GUIAS DE CONCRETO 41

3.4.1.3. ESCAVAÇÃO DE MATERIAL PARA NIVELAMENTO DE PASSEIOS 42

3.4.1.4. ATERRO UTILIZANDO RETRO-ESCOVADEIRA E COMPACTAÇÃO VIBRATÓRIA 42

3.4.1.5. BASE DE BRITA GRADUADA 43

3.4.1.6. CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL GRANULAR 43

3.4.1.7. PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO 44

3.4.1.8. FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PISO PODOTÁTIL (ALERTA/DIRECIONAL) 45

3.5. DRENAGEM PLUVIAL 46

3.6. SINALIZAÇÃO VIÁRIA 54

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 61

5. ANEXOS (Orçamento, Cronograma, Cálculo de BDI, Composições, QCI, Memorial de Cálculo, Projetos, Documentos) Erro! Indicador não definido.

o APRESENTAÇÃO

O presente memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA na WALTER GINOW – TRECHO 2, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

o NORMAS GERAIS DE TRABALHO

o GENERALIDADES

· ABREVIACÕES

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – em extinção

DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR – Norma Brasileira

EB - Especificação Brasileira.

· TERMOS

CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.

CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.

LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.

MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos e/ou empresa designada/contratada.

· CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

· SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

o Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

o Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

o Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

o Cones refletivos de plástico

o Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

o Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

o Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas

ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

· MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

· RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

o ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

o SERVIÇOS PRELIMINARES

· PLACA DA OBRA

OBJETIVO

Identificar de maneira clara e objetiva as obras.

MATERIAIS

SUORTE

Chapas planas com material resistente as intempéries; ou,

Chapas metálicas galvanizadas ou Lona Adesivada.

PINTURA

Tinta a óleo, ou;

Tinta esmalte.

EXECUÇÃO

A placa possuirá tamanho mínimo de 3,0m x 1,5m, sendo que o seu conteúdo, padrão de cores e tamanhos das letras ou símbolos deverão seguir as especificações apresentadas oportunamente pela PMS.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

PADRÃO GERAL DAS PLACAS DE OBRAS

As placas devem ter sempre o formato retangular na proporção de 2 para 1.

A largura será dividida em 2 partes iguais, e a altura em 5 partes iguais (conforme ilustração abaixo).

O tamanho/medidas não poderão ser inferiores às das outras diferentes placas presentes na obra, respeitadas, no mínimo, as dimensões de 2,00m x 1,25m.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da FISCALIZAÇÃO.

OBSERVAÇÃO

O custo da placa de obra está embutido no BDI da obra, ficando a responsabilidade pela mesma a encargo da CONTRATADA.

o SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

· ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL

OBJETIVO

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes:

Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.

Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida.

A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes:

· corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

· corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

· remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo. O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.

Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.

As massas excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objetos de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.

Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independem das demais obras de proteção projetadas. Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

Os serviços serão medidos em m³ executados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

· REFORÇO DO SUB-LEITO

GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do sub-leito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC ³ 60% e com expansão máxima de 1%.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

motoniveladora;carro-tanque distribuidor de água;rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;grade de discos;entre outros.

EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o sub-leito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do sub-leito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

CONTROLE

A camada de reforço do sub-leito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;Cotas : $\pm 0,02$ m das cotas do projeto;

Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : $\pm 5\%$ da espessura do projeto.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do sub-leito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

o PAVIMENTAÇÃO**· REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO****OBJETIVO**

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do sub-leito da via a pavimentar, compreendendo cortes e aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do sub-leito serão os do próprio sub-leito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

Trator com lâmina frontal; Carregador frontal; Caminhões basculantes; Motoniveladora pesada, com escarificador;

Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;carro-tanque com barra distribuidora de água; grade de discos; pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

EXECUÇÃO

A superfície do sub-leito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto. Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

CONTROLE

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias: ± 2 cm em relação as cotas de projeto; e ± 5 cm quanto a largura da plataforma.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do sub-leito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

· SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA**OBJETIVO**

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade de suporte (ISC < 20%) e expansão máxima de 0,5%.

EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

Tratores de lâmina; Escavo-transportadores; Caminhões basculantes; Moto-niveladoras; Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.

O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

CONTROLE**CONTROLE DA EXECUÇÃO**

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de $\pm 2\%$ em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m² de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação, GC>100%, serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

± 10 cm, quanto à largura da plataforma; até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta; $\pm 10\%$, quanto a espessura do projeto da camada.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

· BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE**OBJETIVO**

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo:

P E N E I R A S		F A I X A			
	Mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%; a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40; o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64.

O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja à fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular

silica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concretamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

motoniveladora pesada, com escarificador; carro-tanque distribuidor de água; rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático; grade de discos; pulvi-misturador central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreende as operações fornecimento, espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado $\pm 2\%$.

CONTROLE

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias : ± 10 cm, quanto à largura da plataforma; até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de ± 2 cm, em relação à espessura do projeto. No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

· IMPRIMAÇÃO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado; promover condições de aderência entre a base e o revestimento; impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixa-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for

possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias. A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

· PINTURA DE LIGAÇÃO

OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C.

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes: para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, a fim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

· CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso, espalhada e comprimida a quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregado graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:

cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40

(classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentosãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior; índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086); durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós-calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada		% passando, em peso das faixas			
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%
Betume solúvel no CS2 (+) %		4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	± 0,3%

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento. Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total.

Deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 - 4,5	2,0 - 4,5

as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação

para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C) deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada, além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de $\pm 5\%$) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc.) não serão permitidos.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizas, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 \square 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados.

Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 \pm 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 \pm 5, para o alcatrão. Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a super-relevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de:
para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;
01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);
01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;
01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;
01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra
01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);
01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);
01 ensaio de índice de forma, para cada 900m³ (DNER-ME 086);
01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);
01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, $\pm 0,3\%$, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados: do agregado, no silo quente da usina; do ligante, na usina; da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de ± 5 °C das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de ± 5 °C.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas. Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-prova extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação as espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estacas da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder ± 5 cm.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER -PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 British Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental com extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

Fica a construtora responsável pelo controle tecnológico das obras, devendo apresentar Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios em conformidade com as exigências normativas do DNIT.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO/Aceitação

O concreto betuminoso será medido, em m³ através da mistura efetivamente aplicada na pista.

A fiscalização acompanhará execução e constantemente medirá os gabaritos (fotos abaixo), a fim de verificar as respectivas camadas. Nessa direção, com o fito de garantir a espessura de projeto (considerando a compactação), os gabaritos deverão estar com 6cm para camada de 5cm e 3 cm para foto de 2,5cm.

Fotos – verificação do gabarito (6cm para a camada de 5cm e 3cm para a camada de 2,5cm).

A fim de atestar a qualidade da camada betuminosa, e em conformidade com as normas do DNIT - ABNT, deverá ser acostada à planilha de medição, no mínimo, os seguintes Laudos de Controle Tecnológico para cada 100 metros de extensão de obra ou fração: 1- Ensaio de penetração – material betuminoso-; 2- Ensaio de Determinação do Teor do Betume; 3 - Ensaio de Adesividade – Resistência à Água e 4- Determinação de Espessura da Base e camada de Asfalto (retirada de corpo de prova).

PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a medição do serviço executado, aos preços unitários propostos. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

o SERVIÇOS COMPLEMENTARES

· MEIOS-FIOS

OBJETIVO

Conforme o DNIT, meios-fios são "limitadores físicos da plataforma rodoviária, com diversas finalidades, entre as quais, destaca-se a função de proteger o bordo da pista dos efeitos da erosão causada pelo escoamento das águas precipitadas sobre a plataforma que, decorrentes da declividade transversal, tendem a verter sobre os taludes dos aterros. Desta forma, os meios-fios têm a função de interceptar este fluxo, conduzindo os deflúvios para os pontos previamente escolhidos para lançamento".

EXECUÇÃO

Para a execução dos meios-fios poderá ser adotado o procedimento executivo com dispositivos pré-moldados de concreto, ou então, moldados "in loco" com extrusora.

Meios-fios pré-moldados de concreto: escavação da porção anexa ao bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicado no projeto; execução de base de brita para regularização do terreno e apoio dos meios-fios; instalação e assentamento dos meios-fios pré-moldados, de forma compatível com o projeto-tipo considerado; juntamento com argamassa cimento-areia, traço 1:3, em massa; os meios-fios ou guias deverão ser pré-moldados em fôrmas metálicas ou de madeira revestida que conduza a igual acabamento, sendo submetidos a adensamento por vibração. As peças deverão ter no máximo 1,0m, devendo esta dimensão ser reduzida para segmentos em curva.

Meios-fios moldados "in loco" com formas deslizantes:

Esta alternativa refere-se ao emprego de fôrmas metálicas deslizantes, acopladas a máquinas automotrizes, adequadas à execução de concreto por extrusão, compreendendo as etapas de construção relacionadas a seguir: escavação da porção anexa ao bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicados no projeto; execução da base de brita para regularização do terreno e apoio dos meios-fios;

lançamento do concreto e moldagem, por extrusão; interrupção da concretagem dos dispositivos; e execução de juntas de dilatação a intervalos de 12,0m, preenchidas com asfalto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os meios-fios serão medidos pelo comprimento, determinado em metros, acompanhando as declividades executadas, incluindo fornecimento e colocação de materiais, mão-de-obra e encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à execução.

Os serviços serão medidos em m executados.

· GUIAS DE CONCRETO

OBJETIVO

Conforme o DNIT, as guias são "dispositivos com a função de limitar a área da plataforma dos terrenos marginais, principalmente em segmentos onde se torna necessária a orientação do tráfego como: canteiro central, interseções, obras-de-arte e outros pontos singulares, cumprindo desta forma importante função de segurança, além de orientar a drenagem superficial".

EXECUÇÃO

A execução da guia compreende a montagem das formas e a colocação de armadura de aço para em seguida lançar e adensar o concreto. Deverá ser utilizado concreto com $f_{ck} \geq 15$ Mpa, o qual deverá ser preparado conforme a NBR 6118/80 quanto ao traço, lançamento e cura, além de atender as dimensões em projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os itens serão medidos da seguinte forma: fornecimento e aplicação de concreto por metro cúbico; aço por quilograma de material utilizado e formas por metro quadrado aplicado para confinar o concreto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

· ESCAVAÇÃO DE MATERIAL PARA NIVELAMENTO DE PASSEIOS

O material utilizado para aterro deverá ser extraído de caixa de empréstimo e/ou jazidas autorizadas e licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.

Deverá estar previsto nos preços ofertados os seguintes itens: desmatamento, destocamento e limpeza da área a ser explorada; execuções de fogo para desmonte da frente de exploração; serviços de carga e transporte do material à pista. Utilizar para execução deste serviço tratores de lâmina, motoniveladora, caminhões basculantes e outros que se fizerem necessários.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será pelo volume cúbico geométrico correspondente ao aterro efetuado obtido pelas seções transversais.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

· ATERRO UTILIZANDO RETRO-ESCOVADEIRA E COMPACTAÇÃO VIBRATÓRIA

O aterro dos passeios será com material reaproveitado proveniente dos cortes e rebaixos. O material reaproveitado deverá ser selecionado, não podendo apresentar-se saturado ou estar misturado com material orgânico ou vegetação, tipo raízes, galhos, etc.

Efetuar o espalhamento com equipamento mecânico complementando com regularização manual utilizando pás e enxadas. Compactar utilizando placas vibratórias atingindo as cotas do meio-fio implantado.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será pelo volume cúbico geométrico de material aplicado na obra.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

· **BASE DE BRITA GRADUADA**

A aplicação de camada granular executada sobre a área regularizada devidamente espalhada e compactada.

A execução da base compreende operações de mistura e pulverização, umedecimento ou secagem dos materiais realizados na pista ou na central de usinagem, bem como espalhamento, compactação e acabamento junto aos passeios.

Os materiais utilizados na composição e execução do item devem atender a normativa do DNER-ES-303, como também apresentar Índice de Suporte Califórnia (DNER-ME 049/94) superior a 60% e expansão máxima de 0,5%, com energia de compactação $\geq 100\%$.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será em metros cúbicos de material espalhado e compactado no passeio, conforme seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

· **CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL GRANULAR**

Compreende os serviços de carga, descarga e transporte do material granular para o revestimento dos passeios.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A carga e descarga de material será efetivamente medida pelo volume geométrico de material aplicado multiplicado pela sua densidade, expresso em toneladas.

O transporte do material das jazidas ou pedreiras até a obra será medido pelo volume geométrico de material efetivamente aplicado multiplicado pela sua respectiva densidade e distância de transporte, correspondente a unidade de tonelada quilômetro.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

· **PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO**

Compreende o assentamento dos blocos intertravados de concreto com $f_{ck} \geq 35$ Mpa (tipo paver) de espessura de 6 cm sobre a camada de nivelamento de pó de pedra/areia (espessura de 3 cm) aplicada sobre a camada de brita graduada devidamente compactada e regularizada.

O paver utilizado deve ter resistência de 35 Mpa (comprovado por laudo técnico), além de atender as especificações das normas da ABNT (NBR 9781/87).

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será em metros quadrados de área revestida dos passeios.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

especificações técnicas

Cor conforme projeto padrão.

Dimensão da peça: 10 cm x 20 cm x 6 cm.

Aplicação:

O solo do subleito deve estar isento de vegetal e impurezas, regularizado, compactado e não deverá ter expansão maior que 2%;

Os materiais escolhidos para compor as camadas de subleito e base deverão seguir as determinações da FISCALIZAÇÃO;

O assentamento deve ser feito, preferencialmente, em cima de pó de pedra ou areia com espessura de 3 cm, sobre as camadas de base. Quando utilizado pó de pedra, o espaçamento entre os pavers deverá ter tamanho inferior a 5 mm, livre de impurezas e material pulverulento. Não serão admitidos torrões de argila, matéria orgânica ou outras substâncias nocivas;

Os blocos pré-moldados de concreto deverão atender no mínimo os seguintes requisitos: peças homogêneas e compactadas de modo que atendam as normas pertinentes; não possuir trincas, fraturas ou outros defeitos; ser manipulados com as devidas precauções, para não ter sua qualidade prejudicada.

Nota:

Recomenda-se inicialmente a colocação dos travamentos (meios-fios). Estes espaços devem ser construídos antes do lançamento da camada de pó de brita de assentamento dos blocos de concreto, de maneira a colocar o pó e os blocos dentro de uma "caixa", cujo fundo é a superfície compactada da base e as paredes são as estruturas de confinamento.

Para perfeita execução da obra, os materiais referidos neste documento, a CONTRATADA se obriga sob as responsabilidades legais vigentes a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária. Para fornecimento dos materiais contratados, caberá a CONTRATADA fornecer os materiais de forma adequada e suficiente para garantir a conclusão das obras dentro do prazo fixado, atendendo à produtividade estabelecida para a mão-de-obra e os serviços com a qualidade desejada.

Todos os materiais empregados serão de primeira qualidade, atendendo à boa técnica, objetivando a obtenção de um acabamento esmerado nos serviços que só serão aceitos nessas condições, devendo ainda satisfazer rigorosamente as normas técnicas brasileiras pertinentes.

· **FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PISO PODOTÁTIL (ALERTA/DIRECIONAL)**

Compreende a implantação do piso podotátil direcional ao longo dos passeios e de alerta para indicar mudanças de direção com ângulo maior que 165° , acessos de veículos, desvio de obstáculos e rebaixos para travessia de pedestres (conforme projeto) oferecendo uma circulação mais segura para os transeuntes, sendo que a mesma será executada em paver, mesmo material de revestimento da calçada na cor vermelha.

Durante a execução deverá ser observado e atendido a normativa NBR9050/2004 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) e demais normas de acessibilidade.

Utilizar piso tátil direcional de concreto $e=6$ cm para sinalização, o qual deverá ser assentado sobre pó de pedra/areia, como também apresentar resistência de 35 Mpa (comprovado por laudo técnico), além de atender as especificações das normas da ABNT (NBR 9781/87).

Nota:

A NBR 9050/2004 e demais normas de acessibilidade prevê piso de alerta nas faixas de pedestres e rebaixamentos necessários para circulação segura dos usuários e o piso tátil direcional ao longo de todas as calçadas. Todos os pisos táteis serão na cor vermelha.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição será em metros quadrados de área pavimentada dos passeios.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima especificações técnicas

Material: em concreto composto de cimento e areia; altura dos cones entre 3 mm e 5 mm (conforme a NBR 9050/2004); resistente à abrasão: atenda as características mínimas exigidas pela NBR 9050/2004.

Cor conforme projeto padrão.

Dimensão da peça: 20 cm x 20 cm x 6 cm ou 20 x 10 x 6 cm, ou conforme orientação da FISCALIZAÇÃO.

Sistema assentado com pó de pedra, obedecendo as especificações do fabricante e normas pertinentes.

Aplicação:

O solo do subleito deve estar isento de vegetal e impurezas, regularizado, compactado e não deverá ter expansão maior que 2%;

Os materiais escolhidos para compor as camadas de subleito e base deverão seguir as determinações da FISCALIZAÇÃO;

O assentamento deve ser feito, preferencialmente, em cima de pó de pedra ou areia com espessura de 3 cm, sobre as camadas de base. Quando utilizado pó de pedra, o espaçamento entre os pavers deverá ter tamanho inferior a 5 mm, livre de impurezas e material pulverulento. Não serão admitidos torrões de argila, matéria orgânica ou outras substâncias nocivas;

Os pisos táteis direcionais deverão atender no mínimo os seguintes requisitos: peças homogêneas e compactadas de modo que atendam as normas pertinentes; não possuir trincas, fraturas ou outros defeitos; ser manipulados com as devidas precauções, para não ter sua qualidade prejudicada.

Nota:

Para perfeita execução da obra, os materiais referidos neste documento, a CONTRATADA se obriga sob as responsabilidades legais vigentes a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária. Para fornecimento dos materiais contratados, caberá a CONTRATADA fornecer os materiais de forma adequada e suficiente para garantir a conclusão das obras dentro do prazo fixado, atendendo à produtividade estabelecida para a mão-de-obra e os serviços com a qualidade desejada.

Todos os materiais empregados serão de primeira qualidade, atendendo à boa técnica, objetivando a obtenção de um acabamento esmerado nos serviços que só serão aceitos nessas condições, devendo ainda satisfazer rigorosamente as normas técnicas brasileiras pertinentes.

o DRENAGEM PLUVIAL**OBJETIVO**

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo, poços de visita, e caixas de ligação destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou placas de concreto.

Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

MATERIAL**TUBOS DE CONCRETO**

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-8890/2003. Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

MATERIAL DE REJUNTAMENTO

Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m².

Critério de aceitação: o geotêxtil deverá ter a largura mínima de 30cm e transpasse no diâmetro de 30cm. Assim, a fim de racionalizar os trabalhos, bem como recursos naturais, deverá ser cortada nos seguintes comprimentos: {(f 0,4m, 1,30m); (f 0,6m, 2,20m); (f 0,8, 2,80m); (f 1,0m, 3,45m); (f 1,20m, 4,0m); (f 1,50m, 5,0m)}. A emenda deverá ser na parte superior da geratriz e a tubulação só deverá receber reaterro após o devido registro fotográfico do fiscal da obra.

Argamassa de rejuntamento: Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA, de ligação E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Segue abaixo os equipamentos necessários: Caminhão basculante; Caminhão de carroceria fixa; Betoneira ou caminhão betoneira; Motoniveladora; Pá carregadeira; Rolo compactador metálico; Retroescavadeira ou valetadeira e Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

EXECUÇÃO GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER-ES 284/97. Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-8890/2003.

A fim de evitar os danos (encaixe) na tubulação durante o descarrego (fotos 1 e 2), os tubos deverão ser descarregados com caminhão com grua ou Munck, conforme identificado na foto 3.

Foto 1 – Tubo danificado no descarrego Foto 2 – Parte do tubo

Foto 3 – Caminhão para descarrego

No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

Critério de Rejeição ou Aceitação do alinhamento dos tubos

Os tubos deverão estar perfeitamente alinhados de tal sorte que não existam sinuosidades.

Tubulação REJEITADA (sinuosidade e falta de rejunte) Tubulação ACEITA

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto. O assentamento dos tubos será feito sobre pranchas de madeira com comprimento mínimo de 3,0m, seção mínima (2,5cm; 20cm).

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (f_{ckmin}), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos serão envoltas por um retalho de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa.

Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamento indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Critério de Rejeição ou Aceitação do espaçamento dos tubos

O critério de aceitação do espaçamento deve atender é definido da seguinte maneira: 2% do diâmetro do tubo até o diâmetro de 800mm; 1,5% para diâmetros superiores.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO. A CONTRATADA só poderá reaterro as valas após o assentamento da tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

Tubulação REJEITADA Tubulação ACEITA**BOCAS-DE-LOBO**

As bocas-de-lobo, as caixas de visita, as de ligação e as de saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobre largura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo. As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (f_{ckmin}), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (f_{ckmin}), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentada a tampa.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carregados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores. As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto (prancha genérica drenagem)

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se a tampa de fundo pré-moldada em concreto armado (f_{ck} 18MPa; 7cm). As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (f_{ckmin}), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da tampa de concreto. A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado no projeto (detalhe prancha genérica).

A tampa superior deverá ter dois tampões de concreto (f) 150mm executados conforme detalhe na prancha genérica.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação. Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto. A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa. No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem. O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada.

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banquetta de material energeticamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e o acabamento do concreto serão feitos mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida. A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

CONTROLE

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

MEIO FIO

O meio fio será em peças pré-moldadas de concreto (fck mínimo 18 MPa), ou moldado "in loco" por extrusão. O rejunte constituído de argamassa de cimento e areia média no traço 1:3.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

o SINALIZAÇÃO VIÁRIA

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal e vertical, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

Sinalização vertical - É um conjunto de placas verticais de regulamentação que tem por finalidade transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito aos sinais de regulamentação constitui infrações, previstas no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

3.5.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

local da aplicação, extensão e largura;

dimensões das faixas;

espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;

outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;

b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio de acordo com a Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

a) temperatura entre 10°C e 40°C;

b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

A sua aplicação deve ser feita na proporção de:

tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação. A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97. Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";

b) nome comercial e/ou numeração;

c) cor da tinta : branca ou amarela;

d) referência quanto a natureza química da resina;

e) data da fabricação;

f) prazo de validade;

g) identificação da partida de fabricação;

h) nome e endereço do fabricante;

i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

O tipo de tinta empregada na sinalização horizontal:

tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

1,5mm de espessura - aplicado por "spray";
3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

"Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando se tornam expostas;

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

- Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.
- Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.
- Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.
- Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.
- Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.
- Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.
- Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.
- Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.
- Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.
- Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão.

Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura.

A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas. A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

Pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

3.5.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL

CONDIÇÕES GERAIS – PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO :

Em conformidade com especificado na Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito –CONTRAN, (Anexo - Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito) as placas de regulamentação do objeto do presente pleito Licitatório são do tipo R1 – "Pare" e R19 – "Velocidade Permitida" – "40 Km/h". Assim, no que concerne a sua instalação e composição deverão obedecer a todas as determinações da citada resolução e as abaixo especificadas.

MATERIAL

Substrato: Cada chapa deverá ter no mínimo 270 gramas de zinco por metro quadrado, material encruado, semi manufaturação na espessura de 1,25mm, nº 18 conforme a norma NBR 11904.

Tratamento da Chapa: após corte e furação a chapa deverá ser desengraxada, recebendo pintura eletrostática em epóxi com secagem em estufa 160°C na face posterior (verso) da placa na cor preto fosco.

As chapas deverão apresentar boa aderência a fixação de películas refletivas ou películas vinílicas.

As chapas deverão apresentar durabilidade mínima de 7 (sete) anos.

Película refletiva com esferas inclusas – Tipo I-A –NBR-14644

As películas refletivas tipo I-A deverão a ser usadas para confecção de símbolos, letras, tarjas, orlas, e/ou revestimento de chapa). São constituídas tipicamente por lentes micro esferas, agregadas a uma resina sintética, espelhadas por filme metalizado e recobertas por um plástico transparente e flexível, que lhe confere uma superfície lisa e plana, que permite apresentar a mesma cor, que durante o dia quer a noite, quando observadas a luz dos faróis de um veículo.

Deverá ter valores mínimos de retrorrefletância descritas abaixo:

Ângulo de Observação	Ângulo de Entrada	Branca (Cd/lux/m ²)	Vermelha (Cd/lux/m ²)
0,2°	-4°	70	14
0,2°	+30°	30	6
0,5°	-4°	30	7,5
0,5°	+30°	15	3

Como os outros componentes da placa de sinalização a película deverá apresentar performance e durabilidade de no mínimo 7 (sete) anos. Películas Não Refletivas Tipo IV- NBR-14644

São constituídos tipicamente por um filme plástico opaco e são destinados a produção de tarjas, legenda se símbolos, em placas de sinalização. As películas devem possuir um adesivo reativável ao calor ou a um ativador químico, resultando em adesão efetiva a superfície, ou um adesivo sensível a pressão, o qual é protegido por um filme siliconizado, de fácil remoção. É utilizada na cor preta e destinada a aplicação sobre superfície de películas tipo I-A. A durabilidade mínima com desempenho satisfatório será de 07(sete)anos, em exposição normal, vertical e estacionário.

Detalhes A

Placa- Parada obrigatória

"R-1 – PARE"

CORES:

Fundo: Vermelho Refletivo

Orla Interna: Branco Refletivo Imagem - 1

Orla Externa: Vermelho Refletivo

Letras: Branco Refletivo

Verso: Preto Fosco

LETRAS:

Tipos Helvética Médium, Arial,

Standard Alphabets for Highway Signs,

ou similar, texto centralizado Imagem - 2

Observação: No que tange ao dimensionamento, a placa de regulação R-1 é classificada como via urbana (lado = 0,35m; orla interna branca mínima – 0,028m; Orla externa mínima - 0,014m) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 29 e Apêndice de diagramação páginas 163 e 169).

Detalhes B

Placa - limite de velocidade

R-19 - 40 Km/h "

CORES:

Fundo: Branco

Orla: Vermelho Imagem -3 (ilustrativa)

Letra: Preto Velocidade da via urbana 40 Km/h

Algarismo: Preto

Símbolo: Preto

Verso: Preto Fosco

LETRAS:

Tipos Helvética Médium, Arial, Standard

Alphabets for Highway Signs, ou similar,

texto centralizado

Imagem - 4

Observação: No que concerne ao dimensionamento, a placa de regulação R-19 como via urbana -demais vias- (diâmetro = 0,50m; tarja = 0,050m e orla = 0,050) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 28 e Apêndice de diagramação páginas 165 e 192).

INSPEÇÃO

Controle da Execução

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;

a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;

a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

- consumo dos materiais;
- espessura do material aplicado;
- tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;
- dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);
- linearidade das faixas;
- temperatura de aquecimento do material termoplástico;
- sinalização para o serviço de obras;
- atendimento ao projeto de sinalização;
- retrorrefletorização integral das faixas, sinais, etc...
- placas verticais em conformidade com o acima especificado.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização (horizontal e vertical) serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m² e unidades de placas instaladas.

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na execução da pintura acrílica de piso serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

o CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes da entrega definitiva da obra, a mesma deverá ser vistoriada pela Contratante através de seus profissionais responsáveis.

Qualquer alteração que se faça necessária para a viabilidade da execução em qualquer etapa da obra deverá ser consultada a Contratante,

que por sua vez irá analisar as alterações propostas e, em caso de aceite, fornecerá autorização por escrito. Nada mais havendo a apresentar, dá-se por concluído este memorial, que se compõe ainda de orçamento e cronograma físico-financeiro, além da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida pelo profissional abaixo assinado.

Schroeder, abril de 2016.

Walter Egidio Mukai
Eng. Civil Walter Egidio Mukai
CREA 064.488-5 SC

Oswaldo Jurck
Prefeito de Schroeder

LEI Nº 2.205/2016

LEI Nº.2.205/2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$100.000,00 (CEM MIL REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2016, no valor de até R\$100.000,00 (cem mil reais).

07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
05 – UNIDADE DE MEIO AMBIENTE			
18.452.3005.2.317 – MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO			
3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	100.000,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

01 – ÓRGÃO 01			
01 – CÂMARA DE VEREADORES			
01.031.3000.2.301 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO			
3.1.90.11.00.00	00.01.0000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	10.000,00
3.3.90.14.00.00	00.01.0000	Diárias – Civil	10.000,00
4.4.90.52.00.00	00.01.0000	Equipamentos e Material permanente	80.000,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº. 2148/2015 – LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 8 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI Nº 2.206/2016

LEI Nº2.206/2016

SUPLEMENTA E ANULA ELEMENTOS ORÇAMENTÁRIOS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de até R\$298.000,00 (duzentos e noventa e oito mil reais) para reforço dos programas abaixo especificados, constante da Lei Orçamentária nº2.148/2015, de 2 de dezembro de 2015:

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNIDADE DE SAÚDE**04.01.10.301.3013.2.363 – AÇÕES ESTRATÉGICAS DA SAÚDE DA FAMÍLIA**

3.1.90.11.00.00.00.00 – 00.01.0211 – Venc. e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 165.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00 – 00.01.0211 – Obrigações Patronais R\$68.000,00

04.01.10.302.3013.2.361 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

3.3.90.39.00.00.00.00 – 00.01.0002 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$65.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação de até R\$298.000,00 (duzentos e noventa e oito mil reais) das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**04.01 - UNIDADE DE SAÚDE****04.01.10.301.3013.2.336 – MANUT. DAS AÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE**

3.1.90.11.00.00.00.00 – 00.01.0002 – Venc. e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 200.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00 – 00.01.0002 – Obrigações Patronais R\$98.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 8 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

LEI Nº 2.207/2016

LEI Nº.2.207/2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2016, no valor de até R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais) como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.365.3009.2.373 – MERENDA ESCOLAR – PRÉ-ESCOLAR			
3.3.90.30.00.00	00.01.0000	Material de Consumo	48.000,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

07– SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
02 – UNIDADE DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO			
22.661.3008.2.319 – CONTRIBUIÇÃO À SCHROEDER FEST E EXPO SCHROEDER			
3.3.90.30.00.00	00.01.0000	Material de Consumo	48.000,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº2.148/2015 – LOA, a abrir créditos adicionais suplementares, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 8 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

RETIFICAÇÃO 02 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016 – SECEL/PMS

RETIFICAÇÃO 02 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016 – SECEL/PMS

A Comissão do Processo Seletivo instituída pela Portaria nº 6.532/2016, reestruturada pela Portaria nº 6.542/2016, no uso das suas atribuições que lhe confere, considerando a necessidade de alterar o edital 001/2016-SECEL/PMS, torna público, que nesta data, foram retificadas as informações do Edital nº 001/2016-SECEL/PMS, passando a constar as seguintes informações:

1. No Edital 001/2016, ANEXO III – CRONOGRAMA, onde se lê:

ANEXO III – CRONOGRAMA

ETAPA	DATAS
Publicação do Edital	11/05/2016
Período de inscrição para todos os candidatos e entrega de títulos para avaliação	12/05/2016 à 30/05/2016
Publicação da relação das inscrições homologadas e divulgação dos locais para realização das provas objetivas.	31/05/2016
Prazo para recurso quanto à homologação das inscrições	01/06/2016
Prova Objetiva	05/06/2016
Publicação do gabarito preliminar da prova objetiva	07/06/2016
Recebimento de recurso contra gabarito preliminar	08/06/2016
Publicação da nota da prova de títulos	09/06/2016
Recebimento de recurso da avaliação dos títulos	10/06/2016
Publicação da Homologação do Resultado Final	15/06/2016

Leia-se:

ANEXO III – CRONOGRAMA

ETAPA	DATAS
Publicação do Edital	11/05/2016
Período de inscrição para todos os candidatos e entrega de títulos para avaliação	12/05/2016 à 30/05/2016
Publicação da relação das inscrições homologadas e divulgação dos locais para realização das provas objetivas.	31/05/2016
Prazo para recurso quanto à homologação das inscrições	01/06/2016
Prova Objetiva	05/06/2016
Publicação do gabarito preliminar da prova objetiva	07/06/2016
Recebimento de recurso contra gabarito preliminar	08/06/2016
Publicação da nota da prova de títulos	14/06/2016
Recebimento de recurso da avaliação dos títulos	15/06/2016
Publicação da Homologação do Resultado Final	17/06/2016

Schroeder (SC), 9 de junho de 2016.

Comissão Processo Seletivo

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº 53/2016-PMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2016

Número do Registro de Preços: 42/2016 Data do Registro: 09/06/2016 Válido até: 09/06/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento e execução de pavimentação - recuperação asfáltica (tapa buraco) para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiente

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Fornecimento e execução de pavimentação com CBUQ, considerando: Corte do pavimento com serra (disco diamantado), remoção e transporte do material cortado, base de brita graduada espessura média: 10 cm, pintura de ligação tipo RR-2C, camada de CBUQ "faixa L" espessura 5 cm e compactação com rolo vibratório de chapa. Equipamentos de segurança são da responsabilidade da Empresa no ato da execução da obra.	M²	PAVISERV INFRA-ESTRUTURA URBANA LTDA - ME (13263)		0	56,5000	1
			PAVPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA (9522)		0	57,0000	2

Página: 2/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2016

Número do Registro de Preços: 42/2016		Data do Registro: 09/06/2016		Válido até: 09/06/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento e execução de pavimentação - recuperação asfáltica (tapa buraco) para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiente					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA (11228)	Conpla	0	61,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2016

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 42/2016 Data do Registro: 09/06/2016 Válido até: 09/06/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento e execução de pavimentação - recuperação asfáltica (tapa buraco) para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretária de Saneamento e Gestão Ambiente

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2016

PROCESSO Nº 98/2016

(9522) - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
(11228) - CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA
(13263) - PAVISERV INFRA-ESTRUTURA URBANA LTDA - ME

Schroeder, 9 de Junho de 2016.

DISPENSA 31/2016-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 31/2016 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 106/2016
Data: 09/06/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: OPTIMUS TECHNOLOGY LTDA. - ME
Endereço: RUA CARLOS ZERBIN, 105
Cidade: Schroeder - SC
CNPJ: 20.531.686/0001-54

Código: 13376

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa para fornecimento de projeto e execução de revitalização da iluminação interna da quadra do Ginásio de Esportes Alfredo Pasold no Centro do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	24,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PROJETO E EXECUÇÃO DE REVITALIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO INTERNA DA QUADRA DO GINÁSIO DE ESPORTES ALFREDO PASOLD NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER / SC.	UN	617,61	14.822,64

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10 % (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

JUSTIFICATIVA

JUSTIFICA-SE A PRESENTE DISPENSA PELO FATO DA ECONOMIA DE ENERGIA ELÉTRICA COM A REVITALIZAÇÃO EM QUESTÃO, BEM COMO PELO FATO DO VALOR ESTAR DENTRO DO LIMITE PERMITIDO PELA LEI 8666/93.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 9 de Junho de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 31/2016 - DL**Processo Nr.:** 106/2016
Data: 09/06/2016

Folha: 2/2

08/06/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 8 de Junho de 2016

Valor da Despesa:

14.822,64 (quatorze mil oitocentos e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Seara

PREFEITURA

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 37/2016 - PL 053/2016 - FORNEC. TERRAMAX

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 053/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 030/2016

Pregão Presencial nº. 053/2016

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, RG n.º 1.870.996, CPF n.º 982.428.739-68, residente e domiciliada na rua Albino Sordi, n.º 69, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Terramax Construções e Obras Ltda, CNPJ n.º 04.406.660/0001-28, estabelecida na av. Nereu Ramos, n.º 3023 E, bairro Líder, Chapecó, SC, neste ato representada pela sua sócia, Sra. Jusara Maria Maragno, brasileira, divorciada, advogada, RG n.º 2.032.034-SESPDC/SC, CPF n.º 732.641.309-63, residente e domiciliada na rua Amazonas, n.º 310-E, bairro Esplanada, Chapecó, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 053/2016 de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e proposta para aquisição de materiais destinados as operações tapa buraco deste município, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 212.250,00 (duzentos e doze mil, duzentos e cinquenta reais), são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar do dia 09/06/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 08/12/2016.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 053/2016, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 09/06/2016.

Laci Grigolo
Município de Seara
Contratante

Jusara Maria Maragno
Terramax Construções e Obras Ltda
Contratada

DECRETO Nº 1087

Republica com correção o Decreto nº 1087

DECRETO Nº 1087, de 08 de junho de 2016

Abre créditos adicionais suplementares por conta de anulações de dotações orçamentárias no valor de R\$ 311.000,00.

A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 108 da Lei Orgânica do Município e autorizada pela Lei nº 1868, de 08 de junho de 2016,

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 2.053 – Gestão das Políticas, Ações e Parcerias de Atenção Básica da Saúde Pública

Modalidade: 11 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0003 – Aplicações Diretas 61.000,00

Projeto Atividade: 2.058 – Gestão da Assistência de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar e Laboratorial

Modalidade: 28 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0003 – Aplicações Diretas 250.000,00

TOTAL R\$ 311.000,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recurso:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 1.033 – Infraestrutura, Reformas e Ampliação de Prédios e Espaços para a Saúde Pública Básica

Modalidade: 1 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0003 – Aplicações Diretas 10.000,00

Modalidade: 2 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0003 – Aplicações Diretas 5.000,00

Projeto Atividade: 2.056 – Gestão das Políticas e Ações do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS

Modalidade: 22 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0003 – Aplicações Diretas 10.000,00

Projeto Atividade: 2.057 – Ações de Apoio aos Conselhos Constituídos na área de Saúde do Município

Modalidade: 23 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0003 – Aplicações Diretas 3.000,00

Projeto Atividade: 2.092 – Ações de Terapias Complementares - Equoterapia

Modalidade: 43 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0003 – Aplicações Diretas 3.000,00

Projeto Atividade: 1.035 – Equipamentos e Materiais Permanentes para Expansão da Assistência de Média e Alta Complexidade

Modalidade: 4 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0003 – Aplicações Diretas 10.000,00

Projeto Atividade: 2.054 – Gestão das Ações de Assistência e Farmácia Básica e Suplementar

Modalidade: 14 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0003 – Aplicações Diretas 270.000,00

TOTAL R\$ 311.000,00

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 08 de junho de 2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 08 de junho de 2016

Arlei Lucia De Col

Secretária da Fazenda

PORTARIAS 385/2016 A 387/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA – SC.

Portaria nº. 385/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 46/2015, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Eliane Teresinha Kolbow Schaedler, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, categoria Pós Lato Sensu, nível inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, nas séries iniciais, do Ensino Fundamental, na Escola Núcleo Lira Camila Petry, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, para substituir professora titular, Cleunice Sipp, legalmente afastada, no período de 09 de junho a 06 de agosto de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 09 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 09 de junho de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 386/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Funções Municipais e da outras providências, resolve, Conceder, a servidora Ires Hulda Zuse, matrícula - 135501, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Interno, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 08 a 22 de junho de 2016, mediante remuneração pelo Município e a partir de 23 de junho de 2016, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo a servidora se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 09 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 09 de junho de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 387/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do

artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve, Demitir a pedido, Camila Cristina Rhoden Graziolli, contratada em caráter temporário, para exercer a função de Servente Interno, constante no Anexo I – Grupo D - Serviços Gerais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, a partir de 09 de junho de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 09 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 09 de junho de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2016

Processo Licitatório nº 060/2016.

Edital de Pregão Presencial nº. 039/2016 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 22/06/2016, “envelope de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviços de transporte coletivos. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 9 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2016

Processo Licitatório nº 061/2016

Edital de Pregão Presencial nº. 040/2016 – Registro de Preço.

Licitação exclusiva de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 13h30min do dia 22/06/2016, “envelope de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de cargas de gás. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 09 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

ITENS P. P. Nº. 037/2016 - PL 053/2016 - FORN. TERRAMAX

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 53/2016 Licitação: 37/2016 - PR Fornecedor: 12132 - TERRAMAX - CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA Data da Homologação: 09/06/2016									
1	72039	CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE PARA ASFALTO)	Terramax	TON	400,000	0,0000	230,6316	92.252,64	Venceu
2	84077	EMULSÃO RR1C	Greca	LTS	1.600,000	0,0000	2,0296	3.247,36	Venceu
3	3395292	CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE PARA ASFALTO) APLICADO COM VIBROACABADORA	Terramax	TON	400,000	0,0000	282,4598	112.983,92	Venceu
4	84077	EMULSÃO RR1C	Greca	LTS	1.600,000	0,0000	2,3538	3.766,08	Venceu
Total do Fornecedor ----->								212.250,00	

Seara, 9 de Junho de 2016.

Serra Alta

PREFEITURA

ATA Nº 036/2016 REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036 DE 10/06/2016

No dia 10 de junho de 2016, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO, FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente e nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 027/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa ATUAL INFORMATICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME, inscrita no CNPJ 04.326.894/0001-65, com endereço na Av. Araucárias, nº 541, Sala 02, Centro de Maravilha/SC, representada neste ato pelo sócio gerente Sr. Giovani Franken, portador do CPF nº. 004.822.049-31 e RG 13R 4.144.137 SSP/SC, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa ATUAL INFORMATICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 04.326.894/0001-65, aqui representada por seu representante legal, Sr. Giovani Franken, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 027/2016 cujo objeto é a possível Aquisição de MICROCOMPUTADORES, ESTABILIZADORES E CLIMATIZADORES que serão utilizados para atender a demanda de diversas Secretarias para o desenvolvimento de suas atividades rotineiras promovendo maior agilidade e eficiência nos serviços prestados. Os dados são conforme descrições mínimas constantes no Anexo "D" do Edital em comento e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado abaixo:

Item	Quantidade estimada	Especificação/Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	15 UND	MICROCOMPUTADOR COM NO MÍNIMO AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES:PROCESSADOR DE 3.7 GHZ, CACHE INTELIGENTE DE 3MB-BOX- SOQUETE 1151- 2 NÚCLEOS-LITOGRAFIA 14NM (3 ANOS DE GARANTIA) PLACA MÃE CHIPSEP 110,2 SLOTS DE MEMÓRIA DE 1600 Mhz, SUPORTANDO ATÉ 32MB, soq. 1151, 4XUSB DE 3.0 E 6 PORTAS 2.0 E NO MÍNIMO 2 FRONTEIS, 4 SATA 3 6.0 GB/s, 1xPCIe x 16 e 2xPCIe x1, REDE 10/100/1000, SAÍDAS DE VÍDEO VGA E HDMI, D-Sub, PS2 MOUSE E PS2 TECLADO, 01 RJ 45 E 3 AUDIO JACK. COM 4GB MEMÓRIA DDR3 1600Mhz CL 10. H.D. 500 GB SATA 6.0GB/s, 7200 RPM (COM 02 ANOS DE GARANTIA), 16 MB, DVD R W (GRAVADOR DE DVD) SATA. GABINETE ATX 4 BAIASCOM FONTE 24 PINOS DE 220W REAL, CAIXAS DE SOM 6W RMS, ALIMENTAÇÃO USB, MOUSE ÓPTICO C/ SCROOL 800 DPI-USB, TECLADO MULTIMÍDIA USB ABNT2, MONITOR LED 18,5, RESOLUÇÃO 1360X768, TELA ANTI-REFLEXIVA E ANTI ESTATICA, PIXEL PITCH 0,30MM X 30MM. FONE DE OUVIDO COM MICROFONE, COM RESPOSTA DE FREQUÊNCIA DE 80Hz, IMPEDÂNCIA 32 Ohms, SENSIBILIDADE 3db, COM WINDOWS ORIGINAL 8.1 PRO O&M 64 bits. MARCA: WISE/AOC.	R\$ 2.350,00	R\$ 35.250,00
TOTAL REGISTRADO				R\$ 35.250,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS



3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será(ao) pago(s) na possível aquisição dos equipamentos de informática, especificado(s) na cláusula primeira deste instrumento e no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

4.1 Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1 A solicitação dos equipamentos de informática será feita ao Detentor da Ata com no mínimo de 02 (dois) dias antecedência e, não serão tolerados atrasos no fornecimento dos mesmos.

5.2 A Detentora da Ata deverá entregar os equipamentos de informática de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

5.3 A entrega dos equipamentos de informática fornecidos pela Detentora da Ata serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no instrumento convocatório.

5.4 Se, por motivo de dificuldades das empresas em atenderem os diversos pedidos e necessidades da Secretaria, a Detentora da Ata não puder atender a solicitação no todo ou em parte, deverá comunicar ao órgão requisitante, no prazo de até 48 horas anteriores à entrega dos equipamentos de informática, liberando o Município para contratar outro prestador, nos mesmos preços e condições descritos na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 A Administração efetuará o pagamento dos equipamentos de informática entregues à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos entregues, no prazo de 15 dias consecutivos após a execução, mediante apresentação das respectivas notas fiscais.

6.2 O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6.3 Caso haja aplicação de multa ou o fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

6.4 As despesas decorrentes da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente em 2016, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

02.01 – Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

2.200 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENV. ECON.

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Desenv. Econ.

2.300 – Manutenção da Administração Geral

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

05.01 – Secretaria Municipal de Educação

2.500 – Manutenção Ensino Básico

06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

06.02 – Departamento de Assistência Social

2.900 – Manutenção Atividades Fundo de Assistência Social

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 – Departamento de Agricultura

2.010 – Assistência ao Produtor Rural

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – Fundo Municipal de Saúde
2.800 – Manutenção Atividades do Fundo Municipal de Saúde

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
08.01 – Departamento de Transportes
2.110 – Manutenção das Atividades do DMER

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
03.01- Departamento de Finanças
2.400- Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Ao fornecedor poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízos do direito à rescisão do Contrato e às perdas e danos, ficando garantida a prévia e ampla defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

7.2 A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da mesma, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assina-la.

7.3 Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preços o montante dos preços totais finais oferecidos pelas licitantes após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

7.4 A penalidade de multa, prevista no item anterior, poderá ser aplicada, cumulativamente, com a penalidade disposta na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, e artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa.

7.5 Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas da ATA, sujeitas ainda:

7.6 Suspensão temporária e a Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, que serão cominadas nas condições definidas pela CONTRATANTE, em caso de faltas graves ocorridas na vigência do ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, apuradas em processo administrativo que assegure ao acusado o direito prévio da citação e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

7.7 A Administração Municipal de Serra Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pelas licitantes vencedoras, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

7.8 Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.9 Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

7.10 Nos termos do artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

8.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

8.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

8.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feito pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM ou por informativo no Mural Público do Município de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

9.1 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 027/2016 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

9.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

9.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

9.4 E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

SERRA ALTA/SC, 10 de Junho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME

GIOVANI FRANKEN

REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ

OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI

CPF: 418.827.760-20

JANETE PETRY CERIZOLI

CPF: 014.831.769-32

ATA Nº 037/2016 REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037 DE 10/06//2016

No dia 10 de junho de 2016, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO, FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente e nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 027/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 12.572.403/001-94, com endereço na Av. São Paulo, nº1699, Bairro Pioneiro, Município de Pinhalzinho/SC, CEP: 89870-000, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. Fábio Provence, portador do CPF nº 020.282.019-08 e RG 3.437.391, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 12.572.403/001-94, aqui representada por seu representante legal, Sr. Fábio Provence, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 027/2016 cujo objeto é a possível Aquisição de MICROCOMPUTADORES, ESTABILIZADORES E CLIMATIZADORES que serão utilizados para atender a demanda de diversas Secretarias para o desenvolvimento de suas atividades rotineiras promovendo maior agilidade e eficiência nos serviços prestados. Os dados são conforme descrições mínimas constantes no Anexo "D" do Edital em comento e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado abaixo:

Item	Quantidade Estimada Und.	Especificação/Marca	Valor Unitário	Valor Total
02	15 UND.	ESTABILIZADOR DE ENERGIA 300VA, COM 4 TOMADAS, TENSÃO ENTRADA BIVOLT E SAÍDA 115V, FILTRO DE LINHA INTEGRADO, 3 SINALIZAÇÕES VISUAIS, COM 2 ANOS DE GARANTIA. MARCA: FORCELINE.	R\$ 67,00	R\$ 1.005,00
03	10 UND.	CLIMATIZADOR COM 12.000 BTUS MODELO SPLIT APRESENTANDO AS SEGUIN- TES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: CICLO DE CLIMATIZAÇÃO QUENTE/FRIO, CONTROLE REMOTO, FUNÇÃO REFRIGERAÇÃO/AQUECIMENTO DESUMIDIFI- CAÇÃO/VENTILAÇÃO/FILTROANTIBACTÉRIAS/HEPA/ HIGH DENSITY FILTER/ SILENCIOSO (sim), 3 VELOCIDADES, DIRECIONADORES DE AR HORIZONTAL/VERTICAL, COM UMA SAÍDA DE AR, SAÍDA INFERIOR, TEM- PERATURAS DE 18 A 32°C, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA COM VOLTAGEM DE 220V FREQUENCIA 60HZ. GARANTIA DE 05 ANOS PARA O COMPRESSOR E 1 ANO PARA OS DEMAIS COMPONENTES. O CLIMATIZADOR DEVERÁ SER ENTREGUE INSTALADO E FIXADO NA PAREDE, DEIXANDO-O EM PLENO FUNCIONAMENTO. MARCA: KOMEKO	R\$ 1.383,00	R\$ 13.830,00
04	10 UND.	CLIMATIZADOR DE AR COM 18.000 BTUS MODELO SPLIT APRESENTANDO AS SE- GUIN- TES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: CICLO DE CLIMATIZAÇÃO QUENTE/FRIO, CONTROLE REMOTO, FUNÇÃO REFRIGERAÇÃO/ AQUECIMENTO/ DESUMIDIFI- CAÇÃO/ VENTILAÇÃO/ FILTROANTIBACTÉRIAS/ HEPA/HIGH DENSITY FILTER/ SILENCIOSO (sim), 3 VELOCIDADES, DIRECIONADORES DE AR HORIZONTAL/ VERTICAL, COM UMA SAÍDA DE AR, SAÍDA INFERIOR, TEMPERATURAS DE 18 A 32°C, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA COM VOLTAGEM DE 220V FREQUENCIA 60HZ. GARANTIA DE 05 ANOS PARA O COMPRESSOR E 1 ANO PARA OS DEMAIS COMPONENTES. O CLIMATIZADOR DEVERÁ SER ENTREGUE INSTALADO E FIXA- DO NA PAREDE, DEIXANDO-O EM PLENO FUNCIONAMENTO. MARCA: KOMEKO.	R\$ 1.790,00	R\$ 17.900,00
TOTAL REGISTRADO				R\$ 32.735,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será(ao) pago(s) na possível aquisição dos equipamentos de informática e climatizadores, especificado(s) na cláusula primeira deste instrumento e no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

4.1 Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1 A solicitação dos equipamentos de informática e climatizadores será feita ao Detentor da Ata com no mínimo de 02 (dois) dias antecedência e, não serão tolerados atrasos no fornecimento dos mesmos.

5.2 A Detentora da Ata deverá entregar os equipamentos de informática e climatizadores de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

5.3 A entrega dos equipamentos de informática e climatizadores fornecidos pela Detentora da Ata serão devidamente inspecionados pelo

Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no instrumento convocatório.

5.4 Se, por motivo de dificuldades das empresas em atenderem os diversos pedidos e necessidades da Secretaria, a Detentora da Ata não puder atender a solicitação no todo ou em parte, deverá comunicar ao órgão requisitante, no prazo de até 48 horas anteriores à entrega dos equipamentos de informática e climatizadores, liberando o Município para contratar outro prestador, nos mesmos preços e condições descritos na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 A Administração efetuará o pagamento dos equipamentos de informática e climatizadores entregues à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos entregues, no prazo de 15 dias consecutivos após a execução, mediante apresentação das respectivas notas fiscais.

6.2 O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6.3 Caso haja aplicação de multa ou o fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

6.4 As despesas decorrentes da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente em 2016, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

02.01 – Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

2.200 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENV. ECON.

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Desenv. Econ.

2.300 – Manutenção da Administração Geral

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

05.01 – Secretaria Municipal de Educação

2.500 – Manutenção Ensino Básico

06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

06.02 – Departamento de Assistência Social

2.900 – Manutenção Atividades Fundo de Assistência Social

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 – Departamento de Agricultura

2.010 – Assistência ao Produtor Rural

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.800 – Manutenção Atividades do Fundo Municipal de Saúde

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

08.01 – Departamento de Transportes

2.110 – Manutenção das Atividades do DMER

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

03.01- Departamento de Finanças

2.400- Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Ao fornecedor poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízos do direito à rescisão do Contrato e às perdas e danos, ficando garantida a prévia e ampla defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

7.2 A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da mesma, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assina-la.

7.3 Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preços o montante dos preços totais finais oferecidos pelas licitantes após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

7.4 A penalidade de multa, prevista no item anterior, poderá ser aplicada, cumulativamente, com a penalidade disposta na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, e artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa.

7.5 Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas da ATA, sujeitas ainda:

7.6 Suspensão temporária e a Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, que serão cominadas nas condições definidas pela CONTRATANTE, em caso de faltas graves ocorridas na vigência do ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, apuradas em processo administrativo que assegure ao acusado o direito prévio da citação e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

7.7 A Administração Municipal de Serra Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pelas licitantes vencedoras, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

7.8 Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.9 Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

7.10 Nos termos do artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

8.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

8.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

8.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feito pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM ou por informativo no Mural Público do Município de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

9.1 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 027/2016 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

9.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

9.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

9.4 E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

SERRA ALTA/SC, 10 de Junho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME
FÁBIO PROVENCE
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI
CPF: 418.827.760-20

JANETE PETRY CERIZOLI
CPF: 014.831.769-32

PORTARIA Nº 048/2016

PORTARIA Nº. 048/2016 DE 10 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal das Atas de Registro de Preços e substituto referente ao Processo Licitatório nº. 027/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL/SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS para acompanhar e fiscalizar a execução das referidas Atas na forma e condições abaixo relacionadas:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº:	036/2016 E 037/2016		
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, ESTABILIZADORES E CLIMATIZADORES QUE SERÃO UTILIZADOS PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES ROTINEIRAS PROMOVENDO MAIOR AGILIDADE E EFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS PRESTADOS.		
EMPRESA:	ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME		
CNPJ Nº:	04.326.894/0001-65		
EMPRESA:	ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME		
CNPJ Nº:	12.572.403/001-94		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	VANDERLI RUI DE GASPARI		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	418.827.760-20	MATRÍCULA:	783
LOTAÇÃO:	Secretaria de Administração e Desenvolvimento Econ.		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDORA:	JANETE PETRY CERISOLI		
CARGO:	SECRETÁRIA MUNICIPAL		
CPF:	014.831.769-32	MATRÍCULA:	787
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação Cultura e Esportes		

Art. 2º O serviço de fiscal das Atas e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de Junho de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO N. 233/2016

DECRETO Nº 233, DE 31 DE MAIO DE 2016.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 73.825,07 (setenta e três mil, oitocentos e vinte e cinco reais e sete centavos), na seguinte dotação orçamentária:

04.02 - DIRETORIA DE OBRAS

1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas

4.4.90.00.00.00.00.0627(27) - Aplicações Diretas
..... R\$ 73.825,07

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso da fonte de recursos 627.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 31 de maio de 2016.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO N. 236/2016

DECRETO Nº 236 DE 09 DE JUNHO DE 2016.
DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE SOMBRIO, POR TRES DIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições privativas que lhe confere o item VI, do Artigo 66, da Lei Orgânica Municipal de 06 de abril de 1990, e,

CONSIDERANDO o falecimento em 08 de junho de 2016, do ilustre cidadão Sombriense Senhor JOÃO ALBERTO VARGAS, Funcionário Público Municipal, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos (Diretor de Fiscalização);

CONSIDERANDO a relevância de sua dedicação para o desenvolvimento econômico e Social do Município.

DECRETA:

Artigo Único É declarado LUTO OFICIAL no Município de Sombrio, por três dias, tendo em vista o falecimento do cidadão Sombriense Senhor JOÃO ALBERTO VARGAS, ocorrido no dia 08 de junho de 2016.

Município de Sombrio-SC, 09 de junho de 2016.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO N. 237/2016

DECRETO Nº. 237 DE 09 DE JUNHO DE 2016.
"CONFIRMA O FERIADO RELIGIOSO DE SANTO ANTONIO DE PÁDUA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990, e

Considerando que a Lei nº. 413, de 12 de maio de 1980, "Considera feriado municipal o dia 13 de Junho, data comemorativa a Santo Antonio de Pádua, Padroeiro da Paróquia de Sombrio:

Considerando a especial devoção da comunidade católica de Sombrio e região;

DECRETA:

Art. 1º. Fica confirmado o feriado religioso de "Santo Antonio de Pádua" no Município de Sombrio, instituído pela Lei nº 413, de 12 de maio de 1980, o dia 13 de junho de 2016 (Segunda feira).

Art. 2º. Em virtude do feriado municipal, os serviços e atividades consideradas essenciais de coleta de lixo, vigilância e SAMAE, funcionarão em escala de plantão.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 09 de junho de 2016.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO 002-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 002/2016

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Tigrinhos (SC) torna público para o conhecimento dos interessados, que estarão abertas para o exercício de 2016, as inscrições para o Processo de Credenciamento de Prestadores de Serviços Especializados na Área da Saúde – Pessoa Jurídica para realização de exames Citopatológicos e Anátomo Patológicos, conforme TABELA SUS, dando efetivo atendimento à população na Unidade de Saúde do Município de Tigrinhos/SC, nos termos e condições constantes no Edital na forma do disposto no artigo 25, caput, da Lei Federal nº. 8.666/93. Os interessados deverão se dirigir ao Setor de Licitações do Município de Tigrinhos, sito a Avenida Felipe Baczinski, nº. 479, Centro, Município de Tigrinhos, ou pelo Telefone: 49-36580064 no horário das 07h00min às 13h00min.

Tigrinhos (SC), 09 de Junho de 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 131/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2.016, POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIO.

DECRETO Nº 131, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2.016, POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e a Lei Orçamentária nº 1.780 de 1º de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente, conforme abaixo discriminado, destinado ao empenhamento de despesa de capital, não prevista na Lei Orçamentária do exercício em curso, no valor total de R\$ 274.954,50 (duzentos e setenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e quatro reais cinquenta centavos):

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes

2.025 – Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo

4.4.90.00.00.00.00.00.0024–(85)-Aplicações diretas
..... R\$ 274.954,50

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do provável excesso de arrecadação do exercício em curso, por conta de convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, no Programa Transferência 2016006018, Proposta nº 17.889/2016, que objetiva a aquisição de um caminhão equipado com compactador de resíduos sólidos.

Art. 3º - Ficam autorizados os ajustes no Plano Plurianual 2014/2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016, que se fizerem necessários em função do crédito orçamentário de que trata este Decreto.

Art. 4º - A suplementação de que trata este Decreto fica condicionada a efetiva arrecadação do recurso.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 02 de junho de 2016.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 132/2016: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2.016, POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIO.

DECRETO Nº 132, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2.016, POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e a Lei Orçamentária nº 1.780 de 1º de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente, conforme abaixo discriminado, destinado ao empenhamento de despesa de capital, não prevista na Lei Orçamentária do exercício em curso, no valor total de R\$ 198.699,39 (cento e noventa e oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e trinta e nove centavos):

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes

1.017 – Construção de ponte, pontilhões e passeios públicos

4.4.90.00.00.00.00.00.0024–(71)-Aplicações diretas
..... R\$ 198.699,39

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do provável excesso de arrecadação do exercício em curso, por conta de convênios com o Governo do Estado de Santa Catarina, nos Programas Transferência 2016005459/2016005360, Propostas nº 17.068/2016 e 17.024/2016, que objetivam a aquisição de drenos e galerias em concreto armado.

Art. 3º - Ficam autorizados os ajustes no Plano Plurianual 2014/2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016, que se fizerem necessários em função do crédito orçamentário de que trata este Decreto.

Art. 4º - A suplementação de que trata este Decreto fica condicionada a efetiva arrecadação do recurso.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 02 de junho de 2016.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 133/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

DECRETO Nº. 133, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.780 de 1º de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente no Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor de 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais):

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes

2.025 – Manutenção dos serviços de coleta de lixo

4.4.90.00.00.00.00.0080(86) – Aplicações Diretas
..... R\$ 4.500,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial da seguinte dotação:

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes

2.025 – Manutenção dos serviços de coleta de lixo

3.3.90.00.00.00.00.0080(84) – Aplicações Diretas
..... R\$ 4.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 02 de junho de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 134/2016: ADMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO

DECRETO Nº 134, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica admitido no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, o Senhor Dioni Bitencourt, CPF nº 075.430.059-56 e RG nº 4.278.812, no Cargo de Professor Supletivo 40 Hs.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL – SC, 09 de Junho de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

SAMAE - TIMBÉ DO SUL**HOMOLOGA RESULTADO DA LICITAÇÃO CV 2-2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA SAMAE DE TIMBÉ DO SUL CNPJ: 83.820.076/0001-90 Rua: Carlos Savi, 365 C.E.P.: 88940-000 - Timbé do Sul - SC	CONVITE Nr.: 2/2016 - CV Processo Administrativo: Processo de Licitação: 2/2016 Data do Processo: 24/05/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente, Ricardo Stecanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

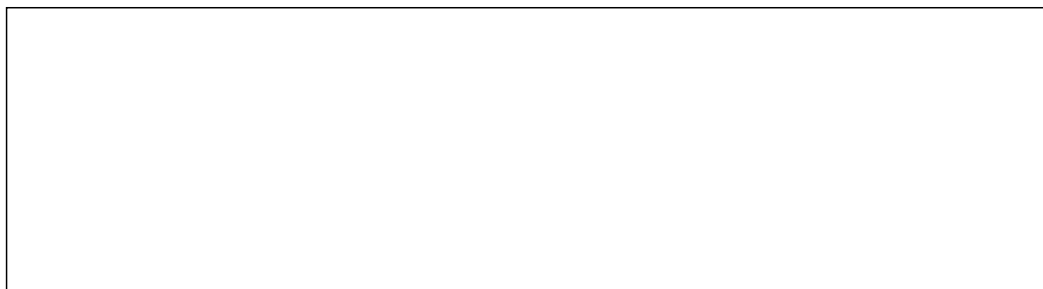
01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 2/2016
b) Licitação Nr.: 2/2016-CV
c) Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 10/06/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação FAZ-SE NECESSARIO A ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DE TUBO PVC CLASSE 15 JEI PBA 6M DN50- DE 60MM, TUBO PVC CLASSE 15 JEI PBA 6M DN75-DE 85MM, TUBO PVC CLASSE 15 JEI PBA 6M DN100, DE 110MM, FABRICADO DE ACORDO COM A NBR 5547.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
- 006585 - C.E. MACEDO COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS	1	0,0000	2.980,00
- 006583 - CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA	2	0,0000	15.306,00
	3		18.286,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.021.4.4.90.00.00.00.00 (1) Saldo: 35.000,00



Timbó

PREFEITURA

ATA ANÁLISE DE DOCUMENTOS DA INEXIGIBILIDADE 10 2016 - FCT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2016 - FCT

Às oito horas, do nono dia, do mês de junho de dois mil e dezesseis, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Barbara Hochheim, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 10/2016 - FCT.

Aberta a sessão foram analisados os seguintes documentos integrantes deste processo de inexigibilidade de fls. 0007/0027(abaixo relacionados) apresentados por BILL JONNATHAN PEREIRA – MEI, inscrição nº 18464723/0001-07, nome Fantasia: Cia de Teatro O Vento Brasil:

Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó	Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Declaração de que não possui em seu quadro menores empregados de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz; não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública; que o artista reconhece que a empresa é representante exclusiva do mesmo	CF art.7º, XXXIII
Atestados de Capacidade Técnica	
Certificado da Condição de Microempreendedor Individual	
Cópia da Carteira de Identidade de Bill Jonnathan Pereira	
Documentos que comprovem renome (recortes de revistas, jornais)	
Proposta de Preços	Lei 8.666/93 Art. 38, IV

Da análise destes documentos observa-se que a empresa está com a documentação regular. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER
Presidente
BARBARA HOCHHEIM
Membro Substituta

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

ATA SUSPENSÃO DA ETAPA DE LANCES - PREGÃO PRESENCIAL N.º 06 2016 FCT

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

ATA Pregão Presencial Nº. 006/2016

Às 14:30 horas do dia 09/06/2016, na sala de Licitações, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, em Timbó/SC, na sessão pública designada para realização da etapa de lances, presentes o pregoeiro Jean Messias Rodrigues Vargas, equipe de apoio Elenise Pisetta e os representantes das empresas participantes HB SO-NORIZAÇÃO EVENTOS EIRELI – ME, Mário Balland Júnior; LIND GUIMAR MACHADO ME, Lind Guimar Machado; LEGO FEIRAS LTDA ME, José Luiz de Quevedo; COMERCIAL MULTISOM LTDA ME, Vanderlei Siewert; SOM TRÊS LTDA ME, Norvete C. P. Valcanaia e SERGIO ROSSI EPP, Evandro Rossi, face o teor da Ata de Recebimento de Documentos, os quais poderiam comprometer a continuidade do certame, DECIDE SUSPENDER a referida etapa de lances para apuração dos fatos. Nada mais havendo a relatar, deu-se por encerrada a sessão. Lavrei a presente ata que após lida, será por todos assinada.

JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS
Pregoeiro
ELENISE PISETTA
Equipe de Apoio

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 43 2016 PMT - SERVIÇO DE TRANSPORTE

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 43/2016 PMT

OBJETO: contratação de empresa(s) para prestação de serviço de transporte de atletas, usuários da assistência social, grupos apoiados pela administração direta e indireta, transporte de pacientes sistema único de saúde do município à sede dos prestadores de serviços para consultas, exames e procedimentos, além de alunos participantes do projeto protetor ambiental e de educação ambiental. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 23 de junho de 2016. ABERTURA: dia 23 de junho de 2016 às 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBÓ (SC), 09/06/2016
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Assistência Social
Secretário de Saúde

MÁRCIO ELÍSIO
Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação de Cultura de Timbó
Diretor Presidente do Fundo Municipal de Turismo

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATOS -
PREGÃO PRESENCIAL N.º 29.2016 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2016 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, a licitante, GUARDA E PIMENTEL LTDA ME, CNPJ nº. 08.983.236/0001-05, a comparecer para assinatura dos respectivo contrato nº 2016/89 oriundos do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 15/06/2016

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 09 de junho de 2016.

BRUNA DE ANDRADE

Central de Licitações

**PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE
REGISTRO DE PREÇO N.º 14 2016 PMT**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço para contratação de mão de obra especializada para prestação de serviços de alvenaria, manutenção em telhados e calhas, carpintaria, marcenaria, pintura, eletricista e encanador destinados à manutenção predial preventiva e corretiva das unidades administrativas diretas e indiretas do município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Francisco Mattos de Lara Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 272.335,00 (duzentos e setenta e dois mil trezentos e trinta e cinco reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 09/03/2017.

Timbó, 10/03/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO DA ATA DE
REGISTRO DE PREÇO N.º 10 2015 - FMS**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Confecção de impressos destinados a atender as necessidades de diversos setores do fundo municipal de saúde.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Sevega Gráfica e Impressão Digital Ltda; Gráfica Guaramirim Ltda; Norte Indústria Gráfica Ltda Me; Business Editora e publicação de Informativos Ltda Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 14.650,10 (quatorze mil seiscentos e cinquenta reais e dez centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 18/12/2016.

Timbó, 09/12/2015

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE
REGISTRO DE PREÇO N.º 06 2015 FMS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2015 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde

OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais odontológicos destinados aos consultórios das Unidades de Saúde da Família e da Policlínica de Referência do Município de Timbó/SC EMPRESAS FORNECEDORAS: Phodent Com. Repres. Prod. Hosp. Dentar. Ltda; Trade Medical Com. de Mat. Hosp. Ltda; Silmes Com. Prod. Odontológicos Ltda Me; Jefferson Duwe – Me; ACR Medcal Produtos para Saúde Ltda Me

TOTAL ESTIMADO: R\$ 97.348,21 (noventa e sete mil, trezentos e quarenta e oito reais e vinte e um centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 08/09/2016.

Timbó, 09/09/2015

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 15 DE 2016

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei nº 15/2016 – Autoriza a abertura de Crédito Especial de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2016, da Administração Direta.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.

Relator: Vereador Waldemar Gebauer

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que Autoriza a suplementação de valores e abertura de crédito especial em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2016, da Administração Direta.

O projeto foi protocolizado nesta Secretaria Legislativa no dia 09 de maio corrente, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 07 de junho em sessão ordinária. No dia 09 de junho a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião, exarando o parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Como bem salientado na exposição de motivos, se fazem necessários ajustes para adequar à Lei Orçamentária Anual a fim de possibilitar o empenhamento correto das despesas. No caso concreto, a proposição visa abrir crédito suplementar a conta de superávit financeiro do exercício anterior no valor de até R\$ 8.014,22 (oito mil e quatorze reais e vinte e dois centavos), nas dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social (Serviço de Proteção Básica -equipamentos, móveis e utensílios). As alocações pretendidas neste projeto não encontram óbice quando se destaca a fonte e consequente destinação de recursos, estando em conformidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Timbó e, por conseguinte, com a Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, que rege a contabilidade pública e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de maio de 2000.

III) CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Marcelo Luiz Ferrari

Sala das Comissões, em 09 de junho de 2016

Marcelo Luiz Ferrari

Presidente

Waldemar Gebauer

Relator

Parecer da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização ao Projeto de Lei nº 20 de 2016

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei nº 20/2016 – Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2016, da Administração Direta e Indireta.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.

Relator: Vereador Waldemar Gebauer

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que Autoriza a anulação, suplementação de valores e abertura de crédito especial em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2016, da Administração Direta.

O projeto foi protocolizado nesta Secretaria Legislativa no dia 06 de junho corrente, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 07 de junho em sessão ordinária. No dia 09 de junho a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião, exarando o parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Como bem salientado na exposição de motivos, se fazem necessários ajustes para adequar à Lei Orçamentária Anual a fim de possibilitar o empenhamento correto das despesas. No caso concreto, a proposição visa proceder com a anulação no valor de até R\$ 1.684.900,00 (um milhão, seiscentos e oitenta e quatro mil e novecentos reais) nas dotações orçamentárias de vários órgãos da Administração Direta e Indireta. A conta desta anulação, será aberto crédito suplementar no valor de até \$ 1.684.900,00 (um milhão, seiscentos e oitenta e quatro mil e novecentos reais), nas dotações orçamentárias de diversos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município. As alocações pretendidas neste projeto não encontram óbice quando se destaca a fonte e consequente destinação de recursos, estando em conformidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Timbó e, por conseguinte, com a Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, que rege a contabilidade pública e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de maio de 2000.

III) CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Marcelo Luiz Ferrari

Sala das Comissões, em 09 de junho de 2016.
Marcelo Luiz Ferrari Waldemar Gebauer
Presidente Relator

Parecer da Comissão de Mérito ao Projeto de Lei nº 09 de 2016

COMISSÃO DE MÉRITO

Projeto de Lei nº 09/16 – Denomina via pública " Honorato Tonolli" e define seu gabarito.

Iniciativa do Projeto: Vereador Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador Rubens Borchardt

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que pretende denominar via pública de "Honorato Tonolli", e define seu gabarito. O projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 30 de maio corrente, tendo sido despachado a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora realizada no dia 09 de junho, após manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que opinou por sua legalidade e constitucionalidade. No mesmo dia, esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião ordinária, quando exarou o parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

Cabe a esta comissão permanente o exame dos aspectos relativos aos planos gerais ou parciais de urbanização (art. 70, II, e, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Timbó).

Ao se analisar a sugestão, verificou-se que o logradouro o qual pretende-se denominar é via projetada, fazendo parte do Loteamento Edwin Klug, Bairro das Nações. Portanto, a via em questão já existe de fato e, portanto, necessita de denominação.

Com relação ao gabarito da via, constata-se que a mesma é uma via de acesso local, permitindo o acesso direto aos imóveis lindeiros, de acordo com a classificação dada pelo inciso III do art. 3.º da Lei Complementar n.º 344/2007. De acordo com o croqui que acompanha o projeto, a rua em questão possui gabarito total de 12,00 metros, dentro do que estabelecido para as vias a serem criadas no Município, conforme o determinado pela Lei Complementar n.º 345/2007 em seu art. 47. Assim, verifica-se que o projeto em comento está de acordo com o que determina o Plano Diretor municipal.

Quanto a sua nomenclatura, não apresentamos ressalvas face às razões apresentadas na exposição de motivos.

III) CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, vislumbra-se que o projeto vai ao encontro dos conceitos urbanísticos da cidade, razão pela qual este Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria. Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Jorge Augusto Krüger
Vereador Fabricio Dalcastagné

Sala das Comissões, em 09 de junho de 2016
Jorge Augusto Krüger
Presidente

Rubens Borchardt Fabricio Dalcastagné
Relator Membro

Parecer da Comissão de Mérito ao Projeto de Lei nº 18 de 2016

COMISSÃO DE MÉRITO

Projeto de Lei nº 18/16 – Institui o Dia do Leonismo.

Autores: Vereadores Douglas Emanuel Marchetti, Reimar Raddatz e Rubens Borchardt
Relator: Vereador Fabricio Dalcastagné

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo, que pretende instituir no âmbito do Município de Timbó o Dia Municipal do Leonismo.

O projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 06 de junho corrente, tendo sido despachado a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 09 de junho após manifestação por sua legalidade e constitucionalidade pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação. No mesmo dia esta Comissão teve como pauta o projeto em sua reunião ordinária, quando exarou seu parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com a justificativa, o projeto objetiva homenagear o Lions Clube Timbó pela sua participação em causas humanitárias e sociais. Entendemos ser de expressiva importância tal homenagem ante a natureza altruística do Lions Clube de Timbó, que ao longo dos anos colabora no desenvolvimento social do Município de Timbó, prestando serviços relevantes e ensinando os valores do companheirismo, humildade e solidariedade, contribuindo para o crescimento e humanização de nossa cidade.

III) CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, este Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria
Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Jorge Augusto Krüger
Vereador Rubens Borchardt

Sala das Comissões, em 09 de junho de 2016
Jorge Augusto Krüger
Presidente

Fabrizio Dalcastagné Rubens Borchardt
Relator Presidente

TIMBOPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ

PORTARIA Nº TIMBOPREV- 152, DE 03 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº TIMBOPREV- 152, DE 03 DE JUNHO DE 2016

Extingue o benefício de Pensão por Morte concedido à Tercília Tancon, através da Portaria nº 414/2013.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, e art.17 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º EXTINGUIR, o benefício de Pensão por Morte concedido à TERCILIA TANCON, através da Portaria nº 414, de 11 de junho de 2013, em virtude de falecimento, conforme Certidão de Óbito-Registro Civil das Pessoas Naturais, Município e Comarca de Timbó, matrícula nº 107821 01 55 2016 4 00016 267 0006161 18, a contar de 22 de maio do corrente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

Três Barras

PREFEITURA

ERRATA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO 018/2016 CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2015

ERRATA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO 018/2016

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2015

No Edital de Convocação nº 018/2016, publicado no Diário dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br) Edição nº 1994 página nº 615 de 12 de maio de 2016 (quinta-feira) constou erro no número da convocação,

SE LÊ: EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 18/2016,
LEIA-SE EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 19/2016.

Assim fica a numeração devidamente corrigida:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 19/2016

CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

Três Barras - SC, em 08 de junho de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2016

Vigência: 31/05/2016 à 30/08/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: INOVA ENGENHARIA SS LTDA – CNPJ nº 11.552.792/0001-23.

Objeto: O objeto do presente contrato é a execução de Projetos de Engenharia, memoriais descritivos, e planilhas orçamentárias para projeto de pavimentação em diversas Ruas do Município.

Valor Total: R\$ 61.635,63 (sessenta e um mil e seiscentos e trinta e cinco reais e sessenta e três centavos).

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 09 de junho de 2016.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 054/2016

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2014

Termo Aditivo nº 54/2016

Processo Licitatório nº 59 /2014

Concorrência Pública

Contratante: Fundo Municipal De Saúde – CNPJ nº 11.491.075/0001-39.

Contratado: Construtora Ic Ltda - Me - CNPJ sob o nº 85.248.920/0001-86.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quinta do Contrato Principal nº 10/2014, reajustando o valor inicial contratado buscando o equilíbrio econômico financeiro, incluindo a aquisição de materiais e mão de obra extra para a conclusão da obra da Unidade Básica de Saúde localizada na Rua Boleslau Polanski, Bairro João Paulo II (Lote 03), na cidade de Três Barras – SC.

Valor: R\$ 7.671,00 (sete mil e seiscentos e setenta e um reais).

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 09 de junho de 2016.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 65/2016

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 65/2016 - Edital Pregão nº. 54/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera até as 09 h e 00 min. do dia 23 de junho de 2016, Propostas para REGISTRO DE PREÇOS de TUBOS DE CONCRETO, BLOCOS DE CONCRETO, PAVER VIBRO PRENSADOS, LAJOTAS VIBRO PRENSADAS, MEIO FIOS E PALANQUES DE CONCRETO, de acordo com as disposições contidas no edital.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas

que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 23 de junho de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 06 de junho de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 66/2016

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 66/2016 - Edital Pregão nº. 55/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 23 de junho de 2016, Propostas para Aquisição de: item 01) servidor de internet com serviços de instalação e configuração; e item 02) servidor de banco de dados com instalação, migração de dados e configuração, destinados a suprir as deficiências na área de informática da administração municipal.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 23 de junho de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 06 de junho de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 67/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 67/2016.

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 08/2016.

A Prefeitura Municipal de Três Barras – SC torna publico que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94 receberá até as 09 h e 00 min. do dia 28 de junho de 2016, Documentação e Propostas para revitalização do CMEI CLEIA TRELA CASA localizado no Bairro João Paulo II (Readequações e Pintura), em conformidade com as disposições contidas no edital.

Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 28 de junho de 2016. Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 - Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail licitacao@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 06 de junho de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

SALVADOR DE MAIO NETO - JURIDICO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 68/2016

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 68/2016 - Edital Pregão nº. 56/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 10 h e 00 min. do dia 23 de junho de 2016, Propostas para “Registro de Preço de Materiais Destinados a Pintura (tinta, solvente, rolo, etc)”, destinados a pintura de Prédios Públicos.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 10 h e 00 min. do dia 23 de junho de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 06 de junho de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2171

DECRETO Nº 2.171/2016 de 09 de junho de 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA DE TREZE TÍLIAS NO VALOR DE R\$30.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

09 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01 – Extensão Rural

Projeto/Atividade: 2.017 – Agricultura e promoção rural

Modalidade de Aplicação:

Suplementa:

(111) 3.3.90.00.00.00.00.00.01 R\$30.000,00

Anula:

(110) 3.1.90.00.00.00.00.00.01 R\$30.000,00

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.169/2016.

Gabinete do Prefeito de Município de Treze Tílias/SC, 09 de junho de 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 099/2016

PORTARIA Nº 099/16 DE 07 DE JUNHO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares a servidora municipal abaixo mencionada.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Matilde De Rós	04/07/2015 a 03/07/2016	07/06/2016 a 21/06/2016	15

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 07 DE JUNHO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO 005/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 005/2016 FMS
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: Transtrapp Transportes Rodoviários de Cargas LTDA - EPP
Vigência : Início: 04/05/2016 Término: 04/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA RECARGA DE GAS DE COZINHA (GLP) P13 PARA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO.
Trombudo Central, 04 de maio de 2016.

Trombudo Central, 04 de maio de 2016.

ATA DE REGISTRO 007/2016 - 1 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 007/2016 FMS
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA
Vigência : Início: 17/05/2016 Término: 17/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO.
Trombudo Central, 17 de maio de 2016.

ATA DE REGISTRO 006/2016 - 1 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 006/2016 FMS
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA
Vigência : Início: 09/05/2016 Término: 09/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO.
Trombudo Central, 09 de maio de 2016.

ATA DE REGISTRO 007/2016 - 1 - PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 007/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA
Vigência : Início: 09/05/2016 Término: 09/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.:26/2016
Objeto :REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, OBRAS, PLANEJAMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO.
Trombudo Central, 09 de maio de 2016.

ATA DE REGISTRO 006/2016 - 2 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 006/2016 FMS
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: RODA BRASIL COMERCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA
Vigência : Início: 09/05/2016 Término: 09/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO.
Trombudo Central, 09 de maio de 2016.

ATA DE REGISTRO 007/2016 - 2 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 007/2016 FMS
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME
Vigência : Início: 17/05/2016 Término: 17/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO.
Trombudo Central, 17 de maio de 2016.

ATA DE REGISTRO 006/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 006/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: TRANSTRAPP TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA - EPP
Vigência : Início: 04/05/2016 Término: 04/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.:25/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA RECARGA DE GAS DE COZINHA (GLP) P13 E P45 PARA SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CULTURA, EDUCAÇÃO E UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICIPIO.

ATA DE REGISTRO 007/2016 - 2 - PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 007/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: RODA BRASIL COMERCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS

LTDA

Vigência : Início: 09/05/2016 Término: 09/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.:26/2016

Objeto :REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, OBRAS, PLANEJAMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO.

Trombudo Central, 09 de maio de 2016.

ATA DE REGISTRO 007/2016 - 3 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 007/2016 FMS

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI ME

Vigência : Início: 17/05/2016 Término: 17/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICÍPIO.

Trombudo Central, 17 de maio de 2016.

ATA DE REGISTRO 007/2016 - 3 - PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 007/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: COMERCIAL Automotiva S/A

Vigência : Início: 09/05/2016 Término: 09/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.:26/2016

Objeto :REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, OBRAS, PLANEJAMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO.

Trombudo Central, 09 de maio de 2016.

ATA DE REGISTRO 007/2016 - 4 - PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 007/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: MODELO PNEUS LTDA

Vigência : Início: 09/05/2016 Término: 09/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.:26/2016

Objeto :REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, OBRAS, PLANEJAMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO.

Trombudo Central, 09 de maio de 2016.

ATA DE REGISTRO 008/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 008/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: CERVALE SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA EPP

Vigência : Início: 13/05/2016 Término: 13/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.:29/2016

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Trombudo Central, 13 de maio de 2016.

ATA DE REGISTRO 009/2016 - 1 - PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 009/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELE ME

Vigência : Início: 16/05/2016 Término: 16/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.:30/2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS, BOCAS DE LOBO PARA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO.

Trombudo Central, 16 de maio de 2016.

CONTRATO 038/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 038/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: JLM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Valor : 19.938,06 (dezenove mil novecentos e trinta e oito reais e seis centavos)

Vigência : Início: 12/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA DO TELHADO E CONFECÇÃO DO MURO DO CEB ARTHUR BRUNO JANDT.

Trombudo Central, 9 de Junho de 2016

CONTRATO 039/2016 PMTC

Contrato Nº.: 039/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA

Valor : 29.042,65 (vinte e nove mil e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 23/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO.

Trombudo Central, 9 de Junho de 2016

CONTRATO 040/2016 PMTC

Contrato Nº.: 040/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: ALINE RAITZ ME

Valor : 33.535,00 (trinta e três mil quinhentos e trinta e cinco reais)

Vigência : Início: 23/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERCENDIA) PARA UNIDADES ESCOLARES DO MUNICIPIO.

Trombudo Central, 9 de Junho de 2016

CONTRATO 041/2016 PMTC

Contrato Nº.: 041/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Valor : 77,04 (setenta e sete reais e quatro centavos)

Vigência : Início: 23/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERCENDIA) PARA UNIDADES ESCOLARES DO MUNICIPIO.

Trombudo Central, 9 de Junho de 2016

CONTRATO 042/2016 PMTC

Contrato Nº.: 042/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME

Valor : 24.093,70 (vinte e quatro mil e noventa e três reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 23/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERCENDIA) PARA UNIDADES ESCOLARES DO MUNICIPIO.

Trombudo Central, 9 de Junho de 2016

CONTRATO 043/2016 PMTC

Contrato Nº.: 043/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME

Valor : 42.833,20 (quarenta e dois mil oitocentos e trinta e três reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 23/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERCENDIA) PARA UNIDADES ESCOLARES DO MUNICIPIO.

Trombudo Central, 9 de Junho de 2016

Tunápolis

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 85/2016 JAIME LUIZ FONTANA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 85/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, DESTINADOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES DESTA MUNICIPALIDADE destinados para as atividades administrativas dos órgãos do município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 7 dias do mês de junho de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 84/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, DESTINADOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES DESTA MUNICIPALIDADE observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, DESTINADOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES DESTA MUNICIPALIDADE constantes do Anexo I do edital licitatório n. 85/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: Jaime Luiz Fontana - ME, inscrito sob o CNPJ n.º95.881.900/0001-00, com sede na Rua XV de novembro, nº 1715, no Município de São Miguel Do Oeste, e-mail: antichama@clcrapido.com.br, neste ato representado por Marizalete Ferreira dos Santos Fontana, portadora do CPF n.º 563.407.379-00.

PROGRAMA DE TRABALHO				PREVISÃO DE CUSTOS	
ITEM	QUANTI.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	Preço unit.	Preço Total R\$
01	15	Par	Sapato de segurança preto feminino marca Conforto	60,30	904,50
02	6	Par	Bota de borracha branca cano médio marca Bracol	32,00	192,00
03	5	Par	Sapato de segurança preto masculino marca Conforto	60,30	301,50
06	5	Uni	avental para solda de raspa de couro inteiro marca Luma	27,10	135,50
07	5	uni	Luvas para solda de raspa de couro manga longa marca luma	10,05	50,25
08	3	uni	Óculos transparente para solda	23,50	70,50
09	3	uni	Calças masculinas marca Ciacix	44,20	132,60
10	3	uni	Jalecos manga longa marca Ciacix	45,20	135,60
TOTAL GERAL				1.922,45	

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 85/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 67/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo

ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 A entrega dos itens deverão ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os materiais deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na Prefeitura Municipal, situada na Rua João Castilho n. 111, Centro no Município de Tunápolis sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 85/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 07 de junho de 2016.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Jaime Luiz Fontana - ME
Fornecedor Registrado

ATA REGISTRO DE PREÇO JULCIMAR GABOARDI PROCESSO 84.2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016

ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 84/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONFECÇÃO DE PLACAS, destinados para as atividades administrativas dos órgãos do município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 7 dias do mês de junho de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 84/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para CONFECÇÃO DE PLACAS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para CONFECÇÃO DE PLACAS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 84/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor – A empresa Julcimar Gaboardi, estabelecida na Rua General Daltro Filho, 1330, Centro, no Município de Campinas do Sul/Rio Grande do Sul, CEP 99660-000, inscrita no CNPJ sob o número 08.834..989.0001-40, neste ato representado pelo Sr. JULCIMAR GABOARDI, considerado Registrado nos seguintes itens conforme segue abaixo:

10	Placa de sinalização refletiva tamanho 50x50 cm, Advertência: "Lombada" A-18 instaladas com Poste Suporte em Aço Galvanizado: instalação por engastamento, diâmetro externo 2" e comprimento de 3.000mm. Deverá ser construída em aço SAE 1020 com espessura de parede de 2.00mm DIN 2440 EB 182 ABNT. Na parte superior do poste suporte deverão existir dois furos de 10mm a 50mm e 250mm respectivamente. Na parte inferior deverá ser provida de trava anti giro com 01 aleta soldada, deverá ser galvanizada a fogo, deverá conter fechamento superior. Placas com espessura de 18mm	und	30	96,00	2.880,00
12	Placa de sinalização refletiva tamanho 50x50 cm, Advertência: PARE instaladas com Poste Suporte em Aço Galvanizado: instalação por engastamento, diâmetro externo 2" e comprimento de 3.000mm. Deverá ser construída em aço SAE 1020 com espessura de parede de 2.00mm DIN 2440 EB 182 ABNT. Na parte superior do poste suporte deverão existir dois furos de 10mm a 50mm e 250mm respectivamente. Na parte inferior deverá ser provida de trava anti giro com 01 aleta soldada, deverá ser galvanizada a fogo, deverá conter fechamento superior. Placas com espessura de 18mm	und	15	110,00	1.650,00
Total geral					4.530,00

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 84/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 84/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo

ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 A entrega dos itens deverão ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os materiais deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na Prefeitura Municipal, situada na Rua João Castilho n. 111, Centro no Município de Tunápolis sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 84/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 07 de junho de 2016.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Julcimar Gaboardi
Fornecedor Registrado

Urussanga

PREFEITURA

EDITAL PL 47 2016 PMU PR 30 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016/PMU

Objeto: aquisição de bancos e lixeiras em atendimento ao programa de transferência REVITALIZAÇÃO DE PRAÇA ANITA GARIBALDI – Urussanga, referente a Proposta sob o nº 17898 Convênio com o Governo do Estado – Fundo Social/SC. Entrega dos envelopes: até as 09h30 dia 22/06/2016, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: 09h30 dia 22/06/2016, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

EDITAL PL 48 2016 PMU PR 31 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2016/PMU

Objeto: aquisição de bancos e lixeiras em atendimento ao programa de transferência REVITALIZAÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTES – Urussanga, referente a Proposta sob o nº 17900 Convênio com o Governo do Estado – Fundo Social/SC. Entrega dos envelopes: até as 09h30 dia 22/06/2016, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: 10h30 dia 22/06/2016, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.039/2016

DECRETO N.º 039/2016, de 07 de junho de 2016
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 4º da Lei Municipal n.º 1.066/2015 de 09 de dezembro de 2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE 2.008 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Modalidade 317100.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 13.500,00
Modalidade 337100.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 2.000,00
Modalidade 339300.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 9.000,00
Modalidade 447100.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 2.500,00

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 09.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE 2.038 – BLOCO DE GESTÃO - IGDBF
Modalidade 449000.00.03.0035.0033 – Aplicações Diretas
..... R\$ 9.870,57
Modalidade 339000.00.01.0035.0033 – Aplicações Diretas
..... R\$ 2.096,57

Art. 2º Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE 2.008 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 27.000,00

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 09.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE 2.038 – BLOCO DE GESTÃO - IGDBF
Modalidade 339000.00.03.0035.0033 – Aplicações Diretas
..... R\$ 9.870,57

Modalidade 449000.00.01.0035.0033 – Aplicações Diretas
..... R\$ 2.096,57

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 07 de junho de 2016
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 07/06/2016

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N.040/2016

DECRETO Nº040/2016, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

“ALTERA O DECRETO Nº 038/2016 DE 02 DE JUNHO DE 2016 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica alterado o inciso II, do artigo 2º, do Decreto nº 038/2016, que passa a ter a seguinte redação:

Artigo 2º - (...)

II – REPRESENTANTES DA CÂMARA DE VEREADORES:

Titular: Geraldo Ivo Anzolin

Suplente: Rosamarcia Hetkowsky Roman

Artigo 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 09 de junho de 2016.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 10/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2016 - AQUISIÇÃO ÔNIBUS

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2016

OBJETO: Constitui objeto do presente certame: Micro ônibus urbano escolar novo, 0 km, fabricação nacional, ano de fabricação e modelo 2016, de capacidade para no mínimo 35 pessoas sentados mais o motorista, movido a diesel.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo Decreto nº. 2611/2016 de 18/02/2016 Nomeando a Comissão de Licitação e a Portaria nº. 031/2016 de 18/02/2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 47/2016, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 22 de junho de 2016.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 09:00 hrs do dia 22 de junho de 2016, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Departamento de Compras e Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 09 de junho de 2016

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2016 - AQUISIÇÃO VEÍCULO

FUNDO MUNICIPAL ASSSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

PREGÃO Nº. 04/2016

OBJETO: Constitui objeto do presente certame: Aquisição de um Veículo automotor novo, 0 km, fabricação ano e modelo mínimo 2016/2016, motor mínimo 1.0, potência mínima 72 cv, movido à gasolina, etanol ou bicomustível, quatro portas, ar condicionado, Direção hidráulica, veículo de cor branca.

REGIMENTO: O Fundo Municipal de Assistência Social de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18 de fevereiro de 2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 04/2016, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 15:00 hrs do dia 22 de junho de 2016.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 15:00 hrs do dia 22 de junho de 2016, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Departamento de Compras e Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 09 de junho de 2016

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 48/2016 - ACADEMIA AO AR LIVRE

Prefeitura de Vidal Ramos

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 48/2016

OBJETO: Constitui objeto do presente certame Eventual Aquisição de 24 equipamentos no seu conjunto três academia ao ar livre, 06 banco e 06 lixeiras com entrega no município de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda, 1180, CEP: 88443-000, Santa Catarina. Previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição.

REGIMENTO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18 de fevereiro de 2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 48/2016, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23/01/2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 22/06/2016, às 14:00 horas.

LOCAL: Departamento Administração da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos, 09 de junho de 2016 – LAERCIO DA CRUZ – Prefeito Municipal.

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 026/2016

Processo de Licitação 026/2016

Modalidade: Pregão 014/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão Registro de Preços

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITADA BICA CORRIDA PARA O RECAPEAMENTO PRIMÁRIO ESTRADA GERAL SERRA DA ABELHA (COM UMA EXTENSÃO DE 10,28 KM E 71.995 M²). COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA Nº 2016006088, PROPOSTA Nº 17953/2016, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h30min, do dia 22 de Junho de 2016 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 10 de junho de 2016.

LUIZ LUCIO FOSSA

Prefeito Municipal em exercício

AVISO DE PUBLICAÇÃO LEILÃO 001/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO 028/2016

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/ 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

O município de VITOR MEIRELLES, SC, com sede na Rua Santa Catarina, nº 2.266, Centro, Vitor Meireles, SC, CEP 89.148/000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 79.372.520/0001-85, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09 h 30min do dia 27 de JUNHO de 2016, tendo como local o AUDITÓRIO DA PREFEITURA, sito a Rua Santa Catarina, nº 2.266, Centro, cidade de Vitor Meireles, SC. O leilão será conduzido pelos Leiloeiros PÚBLICOS Oficiais SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162 e SR. AGENOR LUIS DA SILVEIRA, matrícula AARC/341, JUCESC, para venda à vista de bens móveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou WWW.VITOR-MEIRELLES.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones (47) 3258 0211 ou 3258 0336 na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Vitor Meireles (SC), em 10 de junho de 2016.

LUIZ LÚCIO FOSSA

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 0048/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: MARCELO BORGES ESTEVES

CNPJ: 817.629.179-04 / CREA no 042178-4-SC

OBJETO: O objeto do contrato é a prestação de serviços profissionais na Área de Geologia para atendimento complementar ao Ofício nº RK074/2015/CAV, informações técnicas – RK 047/20015 da Fundação do Meio Ambiente (FATMA), para que seja dada continuidade ao processo de licenciamento ambiental MIN/33022/CAV e responsabilidade técnicas referente a jazidas do município.

PRAZO VIGÊNCIA: 03/06/2016 A 31/12/2016

VALOR: Parcela única de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Vitor Meireles – SC, 3 de junho de 2016.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal, em exercício.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0048/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADOS: Leiloeiros PÚBLICOS Oficiais, Sr. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162 e Sr. AGENOR LUIS SILVEIRA, matrícula AARC 341, com escritório no endereço Rua Acadêmico Nilo Marchi, nº 447, Centro, Rio do Sul, SC, inscritos nos CPF's sob nº 582.420.40- 82 e nº 064.948.439-80

OBJETO: O objeto deste Contrato é a elaboração de serviços autônomos de ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS, de forma PRESENCIAL E ON LINE (através da Internet). Os bens pertencentes ao CONTRATANTE supracitado deverão ser executados em data e horário a serem definidos.

PRAZO VIGÊNCIA: 07/06/2016 a 31/12/2016

Vitor Meireles – SC, 7 de junho de 2016.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal, em exercício.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 0053/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0053/2016, tendo como objeto Aquisição de Móveis, Materiais de Informática, Eletrônicos e Climatizadores para a Delegacia de Proteção a Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI). O recebimento das propostas será até as 09h45min, do dia 27 de junho de 2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10h00min do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 08 de junho de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0055/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0055/2016, tendo como objeto o Registro de Preços para Aquisições futuras e parceladas de até 3.000 marmitas para o CAPS. O recebimento das propostas será até às 09:45h, do dia 23 de junho de 2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00hs do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 09 de junho de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº AJG 112/2016

DECRETO Nº AJG 112/2016

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EDITAL Nº 002/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 002/2016, de 26 de abril de 2016, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme relação anexa, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 09 de junho de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH- AJG 158/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH- AJG Nº 159/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78.

RESOLVE

CONCEDE férias no período de 02.05.2016 a 31.05.2016 aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados:

Adriana Regina Favreto, Adriano Veloso, Antoninho Ronelso dos Santos, Antonio Marcos Chaves, Arnaldo Thomaz Almeida Lovatel, Audicelia Natalina Pozzan Baldi, Carmen Luiza Rodighero Dequigiovani, Cheila Tavares Michelin Ferreira, Christian de Cassio Lemes Crenonini, Christiane Arcari Muniz da Silva, Clarice Beatriz Serena, Claudete Zulian, Diego Davi Corso, Elisabete de Fatima Berlato, Ezequiel Delgado, Helena Maria de Deus da Silva, Iria Marli Juver de Moraes, Jacir Barela, Leandro da Silva, Leoni Teresinha Pohl, Luciana Raquel Ribeiro, Marina Paulino Martins, Marivone Moscon, Marlei Sechini Miglioranza, Modesto de Martini, Nilza Richardt Bin, Rafaela Pavan, Rejane Maria Kuczmainski, Renan Wittes da Silva, Roberta Sartori, Romilda Ribeiro, Rosane Fátima de Lima Guimarães, Rosmeri Dambros Macedo Marcal, Sandra Bonet, Solange de Fatima Mazocco, Vanessa Lang Isotton.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar as férias a partir de 02.05.2016

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ – SC

Em 08 de junho de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH- AJG 159/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH- AJG Nº 159/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78.

RESOLVE

CONCEDE férias no período de 02.05.2016 a 31.05.2016 aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados:

Adriana Regina Favreto, Adriano Veloso, Antoninho Ronelso dos Santos, Antonio Marcos Chaves, Arnaldo Thomaz Almeida Lovatel, Audicelia Natalina Pozzan Baldi, Carmen Luiza Rodighero

Dequigiovani, Cheila Tavares Michelin Ferreira, Christian de Cassio Lemes Crenonini, Christiane Arcari Muniz da Silva, Clarice Beatriz Serena, Claudete Zulian, Diego Davi Corso, Elisabete de Fatima Berlato, Ezequiel Delgado, Helena Maria de Deus da Silva, Iria Marli Juver de Moraes, Jacir Barela, Leandro da Silva, Leoni Teresinha Pohl, Luciana Raquel Ribeiro, Marina Paulino Martins, Marivone Moscon, Marlei Sechini Miglioranza, Modesto de Martini, Nilza Richardt Bin, Rafaela Pavan, Rejane Maria Kuczmainski, Renan Wittes da Silva, Roberta Sartori, Romilda Ribeiro, Rosane Fátima de Lima Guimarães, Rosmeri Dambros Macedo Marcal, Sandra Bonet, Solange de Fatima Mazocco, Vanessa Lang Isotton.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar as férias a partir de 02.05.2016
Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ – SC
Em 08 de junho de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH- AJG 160/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG160 /2016

REVOGAR ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA ANDREIA BIEDERMANN

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê
No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.
RESOLVE

REVOGAR a partir de 03.06.2016 Alteração de Carga Horária para 40 horas semanais concedida a Servidora Publica Municipal a Sra. ANDREIA BIEDERMANN, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 17/R 4.244.424 e CPF nº 039.167.309-24, nomeada conforme Decreto nº AM 086/07 no cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA – EDUCAÇÃO FÍSICA, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos Administrativos e Financeiros. A partir de 03.06.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 08 de junho de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

CONTRATO Nº 032/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.

Contrato nº: 032/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA HILÁRIO JOSÉ RAVADELLI.

Data da Assinatura: 09/06/2016.

Vigência: 31/12/2016.

Valor do Aditivo: R\$ 11.268,71 (onze mil duzentos e sessenta e oito reais e setenta e um centavos).

CONTRATO Nº 033/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.

Contrato nº: 033/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA PRAÇA RIO BRANCO E RUA TIRADENTES.

Data da Assinatura: 09/06/2016.

Vigência: 31/12/2016.

Valor do Aditivo: R\$ 39.970,39 (trinta e nove mil novecentos e setenta reais e trinta e nove centavos).

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 06 DE JUNHO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 06 DE JUNHO DE 2016

Aprova o Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente em âmbito municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e altera os prazos dispostos na Resolução N.º 161, de 03 de dezembro de 2013.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DOS ADOLESCENTES DE XAVANTINA no uso de suas atribuições legais e; Considerando os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e os eixos e os objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; Considerando a necessidade de apontar orientações para que os conselhos dos direitos da criança e do adolescente estadual, distrital e municipal elaborem os seus respectivos planos decenais; Considerando que a elaboração do plano decenal deve ser realizada de forma articulada e intersetorial entre os diversos órgãos públicos e de organizações representativas da sociedade civil, integrantes do Sistema de Garantia de Direitos,

RESOLVE:

Art. 1º Fica APROVADO o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, para execução no período de 2017/2026.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor após a data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Meryen de Quadros
Presidente do CMDCA

VENCEDORES PE 015-2016 PMXV

CidadeCompras | Vencedores do Pregão

Página 1 de 1

VENCEDORES DO PREGÃO

Prefeitura Municipal de Xavantina
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Prefeitura Municipal de Xavantina

Registro de Preços Eletrônico PE 015/2016 PMXV

Supermercado Panisson Ltda. - me - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 03.945.492/0001-86

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	Kit de Cesta Básica Contendo Os Seguintes Itens: 01 Unidade de Sal. Ingredientes: Sal Refinado, Iodato de Potássio E	Cesta básica	250 KIT	R\$ 39,96	R\$ 9.990,00
0002	01 Unidade de Leite Em Pó Integral (leite Fluido Integral, Com Vitaminas A, E, D, E, Emulsificante: Lecitina de Soja)...	Aurora	400 UN	R\$ 8,29	R\$ 3.316,00
				Total	R\$ 13.306,00

Valor Total: R\$ 13.306,00

file:///C:/Users/Emerson/AppData/Local/Temp/Vencedores_82055.html

09/06/2016

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE TOMADA DE PREÇO 11/2016

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N. 11/2016
PROCESSO LICITATÓRIO N. 096/2016

O Município de Xaxim – SC, comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de empresa por empreitada global para a construção da Praça Dr. Ari Lunardi. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 14h:30min do dia 27 de junho de 2016, procedendo à abertura às 15h:00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br informações poderão ser obtidas junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.
Xaxim - SC, 09 de junho de 2016.

Idacir Antônio Orso
Prefeito

Decreto 239

DECRETO Nº 239/2016

ESTABELECE PREÇO PÚBLICO PARA TARIFA DE UTILIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO (ÁREA VERDE) DO MUNICÍPIO DE XAXIM/SCE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, de acordo com atribuições inerentes a seu cargo, embasado no Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO as disposições Lei nº 4007/2014 de 23 de setembro de 2014, que dispõe sobre a criação de áreas do sistema de estacionamento rotativo controlado no município de Xaxim/SC, alterada pela Lei nº 4186/2016 e pela Lei nº 4159/2016;

CONSIDERANDO que a Lei estabeleceu, no artigo 7º, que "A tarifa será estabelecida por Decreto do Poder Executivo";

CONSIDERANDO que o preço praticado em Xanxerê é de R\$ 1,00 (um real) e em Chapecó é de R\$ 1,20 (um real e vinte centavos),

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o preço da tarifa correspondente a R\$ 1,00 (um real) por hora de estacionamento na área regulamentada.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de junho de 2016.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luís Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

Decreto 240

DECRETO 240/2016

Rescinde unilateralmente contrato e dá outras providências.

Idacir Antônio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, conforme inciso VI, do art. 66 e, em conformidade com a Lei 8.666/93;

Considerando o contrato administrativo celebrado entre o MUNICÍPIO DE XAXIM e a Empresa DIADEMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 83.115.410/0001-05, tendo como objeto:

"Constitui objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel para instalação do estacionamento de veículos (caminhões) da Empresa Aurora, possuindo um terreno com área total de 4.000 m², nos termos do Processo Administrativo Licitatório nº. 0208/2014."

Considerando as informações prestadas pela Secretaria de Administração dando conta a decisão da Administração, em razão de falta de interesse público na continuidade do Estacionamento subsidiado à Empresa Aurora Alimentos, conforme objeto acima descrito;

Considerando que a Administração Pública deve cumprir com os princípios constitucionais da moralidade e da eficiência;

Considerando a perda do objeto do referido Contrato Administrativo e a decisão fundada em conveniência e oportunidade, cuida-se de ato que se insere, inevitavelmente, no âmbito do chamado poder discricionário da Administração;

Considerando a necessidade de redução de despesas pela Municipalidade a fim de manter-se nos limites estabelecidos pela LRF;

DECRETA:

Art. 1º. Fica rescindido unilateralmente o contrato administrativo celebrado entre o MUNICÍPIO DE XAXIM e a Empresa DIADEMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 83.115.410/0001-05, com fundamento em razões de interesse público, de alta relevância, conforme disposição do Artigo 78, XII, combinado com Artigo 79, I, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 08 de junho de 2016.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Luís Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município – OAB/SC 35.698

LEI 4190

LEI Nº 4190/2016.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A DOAÇÃO, COM ENCARGOS, PERTENCENTES DO MUNICÍPIO À EMPRESAS CONTEMPLADAS EM EDITAL ESPECÍFICO, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.534/93, PARA O FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Xaxim autorizado a doar, com encargos, as áreas de terras abaixo descritas, para as empresas contempladas no edital específico de concorrência pública:

I – Lote urbano nº 01, da quadra nº 339, sem benfeitorias, com matrícula no CRI sob o nº 16.661, com área de 361,47m² (trezentos e sessenta e um metros, quarenta e sete centímetros quadrados), de propriedade do Município de Xaxim.

Art. 2º. Constará na escritura pública do referido imóvel, cláusula de reversão em favor do Município, se:

I – No prazo de 10 (anos) anos, a beneficiada não implementar as obrigações assumidas na proposta;

II – Se no mesmo prazo ocorrer à mudança de finalidade dos imóveis ora doados, sem o consentimento expresso do Poder Público;

III – Caso a beneficiada venha desrespeitar as disposições do edital de licitação ou da proposta declarada pela vencedora.

Parágrafo único. Na hipótese de reversão, o imóvel voltará a incorporar o patrimônio público municipal, juntamente com o que for acrescido por acessão, ou de qualquer outra forma, não cabendo nenhuma espécie de indenização.

Art. 3º. Em caso de financiamento para a implantação ou ampliação da empresa nele instalada, o imóvel poderá ser dado em garantia hipotecária, ficando obrigatoriamente gravado em 2º grau para o Município.

Art. 4º. Caso a licitante vencedora tenha interesse em permutar o imóvel objeto do processo licitatório, esta poderá ocorrer mediante requerimento e aprovação do conselho de desenvolvimento econômico, desde que precedida de prévia avaliação mercadológica, não podendo o futuro imóvel ter valor inferior àquele que será objeto da permuta, além da concordância do terceiro.

Art. 5º. Caso a beneficiada venha a ultrapassar as metas fixadas na proposta vencedora, em 100% (cem por cento), dobrando a perspectiva, antes do prazo estabelecido na alínea "a" do art. 2º, assim que verificado o cumprimento integral das obrigações, poderá a Administração Municipal revogar o ônus estabelecido nesta Lei e conceder o domínio pleno do imóvel, sem mais qualquer outra restrição.

Art. 6º. As doações com encargo autorizadas por esta Lei à empresa contemplada serão realizadas em conformidade com o que determina a Lei 1.534/93 e o art. 17, I, da lei 8.666/93, e sempre precedidas de avaliação.

Art. 7º. Todas as providências necessárias à execução da presente Lei deverão ser adotadas junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato de Notas e Protestos desta Comarca, cujas despesas correrão por conta, única e exclusivamente, da adquirente, este tendo a obrigação de efetuar o registro conforme itens do edital.

Art. 8º. Fica autorizada a baixa dos imóveis descritos supra do

patrimônio público, assim que cumpridas as exigências.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de junho de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

Zortéa

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016

PREFEITURA DE ZORTÉA
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Zortéa, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação conforme discriminado abaixo: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 011/2016 - Objeto: Aquisição de um Veículo – Tipo Ambulância para a Unidade Básica de Saúde, conforme Termo de Convênio 185/2016, Agência de Desenvolvimento Regional de Campos Novos, através do processo SDR08 119/2016. Regimento: Lei Federal nº 10.520/2002 e Alterações Posteriores. Entrega dos Envelopes e Abertura: até as 09:00 horas do dia 20 de Junho de 2016. Retirada do Edital: O edital poderá ser consultado e obtido junto a Secretaria de Administração e Finanças – Departamento de Compras e Licitações do Município de Zortéa, sito a Rua Otaviano Otoni Franceschi, nº 53, Bairro Centro, de segunda a sexta-feira no horário das 08:00 as 12:00 horas e das 13:00 as 17:00 horas. Informações: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo telefone/fax (49) 3557-2019 ou 3557-2011 – e-mail: compras@zortea.sc.gov.br e prefeitura@zortea.sc.gov.br.

Zortéa – SC, 08 de Junho 2016.
ANALU CHIAMOLERA SCHIMIT.
SECRETÁRIA DE SAÚDE

Consórcios

AGIR

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AGIR

CONVOCAÇÃO:
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

FERNANDO TOMASELLI, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições legais e de acordo com o Artigo 17 e Parágrafos, Artigo 20 e Incisos e Artigo 30 Inciso I do Estatuto Social, CONVOCA todos consorciados em dia com as suas obrigações estatutárias para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA que se realizará no dia 23 de junho de 2016, às 14h30min, em primeira (1ª) convocação com a presença da maioria qualificada e em não havendo o número, em segunda (2ª) convocação, trinta (15) minutos após, às 15h00min, com a presença da maioria simples dos consorciados.

Local: Rua: Alberto Stein, nº 466, Auditório do 1º piso – Bairro: Velha, CEP: 89.036-200, Blumenau, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA

- 1 – Leitura e Aprovação da Ata Anterior;
- 2 – Regulação de Transportes Coletivos de Passageiros;
- 3 – Alteração do Estatuto do Consórcio Público da AGIR;
- 4 – 46ª Assembleia Nacional Assemae – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento;
- 5 – Assuntos Gerais.

Blumenau (SC), em 09 de junho de 2016.

FERNANDO TOMASELLI
Presidente da Diretoria Executiva
(original assinado)

ARIS

PREGÃO Nº 05/2016

Aviso de Licitação nº 54/2016-
Pregão nº 05/2016

O Diretor geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, Sr. Adir Faccio, torna público que fará realizar no dia 30/06/2016, às 14:30h, licitação na modalidade pregão, forma presencial, tipo menor preço, para registrar preços de combustível, nas unidades de Chapecó e Rio do Sul, conforme especificações constantes no Termo de Referência - ANEXO I do Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 8h30min do dia 20/06/2016.
- Prazo final para entrega dos envelopes de proposta e de habilitação: 14:00h do dia 30/06/2016.
- Abertura da sessão pública do pregão: 14:30h do dia 30/06/2016.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3954-9100
- E-mail: compras@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br
- Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, nº1885, Bairro Canto, Centro Executivo Imperatriz - Florianópolis/SC, CEP: 88070-800.

Florianópolis, 10/06/2016.

Adir Faccio
Diretor Geral da ARIS

CIGA**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2016****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, no uso de suas atribuições legais, homologa o Pregão Eletrônico nº 02/2016 - Processo Administrativo nº 08/2016, no qual restou vencedora do certame a empresa OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI - EPP, conforme ata da sessão pública colacionada aos autos do Processo Administrativo nº 08/2016.

Florianópolis, 09 de junho de 2016.

Ludovino Labas

Presidente do CIGA

TERMO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2016**TERMO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Após análise da documentação apresentada referente ao Pregão Eletrônico nº 02/2016 – Registro de Preços, o Sr. Marcus Vinicius da Silveira, pregoeiro responsável, adjudica a empresa vencedora OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI - EPP, conforme ata da sessão pública colacionada aos autos do Processo Administrativo nº 08/2016.

Florianópolis, 08 de junho de 2016.

Marcus Vinicius da Silveira

Pregoeiro

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2016 - ADJUDICADO**CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA
FLORIANÓPOLIS-SC****ATA DE SESSÃO - FINAL - Parte 1 de 1**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2016
 Processo Administrativo Nº 08/2016
 Tipo: REGISTRO DE PREÇO
 PREGOEIRO: MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA
 Data de Publicação: 04/05/2016 16:31:51

MOVIMENTOS DO PROCESSO

13/05/2016 13:31:08 MENSAGEM PREGOEIRO

Boa tarde, senhores licitantes

13/05/2016 13:31:35 MENSAGEM PREGOEIRO

Iremos iniciar o processo de disputa do lote 1

**LOTE 1 - ADJUDICADO
Notebook****VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

Item: 1 Unidade: UN Marca: SANSUNG Modelo:
 Descrição: • Processador com pontuação CPU Passmark superior a3500 (https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php)• Memória RAM 8GB (DDR3 ou DDR4) - 1333MHz ou superior• HDD de 500GB ou SSD de 120GB ou superiores• Tela mínima de 11.6 polegadas e máxima de 14 polegadas• Resolução da tela integrada mínima de 1366x768• Saída HDMI (não será válido mini HDMI)• Mínimo de 2 portas USB 2.0• Ethernet com conector RJ45• Wifi integrado 802.11bgn• WebCam, Microfone e Alto-Falantes embutidos• Conector para fone e microfones externos• 1 ano de garantia do fabricante com atendimento em domicílio em até 24h• Teclado padrão ABNT2• Alimentação de energia 110V/220V com conector em padrão nacional (NBR 14136)• Windows 8.1 ou 10 com atestado de autenticidade em português brasileiro• Autonomia estimada de 3 horas de operação com bateria• Cor predominante preta ou tons de cinza• Peso máximo de 2.2Kg• Ser totalmente compatível com o sistema operacional Ubuntu 16.04 LTS
 Quantidade: 5 Valor Unit.: 3.161,99 Valor Total: 15.809,95

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	037	22.192.121/0001-15	3.200,00	3.161,99	Sim
2 ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECÇOES	083	03.913.645/0001-03	3.200,00	3.200,00	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA	022	07.838.200/0001-67	3.200,00	3.161,00	Sim
HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	072	06.635.187/0001-86	3.200,00	3.179,00	Sim

MOVIMENTOS DO LOTE

04/05/2016 16:31:51 PUBLICADO

05/05/2016 08:00:00 RECEPÇÃO DE PROPOSTAS

12/05/2016 11:07:18 CADASTRO DE PROPOSTA HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP

12/05/2016 11:10:04 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP

12/05/2016 15:03:34 CADASTRO DE PROPOSTA ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECÇOES

12/05/2016 16:27:30 CADASTRO DE PROPOSTA OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP

13/05/2016 09:30:42 CADASTRO DE PROPOSTA RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA

13/05/2016 09:59:00 ANÁLISE DE PROPOSTAS

Gerado em: 08/06/2016 11:57:54

1 de 5

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA FLORIANÓPOLIS-SC

13/05/2016 13:32:29 MENSAGEM PREGOEIRO

Boa tard

13/05/2016 13:32:49 MENSAGEM PREGOEIRO

Iremos iniciar o processo de disputa do lote 1

13/05/2016 13:33:26 DISPUTA

13/05/2016 13:33:27 LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.200,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 13:33:27 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.200,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 13:33:27 LANCE	ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA - ME	3.200,00
----------------------------------	--	-----------------

13/05/2016 13:33:27 LANCE	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	3.200,00
----------------------------------	------------------------------------	-----------------

13/05/2016 13:34:09 LANCE	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	3.199,00
----------------------------------	------------------------------------	-----------------

13/05/2016 13:43:14 MENSAGEM PREGOEIRO

O processo randomico sera iniciado em aproximadamente 30 segundos

13/05/2016 13:48:00 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.198,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 13:48:27 NOTIFICAÇÃO SISTEMA

O lote entrará em RANDÔMICO em 10 minutos.

13/05/2016 13:48:27 PRÉ-RANDÔMICO

13/05/2016 13:48:34 LANCE	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	3.197,99
----------------------------------	------------------------------------	-----------------

13/05/2016 13:51:00 MENSAGEM PREGOEIRO

Corrigindo a informação: o processo pré-randômico iniciou as 13:48

13/05/2016 13:52:44 MENSAGEM PREGOEIRO

Essa fase terminará às 13:58h, dando início a fase randômica com prazo máximo de 30minutos

13/05/2016 13:58:27 TEMPO RANDÔMICO

13/05/2016 13:58:47 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.197,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 13:58:49 MENSAGEM PREGOEIRO

Iniciamos o tempo randômico

13/05/2016 13:59:02 LANCE	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	3.196,00
----------------------------------	------------------------------------	-----------------

13/05/2016 13:59:13 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.195,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 13:59:32 LANCE	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	3.190,00
----------------------------------	------------------------------------	-----------------

13/05/2016 13:59:47 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.189,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 13:59:58 LANCE	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	3.185,00
----------------------------------	------------------------------------	-----------------

13/05/2016 14:00:10 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.183,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:00:22 LANCE	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	3.182,00
----------------------------------	------------------------------------	-----------------

13/05/2016 14:00:22 LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.182,99
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:00:29 LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.181,99
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:00:31 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.180,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:00:40 LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.179,99
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:00:41 LANCE	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	3.179,00
----------------------------------	------------------------------------	-----------------

13/05/2016 14:00:52 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.175,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:00:59 LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.174,99
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:01:08 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.173,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:04:11 LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.172,99
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:04:25 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.172,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:04:47 LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.171,99
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:05:10 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.171,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:05:29 LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.170,99
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:05:48 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.170,00
----------------------------------	---	-----------------

Gerado em: 08/06/2016 11:57:54

2 de 5

**CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA
FLORIANÓPOLIS-SC**

13/05/2016 14:06:02	LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.169,99
13/05/2016 14:06:13	LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.169,00
13/05/2016 14:06:56	LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.168,99
13/05/2016 14:07:08	LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.168,00
13/05/2016 14:09:30	LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.167,99
13/05/2016 14:09:50	LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.167,00
13/05/2016 14:11:48	LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.166,99
13/05/2016 14:12:05	LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.166,00
13/05/2016 14:12:24	LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.165,99
13/05/2016 14:13:02	LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.165,00
13/05/2016 14:13:34	LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.164,99
13/05/2016 14:13:54	LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.164,00
13/05/2016 14:15:57	LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.163,99
13/05/2016 14:17:53	LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.163,00
13/05/2016 14:18:10	LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.162,99
13/05/2016 14:18:33	LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.162,00
13/05/2016 14:18:57	LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.161,99
13/05/2016 14:19:12	LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.161,00
13/05/2016 14:19:30	NOTIFICAÇÃO SISTEMA		
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA			
13/05/2016 14:19:31	HABILITAÇÃO		
13/05/2016 14:50:50	MENSAGEM PREGOEIRO		
PARA PARTICIPANTE 022: Quanto ao modelo especificado em sua proposta, gostaria de fazer os seguintes questionamentos: As placas de rede funcionam com ubuntu instalado? e qual o modelo do processador? obrigado			
13/05/2016 14:51:21	MENSAGEM HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP		
Solicito o cancelamento de meu lance no valor de 3.179,00.			
13/05/2016 15:04:56	MENSAGEM PREGOEIRO		
PARA PARTICIPANTE 072: Confirma o cancelamento do lance do lote 1 de 3.179,00?			
13/05/2016 15:10:16	MENSAGEM PREGOEIRO		
PARA PARTICIPANTE 072: Conforme solicitado, iremos desclassifica-lo do lote 1			
13/05/2016 15:11:09	INABILITAÇÃO DE PARTICIPANTE PREGOEIRO		
HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP desclassificado. Motivo: Desclassificado deste lote conforme solicitado pelo licitante.			
13/05/2016 16:30:30	MENSAGEM RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA		
Boa tarde Sr. Pregoeiro! Sim, funcionam com Ubuntu instalado e o processador é um i5-4200M.			
24/05/2016 11:32:08	INABILITAÇÃO DE PARTICIPANTE PREGOEIRO		
RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificação solicitada pelo licitante. segue conteudo do email solicitando a desclassificacao. Bom dia, Devido ao fato de que a área técnica do Ciga (Bruno Machado Soares- Gerente de TI , conforme email em anexo) já teve problemas com o notebook Positivo N250 devido ao não funcionamento da placa de rede com o SO Linux Ubuntu e de não termos conseguido uma resposta afirmativa do fabricante quanto a compatibilidade de 100% com o sistema citado acima, solicitamos a desclassificação de nossa proposta para que não haja problemas de incompatibilidade no futuro. Lamentamos o ocorrido e esperamos sua compreensão para o ocorrido.			
Atenciosamente, Leticia Salomão RRL Informática 51-33373866			
07/06/2016 11:40:47	MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS		
08/06/2016 11:40:48	EM ADJUDICAÇÃO		
08/06/2016 11:57:52	ADJUDICADO		

**LOTE 2 - ADJUDICADO
Notebook**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA FLORIANÓPOLIS-SC

Item: 1

Unidade: UN

Marca: POSITIVO

Modelo:

Descrição: • Processador com pontuação CPU Passmark superior a 2400 (https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php)• Memória RAM 4GB (DDR3 ou DDR4) - 1333MHz ou superior• HDD de 500GB• Tela de 14 polegadas• Resolução da tela integrada mínima de 1366x768• Saída HDMI (não será válido mini HDMI)• Mínimo de 2 portas USB 2.0• Ethernet com conector RJ45• Wifi integrado 802.11bgn• WebCam, Microfone e Alto-Falantes embutidos• Conector para fone e microfones externos• 1 ano de garantia do fabricante com atendimento em domicílio em até 24h• Teclado padrão ABNT2• Alimentação de energia 110V/220V com conector em padrão nacional (NBR 14136)• Windows 8.1 ou 10 com atestado de autenticidade em português brasileiro• Autonomia estimada de 3 horas de operação com bateria• Cor predominante preta ou tons de cinza• Peso máximo de 2.2Kg• Ser totalmente compatível com o sistema operacional Ubuntu 16.04 LTS

Quantidade: 5

Valor Unit.: 2.198,99

Valor Total: 10.994,95

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	062	22.192.121/0001-15	2.200,00	2.198,99	Sim
2 ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECÇOES	003	03.913.645/0001-03	2.200,00	2.200,00	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	074	06.635.187/0001-86	2.200,00	2.198,90	Sim

MOVIMENTOS DO LOTE

04/05/2016 16:31:51 PUBLICADO

05/05/2016 08:00:00 RECEPÇÃO DE PROPOSTAS

12/05/2016 11:07:18 CADASTRO DE PROPOSTA HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP

12/05/2016 11:10:04 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP

12/05/2016 15:03:34 CADASTRO DE PROPOSTA ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECÇOES

12/05/2016 16:27:30 CADASTRO DE PROPOSTA OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP

13/05/2016 09:59:00 ANÁLISE DE PROPOSTAS

13/05/2016 14:20:13 DISPUTA

13/05/2016 14:20:13 LANCE ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA - ME 2.200,00

13/05/2016 14:20:13 LANCE HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP 2.200,00

13/05/2016 14:20:13 LANCE OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP 2.200,00

13/05/2016 14:20:42 MENSAGEM PREGOEIRO

Iniciada a disputa pelo lote 2

13/05/2016 14:22:05 MENSAGEM PREGOEIRO

Em 1 minuto passaremos a fase pré-randômico

13/05/2016 14:23:18 NOTIFICAÇÃO SISTEMA

O lote entrará em RANDÔMICO em 10 minutos.

13/05/2016 14:23:18 PRÉ-RANDÔMICO

13/05/2016 14:25:08 LANCE HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP 2.199,00

13/05/2016 14:28:23 MENSAGEM PREGOEIRO

Dentro de 5 minutos será iniciada automaticamente a fase randômica.

13/05/2016 14:33:18 TEMPO RANDÔMICO

13/05/2016 14:34:05 MENSAGEM PREGOEIRO

Iniciada a fase randômica, que tem um prazo máximo de 30 minutos

13/05/2016 14:37:18 LANCE OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP 2.198,99

13/05/2016 14:44:30 LANCE HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP 2.198,90

Gerado em: 08/06/2016 11:57:54

4 de 5

**CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA
FLORIANÓPOLIS-SC****13/05/2016 14:49:43 MENSAGEM HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP**

Solicito o cancelamento de meu lance no valor de 2.198,90.

13/05/2016 14:56:18 NOTIFICAÇÃO SISTEMA

O detentor da melhor oferta da etapa de lances é HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP

13/05/2016 14:56:18 HABILITAÇÃO**13/05/2016 14:58:31 MENSAGEM PREGOEIRO**

PARA PARTICIPANTE 074: Confirma o cancelamento do lance?

13/05/2016 14:58:44 MENSAGEM HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP

Sim, sr. pregoeiro

13/05/2016 15:03:10 INABILITAÇÃO DE PARTICIPANTE PREGOEIRO

HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP desclassificado. Motivo: Solicitado pelo licitante o cancelamento do lance.

07/06/2016 11:40:49 MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**08/06/2016 11:40:50 EM ADJUDICAÇÃO****08/06/2016 11:57:54 ADJUDICADO**

CONDUTOR: MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2016 - DISPUTA**CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA
FLORIANÓPOLIS-SC****ATA DE SESSÃO - DISPUTA - Parte 1**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2016
 Processo Administrativo Nº 08/2016
 Tipo: REGISTRO DE PREÇO
 PREGOEIRO: MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA
 Data de Publicação: 04/05/2016 16:31:51

MOVIMENTOS DO PROCESSO

13/05/2016 13:31:08 MENSAGEM PREGOEIRO

Boa tarde, senhores licitantes

13/05/2016 13:31:35 MENSAGEM PREGOEIRO

Iremos iniciar o processo de disputa do lote 1

**LOTE 1 - HABILITAÇÃO
Notebook****VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

Item: 1 **Unidade:** UN **Marca:** Positivo **Modelo:** N250i
 Descrição: • Processador com pontuação CPU Passmark superior a3500 (https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php)• Memória RAM 8GB (DDR3 ou DDR4) - 1333MHz ou superior• HDD de 500GB ou SSD de 120GB ou superiores• Tela mínima de 11.6 polegadas e máxima de 14 polegadas• Resolução da tela integrada mínima de 1366x768• Saída HDMI (não será válido mini HDMI)• Mínimo de 2 portas USB 2.0• Ethernet com conector RJ45• Wifi integrado 802.11bgn• WebCam, Microfone e Alto-Falantes embutidos• Conector para fone e microfones externos• 1 ano de garantia do fabricante com atendimento em domicílio em até 24h• Teclado padrão ABNT2• Alimentação de energia 110V/220V com conector em padrão nacional (NBR 14136)• Windows 8.1 ou 10 com atestado de autenticidade em português brasileiro• Autonomia estimada de 3 horas de operação com bateria• Cor predominante preta ou tons de cinza• Peso máximo de 2.2Kg• Ser totalmente compatível com o sistema operacional Ubuntu 16.04 LTS
 Quantidade: 5 **Valor Unit.:** 3.161,00 **Valor Total:** 15.805,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA	022	07.838.200/0001-67	3.200,00	3.161,00	Sim
2 OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	037	22.192.121/0001-15	3.200,00	3.161,99	Sim
3 HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	072	06.635.187/0001-86	3.200,00	3.179,00	Sim
4 ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECÇOES	083	03.913.645/0001-03	3.200,00	3.200,00	Sim

DECLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	----

MOVIMENTOS DO LOTE

04/05/2016 16:31:51 PUBLICADO

05/05/2016 08:00:00 RECEPÇÃO DE PROPOSTAS

12/05/2016 11:07:18 CADASTRO DE PROPOSTA HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP

12/05/2016 11:10:04 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP

12/05/2016 15:03:34 CADASTRO DE PROPOSTA ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECÇOES

12/05/2016 16:27:30 CADASTRO DE PROPOSTA OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP

13/05/2016 09:30:42 CADASTRO DE PROPOSTA RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA

13/05/2016 09:59:00 ANÁLISE DE PROPOSTAS

Gerado em: 13/05/2016 14:56:19

1 de 4

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA FLORIANÓPOLIS-SC

13/05/2016 13:32:29 MENSAGEM PREGOEIRO

Boa tard

13/05/2016 13:32:49 MENSAGEM PREGOEIRO

Iremos iniciar o processo de disputa do lote 1

13/05/2016 13:33:26 DISPUTA

13/05/2016 13:33:27 LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.200,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 13:33:27 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.200,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 13:33:27 LANCE	ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA - ME	3.200,00
----------------------------------	--	-----------------

13/05/2016 13:33:27 LANCE	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	3.200,00
----------------------------------	------------------------------------	-----------------

13/05/2016 13:34:09 LANCE	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	3.199,00
----------------------------------	------------------------------------	-----------------

13/05/2016 13:43:14 MENSAGEM PREGOEIRO

O processo randomico sera iniciado em aproximadamente 30 segundos

13/05/2016 13:48:00 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.198,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 13:48:27 NOTIFICAÇÃO SISTEMA

O lote entrará em RANDÔMICO em 10 minutos.

13/05/2016 13:48:27 PRÉ-RANDÔMICO

13/05/2016 13:48:34 LANCE	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	3.197,99
----------------------------------	------------------------------------	-----------------

13/05/2016 13:51:00 MENSAGEM PREGOEIRO

Corrigindo a informação: o processo pré-randômico iniciou as 13:48

13/05/2016 13:52:44 MENSAGEM PREGOEIRO

Essa fase terminará às 13:58h, dando início a fase randômica com prazo máximo de 30minutos

13/05/2016 13:58:27 TEMPO RANDÔMICO

13/05/2016 13:58:47 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.197,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 13:58:49 MENSAGEM PREGOEIRO

Iniciamos o tempo randômico

13/05/2016 13:59:02 LANCE	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	3.196,00
----------------------------------	------------------------------------	-----------------

13/05/2016 13:59:13 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.195,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 13:59:32 LANCE	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	3.190,00
----------------------------------	------------------------------------	-----------------

13/05/2016 13:59:47 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.189,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 13:59:58 LANCE	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	3.185,00
----------------------------------	------------------------------------	-----------------

13/05/2016 14:00:10 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.183,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:00:22 LANCE	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	3.182,00
----------------------------------	------------------------------------	-----------------

13/05/2016 14:00:22 LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.182,99
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:00:29 LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.181,99
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:00:31 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.180,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:00:40 LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.179,99
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:00:41 LANCE	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	3.179,00
----------------------------------	------------------------------------	-----------------

13/05/2016 14:00:52 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.175,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:00:59 LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.174,99
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:01:08 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.173,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:04:11 LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.172,99
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:04:25 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.172,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:04:47 LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.171,99
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:05:10 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.171,00
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:05:29 LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.170,99
----------------------------------	---	-----------------

13/05/2016 14:05:48 LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.170,00
----------------------------------	---	-----------------

Gerado em: 13/05/2016 14:56:19

2 de 4

**CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA
FLORIANÓPOLIS-SC**

13/05/2016 14:06:02	LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.169,99
13/05/2016 14:06:13	LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.169,00
13/05/2016 14:06:56	LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.168,99
13/05/2016 14:07:08	LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.168,00
13/05/2016 14:09:30	LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.167,99
13/05/2016 14:09:50	LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.167,00
13/05/2016 14:11:48	LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.166,99
13/05/2016 14:12:05	LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.166,00
13/05/2016 14:12:24	LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.165,99
13/05/2016 14:13:02	LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.165,00
13/05/2016 14:13:34	LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.164,99
13/05/2016 14:13:54	LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.164,00
13/05/2016 14:15:57	LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.163,99
13/05/2016 14:17:53	LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.163,00
13/05/2016 14:18:10	LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.162,99
13/05/2016 14:18:33	LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.162,00
13/05/2016 14:18:57	LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	3.161,99
13/05/2016 14:19:12	LANCE	RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA	3.161,00

13/05/2016 14:19:30 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA

O detentor da melhor oferta da etapa de lances é RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA LTDA

13/05/2016 14:19:31 **HABILITAÇÃO**

13/05/2016 14:50:50 **MENSAGEM** PREGOEIRO

PARA PARTICIPANTE 022: Quanto ao modelo especificado em sua proposta, gostaria de fazer os seguintes questionamentos: As placas de rede funcionam com ubuntu instalado? e qual o modelo do processador? obrigado

13/05/2016 14:51:21 **MENSAGEM** HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP

Solicito o cancelamento de meu lance no valor de 3.179,00.

**LOTE 2 - HABILITAÇÃO
Notebook**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: HP	Modelo: 240 G4
Descrição: • Processador com pontuação CPU Passmark superior a 2400 (https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php)• Memória RAM 4GB (DDR3 ou DDR4) - 1333MHz ou superior• HDD de 500GB• Tela de 14 polegadas• Resolução da tela integrada mínima de 1366x768• Saída HDMI (não será válido mini HDMI)• Mínimo de 2 portas USB 2.0• Ethernet com conector RJ45• Wifi integrado 802.11bgn• WebCam, Microfone e Alto-Falantes embutidos• Conector para fone e microfones externos• 1 ano de garantia do fabricante com atendimento em domicílio em até 24h• Teclado padrão ABNT2• Alimentação de energia 110V/220V com conector em padrão nacional (NBR 14136)• Windows 8.1 ou 10 com atestado de autenticidade em português brasileiro• Autonomia estimada de 3 horas de operação com bateria• Cor predominante preta ou tons de cinza• Peso máximo de 2.2Kg• Ser totalmente compatível com o sistema operacional Ubuntu 16.04 LTS			
Quantidade: 5	Valor Unit.: 2.198,90	Valor Total: 10.994,50	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	074	06.635.187/0001-86	2.200,00	2.198,90	Sim
2 OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	062	22.192.121/0001-15	2.200,00	2.198,99	Sim
3 ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECÇÕES	003	03.913.645/0001-03	2.200,00	2.200,00	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	----

INABILITADOS

Gerado em: 13/05/2016 14:56:19

3 de 4

**CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA
FLORIANÓPOLIS-SC**

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
MOVIMENTOS DO LOTE				
04/05/2016 16:31:51	PUBLICADO			
05/05/2016 08:00:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS			
12/05/2016 11:07:18	CADASTRO DE PROPOSTA	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP		
12/05/2016 11:10:04	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP		
12/05/2016 15:03:34	CADASTRO DE PROPOSTA	ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECCOES		
12/05/2016 16:27:30	CADASTRO DE PROPOSTA	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP		
13/05/2016 09:59:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS			
13/05/2016 14:20:13	DISPUTA			
13/05/2016 14:20:13	LANCE	ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA - ME		2.200,00
13/05/2016 14:20:13	LANCE	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP		2.200,00
13/05/2016 14:20:13	LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP		2.200,00
13/05/2016 14:20:42	MENSAGEM	PREGOEIRO		
Iniciada a disputa pelo lote 2				
13/05/2016 14:22:05	MENSAGEM	PREGOEIRO		
Em 1 minuto passaremos a fase pré-randômico				
13/05/2016 14:23:18	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA		
O lote entrará em RANDÔMICO em 10 minutos.				
13/05/2016 14:23:18	PRÉ-RANDÔMICO			
13/05/2016 14:25:08	LANCE	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP		2.199,00
13/05/2016 14:28:23	MENSAGEM	PREGOEIRO		
Dentro de 5 minutos será iniciada automaticamente a fase randômica.				
13/05/2016 14:33:18	TEMPO RANDÔMICO			
13/05/2016 14:34:05	MENSAGEM	PREGOEIRO		
Iniciada a fase randômica, que tem um prazo máximo de 30 minutos				
13/05/2016 14:37:18	LANCE	OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP		2.198,99
13/05/2016 14:44:30	LANCE	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP		2.198,90
13/05/2016 14:49:43	MENSAGEM	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP		
Solicito o cancelamento de meu lance no valor de 2.198,90.				
13/05/2016 14:56:18	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA		
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP				
13/05/2016 14:56:18	HABILITAÇÃO			

AUTORIDADE: LUDOVINO LABAS

CONDUTOR: MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA

Gerado em: 13/05/2016 14:56:19

4 de 4

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2016 - HOMOLOGADO**CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA
FLORIANÓPOLIS-SC****ATA DE HOMOLOGAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2016
 Processo Administrativo Nº 08/2016
 Tipo: REGISTRO DE PREÇO
 PREGOEIRO: MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA
 Data de Publicação: 04/05/2016 16:31:51

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 09/06/2016 14:56:34**Notebook****VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

Item: 1	Unidade: UN	Marca: SANSUNG	Modelo:
Descrição: • Processador com pontuação CPU Passmark superior a3500 (https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php)• Memória RAM 8GB (DDR3 ou DDR4) - 1333MHz ou superior• HDD de 500GB ou SSD de 120GB ou superiores• Tela mínima de 11.6 polegadas e máxima de 14 polegadas• Resolução da tela integrada mínima de 1366x768• Saída HDMI (não será válido mini HDMI)• Mínimo de 2 portas USB 2.0• Ethernet com conector RJ45• Wifi integrado 802.11bgn• WebCam, Microfone e Alto-Falantes embutidos• Conector para fone e microfones externos• 1 ano de garantia do fabricante com atendimento em domicílio em até 24h• Teclado padrão ABNT2• Alimentação de energia 110V/220V com conector em padrão nacional (NBR 14136)• Windows 8.1 ou 10 com atestado de autenticidade em português brasileiro• Autonomia estimada de 3 horas de operação com bateria• Cor predominante preta ou tons de cinza• Peso máximo de 2.2Kg• Ser totalmente compatível com o sistema operacional Ubuntu 16.04 LTS			
Quantidade: 5	Valor Unit.: 3.161,99	Valor Total: 15.809,95	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	037	22.192.121/0001-15	3.200,00	3.161,99	Sim
2 ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECÇOES	083	03.913.645/0001-03	3.200,00	3.200,00	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
---------------------	------------	------------------	-----------------------	---------------------	-----------

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMATICA	022	07.838.200/0001-67	3.200,00	3.161,00	Sim
HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	072	06.635.187/0001-86	3.200,00	3.179,00	Sim

LOTE 2 - HOMOLOGADO - 09/06/2016 14:56:36**Notebook****VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

Item: 1	Unidade: UN	Marca: POSITIVO	Modelo:
Descrição: • Processador com pontuação CPU Passmark superior a 2400 (https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php)• Memória RAM 4GB (DDR3 ou DDR4) - 1333MHz ou superior• HDD de 500GB• Tela de 14 polegadas• Resolução da tela integrada mínima de 1366x768• Saída HDMI (não será válido mini HDMI)• Mínimo de 2 portas USB 2.0• Ethernet com conector RJ45• Wifi integrado 802.11bgn• WebCam, Microfone e Alto-Falantes embutidos• Conector para fone e microfones externos• 1 ano de garantia do fabricante com atendimento em domicílio em até 24h• Teclado padrão ABNT2• Alimentação de energia 110V/220V com conector em padrão nacional (NBR 14136)• Windows 8.1 ou 10 com atestado de autenticidade em português brasileiro• Autonomia estimada de 3 horas de operação com bateria• Cor predominante preta ou tons de cinza• Peso máximo de 2.2Kg• Ser totalmente compatível com o sistema operacional Ubuntu 16.04 LTS			
Quantidade: 5	Valor Unit.: 2.198,99	Valor Total: 10.994,95	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 OM3 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI -EPP	062	22.192.121/0001-15	2.200,00	2.198,99	Sim
2 ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECÇOES	003	03.913.645/0001-03	2.200,00	2.200,00	Sim

Gerado em: 09/06/2016 14:56:37

1 de 2

**CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA
FLORIANÓPOLIS-SC****DESCCLASSIFICADOS**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
---------------------	------------	------------------	-----------------------	---------------------	-----------

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP	074	06.635.187/0001-86	2.200,00	2.198,90	Sim

AUTORIDADE: LUDOVINO LABAS

CIMCATARINA**RESOLUÇÃO 0021_2016**

Resolução n. 0021/2016.

Divulga a relação de inscritos e o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0001, de 19 de Maio de 2016.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica divulgada a relação de inscritos e o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0001, de 19 de Maio de 2016, conforme Anexo I.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de Junho de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO N. 0021/2016

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, Nº. 0001, DE 19 DE MAIO DE 2016.

RELAÇÃO DE INSCRITOS E CLASSIFICAÇÃO

CÓDIGO/EMPREGO		01 – SONDADOR/OPERADOR DE ROTO-PNEUMÁTICA		
Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Pontuação	Data Nascimento
1	4	MAURÍCIO KUHN	5	23/10/1980

CÓDIGO/EMPREGO		02 – AJUDANTE DE SONDADOR		
Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Pontuação	Data Nascimento
1	2	PAULO MACEDA	3	02/10/1974
2	3	JAIR MACEDA	3	24/05/1976
3	1	JACIR MIGUEL SCHWARTZ	1	22/07/1976

Fraiburgo, 08 de Junho de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA